RELATÓRIO

(março de 2014 a julho de 2015)

PROJETO

CONFLITOS POR TERRA E REPRESSÃO NO CAMPO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1946-1988)

E_38/2013 - APOIO AO ESTUDO DE TEMAS RELATIVOS A VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

PROCESSO E-26/110.008/2014

10 de julho de 2015

Projeto

Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)E_38/2013 - Apoio ao Estudo de Temas Relativos a Violações dos Direitos Humanos

Processo E-26/110.008/2014

Relatório

(março de 2014 a julho de 2015)

Coordenadora: Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)

Pesquisadores:

Aline Borghoff Maia (mestre, CPDA/UFRRJ)

Ana Maria Costa (doutoranda, FSS/UERJ)

Annagesse Feitosa (mestranda CPDA/UFRJ, bolsista da Faperj)

Delma Pessanha Neves (PPGAS/UFF, Pesquisadora visitante, bolsista da Faperj)

Elisandra Galvão (doutoranda CPDA/UFRJ, bolsista da Faperj)

Elizabeth Linhares (pós doutoranda sênior, bolsista da Faperj)

Fabrício Teló (doutorando, CPDA/UFRRJ)

Iby Montenegro de Silva (mestre CPDA/UFRRJ, bolsista TCT da Faperj)

Marco Antonio dos Santos Teixeira (doutorando IESP/UERJ)

Mariana Trotta Delalanna Quintans (FND/UFRJ)

Marilda Vilela Iamamoto (FSS/UERJ)

Rayanne Medeiros (mestranda CPDA/UFRRJ)

Ricardo Braga (graduando em Ciências Sociais/UFRJ)

Bolsistas de Iniciação Científica

Adriana de Jesus Garcia Pinto (Graduanda em Serviço Social/UERJ – bolsista Cetreina)

Isabella Maio (Graduanda em Serviço Social/UERJ – bolsista CNPq)

Lígia Nonato dos Santos (Graduanda em História, IM/UFRRJ – bolsista Faperj)

Natasha Gomes (Graduanda em Ciências Sociais/UFRRJ – bolsista Faperj)

Vinicius Silva (Graduando em Direito/FND/UFRJ – bolsista Faperj)

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais e seus apoiadores, que lutaram por terra, direitos trabalhistas e sociais e justiça no campo, contribuindo para a construção da democracia no país.

Agradecimentos

A realização da pesquisa só foi possível com o apoio de um conjunto de pessoas e instituições que perceberam a importância do trabalho e se dispuseram a colaborar com sua realização. Citando nomes, corremos o risco de sermos injustos, esquecendo de mencionar uns e outros. Desde já pedimos desculpas por algumas omissões involuntárias.

Antes de mais nada, nossos agradecimentos aos trabalhadores rurais desse estado, com quem conversamos por vezes horas a fio, ouvindo suas histórias que trouxeram à tona lembranças difíceis. Foram momentos de muita emoção. Alguns deles se dispuseram a fazer depoimentos públicos na sessão que organizamos com a CEV-Rio em 15 de maio de 2015: Jair da Anunciação, Laerte Bastos, Ney Fernandes, Lindsey Fernandes, Jorge Francisco de Brito, Roseli Borges e Neusa Borges.

Agradecemos ainda a antigos advogados sindicais, religiosos, agentes de pastoral, ex militantes e estudiosos do tema que se dispuseram a relatar suas experiências junto aos trabalhadores em longas entrevistas.

Diversas pessoas colaboraram cedendo generosamente publicações, material de pesquisas anteriormente feitas, ainda em curso ou material sob sua guarda. Foram fotos, entrevistas, jornais, materiais de arquivos pessoais. Nosso agradecimento especial a Adriana Mattoso, Adriano Novaes, Ailton Rosa Júnior, Alberto Santos, Alejandra Estevez, Angela Mascelani, Davi Paiva, Delso Gomes, Edjalma Dias, Gilson Gabriel, Lígia Freitas (viúva de José Carlos de Souza Freitas, liderança do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos, hoje Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), Marcelo Ernandez, Marcelo de Carvalho Rosa, Nina Almeida, Renato Kamp, Rosilda Benacchio, Vladimir Miguel Leão (Bigu), Wellington Lyra Jesus.

A Fetag/RJ nos abriu seus arquivos e, com inteira confiança, nos deu liberdade para organizá-los e digitalizá-los. Agradecemos a seus diretores, na figura de Oto dos Santos, e às secretárias Eliane Oliveira e Sandra Klen pela sua disponibilidade em colaborar.

Nossa agratidão à equipe do Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno da CPT Nacional, em especial a Antonio Canuto, pela acolhida e possibilidade de acesso a arquivos ainda não digitalizados.

Alessandra Gasparotto, professora da Universidade Federal de Pelotas, durante seu estágio sanduíche no CPDA/UFRRJ, nos ensinou a como potencializar o uso da plataforma do projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. Na consulta ao acervo, contamos com o apoio de Carmen, funcionária da casa.

A pesquisa seria impossível sem a mediação de pessoas dos locais que visitamos e que nos ajudaram na localização de trabalhadores que pudessem nos dar informação. Somos gratos a todos eles.

Em Angra dos Reis, Rosilda Benacchio.

Em Cabo Frio, Gilton Souza de Luna (secretário do STTR de Cabo Frio), Elícia Ramos Cruz (Secretária de Mulheres do STTR de Cabo Frio e da Fetag/RJ) e Jonatas Carvalho, historiador, com pesquisa sobre a Fazenda Campos Novos.

Em Cachoeiras de Macacu, Alberto Santos, Dionísio Natália Dias da Silva, Dionísio Felipe de Jesus Neto, Arlindo Lovise de Souza (Quito), Leonardo Bauer, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Rosilene Brives (Lena), que organizou a vinda de uma van para trazer alguns moradores de Serra Queimada para a sessão de testemunhos. Paulo Roberto Raposo Alentejano, professor de Geografia da Uerj/São Gonçalo, fez os primeiros contatos para acesso dos pesquisadores a Serra Queimada, Vecchi e Quizanga.

Em Campos, Paulo Honorato, presidente do STTRC, Erica Vieira de Almeida e a José Luis Vianna da Cruz, professores da UFF/Campos.

Em Duque de Caxias, Nilson Venâncio nos abriu as portas da Associação Nacional de Anistiados Políticos e Pensionistas (Anapap) e aos processos de anistia lá guardados. Além disso, nos esclareceu sobre muitos aspectos da luta por terra em Caxias. Sandra Paula, Lucas dos Santos e Luis Carlos Salasar nos ajudaram nas pesquisas no arquivo da entidade. Erica Silva nos abriu os contatos com sua família, que vive em Piranema.

. Em Japeri, Romário Silveira, além de nos proporcionar contatos preciosos, nos levou a conhecer as áreas rurais de Pedra Lisa e Jaceruba e seus moradores.

Em Macaé, Meynardo Rocha de Carvalho, da Comissão da Verdade do Município.

Em Nova Iguaçu, Lacerda, responsável pelo Arquivo da Cúria Diocesana, nos recebeu carinhosamente e deu uma verdadeira aula sobre a formação da cidade.

Em Teresóplis, o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), nas pessoas de Ramon Torres Araújo e Adriene Sá.

Em Valença, Benedito Luiz Rodrigues, presidente do STTR, a Anna Leite e Carlos Salema, a Dilson Sampaio, funcionário do Cartório do 2º Ofício de Valença/RJ, pela pesquisa sobre a cadeia dominial da Fazenda Santa Mônica.

Agradecemos ainda Teodomiro José de Almeida pela indicação de nomes para entrevistas; a Paulo Cesar Azevedo de Almeida, pela ajuda em relação a algumas dificuldades sobre termos jurídicos; a Thaissa Fontoura pela ajuda nos trabalhos de campo em Cachoeiras de Macacu; a Marcelo Chalreo e Luis Rodolfo Viveiros de Castro, da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Ao longo do trabalho, trocamos ideias e obtivemos preciosas informações de Afrânio Raul Garcia Jr., ex assessor da Fetag/RJ e professor da École des Hautes Études em Sciences Sociales/Paris; Mario Grynszpan, professor de História da Universidade Federal Fluminense; Marcelo Ernandez, professor da escola de Comunicação da Uerj e Alberto Santos, professor aposentado e incansável pesquisador da história de Cachoeiras de Macacu.

Finalmente, somos gratos à Faperj pelo financiamento da pesquisa, envolvendo tanto a possibilidade de ter bolsistas com diferentes níveis de formação, quanto recursos para equipamentos e trabalho de campo.

À CEV/Rio, agradecemos o diálogo, sempre respeitoso e estimulante, bem como a disponibilidade para nos ajudar em tudo que foi necessário para o bom andamento da pesquisa.

Siglas

AATR – Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
Abra – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AI – Ato Institucional
Ajup – Assessoria Jurídica Popular
ALF – Associação dos Lavradores Fluminenses
Aman – Academia Militar das Agulhas Negras
Amat – Associação de Moradores e Amigos de Trindade
Amoc – Associação dos Moradores do Campinho da Independência
Amot – Associação de Moradores Nativos e Originários de Trindade
Anapap – Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas
Anatag – Associação Nacional dos Advogados de Trabalhadores da Agricultura
ANC – Assembleia Nacional Constituinte
AP – Ação Popular
Aperj – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APP – Área de Preservação Permanente
APPCG – Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande
ARJ/SNI – Agência Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações
ARPC – Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada.
BIB – Batalhão de Infantaria Blindada
BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNH – Banco Nacional de Habitação
BNM – Projeto Brasil: Nunca Mais
CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia
CAF – Comissão de Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro
CAF – Companhia América Fabril
CEB – Comunidade Eclesial de Base
Cedi – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Cedoc/CUT – Centro de Documentação da Central Única dos Trabalhadores
Cepa – Comissão Estadual de Planejamento Agrícola
Cerj – Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro

Cesm – Campo Experimental Santa Mônica

CGI – Comissão Geral de Investigação

CGM – Circunscrição Judiciária Militar

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNTur – Conselho Nacional de Turismo

COC – Círculos Operários Cristãos

Colina – Comando de Libertação Nacional

Comperj – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro

Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

Consir – Comissão Nacional de Sindicalização Rural

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Coppe/UFRJ – Instituto Alberto Luís Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia/Universidade Federal do Rio de Janeiro

CPDA/UFRRJ – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPPM – Código de Processo Penal Militar

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRB – Confederação Rural Brasileira

CS – Conceição de Suruí

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CSN – Conselho de Segurança Nacional

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

Detran – Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro

DG – Departamento Geográfico

DGIE – Departamento Geral de Investigações Especiais

Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DNPL – Departamento Nacional de Pesquisas e Lavras

DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

Dops – Departamento de Ordem Política e Social

Dops/GB – Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara

Dops/RJ – Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro

DPHAN – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DPS – Departamento de Polícia Social

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

DTC – Divisão de Terras e Colonização

EASA – Engenheiros Associados S/A

Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Embratur – Empresa Brasileira de Turismo

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

Faerj – Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

FAG – Frente Agrária Gaúcha

Falerj – Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro

Famerj – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro

Farerj – Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro

Farsul – Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul

Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FCA/UNESP – Faculdade de Ciências Agronômicas/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

FCOF – Federação dos Círculos Operários Fluminenses

FCP – Fundação Cultural Palmares

Fetaesp – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo

Fetag/RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

Fetape – Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco

FGV – Fundação Getúlio Vargas

Flerj – Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro

Flumitur – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

FM/UFRJ – Faculdade de Medicina/Universidade Federal do Rio de Janeiro

FNM – Fábrica Nacional de Motores

Fundrem – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Funrural – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

Gerca – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura

IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool

Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibra – Instituo Brasileiro de Reforma Agrária

Ibre/GIA/FGV – Instituto Brasileiro de Economia/Grupo de Informação Agrícola/Fundação Getúlio Vargas

Igra – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola

Inea – Instituto Estadual do Ambiente

Inepac – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

INT/MIC – Instituto Nacional de Tecnologia do Ministério da Indústria e Comércio

Ipes – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPM – Inquérito Policial Militar

Isop/FGV – Instituto de Seleção e Orientação Ocupacional da Fundação Getúlio Vargas

Iterj – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro

ITR – Imposto Territorial Rural

JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

Judica – Juventude Diocesana Católica

Labhoi/UFF – Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense

Master – Movimentos dos Agricultores sem Terra

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

Mirad – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MPF – Ministério Público Federal

MR8 – Movimento Revolucionário 08 de Outubro

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTR – Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais

MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

NAF – Núcleo Agrícola Fluminense

NMSPP/CPDA/UFRRJ – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo/CPDA/UFRRJ

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN – Operação Bandeirante

ORM-Polop – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

Paeg – Plano de Ação Econômica do Governo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

POC – Partido Operário Comunista

PRL – Partido Republicano Liberal

Proálcool – Programa Nacional do Álcool

Projeto Turis – Plano de Aproveitamento Turístico

Provárzeas – Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis

PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PST –Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTR – Partido Rural Trabalhista

PUA – Pacto Unidade e Ação

Reduc – Refinaria Duque de Caxias

RGI – Registro Geral de Imóveis

SDLB – Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro

Seaf – Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários do Estado do Rio de Janeiro

Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SJBM – São José da Boa Morte

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SNI – Serviço Nacional de Informações

SRB – Sociedade Rural Brasileira

Stiac – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Campos

STM – Superior Tribunal Militar

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STRC – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Supra – Superintendência de Política de Reforma Agrária

TDA – Título da Dívida Agrária

Tebig – Terminal da Baía da Ilha Grande

UDN – União Democrática Nacional

UDR – União Democrática Ruralista

Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ultab – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UPF – União Progressista Fluminense

Uuio – Unidade Urbana Integrada a Oeste

VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária PRT – Partido Rural Trabalhista

Sumário

Introdução 17

Capítulo 1. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no Rio de Janeiro (1946-1988) 39

Leonilde Servolo de Medeiros

1. Introdução 39
2. A questão fundiária e os fundamentos das disputas por terras 20
3. Os trabalhadores rurais, os direitos trabalhistas e as dificuldades de reconhecimento como categoria profissional 25
4. A redemocratização em 1945 e a organização dos trabalhadores do campo 29
5. O governo estadual e o governo federal: ações sobre as áreas de conflito 40
6. A reação dos proprietários de terra 45
7. O golpe e seus desdobramentos: as ações do Estado 47
8. A ação do sindicalismo rural e a reapropriação da lei em defesa dos trabalhadores 59
9. A Igreja e a Pastoral da Terra 62
10. Retomada das ocupações de terra e das lutas de assalariados: um novo ciclo de lutas 64
11. O fim do regime militar e as novas perspectivas abertas para a luta por terra e por direitos 69
12. Um balanço preliminar 72

Referências bibliográficas 74

Capítulo 2. Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu 78

Fabrício Teló

Ricardo Braga

1. Introdução 78
2. Antecedentes históricos: da sesmaria ao Núcleo Colonial de Papucaia 79
3. Ocupações e desapropriações na Fazenda São José da Boa Morte 83
4. A repressão militar no imediato pós-golpe: o Exército e a Guarda Rural do Ibra 100
5. O sonho da guerrilha rural alimentado em Cachoeiras de Macacu 119
6. Nova ocupação, nova desapropriação, mesmas causas 135
7. Considerações finais 145

Referências bibliográficas 146

Capítulo 3. *Tempo da ditadura*: conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé 147
Marco Antonio dos Santos Teixeira

1. Introdução 148
2. Mobilização política dos trabalhadores em Magé 150
3. Atores em cena: a conformação de *posseiros* e *grileiros* e a ocupação de terras em Magé 155
4. Deflagração da luta pela terra na gleba América Fabril e na Fazenda Conceição de Suruí, a reação da Companhia América Fabril e o começo da repressão política contra os trabalhadores no pré-1964 180
5. Repressão no campo: formas de violência contra os trabalhadores rurais 186
Referências bibliográficas 197

Capítulo 4. Conflitos fundiários em Duque de Caxias e Nova Iguaçu: repressão e formas de resistência 200
Aline Borghoff Maia
Elisandra de Araújo Galvão
Leonilde Servolo de Medeiros

1. Introdução 200
2. O quadro geral dos conflitos na Baixada: antecedentes 202
3. A "zona conflagrada": conflitos por terra em Nova Iguaçu e Duque de Caxias .. 217
Referências bibliográficas. 239

Capítulo 5. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense 242
Annagesse Feitosa
Iby Montenegro de Silva

1. Introdução 242
2. Contextualizando a Costa Verde 243
3. Projetos de desenvolvimento do Estado militar e suas consequências na Costa Verde 248
4. Organizações e sujeitos que atuaram nos conflitos rurais da Costa Verde 254
5. Os conflitos por terra no litoral sul fluminense 272
6. Considerações finais 336
Referências bibliográficas 337

Capítulo 6. Conflitos fundiários, repressão e resistência camponesa na Baixada Litorânea: o caso da Fazenda Campos Novos 343
Aline Borghoff Maia
Fabrício Teló

1. Introdução 343
2. Origem jesuítica, escravidão e a "escritura de Santo Inácio" 345
3. Sucessão de "proprietários", conflitos e resistência 349
4. A Associação de Lavradores de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais 354
5. O período ditatorial 358
6. Demarcação de territórios quilombolas na Fazenda Campos Novos 376
7. Considerações finais 378
Referências bibliográficas 379

Capítulo 7. Antiga região do café no Rio de Janeiro: casos registrados em Valença e Trajano de Moraes 380
Elizabeth Linhares

1. Contextualização histórico-social 380
2. Valença: os casos da União Operária e das fazendas Santa Mônica e Conquista 400
3. Trajano de Moraes: o caso da Fazenda Santo Inácio 466
Referências bibliográficas 498

Capítulo 8. Ocupação do Imbé: conflitos e rumores 502
Delma Pessanha Neves

1. Introdução 502
2. A região do Imbé: fronteira agrícola e concentração fundiária 514
3. A região do Imbé: projetos de colonização e de reforma agrária 521
4. A ocupação do Imbé: estopim no campo de disputas locais 525
5. A invasão do Imbé: ousadia política e confrontação de forças sociais 533
6. A ocupação do Imbé segundo o registro impresso pelo PCB-Ultab 536
7. Trabalhadores e *comunistas*: diferenciação e conflitos internos 538
8. Por uma conclusão provisória 555
Referências bibliográficas 558

Capítulo 9. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes e a luta por direitos na ditadura (1964-1985) 560

Marilda Villela Iamamoto

Ana Maria Almeida da Costa

1. Introdução 560
2. A luta por direitos: eixo histórico na organização sindical 566
3. O Inquérito Policial Militar de Campos, prisões e torturas 574
4. O processo produtivo das usinas e a concentração fundiária 579
5. A violência das relações de trabalho e a resistência dos trabalhadores no Norte Fluminense 584
6. O processo de construção da greve dos canavieiros fluminenses de 1984 e seus desdobramentos 597

Referências bibliográficas 608

Capítulo 10. As legislações trabalhista, agrária e penal militar e os usos do direito pelos advogados de trabalhadores do campo no período da ditadura empresarial-militar no Estado do Rio de Janeiro 614

Ana Claudia Diogo Tavares

Mariana Trotta Dallalana Quintans

1. Introdução 614
2. A Justiça Militar entre 1964 e 1979: dos inquéritos às ações penais 619
3. A legislação trabalhista e sindical do campo da década de 1950 à década de 1980: o Estatuto do Trabalhador Rural e seus desdobramentos 632
4. Disputas em torno das propostas de reforma agrária nas legislações: do Estatuto da Terra à Constituição de 1988 639
5. As estratégias dos advogados e das advogadas de trabalhadores rurais no Rio de Janeiro no período da ditadura 660
6. Considerações finais 673

Referências bibliográficas 674

Considerações finais 679

Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de janeiro (1946/1988)

Introdução[1]

O estado do Rio de Janeiro é conhecido por ser um dos mais urbanizados do Brasil. Pouco se fala sobre suas áreas rurais, marcadas no período abrangido por esta pesquisa (1946-1988), por intensas disputas por terra e conflitos trabalhistas. Em geral, as lutas por terra estavam relacionadas à especulação fundiária, derivada quer do crescimento das atividades industriais e de serviços no que corresponde à atual Região Metropolitana, quer de decisões que levaram à transformação do vasto litoral em polo de investimentos turísticos. Também ocorriam quando da substituição de antigos cafezais por criação de gado, implicando expulsão de antigos moradores. No que se refere aos conflitos trabalhistas, eram fruto das mudanças que se verificavam em áreas produtoras de cana de açúcar, resultado da progressiva mecanização do cultivo.

Ao longo do século XX, em especial a partir dos anos 1930, o território fluminense recebeu migrantes de diferentes pontos do país (principalmente do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba). Também verificou-se uma intensa mobilidade interna de sua população (em especial trabalhadores rurais vindos de áreas onde a cafeicultura estava em plena decadência), em busca tanto de terras em projetos de colonização do governo federal que estavam sendo implantados em diversos pontos da Baixada Fluminense, como de empregos urbanos, numa fase de expansão industrial, estimulada pela instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Fábrica Nacional de Motores (FNM) e Refinaria Duque de Caxias (Reduc). A mobilidade interna para as áreas de fronteira entre urbano e rural também foi consequência de uma política segregacionista empreendida na cidade do Rio de Janeiro (como é o caso das reformas do prefeito Pereira Passos, das remoções de populações de cortiços etc). Colaboraram para mobilidade na região Metropolitana a construção de linhas ferroviárias, rodovias e políticas de transporte visando facilitar o deslocamento dos que viviam as periferias.

[1] Esta Introdução ao relatório foi produto do trabalho coletivo da equipe de pesquisa.

Nesse contexto, as disputas por terra se acirraram desde os anos 1950, em especial na Região Metropolitana. Nos anos 1970, foi a vez das áreas litorâneas, em especial na Costa Verde, com a construção da rodovia Rio-Santos e a proliferação de investimentos turísticos a ela relacionados. Ao mesmo tempo, nas áreas tradicionalmente marcadas pela produção de cana de açúcar (em especial Campos dos Goytacazes), eclodiram conflitos em torno dos direitos trabalhistas. Em outras regiões ainda, houve um processo lento de expropriação de trabalhadores, que não necessariamente se visibilizaram como conflitos e, portanto, em muitos casos, sequer tiveram registros.

Esses elementos, que serão explorados ao longo dos capítulos que se seguem, oferecem um rápido quadro da diversidade das tensões sociais na área rural fluminense entre as décadas de 1950 e 1980.

Metodologia e fontes

A equipe de pesquisa utilizou diversas fontes para seu trabalho: bibliográficas, documentais (incluindo material de imprensa) e entrevistas.

No que se refere às **fontes bibliográficas**, o trabalho iniciou-se com a leitura e discussão de textos já disponíveis sobre conflitos no campo no Brasil, em especial no Rio de Janeiro. Fizemos um exaustivo levantamento da literatura para buscar novas referências. Paralelamente, realizamos discussões de textos teóricos sobre temas como violência e memória, organizando, inclusive, no segundo semestre de 2014, uma disciplina no âmbito do CPDA/UFRRJ que funcionou como um espaço sistemático de discussão para os pesquisadores da equipe, desde bolsistas de Iniciação Científica a pesquisadores seniores, bem como outros interessados no tema, alunos do Programa ou de outas instituições.[2]

Quanto à **pesquisa documental**, ao mesmo tempo em que nos familiarizamos com o material bibliográfico, trabalhamos fontes relacionadas ao objeto da pesquisa depositados no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/CPDA/UFRRJ). Nele há farto material de origem sindical (ofícios, relatórios etc,), em especial da década de 1970 e início dos anos 1980; processos de desapropriação de algumas fazendas;

[2] O nome da disciplina era Movimentos Sociais – conflitos e repressão no campo no Rio de Janeiro – 1945-1988 e foi oferecida no segundo semestre de 2014.

documentos da Comissão Pastoral da Terra; *clipping* de jornais da época (embora não exaustivos). Trata-se de documentos provenientes de pesquisas anteriores diversas e que foram organizados e disponibilizados para consulta pública.[3] A partir dessa documentação fizemos uma primeira relação de conflitos que foi sendo complementada a partir de outras fontes que fomos localizando ao longo da pesquisa. Entrevistas realizadas também nos abriram novas indicações.

Procuramos também a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), que nos deu pleno acesso ao material documental de que dispõe. Parte desse material foi limpo por nós, organizado por municípios onde ocorriam os conflitos e digitalizados por uma empresa especializada.[4] Outra parte necessita de limpeza especializada para desinfecção e aguarda esses procedimentos para posterior manuseio, organização e digitalização. O material atualmente passível de consulta envolve relatórios, correspondências entre sindicatos e federações, processos trabalhistas etc. Trata-se de fontes que revelam o olhar do sindicalismo sobre os conflitos e uma determinada perspectiva sobre os fatos abordados. São bastante reveladoras das práticas sindicais, mas oferecem limites, uma vez que nem todos os municípios dispunham de sindicatos e nem todos os sindicatos acompanhavam os conflitos em sua área de abrangência.

Também acessamos o arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nacional, sediada em Goiânia, onde há muita documentação, ainda não digitalizada, sobre o estado do Rio de Janeiro. Ela nos oferece a possibilidade de entender a ação da Pastoral nas áreas de conflito onde esteve presente e que, às vezes, não eram as mesmas de atuação sindical, precedia esta ou mesmo disputava com os sindicatos concepções sobre estratégias de luta.

A pesquisa se estendeu ao material disponibilizado pela Plataforma Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. Nela, por meio de busca por locais e nomes de que já dispúnhamos alguma informação, conseguidos nos acervos anteriormente consultados, acessamos uma enorme quantidade de documentos do Serviço Nacional de Informações. O mesmo procedimento foi utilizado na consulta ao acervo do projeto Brasil Nunca Mais (BNM). Também pesquisamos o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), por meio de busca por nomes. Além disso, em entrevistas e contatos com informantes

[3] O NMSPP/CPDA/UFRRJ funciona nas dependências do CPDA e dispõe de acervo aberto a consulta pública. Um resumo dos documentos lá disponíveis pode ser acessado através da página de web do NMSPP: www.ufrrj.br/cpda/nms.
[4] O acesso a essa documentação pode ser feita também por meio da página do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

diversos, recolhemos outros materiais que também foram, na medida do possível, incorporados. São publicações de circulação local, revistas, panfletos.

Nessa diversidade de fontes documentais, procuramos estar atentos ao fato de que elas expressam diferentes olhares sobre os conflitos. No caso dos documentos produzidos pelo sindicalismo de trabalhadores rurais e pela CPT, grande parte se volta para a denúncia aos órgãos públicos (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, ministérios, Presidência da República, no caso da Fetag/RJ), imprensa e setores da população que pudessem ser alcançados (no caso da CPT). Eles narram situações de violência dos mais diversos tipos e tinham por objetivo sensibilizar para a dramaticidade da situação dos trabalhadores rurais, num contexto de aceleração dos processos de expropriação da terra e de violação de direitos trabalhistas. No caso dos documentos reunidos na plataforma Memórias Reveladas, Aperj e BNM, as fontes são de outra natureza. Além de conterem muitos documentos recolhidos pela polícia política (artigos de jornais e revistas, relatórios de órgãos de segurança), também disponibilizam muitos depoimentos, que necessitam ser interpretados com os devidos cuidados por serem produto de uma relação formal com os agentes da repressão, a partir do ritual característico dos interrogatórios feitos pelos órgãos de segurança. Por meio deles, obtivemos informações importantes sobre a atuação dos órgãos de segurança no período anterior ao golpe e também no imediato pós-golpe, uma vez que foram muitas as prisões e julgamentos de lavradores e políticos locais ainda nos primeiros meses de 1964. Eles também oferecem pistas sobre a atuação do movimento camponês, além de depoimentos que esclarecem os motivos e desdobramentos do conflito. Além disso, podemos pela sua análise traçar um amplo panorama dos interesses e da vigilância dos órgãos voltados à repressão em relação a determinadas áreas do estado, ao mesmo tempo em que perceber como eles interpretavam os conflitos fundiários, o papel do campesinato e os mediadores dos conflitos.

No que se refere à **imprensa**, fizemos algumas incursões na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com o objetivo de complementar informações e melhor esclarecer alguns eventos, sempre utilizando palavras chave, em especial nomes de lugares e de pessoas. O tempo não nos permitiu uma pesquisa exaustiva dessa fonte, mas ela nos forneceu alguns dados importantes sobre os conflitos e a repressão tanto no período que antecede o golpe, quando depois dele. Por vezes, uma matéria fornecia pistas para eventos que precisavam ser melhor esclarecidos, o que nos levou à busca de outras fontes. Em alguns casos, foram ainda feitas incursões em jornais locais e no próprio Diário Oficial

do Estado do Rio de Janeiro, em busca de decretos de desapropriação de áreas pelo governo estadual no período que antecedeu o golpe.

Finalmente, no que diz respeito a **entrevistas**, utilizamos dois caminhos. O primeiro foi nos apropriar daquelas feitas em outros momentos, por outros pesquisadores. O NMSPP/CPDA/UFRRJ conta com diversos depoimentos de lideranças das lutas por terra, dirigentes sindicais e trabalhadores rurais (assentados e assalariados), muitos deles já falecidos. Foram obtidos em trabalhos de pesquisa feitos quer por professores, quer por estudantes do CPDA/UFRRJ. Em que pese o fato de que os objetivos das entrevistas tenham sido outros, relacionados a temas específicos que orientavam os estudos, há nelas importantes informações que foram resgatadas, sempre levando em conta as condições em que as informações foram geradas.[5] Também nos utilizamos das entrevistas (cerca de 15) realizadas por Marcelo Ernandez para uma pesquisa sobre ocupações de terra no estado do Rio de Janeiro (ERNANDEZ, 2010) e que nos foram gentilmente disponibilizadas.[6]

Além de contar com esse material, nosso trabalho se singularizou pela realização abundante de entrevistas (mais de setenta), em todas as regiões selecionadas para pesquisa aprofundada. Conversamos com advogados sindicais, lideranças religiosas e de conflitos e também, em diversas situações, com pessoas que vivenciaram situações de violência e repressão, mas que não desempenhavam qualquer papel de direção política. Fizemos ainda entrevistas com pessoas que apoiaram os trabalhadores, em alguns casos produzindo denúncias para a imprensa e documentários. A lista completa dos entrevistados compõe o **Anexo 1**.

Chegamos aos entrevistados com ajuda de dirigentes sindicais, lideranças locais, organizações e movimentos atuantes nas regiões. Um entrevistado nos indicava outra pessoa que ele achava que poderia nos dar informações importantes e, assim, constituímos uma significativa quantidade de depoimentos, a grande maioria gravada. Eles serão planilhados e posteriormente disponibilizados para consulta no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

No geral fomos bem recebidos e, salvo um ou outro caso, não tivemos dificuldades em obter depoimentos. No entanto, foram bastante comuns as situações em que afloraram

[5] O NMSPP possui mais de 300 entrevistas disponíveis para consulta, mediante assinatura de termo de compromisso de que o uso será estritamente para fins acadêmicos. O material em formato cassete foi transformado em MP3 para melhor conservação. Parte delas está transcrita, outras só podem ser acessadas em áudio. No sítio do NMSPP na internet, é possível consultar alista de entrevistas disponíveis e as planilhas de acesso, onde há informações sobre o contexto, condições e conteúdo das entrevistas, com destaque para os temas tratadas nelas e um sumário do seu teor.

[6] Essas entrevistas serão planilhadas e comporão em breve o acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

sensibilidades e emoções. Muitos estavam vendo uma oportunidade para falar de histórias pelas quais nunca ninguém se interessou; outros vislumbravam uma oportunidade de obter algum tipo de reparação; outros ainda buscavam construir relatos heroicos, valorizando seu papel na resistência por permanecer na terra.

O teor dessa diversidade de fontes nos levou a refletir sobre a relação entre elas e a memória que se fixou sobre o período que estudamos e sobre as lutas no campo.

Dimensões da memória

A pesquisa tem mostrado diferentes dimensões da memória sobre a repressão aos trabalhadores rurais. São diferentes versões que ora se complementam, ora se contrapõem, mas que, no seu conjunto, indicam a disputa pelo sentido dos acontecimentos que se cristalizam, ainda que provisoriamente, na memória histórica em construção, seja destacando episódios que se quer que sejam lembrados, seja silenciando outros. Há ainda os eventos que simplesmente são esquecidos e que, por isso mesmo, indicam hierarquias de valores em jogo na própria construção da memória.

Começamos pela **memória sintetizada pela produção acadêmica**, em especial no âmbito da História e das Ciências Sociais, sobre os efeitos do regime militar no mundo do trabalho. Embora haja uma enorme quantidade de estudos sobre as razões do golpe de 1964, a estrutura estatal da repressão, a resistência da esquerda armada, o movimento estudantil, os movimentos culturais etc., são ainda poucos os estudos sobre a experiência da classe trabalhadora no contexto da violência e repressão, embora haja alguns trabalhos bastante significativos (SADER, 1988; FIGUEIREDO, 1978; SANTANA, 2008 e 2014; FREDERICO, 2010; MATTOS, 2014). Mais recentemente, no âmbito das atividades que marcaram os 50 anos do golpe, foram publicados diversos livros e artigos sobre o assunto. Além disso, a criação de um grupo de trabalho específico no âmbito da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre a temática chamou a atenção para a necessidade de pesquisas mais aprofundadas. Além dele, também houve na Comissão Nacional da Verdade (CNV) um grupo específico para tratar da repressão contra camponeses e indígenas. Foi um importante espaço no qual pode emergir o debate sobre a repressão contra trabalhadores.[7]

[7] A separação entre trabalhadores urbanos, camponeses e indígenas é indicativa da maneira dicotomizada e segmentada pelas qual esses grupos são vistos na literatura acadêmica e, em grande medida, na sociedade brasileira. Embora cada um deles tenha suas particularidades, uma análise abrangente que investigue como a repressão atingiu não só os trabalhadores (urbanos ou rurais), mas também povos indígenas poderia ser

No que se refere aos trabalhadores do campo já se contava com alguns estudos e iniciativas importantes, embora longe de esgotar as possibilidades de pesquisa. Entre elas, os estudos de Medeiros (1989 e 2015); Palmeira (1985; 2009), Martins (1994), Novaes (1997), Sigaud (1979); Ricci (1999); Silva (2006), Welch (2010), Carneiro e Cioccari (2010), Viana (2013) entre outros.[8] Além dessas publicações há que mencionar o projeto *Memória Camponesa*, coordenado por Moacir Palmeira e apoiado pelo Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Nead/MDA). Trata-se de uma série seminários, reunindo lideranças para narrar suas experiências no regime militar. Iniciado em 2004, com um evento de dois dias no Rio de Janeiro, prosseguiu com encontros semelhantes em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul.[9]

Outras iniciativas de resgate dessa memória se organizaram nos últimos anos, com destaque para o Grupo *Mundo do Trabalho* da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh) e o conjunto de Seminários *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*, iniciativa do Arquivo Nacional e do Centro de Documentação da CUT (Cedoc/CUT) já com três edições (2010, 2012 e 2014).

Trata-se de esforços em diferentes instituições e grupos de pesquisa para escrever uma história a contrapelo (BENJAMIN, 1986; CHAUI, 1981), ou seja, uma história do ponto de vista dos vencidos, que é extremamente importante para a constituição de uma outra memória, que resgate outros atores, formas de luta e permita repensar as relações de força no período que nos interessa.

Do ponto de vista documental, a maneira mais usual de pesquisar a repressão foi a consulta a documentos oficiais das polícias políticas e das agências estatais de monitoramento e investigação, em especial nos anos recentes quando os arquivos começaram a se tornar públicos, inicialmente pelo projeto BNM, depois pela plataforma Memórias Reveladas. Na presente pesquisa, acrescentamos a essas fontes, como mencionado anteriormente, documentos produzidos pelas organizações sindicais de trabalhadores rurais, sobretudo os da federação estadual e de alguns sindicatos, quando

---

um importante subsídio para uma interpretação mais ampla sobre o caráter de classe do golpe e da ditadura civil-militar no Brasil.

[8] Nestes exemplos, não incluímos nem os estudos sobre os conflitos sobre os anos que antecedem o golpe e que são extremamente relevantes, nem as memórias de militantes que nos dizem muito sobre as condições de organização e repressão no campo. Muitos desses trabalhos serão referenciados ao longo dos capítulos do presente relatório.

[9] Esses seminários foram gravados em vídeos. Para os casos do Rio de Janeiro, Paraíba e Rio Grande do Sul, o NMSPP/CPDA/UFRRJ dispõe de uma versão editada.

foi possível, e os produzidos pela CPT. No entanto, recuperar os documentos sindicais não foi uma tarefa simples, uma vez que não há nessas entidades uma preocupação sistemática de preservação e organização desse tipo de material, por falta de recursos, absorção na luta cotidiana ou por despreocupação em preservação da memória. É uma situação existente não só entre os sindicatos de trabalhadores rurais, mas também na grande maioria dos sindicatos urbanos. Os diversos relatos de situações similares nas três edições do Seminário Internacional *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*, alguns deles registrados nos anais do congresso e publicados mais recentemente mostram com clareza esse tipo de dificuldade (STAMPA e MARQUES, 2010; STAMPA e NETTO, 2013; PEREIRA e GARCIA 2014; PESSANHA e MEDEIROS, 2015; LOPES e REGOS, 2015; SANTANA e RODRIGUES, 2015). Sem dúvida elementos como a falta de conexão entre as gerações que viveram o tempo da ditadura e as novas gerações; a ação política orientada para demandas do cotidiano e emergenciais, que influenciam o presente dos trabalhadores de forma mais direta, e a falta de recursos, estrutura e conhecimento técnico para tratar esse material são fatores explicativos para o pouco cuidado com os arquivos sindicais.

No que se refere a **entrevistas** que, como dissemos, foram muitas e com atores diferenciados, enfrentamos diferentes situações. Alguns entrevistados falaram pouco sobre os eventos que vivenciaram durante a ditadura, o que pode estar relacionado ao medo de que algo parecido possa se repetir ou com uma negação em narrar acontecimentos que, quando lembrados, causam dor e sofrimento. Em outros casos, trata-se do esquecimento em si, provocado pela idade avançada de muitos deles. Mas também tivemos situações em que os entrevistados narraram com detalhes a invasão de suas casas, a forma como se deram as prisões e espancamentos, não nos "porões", mas nos locais de moradia e trabalho, na frente das famílias, inclusive de crianças.

Pollak (1989) chama a atenção para os silêncios na memória, afirmando que eles podem ocorrer, por exemplo, por causa de uma lembrança traumatizante, seja por razões políticas, pessoais ou ainda de outra ordem. Além disso, uma situação ambígua e passível de gerar mal-entendidos também pode levar ao silêncio. A memória evocada por alguém está repleta de silêncios, "zonas de sombra", "não-ditos". "As fronteiras desses silêncios e 'não-ditos' com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento" (POLLAK, 1989, p. 8). No outro polo, estão aqueles que encontraram pessoas interessadas e dispostas a ouvir as situações de humilhação pelas quais passaram.

As entrevistas com os trabalhadores e trabalhadoras rurais que estiveram à frente dos conflitos e foram os principais atingidos diretos pela repressão política mostraram uma memória que destaca, principalmente, como se envolveram nos conflitos por terra; o protagonismo que tiveram, enfatizando geralmente a coragem e astúcia que precisaram ter para resistir à repressão quer de supostos proprietários das terras (os chamados *grileiros*), quer de policiais, Exército e outros agentes da repressão; as ações empreendidas para conseguir a desapropriação das terras (ações coletivas, tais como manifestações em frente a prédios públicos, resistência ao despejo nos locais onde viviam, ações na justiça, reuniões com agentes do Estado) também foram objeto de destaque.

Muitos entrevistados construíram uma narrativa que aponta para o caráter heroico da luta dos trabalhadores rurais, nas quais pouco aparece a história daqueles que desistiram e migraram em busca de outras alternativas, as derrotas sofridas ou aspectos do cotidiano da vida dos trabalhadores. As dificuldades e fracassos, quando aparecem, servem como elemento que vai compor a trajetória de dificuldades que precisou ser enfrentada para se chegar até a conquista da terra.

Boa parte dos relatos analisados que ressaltaram essa dimensão da memória foram as que estão arquivadas no NMSPP/CPDA/UFRRJ e ocorreram nos anos 1980 e 1990, momento em que algumas das principais lideranças das lutas sociais no campo no período estudado ainda estavam ativas. As mais emblemáticas desse conjunto de entrevistas são aquelas feitas no âmbito das pesquisas sobre sindicalismo rural no Rio de Janeiro, sobre assentamentos rurais e as falas dos trabalhadores e trabalhadoras no seminário *Memória Camponesa* – Rio de Janeiro, realizado em 2004 e já mencionado anteriormente.[10]

Muito do que obtivemos nos relatos são memórias herdadas por familiares, memórias do cotidiano ou memórias de pessoas que viveram os conflitos, mas não estavam envolvidos diretamente neles, ou que apenas ouviram histórias sobre a repressão. Essa situação permite falar em uma "memória quase que herdada". Como nos aponta Pollak, "De fato [...], podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação" (POLLAK, 1992, p. 201). Trata-se de depoimentos que indicam uma memória difusa sobre os conflitos e a repressão,

[10] Trata-se das pesquisas *Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro*, realizada entre 1982 e 1983; *Impactos dos assentamentos rurais no Brasil*, coordenada por Leonilde Medeiros e Sérgio Leite e realizada entre 1998 e 2001; *Assentamentos rurais em perspectiva comparada*, coordenada por Afranio Garcia, Leonilde Medeiros, Mario Grynszpan e Sérgio Leite, e desenvolvida entre 2000 e 2003.

destacando diferentes pontos de vista com referência a elementos que não costumam estar presentes no depoimento das lideranças, como uma memória do cotidiano dos acontecimentos, mas rica em alusões a diferentes aspectos da violência sofrida.

Por fim, temos um grupo de entrevistas com apoiadores dos trabalhadores rurais: advogados, agentes religiosos, agentes leigos de Pastoral e assessores de organizações sindicais, principalmente. Em alguns casos, também falamos com pessoas que se sensibilizaram com as situações vividas por grupos de trabalhadores e que se dispuseram a usar de alguns canais de que dispunham para tornar públicos alguns fatos e buscar solidariedade. Suas lembranças trazem narrativas sobre as maneiras pelas quais a resistência foi articulada, situações de maior tensão etc.

Conversamos também com alguns trabalhadores que foram despejados e expulsos das terras em que viviam. Esse processo não começou em 1964 nem tampouco acabou em 1988. Mas ganhou contornos mais fortes no período da ditadura, uma vez que em muitas situações esses despejos aconteceram como resultado de um conluio entre agentes privados e públicos que se intensificou no período da ditadura.

Acessar a memória daqueles que foram despejados e foram viver em outros locais é particularmente difícil: requereria muito tempo e dedicação para localizar grupos que muito provavelmente estão dispersos em diferentes lugares do estado ou até mesmo do país. Na pesquisa, em geral obtivemos relatos sobre os despejos a partir da fala de atores que optaram por resistir e permanecer na terra em que viviam. E isso tem implicações profundas no tipo de narrativa que se constrói sobre aqueles que não resistiram.

Houve ainda situações de pessoas que nos procuraram para contar episódios de perseguição política durante a ditadura mobilizadas pela esperança de serem reparadas economicamente. Essa situação só foi possível por ter ganho destaque no debate público o tema das violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988, escopo da CNV e das comissões estaduais e municipais criadas nos últimos dois ou três anos. O desejo de obter reparação pela perseguição sofrida fez com que as pessoas narrassem os acontecimentos vividos e passassem a buscar indícios que comprovassem a maneira como foram perseguidas e reprimidas, condição para que possam dar início a um processo de reparação. É nesse sentido que dizemos que se trata de memórias ativadas, pois elas eram subterrâneas até que emergiram diante de uma oportunidade política para narrar.

Finalmente, há que chamar a atenção para a memória presentificada por ameaças que repetem o que ocorreu no passado, embora sob novas formas. Há atualmente em desenvolvimento um projeto de construção de barragens na região da Bacia do Rio

Guapiaçu, uma exigência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para liberação da obra do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), de forma a permitir captação de água para o leste metropolitano do estado. A barragem terá cerca de 21 quilômetros quadrados e vai atingir por volta de três mil pessoas. Muitas delas já foram afetadas, nos anos 1960, por sucessivas intervenções fundiárias do governo federal.[11] Trata-se de uma situação exemplar, em que as memórias são ativadas e trazem à tona uma série de eventos traumáticos do passado. A história de resistência dessas pessoas é rememorada e utilizada como uma forma de mostrar como elas têm sido sistematicamente vítimas de ações de expulsão ou tentativas de expulsão, ao mesmo tempo em que serve de inspiração à luta atual contra a barragem. A memória reavivada, nesse caso, tem servido como maneira de vincular o grupo que está sob ameaça de despejo e, ao mesmo tempo em que ajuda esse grupo a conhecer e melhor entender o passado traumático que viveram, pode reforçar a coesão do grupo (THONSON, 2000). Trata-se de uma situação semelhante à que foi descrita por Todorov (2000), para quem há momentos em que o passado se converte em princípio de ação para o presente, em que a experiência traumática particular ganha a dimensão pública a partir do exemplo e da lição que dela se pode extrair. O uso exemplar da memória "permite utilizar o passado tendo em vista o presente, aproveitar as lições das injustiças sofridas para lutar contra as que se produzem hoje, e separar-se do eu para ir em direção ao outro" (TODOROV, 2000, p. 32, tradução nossa do espanhol).

Segundo Pollak, a memória é seletiva e sofre flutuações em função do momento em que ela é expressa: "as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória" (POLLAK, 1992, p. 4).

Pensar sobre a importância do presente na construção dessas memórias é importante para o pesquisador poder ter alguns cuidados no seu tratamento na elaboração da sua narrativa sobre a história analisada, considerando as potencialidades, limites e significados da fonte. Como aponta Portelli (1998), a memória deve ser considerada em seu tempo histórico.

As experiências descritas na pesquisa a partir de diferentes dimensões da memória da repressão no campo, que pode ser recuperada de variadas formas, como foi mostrado, via literatura, documentos e entrevistas, não são situações isoladas, particulares,

[11] Trata-se especialmente de famílias que foram removidas das áreas do Imbé, em Campos e de outras áreas de conflito do estado para serem assentadas nas glebas Vecchi e Quizanga entre 1966 e 1967. Para maiores detalhes, ver o Capítulo 2 do presente relatório escrito por Fabrício Teló e Ricardo Braga.

desconectadas de outras experiências. Elas ilustram a forma como a ditadura reprimiu os trabalhadores no Brasil, de maneira geral, e em particular os trabalhadores do campo, tema de nosso interesse. Nesse sentido, reconstruímos essas memórias não para buscar o que há de singular em cada narrativa, mas para identificar, no conjunto das narrativas construídas a partir da diversidade de memórias elaboradas, uma experiência que revele uma situação: a repressão contra os trabalhadores e, talvez valha repetir, o caráter de classe da repressão política durante a ditadura. Falar dessas experiências como parte de um conjunto mais amplo de situações é importante para não as desconectar de outras referências às quais estiveram ligadas no passado, assim como para compará-las com situações no presente.

Mas por que reconstruir essa memória? Seguindo a orientação de Todorov, nossa preocupação é a de conectar as experiências do passado entre si e delas com o presente de modo a dotá-las de algum ensinamento. As vítimas dos regimes totalitários se empenharam em entender e conhecer o que se passava nos campos de concentração como forma de sobrevivência e como uma maneira de combater o que se passou. Com isso, a reconstrução de outros tempos era vista como ato de oposição ao poder (TODOROV, 2000). Podemos aproximar o atual contexto do cenário descrito por Todorov. A reconstrução do passado é uma forma de combater o que se passou, um ato de oposição ao poder que existia e ainda existe e que se revela na permanência da violência no campo, nas tentativas de expulsão de camponeses das áreas onde vivem há anos, na sistemática violação de direitos trabalhistas, como mostram sucessivas denúncias sobre situações de trabalho análogas à escravidão mesmo em empresas que se apresentam como modernas.

A agenda de pesquisa e algumas possibilidades de investigação estão postos. Espera-se que uma das contribuições deste trabalho seja mostrar caminhos pelos quais a história camponesa pode ser narrada, a contrapelo, como nos sugere Walter Benjamin, ao afirmar que não há redenção possível se não se fizer o resgate das vítimas da história, condição para a transformação ativa do presente (BENJAMIN, 1986).

Impasses nas interpretações, dificuldades com os registros e tomadas de posição na análise

São inúmeras as dificuldades que enfrentamos ao longo da pesquisa. Destacamos aqui algumas que nos acompanharam em todos os seminários internos realizados para discutir dados e avançar interpretações.

A primeira refere-se a como considerar o debate em torno da forma de nomeação do regime que se instaurou em 1964. Durante um longo tempo a literatura o chamou de *militar*, procurando acentuar a ruptura institucional que ele significou e a forte presença dos militares não somente enquanto pessoas, mas como corpo dirigente e elaborador das diretrizes centrais dos governos que se sucederam a partir do golpe. No entanto, vários trabalhos desde os anos 1980 ressaltaram o fato de que o regime contou com amplo apoio de diferentes segmentos da sociedade. Com efeito, já nos anos 1960 disputava-se o sentido das reformas necessárias ao país e mobilizava-se a população para o apoio a diferentes projetos. O caso sempre lembrado é o do famoso Comício da Central, em março de 1964, ao qual se sucedeu a também não menos conhecida Marcha pela Família com Deus pela Liberdade, envolvendo uma classe média receosa das possibilidades de chegada do "comunismo". Para além do apoio de significativos setores da população, Dreifuss (1981) mostra como o golpe e as diretrizes econômicas e políticas do regime foram amplamente discutidas e elaboradas não só no âmbito da Escola Superior de Guerra, mas também em instituições que agregavam empresários de diferentes matrizes, como é o caso do Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), do Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e de instituições de representação empresarial, como as federações de indústrias e de bancos. Muitos quadros dessas instituições também assumiram postos importantes no governo que se instalou, inclusive ministérios. Esses fatos são acionados por vários autores para justificar que o golpe deve ser chamado de *civil-militar*.

Mais recentemente, tem-se chamado a atenção para o fato de que civil é um termo amplo que não dá conta da natureza do golpe que, na realidade, foi resultado de uma articulação entre poderosos setores empresariais e os militares. Esses autores salientam ainda que a política econômica da ditadura bem como as medidas repressivas tiveram como objetivo favorecer a consolidação e expansão dos interesses dos grandes capitais, o que se confirmou nos desdobramentos do regime. Assim, o termo mais adequado para caracterizar o golpe e o regime seria *empresarial militar*.

Na pesquisa, não fizemos uma discussão aprofundada sobre o tema, uma vez que nosso foco era o caráter da repressão no campo. Decidimos não fazer uma opção por um ou outro termo. Como se verá ao longo dos capítulos, cada um dos autores usou uma determinada forma de nominar o golpe e o regime.

No entanto, mesmo sem fazer uma opção, os dados obtidos apontam claramente para os interesses envolvidos. Metodologicamente, procuramos nos voltar para o

conhecimento das situações de conflitos e não unicamente sobre a repressão. Essa foi uma opção inicial do trabalho. Apostando nesse caminho, nossa proposta foi revelar atores em disputa. Nessa perspectiva, ao longo do relatório, vamos mostrando como e quais interesses aparecem em cada momento. Assim, temos como elementos centrais da análise nos conflitos fundiários, interesses vinculados à especulação fundiária; interesses turísticos, envolvendo a ação de grandes empreendedores do setor; fazendeiros de áreas em processo de transição de cultivos e até mesmo empresas estatais. É comum nas explicações elaboradas pelas lideranças o uso do termo *grileiro*, para indicar inclusive que muitos dos que se apropriavam da terra e buscavam expulsar os antigos ocupantes não tinham legitimidade para isso, pois sequer detinham títulos de propriedade. Nos casos de conflitos trabalhistas, nosso olhar se voltou principalmente para o setor sucro-alcooleiro, onde o desrespeito aos direitos trabalhistas era recorrente.

Qualquer que seja a forma do capital envolvido, o fato comum é o rápido e avassalador processo de expropriação. Isso nos leva a explicitar uma outra dimensão da abordagem que fazemos. Privilegiando os conflitos, nosso olhar não pode se restringir à repressão e violência que partiu dos órgãos de Estado. Embora tenhamos, como apontado acima, trabalhado intensamente sobre a documentação gerada pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) e pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), desde logo percebemos que eles refletem apenas uma parte do que ocorreu no campo fluminense no período. O material consultado mostrou como outras instituições estatais tiveram um papel importante na coação dos trabalhadores, entre eles o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), removendo populações por meio de sua Guarda Rural; o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF) em algumas áreas e, em outra ainda, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Para além da ação estatal, parte importante dos despejos e da repressão foi feita pelo poder privado, contando inclusive com a colaboração sob diferentes maneiras, do poder estatal. Em parte importante dos documentos analisados (nos arquivos da Fetag/RJ e da CPT ou em documentos produzidos por pessoas que apoiaram os trabalhadores e denunciaram as violências), percebemos essa atuação dupla e articulada. Mas é nos relatos dos afetados que aparecem as mais recorrentes menções a esses agentes privados, por meio da ação de capangas, jagunços etc. Em muitas situações de expulsão de trabalhadores, houve uma omissão total dos poderes públicos. Em consequência, uma outra dificuldade se interpôs: a dificuldade de ter os nomes dos mandantes das violências,

uma vez que, em muitos casos, só conseguimos chegar a o primeiro nome ou ao apelido do que as perpetrava.

Dessa perspectiva, do ponto de vista de uma parcela importante dos trabalhadores do campo, o regime (militar, civil-militar ou empresarial-militar, qualquer que seja a denominação que adotemos), implicou num exercício constante e brutal de desrespeito aos direitos humanos, tanto diretamente como por omissão, como poderá ser constatado ao longo das páginas que se seguem.

Outra dificuldade que enfrentamos está relacionada à natureza dos registros com que trabalhamos. Se nosso ponto de partida foram os conflitos, temos clareza de que aqui apresentamos apenas uma parte deles. Embora tenhamos contabilizado uma grande quantidade de ocorrências, não poderíamos aprofundar o estudo de todas elas, em razão do tempo e recursos disponíveis. Por outro lado, o tipo de registro (entrevistas, relatórios sindicais, por exemplo) cria dificuldades para a nomeação de agentes da repressão, uma vez que em alguns casos não temos nenhuma outra comprovação. Em outros, aparecem apenas apelidos ou o primeiro nome.

Nossa hipótese é de que havia e há uma conflitualidade latente para a qual as fontes de que dispusemos não trazem grandes evidências. Nossas informações restringem-se a casos onde houve algum tipo de denúncia (pelos sindicatos, Fetag/RJ, CPT, arquivos de Arquidioceses). Considerando os locais do território fluminense onde não havia, nos anos 1960/70, estas últimas entidades funcionando, somente novas pesquisas, com outro tipo de abordagem, poderiam trazer informações. Isso é particularmente claro nas regiões onde despejos se sucederam, como é o caso do Norte Fluminense e Região Serrana.

Há que lembrar também a dificuldade de acesso a algumas fontes documentais relevantes. Em nossa pesquisa, não pudemos consultar, por exemplo os arquivos do Incra nem os do Instituto de Terras do Rio de Janeiro, indisponíveis em razão de mudança de prédio em ambas instituições.

Finalmente, diversas situações para serem estudadas exigem outras estratégias metodológicas: a não resistência, a saída em busca de outras oportunidades de trabalho. Em grande medida estes também foram vítimas de um regime que agravou desigualdades.

C**onflitos selecionados para a pesquisa: distribuição pelo território fluminense**

Nossa primeira preocupação foi mapear a ocorrência de conflitos. Após uma primeira incursão sobre os registros de que dispúnhamos, conseguimos identificar algumas situações, com qualidade e quantidade de informações bastante diversificada, mas que nos pareceram importantes como indicadores de que as tensões fundiárias e trabalhistas no estado foram recorrentes. No entanto, ao longo do trabalho fomos encontrando referências a novas situações.

A relação completa dos conflitos identificados, com um breve resumo de cada um deles, compõe o **Anexo 2** do presente relatório. O **Quadro 1**, da página seguinte, mostra a sua concentração, segundo as regiões do estado.[12]

Conseguimos mapear 219 situações de conflito, a maior parte delas com registros a partir de 1968.[13] Não fizemos um levantamento sistemático dos casos ocorridos no período anterior ao golpe, mas as situações escolhidas para serem estudadas em profundidade, bem como diversas outras que aparecem no Anexo 2, mostram que parte dos conflitos se reitera nos mesmos lugares ao longo dos anos, indicando uma resistência que permaneceu ao longo do tempo, mesmo em condições adversas.

[12] Utilizamos como referência a atual divisão em regiões. No entanto, ao longo dos ocorridos , como se verá, os pesquisadores se apropriaram de outras denominações, recorrentes quer na literatura, quer no uso cotidiano.

[13] Certamente, isso se relaciona com a natureza das fontes consultadas. A maior parte dos registros deriva de documentos sindicais e o sindicalismo do estado, como veremos no capítulo 1 do presente relatório, começa a se reestruturar no final dos anos 1960. No entanto, vários deles são desdobramentos de situações que já vinham de longa data.

Quadro 1. Concentração de conflitos por regiões do Estado do Rio de Janeiro (1964-1988)

Região	Município	Quantidade de conflitos
Metropolitana		**94**
	Duque de Caxias	8
	Nova Iguaçu	11
	Itaboraí	3
	São Gonçalo	1
	Magé	43
	Cachoeiras de Macacu	16
	Rio Bonito	1
	Maricá	1
	Itaguaí	2
	Paracambi	3
	Rio de Janeiro	5
Costa Verde		**56**
	Parati	25
	Angra dos Reis	28
	Mangaratiba	3
Baixadas Litorâneas		**20**
	Silva Jardim	6
	Casimiro de Abreu	9
	São Pedro da Áldeia	2
	Cabo Frio	2
	Araruama	1
Médio Paraíba		**21**
	Valença	5
	Volta Redonda	3
	Piraí	5
	Pinheiral	1
	Resende	1
	Barra Mansa	3
	Rio Claro	3
Serrana		**12**
	Teresópolis	1
	Macuco	1
	Petrópolis	2
	Santa Maria Madalena	2
	Trajano de Moraes	5
	Friburgo	1
Centro-Sul Fluminense		**8**
	Vassouras	7
	Miguel Pereira	1
Noroeste Fluminense		**1**
	Porciúncula	1
Norte Fluminense		**7**
	Campos	5
	São João da Barra	2
Total de conflitos registrados no estado		**219**

Fonte: elaboração dos pesquisadores do Projeto a partir dos dados obtidos no NMSPP/CPDA/UFRRJ; Fetag/RJ; Centro de Documentação Dom Tomas Balduíno; Projeto Brasil Nunca Mais; Plataforma Memória Reveladas; jornais e entrevistas realizadas em diferentes momentos.

Com base na qualidade das informações disponíveis, nos contatos de que dispúnhamos, perfil da equipe e disponibilidade de recursos, selecionamos alguns casos para aprofundamento e que são apresentados e detidamente analisados nos capítulos que se seguem. São eles:

a) Região Metropolitana:

- Cachoeiras de Macacu: **Núcleo Colonial Papucaia e seu entorno**, em especial a fazenda **São José da Boa Morte**
- Magé: **Conceição de Suruí e áreas de posse da Companhia América Fabril**
- Duque de Caxias: **São Lourenço e Capivari**
- Japeri (antes pertencente a Nova Iguaçu): **Pedra Lisa**

b) Região da Costa Verde

- Parati: **Trindade, Praia do Sono, Campinho da Independência, São Roque, Taquari, Barra Grande, São Gonçalo**.
- Angra dos Reis: **Santa Rita do Brachuy**

c) Região das Baixadas Litorâneas

- Cabo Frio/São Pedro d'Aldeia e Búzios: **fazendas Campos Novos, Botafogo e Caveira**

d) Região do Médio Paraíba

- Valença: fazendas **Santa Mônica e Conquista**

e) Região Serrana

- Trajano de Moraes: **fazenda Santo Inácio**

f) Norte Fluminense

- Campos: **Imbé** e **conflitos trabalhistas ocorridos em diversas usinas**

Formas de violência: uma primeira aproximação

As fontes com que trabalhamos nos permitiu fazer um amplo mapeamento dos diversos tipos de violências sofridas pelos trabalhadores do campo. Os números encontrados são bastante reveladores do que ocorreu nesse estado e particularmente na região Metropolitana no período selecionado para a pesquisa, conforme mostra o **Quadro 2**, a seguir.

Quadro 2. Violações de direitos

Região/ Município	Assassinatos	Desaparecimento forçado	Ocultação de cadáver	Tortura	Prisão	Agressão física	Contradição forçados de parceria e arrendamento
METROPOLITANA							
Duque de Caxias	2	-	1	5	8	1	-
Nova Iguaçu	3	-	-	1	1	-	-
Itaboraí	-	-	-	-	-	-	-
São Gonçalo	-	-	-	-	-	-	-
Magé	5	1	-	1	6	2	-
Cachoeiras de Macacu	22	3	1	5	141	3	-
Rio Bonito	2	-	-	-	-	1	-
Maricá	-	-	-	-	-	-	-
Itaguaí	1	-	-	-	-	-	-
Paracambi	1	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	2	-	-	-	-	1	-
COSTA VERDE							
Parati	2	-	-	-	1	6	4
Angra dos Reis	-	-	-	-	2[14]	-	2
Mangaratiba	-	-	-	-		-	-
BAIXADAS LITORÂNEAS							
Silva Jardim	1	-	-	-	-	4	-
Casimiro de Abreu	-	-	-	-	-	1	-
São Pedro da Áldeia	1	-	-	-	7	1	-
Cabo Frio	5	-	-	-	7	7	-
Araruama	-	-	-	-	-	-	-
MÉDIO PARAÍBA							
Valença	-	1	-	2	-	2	2
Volta Redonda	-	-	-	-	-	-	-
Piraí	-	-	-	-	-	-	-
Pinheral	-	-	-	-	-	7	-
Resende	-	-	-	-	-	-	-
Barra Mansa	-	-	-	-	-	-	-
Rio Claro	-	-	-	-	-	-	-
REGIÃO SERRANA							
Teresópolis	-	-	-	-	1	1	-
Macuco	-	-	-	-	-	1	-
Petrópolis	-	-	-	-	-	-	-
Santa Maria Madalena	1	-	-	-	-	2	-
Trajano de Moraes	-	-	-	-	7	-	-
Friburgo	-	-	-	-		-	-
REGIÃO CENTRO SUL FLUMINENSE							
Vassouras	5	-	-	-	-	2	-
Miguel Pereira	-	-	-	-	-	-	-

[14] Nesse município o número se refere aos conflitos em que houve prisões. Não foi possível identificar o número de presos.

REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE							
Porciúncula	-	1	-	1	-	1	-
REGIÃO NORTE FLUMINENSE							
Campos	-	-	-	3	3	-	-
São João da Barra	1	-	-	-		-	-
TOTAIS RJ	**Assassinato**	**Desaparecimento forçado**	**Ocultação de cadáver**	**Tortura**	**Prisão**	**Agressão física**	**Contratos forçados de parceria e arrendamento**
	54	**6**	**2**	**18**	**184**	**43**	**8**

Observações: No número de mortos, só foram considerados os identificados. No caso das agressões físicas, não há identificação de número e nome nos seguintes conflitos: São Gonçalo, Bananal (ambos em Paraty), Ariró e Brachuy (em Angra dos Reis), Três Poços (Volta Redonda), Sto. Inácio (Trajano de Moraes), fazenda Ponte Funda (Petrópolis), Alpina (Teresópolis).
No caso da coluna "contratos forçados", o número corresponde à quantidade de conflitos em que houve ocorrências desse tipo.

Fonte: elaboração dos pesquisadores do Projeto a partir dos dados obtidos no NMSPP/CPDA/UFRRJ; Fetag/RJ; Centro de Documentação Dom Tomas Balduíno; Projeto Brasil Nunca Mais; Plataforma Memória Reveladas; jornais e entrevistas realizadas em diferentes momentos.

A ocorrência de violências acompanha o alto nível de conflitualidade atingido na região Metropolitana. É nela que ocorrem a maioria dos assassinatos e prisões. Os dados trazem à tona diferentes faces da violação de direitos dos trabalhadores, perpetradas ora pelo Estado, ora pelo poder privado, neste caso sempre com omissão, quando não apoio, das instituições estatais. As relações de nomes, fontes e outros dados relativos a essas ocorrências constituem o **Anexo 3** do presente relatório.[15] As condições em que ocorreram essas violações e detalhamento dos agentes envolvidos são tratadas com detalhe nos casos selecionados para análise ou, de forma, sintética nas situações de conflito apresentadas no Anexo 2.

Estrutura do relatório

O presente relatório compõe-se das seguintes partes: um capítulo introdutório que situa algumas das transformações do estado do Rio de Janeiro ao longo do século XX e que funciona como pano de fundo para que se possa melhor situar os diferentes casos aprofundados nos capítulos seguintes. Na sequência, seguindo a atual divisão do estado por regiões, apresentamos os conflitos mais intensos da região Metropolitana, da Costa Verde, das Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Serrana e Norte Fluminense, lembrando ao leitor que os autores não ficaram presos a essa divisão administrativa, mas usaram

[15] No entanto, ressaltamos que essas listas são provisórias e poderão crescer à medida que pesquisadores se debruçarem sobre novos documentos ou entrevistas.

outras caracterizações que se mostraram mais adequadas para dar força às ideias que estavam procurando expor. Ao final, um capítulo discute as diferentes dimensões jurídicas envolvidas nos conflitos. Encerramos o relatório com um capítulo de Considerações finais, onde apresentamos as principais recomendações da equipe à Comissão estadual da verdade do Estado do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

FIGUEIREDO, Argelina. Intervenções sindicais e o novo sindicalismo. In: *Dados*, v. 17, p. 135-155, 1978.

FREDERICO, Celso. *A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)***.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

LOPES, Carla (Org.); REGOS, T. C. (Org.). *Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo*. 1ª. ed. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores (CUT), 2015. v. vol.2.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. *Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975*. 1ª. ed. São Paulo: Hucitec: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994. v. 1

MATTOS, M. B. (Org.); VEGA, R. (Org.). *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal***.** 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. v. 1.

MEDEIROS, L. S. *Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro. (Relatório de Pesquisa). Dez anos de luta pela terra: 1969-1979.* Cedec/Abra/CPDA-UFRRJ, 1983. (mimeo.).

_____. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

NOVAES, Regina Célia R. *De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo.* Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

_____. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S., PAULILO, M. I. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas*: condições, dilemas e conquistas, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato).

PEREIRA, R. C. M. (Org.); GARCIA, D. (Org.). *Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo.* 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Central Única dos Trabalhadores, 2014. v. 1.

PESSANHA, E. (Org.); MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Resistência dos Trabalhadores na Cidade e no Campo*. 1. ed. São Paulo: Cedoc/CUT, 2015. v. 1.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1992, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (Coords.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICCI, Rudá. *Terra de ninguém. Representação sindical no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. In: *Política & Sociedade*, v. 1, p. 269-309, 2008.

SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. In: *Revista Em Pauta*, v. 12, p. 85-98, 2014.

SANTANA, Marco Aurélio; RODRIGUES, Vicente A. C. *Direito à memória e à verdade.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central única dos Trabalhadores, 2015.

SARTI, Cintia A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. In: *Horizontes Antropológicos* (UFRGS. Impresso), v. 20, p. 77-105, 2014.

SIGAUD, Ligia Maria. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, Osvaldo Heller da. *A Foice e a cruz*: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.

STAMPA, Inez (Org.); MARQUES. Aantonio José. (Org.). *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. 2. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: CUT Brasil e Arquivo Nacional, 2010.

STAMPA, Inez (Org.); NETTO, R. S. (Org.). *Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional - Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013. v. 1.

THONSON, Alistair. Aos cinquenta anos. Uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História oral: desafios para o século XXI.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.

VIANA, Gilney (coord.). *Camponeses mortos e desaparecidos*: excluídos da justiça de transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Capítulo 1

Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no Rio de Janeiro (1946-1988)

Leonilde Servolo de Medeiros*

1. Introdução

Neste capítulo, de caráter introdutório aos diversos casos estudados, procuramos apresentar as condições mais gerais em que se deram os conflitos por terra no Rio de Janeiro, traçando não só um panorama das transformações econômicas, sociais e políticas do estado no período abrangido pela pesquisa, mas principalmente buscando mostrar como esses conflitos tiveram um papel político central, gerando polarizações, atuando decisivamente na formulação de problemas públicos (CEFAÏ, 2001) e colocando em pauta questões que obrigavam diferentes atores a tomar posições num acirrado debate político. Com ele, pretendemos dar algumas indicações gerais dos agentes presentes nas disputas por terra no estado e seus desdobramentos. As particularidades delas em situações específicas são tratadas a partir do capítulo 2 do presente relatório.

A análise dos conflitos no período abrangido pela pesquisa nos dá elementos para refletir sobre diversas configurações de atores e possibilidades políticas. Ao longo das quatro décadas sobre as quais nos debruçamos, esboçaram-se diferentes formas de resistência (algumas bem-sucedidas, outras fracassadas), mesmo no período de maior repressão, em que as organizações representativas dos trabalhadores e sua capacidade de atuação política foram fortemente afetadas. Constituíram-se também novos atores e estratégias, ao mesmo tempo que ocorria um recrudescimento da violência costumeira num contexto de ausência de liberdades democráticas. Procuramos fornecer elementos para que se possa ter em conta diferentes arranjos que envolvem não só o rural como também o urbano, de forma a mostrar a impossibilidade de traçar linhas divisórias rígidas

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisadora do CNPQ e do Programa Cientistas do Nosso Estado da Faperj.

entre esses dois universos, em especial quando tratamos de conflitos e luta política, lugar privilegiado para observar a permanente circulação de pessoas e ideias entre as duas esferas.

Ao longo do século XX, o Estado do Rio de Janeiro apresentou significativas alterações em suas áreas rurais, que podem ser resumidas na decadência de algumas culturas em razão da concorrência com outras regiões produtoras, como é o caso da cafeicultura, da progressiva extinção dos cultivos de laranja (em Nova Iguaçu, na região de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Saquarema) ou das sucessivas mudanças nas condições do cultivo da cana, na Região Norte Fluminense, culminando no desaparecimento de diversas usinas a partir dos anos 1990. Muitos conflitos ocorreram relacionados à transformação das relações de trabalho nas grandes fazendas, provocada por mudanças progressivas nas regras de contrato ou mesmo pela expropriação dos trabalhadores da terra onde viviam, em decorrência da substituição de cultivos. É o caso, por exemplo, da Região Serrana, onde a cafeicultura foi substituída pela criação de gado extensiva, ou da região canavieira campista, onde o processo de expropriação se ligou à modernização dos sistemas de cultivo, com introdução da mecanização num primeiro momento e de insumos químicos num segundo. Nos dois casos, foram rompidas relações costumeiras, e antigos *colonos* e *moradores* perderam as áreas onde faziam suas lavouras de subsistência.

Houve, também, como resultado da intensificação de processos de industrialização e de debates políticos sobre a propriedade fundiária que ocorreram nos anos 1920/1930, tentativas do Estado, ainda na década de 1930, de criar núcleos coloniais para assentar, em pequenos lotes, agricultores que eram vistos como fundamentais para produção de alimentos para abastecer as cidades que rapidamente aumentavam sua população (NEVES, 2013; LENHARO, 1986b). Parte importante dos conflitos que identificamos nos anos 1950/1960 ocorreu nas terras desses núcleos coloniais ou em sua vizinhança, fruto do aumento populacional e da especulação fundiária que em torno deles se desenvolveu, provocando a saída forçada dos *colonos* ou de *posseiros,* muitos deles vindos de outras regiões do estado ou mesmo do país, em busca de trabalho.

Já nos anos 1970, é o avanço do turismo no litoral, em especial no sul, que intensifica os conflitos numa área onde, até os anos 1960, eles pareciam não existir em escala significativa. A chegada de novos interesses imobiliários trouxe consigo especulação e expropriação de moradores que lá viviam há muito.

São situações diferenciadas no tempo e no espaço que confluem para um rápido processo de expropriação e violação de direitos. É recorrente, tanto em depoimentos como na bibliografia, a menção à quebra de relações que gerou indignação e revolta.[1] Potencializando esses sentimentos e contribuindo para conformar noções de justiça e injustiça, bem como do que era legal e ilegal e da necessidade de resistir às transformações em curso, foi fundamental a ação de mediadores políticos vários – com destaque para o Partido Comunista Brasileiro –, tais como o sindicalismo que se constitui mesmo nas condições adversas de repressão, as organizações ligadas à Igreja católica, os agentes da política institucional (governadores, deputados), os grupos de advogados etc. Essas mediações forneceram condições materiais para que a resistência se fizesse, articularam os conflitos locais a bandeiras e lutas nacionais, forneceram uma linguagem comum a partir da qual as demandas e estratégias se expressaram.

2. A questão fundiária e os fundamentos das disputas por terras

As raízes da questão fundiária no Estado do Rio de Janeiro (e no Brasil) remontam à forma como se procedeu à distribuição de sesmarias, quer a particulares, quer a ordens religiosas, e à dificuldade de definir os limites da apropriação por parte dos sesmeiros. Trata-se de um fenômeno que teve seu equacionamento jurídico na Lei de Terras de 1850, que afetou tanto áreas urbanas como rurais (SILVA, 1996).[2]

No período colonial, a economia urbana era quase inexistente e as cidades eram polos eminentemente administrativos e religiosos. É o caso do Rio de Janeiro que se tornou capital da colônia já em 1763. Em meados do século XIX, alguns aglomerados urbanos passaram por um processo de ressignificação e de transformações materiais, tornando-se centros das atividades econômicas, sobretudo em razão da expansão do comércio e das atividades fabris e bancárias. Esse processo é particularmente visível nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, já então os mais importantes polos comerciais e administrativos, a primeira por ser capital do Império, a segunda por já ter se tornado um importante centro de negócios de café, então principal produto de exportação do país.

Se a Constituição de 1824 já consagrara a noção de propriedade, somente 26 anos depois ela foi regulamentada no que diz respeito a bens imóveis, com a Lei de Terras (Lei

[1] Sobre o tema, ver, entre outros, Thompson (1987); Moore Jr (1987); Honneth (2003).
[2] Formalmente, a distinção entre imóvel rural e urbano só passou a ser feita na Constituição de 1891.

nº 601, de 18/09/1850), que impunha o registro das terras já apossadas e proibia a aquisição de terras devolutas por outro meio que não a compra. A regulamentação dessa lei, em 1854, atribuiu às províncias o comando da medição, legitimação e titulação de terras, respeitando os direitos dos posseiros e sesmeiros. No entanto, a iniciativa primeira, que desencadeava todo o processo de demarcação, estava nas mãos dos particulares, que resistiam a fazer essa delimitação (SILVA, 1996).[3]

Quase ao mesmo tempo, foi aprovada a Lei Eusébio de Queiroz,[4] que proibia o comércio de escravos, tendo paralelamente o efeito de liberar recursos que passaram a ser investidos em outras atividades. Não por acaso, ainda de 1850, foi aprovada também a Lei do Comércio (Lei nº 556, de 25/06), que contribuiu para o crescimento de atividades econômicas, tais como as fabris, restringidas durante o período colonial e início do Império (SUZUKI, 2007).

Alguns autores ressaltaram o significado da transformação da terra em mercadoria, promovida pela Lei de Terras, para a expansão das atividades agrícolas, no momento de expansão da cafeicultura. José de Souza Martins chama a atenção para o fato de que, desde então, passou a predominar

> a ênfase no empreendimento, pois o seu valor de mercado estará nos frutos que poderá produzir, no trabalho materializado nas plantações. [...] O capital que era antes pago aos traficantes de escravos passou a ser pago às companhias imobiliárias e aos grileiros que, com base em documentos falsos, depois de 1854, apossaram-se de extensas áreas devolutas ou ocupadas por posseiros, revendendo-as a novos e potenciais fazendeiros (MARTINS, 2010, p. 49).

Embora o autor tenha focado sua análise na expansão das fazendas de café em São Paulo, parece-nos razoável supor que a transformação da terra em equivalente de mercadoria (portanto, sujeita às regras do mercado) atingiu tanto áreas novas quanto antigas e que seu preço passou a variar conforme a dinâmica local das atividades econômicas. As reflexões do autor, assim como as de Silva (1996), ajudam a entender a resistência surda, a que se refere esta última, dos que possuíam terras, parte deles

[3] Segundo a autora, os quase trinta anos que separam a Constituição do Império da criação da Lei de Terras devem-se ao fato de que não era do interesse dos fazendeiros a delimitação de terras, preferindo as possibilidades que se ofereciam e que já estavam consagradas no costume de apropriação livre de quanta terra pudessem cultivar ou mesmo simplesmente se apossar.

[4] O decreto de 07/11/1831 também proibiu o comércio intercontinental de escravos, mas teve pouca eficácia.

descendentes e herdeiros de antigos sesmeiros, em registrar suas propriedades, como previsto na Lei de Terras. O não registro formal e os limites fluidos dos contornos da propriedade deixavam a terra disponível para usos futuros. Não se trata de imaginar que todos agissem naquelas circunstâncias a partir de um cálculo racional que os levava a negligenciar a delimitação, mas sim que havia um certo *habitus* (BOURDIEU, 1989) que já vinha desde os primórdios da colonização de apossamento constante das terras disponíveis, pois isso era fonte de poder tanto sobre as populações que nelas viviam, quanto nos espaços políticos e administrativos.

Suzuki (2007) chama a atenção para o fato de que uma lógica semelhante esteve presente na expansão urbana que então se intensificou. Segundo este autor, o crescimento das cidades se fez por meio da contínua transformação de áreas antes rurais em urbanas, uma expansão complexa e carregada de tensões. Ela marcou a formação dos subúrbios e de áreas de transição, caracterizadas pela sobreposição da ação de empresas especializadas em mercantilizar a terra por meio de loteamentos à moradia irregular quanto à posse da terra e à precária delimitação e registro das propriedades. Muitos conflitos que serão objeto de nossa atenção neste relatório relacionam-se a esse quadro, que perdurou no tempo e ainda hoje é perceptível em algumas áreas. É o caso de quase toda a Baixada Fluminense e mesmo da Cidade do Rio de Janeiro. Ermínia Maricato, em seus estudos sobre a formação das cidades, também trata do tema e afirma:

> a legislação urbana não surgirá senão quando se torna necessária para a estruturação do mercado imobiliário urbano, de corte capitalista. Os Códigos Municipais de Posturas, elaborados no final do século XIX, tiveram um claro papel de subordinar certas áreas da cidade ao capital imobiliário, acarretando a expulsão da massa trabalhadora pobre do centro da cidade. A nova normatividade contribui para a ordenação do solo de uma parte da cidade, mas também contribui, ao mesmo tempo, para a segregação espacial. A escassez alimenta a extração da renda imobiliária (MARICATO, 2003, p. 154).

O texto constitucional de 1891, aprovado após a Proclamação da República, introduziu a diferença, antes inexistente, entre imóvel rural e urbano, sem nenhuma definição mais precisa, mas refletindo a importância que as atividades urbanas vinham adquirindo. O Código Civil (Lei nº 3.071 de 01/01/1916), que vigorou até 2002, tinha vários dispositivos que tratavam da destinação dos imóveis urbanos e dos "rústicos", ou seja, rurais e, como destacado por Bernardes et al. (1983), preocupava-se com as relações jurídicas relativas à destinação produtiva destes últimos, o que consolidava a percepção

de rural como espaço eminentemente de produção. Esse será um tema que alimentará os conflitos que ganharam visibilidade a partir dos anos 1950: o trabalho investido na terra e a produção que esta gerava justificavam a propriedade.

Ao mesmo tempo, no início do século XX, consagrou-se a percepção das cidades como *locus* da modernidade em relação ao campo, que representava o Brasil arcaico (MARICATO, 2003). Aspásia Camargo chama a atenção inclusive para a dissociação, feita nesse período, entre as formas de protesto rural e a contestação urbana: as revoltas ocorridas nos *sertões*, mobilizando milhares de pessoas, como foram os casos do Contestado e de Canudos, eram lidas como expressão da ignorância e da barbárie (CAMARGO, 1981).

No que se refere ao Rio de Janeiro, a primeira metade do século XX foi marcada pelos reflexos da crise quer da cafeicultura do Vale do Paraíba, quer das lavouras de laranja da Baixada Fluminense. Neste último caso, a historiografia reitera a ideia de que as terras foram abandonadas, levando ao assoreamento dos rios. Um dos resultados foi um forte surto de febre amarela que levou à necessidade de obras de saneamento e consequente valorização fundiária do entorno da capital, ao mesmo tempo que se desenvolviam iniciativas estatais para reordenar a ocupação dos espaços com a criação de núcleos coloniais que, segundo a expectativa do governo, disseminassem a pequena propriedade e servissem de polos de produção de alimentos para uma cidade que já então despontava como centro industrial e, portanto, com rápido crescimento populacional.

Para entender essas iniciativas, é importante ter como referência os debates que ganhavam espaço público sobre as implicações do sistema de grandes propriedades na sociedade e na política brasileira. Um dos grupos que se colocava como porta-voz de mudanças na estrutura fundiária eram os chamados tenentes, que produziram um expressivo movimento político (o *tenentismo*) de grande expressão na década de 1920.[5] Para eles, tratava-se de alterar a estrutura fundiária, para romper com o poder dos grandes proprietários, representantes do atraso, e tornar possível a democratização do país (CAMARGO, 1981; MEDEIROS, 1983a). Embora participantes ativos da chamada Revolução de 1930, os *tenentes* foram derrotados em diversas de suas propostas. Entre elas, a de mudanças na estrutura fundiária. Mesmo assim, ficaram marcas da discussão em torno do caráter considerado perverso do regime de grandes propriedades. A essa percepção parece estar ligada a criação de núcleos de colonização em áreas novas, ainda

[5] Sobre o tenentismo, ver, entre outros, Santa Rosa (1976); Drummond (1986).

não controladas pela propriedade capitalista da terra (como forma de tentar introduzir nelas um outro desenho de propriedade fundiária e também encaminhar fluxos migratórios que começavam a afluir para as grandes cidades), em locais que tinham um papel geopolítico importante, como a fronteira do Paraná com Argentina e Paraguai e o entorno da capital federal, visando a produção de alimentos para a cidade em crescimento. Ainda que pouco expressivas (se considerarmos seu efeito sobre distribuição de terras), essas ações foram suficientemente atrativas para que milhares de famílias, de diferentes pontos do país, acorressem a elas em busca de terra (LENHARO, 1986b; NEVES, 2013). Não por acaso, alguns dos conflitos fundiários que marcaram os anos 1950/1960 se deram em áreas próximas a projetos de colonização: Formoso, vizinha à Colônia de Ceres em Goiás; Francisco Beltrão e Pato Branco, junto à Colônia General Osório no Paraná; diferentes localidades da Baixada Fluminense.

De acordo com Arezzo (1998), a colonização dirigida no Estado do Rio de Janeiro iniciou-se nos anos 1930, com a instalação do Núcleo Colonial de Santa Cruz, em área pertencente à Fazenda Nacional de Santa Cruz, que estava então arrendada a criadores de gado e plantadores de arroz. Na década seguinte, estendeu-se para Itaguaí. Segundo o autor, a área chegou a ter 1.150 *colonos* plantando verduras, legumes e frutas.[6] Essa iniciativa é bastante ilustrativa das intenções envolvidas nos projetos de colonização da região: a) incentivar o aproveitamento da área e de outros imóveis da União situados na Baixada Fluminense e beneficiados pelas obras de saneamento que o governo lá vinha realizando; b) disciplinar a ocupação, já então reconhecendo que, embora pertencente à União, ela vinha sendo apropriada privadamente; c) desenvolver a pequena propriedade para abastecer a capital da República (GRYNSZPAN, 1987; NEVES, 2013).

Foi também criada nessa época a Primeira Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras, indicando que já se percebia a questão da titulação como problema a ser enfrentado. Tais medidas, segundo Grynszpan (1987), foram estendidas para outros imóveis do domínio da União pelo Decreto-lei nº 5.110, de 12/01/1940.

Em 1938 foi criada a Divisão de Terras e Colonização (DTC) do Ministério da Agricultura, voltada para ações visando a "fixação do lavrador". Logo depois apareceram sucessivos decretos criando núcleos coloniais em torno da Cidade do Rio de Janeiro: Tinguá, em Nova Iguaçu; Núcleo Colonial de São Bento, em Duque de Caxias; Santa Alice, em Itaguaí (hoje o que restou do Núcleo pertence ao Município de Seropédica); e

[6] Para um estudo mais detalhado dessa experiência e da legislação pertinente, ver Neves (2013).

Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, já na década de 1950. Havia também um núcleo em Macaé.[7]

No segundo governo Vargas, o tema foi retomado: pela Lei nº 2.163, de 05/01/1954, foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), que tinha por objetivos:

> a) assistir e encaminhar os trabalhadores nacionais imigrantes de uma para outra região; b) orientar e promover a seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes; c) traçar e executar, direta e indiretamente, o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e o maior acesso aos nacionais da pequena propriedade agrícola.

Ao Inic foram transferidos imóveis e outros direitos que, pertencendo à União, se encontravam sob a administração da Divisão de Terras e Colonização, do Ministério da Agricultura, e do Departamento Nacional de Imigração, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

3. Os trabalhadores rurais, os direitos trabalhistas e as dificuldades de reconhecimento como categoria profissional

No que se refere aos trabalhadores do campo que viviam no interior das fazendas, um traço relevante era a presença de relações de trabalho marcadas pelo direito costumeiro, ou seja, ajustes locais que se faziam entre os trabalhadores e os donos da terra. Esses arranjos, em que pesem sua diversidade, inclusive de formas de nominação, tinham alguns aspectos comuns. Regra geral, o acordo era com o chefe da família. O proprietário permitia que a família morasse no interior da propriedade, com o compromisso de dedicação ao produto principal da fazenda (cana, café, laranja, algodão), mas com direito a uma área para plantio de alimentos e a uma casa para moradia. O produto desta área tinha regras próprias de divisão com o proprietário. Era com esses gêneros que se sustentava a casa dos senhores, seus serviçais e os demais trabalhadores que não tinham acesso à terra, mas trabalhavam nas propriedades em tarefas mais

[7] Conforme Arezzo, essas unidades foram organizadas pela seguinte legislação: Decreto 24.606, de 06/07/1934, que autoriza a desapropriação de terras foreiras à União por utilidade e necessidade pública; Decreto-lei 893, de 26/11/1938, que dispõe sobre o aproveitamento agrícola da Fazenda Nacional de Santa Cruz e de outros imóveis da União; Decreto-lei 5.110, de 12/01/1940, que estende as medidas do DL 893 a outros imóveis da União; Decreto 2.009, de 09/02/1940, que dá nova organização aos núcleos coloniais; Decreto 3.266, de 12/05/1941, que institui a colonização mediante organização de granjas modelo nas terras da União e cria o núcleo Colonial Duque de Caxias em Nova Iguaçu, na área da antiga Fazenda Cachoeira das Dores; Decreto-lei 6.117, de 16/12/1943, que regula a fundação de núcleos coloniais.

especializadas. Além disso, era comum que os trabalhadores também fossem obrigados a dar alguns dias de trabalho, em geral sem qualquer remuneração, para recuperação ou construção de caminhos no interior das fazendas, construção de pontes, cercas etc. Em alguns casos, havia um contrato escrito, como é o caso das cadernetas dos *colonos*, tratadas por Elizabeth Linhares no capítulo 7 do presente relatório.[8] Em outros, como em Campos Novos, os proprietários das terras coagiam os trabalhadores a assinar contratos em branco, como mostram Aline Borghoff Maia e Fabrício Teló, no capítulo 6. Na maior parte das situações, não havia contrato assinado, prevalecendo o costume. Nesse sistema, o trabalho não era individualizado, mas baseado na família. Produziu um tipo particular de relação, que Martins argumenta ser expressão das singularidades do capitalismo em nosso país, de seu tempo e ritmo próprio (MARTINS, 2003).

Nos anos 1930, quando começou a se consolidar a legislação trabalhista, essas relações tornam-se objeto de discussão política. Embora, segundo Camargo (1981), o texto constitucional de 1934 estivesse aquém dos debates sobre o tema ocorridos na Constituinte, o fato que nos importa registrar é que então já se propunha, ainda que sem sucesso, a extensão dos direitos trabalhistas ao campo, estímulo à educação de base e direito às condições de subsistência.

A Constituição de 1937, já no Estado Novo, manteve intocado o quadro fundiário e de ausência de direitos trabalhistas. A menção ao rural apenas aparece no art. 148, que estabelecia a possibilidade de obtenção da propriedade por usucapião. No capítulo sobre a ordem econômica, foi reconhecido um rol de direitos aos operários urbanos, não sendo registrada nenhuma proteção específica ao trabalhador rural, categoria sequer mencionada no texto constitucional.

No entanto, no mesmo ano, foi apresentado à Câmara um projeto de Código Rural, voltado para a regulação de direitos e obrigações relacionadas às atividades rurais. Procurava-se, através dele, definir o que era "empregado rural" (aquele que exercia a profissão mediante prestação de serviços na qualidade de "dirigente", "parceiro", "auxiliar" ou "assalariado" a estabelecimentos rurais, residisse nele permanentemente ou não) e regulamentar tanto o sistema de barracões de engenho como as relações de trabalho nos seringais (LENHARO, 1986a, p. 85-86). A discussão sobre o Código ficou

[8] Em São Paulo, a instituição das cadernetas no início do século XX e de uma divisão da Secretaria Estadual de Agricultura para zelar pelo cumprimento das regras acordadas prenuncia a regulação estatal dos conflitos. A criação desse instrumento está intimamente relacionada aos graves conflitos que ocorriam nos cafezais paulistas e que foram tratados na literatura especializada (ROCHA, 1982; STOLCKE, 1986; MARTINS, 2010; ALLIER E HALL, s/d.

inconclusa, mas o tema da definição da categoria profissional manteve-se na pauta política através do debate em torno da regulamentação do direito de associação.

Do ponto de vista da organização dos trabalhadores, falava-se na criação de organização mista, que juntasse na mesma entidade fazendeiros e trabalhadores. Péricles Madureira Pinho, um dos teóricos desse modelo, argumentava que:

> enquanto nos centros urbanos as profissões constituem unidades distintas, na agricultura a uniformidade do trabalho não permite tal diferenciação. As mesmas pessoas se encontram diariamente nas horas de serviço, confundindo a "atividade profissional" com a familial e religiosa.
> [...] a própria assistência ao trabalhador é uma responsabilidade que o empresário agrícola assume tacitamente. Em meios assim – como o nosso, por exemplo – não há antagonismos que justifiquem a bipartição em sindicatos de categorias (PINHO, 1939, pp. 58-59).

Em 1941 foi constituída uma comissão interministerial, presidida por Artur Torres Filho, então presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), para o estudo do enquadramento da agricultura na organização sindical. Nela, o Ministério da Agricultura e a SNA defendiam um sindicato misto, retomando os argumentos já expostos acima e acrescentando outros, que apontavam para a cidade como "espaço de penetração de ideologias estranhas", em contraste com o espírito do projeto de lei, que era o de não levar desarmonia às "classes agrícolas". Acentuava-se ainda a impossibilidade de um sindicato de trabalhadores, atribuída à "deficiência intelectual e econômica do trabalhador rural" (*sic*) e à própria dificuldade de definir o que é a "profissão rural".[9] A proposta aparentemente saiu do cenário político, mas voltou em 1944, quando um anteprojeto do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), que defendia a existência de um sindicato para empregados e outro para empregadores, foi analisado por uma comissão, onde a posição da SNA, em favor do sindicato misto, foi voto vencido.

O decreto de sindicalização rural (Decreto-lei nº 7.038, de 10/11/1944) garantia representação paralela para patrões e empregados. Eram definidos como empregadores rurais pessoas físicas ou jurídicas, proprietários ou arrendatários, que explorassem atividade rural na lavoura, pecuária ou indústrias rurais, por conta própria, utilizando-se do trabalho alheio ou não, em economia individual, coletiva ou de família. Como empregados, eram considerados os trabalhadores ou operários rurais que trabalhassem

[9] Na concepção de seu presidente, a Comissão tinha uma representação econômica por regiões e não de classe. Cf. O Problema da Sindicalização Rural, *A Lavoura*, abr./jun. 1943.

para outrem. O reconhecimento das entidades, seguindo os preceitos vigentes da concepção varguista de representação sindical, seria feito pelo MTIC. No que se refere a procedimentos para solicitação da investidura sindical, explicitavam-se alguns limites que tornavam extremamente difícil a sindicalização para os trabalhadores rurais: para os que quisessem ser diretores era obrigatória a apresentação de prova de boa conduta, firmada por autoridade policial competente; de que não professavam ideologias incompatíveis com as instituições ou os interesses da nação, mediante documento expedido pela Delegacia Especial de Segurança Política, no Distrito Federal, ou autoridades equivalentes nos Estados e Territórios; prova de exercício efetivo da atividade ou profissão desde um ano antes. Para isto era necessário um atestado passado pelos empregadores ou por duas pessoas já portadoras dele, ou a exibição da carteira profissional ou outro documento de valor similar expedido por autoridades federais ou estaduais. Diante das condições de trabalho vigentes no campo, é fácil perceber os obstáculos existentes para conseguir todos esses documentos, principalmente tendo em vista a dependência do demandante em relação ao poder patronal e ao poder local.

Sem revogar esse decreto, logo depois foi baixado o Decreto-lei nº 7.449, de 30/05/1945, que representava a visão da SNA e mostrava sua força política: definia a formação de associações rurais (e não sindicatos) como organizações mistas, não submetidas a critérios de enquadramento profissional, mas sim à jurisdição territorial. Sua célula básica era o município, com uma representação em nível estadual, através de federações. A entidade de representação nacional seria exclusiva e teria sua direção compartilhada com o governo federal, uma vez que parte de seus membros seriam nomeados por ele (STEIN, 1991). Essas organizações seriam subordinadas ao Ministério da Agricultura. A esse documento legal se seguiu um outro (Decreto-lei nº 8.127, de 24/10/1945), estabelecendo que poderiam fazer parte das associações rurais municipais todos aqueles que exercessem profissionalmente atividades rurais (como proprietários, arrendatários ou parceiros e até mesmo *colonos* e *moradores*). Institucionalizava-se assim, em forma de lei, uma concepção ampla de uma classe rural, onde o que ligava as pessoas era o exercício de atividades agropecuárias, independentemente do seu lugar social. Nesse quadro, as agências estatais e a organização patronal circunscreveram os espaços possíveis de organização, tendo como parâmetro de referência as potencialidades organizativas do operariado urbano, tal como desenhadas no imaginário patronal: eram constantes as menções ao risco de, permitindo a organização em sindicatos, trazer a luta

de classes ao campo, ao mesmo tempo que se insistia na incapacidade organizativa dos trabalhadores, do que decorria a necessidade de tutela permanente.[10]

No entanto, ocorreram paralelamente outros arranjos em função de reordenamentos de forças em determinadas esferas. Destaca-se, no que interessa à presente pesquisa, a criação, ainda no Estado Novo, do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e do Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-lei nº 3.855, de 21/11/1941), que gerou regras próprias para os trabalhadores do setor, como apontado no capítulo de autoria de Delma Pessanha Neves.

4. A redemocratização em 1945 e a organização dos trabalhadores do campo

No contexto do pós-guerra, com o início da Guerra Fria, iniciaram-se em toda a América Latina reordenações de relações de poder, configurando uma nova geopolítica, com crescente influência dos Estados Unidos. Nesse quadro, começaram a ganhar corpo os debates sobre industrialização, concentração fundiária e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento, uma vez que o latifúndio começava a ser percebido como sinônimo de atraso. Não é nosso objetivo explorar esses debates, mas queremos ressaltar que as primeiras iniciativas de organização autônoma dos trabalhadores do campo, ou seja, fora do âmbito das associações rurais previstas em lei, e as mobilizações que marcaram o meio rural desde o final dos anos 1940 pesaram decisivamente nos termos em que a questão agrária foi desenhada nas acirradas discussões que então se faziam.[11]

4.1. Os primeiros momentos da organização

Ao longo dos anos 1950, foram intensos os debates políticos em torno do desenvolvimento e seu significado, em especial o significado das grandes propriedades e da reprodução, no seu interior, de relações de opressão. Alguns dos temas propostos nos anos 1920 pelos *tenentes* voltaram, atualizando a discussão sobre a melhoria das condições de vida no campo e sobre a necessidade de criação de mercado interno e chamando a atenção para os riscos políticos da manutenção da concentração fundiária e

[10] Como será indicado adiante, esse ideário da fragilidade, de pouca capacidade reflexiva e necessidade de tutela dos trabalhadores rurais esteve muito presente nas avaliações que os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) do período que se sucede ao golpe faziam sobre a natureza das lutas no campo.
[11] Sobre o tema ver, entre outros, Camargo (1981); Medeiros (1983a).

do *status quo* agrário. O tema da reforma agrária ganhou projeção, e mudanças na estrutura fundiária eram vistas como condição de superação do *atraso*, considerado como atributo das áreas rurais.

Em todo o país (e o Estado do Rio de Janeiro não fugia à regra), a ausência de um cadastro rigoroso de terras e a delimitação controversa das propriedades, por vezes com superposição de limites, criavam dificuldades para definição do que eram efetivamente as terras da União ou terras devolutas, quem eram os posseiros, quem detinha a propriedade legal da terra.

Esse quadro era particularmente agudo na Baixada Fluminense, região marcada, em algumas áreas, pelo abandono da terra em razão da decadência das culturas tradicionais, como cana e laranja, sucessivos alagamentos e epidemias de febra amarela; e, em outras, pela ocupação de partes dos núcleos de colonização por pessoas que procuravam se apropriar e especular com a terra.

As obras de saneamento realizadas, em especial no período getulista, estimularam a apropriação de terras por trabalhadores vindos de diferentes regiões do estado, sobretudo do Norte e do Noroeste Fluminense, e de diversas partes do país, com destaque para o Espírito Santo, Minas Gerais e alguns estados do Nordeste.[12] Eles se dedicavam à produção de alimentos e à extração de madeiras, muitas vezes pagando taxas (*matagem*) aos que se diziam proprietários.

Autores como Geiger e Mesquita (1956) alertavam, já nos anos 1950, para a intensa atividade de loteamento que ocorria na Baixada Fluminense e a sucessão de despejos que a acompanhava. Como aponta Grynszpan, são as tentativas de despejo que mobilizavam os trabalhadores e provocavam resistências:

> Uma vez que tinham como objetivo primordial, principalmente a partir dos anos 1950, a especulação imobiliária e não a produção, os despejos passaram a representar, na Baixada, um corte definitivo com a terra. E isto era tanto mais grave, quanto eles começavam a incidir não sobre um ou outro lavrador, mas sobre um grande número e em várias fazendas.
> Isto significava que o lavrador despejado de uma área dificilmente seria reabsorvido em outra [...]
> No estado do Rio, os despejos eram vistos como procedimento ilegítimo, injusto, contra lavradores que haviam desbravado a terra, tornando-a produtiva, valorizando-a com seu trabalho, seu suor e seu sangue, e mais ainda, que não se recusavam a pagar pela sua utilização (GRYNSZPAN, 1987, p. 71).

[12] Ao longo da pesquisa, nos defrontamos com diversos apelidos que apontam essa origem diversa: Antonio Capixada, Joaquim Capixaba, Antonio Paraíba, João Mineiro.

Nesse momento, segundo Grynszpan (1987), a categoria *grileiro* passa a recobrir todos aqueles que tentam se apropriar de terras onde estão trabalhadores que, por sua vez, passaram a se identificar como *posseiros*.[13] Embora pagando taxas pelo uso da terra ou para cortar madeira, ou seja, reconhecendo que a propriedade pertencia a outro, no momento da disputa, o argumento do uso da terra para garantir o sustento da família se sobrepõe. *Grileiros* e *posseiros*, ainda segundo o autor, se constituíram, antes de mais nada, como categorias políticas, de enfrentamento, colocando em jogo a legitimidade do uso da terra.

De acordo com Grynszpan, que fez um exaustivo trabalho de identificação do quadro dos conflitos e seus diferentes atores, a partir dos jornais fluminenses:[14]

> pela sua grande recorrência, pela sua abrangência espacial, pelo número de pessoas envolvidas, pelos seus aspectos dramáticos e violentos, com tiros, espancamentos, queima de casas e destruição de plantações, *o despejo de lavradores das terras que ocupavam há vários anos era o principal problema social existente no campo fluminense entre 1950 e o início da década de 1960* (GRYNSZPAN, 1987, p. 16, grifos nossos).

Os conflitos não ocorriam apenas em áreas beneficiadas diretamente pela política de saneamento. Em outros pontos da Baixada, como é o caso de Magé, a ocupação foi feita, ainda no século XIX, por empresas têxteis que permitiam (ou mesmo estimulavam) a fixação de trabalhadores na terra como forma de garantir seu controle sobre vastas extensões. Assim, mais do que fábricas com vilas operárias, fenômeno observado em outras situações no Brasil[15], as empresas que operavam em Magé combinavam a produção industrial com a apropriação de terras. Com isso garantiam alimentos para os trabalhadores e matéria-prima para a produção, como será mostrado no capítulo 3, de autoria de Marco Antonio Teixeira. Também na Fábrica Nacional de Motores, implantada em 1939 no distrito de Xerém em Duque de Caxias, muitos operários acessavam terras circunvizinhas para plantio de roças (RAMALHO, 1989). É importante lembrar que a fábrica era limítrofe com as áreas de conflito identificadas nesse município (São

[13] Alguns dos nomes citados nos relatos como sendo grileiros eram de influentes políticos locais. É o caso, por exemplo, de Getúlio Moura, político de Nova Iguaçu que foi inclusive candidato a governador do estado. Mas havia também destacadas empresas, como é o caso da América Fabril em Magé.

[14] Os jornais fluminenses mais próximos do PCB que já nos anos 1950 acompanhavam e noticiavam esses conflitos eram: *Última Hora Fluminense* e *Imprensa Popular*, além de jornais como *Terra Livre*, *Voz Operária* e *Novos Rumos*, de circulação nacional.

[15] Entre outros estudos, ver Leite Lopes (1988) e Giroletti (2002).

Lourenço, Capivari) e que, nos momentos de auge de tensão, os documentos apontam a presença de metalúrgicos dando apoio aos posseiros, como comentando por Aline Borghoff Maia, Leonilde Medeiros e Elisandra Galvão no capítulo 4.

Nesse quadro, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve um papel importante no sentido de estimular a organização dos trabalhadores ameaçados, procurando dar substância às suas bandeiras de aliança operário-camponesa e reforma agrária. Já na segunda metade da década de 1940 começaram a aparecer as primeiras *associações de lavradores*, criadas nas áreas onde ocorriam despejos.[16] É o caso de Nova Iguaçu, área de Pedra Lisa, local de atuação inicial de Bráulio Rodrigues da Silva, e de Xerém, em Duque de Caxias, onde atuou José Pureza da Silva, liderança que inclusive se tornaria membro da direção estadual do PCB.

Como relata Pureza em suas memórias, em pouco tempo a associação de Caxias tornou-se Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), o que evidencia a intenção de suas lideranças de ter uma representação mais ampla (PUREZA, 1982). Assim como em diversos outros estados, as associações de lavradores foram uma primeira tentativa de unificar as lutas camponesas sob as mesmas bandeiras, tirá-las de sua dimensão local para articulá-las na construção de um conjunto de reivindicações que ultrapassava de longe os conflitos pontuais.[17] É o momento em que começa a se produzir lentamente o reconhecimento político do *campesinato* e em que suas demandas e enfrentamentos passam a ecoar nas páginas dos jornais e nos debates políticos, como luta por reforma agrária.

Em regiões onde predominava o trabalho nas grandes lavouras, eram organizações de industriários, muitas vezes também controladas pelos comunistas, que se colocavam como porta-voz dessa luta por direitos. É o caso de Valença e sua União Operária, originária na organização dos têxteis. Em Campos, o sindicato dos trabalhadores da parte industrial das usinas de açúcar disputava representação com o Sindicato de Empregados

[16] Em outras localidades, a ação pode ter seguido outros rumos. Em São Paulo, por exemplo, na região de Ribeirão Preto, área de predomínio de grandes lavouras de café e cana, a ação se fez em torno dos direitos trabalhistas, as organizações entrando com ações na justiça e provocando a criação de jurisprudências que serão posteriormente importantes para consolidar o reconhecimento de um determinado tipo de trabalhador: o assalariado rural. Era comum os jornais do PCB nos anos 1950 falarem das greves nos cafezais contabilizando o número de famílias participantes. Ou seja, estamos diante de uma situação de *colonato*, cujo tratamento político se desdobrou não na direção de garantir a posse da terra, mas sim direitos trabalhistas (MEDEIROS, 1995).

[17] Em Pernambuco, elas apareceram nominadas como ligas camponesas e foram criadas em torno de Recife. Em outros estados eram uniões, associações, irmandades (MEDEIROS, 1989).

Rurais. Essas duas situações são apresentadas nos capítulos 7 e 8, escritos, respectivamente, por Elizabeth Linhares e Delma Pessanha Neves.

Ainda nos anos 1950, começaram a ocorrer intervenções do poder público estadual nesses conflitos, com a desapropriação de terras. O primeiro caso de que temos notícia é o da localidade de Pedra Lisa, então localizada no Município de Nova Iguaçu, mas hoje pertencente a Japeri. Dada a resistência dos posseiros às tentativas de despejo, o subdelegado da região a considerava como *zona conflagrada.* Na entrada dessa localidade havia uma tabuleta onde se lia: "Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. E esta terra tem donos. Cada palmo de chão roubado há de custar a vida de todos nós" (GRYNSZPAN, 1987). Segundo este autor, com base em notícias do jornal *Imprensa Popular*, em agosto de 1956, os policiais tentaram realizar um despejo na área e foram repelidos por lavradores armados de facas, foices, enxadas e espingardas de caça. Essas ações eram entendidas pelos trabalhadores como formas de autodefesa. A localidade foi desapropriada pelo então governador Miguel Couto, do Partido Social Democrático (PSD). Na porta da escola, situada na praça de Pedra Lisa, ainda há uma placa lembrando o fato e relacionando-o à luta dos lavradores.

Figura 1. Placa existente na porta da escola de Pedra Lisa[18]



Fonte: Fotografia feita por Leonilde Medeiros, em julho de 2014. Note-se que na placa já é usado o termo *camponês*, que adquire forte sentido político na época.

[18] Tendo em vista possíveis dificuldades de leitura da foto, reproduzimos o texto contido na placa: "Os camponeses de Pedra Lisa, posseiros de mais de séculos dessas terras, por sucessões hereditárias e de compra e venda, perseguidos por grileiros, que lhes queimavam as casas e destruíam as plantações, testemunham neste bronze sua imorredoura gratidão ao governador Miguel Couto Filho, pelo seu ato justo e sábio desapropriando estas mesmas terras em favor daqueles que as ocupam e as cultivam e resolvem dar o seu nome a este núcleo agrário, que passará, de hoje em diante, chamar-se Miguel Couto Filho. 13-07-58".

Já então ocorriam também mobilizações nos espaços públicos. Como destacado por Grynszpan, em Duque de Caxias, em 1955, ainda na gestão de Miguel Couto Filho, após um grande despejo realizado em Xerém, os *camponeses*, acompanhados pelos diretores da ALF, ficaram acampados por um longo período no Campo de São Bento, em Niterói. Como resultado da mobilização, receberam, do governo estadual, terras na região de Córrego Feio, em Casimiro de Abreu (GRYNSZPAN, 1987; ERNANDEZ, 2010).

4.2. Crescimento da organização e diversificação das formas de luta

O crescimento de associações e sua expansão pelo Estado do Rio de Janeiro ocorreram paralelamente a um esforço do PCB de organizar os trabalhadores do campo em diversos pontos do país. Assim, o desenvolvimento dos conflitos no estado não pode ser explicado sem que se estabeleçam relações entre organizações locais e o que se passava no Brasil. São diferentes atores que se entrecruzam em diferentes planos (local, estadual, nacional, sem descartar influências internacionais) e que fizeram do debate sobre reforma agrária uma questão candente nos anos que antecederam o golpe militar e um campo de intervenção relevante após 1964.[19]

No plano nacional, em 1954, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), num encontro realizado em São Paulo, convocado pelo PCB. Nele já havia representação do Rio de Janeiro. Como desdobramento desse encontro nacional, foram realizados vários encontros locais e estaduais para estimular a expansão da organização dos *camponeses*, termo que começava a circular e ganhar significado político. Como parte desse esforço, foi criada a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), logo após a realização da I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado, em Niterói, de 28 a 30 de agosto de 1959. A intenção do encontro era, além de articular as lutas no estado, começar também a organizar um congresso nacional de *camponeses*, o que somente ocorreria em 1961.[20]

De acordo com Grynszpan, o patrocinador da Conferência foi o governo estadual, então comandado pelo petebista Roberto Silveira que, desde sua campanha, procurou se

[19] O tema já foi bastante abordado pela literatura e vamos retomar seus aspectos centrais, deixando ao leitor a tarefa de aprofundar aspectos não devidamente desenvolvidos neste texto. Entre outros, ver Camargo (1981); Medeiros (1983ª); Medeiros (1985).

[20] Entre 1957 e 1959 foram realizadas conferências de lavradores em diversos estados com a mesma intenção. Ver Medeiros (1985).

aproximar dos trabalhadores do campo. O mesmo autor também afirma que são os representantes das áreas mais ativas de luta que passaram a ter controle das organizações camponesas do estado:

> Dos onze nomes que estavam à frente da ALF em 1954 – Seabra Matias Prata, Manoel Jerônimo, Manoel Ramos Volinho, Francisco Silva, Itamar Joel Miranda, José Pureza, Severino Ramos da Cruz, Júlio Augusto Correia, Antônio Gomes Resende, Curgulino Pereira Gomes e Abelardo Scheiner, pelo menos nove eram de Xerém. Na diretoria que assumiu a Falerj em janeiro de 1961, Manoel Ferreira de Lima, de Magé, era o presidente, em substituição a Manoel Marins, de Caxias. Seu primeiro vice-presidente era Alvino Alves dos Santos, de Pedra Lisa, e o segundo, Júlio Joaquim de Oliveira, líder da Associação dos Lavradores de Rio das Ostras, em Casimiro de Abreu, mas que, ao que parece, havia vindo de Caxias. O primeiro secretário, Bráulio Rodrigues, era de Pedra Lisa, ao passo que o segundo, Manoel Escobar, o primeiro tesoureiro, Joaquim Antônio, e o segundo tesoureiro, José Pureza, todos os três eram de Caxias. Dos três componentes do Conselho Fiscal, um, Francisco Lacerda, era de Nova Iguaçu e atuava em Pedra Lisa, o outro, Anésio Dias de Freitas, era de Cachoeiras de Macacu, e o último, Antônio Gomes, não temos informação sobre sua procedência. Em 1963, a presidência da federação caberia a Pureza, tesoureiro da direção anterior. A vice-presidência seria de Bráulio, antigo secretário. O tesoureiro seria Manoel Ferreira de Lima, presidente anterior, e Alvino Alves dos Santos, antigo vice-presidente, seria o diretor técnico (GRYNSZPAN, 1987, p. 142).

Ao longo da década de 1950, a principal forma de luta das organizações camponesas foi a resistência aos despejos, com o objetivo de permanecer na terra o maior tempo possível. Como apontado acima, já nesse momento, era comum que a resistência fosse armada: eram os instrumentos de trabalho que mudavam de função, mas, ao que tudo indica, a partir de uma orientação das lideranças comunistas que acompanhavam as áreas de maior tensão. Mas também havia experiências de coletivização do trabalho na roça para proteção e fortalecimento dos lavradores frente às investidas dos fazendeiros e jagunços (como no caso dos "mutirões")

Essa resistência se somava e se articulava com outras formas de luta, definidas em cada local, conforme a configuração de forças presentes e as possibilidades de ação: ações na justiça (para tanto, era fundamental o apoio de advogados, muitas vezes ligados ao PCB, impetrando pedidos de *habeas corpus*, sustação de despejos, ações de usucapião etc.); manifestações públicas, como as ocorridas em frente ao Palácio do Ingá e descritas nas memórias de alguns militantes (PUREZA, 1982; SILVA, 2008); apelo a autoridades; denúncia nos jornais, muitos dos quais abriam suas páginas para os *camponeses*, enquanto

outros denunciavam essas ações e alertavam para os riscos políticos que elas envolviam. A imprensa foi um dos componentes centrais das disputas que cresciam nesse momento.[21]

Ao longo desses passos iniciais da organização, a repressão já era forte, especialmente após a cassação do registro do PCB em 1947. Bráulio Rodrigues da Silva, por exemplo, relata, com tintas fortes, sua primeira prisão, em 1950, em razão de suas atividades em Nova Iguaçu:

> Em 1950 fui preso. Eu e mais dois companheiros. Tive inclusive um problema de pulmão por ter sofrido muita pancada... mas muita mesmo, não estou de brincadeira não... Cheguei a escarrar sangue... O delegado de Ordem Política e Social era o Cecil Boré... Nós apanhamos aqui em Queimados, apanhamos em Nova Iguaçu. Depois que fomos levados para o Rio de Janeiro, o delegado disse: "Não tem mais o que fazer! Dá um banho neles e deixa aí, porque não adianta fazer mais nada. Se não, nós vamos matá-los. Nós não queremos matar." (SILVA, 2008, p. 20-21).[22]

Após o Congresso Camponês de Belo Horizonte, que, em 1961, reuniu lavradores e trabalhadores agrícolas de todo o país e lideranças políticas das diferentes vertentes que disputavam a representação do campesinato, afirmou-se publicamente a força dos *camponeses*, sua capacidade de mobilização, e produziu-se um passo importante em direção ao seu reconhecimento político. O próprio presidente da República, João Goulart, que assumira o mandato após a renúncia de Jânio Quadros, esteve presente no Congresso, emprestando-lhe assim maior visibilidade.

Bráulio Rodrigues da Silva, em suas memórias, refere-se ao fato de que só do Rio de Janeiro foram para esse evento mais de 300 delegados, de trem. Segundo seu relato:

> Tivemos um trem especial da Central do Brasil, só para levar o povo daqui. Para a alimentação cada um deu um pouco. O pessoal trouxe sanfona, violão e viola e fomos cantando daqui até lá. Ninguém dormia.
> Quando chegamos em Belo Horizonte, fizemos uma passeata pela avenida Afonso Pena até a praça da Liberdade. Fomos cantando um hino que nós mesmos fizemos [...]. A letra falava sobre a luta no campo, mas a música era de uma Igreja evangélica. Foi um sucesso muito grande, todo mundo aplaudia [...].

---

[21] Note-se que, tendo em vista as disputas travadas no campo jornalístico, a imprensa não podia negligenciar esses conflitos. Ao mesmo tempo, construía uma imagem sobre eles e sobre o lugar dos trabalhadores do campo. Embora a pesquisa não tenha tido fôlego para pesquisar os jornais locais, o caso de Campos, onde isso foi feito, mostra a importância da imprensa no acirramento das disputas em torno do lugar desse campesinato que se constituía como ator político. Para uma análise do papel da imprensa, ver Champagne (1996). Para o caso de Campos, ver o capítulo escrito por Delma Pessanha Neves.

[22] O nome correto é Cecil Borer. Ele foi um conhecido agente da repressão.

> No congresso a gente viu que tinha uma divergência de opinião entre o pessoal das Ligas, que eram comandados pelo companheiro Francisco Julião, o pessoal da Ultab e os do Rio Grande do Sul que faziam parte do Master, que era liderado pelo Leonel Brizola, governador daquele estado. Mas apesar de tudo, não houve conflitos.
> O estado do Rio era o que gritava mais forte: "Reforma agrária na lei ou na marra" Tanto que, quando houve o caso do coletivo Santa Alice, nós falamos para o presidente Goulart: "Ou resolvemos isso na lei ou vamos resolver na marra!" (SILVA, 2008, p. 38).

O Congresso foi um momento marcante, com grande repercussão política. Para além das disputas que nele ocorreram, bastante tratadas pela literatura[23], a declaração final e o lema "reforma agrária na lei ou na marra" foram vetores de uma polarização política no plano nacional, mas também, ao que tudo indica, de estímulo, no plano local, a novas formas de luta. Ainda não reunimos elementos suficientes, mas acreditamos ser plausível adiantar a hipótese de que do final de 1961 em diante, no Rio de Janeiro, as ocupações de terra como ação coletiva começaram a ser mais frequentes. Foram três os casos que ganharam maior notoriedade. O primeiro foi a ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, em fins de 1961. Os *camponeses* foram duramente reprimidos, mas, em 1963, nova ocupação ocorreu. O caso é explorado com mais detalhe no capítulo 2, escrito por Fabrício Teló e Ricardo Braga. O segundo evento é a ocupação do Imbé, em Campos, em 1963, agregando lavradores das periferias da cidade, grande parte deles ex-moradores de usinas da região campista. Esta ocupação é analisada no capítulo 8, de autoria de Delma Pessanha Neves. O terceiro caso foi o chamado *levante* de Capivari, Duque de Caxias, em junho de 1963, decorrente da ameaça de despejo de uma área que já havia sido declarada de utilidade pública pelo governo federal. Cerca de dois mil lavradores ocuparam a Fazenda Capivari, sob liderança de um padre (ARAÚJO, 1982), mas a Falerj não assumiu a responsabilidade do evento e o condenou, mostrando claramente tensões, em termos de condução das lutas, no interior das organizações camponesas. Esse evento é apresentado no capítulo 4, escrito por Aline Borghoff Maia, Leonilde Medeiros e Elisandra Galvão.

Se esses casos podem ser considerados emblemáticos, não são únicos nem casuais. Como aponta Grynszpan,

> Quadros e advogados da Falerj e das associações de lavradores eram deslocados para diferentes pontos do estado para, através de pesquisas em

[23] Ver Medeiros, 1995. Detalhados relatos aparecem nas páginas dos jornais do PCB, *Terra Livre* e *Novos Rumos.*

> cartórios, detectar aquelas áreas. Segundo um antigo advogado da Falerj e consultor da Supra, as pesquisas e consultas visavam também delimitar áreas que, em caso de ocupação, teriam boa acolhida do Governo facilitando, assim, uma solução favorável aos lavradores (GRYNSZPAN, 1987, p. 169).

Essas iniciativas são indicadoras da adoção de novas formas de ação, que mostram iniciativas mais ousadas, num contexto de rearranjo e polarização de forças políticas nos planos nacional, estadual e local. Um dos resultados foram medidas que indicavam maior rigor na tentativa de reprimir os conflitos. Em Magé, por exemplo, as ocupações resultaram na decretação da prisão preventiva do líder Manoel Ferreira de Lima e o seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional (GRYNSZPAN, 1987). Como aponta este mesmo autor, os jornais fluminenses constantemente chamavam a atenção para os riscos de subversão e advertiam sobre a proximidade das regiões de conflito agrário em relação à capital federal e os perigos daí advindos. Como será visto adiante, esse argumento foi repetidamente usado no Inquérito Policial Militar que investigou as atividades do PCB.

4.3. Os lavradores e suas articulações políticas

As associações de lavradores desde logo teceram laços com diferentes entidades com as quais tinham afinidades políticas. A bibliografia existente sobre os conflitos no Rio de Janeiro no período que antecede o golpe faz várias referências a essas vinculações, que se tornaram centrais para o seu fortalecimento. Depoimentos dos mais expressivos militantes da época sempre mencionam ações de solidariedade. Bráulio Rodrigues da Silva, por exemplo, afirma:

> Em Pedra Lisa, nós tivemos um apoio muito grande do Sindicato de Metalúrgicos do Rio de Janeiro: apoio moral e financeiro, no tempo em que o Benedito Cerqueira era o presidente do sindicato. Ele era do Partido Comunista também. Tivemos apoio do primeiro Conselho Municipal de Trabalhadores formado no estado do Rio de Janeiro. Esse pessoal dos sindicatos também foi ponto chave para nós. Eles também ajudavam financeiramente. Não eram grandes importâncias, mas dava sempre para uma coisinha, para ajudar na organização, questão de papelada etc.
> [...]
> O Conselho promoveu um encontro em Petrópolis, nós fomos, levamos frutas, legumes, uma série de coisas e foi tudo distribuído. Esse intercâmbio era importante, muito importante (SILVA, 2008, p. 39-40).

José Pureza menciona os apoios ao acampamento no Imbé:

> No Imbé recebemos a visita dos operários navais de Niterói e dos ferroviários de Campos. Eles vinham em comitiva numa média de 50 a 80 trabalhadores, viajando de ônibus ou de caminhão.
> No acampamento, os camponeses enfrentavam uma situação difícil de falta de comida e de roupa. Os lotes não haviam sido distribuídos e, além disso, as lavouras plantadas em pequenas áreas próximas do acampamento ainda não estavam no período da colheita.
> Por isso, os operários enviavam de presente roupas e uma pequena ajuda em dinheiro, com a qual comprávamos alimentos. Muitas vezes eles levavam sacos de arroz, feijão, e grande quantidade de carne-seca.
> [...]
> No dia 1º de maio de 1963, uma delegação de camponeses do Imbé foi a Campos agradecer a solidariedade dos operários do município, principalmente os ferroviários, que prestaram uma grande ajuda ao nosso movimento (PUREZA, 1982, p. 86-87).

Grynszpan (1987), referindo-se ao Imbé, relata o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores na Extração do Sal e em Produtos Químicos de Cabo Fio, dos Ferroviários da Leopoldina, dos Empregados na Indústria do Açúcar de Campos, do Conselho Sindical de Campos e dos sargentos das Forças Armadas. Em Cachoeiras de Macacu, o Sindicato dos Lavradores funcionava nas dependências do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, cujo papel foi central no apoio à ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em 1963. Também em Magé e em Duque de Caxias há relatos semelhantes. Em Valença, a União Operária foi muito importante na organização dos lavradores locais.

Esses laços, fartamente noticiados pela imprensa estadual e local, fortaleciam a solidariedade entre esses grupos, contribuindo para a quebra de isolamento das lutas dos *camponeses*. Do ponto de vista político, havia circulação cada vez mais ampliada de lideranças e de novas bandeiras e palavras de ordem, ao mesmo tempo que se disseminavam propostas que tendiam a construir atores políticos unificados, mostrando o quão falaciosas eram, já então, as rígidas separações entre o rural e o urbano.

No entanto, havia também concepções divergentes de ação política circulando socialmente, que levaram a confrontos de posições entre os próprios *camponeses*, tornando ainda mais complexo o campo de disputas em que estavam imersos. É sob essa ótica que se torna possível entender divergências sobre condução de lutas, relatadas por José Pureza da Silva em relação aos conflitos de São Lourenço e Capivari, como será detalhado no capítulo 4, de autoria de Aline Borghoff Maia, Leonilde Medeiros e Elisandra Galvão, ou no caso de São José da Boa Morte, como as acusações de traição feitas a Mariano Beser, líder de uma das ocupações de terra ocorridas no município, como tratado no capítulo 2 de autoria de Fabrício Teló e Ricardo Braga.

5. O governo estadual e o governo federal: ações sobre as áreas de conflito

Como já apontado anteriormente, as ações iniciais das lutas dos posseiros contra as expulsões se pautaram pela luta pelo usucapião. Já nos anos 1950, a estratégia mudou e as organizações de lavradores passaram a ter na demanda por desapropriação sua principal frente de ação. Essa mudança tirava o foco da luta no Poder Judiciário (para onde se encaminhavam as ações de usucapião) e o voltava para o Executivo, tanto federal como estadual.

A primeira ação de desapropriação que localizamos deu-se ainda no governo Miguel Couto, na área de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, como já mencionado. No entanto, é no governo de Roberto Silveira que parece ter havido um espaço para maior negociação. Araújo (1982) e Grynszpan (1987) afirmam que a eleição de Silveira significou um rearranjo nas forças políticas do estado, com a ascensão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), após um longo período de domínio do Executivo estadual pelo Partido Social Democrático (PSD). No que nos interessa, já em maio de 1959, ou seja, bem no início de seu governo, o governador enviou à Assembleia Legislativa estadual uma mensagem propondo a criação de um Plano Piloto de Ação Agrária, onde explicitava a preocupação com os conflitos "entre grileiros proprietários (*sic*) de terras abandonadas ocupadas por famílias de trabalhadores" (*Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 04/05/1959, p. 1-2). Mencionava a importância do uso de terras marginais das estradas tronco, da isenção de impostos das pequenas propriedades rurais de produtores agrícolas e do estímulo a cooperativas e formas de ajuda mútua. Esse projeto tornou-se a Lei nº 3.961, publicada no *Diário Oficial* do estado de 24/06/1959. A lei aprovada autorizava a elaboração de um plano de colonização e aproveitamento de terras devolutas e públicas existentes no estado. Envolvia, entre outras medidas, a organização de um cadastro territorial; o tombamento das propriedades particulares, mediante verificação de títulos e registros, "respeitando os direitos de posse mansa e pacífica"; o estudo da possibilidade de colonização, "de preferência com o aproveitamento de nacionais favelados"; a organização de núcleos agrícolas para recebimento e localização de "agricultores desajustados" (*sic*); "diligenciar a proteção e defesa dos pequenos agricultores despejados de terras públicas ou particulares onde tenham cultivos e benfeitorias, avaliar os prejuízos verificados, promover indenizações proporcionando soluções amigáveis ou orientando os

prejudicados na utilização dos meios judiciais adequados ao reconhecimento de seus direitos"; "delimitar áreas em litígio cultivadas por posseiros, tomando as medidas convenientes à solução das controvérsias" (*Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 24/06/1959, p. 1-2). Além disso, a lei mencionava que o Poder Executivo criaria delegacias de polícia nas regiões litigiosas.

Essa lei foi regulamentada pelo Decreto estadual nº 6.682, publicado no *Diário Oficial* de 05/08/1959. A execução do Plano foi atribuída ao diretor do Departamento de Trabalho da Secretaria de Trabalho e Serviço Social. Assim como nos projetos de colonização do governo federal, anteriormente tratados, era prevista a venda de lotes de 10 a 15 hectares aos lavradores, com pagamento em parcelas mensais, em até 180 prestações; a aquisição, "mediante compra ou desapropriação, de fazendas em litígio ou aquelas que, pela sua localização, permitam organização de grupos de colonização"; o respeito à posse mansa e pacífica de terras de mais de 15 hectares, com pelo menos um ano e um dia de ocupação; a exigência de dedicação exclusiva ao trabalho agrícola. Além disso, chama atenção o fato de que o decreto estabelecia que seriam beneficiados os que, "embora residindo nas cidades e povoados, desejassem retornar às atividades agrícolas, nela fixando-se definitivamente com sua família" (*Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, de 05/08/1959, p. 1). Também era prevista assistência técnica aos grupos de trabalho agrícola através do estudo da terra, fornecimento de sementes e adubos, e de facilidades de aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

A legislação estadual revela que a questão da terra era percebida pela ótica da dificuldade da separação entre terras devolutas e terras particulares, mostrando o quanto, mais de cem anos depois, as determinações da Lei de Terras de 1850 ainda permaneciam sem efeito prático. Também apontava a íntima relação estabelecida com a chamada questão urbana (previsão de áreas de terras para assentar famílias faveladas e apoio aos que viviam em cidades e povoados e que optassem por se transformar em agricultores). Do mesmo modo, mencionava "agricultores desajustados", que, pelos termos da lei, parece remeter aos migrantes que nesse momento chegavam continuamente ao estado e à Baixada em busca de trabalho. Finalmente, queremos destacar a importância dada às situações de litígio, que eram equacionadas pela proposta de indenização dos despejados, pela resolução de controvérsias, mas também pela introdução de controle policial nas áreas de tensão social.

Chama atenção, finalmente, o fato de que a demanda por desapropriação com venda de lotes a prazo aos lavradores também apareceu na 1ª. Conferência dos Lavradores

e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, realizada em Niterói em 1959. Ou seja, nesse momento, os lavradores se dispunham a pagar pela terra. A demanda por entrega gratuita da terra se desenvolve no próprio compasso da luta e de sua radicalização.

Araújo (1982) e Grynszpan (1987) mencionam ainda que o governo Silveira investiu igualmente na criação de organizações de lavradores, para competir com a então recém-criada Falerj. A nova federação, Flerj (Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro), criada em 1960, tinha íntima ligação com a Federação dos Trabalhadores Cristãos e era apoiada pelo padre Antonio Carvalho.[24] Bráulio Rodrigues da Silva relata que

> através do Plano Agrário, ele [governador Roberto Silveira] nomeou um coronel para comandar essa área todinha da Baixada e formar outra federação. O doutor Aldio Leite, diretor do Plano Agrário, que tratava das questões fundiárias, deu apoio a esse coronel (SILVA, 2008, p. 36-37).[25]

Ao longo do governo Roberto Silveira e no de seus sucessores, Celso Peçanha e Badger Silveira, foram feitas várias desapropriações com base nessa legislação, algumas delas com vários decretos que corrigiam os anteriores. De modo geral, essas desapropriações envolviam áreas de conflito. Segundo Grynszpan (1987, p. 195-196), além das fazendas Limeira e Santo Antônio do Mato, em Nova Iguaçu, em 1958, entre 1959 e 1963, foi decretada a desapropriação de 18 áreas. Destas, 11 se localizavam na Baixada e sete fora dela. Das de fora, duas (Paraty-Mirim e Independência) pertenciam ao Município de Paraty, três (Largo, Ponta do Largo e Atalho) ficavam em São João da Barra, uma (Engenho do Mato) em Niterói e uma (Rio das Ostras) em Casimiro de Abreu. As da Baixada foram: São Pedro e Tenente Pacheco, em Nova Iguaçu; São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu; São Lourenço, Capivari, Penha-Caixão e Piranema**,** em Duque de Caxias; Santa Alice, em Itaguaí; Vargem Grande, em Itaboraí e parte em Cachoeiras de Macacu; e Rio do Ouro e Cachoeiras, em Magé.

Deve-se notar que, nesse mesmo período, outros governos estaduais estavam usando a mesma lógica de intervenção sobre a questão fundiária: em São Paulo, foi criado

[24] Pureza (1982) narra esse fato e se refere a essa organização como "federação fantasma".

[25] No entanto, segundo Grynszpan (1987, p. 242), Bráulio Rodrigues foi, a princípio, tesoureiro da Flerj. De acordo com este autor, foram suas entidades fundadoras: as associações de lavradores de Japeri, Macaé, Virgem Santa, Trajano de Moraes, Itaguaí, Pedra Lisa e Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados de Vassouras. A diretoria era formada, principalmente, por lavradores de Nova Iguaçu, em particular de Pedra Lisa.

o Plano de Revisão Agrária, no governo Carvalho Pinto, da Democracia Cristã; em Pernambuco, o governo Cid Sampaio também criou, após a desapropriação do Engenho Galileia, ponto inicial das Ligas Camponesas, a Companhia de Revenda e Colonização, que, segundo Azevedo (1982), teria entre suas atribuições fazer um plano de colonização a ser implantado nas áreas de conflito na Zona da Mata e no Agreste pernambucanos. Do mesmo modo, Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra) para atuar em especial sobre as áreas onde o Movimento dos Agricultores sem Terra (Master) fazia acampamentos. Essas intervenções mostravam não só o quanto a questão fundiária ganhava dimensões nacionais e impunha respostas, mas também a forma como essas respostas poderiam ser moduladas em função das forças que presidiam sua elaboração e do quadro de disputas políticas existente em cada momento, em cada estado. Em grande parte dos casos, à demanda por reforma agrária que crescia no seio das organizações camponesas sob controle do PCB, a maior parte dos governos respondia com "planos de colonização", linguagem que traduzia fundamentalmente a proposta de uso de terras devolutas e o desejo de intervenções pontuais.

Não se tratava apenas de evitar a expressão "reforma agrária", considerada ameaçadora por boa parte das forças políticas em disputa, mas de imprimir um limite às ações e demandas das organizações que lideravam as lutas no campo. No caso do Rio de Janeiro, priorizavam-se áreas devolutas e públicas que, por sua vez, precisariam ser delimitadas; falava-se em venda da terra aos agricultores e previa-se a criação de mecanismos de controle sobre as áreas.

No plano federal, o tema da reforma agrária também estava em discussão e centenas de projetos foram apresentados ao Legislativo, tentando dar-lhe um corpo normativo. Os debates acabaram se centrando em um artigo da Constituição de 1946 (que previa indenização prévia, justa e em dinheiro para as desapropriações por interesse social), propondo alterações nele de modo a facilitar as desapropriações. Uma das propostas vigentes que mais provocou polarizações foi a Emenda Constitucional nº 1 de 1963, proposta pelo deputado petebista Bocayuva Cunha, que defendia que, em casos de desapropriação por interesse social, a indenização fosse justa, mas paga em títulos da dívida pública, resgatáveis em até dez anos, com cláusula de correção monetária. Nenhum dos projetos foi aprovado no período que ora nos ocupa, mas, mesmo assim, algumas desapropriações foram feitas, já no governo João Goulart, em áreas de grande tensão.[26]

[26] Os projetos de reforma agrária nesse período são analisados por Medeiros (1983a). Camargo (1981) oferece um rico panorama da conjuntura que cercou esse debate.

No caso do Rio de Janeiro, foram dez, segundo Grynszpan (1987), sendo que apenas duas fora da Baixada. O autor enumera Penha-Caixão, Piranema, Capivari e Mato Grosso, em Duque de Caxias (Decreto nº 51.905, de 19/04/1963, retificado pelo Decreto nº 52.320, de 02/08/1963); Santa Alice, em Itaguaí **(**Decreto nº 51906, de 19/04/1963); Cachoeirinha e Tocaia, em Magé (respectivamente Decretos nº 52.356, de 14/08/1963, e nº 53.650, de 02/03/1964); Agro-Brasil, em Cachoeiras de Macacu (Decreto nº 53.404, de 13/01/1964); Imbé, em Campos (Decreto nº 52.108, de 11 de junho de 1963), e Fazenda Floresta, em Paracambi.[27] Como se pode verificar, algumas delas já haviam sido desapropriadas pelo governo estadual, um indicador das dificuldades que se antepunham às desapropriações.

Finalmente, é importante lembrar que, tanto no plano estadual como no federal, a decretação de uma área como de interesse para desapropriação apenas iniciava o processo. Como bem observa Grynszpan,

> somente nos casos em que a desapropriação fosse declarada de urgência, o juiz poderia mandar imitir o poder expropriante, provisoriamente, na posse da área, desde que lhe fosse encaminhado pedido neste sentido, num prazo máximo de 120 dias a partir do decreto. Desta forma, dificultavam-se as ações de despejo que estivessem incidindo sobre os lavradores. Para que isto se desse, contudo, era preciso que a quantia relativa à indenização do expropriado já tivesse sido depositada, o que nem sempre ocorria (GRYNSZPAN, 1987, p. 77).

Por outro lado, em muitos casos, as ameaças de despejo e a violência continuavam, enquanto o processo de desapropriação ainda estava em curso. O mesmo autor esclarece que, como as desapropriações só se consumavam após a realização do depósito, a imissão não era automática e dependia de uma decisão do juiz dos Feitos da Fazenda Pública que, por sua vez, poderia não concedê-la. Exemplifica com o caso de Capivari: o juiz embargou a imissão de posse pela Superintendência de Política Agrária (Supra), porque o decreto de desapropriação não trazia a necessária cláusula de urgência. Em situações como essas, era necessário editar um novo decreto, o que adiava a solução para o conflito. O juiz também tinha o poder de considerar a quantia depositada inferior ao valor real das terras, dando início a novas negociações. Segundo Grynszpan, foi o que ocorreu no Imbé.

[27] Embora o jornal *Luta Democrática*, que acompanhou o conflito na Fazenda Floresta, fale em desapropriação, na busca que fizemos do decreto do governo federal não conseguimos localizar o decreto que a viabilizou.

Eram ainda comuns, como aponta o mesmo autor, disputas de concepções sobre encaminhamentos das ações no próprio interior das agências estatais. O exemplo utilizado é o do Núcleo Santa Alice, em Itaguaí. Nas palavras do autor:

> Os lavradores, que dali haviam sido despejados em fins de 1961, tentaram, no começo de janeiro do ano seguinte, reocupar as terras com o apoio da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Antes de fazê-lo, porém, teriam, segundo os jornais, consultado o agrônomo Irênio de Matos, executor do chamado Plano de Ação Agrária do Governo estadual [...]. Irênio, ainda de acordo com os jornais, não teria apontado problemas para o retorno dos 1avradors à área pois, embora em questão, as terras pertenceriam ao Inic.
> No dia em que se tentava a retomada, o caminhão que levava os lavradores foi interceptado pela polícia. Tratava-se de um caminhão da Secretaria do Trabalho emprestado à Sociedade de Pedra Lisa para o transporte de mercadoria. Teria havido resistência dos lavradores e a polícia metralhou o caminhão. Dois lavradores saíram feridos e cinquenta outros foram presos. O juiz Hirton Xavier da Mata, de Itaguaí, que havia decretado o despejo, diante da tentativa dos lavradores também determinou a prisão de Irênio como incitador da ocupação. Pretendia ainda o juiz enquadrar o executor do Plano Agrário na Lei de Segurança Nacional. A prisão de Irênio, pouco tempo depois, geraria fortes protestos por parte das organizações camponesas e dos sindicatos de trabalhadores urbanos (GRYNSZPAN, 187, p. 186-187).

Grynszpan menciona situações em que o juiz mandava executar uma ordem de despejo assim que os decretos de desapropriação expiravam, como ocorreu em Duque de Caxias e em Paracambi.

6. A reação dos proprietários de terra

À medida que o debate em torno da questão agrária crescia em todo o país, as entidades patronais também se movimentavam, colocando-se de forma cada vez mais visível no debate político. No plano nacional, duas entidades tiveram destaque em termos de suas posições críticas em relação às propostas de reforma agrária: a Sociedade Rural Brasileira (SRB), representante da cafeicultura paulista e paranaense, e a Confederação Rural Brasileira (CRB), entidade de terceiro grau, que articulava as associações rurais de

base municipal e estaduais criadas segundo as normas contidas no Decreto-lei nº 7.449 de 30/05/1945.[28]

A CRB somente foi criada em 1951, e sua fundação foi precedida pela criação de federações estaduais, algumas delas surgidas ainda antes da legislação acima, como é o caso da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), criada em 1927.

A Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro (Farerj) surgiu em 1951. Araújo (1982) menciona que em 1955 foi realizada a 1ª. Conferência Rural Fluminense, o que indica uma articulação patronal em curso no estado. O autor chama a atenção, no entanto, para um aspecto interessante que ajuda a entender as disputas políticas que se travavam em alguns locais: a forte presença de pequenos proprietários em algumas associações:

> Em Duque de Caxias, a Associação Rural tinha uma característica muito particular: não era dominada por grandes proprietários agrícolas. Sua política, em especial no início da década de 60, pautou-se num posicionamento de defesa dos pequenos proprietários, tendo havido sempre a tentativa de cooptação dos lavradores sem terra (ARAÚJO, 1982, p. 79)

Provavelmente esse não era o perfil de grande parte das associações criadas no estado, mas é um indicador da variação possível existente dentro de uma associação abrangente como a definida na lei de 1945.

À medida que os conflitos de terra se intensificavam e as ocupações passavam a ocorrer, há indícios de uma intervenção maior das entidades patronais. Chama atenção, por exemplo, o fato de o coordenador do Plano Agrário ir a um encontro da Farerj em Campos para expor o Plano e se comprometer em manter entendimentos para solucionar questões de delimitação de propriedades (*Última Hora Fluminense*, 27/07/1961, p. 5). Quando a ocupação do Imbé ganhou as páginas dos jornais locais e também repercutiu fortemente no plano nacional, Iris Meinberg, presidente da CRB e personagem bastante ativo no cenário político nacional na luta contra a reforma agrária, foi a Campos. Da mesma forma, no final de abril de 1963, quando ocorreu uma passeata que reuniu três mil lavradores numa caminhada ao Palácio do Ingá, sede do governo estadual, Ieda França, diretora da Farerj, afirmou ao *Jornal do Brasil* que os proprietários estavam se armando,

[28] Segundo a legislação, as associações municipais se reuniam por meio de uma entidade estadual (Federação das Associações Rurais) e estas se articulavam numa associação de terceiro grau, de nível nacional, uma Confederação. Para maiores detalhes da disputa em torno da organização em associações rurais, ver Medeiros (1995) e o capítulo 10, elaborado por Ana Cláudia Tavares e Mariana Quintans.

alarmados com o ambiente de agitação e dispostos a reagir contra qualquer invasão de suas terras (GRYNSZPAN, 1987).

No caso do Rio de Janeiro, no entanto, há uma outra força que representava interesses setoriais do patronato: o setor agroindustrial açucareiro, que tinha organizações próprias e se colocou em campo para defender os interesses do setor, como é mostrado no capítulo 8, escrito por Delma Pessanha Neves.

No plano nacional, o início dos anos 1960 foi marcado por uma intensa articulação política das entidades patronais, algumas delas juntando-se com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), entidades que tiveram um papel proeminente nas articulações golpistas.[29]

7. O golpe e seus desdobramentos: as ações do Estado

A literatura sobre o regime militar, mesmo considerando a enorme quantidade de novas análises que veio à luz nestes últimos dois anos, em que foram rememorados com vários eventos a implantação, os desdobramentos e o fim do regime (1985), indica que continua se falando relativamente pouco sobre como o golpe repercutiu entre os trabalhadores do campo.

Como vimos, ao longo das duas décadas que antecederam o início da ditadura, houve no campo uma intensificação da organização, das mobilizações, com constantes marchas e concentrações em capitais, ocupações de terra etc., ao mesmo tempo que se unificavam as bandeiras de luta de diferentes segmentos que indicavam a enorme diversidade das condições em que se davam as lutas por terra e por melhores condições de trabalho no país. Três demandas as sintetizavam: reforma agrária, direito à organização sindical e direitos trabalhistas.

Esse crescimento ficou visível no Congresso Camponês de Belo Horizonte, em 1961, e teve impactos nas políticas públicas estaduais e federal (com destaque à criação da Supra, em outubro de 1962, destinada a atuar sobre as questões fundiárias), além de levar a importantes mudanças legais: nos anos que antecederam o golpe, foi regulamentado o direito à sindicalização (1962), bem como aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que estendia aos trabalhadores do campo direitos trabalhistas

[29] Ver Camargo, 1981; Medeiros, 1983a; Dreifuss, 1986.

já obtidos pelos urbanos, como detalhado no capítulo 10 de autoria de Ana Cláudia Tavares e Mariana Quintans.

Num momento de organização crescente, mas ainda incipiente, o golpe teve profundos efeitos sobre os trabalhadores do campo. A repressão foi imediata: lideranças tiveram que abandonar seus lugares de moradia e trabalho; casas dos trabalhadores que viviam nas áreas de conflito foram invadidas e reviradas em busca de documentos e armas; famílias foram ameaçadas e coagidas para revelar o paradeiro do pai (em geral, os homens eram os mais diretamente envolvidos nos conflitos). Em locais onde estava havendo ocupações, como São José da Boa Morte, o Exército iniciou a busca por *comunistas* nos primeiros dias após o golpe. Relatos que colhemos sobre lugares diferentes (Baixada Fluminense, Região Serrana, Imbé), com pessoas comuns, na época crianças ou adolescentes, filhos de trabalhadores com algum grau de envolvimento nos conflitos, apontam o extraordinário padrão de violência que se deflagrou. Nesse contexto, a violência e a perseguição não eram dirigidas apenas aos lavradores com envolvimento direto nos conflitos ou com alguma militância. Os proprietários de terras e *grileiros* se apropriavam da "desculpa" da luta contra a subversão, legitimada pelo Estado, para alcançar seus objetivos de expulsão dos lavradores de suas terras. Os depoimentos que obtivemos reforçam a tese desenvolvida por Regina Novaes (1997), em seus estudos sobre a Paraíba, de que o medo se espraiou, se interiorizou e inibiu resistências. Um medo que se fundava em experiências concretas de violência, vividas ou presenciadas por trabalhadores e suas famílias.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro, então dirigida por José Pureza da Silva, Bráulio Rodrigues da Silva e Manoel Ferreira de Lima, sofreu intervenção. Nos arquivos sindicais, encontramos um enorme vazio de informações sobre intervenções nos sindicatos, mas os relatos indicam que muitos foram fechados e reabertos tempos depois. Nossa hipótese é a de que, se houve intervenção formal em alguns casos, em outros, provavelmente a maioria, a diretoria toda fugiu e o sindicato ficou sem funcionar. Em alguns casos, embora fundados, as entidades ainda não tinham obtido carta sindical.

Algumas entrevistas que fizemos, em outros momentos, com lideranças da época, bem como as feitas para a pesquisa em curso, são unânimes quanto a isso. Bráulio Rodrigues relata em suas memórias que estava em Pedra Lisa, preparando com outros trabalhadores rurais a resistência ao golpe que todos sabiam que estava por vir, quando

ouviu no rádio que João Goulart tinha saído do país. Imediatamente pediu para todos irem para suas casas. Relata ele:

> Saí e, em 40 minutos ou mais um pouco, chegou um monte de pessoas procurando por mim, tudo armado para me matar. Não era polícia, não era nada. Eram justamente as pessoas de quem eu falei [em outro ponto do relato], ligadas a grileiros, que aproveitaram o momento para dizer que estavam fazendo isso em nome dos que estavam dando golpe no país (SILVA, 2008, p. 43).

Correndo riscos, Bráulio ficou escondido por algum tempo na própria Baixada Fluminense, ora numa casa, ora noutra, só sendo preso em 1966, quando se apresentou voluntariamente ao quartel. Lá encontrou outras lideranças, entre elas Chico Silva e Laerte Bastos, que tiveram papel importante nos conflitos fundiários em Duque de Caxias. Depois de solto, retornou à prisão (mais de 20 vezes, segundo ele), entre 1966 e 1974. Os demais dirigentes da Falerj tiveram destino semelhante. José Pureza foi para o Nordeste, onde foi preso e torturado. Ficou em Itamaracá por um tempo e saiu da cadeia com problemas cardíacos que o levaram à morte em 1983.

Esses dados, recolhidos em depoimentos ou mesmo em conversas informais que tivemos com esses dirigentes no início dos anos 1980, são confirmados por Grynszpan, a partir do trabalho com matérias da imprensa. Segundo este autor,

> De fato, as notícias sobre violência no campo fluminense voltariam a aparecer nos jornais apenas a partir de abril de 1964. De acordo com o Padre Antônio da Costa Carvalho, responsável pelo Plano de Ação Agrária, depois do movimento de 31 de março, vários proprietários e grileiros passaram a hostilizar os lavradores, apropriando-se de suas terras e plantações e cometendo violências. Escudavam-se para tanto, muitas vezes, na acusação de que os lavradores eram comunistas e subversivos (GRYNSZPAN, 1987, p. 219).

É interessante observar que mesmo os novos diretores da Federação, indicados por padre Carvalho, ligado aos Círculos Operários, não deixaram de ser vigiados e também sofreram pressão. Entrevistas com alguns deles, disponíveis no NMSPP/CPDA/UFRRJ, mostram que havia um estrito controle do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) sobre as atividades desenvolvidas, em especial reuniões com trabalhadores. Padre Carvalho tem seu nome citado diversas vezes nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e também era objeto de vigilância, como demonstram os documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI) que acessamos.

No que diz respeito aos assalariados, um levantamento preliminar de documentos e produção acadêmica mostra que, logo após a instauração do regime militar, as condições de vida dos trabalhadores só pioraram. Embora não tenha havido intervenção sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, o seu presidente à época, Antônio João de Faria, respondeu a IPM, acusado de subversivo e agitador. Foi sobre o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar e Álcool do Norte Fluminense, que mantinha uma representação importante junto aos trabalhadores rurais das usinas, que a repressão se abateu mais fortemente: suas portas foram fechadas logo após o golpe e suas lideranças cassadas, presas ou ficaram sob estrita observação. O seu presidente, Almirante Costa, foi preso, juntamente com o líder dos ferroviários, Jacyr Barbeto e outros.

Ao mesmo tempo que isso ocorria no cotidiano dos trabalhadores e das atividades sindicais, houve mudanças institucionais importantes, inauguradas com o Ato Institucional nº 1 (AI 1), promulgado em 09/04/1964 pela Junta Militar que representava o Comando Supremo da Revolução. Esse Ato concedia ao Comando Supremo o poder de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos, deliberar sobre a demissão, disponibilidade ou aposentadoria dos que fossem considerados como ameaças à segurança do país, ao regime democrático e à probidade da administração pública. Muitos funcionários foram afastados com base nele, em especial alguns da Supra. No caso do Rio de Janeiro, alguns dos deputados que apoiavam as lutas dos trabalhadores tiveram seus mandatos cassados. É o caso de Adão Pereira Nunes, Afonso Celso (Afonsinho), Demisthoclides Batista (Batistinha), Tenório Cavalcanti. Do mesmo modo, vereadores e prefeitos tiveram o mesmo destino, em municípios onde porta-vozes das demandas dos trabalhadores conseguiram acessar cargos políticos. Um dos casos sempre citados é o de Ubirajara Muniz, prefeito de Cachoeiras de Macacu.

Foram também instalados diversos IPMs destinados a apurar situações consideradas como de ameaça à ordem e de envolvimento de dirigentes sindicais, políticos etc. nos conflitos. As ações de ocupação de terra foram objeto de alguns deles, mas o tema aparecia mesmo em IPMs cujo objetivo central não era esse.

Mas não se tratou apenas de repressão e violência: paralelamente, foram criados instrumentos legais para atuar sobre as áreas de conflito. Uma das primeiras medidas do novo regime foi nomear uma comissão destinada a estudar medidas visando produzir transformações no campo e na estrutura agrária, por meio da modernização tecnológica, mas também de contratos agrários. O resultado foi uma emenda constitucional que

permitia que as terras desapropriadas por interesse social fossem pagas em títulos da dívida pública, demanda das forças que no pré-64 estavam empenhadas na luta por reforma agrária. Tratava-se de criar condições para a desapropriação de áreas em conflito. Logo depois, em 24/11/1964, foi aprovado o Estatuto da Terra, analisado no capítulo 10, de autoria de Ana Cláudia Tavares e Mariana Quintans. Gostaríamos, no entanto, de ressaltar alguns aspectos desse instrumento legal, o primeiro a regular a questão fundiária depois da Lei de Terras de 1850.

O Estatuto da Terra traduziu para definições legais categorias que faziam parte do discurso político e que nele tinham um sentido simbólico denso, como é o caso de latifúndio. A nova legislação classificou os imóveis rurais em quatro categorias, de acordo com seu tamanho em termos de módulos rurais[30]: minifúndios (propriedades com área inferior a um módulo rural e, portanto, incapazes, por definição, de prover a subsistência do produtor e de sua família); latifúndios por exploração (imóveis com área entre um e 600 módulos, mantidos inexplorados ou inadequadamente explorados em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio em que se encontravam e/ou mantidos com fins especulativos; latifúndios por extensão (com área superior a 600 módulos, independentemente do tipo e características da produção nela desenvolvida) e empresas (imóveis entre um e 600 módulos, caracterizados por um nível de aproveitamento do solo e racionalidade na exploração, compatíveis com os padrões regionais). Essa categorização cristalizou o estigma que socialmente pesava tanto sobre o latifúndio como sobre o minifúndio e estabeleceu como meta a progressiva extinção desses dois tipos (num caso, pela desapropriação, noutro pela reagregação, em nome de um padrão de racionalidade da exploração agrícola). A empresa rural, que poderia inclusive ser uma propriedade de caráter familiar, tornava-se o modelo ideal de apropriação e uso da terra: aquele baseado numa administração racional (em termos do padrão produtivo que se desejava implementar), integrado a mercados e fundamentado em princípios de "justiça social". O caminho para que o latifúndio se convertesse em empresa seria a desapropriação, a tributação progressiva e medidas de apoio técnico e econômico à produção, várias delas elencadas no corpo do Estatuto da Terra na parte intitulada "Do Desenvolvimento Rural".[31]

---

30 Unidade de medida, em hectares, que buscava exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico. O tamanho do módulo varia de região para região.

31 De acordo com o Estatuto, tanto o Plano Nacional de Reforma Agrária (que daria as diretrizes para implementação da reforma agrária) quanto os planos regionais deveriam incluir, obrigatoriamente, providências relativas à eletrificação rural e outras obras de melhoria de infraestrutura, tais como reflorestamento, regularização dos deflúvios dos cursos d'água, açudagem, barragens submersas,

Assim, juntando-se à crítica ao que era chamado de *atraso* por diversas forças políticas no período pré-golpe e que tinham na agricultura seu principal foco, a nova lei impunha a marca da racionalidade empresarial aos estabelecimentos rurais, que deveriam ser estimulados a buscá-la. A desapropriação e a distribuição de imóveis tinham um sentido explícito – só se dariam em casos de conflito social manifesto – e um implícito: promover a adequação a um padrão de desenvolvimento marcado pela racionalidade empresarial.[32]

Esse documento também previa a modernização das relações sociais no campo e não só a tecnológica e produtiva. Ele definia que a propriedade da terra deveria cumprir uma função social e que o fazia integralmente quando, simultaneamente: a) favorecia o bem-estar dos proprietários e dos que nela trabalhavam, assim como de suas famílias; b) mantinha níveis satisfatórios de produtividade; c) assegurava a conservação dos recursos naturais; d) observava as disposições legais que regulavam as justas relações de trabalho entre os que possuíam a terra e os que a cultivavam, de alguma forma, criando uma articulação legal com o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), aprovado no ano anterior, ainda antes do golpe. Além disso, regulamentou os contratos de arrendamento e parceria, relações que eram constitutivas da definição então socialmente vigente de *latifúndio* e, ao mesmo tempo, importante foco de conflito nos anos anteriores (MEDEIROS, 2002). Assim, trazia para os termos contratuais o que antes era regulado fundamentalmente pelo costume e pelas relações pessoais. No entanto, como veremos na análise de diversos casos de conflitos, havia diversas situações de uso costumeiro (*moradores*, *foreiros*, *camaradas*, *colonos* etc.) cujo enquadramento legal tornava-se um desafio. Dessa forma, o próprio Estatuto desde logo tornou-se um campo de disputa política, com os advogados do

drenagem, irrigação, abertura de poços, saneamento, obras de conservação de solo, além do sistema viário indispensável à realização do projeto (art. 89). No capítulo III, referente ao desenvolvimento rural, são previstas várias medidas de proteção à economia rural, tais como assistência técnica, produção e distribuição de sementes e mudas; criação, venda e distribuição de reprodutores e uso da inseminação artificial; mecanização agrícola; cooperativismo; assistência financeira e creditícia; assistência à comercialização; industrialização e beneficiamento dos produtos; educação por meio de estabelecimentos agrícolas de orientação profissional; garantia de preços mínimos à produção. Previa-se ainda a atuação da Companhia Nacional de Seguro Agrícola nas áreas de reforma agrária (art. 91). A lei estabelecia também o princípio do imposto territorial progressivo, entendido como instrumento capaz de provocar a desconcentração fundiária e a plena utilização da terra, e regulamentava a colonização tanto particular como pública. Como se vê, a concepção de desenvolvimento rural presente no Estatuto da Terra abrange fundamentalmente as condições de produção, ou seja, trata-se, coerentemente com o debate da época, de uma visão econômica e setorial do desenvolvimento rural.

[32] Como apontou Martins, fundando-se numa declaração de Roberto Campos a um jornal paranaense logo após a aprovação do Estatuto da Terra, "O destinatário privilegiado do Estatuto não é o camponês, o pequeno lavrador apoiado no trabalho da família. O destinatário é o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista, que organiza a atividade econômica segundo os critérios da racionalidade do capital" (MARTINS, 1984, p. 33).

sindicalismo procurando explorar possíveis brechas para beneficiar os trabalhadores em áreas de conflito. O tema é tratado por Ana Cláudia Tavares e Mariana Quintans.

O Estatuto da Terra, além de prever a delimitação de áreas prioritárias para ação, pressupunha ainda zoneamentos com base em dados de cadastro a ser implementado, de forma a definir as áreas que seriam passíveis de intervenção.[33] O fato de se dar destaque à realização de um cadastro de propriedades apontava para a preocupação com o pouco controle que o Estado tinha sobre suas terras e que gerava recorrentes conflitos no Brasil todo. No caso do Rio de Janeiro, como apontado anteriormente e como sobejamente mostrado ao longo dos capítulos que se seguem, a *grilagem* aparecia como um problema particularmente sério, boa parte dela ocorrendo, segundo o que indica a bibliografia, em terras públicas.

Na mensagem que acompanhou o Estatuto da Terra ao Congresso Nacional, falava-se na prioridade à reforma agrária como modo de cumprir o imperativo constitucional (referindo-se à Constituição de 1946, então ainda vigente) de "promover a justa distribuição de propriedade, com igual oportunidade para todos", fato que mostrava a preocupação dos militares com a questão fundiária. Como vimos, essa preocupação se traduziu numa forma de intervenção que, ao mesmo tempo que se propunha a atuar sobre as áreas de conflito, também buscava criar um novo tipo de produtor, moderno, inserido nos mercados, capaz de atender às demandas de alimentos geradas pelo crescimento do mercado interno, além de gerar divisas, mantendo o Brasil como exportador de *commodities*.

Simultaneamente a essas medidas legais, também se intensificavam as ações da polícia política e as investigações por meios de IPMs. Um deles, o IPM 709, investigou as ações do Partido Comunista em diversos campos e resultou em cerca de 30 mil páginas e, posteriormente, em quatro volumes publicados pelo coronel Ferdinando de Carvalho. No volume 2, encontramos algumas chaves das preocupações dos militares: segundo diagnóstico feito, a ação comunista "procura mobilizar as massas rurais em torno de *reivindicações em geral compreensíveis e muitas delas perfeitamente justas, numa exploração deprimente das necessidades e do sofrimento humano*" (p. 250, grifos

[33] Segundo o seu art. 20, seriam aquelas de predomínio de minifúndios e latifúndios; as já beneficiadas ou a serem por obras públicas de vulto; aquelas cujos proprietários desenvolverem atividades predatórias, recusando-se a pôr em prática normas de conservação dos recursos naturais; as destinadas a empreendimentos de colonização, quando estes não tiverem logrado atingir seus objetivos; as que apresentassem elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros; as terras cujo uso não fosse o adequado à sua vocação de uso econômico, segundo critério elaborados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

nossos).[34] Na mesma página era dito que a luta por reforma agrária provocou ódios indiscriminados, invasões de terra etc. A Supra era acusada de ser um foco de subversão e desbaratamento dos bens públicos. Mais adiante, afirmava-se que, embora a propaganda comunista fosse concentrada na cidade e nos operários, era no campo que

> todos os movimentos inspirados no marxismo leninismo adquirem uma tendência mais acentuada para violência e ação armada. *As invasões de terra por grupos armados constituem escolas e preparação para a guerra de guerrilhas* (IPM 709, vol. 2, p. 258-259, grifos nossos).

Com base na leitura de textos maoístas e de escritos de Che Guevara, o relato diz: "o campesinato é o meio natural para o recrutamento dos guerrilheiros por motivos de ordem física e ideológica" (IPM 709, vol. 2, p. 261).[35] Ainda de acordo com essa análise,

> A crise revolucionária que dominou o período presidencial de João Goulart e se amorteceu *transitoriamente* com a revolução de 31 de março enquadra-se no processo da Guerra Revolucionária que procurou desenvolver na América Latina uma estratégia expansionista visando dominar esse continente e isolar os Estados Unidos da América do Norte (IPM 709, vol. 4, p, 361, grifos nossos).

Na leitura do IPM, a atividade de criação do *clima revolucionário* no país foi realizada em torno de dois movimentos principais: no setor urbano, o movimento grevista do operariado, particularmente as tentativas de greve geral, por meio do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Pacto Unidade e Ação (PUA); no campo, o movimento pela reforma agrária radical e a preparação de guerrilheiros para formação de um exército popular. Essa crença na formação de focos guerrilheiros se expressou claramente no tipo de ação desenvolvida junto aos camponeses nos dias que se seguiram ao golpe. Ainda de acordo com a mesma publicação,

> a localização dos grupos camponeses armados começou a definir-se em áreas de grande importância estratégica nas comunicações internas do país. No estado do Rio de Janeiro observou um verdadeiro cerco do estado da Guanabara (IPM 709, vol. 4, p. 377).

Continuando a argumentação, o relatório afirma que

---

[34] Os quatro volumes desse IPM, em forma de livro, estão disponíveis no site www.amazememoria.org.br. Lá podem ser encontrados também os documentos que deram origem à publicação.

[35] O vol. 1 da publicação faz uma leitura e interpretação de clássicos marxistas, como Marx, Lenin, Trotski, Mao Tse Tung, entre outros.

> Os movimentos locais de formação de grupos armados camponeses tiveram como principal motivação as disputas pela posse da terra entre "posseiros" e "grileiros", as invasões de fazendas e as reações contra a ocupação ilegal. *Esses movimentos foram mesclados pela penetração de interesses políticos, pela demagogia inconsciente e pela ação dos espertalhões que se faziam passar por camponeses sem terra para ocupar propriedades alheias* (IPM 709, vol. 4, p. 377, grifos nossos).

Ou seja, é feita uma interpretação dos conflitos na qual são ressaltadas as ameaças à ordem e, concomitantemente, se reconhece uma certa fragilidade do campesinato, a justeza de suas demandas e, ao mesmo tempo, a constante possibilidade de sua manipulação por *espertalhões*.

Essa concepção que está presente em diversos documentos da polícia política não pode ser separada da concepção presente no Estatuto da Terra: por um lado, modernizar o campo, como condição para a melhoria de vida dos trabalhadores; por outro, fazer uma distribuição limitada de terras, em áreas de conflito, de forma a retirar os camponeses das influências da esquerda organizada (nessas alturas, já bastante abalada pelas prisões; porém, conforme pensavam os militares, poderia se tratar de um amortecimento transitório). Parece que havia uma certa clareza de que medidas repressivas seriam insuficientes.

Se nossa hipótese tiver fundamento, ela ajuda a entender o fato de parte dos sindicatos e federação que sofreram intervenção ter passado para as mãos de setores da Igreja, também marcados pelo anticomunismo. No caso do Rio de Janeiro, os Círculos Operários indicaram parcela dos interventores e controlaram a federação até quase meados dos anos 1970, como será visto mais adiante.

Finalmente, não se pode esquecer a instituição da Previdência Social Rural, Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. Pelo Programa de Assistência ao Trabalhador Rural[36], foi concedida a esse segmento aposentadoria por velhice ou por invalidez; pensão; auxílio-funeral; serviço de saúde e serviço de assistência social. Apesar de os benefícios terem valores diferentes dos trabalhadores urbanos (50% do salário mínimo e só poderem ser concedidos a uma pessoa da família), o Programa representava

[36] Nos termos da lei, eram considerados trabalhadores rurais: a) a pessoa física que presta serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie; b) o produtor, proprietário ou não, que, sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração.

uma mudança nas condições dos trabalhadores, até então destituídos de qualquer proteção social.[37] A lei incumbiu os sindicatos de serem os mediadores da prestação dos benefícios, abrindo a possibilidade de que eles se tornassem uma agência de prestação de serviços. Recebendo recursos para arcar com serviços médicos e dentários e sendo a agência inicial de encaminhamento dos pedidos de aposentadorias, muitos sindicatos tornaram-se postos de assistência à saúde e tornaram-se fontes de disputa política pelo poder local. No entanto, como uma análise mais fina pode demonstrar, alguns dirigentes aproveitavam-se dos dias de fila para a consulta para conhecer a situação dos trabalhadores do município e estimulá-los à organização. Raimundo Leoni dos Santos, de Itaboraí, um típico herdeiro das lutas do período anterior a 1964, mencionou essa prática por diversas vezes.[38]

No que diz respeito às desapropriações, o fato é que poucas foram iniciadas e um número menor ainda se consumou, como apontam Ana Cláudia Tavares e Mariana Quintans. As pressões dos setores patronais e a redução dos conflitos fundiários, produto da desarticulação das organizações de trabalhadores que os explicitavam e os traziam para o espaço público, fizeram com que, na realidade, a implementação das desapropriações previstas no Estatuto da Terra não ocorresse.

Os próprios dirigentes militares estavam atentos para a continuidade dos conflitos e os riscos oferecidos pelo não enfrentamento da questão agrária: o Decreto-lei nº 582, de 15/05/1969, determinava a intensificação da reforma agrária e novamente insistia na prioridade às áreas de "manifesta tensão social", o que era um indicador de que, apesar do desbaratamento das organizações que representavam os trabalhadores, os conflitos continuavam a existir em diversos pontos do país. Por meio desse decreto, definiu-se inclusive a constituição do Grupo Executivo da Reforma Agrária, composto por representantes de Ministérios e outras instituições.[39] Como se sabe, essas diretrizes acabaram não entrando em vigor e verificou-se no início dos anos 1970 uma mudança institucional de peso, já no governo Médici: a extinção do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda) e sua substituição pelo Instituo Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), subordinado ao Ministério da Agricultura, portanto, a interesses setoriais. Segundo José

[37] Os benefícios só foram equiparados pela Constituição de 1988.

[38] Trata-se de registros de memória a partir de sua participação em encontros sindicais e em conversas informais.

[39] Dele fariam parte os Ministérios da Justiça, da Agricultura, do Planejamento e Coordenação Geral; do Interior, da Fazenda, do Trabalho e Previdência Social, além do Banco Central, Confederação Nacional de Agricultura, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

de Souza Martins, durante o governo Médici houve uma "destruição da base institucional da reforma agrária" e a progressiva subordinação da questão fundiária ao tema da segurança nacional (MARTINS, 1984, p. 48).

Mesmo assim, ao longo desse período, várias áreas foram decretadas como prioritárias para fins de reforma agrária, inclusive no Rio de Janeiro. No entanto, as desapropriações não foram feitas. No caso do Estado do Rio de Janeiro, nos anos 1970, somente duas áreas foram desapropriadas, no Município de Magé: a gleba América Fabril e a fazenda Conceição de Suruí, casos tratados por Marco Antonio Teixeira, no capítulo 3.

A literatura mostra que se desenvolveu no país, ao longo da década de 1970, uma política de estímulo à modernização das atividades agropecuárias, levando à empresarialização do setor, como previa o Estatuto da Terra, mas sem alterações importantes na estrutura de propriedade da terra (DELGADO, 1985). A concepção de desenvolvimento rural cada vez mais foi ganhando o sentido que lhe impunham as forças hegemônicas: a sua identificação com modernização da base técnica e produtiva.[40]

As limitações previstas em lei quanto ao tamanho de terra a ser concedida sem autorização do Senado Federal (3.000 ha) viraram letra morta. A categoria *latifúndio por dimensão* foi esquecida e não só foram dados incentivos à sua transformação tecnológica, como também se criaram condições favoráveis para que os limites ao tamanho da propriedade não fossem considerados nas regiões de fronteira agrícola, onde, por meio de concessões de terras públicas, incentivos fiscais, crédito farto e barato, a concentração impôs-se. Esses estímulos atraíram também grandes empresas do setor industrial e financeiro para o meio rural, interessadas em investimentos fundiários especulativos (MARTINS, 1984; DELGADO, 1985; PALMEIRA e LEITE, 1998). A ideia de criação de uma classe média rural deixou de ser relevante. Da mesma forma, perdeu-se de vista que a definição legal de empresa levava em conta também o respeito à legislação trabalhista e à preservação ambiental, condição para que o imóvel cumprisse sua função social, segundo o Estatuto da Terra. O próprio Código Florestal, aprovado em 1965 como parte da atualização modernizadora da legislação brasileira, na prática, foi ignorado no tocante ao

[40] Mesmo a política de colonização que foi incentivada no período adequou-se a essa perspectiva, levando agricultores com experiência na agricultura modernizada do Sul para as regiões Centro-Oeste e Norte, buscando lá difundir outro estilo de uso da terra e racionalidade.

estabelecimento de áreas de preservação permanente e de reserva legal, ambas com dimensões claramente estabelecidas no texto legal.

No que se refere ao Estado do Rio, na região canavieira de Campos, foi intensa a modernização, com os estímulos do Proálcool. Esse processo trouxe uma profunda mudança das relações de trabalho e crescimento do número de conflitos trabalhistas, tratados no capítulo 9, escrito por Ana Costa e Marilda Iamamoto. No entanto, há outra política de grande impacto, que levou ao aparecimento de conflitos em áreas onde até o início dos anos 1970 eles estavam ausentes. Trata-se da importância que passa a ser dada ao turismo, como nova frente de expansão do capital. O caso mais notório é a construção da Estrada Rio-Santos e o estímulo aos investimentos turísticos na região da Baía de Ilha Grande. A estrada trouxe consigo disputa por terras, colocando em xeque a ocupação das áreas próximas ao mar por populações que lá viviam de há muito, como caiçaras ou comunidades negras, constituídas por descendentes dos escravos que por ali permaneceram quando do declínio a cafeicultura na região.[41] Não por acaso, na década de 1970, cerca de 40% dos conflitos fundiários no estado ocorriam nessa região, com maior concentração em Angra dos Reis e Paraty, conforme tratado por Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva, no capítulo 5.

Medeiros (1983b) mapeou os conflitos de terras no Rio de Janeiro nessa década, a partir de informações existentes no arquivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A pesquisa registrou 71 conflitos fundiários no território fluminense, abrangendo 18 municípios, parte deles "continuidade ou desdobramento de conflitos anteriores e que vêm se prolongando por décadas" (MEDEIROS, 1983b, p. 10) e parte nas áreas de investimento turístico.[42] Na atual pesquisa, trabalhando com uma mais vasta documentação sobre os conflitos fundiários no estado, chegamos a mais de 130 ocorrências (ver Anexo 1, onde é feito um breve histórico dos conflitos, bem como apontadas de forma sintética as violações de direitos registradas). Neles são constantes as menções a destruição de lavouras, soltura de gado nas roças, espancamento, ameaças de diversos tipos.

---

[41] Algumas dessas comunidades reivindicam que as terras lhes foram deixadas como herança pelos antigos senhores (como é o caso de Campinho da Independência e Santa Rita do Bracuí). Algumas delas passaram a se autodenominar, a partir da Constituição de 1988, de quilombolas, em busca de regularizar sua situação com base em outros fundamentos legais.

[42] Esse estudo é parte de um trabalho encomendado pela Contag em 1982 ao Centro de Estudos Contemporâneos (Cedec) e coordenado nacionalmente por José dos Reis dos Santos Filho. A pesquisa visava mapear a ação sindical nas lutas por terra no período assinalado. Para alguns estados existe relatório final disponível, para outros apenas um preliminar e, para alguns ainda, nenhuma informação. O do Rio de Janeiro está disponível para consulta e foi um dos pontos de partida para a elaboração do projeto de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

Num contexto repressivo, havia pouco espaço para organização, protestos, manifestações públicas. A resistência persistia, mas em condições muito mais adversas. O sindicalismo foi um ator importante para dar-lhe voz.

8. A ação do sindicalismo rural e a reapropriação da lei em defesa dos trabalhadores

Apesar das condições bastante desfavoráveis, a existência de uma lei que promovia o reconhecimento legal da reforma agrária como parte dos instrumentos de regulação do território brasileiro proporcionou condições para lutas em torno da aplicação dessa mesma lei. Com efeito, o Estatuto da Terra passou, pouco a pouco, a fazer parte do ideário e do repertório das ações da entidade sindical representativa, no plano nacional, dos trabalhadores rurais, a Contag. Examinando as publicações dessa entidade sindical ao longo dessa década, encontramos cartilhas visando a difusão, em linguagem bastante simples, do corpo legal existente referente às demandas dos trabalhadores, em especial o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural.[43] Também é possível observar que orientações legais eram constantes no Boletim *O Trabalhador Rural*, editado regularmente a partir de 1969 e que servia de canal para divulgação das diretrizes da Contag entre os sindicatos que estavam sendo criados ou reorganizados. Da mesma forma, apropriando-se da tese, contida no Estatuto da Terra, de que a reforma agrária era prioritária nas áreas de manifesta tensão social, a Contag encaminhava sistematicamente ao governo federal (em suas diferentes instâncias)[44] relatórios de conflitos, em especial relacionados à tentativa de expulsão de *posseiros*, solicitando a desapropriação da área "por interesse social, nos termos do Estatuto da Terra".

Com efeito, parte substancial da documentação sindical por nós trabalhada na atual pesquisa consiste em ofícios dirigidos à Presidência da República e a ministérios denunciando as tensões que percorriam os campos, as arbitrariedades a que os trabalhadores estavam submetidos e relatando, com abundância de detalhes, as ações de *jagunços*, da polícia e de guardas florestais: queimas de casas, destruição de lavouras, prisões arbitrárias etc. Essa documentação, que revela o modo de agir da repressão no

[43] Parte dessa documentação pode ser encontrada no NMSPP/CPDA/UFRRJ
[44] Presidente da República, ministérios vários (Agricultura, Justiça, Exército etc.), além do Ibra, depois Incra.

campo, assuma ela caráter propriamente político (tentando bloquear ou dificultar a organização dos trabalhadores) ou se assemelhe ao secular processo de avanço das fronteiras de investimento capitalista, também nos dá um interessante quadro da prática sindical: trata-se de conhecer os conflitos, documentá-los, buscar explicações para sua origem, narrar as violências, elementos que compunham relatórios a serem enviados às autoridades, com pedidos de providências. Na ausência de ações por parte do Estado, elaboravam-se novas denúncias, novos dados, sempre seguidos da exigência de reforma agrária e apoiando-se no Estatuto da Terra.

Mesmo considerando que havia pouca ação voltada para a mobilização e organização dos trabalhadores, o fato é que, de alguma forma, os conflitos eram publicizados e ganhavam algum tipo de apoio, tradução e voz. É por esse caminho que, num contexto bastante desfavorável, o sindicalismo rural desenvolveu pouco a pouco uma associação entre reforma agrária e Estatuto da Terra, fazendo uma leitura bastante particular dessa lei, enfatizando sua dimensão desapropriadora.[45] O Estatuto funcionou assim como um instrumento a partir do qual determinadas lutas puderam ser travadas e legitimadas, embora, no geral, derrotadas. Contribuiu também para a consolidação de uma cultura fundada, como bem apontou Novaes (1997), na prudência sindical e, segundo Palmeira (1985), pautada por um aprendizado sobre como apresentar demandas e se fazer ver por meio de envio de ofícios às autoridades, traduzindo as ameaças que os trabalhadores sofriam na linguagem da lei (e não em outra) e demandando a aplicação da lei para resolvê-los. Nesse contexto, chama atenção a importância assumida pela ação dos advogados sindicais.

Desde o momento de constituição das associações de lavradores, ainda no final dos anos 1940, parece que o recurso à justiça era uma prática recorrente. Ilustra essa tese a opção da luta por meio da busca do usucapião das terras ocupadas e sua posterior substituição pela busca da desapropriação das terras em litígio, tal como descrito por Pureza (1982). Com o golpe militar, no processo de lenta reorganização do sindicalismo rural, em especial após 1968, a opção feita foi pela luta nos termos da lei (BARCELLOS, 2008). As entrevistas que fizemos com advogados e advogadas atuantes nos anos 1970

[45] Para tanto também foi importante a ajuda da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), entidade fundada por parte do grupo que compôs a comissão encarregada de redigir o Estatuto da Terra. Esse grupo, descontente com os rumos que a reforma agrária tomava, criou essa associação que passou a publicar um boletim mensal, com notícias sobre os conflitos por terra no Brasil e matérias em defesa da pertinência da reforma agrária. Entre os que estiveram à frente da entidade, merece destaque José Gomes da Silva, que compôs a comissão encarregada de redigir o Estatuto, foi fundador da Abra e, já na Nova República, presidente do Incra.

junto aos sindicatos dão algumas pistas importantes para entender que se tratou de uma opção política, na medida em que os dirigentes sindicais escolhiam os advogados e podiam demiti-los quando considerassem adequado.[46] Tratava-se de pessoas que militaram no movimento estudantil, participaram de organizações de esquerda e encontraram no sindicalismo rural um espaço de trabalho profissional, mas também de atualização de suas convicções políticas e experimentação delas em contextos distintos. Mais que um local onde "se ganha a vida", no entanto, a ação nos sindicatos mostrou-se um local possível de militância em defesa dos trabalhadores. Segundo depoimento de um deles, vários eram filiados ao PCB (embora nem todos) e articulavam suas ações numa direção que consideravam possível na época, de maneira bastante articulada. Nem sempre havia concordância sobre formas de agir, mas havia alguns pontos em comum.

Já em meados dos anos 1970 começaram a ocorrer, patrocinados pela Contag, encontros de advogados e dirigentes onde estratégias de ação e leituras da lei eram desenhadas e experimentadas. Ou seja, não se tratou de uma ação isolada, mas de uma construção política no interior do sindicalismo, resultado de uma determinada leitura sobre oportunidades que se abriam e de portas que se fechavam. O Estado do Rio de Janeiro foi uma peça chave nessa articulação e alguns advogados circulavam entre a Federação e a Contag, como foram os casos de Aurora Coentro e Altamir Pettersen.

Assim, nos vários conflitos que afloraram no estado no período pós-golpe ou que continuaram apesar da mudança de regime, há claramente uma estratégia de ação sindical que passava pela defesa dos direitos, explorando a legislação existente, inclusive aquela criada já em plena ditadura, como é o caso do Estatuto da Terra, sempre evocado para legitimar a recorrente demanda por desapropriação das áreas em conflito. O tema é tratado por Ana Cláudia Tavares e Mariana Quintans no capítulo 10.

Chama atenção ainda o fato de que a Contag, ao longo de sua trajetória, sempre defendeu a necessidade de uma justiça agrária, numa perspectiva iluminista, baseada na crença de uma justiça especializada em que, se advogados e juízes conhecessem a situação do campo, seria possível um tratamento/julgamento mais justo dos conflitos agrários. Essa proposta atravessou o regime militar e processo Constituinte de 1988, no qual a Contag teve destacada atuação, tentando defender suas teses (QUINTANS, 2011).

[46] Para informações sobre a reorganização do sindicalismo rural brasileiro, ver Palmeira (1985), Medeiros (1989), Ricci (1999), Novaes (1997), Medeiros (2014), entre outros. Para o caso do Rio de Janeiro, ver Barcellos (2008). Chamamos ainda a atenção para a importância de tratar essas opções feitas naquele momento considerando uma certa cultura política subjacente às lutas no campo, bem como à leitura que faziam das oportunidades políticas existentes. Sobre o tema, ver Tarrow (2009).

Esses dados nos remetem à necessidade de ter em conta a especificidade do sindicalismo que se constituiu no período pós-golpe no meio rural.

9. A Igreja e a Pastoral da Terra

Desde os anos 1960, a Igreja passou a atuar junto aos trabalhadores do campo, contrapondo-se à difusão entre eles das teses defendidas pelos comunistas. Essa ação foi visível no Nordeste, principalmente por meio do Serviço de Assistência Rural de Natal, no Rio Grande do Norte, e do Serviço de Orientação Rural, em Pernambuco; no Sul, pela ação das frentes agrárias, com destaque para a Frente Agrária Gaúcha (FAG); no Sudeste, pelo trabalho dos Círculos Operários Cristãos de São Paulo e do Rio de Janeiro.[47]

No Rio, destacou-se a ação do padre Carvalho, ligado aos Círculos Operários e diretor do Plano Agrário no governo Badger Silveira. Como apontado anteriormente, a ação desse padre em defesa dos trabalhadores foi bastante acompanhada pelos militares, apesar de sua adesão ao golpe e de seu ideário anticomunista. Foi dos quadros dos Círculos Operários ou de pessoas próximas a eles que foram escolhidos os interventores da Fetag/RJ.

Nos anos 1970, no entanto, um novo ator eclesial passou a desempenhar um papel relevante na condução das lutas dos trabalhadores do campo: a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Criada em 1975, a partir de um encontro de bispos afinados com os princípios da Teologia da Libertação, ela se mostrou como um espaço de reflexão e intervenção sobre os conflitos de terra.[48] Embora os principais nomes ligados à sua criação (Dom Thomas Balduíno, Dom Moacir Grecchi, Dom Pedro Casaldáliga) fossem ligados aos problemas fundiários das regiões Norte e Centro-Oeste, a CPT já começou a atuar no Rio de Janeiro em 1976, inicialmente tendo em vista os conflitos de terra em Paraty. Em pouco tempo ela se expandiu para outros lugares e sua participação foi particularmente incisiva em Cachoeiras de Macacu, onde esteve à frente de um trabalho de formação que provavelmente se ligou à ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em 1980, da qual resultou a prisão de vários trabalhadores presos e do pároco de Santana

[47] José Rotta, dos Círculos Operários de São Paulo, tornou-se presidente da Federação desse estado no período que antecedeu o golpe e foi nomeado, em abril de1964, interventor da Contag (RICCI, 1999).
[48] Sobre as origens da CPT e sua prática, ver Paiva (1985).

de Japuíba, padre Joaquim van Leeuwen.[49] Também nos conflitos por terra na Baixada Fluminense ela esteve presente, em especial em Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Em todos esses lugares, a CPT estimulou a organização dos trabalhadores e a formação de chapas de oposição a sindicatos que ela considerava como pelegos e que não encaminhavam o que ela considerava como os verdadeiros interesses dos trabalhadores. É o caso dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Paraty, Angra dos Reis, Trajano de Moraes, entre outros. Conforme narra Bráulio Rodrigues, que foi "uma espécie de coordenador da CPT em Nova Iguaçu" (SILVA, 2008, p. 55):

> Nós fazíamos várias reuniões com os trabalhadores na área rural, para discutir as questões políticas no país, as questões da terra.
> Dom Adriano ficou muito satisfeito com meu trabalho!
> Depois, fundamos a CPT estadual, em Cachoeiras de Macacu. Esse companheiro nosso, que é presidente da Fase, o Jorge Eduardo, era um dos coordenadores, junto com Padre Joaquim, lá de Cachoeiras de Macacu. A todas reuniões da CPT vinham os representantes dos núcleos: de Paraty, de Cachoeiras de Macacu, de Nova Iguaçu, de Trajano de Moraes. Vinham de várias áreas, porque já tinha CPT espalhada em quase todo o estado do Rio de Janeiro. A gente fazia reuniões em Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, no prédio das irmãs de caridade. Fizemos grandes encontros. [...] (SILVA, 2008, p. 55).

Também nesse trabalho verificou-se a opção de explorar os recursos legais. Em suas memórias, Bráulio Rodrigues chama a atenção para a importância da atuação de Paulo Amaral, em Nova Iguaçu, e de Miguel Pressburguer, em diferentes locais do estado.[50] Sobre este, diz Bráulio:

> Ele era advogado e estava sempre com sua mulher, D. Dirce. Eles davam palestras sobre direito de usucapião, o direito de desapropriação. Quando tinha problema de despejo, era quem ia e atuava. Mas ele partia para a organização e dizia: "Olha, eu vou fazer minha parte, mas vocês têm que fazer a parte de vocês". Explicava: "Vocês têm que se organizar melhor, preparar estratégia para defesa do terreno de vocês. Vão ter que enfrentar, se quiserem ficar na terra" (SILVA, 2008, p. 56).[51]

[49] Após anos de trabalho na Paróquia de Santana de Japuíba, padre Joaquim foi para Redenção (Pará) e agora está em Joaíma, cidade do vale do Jequitinhonha mineiro.
[50] Pressburguer atuou inicialmente em Paraty e Angra dos Reis. Depois tornou-se assessor jurídico da CPT e se envolvia em ações em diversos lugares da Baixada. Foi também um dos criadores da Assessoria Jurídica Popular (Ajup), no início dos anos 1980.
[51] Dirce Drach, esposa de Pressburguer, também era advogada.

Nas regiões onde a CPT atuava, ela contava com o apoio importante dos próprios bispos, com destaque para Dom Adriano Hipólito, da diocese de Nova Iguaçu, Dom Waldir Calheiros, de Volta Redonda, Dom Clemente Isnard, de Nova Friburgo, Dom Vital Wilderink, de Itaguaí, e Dom Mauro Morelli, de Duque de Caxias. No caso de Dom Adriano, por exemplo, sua ação foi de fundamental importância nas ocupações de terra, pelo apoio que deu a elas. Também teve papel central na criação da Comissão de Justiça e Paz, entidade que apoiou as lutas por moradia e por terra em Nova Iguaçu e o nascimento das associações de amigos de bairro em Nova Iguaçu.

A bibliografia e os documentos encontrados também indicam que em algumas regiões havia uma atuação junto aos trabalhadores rurais de outras confissões religiosas, como é o caso dos metodistas em Duque de Caxias, que, já no início dos anos 1980, vão criar a Pastoral Ecumênica de Xerém (DABUL, 1987).

Ao longo de sua atuação, os agentes de pastoral também foram objeto de violência: ameaças eram constantes e culminaram na invasão da própria sede da entidade na Cidade do Rio de Janeiro, em 1984, por policiais que estavam em busca de documentos que comprovassem que a entidade estimulava ocupações de terra.

10. Retomada das ocupações de terra e das lutas de assalariados: um novo ciclo de lutas

O final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 marcaram uma retomada das manifestações em espaços públicos dos trabalhadores rurais de todo o país. Trata-se de um novo momento, em que começaram a se evidenciar sintomas de crise do regime militar e crescia a pressão social por maior liberdade de expressão e organização, liberdade sindical e partidária, eleições diretas, anistia aos presos políticos etc.

Numa conjuntura nacional marcada não só pelo aparecimento de novas demandas, mas também de novas experiências organizativas por parte dos trabalhadores, ganharam expressão entidades de apoio de diversos tipos. Organizações não governamentais, tais como Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase), além de uma série de entidades de atuação local que deram suporte e/ou promoveram programas de formação de trabalhadores rurais e iniciaram campanhas de apoio às suas demandas, como é o caso da Campanha

Nacional pela Reforma Agrária. Por meio de suas ações e redes, deram visibilidade nacional e internacional aos conflitos no campo e à violência que os acompanhava, permitindo a ampliação de alianças. Nesse processo foi-se conformando uma nova linguagem que, de um lado, fazia apelo aos instrumentos legais existentes e, de outro, constituía a terra como um direito. O documento episcopal *Igreja e problemas da terra*, uma contundente e influente defesa dos trabalhadores do campo (CNBB, 1980), foi uma peça fundamental dessa década. Ao mesmo tempo, o tema da reforma agrária foi incorporado à pauta das centrais sindicais que se constituíram no início dos anos 1980.

Além disso, vários militantes exilados no exterior voltavam e muitos dos que foram condenados ao exílio em seu próprio país começavam a reaparecer. No caso que estamos pesquisando, antigas lideranças, que ficaram presas, foragidas ou silenciadas, aos poucos voltavam aos espaços públicos e retomavam os contatos com os trabalhadores. É o caso, entre outros, de José Pureza, Bráulio Rodrigues, Manoel Ferreira, Laerte Bastos, Francisco Silva, João Correa de Paula. De diferentes formas, em locais diversos, eles relembravam seu passado, fazendo depoimentos e contando às novas gerações de lideranças suas histórias. Mas não só: vários deles atuaram decisivamente em algumas iniciativas de luta por terra no estado, desde meados dos anos 1970.

10.1 A retomada das ocupações e as manifestações no espaço público

No início dos anos 1980, o Estado do Rio de Janeiro já era considerado bastante urbanizado: 92% de sua população, segundo dados do Censo de 1980, vivia nas cidades, com grande concentração na região metropolitana. Apesar disso, começaram a ocorrer ocupações de terra, agora com a presença de alguns sindicatos, da CPT e do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF), uma experiência fugaz organizativa, que se fazia fora das estruturas sindicais e, até onde conseguimos apurar, limitada a Duque de Caxias. Ocorreram ocupações em Cachoeiras de Macacu, na Fazenda São José da Boa Morte, que foi um dos polos mais importantes de conflitos no estado nos anos que antecederam o golpe e na década de 1970, como mostram Fabrício Teló e Ricardo Braga no capítulo 2. Neste caso em particular, o sindicato do município e a Fetag vinham reivindicando de há muito a desapropriação da fazenda e deram grande apoio à luta pela liberação dos lavradores e do padre que com eles foi preso por ocasião da ocupação. Grandes mobilizações foram feitas e a Fazenda São José da Boa Morte foi desapropriada já em 1981. Em agosto de 1983, 72 famílias, organizadas pelo NAF e pela CPT, ocuparam uma

área em Xerém e acabaram por ser assentadas em Italva, em Campos, em 1984. Quase à mesma época, ocorreu a ocupação de Campo Alegre, também com a presença do NAF e da CPT, como desdobramento do conflito em Parque Estoril, Nova Iguaçu. A elas se sucederam várias outras, que marcaram em especial a primeira metade dos anos 1980.

Para entender esse novo momento é preciso considerar diversos elementos. Da mesma forma que em diversos pontos do país, os trabalhadores rurais fluminenses estiveram bastante ativos, recriando sindicatos onde eles haviam desaparecido (como é o caso de Nova Iguaçu); formando chapas de oposição sindical para tentar assumir a direção de sindicatos considerados "pelegos" (Cachoeiras de Macacu, Trajano de Moraes, entre outros) ou pouco atuantes (Paraty); criando organizações não sindicais que expressassem as demandas dos trabalhadores (caso do Núcleo Agrícola Fluminense de Xerém, em Duque de Caxias) etc. Nessas iniciativas, era visível a presença da CPT.

No que se refere à Fetag/RJ, ela procurou se aproximar de antigas lideranças dos anos 1960 e trouxe algumas delas para participar de cursos de formação para narrar suas experiências. Algumas dessas lideranças foram designadas para dar apoio a regiões de conflito. É o caso em especial da aproximação com José Pureza da Silva, que retornou ao Rio no final dos anos 1970, após sua liberação da prisão, participou de diversos encontros sindicais e passou a assessorar a região de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia.

Além de ter uma expressiva assessoria jurídica, como destacado no tópico anterior, a Fetag montou, já nos anos 1970, uma assessoria educacional, bastante afinada com as diretrizes emanadas da Contag. Enviou uma expressiva delegação ao III Congresso da Contag, realizado em 1979, momento em que foram cunhadas novas diretrizes de ação para o sindicalismo.[52] Como resultado das linhas de ação definidas nesse congresso, no Estado do Rio passaram a ocorrer mobilizações de trabalhadores ocupando espaços públicos para expressar suas reivindicações. Deram-se pelo menos duas grandes concentrações de trabalhadores rurais na sede do Incra, na Cidade do Rio de Janeiro. Uma delas em 15 de dezembro de 1980 e a outra em 15 de junho de 1981, que contaram com um número expressivo de participantes de diferentes pontos do estado e que demandavam desapropriação de uma série de fazendas, algumas delas com histórico de conflito que vinha dos anos 1950 ou 1960. Para tanto, combinava-se o ato público com a entrega de relatórios e demandas, misturando um modo de atuação consolidado já no período anterior ao golpe e que era retomado em condições políticas mais favoráveis. A

[52] Para maiores informações sobre a atuação da Contag no regime militar, ver Medeiros (2014), Ricci (1999).

análise dessas ações é um bom exemplo da capacidade desses trabalhadores de se apropriarem de oportunidades políticas abertas, mas também de contribuírem decisivamente para que elas fossem criadas (TARROW, 2009). Sem dúvida, essas ações devem ser vistas como um componente importante de impulso à redemocratização, um impulso que se fazia também a partir de uma série de iniciativas locais.

Nesse novo momento, o sindicalismo rural se tornou mais visível no estado, participou das disputas pela criação de centrais sindicais e teve papel fundamental na denúncia da violência que os trabalhadores rurais continuavam a sofrer. Embora a perseguição às lideranças tenha se abrandado e novas possibilidades para a ampliação da organização tenham sido abertas, nem por isso a violência privada sobre os trabalhadores arrefeceu e os conflitos no campo continuavam, motivados pelas expulsões de terra e despejos.

10.2. Mudanças políticas no Estado do Rio de Janeiro

Para entender a retomada das ocupações no Estado do Rio, é preciso ter em conta um conjunto de mudanças no próprio estado, relacionadas a fatores estruturais, como a urbanização intensa, a pressão por lotes para moradia, a existência de áreas disponíveis no meio rural, mas próximas a centros urbanos. A Baixada Fluminense foi o polo dessas iniciativas, onde se acirrava a disputa pelas mesmas áreas que eram polos de conflito desde os anos 1950.

No entanto, para além desses elementos e da retomada da organização abordada no tópico anterior, é preciso considerar também uma importante mudança na conjuntura política do estado, com a eleição de Leonel Brizola como governador em 1982. Com uma imagem ligada às lutas dos trabalhadores, Brizola apoiou a criação do Master, no Rio Grande do Sul, quando assumiu o comando daquele estado (1959/1963); foi coordenador da Campanha da Legalidade, em 1962, deputado federal pelo Estado da Guanabara quando terminou seu mandato no governo do Rio Grande do Sul e considerado o estimulador dos "grupos de onze".[53] Teve seu mandato de deputado federal cassado e tornou-se um exilado político.

[53] De acordo com Righi (2014), tratava-se de grupos de luta e resistência, visando a concretização das reformas, em especial das reformas agrárias e urbanas, bem contra a espoliação do Brasil pelo capital. A autora cita Schilling (1979), que afirma que a partir deles pretendia-se criar um partido revolucionário, cujo braço armado seriam os militares nacionalistas.

Sua eleição para o governo do Rio de Janeiro desencadeou uma série de processos políticos, entre eles a ocupação de terras, em especial pela postura do governador de negociar e evitar repressão. Já em maio de 1983, foi criado, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, um Grupo de Trabalho para Assuntos Fundiários, para atuar nos conflitos fundiários rurais (NOVICKI, 1992). Logo depois (novembro) foi instituída uma Comissão de Assuntos Fundiários (CAF) (Decreto nº 6.854), ligada à Secretaria da Justiça e posteriormente à Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf), criada em maio de 1986, para cuidar de questões fundiárias tanto rurais como urbanas. Criavam-se, assim, mecanismos institucionais para a condução dos conflitos fundiários. Como atribuições da CAF, o Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro elenca: definição de áreas que deveriam ser objeto de processo discriminatório; encaminhamento de soluções para litígios fundiários, buscando manter na terra as famílias que dela dependessem para moradia ou para o desenvolvimento de suas áreas produtivas; coordenação da ação dos órgãos estaduais envolvidos com as questões de terra, evitando sobreposições; e sugestão de medidas judiciais necessárias à solução de disputas de terra (SEAF, 1981, p. 103).

Como se pode verificar, a própria subordinação da CAF à Secretaria da Justiça procura dar um novo encaminhamento aos conflitos. Com efeito, Novicki, que fez ampla pesquisa sobre as ações fundiárias do governo Brizola, afirma que elas foram pautadas pela tentativa de evitar ações repressivas, o que de alguma forma encorajou novas iniciativas.[54]

10.3. Os assalariados

Ao longo dos anos que se sucederam ao golpe, no que se refere aos assalariados rurais, a marca foi o desrespeito aos direitos trabalhistas reconhecidos em lei desde 1963. Isso era particularmente visível na região canavieira. Havia denúncias sobre pagamento do salário feito através de vales, o que era proibido pela legislação. Segundo documentos consultados, em Campos, embora os trabalhadores se julgassem vinculados à empresa empreiteira ou à usina, uma vez que esses empregadores recolhiam suas carteiras para registro, os trabalhadores eram na verdade clandestinos, porque as usinas, firmas, empreiteiras e empreiteiros não devolviam as carteiras no prazo legal de 48 horas. Quando ocorria algum tipo de acidente de trabalho, as carteiras eram assinadas de modo que fosse

[54] O governo Brizola e suas iniciativas em relação à luta por terra foram estudados em detalhe por Novicki (1992).

possível ao trabalhador receber o benefício. No entanto, datavam como se o contrato tivesse iniciado uma semana antes. Tal artifício era utilizado para que o trabalhador não pudesse reclamar o seu direito na justiça.

Os documentos consultados, basicamente alguns processos trabalhistas referentes a Campos e Conceição de Macabu, bem como relatórios da Fetag sobre a situação dos assalariados, evidenciam que um número expressivo de trabalhadores não tinha sequer carteira assinada e não recebia férias e 13º salário. Alguns recebiam no final da safra uma pequena quantia em dinheiro, chamada de *agrado*. Não utilizavam equipamentos de proteção, como luvas e botas, e eram forçados a adquirir seus instrumentos de trabalho. A alimentação era considerada deficiente e não era fornecida pelos empregadores. Também era denunciada a exploração pelo pagamento por tarefa, sem os trabalhadores saberem com clareza do preço da tonelada, da linha ou do metro cortado. O tema é explorado no capítulo 9, escrito por Ana Costa e Marilda Iamamoto.

Nesse contexto, os caminhos escolhidos pelo sindicato foram as ações na justiça e, já nos anos 1980, seguindo os passos do sindicalismo pernambucano, a greve.

11. O fim do regime militar e as novas perspectivas abertas para a luta por terra e por direitos

As mudanças ocorridas nos primeiros anos de 1980, tais como uma nova postura do governo estadual em relação aos conflitos e consequente criação de mecanismos institucionais que lidavam com eles, foram acompanhadas por mudanças no plano federal, com o advento da Nova República.

As grandes mobilizações populares, tanto urbanas quanto rurais, que acompanharam o fim do regime militar reacenderam o debate em torno da realização da reforma agrária "ampla, massiva e imediata", como demandava a Contag e novas entidades emergentes como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Num primeiro momento, a Nova República abriu espaço para a institucionalização do tema da reforma agrária, quer criando um Ministério especialmente voltado para ele – o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (Mirad), quer criando um grupo de trabalho para elaborar uma Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), composto por representantes da sociedade civil afinados com as demandas dos trabalhadores. Essa proposta foi dada a conhecer no IV Congresso Nacional dos

Trabalhadores Rurais, promovido pela Contag em maio de 1985, o que indicava o compromisso do novo governo com alterações na estrutura fundiária.

Nesse documento, a reforma agrária aparecia como uma das prioridades do novo governo e, para implementá-la, a desapropriação por interesse social era considerada o principal instrumento. A indenização das terras desapropriadas seria feita com base no valor declarado para fins de cobrança do imposto territorial rural. Sendo este um preço reconhecidamente abaixo do vigente no mercado, a Proposta assumia, de forma explícita, a concepção de desapropriação como uma penalização dos proprietários fundiários por não darem à terra uma função social. A meta era assentar, no prazo de 15 anos, sete milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Também foi recuperada a proposta, presente no Estatuto da Terra, da seleção de áreas prioritárias para reforma agrária, apontando para a possibilidade de transformações fundiárias em áreas mais amplas e não somente de intervenções pontuais em focos de conflito.

A Proposta encontrou resistências em diferentes frentes. O MST[55] a considerava tímida e baseada em instrumentos criados durante o regime militar; a Central Única dos Trabalhadores (CUT) a considerava uma versão rural do "pacto social", em diversas circunstâncias proposto pelo governo Sarney. Mas, a principal resistência veio dos que se posicionavam contra a reforma agrária: os representantes dos proprietários de terra que, um mês após seu anúncio, fizeram um congresso nacional em Brasília para discutir a Proposta de PNRA. Desse encontro nasceu uma nova organização, a União Democrática Ruralista (UDR), que passou a estimular seus associados a usar a força no combate às ocupações de terra. Disputando poder com as entidades de representação patronais já existentes – Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e Sociedade Rural Brasileira –, em pouco tempo polarizou o combate ao Plano, tanto em termos de disputa político-institucional, como atuando de forma violenta em defesa da propriedade nos locais onde se verificasse qualquer ameaça de ocupações ou de resistência na terra.

O resultado dessa polarização foram recuos na proposta apresentada. A ênfase na negociação com os proprietários em lugar da desapropriação; o fim da conotação punitiva que as desapropriações tinham na Proposta original e a polêmica a respeito da definição

[55] Nesse momento, o MST, além de atuar intensamente no Sul do país, estendia-se por São Paulo e Mato Grosso do Sul, através do estímulo às ocupações de terra. Tendo ainda vínculos sindicais em algumas regiões, foi uma presença marcante (não numericamente, mas no sentido de promover polarizações políticas) no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em maio de 1985. Nesse evento, posicionou-se contra o Estatuto da Terra, acusando-o de ser a expressão da concepção de reforma agrária dos governos militares (Medeiros, 1989).

do que era imóvel "produtivo" (portanto, não passível de desapropriação) são alguns dos elementos que passaram a ganhar destaque no debate. Um outro aspecto foi a retomada da discussão sobre utilização das terras públicas para assentamentos.

Grande parte dessas novas leituras se deu fora dos organismos responsáveis pela reforma agrária e, como aponta Medeiros (2003), envolveu a Casa Civil da Presidência da República e os ministérios militares, atualizando a percepção da questão fundiária como ligada à segurança nacional.

A curta experiência do PNRA desvendou algumas características da burocracia estatal, explicitando a formação de um corpo burocrático portador de uma cultura institucional marcada, ao longo do regime militar, pela identificação entre reforma agrária e colonização (ou seja, priorização das áreas de fronteira, consideradas como espaços vazios, para alocar trabalhadores demandantes de terra) e, num segundo momento, pela identificação entre reforma agrária e assentamentos, o que implica não planejamento de ações fundiárias como processo orientador de elaboração de políticas. Essa burocracia, recortada pelos interesses ligados aos "negócios de terra", em função de sua história, tinha dificuldades em se relacionar com os movimentos sociais (PALMEIRA, 1994).

Apesar de todas essas dificuldades, foram realizadas diversas intervenções em áreas de conflito, em alguns casos garantindo a terra a trabalhadores que nela já viviam e estavam ameaçados de expulsão, em outros assentando os que haviam participado de ocupações e acampamentos. Mesmo assim, foram poucos os resultados, em especial se contrastados com as metas do PNRA: segundo dados do Incra, foram assentados no governo de José Sarney apenas 83.687 famílias.

No caso do Rio de Janeiro, foi elaborado um Plano Regional e diversas desapropriações ocorreram, a maioria delas em áreas antigas de conflito, como é o caso de Santo Inácio, em Trajano de Moraes, e São Bernardino, em Nova Iguaçu.

No entanto, isso não significou que o ciclo de violência fosse interrompido. Caso exemplar é o assassinato, já em 1988, de Sebastião Lan, líder sindical de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, morador da Fazenda Campos Novos, local de conflitos fundiários desde os anos 1950 e desapropriada em 1982. Este fato é tratado com mais detalhes no capítulo 6, de autoria de Aline Borghoff Maia e Fabrício Teló.

Com a derrota da Proposta do PNRA, a Assembleia Nacional Constituinte tornou-se o espaço para a busca da institucionalização de um corpo legal que assegurasse mudanças fundiárias significativas. Nesse momento, constituiu-se a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, liderada por uma série de organizações da sociedade civil, envolvendo organizações

não governamentais, organismos de representação dos trabalhadores, entidades vinculadas à Igreja etc.; porém a representação patronal também se fortaleceu e ampliou seu espectro de apoio.

Os resultados desse processo foram contraditórios. A Constituição de 1988 tem inscrita a reforma agrária como um tema do capítulo da "Ordem econômica e financeira" e foi a primeira constituição brasileira a trazer esse assunto para o texto constitucional. Nela foi assegurado que a propriedade deve atender à sua função social (art. 5, XXIII), com uma definição explícita do que se entende por tal, inspirada no Estatuto da Terra (aproveitamento racional, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores). A definição da função social da terra não impediu, no entanto, que a Carta Magna contivesse um conjunto de mecanismos de bloqueio à possibilidade de uma reforma agrária, tal como defendida pelas organizações representativas dos trabalhadores do campo. Entre eles, a definição de que as desapropriações deveriam ser feitas mediante prévia e justa indenização em Títulos da Dívida Agrária (TDA), com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis em até 20 anos, a partir do segundo ano. Com isso, consolidou-se a tendência, dominante desde os anos 1970, na Proposta do PNRA, de que a desapropriação fosse feita com base em valores de mercado. A aceitação dos TDAs (até então considerados como "moeda podre") nos processos de privatização, já em meados dos anos 1990, reforçou ainda mais essa tendência. Eliminou, assim, o caráter punitivo das desapropriações, reivindicado pelas organizações de trabalhadores.

A nova Carta impede a desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média e propriedade rural, desde que o proprietário não tenha outro imóvel e a propriedade produtiva (art. 185). Com essas restrições, inviabilizou desapropriações, até que fosse regulamentado o tema através de uma legislação própria, o que só foi feito cinco anos mais tarde. Esse debate foge, no entanto, ao âmbito desse relatório.

12. Um balanço preliminar

Fazendo uma síntese do período analisado, em primeiro lugar, cabe destacar que há uma persistência de conflitos nos locais onde eles já existiam anteriormente: Baixada

Fluminense, Cachoeiras de Macacu, Região dos Lagos. Na Baixada, o processo rápido de urbanização pressionou fortemente os trabalhadores a abandonar suas posses. O mesmo ocorrendo na Região dos Lagos, graças ao seu crescente interesse turístico. Mas em diversos locais permaneceram situações de tensão ao longo das décadas de 1970 e 1980. A novidade foi a excepcional proliferação dos conflitos no litoral sul, que não apareciam antes, nem na bibliografia existente, nem nos dados que obtivemos.

Em todos os casos, trata-se de uma resistência local, de duração variável, mas que foi duramente reprimida. No geral, são conflitos que emergiram e tiveram alguma visibilidade porque saíram de seus limites e procuraram apoio em alguma instância – o sindicalismo, num primeiro momento; um pouco depois, a Pastoral da Terra, que se apresentava como espaço possível de acolhimento de suas queixas e defesa de seus direitos.

Essa reflexão aproxima esses casos de tantos outros, ocorridos em diversas regiões do país. No entanto, cabem algumas considerações, tendo em vista os objetivos da pesquisa feita:

a) O processo de expulsão/expropriação não necessariamente se fez a partir da ação das forças militares, mas essencialmente pela ação dos proprietários (ou pretensos proprietários), por meio de suas milícias privadas, que agiam com violência e não tinham, a não ser de forma muito limitada, o contraponto da resistência por meio da luta por direitos. Tudo indica que os que se apresentaram como donos das terras tinham ampla liberdade de ação. Ou seja, se quisermos entender a natureza de repressão que se abateu sobre parcelas de trabalhadores do meio rural fluminense, temos que contemplar também essas formas de violência privada, praticada não só por antigos proprietários de fazenda, mas também por empresas modernas de outros setores produtivos, em especial o turístico. Nas situações analisadas, apresentadas nos capítulos que se seguem, há, no geral, omissão do Estado; em alguns casos, conivência e participação direta, como é o caso da atuação da guarda florestal em Paraty e em Cabo Frio ou da guarda rural do Ibra em Cachoeiras de Macacu.

b) Se antes do golpe caminhava-se para um reconhecimento de direitos à terra ocupada por posseiros, como comprovam as diversas desapropriações realizadas no estado, sem a força das lideranças e das organizações e num contexto de forte repressão a todas as formas de manifestação e organização dos trabalhadores, a tendência à atomização das resistências foi dominante. Muitas vezes, elas foram persistentes no tempo, evitaram a expulsão imediata, mas pouca articulação tiveram entre si, a não ser

por meio da ação sindical, que variava de município a município e tinha mais um papel de denúncia do que propriamente de organização dos trabalhadores. Não por acaso, as desapropriações feitas no âmbito do Plano Regional de Reforma Agrária do Rio de Janeiro (PRRA/RJ) envolveram áreas cujos conflitos vinham, muitas vezes, dos anos 1950/1960, que já haviam sido desapropriadas e devolvidas aos antigos proprietários após o golpe, mantendo-se, porém, como focos de conflito.

c) Diante disso, falar dos conflitos no campo no regime militar é também levar em consideração que, numa situação de internalização do medo, em muitos lugares os trabalhadores simplesmente abandonaram suas terras e migraram para as cidades. No caso de Paraty, por exemplo, em entrevistas disponíveis no NMSPP e consultadas pela presente pesquisa, é recorrente a afirmação de que algumas das favelas da cidade (Ilha das Cobras, Mangueira) são produto desse processo de retirada de trabalhadores das terras em que sempre viveram. O mesmo pode se dizer de Xerém ou Papucaia, que, ao longo dos anos 1970, se tornam atrativas para instalação de sítios de recreio. Dificilmente teremos condições de captar as condições efetivas que levaram as pessoas a não resistir. No entanto, metodologicamente é importante ter esse fato como um horizonte significativo para o entendimento da dimensão dos efeitos da ditadura sobre os trabalhadores rurais fluminenses.

Nos capítulos que se seguem diversos aspectos aqui apontados de forma bastante breve serão desenvolvidos, por meio da análise de casos específicos.

Referências bibliográficas

ALLIER, Verena Matinez e HALL, Michael *From sharecropping to the colonato*. Mimeo, [s.d.].

ARAÚJO, Federico Gulherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara:* 1950-1964. Dissertação (Mestrado). Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1982.

AREZZO, Dryden de Castro. Administração fundiária do estado do Rio de Janeiro. In CARNEIRO, Maria José et al. *Campo aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

AZEVEDO, Fernando. *Ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro.* Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2008.

BERNARDES, Lisia et al.. *Redefinição do conceito de urbano e rural*. Curitiba: Ipardes, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. A questão agrária, crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: BORIS, Fausto (org.). *História geral da civilização brasileira*. t. III: *O Brasil republicano*; v. 3: *Sociedade e política (1930-1964.)* São Paulo: Difel, 1981.

CEFAÏ, Daniel. Les cadres de l'action collective. Définitions et problèmes. In CEFAÏ, Daniel e TROM, Danny. *Les formes de l'action collective. Mobilisations dans des arènes publiques.* Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião.* Petrópolis: Vozes, 1996.

CNBB. *Igreja e problemas da terra*. Rio de Janeiro: Paulinas, 1980. Edições CNBB.

DABUL, Ligia. Um tanto da história de Xerém, Análise social e eclesial. In Oliveira, Rafael Soares (coord). *Unidade e prática da fé: Pastoral Ecumênica em Xerém*. Rio de Janeiro: Cedi, 1987.

DELGADO, Guilherme. *Capitalismo Financeiro e agricultura*. São Paulo: Icone; Campinas: Unicamp, 1985.

DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

DRUMMOND, Jose Augusto. *O Movimento Tenentista: a intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935).* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In SIGAD, Ligia; ERNANDEZ Marcelo e ROSA Marcelo. *Ocupações e acampamentos. Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond e Faperj, 2010.

FETAG/RJ. *Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro – ocorridos entre os anos de 1970 e 1990*. Rio de Janeiro: Fetag/RJ. (MSPP/Sr - SC.frj.c - Pasta II), 1990.

GEIGER, Pedro Pinchas e MESQUITA, Miriam. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento e disciplina.* 2. ed. Brasília: Editora da UNB, 2002.

GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964*. 2 v. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

IPM 709. IPM 709. *O comunismo no Brasil*. Brasília: Biblioteca do Exército (4 volumes), 1966.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/CNPq, 1988.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Papirus, 1986a.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os anos 30*. 2ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986b.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, ano 17, n. 48, 2003.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). São Paulo: USP, 1983a.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro*. (Relatório de Pesquisa). *Dez anos de luta pela terra: 1969-1979*. São Paulo: CEDEC/ABRA/CPDA-UFRRJ, 1983b (mimeo).

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses. Os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado). Campinas, IFCH/Unicamp, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO Milton (org.) *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOORE JR., Barrington. Injustiça. *As bases sociais da desobediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NEVES, Delma Pessanha. Os trabalhadores tangidos pelo gado. *Tempo*, vol. 4, nº 7, julho, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. In: MARIN, Joel O.B. e NEVES, Delma Pessanha (orgs.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

NEVES, Delma Pessanha. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NOVICKI, Victor de Araújo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1992.

PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. Burocracia, política e reforma agrária. In Medeiros et al. (org.). *Assentamentos rurais. Uma perspectiva multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp. 1994.

PALMEIRA, Moacir Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. In Welch, Cliff et al. *Camponeses brasileiros. Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília: Nead, 2009 (Coleção História Social do Campesinato).

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In Costa, Luiz Flávio de Carvalho e Santos, Raimundo (orgs.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PEDROZA, Manuela da Silva. *Terra de resistência*: táticas e estratégias camponesas no sertão carioca: 1950-1968. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2003.

PINHO, Péricles Madureira. O Problema da Sindicalização Rural, *A Lavoura*, abr./jun. 1939.

QUINTANS, Mariana Trotta Dellalana. *Poder Judiciário e conflito de terra: a experiência da vara agrária do sudeste paraense.* Tese (Doutorado)**.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2011.

PUREZA, José. *Memória camponesa.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária. O caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém*: sindicalismo rural e crise de representação. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

RIGHI, Graziane Ortiz. Grupos dos Onze: a tentativa de resistência. *Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente.* Florianópolis, SC, 13 a 15 de outubro de 2014.

ROCHA, Francis. *Conflito social e dominação: um estudo da regulação de trabalho na empresa capitalista 1897-1935*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC/SP, 1982.

SANTA ROSA, Virgílio. *O sentido do Tenentismo*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SCOTT, James. *Dominations and the arts of resistance. Hidden Transcripts*. New Haven and London: Yale University Press, 1990.

SEAF – Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos do Rio de Janeiro. Instituto de Terras e Cartografia. *Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SEAF. 1991.

Capítulo 2

Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu

Fabrício Teló[*]

Ricardo Braga[†]

1. Introdução

O Município de Cachoeiras de Macacu foi palco de intensa repressão estatal especialmente no imediato pós-golpe. Alguns fatores ajudam a entender esse processo: o prefeito da cidade era do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o mesmo do então presidente deposto, João Goulart; havia forte presença de adeptos das ideias do então deputado federal Leonel Brizola, que havia promovido a criação dos Grupos dos Onze – grupos que se espalharam pelo Brasil e que atuavam em defesa das reformas de base do governo de João Goulart; o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinha uma intensa atuação junto aos trabalhadores, sobretudo com os sindicatos dos ferroviários e dos lavradores. Finalmente, a repercussão nacional das duas ocupações que ocorreram na Fazenda São José da Boa Morte, na primeira metade da década de 1960, foi determinante para a decisão dos militares de focarem sua atenção nesse município.

Além desta breve introdução e de uma reflexão final, este capítulo está dividido em cinco partes: a primeira faz uma retomada histórica da região de Papucaia desde o período colonial até o governo Vargas; a segunda trata das duas ocupações da Fazenda São José da Boa Morte (SJBM) em 1961 e 1963 e suas implicações no que diz respeito à repressão aos camponeses; a terceira trata da ação direta do Estado no imediato pós-golpe por meio do Exército e da Guarda Rural do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) no intuito de "limpar a área" de "subversivos"; a quarta parte resgata o processo de formação de um grupo de treinamento para ações armadas com vistas à guerrilha rural; e,

[*] Fabricio Teló, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (RS), mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).

[†] Ricardo Braga, graduando em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

por fim, a quinta parte trata da última ocupação da Fazenda SJBM em 1979, já no período da abertura política, e do processo de desapropriação iniciado em 1981.[1]

2. Antecedentes históricos: da sesmaria ao Núcleo Colonial de Papucaia

Rosa Jr. (2014) assinala que, para compreender a ocupação das terras no Brasil, é necessário ter em mente a relação próxima entre o Estado monárquico português e a Igreja católica no contexto das grandes ocupações e expropriações de terras indígenas do século XVI. Foram as instituições eclesiásticas as primeiras a se estabelecerem no território colonizado: construções de capelas – elevadas à condição de paróquias conforme o crescimento populacional – que centralizavam a vida religiosa, jurídica e econômica, tornando-se o cerne da organização territorial e social. As freguesias foram, dessa forma, as primeiras instituições do Estado português a ocupar as terras brasileiras, ao mesmo tempo em que se fazia a distribuição de sesmarias. Cardoso (2009, p. 60-64) destaca a figura de Miguel de Moura, que hoje compõe o brasão de armas do Município de Cachoeiras de Macacu. No ano de 1571, Miguel de Moura recebeu a primeira porção de terra que daria origem ao que hoje é conhecido como Cachoeiras de Macacu, devido à sua ajuda na expulsão dos franceses da Baía de Guanabara. Ainda em 1571, Miguel de Moura doou a sua sesmaria à Companhia de Jesus. Esta, contudo, só se estabeleceu na região em 1579, por conta dos conflitos decorrentes da invasão dos territórios indígenas pelos portugueses.

Com a doação de inúmeras outras sesmarias ao longo das margens do rio Macacu durante os séculos XVI e XVII, funda-se em 5 de agosto de 1697 a Vila de Santo Antônio de Sá, considerado o primeiro nome oficial da região de Cachoeiras de Macacu. Esta vila, também conhecida como Vale do Macacu, que até metade do século XVIII abarcava as freguesias de Santo Antônio de Sá, São José da Boa Morte, Santíssima Trindade e São João Batista de Itaboraí, compreendia o que hoje são partes dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí e Magé, ocupando a porção nordeste do recôncavo da Baía de Guanabara. A ocupação dessa área acompanha o curso do rio Macacu, sendo

[1] Os autores agradecem imensamente a Alberto Santos pelas diversas contribuições que deu à pesquisa, tanto em forma de entrevista, quanto de partilha de documentos e de acompanhamento no trabalho de campo. Alberto é um historiador e pesquisador incansável sobre as lutas dos camponeses de Cachoeiras de Macacu, onde trabalhou como professor, e de Itaboraí, onde reside. Publica periodicamente textos em seu blog "Vinho, livros e história", disponível em: http://vinholivrosehistoria.blogspot.com.br.

traçadas rotas para escoamento de produtos, mas também para o estabelecimento de casas, povoados e fronteiras, além de portos, locais de encontro e também de conflito. Os fluxos dos rios Macacu, Caceribu e Guapiaçu também serviram como principais meios de comunicação entre a Baixada da Guanabara e a Cidade do Rio de Janeiro, fato importante quando se observa a principal ocupação da região: o abastecimento do Rio de Janeiro através da produção de mandioca/farinha de mandioca, arroz, feijão e milho, além da produção de açúcar e da extração de madeiras (já trabalhadas para as construções civil e naval, ou como lenha e carvão), com a produção escoada pelos rios.

A plantação da mandioca e a produção da farinha, na Vila de Santo Antônio de Sá, correspondendo a mais da metade da produção agrícola de alimentos no final do século XVIII, representaram a possibilidade de sobrevivência mais acessível para a população pobre. A produção e o consumo da mandioca eram importantes não apenas do ponto de vista econômico, mas também se a compreendermos como objeto que estava presente em toda a vida social, sendo ela um elemento da organização da Vila. Conforme diz Cardoso (2009, p. 85):

> Boa parte das populações que viviam e produziam em Macacu, constituía-se não de senhores de engenhos abastados, mas na verdade de pessoas pobres, trabalhando em suas roças, pequenas extensões de terras próprias ou cedidas.

Tanto Cardoso (2009) quanto Rosa Jr. (2014) apontam para a importância da produção agrícola de homens pobres e livres e de escravos com relativa autonomia, de modo a romper com a tradicional leitura do período colonial e imperial através da divisão *senhor/escravo*. Existiu ao longo desse período uma produção voltada para o mercado interno, tanto do Rio de Janeiro quanto da própria Vila, gerada majoritariamente por outra classe, com práticas específicas, formada por homens e mulheres livres e pobres que tinham como sustento o trabalho na terra, quase sempre arrendada. Esta população livre e pobre se caracterizava por ter ou não a posse de alguns poucos escravos de forma que auxiliassem e complementassem o trabalho na lavoura, estando profundamente atrelada à economia da grande lavoura e ao mercado interno.

Dentro do Vale do Macacu existiu uma grande fazenda – por sua dimensão e produção – conhecida como Fazenda do Colégio ou Fazenda Papucaia. Outras fontes usam a denominação de Fazenda Macacu. Sua extensão era de quatro léguas de comprimento por três de largura. De acordo com a lei de sesmarias, Moura era obrigado a fazer uso produtivo da terra em no máximo três anos. Como não o fez, decidiu doá-la

para a Companhia de Jesus, o que ocorreu em 1571 (CARDOSO, 2009). Tendo em vista a resistência indígena, os jesuítas apenas conseguiram iniciar a demarcação da área em 1579 e concluí-la em 1599. Dentre os nativos que ocupavam a área à época, havia os considerados inimigos, cuja maioria foi morta, e os considerados aliados, que foram cristianizados e escravizados. Chegou a ser considerada em 1757 a fazenda jesuítica de maior produção de farinha de mandioca, devido à grande quantidade de animais utilizados para a tração e transporte, mas também pelo uso de mão de obra cativa (indígena e negra) (CARDOSO, 2009). Utilizaremos aqui apenas a denominação Fazenda Papucaia para manter a proximidade com as áreas de conflito analisadas mais à frente.

Em 1759, devido ao ímpeto laicista que o Estado português tomou, as novas políticas adotadas expulsam os jesuítas e apropriam a fazenda para o Estado. A área foi então comprada por Antônio de Oliveira Braga e depois passada para Henrique José de Araújo, devido ao casamento com a filha de Antônio. Henrique foi um personagem de grande importância para a região, tendo sido senhor de engenho e de escravos, além de possuir um grande prestígio junto ao Estado e à Igreja católica.

Com a morte de Henrique José de Araújo, em 1840, a Fazenda Papucaia foi subdividida entre seus herdeiros, criando assim as fazendas Colégio, Papucaia, Jaguary, Ribeira e Rio das Pedras. Após a morte de Henrique e até o ano de 1876, a Fazenda Papucaia trocou de proprietário três vezes. No século XIX, a região viveu um processo de decadência econômica, devido a fatores como: a migração da cultura do café para o Vale do Paraíba, levando a esta área maiores investimentos e instrumentos de trabalho; a gradual extinção do trabalho escravo; a epidemia de malária denominada "febre do Macacu", que atravessou a região a partir de 1830 e foi responsável por uma sensível baixa na população e pela consequente redução das áreas produtivas no baixo e médio curso do rio Macacu que, por ser área de brejos, favorecia a reprodução dos mosquitos transmissores da doença[2]; a inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo que contribuiu para o desuso do rio, inclusive no imaginário local: o que antes era visto como vetor do progresso e articulador da organização social passou a ser evitado pelo uso da linha férrea e pela possibilidade de contaminação. A decadência do uso do rio também está associada à mudança da sede da Vila de Santo Antônio de Sá para Santíssima Trindade (que teve seu nome mudado para Sant'Anna de Macacu). Ao longo do final do século XVIII e

[2] Ao fugir da epidemia que assolava o rio Macacu, a população que morava nas áreas de brejo passou a ir para outras freguesias dentro da Vila de Santo Antônio de Sá, como, por exemplo, a de São José da Boa Morte.

primeira metade do século XIX foram inúmeras as fragmentações de seu território, devido à anexação destas freguesias a outras vilas e em alguns casos à elevação de outras freguesias a vilas, levando consigo engenhos, escravos e produções diversas e significativas.

Em suma, a população que habitava a região de Cachoeiras de Macacu no início do século XX era preponderantemente pobre e composta por grande número de ex-escravos, trabalhando de forma arrendada ou em parcerias diversas, tendo no uso da terra a base de sua sobrevivência e organização social.

A última proprietária da Fazenda Papucaia antes da criação do Núcleo Colonial em 1951 foi a Companhia Nacional de Navegação Costeira, pertencente a Henrique Lage, dono de um império de cerca de 30 empresas, baseadas fundamentalmente no trinômio carvão, ferro e navegação. Tendo em vista seu falecimento em 1941 e o início da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, que intensificou ainda mais o já existente espírito nacionalista de Getúlio Vargas, em 2 de setembro desse mesmo ano, o mandatário brasileiro assinou o Decreto nº 4.648 que incorporava ao patrimônio nacional os bens da "Organização Lage" e seu espólio (RIBEIRO, 2007).

Em 1951, com o intuito de criar um cinturão-verde para abastecer o Rio de Janeiro, na época capital federal, Getúlio Vargas, por meio do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), desmembrou a então Fazenda Papucaia da Companhia Nacional de Navegação Costeira e criou o Núcleo Colonial de Papucaia (ver Mapa 1 para delimitação do Núcleo e o capítulo 1, de autoria de Leonilde Medeiros). Com essa iniciativa, a região obteve altos índices de crescimento populacional ao longo da década de 1950, pois, além da produção frutícola, também apresentava a possibilidade de extrair madeira e fabricar carvão. Silva (1994) destaca que a procura por lotes (de 10 a 15 hectares) do recém-criado núcleo foi tão intensa que em pouco tempo se chegou a mais de seis mil pedidos. Porém,

> a mística de que o imigrante é um agricultor mais eficiente, somada à discriminação do lavrador nativo, privilegia descendentes de imigrantes italianos e japoneses na distribuição dos lotes em Papucaia, provocando descontentamento entre os posseiros que há anos trabalhavam na região originários inclusive de outros municípios e estados. Preteridos, alguns decidem ocupar áreas do núcleo mesmo sem a devida licença, acusando determinadas pessoas que haviam conseguido lotes de estarem apenas interessadas na exploração da mata, uma vez que posteriormente destinavam seus terrenos à revenda para construção de chácaras de veraneio (SILVA, 1994, p. 40).

Conforme analisado por Eliane O'Dwyer (1988), a recorrente vinda de lavradores de outros municípios, e até de outros estados, para Cachoeiras de Macacu criou uma circulação de lavradores que tornaria possível o fortalecimento das lutas, gerando uma extensa rede de solidariedade, especialmente com o Município de Itaboraí, vizinho ao de Cachoeiras, consolidando uma memória de luta compartilhada.

3. Ocupações e desapropriações na Fazenda São José da Boa Morte

O conflito da Fazenda São José da Boa Morte (SJBM) possui duas grandes fases. A primeira se inicia ainda nos anos 1950, com a gradativa ocupação de terra por lavradores, e vai até o ano de 1964 que tem, com o golpe empresarial-militar, uma inflexão da luta e das vitórias conquistadas pelos lavradores, obrigando as lideranças a fugir e desarticulando a organização do movimento camponês. A segunda fase tem início no final dos anos 1970, já no período de reabertura política, quando a fazenda é novamente ocupada, já com novas organizações atuando, sendo novamente desapropriada em 1981. A intensidade deste conflito pode ser expressa nas sucessivas ocupações de terra protagonizadas pelos lavradores e pelo número de presos. O caso dá indicativos da correlação de forças que remonta aos agentes envolvidos na deflagração do golpe de 1964 e na própria continuidade do regime ditatorial, revelando relações entre a classe empresarial, o Estado e as polícias e forças armadas.

A gradativa ocupação de terra dentro desta fazenda remonta aos anos 1950, quando o município atingia considerável índice de produção agrícola no estado do Rio de Janeiro: 1º lugar na produção de banana, 2º na produção de abacaxi e 3º na produção de mandioca que, como vimos, é um alimento historicamente importante para a região e para uma grande parcela de sua população.

A fazenda SJBM, em uma de suas bordas, é limítrofe ao Núcleo Colonial de Papucaia. A proximidade entre as duas áreas foi um dos principais fatores que geraram os conflitos que têm seus pontos mais altos nas ocupações de 1961, 1963 e 1979, nas prisões que se seguiram às ocupações e nas desapropriações de 1964 e 1981. De acordo com a bibliografia (SILVA, 1994; O'DWYER, 1988) e com os documentos sindicais consultados, a invasão dos proprietários da São José em uma área do Núcleo Colonial acirrou os conflitos entre camponeses, proprietários e órgãos do Estado. Embora a área da São José e a área invadida do Núcleo fossem alvos de reivindicação de posse por

diversas pessoas que se diziam proprietárias, neste texto falaremos mais detidamente daqueles que eram os mais acusados pelos camponeses: os irmãos Coimbra Bueno.

Nos anos 1950 o proprietário da área era Adalberto Corrêa. Com seu falecimento, em 1954, parte de sua herança é vendida para os irmãos Coimbra Bueno. É interessante notar a relação entre estes indivíduos e o Estado. Adalberto Corrêa foi um deputado pelo Rio Grande do Sul ainda no Estado Novo varguista (1937-1945), tendo atuado pelo Partido Republicano Liberal (PRL), partido este de apoio ao governo ditatorial de Getúlio Vargas, e também profundamente anticomunista[3]. Segundo Rosa Jr. (2009), Adalberto, muito ligado a Getúlio Vargas, teria adquirido as terras das fazendas São José da Boa Morte, Fazendinha e do Carmo, todas no Município de Cachoeiras de Macacu, por volta de 1933, ano em que foi criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Parte de suas terras também seria comprada no governo democrático de Getúlio, em 1951, compondo o Núcleo Colonial de Papucaia, após uma série de obras de saneamento que valorizaram o terreno.

Com a morte de Adalberto, em 1954, suas terras foram compradas pela Empresa Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda., de propriedade dos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno. No ano de 1934, esses irmãos, recém-formados em engenharia, foram convidados pelo primo e interventor federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, para trabalharem na concepção e construção da capital estadual, a Cidade de Goiânia, ficando responsáveis pela Superintendência Geral das Obras da Nova Capital de 1934 a 1938. Como forma de pagamento pelo serviço, além do dinheiro, receberam também um pedaço das terras da nova capital, onde iniciaram o loteamento privado, para construção de residências operárias. Receberam ainda o título de Construtores da Cidade de Goiânia, pelo Decreto nº 580 de 02/04/1938 (MACIEL, 1996; MOTA, 2004).

Os irmãos foram também bastante atuantes e influentes na campanha de interiorização da capital federal, levando-a do Rio de Janeiro para Goiás, estado em que tinham terras e influência. Com o objetivo de articular o deslocamento da capital, criaram em 1939 a "Fundação Coimbra Bueno para uma nova Capital". No mesmo ano fundaram ainda um jornal, chamado *Rumo ao Oeste*, e, no ano seguinte, uma editora com o mesmo

[3] Em 1936, quando o Estado Novo ainda julgava os presos do levante antifascista e comunista de novembro de 1935, com grande participação do PCB e protagonizada pela Aliança Nacional Libertadora, foi criada em 9/01/1936 a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, cujo diretor efetivo era o deputado Adalberto Corrêa. Ver mais em: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *A 2ª República*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/a2republica.html>. Acessado em: 27/06/2015.

nome. De acordo com Dreifuss (1981), esta fundação tinha estreita ligação com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), uma das principais organizações que promoveram um clima propício para o golpe de 1964, bem como inúmeros projetos para a construção de outro modelo de democracia, atrelada ao desenvolvimento econômico e empresarial, a partir de uma extensa composição de intelectuais orgânicos, movimentos sociais e intensa propaganda política.[4] Jerônimo realizou diversas intervenções no Senado contra a desapropriação de terras para reforma agrária, defendendo a propriedade privada. Foi governador do Estado do Goiás, de 1947 a 1950 pela União Democrática Nacional (UDN), principal partido de oposição a Getúlio e João Goulart, tendo papel ativo na articulação do golpe de 1964. Foi ainda senador da República, pelo mesmo partido e estado, de 1955 a 1963.

Concluído o trabalho em Goiânia, os irmãos foram convidados pelo então interventor do estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, genro de Getúlio, para elaborarem os planos urbanísticos das cidades localizadas na metade norte do território. Elaboraram aproximadamente 15 planos, entre os quais Campos, Cabo Frio, Araruama e Atafona. Depois disso, passaram a projetar núcleos de periferia em municípios da Baixada Fluminense, como técnicos auxiliares no Serviço Sanitário da Baixada Fluminense (SILVA, 1994). Dentre eles, Itaboraí, Magé e Cachoeiras de Macacu.[5]

Foi provavelmente desta forma que Jerônimo e Abelardo conheceram a fazenda SJBM. De acordo com Marino Monteiro de Barros[6], administrador da Agrobrasil, em depoimento prestado em 30/08/1964, no Inquérito Policial Militar (IPM) que compôs o processo nº 7.477, sobre as "atividades subversivas" dos que participaram do movimento de ocupação da fazenda, Jerônimo comprou os três imóveis de Adalberto Corrêa (SJBM, Fazendinha e do Carmo) em 1954, mas foi apenas em 1957 que teria começado a produzir cereais e a criar gado. Como apontado por Rosa Jr. (2009), no ano seguinte, 1958, iniciou-se o cumprimento das ordens de despejo contra os lavradores por parte da empresa, provavelmente com o intuito de tornar aquelas terras alvo de especulação fundiária, o que

[4] O nome de Abelardo Coimbra Bueno pode ser encontrado no Apêndice B "Ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES" do livro de René Dreifuss (1981, p. 513). São citadas as companhias e grupos: Coimbra Bueno e Cia. Ltda, Agrobrasil S.A., British-American Tobacco e Fundação Coimbra Bueno.

[5] Informações retiradas do site www.urbanismobr.org, com base em uma entrevista concedida por Abelardo Coimbra Bueno a pesquisadores de uma rede de estudos em urbanismo, no ano de 1998.

[6] A figura de Marino ficou marcada no imaginário social dos lavradores mais velhos com os quais conversamos, especialmente entre aqueles que não tiveram uma participação direta na última ocupação de São José da Boa Morte, em 1979. Marino é constantemente lembrado como o dono da fazenda (chamada, por vezes, de "a fazenda do Marino"), o que é indicativo dos usos que os irmãos Coimbra Bueno davam às terras onde pouco ou nunca compareceram, e também da presença de Marino no cotidiano dos lavradores.

entrava em conflito com a percepção dos camponeses de que ela era fonte de trabalho e moradia, constituindo a base da própria existência social deles.

3.1. A ocupação de 1961: resistência às contínuas expulsões

O conflito de São José da Boa Morte, em seu período anterior ao golpe de 1964, teve dois momentos de intensificação que levaram a duas ocupações distintas. O primeiro momento e a primeira ocupação organizada aconteceram no final do ano de 1961, período em que ainda muitos lavradores chegavam à região.

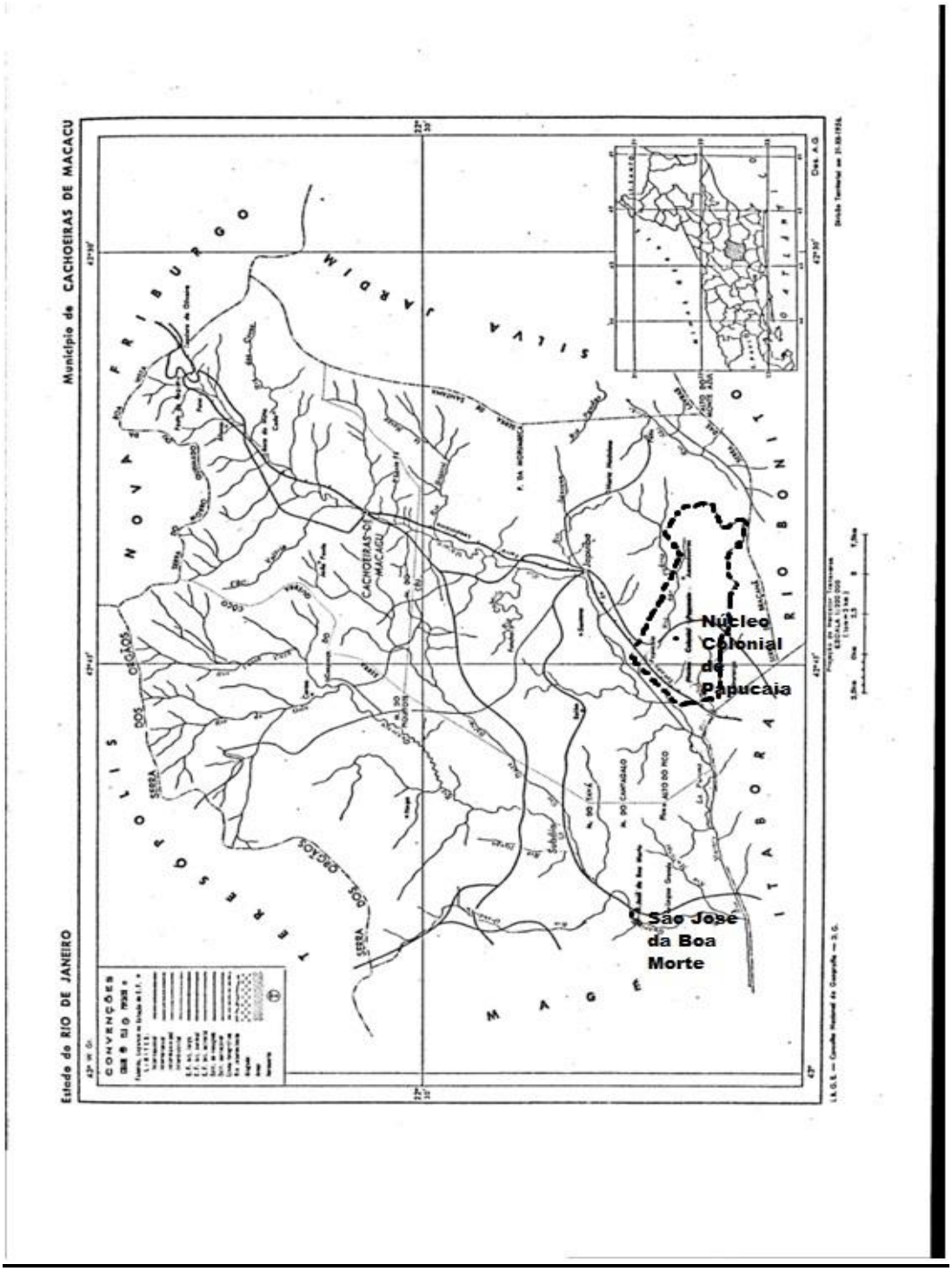
Os conflitos de novembro de 1961 têm suas origens nas expulsões recorrentes sofridas pelos lavradores que moravam e trabalhavam na SJBM e no Núcleo Colonial de Papucaia. Como dito anteriormente, as práticas de despejo dos lavradores das terras dos irmãos Coimbra Bueno começaram ainda em 1958, pelo administrador da fazenda, Marino Monteiro de Barros, e por meio das forças policiais. Em março de 1961, num violento despejo de 30 famílias, a polícia queimou casas e plantações, apreendeu e destruiu instrumentos de trabalho, impossibilitando a moradia e o trabalho dos lavradores e suas famílias. Como indicado no capítulo de Leonilde Medeiros e em Grynszpan (1987), os despejos eram recorrentes nas décadas de 1950 e 1960, e foram apontados pelos camponeses como os seus principais motivos de indignação e revolta.

Segundo Grynszpan (1987), a área ocupada pelos lavradores despejados era reivindicada por diversas pessoas que dela se diziam donas. Contudo, os camponeses argumentavam que aquela terra pertencia ao Inic e que, portanto, estavam sendo griladas. A grande quantidade de diferentes pretensos proprietários acirrava o conflito dos grileiros com os camponeses. Segundo Silva (1994), além dos irmãos Coimbra Bueno, a área era reivindicada por Antônio Vaz da Eira, Maria Maia, Otávio Antônio Volpato, Odilon Alves de Melo, Paulo Velasquez, Orlando de Oliveira Dantas e Arlindo Dantas.

A principal figura na articulação dos camponeses foi Mariano Beser. Natural da Espanha, chegou ao Brasil em 1950 com 11 anos, já influenciado pelos ideais anarquistas e comunistas, presentes na luta antifascista daquele país, da qual sua família havia participado ativamente. Mariano apontou, em entrevista concedida a Luiz Silva (1994)[7], que esse histórico familiar de lutas o levou a entrar no Partido Comunista Brasileiro (PCB), a partir da Juventude Comunista.

[7] Esta talvez seja uma das únicas entrevistas realizadas com Mariano Beser (SILVA, 1994, p. 145–164).

Mapa 1. Delimitações do Núcleo Colonial de Papucaia. Mapa produzido pelo IBGE em 1958, com o traçado original do Núcleo Colonial de Papucaia e a localização de SJBM



Fonte: Silva (1994), p. 36.

Sua aproximação com os camponeses aconteceu após a sua formação como técnico em agricultura pela Escola Secundária Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, localizada em Itaguaí, atualmente Seropédica. Depois de formado, Mariano comprou uma propriedade em Mazomba, perto da Universidade, local onde participou de um confronto com pretensos proprietários da região, entre os anos de 1960 e 1961. A partir deste episódio, envolveu-se com os dirigentes da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), conhecendo figuras como José Pureza, Manoel Ferreira e Bráulio Rodrigues. Beser conta, contudo, que se indignaria com a falta de ação direta do PCB e da Falerj, o que o aproximou das Ligas Camponesas8, enxergando nelas uma luta mais local e imediata, influenciada pelo foquismo da Revolução Cubana de 1959 (esta discussão será melhor aprofundada no decorrer deste capítulo).

A presença de Francisco Julião, deputado pernambucano e principal teórico e apoiador das Ligas Camponesas, em Cachoeiras de Macacu, no ano de 1960, contribuiu para a mudança de atuação de Beser. Com as contínuas expulsões de lavradores na SJBM, Mariano queria promover uma ação imediata que não encontrou apoio nos sindicatos dos rodoviários, portuários e marítimos e nem no Partido Comunista. Apresentando-se como presidente da União das Ligas Camponesas do Estado do Rio de Janeiro e assessor da Falerj, tendo ainda apoio político de Francisco Julião e pertencendo ao PCB, Mariano decidiu ir ele mesmo para a fazenda e lá montar a resistência junto dos lavradores: derrubaram pontes, interceptaram passagens e se armaram em um clima de radicalização causado pelas violentas expulsões. Os lavradores resistiram usando armas (Figura 1), tornando a ocupação uma alternativa às expulsões e à improdutividade da terra. Beser não deixou claro, contudo, se já tinha alguma presença na São José antes dessa ocupação. Ele também não foi lembrado nas entrevistas que realizamos com moradores da região.

[8] As primeiras Ligas Camponesas nasceram em 1945 como forma de associação civil e de iniciativa do PCB, procurando estabelecer uma aliança camponês-operário. São, contudo, desarticuladas com a cassação do partido em 1947. Em 1955, em Pernambuco, uma Liga Camponesa renasce a partir da mobilização de um fundo mútuo de assistência médica, jurídica e funerária, em um período de retorno à luta militante e presença do PCB. Buscando apoio jurídico em Francisco Julião, os trabalhadores do Engenho da Galileia conseguiram ampliar a resistência aos ataques e abusos do proprietário, resistência que inicia contra o aumento do foro (pagamento pelo uso da terra). Julião passou a denunciar publicamente a situação do Engenho da Galileia, impedindo a repressão, por meio da denúncia na imprensa, tornando público que as questões camponesas e agrárias eram, até então, tratadas como problema policial.

Figura 1. Lavradores empunhando armas



Legenda original: "Em algum lugar de Macacu, no Q[uartel]G[eneral] onde só teve acesso a reportagem de A NOITE, o Exército-Fantasma exercita-se na tática de guerrilha".
Fonte: *A Noite*, 21/11/1961.

Um caso, contudo, marcou o conflito e repercutiu na mídia. No dia seguinte à ocupação da fazenda (realizada na madrugada), os camponeses, Mariano Beser, Francisco de Assis e Antonio Xavier, figuras de importância para o movimento de ocupação, prenderam e julgaram os indivíduos associados à grilagem da fazenda. Foram presos os pretensos proprietários: Antônio Vaz da Eira, Otávio Antônio Volpato, Paulo Velasquez e Orlando de Oliveira Dantas. Foi preso também Miguel Ferreira Macedo, oficial de justiça encarregado pela Comarca de Cachoeiras de Macacu de entregar a ordem de despejo aos lavradores. Todos foram condenados por um tribunal popular composto por moradores de São José. O crime: a grilagem das terras. A sentença: a morte por fuzilamento nas paredes em ruína da Igreja de SJBM, construção associada à presença dos jesuítas. Os acusados seriam, contudo, libertados da simulação do *paredón* com a condição de não retornarem mais.

O uso do termo *paredón* ficou marcado pelos julgamentos públicos durante a Revolução Cubana de 1959, que muitas vezes optou pelo fuzilamento dos acusados. Em Cachoeiras de Macacu o termo foi amplamente usado pela mídia, e, devido à aproximação de Mariano Beser com a perspectiva foquista[9] e de guerrilha rural desta Revolução, podemos supor que o próprio teria assim chamado o tribunal popular, e talvez até mesmo

[9] Foquismo era um termo utilizado pelas esquerdas para se referir aos movimentos que acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista a partir da guerra de guerrilhas e sem a participação de um partido comunista dirigente. O pressuposto era que, depois de iniciadas as guerrilhas, as massas acabariam aderindo e chegariam ao poder, tal como ocorrido em Cuba.

convocado este tribunal pensando no que ocorria em Cuba. Como relata uma notícia do jornal *A Noite*:

> Francisco de Assis, lavrador de cor, bem falante, que se veste com apuro e usa chapéu gelo, foi o braço direito de Mariano Beser no planejamento do ataque. (...) É resoluto, não usa 'lurdinha', mas porta arma de longo alcance e diz que não tem medo de ninguém, afirmando que os grileiros devem ser levados ao 'paredón'. Estes foram tomados de surpresa e não puderam oferecer resistência aos bandos armados capitaneados por Beser e seus lugares-tenentes. Armados de fuzil, rifles de repetição e pistolas, fizeram os prisioneiros, que foram conduzidos para um ponto pré-determinado da mata, onde seriam julgados por um autêntico Tribunal Popular, onde Francisco de Assis fazia às vezes de juiz, Mariano Beser de promotor e os lavradores compunham o júri.
> (...)
> [O Tribunal Popular] encerrou seu veredicto condenando Macedo a abandonar a região no prazo de 15 dias, renunciando as funções de preposto do juiz local; Vaz da Eira foi obrigado a jurar que abria mão das terras em benefício dos lavradores, prometendo também que desapareceria para sempre da região; quanto a [Otávio Antônio] Volpato, que alega possuir documentos que remontam a 1703 provando que por direito de sucessão as terras que vende são de sua legítima propriedade, foi compelido a jurar solenemente que jamais voltará a pisar nas terras de Macacu. O próprio Beser, falando aos camponeses, advertindo os grileiros, afirmou: 'Desta vez a coisa foi na base da conversa. Quero, porém, deixar claro, que se qualquer um deles voltar aqui, será encostado ao 'paredón', e todos vocês, de bom grado, estou certo, terão prazer em formar no pelotão de fuzilamento (Lavradores armados até os dentes capturam e julgam grileiros no RJ. *A Noite*. 20/11/1961, p. 10).

A prisão e o julgamento dos grileiros e oficial de justiça acirraram o conflito, resultando na intervenção da polícia pela libertação dos reféns e na ordem de prisão preventiva de Mariano Beser, Francisco de Assis, José Cabral e Antonio Xavier, emitida pelo juiz da Comarca, Gastão de Alencastro Rush. Mariano Beser foi preso em Niterói em 27/11/1961, após a sua tentativa de fuga. Os outros três seriam libertos em 7 de dezembro daquele ano (ROSA JR., 2009). Além destes, constam também no Prontuário de nº 0043 do Departamento de Polícia Social (DPS) do Rio de Janeiro, os nomes de indivíduos ligados à ocupação: Antonio Lopes, Américo da Silva, Hildebrando Pereira, Franklin de Araujo Lima, Fausto Gomes, Fernando Barbosa, Joaquim Salomão, Silvio Salomão, José dos Santos e Juarez de Barros Coelho (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043).

Em depoimento para o IPM do processo nº 7.477, Ubirajara Muniz, à época da ocupação candidato a prefeito de Cachoeiras[10], disse que foram presos, além destes, cerca de 20 lavradores (Acervo Brasil: Nunca Mais. Processo de nº 7.477/69). Ele afirmou ter intercedido e conseguido a soltura dos presos que, além da sua ajuda, contaram com o apoio de diversos lavradores. Estes, no momento da prisão, foram à delegacia de Cachoeiras protestar, o que foi interpretado pelo delegado local como uma tentativa de invasão da cidade (SILVA, 1994), tal era o acirramento dos ânimos e o estado de tensão da região, sendo a mobilização dos lavradores enxergada como um perigo não apenas para os proprietários de terra, mas também para os órgãos de segurança.

Com o despejo, a maioria das famílias instalou-se em terras do Inic, no Núcleo Colonial de Papucaia, e em localidades como Marubaí (região que será alvo de disputa em 1963 pelos lavradores de São José), gleba Nova Ribeira, Quizanga, Vecchi e Serra Queimada. A luta por terra em Cachoeiras de Macacu continuou por conta das novas investidas que expulsavam os lavradores, agora enfraquecidos pela desarticulação de sua organização, promovida pela intervenção da polícia ainda em 1961:

> Mal circulou por Cachoeiras de Macacu a notícia de que a polícia invadira o reduto dos lavradores amotinados sem encontrar qualquer resistência, diversos indivíduos armados e a mando do 'grileiro' Marino de Monteiro de Barros, administrador da fazenda Agrobrasil, invadiram e destruíram as terras e plantações do lavrador Arlindo dos Santos. (Jornal *Última Hora*, de 29/11/1961 *apud* ROSA JR., 2009, p. 50).

Além das terras e plantações de Arlindo, outras foram destruídas. Segundo Silva (1994), os militares permaneceram na fazenda por cerca de 30 a 40 dias, protegendo-a de novas ocupações ou revoltas. A permanência da polícia e a rapidez dos mandados de prisão e despejo da Comarca de Cachoeiras de Macacu revelam um quadro de alianças entre empresários, no caso os irmãos Coimbra Bueno, e Estado, por meio do judiciário e da polícia. Esta aliança seria novamente acionada na ocupação de 1963 e retomada com maior vigor após o golpe empresarial-militar de 1964.

3.2. A ocupação de 1963: pressionar a reforma agrária

O segundo momento de intensificação do conflito culminou na ocupação realizada em 1963, por cerca de 500 lavradores. Novamente o motivo alegado foi o avanço da

[10] Como será visto mais para frente, Ubirajara terá ampla participação na ocupação de 1963.

empresa Agrobrasil sobre as terras públicas do Núcleo Colonial de Papucaia, de propriedade da recém-criada Superintendência de Política de Reforma Agrária (Supra), órgão que substituiu o Inic na promoção de políticas agrárias.

O principal articulador desta ocupação foi a Associação de Lavradores de Cachoeiras de Macacu. À época, a Associação era presidida por Anésio de Freitas, militante do PCB, e tinha como secretário Alcídio Salvador, integrante do Grupo dos Onze. Esta entidade tinha estreitas relações com o PCB, tendo sido este o principal articulador para a criação das Associações no estado do Rio de Janeiro. Como o trabalhador rural não era ainda reconhecido pelo Estado como categoria profissional, a criação de sindicatos rurais passava por uma série de dificuldades. Diante disso, a opção pela formação de sociedades civis de direito privado – as associações – foi amplamente utilizada.

Apesar de documentos, como o Inquérito Policial Militar (IPM) do processo nº 7.477[11], apontarem a criação da Associação para o ano de 1954, ainda não é possível afirmar com certeza que este tenha sido o ano de criação da entidade. Contudo, a ausência de informações de participação da Associação na ocupação de 1961 pode se dar também pelas disputas políticas entre essa entidade – junto do PCB e da Falerj – e Mariano Beser, além da tomada de posição deste para protagonizar a ocupação daquele ano.

O governo local também foi extremamente importante para a realização da ocupação e para a conformação da luta e do imaginário e memória dos lavradores. Ubirajara Muniz, prefeito de Cachoeiras de Macacu pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB, mesmo partido de João Goulart e Leonel Brizola), eleito em 1962 e deposto em 04/04/1964, ainda é lembrado pelos moradores que entrevistamos. A partir de seu Prontuário, elaborado pela polícia política do estado do Rio de Janeiro, é possível perceber as relações de Ubirajara com Manoel Ferreira de Lima (presidente da Falerj), Bráulio Rodrigues da Silva (secretário da Falerj) e com os sindicatos dos operários navais, dos rodoviários e da construção civil, o que influenciou a polícia a tomar Ubirajara como a liderança principal da ocupação, atribuindo a ele a ordem de ocupação da fazenda,

[11] Coletado pelo grupo Brasil: Nunca Mais (BNM), este IPM nos oferece um rico material para compreender a atuação dos órgãos de segurança no período anterior ao golpe e também no imediato pós-golpe, o que pode ser indicado pelas inúmeras prisões e julgamentos de lavradores e políticos locais ainda nos meses de abril e maio de 1964. Além disto, o IPM traz pistas sobre as atuações do movimento camponês, além de um conjunto de depoimentos que esclarecem os motivos e desdobramentos do conflito. Contudo, dada a dificuldade e às vezes ineficácia dos órgãos de segurança de então para coletar informações, devemos questioná-las e dialogar com outras fontes, buscando compreender o processo em questão. Por fim, o IPM também oferece a perspectiva ideológica do período, trazendo o uso de termos como "subversivos", "luta de classes" e a defesa da propriedade privada dos latifundiários.

obrigando os camponeses a matar alguns bois dos proprietários para se alimentarem, além de ter levado alimentos, remédios e armas para a ocupação, tudo, supostamente, na ambulância do município (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 20.873).

O inquérito traz ainda um depoimento de Ubirajara Muniz, dado em 26/06/1964, ao Serviço de Diligências Especiais, do Departamento de Polícia Social da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Neste depoimento Ubirajara conta ter contribuído para a libertação dos lavradores presos na ocupação de 1961, além de ter frequentado diversas vezes as ocupações de 1961 e 1963, procurando sempre promover a conciliação entre camponeses e polícia, sempre priorizando a defesa dos lavradores.

As mobilizações do final do ano de 1963 e início de 1964 em São José contaram ainda com o apoio de outros setores, como ferroviários, estudantes e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). O apoio destes era de conhecimento dos órgãos de segurança, como mostra um trecho do relatório elaborado em 04/09/1964 pelo tenente-coronel Adhílio de Paiva e Silva para o IPM da Estrada Ferroviária Leopoldina:

> A 16 de maio de 1963, o então presidente do Sindicato dos Empregados da Estrada Ferroviária Leopoldina e deputado federal Demisthóclides Baptista lança manifesto (...) que tem por título 'Ferroviários da Leopoldina Mobilizados pela Reforma Agrária'. As delegacias sindicais dos ferroviários da Estrada Ferroviária Leopoldina em Macaé e Cachoeiras de Macacu cedem suas sedes aos sindicatos dos camponeses. A 23 de agosto de 1963, Raphael Martinelli, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, fala em nome do CGT e de 12 milhões de camponeses (...) sobre as reformas em geral. A 30 de novembro de 1963 ocorre uma das invasões de terras em Cachoeiras de Macacu, contando os camponeses com o apoio dos empregados da Leopoldina, conforme foi descrito no relatório relativo a essa cidade. A 13 de dezembro de 1963, os camponeses retiram a força os camponeses que se encontravam detidos na delegacia de polícia de Cachoeiras de Macacu, contando para isso com o auxílio dos ferroviários da E. F. Leopoldina (Relatório elaborado pelo tenente coronel Adhílio de Paiva e Silva para o IPM da Estrada Ferroviária Leopoldina, em 04/09/1964, Acervo Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0171_d, p. 2-29).

Ainda com base nesse relatório, havia interesse dos ferroviários no Decreto da Supra, pois este previa a desapropriação das áreas rurais em um raio de 10 km a partir das rodovias e ferrovias do país. A desapropriação impediria um projeto de lei que visava permitir que alguns ramais fossem extintos por serem "antieconômicos". Vários

ferroviários, assim como o prefeito Ubirajara Muniz, estavam presentes no famoso Comício da Central, em que João Goulart apresentou este decreto, além de marcar de forma contundente a sua posição reformista, com amplo apoio dos movimentos sociais.

A presença de estudantes e de entidades de representação estudantil pode ser vista no apoio e participação de Aquiles Rique Reis, da Federação dos Estudantes Secundários de Niterói, e de uma professora, de nome não divulgado, do Movimento Popular de Alfabetização. Segundo o jornal *Última Hora*, ambos foram presos por participarem da ocupação (PM executou despejo de lavradores de Boa Morte. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 14/12/1963, p. 2).

Antes de entrarmos na ocupação e nas acusações do IPM, é preciso ter em mente que em Cachoeiras de Macacu vinha acontecendo uma série de outras mobilizações sociais. Em maio de 1963, a população cachoeirense se mobilizou em torno de questões comunitárias, como a ampliação da energia elétrica, com paralisações rodoviárias e comerciais, além da interrupção do fornecimento de energia e água. Chegaram ainda a organizar uma Comissão Pró-Melhoramento da Energia Elétrica, legalizada pela Câmara de Vereadores do município, e a marcar um ato, que não chegou a ocorrer, pois a polícia compareceu ao local antes e desarticulou a sua formação. Contudo, pode-se perceber que a população de Cachoeiras de Macacu já vinha se organizando em torno de questões comuns, buscado soluções alternativas para os problemas enfrentados no dia a dia.

O nível de articulação das organizações de esquerda era tal que no dia do golpe de Estado (31/03/1964), os ferroviários declararam greve e, no dia seguinte, Ubirajara Muniz organizou uma passeata no centro de Cachoeiras de Macacu a favor do governo de João Goulart e contra o golpe que se realizava.

Em fins de novembro de 1963, provavelmente por volta do dia 25 ou 26, cerca de 300 lavradores ocuparam uma antiga área em litígio entre estes e os irmãos Coimbra Bueno. A área ficou marcada no imaginário da região, e tanto hoje como antes era conhecida como Marubaí, Coco Duro ou 200 Alqueires, por conta de seu tamanho.

Muitos desses lavradores se declaravam moradores do Núcleo Colonial de Papucaia e denunciavam a superpopulação das terras da Supra, ainda mais apertadas pelos avanços da grilagem dos Coimbra Bueno. Esta percepção de desrespeito e violação dos direitos de moradia e trabalho pelos camponeses aumentava e organizava a sua motivação para a resistência e a permanência na terra. Eles viam nas grilagens e invasões da Agrobrasil as injustas causas das situações de pobreza e miséria vividas. Questionavam, portanto, a violência, a veracidade da propriedade da terra e o uso desta como pasto para

o gado, trazendo em sua organização uma alternativa de uso da terra, como local de trabalho, moradia e convivência (ver Figura 2). Em novembro de 2014, quando estivemos na região realizando entrevistas, escutamos o questionamento de um lavrador de Nova Ribeira que havia visto seu pai participar dos eventos de 1963/64 e novamente em 1979/80: "parece que eles [os irmãos Coimbra Bueno] eram donos de muita terra lá em Goiás, pra que ter mais terra aqui?".

Segundo o IPM do processo nº 7.477, foram feitas trincheiras e treinamento de guerrilha dentro da ocupação da São José. Além disso, foram realizadas reuniões em uma escola do Núcleo Colonial de Papucaia com o objetivo de formar os lavradores para a ocupação e demais ações que a Associação e Ubirajara fossem realizar junto aos camponeses. Os lavradores formaram, ainda, um "Tribunal de Justiça Revolucionária". Tanto é possível que a memória da ocupação de 1961 tenha sido reativada para a formação deste novo tribunal, cujo objetivo era a morte do administrador da fazenda, Marino, assim que ele chegasse a São José, como é possível que essa acusação do IPM não proceda em relação à ocupação de 1963, apenas à de 1961.

Conforme analisado por Eliane O'Dwyer (1988, p. 214), "o encaminhamento legal (jurídico e administrativo) das questões de terra continuava ocorrendo *pari passu* com as lutas caracterizadas como radicais" (ênfase no original). A autora observa que a partir do I Congresso Nacional Camponês de 1961, que aconteceu em Belo Horizonte com presença das associações do Rio de Janeiro e da Falerj, o tom das organizações camponesas se aproximou da radicalização da luta e da ampla reivindicação por reforma agrária, sem perder de vista a luta por desapropriação por vias legais. A radicalização e a opção pelas ocupações de terra eram fruto das próprias condições de luta, acirradas cada vez mais pelos avanços da grilagem e pelo aumento do número de violências e despejos. A identidade camponesa assumida pelos trabalhadores rurais ao longo dos conflitos com grileiros nos anos 1950 e 1960 contestava a atuação desta classe de grileiros, propondo formas de resistência, organização, mobilização e luta, criando uma identidade comum, com práticas e vocabulários (*ocupação*, *reforma agrária*, *camponês*, *grileiro*) também comuns. O rompimento dos camponeses com os proprietários constitui e assumiu uma identidade que resultaria em entidades representativas próprias, compondo uma maneira de ser.

Segundo o depoimento de Marino Monteiro para o mesmo IPM, 15 dias antes da ocupação de São José, portanto no início do mês de novembro de 1961, os mesmos camponeses ocuparam a Fazendinha, também de propriedade dos irmãos Coimbra Bueno.

Infelizmente não encontramos mais nenhuma informação sobre esta ocupação, além do depoimento de Marino. Contudo, os camponeses pretendiam ocupar as demais fazendas do município e transformar Cachoeiras de Macacu numa região de reforma agrária, tornando provável que Fazendinha fosse alvo de uma futura ocupação ou tenha servido como projeto piloto para a ocupação de São José.

Apesar deste inquérito se apresentar como "um retrato fiel do clima de agitação e desordem que imperava no país à época do governo de João Goulart", Ubirajara Muniz foi elencado como o mentor do planejamento e da realização da ocupação. Destacava ainda que as incitações provocadas por ele, através de comício e instigações pessoais ou através de aliados aos camponeses, teriam provocado a subversão das camadas populares. Para os órgãos de segurança, o Estado e a classe empresarial, a mobilização camponesa só poderia vir por agentes externos que os cooptassem, pois os camponeses seriam incapazes de gerir politicamente a sua indignação, por isso os frequentes usos de termos como *obrigar*, *subverter*, *pacíficos* (referindo-se aos camponeses antes das ocupações). Desta forma, desconsideravam as causas de descontentamento dos lavradores: ausência de terra para trabalho, exploração, despejo e destruição de casas e lavouras, violências.

A família Coimbra Bueno, diante da ocupação de sua fazenda, recorreu à justiça de Cachoeiras de Macacu, tendo o juiz da Comarca, José Rodrigues Lema, decidido por conceder a reintegração de posse para a Agrobrasil, dando aos lavradores até o dia 13/12/1963 como prazo para deixarem o local.

Com a promessa do superintendente da Supra, João Pinheiro Neto, de que o problema seria solucionado com a desapropriação da terra pelo presidente João Goulart, os lavradores deixaram a área sem resistência. Contudo, os lavradores e Ubirajara distribuíram convites, alugaram ônibus e mobilizaram cerca de 300 famílias para se dirigirem até o Estado da Guanabara (antiga capital federal) e lá montarem um acampamento em frente ao Palácio das Laranjeiras, sede do governo. Embora essa não fosse a sede do governo federal, responsável por efetuar a desapropriação, o objetivo do ato era criar um fato político e repercutir publicamente, de modo a pressionar para que a desapropriação fosse efetivada o mais rápido possível.

Figura 2. O despejo na Fazenda São José da Boa Morte



DESPEJADOS OS LAVRADORES DE SÃO JOSÉ DA BOA MORTE

Um contingente da PM, por ordem do Juiz de Cachoeiras de Macacu, despejou ontem os lavradores que se haviam instalado (fotos), com suas famílias, nas terras da "Fazenda Agro-Brasil", distrito de São José da Boa Morte. Foram ainda detidos o líder estudantil Aquiles Rigue e uma professôra do MPA, espôsa de um dos lavradores. Os camponeses, desarmados na ocasião, tiveram de capitular diante das metralhadoras e empreenderam uma retirada dramática ao longo da estrada, com suas esôsas e seus filhos. Hoje, no entanto, pretendem conseguir do Presidente João Goulart, que hoje estará em Itaguaí, a desapropriação daquelas terras, já prometida pela SUPRA. (Página 2)

"Luta-se pela terra livre", diz a placa na entrada da fazenda. Fonte: *Última Hora*, 14/12/1963.

Pouco depois do despejo, uma reportagem do jornal *O Globo*, de 10/01/1964, divulgou as seguintes informações:

> Armados de '*parabellum'*, revólveres, facões e metralhadoras, mais de 500 agitadores tornaram a invadir, anteontem de manhã, a Fazenda São José da Boa Morte, no quilômetro 17 da Rodovia Rio-Friburgo, e lá ficaram até ontem de manhã, quando fugiram, ante a aproximação da polícia. O objetivo da invasão era matar o administrador Marino Monteiro e o colono José Maria, pela resistência que têm oposto às invasões. Os dois não estavam na fazenda, porém. Os invasores destruíram um caminhão da

fazenda, incendiando-o. Os invasores continuam encabeçados pelos agitadores profissionais Licidio[12] Salvador, Antônio Crisóstomo, Antônio Xavier, Luís Basílio e João Nunes, todos já fichados nos arquivos do DOPS, em Niterói. Ao perseguirem o bando, os policiais encontraram cinco espingardas de calibre 32, três "Winschesters" de calibre 44 e um par de *'parabellum',* próximo da choupana de D. Lurdinha também pertencente ao grupo. O administrador da Fazenda São José da Boa Morte mostrou a O GLOBO o material apreendido pela polícia. Perguntou: — Isso é lavrador querendo terra para cultivar ou saqueadores que se dizem lavradores para se apoderarem de terras já cultivadas? O advogado Barreto Filho da firma Agro-Brasil Empreendimentos Rurais e o administrador Marino Monteiro, há dias, deram entrada, na Delegacia de Roubos, Furtos e Defraudações, em Niterói a uma queixa-crime contra Licidio Salvador, Antônio Xavier, Antonio Crisostomo, João Nunes[13] e Luis Basilio, por serem eles os principais mandantes das invasões da Fazenda São José da Boa Morte. As invasões causaram um prejuízo calculado pelo perito Luis Azevedo, até antes destes últimos acontecimentos, em 4 milhões de cruzeiros, com a perda de 13 bois, várias vacas, duas das quais cegadas a tiros de garrucha, ferramentas roubadas, máquina de cultivar arroz danificada, três casas depredadas, seis porcos e 60 galinhas mortos e um automóvel de propriedade da firma danificado. Depois de ser preso duas vezes como refém pelos agitadores, nas proximidades de Água Boa, terra de propriedade da Supra, foi solto ontem de manhã o lavrador Sebastião Erdi (Tião). Tião tem 21 anos, é solteiro e mora na fazenda invadida. Disse ele a O GLOBO: Sofri, pela segunda vez, os maiores vexames de minha vida. Fizeram-me, desta vez, carregar uma pedra de uns trinta ou mais quilos, nas costas, dois quilômetros. Depois, faziam com que eu ficasse num círculo de bandoleiros e começavam a chutar-me nas canelas. Finalmente soltaram-me e disseram que se eu voltar a trabalhar na Fazenda São José da Boa Morte, serei morto a tiro e ninguém saberá quem me matou. Os lavradores da Fazenda São José da Boa Morte afirmaram que todos os elementos ligados àquele movimento têm suas propriedades em terras da Supra e fazem parte do Núcleo de Papucaia, do qual já foi desapropriada uma área de 3 500 alqueires de terra, já entregue a essa gente. Por outro lado, disseram que António Crisóstomo, António Xavier e Licidio Salvador pediram ao Vice-Governador do Estado do Rio. Sr. João Batista da Costa, um empréstimo de 500 mil cruzeiros cada, no Banco do Estado, a fim de que fizessem melhorias no Posto de Saúde de Papucaia e em residências de colonos das terras da Supra, mas foram informados de que o dinheiro está sendo gasto com contratos e aluguéis de ônibus especiais de cidades vizinhas, para que elementos desconhecidos sejam transportados para aquela localidade e reforcem os agitadores. Nós não queremos brigar com ninguém — afirmaram os lavradores — e, sim,

[12] O nome correto é Alcídio e não Licídio, mas mantivemos a forma utilizada pelo jornal.

[13] O sobrenome de Joair na verdade não era Nunes, mas Gonçalves. Esse sobrenome provavelmente foi a ele relacionado por ser sobrinho de Alfredo Nunes da Silva e primo de José, João e Ione Nunes da Silva, filhos de Alfredo, com quem morou durante um tempo. O nome de seu pai, no entanto, era João Gonçalves da Silva e de sua mãe, Raquel Teixeira da Silva (Depoimento de José Nunes da Silva em 11/08/1964, na delegacia de Cachoeiras de Macacu, por ocasião do IPM referente à ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, p. 145-6 do BNM_017).

> trabalhar modestamente para podermos criar nossos filhos e eles, mais tarde, não virem a sofrer o que estamos sofrendo agora (Agitadores tornam a invadir a Fazenda São José e fogem. *O Globo*. 10/01/1964, Notícia constante do Acervo Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, BR_AN_RIO_PE_0_0_004_d, p. 27).

A reportagem classifica os lavradores como invasores e agitadores, além de questionar a validade da atuação destes ao dizer que eles já possuem pedaços de terra. O jornal também corrobora com a perspectiva dos proprietários e sua vitimização ao elencar os danos econômicos e morais da fazenda e dos lavradores que nela moram, sendo estes em grande parte contratados pela empresa para a proteção da fazenda, caracterizando a São José como produtiva, de forma a desqualificar a ocupação.

Apesar de reportagens como essa, de periódicos contrários às lutas dos lavradores, em 13/01/1964 a fazenda foi desapropriada pelo governo de João Goulart por meio do Decreto nº 53.404, fruto da ação da Supra. De acordo com o Jornal *O Fluminense*, de 01/02/1980, foram cerca de 380 lotes ocupados por parceleiros vindos de diversas regiões do estado, especialmente da região de Campos dos Goytacazes. Contingente significativo de lavradores também veio do estado do Espírito Santo, em decorrência da crise na cafeicultura local, além de lavradores locais.

A justificativa utilizada pelo governo Goulart para efetuar o decreto foi justamente a existência do conflito e a iminência de seu agravamento, conforme se percebe nos trechos que introduzem o decreto:

> (...) CONSIDERANDO as graves ocorrências verificadas no lugar denominado São José da Boa Morte, no Município de Cachoeiras de Macacu, entre posseiros e proprietários, em áreas contíguas ao Núcleo Colonial de Papucaía;
> CONSIDERANDO que, inobstante as providências tomadas pela Superintendência da Política Agrária – SUPRA – o dissídio prossegue insolvido e com perspectivas de agravamento, com consequências imprevisíveis, que cumpre evitar;
> CONSIDERANDO que o grave dissídio em causa envolve mais de quinhentas (500) famílias de modestos lavradores e que, em parte, decorre do excessivo povoamento da área original do Núcleo Colonial de Papucaia, consequente à inelutável e cada vez mais numerosa instalação de desamparados lavradores em busca de terra para cultivar, de modo a terem como atender, pelo cumprimento da obrigação social do trabalho, à própria subsistência e à de seus familiares;
> CONSIDERANDO, finalmente, que a situação tende a assumir contornos de gravíssimo conflito social e que ao Poder Público urge, com os recursos constitucionais e legais vigentes, o indeclinável dever de manter a paz social e promover a justa distribuição da terra e condicionar seu uso ao

> bem-estar coletivo, na forma do preceituado pelo art. 147 da Constituição Federal (...). (Decreto nº 53.404 de 13/01/1964, *Diário Oficial da União* – Seção 1 - 14/01/1964, p. 345).

Com a desapropriação, os lavradores despejados retornaram às terras da fazenda e começam a se instalar, mantendo-se mobilizados por conta da demora na entrega dos lotes definitivos. Eles não ficariam, contudo, nem dois meses em suas novas terras. Com o golpe, o processo de desapropriação não continuou, como veremos no item seguinte.

4. A repressão militar no imediato pós-golpe: o Exército e a Guarda Rural do Ibra

Trataremos neste item da repressão direta praticada por agentes estatais contra os lavradores mobilizados. No primeiro subitem focaremos no caso da Fazenda SJBM, com base sobretudo no IPM disponível no site do projeto *Brasil: Nunca Mais*; no segundo, o foco será a atuação da Guarda Rural do Ibra na expulsão de lavradores e no envio de informações ao Serviço Nacional de Informações (SNI).

4.1. Repressão na Fazenda São José da Boa Morte e o Inquérito Policial Militar

Nos dias imediatamente subsequentes ao golpe, o Exército entrou na área onde estavam os posseiros a fim de expulsá-los e prender as lideranças. Para evitar que isso acontecesse, muitos lavradores deixaram a terra. Conforme Marino Monteiro em depoimento ao DPS, os lavradores "em debandada se retiraram" (BNM, Processo nº 7.477, p. 47), retornando para a casa de parentes ou buscando novas terras para trabalhar.

Em notícia do jornal *Diário Carioca*, há a informação de que fazia duas semanas desde que o Exército ocupara a fazenda, sob o comando do coronel Nei Constantino Guzi, "procurando ex-líderes sindicais e camponeses":

> Os soldados do Exército, com a colaboração de policiais do estado e voluntários, vasculham, diuturnamente, as matas e os casebres dos lavradores no afã de encontrarem os ex-líderes Antônio Maria Porto, Enedir Gonçalves, Anézio Dias de Freitas, Antônio Jorge Xavier e Alcídio Salvador, além de outros políticos considerados comunistas (Exército interdita terras em Cachoeiras. *Diário Carioca*, 14/04/1964, p. 9).

Diversos vereadores ligados ao PTB e ao PCB também foram perseguidos: Charles Netto da Costa (então presidente da Câmara de Vereadores de Cachoeiras de Macacu) e José Custódio foram presos, enquanto Airan Fernandes era considerado foragido. Em 03/04/1964, três dias após o golpe, foi cumprido um mandado de busca e apreensão na casa de Ubirajara Muniz e dentre os materiais considerados de subversão estavam aqueles que demonstravam o seu apoio aos lavradores que ocuparam a Fazenda SJBM. Nesse mesmo dia, foi cumprido o mesmo mandado nas casas de Amadeo Rodrigues de Souza e de Anézio Dias de Freitas.

Os órgãos de segurança, portanto, assumiram a posição de proteger a propriedade privada dos grandes proprietários, ignorando, neste caso de São José, o decreto presidencial assinado por João Goulart. A análise deste documento é importante, pois mostra a visão dos militares sobre o processo no qual os agricultores, lideranças e apoiadores – sobretudo ferroviários – foram enquadrados no artigo 2º, § IV da Lei de Segurança Nacional: "subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo" (Lei nº 1.802, de 05/01/1953). Foram indiciados: Adauto Fagundes do Amaral, Antonio Jorge Xavier, Amaro Corrêa de Andrade, Alfredo Alves Barbosa, Amadeu Rodrigues de Souza, Anderson Viana Fontes, Antonio Maria Pôrto, Anézio Dias de Freitas, Alcídio Salvador, Alfredo Nunes da Silva, Adão Clemente, Adino da Silva Lota, Cleber Vianna Fontes, Dilais Gomes, Delcio Pereira, Enedir Gonçalves, Epifânio Guilhermino, Francisco Fagundes do Amaral, Hilton Gregório Lobato, Ione Nunes da Silva, Itamar Silva, João Nunes da Silva, José Nunes da Silva, José Laurindo de Oliveira, Joair Gonçalves, Luiz Basílio de Aguiar, Nilton Antonio Lobato, Osmar Pinto e Ubirajara Muniz.

Na introdução ao relatório deste inquérito, o delegado adjunto do DPS de Cachoeiras de Macacu, Aloysio de Araújo Seabra, em 24/08/1964, escreveu:

> O crime por eles [os indiciados no IPM] praticado foi eminentemente político. Além da subversão da ordem política e social por meios violentos, com o fim de estabelecer a ditadura de classe social, definida no artigo 2º, inciso IV, da Lei 1802, de 5 de janeiro de 1953, praticaram o saque e a desordem, de modo a causar danos materiais e suscitar o terror, com o fim iniludível de atentar contra a segurança do Estado – artigo 4º, inciso II. (...) É evidente que indivíduos que opõem a resistência armada contra os poderes do Estado – artigo 3º –, estão praticando insurreição armada contra esses mesmos poderes. A incitação das classes sociais à luta pela violência e os atentados contra a pessoa ou bens, por eles praticados, por motivos políticos e sociais, estão definidos nos artigos 12 e 15. Para isso possuíam

> – porque se apoderaram delas – armas utilizáveis como instrumento de destruição, em quantidade indicativa de intenção criminosa – artigo 16º.
> A mudança dos princípios constitucionais de respeito e proteção à propriedade privada vigentes no País, outra coisa não será senão um atentado à Constituição – artigo 5º (BNM, Processo 7477, p. 433-434).

Para que se tenha uma ideia da amplitude da repercussão desta ocupação e da importância política em termos de ameaça ao princípio da propriedade da terra para o Município de Cachoeiras de Macacu (e, para o país como um todo, na medida em que o município se tornava um exemplo, pela repercussão dos eventos nele ocorridos), observamos uma listagem de nomes de pessoas acusadas de subversão em inquéritos policiais no estado do Rio de Janeiro produzida pelo DPS. Do total de 56 pessoas oriundas de Cachoeiras de Macacu, ao menos 11 eram lavradores e no mínimo 30 exerceram algum tipo de liderança ou apoio à ocupação de 1963.[14] Pelo menos outras 11 eram do setor ferroviário. Segue abaixo, em ordem alfabética, a lista com os 56 nomes dos listados no referido documento.[15] As informações entre parênteses foram retiradas do processo nº 7.477, anteriormente citado, além do trabalho de Silva (1994) e do Relatório Parcial da Comissão da Verdade de Niterói (Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades da Comissão da Verdade de Niterói. Niterói, junho de 2014. Disponível em http://www.verdadeemniteroi.org/. Acesso em 18/12/2014):

- Abelardo Neponucemo
- Adão Clemente (liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- Adauto Fagundes de Amaral (liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- Adino da Silva Lota (vereador pela UDN)
- Alcídio Salvador (lavrador, vereador e liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- Alfredo Alves Barbosa (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBM, preso na Secretaria de Justiça do Estado da Guanabara e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins)
- Alfredo Nunes da Silva (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- Amadeo Rodrigues da Silva (liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- Amaro de Andrade (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- Anderson Fontes (advogado do Sindicato dos Lavradores e liderança da ocupação da Fazenda SJBM)

[14] Desse grupo, dez deles ficaram presos no Estádio Caio Martins.
[15] Relação dos acusados, com suas respectivas filiações, em inquéritos policiais instaurados para apurar atividades subversivas em território fluminense após o movimento revolucionário de 31 de março último. Documento assinado pelo escrivão Nilton Vieira em 04/09/1964 (Aperj, Prontuário RJ 40355).

- Anézio Dias de Freitas (lavrador, presidente do Sindicato dos Lavradores de Cachoeiras de Macacu e liderança da ocupação da Fazenda SJBM, preso por quatro vezes (1955, 1956, 1965 e 1966) em função de sua militância no PCB)
- Anisio Pires de Oliveira (liderança da ocupação da Fazenda SJBM, preso no DOPS-RJ e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins)
- Antônio Enedino
- Antônio Jorge Xavier (liderança da ocupação da Fazenda SJBM, preso também em 1961, por ter participado da primeira ocupação)
- Antônio Maria Porto (ferroviário, ajudou na organização da ocupação e na arrecadação de fundos para os ocupantes da Fazenda SJBM)
- Arlindo Ferreira (liderança da ocupação da Fazenda SJBM, preso no DOPS-RJ e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins)
- Cândido de Souza (ferroviário)
- Charles Netto da Costa (farmacêutico, auxiliou na ocupação da Fazenda SJBM e foi vereador pelo PTB)
- Cleber Viana Fontes (liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- Delais (ou Delair) Gomes (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBM, preso na Secretaria de Justiça do Estado da Guanabara e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins)
- Delcio Pereira (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBM, preso no DOPS-GB e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins)
- Elilia Cob Ferreira (esposa de Arlindo Ferreira)
- Enedir Gonçalves (ferroviário, ajudou na organização da ocupação e na arrecadação de fundos para os ocupantes da Fazenda SJBM)
- Epifânio Guilhermino (liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- Francisco Fagundes de Amaral (liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- Haroldo Siervo Cardoso
- Henrique Mourão (subdelegado de Papucaia exonerado e liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- Ignácio Pereira da Cunha
- Ione Nunes da Silva (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBM, preso no DOPS-GB e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins)
- Itamar Silva (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- Ivanir José Werly
- Joair Gonçalves (por vezes referido como Joair Nunes, liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- João Corrêa de Paula (liderança da ocupação da Fazenda SJBM, preso na Secretaria de Justiça do Estado da Guanabara e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins)
- João Nunes da Silva (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- João Severiano (tinha um sinal de cruz na frente do nome – talvez tivesse falecido após a prisão, foi liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- Joaquim Bernardes da Silva

- Joaquim Delgado Filho (liderança da ocupação da Fazenda SJBM, preso no Caio Martins)
- Joaquim Fernandes da Silva (liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- José Blanco (secretário de Ubirajara Muniz)
- José Custódio de Souza (ferroviário e vereador pelo PTB)
- José Ignácio de Moura (ferroviário)
- José Laurindo de Oliveira (liderança da ocupação da Fazenda SJBM e ex-vereador, com mandato cassado em 1946, pelo PCB)
- José Nunes da Silva (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBM, preso no DOPS-GB e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins)
- José Vitorino dos Santos
- Josefá de Pontes dos Santos Lima (delegado do município, secretário municipal do PTB e administrador do Núcleo Colonial de Papucaia, preso no DOPS-GB e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins)
- Júlio João da Rocha
- Libaldo Joaquim Pinto (ferroviário)
- Luis Pereira Lemos
- Luiz Francisco de Lemos (ferroviário, pai de Luis Pereira Lemos)
- Manoel Luiz Basílio de Aguiar (liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- Nilton Antônio Lobato (liderança da ocupação da Fazenda SJBM)
- Osmar Pinto (ferroviário, ajudou na arrecadação de recursos para os ocupantes da Fazenda SJBM)
- Silvio Pereira da Silva (ferroviário)
- Ubirajara Muniz (prefeito)
- Virginia de tal (esposa de Alcídio Salvador)
- Waldemiro de Oliveira (ferroviário)

Já no início do golpe de Estado que inaugurou a ditadura empresarial-militar, o movimento camponês assistiu a sua concepção alternativa de uso da terra ser substituída por uma perspectiva que não partilhava a ideia de "terra para quem nela trabalha", como era o argumento dos posseiros, mas de terra para quem conseguisse comprovar ser proprietário. A tensão acumulada ao longo de 15 anos no Município de Cachoeiras de Macacu chegava a um impasse: no dia 01/04/1964 não só Ubirajara Muniz, ainda como prefeito, realizou uma passeata de apoio ao governo de João Goulart, como também os militares atuaram de modo a estancar os focos de "subversão" e organização.

Em depoimento para o IPM, Ubirajara Muniz conta que um major conhecido como Werneck, já no dia 01/04/1964, comandou um contingente do Exército, "a fim de deter agitadores e apreender armas" (BNM, Processo nº 7.477). A entrevista de um advogado e antigo político de Cachoeiras ilustra esse processo. O entrevistado contou ter sido preso no dia seguinte ao golpe pelo major Werneck, por conta da sua atuação como

estudante e militante secundarista e por seu apoio ao movimento camponês, lembrando-se do dia em que acompanhou os camponeses até o Palácio das Laranjeiras (Cézar de Almeida, entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Braga, Japuíba/Cachoeiras de Macacu, 12/02/2015).

Raimundo Leoni dos Santos, em entrevista a Joaquim Soriano em 27/04/1982, à época presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Itaboraí, contou que, tendo vivido no início dos anos 1960 em São José da Boa Morte, acompanhando a ocupação de 1963 e a desapropriação de 1964, foi também expulso da sua terra pelo Exército e perdeu uma extensa plantação de mandioca. Refletindo sobre o período e perguntado sobre a história da São José e do golpe, Raimundo diz:

> Como você sabe, existe no Brasil todo muita terra grilada. O fazendeiro se diz dono, mas você vai ver na escritura e ele é dono mesmo, mas de um décimo, um quinto da área que ocupa. Em São José da Boa Morte o processo foi esse, quer dizer, suspeitava-se que uma vasta região não fosse dos pretensos donos. Os próprios arrendatários, meeiros na época, informados disso começaram a resistir (...). E com a orientação dos movimentos sindicais, das associações da época, que ajudaram os trabalhadores a deixarem de dar as importâncias que davam [o pagamento pela renda da terra], aquilo naturalmente foi desembocando numa luta maior a ponto de começarem a ter pessoas interessadas e com disposição para entrarem nas terras e ocuparem as terras. Mas, como você deve estar sabendo, em [19]64 esse processo foi abortado. (...) Com esse aborto, a coisa ficou meio parada, e os pretensos proprietários começaram a manobrar nos bastidores dos órgãos do governo pra retomar a área, pra reconquistar a terra. (...) Em [19]67, a pretexto que a desapropriação havia caducado, o Ibra[16] devolveu as terras aos pretensos proprietários. Mas o problema não era só devolver a terra aos proprietários, porque de [19]64 a [19]67 o governo fazia o quê? Pra preparar o terreno para devolução eles começaram a tirar o pessoal da área e desapropriaram uma outra área, do Vecchi e da Quizanga (...) para assentar esses posseiros.

Esta entrevista foi realizada para uma pesquisa sobre o sindicalismo rural nos anos 1980. Apesar de não ter como enfoque as violências sofridas no meio rural pela ditadura, as violações irrompiam ao longo de alguns relatos, revelando a "profunda e endêmica tensão social" (MEDEIROS, 1996, p. 126) que compõe o cotidiano do campo.

Em 05/06/1967, o presidente Costa e Silva, a pedido do Ibra, assinou o Decreto nº 60.807 que revogou a desapropriação das alíneas *a* e *b* do Decreto nº 53.404 de 13/01/1964 para a São José, permitindo, assim, a devolução formal de cerca de 850

[16] Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), órgão que substituiu a Supra na regulamentação da reforma agrária, baseando-se no Estatuto da Terra de 1964 (ver o capítulo 1 deste relatório).

alqueires aos irmãos Coimbra Bueno e o despejo dos lavradores das terras que haviam passado a ocupar (uma grande parte deles, no entanto, já havia abandonado a fazenda ainda nos dias subsequentes ao golpe, ou mesmo sido expulsa das terras). Em ofício enviado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em 1980, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) assim relata esse processo:

> A partir de 1967, ao tempo em que deslocavam famílias da área desapropriada para outras glebas, o Ibra começava a devolver sucessivamente as glebas desapropriadas. Em 1974, foi devolvida à Agro-Brasil a última gleba desapropriada[17]. A justificativa era a mesma: a área estava desocupada, inexistia tensão social, alegando-se mesmo que esta jamais ocorrera. Ressalte-se que todas as devoluções pautaram-se tão somente em expedientes administrativos, sem o imprescindível suporte legal, ou seja, o Decreto do Presidente da República (Ofício nº AJ/27/80 do presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, e do tesoureiro, Miguel Fernando de Souza, ao coordenador regional do Leste Meridional do Incra/RJ, José Carlos Vieira Barbosa, em 31/01/1980 (MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

Comentando sobre a ocupação de 1963, a desapropriação e a atuação do Ibra na Fazenda São José, um lavrador aposentado nos relatou a experiência e a expectativa de esperar pela desapropriação:

> [Em 1963] nós fomos invadir uma fazenda. (...) A fazenda do tal de Marino, lembra que no início eu falei, tinha uma cerca... dessa cerca para lá ninguém passava, não. Porque eles faziam uma ronda com as mulas e com um rifle desse tamanho nas costas, né, então ninguém passava para lá... Ficamos esperando. Passou um ano, passou dois, passou três, passou dez anos (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Uma área, contudo, foi desapropriada e assentada: a região de Marubaí, área em litígio desde os anos 1950. Originalmente reclamada pelos camponeses como área pertencente ao Núcleo Colonial de Papucaia e continuamente invadida pela grilagem dos Coimbra Bueno, após o golpe foi criado ali o Condomínio Agropecuário de Marubaí. Conhecido localmente como o "Condomínio dos Quarenta" ou "Duzentos Alqueires", foram assentadas 40 famílias voltadas para a agropecuária sob uma lógica cooperativista: cada parceleiro recebeu individualmente dois hectares para plantação e uso próprio; o

[17] Esta última gleba se trata da referida na alínea *c* do Decreto nº 53.404 de 13/01/1964, uma área de 940 alqueires. Ao final de 1974, com dez anos de golpe, foram devolvidos, portanto, 1.790 alqueires de terra à empresa Agrobrasil dos irmãos Coimbra Bueno.

restante, cerca de 600 hectares, servia de uso coletivo para a criação do gado e a produção do leite.

Escolhidos de forma aleatória pelos técnicos do Ibra, os lavradores trabalhavam cerca de 30 dias no mês para o condomínio, de modo a pagar a terra e o conjunto inicial de vacas que lhes foram dadas, não sobrando tempo para a produção de lavoura. A principal reclamação que estes trabalhadores tinham era a falta de autonomia frente às ordens do Ibra e depois do Incra. O fato de não poderem cultivar a terra e só fazerem o trabalho ordenado pelo órgão do Estado desestimulava e criava um sentimento de insatisfação, além de a venda do leite e do gado não ser feita em nome dos trabalhadores.

João de Jesus[18], presidente do STR de Cachoeiras de Macacu de 1972 até 1994, quando diz em uma entrevista que "eles acharam que estavam sendo escravizados e queriam sair dessa escravidão" (João de Jesus Pereira, em entrevista a Joaquim Soriano, 18/06/1982), refere-se à falta de autonomia que os trabalhadores percebiam na situação de condôminos.

Foi apenas em 1977 que os trabalhadores, com apoio do sindicato, conseguiram retirar a administração do já Incra, passando a ter contas individuais e controle sobre a produção do gado, tendo sido dessa forma que conseguiram pagar as terras e o gado, criando ainda um fundo de reserva coletivo e a produção das lavouras. João de Jesus comenta:

> Nessa época o processo foi assim: os moradores já residiam na área de terra na Fazenda São José em volta ali dos 200 alqueires. Cada um com a sua lavourinha, cada um vivendo sua vida individual. Aí o Incra [quis dizer Ibra] chegou e disse: ó vamos fazer um condomínio e queremos que vocês passem para o condomínio e fica a lavoura de vocês, essa casa de vocês, que depois a gente vai pagar o que vocês têm hoje, que isso aqui foi desapropriado por nós e vamos agora levar vocês para tudo trabalhar numa área só. Os trabalhadores até hoje não receberam a indenização, e têm uns 12 anos que foi feito isso. Então, muitos trabalhadores rejeitaram a proposta de condomínio. Os que rejeitaram, o Incra [Ibra] botou da terra pra fora e os que toparam, o Incra [Ibra] levou pra fazer condomínio, com 40 famílias. E os outros, naquela época, foi selecionado por eles, mas não

[18] Antigo morador de Marubaí e presidente do STR de Cachoeiras de Macacu de 1972 a 1994, João de Jesus Pereira chegou ao sindicato em 1970, durante a presidência de Mateus Nunes da Silva. Trabalhando como fiscal, sua função era fazer um levantamento das condições de trabalho e das demarcações de terra. Foi em 1972 que João de Jesus assume a presidência do sindicato, devido a uma intervenção de um delegado do Trabalho. Infelizmente ainda não colhemos dados suficientes para compreender como se deu esta intervenção, e nem para saber se foi de fundo político ou de irregularidade na administração. Contudo, é com a presidência do sindicato que João de Jesus passa a tomar conhecimento dos problemas e conflitos dos trabalhadores do município, e eles existiam em São José da Boa Morte, Boca do Mato, Areia Branca e Estrada do Carmo.

> foi assentado em terra, em lugar nenhum. Agora o processo mais interessante não é só do condomínio: Porque nessa época o Incra [Ibra] tirou esses 683 hectares e colocou essas 40 famílias, o Incra [Ibra] também na sua administração colocou bastante gente pra fora da área, aqueles que não aceitavam o que eles queriam, então "*discolocava*" o lavrador. E o que foi mais interessante, que eles selecionaram 150 famílias de lavrador nessa época naquela área e depois passaram a ficar só com o projeto do Marubaí e a outra fazenda toda eles devolveram aos pretensos proprietários, como a Fazenda São José, dizendo que não tinha trabalhador para ocupar essas terras. Mas 150 famílias selecionadas botaram no relatório que já existiam nestas áreas. (...) Então os trabalhadores com aquela seleção ficaram sabendo que ia ser assentados. Mas depois, não aceitando o projeto, foram botados pra fora da área. Aí desocupou a área da Fazenda São José, tirou os lavrador e devolveram aos pretensos proprietários. É a briga que nós encaramos hoje, tornando a desapropriar (João de Jesus Pereira, em entrevista a Joaquim Soriano, 18/06/1982).

Conforme o ofício da Fetag/RJ citado acima, o Incra assumiu a região de São José como vazia de trabalhadores, quando na verdade, segundo levantamento de João de Jesus ainda na década de 1970, havia mais de 800 famílias sem terra em Cachoeiras de Macacu. Este novo levantamento do sindicato também gerou novas práticas dos proprietários:

> Então, quando a gente começou a fazer petição ao Incra para que essa terra fosse assentada por essas famílias, aí também começou a aparecer os grileiros dizendo ser dono das fazendas e querer fazer movimento dentro da fazenda. Pegaram até um encarregado com o nome de João Alves, que o apelido era João Goiano, e colocaram na porteira da fazenda, numa casa, e que ali começou a fazer contrato de parceria com os trabalhadores pra desviar a desapropriação da fazenda (João de Jesus Pereira, em entrevista a Leonilde Medeiros, 28/01/1983).

Como dito pelos moradores e lideranças de Cachoeiras de Macacu e Itaboraí, a desapropriação serviu para valorizar as terras desapropriadas, que após dez anos de ditadura empresarial-militar teve parte de seu terreno devolvido à Agrobrasil. Já em 1982, ou seja, 18 anos depois do golpe, Raimundo Leoni dos Santos referiu-se a dois movimentos distintos por parte do governo: além das expulsões,

> (...) eles faziam outra coisa, e isso não ficou muito claro na época, mas que hoje não deixa nenhuma dúvida, que foi um trabalho de desarticular todo o processo de luta que os trabalhadores concentraram em São José da Boa Morte. Então, eram dois esquemas: um estava bem claro, que era tirar o pessoal da região, e o outro que estava por trás das cortinas, e que pra gente não dava pra perceber na época, que no fundo era pegar o pessoal que estava mais ou menos articulado (...) e colocar um no Vecchi, outro na

> Quizanga, outro em Papucaia (Raimundo Leoni dos Santos, em entrevista a Joaquim Soriano, 27/04/1982).

Como pode-se perceber, a repressão sobre os camponeses em Cachoeiras de Macacu, sobretudo aqueles que participaram das mobilizações da Fazenda SJBM, se deu no imediato pós-golpe. Isso nos faz refutar a ideia de que a ditadura se iniciou efetivamente apenas com o AI-5, com a impossibilidade de acionamento do *habeas corpus* e o fim das garantias constitucionais, como sustentam alguns historiadores. Ao contrário, para a classe trabalhadora, o período mais feroz da repressão foi justamente aquele imediatamente subsequente ao golpe com o objetivo de desarticular as organizações atuantes até então.

4.2. O Ibra a serviço do anticomunismo: violências cometidas pela Guarda Rural

Com os militares no poder, foi elaborado o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964). Com ele, a antiga Superintendência de Política de Reforma Agrária (Supra) foi extinta, sendo criados dois novos órgãos, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). Esta substituição foi realizada com o objetivo de sinalizar uma mudança nas diretrizes políticas que passariam a orientar a política agrária daquele momento em diante. Se com a Supra havia algum tipo de parceria entre governo e lideranças de trabalhadores, com o Ibra esse tipo de relação era praticamente impossível. Ao contrário, como veremos no caso de Cachoeiras de Macacu, o Ibra atuava como um braço auxiliar do Exército na perseguição aos "comunistas".[19]

Para isso, após a criação do Ibra, o governo de Castelo Branco tomou diversas iniciativas no sentido de regulamentar sua atuação: publicou três decretos e um decreto-lei[20] e promulgou a Lei nº 4.947, de 06/04/1966, que fixava normas de direito agrário e

[19] A palavra foi colocada entre aspas para chamar a atenção para o fato de que nem todos que foram perseguidos eram do PCB, de fato. Muitos dos presos e perseguidos eram do PTB, ao qual pertenciam tanto João Goulart quanto o prefeito de Cachoeiras de Macacu, Ubirajara Muniz, ou ainda não pertenciam a nenhuma organização política, mas tinham colaborado com ocupações de terras. Todos, porém, foram enquadrados na mesma categoria dos "comunistas" que, de acordo com a ideologia dos militares e dos setores da sociedade que apoiaram o golpe, deveriam ser banidos do país para evitar que o Brasil se transformasse em uma "nova Cuba". Embora não tenhamos acessado nenhuma referência documental a membros do PCdoB nesse período em Cachoeiras de Macacu, é possível que houvesse algum membro também desse partido no município.

[20] Decretos nº 55.889, de 31/03/1965; nº 59.428, de 27/10/1966 e nº 59.566, de 14/11/1966. O Decreto-Lei é o de nº 57, de 18/11/1966.

dispunha sobre o sistema de organização e funcionamento do Ibra. Em seu capítulo II, artigo 12, esta lei previa a criação de "Comissões Especiais de Verificação e Regularização", cujo objetivo era garantir nos Núcleos Coloniais o cumprimento do Decreto-Lei nº 6.117, de 16/12/1943, especificamente seu artigo 32, que previa a exclusão do colono que deixasse de cultivar o lote por um período maior do que três meses, que não cultivasse a área mínima estabelecida, que desvalorizasse o lote ou que não observasse qualquer dos dispositivos desse decreto-lei.

Estas comissões – que tinham "poderes para aplicar as sanções previstas em lei"[21] – formavam o que ficou conhecido como Guarda Rural do Ibra. Inicialmente chefiada pelo general Francisco Saraiva Martins, mais conhecido como "general Saraiva", a Guarda foi formada por ex-soldados do 1º Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro, escolhidos, segundo reportagem de 03/12/1966 do *Jornal do Brasil*, "a dedo". De acordo com o periódico, estes militares utilizavam um uniforme específico, semelhante ao da Polícia Militar, bem como um armamento diferenciado: pistolas calibre 45, rifles de longo alcance, facas, facões e machados ("Presidente do Ibra diz que antipatia não o fará recuar". *Jornal do Brasil*, 03/12/1966, p. 7). Um ex-soldado dessa Guarda nos concedeu uma entrevista por *e-mail* e deu o seguinte relato sobre a constituição do grupo:

> [Um] representante do Ibra foi selecionar os candidatos diretamente no quartel da PE [Polícia do Exército], onde 95% dos soldados eram oriundos dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Foram escolhidos somente aqueles de *comportamento exemplar, que estivessem saindo com menção honrosa.* Igual critério foi adotado na seleção de soldados que preferiram o emprego de segurança na Petrobras e na extinta Fábrica Nacional de Motores – FNM. Treinamento e capacitação durante três meses foram ministrados por militares da Reserva do Exército e por funcionários do Ibra (psicólogos, sociólogos, engenheiros etc). Entre os critérios para a admissão existiam algumas exigências, tais como: carteira de motorista profissional, saber operar com aparelho de rádio amador, saber nadar e andar a cavalo e, o mais importante, não ser casado. Um guarda, pelo menos, casou-se e foi demitido (Ex-guarda rural, entrevista concedida a Fabricio Teló, por *e-mail*, 15/07/2015, grifos nossos).

Embora a justificativa apresentada pela Guarda tenha sido a de verificar a regularidade da ocupação dos lotes, é evidente que havia uma preocupação desses militares em "colocar ordem" na região e expulsar os "invasores", especialmente aqueles

[21] O artigo 12, no qual se encontra esse trecho, reporta ao Decreto nº 59.428, de 30/12/1966, porém o referido ato normativo não menciona nenhuma sanção além da rescisão contratual. Tem-se, portanto, uma lacuna a ser investigada para se identificar a quais sanções o artigo se referia.

que haviam participado da ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, em 1963, e tiveram que fugir dada a entrada do Exército na área, tal como relatado na primeira parte deste capítulo. Esse mesmo ex-guarda acrescentou ainda:

> A grande dificuldade [na nossa atuação] estava em solucionar problemas para os quais o guarda não tinha capacidade ou competência legal. Desde providenciar funerais para indigentes até socorrer parturientes em veículos inadequados, tudo era responsabilidade da Guarda Rural. Efetuar prisões, auxiliar a polícia (polícia civil, na época), fazer apreensão de armas etc. Tudo isso porque não havia um regulamento escrito. Núcleos e Projetos do Ibra eram naturalmente distantes da sede do Município e neles não havia, como não há na grande maioria até hoje, serviços públicos adequados. A principal atribuição era manter a ordem e proteger o patrimônio nos núcleos avançados do Ibra, mas a Guarda Rural não se limitava a isso, porque foi orientada a atender as necessidades da população (Ex-guarda rural, entrevista concedida a Fabricio Teló, por *e-mail*, 15/07/2015).

Este trecho demonstra que a Guarda, além de perseguir "subversivos", tinha também a função de "atender as necessidades da população", o que torna complexa a análise e impede que se pinte um quadro dos guardas como sanguinários perseguidores de militantes. Se, por um lado, havia situações de violência, por outro, havia também aproximações que colocavam a Guarda do Ibra em outro lugar na vida dos agricultores.

Um dos critérios utilizados pelos funcionários do Ibra para considerar regulares ou não os lotes era fazer vistorias e observar os que estavam sendo trabalhados. Conforme relatos de antigos moradores, se o agricultor estivesse em casa no momento da vistoria, seria considerado um posseiro regular. Se, por acaso, não estivesse, perderia o lote. Veja-se o seguinte trecho de uma entrevista com um senhor que viveu toda sua vida em Marubaí:

> Você estava no lote, aí eu chegava "estou precisando trabalhar e tal", "ah, vai trabalhando aí, rapaz, tem lenha para cortar, carvão para fazer", isso e aquilo. Aí eu com você, era o que estava lá, e eu era o que chegou para trabalhar, para te ajudar. Se por acaso você saísse e fosse fazer uma viagem ou fazer umas compras lá para baixo [em Niterói] ou qualquer coisa, e o Ibra chegasse, o lote ficava no meu nome. Está entendendo? Aconteceu muito disso aí, que quem estava na hora trabalhando no lote era quem ele botava. Não adiantava você falar. Não. "Seu documento?" Aconteceu aqui mesmo uma porção de vezes. (...). Perdeu. Entendeu, né? Se ele tivesse... o Ibra fez coisa aí de outro mundo. É aquele negócio, a pessoa tem a faca e o queijo na mão, eles faziam o que queriam, não tinha ninguém para dizer não. Então... (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

De acordo com a edição de 07/12/1966 do *Jornal do Brasil*, dos cerca de 380 lotes do Núcleo Colonial de Papucaia, apenas 15 haviam escapado da "cassação" dos soldados do Ibra ("Lavradores de Papucaia dizem que situação é de calamidade". *Jornal do Brasil*, 07/12/1966, p. 7). Veja-se um depoimento de um antigo morador que vivenciou a época a que ora nos referimos:

> Aí foi naquela época de 1964, aquela revolução, que até hoje eu não entendo o que é isso. Diz que era comunismo, não entendo, só sei que o negócio era feio. Aí entrou o Exército, entrou aqui fazendo uma zoeira danada. Aí passou os tempos, eles fizeram, tiraram o pessoal da área, daqui, foi para outra área, para desocupar a terra aqui. (...) Mas foi muito difícil mesmo, porque aqui na época o pessoal já tinha os lotes medidos, era entregue pelo Ministério da Agricultura. O Exército[22] entrou, tirou todo mundo. (...) O Exército botava fogo, casa com tudo, casa era de sapé, eles chegavam com o cara dentro, riscavam fósforo e queimavam, botavam fogo. (...) Eles disseram que tinha um negócio de comunismo no meio, não sei (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Dentre as diversas ações de violência que ele relatou, destaca-se a ocorrida com um vizinho, cujo nome o entrevistado não lembrou, mas que provavelmente se tratava de Agripino Ferreira Lima, mencionado na mesma reportagem acima referida ("Lavradores de Papucaia dizem que situação é de calamidade". *Jornal do Brasil*, 07/12/1966, p. 7). Veja-se o relato:

> Ele tinha uma moagem de cana, engenho de madeira, rodando com cavalo, fazia muita rapadura, muito melado. Nessa época existia o carvão também, né, (…) tinha que derrubar a mata, fazia o carvão, vendia o carvão e plantava no lugar. Era difícil aquele que não plantasse. Aí ele tinha comprado de um vizinho um hectare de terra. Tinha cortado a madeira toda para depois fazer carvão. Era meio de vida. Exército chegou na casa dele, acho que pegaram, não sei se pegou ou não, rapadura, usou dele, fez tudo quanto foi de bom para ele, "o senhor pode fazer sua rapadura, pode fazer seu melado, criar seu porco. O senhor faz o seguinte: o senhor junta a lenha todinha que nós mandamos o carro vir puxar e botar para o senhor aqui". Aí ele foi para lá, juntou aquela lenha toda, fez 20, 30, um monte de lenha.... Sabe o que o Exército fez? Veio com carro de gasolina, 200 litros, jogando 20 litros num, 20 no outro, meteu fogo e queimou tudo. Em vez de levar para o cara, fez amontoar para ele queimar. O cara desgostou tanto que foi embora, abandonou o sítio com tudo. Foi embora e perdeu, não recebeu indenização, não recebeu nada. Foi embora para o Rio e morreu desgostoso. Tenho certeza de que morreu desgostoso (Agricultor de 80

[22] Aqui o entrevistado refere-se aos soldados da Guarda Rural do Ibra. Era fácil confundir-se com o Exército, já que os agentes eram antigos soldados da Polícia do Exército e andavam uniformizados.

> anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).

O alto valor da lenha perdida teria provocado transtornos mentais ao colono. Dias antes, outro fato havia sido denunciado pelo mesmo veículo de informação. Tratava-se do despejo de José dos Santos Oliveira, lavrador residente no Núcleo Colonial São Bento, em Duque de Caxias, despejado pelos soldados da Guarda Rural do Ibra, que passaram a ocupar sua casa, enquanto ele e a família foram obrigados a dormir ao relento, junto a porcos e cachorros ("Ibra despeja lavrador expondo seus filhos". *Jornal do Brasil*, 30/11/1966). O ex-guarda que nos concedeu entrevista, no entanto, relatou o fato de uma outra maneira:

> A sede do Projeto e todas as casas ali existentes, abandonadas pela extinta Supra (Superintendência da Reforma Agrária), estavam ocupadas sem autorização por desconhecidos quando os funcionários do Ibra ali chegaram. O ocupante já havia requerido manutenção de posse no Judiciário e obtivera uma liminar para continuar ali. Esse ocupante havia transformado o local em um imenso terreiro de umbanda, que alugara para terceiros. O local, servido por um riacho encachoeirado, atraía muitos frequentadores do Rio. A cada fim de semana ali chegavam dez ou mais ônibus lotados. Quando o Ibra conseguiu derrubar a liminar, pediu em Juízo o despejo do ocupante. Oficiais de Justiça acompanhados de policiais militares cumpriram o mandado de despejo, colocando o cidadão para fora da área do Núcleo. Jornalistas estiveram no local, na ocasião, entrevistando o cidadão. Este ter-lhes-ia dito que foi expulso da área pela Guarda Rural, o que não era verdade, mas assim saiu nos jornais. Os guardas rurais foram orientados por um procurador do Ibra para nem mesmo se aproximarem do cidadão, temendo que este voltasse à Justiça, alegando constrangimento ilegal (Ex-guarda rural, entrevista concedida a Fabricio Teló, por *e-mail*, 15/07/2015).

Em uma coletiva de imprensa, no dia 02/12/1966, o presidente do Ibra, Paulo de Assis Ribeiro, defendeu a atuação do general Saraiva e não as considerou violentas. Ao contrário, disse não se importar com a antipatia das ações já que, para ele, os lotes, em sua maioria, haviam sido invadidos e, portanto, estavam em condição irregular. Afirmou que o trabalho continuaria sendo realizado essencialmente por militares reformados, qualificados por ele como "mais disciplinados e [que] não têm medo de enfrentar antipatias" ("Presidente do Ibra diz que antipatia não o fará recuar". *Jornal do Brasil*, 03/12/1966, p. 7).

Questionado sobre a queima e a derrubada de barracos dos lavradores, Ribeiro confirmou a prática desses atos por parte dos soldados da Guarda Rural do Ibra e a

justificou dizendo que a ordem de destruição dos barracos era destinada apenas aos que haviam invadido os lotes para desmatamento:

> Muita gente invadiu terras para depredar as florestas e lá faziam barraquinhos. Esses barraquinhos é que foram derrubados e queimados, depois de abandonados pelos invasores pilhados em delitos. A ordem para derrubar e queimar os barracos ocorre sempre que há perigo de novas invasões (Paulo de Assis Ribeiro, entrevista coletiva na sede do Ibra, no Rio de Janeiro, 02/12/1966).

Esta desproporcionalidade entre a infração do desmatamento ou da ocupação irregular dos lotes e a punição baseada na queima das casas guarda relação com a associação que os militares faziam entre os processos de "invasão" de terras e a ideia de comunismo. Em Cachoeiras de Macacu, essa ligação era especialmente forte devido ao histórico de ocupações ali ocorridas, como as da Fazenda São José da Boa Morte, em 1961 e em 1963, esta última, como visto anteriormente, com repercussão nacional e percebida pela imprensa da época como uma ameaça séria à ideia de propriedade. Esta política condizia, portanto, com as diretrizes do regime militar, cuja legitimidade política estava calcada, dentre outros elementos, na defesa da propriedade e no enfrentamento ao comunismo. Em uma entrevista por *e-mail*, ao ser perguntado sobre a prática de queima de casas, um ex-guarda afirmou:

> (...) destruir casas ou queimar lavouras, arbitrariamente, nunca foi uma prática adotada pela Guarda Rural. É possível que tenha ocorrido, até porque na região de Cachoeiras de Macacu um colega (Arnaldo Guther) foi assassinado com um tiro pelas costas. Desconheço, porém, o motivo do crime (Ex-guarda rural, entrevista concedida a Fabricio Teló, por *e-mail*, 15/07/2015).

O caso a que ele se refere ocorreu em 1975, provavelmente por vingança. O acusado pelo crime, Adonias da Silva, justificou sua atitude afirmando que o guarda o havia prendido e espancado muito ("Preso em Papucaia assassino de guarda do Incra". *O Fluminense*, 17/01/1975). Este fato revela que havia um sentimento de indignação e revolta por parte deste lavrador – e ele certamente não era o único – pelas violências que sofreu com a ação da Guarda, especificamente com este que acabou matando.

No Núcleo Colonial de Papucaia, além do general Saraiva, os lavradores tinham que lidar ainda com outra figura temida, o tenente Amauri Silva que, segundo edição de 07/12/1966 do *Jornal do Brasil*, havia incendiado casas. espancado e prendido diversos lavradores. A situação estava sendo descrita pelos agricultores como "de calamidade", o

que os motivou a ameaçarem parar todas as lavouras como uma forma de apelo para que cessassem as violências.

Em função disso, os lavradores se referiam à Guarda do Ibra como a "peste amarela", em referência à peste que havia assolado a região no século XIX, provocando a morte de muitas pessoas, como mencionado no primeiro item deste capítulo. Levando em consideração as violências praticadas nos núcleos de Papucaia e São Bento, o deputado do MDB, Raul Brunini decidiu levar a questão à Assembleia Legislativa do Estado. Lá, o parlamentar destacou a "inconfessável gravidade" das ações do general Saraiva e lembrou que as denúncias estavam sendo encampadas pelo "seríssimo *Jornal do Brasil*, que, quando inicia uma campanha deste vulto, sabe o que está fazendo", ou seja, a questão era realmente séria para colocar em risco a segurança do jornal no enfrentamento a práticas de um regime autoritário como foi o militar. O deputado afirmou ainda que se não fosse a "dignidade profissional" do referido jornal, que dedicou até uma parte de seu editorial para criticar a postura do Ibra, as pessoas teriam dificuldade em acreditar no que estava sendo denunciado. Isto provavelmente contribuiu para que a decisão judicial do processo iniciado pelo advogado de José dos Santos Oliveira fosse favorável ao retorno do posseiro à sua casa ("Lavrador que Ibra expulsou em Caxias ganha ação em Niterói e voltará ao lote". *Jornal do Brasil*, 21/12/1966).

Para saber mais sobre a atuação desta Guarda Rural, buscamos relatos de técnicos do Ibra que trabalharam em Papucaia nessa época. Encontramos, então, Júlio Ramirez, agrônomo de origem peruana que exerceu função de coordenador do setor de crédito aos assentados a partir do ano de 1967. Em entrevista concedida a Fabricio Teló em 29/04/2015, em Brasília, ele relatou que a maior parte das violências cometidas pelos soldados da Guarda Rural ocorreu antes de sua chegada, ou seja, entre 1965 e 1966, pois, segundo ele, no ano de 1967 houve uma mudança na chefia do grupo, de modo que os principais ícones das atrocidades do Ibra, que eram militares, foram substituídos por civis: o general Saraiva, então delegado do Ibra, foi substituído por Falconete Fialho, agrônomo, e no lugar do tenente Amauri Passos, então administrador do Núcleo Papucaia, entrou o técnico agrícola Pedro Basílio, ambos de linha mais moderada: os guardas foram proibidos de andarem armados e obrigados a diminuir a intensidade das violências praticadas contra os lavradores.

Os guardas que permaneceram, no entanto, contaram-lhe, em forma de conversas informais que, de fato, incendiaram muitas casas e passaram por cima de outras com trator. Referindo-se ao guarda que atendia por Nogara, disse Ramirez: "Ele brincava

conosco, contava as coisas. E a gente procurava saber – 'E você, quantos matou' – 'Eu não matei. Eu queimei casa, passei em cima de casa, ameacei com trator, mas nunca matei. ' – E brincava conosco".

Ramirez destaca ainda o clima de medo que os guardas criavam, reforçado por histórias que eles contavam, como a seguinte: "[Nogara contava] que esse Amauri, uma vez, tinha fechado uma família inteira dentro de uma casa, cheia de cobras venenosas, para eles denunciarem quem eram os comunistas. Não sei se é verdade. Nunca comprovamos isso. Mas ele contava histórias desse tipo". Não tivemos acesso a documentos que comprovem esse tipo de situação, mas o fato de essa história ter sido contada por um guarda já é um dado importante que nos permite ter uma noção do significado da presença de uma instituição dessas no cotidiano dos lavradores de Papucaia.

Outro elemento destacado pelo entrevistado foi a função de informante assumida pelos guardas. Segundo ele, havia uma paranoia em relação aos Grupos dos Onze, de modo que toda e qualquer atividade dos técnicos agrícolas do Ibra que tivessem algum grau de suspeita de proximidade com a esquerda ou com esses grupos deveria ser vigiada: reuniões com os lavradores, visitas aos lotes, tudo precisava ser controlado pelos guardas para depois ser informado ao SNI. Participavam das reuniões com a justificativa de que estavam garantindo a segurança dos participantes, mas o objetivo era o controle do conteúdo das falas. Embora não tenhamos acessado nenhum documento oficial que comprove essa prática, segundo Ramirez:

> a Guarda Rural tinha essas funções... Ela era informante do que acontecia no projeto e do que os próprios técnicos do Ibra que iam visitar [faziam]; quantas pessoas que iam para lá (...). Porque o rádio [utilizado como uma espécie de telefone] ficava do lado da administração. Por isso eles estavam sempre... eram cinco guardas: dois sempre ficavam no escritório; um no rádio e um guardando a administração (...), e três sempre estavam em campo, rondando de jipe. Nós tínhamos um colega, também agrônomo, responsável pela garagem [das instalações do Ibra] de Papucaia. Cuidava dos tratores, dos veículos, do combustível, da oficina mecânica – havia uma oficina mecânica muito grande, lá – e esse colega nosso, havia servido ao Exército. Então, tinha essa linha militar. Ele se dizia que era do SNI. Mas a gente não acreditava. Porque quem é do SNI, não vai se identificar – "Eu sou do Exército!" – mas, de qualquer forma, alguma coisa ele tinha. Porque ele dava privilégios à Guarda Rural (Júlio Ramirez, entrevista concedida a Fabricio Teló em Brasília, em 29/04/2015).

Os guardas rurais faziam parte, portanto, da grande rede de informantes que alimentava a famosa Comunidade de Informações do SNI com dados sobre "subversivos". Uma das estratégias utilizadas era namorar meninas das localidades e pedir a elas para acompanhar as missas e relatarem tudo o que os padres falassem. Segundo Ramirez, os mais visados eram o padre Carvalho e o "padre de Japuíba" (no caso, até 1969, o vigário dessa paróquia era Gerson da Conceição e, depois, o holandês Joaquim Van Leewen, ambos do clero progressista). Como será discutido no item posterior a este, houve uma iniciativa da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) na localidade de Nova Ribeira, liderada pelo padre Gerson, e os guardas rurais procuravam manter-se a par desse processo. Não acessamos nenhum documento que nos demonstrasse que a Guarda Rural soubesse, de fato, da existência dessa iniciativa, porém eles tinham essa desconfiança. Além disso, o religioso, assim como o padre Carvalho, havia se posicionado contra a expulsão dos lavradores pelo Ibra, sobretudo em função de sua proximidade com os moradores da Gleba Nova Ribeira, e estimulou os lavradores a permanecerem na terra: "Não vamos, não. Nós já estamos aqui dentro e vamos ficar aqui. – E aí, eu já comecei a ficar manjado" (Gerson da Conceição, entrevista concedida a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros no Rio de Janeiro, em 06/05/2015). Isso tudo colaborava para que a Guarda Rural mantivesse uma constante e intensa vigilância sobre as ações do padre Gerson.

Conforme noticiado pelos jornais *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa* e *Jornal do Brasil* e confirmado pelos entrevistados, bem como pelos arquivos do SNI, o padre Antônio da Costa Carvalho foi preso no dia 20/10/1966 nas dependências do Ibra e só foi solto em virtude da intervenção da Confederação dos Trabalhadores Cristãos do Brasil (também conhecida como Círculos Operários), que intercedeu junto ao arcebispo de Niterói, Dom Antônio Almeida de Moraes Jr., e ao governador Teotônio Araújo, tendo este último determinado a libertação do religioso no mesmo dia[23]. De acordo com o relato de Júlio Ramirez, o padre Carvalho era muito vigiado pela Guarda Rural, pois havia a desconfiança de que ele fosse próximo de lideranças do Grupo dos Onze. É provável que essa hipótese tenha sido levantada pelos soldados em função de o padre Carvalho ter atuado como diretor do Plano Agrário do governo de Badger da Silveira, do PTB, mesmo

[23] "Padre preso no E. do Rio por Oficiais do Exército", *Jornal do Brasil*, 21/10/1966; "Teotônio solta padre", *Jornal do Brasil*, 22/10/1966; "Assembleia fluminense ouve protesto contra prisão do Padre Antônio de Carvalho", *Jornal do Brasil*, 26/10/1966; "Ibra prende e ofende sacerdote", *Correio da Manhã*, 22/10/1966; Edição de 03/11/1966 de *Tribuna da Imprensa*.

partido do presidente deposto João Goulart e do deputado federal cassado Leonel Brizola. Tendo em vista sua atuação no pré-64, é pouco provável que o padre Carvalho fizesse parte dessa iniciativa política. A prisão desse padre é muito significativa, pois ele era conhecido por suas práticas no sentido de enfraquecer os agentes políticos identificados com o Partido Comunista. Ele era, por exemplo, uma liderança importante dos Círculos Operários, organização considerada conservadora no meio sindical, pois, sobretudo no meio rural, disputava com o PCB a liderança na criação de sindicatos, e mesmo assim sofreu perseguição militar, o que mostra que a repressão não se abateu apenas sobre os comunistas, trabalhistas ou identificados com essas linhas políticas, mas sobre todas as pessoas que representassem algum tipo de ameaça, mesmo que pequena.

Isto é perceptível nos próprios arquivos do SNI. Em um documento datado de 28/04/1977, tendo em vista sua proximidade com os sindicatos e sua atuação no Plano Agrário do governo Badger da Silveira, padre Carvalho é qualificado pelo autor da informação (cujo nome não é identificado) como um sacerdote pertencente à "ala esquerdista da Igreja". Chama atenção no documento uma anotação escrita à mão pelo então ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República (hoje Casa Civil), Golbery do Couto e Silva[24], afirmando que conhecia o padre Carvalho desde 1961, quando da criação do Ipes; que o religioso havia sido assessor do padre Veloso, importante liderança no processo de difusão de iniciativas voltadas ao enfraquecimento da ideologia comunista por meio do Ipes; e que o referido padre não tinha "nada de esquerdista, um pouco ingênuo, mas honesto". A despeito dessa informação, o chefe do SNI determinou que se fizesse um levantamento minucioso das atividades do padre Carvalho e se elaborasse um relatório para o SNI (Memorando SI/GAB, nº 642, de 28/04/1977. Áreas de tensão. Problemas de terra em Cachoeiras de Macacu/RJ. Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_109809_77).

O Ibra, portanto, tinha uma atuação caracterizada por certa ambivalência na medida em que, por um lado, atuava com violência e falta de critérios sérios na definição dos agricultores com direito a permanecer na terra e, por outro, prestava diversos serviços de assistência, desenvolvia projetos etc. Lavradores da região do Vale do Rio Guapiaçu,

[24] Couto e Silva foi o idealizador e primeiro presidente do SNI. Começou a preparar as listas das pessoas consideradas como ameaça à "Segurança Nacional", ou seja, pessoas ligadas a uma perspectiva política de esquerda, ainda quando estava na liderança do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), uma das principais organizações articuladoras do golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981).

por exemplo, relataram nunca ter sofrido violência por parte da Guarda e ser por ela ajudados. Dependendo das experiências vivenciadas, diferentes memórias sobre o Ibra e sua Guarda Rural estão presentes entre os lavradores de Cachoeiras de Macacu.

5. O sonho da guerrilha rural alimentado em Cachoeiras de Macacu

Neste item trataremos da repressão que se abateu sobre os que estavam começando a se organizar para preparar uma guerrilha rural no interior do Município de Cachoeiras de Macacu, mais precisamente na localidade denominada Nova Ribeira, nas proximidades da Fazenda São José da Boa Morte.

O processo de criação do grupo esteve inserido no contexto da expansão das organizações de luta armada não apenas no Brasil, mas em diversos países, sobretudo aqueles do chamado Terceiro Mundo com os movimentos de descolonização, com destaque para Indonésia, Indochina e países do norte da África (FANON, 1968). A greve geral de maio de 1968, na França, e as diversas revoltas estudantis que ocorreram no mundo nesse período também compunham o cenário de crescimento da perspectiva de que o uso da força, se não era o único, era o melhor meio de se transformar a estrutura da sociedade.

Uma marca importante das organizações de esquerda no Brasil nos anos 1960, destacada por Sales (2005), foi a visão da luta armada como a melhor estratégia (ou a única possível) para se chegar ao poder e se construir uma sociedade socialmente justa. A Revolução Cubana de 1959 era o principal modelo inspirador. Nela, as lideranças Fidel Castro e Ernesto Che Guevara contaram com o apoio dos camponeses de Sierra Maestra para a tomada da capital Havana. Ganhava força no Brasil o *foquismo.* As lideranças da ocupação de 1961 da Fazenda SJBM adotaram uma linha política próxima a essa perspectiva.

O autor aponta dois exemplos de organizações que se inspiraram nas bandeiras socialistas e antiburocráticas da Revolução Cubana: a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop) e a Ação Popular (AP). Ambas criticavam o PCB e estão na origem do que se chamou de Nova Esquerda Brasileira. A estratégia da luta armada como proposta de atuação política já existia, portanto, ainda antes do golpe

de 1964. Contudo, é após a decretação do Ato Institucional número cinco (AI-5)[25], no final de 1968, que as organizações armadas passaram a crescer com mais força, sobretudo a partir de dissidências do PCB, em boa parte em função da intensificação da repressão do governo militar contra as organizações de esquerda e da avaliação das ações do pré-64 que, para alguns, levou à conclusão de que a via pacífica não levaria a nada.

Em Cachoeiras de Macacu, o grupo se formou a partir de um laço de amizade entre as duas principais lideranças: o então padre Gerson da Conceição e a assistente social Rosalina de Santa Cruz. O primeiro era pároco da Paróquia de Sant'Anna de Japuíba, distrito de Cachoeiras de Macacu. A segunda era uma antiga militante da Juventude Universitária Católica (JUC), que, como a maioria das pessoas que participavam dessa organização, migrou para a AP. Ambos se conheceram no Recife, Pernambuco, onde Rosalina morava. Gerson passou um tempo estudando nesta cidade para concluir os estudos de Teologia, já que, segundo o Serviço Nacional de Informações, ele havia sido expulso do Seminário onde estudava em Petrópolis, no Rio de Janeiro, por uma decisão dos bispos Dom Jaime de Barros Câmara, Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra, bispo de Petrópolis e pelo então padre (posteriormente bispo) José Fernandes Veloso, reitor do Seminário, em função de seu posicionamento político. Por meio de uma negociação entre Dom Clemente Isnard, bispo de Nova Friburgo, e Dom Helder Câmara, bispo de Recife, foi concedida a Gerson a possibilidade de concluir seus estudos na capital pernambucana. Lá, juntamente com seus colegas de seminário, partindo do método Paulo Freire, fazia trabalho pastoral nas periferias da cidade, atividade compartilhada também com integrantes da JUC, dentre eles Rosalina, que relatou como conhecera o então seminarista Gerson:

> Eu estudava em Recife, e a gente tinha reuniões no seminário de Olinda. E a gente ia para lá, fazer serenata, discutir política. Principalmente os estudantes que eram da JUC, da Juventude Universitária Católica. E eu era JUC. Então eu ia para lá. E lá, o Gerson era seminarista. E nós fomos fazer uma pesquisa com os camponeses, lá em Sapé e tal. E o Gerson, um grupo de seminaristas e um grupo de estudantes de Serviço Social. Eu era do primeiro ano do Serviço Social. (...) A gente fez uma pesquisa, ali. (...) E conheci o Gerson, fiquei muito amiga dele (Rosalina Santa Cruz, São Paulo, entrevista concedida a Fabricio Teló e a Leonilde Medeiros em 13/01/2015).

[25] Em linhas gerais, o AI-5 dava poderes quase absolutos ao presidente da República: autorizava-o a decretar o recesso do Congresso Nacional; promover intervenções nos estados e nos municípios; cassar mandatos de parlamentares; suspender direitos políticos dos cidadãos; confiscar bens considerados ilícitos e suspender a garantia do *habeas corpus* para crimes contra a Segurança Nacional.

Ambos construíram uma relação de amizade. Quando Gerson concluiu seus estudos, voltou ao Rio de Janeiro, trabalhou um tempo como secretário de Dom Clemente Isnard, em Nova Friburgo, e foi ordenado sacerdote em junho de 1965. Em 1968, foi enviado para a Paróquia de Japuíba, então uma área com características bastante rurais. Ali começou um trabalho de aproximação com os camponeses, celebrando missas em suas casas, distribuindo remédios, alfabetizando, e passou a atuar como um mediador entre os lavradores e os espaços externos a eles. Em depoimento manuscrito assinado em 10/11/1971, o então padre relatou sua atuação da seguinte forma:

> Desde o início comecei a organizar o plano pastoral da paróquia. Não somente na sede, também nas capelas da mesma. Não somente a parte litúrgica, como também a parte social. Tive, como objetivo inicial nessa paróquia, formar lideranças populares e melhorar a situação dos pobres. Dentro da paróquia, havia uma localidade paupérrima que mereceu uma atenção especial. Era uma área rural, por nome de Nova Ribeira, que era parte do plano de colonização do ex-Ibra, hoje Incra. Juntamente com moradores, conseguimos construir uma capela, uma escola e um salão de festas. Tudo muito rústico e primitivo, de acordo com o nível econômico dos moradores. Pretendendo ser simpático aos lavradores e ensinar-lhes o amor ao trabalho, resolvi também trabalhar na agricultura durante dois dias por semana, de tal maneira que não prejudicasse o ministério pastoral do resto da paróquia. Nesse trabalho de agricultura, associei-me a um lavrador Joair Nunes [referenciado nos inquéritos policiais como Joair da Silva], que tinha um lote no então Ibra, mas não tinha meios financeiros para cultivá-lo. As coisas estavam neste pé, quando o ex-Ibra resolveu avisar aos lavradores que eles seriam transferidos de Nova Ribeira para outra área, ainda a ser escolhida, pois as terras da localidade não eram propícias à agricultura, mas sim à pecuária. Para resolver este impasse, reunimos várias vezes, os moradores, para descobrirmos uma saída que favorecesse as mesmas. Fomos então, em comitiva, ao prefeito do município, seu Hugo Coelho; ao administrador do ex-Ibra, Coronel Amauri [da Silva]; e ao senhor bispo diocesano, Dom Clemente Ismard, para que os lotes não fossem evacuados. Conseguimos, então, a promessa que a ação de despejo não seria levada a efeito, mas que seria implantada na área um planejamento rural, tendo em vista um maior aproveitamento das terras (Gerson da Conceição, depoimento manuscrito, firmado em 10/11/1971, no DOPS/GB, Ação Penal 01/72, BNM_057, p. 881).[26]

[26] É importante destacar que tais depoimentos foram dados sob tortura e que os interrogados, em diversos casos, procuravam dar informações incorretas aos investigadores, para ganhar tempo e evitar que outros membros de suas organizações fossem também presos. Isso não significa que não possam ser utilizados como fonte, mas devem ser relativizados, tendo em vista o contexto em que eles foram prestados.

Percebe-se, com este depoimento, que Gerson estava a par das angústias dos lavradores de sua paróquia e se colocou como um intermediário importante para tentar solucionar seus problemas.

Em 1968, Rosalina migrou para o Rio de Janeiro para trabalhar no Banco Nacional de Habitação (BNH). Na nova cidade, entrou em contato com o padre Gerson, que já tinha criado laços de proximidade com os lavradores, e decidiram começar um trabalho de "conscientização". Em entrevista, ela relata:

> A gente estava lá, trabalhando com os camponeses; tinha mais de vinte camponeses, a gente ensinando o que era socialismo, o que era sociedade de classes e tal... Eles participavam muito. Botavam isso na porta da igreja. A sociedade é de classes e tal (Rosalina Santa Cruz, entrevista a Ângela Maria de Castro Gomes, CPDOC/FGV, São Paulo, 12/07/2002).

Conforme Rosalina, na primeira fase da formação do grupo, ela levou para a localidade algumas pessoas da AP para discutir sobre questão agrária e estrutura da sociedade.

Essa forma de atuação política, no entanto, não estava contemplando os anseios de Rosalina, que desejava mudanças não demoradas na estrutura da sociedade e estava percebendo que a maneira como a AP atuava não levaria a essa transformação. O contato que ela passou a ter com diversos militantes de organizações de luta armada, sobretudo por meio de Geraldo Leite, rapaz que conheceu na capital fluminense e começou a namorar, fez com que ela se entusiasmasse e aderisse à forma de luta compartilhada pelo seu círculo de amizade:

> E o trabalho em Cachoeiras começa a crescer. E as discussões também. (...) E eu digo: "ah, eu não vou ficar na AP, eu vou para a luta armada. Eu vou para a luta armada, não tem jeito. Porque esse negócio da AP não vai acontecer nunca". (...) Aí eu peguei e falei para o padre: "eu vou passar para a luta armada". (...) Comecei a namorar com Geraldo, que era o agrônomo que estava junto com a gente, que também era de AP, e resolvemos, os dois, passar para a VAR-Palmares[27]. E eu levei o pessoal da VAR-Palmares para um contato... Enquanto isso, eu trabalhava todo dia no BNH e o Geraldo no Incra[28]. Mas já sem o coração lá, sem muita... Fazendo uma coisa muito mais formal, o trabalho no BNH (Rosalina Santa

[27] Antes de compor a VAR-Palmares, porém, Rosalina e Geraldo se articulavam com lideranças da organização denominada Comando de Libertação Nacional (Colina), já que, segundo Gorender (1987), a VAR-Palmares foi criada apenas em julho de 1969, a partir da fusão entre este grupo e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ou seja, embora a VAR-Palmares pudesse estar em construção no momento da formação do grupo, ela ainda não havia sido oficialmente criada.

[28] Na época, o atual Incra se chamava Ibra. A mudança ocorreu em 1970.

> Cruz, entrevista a Ângela Maria de Castro Gomes, CPDOC/FGV, São Paulo, 12/07/2002).

Interessante notar que as duas principais figuras do grupo tiveram sua formação política inicial junto à Igreja católica: Gerson, por ser seminarista, e Rosalina, na JUC. O mesmo processo narrado por Rosalina no trecho anterior foi relatado por Gerson em depoimento, quando preso:

> Rosalina ficou simpática com o trabalho da promoção social, que eu estava levando na localidade de Nova Ribeira. Divergiu, todavia, do encaminhamento dos problemas rurais, dizendo que tal não levaria a coisa alguma. Ofereceu-se, então, para me colocar em contato com um "grupo" da Guanabara que haveria de ajudar-me a conduzir os trabalhos sociais na localidade de Nova Ribeira. Foi marcada uma reunião na Guanabara, na qual eu compareci com três lavradores: Pedro Gomes; Sebastião da Silva e Joair Nunes, moradores de Nova Ribeira (...). Nessa reunião, eles pediram para que descrevêssemos a situação social de Nova Ribeira. Ficaram bastante animados em desenvolver um trabalho conjunto. Falaram que o importante não era resolver casos isolados dos moradores, mas fazer a revolução. E que esta começaria no campo, para a cidade. De início, ficamos simpáticos com o pessoal. Não tanto pelas ideias, mas pela delicadeza com que éramos tratados (Gerson da Conceição, depoimento manuscrito, firmado em 10/11/1971, no DOPS/GB, Ação Penal 01/72, BNM_057, p. 882).

Rosalina também relatou essa reunião em depoimento dado em 15/12/1971, no DOPS/Niterói. De acordo com o registro do depoimento, Rosalina contou que, em fins de 1968, na busca por um contato de alguma organização mais radical, ela se encontrou com Sidney de Miguel, o qual lhe apresentou Juarez Guimarães de Brito, apresentado como Mota. Rosalina o teria apresentado ao padre Gerson que, na ocasião, estava acompanhado de Pedro Gomes dos Santos. Ela relatou ter lhes apresentado também João Lucas Alves, ex-sargento da Aeronáutica, expulso da corporação após o golpe. Depois do encontro, o grupo teria se dirigido à casa da depoente, onde teriam se reunido. Na ocasião, Mota teria explicado as linhas de ação da organização à qual pertencia e dito que a luta armada era a estratégia. Dando continuidade ao depoimento, no qual afirmou estar confusa, Rosalina contou que, depois de ter feito a aproximação entre Mota a Gerson, se afastou da área de Nova Ribeira.

Uma das figuras que atuou como liderança junto ao grupo foi o também ex-sargento Severino Viana Collou, apresentado por Rosalina, em uma reunião no apartamento onde residia, no bairro Laranjeiras, antigo Estado da Guanabara. Conforme depoimento de Gerson, ele havia ficado responsável por mediar a relação entre os

camponeses e o "pessoal da Guanabara", ou seja, os integrantes do grupo Colina, que viriam posteriormente a integrar a VAR-Palmares:

> Viana conseguiu atrair a simpatia da área. Não só pela sua delicadeza, como pela sua maneira de se identificar com os lavradores. Ele morava em Magé e tentava organizar um grupo de pesca. Sua finalidade era aliciar rapazes desempregados, na cidade de Magé, e iniciar no trabalho da pesca e, ao mesmo tempo, dar-lhes uma consciência política e ideológica (Gerson da Conceição, depoimento manuscrito, firmado em 10/11/1971, no DOPS/GB, Ação Penal 01/72, BNM_057, p. 883).

Nesse momento, prossegue Gerson, o grupo já estava "na rede da subversão" e "dificilmente conseguiria se desvencilhar dela". De acordo com os diversos depoimentos encontrados na pasta 57 do acervo do Projeto *Brasil: Nunca Mais*, houve apenas um treinamento de utilização de armas, que ocorreu em fins de 1968 em um local denominado "Mata do Marino", a cerca de 12 quilômetros da Gleba Nova Ribeira. Um antigo morador da área, que foi amigo de Gerson, em uma entrevista nos relatou como foi preparado o ambiente para o treinamento:

> Dentro da mata eles fizeram um galpão sem derrubar um pau. Entendeu? Não derrubaram um pau. Trouxeram vara lá, para não mexer aqui, trouxeram de lá os varões e amarravam o varão numa árvore, arrumaram um lugarzinho estratégico, eles fizeram uma cobertura, para as reuniões, [de modo que] quem passava por cima não sabia. Só se viesse por baixo. Porque passava muito helicóptero e avião pequeno aqui. Mas não dava para ver. Não dava de jeito nenhum para ver. (...) Vinha muita gente de fora, (...) de Brasília, veja só, veio gente de Brasília pra uma reunião dentro de uma mata dessa (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Um elemento importante a ser analisado é a maneira como ocorreu a adesão dos lavradores[29] a este grupo, que estava propondo uma forma de atuação política consideravelmente arriscada, tendo em vista o contexto político de intensa repressão. Em entrevista concedida a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros em 06/05/2015, o agora ex-padre Gerson da Conceição relatou que a aproximação com os lavradores da Gleba Nova Ribeira se deu a partir do dia em que a família de um deles, Pedro Gomes dos Santos, foi até a Paróquia de Japuíba para batizar uma criança. Aquele era o dia de Sant'Ana, padroeira da paróquia, e, portanto, muita gente aproveitava a data para batizar suas

[29] Os lavradores da região eram, em sua grande maioria, imigrantes que foram para lá em busca de um lote de terra. Boa parte vinha de municípios do norte do estado. Outros vinham de estados do nordeste do país, como Paraíba e Bahia.

crianças. Como a família de Pedro chegou tarde, Gerson já estava cansado e contou ter conduzido o ritual de um modo um pouco relaxado. Tendo Pedro notado essa postura do padre, fez um comentário crítico em voz baixa. Gerson contou ter ouvido esse comentário e ficado tocado. Concluiu que Pedro era uma pessoa corajosa e questionadora e, portanto, alguém com quem poderia se articular. A amizade que surgiu dessa aproximação foi central para a inserção de Gerson na localidade de Nova Ribeira. O religioso liderou a construção de uma pequena capela, que lhe rendeu significativo reconhecimento, tal como relata:

> a gente fez uma capela de pau a pique e sapê. E tinha um toco seco. E aquele toco seco a gente serrou para botar a imagem do padroeiro. Aí, nós fizemos uma eleição para saber qual seria o padroeiro. E escolheram São José. E eu falei – "Rapaz, lá na igreja de Santana do Japuíba, tem um São José sobrando. Eu vou trazer aquele São José para cá." – (risos) e eu trouxe e botei em cima do toco. Minha senhora! O diabo do toco começou a brotar. Começou a sair – eu nem sei que árvore era – uns galhos... por quê? Porque aquilo úmido... Não tem nada de milagre. Acharam que era milagre, mas não tinha nada de milagre. Como você botou telhado, aquilo ficou úmido, protegeu. E aquilo começou a crescer e eu fiquei com fama de milagreiro (Gerson da Conceição, entrevista concedida a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros, no Rio de Janeiro, em 06/05/2015).

Com essa acolhida hospitaleira dos lavradores de Nova Ribeira, por meio da assistência religiosa e dessas iniciativas de cunho comunitário, Gerson pôde iniciar um trabalho de formação política com os lavradores e aos poucos foi criando condições para a sua firmação como líder político. Mas não foi apenas seu capital religioso que garantiu o engajamento dos lavradores. Em entrevista com um antigo morador, que acompanhou o processo e era amigo de boa parte das pessoas que compunham o grupo, perguntamos o que motivou os camponeses a aderirem ao convite das lideranças do grupo. A resposta que obtivemos está transcrita abaixo:

> A gente que não tem uma cultura, não tem nada, é influenciável mais fácil, né. Você vê só, aqui no mato você não tinha condições de comprar um quilo de arroz, que arroz? Muito difícil ver um quilo de arroz. Eles davam bicicleta novinha para o camarada, espingarda nova, rifle novo (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Perguntado sobre quem dava as bicicletas, o entrevistado, inicialmente, disse não saber. Depois disse: "Quem dava era justamente o..." E deixou a informação no ar. Percebeu-se claramente uma preocupação em não nos dar informações que pudessem

prejudicar as lideranças do grupo. Ele também afirmou que não participava do grupo: "a gente que não fazia parte, porque eu e meu pai escapamos dessa por milagre mesmo, porque nós vivíamos no foco mesmo. Em volta todo mundo participava". Esta era uma tônica em quase todas as entrevistas realizadas no trabalho de campo da pesquisa. Como o tema objeto de análise ainda é relativamente próximo, há uma preocupação muito grande dos atores envolvidos em evitar constrangimentos para quem quer que possa sofrê-los.

Outro elemento destacado pelo entrevistado foi o fato de que, à época dos acontecimentos, ele era ainda adolescente, o que lhe dificultava realizar uma leitura madura do processo político em questão: "a gente não tinha também, assim, clareza, do que exatamente eles queriam, não sabe. Fosse hoje, a gente já saberia mais ou menos. Naquela época eu era moleque".

Uma das famílias que aderiu ao grupo foi a de Pedro Gomes dos Santos. Conforme a denúncia apresentada pelo procurador do Ministério Público Militar, major Carlos Armando Lowande Coelho, a relação de amizade com o padre Gerson foi construída a partir do casamento que o referido sacerdote realizou entre Francisca, filha de Pedro, e Joair da Silva, provavelmente em alguma data entre 1967 e 1968. Pedro era um imigrante dp Rio Grande do Norte, muito católico, que havia chegado à localidade, segundo depoimento de um antigo morador, por volta do ano 1965. No depoimento de Gerson anteriormente transcrito, lemos a menção à parceria estabelecida entre o religioso e Joair, em cujo lote o então padre trabalhava duas vezes por semana, tal foi a relação de proximidade construída. Essa amizade entre essas duas famílias foi, talvez, a principal base na qual se sustentou a adesão dos camponeses de Nova Ribeira ao grupo.

Nas conversas que estabelecemos com antigos moradores da localidade, diferentes interpretações sobre o processo são evidenciadas. Veja-se, por exemplo, a fala de uma senhora parente de Pedro:

> No tempo em que eu morava nos "Duzentos Alqueires", que agora se chama Marubaí[30], eles [Seu Pedro e família] moravam lá. Aí entraram uns comunistas lá naquele tempo. Os comunistas eram escondidos. E eles, pobres, preguiçosos [palavra falada com ênfase], não tinham coragem de trabalhar mesmo... [Os comunistas] ofereceram muita coisa boa para eles, dinheiro, comida... Na época do Padre Gerson. Aí eles entraram nessa. E nessa aí eles foram embora (Antiga moradora de Marubaí, aproximadamente 70 anos, Papucaia, entrevista em 11/02/2015).

[30] Não há uma delimitação fronteiriça precisa entre as duas localidades. Há quem diga que se trata de uma localidade apenas. Formalidades à parte, eram locais muito próximos.

Esta fala foi feita em uma roda de conversa na qual estavam presentes diversas pessoas que haviam morado na localidade à época dos acontecimentos. No momento em que a senhora, cuja fala foi acima transcrita, estava se referindo aos "comunistas" que haviam entrado lá, uma outra senhora a interpelou: "*Disseram* que eram comunistas, né?!", ou seja, quis evidenciar que havia controvérsias sobre se tais figuras eram ou não comunistas.

Havia ainda quem duvidasse da própria veracidade do fato de Gerson ser padre. Muitos diziam ser ele um falso sacerdote:

> Esse padre, ele não era padre. Ele se vestia de padre. Levava as mulheres vestidas de freira lá para o meio do mato lá, para fazer as desgraças lá, com os pobres morrendo de fome, não tinham coragem de trabalhar. Eles [Gerson e companheiros] chegaram lá, davam dinheiro, davam comida, davam tudo e entraram nessa. Eu morava lá nesse tempo, com meu marido. E meu marido falou assim: "Eu, entrar nessa? De jeito nenhum!" A gente pulou fora (Antiga moradora de Marubaí, aproximadamente 70 anos, Papucaia, entrevista em 11/02/2015).

Perguntada sobre o que eram as desgraças a que se referia, a entrevistada respondeu: "Ah, era que eles levavam as mulheres vestidas de freira". E estabeleceu-se um diálogo entre as duas mulheres:

> – Aquilo não era freira coisa nenhuma. Era só para enganar o povo!
> – Padre Gerson que era o cabeça do movimento.
> – E o seu Pedro, muito bobão...
> – Seu Pedro, muito católico, foi na onda. A pessoa é católica, é da Igreja, mas não pode ser tanto bobo assim igual eles eram. Ele foi na onda. Padre Gerson era como um deus pra eles (Diálogo entre duas antigas moradoras de Marubaí, Papucaia, entrevista em 11/02/2015).

Perguntadas se havia muita gente que participava dos encontros promovidos pelo padre Gerson, ambas foram enfáticas: "Não! A gente não participava. Seu Natalino era um que participava, mas saiu fora. (...) Seu Amaro [de Andrade – mais conhecido como Amaro Barbudo][31] também participava". Chama atenção o medo das entrevistadas em serem enquadradas também como comunistas, porque a pergunta foi: "Havia muita gente que participava?" e elas entenderam como se fosse (ou desconfiaram que fosse) uma

[31] Somando-se Joair da Silva e Amaro de Andrade, tem-se duas pessoas que haviam participado da ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, em 1963. Em entrevista realizada com Rosalina Santa Cruz e Geraldo Leite, porém, não se identificou uma ligação entre aquela mobilização e a tentativa de formação do grupo de guerrilha que ora analisamos. É uma questão ainda a ser investigada com mais profundidade.

tentativa de incriminá-las por terem participado também do grupo, o que poderia lhes trazer problemas.

Esse medo não existe por acaso. É fruto de um processo no qual muitas pessoas sofreram os efeitos colaterais da repressão às lideranças. Muitos posseiros que viviam na região naquele período decidiram deixar o local em virtude da truculência do Exército quando da tentativa de captura de Gerson e companheiros:

> A gente também naquela época saltou fora. O nosso sítio que tinha lá dentro, a gente deixou para lá. A gente nunca mais... Nem sei mais o que é aquilo lá. Deixamos tudo. Poxa, você acordava de manhã com o Exército na sua porta, de arma em punho assim. Eu tinha na época três filhos, uma menina e dois meninos, os três mais velhos, e a gente falou assim: "Vamos sair daqui, vamos embora". E voltamos para a nossa casa aqui [em Papucaia] e largamos o sítio para lá. Deixamos lá. A gente perdeu tudo. Não ficamos lá, não (Antiga moradora de Marubaí, aproximadamente 70 anos, Papucaia, entrevista em 11/02/2015).

Outro trecho do depoimento de um antigo morador amigo do grupo evidencia como o Exército vasculhou todas as casas em busca dos armamentos:

> Dentro da minha casa mesmo ficou dois rifles, mais de dois meses dentro da minha casa, o cara mandou guardar. "Guardar?" "É". "Ah, deixa aí". Três dias antes da revista, que eles faziam revista em tudo, da minha casa, papai falou assim: "Meu filho, pega esse rifle e leva lá naquela beirada daquela mata lá, escolhe num lugar bem... e larga isso lá, isso não é seu, você vai acabar pagando por isso". Mas foi a conta! Certo? Eles chegaram lá em casa um dia de tardinha, aquele monte de gente, entraram. Não fizeram muita cerimônia, não, né. Entraram para dentro, barraco de telha e tudo, mas... acharam uma espingarda, que eu tinha uma espingardinha daquelas de [trecho inaudível] pela boca, [para] matar passarinho, né. E o soldado veio [e disse]: "Oh, achei uma arma". Aí o superior: "Rapaz, bota isso onde você achou, isso lá é arma?", mas não acharam nada. De fato, não tinha, nem panfleto tinha lá em casa. Chegava e papai mandava botar fogo. Papai era semianalfabeto, mas tinha uma cabeça que... Né? Era uma beleza, senão a gente tinha morrido, né? E eu com uma inveja danada, os outros meninos com bicicleta nova, eu não podia comprar porcaria nenhuma [risos] (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

No trabalho de campo tivemos ainda um relato de que houve também quem se opusesse de maneira tal ao grupo, que chegou a denunciá-lo ao Dops. Teria sido o caso de João Correa de Paula, também perseguido político por ter participado da ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, em 1963. Segundo o relato de um filho desta liderança, a denúncia teria sido feita porque "os paraíbas" (a família de Pedro Gomes dos Santos)

teriam ocupado um dos lotes de seu pai, enquanto este esteve preso. Ao sair da prisão, irritado com o fato, teria denunciado os ocupantes. Ele também desconfiava da veracidade do sacerdócio de Gerson, tendo em vista os armamentos levados por ele até a localidade.

Percebe-se, com base nessas falas, que houve diferentes reações dos agricultores residentes na região em relação à tentativa de organização de um grupo de guerrilha. Houve quem aderiu completamente, houve quem simpatizou, mas não foi às últimas consequências, houve certamente os indiferentes e houve também os contrários, que atuaram no sentido de colaborar com a repressão.

Quanto ao início da repressão sobre o grupo, se não temos certeza sobre a forma como o grupo foi denunciado, temos elementos para afirmar que, já em janeiro de 1969, o Serviço Nacional de Informações sabia das atividades desenvolvidas pelo grupo, como demonstra um documento informativo datado de 27/02/1969 (Inf. 232/69), no qual consta a referência a um ofício (024/SNI/ARJ/969 – não encontrado até o momento) enviado pela Agência Rio de Janeiro do SNI à Agência Central do órgão, em 13/01/1969, com informações sobre "atividades subversivas" desenvolvidas pelo padre Gerson da Conceição, pároco de Japuíba. O documento a que tivemos acesso traz as seguintes informações:

> Padre GERSON DA CONCEIÇÃO ALMEIDA, originário de FRIBURGO, foi, há cerca de dois anos, transferido para CACHOEIRAS DE MACACU. Sua atuação subversiva estende-se a municípios vizinhos, como BEM-POSTA (localidade próxima do Areal), onde, por ordem sua, elementos procuraram aliciar camponeses para atividades de guerrilha. Leciona no Ginásio do CACHOEIRAS DE MACACU, cuja direção aspira, a fim de servir de cobertura para outras atividades ilegais. É vigário de JAPUÍBA/RJ, jurisdição da Diocese de NOVA FRIBURGO. É protegido do Bispo D. CLEMENTE ISNARD, daquela Diocese e muito amigado ao Padre ANTÔNIO DA COSTA CARVALHO. Tem exercido atividade de arregimentação na zona rural do Estado do, Rio, particularmente nos municípios de MAGÉ, ITABORAÍ, CACHOEIRAS DE MACACU e NOVA FRILURGO. Há informe não confirmado de que estaria organizando escolas de líderes rurais. Trata-se de elemento muito conhecido e estimado na região, conhecedor profundo da mesma e de seus habitantes. Seu pai mora na localidade de PAU GRANDE [Magé], de onde já foi vigário. a) Na ocasião em que se fazia diligências referentes a essa busca, no dia 08/12/1968 às 19h45min, esteve em PAU GRANDE o VW vermelho, placa GB-16-2935 com quatro elementos estranhos, o que perturbou a ação dos agentes, una vez que os contatos fugiram com o aparecimento do carro e seus ocupantes. b) Por se tratar de autoridade eclesiástica, gozando do prestígio que é inerente à classe no interior do nosso país, obtendo grande profundidade nas suas pregações, conviria ser estudada fórmula para afastá-lo da sua Diocese e colocá-lo em área de

> maior facilidade de observação de suas atividades (Atividades subversivas desenvolvidas pelo padre Gerson da Conceição Almeida. Informação 232/69 enviada pela Agência Rio de Janeiro para a Agência Central do SNI em 27/02/1969, Arquivo Nacional, ARJ_ACE_3745_69).

É muito provável que essas informações tenham sido repassadas ao SNI pelos soldados da Guarda Rural do Ibra, conforme destacado no item anterior a partir do relato de Júlio Ramirez. Uma outra hipótese sobre pessoas que podem ter atuado como informantes do Exército foi levantada por outro entrevistado. Disse ele:

> Naquela época, antes um pouquinho de o Exército vir, chegou um senhor aí com duas filhas, (...) a mulher e um garoto. O nome desse homem era Osvaldo Gabriel. Chegou aí como um vento, ninguém sabia de onde veio nem nada. (...) Aí quando o Exército vinha, ele vinha com a folha na mão, no [banco do] caroneiro, com a lanterna assim à noite. Geralmente eles faziam as [trecho inaudível, provavelmente rondas] à noite. Por exemplo, se estivéssemos nós três assim, andando nos trilhos – que não tinha estrada, era trilho – aí ele: "Pare aí. Qual seu nome?" "Fulano de tal". O cara olhava [na sua folha com uma lista de nomes]: "Então fica aqui. O seu?" "Fulano de tal". Se o nome tivesse aqui, "fica aqui. E o seu?" "Fulano de tal" [e assim por diante] (...) Depois de tudo nós fomos saber que ele que passava a informação para o Exército, entendeu? Depois de tudo nós fomos saber. A gente ficava curioso: como é que esses "desgramados" [os militares] podem vir de lá, rapaz, sem saber de nada e sabiam o nome das pessoas? Tinha que ter alguém. Mas ele era o que a gente desconfiava menos, né... (...) Ele não era daqui. Mas ele convivia numa harmonia danada com todo mundo, o pessoal não ia adivinhar. (...) Até hoje o pessoal fala dele. Se pertencia ao Exército, a gente não sabe (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Independentemente da forma como o Exército chegou ao conhecimento do caso, a desarticulação do grupo se consolidou no dia 30/05/1969, quando um grupo de soldados se dirigiu ao lote de Joair da Silva para prendê-lo. A versão que mais aparece, tanto nos depoimentos dados pelo padre Gerson quando preso, quanto pelos entrevistados, é que o motivo da busca por Joair foi a sua participação na ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, em 1963, o que ainda é preciso ser confirmado, pois nesse período Joair já havia se engajado no grupo. Ele, no entanto, não estava em casa nesse dia e não foi preso, mas um dos filhos de Pedro Gomes dos Santos, de nome Sebastião, estava trabalhando em seu lote e entrou em confronto com a polícia, que acabou matando-o.

Em nosso trabalho de campo, encontramos um antigo morador que disse ter estado presente no episódio do assassinato de Sebastião. Ele nos contou a história da seguinte forma:

> Quem estava junto no dia era eu, um tal de Dionísio e o Sebastião. Estávamos nós três. Era uma subida, naquela época o serviço da gente era desmatamento mesmo, você entendeu né? Se não desmatava, não podia plantar nada, aí desmatava mesmo. Eu estava derrubando, derrubando. Eu e Dionísio estávamos derrubando. Consequentemente você derrubando, você está na boca da mata, né, na boquinha da mata, derrubando, e ele estava pra trás cortando a lenha. Ele estava com revólver, pacote de fumo, papel para fazer o cigarro, ele botou a camisa por trás de uma árvore, ele estava deitado, a camisa, o papel, o fumo e um revólver. E eu estava à distância de uns 15 ou 20 metros, talvez até um pouquinho mais, derrubando. Eram três machados batendo: o dele, do Dionísio e o meu. Mas aí é muito barulho, pá, pá, pá. Não tinha motosserra. Aí quando nós vimos os carros, já estava muito próximo da gente, uns 50 metros, se estivesse já. Eu fui quem viu primeiro. Eu vi, a gente já sabia da história, do histórico desse Tião [apelido de Sebastião]. Esse Tião não tinha nada com peixe, nada. Sabe o que é nada? Nada. Nunca se meteu em confusão, com esse negócio de comunismo. Esse Tião que morreu. Aí eu olhei pra lá e tinha um camarada de cor, escuro, com uma arma em cima de um jipe. E os outros vieram e chamaram assim: "oi, seu Sebastião", ele demorou até a atender, porque ele estava batendo. Quando eu avistei eles eu deixei o machado e já comecei a andar para o lado do mato, eu falei "não vou dar muita moleza aí não", mas eu não tinha nada com isso não, sabe como é que é, né? A gente tem medo. Aí eu fui pro lado do mato. "Sebastião!", até que ele viu. Quando ele viu um monte de carro, tinha uns quatro ou cinco carros, caminhões, ele correu pro lado de onde estava o revólver, né. O cara de lá, quando ele levantou, o cara de lá atirou. O cara de lá já estava com ele na mira, né. Aí eu [som de movimento rápido] dentro do mato, corri como nunca. A minha casa não era muito pertinho, que eu estava trabalhando por dia para ele, derrubando, que o terreno não era da gente, era deles. Aí eu ainda fui no meio do caminho pensando, meu Deus do céu, e o Dionísio, o que será que foi feito do Dionísio. Depois que nós corremos, mais um monte de tiro. Entendeu como é que é, né? Quando eu cheguei, três na cozinha, o Dionísio já estava sentado. Chegou primeiro que eu [risos]. (...) Aí mataram ele. Fizeram coisa de outro mundo porque quando ele caiu, de barriga pra cima, ou de bruços, não sei, mas depois que foram todo mundo embora, nós fomos lá, tinha risco de bala assim e assim, cortaram ele em três pedaços (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Sobre o reconhecimento do corpo, este mesmo entrevistado conta que foi chamado um policial de Cachoeiras de Macacu para assinar um documento oficializando que Sebastião havia reagido e que os soldados haviam atirado em legítima defesa. Este policial, segundo ele, era xará do falecido. Outro fato importante a ser destacado deste episódio é que o nome de Sebastião acabou sendo registrado de forma equivocada. Ao invés de Sebastião Gomes dos Santos, como seria o correto, seu nome foi registrado como Sebastião Gomes da Silva. Isso acabou impedindo o acesso à anistia para os familiares.

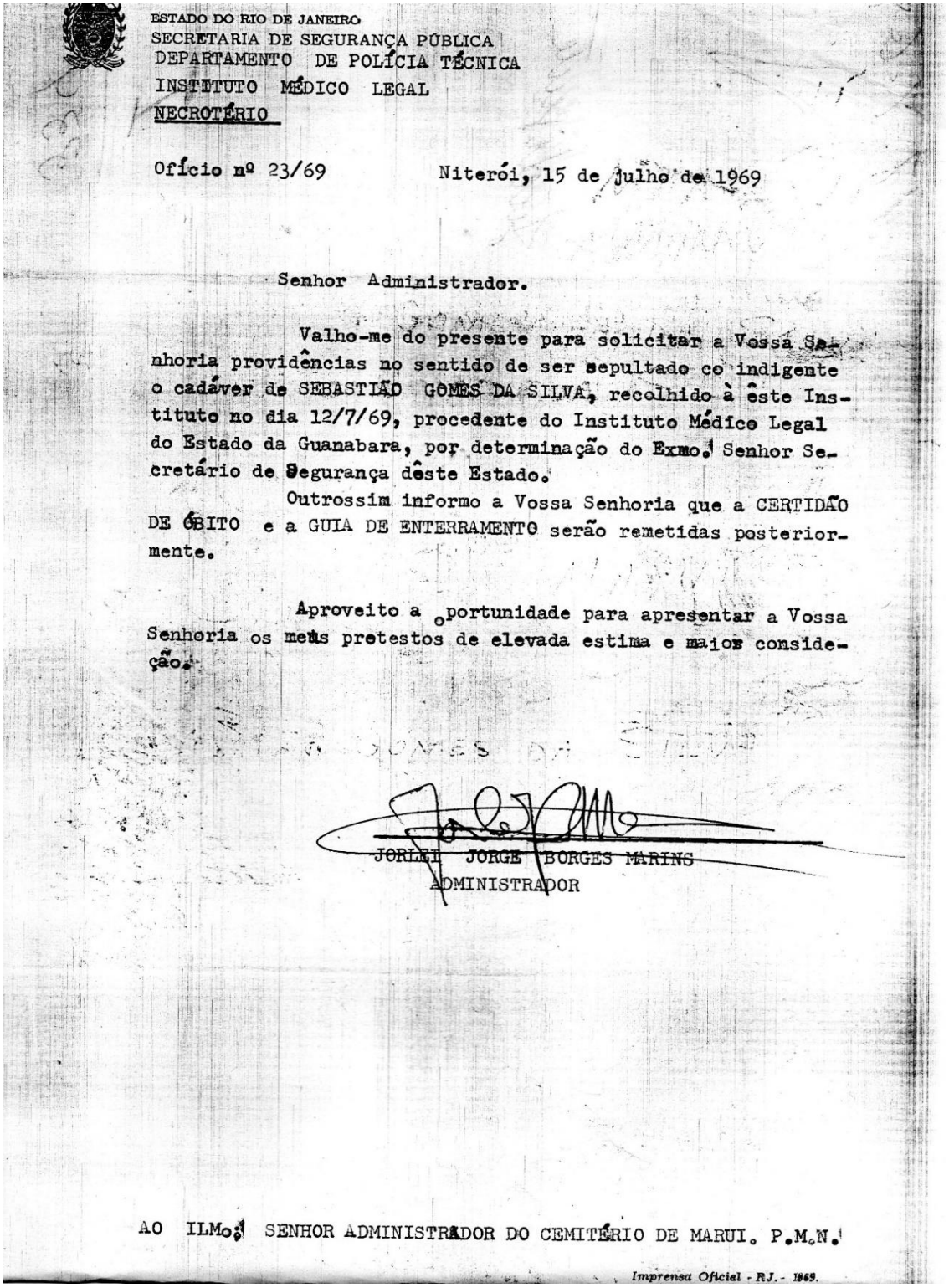
Recentemente, em julho de 2015, Alberto Santos, pesquisador que tem se debruçado de maneira voluntária na investigação desse episódio, encontrou diversas pessoas que vivenciaram esse processo e que poderão futuramente nos relatar suas experiências. Uma das pessoas que Alberto encontrou foi Natanael, genro de Seu Pedro. Ele tinha guardado em sua casa o documento que segue abaixo e que indica que Sebastião foi enterrado como indigente por determinação da chefia da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Depois deste fato, Gerson, Rosalina e Geraldo procuraram formas para esconder Pedro, Joair e suas famílias a fim de evitar que fossem presos. Ficaram um tempo escondidos em um sítio em Nova Friburgo, até que foram levados para uma área da VAR-Palmares em Imperatriz, no Maranhão, onde chegaram apenas no início de 1970. Lá permaneceram até serem presos em agosto do mesmo ano, juntamente com Eliezer Vaz Coelho, também militante da mesma organização, oriundo do movimento operário de São Paulo.

Gerson acabou sendo preso em outubro de 1970 em uma viagem a trabalho – nesse período o religioso já havia deixado a Paróquia de Japuíba, passado por São Sebastião do Alto e começado a trabalhar na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) no Espírito Santo, na companhia do sociólogo Lucio de Brito Castelo Branco, sendo ambos barbaramente torturados.

Há quem diga que Gerson foi preso em função dos depoimentos dados por Pedro e Joair na prisão em Brasília para onde foram levados quando detidos em Imperatriz/MA. É possível que isto tenha contribuído. No entanto, o relatório de uma reunião da Comunidade de Informações do 1º Exército do Rio de Janeiro, realizada em 14/10/1971, informa que a prisão de Gerson no ano anterior havia se dado graças às denúncias feitas por um indivíduo de nome Cezar de Queiroz, sobre o qual não tivemos oportunidade de acessar maiores informações (Encaminhamento 3.175/71/ARJ/SNI, de 15/10/1971. Relatório da Reunião da Comunidade de Informações do 1º Exército do Rio de Janeiro, realizada em 14/10/1971 (Arquivo Nacional, AC_ACE_39659_71_001).

Figura 3. Solicitação de enterro, como indigente, de Sebastião Gomes da Silva



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA
INSTITUTO MÉDICO LEGAL
NECROTÉRIO

Ofício nº 23/69 Niterói, 15 de julho de 1969

Senhor Administrador.

Valho-me do presente para solicitar a Vossa Senhoria providências no sentido de ser sepultado co indigente o cadáver de SEBASTIÃO GOMES DA SILVA, recolhido à êste Instituto no dia 12/7/69, procedente do Instituto Médico Legal do Estado da Guanabara, por determinação do Exmo. Senhor Secretário de Segurança dêste Estado.

Outrossim informo a Vossa Senhoria que a CERTIDÃO DE ÓBITO e a GUIA DE ENTERRAMENTO serão remetidas posteriormente.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os meus pretestos de elevada estima e maior consideção.

JORLEI JORGE BORGES MARINS
ADMINISTRADOR

AO ILMo. SENHOR ADMINISTRADOR DO CEMITÉRIO DE MARUI. P.M.N.

Imprensa Oficial - RJ. - 1969.

As perseguições não se restringiram apenas às lideranças ou aos participantes do grupo. Parentes e/ou vizinhos que pudessem dar informações sobre os procurados também sofreram as consequências. José Gomes da Silva, mais conhecido como

"Zequinha Paraíba", primo[32] de Pedro Gomes dos Santos, foi um exemplo disso. Ficou preso e incomunicável durante uma semana no Rio de Janeiro para que desse outras informações sobre os filhos e a esposa de Pedro. Vizinhos de Seu Pedro também sofreram. Alguns decidiram até deixar o local, como conta esta senhora:

> Quando a gente acordou – a gente morava perto, o sítio do Dedé [marido da entrevistada] e o sítio do Seu Pedro não eram longe um do outro – estava polícia igual formiga, todos armados, Exército, todos armados com metralhadora na porta da gente. Acordamos com aquele negócio todo, procurando pelo Padre Gerson. Aí nós falamos: "Não, aqui não [dá mais para ficar]" (Antiga moradora de Marubaí, aproximadamente 70 anos, Papucaia, entrevista em 11/02/2015).

No trabalho de campo, ouvimos relatos também sobre o desaparecimento de outros dois filhos de Pedro Gomes dos Santos e de Leopoldina Gomes dos Santos, sua esposa. Seus nomes eram Jorge e Josué. Um antigo morador, que disse ter sido amigo deles, relatou o fato da seguinte forma:

> Eu vinha com dois rapazes, um por nome de Jorge, o outro Josué. (...) E a família desses dois meninos era muito manjada pelo Exército. (...) De repente [alguém gritou]: "Para!, para!" A gente não tinha visto nada não, nem tinha visto os carros, tinha os carros deles, aqueles caminhões... rel, não sei se vocês conhecem, os caminhões rel eram os carros do Exército antigo que tinha, lá de fora, deve ser americano, uma coisa assim. "Para!, para!", tomei um susto, paramos. "Qual o seu nome?" Eu falei: "João Pereira Ramos". "Fica aqui. E o seu?" "Josué não sei de quê" – Não lembro o sobrenome deles – "Fica aqui. E o seu?" "Jorge fulano de tal" – que eles eram irmãos, coisa de um ano de diferença. Ele tinha 16 anos, por aí, 15. "Você pode ir embora, oh, João, você pode ir embora. Não olha para trás, não. Pode ir embora". Já estava encostadinho na minha casa já. Era só subir o morro. Corri, cheguei lá, falei com papai. Papai falou: "Eles mandaram você ir embora? Mandou?" "Mandou". "Então fica quieto aqui". Os carros manobraram e foram embora. Até ontem não soubemos notícia dos rapazes. Pode ser que hoje apareça notícia deles né? (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Assim como o desaparecimento de Jorge e de Josué, há outros que ainda precisam ser investigados. De todo modo, as informações coletadas até o momento evidenciam que a repressão à luta armada não foi uma exclusividade do meio urbano e que a guerrilha rural no Brasil não se resumiu ao Araguaia, embora essa tenha sido a que mais conseguiu

[32] Não temos certeza se era primo ou irmão. Uma marca dessa investigação é uma confusão de tipos de parentesco entre os personagens, já que entre todos eles havia algum tipo de relação de parentesco.

avançar e a que mais foi reprimida. Assim como essa iniciativa da VAR-Palmares, é possível que outros grupos da esquerda armada tenham realizado intentos semelhantes, que precisam ser conhecidos.

6. Nova ocupação, nova desapropriação, mesmas causas

> Paradoxalmente, a área em que o Incra afirmara inexistir problemas ou conflitos sociais passa a ser objeto de acirrada disputa judicial, com vários pretensos proprietários reivindicando seus domínios, provocando aflição e insegurança às dezesseis famílias que ocupam o imóvel (Ofício nº AJ/2609/79 da Contag ao Ministério da Agricultura em 29/10/1979, MSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta II).
>
> Eu nunca fui contemplado pelo Incra, eu fui expulso pelo Incra (Lavrador da gleba Vecchi, em roda de conversa com antigos moradores e lavradores de Serra Queimada, Vecchi e Quizanga).
>
> [Os militares] Tiraram todo mundo e foi igual tão tentando fazer agora. Tá todo mundo enganado. Eles vão valoar[33] [a terra] e não vão pagar, porque na época valoaram tim-tim por tim-tim e ninguém recebeu nada. Por sinal, nem o Vecchi [antigo proprietário da Fazenda Vecchi, até final da década de 1960] recebeu. E ninguém tem documento (Criador de boi e peixe, morador de Vecchi desde 1955, em roda de conversa com antigos moradores e lavradores de Serra Queimada, Vecchi e Quizanga).[34]

Em 08/08/1979, o STR de Cachoeiras de Macacu enviou um relatório à Fetag/RJ informando sobre o surgimento de um novo conflito na Fazenda São José da Boa Morte e solicitando providências. Neste documento, o STR enfatizou seu esforço no sentido de evitar, por duas vezes, o despejo das 16 famílias que ocupavam áreas de terra no local e trouxe um elemento a mais na descrição do conflito:

> A preocupação dos trabalhadores deve ser analisada na medida que os fatos evoluem, não só em relação ao despejo em si – preocupação maior –, mas na medida que a área em que estão localizadas está sendo disputada

[33] Se refere ao cálculo do preço da terra e das suas benfeitorias que serão indenizadas com a obra. Ao criar o verbo *valoar* ele expressa o ato de dar valor, estabelecer um preço.

[34] No dia 12/10/2014, em uma atividade organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e pelo GT Agrário da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) de São Gonçalo, Leonilde Medeiros e Ricardo Braga foram convidados para participar de uma roda de conversa com os moradores mais antigos das regiões que estão sendo hoje ameaçados de despejo pelo projeto de construção da barragem do rio Guapiaçu. Em um contexto de mobilização local, os moradores de Vecchi, Serra Queimada e Quizanga trouxeram lembranças das vindas do Exército e do Estado na região, em que muitos moram há décadas, e poucos receberam documento de posse da terra.

> por senhores ‘proprietários de terra’, onde de um lado os Srs. Edson José de Lemos e Dalton dos Santos Teixeira e do outro a Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda., contendem com seus diversos ‘títulos’ e argumentos sobre a propriedade da área ocupada. (...) Há, ainda, que se destacar o fato dos contendores serem partes em outros processos ajuizados na Comarca [de Cachoeiras de Macacu], especialmente, a Agrobrasil Empreendimentos S.A., versando sobre titularidade de terras e sendo, por coincidência, a área em questão encravada entre o Projeto de Colonização do Condomínio Marubaí e o Núcleo de Colonização de Nova Ribeira, áreas de Projeto de Colonização e Reforma Agrária do Incra, se afina com os objetivos de se posicionar esse órgão, como se posicionou em questões anteriores e em áreas diversas em todo país, a fim de que os fatos apurados e medidas cabíveis tomadas, seja possível o assentamento dessas famílias de posseiros, cujo objetivo maior é dar função social à terra, em consonância com o que dispõem a Constituição do Brasil e o Estatuto da Terra (Ofício nº 28/79 do presidente do STR de Cachoeiras de Macacu, João de Jesus Pereira, ao presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, em 08/08/1979, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

De fato, desde 1978 estava em curso uma ação demarcatória contra a Agrobrasil, que vinha, novamente, tentando ocupar o terreno de moradores que lá residiam. Estas 16 famílias foram as únicas que conseguiram residir na fazenda após as expulsões e devoluções de terra para os irmãos Coimbra Bueno. Participaram da ação demarcatória proposta por Edson José de Lemos: Hélio de Souza Pires, Magno da Silveira Couto, Samuel da Silveira Couto, Gelson da Silveira Couto, Melchiades da Silveira Couto, Moisés da Silveira Couto, Paulo da Silveira Couto, Getúlio da Silva Couto, Archimedes da Silva Couto, Ranulfo Geraldo Couto, Jair Peres dos Santos, Antonio Carlos Peres dos Santos, Acir Alves de Oliveira, Jorge Jacinto Guimarães e Jorge Alves de Oliveira (Sumário do Processo de Desapropriação de áreas de terras em Cachoeiras de Macacu – RJ. Cachoeiras de Macacu/Itaboraí. Processo de desapropriação – 1960/1970/1980. Arquivo da Fetag/RJ).[35]

A retomada das expulsões de lavradores a mando da Agrobrasil reativou o conflito em Boa Morte. Em 1979, um grupo de 120 famílias ocupou novamente a fazenda, gerando novos conflitos entre lavradores e a família Coimbra Bueno.[36] Uma das primeiras violências sofridas por esses posseiros ocorreu no dia 03/01/1980, quando 25 policiais

[35] Como informado na Introdução do presente relatório, o acervo da Fetag/RJ foi parcialmente digitalizado pelo Núcleo de Documentação, Referência e Pesquisa em Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/CPDA/UFRRJ) e encontra-se disponível para consulta pública (www. ufrrj.br/cpda/nms).
[36] Essa ocupação, segundo Afrânio Garcia Jr, na época assessor da Fetag/RJ, foi inicialmente pensada na volta dos representantes do Rio de Janeiro do III Congresso da Contag, ocorrido em maio de 1979. No entanto, o STR local não apoiou a ocupação, a não ser após a mobilização local e estadual que ela gerou, encabeçada pela CPT, Fetag e Contag.

prenderam 11 pessoas, que foram levadas até o asfalto e ameaçadas de morte caso voltassem às terras de onde haviam sido retiradas (PM prende padre e posseiros no RJ. *Jornal do Brasil*, 31/01/1980, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II). Posteriormente, no dia 30 daquele mesmo mês, a polícia foi acionada e prendeu 88 lavradores (Figura 3), além do padre Joaquim Maria Van Leewen, pároco de Japuíba, localidade próxima à área ocupada. O religioso era membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), principal articuladora da ocupação. Na ocasião, segundo a lembrança de um lavrador de 80 anos, morador de Nova Ribeira, Joaquim foi à fazenda para dar apoio aos lavradores e para ser preso com eles. Foi uma das principais lideranças da região, auxiliando na organização dos lavradores a partir do trabalho político promovido pela CPT, sendo ainda lembrado pela população local. De acordo com a polícia, o motivo para a sua prisão foi o fato de ele não portar comprovante de que era realmente padre. Das 10 horas da manhã até a meia-noite ficaram todos incomunicáveis. Familiares, parentes, amigos e demais trabalhadores de Cachoeiras de Macacu, num total de mais de 500 pessoas, foram para frente da delegacia de polícia exigindo a libertação de seus companheiros. Como lembram estes antigos moradores de Nova Ribeira e SJBM:

> Nós chegamos lá [na delegacia], fechamos aquela porcaria toda. Aí ligaram, veio polícia de tudo quanto era lado. Polícia entrava de qualquer jeito, nós nos enfiávamos no meio. Não deu quebra-quebra não, mas eles ficaram doidos com a gente. Foi muita gente pra soltar, já tinha 95 presos [o número correto foi 89], se cada um da família fosse... foi até uma festa, pra mim foi uma festa (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).

> [E aí] Vinham os corajosos. Mas corajosos entre aspas, né? Vinha com medo, mas vinha. Ele queria um pedacinho de terra para ele. Porque a desapropriação era muito difícil, na época dos militares. Na época que os militares comandaram o nosso Brasil, era muito difícil surgir uma desapropriação. Eles estavam no poder. Eles não iam abrir (…). A gente sabia que, um dia, os fazendeiros iam arrumar um jeito para pegar a gente. E aí, veio o surgimento da nossa prisão (Aposentado e ex-tesoureiro do STR de Cachoeiras de Macacu, entrevista concedida em 09/11/2014, São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Dentre os presos, segundo reportagem do jornal *O Fluminense* de 01/02/1980, um grupo de nove trabalhadores, considerados os líderes da ocupação, foi escolhido pelo juiz Wellington Paiva para responder por invasão de terras e desmatamento. Eram eles: Johaanes Joachim Maria Van Leewen (padre Joaquim), Izaias Angela Biasati, Braulio

Francisco Cordeiro, Ayrton Ferreira de Lima, Luiz Correia de Paula, Reinaldo Baiense, Jailton Rodrigues Viana, Iberaldo Jorge Antônio e João Corrêa de Paula, sendo este último uma importante liderança em Cachoeiras de Macacu e Itaboraí que participou da ocupação de 1963 e foi preso com a deflagração do golpe. Além de terem sido presos, os lavradores tiveram também suas ferramentas retidas, não tendo sido devolvidas, mesmo após a soltura (Posseiros nada resolvem no Incra. *O Fluminense*, 01/02/1980, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II; Posseiros e padre vão ao Rio protestar contra prisão. *Folha de São Paulo*, 01/02/1980 MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

No Informativo nº 06/80 de 02/01/1980 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 255-253), o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) do Rio de Janeiro relatou que em Quizanga costumavam acontecer reuniões semanais com a presença dos lavradores, dos padres Joaquim e Agostinho Von der Brock – padre holandês que também atuava em Cachoeiras de Macacu – e do presidente do STR, João de Jesus. Em uma dessas reuniões, ainda segundo o informativo, compareceram como convidados Ubirajara Muniz (que ainda concorreu às eleições para a Prefeitura do município em 1981, quando foi derrotado, e novamente em 1989, sendo eleito pelo PDT), José Custódio de Souza e Alcídio Salvador, personagens importantes na ocupação de 1963. Apesar das informações serem incipientes, é possível ver que esta articulação com antigas lideranças do movimento camponês local serviu para intensificar o movimento dos anos 1980, reconstruindo a memória da luta pela terra ao relembrar o passado para mobilizar o presente. Da mesma forma, se a data do Informativo é 02/01/1980, a primeira prisão aconteceu no dia 03/01/1980, de modo a desestimular e desarticular a organização que os lavradores vinham preparando.

Em reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, é relatado que a prisão dos lavradores ocorreu sem mandado judicial e, segundo os lavradores, o juiz Wellington Jones Paiva estava ameaçando intervir no STR, caso os posseiros não abandonassem imediatamente a área (Polícia prende padre e oitenta posseiros. *Folha de São Paulo*, 31/01/1980). Na ocasião da detenção, houve a

> tentativa de impedir que os advogados do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais se avistassem com os trabalhadores detidos e jagunços ligados aos grileiros sentindo-se respaldados pela coação diante da Delegacia Policial, ameaçaram espancar dirigentes sindicais e advogados (Nota de apoio e solidariedade aos lavradores de Cachoeiras de Macacu assinada pela Fetag/RJ e seus sindicatos filiados e pelos sindicatos da Unidade Sindical, s/d. MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

Figura 4. Prisão dos lavradores em Cachoeiras de Macacu



Fonte: Arquivo da CPT Nacional, RJ-0293-0034-00099-FAZENDA SAO JOSE DA BOA MORTE (NS)).

Em um documento do DGIE do Rio de Janeiro é apresentada uma relação dos indiciados em inquérito pela ocupação da São José da Boa Morte, presos no dia 30/01/1980 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244). Apesar de não apresentar todos os 89 presos, a lista apresenta um total de 80 nomes. Segue a lista incompleta dos nomes com estado e data de nascimento, profissão e local de trabalho ou moradia:

- Joel Gonçalves da Rocha (RJ, 23/09/1941, lavrador de Quizanga/CM, filho de Joaquim Gonçalves Rocha, abaixo),
- Joaquim Gonçalves da Rocha (RJ, 17/12/1913, lavrador de Quizanga/CM),
- Valci Pires Pinheiro (RJ, 14/05/1950, lavrador de Quizanga/CM),
- José Honório de Almeida Jr. (ES, 09/04/1958, lavrador de Quizanga/CM),
- Áureo Pereira (ES, 07/07/1951, lavrador de Marubaí/CM),
- Amaro Caruso Borges (ES, nascido em 1954, lavrador de Marubaí/CM),
- Eldo Gomes Ferreira (RJ, 19/02/1946, lavrador de Marubaí/CM),
- Alcir Ferreira Brizão (ES, 08/09/1949, lavrador de Marubaí/CM),
- Orlando Ferreira Stellet (RJ, 06/05/1940, lavrador de Quizanga/CM),
- Jorge dos Santos (RJ, 19/06/1951, lavrador de Quizanga/CM),

- Wilson Gonçalves da Silva (RJ, 11/06/1948, lavrador de Marubaí/CM),
- Antonio Ferreira de Almeida (ES, 30/05/1946, lavrador de Quizanga/CM),
- Paulo Ferreira de Almeida (ES, 23/04/1944, lavrador de Quizanga/ CM),
- Almerindo Baiense (RJ, 10/05/1954, lavrador e pedreiro, sem local),
- Manoel Escamilha (RJ, 20/04/1949, lavrador de Marubaí/CM),
- Geciel da Silva Pinto (RJ, 20/11/1940, lavrador de Marubaí/CM),
- Novaes/Neves da Silva Sedano (ES, 1957, lavrador de Marubaí/CM),
- Benedito dos Santos (RJ, 13/05/1958, lavrador de Nova Ribeira/CM),
- Joel Rodrigues Viana (ES, 17/10/1959, lavrador de Quizanga/CM),
- Francisco Caldeira (ES, 14/06/1961, lavrador de Marubaí/CM),
- Edson Silveira Couto (RJ, 16/07/1919, lavrador de Marubaí/CM),
- Sebastião Ferreira (RJ, 18/01/1936, lavrador de Nova Ribeira/CM),
- Laurides Pereira (ES, 13/11/1938, lavrador de Marubaí/CM),
- Sebastião Alves de Lima (RJ, 28/03/1950, lavrador de Marubaí/CM),
- Lauri Pereira (MG, 25/11/1948, lavrador de Marubaí/CM),
- Genilson Cruz Colina (RJ, 15/08/1955, lavrador de Marubaí/CM),
- Sebastião Borges Pedrosa (RJ, 19/01/1954, lavrador de Marubaí/CM),
- Gerson Rodrigues (ES, 03/02/1940, lavrador de Quizanga/CM),
- Antonio Carlos Peres dos Santos (RJ, 30/11/1954, lavrador de Marubaí/CM),
- Manoel Gonçalves dos Santos (RJ, 1930, lavrador de Nova Ribeira/CM),
- Sergio da Conceição (RJ, 04/10/1933, lavrador de Sossego/CM),
- Arlindo da Silva Gomes (RS, 07/09/1918, lavrador de Rio do Mato/CM),
- Pedro da Silva Rosa (ES, 1962, lavrador de Rio do Mato/CM),
- Ademir dos Santos Borges (RJ, 19/07/1954, lavrador de Quizanga/CM),
- Alexandre Rangel (RJ, 05/06/1926, lavrador de Rio do Mato/CM),
- José Neto Rodrigues (ES, 05/07/1930, lavrador de Rio do Mato/CM),
- Ademir do Nascimento (RJ, 20/08/1933, lavrador de Nova Ribeira/CM),
- Luiz da Cruz Correia (RJ, 03/12/1952, lavrador de Marubaí/CM),
- Manoel Nunes Pereira (RJ, 09/04/1949, lavrador de Papucaia/CM),
- Manoel Peres dos Santos (RJ, 22/08/1959, lavrador de Marubaí/CM),
- Zenito de Lima Pianes (ES, 07/05/1948, lavrador de Nova Ribeira/CM),
- João de Abreu Freitas (RJ, 21/06/1948, lavrador de Marubaí/CM),
- Anastácio dos Santos (RJ, 03/10/1940, lavrador de Quizanga/CM),
- Pedro Lopes Carvalho (RJ, 18/10/1938, lavrador de Marubaí/CM),
- Claudecir Santos da Silva (ES, 10/01/1961, lavrador de Quizanga/CM),
- Glicério da Cruz (MG, 03/05/1954, lavrador de Rio do Mato/CM),
- José Amorim dos Santos (RJ, 25/12/1951, lavrador de Marubaí/CM),
- José Gomes Filho (MG, 21/08/1948, lavrador de Marubaí/CM),
- Geraldo de Jesus (MG, 03/03/1957, lavrador de Rio do Mato/CM),
- Joaci Moreira da Silva (RJ, 26/10/1953, lavrador de Nova Ribeira/CM),
- Joaquim Augusto da Costa (RJ, 05/07/1927, lavrador de Macena/CM),
- Manoel Joaquim Beliene (RJ, 24/09/1952, lavrador de Jardim Ribeira, Papucaia/CM),
- Sebastião Fernandes da Silva (RJ, 02/11/1928, lavrador de Nova Ribeira/CM),
- Aderaldo da Silva Rosa (ES, 22/12/1961, lavrador de Marubaí/CM),
- Jonas Rodrigues dos Santos (sem informação),
- Aristides Luiz Barcelos (RJ, 1957, lavrador da Gleba Ribeira/CM),

- Elieser Fagundes Rangel (RJ, 08/07/1958, lavrador de Marubaí/CM),
- João Barbosa de Castro Filho (RJ, 16/03/1960, lavrador de Quizanga/CM),
- José Amélio dos Santos (MG, 30/07/1956, lavrador de Marubaí/CM),
- Sebastião Gregório da Silva (MG, 19/01/1941, lavrador de Marubaí/CM),
- José Caldeira dos Santos (MG, 19/04/1930, labrador de Marubaí/CM),
- Waldecir de Souza (RJ, 21/03/1959, serrador de Papucaia/CM),
- José Maria Peres dos Santos (RJ, 10/05/1958, lavrador de Marubaí/CM),
- João Batista Amaral da Silva (ES, 24/06/1961, lavrador de Rio do Mato/CM),
- Eumar Gomes Ferreira (RJ, 04/06/1949, lavrador de Marubaí/CM),
- José Maria Pereira Lima (PB, 27/11/1946, lavrador de Marubaí/CM),
- Nilton Cardoso Ferreira (ES, 1927, lavrador de Marubaí/CM),
- Elias Teixeira da Silva (RJ, 24/09/1959, lavrador de Marubaí/CM),
- Pedro Guimarães Filho (MG, 13/05/1942, lavrador de Boa Vista/CM),
- Jacy Rodrigues Viana (RJ, 10/03/1945, lavrador de Quizanga/CM),
- Silas Teixeira da Silva (RJ, 21/04/1962, lavrador de Marubaí/CM),
- Johaanes Joachim Maria Van Leewen (Holanda, padre Joaquim de Japuíba/CM),
- Izaias Angela Biasati (lavrador de Nova Ribeira/CM),
- Braulio Francisco Cordeiro (lavrador de Marubaí/CM),
- Ayrton Ferreira de Lima (lavrador de Nova Ribeira/CM),
- Luiz Correia de Paula (lavrador de Marubaí/CM),
- Reinaldo Baiense (lavrador de Rio do Mato/CM),
- Jailton Rodrigues Viana (lavrador de Quizanga/CM),
- Iberaldo Jorge Antônio (lavrador de Papucaia/CM),
- João Corrêa de Paula (lavrador de Marubaí/CM).[37]

No início de abril de 1980, dois meses após a prisão dos trabalhadores, "um grupo de pistoleiros a serviço dos grileiros dispararam tiros na posse de uma das 16 famílias que permaneciam na área, diante da esposa grávida de um dos lavradores" (Relatório de atividades da Fetag/RJ no ano de 1980, p. 3. MSPP/Sr SC.frj.r – Pasta I). Tal situação provocou a mobilização de diversos setores e movimentos sociais. Os camponeses passaram a ter, então, o apoio do STR local e de outros (como Itaboraí e Magé), da Fetag/RJ, da Contag, da CPT local, além do apoio de setores urbanos, vereadores e deputados simpatizantes da causa. Depois da realização de diversos atos públicos, celebrações religiosas e manifestações na sede do Incra, a fazenda finalmente foi desapropriada pelo presidente João Batista Figueiredo por meio do Decreto nº 85.661, de 22/01/1981 (Levantamento de conflitos de terra elaborado pela Fetag/RJ em junho de 198. MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II).

Em um documento produzido pelo SNI, o órgão de inteligência fala sobre a ausência, até o final do ano de 1981, de uma política fundiária consolidada e codificada

[37] Relação de nomes com a lista composta em Emater-Rio. *Procera Projeto São José da Boa Morte*. 1997 (Pasta I – MSPP/epp INCRA.pr.rj)

no estado do Rio de Janeiro, o que sobrecarregava o Incra e permitia o desenvolvimento e agravamento das tensões no campo ao impedir a titulação dos assentados e o financiamento rural. Apesar de não se poder afirmar que essa era uma linha de raciocínio oficial do órgão, a existência deste documento é indicativa de que a diminuição dos conflitos rurais poderia ser alcançada através de uma política fundiária que levasse em consideração a desapropriação. Segue um trecho deste documento em que se faz referência à Fazenda São José da Boa Morte:

> O estado do Rio de Janeiro não possui Projetos de Colonização, senão os que haviam sido instalados por órgãos antecessores do Incra.
> Visando, porém, a enfrentar enfaticamente problemas fundiários existentes no estado, foi recentemente desapropriada uma área de terras localizada em Cachoeiras de Macacu, denominada Fazenda 'SÃO JOSÉ DA BOA MORTE' que comportará cerca de 700 lotes.
> (...) A desapropriação em si veio solucionar problemas possessórios muito presentes em Cachoeiras de Macacu, e o assentamento das famílias anulará, paulatinamente, tensões, esvaziando movimentos político-religiosos locais que se vêm preocupando em lançar os colonos contra as autoridades constituídas (Fatores que afetam a definição fundiária e dificultam a colonização e a reforma agrária (2.6). SNI, Informação nº 029/117/ARJ/82 (Acervo Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional ARJ_ACE_6753_82, p. 4-5).

A Fazenda São José da Boa Morte foi novamente desapropriada com o projeto de serem feitos 500 lotes (um para cada trabalhador/família), porém apenas 103 haviam sido assentados até 1983 (Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II). A reivindicação do assentamento imediato no restante dos lotes era a principal queixa dos lavradores. Ainda em uma última manobra contábil, os irmãos Coimbra Bueno, segundo o discurso do presidente da Contag, José Francisco da Silva, entraram com um pedido de alteração cadastral no Incra, oito meses após o decreto desapropriatório, excluindo duas áreas que juntas compunham 40% da fazenda desapropriada, sob a alegação de serem empresas rurais, e não latifúndios (SNI, 1981).[38]

[38] Anexo intitulado "Depoimento prestado por José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, perante a CPI que apura as causas e consequências da fome, desnutrição e falta de saúde na população de baixa renda do Brasil", presente no relatório do SNI, Informe nº 2539/30/AC/81 (Acervo Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_20708_81). A mudança do *status* do terreno para empresa rural não foi inocente. A declaração da área como empresa rural era valorizada pelo Estatuto da Terra e impedia a desapropriação por interesse social deste terreno. Desta forma, a mudança não só mantinha parte das terras dos Coimbra Bueno como diminuía as terras reivindicadas pelos camponeses.

O assentamento dos lavradores também não se deu sem complicações. Em reportagem do *Jornal do Brasil*, a continuidade do conflito entre o Incra e os lavradores se manteve: "os critérios do Incra para selecionar os agricultores que ocuparão os 600[39] lotes da Fazenda São José da Boa Morte (...) e sua disposição de desalojar 23 famílias que cultivam parte desta área há anos ameaçam reativar o clima de tensão e litígio na cidade". Segundo João de Jesus Pereira, entrevistado nesta reportagem, há uma preocupação com o modo como o Incra seleciona aqueles que ocupariam as terras, afirmando que este não quis informar ao sindicato o total de lotes para o assentamento e que vinha realizando entrevistas sem auxílio do sindicato. Afirma que alguns critérios de escolha, como financiamento em banco ou experiência no comércio do produto que cultivava, eram más escolhas, pois como o lavrador não tem a posse da terra fica dificultado o seu acesso a empréstimos, inscrição na Fazenda ou talão para documentar transações comerciais.

Ainda segundo João de Jesus, o sindicato e os trabalhadores das fazendas de Cachoeiras organizaram comissões de terra em cada um dos locais de desapropriação para a maior vigilância dos assentamentos, de modo que "depois que o Incra escolher quem vai ficar, nós vamos sentar com eles e examinar nome por nome e querer uma explicação". De acordo com Magno da Silveira Couto, um dos chefes das 23 famílias que receberam a ação de desapropriação do Incra, o sentimento é de insegurança, pois "o Incra já veio aqui uma vez e judiou muito da gente, chegou mesmo a matar um, isso em 64"; afirma ainda que não queria sair da terra onde já abriu estrada, vala e já tem plantação e comércio com as centrais de abastecimento do Rio e de Niterói (INCRA desagrada lavradores e tensão pode voltar a Papucaia. *Jornal do Brasil*, 04/10/1981. Arquivo da CPT Nacional RJ-0293-0034-00003-FAZENDA SAO JOSE DA BOA MORTE (NS)).

Conforme uma lista de lavradores "aptos a receber o Procera" (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) de 1997, pode-se ver que dos 88 lavradores presos, 21 foram assentados ou eram parentes de assentados. Mesmo que essa lista date de 17 anos depois da prisão, o número é significativo, indicando que aqueles que se envolveram de forma mais direta com o conflito foram assentados, se não em sua totalidade, ao menos parcialmente. É provável que este número tenha sido maior no início da desapropriação, pois 16 anos é tempo o bastante para ocorrerem mortes, desistências e vendas de lote. São eles: José Honório de Almeida Jr., Áureo Pereira, Eldo Gomes

[39] Este número varia entre 500 e 600 conforme as fontes. Decidimos manter os diferentes números a fim de mostrar as incertezas e a falta de informação precisa sobre esses dados também na época em que aconteciam.

Ferreira, Orlando Ferreira Stellet, Antonio Ferreira de Almeida, Paulo Ferreira de Almeida, Manoel Escamilha, Joel Rodrigues Viana, Edson Silveira Couto, Sebastião Borges Pedrosa, Antonio Carlos Peres dos Santos, Ademir dos Santos Borges, Manoel Peres dos Santos, Pedro Lopes Carvalho, Glicério da Cruz, Manoel Joaquim Beliene, José Amélio dos Santos, Sebastião Gregório da Silva, Eumar Gomes Ferreira, Jacy Rodrigues Viana, Braulio Francisco Cordeiro (Relação de nomes com a lista composta em Emater-Rio. *Procera Projeto São José da Boa Morte*. 1997. MSPP/epp INCRA.pr.rj, Pasta I).

Em uma reportagem (Projeto Rural Fracassado. *Jornal do País*, 25 a 31/10/1984),[40] três anos após a desapropriação, foram apresentadas falhas e críticas ao projeto de colonização promovido pelo Incra. Até aquele momento, apenas 17 títulos de ocupação provisória haviam sido entregues, para um terreno de 500 lotes. De acordo com o Incra, o atraso se devia à quantidade de obras de irrigação e drenagem para tornar as terras produtivas. Segundo os lavradores, a empresa Construtora Andrade Gutierrez S.A., contratada pelo Incra para nivelar o terreno, raspou uma camada de até um metro de terra fértil, utilizada na construção de diques, tendo depois espalhado e compactado terra e cascalho de um morro próximo. Como resultado, canais de irrigação de concreto foram abandonados e terrenos da antiga várzea ficaram sujeitos a secas e inundações e com o solo danificado, dificultando o plantio e a fixação dos lavradores na terra. Além disso, os custos das verbas passadas pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) para a Cooperativa Agrícola de Papucaia, através do Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis (Provárzeas), foram partilhados com os lavradores, fazendo-os adquirir dívidas enquanto esperam pela construção de casas, cada vez mais adiadas. Impacientes, muitos começaram a invadir o terreno.

Em um relatório da CPT-RJ sobre o assentamento de lavradores em SJBM, dois assessores da entidade relatam visitas ao Incra, à Cooperativa Agrícola de Papucaia e à Fazenda em 1982[41]. Os assessores da CPT categorizaram a situação dos lavradores assentados como miséria total, com suas formas tradicionais de subsistência interrompidas, precisando trabalhar fora como diaristas, prejudicando a lavoura e

[40] Arquivo da CPT Nacional: RJ-0293-0034-00048-FAZENDA SAO JOSE DA BOA MORTE (NS) e RJ-0293-0034-00050-FAZENDA SAO JOSE DA BOA MORTE (NS).

[41] Projeto Rural Fracassado. *Jornal do País*, 25 a 31/10/1984 (Arquivo da CPT Nacional: RJ-0293-0034-00048-FAZENDA SAO JOSE DA BOA MORTE (NS) e RJ-0293-0034-00050-FAZENDA SAO JOSE DA BOA MORTE (NS)).
34-00052-FAZENDA SAO JOSE DA BOA MORTE (NS), RJ-0293-0034-00053-FAZENDA SAO JOSE DA BOA MORTE (NS), RJ-0293-0034-00054-FAZENDA SAO JOSE DA BOA MORTE (NS), RJ-0293-0034-00055-FAZENDA SAO JOSE DA BOA MORTE (NS), RJ-0293-0034-00056-FAZENDA SAO JOSE DA BOA MORTE (NS)).

endividando-se ao comprar fiado na bodega. Segundo eles, o Incra vinha também proibindo a venda da lenha do desmatamento, o que poderia ser uma alternativa de obtenção de renda durante o período de carência. A permissão de venda só ocorria se a lenha fosse vendida através da Cooperativa, por um preço 30% abaixo do pago pelos atravessadores. Os lavradores que tiveram suas casas e roças destruídas no interior da fazenda ainda não haviam sido indenizados pelo Incra. Para os lavradores, a proibição da livre venda da lenha, as determinações do que se deve plantar e o modo impositivo de entrada na Cooperativa representavam um desrespeito à sua autonomia e independência. Diante disso, os lavradores vinham se recusando a vender a lenha para a Cooperativa, não aceitavam se filiar a ela e nem mudar a sua tradicional forma de plantar.

Apesar da desapropriação ter sido considerada uma vitória para os lavradores, o *modus operandi* dos organismos de Estado se manteve. O Incra continuou a agir de forma impositiva, sem se comprometer a dialogar com os lavradores e suas entidades de representação. A mobilização dos lavradores, contudo, levou os colonos do assentamento originário da desapropriação da fazenda a se organizar, fundando a Associação dos Produtores de São José da Boa Morte, em 1985, a fim de buscar melhorias nas condições de produção para aumentar a colheita de alimentos, que já eram, em 1987, cultivados por mais de 300 famílias. De forma resumida, a organização de "São José da Boa Morte, na opinião da agrônoma do Incra e coordenadora do projeto [da Associação dos Produtores de São José da Boa Morte], Silvia Quito, já virou um tabu. – Só de ouvir falar neste nome, as autoridades se assustam – disse" (Incra tem problemas em Cachoeiras de Macacu. *O Globo*, 10/08/1987 (MSPP/ci CF.se.rj - Pasta I).

7. Considerações finais

Os conflitos discutidos neste capítulo estão longe de serem os únicos que ocorreram em Cachoeiras de Macacu. No decorrer da pesquisa, foram identificados 13 conflitos nesse município. Escolhemos dar maior atenção ao da Fazenda SJBM em função da maior repercussão e impacto que esse conflito teve na história do município e na própria história da luta pela terra no Rio de Janeiro. Outros conflitos também tiveram impacto, como o de Lagoinhas, em que 18 lavradores foram presos injustamente, acusados de terem participado do assassinato de um militar grileiro, e o de Passagem, em Areia Branca, no qual dez famílias foram despejadas e, em pleno ano de 1983, em que a

abertura política já estava praticamente dada, 12 lavradores ainda foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Esses conflitos, assim como todos os outros que identificamos durante a pesquisa, são sinteticamente apresentados no Anexo I deste relatório.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: família, fortuna e escravismo no Vale do Macacu séculos XVIII e XIX*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Salgado de Oliveira – Universo, 2009.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.

MACIEL, Dulce P. Goiânia (1933-1963): a cidade planejada! In: *IV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*. Salvador, 1996.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996.

MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilheim no campo do planejamento urbano*. Dissertação (mestrado) São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

RIBEIRO, Carlos A. C. *Henrique Lage e a Companhia Nacional de Navegação Costeira*: a história da empresa e sua inserção social (1891-1942). Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

ROSA JR, Ailton Fernandes da. *A pedra e a vala: a luta pela terra em Cachoeiras de Macacu (1960 – 1964)*. (Monografia de bacharelado) Niteroi: Curso de História, Universidade Federal Fluminense, 2009.

ROSA JR, Ailton Fernandes da. *Em águas turvas: homens livres pobres no Vale do Macacu oitocentista*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

SALES, Jean R. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras* (1959-1974). Tese (doutorado). Campinas: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. *Luta pela terra em São José da Boa Morte: participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960 - 1964).* Dissertação (Mestrado). Assis: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 1994.

Entrevistas

- Cézar de Almeida. Entrevista a Fabricio Teló e Ricardo Braga, Japuíba/Cachoeiras de Macacu, 12/02/2015.
- Gerson da Conceição. Entrevista a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros, Rio de Janeiro, 06/05/2015.
- João de Jesus Pereira. Entrevista a Joaquim Soriano, 18/06/1982 (MSPP – LST.mp3.JJP2).
- João de Jesus Pereira. Entrevista a Leonilde Medeiros, 28/01/1983 (MSPP – LST.mp3.JJP1).
- Joaquim Van Leewen. Entrevista a Fabricio Teló, Leonilde Medeiros e Ricardo Braga. Juiz de Fora/MG, 09/07/2015.
- Júlio Lizarraga Ramirez. Entrevista a Fabricio Teló. Brasília, 29/04/2015.
- Raimundo Leoni dos Santos. Entrevista a Joaquim Soriano, 27/04/1982 (MSPP – LST.mp3.RLS1).
- Rosalina Santa Cruz. Entrevista a Ângela Maria de Castro Gomes, CPDOC/FGV, São Paulo, 12/07/2002.
- Rosalina Santa Cruz e Geraldo Leite. Entrevista a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros, São Paulo, 13/01/2015.
- Moradores de Papucaia. Entrevistas concedidas a Fabricio Teló e Ricardo Braga em novembro de 2014 e em fevereiro de 2015.
- Antigo soldado da Guarda Rural do Ibra. Entrevista concedida por *e-mail* a Fabricio Teló em 15/07/2015.

Capítulo 3

Tempo da ditadura: conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé

Marco Antonio Teixeira*

1. Introdução

Em Magé, ocorreram intensos conflitos por terras pelo menos desde os anos 1950. Dois deles serão analisados neste capítulo. O primeiro foi antagonizado por homens e mulheres que ocuparam as terras que eles consideravam sem dono e uma fábrica de tecidos que reclamava a propriedade da terra, a Companhia América Fabril. O segundo teve como personagens, de um lado, os ocupantes da terra e, do outro, pessoas que reclamavam a propriedade do local. Essas áreas correspondem aos atuais assentamentos América Fabril e Conceição de Suruí, desapropriados em 1973 e 1974, respectivamente. A desapropriação aconteceu depois de anos de ações coletivas dos trabalhadores rurais que viviam na localidade e reivindicavam o direito de permanecer na terra em que moravam e trabalhavam. A conquista da desapropriação dessas terras pelos camponeses foi um fato particular na conjuntura pós-1964 e até final dos anos 1970, quando começou o processo de redemocratização no país.[1] Por isso, a luta dos trabalhadores da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí se transformou em um exemplo de resistência em todo o Estado do Rio de Janeiro.[2]

---

* Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj), com bolsa da Faperj. Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ, Cientista Social pela UERJ e Historiador pela Unirio. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (Netsal/Iesp/Uerj) e membro da equipe do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/CPDA/UFRRJ).

[1] Estas foram as únicas desapropriações realizadas no Estado do Rio de Janeiro entre o golpe de 1964 e o fim dos anos 1970. Depois disso, até onde se pôde obter informações na bibliografia, somente em 1981 foi feita uma nova desapropriação em terras fluminenses: o assentamento da Fazenda São José da Boa Morte, no Município de Cachoeiras de Macacu, em 22/01/1981, conforme mencionado no capítulo dois do presente relatório. Em relação ao contexto nacional, um rápido levantamento sobre outros casos de desapropriação de terras no período entre o golpe de 1964 e fins dos anos 1970 revelou que houve também um caso de desapropriação no Estado de Ceará. Trata-se da Fazenda Japuara, localizada nos sertões de Canindé. Para mais informações sobre o caso, ver Barreira (1992). O final dos anos 1970 é um marco importante para a política nacional, com destaque para 1979, ano em que ocorreu a revogação dos Atos Institucionais e a aprovação da anistia, ensejando o retorno do exílio das principais lideranças da esquerda brasileira.

[2] Os entrevistados chamavam a área do assentamento América Fabril de gleba América Fabril. Antonio Ernesto, liderança local, explicou que era "gleba" América Fabril porque os trabalhadores rurais não ocuparam toda a "fazenda" América Fabril. Por isso, a área em disputa correspondia apenas àquela "gleba". "Gleba", dessa forma, significa porção de terra. Quando começou a atuar no caso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) adotou o termo "gleba" para se referir a esta localidade. No decreto de desapropriação, a área foi denominada "gleba América Fabril". Este será o termo usado neste trabalho. Mas os entrevistados também chamavam a gleba América Fabril de "terras da parte do Incra", "terras da América Fabril", "do outro lado da estrada" e, algumas vezes, "Cachoeira Grande".

A questão central deste capítulo será analisar como a repressão e a violência política atingiram os trabalhadores rurais, lideranças e outros agentes durante as disputas por essas áreas entre os anos 1960 e 1970. O ponto de partida para isso será a minha dissertação de mestrado porque nela há dados que ajudam a entender a questão proposta.[3] Neste trabalho, procurei avançar no entendimento da repressão dos trabalhadores a partir da análise de documentos não tratados na dissertação e à luz de novas reflexões da literatura acadêmica sobre o período do regime civil-militar.

Na dissertação, o trabalho empírico centrou-se na realização de entrevistas (19 ao todo) com atores que participaram dos eventos estudados, em conversas informais com pessoas que ainda vivem nos assentamentos e que testemunharam os acontecimentos em foco e na análise de documentos. A pesquisa documental foi feita no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/CPDA/UFRRJ), onde foram consultadas 16 entrevistas realizadas por outros pesquisadores em diferentes contextos de pesquisas com trabalhadores rurais das áreas estudadas e documentos produzidos por agentes sindicais e por instâncias do Estado brasileiro; no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), onde se consultou o processo administrativo de desapropriação da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí; e documentos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Magé.

Para avançar no conhecimento sobre a repressão que atingiu os trabalhadores rurais de Magé, optou-se por investir na análise de fontes ainda não tratadas: um dos processos organizados pelo projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) movido contra um grupo de trabalhadores rurais de Magé,[4] entrevistas disponíveis no NMSPP/CPDA/UFRRJ e na literatura sobre o tema.

[3] O desejo de entender como os trabalhadores rurais de Magé atuaram coletivamente para conseguir as desapropriações dessas terras em um contexto não democrático me levou a pesquisar essa situação durante o mestrado. Para conhecer os resultados deste trabalho, ver Teixeira (2011). Apesar de o problema central da investigação ter sido entender a ação coletiva dos trabalhadores em um contexto de repressão política, a questão da repressão e violência contra os trabalhadores rurais envolvidos nas disputas por terra foi um tema que emergiu e teve importância na pesquisa. Mas o tema da repressão política contra os trabalhadores rurais de Magé foi secundarizado na dissertação. A problemática central foi pesquisar as formas como a repressão e a violência política atingiram os trabalhadores rurais e os agentes que atuavam ao seu lado.

[4] A consulta ao processo do projeto BNM contou com o apoio do bolsista de Iniciação Científica Vinicius Silva, a quem agradeço imensamente.

2. Mobilização política dos trabalhadores em Magé

De início foi feito um mapeamento dos conflitos no campo no Estado do Rio de Janeiro a partir dos documentos produzidos pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais disponíveis para consulta no NMSPP/CPDA/UFRRJ. Ainda que não fosse possível identificar o universo dos conflitos no campo no estado a partir deste trabalho, dados os limites da fonte pesquisada (documentos sindicais que, portanto, tratam em sua maioria dos conflitos que tiveram a participação do movimento sindical e sob a ótica desse tipo de organização), este mapeamento nos deu um panorama de alguns dos principais locais e casos de conflito no campo no estado. De 219 conflitos identificados, 43 ocorreram em Magé. Deste total, optamos por trabalhar dois: os da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí. Além da particularidade de terem tido como resultado a desapropriação das terras a favor dos trabalhadores nos anos 1970, como já foi dito, são áreas próximas entre si, que passaram por situações semelhantes no processo de luta pela terra e repressão política e tiveram os mesmos atores envolvidos em ambos os casos. Na gleba América Fabril, o antagonista dos trabalhadores era uma grande fábrica de tecidos. Este último elemento mostrará como se deu a disputa por terra dos trabalhadores contra um agente econômico com grande força econômica e política.

Há uma memória que se cristalizou sobre os conflitos da gleba América Fabril como um caso emblemático de resistência dos trabalhadores rurais após 1964. Por isso, torna-se interessante entender o processo de disputa por terras e repressão política nesse caso. Essa memória cristalizada se expressou, por exemplo, na narrativa de um ex-dirigente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), Acácio Fernandes dos Santos, que atuou na Fetag/RJ no imediato pós-golpe (entrevista realizada por Leonilde Medeiros, em 1982, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ). Segundo ele, Magé foi o único local no estado onde houve algum tipo de resistência dos trabalhadores rurais após 1964 e as disputas pelas terras somente cessaram com as desapropriações, o que só aconteceu em 1973, no caso da gleba América Fabril. Para isso, a atuação da assessoria jurídica foi fundamental, segundo o dirigente sindical. Na visão do dirigente, nos demais locais de conflitos, a resistência só voltou a ser forte na segunda metade dos anos 1970. De acordo com as suas palavras: "Magé só cessou praticamente o conflito depois da desapropriação. Mais intenso, menos intenso; mais tenso, menos tenso, mas nunca deixou de ter conflito". A fala do entrevistado deve ser entendida não pela informação que dá em si. Os demais capítulos

desta pesquisa mostram que houve diversos locais onde os trabalhadores rurais, a partir de variadas formas, resistiram contra a pressão de fazendeiros, policiais e outros agentes para que deixassem as terras em que viviam ou mesmo lutaram contra as péssimas condições de trabalho nas usinas. A fala de Acácio deve ser vista como a memória que se cristalizou na percepção de um dirigente sindical sobre os locais nos quais os trabalhadores rurais fluminenses resistiram e lutaram pela terra após o golpe. Há que se considerar também que a entrevista foi feita em 1982, ainda em um momento de transição política, e que Acácio fora dirigente da federação desde o pós-golpe, quando compôs a chapa que substituiu a junta interventora e, no momento da entrevista, ocupava um cargo na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Se os casos das disputas pela gleba América Fabril e pela Fazenda Conceição de Suruí são indicativos de que houve uma intensa mobilização de trabalhadores em Magé na luta pelos seus direitos ao longo dos anos 1960 e 1970, principalmente, não se pode circunscrever a história de ativismo político dos trabalhadores em Magé a esses eventos. Isso porque décadas antes e depois dos conflitos da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí houve outros episódios de mobilizações envolvendo trabalhadores, sobretudo os do ramo têxtil e os rurais.

Segundo Ribeiro (2015), a manifestação operária mais antiga de que se tem notícia em Magé foi uma greve que aconteceu em novembro de 1918 e ficou conhecida como "greve do pano". Organizada pela União dos Operários em Fábricas de Tecido, levou os tecelões a suspenderem seus trabalhos e carregarem os cortes de tecidos para suas casas (por isso o nome pelo qual ficou conhecida). As reivindicações eram liberdade de pensamento, seis dias de trabalho por semana, salário mínimo e oito horas de trabalho por dia. O movimento foi duramente reprimido pelas forças policiais, tendo cinco trabalhadores sido presos. No mesmo mês, eclodiu uma greve geral no estado. De acordo com Ribeiro (2015), os primeiros a aderirem à greve foram os tecelões.

A greve ocorrida em Magé desencadeou um processo de constituição de organizações políticas de diversas orientações no município. Uma das primeiras de que se tem registro é a Associação dos Operários da América Fabril, fundada em 1919. Tratava-se de uma organização patronal que atendia os operários de todas as fábricas da Companhia América Fabril (CAF), localizadas em Magé e em outros bairros do Município do Rio de Janeiro. Há registros em jornais de que no mesmo ano ocorreram reuniões e greves de operários da Fábrica Cometa, uma indústria do ramo têxtil localizada no Meio da Serra, divisa entre Petrópolis e Magé (RIBEIRO, 2015).

Em 1923, foi criada a Associação Beneficente Operária Mageense, cujo objetivo era auxiliar seus sócios em caso de enfermidades e apoiar seus familiares em caso de falecimento. Em 1926, foi criada a União Beneficente dos Operários da Fábrica Magé. No final dos anos 1920, destaca-se a criação a Aliança Operária das Fábricas de Magé, com orientação comunista (RIBEIRO, 2015).

Na década seguinte, em 1935, foi criado o sindicato dos tecelões em Pau Grande (localidade de Magé onde ficava uma das sedes da CAF), que atuou em oposição à Associação dos Operários da América Fabril , que tinha caráter patronal. Em 1939, foi organizada uma associação profissional dos trabalhadores têxteis em Santo Aleixo, filiada ao sindicato de Pau Grande. Essa organização foi a origem do sindicato na localidade, que veio a ser constituído em 1941 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 1943. O sindicato de Santo Aleixo representava os operários das fábricas Santo Aleixo, Andorinhas e Magé (RIBEIRO, 2015).

Em relação ao universo organizativo dos trabalhadores rurais em Magé, um fato importante foi a criação da Associação de Lavradores do município em 1956, registrada oficialmente no ano seguinte.[5] Antes dela, e em moldes semelhantes, haviam sido criadas, em 1948, a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, e, em 1952, a Associação dos Lavradores Fluminenses, em Duque de Caxias.

A Associação de Lavradores de Magé se opunha à Associação Rural de Magé, criada em 1951 pelo então prefeito do município Waldemar Lima Teixeira, e tinha como objetivo atender as demandas dos pequenos proprietários rurais por investimentos na agricultura e por melhor infraestrutura para o apoio a produção, como o investimento em estradas vicinais para escoar a produção (RIBEIRO, 2015). Uma das principais lideranças foi Manoel Ferreira de Lima.

Manoel Ferreira de Lima nasceu na Cidade de Triunfo, em Pernambuco. Trabalhou como lavrador na infância e ingressou no Exército aos 19 anos. Com isso, participou das tropas que atuaram na chamada Revolução de 1930 e combateu a Revolta Constitucionalista de 1932, em São Paulo. Depois, deixou o Exército e migrou para Magé, no Rio de Janeiro, onde começou a trabalhar como tecelão. Nessa época, começou a atuar

[5] No Livro de Registro de Pessoa Jurídica (n.1: 1910-1966. fl.141) do Cartório do 3º Oficio da Cidade de Magé consta a seguinte formação da diretoria da Associação dos Lavradores do Município de Magé: Manoel Ferreira de Lima (presidente), Erondino Ribeiro (vice-presidente), Juci Melin (1º secretário), Francisco Ribeiro Garcia (2º secretário), Marciano de Oliveira Barbosa (1º tesoureiro), Lourival Vasconcelos (2º tesoureiro) e Sebastião José de Souza e José Anunciado dos Santos (Comissão Fiscal) (RIBEIRO, 2015, p. 135, nota de rodapé).

no sindicato da categoria, onde permaneceu até os anos 1950. Devido à sua militância, foi demitido de pelo menos três das indústrias têxteis existentes em Magé e acabou sendo incluído numa espécie de "lista negra" das indústrias têxteis locais, não conseguindo mais emprego. Em 1952, Manoel Ferreira começou a atuar com os trabalhadores rurais, tornando-se uma importante liderança da categoria no município. Foi a partir de então que ele ajudou a fundar a Associação de Lavradores e posteriormente, junto com outras importantes lideranças de Pedra Lisa e de Duque de Caxias, fundou a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), ocupando a presidência da federação. Posteriormente ocupou ainda a vice-presidência da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). Manoel Ferreira era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), membro da Igreja batista e se elegeu vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1954 (RIBEIRO, 2015).[6] Por sua atuação em defesa dos trabalhadores rurais, em 1962 Manoel Ferreira passou a ser investigado em um inquérito policial, que se transformou em Inquérito Policial Militar (IPM) em 1964. Nesse momento, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional (voltaremos ao tema mais adiante).

A trajetória de Manoel Ferreira ilustra a atuação de lideranças políticas de trabalhadores rurais, muitos com atuação no PCB, que se dedicaram a organizar a luta desta categoria no Estado do Rio de Janeiro e foram absolutamente essenciais no processo organizativo que se conformou entre final dos anos 1940 e começo dos 1960. Entre eles José Pureza e Bráulio Rodrigues da Silva.[7] Sofreram os impactos da repressão política desde antes do pré-1964 e tiveram sua atuação abortada com o golpe, seja porque foram presos ou porque precisaram fugir do local onde viviam.

Manoel Ferreira foi importante ainda na criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais em Magé. De acordo com registros encontrados no jornal *Terra Livre* ("Mais um Sindicato Rural do Rio". *Terra Livre*, jan./1963. p. 6), a Associação de Lavradores de Magé foi transformada em Sindicato de Trabalhadores Rurais de Magé em uma assembleia no dia 25/11/1962, dias após a regulamentação da sindicalização rural, através

[6] Sobre a atuação parlamentar de Manoel Ferreira de Lima, ver Ribeiro (2009).

[7] Sobre a trajetória de José Pureza, ver Pureza (1982). Sobre a trajetória de Bráulio Rodrigues da Silva, ver Silva (2008). Manoel Ferreira de Lima só retornou à militância política no final dos anos 1970. Candidatou-se a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 1986 e faleceu logo depois. Recebeu (*post mortem*) a medalha Chico Mendes, em 1989, prêmio concedido a ele pelo Grupo Tortura Nunca Mais (RIBEIRO, 2015).

da Portaria nº 355-A, de 20/11/1962.[8] A entidade recebeu no ano seguinte a carta sindical, a primeira concedida a uma ex-associação de lavradores de acordo com Ribeiro (2015).

Embora tenha sido reconhecido pelo Ministério do Trabalho, esse não foi o único grupo a ter buscado o reconhecimento sindical representando os trabalhadores rurais de Magé. Há no STR de Magé um documento que indica que a fundação do sindicato é de junho de 1962, antes da lei de regulamentação da sindicalização rural.[9] A referência a esta data foi localizada na Ata da Assembleia de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Magé, documento consultado na própria sede do sindicato. Consta na ata que uma das primeiras ações da diretoria eleita deveria ser providenciar o reconhecimento deste sindicato junto ao Ministério do Trabalho.

A análise da formação das distintas chapas nos dois sindicatos evidencia as disputas em âmbito municipal pelo controle das entidades de representação dos trabalhadores rurais, conforme salientou Ribeiro (2015). Enquanto a entidade criada em junho de 1962 era orientada por Tenório Cavalcanti, importante liderança política fluminense que atuou na região, a segunda entidade, criada em novembro do mesmo ano e que conseguiu o reconhecimento sindical, tinha orientação da militância comunista. Entre seus membros estavam o presidente Manoel Ferreira de Lima, o vice Valdemar de Souza e o membro do conselho fiscal João Inácio da Silva (RIBEIRO, 2015).

Essa breve menção ao processo de conformação política dos trabalhadores em Magé é relevante para que a história dos conflitos por terra em torno da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí possa ser situada em um plano mais amplo de ativismo político que se conformava no município, mas que não estava descolado dos acontecimentos em âmbito estadual e nacional. Tanto é que foi nesse momento que se conformaram importantes organizações dos trabalhadores rurais, como as federações estaduais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), herdeira da Ultab, no que se refere à organização sindical dos trabalhadores rurais, além de outros

[8] A diretoria sindical eleita em novembro de 1962 era constituída por: Manoel Ferreira de Lima (presidente); Valdemar de Souza (vice-presidente); Benício Fonseca (tesoureiro); Adalberto Marques (procurador); José Desidério, José Antonio de Oliveira e Manoel Ferreira Rodrigues Filho (conselho fiscal); e João Inácio da Silva, Francisco Macial, Raimundo Menagatti, Gesso Chanichorro [leia-se Gerson Chernicharo], Antônio de Azevedo e Onofre Vieira (suplentes do conselho fiscal) (ver Teixeira, 2011; Ribeiro, 2015).

[9] A diretoria eleita pelo sindicato fundado em 2 de junho de 1962 era composta por Orlando Jacinto (presidente), Antonio Firmino (secretário) e Auro Gomes (tesoureiro); Ernestino de Souza Guarino, Honorato Alves e Manoel Carvalho (suplentes da diretoria); Alfredo Barreto, Severino Gangorra e América Pereira (conselho fiscal); Moisés dos Santos, José Pereira e Aprígio José da Silva (suplentes do conselho fiscal) (Teixeira, 2011; Ribeiro, 2015).

importantes movimentos no país, como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores sem Terra (Master), no Rio Grande do Sul.[10]

3. Atores em cena: a conformação de *posseiros* e *grileiros* e a ocupação de terras em Magé

Posseiros e *grileiros* foram os principais antagonistas nos conflitos por terra no Rio de Janeiro a partir dos anos 1950. A identificação dos atores que disputaram terra no Rio de Janeiro desde a segunda metade do século XX como *posseiros* e *grileiros* deve ser entendida no contexto no qual esta classificação se constituiu: na e para a ação política, como sugeriu Grynszpan (1987).

Para refletir sobre a construção destas categorias, recorremos ao historiador inglês Edward Thompson que, em estudo no qual analisou a formação da classe operária na Inglaterra, propôs o entendimento do conceito de classes sociais como um fenômeno histórico. Para a constituição deste conceito, dois elementos foram centrais: o papel ativo dos atores no processo de formação das classes sociais e a importância dos condicionamentos históricos nos quais as experiências foram vivenciadas pelos atores. Dessa forma, para Thompson, as classes sociais se constituíram quando alguns homens, a partir de experiências comuns, que podiam ser herdadas ou partilhadas, sentiram e articularam a identidade de seus interesses entre si e em oposição a outros homens cujos interesses eram diferentes ou mesmo opostos dos seus (THOMPSON, 1987). Com base nas reflexões de Thompson, neste trabalho *posseiros* e *grileiros* são entendidos como um fenômeno histórico, categorias que expressam relações sociais vividas e partilhadas por um grupo de homens e mulheres num determinado tempo e espaço. No caso estudado, aqueles que se identificaram e foram reconhecidos como *posseiros* eram homens e mulheres com origem regional diversa que se mudaram para Magé em busca de terra para viver e trabalhar. Por sua vez, *grileiros* eram aqueles que reivindicavam ser os donos legítimos das terras ocupadas. Obviamente, eles mesmos não se reconheciam como *grileiros*, mas como proprietários das terras. Essa classificação é feita do ponto de vista dos trabalhadores rurais. A conformação de *posseiros* e *grileiros* se deu, portanto, na experiência conflitiva de disputa pela terra.

[10] Para um panorama nacional sobre o processo de organização política dos trabalhadores rurais a partir dos anos 1940, ver Medeiros (1989).

A categoria *posseiro* tem origem na argumentação jurídica dos lavradores e de seus advogados para conseguirem na Justiça permanecer na terra através do usucapião. Com a deflagração de outras disputas por terra, *posseiro* adquiriu um significado mais amplo, englobando diversas categorias de produtores rurais. O termo supunha uma quebra de autoridade, pois questionava o direito que o opositor alegava ter. Dessa forma, referir-se ao opositor como *grileiro* era um meio de questionar sua legitimidade sobre a terra, qualquer eu fosse seu vínculo jurídico com ela (GRYNSZPAN, 1987). Assim, a compreensão da conformação de *posseiros* e *grileiros* como atores políticos não pode ser dissociada do processo de lutas por terras do qual esses atores participaram.

3.1. A fábrica *grileira*

Na disputa pela gleba América Fabril, o ator que veio a ser identificado como *grileiro* era uma fábrica: a Companhia América Fabril (CAF). Como demonstra este relatório, a maioria dos casos de conflitos por terra envolvendo trabalhadores rurais tinha como opositor um fazendeiro, proprietário de terras ou alguém que reivindicava a propriedade das terras. A exceção são alguns conflitos no Litoral Sul Fluminense, onde algumas empresas disputaram terras com os trabalhadores. Isso dá a esses conflitos uma posição particular diante das demais disputas fundiárias no Estado do Rio de Janeiro.

No caso dos *posseiros* da gleba América Fabril, eles precisaram se opor a um grupo econômico relevante nacionalmente, que na primeira metade do século XX chegou a ser a maior companhia têxtil do país, com capital superior ao de qualquer outra empresa nacional.

A CAF teve na Fábrica de Tecidos Pau Grande o seu núcleo original. Esta fábrica foi criada em 1878 na localidade de Pau Grande, atualmente parte do Município de Magé, região próxima à gleba América Fabril. A Fábrica de Tecidos Pau Grande foi uma das 36 unidades têxteis criadas entre 1866 e 1882 no país e, em 1882, já possuía 150 operários. Isso significava que ela era a quarta fábrica que mais empregava mão de obra na então província do Rio de Janeiro (WEID; BASTOS, 1986).

Um dos principais motivos para instalar a fábrica na região foi a topografia local: cercada por montanhas, recortada por diversos rios e córregos e com cachoeiras e corredeiras, uma delas chegando a ter 70 metros de altura. Como os recursos hídricos eram fundamentais como fonte energética para a indústria, este local era adequado para a instalação da empresa (WEID; BASTOS, 1986).

Com o desenvolvimento da fábrica, em 1885, ela teve seu nome alterado para Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande. Esta mudança fazia parte de uma reestruturação da empresa, que deixou de ser uma sociedade solidária e passou a ser uma sociedade anônima, com objetivo de aumentar e desenvolver a produção.[11]

Nos anos seguintes a fábrica cresceu ainda mais e começou a expandir seus domínios. Em 1891, a Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande adquiriu a Fábrica Cruzeiro, localizada na zona suburbana do Rio de Janeiro. Com isso, o nome da fábrica passou a ser não condizente com o novo patrimônio da empresa e também estava em desacordo com a política de expansão para outros locais do estado. Isso levou a Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande a mudar seu nome mais uma vez. Em 1892, a empresa passou a se chamar Companhia América Fabril (WEID; BASTOS, 1986).

A expansão da CAF para a área urbana do Rio de Janeiro continuou no início do século XX. Em 1903 foi comprada a Fábrica Bonfim, localizada no atual bairro do Caju, e, em 1911, a Fábrica Mavilis, vizinha à Bonfim. Com isso, a CAF passou a figurar entre as dez maiores indústrias têxteis do país. Alguns anos depois, em 1920, com a aquisição da Fábrica Carioca, localizada no atual bairro do Jardim Botânico, a CAF se tornou a maior companhia têxtil do Brasil (WEID; BASTOS, 1986). Nos anos seguintes, adquiriu ainda a Fábrica Deodoro, no bairro de mesmo nome, na Cidade do Rio de Janeiro, e a área de terras de Cachoeira Grande, vizinha a Pau Grande, onde foi construída a unidade de alvejamento (PIMENTA, 2006).

De acordo com o novo estatuto da empresa, seu objeto de atuação era o estabelecimento de fábricas de fiação, tecelagem e outras (WEID; BASTOS, 1986). Tal objetivo adequava-se à prática da empresa, que não se restringia ao ramo têxtil, mas também investia na produção agrícola e em diversas unidades fabris de tipos variados em Pau Grande, como olaria, engenho e fábricas de correias de sola. O objetivo da CAF era tornar a empresa autofornecedora de materiais e produtos complementares para a produção têxtil (WEID; BASTOS, 1986).

Em Pau Grande, a expansão da CAF iniciou-se ainda em fins do século XIX: em 1890 ela comprou a Fazenda Judé e em 1896 as fazendas Cachoeira, Furtado e Porto Rico, todas elas vizinhas à Fazenda Pau Grande (WEID; BASTOS, 1986). O objetivo da

[11] Segundo Weid e Bastos (1986, p. 44), "[...] as sociedades solidárias são sociedades comerciais de pessoas em que cada sócio se responsabiliza integralmente pelo empreendimento, enquanto as sociedades anônimas (S.A.) são sociedades comerciais de capitais, cujos membros respondem apenas pelo valor dos seus investimentos".

Companhia com estas aquisições era aumentar o fornecimento de água e consequentemente a força motriz disponível na fábrica, uma vez que a energia utilizada em Pau Grande era hidráulica. Com isso, a América Fabril ampliou não só seu patrimônio, como também sua capacidade produtiva em termos de controle de terras e águas (WEID; BASTOS, 1986).

A CAF fez ainda outros investimentos. Em 1895, dispunha de uma linha férrea de sete quilômetros conectando a Fábrica Pau Grande à estação de ferro de Raiz da Serra, obra iniciada em 1889. Esta conexão facilitou o acesso da empresa aos fornecedores dos materiais necessários e o escoamento da produção para o Rio de Janeiro (WEID; BASTOS, 1986). Em 1922, foi construída uma linha férrea de nove quilômetros ligando a Fábrica Pau Grande à Fazenda Cachoeira Grande, área que na segunda metade do século XX também será objeto de disputas fundiárias. A conexão através da linha férrea entre as duas fazendas facilitava o escoamento dos produtos produzidos em cada uma delas. A produção de cereais e mandioca da Fazenda Cachoeira seguia para Pau Grande, onde parte dos produtos era utilizada como matéria-prima para a fabricação de polvilho, um ramo produtivo inaugurado pela Companhia em 1921 e que era usado para produzir goma, utilizada na fabricação do tecido. Ao mesmo tempo, o tecido produzido em Pau Grande precisava ser levado até a região da Fazenda Cachoeira Grande, onde estava localizada a seção de alvejamento da Fábrica Pau Grande (WEID; BASTOS, 1986).

Mas a CAF não foi a única fábrica de tecidos de Magé. Havia no município outros importantes estabelecimentos têxteis, tornando a região um relevante polo de fabricação de tecidos do Estado do Rio de Janeiro. Eram elas as fábricas Santo Aleixo, criada em 1848, Mageense e Andorinhas, ambas fundadas na década de 1890. Havia ainda a Fábrica Meio da Serra, de 1903, batizada com o nome Cometa e localizada na divisa entre os municípios de Magé e Petrópolis[12], e a Fábrica Estrela, criada ainda no século XIX, dedicada ao ramo da pólvora, situada no bairro de Raiz da Serra, distrito de Inhomirim, sendo administrada à época pelo Ministério da Guerra e atualmente pelo Exército Brasileiro (RIBEIRO, 2015).

A história da expansão da CAF em Magé ganha na narrativa dos entrevistados uma versão diferente daquela mencionada até aqui. Para eles, a CAF seria proprietária apenas das terras onde estava localizado o núcleo original da Companhia, a Fábrica de Tecidos Pau Grande. O restante do seu domínio na região teria sido obtido através da

[12] A Cometa se tornou motivo de disputas administrativas pela tributação da fábrica entre as duas cidades. A prerrogativa foi conquistada pelo município serrano (RIBEIRO, 20015).

grilagem de terras. Isso incluía a Fazenda Cachoeira Grande, local onde foi instalada a unidade de alvejamento da fábrica e que serviu também como lugar de moradia de alguns operários, e a gleba América Fabril. Há, portanto, uma memória coletiva de diversos moradores da região sobre a legitimidade das terras sob domínio da América Fabril assim como sobre a maneira como a empresa expandiu suas fronteiras territoriais.[13] Vale lembrar que na história do Brasil não há necessariamente uma superposição dos domínios territoriais e da titulação legal das terras, como foi ressaltado no primeiro capítulo deste relatório.

Alguns entrevistados contaram uma história semelhante sobre a ação da CAF na grilagem das terras vizinhas à Fábrica Pau Grande. São indícios de como se dava a ação da fábrica ou pelo menos como a ação da fábrica foi lida do ponto de vista dos trabalhadores rurais e operários da fábrica. Segundo Antonio Ernesto, morador da Fazenda Conceição de Suruí e ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Magé e da Fetag/RJ, a CAF utilizava algumas pedras para demarcar a fronteira das terras sob seu domínio. Para expandir seu território, tinha uma equipe responsável por paulatinamente deslocar estas pedras e em consequência aumentar a área da sua fazenda.

Provavelmente Antonio Ernesto não testemunhou muitas destas ações, uma vez que chegou a Magé apenas em 1962, quando, ao que parece, a CAF já havia expandido seu domínio na região, inclusive na Fazenda Cachoeira Grande e na gleba América Fabril. Esta história, contada por outros entrevistados, alguns com mais detalhes, outros apenas com algumas referências sobre a expansão através da pedra, parece ser compartilhada por aqueles sujeitos e recontada entre eles. Pollak (1992) comenta ser possível que, por meio da socialização política ou da socialização histórica, haja um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado. A força dessa situação permitiria falar em uma "memória quase que herdada". Segundo Pollak: "De fato [...], podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação" (POLLAK, 1992, p. 201). A história da grilagem das terras pela CAF parece ser um desses casos por ter marcado de modo intenso a memória de um grupo envolvido de alguma forma na luta pela desapropriação das terras aqui estudadas.

Outros entrevistados falaram sobre a expansão da fábrica para as terras vizinhas ao seu núcleo original em Pau Grande. Manoel Ferreira de Lima contou que a CAF se

[13] Sobre o conceito memória coletiva, ver Halbwachs (2004).

apropriou de alguns milhares de alqueires de terras que não eram dela: "Segundo o relatório de João Brant, que era presidente da Comissão de Reforma Agrária criada pelo governo Roberto Silveira, a América Fabril apenas teria 11.650 metros de terras, o resto tudo ela grilava, era terra do Estado e de herdeiros" (Entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1982, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

A concepção de que a fábrica havia grilado as terras correspondentes à gleba América Fabril e à fazenda CG foi consensual entre os entrevistados, que contaram esta história com a intenção de mostrar a ilegalidade da situação da fábrica em relação às terras que foram disputadas. A concepção dos trabalhadores era que, uma vez que a CAF não era proprietária das terras griladas, elas deveriam pertencer a quem nelas trabalhava e delas tirava seu sustento.

Também uma matéria do jornal *Terra Livre*, de 1963, considera a CAF como *grileira* de terras:

> A América Fabril, que possui apenas 11.650 metros quadrados de terras no sexto distrito de Magé, já há algum tempo está se apoderando das terras próximas, chegando a atingir um total de 2.000 alqueires do estado, proibindo a entrada de lavradores para o cultivo da terra. Os camponeses, conhecedores da ilegalidade com que age a companhia grileira e latifundiária, procurando fugir da miséria em que vivem e evitar que seus filhos morram de fome, resolveram entrar nas terras dos latifundiários grileiros que aumentam cada vez mais. Os camponeses da região resolveram, assim, começar a reforma agrária que o governo está retardando tanto a fazer, acuado pelos latifundiários que formam a maioria do nosso Congresso ("Terras griladas pela América Fabril ocupadas por camponeses de Magé", *Terra Livre*, janeiro de 1963. nº 118. p. 6).

Também em alguns documentos dos anos 1970 e 1980 que compõem o processo administrativo do Incra referente à desapropriação da gleba América Fabril está indicada a condição de *grileira* da CAF à área disputada. A perícia realizada para o processo de desapropriação comprovou que a CAF realmente não era proprietária dessas terras.[14] O primeiro passo da perícia foi analisar a documentação disponível no processo judicial até então. No decreto de desapropriação (n° 72.420, de 02/07/1973), a área em questão foi considerada propriedade da CAF. Tal território seria parte do imóvel denominado Conjunto Agroindustrial América Fabril, com área aproximada de 635 hectares, registrada como um todo maior de 5.040 hectares no Registro Geral de Imóveis (RGI) da

[14] O laudo pericial foi apresentado no dia 08/08/1984 por Anael Cesar de Oliveira, perito contratado pelo Juízo.

Comarca de Magé. Dito isto, o perito informou que se pôs a examinar os títulos das áreas que constam no Registro Geral de Imóveis de Magé em nome da CAF e para isso partiu dos registros indicados no decreto expropriatório. Foram analisadas pelo perito as seguintes áreas, com suas respectivas observações:

1) Fazenda da Cachoeira e propriedades anexas Furtado e Porto Rico: "Os lugares mencionados, bem como as confrontações nada têm haver (sic) com a área das ocupações do Incra com seus parceleiros e objeto da presente desapropriação".
2) "Referente a uma data de terras": "Este registro se refere a uma área do 6º Distrito, no lugar "Serra Velha", muito afastado da área objeto da Ação de Desapropriação, e suas características e confrontações são muito vagas, sem dimensionamento linear ou superficial".
3) Escritura de compra e venda lavrada em 17/09/1885, pelo tabelião Mathias Teixeira da Cunha, da Capital Federal: "Essas terras se situam em Inhomirim, 6º Distrito, muito afastadas do lugar da desapropriação em áreas ocupadas por parceleiros localizados pelo Incra, e suas características e confrontações são imprecisas e seus limites sem dimensionamento linear ou superficial".
4) Escritura de compra e venda lavrada em 13/01/1938, referente a parte da Fazenda denominada Fragoso, constituída de duas porções. Para este registro, há duas observações. A primeira diz: "Examinando este registro nº 6818. Fls. 171, L 3G, mencionado no Decreto desapropriatório, verificou-se que se refere a propriedade de terceiros e não da Cia. América Fabril, concluindo-se por tratar-se de equívoco quanto ao dígito da unidade "8", visto como adiante no R. nº 6816, nas mesmas fls. 171 do mesmo L 3G, está outro Registro de uma outra data, esta sim, em nome da Cia. América Fabril". A segunda observação: "Trata-se de uma área constituída de 'duas porções', uma de 3.832,00 m², de um lado da Estrada de Ferro, e outra de 7.224,00 m², do outro lado da mesma, todas muito afastadas da área objeto da desapropriação".

Após examinar os títulos da CAF que constavam no RGI de Magé, o perito analisou a averbação do Conjunto Agroindustrial América Fabril.[15] Também por este documento, que tratava da unificação das áreas citadas acima, o perito chegou à conclusão

[15] Segundo definição do dicionário Houaiss, a averbação é uma "nota inserida à margem de um documento ou registro público para indicar qualquer alteração relativa ao documento ou registro original".

de que os imóveis em questão nada tinham a ver com a área das terras a serem desapropriadas.

No processo analisado, uma parte do laudo do perito é destinada a responder aos quesitos levantados pelas partes do processo. Em resposta ao quesito da CAF – "Se a área beneficiada pelo decreto expropriatório corresponde realmente àquela a que a autora se imitiu na posse" –, o perito respondeu e concluiu:

> O Incra não se imitiu, mas foi imitido na posse da área de 668,1192 ha, correspondente, aproximadamente, à área descrita na inicial e que, a nosso ver, por equívoco foi atribuída à Cia. América Fabril, ao mencionar-se no Decreto n° 72.420/73 os quatro Registros que correspondem a várias propriedades da Cia. América Fabril, mas que nada têm em comum com a área expropriada efetivamente, por força do Mandado de imissão de Posse Definitiva.

O fato de as terras constantes no RGI de Magé como de propriedade da CAF não corresponderem à área da fábrica é indicativo da *grilagem* desta porção de terras pela Companhia, conforme alguns entrevistados indicaram.

Há que se considerar uma particularidade na suposta *grilagem* de terras da CAF em relação ao que ocorreu em geral no restante do território fluminense nos anos 1950 e 1960. Ao que parece, a fábrica não a realizou com fins estritamente especulativos, mas parecia buscar uma expansão territorial da empresa para aumentar seu domínio na região. A terra conquistada pela fábrica foi utilizada como local de moradia para os seus funcionários, como área de plantio de alimentos para o autoconsumo e comercialização dos moradores, em geral operários da fábrica e suas famílias, e como local de produção e extração de matéria-prima para a produção fabril, como mandioca e lenha.[16] No entanto, o fato de a empresa comprar terras e expandir seus domínios com plantações e casas na região não necessariamente exclui o possível interesse especulativo em sua expansão, no sentido de manter terras como reserva de valor.

Cachoeira Grande era um dos locais de moradia dos funcionários da fábrica (ao contrário do que ocorreu na gleba América Fabril) porque lá estava localizada a seção de

[16] Salmerck, ex-funcionário da CAF e ex-dirigente da Associação de Pequenos Produtores de Cachoeira Grande (APPCG), explicou que o plantio de mandioca era feito para produzir uma goma que seria utilizada para engomar os fios na produção dos tecidos. A lenha era utilizada para alimentar as caldeiras da fábrica (entrevista com Geremias e Salmerck concedida a Leonilde Medeiros em julho e 2001, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

alvejamento, fundada na década de 1950. Ao redor desta unidade, a CAF construiu casas e as distribuiu para os seus funcionários que trabalhavam na nova unidade.

3.2. Os *grileiros* da Fazenda Conceição de Suruí

Segundo os entrevistados, também os supostos proprietários da Fazenda Conceição de Suruí teriam adquirido aquelas terras através da *grilagem*. Um dos entrevistados contou que havia quatro *grileiros* que dela se diziam donos. O primeiro era Júlio Cecílio Torres, dentista que morava em Copacabana. Depois apareceu Adriano Gonçalves Pereira e Conceição Izabel Fontes, que eram casados. Por último, surgiu Francisco Pereira Garcia, dono de uma rede de açougues em Niterói e São Gonçalo (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

O principal interesse dos *grileiros* naquelas terras, de acordo com os entrevistados, era especulativo, no sentido de quererem as terras para vendê-las a um valor mais alto após a sua valorização no mercado. Conforme Antonio Ernesto, Albino Pereira Lobo, um *grileiro* que loteava terras em vários lugares do Rio de Janeiro, inclusive em Magé, ficava na Praça Mauá, centro do Rio de Janeiro, e lá encontrava pessoas interessadas em comprar terras e as levava até o local do loteamento para vendê-las:

> Naquela época, o ônibus pra chegar aqui, era tudo estrada de chão, ele levava umas oito horas. Ele marcava com o pessoal que ia comprar lote, fazia uns panfletos assim, pegava alguns, em 60 e pouco, tinha que sair duas horas da manhã, três horas da manhã da Praça Mauá pra chegar aqui onze horas do dia. Chegava onze horas do dia pra mostrar terreno pra vender. Teve quem comprou e depois sumiu, largou. Não tinha transporte, não tinha nada. Largou isso aí (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

Antonio Ernesto explica ainda:

> Tinha os dias dos caras, um dia entrava a condução, marcava quem queria olhar o lote pra comprar, marcava o dia, trazia. Também não tinha escritura, promessa de compra e venda, que é escritura provisória, até o cara acabar de pagar, que é pra ir pro cartório, e formar a escritura legal. Não tinha. Tanto aqui, esses caras só faziam um bloco de talõezinhos, de cem talõezinhos cada bloco, e marcava. Você pagou a mensalidade e dava uma carteirinha pra você (idem).

Antonio Ernesto fala também sobre a prática dos *grileiros* em conseguir o que se chamava na época de "escritura do abraço". Era tática dos *grileiros* tentar um acordo com algum dos *posseiros*, fazendo-os assinar um documento no qual reconheciam que a terra em questão era do *grileiro*. Com esse documento, seria mais fácil para o *grileiro* provar para o juiz que a terra ao redor ocupada por outros *posseiros* era dele também.

O *grileiro* se reunia com uma série de trabalhadores para todos eles assinarem um documento dizendo que o reconhecia como dono de uma dada porção de terra. Depois, este terreno era loteado e vendido para pessoas de fora.

> Eles [os *grileiros*] procuravam peão, peão trabalhador, que trabalha aqui hoje, amanhã tá trabalhando em Caxias, não sei que lá. Faziam a tal de assembleia pra colher assinatura. Quem não assinava, fichava. Aí eles eram espertos, botavam o nome do cara na frente, mata-borrão. Aí faziam o cabeçalho: assembleia extraordinária ou ordinária. Fazia [assembleia] ordinária que era de poder, de força. Juntava dois grileiros, igual fizeram o Albino Pereira Lobo e esqueci como era o nome daquele outro, aquele do Rio D'ouro, dono do loteamento... [...] então eles faziam assim, descobriam a terra. A assembleia chamava 50, 60 e pagava mixaria. Pagava até dois dias e falava "vocês vão ficar lá três horas com nós, te dou dois dias de trabalho". Naquela época era mixaria do cruzeiro, do mil-réis. Aí pagava, o cara todo alegre, ganhei dois dias pra ficar lá três horas, quatro horas, bom demais. Aí ia. Fazia assembleia, assinava ata, da ata levava pro cartório, registrava, aí daquilo ali e dizia daquela ata o tanto de terra que eles reconheciam que eles eram os donos, aí eles dividiam, rachavam no meio, daqui pra lá você manda, daqui pra lá eu mando. Aí abria o loteamento, igual foi feito aqui e feito ali onde morava o Luiz Patrício, onde morava o falecido Moreno, o Darci. (idem)

Segundo Antonio Ernesto, Júlio Cecílio Torres chegou a Fazenda Conceição de Suruí e comprou a posse de dois *posseiros* que já moravam lá. Conceição Izabel Fontes agiu de forma semelhante, de acordo com alguns entrevistados. Ela teria comprado a posse de uma pessoa e através deste documento alegou que toda a área do entorno era sua. Um dos entrevistados conta: "Com esse documento, ela e os advogados, com testemunha e tudo, deu entrada na Justiça para retirar o pessoal. O pessoal não recorreu a ninguém. Quer dizer, houve uma vacilação. Aí ela foi e garfou" (Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a Leonilde Medeiros no dia 30/09/1982).

As entrevistas indicam também que a ação dos *grileiros* na Fazenda Conceição de Suruí não dispensava o recurso de ameaças aos *posseiros* que ocuparam aquela região. Pelé relata um pouco desta prática. Segundo ele, quando se estava na terra, ainda em condições precárias, sem casa, mas vivendo em um barraco, o *grileiro* chegava para

expulsá-los. E os *grileiros* tinham força e isso fazia com que as pessoas deixassem suas casas:

> Inclusive a minha também ia ser derrubada, só que graças a Deus eu conversei com o cara, a primeira vez que veio, o administrador da fazenda, conversei com ele legal, expliquei a situação a ele e também nessa época já tava a briga do sindicato, já tava a discussão do sindicato e eu era registrado no sindicato, pagava. Aqueles que não eram registrados no sindicato derrubaram a casa. Porque o negócio do *grileiro* era esse, ele vinha, tirava e tomava conta da terra. Só que eles não vão tomar conta daquela terra, a ideia deles é vender, ou criar boi, geralmente a ideia deles não é ficar ali, geralmente a ideia deles é depois passar pra frente (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

Sobre os *grileiros* da Fazenda Conceição de Suruí, é em relação a Júlio Cecílio Torres que se têm mais informações, por meio de uma breve conversa com Toizinho, seu funcionário na época dos conflitos, que vivia na casa que um dia foi de Júlio Cecílio Torres e que era sede da fazenda. Ele a obteve no processo de desapropriação da Fazenda Conceição de Suruí. [17]

Toizinho afirmou que Júlio Cecílio Torres era um dentista que gostava de passar alguns dias da semana na fazenda, embora sua família não fizesse o mesmo. Toizinho e sua esposa referiram-se a ele como um senhor muito bom, que os ajudou muito. Disseram que eles haviam ido para a região para trabalhar a terra e fazer companhia para Júlio. Quando ele estava lá, todos almoçavam e conversavam juntos. A fala de Toizinho e sua esposa sobre Júlio foi carinhosa.

Pelé também fala de Júlio Cecílio Torres e o identifica como o proprietário daquelas terras que não implicava com nenhum morador da região, mas que apenas queria explorar seus interesses, que ele não diz quais eram. Pelé diz que "quem implicava com o morador era o que a gente chama de *grileiro*, que são os caras que não moram aqui, moram em Minas, algum, moram em outros estados e conhece isso aqui e vem pra tirar a pessoa que tá aqui em cima" (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010). Interessante notar que Júlio Cecílio Torres não é reconhecido como *grileiro* na perspectiva de Pelé no trecho citado. Sua fala oferece elementos para interpretar que *grileiro* era o sujeito *de fora*, vindo de outro estado e que, portanto, não tinha origem nem enraizamento no local. Já aqueles com quem os *posseiros*

[17] Ele não aceitou fazer uma entrevista gravada, mas apenas uma conversa.

tinham relações pessoais ou que simplesmente conheciam não eram identificados como *grileiros,* pelo menos em algumas ocasiões.

3.3. A ocupação das terras por *posseiros*

A ocupação da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí por homens e mulheres vindos de diferentes lugares remonta aos anos 1950 e início dos 1960. Diversas famílias chegavam de diversas regiões do Estado do Rio, mas também do Espírito Santo, Minas Gerais, principalmente, e do Nordeste. Buscavam um pedaço de terra para viver e plantar, como de resto acontecia em toda a Baixada, como já apontado. A maioria das famílias que chegaram às terras da gleba América Fabril e Fazenda Conceição de Suruí foi dedicar-se ao cultivo de lavouras. É importante perceber que, enquanto esta ocupação ocorria, a CAF já estava na região.

Foi comum no discurso dos entrevistados a afirmação de que chegaram à região porque souberam que havia ali terras disponíveis para ocupar.[18] Em geral, quando perguntados especificamente sobre isso, não sabiam explicar como tiveram conhecimento. Contudo, ao longo da conversa, acabavam revelando que antes de chegarem a Magé havia normalmente alguém na área, um parente, vizinho ou conhecido que lhes informava sobre a possibilidade de ocupar uma área de terras. Antonio Ernesto reforça a ideia de que havia uma rede de contatos que divulgava notícias sobre terras e trabalhos disponíveis. Segundo ele, a chegada de novas pessoas se dava através de parentes, que mandavam buscar seus familiares. Contou um episódio em que um senhor viu sua grande produção de arroz e entusiasmou-se com a produtividade daquelas terras. Este fato motivou este senhor a buscar sua família para mudar-se para o local. Quando perguntado sobre como havia chegado à Fazenda Conceição de Suruí, Antonio Ernesto disse: "Ah, um vem e compra, aí vai dando notícia. Daí a pouco tá cheio de gente" (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

A ocupação aconteceu também como um resultado imprevisto da construção da Estrada Santo Aleixo-Piabetá, iniciada em 1956. Essa obra provocou a valorização das terras circunvizinhas. O começo da obra na estrada coincidiu com o início da

[18] Nessa época, também chegou a Magé um grupo de japoneses, vindos de São Paulo, como disseram alguns entrevistados. Ao contrário de grande parte dos brasileiros, eles já traziam tratores e até financiamento ou a certeza de comercialização de seus produtos através da CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia). Contudo, as entrevistas não trouxeram dados que permitissem explorar esta questão.

intensificação da chegada de *posseiros* na região e da reivindicação dessas áreas pelos supostos proprietários, identificados pelos *posseiros* como *grileiros* (RIBEIRO, 2015). Nesse período e até 1962, conforme relata Ribeiro (2015), há diversos registros na imprensa que denunciavam a ação de capangas armados contra os lavradores.

Também parece ter influenciado na chegada de pessoas de diversas partes do estado e do país em Magé a atuação de Tenório Cavalcanti no município. O político fluminense era proprietário do jornal *Luta Democrática*, onde havia anúncios que notificavam a disponibilidade de terras livres para viver e cultivar, sobretudo a partir de 1959. Um destes anúncios dizia:

> Sítios e chácaras em Magé. Sem entrada e sem juros. Centro de grande produção, todas as ruas abertas com valas laterais, sítios demarcados, muita água, matas e rios. Fornecimento gratuito de mudas. Cooperativa em final de organização e escola pública em funcionamento. Condução de trens e ônibus passando junto ao loteamento. Reserve um lugar em nossas caminhonetas, sem qualquer despesa (*Luta Democrática*. 26/02/1959. p. 4. Citado por RIBEIRO, 2015, p. 176, nota de rodapé).

A história da chegada de Antonio Ernesto é ilustrativa do conjunto de pessoas que se mudaram para esta região. Em 1962, ele e sua família deixaram o Estado da Paraíba rumo ao Rio de Janeiro.[19] Nos primeiros meses em terras fluminenses, moraram em Duque de Caxias, município da região metropolitana do estado, que faz limite com Magé. Alguns meses após a chegada, já viviam em Conceição de Suruí, no mesmo local onde vive hoje. Em 1962 não havia muitas pessoas em Conceição, sendo Antonio Ernesto um dos primeiros *posseiros* destas terras. Escolhido o lugar onde se instalaria com sua família, conta quais foram os passos seguintes:

> [...] nós roçamos durante quatro dias, no de cinco fizemos uma picada, aí arrumamos um moço que morava ali do lado, chamado... falecido Moreno, aí o Moreno sabia armar a barraca, armou tudo, botou a madeira, fizemos o barraco grande, arrancamos o sapê fora [...], tampamos, barreamos o barraco, quando tava pronto, a gente foi em Caxias. Lá em Campos Elíseos tem uma família. Arrumamos lá um caminhãozinho velho e botamos todo mundo dentro, igual carrega bode. Aí saltamos no rio Escavaleiro e viemos a pé, tudo de trouxa na cabeça. Não tinha muita coisa, não, que a gente tinha chegado tinha sete meses em janeiro do norte, nordeste, aliás [...]. Aí começamos a fazer fumaça, cozinhar feijão, coisa e tal, a gente tinha

[19] Antonio Ernesto já havia deixado o Estado da Paraíba antes. Havia morado anteriormente no Rio de Janeiro e em Brasília, na área urbana. Em 1962, ele retornou a Paraíba para buscar sua família para viver com ele no Rio de Janeiro.

> derrubado só o lugar do barraco, por baixo tava tudo roçado. A gente chegou, todo mundo armou as camas com pedaço de pau, compramos umas dez esteiras pra quem não tinha lugar pra dormir, piso de chão batido, sentado lá, arrumamos seis machadeiros num dia só. Aí começou a derrubar pau. Aí pá, pá, pum, pá, pá, pum! (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

Antonio Ernesto fala que havia pessoas que já estavam instaladas na Fazenda Conceição de Suruí no momento da sua chegada e sobre a relação delas com os que se diziam proprietárias da área naquele momento ele relata:

> Marco: Essa terra foi ocupada junta, tanto a América Fabril quanto a Conceição de Suruí, em 62?
> Antonio Ernesto: O primeiro que ocupou aqui, você viu que morreu aqui, mês passado, um vizinho meu do outro lado, que hoje mora, o dono é um japonês, Alair Rodrigues da Silva. Ele era um *posseiro*. Mas ele não entrou na briga com a gente, era um crocodilo. Porque ele entrou pra dar a terça, 30% que se dizia dono. Então ele colhia, digamos que ele tinha que dar cinco sacos de arroz, ele botava dois no burro e ia dar lá na porta da fazenda.
> Marco: Ele dava pra quem?
> Antonio Ernesto: Pra quem se dizia dono da terra. Pra não mexer com ele.
> Marco: De Conceição de Suruí?
> Antonio Ernesto: É. Pra dizer que ele era bonzinho com o patrão, não mexer com ele. E o outro tava muito velhinho, doente, morava aí.
> Marco: Quem?
> Antonio Ernesto: O Manuel do Nascimento. Ele dizia que o doutor Júlio tinha dado a terra pra ele. Então nós tinha desses aí, chamava pra se juntar... (Entrevista com Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 21/07/2010).

Antonio Ernesto remete a outra forma pela qual as pessoas chegaram à região: quando chegou a Fazenda Conceição de Suruí, só havia dois moradores na área, mas eles haviam sido colocados lá pelo *grileiro*. Foram trazidos de Minas Gerais, como Toizinho e sua esposa, no início dos anos 1960. O tio de Toizinho já morava em Magé e dizia que aqui se produzia bem, motivo que incentivou a família de Toizinho a mudar-se.

A esposa de Toizinho contou que ficou um pouco assustada quando chegou onde mora atualmente, pois achava que estava vindo de Minas para morar em algum lugar desenvolvido, mas quando chegou não havia ninguém morando próximo de sua casa. Fez questão de deixar claro que ela e sua família chegaram à região através de um convite do Júlio Cecílio Torres, suposto proprietário das terras. A ênfase neste aspecto deu-se para se opor às outras pessoas que chegaram à região, segundo ela, os *invasores*. É assim que

ela e seu marido se referem à família de Antonio Ernesto, por exemplo. Eles disseram que, de repente, um dia viram uma família de *paraíbas* morando em uma área que supostamente pertencia à fazenda de Júlio Cecílio Torres. Perguntados sobre o que Júlio Cecílio Torres fez com os *invasores*, eles disseram que ele foi até lá conversar com eles e pedir que saíssem, mas os *paraíbas* o ameaçaram e disseram que ficariam ali, pois aquelas terras não tinham dono. Perguntados sobre o que aconteceu depois, disseram que nada, pois Júlio Cecílio Torres, um senhor de idade já avançada, ficou com medo e preferiu deixar a situação como estava.

A fala anterior de Antonio Ernesto sobre um *posseiro* que dava parte da sua produção ao suposto dono da fazenda para evitar um enfrentamento com ele mostra que não foi só de enfrentamentos a relação entre *posseiros* e *grileiros*, mas que estratégias foram desenvolvidas pelos *posseiros* para evitar uma tentativa de despejo por parte do *grileiro*.

Os entrevistados, ao relatarem a chegada naquelas terras, em geral, tentavam mostrar como foi difícil a ocupação. Contam que as terras eram relativamente desertas, pantanosas e cobertas de mato alto. Ressaltam o papel de desbravadores que tiveram ao lá se instalar: "Nós abrimos tudo no peito: estradas..." (Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a Leonilde Medeiros em 30/09/1982, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ). Outro entrevistado disse que no início dos anos 1960, período mais intenso de ocupação na região, "era uma mata, um deserto. Só mesmo um trabalhador rural teria coragem de entrar aqui" (idem). Neste trecho identifica-se a imagem do trabalhador rural com o desbravador, uma valorização para justificar o mérito de ficarem naquela região, já que, como disseram, ninguém mais teria coragem de acessar aquela área naquelas condições.

Antonio Ernesto conta que os *grileiros* começaram a aparecer após os trabalhadores rurais abrirem os caminhos para cavalo: "Aqui não tinha estrada, não tinha nada, fizemos no braço. Até o trilho do burro pra tirar produção foi feito no braço, fizemos tudo no braço" (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

Foram recorrentes nas entrevistas as referências à chegada de um grande número de capixabas na região. A partir da segunda metade da década de 1950, iniciou-se uma queda dos preços internacionais do café, o que levou o governo federal a empreender uma política de erradicação dos plantios. Esta ação provocou o êxodo de um número significativo de capixabas que viviam do trabalho na lavoura cafeeira.

> A transformação da estrutura do sistema produtivo, tendo como eixo principal a crise da cafeicultura, constitui um dos principais determinantes do êxodo que drenou a população rural. Os problemas do setor cafeeiro que eclodiram nos meados do século, as baixas do preço do café e as medidas tomadas pelo Governo para solucionar a crise constituíram o motor que desmontou a estrutura agrária que foi a base da economia do Estado por mais de um século. Um intenso êxodo rural se seguiu, durante as décadas de 1960 e 1970, uma vez que a desestruturação do modelo vigente teve como principal consequência a expulsão da mão de obra rural (CASTIGLIONI, 2009).

A crise cafeeira no Espírito Santo como motivadora da mudança dos trabalhadores daquele estado para outros locais, como Magé, aparece nas entrevistas. É o caso de Alvino França, que chegou ao Rio de Janeiro com 22 anos, provavelmente em 1938. Era colono no Espírito Santo e plantava café como *meeiro*, tendo deixado o estado porque o preço do café diminuiu. Primeiro, foi para Duque de Caxias e depois para o Rio em busca de trabalho, mas "aquele movimento" não o agradou. Logo soube de Cachoeira Grande e mudou-se para lá, para trabalhar na fábrica. Sua função era identificar se havia posseiros nas terras da fábrica para retirá-los (Entrevista com Alvino França, concedida a Leonilde Medeiros em 02/05/2001).

Outro entrevistado de origem capixaba é Delcacil Luciano, cujo pai chegou a Magé em 1967 vindo do Espírito Santo, onde era colono, e foi morar com a família na gleba América Fabril. Delcacil lá ficou até os anos 1980, quando se mudou para a Fazenda Cachoeira Grande.[20] Foi presidente do STR de Magé e da Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande (APPCG). Assim como em outros casos, sua família também só foi para Magé a partir de informações de outras pessoas sobre terras disponíveis naquela região. Sobre a chegada da sua família em Magé, Delcacil contou:

> Nós viemos... Na verdade o papai veio para morar com uma sogra dele que já tinha uma propriedade do outro lado [gleba América Fabril] [...]. Então, nós fomos morar com a sogra do papai. Daí começou toda uma luta, não é? Meu pai trabalhando, nós trabalhando junto para ter um pedaço de chão,

[20] A Fazenda Cachoeira Grande era vizinha à gleba América Fabril e local de moradia de um grupo de operários da CAF. Esta área era também usada pelos operários como local de plantio de produtos para a sua subsistência. A partir do final dos anos 1970, com a falência da CAF, a fazenda foi vendida e aqueles que moravam lá começaram a ser ameaçados de expulsão. Por causa disso, os trabalhadores da Fazenda Cachoeira Grande começaram a organizar a resistência para permanecerem nas terras que viviam e trabalhavam há anos. Para conhecer como se deu o processo de organização da resistência para permanecerem nas terras, os atores em cena, as formas de ação coletiva e os resultados desse processo, ver Teixeira (2011), especialmente o capítulo 4.

> um pedaço de terra. Naquela ocasião, foi uma luta muito árdua para o velho, para poder ele adquirir um pedacinho de terra, porque aí fomos trabalhando... (Entrevista com Delcacil concedida a Leonilde Medeiros em 13/06/2001).

Delcacil diz que as pessoas que viviam na gleba América Fabril eram *posseiros* e estavam lá sem a autorização da fábrica. Para o pai dele, foi difícil conseguir terra, pois todos aqueles que moravam ali, apesar de não serem os proprietários definitivos, já tinham demarcado os seus lotes. Por isso, no início, seu pai trabalhou como *meeiro* da sogra. Depois conseguiu *comprar uma posse* do outro lado (hoje assentamento Cachoeira Grande). "Aí começamos toda aquela luta, ele trabalhando na posse dele, nós plantando" (Entrevista com Delcacil concedida a Leonilde Medeiros em 13/06/2001).

A fala de Delcacil traz dados que mostram a complexidade das relações sociais existentes nas áreas estudadas. Se no momento da luta pela terra a identidade de *posseiro* é importante para se opor aos *grileiros*, em outras situações e contextos, os sujeitos podem ser caracterizados por outras categorias, conforme as relações de trabalho que desenvolvem, como *meeiros* e *parceiros*.

Na época em que ocorreu a chegada de *posseiros* vindos de diferentes lugares, a partir de fins dos anos 1950, mas principalmente nos primeiros anos de 1960, já estavam instalados na Fazenda Cachoeira Grande diversos operários da fábrica, entre eles Janice Duarte, uma das lideranças na luta pela desapropriação da Fazenda, nos anos 1980, chegando a ocupar cargos na diretoria da APPCG. Janice contou que a América Fabril tomava conta de toda a área de Cachoeira Grande e explicou que por volta de 1962 começou o movimento de invasão das terras da "parte do Incra" (gleba América Fabril). Segundo ele, um grande número de pessoas de fora foi chegando e invadindo as terras e, por conta dessa invasão, houve muita disputa.[21] Janice se lembra de que pessoas desconhecidas chegavam e pegavam seu pedaço de terra, não poupando nem mesmo as terras com lavoura dos funcionários da fábrica que lá se localizavam.

Como estas terras não eram da CAF, ela não teve como impedir a ocupação, apesar de ter tentado: as pessoas que invadiam as terras e eram expulsas retornavam em seguida. Essa disputa gerou muitos conflitos, que só se encerraram quando as autoridades

[21] Antonio Ernesto disse: "Porque o pessoal tem um negócio de falar invasão, e diz que se invade uma coisa quando tá pronto pra comer ou beber, você bota essa mesa aqui cheia de salgadinho... Aí o dono, que tá acomodando, tem muita gente, principalmente, diz: 'espera a hora, que a gente vai anunciar, todo mundo tem a participação, de comer o bolo'. Daí a pouco nego invade, tem a invasão. Isso é invasão; mas a terra não. A terra é ocupada pra fazer dar fruto" (Entrevista com Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 21/07/2010).

intervieram, através do Incra, já nos anos 1970. Janice falou que poucos funcionários da fábrica moravam nas terras da gleba América Fabril. Em geral, aquela área era local de lavoura. Suas casas eram na área do atual assentamento Cachoeira Grande, pois a maioria trabalhava na fábrica. O discurso de Janice dá uma dimensão do que parece ter significado a ocupação daquelas terras no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 (Entrevista com Janice concedida a Leonilde Medeiros em 03/05/2001).

Manoel Ferreira diz que as pessoas chegavam e logo iniciavam plantação. Algumas vezes, eram hostilizadas pela polícia e pelo pelotão do Exército, que atuavam com o objetivo de inibir sua instalação nas terras. Com o tempo, depois que ocuparam a área que posteriormente foi desapropriada pelo Incra, eles começaram a ocupar a área que mais tarde se transformou no assentamento Cachoeira Grande.

Alvino França, administrador da área rural da CAF, conta como a fábrica reagiu diante destas ocupações: "[...] primeiramente a Companhia botou policiamento aí para vigiar, para ninguém entrar. Aí veio outro policiamento mais alto que aquele e botou o pessoal para correr. Aí o pessoal entrou, mais de 500 pessoas..." (Entrevista com Alvino França, concedida a Leonilde Medeiros em 02/05/2001). Alvino França dizia que avisava à fábrica que havia pessoas invadindo as terras e não se intimidava com a chegada dessas pessoas:

> Eu ainda tinha peito de entrar no meio deles, com revólver na cintura, aquela coisa, não é? [trecho inaudível] Eu tinha que andar armado. Chegava aquela turma de Minas, de mineiro para trabalhar comigo, como é que eu ia fazer? Eu tinha que andar armado. [trecho inaudível] Nunca me dei mal. O resto que trabalhava aí comigo é tudo mal falado até hoje aí. Administrador igual eu é difícil... (Entrevista com Alvino França concedida a Leonilde Medeiros em 02/05/2001).

Este trecho revela não só a autovalorização no discurso do entrevistado, mas também dá indícios de uma possível intimidação que ele exercia sobre os demais trabalhadores.

Se em um primeiro momento, nos anos 1950 e início dos 1960, a ocupação de terras parece ter sido a principal forma para as pessoas conseguirem um lote em Conceição do Suruí e na América Fabril, nos anos seguintes a *compra da posse* afigura-se como a prática mais comum de acesso à terra. Esse foi o caso de Pelé, que explica que *comprar a posse* ou *comprar o direito* significava comprar as benfeitorias que havia na terra e não a terra em si. Pelé disse: "[...] quando a gente veio para cá era *direito*, você

comprava o pé de planta que tinha ali, o pé de manga, o pé de banana, igual eu comprei na época, mas não era terra que a gente comprava". Entretanto, só depois, quando da investida dos *grileiros*, soube que *comprou o direito* e não a terra. Esta situação também aconteceu com outras pessoas.

A história de Pelé mostra como a informação sobre terras disponíveis passava por uma rede de relações pessoais. Pelé frequentava uma das cachoeiras em Cachoeira Grande e, um dia, numa conversa com um rapaz que conheceu ali, soube que alguém estava querendo vender um sítio. Esse homem vendeu para Pelé um pedaço de terra que não lhe pertencia, o que provocou um conflito com o outro vizinho, dono dessa terra. Contou que as casas eram todas de estuque.[22] Para construir sua casa, Pelé foi na mata tirar madeira. Enquanto ele e sua esposa cortavam a madeira, o vizinho chegou com uma foice na mão questionando-o. Argumentando que aquilo não era dele, mostrou-lhe os limites, e assim ele interrompeu a atividade. Pelé foi conversar com o homem que lhe vendeu a terra e combinaram que ele lhe devolveria parte do dinheiro, o que não foi cumprido. Depois disso, Pelé construiu seu "barraquinho". Ele disse que mora em Conceição de Suruí há 40 anos e que quando lá chegou já encontrou Antonio Ernesto, Luiz (Luizão), Nascimento, Juca e Alair. Alguns deles trabalhavam para Júlio como *parceiros* (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

A *compra do direito* de posse foi utilizada por um dos entrevistados como uma forma de se diferenciar daqueles que haviam ocupado as terras. Jair disse que quando chegou à Cachoeira Grande, em 1960, já havia muita gente na região. Ele explicou que nunca ocupou terra porque gosta de ter o direito na sua mão. Com isso, pareceu querer mostrar que aquele que ocupava terra não tinha necessariamente o direito de nela permanecer, pelo menos não na mesma medida que aquele que *comprava o direito*. Perguntado sobre o que é comprar direito, ele disse: "Direito é a pessoa que ocupava, a pessoa que tinha a sua posse da terra, né, e pegava e vendia o direito [trecho inaudível], suas benfeitorias, né, suas bananas, suas canas, seu barraco" (Entrevista com Jair concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010).

[22] Antonio Ernesto explica que casa de estuque é casa de pau a pique. A casa de estuque era feita de madeira e barro. Ele disse: "amassa no pé e chuta na mão". Antonio Ernesto se lembra de que as casas dos *posseiros* em Conceição de Suruí e Cachoeira Grande eram quase todas feitas de estuque e cobertas de sapê (Entrevista com Antonio Ernesto concedida a Marco Antonio Teixeira em 12/07/2011).

Muitas pessoas que se deslocaram para a região estudada não foram identificadas como *posseiros*, porque nem todos foram ocupar terras, mas sim morar na Fazenda Cachoeira Grande, área vizinha à gleba América Fabril, onde viviam aqueles que eram contratados para trabalhar na fábrica. Eram, portanto, operários da indústria têxtil, mas que dedicavam o tempo livre do trabalho para cultivar a lavoura e produzir alimentos para o próprio consumo ou para a venda no local, feita a partir da intermediação da fábrica. Essas pessoas chegaram de diversos locais do Estado do Rio de Janeiro, mas também de outras regiões do país, com o interesse de trabalhar na fábrica e/ou na lavoura. Este é o caso da família de Janice, que chegou à Cachoeira Grande em meados dos anos 1940, quando ele ainda era criança. Antes ele morava em Italva, localidade do Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, com seus pais e sete irmãos. Seu pai mudou-se para Magé quando soube que havia oportunidades de emprego em uma fábrica. Trabalhador rural, pretendia continuar trabalhando na roça e planejava conseguir para seus filhos um emprego na fábrica. Sobre a distribuição da terra, Janice explicou: "A fábrica mandava uma pessoa ir lá, via a terra que a pessoa queria, o tamanho que a pessoa queria... Meu pai chamava Zé... 'Aqui é do seu Zé [...].' Eles davam... e comprava toda a produção" (Entrevista com Janice concedida a Leonilde Medeiros em 03/05/2001). A exigência da empresa para a concessão das terras, segundo Janice, era que toda a produção deveria ser vendida para a própria fábrica.

O que esta situação sugere é que uma rede de comunicação informal, baseada em parentesco e/ou vizinhança, se constituiu e se tornou fundamental para a circulação da informação sobre os lugares onde havia trabalho e/ou terras disponíveis para ocupar. É comum no discurso dos entrevistados a referência a algum vizinho, amigo, conhecido ou familiar que lhes informara sobre a oportunidade de ocupar terra ou conseguir trabalho num dado local.

Menezes (2002) trata da migração enquanto prática constitutiva da reprodução social das famílias camponesas do Nordeste do Brasil e da situação dos trabalhadores migrantes como segmento que constituiu a força de trabalho na *plantation* canavieira no Estado de Pernambuco. Em um dos capítulos de seu trabalho, fala sobre as redes de recrutamento de trabalhadores migrantes da região agreste da Paraíba para a Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco e mostra que o arregimentador se apoia em redes informais de parentesco e relações de amizade em sua tarefa. No entanto, para a autora,

> as redes representam, também, o espaço onde os trabalhadores trocam opiniões e informações sobre uma diversidade de aspectos relacionados à *plantation* canavieira e praticam formas de resistência espontâneas, individuais ou coletivas. Assim, eles não são inteiramente passivos diante das estratégias de controle político da usina, mas atores sociais que praticam atos de resistência (MENEZES, 2002, p. 132).

Menezes explica que a notícia sobre o recrutamento propagava-se através da transmissão oral nos municípios onde os migrantes moram. "As redes informais entre os trabalhadores atuam como o veículo mais eficiente para agregar trabalhadores e trocar informações sobre as usinas. A turma de trabalho é formada de parentes, vizinhos e amigos" (MENEZES, 2002, p. 132).

Em linhas gerais, as condições de troca de informações realizadas entre os trabalhadores nordestinos a que se refere Menezes são parecidas com as que foram encontradas nesta pesquisa.

No processo de ocupação da gleba América Fabril e Fazenda Conceição de Suruí, em Magé, assim como em outros municípios do Rio, como Duque de Caxias e Cachoeiras de Macacu, um personagem parece ter sido importante. Trata-se de Tenório Cavalcanti.[23] Influente político fluminense da época, Tenório construiu sua liderança política na Baixada Fluminense através do uso da violência e de mecanismos clientelísticos, prestando assistência e segurança.

Além da atividade política, Tenório dedicou-se também às funções de jornalista e advogado. Como jornalista, criou o jornal *Luta Democrática*, em 1954, peça fundamental para ampliar sua área de penetração e legitimar seu discurso por meio da formação de uma opinião pública favorável. Como advogado, Tenório atuou nos anos 1950 em casos

[23] Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque elegeu-se vereador, em 1936, pela União Progressista Fluminense (UPF), representando Caxias, e, durante os anos 1930 e até o fim do Estado Novo, atuou como oposição aos governos estadual e federal. Após a queda do Estado Novo, atuou como parlamentar. A conquista de postos eletivos foi importante para consolidar e ampliar sua força política, tendo maior acesso aos recursos do poder e prestígio, assim como tendo maior liberdade de ação em função da imunidade parlamentar. Em 1947, elegeu-se para a Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Ainda por este partido, ocupou uma cadeira na Câmara Federal nos pleitos de 1950, 1954 e 1958, sendo, nos dois últimos, o deputado federal mais votado do estado. Em 1960, rompeu com a UDN e candidatou-se ao governo do novo Estado da Guanabara, criado devido à transferência da Capital Federal para Brasília, pelo Partido Rural Trabalhista (PRT) e com apoio do Partido Social Progressista (PSB), eleição na qual obteve o terceiro lugar. Após dois anos, Tenório candidatou-se pelo Partido Social Trabalhista (PST) ao governo do Estado do Rio de Janeiro, obtendo o segundo lugar nas votações. Ao mesmo tempo, candidatou-se à Câmara Federal, sendo reeleito. Nestas eleições, Tenório foi apoiado pelos grupos de esquerda que ajudou a derrotar em 1960 e os quais sempre combateu. Sua campanha foi desenvolvida nos moldes populares e nacionalistas (GRYNSZPAN, 1987, 1990).

rumorosos.[24] Com sede no Rio de Janeiro, o jornal foi se expandindo e criando filiais em alguns bairros, como Campo Grande, e municípios, como Niterói, capital do Estado do Rio na época, Duque de Caxias e Magé. A inauguração da filial do jornal em Magé ocorreu em setembro de 1954, durante a campanha eleitoral de Tenório, tendo como diretor Oswaldo de Freitas. Essa sede fechou no início de 1956 (RIBEIRO, 2015).

O vínculo entre Tenório e os lavradores começou a se formar na campanha para o governo fluminense, em 1962. A *Luta Democrática* manteve sua posição favorável aos lavradores após o pleito e a derrota de Tenório. Um grupo ligado ao jornal e ao deputado passou a incentivar e até mesmo promover resistências e ocupações de terras (GRYNSZPAN, 1987, 1990). Tendo se constituído como liderança política a partir da região de Duque de Caxias, sua influência exerceu-se também em Magé.

Silveira-Lindoso diz que aproximadamente no início dos anos 1960 a região circunvizinha à área da América Fabril começou a ser agitada por correligionários do deputado. Eles buscavam ampliar a influência de Tenório no estado, sobretudo na Baixada Fluminense. Para isso, organizavam a ocupação por *posseiros* das terras dominadas pela fábrica e os orientavam sobre como proceder após a ocupação: deveriam limpar a mata e construir um barraco para marcar presença nas terras ocupadas, garantindo assim a ocupação.

A aproximação de Tenório das classes populares deve ser entendida no contexto de seu afastamento da UDN, quando empreendeu uma virada política em sua trajetória, mudando de forma radical seu discurso, propostas e alianças. De acordo com Grynszpan:

> Num quadro marcado pela polarização e a intensificação dos embates políticos, buscando diversificar e ampliar seu campo de ação alargando, ao mesmo tempo, suas áreas de penetração eleitoral, competindo localmente com setores de esquerda e trabalhistas, embora aproximando-se, no âmbito Federal, do Governo presidido por João Goulart, Tenório adotaria palavras de ordem como a da reforma agrária e o combate ao imperialismo, passando a dar suporte a manifestações e movimentos reivindicatórios operários e camponeses (GRYNSZPAN, 1990).

Deve-se deixar claro que, no pré-1964, Tenório estava afastado das forças udenistas às quais esteve ligado por muito tempo e passou a alinhar-se às forças nacionalistas e democráticas. Fez parte da frente que lutou pela posse de Jango e deu

[24] Como o "Crime da Machadinha" e o "Crime do Sacopã". No primeiro, Araci Abelha era acusada de matar seu marido e no segundo o réu era o tenente Bandeira (GRYNSZPAN, 1987, 1990).

respaldo às bandeiras reformistas (BELOCH, 1986). Sua nova posição política tornava-o inimigo do novo governo que se instaurara e por isso fora cassado após o golpe de 1964.

A presença de Tenório em Magé é lembrada por alguns entrevistados. Antonio Ernesto, antes de mudar-se para Conceição de Suruí, havia conseguido um lote de terra através dos homens que trabalhavam para Tenório Cavalcanti e que ele havia conhecido em Duque de Caxias. A manutenção de um corpo de funcionários para atuar como intermediário local de Tenório se fez necessária na medida em que o político fluminense se tornou uma figura nacional, o que reduzia as oportunidades de um contato prolongado, direto e personalizado com seus clientes. Dessa maneira, os intermediários eram uma forma de garantir a manutenção, o fortalecimento e mesmo a expansão de seus vínculos com sua clientela local (GRYNSZPAN, 1990).

Antonio Ernesto contou que homens, a mando de Tenório, dividiam os lotes da região para as pessoas que chegavam de diversos lugares do estado e do país.[25] Num contexto de crescente mobilização, no início da década de 1960, os próprios homens de Tenório ocuparam terras para em seguida trazer os *posseiros*. Para esta tarefa, o domínio no uso e na administração da violência e a experiência na constituição de grupos armados foram fundamentais (GRYNSZPAN, 1990). Uma vez que as fazendas eram ocupadas, Tenório, em Brasília, e a *Luta Democrática* começavam a pressionar com o objetivo de obter a desapropriação e a entrega destas terras aos camponeses. Grynszpan diz que, concomitante a este trabalho, comissões de *posseiros* eram formadas e levadas por Paulo Valente, primo e antigo secretário particular de Tenório, às autoridades, e manifestações eram promovidas nas cidades, sobretudo em Niterói, então capital do estado, reivindicando a terra. Quando a desapropriação era obtida, tratava-se de alardear a notícia de que ela se devia ao esforço de Tenório (GRYNSZPAN, 1990).

De acordo com Antonio Ernesto, "[Tenório Cavalcanti] foi o braço forte de todo mundo aqui. Ajudou os *posseiros* a dar cobertura, que dividiu a terra da América Fabril" (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010). Ele, porém, não quis o lote obtido através de Tenório, pois era pequeno e não seria suficiente para abrigar toda a sua família. Foi então que ele rumou para Conceição de Suruí, onde havia notícias de terras ociosas.

[25] Neste momento da entrevista, Pelé, que também participava da entrevista, concordou com Antonio Ernesto, confirmando a história que ele contava sobre Tenório. Este gesto é ilustrativo da memória dos entrevistados sobre a presença de Tenório em Magé (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

Outro entrevistado que mencionou o apoio de Tenório Cavalcanti nas ocupações de terras em Magé foi Jair, morador da gleba América Fabril. Segundo ele, Tenório levava alimento para as pessoas da região; orientava-as como proceder em determinadas ocasiões, como na elaboração de um documento, e ficava do lado do trabalhador quando este sofria pressão para deixar as terras ocupadas: "Tenório foi um grande companheiro nosso" (Entrevista com Jair, concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010). Ele conta ainda que os trabalhadores iam até a casa de Tenório em Caixas pedir ajuda quando era necessário (idem). Além disso, o fato de Tenório receber as pessoas em sua residência para lhes oferecer ajuda revela o tipo de relação de proximidade que este político buscou estabelecer com as pessoas. Citando o livro de uma das filhas de Tenório (CAVALCANTI, 1986), Grynszpan (1990) relata que Tenório havia constituído um serviço que funcionava durante todo o dia para receber as pessoas que iam lhe fazer pedidos. Para este trabalho, havia três secretárias e 30 atendentes que segmentavam as pessoas por assuntos como emprego, comida, documentos e problemas familiares.

Para Antonio Ernesto:

> Tenório Cavalcanti, pra nós, trabalhador rural, principalmente do município de Magé, Tenório Cavalcanti, nunca ensinou ninguém a matar, a roubar, foi trabalhador e sempre deu apoio. Tenório sempre falava no grupo: "se precisar matar, eu que vou matar. Vocês que precisam trabalhar, vocês trabalhem. Tem muita boca aberta; primeiro, tem a família de vocês, e segundo a cidade necessita de quem produz, inclusive pra mandar pra cidade". Tenório, pra nós, deu muito apoio. Durante os primeiros seis meses...
>
> É, em Cachoeira Grande, uma vez por mês chegava um caminhão de mantimento para os trabalhadores: carne-seca, gordura, feijão, farinha. Depois mandava ver se o pessoal tava trabalhando mesmo. Deu uma força tremenda para nós. Nós aqui desse lado, de gleba da Conceição de Suruí, tivemos menos apoio. Em Cachoeira Grande teve grande apoio de Tenório Cavalcanti.
>
> Ele dava apoio, orientação, coordenação. Não era ele, ele mandava. Tinha um tal de doutor Gerson, ele vinha uma vez por semana. Tinha gente que trabalhava pra ele, coordenando. Tinha sempre um grupo, tinha o grupo dos sete baianos. Dividia a terra e mandava os trabalhos. Era muito bom. Aqui, não. Aqui nós mesmos se dividíamos. Aqui nós, um por si e todos por um (Entrevista com Antonio Ernesto concedida a Marco Antonio Teixeira em 05/05/2010). [26]

[26] A área que Antonio Ernesto chama de Cachoeira Grande é a área da América Fabril.

Deve-se entender a atuação de Tenório junto ao campesinato como uma forma de afirmar-se como uma nova liderança no contexto nacional. Para este objetivo, aproximar-se daqueles que ganhavam destaque como atores importantes na cena política, constituindo-se em legítimo representante e porta-voz deste grupo, parecia ser uma estratégia rentável. "Por isso mesmo, seriam estabelecidos vínculos com as organizações camponesas existentes no estado, passando Tenório e seu jornal a apoiar, estimular e dar cobertura a ações suas como invasões de terras" (GRYNSZPAN, 1990, p. 18).

Apesar de manter um corpo de intermediários para atuar nos locais a seu mando, a aparição de Tenório em alguns eventos era uma maneira de o político marcar sua presença, sempre que possível, no estado e em manifestações e encontros, intervindo e prestando auxílio em problemas pontuais que surgiam (GRYNSZPAN, 1990).

Janice conta que a CAF mandava a polícia expulsar os *posseiros* que haviam ocupado as terras da gleba América Fabril e Tenório atuava no sentido de ajudar estes *posseiros* a continuar nas terras, defendendo-os de atos violentos. Outro entrevistado também se lembra da atuação de Tenório em Caxias. Ao ser perguntado sobre o que ele fez na região, ele responde:

> A única coisa que ele fez por aqui, ele chegou na América Fabril uma vez e deu uma prensa na América Fabril porque as pessoas trabalhavam e eles omitiam o direito das pessoas, então Tenório Cavalcanti chegou lá e botou uma pressão em cima deles. Isso foi em 64, quando João Goulart teve que abandonar o cargo e sair fora (Entrevista com Paulo concedida a Marco Antonio Teixeira em 01/08/2010).

Os entrevistados que fazem referência a Tenório são, em sua maioria, aqueles que estavam em Magé há mais tempo, pois sua atuação se deu no início dos anos 1960 e restringiu-se ao apoio no momento de ocupação daquela área por pessoas vindas de diferentes locais do estado e do país. A presença do político fluminense em Magé se encerrou nos primeiros meses de 1964, porque em 13 de junho desse mesmo ano, Tenório teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos com base no Ato Institucional nº 1. Beloch relata os passos de Tenório após sua cassação:

> Afastado da cena política, Tenório recolheu-se a seu reduto eleitoral, confinou-se ao ambiente em que florescera como fenômeno político-social. Permaneceu desde então a maior parte do tempo em seu sítio de Gramacho, localidade do município. Manteve, contudo, os vínculos com a população caxiense, desenvolvendo sua obra filantrópica, a Fundação São

> José e o Colégio Maria Tenório. A *Luta Democrática* ressentiu-se da marginalização do proprietário e foi declinando, com tiragens cada vez mais reduzidas, até ser arrendada em 1973 a um grupo de jornalistas encabeçado por Raul Azedo. No final de 1977, o jornal esteve a ponto de deixar de circular, sendo editado apenas esporadicamente. Sob nova propriedade, voltou às bancas em 1980 mas não conseguiu recuperar o antigo prestígio (BELOCH, 1986, p. 60).

4. Deflagração da luta pela terra na gleba América Fabril e na Fazenda Conceição de Suruí, a reação da Companhia América Fabril e o começo da repressão política contra os trabalhadores no pré-1964

Em linhas gerais, os conflitos nestes locais tiveram início a partir da resistência dos *posseiros* às ameaças de despejos empreendidas pelos *grileiros.* A CAF e os supostos donos da Fazenda Conceição de Suruí tentaram despejar os *posseiros* com a intenção de banir os novos ocupantes das terras sobre as quais diziam ter domínio. Alguns *posseiros*, entretanto, recusaram-se a deixar a terra ocupada. Foi o início de uma resistência que atravessou a segunda metade da década de 1960 e a primeira de 1970.

Em setembro de 1962, a CAF enviou um telegrama ao governador fluminense José de Carvalho Janotti, no qual informava que as terras da empresa estavam sendo invadidas por um grupo de pessoas, levadas para a região em caminhões, e cujo objetivo era subverter a ordem pública. De acordo com o documento, a intenção do grupo em permanecer nas terras era comprovada pelo fato de ali se instalarem com grande quantidade de alimentos, armazenados para durar dias (RIBEIRO, 2015). Concomitantemente, a empresa entrou com uma ação judicial solicitando reintegração de posse das áreas denominadas Cachoeira, Furtado e Porto Rico (área também conhecida genericamente como Rio do Ouro e que compreende a área aqui em estudo, a gleba América Fabril). O juiz concedeu o mandado de reintegração de posse a favor da Companhia. Enquanto isso, o governo fluminense acionou a Secretaria de Segurança Pública e enviou ao município um agente policial, Idemar da Silva Soares, destinado a "promover minuciosas investigações em torno das invasões de terra que vinham ocorrendo nas terras da Cia América Fabril" (Relatório da Delegacia de Polícia do Município de Magé de 19/12/1962, BNM 302, p. 178-189). Esse agente produziu um relatório, que serviu de base para a avaliação do juiz Nicolau Mary Júnior, que determinou que fosse instaurado um inquérito policial na delegacia de Magé contra um grupo de

pessoas consideradas como líderes da ocupação da gleba e responsáveis por tentar desencadear na prática a reforma agrária. O inquérito foi desenvolvido pelo delegado Wilson da Silva Jardim (RIBEIRO, 2015).

O relatório apontou, a partir das investigações realizadas, a participação de Gerson Chernicharo, Aprígio Ferreira da Silva, Orlando Jacinto e Terezinha Vilanova no que foi considerado a invasão das terras da Companhia América Fabril. De acordo com o relatório, todos eles eram "fiéis servidores de Gerson, incumbidos de transmitir suas ordens aos camponeses, cobrar-lhes as contribuições, distribuir-lhes as terras e acitá-los (sic) no sentido de perturbar a ordem social e política para objetivos do comunismo internacional" (idem). O grupo liderado por Gerson Chernicharo obedecia a ordens superiores do então deputado federal Tenório Cavalcanti, e isso não foi identificado pelo investigador naquela ocasião, apontou Ribeiro (2015).

O relatório indica também a existência de um outro grupo responsável pela ocupação das terras da gleba América Fabril. Trata-se de Astério dos Santos, Manoel Ferreira de Lima, Irun Sant'ana, Darcy Câmara (vulgo "Darcy Cananeia"), Manoel Paulo Filho, Valdemar de Souza (vulgo "Valdo") e Ismael Mesquita. O relator afirma que essas pessoas

> constituem outro grupo, que age de comum acordo com Gerson Chernicharo e seus prepostos, e que cooperam por todos os meios e modos para a subversão da ordem, desde a incitação à luta pela violência, até a desobediência da ordem judicial, com o mesmo objetivo de estabelecer a luta social e conflito armado para lograrem proveito ideológico, já que se trata de militantes do partido comunista (Relatório da Delegacia de Polícia do Município de Magé de 19/12/1962, BNM 302, p. 178-189).

O relatório é estruturado em alguns tópicos, sendo o primeiro a descrição dos indiciados e os demais intitulados: "Luta pela violência, atentado contra bens e desobediência coletiva"; "Comícios sem autorização da autoridade"; "Esbulho possessório"; "Atentado contra serviço de utilidade pública"; e "Estelionato". Cada um desses tópicos serviu de subsídio para o enquadramento penal dos acusados. Mencionar esses aspectos é importante para que se entenda a classificação feita pelos agentes de investigação e julgamento sobre os acontecimentos em questão, indicando uma posição favorável à CAF em detrimento dos trabalhadores.

O relatório é concluído com a indicação do indiciamento de todos os acusados supramencionados. Todos eles foram indiciados pelos seguintes crimes com base no

Código Penal: Esbulho Possessório (art. 161 §1º, II); Estelionato (art. 171); Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública (art. 265). E também foram enquadrados na Lei 1.802/53 (Lei de Crimes Contra o Estado e a Ordem Política e Social), por "incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência" (art. 12); por "incitar publicamente ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos políticos, sociais ou religiosos" (art. 15); por "instigar, publicamente, desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública" (art. 17); e por "convocar ou realizar comício ou reunião pública a céu aberto, em lugar não autorizado pela política, ou desobedecer a determinação da autoridade competente sobre a sua dissolução, quando tumultuosa ou armada" (art. 19).

Em 25 de junho de 1963, o Ministério Público Militar realizou denúncia contra os acusados e a partir disso se constituiu uma ação penal contra eles. Trata-se da ação penal 7741 e da sua apelação STM n° 38.350, que constituem o processo BNM 302. Os motivos elencados na acusação seguiram aqueles apontados no relatório mencionado, no que se refere ao Código Penal. Em relação à Lei n° 1.802, de 05/01/1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências, repetiram-se as acusações com base nos artigos 12, 15 e 17, incluiu-se o artigo 22, alínea "a" (por fazer publicamente propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política ou social) e se excluiu o artigo 19 (denúncia do Ministério Público, com data provável 25/07/1963, pois é uma data manuscrita no documento, 2ª e 3ª ocorrências, p. 10-16).

A denúncia feita pelo Ministério Público Militar apresenta uma "descrição dos fatos", da qual destacamos alguns pontos tidos como relevantes (BNM 302, p. 10-16, 1115-1116, 1277-1299). Os cinco primeiros indiciados, em ordem cronológica (Gerson Chernicharo, Terezinha Vilanova, Aprígio Ferreira da Silva, Orlando Jacinto e Ismael Mesquita)[27] são acusados de

> a pretexto de darem início à reforma agrária, em meados de 1962, encetaram movimentos de natureza subversiva contra a ordem pública, através de ocupação de vasta área de terras de propriedade da Companhia América Fabril, no 6º distrito de Magé. Assim, sob orientação dos três primeiros e com efetiva participação dos outros dois, usando de artimanhas, semeando vãs promessas, lograram captar a boa-fé de mais de trezentos humildes camponeses, uns da própria região, a maioria de plagas distantes, deste e do estado do Espírito Santo, transportando-os por meio

[27] Há a informação no processo de que os cinco indiciados pertenciam à Associação dos Lavradores de Santo Antônio, presidida por Gerson Chernicharo.

> de caminhões para o 6º distrito de Magé (Piabetá e Rio do Ouro), onde invadiram e passaram a ocupar vários alqueires de terras da aludida Companhia América Fabril, o que fizeram com ameaças graves aos diretores da empresa e seus colonos. E, concomitante, com o esbulho possessório, apossaram-se de todas as lavouras brancas situadas na localidade, devastaram diversa reservas florestais, fizeram roçadas, erigiram choupanas e algumas plantações.

As cinco pessoas mencionadas são acusadas de incitar os lavradores à luta pela violência, instigando-os a resistir ao cumprimento da medida judicial. Quanto aos demais acusados no processo, Manoel Ferreira de Lima, Valdemar de Souza, Benício Fonseca, Levy Martins dos Santos e Pedro Silva Jordão, eles são acusados de:

> com o eventual afastamento dos integrantes do primeiro grupo, assumiram o comando das novas incursões às propriedades rurais do município, o que fizeram precedido da arregimentação de lavradores de regiões estranhas, elevando a mais de quatrocentos. De então, nos meses de março e abril do corrente ano (1963), invadiram vastas áreas que compreendem a Fazenda Cachoeirinha, de propriedade de Durval de Menezes, e integrante do patrimônio da Imobiliária Durval de Menezes Ltda. e Sítio Santa Amélia, pertencente ao General Antônio Gomes Carvalheiro [...]. Como resultante do ilícito procedimento, nova eclosão se fez sentir contra a ordem político-social.

O documento menciona ainda que novas "invasões" foram registradas por inspiração dos mencionados indiciados, dessa vez no 4º Distrito de Magé. De acordo com a denúncia do Ministério Público Militar , eles usaram de processos anteriores para dirigir a ocupação das fazendas Marylandia e Caioba, de propriedade do cidadão Benjamin Fonseca Rangel, e Vale das Cascatas, pertencente a Imobiliária Goulart Ltda.

Esse segundo grupo é considerado integrante do Sindicato dos Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos de Magé, antiga Associação dos Lavradores de Magé, presidido, nas palavras do documento, pelo "extremista" Manoel Ferreira de Lima. O uso do termo "extremista" não se dá sem motivos, mas visa construir uma imagem de um inimigo radical que busca de forma extrema romper com a ordem social vigente.

No trecho do relatório citado a seguir aparece claramente a maneira como a investigação interpreta as atividades dos acusados. São esses os elementos que caracterizam o que a investigação entende como sendo um caráter subversivo dos acusados.

> Ainda os mesmos indiciados, à guisa de promoverem a reforma agrária no município, sem os suportes da lei, lançam-se aos processos violentos, com exclusivo propósito de subverter a ordem pública: aqui realizando invasões de propriedades alheias; ali promovendo comícios, reuniões, e fazendo declarações ostensivas à imprensa, concitando sempre os camponeses a se rebelaram contra as autoridades; acolá pela distribuição ostensiva de boletins agitadores, além da elaboração de planos subversivos tendentes à implantação de um estado de convulsão social.

É interessante notar que a denúncia oferecida pelo Ministério Público enquadra os indiciados em uma série de sanções previstas em lei, mas algumas dessas sanções em específico nos permitem refletir sobre a dimensão política não só da denúncia em questão, mas também da repressão frente aos conflitos no campo, que se manifestam já desde o pré-64.

Sobre esses dois grupos, vale mencionar que houve um tempo de aproximação entre eles, seguido por um momento de distanciamento. De acordo com Ribeiro (2015), o episódio que selou a parceria entre PCB e Tenório foi o conflito ocorrido na Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, no mês de agosto de 1961, após uma ordem judicial de despejo. Na ocasião,

> Os posseiros chegaram a organizar uma resistência armada, cavando inclusive trincheiras em pontos estratégicos da região. Diante desse quadro de tensão e tendo em vista que os advogados da Falerj não conseguiam demover o juiz da cidade de suas decisões, "pois espichava tudo como comunista", Pureza resolveu procurar o deputado federal, com reduto político naquele município e também advogado, para que ele pudesse defender os lavradores. "Botei o Tenório, pois precisava ganhar aquela luta com o juiz". Ao final, após grande repercussão na imprensa, o governo fluminense solicitou a revogação da decisão judicial e demonstrou interesse em desapropriar a área em litígio. Desde então, Tenório tornou-se um aliado do PCB (RIBEIRO, 2015, p. 160-161).

Segundo Ribeiro (2015), o vínculo entre os camponeses e Tenório em Magé se intensificou ao longo do ano de 1961, com a prestação de assistência e segurança aos lavradores locais por Tenório, além da publicação de diversas matérias em seu jornal sobre a luta pela terra no município.

No relatório, o investigador analisa que o grupo que ele identificou como de comunistas, formado por Manoel Ferreira de Lima, Darcy Câmara, Irun Sant'Anna, Astério dos Santos e Valdemar de Souza, com o propósito de investir na "subversão social", entrou em entendimento com Gerson Chernicharo, passando a colaborar com ele.

O relatório menciona que sequer a reintegração de posse obtida pela empresa freou o processo de chegada de novas pessoas na região levadas por Gerson.

> Tudo isso sem mencionar as acusações habituais de que os líderes dos posseiros estavam elaborando "planos subversivos tendentes à implantação de um estado de convulsão social", tendo em vista que "sem os suportes da lei, lançaram-se aos processos violentos" [BNM 302. fl.10.]. Sob este aspecto, porém, a singularidade – ao menos para aquele município – era o registro de que homens armados percorriam a região em defesa dos posseiros. Dentre os depoimentos, destacamos a fala do advogado da América Fabril, Jayme dos Santos Figueiredo, afirmando que, devido à atuação desses "bandos" nas terras de sua cliente, o gerente da fábrica teria solicitado a cessão de três soldados à fábrica de pólvora Estrela, vinculada ao Exército Brasileiro (EB), para que pudessem vistoriar a área do manancial e da usina que abastece o bairro de Pau Grande. O advogado foi ainda mais incisivo ao afirmar que os posseiros "estão ali a mando do deputado Tenório Cavalcanti", que "garantiria a permanência nas terras" [BNM 302. fls.52-53] (RIBEIRO, 2015, p 179-180).

O trecho citado oferece também mais um indício da articulação existente entre agentes privados e públicos na atuação contra os trabalhadores. De acordo com o advogado da CAF, o gerente desta fábrica solicitou o apoio do exército para vistoriar uma área da empresa. O trecho mostra também que em alguma medida havia uma articulação entre os atores locais em suas ações contra os trabalhadores, como ilustra o pedido de apoio da CAF à fábrica de pólvora Estrela.

A questão da defesa armada que o deputado oferecia aos posseiros parece ter sido um dos elementos responsáveis pelo desencadeamento de uma separação entre o grupo do Manoel Ferreira e o grupo do Tenório. Em entrevista concedida a Leonilde Medeiros ainda em 1982, citada por Ribeiro (2015), Manoel Ferreira afirma ter negado o apoio armado de Tenório. Em momento anterior, durante o depoimento que prestou no decorrer do processo do qual era acusado, Manoel Ferreira afirmou que em razão de divergências políticas, Gerson Chernicharo teria se afastado da região aproximadamente em dezembro de 1962, desaparecendo logo depois junto com os seus demais aliados. Por outro lado, Gerson também deixou claro, em depoimento, suas desavenças com Manoel Ferreira, que teriam se iniciado por "ciúmes do mesmo, devido ao seu trabalho assistencial" [BNM 302. fl.399], cita Ribeiro (2015, p. 180).

Ribeiro (2015) sugere que as investigações do processo aberto na delegacia de Magé sofreram influência das diversas ocupações de terra que se intensificam na região no pré-1964, sobretudo na área da beira da estrada Santo Aleixo-Piabetá, tais como a

Fazenda da Cachoeirinha, de propriedade de Durval de Menezes, e integrante do patrimônio da Imobiliária Durval de Menezes Ltda., e do Sítio Santa Amélia, pertencente ao general Antônio Gomes Carvalheiro. Com isso, o inquérito motivou a abertura de um processo no Superior Tribunal Militar (STM) após 1964 que só foi concluído em 1970. O processo no STM se baseava na tese de que os trabalhadores acusados estavam colocando em risco a segurança nacional, como foi comum a outros processos semelhantes na época.

Um dos resultados desse processo foi a prisão de Manoel Ferreira de Lima. Sua prisão preventiva e de outros trabalhadores havia sido decretada ainda em julho de 1963. Mas Manoel Ferreira esteve foragido até 1964, quando foi preso em 8 de abril, de acordo com Ribeiro (2015). Em entrevista concedia a Sonia Gonzaga em 1980, citada por Riberio (2015, p. 226), Manoel Ferreira relata:

> (...) Fui conduzido pra prisão de Itaboraí e naquela prisão passei sacrifícios. (...) Com dois dias veio um elemento oficial, me reconheceu e ainda disse o seguinte: "Ainda tá vivo? É muita sorte!" (...) Mais ou menos no dia 11 a polícia de Magé foi me tirar (...). Me algemaram, os braços pra trás, vim sendo espancado desde Itaboraí até Magé, só na cara (...). Pois bem, chegando na cadeia (...) mais de dez me pisaram a pele, me seguraram, isto é, algemado, então a mais de dez fiquei um molambo. Fiquei duas horas quase sem sentido (...). Fui tirado pra presença do juiz e ele então me fez a pergunta: onde é que eu estava refugiado quando da prisão preventiva. E eu contei onde estava e ele ficou um pouco duvidoso porque eu tava vizinho aqui do município. Pois bem, eu estava ali, e na hora eu disse ao Dr. Juiz que já estava quatro dias sem alimentação e que não aguentava mais pancada. (...) Então o juiz ordenou que me desse alimentação e que não me espancasse mais (...).

Manoel Ferreira de Lima e outros acusados responderam por esse processo até os anos 1970, quando ele foi concluído. Vale lembrar, entretanto, que o processo de contenção do que era visto como "atos subversivos da ordem" começou a ser desenvolvido ainda no pré-1964, durante o regime democrático, denotando que as forças conservadoras que buscavam abortar o processo de reforma agrária em gestionamento atuaram muito antes da instauração do regime civil-militar em 1964.

5. Repressão no campo: formas de violência contra os trabalhadores rurais

Em Magé, o STR foi mais um entre tantos sindicatos que fecharam no Brasil após o golpe. Nos arquivos do STR, após a ata da assembleia geral extraordinária do sindicato, realizada em 21/06/1962, o registro disponível seguinte é de 27/07/1968, por ocasião de uma assembleia eleitoral. Embora a ausência de registro de atas de assembleias não signifique necessariamente a inexistência da atuação sindical, este dado é indicativo de que, por um momento, o STR provavelmente não funcionou normalmente, produzindo registros em atas das assembleias, como era prática.

Medeiros (1989) avalia a ação dos trabalhadores rurais no pós-golpe. Para a autora, onde os sindicatos se reestruturaram, suas ações se destinaram basicamente a garantir alguns direitos conquistados antes do golpe. Em locais onde os conflitos fundiários existiam, quando o sindicato agia, era buscando garantir que os trabalhadores permanecessem na terra, seja através de ações na justiça, seja por meio do pedido de desapropriação da área com base no Estatuto da Terra.

Em Magé, a mobilização dos trabalhadores do campo não desapareceu, pelo menos nos casos da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí. A permanência da mobilização de alguns trabalhadores rurais, entretanto, não se fez sem ameaças ou perseguições.

Antonio Ernesto conta que, após o golpe de 1964, a perseguição aos trabalhadores rurais cresceu em Magé. Os despejos passaram a acontecer do dia para a noite e as intimidações aumentaram. Os *grileiros* passaram a agir com mais intensidade, inclusive com apoio dos policiais, e começaram a despejar os trabalhadores rurais de suas casas mesmo sem mandado judicial. Segundo alguns entrevistados, os policiais apenas alegavam que os trabalhadores rurais eram *subversivos* ou *comunistas* e isto era suficiente para justificar o despejo. Os policiais agiam, conforme foi relatado em algumas entrevistas, a mando dos *grileiros*, que os pagavam para executar os despejos. Para Antonio Ernesto, era um tempo difícil e por isso era preciso ter cuidado em suas ações, pois qualquer ato podia ser utilizado pela polícia como justificativa para prendê-los e/ou agredi-los.

Estas falas dão materialidade à observação de Palmeira (1985) sobre a gravidade da repressão contra os líderes sindicais e trabalhadores com militância sindical no campo, uma vez que foram atingidos pela intervenção direta do aparelho repressor estatal e pela violência privada dos proprietários. O medo de ser despejado, agredido ou mesmo assassinado fez com que inúmeros trabalhadores e suas famílias deixassem a terra

ocupada rumo a outro lugar. Outros, por sua vez, resolveram permanecer e lutar pela desapropriação.

Ao longo da década de 1960 e primeiros anos da de 1970 ocorreu também um movimento de saída de *posseiros* das terras ocupadas. Os entrevistados revelaram que este abandono deveu-se à forte pressão que os *posseiros* sofriam dos *grileiros*. A saída dos *posseiros* é, portanto, um indício de que a ação dos *grileiros*, pelo menos em parte, foi bem-sucedida. Indica também o grau de tensão a que estavam submetidos. De acordo com os entrevistados, o abandono da área aconteceu durante todo o período da luta pela terra na região, mas se intensificou nos momentos nos quais a repressão era mais forte, como no pós-golpe de 1964.

Na fala dos entrevistados, a referência ao medo da violência em suas diferentes expressões (agressões, ameaças, destruição de benfeitorias etc.) foi o principal motivo para os trabalhadores deixarem suas casas e fugirem da repressão que vinham sofrendo. Um entrevistado relatou, por exemplo, que em 1964, após uma ação do Exército, que despejou e queimou as casas de alguns *posseiros*, estes abandonaram a terra ocupada.

Outro entrevistado contou que abandonou a vida no campo e foi trabalhar na cidade devido ao perigo constante de despejo. Outros trabalhadores rurais e suas famílias tiveram o mesmo destino (Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a Leonilde Medeiros em 30/09/1982). O depoimento de Antonio Ernesto coincide com o dos entrevistados anteriores. Ele explicou que os *posseiros* deixavam suas terras porque temiam ser despejados e porque tinham medo da polícia e da violência. O fato de eventualmente aparecer alguém morto gerava ainda mais medo entre as pessoas, que temiam ser a próxima vítima. Segundo ele, somente na gleba América Fabril foram três vítimas fatais, em circunstâncias que, até hoje, permanecem sem esclarecimentos.

A ameaça ou a ocorrência de despejos e/ou atos violentos, entretanto, não provocou a saída de todos os trabalhadores das terras ocupadas. Foi significativo o número de *posseiros* que, junto com suas famílias, permaneceram na terra. Ao que parece, foi principalmente a falta de alternativas de mudança para outro local que fez com que essa fosse a opção. Mas não foi só isso. Também a concepção de que a ação dos *grileiros* era um ato injusto, pois a terra deveria pertencer a quem nela trabalhava, mobilizou famílias a não deixarem suas posses.

Antonio Ernesto está entre os que resolveram permanecer na terra. Contudo, mesmo na sua família, esta opção não foi consensual. Ele se casou com uma moça da região em 1966. A família dela, porém, deixou a terra em que vivia, pois seu pai foi

ameaçado de morte por um dos *grileiros* que, segundo Antonio Ernesto, disse que ele era "subversivo" e por isso estaria na "camisa de força" em no máximo uma semana. Diante desta ameaça, mudou-se para Piabetá, distrito de Magé que fica próximo à Fazenda Conceição de Suruí, abandonando a casa sem ao menos tentar vendê-la. Somente algum tempo depois ele retornou para "vender a posse", o que foi feito por um preço irrisório (quatro sacas de arroz e duas de milho, ainda segundo Antonio Ernesto).

Pais e irmãos de Antonio Ernesto também deixaram a Fazenda Conceição de Suruí e mudaram-se para outro local. Com o seu envolvimento na defesa da permanência dos *posseiros* na área que ocuparam, sua família passou a ser alvo de ameaças. O estopim para a mudança ocorreu após o assassinato de dois dos seus irmãos na região: um foi morto em Rio do Ouro, local próximo à Fazenda Conceição de Suruí, em 1965, com um tiro na nuca; o outro foi assassinado em Conceição. As causas do crime não foram esclarecidas. Porém, Antonio Ernesto permaneceu na terra ocupada. No trecho a seguir, ele fala sobre suas motivações para ter permanecido na Fazenda Conceição de Suruí.

> Marco: Por que o senhor resolveu ficar?
> Antonio Ernesto: Porque eu digo ó, a minha família nunca correu de rastro de onça, só quando vê a onça. Botei na cabeça que ia ficar aqui. Fiquei aqui, comecei a trabalhar, logo depois eu casei aí mesmo, com uma menina da roça mesmo, vamos fazer 44 anos de casado. Estamos aí. O homem tem que ter coragem, primeira coisa é coragem, muita fé naquilo que ele faz. O cara não pode desanimar. Ou, se ele olhar assim, se voltar no meio do caminho, mais nada dele vai pra frente (Entrevista com Antonio Ernesto concedida a Marco Antonio Teixeira em 05/05/2010).

Mais do que a recusa em perder os bens que conquistou, está presente uma concepção de que não considerava justa sua saída da terra ocupada sem direito a nada, uma vez que, depois de ter passado por momentos difíceis, conseguiu se estabelecer na terra, construir benfeitorias e produzir alimentos.

Quase todos os entrevistados se referiram, com mais ou menos detalhes, a algum episódio de despejo ou ameaça de despejo. Era comum os entrevistados falarem também sobre intimidações, agressões e até mesmo assassinatos. Em geral, era no momento do despejo ou em virtude da sua ameaça que outros atos violentos eram cometidos contra os *posseiros*. Contudo, as violências contra os trabalhadores rurais e suas famílias não se restringiram a estes momentos, embora ainda estivessem vinculados à questão da luta pela terra.

Despejos, destruição de benfeitorias, agressões físicas, assassinatos, tentativas de despejo e intimidações foram considerados atos violentos pelos atores que vivenciaram esses episódios. A quantidade de referências aos episódios de despejo ou à sua ameaça parece proporcional ao desencontro destas informações. É difícil precisar quando eles ocorreram e a sua recorrência. No entanto, a lembrança recursiva deste tipo de ação na memória dos entrevistados é indicativa de como estes atos foram marcantes.

Em geral, os entrevistados explicam que os despejos eram ações empreendidas pelos *grileiros* para expulsar os *posseiros* das terras onde eles moravam e trabalhavam. Pelé revela como essa ação era vista pelos *posseiros.*

> Despejo era tirar todo mundo da casa, né. A ideia era tirar nossos cacarecos de dentro de casa, o pouquinho que a gente tinha, botar no caminhão e levar lá na prefeitura de Magé, na época. [...] Vinha 30 carros, 15 por aqui [aponta para a rua] e 15 pela América Fabril. [...] Pegava o que a gente tivesse dentro de casa, botava no caminhão, vinha 50 policiais do batalhão de Caxias e não sei quantos aqui de Magé. Ia pegar o pouquinho que a gente tinha, os cacarecos, ia botar no caminhão, levar e despejar a gente lá em Magé, na prefeitura de Magé lá na praça (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

Para efetivarem os despejos e garantirem seu sucesso, os *grileiros* pareciam estruturar uma rede de colaboradores. O despejo era empreendido por policiais, Exército e/ou por uma polícia privada (identificados pelos entrevistados, muitas vezes, como *jagunços*) e ainda contava com o apoio da Prefeitura de Magé, conforme mencionado no depoimento citado anteriormente. Todos eles estavam vinculados, na percepção dos trabalhadores, a algum *grileiro*, que era o mandante da ação. No trecho a seguir, Janice Duarte ressalta a vinculação entre a fábrica (*grileira*), no caso da disputa por terra na gleba América Fabril, e o Exército e a polícia em uma ação de despejo.

> [...] a fábrica botava o Exército em cima deles [os posseiros], eles dormiam no mato, vinham aqui mesmo, tem muita história aí que eles dormiam no mato.
> Marco: Por quê?
> Janice: Porque senão a polícia vinha e apanhava eles a mando da fábrica (Entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010).

A vinculação entre *grileiros* e policiais aparece também na fala de Antonio Ernesto, bem como a perseguição e vigilância a que estavam submetidos alguns *posseiros*: "O problema do *grileiro* naquela época é porque eles perseguiam com a

polícia, com os jagunços, eles observavam até a hora que o cara ia à cidade fazer uma compra. O cara tinha que ir de dia e voltar de dia porque de noite era mais difícil" (Entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 05/05/2010). Na mesma entrevista, o trecho abaixo, no qual Antonio Ernesto discorre sobre o episódio de um homem que foi assassinado, é elucidativo das forças que cometiam atos violento contra os *posseiros*, mostrando a vinculação entre ação privada (dos *grileiros*) e forças do Estado.

> Antonio Ernesto: Teve companheiro nosso, Manuel Francisco Flor, morava no quilômetro 5,5 da Rio-Friburgo, sumiram com ele. [...] Ficou quatro dias os urubus já estavam comendo ele no campo, trabalhando na roça. E outros companheiros que sumiram, que até hoje ninguém sabe onde que entrou. Tempo da ditadura eles sumiam com o cara que ninguém via.
> Marco: Quem era que sumia com essas pessoas?
> Antonio Ernesto: Eram os grileiros.

Antonio Ernesto atribui a violência à ditadura, mas quando perguntado sobre quem cometeu o ato violento, responde que foram os *grileiros*. O que esta história revela, longe de ser uma confusão sobre os adversários dos trabalhadores rurais na luta pela terra, é a dupla perseguição a que estes sujeitos estiveram submetidos, como ressalta Palmeira (1985).

Para executar os despejos os *grileiros* contavam também, em algumas situações, com a conivência do Poder Judiciário de Magé, nos casos dos despejos executados por ação judicial. Segundo Altamir Pettersen, que foi assessor jurídico da Fetag/RJ e do STR de Magé nos anos 1970 e posteriormente se tornou assessor jurídico da Contag, os despejos, até o final dos anos 1960, eram coletivos: os advogados dos *grileiros* argumentavam que a terra em questão havia sido invadida por várias pessoas antes de 1964 e requeriam a posse da terra de volta. A partir de fins dos anos 1960 e início da década de 1970, as ações de despejo passaram a ser individuais, visando à expulsão de um ou outro trabalhador (Entrevista com Altamir Pettersen concedida a Marco Antonio Teixeira em 23/06/2011).

Em geral, após expulsar os trabalhadores e suas famílias das terras ocupadas, casas e lavouras eram destruídas. No trecho a seguir, Janice Duarte fala sobre este tipo de ação na gleba América Fabril.

> Marco: O senhor não disse que às vezes a polícia, ou o jagunço, ia lá derrubar as casas... E aí as pessoas ficavam onde?

> Janice: Caía no mato, se ficasse lá, ia preso. [...] Eles queriam usar o caminhão do meu irmão pra derrubar a casa ali, que o caminhão era forte. Mandavam meu irmão ir pra lá derrubar as casas do pessoal. Meu irmão não ia não. Quase que mandaram meu irmão embora.
> Marco: Quem mandava?
> Janice: A fábrica. Mandava ele encostar a carroceria do caminhão pra derrubar as casas. Ali, naquela beira da rua ali, meu irmão foi derrubar, o outro motorista pegou o caminhão e foi derrubar as casas, pegava a carroceria do caminhão e derrubava.
> Marco: E as coisas que estavam dentro?
> Janice: Quebrava tudo. Não era quase nada, né... E o pessoal entrava no mato.
> Marco: Mas ninguém ia embora daqui...
> Janice: Voltava. Voltava e fazia o barraco de novo. E foi essa luta até desapropriar (Entrevista com Janice Duarte, concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010).

Já Pelé se refere à destruição das casas dos *posseiros* como parte das ações de despejo na Fazenda Conceição de Suruí.

> Pelé: Derrubaram a casa, [...] a casa ali do seu Nascimento. Derrubaram a casa ali no meio, tinha morador, só que tiraram as coisas para fora, para derrubar a casa. [...]
> Marco: Foram muitas vezes que eles vieram derrubar casa?
> Pelé: Aqui dentro, que eu saiba, a casa do seu Nascimento, com telhado e tudo, só tirou as coisas para fora. No brejo, uma vez. Uma vez só. Ali era até do Cici, uma barraquinha que ele tem no meio do mato, ali embaixo (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

A casa de Pelé também foi alvo da ação de despejo. Contudo, ele conseguiu negociar com o *grileiro* e se manter na terra ocupada. No trecho a seguir, ele explica como se deu essa negociação.

> Eu expliquei para ele: "olha, eu comprei isso aqui pensando que era terra, mas se eu comprei o direito, se é do Doutor Leão [...] se a terra é do fazendeiro, só tem uma coisa, eu tô devendo mercado, eu vou ver quanto eu tô devendo do mercado, que eu compro adubo, compro muita coisa, semente, que vem de São Paulo, ele me paga esse dinheiro e eu tenho família, me dá dinheiro, eu vou alugar um quarto para botar minha família". Não falei isso pra ele, mas eu tinha um lugar em Caxias que, graças a Deus, eu podia botar minha família, se fosse no caso, né. Aí ele foi, conversamos. Ele chegou lá em casa com tanto medo que ele chegou lá em casa num burro branco, uma mula, sei lá o que é que era, que ele não quis apear da mula, ele botou a mula para frente da rua. Eu morava num barraco de sapê lá no cantinho. Ele chegou e tal, pediu licença, virou a

> mula de fora, frente pra rua, "eu queria conversar com o senhor". Porque meu vizinho lá, o seu Zé, quis cortar ele de foice. E acho que por isso também quiseram cortar a casa lá de cima. Aí eu falei: "não, o senhor não veio conversar comigo, então o senhor apeia da mula". Eu tinha um banco lá, só que não era um banco assim, era de pé de árvore...
> – "O senhor apeia, a gente toma um café e conversa".
> – "Não, eu tô com um pouquinho de pressa"...
> – "Mas o senhor tem que apear da mula"... Aí ele, com um chapeuzão, apeou da mula, a mulher fez café, nós tomamos café.
> – "Vim aqui falar com o senhor porque o Garcia [*grileiro*] mandou eu fazer uma proposta ao senhor".
> – "Proposta de quê?"
> – "O senhor pode ficar morando na casa, mas ele vai acertar com o senhor e o senhor fica trabalhando pra ele". Falei:
> – "Não, o senhor não leva a mal, mas não vou ficar trabalhando pra ele. Eu tenho uma profissãozinha, não é lá grandes coisa, mas eu tenho uma profissãozinha, eu trabalho porque eu posso viver disso aqui, mas se o terreno é dele eu não vou discutir com ele, eu mando carga pro mercado, tenho negócio no mercado, eu vou ver quanto tô devendo no mercado, semente". Aí expliquei tudo pra ele: "eu compro semente no mercado, semente de vagem, semente de quiabo, adubo, vem lá de São Paulo, de Campinas, a gente não compra aqui no Rio, a gente compra lá de fora que é uma semente mais apurada, melhor. Pimentão..." Aí conversando tudo com ele direitinho, né, parece que ele perdeu o medo, que ele viu que não gosto de confusão, tamo lá tomando café e ele foi embora. Quando é um dia, ele passou, ele e o patrão dele. Aí eu escutei quando ele falou pro patrão dele "olha, ali mora um escurinho, mas ele é muito educado, ele me tratou muito bem, o senhor vê o que senhor pode fazer por ele". [...] Então graças a Deus meu barraco não foi derrubado. Talvez se eu saio na ignorância com ele, meu barraco era derrubado também, mas como eu tratei ele bem, conversamos, ele perdeu o medo, que ele chegou com a mula já na posição de partida, com medo, amarrou a mula e nós conversamos. Graças a Deus até hoje tô aí. É isso aí (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

Como se pode verificar, além das lutas coletivas, das ações e estratégias traçadas coletivamente pelos trabalhadores para resistirem aos despejos, havia espaço para manobras e negociações individuais. Interessante destacar como Pelé retratou no trecho citado a pessoa enviada pelo *grileiro* para despejá-lo ou pelo menos intimidá-lo. Tratava-se de um sujeito que temia os trabalhadores, uma vez que havia sido vítima de um ato violento praticado por um trabalhador. Este fato demonstra que a tensão instalada nessas áreas se dava não só entre os *posseiros*, que temiam o despejo, mas também entre os *grileiros*. A gravidade da situação podia provocar um ato violento por qualquer uma das partes, com resultados imprevistos, embora fossem os *grileiros* que detinham mais poder

político, econômico e repressivo para agir contra os *posseiros,* inclusive com apoio de setores do Estado.

Mas as benfeitorias dos lavradores não eram o único alvo das ações dos *grileiros*. Os próprios *posseiros* foram fisicamente agredidos, segundo alguns entrevistados. Janice, que na época era funcionário da fábrica e vivia na Fazenda Cachoeira Grande, pôde ver os acontecimentos ocorridos na gleba América Fabril. Ele contou que a polícia tirava os moradores das suas casas através de agressões físicas: "Porque o pessoal era tirado daqui embaixo de porrete mesmo. A lei aqui, não discutia no Fórum não, a polícia chegava aqui batia em todo mundo..." (Entrevista com Janice Duarte concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010). Na entrevista com Antonio Ernesto e Celita, eles também citaram casos de agressões físicas dos policiais contra os *posseiros* nos momentos dos despejos. Sobre estes casos eles contaram:

> Marco: E como eles despejavam todo mundo?
> Celita: A polícia.
> Marco: Eles chegavam e faziam o quê?
> Celita: Enfiavam o cacete.
> Antonio Ernesto: Bate, três, cinco, seis que tão ganhando dinheiro com isso, mete a mão, bota abaixo. [...]
> Marco: Quebravam as coisas...
> Antonio Ernesto: É, quebra tudo, não pode fazer nada (Entrevista com Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 21/07/2010).

O próprio Antonio Ernesto foi vítima de uma tocaia dos *grileiros*, que tentaram matá-lo:

> Antonio Ernesto: Escapei da morte, me cercou pra me matar quatro da manhã, tocaia.
> Marco: Como foi isso?
> Antonio Ernesto: Aqui, nesse morro ali. 1975, por aí. Eu ia pra luta quatro da manhã.
> Marco: O senhor estava indo para onde?
> Antonio Ernesto: Trabalhar, pro Rio. A bem dos trabalhadores.
> Marco: E o que aconteceu?
> Antonio Ernesto: Os dois caras meteram a lanterna, igual caçador faz com a paca, com o gambá, com o bicho do mato. Fogo [...], pulei na pirambeira, cabei a camisa, igual lagarto, de costas, mais de cinquenta metros dentro do mato (idem).

Antonio Ernesto falou mais sobre este episódio em outro trecho da mesma entrevista:

> Quando eu escutei, mais de 40 metros, o cara gritou, sentou a lanterna na minha cara, "é ele mesmo, fogo nele!", vazei de costas mesmo, a pirambeira, sumi, no meio do mato. Saí na casa de um amigo que mora até hoje, chama-se Pelé. Hoje eu tô contando a história, mas muitos companheiros, muitos amigos, até hoje velho, vai contar a história do que ele sofreu, que ele passou (idem).

A perseguição sobre Antonio Ernesto parece ter sido intensa, possivelmente por ele ter sido uma das principais lideranças na luta contra os *grileiros* na região. Já com o gravador desligado, ele contou que a cada dia saía com uma roupa diferente para escapar da vigilância. O controle sobre Antonio Ernesto foi feito também pela Polícia Federal. Ele precisou mensalmente, durante cerca de um ano, em 1970, se apresentar para essa polícia. Em todas as situações, ele era interrogado sobre o que fazia, por onde passava, se viajava, entre outros assuntos. O interrogatório durava cerca de duas horas e no fim ele era obrigado a aguardar ser liberado, o que só ocorria no fim do dia. Segundo Antonio Ernesto, foi sua passagem por Brasília, quando trabalhou como cozinheiro para os militares, antes de envolver-se com os conflitos sociais no campo, que o salvou desse interrogatório. O trecho a seguir revela a perseguição e a investigação que era feita da vida das pessoas consideradas uma ameaça pelo regime. Mas também indica como, em certas situações, os perseguidos conseguiam escapar devido às relações pessoais construídas em suas trajetórias.

> Sabe por que eu escapei da Dops [Departamento de Ordem Política e Social]? Eles queriam me enquadrar. Primeiro era... Conhecido como subversivo, quer dizer, comunista, eles lutaram muito. Sabe o que me salvou? Porque antes de eu vir pra área rural, na fundação de Brasília, em 58, eu fui trabalhar pra uma empresa que o diretor, dono da empresa, era militar. Morava lá na Urca, o general já velhinho, [...] era o dono da empresa, [...] na época que eu conheci ele era major, depois passou pra coronel. Chegou a ser chefe de gabinete de Jânio Quadros que renunciou, estava lá em Brasília. Trabalhei três anos com ele, era cozinheiro dele. [...] Aí fiquei três anos lá, depois pedi demissão e vim embora. Aí lutaram, lutaram, até descobrir quando eu andei, por onde eu passei, o que eu fiz, o que eu não fiz, outras empresas que eu trabalhei, trabalhei no Moinho da Luz, que é macarrão, biscoito, e eu trabalhei na parte que é divisão de duas fábricas, uma é fábrica de vela de solda. Era operador de máquina, trabalhei 11 meses. Eles correram tudo... [...] Saber o que eu fiz, lá em Brasília o que eu fazia, se eu aprontei alguma coisa durante os três anos e

> tal, aí pedra noventa que eu pedi demissão, me aborreci com uma amiga lá do coronel, queria me gritar e eu não aceitei, que ela era amiga lá do coronel. [...] Tratei do pai dele muito bem, [...] lá na Urca, ele até chorou quando eu vim embora... [...] Então, trabalhei, tinha lá outro general, [...] Alencastro, tinha o coronel [...] de não sei que lá, não lembro mais, [trecho inaudível] era administrador de empresa, chefe de escritório geral lá em Brasília, então gente tudo assim, legal, saí bem com eles. Me salvou, bateu minha ficha, isso é tudo trabalhador, pedra noventa, cumpriu, tanto que ninguém me mandou embora, pediu demissão, não sei onde que anda. E eu estava aqui lutando. Aí o delegado da Dops em Niterói, que era estado ainda, no último dia ele falou comigo, aí acabou. Foi difícil, [...] "daqui a Brasília, por onde você passou, durante o tempo que você tá no Rio, você tá livre a partir hoje. Só se você cometer, a partir de hoje, outra coisa qualquer. Você trabalha em cima da linha, hein. Algumas coisas, algumas manobras suas, todo mundo tem que ter, pra ganhar o trabalhador, pra defender o trabalhador. Ser subversivo igual taxaram você, comunista, você não tem nada. Tem nada disso". [...] Aí zerou. Fiquei livre (idem).

Além de assassinatos, Antonio Ernesto contou que muita gente desapareceu durante a ditadura, em Magé. Ele citou o destino trágico de dois dos seus companheiros, narrando detalhes de como os assassinos faziam para sumir com o corpo das suas vítimas.

> A gente tinha um companheiro chamado Zé da Bota, mataram ele trabalhando [...]. O outro companheiro que era [...], ficou três dias e três noites, o urubu já tava começando a comer ele [...]. Naquela época eles usavam muito. Pegavam o cara, as duas pernas, os dois braços, levava pro rio, com mais de três metros de fundura, quatro metros, amarrava um arame forte no pescoço e uma pedra de vinte quilos e jogava. A pedra afundava ele, levava, aí o peixe comia, acabou. Ia responder o quê? Acabou. O tempo da ditadura foi muito difícil. O Manuel Francisco Flor, é até pernambucano ele, a família dele passou a morar em [trecho inaudível], estive duas vezes lá para dar assistência à mulher dele, porque ele sumiu, não tinha nada. Para conseguir uma pensão por desaparecimento (Entrevista com Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 31/10/2010).

Celita também fala sobre as pessoas desaparecidas.

> Às vezes sumia com você, ou sumia com Antonio Ernesto, e boca fechada pra não sumir também. Você não vê na televisão até hoje que estão procurando parente daquela época? Era assim (idem).

Jair afirmou, em entrevista, que após 1964 muita gente sumiu e a pressão em cima dos líderes começou. Muitos colegas foram apanhados. Jair se salvou porque ele dizia para a polícia e o Exército que não tinha nada a ver com aquele movimento de luta pela

terra. Seu argumento era que ele trabalhava com o frete do caminhão que tinha e os trabalhadores rurais eram um dos clientes. Segundo seu depoimento, alguns colegas estão em cadeira de rodas porque foram torturados, inclusive gente de Magé. Comenta ainda que a época da ditadura foi de muito sofrimento e tristeza, e que só não foi pego porque Deus o guardou, pois ele estava sempre junto com as pessoas envolvidas na luta pela terra (Entrevista com Jair concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010).

Para além dos atos violentos em si, como as destruições de casas e lavouras, agressões, assassinatos e sumiços, a tensão vivida cotidianamente pelos trabalhadores de que algum desses atos pudesse vir a acontecer é constantemente lembrada nas entrevistas. Pelé falou sobre a insegurança que vivia no tempo em que era *posseiro*, pois temia que os *grileiros* o expulsasse das terras ocupadas:

> A gente aqui tinha aquela coisa: você amanhecia, não sabia que ia anoitecer. Anoitecia... Era sempre assim. Porque os grileiros... Tinha o tal do doutor Leão, tinha o tal do doutor Adriano Gonçalves Pereira, que era um português, uma tal de viúva Conceição Izabel Fontes, que eu não conheci ela, mas era muito falada na época. Então era aquilo, a gente plantava uma batata, não sabia que ia colher a batata, plantava o aipim, não sabia que ia colher (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

As entrevistas citadas aqui revelam casos de mortos e desaparecidos no período da ditadura civil-militar que não entraram nas estatísticas. Indicam que foi significativa a violência que se abateu sobre os trabalhadores rurais já no imediato pós-golpe. Embora se restrinja a um estudo de caso, a pesquisa, ao revelar aspectos da repressão política que se abateu contra trabalhadores rurais de Magé, situação até então pouco conhecida pela literatura acadêmica, aponta para a necessidade de realização de outros estudos que venham dar visibilidade às histórias de homes e mulheres que viviam no campo brasileiro, muitos deles atingidos pela ditadura e até hoje invisibilizados.

Referências bibliográficas

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão.* Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

CASTIGLIONI, A. H. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. *Geografares*, nº 7, 2009.

CAVALCANTI, Sandra Tenório. *Tenório, Meu Pai*. São Paulo: Global, 1986.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: (1950-1964)*. 2 v. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

GRYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 14, 1990.

GRYNSZPAN, Mario. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato).

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, São Paulo, 1995.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro; João Pessoa, PB: Relume Dumará; EDUFPB, 2002.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Retalhos de memórias: trabalho e identidade nas falas de operários têxteis do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1992.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RIBEIRO, Felipe. *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social). FFP/UERJ, São Gonçalo, 2009.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973*). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

SILVEIRA-LINDOSO, Maria José. *A ambiguidade na transformação: um estudo sobre ideologia*. São Paulo: USP, 1983.

TEIXEIRA, Marco Antonio. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

THOMPSON, Edward P. (1987). *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. v. 1. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEID, Elisabeth Von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O fio da meada; estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril: 1878-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

Capitulo 4

Conflitos fundiários em Duque de Caxias e Nova Iguaçu: repressão e formas de resistência

Aline Borghoff Maia[*]
Elisandra de Araújo Galvão[†]
Leonilde Servolo de Medeiros[‡]

1. Introdução

Para além de uma região circunscrita a determinadas características fisiográficas[1], a conceituação da Baixada Fluminense foi e continua sendo objeto de disputas interpretativas que incorporam à sua definição geográfica aspectos de natureza política, social e econômica. Ao longo do tempo, diversas foram as abordagens analíticas que se debruçaram sobre a área e um olhar sobre os trabalhos sobre ela produzidos revelam significativos capítulos de sua história.

As primeiras obras sobre a Baixada – memórias e relatos de viajantes – descrevem, tendo como referência o mundo europeu, os aspectos da ocupação da região do período colonial até o início do século XIX (ARAUJO, 1945 e HILAIRE, 1932). Os anos 1930, marcados, entre outros fatos importantes, pela comemoração de 100 anos de fundação da Vila Iguaçu, inauguraram uma fase de produção historiográfica enaltecedora da relação profícua da região com a metrópole mercantil carioca em razão dos ciclos da cana, do café, do ouro e da laranja. A década de 1950, por sua vez, impulsionou a realização de estudos, parte deles ligados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

[*] Aline Borghoff Maia, bacharel e licenciada em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).
[†] Elisandra de Araújo Galvão, graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestre pelo Programa de Educação, Gestão e Difusão em Biociências da UFRJ e doutoranda no CPDA/UFRRJ.
[‡] Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Programa do CPDA/UFRRJ. Pesquisadora do CNPQ e do Programa Cientistas do Nosso Estado da Faperj.
[1] Geograficamente, a Baixada Fluminense corresponderia à região de planícies que se estendem entre o litoral e a Serra do Mar, indo do município de Campos até o de Itaguaí. Outro conceito geográfico recorrente é o de Baixada ou Recôncavo da Guanabara, que restringe a região ao entorno da Baía de Guanabara, indo de Cachoeiras de Macacu à Itaguaí. (GEIGER e SANTOS, 1955 *Apud* ALVES, 1988, p. 15).

interessados em discutir as gradativas mudanças provocadas pelo intenso processo de urbanização que atinge a área. A relação com o Rio de Janeiro passou, neste período, a ganhar relevância analítica interdisciplinar (GEIGER e SANTOS, 1955). Este viés de abordagem se aprofundou a partir da segunda metade dos anos 1970 em decorrência da fusão entre o Estado da Guanabara (correspondente à cidade do Rio de Janeiro, capital federal até 1961 e, portanto, com administração autônoma) e o Estado do Rio de Janeiro;[2] e, mais recentemente, em virtude da reincorporação da Baixada à Região Metropolitana do estado, a despeito da consolidação de sua "vocação" eminentemente periférica (ABREU, 1988; ALVES, 1998).

De acordo com Grynszpan (1987), e em consonância com as tendências das abordagens rapidamente sistematizadas acima, o termo Baixada Fluminense e suas definições mais populares carregam consigo uma conotação marcadamente urbana. Muito embora a história da região não possa ser entendida sem que sejam devidamente consideradas sua relação direta com as dinâmicas da cidade do Rio de Janeiro e sua rápida reincorporação à área metropolitana, o autor chama atenção para o fato de que a urbanização trabalhada como "um dado, sem indicar os deslocamentos sociais e possíveis atritos gerados por esses processos" (GRYNSZPAN, 1987, p. 19), é fundamental, mas insuficiente como chave de compreensão da realidade e dos problemas próprios do meio rural, onde eclodem sérios conflitos a partir da década de 1950.

Tendo em perspectiva tais considerações, o presente capítulo buscará, ainda que de maneira introdutória, refletir sobre a história da Baixada Fluminense – ou, mais bem, de determinadas áreas que compõem tal região – a partir da ênfase nas dinâmicas conflitivas, repressivas e de resistência deflagradas em seu universo rural. De maneira mais específica, se debruçará sobre os conflitos ocorridos na localidade de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu e nas terras das fazendas São Lourenço e Capivari, em Duque de Caxias.

Para atingir tais objetivos, empreenderemos, nas páginas seguintes, uma contextualização histórica que tentará fornecer um panorama da sólida estrutura de dominação, alicerçada na articulação entre mandatários locais, políticos e setores econômicos e operacionalizada através de diferentes estratégias de violência e repressão, que caracteriza toda a Baixada e repercute aguçadamente nas suas áreas rurais.

[2] Nos anos 1970, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem) nominou a Baixada Fluminense como Unidade Urbana Integrada à Oeste (UUIO) a partir de características urbanas consideradas mais importantes que as rurais. Para a Fundação, a Baixada compreendia os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti (MARQUES, 2006, p. 8).

Discutiremos, assim, as bases da ocupação da região no período colonial; os ciclos econômicos em suas fases profícuas e "decadentes"; a onda de loteamentos que se iniciou nos anos 1930; os processos de industrialização, crescimento populacional e proletarização que se acentuaram nos anos 1950; e, finalmente, nos concentraremos nos efeitos da ditadura civil militar no poder local e nas dinâmicas próprias à questão agrária das localidades em estudo.

2. O quadro geral dos conflitos na Baixada: antecedentes

2.1. Das freguesias coloniais à "decadência" no século XIX

No século XVI, o que hoje conhecemos como os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Japeri, Queimados, Nilópolis, Belford Roxo e Mesquita faziam parte da sesmaria Iguassu, doada a Brás Cubas, porém apenas ocupada anos depois por Cristóvão Monteiro e pela Ordem de São Bento do Brasil (MARQUES, 2006, p. 8).

Orientada, a partir de 1566, para a economia açucareira,[3] a ocupação inicial da região no período colonial organizou suas bases em pequenos núcleos, denominados "freguesias",[4] tendo por polo uma igreja, um pequeno comércio e portos para escoamento de mercadorias. Ao analisar as negociações e trocas de favores entre a Coroa portuguesa, os proprietários de terras e a Igreja na organização de tais povoamentos, Alves (1998) chama atenção para o imbricamento, já embrionário, dos interesses que movimentavam o poder local.

Ainda que os engenhos de açúcar tenham prosperado por certo tempo, o posicionamento geográfico da Baixada acabaria por defini-la, acima de tudo, como uma zona intermediária cortada por caminhos que ligavam os portos fluviais e marítimos, como o Porto das Caixas, Magé, Inhomirim e Estrela, ao interior. O crescimento da circulação do ouro em Minas Gerais a partir do final do século XVII impulsionou uma verdadeira disputa entre proprietários de fazendas pela construção e domínio das rotas

[3] A produção de açúcar para exportação predominava na região como principal atividade econômica, mas havia cultivos de farinha, milho, arroz, arroz e feijão, destinados à subsistência e ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, além de extração de madeira.

[4] Eram elas: Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu, São João de Meriti, São Nicolau de Sururuí, Santo Antônio de Jacutinga, Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu e Nossa Senhora de Marapicu (ALVES, 1998, p. 29-30).

mais cobiçadas e lucrativas.[5] Os jogos de poder e influência que reestruturaram a fisionomia da região por meio da abertura de passagens de mercadorias assemelhavam-se, guardadas as devidas proporções, aos processos de construção de ferrovias e rodovias que discutiremos mais adiante.

Em 1833, a freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu conquistou sua autonomia política e tornou-se sede da vila que compreendia as freguesias de Jacutinga, Piedade, Meriti, Pilar e Inhomirim. Sobre a formação deste primeiro "latifúndio político", Alves argumenta que

> A nobiliarquia dos grandes proprietários, com a criação da vila, passou a interferir diretamente na escolha dos administradores, na organização das câmaras, na concessão de títulos de nobreza e na influência dos postos políticos. Estabeleciam-se as raízes de um coronelismo poderoso, capaz de se renovar e se perpetuar ao longo da história da Baixada. (ALVES, 1998, p. 34)

Conformando um monopólio ilegal do comércio de lenha, os quilombos formados desde 1812 na vila Iguaçu representavam a única grande divergência frente à estrutura de poder que estava sendo constituída e, segundo o mesmo autor citado acima, muito têm a dizer sobre as relações – que se perpetuariam ao longo dos anos - constituídas pelas elites econômicas e políticas da região. Num quadro amplo, o comércio estabeleceu-se a partir da diluição das fronteiras entre o legal e o ilegal, promovido com o objetivo de maximizar a atenção de determinados interesses formando, assim, "um setor dominante intocável que canalizava os benefícios para si ao mesmo tempo em que estimulava um setor intermediário como cúmplice e estigmatizava os reais responsáveis pelos seus ganhos por meio da violência legal" (ALVES, 1988, p. 40).

Após o declínio dos ciclos da cana, do açúcar e do ouro, as terras da Baixada Fluminense com saída para as vias fluviais e marítimas voltaram a ser utilizadas no auge do ciclo cafeeiro, para o escoamento da produção vinda de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e do interior do Rio de Janeiro. Ainda que partes das encostas da Serra do Mar tenham sido cultivadas, a inserção da região na economia do café se deu, basicamente, por meio das transações referentes à exportação dos grãos. Muito embora as atividades desta natureza tenham, durante algum tempo, permitido significativo

[5] São algumas delas: Caminho Novo (ou Caminho do Pilar), aberto por Garcia Rodrigues Paes em 1704, e Caminho do Tinguá, aberto por Bernardo Soares de Proença, que beneficiava a fazenda do Guandu (onde hoje é Japeri), cujo proprietário era Pedro Dias Paes Leme. (ALVES, 1998, p. 33)

acúmulo de riquezas e proporcionado alguma prosperidade às vilas que se desenvolviam em torno dos portos, dois fatores interligados começaram a revelar a fragilidade das estruturas econômicas sobre as quais a Baixada se apoiava: o transporte fluvial, cada vez mais prejudicado pelos efeitos do desmatamento e do assoreamento dos rios, foi gradativamente perdendo espaço, na segunda metade do século XIX, pela intensificação da construção das redes ferroviárias no país.

Em 1854, foi inaugurada, pelo barão de Mauá, com o objetivo de consolidar o porto do Rio de Janeiro na rota da exportação do café, a primeira estrada de ferro do Brasil, que ligava o porto de Mauá à fazenda de Fragoso e, depois, a Raiz da Serra e a Petrópolis. Iguaçu e Estrela, dois dos principais portos da Baixada Fluminense, foram rapidamente se tornando obsoletos, pois não podiam, obviamente, concorrer em pé de igualdade com a nova tecnologia de transporte. Contribuindo para tal cenário, em 1855 começou a ser construída a Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil) que, em 1858, inaugurou seu primeiro trecho ligando Maxambomba (atual Nova Iguaçu) à Queimados e a Belém (atual Japeri).

A obsolescência das vias fluviais desencadeou uma crise generalizada nas áreas que, ao longo de três séculos, haviam conseguido se manter na função de servirem como entrepostos comerciais. Por um lado, o descuido com os rios provocou graves epidemias de cólera e malária que vitimou centenas de pessoas e afugentou outras tantas da região; por outro, a falta de alimentos e seu alto preço, a marcha cafeeira rumo ao Vale do Paraíba e São Paulo e a ascendente economia canavieira em Campos estimularam um movimento migratório que, além de esvaziar, do ponto de vista populacional, a Baixada, reduziu a níveis insignificantes sua produção agrícola para abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.

As condições ambientais degradadas pelo impaludismo, a reduzida capacidade de acumulação de capitais pelos proprietários fluminenses, os impactos provocados pelo término da escravidão e pela consequente escassez de força de trabalho para movimentar a produção agrícola decadente do café, inauguraram diversas narrativas sobre a "decadência" na qual mergulhou a Baixada Fluminense em fins do século XIX (SOUZA, 2006, p. 17). Buscando problematizar a categoria tão acionada para descrever o período narrado, Souza (2006) advoga o cuidado que devemos ter para não confundir uma situação de crise com o desmonte absoluto da estrutura agrária da região. Neste sentido, sem a lente da "decadência" e do "abandono", Silveira (1987) analisa a estrutura fundiária

de Iguaçu e revela que, no momento histórico ora em discussão, havia em andamento um processo relevante de concentração de terras.[6] Sobre tal informação, Souza reflete que

> O processo de concentração fundiária (identificado por Silveira) não poderia ser concebido em uma área totalmente degradada e decadente. Pensar a decadência em tempo integral e, sobretudo, confundir crise com a impossibilidade total de acumulação pode nos impedir de estabelecer um olhar mais aprofundado acerca do processo histórico vivido. Assim sendo, estaríamos indicando a inviabilidade do capitalismo e a falência daqueles que, ainda naquele momento, constituíam as forças dominantes na região (SOUZA, 2006, p. 20).

Nesta mesma direção, Grynszpan (1987, p. 30) argumenta que a categoria "decadência" não se esgota em si mesma, pois pressupõe um momento de prosperidade que, no caso da Baixada, é associado ao predomínio dos grandes senhores e da cultura da cana.

Contribuindo para a desconstrução da ideia de "decadência", Mendonça (1977) afirma que a crise deflagrada na Baixada Fluminense atingiu, ainda que em proporções distintas, toda a economia fluminense, centrada na monocultura do café baseada no trabalho escravo. Longe de representar o desmonte definitivo da economia agrária fluminense, a autora apresenta as políticas construídas de revalorização agrícola implementadas pelos governos estaduais no início do século XX, especialmente o de Nilo Peçanha, buscando assegurar a diversificação da agricultura, o abastecimento interno da capital e a redução da crise dos cofres públicos (*Apud* SOUZA, 2006, p. 18). Especificamente na Baixada Fluminense, a revalorização fundiária e a recuperação agrícola passaram pela necessidade de investimento no saneamento de suas áreas pantanosas e alagadiças e pelo incentivo à citricultura.

2.2. De "Califórnia brasileira" à periferia: citricultura, saneamento e reincorporação urbana

A Baixada Fluminense voltou a receber atenção do Estado quando a crise narrada no tópico anterior, agora aguçada pela redução do preço do café em decorrência de sua superprodução, atingiu as finanças dos cofres públicos. Estava posto assim, entre as elites,

[6] Nos limites das freguesias de Piedade de Iguaçu e de Santo Antônio de Jacutinga, Silveira identificou que nas décadas de 50 e 60 do século XIX apenas 93 indivíduos ou familiares mantinham o controle da terra, enquanto a população livre atingia um total de 5.881 habitantes. (SOUZA, 2006, p. 17)

o debate sobre a importância da não dependência da agricultura de exportação para a consolidação da economia nacional. Se, por um lado, a intensificação da produção agrícola era considerada um objetivo prioritário para a saída da crise, por outro, em grandes partes da Baixada por onde as epidemias se alastravam, o investimento em políticas de saneamento constituía necessidade antecedente a qualquer esforço de incentivo à agricultura. Paralelamente, todo este processo regional desenvolvia-se à luz das rápidas transformações que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro, anunciando a consolidação de um padrão segregacional de ocupação do espaço que perdura até os dias de hoje. Assim, os movimentos derivados da urbanização e as dinâmicas do universo rural da região imbricaram-se de maneira evidente a partir do final do século XIX.

Em 1883, a "febre dos pomos de ouro" se espalhou por partes da Baixada Fluminense, acentuadamente nas áreas em torno de Maxambomba. Além de uma geografia que favorecia a prosperidade do cultivo, a proximidade da localidade com o centro metropolitano e a facilidade do escoamento da produção pela estrada ferroviária representaram as condições necessárias para o início de uma transformação significativa na economia política da região.

Data deste período um significativo retalhamento das terras para a constituição de chácaras de laranja, já que muitos grandes proprietários, decadentes e endividados, aproveitaram a valorização de seus terrenos para arrendá-los.[7] Maxambomba, núcleo desta nova economia em ascensão, rapidamente tem sua paisagem alterada pelos efeitos de uma reincorporação urbana que demandava, aceleradamente, a construção de estradas, instalação de redes de água e esgoto, iluminação pública, eletricidade, praças e hospitais. Consequência desta fase de crescimento e modernização, foi elevada à categoria de cidade e, em 1916, tem seu nome mudado para Nova Iguaçu.

Formou-se, assim, uma ilha de prosperidade em meio à "decadente" Baixada Fluminense. A emergência de um setor social voltado para a fruticultura que passou a reanimar o direcionamento de capitais da cidade para o campo; o aumento no número de trabalhadores assalariados; o desenvolvimento de diversas atividades secundárias

[7] No caso das terras da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, o processo de desmembramento exemplifica esse momento. Seus 745,3 alqueires, distribuídos por quatro fazendas (Madureira, Morro Agudo, Tinguá e São José), foram arrendados a vários citricultores pelo comendador Francisco Soares de Souza e Melo. Após a sua morte, em 1916, o usufruto das terras ficou para diversos parentes que, ao morrerem, deixaram as terras como propriedade da Santa Casa. No caso das fazendas Madureira e Morro Agudo, os herdeiros venderam o usufruto a um terceiro que, por sua vez, retalhou as terras em chácaras e entregou-as a arrendatários ao mesmo tempo em que beneficiava as laranjas em barracões de sua propriedade. No restante da área, a Santa Casa comprou o usufruto dos herdeiros, formou as chácaras e as arrendou (ALVES, 1998, p. 50).

relacionadas à citricultura e o incremento de uma infraestrutura urbana contrastavam, portanto, com outras áreas da Baixada, caracterizadas, ainda, pela velha estrutura agrária marcada pela concentração e pela improdutividade de suas terras.[8] Alves (1998), entretanto, chama atenção para o fato de que, apesar de terem substituído os barões da cana e do café como elite econômica local, os produtores de laranja não conseguiram consolidar uma hegemonia política na região.

Os governos estadual e presidencial de Nilo Peçanha (1903-1906 e 1909-1910, respectivamente) tiveram grande papel no incentivo ao desenvolvimento desta chamada "Califórnia brasileira". Dentre as medidas por ele adotadas estavam a redução pela metade do preço do frete da laranja pelas companhias transatlânticas, o estabelecimento da reciprocidade na isenção de impostos sobre as frutas entre o Brasil e a Argentina e a retomada dos trabalhos de saneamento na região (ALVES, 1998).

De acordo com Grynspan (1987), a discussão sobre o saneamento na Baixada Fluminense pautou-se, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, pela necessidade de resolução de dois problemas iminentes: o abandono da agricultura e a apropriação indébita de terras públicas na região. Deduzimos, também, considerando o contexto político e econômico do período ora analisado, que os esforços sanitaristas ali empreendidos também se direcionavam a determinadas áreas que, com a expansão urbana do Rio de Janeiro, precisavam oferecer mínimas condições de saúde e habitação à massa trabalhadora expulsa do centro. Um estudo produzido por Souza (2006), aponta que todas as políticas de saneamento levadas a cabo neste período com o objetivo de equacionar tais demandas asseguraram o investimento de verbas públicas para assegurar diferentes interesses privados.[9] Segundo a autora,

[8] Nas áreas ocupadas pela citricultura, os estabelecimentos de até 40 hectares passaram de 213, em 1920, para 1451, em 1940, enquanto os com mais de 200 hectares reduziram-se de 38 para 18. Nos municípios fluminenses, 173 propriedades, um terço da área total, tinham mais de mil hectares. Na zona da Guanabara, 25% da área era ocupada por propriedade com mais de dois mil hectares. Essa concentração ocorreu, sobretudo, pela ida dos grandes proprietários para a cidade sem se desfazerem das terras, que se tornaram latifúndios e reserva especulativa (ALVES, 1998, p. 51).

[9] Entre 1888 e 1897, um contrato assinado com os engenheiros João Teixeira Soares e Joaquim Pereira dos Santos estabelecia o compromisso com a drenagem de terra, dragagem e retificação dos rios mediante privilégios como cobrança de taxas nas vias fluviais dragadas. Em 1893, foi firmado um contrato entre o governo estadual e o engenheiro Eleutério Figueiredo para limpeza do rio Guapi-Assu. Em 1894, foi criada a Comissão de Estudo e Saneamento da Baixada Fluminense, que dividiu a Baixada em duas áreas: a Baixada dos Goitacazes e a Baixada da Guanabara. Em 1909, foi criada a Comissão Federal de Saneamento da Baixada, extinta em 1916. Em 1920, foi criada a Fiscalização da Baixada Fluminense e a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, que atuou até 1931. Para mais detalhes sobre as políticas e comissões de saneamento na região, ver SOUZA (2006) e AMADOR (1992).

> As empresas privadas de saneamento exerceram o papel do Estado, empreendendo - com aval governamental - a cobrança de taxas, implementando desapropriações e projetos de colonização. (...) Através da realização do saneamento, grupos privados passariam a ter vastos poderes e uma larga possibilidade de acumular, de obter propriedades, de cobrar títulos, de obter concessões e monopólios de serviços, e até de efetivar a colonização. De um lado, teremos os investimentos no beneficiamento da laranja durante o governo Nilo Peçanha, legitimado pelo discurso da necessidade de investir na diversificação agrícola e na revalorização das terras fluminenses. De outro, teremos investimentos privados em ações combinadas com a sociedade política nas áreas mais degradadas, mas que poderiam possibilitar vantajosas bases de acumulação de capitais. (...) As políticas de saneamento assegurariam, assim, a revalorização de terra que, ao ser beneficiada, poderia estar apta ao retalhamento e venda, favorecendo, portanto, os especuladores imobiliários (SOUZA, 2006, pp. 20; 24).

Considerando este cenário, podemos contextualizar a articulação entre os planos de obras e a criação dos núcleos de colonização na Baixada Fluminense.[10] O aumento da demanda por abastecimento na cidade do Rio de Janeiro, neste sentido, refletiu em um esforço de transformação da Baixada em um "cinturão verde" de produção agrícola, que deveria ser implementado, por sua vez, em áreas desapropriadas para criação de núcleos de colonização. Buscando cumprir este objetivo, em 1932 e 1939, respectivamente, a fazenda São Bento do Iguassu (Duque de Caxias) e a fazenda do Tinguá (Nova Iguaçu), que haviam sido desapropriadas pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense em 1922, foram transformadas em núcleos coloniais do Estado. Além destes, encontravam-se também na região os núcleos de Santa Cruz (1930); Duque de Caxias (1941); Papucaia (1951)[11]; e Santa Alice (1955).

É consenso entre os autores até então citados neste texto que os objetivos almejados com a criação dos núcleos coloniais não foram alcançados. Ao contrário, o saneamento e as obras públicas promovidos para estes fins suscitaram uma significativa valorização das terras de maneira a abrir espaço para a especulação imobiliária. O efeito deste revés da política de incentivo agrícola, como veremos mais adiante, provocou intensas disputas de terras na região. Sintetizando este consenso, Geiger e Mesquita argumentam que:

> A Baixada Fluminense apresenta um exemplo interessante: planejou-se a realização de obras de saneamento, visando a uma intensificação das

[10] Ver capítulo 1, escrito por Leonilde Medeiros, onde está referenciada também bibliografia sobre o tema.
[11] Ver capítulo 2, escrito por Fabrício Teló e Ricardo Braga.

> atividades agrícolas. Contudo, o que se observa é a extensão cada vez mais das atividades de loteamento de tipo urbano, a concentração da população nas cidades importantes. A especulação com as terras valorizadas pelas obras se opôs ao seu aproveitamento produtivo (GEIGER e MESQUITA, 1956, p. 2 *apud* GRYNSZPAN, 1987, p. 49).

Paralelamente à limitada tentativa de consolidação dos núcleos coloniais como provedores do abastecimento de produtos agrícolas ao Rio de Janeiro, o bolsão citrícola de Nova Iguaçu – último baluarte agrário da Baixada Fluminense – começou a entrar em declínio ao longo dos anos 1940. Por um lado, contribuiu para este declínio a expansão urbana e a industrialização; por outro, o início da Segunda Guerra Mundial desarticulou seu esquema de exportação, inteiramente dependente dos transportes marinhos feitos por empresas estrangeiras.

Como temos apontado, o que se passava na cidade do Rio de Janeiro não poderia deixar de afetar a Baixada. Assim, a partir do século XIX, "ao invés do café e dos produtos agrícolas, a massa trabalhadora tornava-se a grande mercadoria de transbordo fornecida pela região" (ALVES, 1998, p. 55). O quadro delineado até então aponta para a consolidação de uma "vocação" periférica e segregada da Baixada – valorizada demais para ser apenas área rural, mas adequada para receber os trabalhadores de menor custo, necessários às demandas urbanas - que, guardadas as devidas proporções históricas, segue bem alicerçada nos dias atuais.

No final do século XIX, o Rio de Janeiro experimentou um surto industrial alicerçado na indústria têxtil e de alimentos.[12] Nesse contexto, as populações migrantes deserdadas pela abolição e pela crise cafeeira duplicaram a população da cidade, entre 1872 e 1890, gerando um prenúncio das reformas urbanas empreendidas nos anos seguintes. A ordem social que começava a ser delineada neste período revela, de imediato, a articulação do Estado com os capitais comerciais, financeiros e estrangeiros sediados na metrópole carioca. De acordo com Alves,

> O Estado passa a ajudar a empresa privada, subsidiando a reprodução da força de trabalho ao isentar de impostos aduaneiros e conceder outros benefícios às empresas que construíssem casas populares higiênicas e adequadas. Mais tarde, a isenção recairá sobre as importações de material de construção, e as concessões de terrenos e de edifícios irão para as firmas que se propusessem a edificar casas populares. Assim, as vilas operárias

[12] Na Baixada, algumas fábricas de produção têxtil, atraídas pelas vantagens dos recursos hídricos, se instalaram em localidades como Pau Grande, serra de Petrópolis, Paracambi e Magé. Ver capítulo 3 deste relatório, de autoria de Marco Antonio Teixeira.

> que surgiam não passavam de mais um esforço do Estado em descongestionar o Centro do Rio. (...) A ordem social que emergia preservava a zona sul e parte da zona norte da cidade para as incorporações imobiliárias do capital nacional e para as influências do capital estrangeiro na alocação dos serviços de transporte e infraestrutura urbana. Aí seriam estabelecidas as classes e os usos nobres da cidade. No outro lado, estariam os subúrbios distantes, a uma distância satisfatória do núcleo privilegiado (ALVES, 1998, pp. 53 - 55)

A reforma empreendida pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906), formulada para adequar o centro do Rio de Janeiro à sua função de grande porto internacional exportador de café e capital da nova elite cosmopolita, representou um dos primeiros esforços no sentido de estabelecer claras fronteiras socioespaciais entre as classes e seus direitos. Se as favelas, cortiços e "cabeças de porco" incrustados na cidade atraíam os trabalhadores para perto de seus locais de trabalho, as constantes investidas de remoção por parte do Estado representavam uma ameaça de despejo constante. A Baixada Fluminense, com suas vilas-entrepostos estruturadas ao redor dos portos, acabou, com o incremento de políticas estatais e com a abertura de rodovias e ferrovias, por conformar-se em lugar ideal para a alocação dos aglomerados suburbanos a serviço da metrópole. Iniciou-se, assim, na região, uma fase loteadora sem precedentes.[13]

> Herdeiros incontestes da estrutura agrária precedente, os loteamentos tornam-se a forma generalizada da incorporação que se anuncia. Calcados nas grandes unidades fundiárias que normalmente pertenciam a um único proprietário, foram colocados à disposição dos capitais metropolitanos pelo saneamento. Rapidamente passariam a resolver o problema de habitação para a população crescente, livrariam o pequeno poupador da desvalorização da moeda, salvariam os proprietários decadentes das hipotecas e dívidas, realizando os sonhos de fortuna dos donos de companhias imobiliárias. Os distritos de Nilópolis, São João de Meriti e parte de Duque de Caxias, por serem os mais próximos da metrópole, começarão a sentir as primeiras vagas da maré loteadora. O distrito-sede de Nova Iguaçu, porém, ainda tinha na citricultura os muros antiloteamento que prorrogariam para o final da década de 40 sua integração (SOARES, 1962, p. 169-172 *apud* ALVES, 1998, p. 57).

Visando facilitar o êxito de sua estratégia de reordenamento socioespacial, o Estado, através dos governos estaduais e municipais que atuavam em parceria com a

[13] Até 1929, tinham sido aprovados 21 loteamentos com 20.524 lotes. Entre 1930 e 1939, o número de subiu para 22. De 1940 a 1949, foram aprovados 447 loteamentos com 73.025 lotes. De 1950 a 1959, eles praticamente triplicaram: foram aprovados 1168 loteamentos com 273.208 lotes (ALVES, 1998, p. 64).

iniciativa privada, fomentaram uma série de incentivos – legais ou não - que alavancaram o loteamento em diversas partes da Baixada. A aprovação das plantas de obras era realizada por taxas mínimas; a burocracia relacionada ao processo de construção era simples e, muitas vezes, tolerava investimentos clandestinos; o compra de loteamentos e lotes se dava sob condições satisfatórias de pagamento parcelado e a longo prazo.

De maneira auxiliar a todas estas facilidades proporcionadas ao capital imobiliário, a transformação do trem em grande vetor da dilatação metropolitana rumo ao subúrbio e a abertura de diversas rodovias colaboraram para a reincorporação segregada da Baixada pela expansão urbana do Rio de Janeiro. Em 1927, foi construída a estrada Rio-Petrópolis, atual rodovia Presidente Kennedy; a partir de 1935, iniciou-se o processo de eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil; em 1944, a Avenida Presidente Vargas foi aberta; em 1946, foi construída a Avenida Brasil; e, em 1951, a rodovia Presidente Dutra foi inaugurada. Reafirmando a intenção do Estado em fixar a massa trabalhadora nas periferias suburbanas, o governo estadual implantou a tarifa única para as linhas ferroviárias, subsidiando tanto o capital industrial como o imobiliário. Ao reduzir o custo da reprodução da força de trabalho para a indústria, repassava ao trabalhador a responsabilidade do problema habitacional, fazendo com que parte do salário anteriormente gasta com os transportes fosse transferida para a compra do lote e construção das moradias por esforço próprio (ALVES, 1998, p. 58).

Para além de proporcionar o transbordo diário dos trabalhadores, outra consequência da intensificação da abertura de rodovias e linhas ferroviárias foi a expansão da fronteira do capital industrial no estado do Rio de Janeiro. Visando atrair investimentos, Nova Iguaçu e os municípios recém emancipados da Baixada (Duque de Caxias, em 1943; Nilópolis e São João de Meriti, em 1947) ofereceram uma série de incentivos fiscais para a instalação de indústrias em seus territórios. Assim, em 1953 havia 133 fábricas em Duque de Caxias. Em 1960, esse número aumentou para 206. Em 1961, a entrada em funcionamento da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), deu início à formação de um complexo petroquímico que, em 1970, já era responsável por 72% do total da transformação industrial do município. Dentre as fábricas que se territorializaram na Baixada Fluminense, algumas delas, ao estabelecerem suas fronteiras em áreas de ocupação eminentemente rural, geraram atritos importantes com lavradores. São os casos da América Fabril, em Magé, tema analisado no capítulo 3 do presente relatório e, em alguma medida, o caso da Fábrica Nacional de Motores (FNM), empresa estatal instalada em 1942, em Xerém, Duque de Caxias, com o objetivo inicial de produzir motores de

avião nos marcos da economia de guerra.[14] Mais adiante, narraremos os conflitos no entorno dessa fábrica.

A ocupação descontínua e desordenada da Baixada em torno dos aglomerados próximos às estações de trem, rodovias principais ou secundárias, loteamentos e instalações industriais seguiu, portanto, a lógica do capital e da especulação irradiados das necessidades vindas do Rio de Janeiro.

Dentre os diversos objetos passíveis de análise sociológica que emergem deste cenário, nos importa discutir, especificamente, os efeitos das rápidas transformações oriundas da reincorporação urbana da Baixada Fluminense no meio rural. Também interessado em tal problemática, Grynszpan (1987) afirma que:

> Os investimentos estatais não representaram um incentivo à produção agrícola na Baixada. A valorização por eles gerada alimentou a especulação e provocou intensas disputas de terras na região, não apenas entre lavradores e grileiros, mas também entre grileiros e grileiros, e até grileiros e legítimos proprietários. (...) A especulação imobiliária, principalmente através da atividade loteadora, foi o produto mais imediato das obras públicas promovidas na Baixada a partir dos anos 1930. (...) e os loteamentos urbanos representavam uma das principais causas dos despejos de lavradores, em particular em municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu (GRYNSZPAN, 1987, pps. 51, 55, 56).

Dedicaremo-nos, nos tópicos seguintes, a tratar estas disputas tendo como pano de fundo toda a contextualização histórica que realizamos até aqui. Buscaremos, para isso, desvendar as causas dos conflitos; os protagonistas e mediadores neles envolvidos; as formas de repressão e violência acionadas nas disputas pelas classes dominantes e pelo Estado; as estratégias de organização e resistência mobilizadas pelos trabalhadores como reação a situações percebidas como injustas; e as particularidades de tais ações e agentes após a instauração da ditadura civil militar, em 1964. Partimos do pressuposto que a história da Baixada Fluminense carrega em si determinadas especificidades que conformam relações de poder, dominação e padrões de violência bastante particulares, e tentaremos estar atentos a como elas interferem na deflagração e no desenvolvimento dos conflitos por terra na região.

[14] Terminado o conflito mundial, o produto, já ao tempo obsoleto, perdeu rapidamente a sua razão de ser e as instalações da FNM foram convertidas para a produção de tratores e de peças mecânicas sob encomenda e a prestação de serviços de reparação. Em 1948, mediante contrato com uma empresa italiana, a FNM passou a dedicar-se à fabricação e montagem de caminhões. (BELOCH, 1986, p. 31)

2.3. Poder local, dominação e violência: breves notas sobre a política na Baixada Fluminense

Escapa às nossas possibilidades, neste relatório, realizar um estudo detalhado sobre a complexa estrutura de poder local que caracteriza a Baixada Fluminense até os dias atuais. No entanto, consideramos fundamental dedicar algumas linhas para descrever, ainda que brevemente, alguns aspectos do modelo de dominação que, articulando atores dominantes locais a grupos políticos e setores econômicos, se refletiram na construção de um cenário extremamente permeável ao recurso à violência ilegal e à manipulação dos interesses e demandas das classes trabalhadoras. Em trabalho que discute a violência na Baixada traçando uma trajetória que vai do "coronelismo oligárquico ao clientelismo de esquerda", Alves (1998) sintetiza bem as associações de poderes e interesses aos quais nos referimos:

> A rápida reincorporação urbana da Baixada e seu intenso processo de loteamento a partir dos anos 30; a concentração populacional e, consequentemente, eleitoral nas suas terras; seu caráter estratégico frente aos grupos políticos dominantes tanto na esfera estadual como na federal; a interferência da ditadura militar pós-64 no poder local e a atomização das relações sociais resultantes do abandono do Estado; e a subjetividade dos matadores e sua relação com a esfera política, contribuíram para a formulação de uma situação onde a violência pode ser transubstanciada em credencial política capaz de conduzir seus operadores e os esquemas que lhe dão suporte aos postos chave do poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Montava-se uma estrutura extremamente eficaz de dominação política local, ao mesmo tempo em que se garantia a mais absoluta credibilidade frente aos grupos extra locais dominantes, já que se tratava de "feudos" e "currais" da mais absoluta confiança, pois, se escapar do clientelismo é possível, o mesmo não se pode dizer do terror da violência incontrolável, da compulsória segurança prestada por matadores e na possibilidade de serem usados na resolução de discordâncias políticas. Na outra face da moeda, setores econômicos com sua parceria lucrativa no financiamento da estrutura montada garantiriam desde o soldo dos executores até os fundos de campanhas eleitorais (ALVES, 1998, p. 23).

Da "decadente" região da Primeira República à maior concentração eleitoral do estado, esta estrutura vai se enraizando e se adaptando às especificidades de cada momento histórico. A Revolução de 1930 e a Era Vargas, neste sentido, devem ser entendidas na Baixada Fluminense como marco importante da transição entre uma dominação política oligárquica e rural, que tinha no coronelismo sua sobrevivência, e uma dominação de cunho clientelista, populista e orientada pelas disputas eleitorais. Os

coronéis começavam a perder espaço para figuras políticas emergentes cuja base de poder ainda não estava definida (ALVES, 1998).

Concordando com este panorama e acionando-o para compreender as dinâmicas referentes às disputas por terra na região estudada, Araújo (1982) argumenta que o poder político-econômico local, ao mesmo tempo em que se constituía como sustentáculo da grilagem e, portanto, dos conflitos, por vezes parecia estar favorável aos camponeses. Se, por um lado, os interesses comuns de oposição aos posseiros, que uniam proprietários e *grileiros*, ganhavam maior consistência política na articulação de compromisso em torno de lideranças políticas locais; por outro, a demagogia e o clientelismo de figuras personalistas detentoras do controle eleitoral conformavam a consolidação de um "poder caudilhesco" com apoio de amplos setores de massa e, inclusive, em determinados momentos, de grupos de esquerda. Uma contradição aparente, mas não essencial: o discurso nacionalista apenas "flertava" com os lavradores sem que, em momento algum, pusesse em xeque o latifúndio como classe, preservando-o, portanto, como pilar da estrutura de poder no campo brasileiro. Duas lideranças sintetizam bem, em suas trajetórias políticas, este perfil de dominação descrito por Araújo e por tantos outros estudiosos da Baixada: Getúlio de Moura e Tenório Cavalcanti.

Getúlio de Moura foi prefeito de Nova Iguaçu em 1930, tendo assumido o cargo após a deposição do antigo prefeito por ocasião da chamada "revolução" varguista. Voltou ao posto em 1945. Entre 1936 e 1937, foi vereador da cidade pela União Progressista Fluminense. Pelo Partido Social Democrático (PSD), elegeu-se, com maioria absoluta de votos oriunda da Baixada, deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro por três vezes (1945, 1950 e 1954). Em 1958, disputou o governo estadual, tendo sido derrotado por Roberto Silveira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Já pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Moura foi eleito deputado federal em 1966, mas teve seu mandato cassado pelo Ato Institucional 5 (AI 5) em 1969. Segundo Alves (1998, p. 82), o político incentivou contundentemente os loteamentos clandestinos e as ocupações irregulares de terrenos, buscando sempre ampliar o seu reduto eleitoral. Quando vieram as emancipações e o município de Nova Iguaçu foi dividido em quatro, ele colocou em cada novo município um lugar-tenente seu: Tenório Cavalcanti, em Duque de Caxias; a família Hazuk, em São João de Meriti; e a família Simão, em Nilópolis. Getúlio de Moura também era um dos quatro condôminos da Fazenda São Lourenço, palco de um dos mais importantes conflitos fundiários da região no início dos anos 1960 e que será objeto de análise mais adiante.

Tenório Cavalcanti, o "homem da capa preta", chegou de Alagoas ao Rio de Janeiro em 1926, tendo sido recebido e introduzido aos círculos políticos influentes por seu padrinho, o deputado Natalício Vasconcelos.[15] De imediato, envolveu-se com o processo de saneamento na Baixada Fluminense e passou a administrar as fazendas de Pinho, ficando responsável pela construção da estrada Rio-Petrópolis no trecho que as cortava. Com Pinho, participou do movimento que pregava a volta da normalidade constitucional após a "Revolução" de 1930 e, portanto, o início de sua vida política se deu pela via da oposição ao governo federal. Em 1936, elegeu-se vereador pela União Progressista Fluminense, representando o distrito de Duque de Caxias na câmara de Nova Iguaçu, mas teve o mandato cassado em 1937. Em Caxias, já na década de 1940, Tenório ocupava-se da manutenção do diretório da UDN, alimentando desavenças com a situação e consolidando gradativamente uma postura independente e personalista. Em 1947, pela UDN, foi eleito deputado estadual por dois terços da população caxiense – a expressividade dos votos que conseguia mobilizar justificava sua permanência no partido, marcado pelo elitismo dos "bacharéis" liberais. Contribuindo para sublinhar um perfil populista, o político intensificou suas práticas clientelísticas formando-se advogado e distribuindo favores jurídicos à população e, em 1954, criou o jornal Luta Democrática, de forte apelo popular. Nas palavras de Alves,

> Seu perfil político era bastante complexo. Se por um lado comportava-se como um político udenista, combatendo o getulismo, denunciando a corrupção administrativa, opondo-se à ação estatal na economia, detendo-se nos aspectos "subversivos" de uma política de massas; por outro, era suficientemente personalista para romper em vários momentos com as deliberações do seu partido. Ele unia o elemento anti-populista conservador nas questões nacionais e o clientelismo populista da sua ação junto às massas da periferia. (pp.89-90)

A partir da década de 1950, com a tendência nacional ao voto no trabalhismo, Tenório Cavalcanti, resiliente às transformações políticas e econômicas que repercutiam no eleitorado da Baixada, guinou à esquerda, passando a apoiar as grandes reformas sem, no entanto, deixar de cultivar as práticas clientelísticas em seu reduto eleitoral. Em 1960, lançou-se como candidato ao governo da Guanabara e, no mesmo ano, alistou-se no Exército da Legalidade pela Posse de Jango. Em seus discursos e práticas, passou a

[15] Para uma discussão aprofundada sobre a trajetória de Tenório Cavalcanti, ver BELOCH, 1986. Tenório recebeu o apelido por vestir-se sempre com uma capa preta, onde escondia a "Lurdinha", sua metralhadora.

defender publicamente a reforma agrária, o combate ao imperialismo, o apoio às manifestações dos operários e camponeses e as ocupações de terras. Foi também, logo depois, candidato ao governo fluminense pelo Partido Social Trabalhista (PST), onde o ilegal PCB abrigava parte seus candidatos. Em 1964, Tenório Cavalcanti teve o seu mandato cassado. Sobre a ambígua figura, Bráulio Rodrigues da Silva, importante liderança da luta pela terra na Baixada Fluminense, em especial Nova Iguaçu, afirma que:

> O Tenório fazia a política dele em defesa dos proprietários e também dos pequenos. Como ele era um homem que realmente mandava na situação política, ele tinha condições de fazer esse trabalho, porque todo mundo dependia dele. Ele fazia o trabalho, o jogo, direitinho, e o Partido, sabendo disto, procurava apoiá-lo, porque sabiam que ele tinha poder, dinheiro, essas coisas. Ele vivia em torno de votos, só queria saber de votos para manter o status político, e era muito fácil ele fazer isso. Ele era o único na sua área, elemento de oposição. Toda a sociedade vivia em torno do Tenório, tanto os mais abastados como os menos favorecidos. Na casa dele eram filas e filas para ganhar um saco disso, um saco daquilo. Para não desagradar ninguém, ele mantinha esse equilíbrio das forças (Entrevista concedida a Frederico Araújo, *apud* ARAÚJO, 1982, pp. 81-82).

Nilson Venâncio, também, à época, liderança da região, reafirmou a plasticidade do político em adequar-se ao ambiente mais favorável à manutenção de seu poder local e chamou atenção para uma de suas principais características: o recurso permanente à violência privada, instrumentalizada politicamente, para a garantia de seus interesses:

> O Tenório chegou a ir pra praça dizer: "Eu usava a capa preta, e hoje eu uso a capa vermelha!" O secretário dele, o [Paulo] Valente, dizia: "Eu não sou comunista, mas faço o que o Partido manda." E o Tenório era aquela fera que matou comunista na Baixada. O Tenório era um tipo mais vândalo. Dava umas porradas, e tal (Entrevista concedida a Leonilde Medeiros no início da década de 1980).

Não temos a ambição de, neste relatório, empreender análise substantivas sobre os meandros da política e de seus personagens na Baixada Fluminense – objeto que, por si só, demandaria um esforço próprio de apropriação bibliográfica e pesquisa -, mas buscamos, com esta exposição introdutória, fornecer ao leitor um pano de fundo contextual para situar os conflitos fundiários sobre os quais nos debruçaremos nos tópicos seguintes.

3. A "zona conflagrada": conflitos por terra em Nova Iguaçu e Duque de Caxias

Como já discutimos, as rápidas transformações que ocorreram na Baixada Fluminense, especialmente entre anos 1930 e os anos 1960, repercutiram também no mundo rural. A corrida loteadora e a expansão da fronteira urbana ressignificaram, assim, as dinâmicas relativas à ocupação de terra, tanto no que diz respeito aos seus usos quanto ao que se relaciona as suas relações de posse e trabalho. Durante este período, pelos motivos sistematizados previamente ao longo do texto, observou-se uma tendência ao retalhamento das propriedades e a redução de suas áreas médias. Face da mesma moeda, diversos novos atores foram se constituindo, como administradores, arrendatários, *grileiros* e posseiros.[16]

Frutos deste cenário marcado pela intensificação da especulação imobiliária, os despejos de lavradores tornaram-se freqüentes e, ao final dos anos 1950, eclodiram na região movimentos de resistência camponesa na terra, que se opunham à ingerência do capital e seus agentes, privados e estatais. Araújo (1982) sintetiza o quadro:

> Na Baixada da Guanabara, o aguçamento dessa luta foi provocado pela valorização da terra, forçada pela tendência de modificação do espaço tipicamente rural em urbano. Num sentido amplo, a terra na região tornou-se interessante para a capital, não como base para a produção, mas, principalmente, como objeto de especulação, provocando uma ascensão vertiginosa do seu preço e uma intensa grilagem. Se, por um lado, esse processo representou globalmente uma tendência transformadora na ordenação do espaço, na 'área dos conflitos' em particular significou também o elemento desencadeador das lutas, sendo a razão direta ou indireta do assédio da classe dos proprietários sobre os trabalhadores rurais (ARAUJO, 1982, p. 206).

Alicerçado teoricamente na obra de Edward Thompson (1987) sobre as ações de massa ocorridas na Inglaterra do século XVIII, Grynszpan (1987) empreende uma interessante análise sobre a emergência da resistência camponesa na "área dos conflitos" da Baixada, partindo do pressuposto que sua ocorrência não pode ser explicada apenas pelos "estímulos econômicos elementares" que afetavam o cotidiano dos lavradores em situação de despossessão da terra. A indagação que faz é: "por que os lavradores

[16] Para uma discussão mais detalhada sobre a formulação e o acionamento das categorias "grileiro" e "posseiro", ver o capítulo 1, escrito por Leonilde Medeiros, deste relatório. Ver, também, GRYNSZPAN (1987).

despejados da Baixada optaram pela luta e não pela migração para a cidade ou para outras regiões do país onde houvesse terras disponíveis?" (GRYNSZPAN, 1987, p. 64).

Thompson (1987) argumentaria que responder a tal questionamento implica numa compreensão acerca de como os estímulos econômicos aos quais estavam submetidos os camponeses operavam dentro do consenso popular, no interior do conjunto de normas tradicionais e de obrigações sociais, bem como das noções tradicionais sobre as funções econômicas dos diversos setores sociais envolvidos na dinâmica conflitiva de terras. A situação, assim, deve ser percebida pelos atores dominados como injusta e ilegítima. Afiliando-se a tal discussão teórica, Barrington Moore Jr. (1978) responderia a indagação de Grynspan afirmando que a emergência de reações de revolta associa-se diretamente à ruptura de relações de dependência e dominação. Com efeito,

> No caso da Baixada, a subordinação à qual boa parte dos lavradores estava sujeita não parece ter gerado fortes reações. A luta só sobrevinha quando incidia sobre eles a ameaça de despejo (...), já que o despejo representa o corte do acesso à terra (que não é,) para o camponês, um simples local de trabalho e habitação, mas sim a base para a reprodução de sua condição camponesa e, consequentemente, de uma série de relações sociais.
> (...)
> A valorização das terras da Baixada e o consequente surgimento dos grileiros, muitas vezes diversos deles reivindicando uma mesma área, contribuíram para o enfraquecimento dos já não muito fortes laços de subordinação que prendiam os lavradores. Se estes não se sentiam donos das terras, eles iriam, aos poucos, relativizando sua situação, e desconfiando de que aqueles que se diziam donos também não o eram. Os lavradores tornavam-se, assim, propensos a lutar por uma terra que julgava ser um direito seu e a sua sobrevivência, contra os despejos que lhes pareciam, cada vez mais, injustos e ilegítimos. Destarte, a quebra da subordinação provocada, em grande parte, pela interposição de um terceiro elemento na relação – o grileiro – foi fundamental para que as lutas dos lavradores se iniciassem a partir da Baixada, e tivessem, ali, seu foco de maior intensidade até o ano de 1964 (GRYNSPAN, 1987, pp. 65; 84)

A deflagração de movimentos de resistência camponesa na Baixada Fluminense também não pode ser analisada fora do contexto mais amplo das lutas e organizações de trabalhadores do campo em todo o estado do Rio de Janeiro, como bem descreveu Leonilde Medeiros no primeiro capítulo deste relatório. Ademais, para além de uma atuação polarizada entre lavradores e proprietários/*grileiros*, devemos trazer para o quadro dos conflitos a figura de importantes mediadores que influenciaram direta e indiretamente a adoção de estratégias de luta e discursos acionados pelos trabalhadores

rurais no decorrer das resistências e iniciativas empreendidas para permanecer na terra. Falamos de advogados sindicais, militantes dos setores urbanos, políticos locais, partidos de esquerda e membros da Igreja. As categorias referentes às classes dominantes, como proprietário e *grileiro*, também devem ser trabalhadas em sua heterogeneidade. Para além do típico fazendeiro, dono de fato ou não das áreas em litígio, os conflitos ocorridos na Baixada revelam outros atores relevantes na disputa fundiária, como aqueles envolvidos nas atividades de loteamento e especulação imobiliária.

Finalmente, os atores da repressão também devem ser olhados com atenção. Conforme discutimos nos primeiros tópicos deste capítulo a partir do trabalho de Alves (1998), o Estado, na Baixada Fluminense, constituiu-se ao longo de sua história como altamente permeável à violência ilegal e privada, inscrita nas possibilidades implementadas pelo poder local que se consolidou na esfera política local e supra local. As especificidades da estrutura de dominação na região, portanto, revelam um aparato estatal intrinsecamente articulado com interesses personalistas de cunho econômico e eleitoreiro. Além da conivência ou participação direta deste aparato nas ações de repressão dirigida contra os camponeses, a tradição da resolução de problemas via matadores e capangas ou, nas palavras de Alves, via sistemas de justiça privada e grupos de extermínio, certamente compõe a equação dos conflitos que apresentaremos a seguir.

3.1. Pedra Lisa

Como discutido pelo capítulo 1 do presente relatório, a primeira forma de organização dos trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro foram as associações, criadas, de maneira pioneira, ainda nos anos 1940, na Baixada Fluminense.

Em 1948, foi fundada a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Naquela época, a localidade pertencia a Nova Iguaçu, mas hoje é parte do município de Japeri, em razão da emancipação deste distrito, ocorrida em 30 de junho de 1991.[17] A área vinha sendo ocupada desde o começo da década e passou a ter a entrada e saída de lavradores regulada por uma comissão formada pelos que ali viviam e trabalhavam e que estavam organizados na Sociedade. Um de seus fundadores foi José Teodoro, conhecido

[17] Quando se vai à região e circula-se por ela, verifica-se que se trata de uma área com características ainda fortemente rurais. Desse ponto de vista, não há marcos claros da passagem de Pedra Lisa para as localidades vizinhas. Quando nos referimos a Pedra Lisa temos duas referências em mente: um marco geográfico que é uma enorme pedra que batiza o local e uma região política: a área de influência da Associação Lavradores de Pedra Lisa, que era bem mais ampla.

como José Matias, assassinado anos mais tarde por *grileiros* da região. Segundo Bráulio Rodrigues da Silva,[18] importante liderança da região e muito próximo de José Matias, os proprietários de Pedra Lisa eram os irmãos Guinle, mas a abandonaram. Como havia muita mata, muitos começaram a entrar na área com a finalidade de tirar lenha para fazer carvão. José Matias procurou impedir:

> O Zé Matias começou a alertar o pessoal e a ter atrito com os que vinham derrubar a mata e com os chamados "grileiros" que queriam tirar o pessoal. Um belo dia ele foi ao Palácio do Catete. O Presidente era o Marechal Dutra, que o recebeu, ouviu o que ele contou e pôs uma ordem no papel, sem decreto, sem nada: "Autorizo os trabalhadores de Pedra Lisa a trabalhar na sua lavoura desde que não façam desmatamento nem carvão, apenas para tirar alimentos, alimentação tirada da lavoura". O Zé Matias tinha sempre essa autorização na mão e, com isso, ele conseguiu amenizar muita coisa (SILVA, 2008, p. 22).[19]

Braulio Rodrigues afirma ainda que José Matias arregimentava as pessoas para ocupar terra e dá indicações de que a religião era um fator importante para isso: "Ele fazia aquelas caminhadas com a Nossa Senhora na frente... Os crentes iam acompanhando, os evangélicos. Esse pessoal todo acompanhava porque queria terra" (SILVA, 2008, p. 23). Um outro fato que chama a atenção é que a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa funcionava como também como uma rede de ajuda mútua, indicando os laços de solidariedade que se estabeleciam entre pessoas que, em muitas situações, estavam se conhecendo ali, uma vez que, como relatado anteriormente, os que buscavam terra na Baixada vinham de diferentes regiões do estado e mesmo do país:

> O Zé Matias fez uma grande coisa na época: ele pagava uma espécie de pensão para aqueles que eram filiados da associação. Por exemplo, se eu falecesse, a minha viúva ia receber uma pensão que a associação dava. Era uma mixaria, mas era uma ajuda. (...) Eu acho que o primeiro Funrural começou ali, na Pedra Lisa (SILVA, 2008, p. 25).

[18] Bráulio Rodrigues da Silva veio jovem de Minas Gerais para trabalhar na Companhia Siderúrgica Nacional. Lá se aproximou do Partido Comunista e acabou desempregado. Veio para Nova Iguaçu, onde começou a organizar a resistência de posseiros, nas áreas de Pedra Lisa e Jaceruba (Silva, 2008).

[19] Embora esse documento possa parecer um tanto inverossímil, o fato narrado mostra certa iniciativa das lideranças na busca de solução para seus problemas. Assim, embora Matias, segundo relato de Bráulio Rodrigues, não fosse ligado a partido político e tivesse pouca instrução formal, possuía certamente articulações que lhe permitiram o acesso ao Presidente (SILVA, 2008).

As terras de Pedra Lisa foram as primeiras a serem defendidas através da resistência armada dos lavradores contra ações de despejo movidas por *grileiros*, ainda nos anos 1950. Havia, em sua entrada, uma tabuleta onde se lia: "Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. Estas terras têm donos. Cada palma de chão roubado há de custar a vida de todos nós". Não por acaso, portanto, a região foi apelidada pelo subdelegado por ela responsável como "zona conflagrada" (GRYNSZPAN, 1987, p. 153).

Em agosto de 1956, segundo o jornal *Imprensa Popular* do dia 18/08/1956, a polícia tentou efetivar um mandato de despejo e foi recebida por lavradores armados de facões, foices, enxadas e espingardas de caça. Sobre o episódio, Bráulio Rodrigues, chama atenção para a provável ilegalidade da ação, bem como para a presença de agentes privados de repressão no ato de expulsão:

> Não houve prisão. O que tinha que acontecer, aconteceu na área. Houve duas mortes. Não houve inquérito, não houve nada. Foi uma coisa assim, pra num vim pra fora, né? (A repressão) foi maior, muito maior, porque aí não era só a polícia, aí era jagunço, era bem diferente. Não tinha processo, não tinha nada (Entrevista a Frederico Araújo, *Apud* ARAÚJO, 1982, p. 50).

Muito embora a resistência armada tenha sido reconhecida pelas associações de lavradores como forma legítima de autodefesa contra a violência perpetrada por *grileiros* e seus capangas, outras estratégias de luta em defesa da posse da terra eram acionadas em busca de soluções não violentas e legais para os conflitos que eclodiam em Pedra Lisa e arredores. Assim, após a tentativa mal sucedida de despejo ocorrida em 1956, o presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros da localidade reuniu-se, acompanhado de um representante do Ministério da Agricultura e de membros da imprensa, com os *grileiros* que demandavam a posse das terras e o delegado responsável pela região. Argumentavam, segundo matéria publicada no jornal *Imprensa Popular* do dia 18/08/1956, que a área era pública e que, portanto, qualquer ação policial com fins de despejo dos trabalhadores rurais era considerada ilegal. Ficou acordado, na ocasião, que a polícia não faria novas incursões até que saísse o resultado da ação judicial movida pela Sociedade (GRYNSPAN, 1987).

Em 1958, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, decretou a desapropriação das duas glebas que compunham Pedra Lisa: Santo Antônio do Mato e Limeira. Ainda que instáveis, já que os decretos de desapropriação muitas

vezes não eram efetivados e não garantiam a permanência definitiva dos lavradores nas terras em litígio, vitórias deste tipo repercutiam em outros territórios conflitivos e serviam de exemplo e incentivo para que outros camponeses ameaçados pensassem na organização e na resistência como alternativas possíveis e frutíferas frente à suposta inevitabilidade da saída das terras e migração para outros locais. Além disso, a conquista formal da desapropriação tinha o poder de atrair para as áreas vizinhas, ao menos em tese, trabalhadores de diversas partes do estado e do país que buscavam um lugar seguro para morar e trabalhar com suas famílias. As ocupações ao redor de tais áreas, neste sentido, tendiam a aumentar gradativamente. Não por acaso, a bandeira da desapropriação foi substituindo a demanda por usucapião a partir, principalmente, do final dos anos 1950, conforme discutido no capítulo 1 deste relatório.

Era comum, como narra Bráulio Rodrigues da Silva, as idas a Niterói, com um grande número de lavradores, para forçar ações do governo em defesa dos posseiros. Mas essas ações eram possíveis porque havia uma rede de apoios, onde se destacavam os laços com o Partido Comunista e diversos sindicatos:

> Em Pedra Lisa, nós tivemos um apoio muito grande do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro: apoio moral e financeiro, no tempo em que o Benedito Cerqueira era o presidente do sindicato. Ele era do Partido Comunista também. Tivemos apoio do primeiro Conselho Municipal de Trabalhadores formado no estado do Rio de Janeiro (...). O Benedito Cerqueira e o Isaltino, redator chefe do jornal *A Tribuna do Metalúrgico*, iam às reuniões, levavam alguma coisa para distribuir para o pessoal, roupas etc. E iam na hora da luta também.
> (...) Nós íamos até Petrópolis porque tinha um sindicato muito grande lá, que era o dos tecelões (SILVA, 2008, p. 39-40).

A ação da já então Associação de Lavradores de Pedra Lisa irradiou-se pelas regiões próximas, tais como Fazenda São Pedro, Jaceruba, mas foi além dos limites municipais. Em 1961, após a primeira ocupação fracassada da Fazenda Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu[20], uma outra ocupação organizada de terras na região do Núcleo Agrícola Santa Alice, em Itaguaí, foi violentamente reprimida. As lideranças de Pedra Lisa, tendo a frente Bráulio Rodrigues, assumiram a defesa dos ocupantes expulsos e organizaram uma assembleia com lavradores de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé. Nesta reunião foi deliberado que a reocupação das terras se daria de qualquer maneira,

[20] Ver capítulo 2, escrito por Fabrício Teló e Ricardo Braga.

mesmo que fosse preciso adotar uma estratégia armada (ARAÚJO, 1982). Destacamos, a seguir, um trecho do manifesto elaborado na ocasião:

> Companheiros das Associações do Estado do Rio: aqui estamos precisando da tua solidariedade. A nossa causa é a sua também. Dirigentes sindicais, estudantes, donas de casa e operários, o seu protesto será também contra a carestia da vida. Estamos cercados de jagunços, mas a nossa causa é mais sublime, e mais nobre, porque aqui estamos defendendo o nosso direito de viver como pessoas humanas.
> A Sociedade de Pedra Lisa apela para o Sr. Governador Celso Peçanha que venha ao encontro dos lavradores de Itaguaí. Hoje estamos apelando, mas amanhã talvez não teremos mais tempo para apelar (Apud GRYNSPAN, 1987, p. 162).

Há muitos mais elementos sobre as lutas e a organização em Pedra Lisa que precisam ser esclarecidos e aprofundados mediante trabalho de campo, em especial seu papel na organização dos lavradores em toda a região que vai até Itaguaí. O fato é que se tratava de uma área com grande dinâmica política e onde se preparava resistência a um possível golpe. Como narra Bráulio Rodrigues:

> Eu estava em Pedra Lisa, aguardando um outro movimento que viria, aguardando uma contra revolução que tinham nos prometido. Já tinha as tarefas designadas: o que ia fazer, para onde ia, essa coisa toda. Nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe. Não éramos só nós em Pedra Lisa: havia outros setores do campo que estavam na mesma situação. As associações de lavradores e o Partido Comunista estavam envolvidos naquela resistência também.
> (...)
> Nós estávamos preparados. E íamos acompanhando pelo rádio também. Daí a pouco escutamos no rádio que o João Goulart tinha saído, que estava deixando o país. Aí eu reuni com o grupo que estava lá, não era pouca gente, era muita gente, reuni com todos eles. Não era coisa secreta, com um grupo só: era com todo mundo.
> - Olha, o problema é o seguinte: João Goulart está saindo. Até agora o que prometeram trazer para nós não chegou até aqui.[21] Evidentemente vai ter dificuldade para chegar, e nós não vamos ficar aqui porque nesta hora, agora que está acontecendo isso, vão vir grileiros, vão vir assassinos, jagunços, tudo com o objetivo de ceder para o golpe que estão dando no país. Vão vir para fazer justiça com as mãos deles em cima de nós, principalmente em cima de mim e nos demais companheiros que estão aqui na direção.
> (...)

[21] Provavelmente, refere-se a armas. Essa é uma pista importante da ação camponesa, da qual temos alguns indícios, mas não conseguimos pesquisar o suficiente.

> Pois não deu outra: saí e em 40 minutos ou mais um pouco, chegou um monte de gente procurando por mim, tudo armado para me matar. Não era política, não era nada. Eram justamente pessoas de que eu falei, ligadas grileiros, que aproveitavam o momento para dizer que estavam fazendo isso em nome dos que estavam dando o golpe no país (SILVA, 2008, p. 43).

Bráulio conseguiu fugir, ficou muito tempo escondido, em diferentes lugares, mas acabou sendo preso em 1966. Segundo ele, foram mais de 20 prisões entre 1966 e 1974. Nesse ano, foi obrigado a sair de seu lote:

> Saí de meu sítio em São Pedro, em 1974, obrigado pelo Exército. Ou eu saía ou eu morria. Reuni os companheiros e eles me disseram: "olha seu Bráulio, é melhor um herói vivo do que um herói morto".
> O Exército quis me tirar porque eu já tinha sido preso várias vezes. Eles achavam que eu estava fazendo reuniões, mas não estava (SILVA, 2008, p. 51).

Foi morar em Nova Iguaçu e pouco tempo depois retomava o trabalho organizativo, trabalhando na Arquidiocese de Nova Iguaçu. Não tivemos condições de aprofundar esse conflito e resistência. No entanto, há alguns fatos marcantes a narrar. Quando em 2014 fomos à região com a CEV/Rio, um morador que nos esperava nos levou a algumas casas em Pedra Lisa, dizendo que éramos da Comissão da Verdade e que elas (fomos recebidos por mulheres) deveriam nos contar tudo o que havia acontecido na área. Nas três residências, a resposta foi muito parecida: eram crianças e não lembravam de nada. Desviamos a conversa, perguntamos como era a região antigamente, como se vivia e algumas coisas que foram ditas remetem aos sentidos da memória, discutidos na Introdução deste relatório. Aos poucos, com muito cuidado e medindo palavras, foram narrados fragmentos de lembranças traumáticas do período imediatamente posterior ao golpe: casas revistadas completamente, gavetas e armários revirados em busca de armas. Numa das casas, foi nos dito, em voz baixa: "Minha filha, você não imagina quantos papeizinhos nós engolimos!", numa evidente referência a documentos que foram destruídos. Ao final, toquei no nome de Bráulio Rodrigues: os olhos brilharam e a senhora com quem conversávamos perguntou se eu o conhecia. Eu disse que sim, que tinha feito as memórias dele. Queriam saber se estava vivo, se estava com saúde, numa evidente preocupação e expressão de carinho. O episódio mostra a força da liderança desse velho militante na região, força que ainda persiste na lembrança dos moradores locais como a de alguém que lhes garantiu a permanência na terra.

3.2. Fazenda São Lourenço

As áreas marcadas por conflitos nos anos 1950 e 1960 no município de Duque de Caxias situam-se no distrito de Xerém, que guarda a particularidade de ter sido a sede da Fábrica Nacional de Motores (FNM), criada para produzir motores de avião. Como narra Ramalho (1989), a área escolhida para a instalação da fábrica era altamente insalubre, pantanosa, com mata virgem, o que propiciava condições para uma alta incidência de malária. Foram desapropriados mais de cinco mil hectares e a intenção, segundo o mesmo autor, "indicava uma preocupação em ocupar as terras não só com atividade fabril, mas também com a criação de animais e agricultura, de forma a concretizar o projeto de autarquização" (RAMALHO, 1989, p. 51). Tratava-se de construir um empreendimento onde além da fábrica, fossem construídas casas para os diferentes níveis de trabalhadores (de engenheiros a peões) e também áreas de plantio que pudessem garantir produção agrícola. Assim, o projeto envolvia a presença de "colonos", que pagavam à empresa um percentual de tudo que era colhido (arroz, milho, banana, laranja, galinha, porco), para uso no refeitório. Segundo depoimentos colhidos por José Ricardo Ramalho, havia os que se voltavam somente para as atividades agrícolas e os que combinavam as tarefas de lavrador e operário. Com isso melhoravam sua renda. Na análise de Ramalho,

> O aspecto corporativo que orientava a concessão de terras para a lavoura, fazendo com que a destinação básica da produção agrícola fosse o abastecimento dos operários da fábrica e que os próprios lavradores fossem considerados como "empregados da fábrica", ocupando embora uma função especial, uma "especialidade", parece uma característica muito adequada ao caráter militarizado da fábrica nesse período (Ramalho, 1989, p. 56).

O autor refere-se a essa época como "tempo do Brigadeiro", em referência ao administrador da empresa na sua fase de implantação, ainda durante o Estado Novo.[22] Em 1947, já terminada a Segunda Guerra Mundial e num contexto de redemocratização do país, com o fim do Estado Novo, a FNM foi transformada em sociedade anônima e

[22] A FNM começou a produzir em 1944. O brigadeiro administrador era Guedes Muniz, escolhido para a função por Getúlio Vargas. Era sua ambição fazer dela a base de um "projeto nacional de cidade industrial". Ainda de acordo com Ramalho, "aproveitando-se do poder que lhe era conferido por sua posição de patrão, associada ao carisma pessoal e à autoridade que emanava de uma alta patente militar legitimada plenamente pelo Estado, o 'Brigadeiro' personifica a proposta modernizante de um padrão de dominação fabril, todavia já existente no país" (RAMALHO, 1989, p. 29-30).

algumas coisas mudaram: embora continuasse vigente a concepção de que a área da fábrica deveria ser aproveitada para produção de alimentos, o controle arrefeceu:

> A FNM S.A, segundo os trabalhadores, cedia os "direitos" sobre as terras para os agricultores, sem a preocupação rígida de vincular a produção dessas terras às exigências da empresa, tendo-se dado a ocupação dos terrenos e a comercialização da produção das mais variadas formas. Relações de "arrendamento", "aluguel", "venda" de terra e outras situações que podem ser pensadas como posse indicam a quebra do controle rígido anteriormente exercido (RAMALHO, 1989, p. 56).

Provavelmente data da época da implantação da FNM e do consequente saneamento da região a chegada maciça de pessoas de diferentes partes do país e do estado, procurando terra para morar e trabalhar. Embora seja necessário maior investimento de pesquisa sobre a região, é possível levantar com a hipótese de que, se muitos chegavam e conseguiam trabalho na FNM, outros ocupavam terras vizinhas e nelas se fixavam como posseiros. José Ricardo Ramalho faz menção, por exemplo, à existência de "guardas da mata", cuja função era impedir a entrada de "invasores" nas terras da FNM. Algumas lideranças de conflitos fundiários na região foram também empregados da fábrica em algum momento, mostrando que havia uma relação forte entre a região de conflitos de Duque de Caxias e a FNM, relação que não dizia respeito apenas à continuidade geográfica, mas também a sociabilidades e trânsito de lideranças. Como o pesquisador citado afirma, referindo-se já à organização sindical no interior da fábrica, "a proximidade política de operários e camponeses naquele período fez com que o sindicato da FNM atuasse no sentido de realizar, na prática, uma colaboração entre as duas categorias de trabalhadores" (RAMALHO, 1989, p. 158).

É nesse quadro de chegada de pessoas em busca de terras que, assim como em Nova Iguaçu, se desenvolveram intensos conflitos em Xerém. Indicador disso é o fato de que nessa localidade surgiu, já no final dos anos 1940, uma associação de lavradores, liderada por José Pureza da Silva.[23] Pureza se estabeleceu na região em 1947, como meeiro na fazenda Penha-Caixão, cujo dono era, como ele afirma, um "grileiro pequeninho" e pai de santo (Pureza, 1982, p. 21). Como na fazenda havia um terreiro de

[23] Pureza trabalhava na construção civil até então e já então "participava das lutas operárias", tendo possivelmente já então envolvimento com o Partido Comunista. Sua decisão de ir para a área rural, segundo ele, deveu-se ao fato de que "os trabalhadores da cidade estavam se organizando, mas no campo não havia nada nesse sentido e eu achava que os dois movimentos - campo e cidade – deveriam marchar juntos" (PUREZA, 1982, p. 17). Como se pode verificar, seus argumentos são eminentemente de natureza política.

"macumba"[24] e era grande a afluência de trabalhadores para participar das atividades religiosas, Pureza começou a arregimentá-los para participar da Comissão de Lavradores.

Quando começaram as primeiras ameaças de despejos na área, os líderes da Comissão, entre eles Pureza, consultaram um advogado, possivelmente também do Partido Comunista, que os aconselhou a "fundar uma organização que atendesse ao estado do Rio de Janeiro, em benefício de todo tipo de lavrador" (PUREZA, 1982, p. 25). Em 1952 foi criada a Associação de Lavradores Fluminenses (ALF), então presidida por Manoel Jerônimo. A ALF, como sugere o próprio nome, tinha a intenção de representar todo o estado do Rio de Janeiro e todas as categorias de camponeses. Por esta orientação, diferenciava-se da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, que apresentamos no tópico anterior.

No final dos anos 1940 e início da década de 1950, possivelmente em razão das proximidades da FNM, as terras de Xerém se valorizaram. Se houve uma corrida em busca de terra por parte de lavradores de diferentes regiões do estado, também houve aumento da especulação imobiliária, multiplicação de loteamentos e da grilagem. Em consequência, ainda segundo Pureza, na primeira metade dos anos 1950 "aumentou muito o número de despejos arbitrários, feitos pelos jagunços e policiais armados, com a ajuda de seus padrinhos parlamentares e juízes" (PUREZA, 1982, p. 27). Ele menciona as localidades de Piranema, Babi, São Lourenço, Mantiqueira e Capivari como exemplos.

Um dos casos mais notórios de conflito por terra na região é o da Fazenda São Lourenço, contígua à III gleba de Capivari e à Fazenda Morro Grande. Nela, ocorreu, em agosto de 1961, uma reação armada de um grande número de trabalhadores rurais contra uma ordem de despejo judicial.

A Fazenda São Lourenço era propriedade de um conjunto de quatro condôminos: espólio de Cícero Figueiredo, proprietário de 37/64 da Fazenda; Getúlio Barbosa de Moura e sua esposa, proprietários de 15/64; Paulino de Souza Barbosa e sua esposa, proprietários de 6/64; e espólio de Emílio João Carlos Horwitz, representado por sua inventariante Fé Augusta Horwitz, proprietário de 6/64 (ARAÚJO, 1982).[25]

Desde o início da década de 1950, toda a área era administrada por Emílio Horwitz, que estabelecia, pela força, com o apoio do poder político local e "representando

[24] O termo macumba é utilizado por José Pureza. Segundo ele, tomava conta do terreiro e se transformou em cambone, "entidade que fazia os caboclos subir e descer. Cantava o ponto para o caboclo descer, eles descia, cantava para subir, ele subis. Era a maior autoridade do terreiro" (PUREZA, 1982, p. 21).
[25] A área total do condomínio era de aproximadamente 200 alqueires geométricos (9.680.000m²).

o terror"[26], uma relação de forte domínio em relação aos lavradores ocupantes de seus limites. Já 1952, sob sua gerência, ocorreu, mediante o uso da violência e da destruição de benfeitorias, o primeiro despejo judicial das famílias que moravam e produziam nas terras da fazenda. Das que sobraram e das que chegaram à região com o passar dos anos, o proprietário seguiu cobrando a taxa de *matagem* e a terça ou a meia, conforme o caso, da produção de *lavoura branca*[27] e banana (ERNANDEZ, 2010).

Em 1958, após a morte de Emílio Horwitz, Fé Augusta, sua viúva, assumiu a sua parte no condomínio e designou um empregado para gerir a relação com os ocupantes da Fazenda sem, no entanto, conseguir reproduzir o mesmo padrão de dominação que seu marido lograva manter. No final da década, grande parte dos trabalhadores rurais que produziam na área havia deixado de pagar os tributos que mantinham seus vínculos com a administração da São Lourenço.

Em março de 1959, buscando encontrar uma solução para esta situação, a viúva Horwitz arrendou sua parte na Fazenda para Antônio Strufaldi. Embora o contrato de tal arrendamento garantisse a ele o direito de exploração do bananal e de cultivo da terra com *lavoura branca*, sua presença na área caracterizou-se não pela produção, mas pela cobrança da *matagem* e da *meia* dos posseiros que produziam insumos básicos e banana. Poucos meses após o estabelecimento de tal contrato, entretanto, o italiano parou de pagar o aluguel e, em outubro de 1960, Fé Augusta entrou com um pedido de despejo contra ele - e, consequentemente contra os posseiros que ocupavam a área - na 1ª Vara de Duque de Caxias.

Negando-se a responder à intimação expedida pelo juiz Polidoro Barbosa Sena, os sete posseiros identificados como ocupantes da área objeto da ação de despejo requereram à Justiça e pediram a nomeação de um defensor público. Foi designado para acompanhar o caso o advogado Antônio Felipe da Rocha. Contrapondo-se à apelação apresentada ao tribunal pelo defensor, Fé Augusta argumentava que os apelantes não eram parte de sua ação e, se porventura tivessem algum direito a reclamar, deveriam acionar o arrendatário, esse sim réu do processo. Em julho de 1961, o juiz Hélio Albernaz Alvez decidiu pela execução do despejo, que foi marcado para o dia 16 de agosto.

[26] Expressão usada por Nilson Venâncio em entrevista concedida a ARAÚJO, 1982, p. 33.
[27] O termo *matagem* é a forma local de designar o tributo pago pelo direito de explorar a madeira de uma área. *Lavoura branca* designa as culturas temporárias que, na região, constituíam-se basicamente de milho, arroz, feijão, mandioca e aipim.

No dia agendado, os oficiais de justiça, acompanhados de um contingente policial, expulsaram quatro dos sete posseiros citados judicialmente. Segue um relato do despejo feito pelo lavrador Elísio e publicado no jornal *Luta Democrática* do dia 20/08/1961:

> Há dez anos fiz contrato com o Sr. Emílio para derrubar madeira e plantar bananeiras. Consegui, apesar de velho, plantar 17 mil pés. Nunca tive contrato com este italiano que está sendo despejado. Veio aqui o general Castelo Branco e ameaçou-me para sair das terras. Depois vieram os oficiais de justiça. E, quarta-feira, eles voltaram com soldados, quebraram os pratos onde eu acabava de almoçar com minha família, danificaram os móveis e os entulharam de qualquer maneira num caminhão. Levaram-me preso para o depósito judicial, ameaçaram-me de pancada. A ameaça foi feita por um tal de Olavo. É tudo uma farsa. Até minhas abelhas sofreram, pois quebraram as colmeias que eu fizera de caixotes. Por deboche, um sargento que comandava os bandidos ainda meu deu um favo, dizendo: estás reclamando? mas ainda estou te dando mel... (*Apud* ARAÚJO, 1982, p. 36)

Muito embora a ação de despejo se destinasse formalmente aos sete posseiros indiciados e suas famílias, as ameaças e notícias sobre o caráter violento da desocupação repercutiam sobre o conjunto de ocupantes da Fazenda, cerca de 300 famílias. Segundo Ernandez (2010), vários lavradores teriam recebido notificações judiciais falsificadas, como mensagens de aviso sobre a disposição das forças dominantes. Temendo uma limpeza geral da área, mobilizaram-se, pela primeira vez, em um movimento armado de resistência e se organizaram em trincheiras nas principais vias de acesso à Fazenda para impedir o despejo das outras três famílias que constavam no processo judicial.

De Tinguá a Xerém chegaram camponeses para ajudar. Eram, no total, 250 homens armados de espingardas de caça e de repetição. Existia, ainda, em Magé, uma reserva pronta para se deslocar caso a situação se tornasse crítica.

Inicialmente, a adoção da estratégia de ação de confronto pelos lavradores da São Lourenço se deu contra a orientação das associações de lavradores da região e contra a linha majoritária do Partido Comunista, que mantinha uma presença constante nas organizações camponesas da Baixada Fluminense. Sobre tal aparente contradição entre a prática dos trabalhadores envolvidos na resistência e a vontade política das entidades, Nilson Venâncio relata que o movimento explodiria com ou sem orientação e que

> A reação armada era uma necessidade local. Se não tivesse orientação, ‘nego’ ia fazer de qualquer maneira. (...) Tinha um pessoal que era mais xucro, mais dado às coisas práticas, e tinha um pessoal que tinha outro tipo

> de responsabilidade e não podia se queimar participando das coisas Havia dentro do partido gente simpática a isso, que deu apoio. Mas a linha central do partido era fazer pressão de massa (entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1982)

Por sua vez, a Falerj, dirigida, à época, por José Pureza, manifestou-se dizendo que a entidade deveria respeitar e acatar tudo aquilo que fosse determinado pela massa. Nas palavras da liderança,

> O movimento não era dirigido pelo PC. Se o movimento decidisse, era isto mesmo. Se os companheiros decidissem uma resolução mais forte, nós (a Federação) não recuávamos. Dávamos toda a força, procurávamos orientar da melhor forma. Não vamos escolher a forma de lutar. Se aparecer de uma forma nós a enfrentamos. A própria realidade é que vai dizer. (...) O PC tinha como tese lutas pacíficas, mas isto não queria dizer 'dar a outra face'. Ação de jagunços se enfrentava. Nós obedecíamos o que o camponês dissesse. Sempre fomos soldados dos camponeses, soldados da classe. Quando achávamos errado, discutíamos com os companheiros. (*Apud* ARAÚJO, 1982, p.38)

Em suas memórias, Pureza relata que diante da decretação de despejo, recorreu à prefeitura de Duque de Caxias, à Assembleia Legislativa e ao governo estadual. Estava com o Secretário da Agricultura, discutindo a questão, quando foi noticiada pelo rádio a reação armada. Decidiu procurar Tenório Cavalcanti e levá-lo à área. Isso implicou inclusive na ida da imprensa, para acompanhar a visita. De acordo com Pureza:

> Os repórteres queriam porque queriam fotografar a trincheira que avistamos no caminho, com uns quatro ou cinco camponeses. Consegui evitar isso e providenciar a vinda de dez camponeses para passar a procuração do processo para Tenório. Ele ficou sendo nosso advogado na questão.
> Político temido na região, que se impunha aos adversários pela valentia, Tenório, com certeza, tinha condições de convencer o juiz sobre a necessidade de suspender o despejo. Caxias era o reduto dele e Tenório aproveitava-se dessas situações para bater no peito e dizer que ao seu lado haviam trinta mil camponeses fluminenses (PUREZA, 1982, p. 55).

Para além dos trabalhadores rurais, houve, também, uma participação significativa de setores urbanos na luta contra o despejo. Segundo Grynspan (1987), o movimento teria instalado um "quartel general" no Sindicato dos Rodoviários de Duque de Caxias. Além desta categoria, o autor afirma que os ferroviários do município também estavam se preparando para entrar em greve caso os lavradores sofressem novas agressões.

Do outro lado do conflito, a força policial mobilizada para a efetivação da ação de despejo também se organizava. O delegado de Duque de Caxias, Ney Amil Reichaid, colocou à disposição do juiz da 1ª Vara uma tropa composta de um sargento e seis soldados, que foram municiados de informações pelos "caguetes" do empregado de Fé Augusta, Olavo, e de um lavrador da própria São Lourenço, Ari Carneiro.

Reproduzimos, a seguir, relatos do confronto por ambas as partes: oficiais de justiça e posseiros em resistência, respectivamente:

> Nos dirigimos pela estrada do sítio, quando recebemos uma saraivada de balas, sendo ferido, nesta ocasião, o praça Mário dos Santos. Entrincheiramos no barranco próximo, de onde verificamos que estávamos cercados, e aí ficamos feridos, nós oficiais de justiça dessa diligência, e, após 20 minutos de fogo dirigidos para o local em que nos encontrávamos e, sem fazermos qualquer disparo, pedimos em voz alta para cessar o tiroteio, visto que não estávamos para matar ninguém e suspendíamos a diligência. Foi dado dada ordem para que nos retirássemos, e aí ainda recebemos mais descargas de tiros pelas costas e, ao entrarmos no carro, foi atingido o cidadão Ari Carneiro (que acabou falecendo).
>
> Chegaram aqui na tarde de quarta e, para meter medo na gente, puseram na rua o Elísio Vitorino de Andrade, um velhinho de 90 anos. Queimaram-lhe a casa, jogaram-lhe os trens na rua e ainda o levaram preso. Na quinta, voltaram com dois caguetes da dona Fé. Começaram, logo que nos viram, a dar rajadas de metralhadora. Respondemos. Então, depois de mais de 200 tiros, renderam-se dizendo que estavam do nosso lado. Pediram que os deixássemos ir embora. Deixamos, pois havia quatro feridos. Não tomamos as armas dos soldados. (...) O nosso instinto de defesa, de preservação, fazia com que a gente respondesse a cada momento, mesmo sem uma organização maior. Em São Lourenço entraram os policiais num caminhão e saíram num carrinho amontoados. (*Apud* ARAÚJO, 1982, p.41)

Após o episódio, o Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro destacou 50 policiais para a região, tornando o clima ainda mais tenso. A questão passou ao âmbito do Dops, sob o comando do delegado Redeval Brito de Menezes, e a perspectiva de que novos conflitos eclodiriam manteve mobilizados os lavradores.

A estratégia até então inédita de luta adotada pelos posseiros da Fazenda São Lourenço e a repercussão da recepção armada aos oficiais de justiça encarregados do despejo foram determinantes para os encaminhamentos subsequentes do conflito por parte das várias instâncias do poder público. O juiz Albernaz Alvez suspendeu a ação,

preocupado que a luta se alastrasse por outros territórios em situação fundiária semelhante.

No dia 21 de agosto de 1961, o governador fluminense Celso Peçanha decretou a urgência da desapropriação da Fazenda, decretando-a utilidade pública. Segundo José Pureza, a vitória, configurada na desapropriação da área, foi comemorada por todos os Núcleos de Lavradores das proximidades: o de Piranema, Tabuleiro, FNM, Capitão Santa Cruz, Fazenda Mato Grosso, Ponte Coberta e KM 49, além da Associação de Pedra Lisa. Todos esses Núcleos haviam manifestado disposição de se unir em armas aos posseiros de São Lourenço (PUREZA, 1982, p. 56).

Embora o decreto tenha significado uma importante vitória, os posseiros permaneceram em situação irregular até 1964, pois não haviam conseguido a propriedade jurídica da terra e, portanto, constavam como ocupantes de área pública.

3.3. O levante de Capivari

Outro caso digno de nota é o dos conflitos que eclodiram nas terras da Fazenda Capivari, também em Xerém. Área de 1.258.400 m², de fronteiras pouco precisas entre o urbano e o rural, a Fazenda localizava-se próximo à FNM e era propriedade da Companhia Enco, que a havia adquirido para elaborar um projeto de loteamento urbano e movia uma ação de despejo na Justiça contra os posseiros.

José Pureza da Silva menciona que, já por volta de 1955, ocorreu um despejo em Capivari, decretado pelo juiz de Duque de Caxias, o que levou a uma grande mobilização de lavradores que, com apoio da ALF, acamparam no Campo de São Bento, em Niterói, por mais de um mês. A saída encontrada pelo governo foi a alocação das famílias em Córrego Feio, município de Casemiro de Abreu, mas muitos recusaram a solução e retornaram a Xerém (PUREZA, 1982).

A área de Capivari foi, na sequência, objeto de vários decretos de desapropriação que não chegavam a se consumar. Face a esta prolongada indefinição do governo estadual e a iminência de lutas na área, em abril de 1963, pela primeira vez, o governo federal, através da Supra, agiu diretamente num conflito de terras no estado do Rio de Janeiro, decretando a utilidade pública das fazendas Capivari, Penha-Caixão, Mato Grosso e Piranema, todas no município de Duque de Caxias (decreto 51.905, publicado no Diário Oficial da União de 19/04/1963). Mesmo com o decreto, a Enco não interrompeu o processo judicial em trâmite para efetivar o despejo dos ocupantes e, inclusive, passou a

financiar um grupo de jagunços que, sob o comando do sargento da Polícia Militar "Bahiano", "infernizava" a vida dos lavradores (ARAÚJO, 1982, p. 140). A situação, assim, permanecia tensa. Sem indícios de que a desapropriação se efetivaria num futuro próximo e com o despejo marcado para junho de 1963, os camponeses começaram a organizar uma resistência contra sua expulsão das terras.

Embora a Supra tenha feito, pouco tempo antes do despejo, o depósito da indenização relativa à desapropriação, a luta dos trabalhadores, que acumulavam mais de uma década de conflitos e instabilidade na região, eclodiu em uma grande ocupação da Fazenda Capivari, reunindo cerca de dois mil homens, vindos de várias regiões. Dentre as ações de preparação para o confronto, os camponeses assaltaram uma casa de armas da região, confiscaram todos os armamentos dos moradores das redondezas e depredaram o posto de polícia local, abandonado pelos policiais. Entrincheirados e armados, aguardavam a polícia para o enfrentamento que visava a defesa das terras em litígio.

O comando da operação, a princípio nas mãos de lideranças da Associação de Lavradores de Duque de Caxias, foi tomado pelo controverso Padre Aníbal que, juntamente com alguns homens de Nova Iguaçu e com um lavrador conhecido como Antônio Capacete Verde, havia acorrido a Capivari. Não tivemos acesso a maiores informações sobre tais supostas lideranças, mas Nilson Venâncio nos deu alguma pista sobre Aníbal:

> O Padre Aníbal veio de Nova Iguaçu. Ele tinha organizado a tomada de terras ali em Nova Aurora. Mas aí o cara vem de fora, ninguém sabia bem quem ele era. Ele fez uma 'porra louquice' na área. Ali perto da igreja velha tinha um português que contribuía com alguma coisa. Ele tinha meia dúzia de vaca, tinha uma birosquinha. Ele dava uma comida pro pessoal. Aí o cara vem de fora e toma as vacas do cara. Esse padre, ou ele era mal intencionado, ou ele tava se formando naquela época, fruto desse pessoal que o Partido não consegue controlar (Entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1982).

Como no movimento de resistência de São Lourenço, que tratamos no tópico anterior, a opção pela ação de confronto direto em Capivari contrariava a estratégia das associações de lavradores, que não conseguiram frear a explosão de massas nem, muito menos, conduzi-la, dada a disputa com as lideranças locais. Em nota assinada por José Pureza, presidente da Falerj, e Pedro Rodrigues da Silva, presidente da Associação de Lavradores de Duque de Caxias, ficava clara a desavença com o desfecho violento da

situação e a insatisfação com a "usurpação" da liderança dos camponeses pelo Padre Aníbal. Destacamos, a seguir, um trecho desta comunicação:

> Esclarecemos que as fazendas Piranema, Penha-Caixão e Mato Grosso já foram desapropriadas. Nós vimos o dr. João Caruso, presidente da Supra, depositar o dinheiro, inclusive para Capivari. Se este acontecimento nos traz grande alegria, por outro lado necessitamos corrigir imediatamente a má situação a que está nos levando o falso padre Aníbal Magalhães. Ele se apossou abusivamente do comando de nossa luta e está praticando sujeiras, como atacar pequenos armazéns. Fiquemos unidos e afastemos o falso líder. Aguardem nossa palavra de ordem. (*Apud* ARAÚJO, 1982, p. 141)

Há indícios, também, de que a proximidade da Fazenda Capivari com as terras da Fábrica Nacional de Motores tenha influenciado de maneira significativa a politização e a organização dos camponeses que lutavam pela permanência na área.

Para além das disputas que ocorreram no campo das organizações, partidos e instituições governamentais sobre a condução do levante de Capivari e sua suposta manipulação por "falsos líderes", o fato é que milhares de camponeses se dispuseram a enfrentar a possibilidade do despejo usando armas e por meio da resistência de natureza confrontativa. Neste sentido, é simplista e empobrecedor para a análise buscar compreender o movimento apenas como sendo massa de manobra de grupos, lideranças e linhas políticas em disputa.

Como resposta à ocupação armada da Fazenda Capivari, o governador do Estado do Rio de Janeiro à época, Badger da Silveira, destacou tropas da PM e da polícia para a região conflagrada e solicitou a presença do Exército, garantindo que só o acionaria em último caso. Por sua vez, o responsável pela Supra, João Caruso, foi a Niterói para pessoalmente efetivar o depósito em dinheiro da ação de desapropriação no Juízo de Feitos da Fazenda.

Embora houvesse uma tentativa das organizações e órgãos governamentais em tranquilizar os lavradores no sentido de garantir, para os dias seguintes, a resolução formal da situação das terras da Fazenda, o desfecho do movimento caminhou para um novo aguçamento das tensões. Em 19 de junho de 1963, face ao cerco efetuado pela PM, os camponeses efetuaram prisões e mantiveram reféns 36 jornalistas, vários líderes sindicais e um vereador, que seriam "julgados" e condenados a execução no caso de avanço das tropas de segurança do Estado. No dia 21, entretanto, Padre Aníbal aceitou sair da área

para conversar com o delegado do Dops e com o Secretário de Segurança, tendo sido preso na ocasião. O fato, por fim, contribuiu para a desarticulação dos trabalhadores.

No mesmo mês, o juiz Geraldo Toledo declarou que o depósito de indenização para efetivar a desapropriação da Fazenda Capivari, feito por João Caruso, era insuficiente. Mais uma vez, a situação permanecia suspensa e os lavradores mantiveram-se em situação de sobressalto com a recorrente possibilidade de anulação do decreto de desapropriação das terras. Em agosto, o governo federal interveio no caso declarando a urgência da ação e a necessidade de contenção das tensões sociais na região, mas nada foi resolvido até abril de 1964.

3.4. Os anos 1970 e 1980 em Xerém

Logo após o golpe a repressão se abateu fortemente sobre a região de Xerém, atingindo as áreas rurais e a FNM. Um operário, entrevistado por Ramalho, relata que o Exército invadiu casas e plantações mantidas por colonos e destruiu o que pode. Prendeu e torturou pessoas. Um caso narrado é ilustrativo da concepção existente sobre as lutas na região: "um camponês, posseiro, foi amarrado de cabeça para baixo no sol quente, em frente da esposa e filhos, 'para dizer onde tinha arma escondida'" (RAMALHO, 1989, p. 201). Com efeito, as lutas camponesas eram entendidas pelos militares como possíveis focos de preparação de guerrilhas e tratadas com extrema violência. O tema é bastante explorado no IPM 709, que investigou as ações do Partido Comunista: em diversas passagens é clara nesse documento a preocupação com uma espécie de cinturão de conflitos que cercava a cidade do Rio de Janeiro. Segundo o IPM, pacíficos lavradores eram persuadidos a ações violentas por lideranças partidárias, que se aproveitavam de suas fragilidades. Se essa era a concepção, nas áreas de conflito, eram também os lavradores que sofriam a ação repressiva (IPM 709, 1966).[28]

A situação de conflito permaneceu latente nos anos que se seguiram. Uma deliberação da diretoria do Ibra (Deliberação Nº 8 de 07/04/1966), sem decreto presidencial para tal fim, dividiu a área desapropriada da Fazenda Capivari em três glebas e não desapropriou a 3ª, onde alegava não haver tensão social. Ela foi devolvida a seus antigos pretensos donos, a Companhia Enco. Em 1967, os pretensos donos da fazenda

[28] Esse IPM, composto por cerca de trinta mil páginas, foi publicado em quatro volumes pela Biblioteca do Exército. Nesses volumes está expressa a compreensão dos militares sobre o pensamento da esquerda marxista, sua atuação no Brasil e, em diversas passagens, a preocupação com o que se passava no meio rural.

entraram novamente na justiça contra os trabalhadores com uma Ação de Restauração de Reintegração de Posse (Conflitos de terra no Estado envolvem 25 mil pessoas. *Jornal do Brasil*, 21/10/1979, p. 32). Segundo a Fetag/RJ, na época foram reiniciadas as perseguições e ações violentas contra os posseiros (Ofício Nº 107/SE/1981. Niterói, 15/06/1981, da Fetag ao coordenador regional do Leste Meridional do Incra, MSPP/SrSc.frj.c - Pasta II).

A década de 1980 se iniciou crítica para os posseiros da Fazenda Capivari. Em levantamento realizado pela Fetag/RJ há o registro de que dois posseiros foram vítimas de tentativa de assassinato através de atropelamento e tiros de revólver. Um dos trabalhadores, Pedro Pinto, foi atropelado e ficou gravemente ferido, em 13 de abril de 1981 (Levantamento de Conflito de Terras. Arquivo da Fetag/RJ. Junho de 1981. (MSPP/SrSc.frj.c - Pasta II).[29] No ano seguinte, o problema fundiário continuou na 3ª Gleba, conforme registro em documento do Serviço Nacional de Informações (SNI). Nele os agentes da polícia política relatavam que a área teve proposta de desapropriação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com o objetivo de suspender o despejo de aproximadamente 90 famílias de posseiros (Problema Fundiário na Fazenda Capivary - Gleba III - Município de Duque de Caxias/RJ. Informação nº 113/17/AC/82. Agência Central. Serviço Nacional de Informações. Difusão: Chefe do SNI. Memórias/Arquivo Nacional, AC_ACE_29103_82, 29 de outubro de 1982). Devido à demora além do previsto e acertado com os proprietários da gleba para desapropriação, estes entraram na Justiça com uma ação de reintegração de posse e obtiveram ganho de causa. A Coordenadoria Regional do Incra (CR-07), por intermédio de seu titular Américo Ventura, em obediência à então política fundiária do governo e com intuito de garantir a permanência das famílias na Gleba, conseguiu procrastinar a execução da sentença, asseverando, em juízo, que o decreto desapropriatório seria expedido no menor prazo possível. Essa postergação foi obtida, após vários entendimentos entre o coordenador do Incra, o prefeito de Duque de Caxias/RJ, o juiz da lª Vara e os proprietários da área.

Diante da nova investida dos proprietários, o coordenador regional do Incra, procurando evitar o despejo dos posseiros da área, que seria creditado ao partido do governo[30], justamente às vésperas das eleições, comprometeu-se, desta vez, junto ao Juízo, a obter a expedição do Decreto Expropriatório no prazo de 30 dias, a partir de 21

[29] Os motivos que desencadearam estes fatos violentos não foram especificados.

30 Em 1982, o governador do Rio de Janeiro era Chagas Freitas (MDB/PP) e o presidente da República, João Baptista Figueiredo (PDS).

de outubro de 1982. O proprietário da gleba, inconformado, solicitou ao juiz da lª Vara Cível, a diminuição daquele prazo sob a alegação de que, após as eleições, o Incra não cumpriria a promessa. Assim, o prazo foi reduzido para 14 dias, a partir de 21 de outubro, findo o qual expediria o mandado de reintegração de posse, que resultaria na expulsão dos posseiros. Em 01/11/1982, a área foi finalmente desapropriada, pelo decreto 87.748, publicado no Diário Oficial da União de 3/11/1982.

Apesar da desapropriação, a vigilância do SNI sobre a região permaneceu constante, inclusive com acompanhamento de reuniões de trabalhadores. Um dos relatórios da instituição relata detalhadamente o I Encontro dos Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro, realizado em Xerém, em 12 de abril de 1986, promovido pela Arquidiocese e Prefeitura de Duque de Caxias, com a presença de 350 pessoas. Nesse documento, o SNI informa que foram relatadas as perseguições sofridas pelos camponeses na época da ditadura por um oficial do Exército que expulsava os lavradores sem se importar com as famílias ou se elas tinham para onde ir. Entre os problemas de que queixavam os lavradores na região constavam as dificuldades para legalizar as suas terras; a falta de apoio das autoridades para obtenção do financiamento agrícola; ausência de escolas e postos de saúde no campo; e a necessidade da dragagem dos rios para evitar a inundação das lavouras (Encontro dos Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (RJ). Documento RR1/132/130/B1C/86. Sigilo: W. Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_56171_86, 13/05/1986). O documento narra ainda a presença do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF), criado nos anos 1970 como entidade privada com o objetivo de solicitar apoio socioeconômico às autoridades governamentais, controlar e fiscalizar os assentamentos e denunciar a vinda irregular de lotes. A entidade entregou às autoridades que estavam no Encontro um documento contendo as necessidades consideradas urgentes: recuperação de estradas, dragagem dos rios e canais, aquisição de patrulhas mecanizadas e implementos agrícolas, eletrificação rural, venda direta ao consumidor, fixação do homem a terra, obtenção do título de propriedade, facilidades para obter créditos rurais e criação de escolas rurais.

Em 1989, com a Constituição de 1988 já vigente, o presidente do NAF (Joaquim Antônio da Silva, também presidente do STR de Duque de Caxias), seu vice-presidente Waldir Gonçalves (Didi) e o tesoureiro Francisco José da Silva (Chico Silva) foram denunciados ao SNI. Num documento do projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional

(AC_ACE_71037_89) do SNI[31] está anexada uma carta de Alfredo dos Santos ao Ministro Chefe do SNI, datada de 25 de janeiro de 1989, relatando que a área rural de Duque de Caxias, principalmente Capivari, estava se tornando um problema de segurança nacional.[32] Mesmo no período de transição, práticas típicas do período da ditadura persistiam. Alfredo dos Santos denunciava as invasões de terra apoiadas por sindicalistas, pedia que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) fosse retirado das mãos do Sindicato dos Metalúrgicos, do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e listava nomes que deveriam "desaparecer da face da terra". A seguir os detalhes de cada solicitação na carta reproduzida:

> O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias passou para as mãos do Sindicato dos Metalúrgicos, PC do B e Pastoral da Terra, que no final de tudo e uma coisa só, bagunça, apenas cultivam a desordem e anarquia. Veja Senhor Chefe que seu presidente - JOAQUIM ANTÔNIO, na 1ª Assembleia Geral que realizou em Capivari, convocou todos os associados a invadirem terras que o sindicato garante. O pior é que isto já está acontecendo e caminhando em escala muito elevada e isto está tornando a área um local de confrontos em pé de guerra. Eles mesmos nada plantam, mas as suas áreas não mandam invadir, é só as dos outros. Há necessidade urgente que esse serviço faça alguma coisa para tirar o Sindicato das mãos destes e que sejam eliminados todos os cabeças, pois são gente por demais conhecida apenas como anarquistas Francisco José da Silva (o Chico Silva), Joaquim Antônio (Presidente do Sindicato), Enéas e Didi (delegados sindicais) na 3ª gleba ao lado do canal do Rio Bandeira pela Est da Petrobras. Senhor Chefe enquanto estes homens não desaparecerem definitivamente da face da terra, qualquer área onde eles estejam será sempre a mesma coisa farão de tudo para tomar as entidades classistas e depois dominar o terror, logo vamos limpar, para progredir, precisamos produzir para termos um BRASIL MAIOR. Contamos com essa SEGURANÇA (Denúncia de desordem e anarquia provocadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos, PC do B e Pastoral da Terra - D. Caxias/RJ. Carta de Alfredo dos Santos ao CH/SNI. Memo Nº191/CH/GAB/SNI, 310189. Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_71037_89, 31 de janeiro de 1989, p. 7).

Nos comentários sobre a carta, o SNI observa não terem sido confirmadas ocorrências recentes de invasões de terra no Distrito de Capivari, sob a liderança do presidente do STR de Duque de Caxias, Joaquim Antônio da Silva. Mas o órgão

31 Denúncia de desordem e anarquia provocadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos, PC do B e Pastoral da Terra - D. Caxias/RJ. Carta de Alfredo dos Santos ao CH/SNI. Memo Nº191/CH/GAB/SNI, 310189. Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_71037_89, 31 de janeiro de 1989.

32 No final da carta ele coloca a seguinte observação: o nome e endereço do envelope são apenas para o correio, seria por demais perigoso qualquer identificação, ou seja, não assina o seu nome verdadeiro.

reconhece no local o clima de tensão provocado pelas disputas por terra. Sobre a influência do Sindicato dos Metalúrgicos, que tinha como membros funcionários da antiga FNM e do PCdoB, constataram que não havia registro sobre a atuação alegada na carta, apesar do Partido estimular invasões de terra. E concluíram:

> Embora tenham arrefecido, ultimamente, os problemas de invasões em DUQUE DE CAXIAS/RJ, o Município apresenta uma situação própria a ocorrências dessa natureza, ante a existência de fatores que contribuem para isso, tais como a alta taxa de concentração urbana, a consequente escassez de habitação e a demanda pela posse e uso do solo urbano, além da atuação marcante do clero — progressista‖, que tem incentivado a expansão do movimento popular, mediante a organização das classes de baixa renda (Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_71037_89, p.10).[33]

Essas ocorrências mostram que mesmo com a redemocratização as áreas rurais continuaram objeto de preocupação e vigilância, sendo ora tratadas como objeto de intervenção fundiária, ora como local de atuação policial.

Referências bibliográficas.

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 1998.

AMADOR, Elmo. *Baía de Guanabara: Ocupação histórica e ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2013.

ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplan-Rio/Zahar Editor,1988.

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Cadernos PUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 3(1), janeiro/abril, 1989.

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Instituo de Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, 1982.

ARAÚJO, José de Souza A. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

AREZZO, Dryden Castro de. *Política Agrária do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mímeo, 1986.

[33] Chama atenção o fato de assinalarem o adjetivo progressista referindo-se ao clero, sempre, entre aspas. Na região, era intensa a atuação do bispo da Diocese de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, defensor da reforma agrária.

BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, 2008.

BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha:Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

DABUL, Lígia. Um tanto da história de Xerém: análise social e eclesial. In *Unidade e prática da fé: pastoral ecumênica da terra em Xerém*. Cadernos do CEDI, 17. Rio de Janeiro: CEDI. Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, 1987.

ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In Lygia Sigaud, Marcelo Ernandez e Marcelo Rosa. *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

GEIGER, Pedro Pinchas. *Loteamento da Baixada da Guanabara*. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 5, 1952.

GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. *Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense*. Revista Brasileira de Geografia, nº 3, vol. 16, 1955.

GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, M. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1956.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950 - 1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987.

IPM 709. *O comunismo no Brasil*. Brasília: Biblioteca do Exército (4 volumes), 1966.

LAMEGO, Alberto R. Os engenhos de açúcar no Recôncavo do Rio de Janeiro em fins do século XVIII. Rio de Janeiro, *Brasil Açucareiro*, dez, 1942.

LAMEGO, Alberto R. *O homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1948.

LAMEGO, Alberto R. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1945.

MARQUES, Alexandre dos Santos. *Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Revista Pilares da História, nº 6, 2006.

MEDEIROS, Leonilde S. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar In Milton Pinheiro et al. *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

NOVICKI, Vitor de Araujo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983-1987)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola/UFRRJ, 1992.

PUREZA, José. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982 (Organização de Eliane Cantarino O´Dwyer).

RAMALHO, José Ricardo. Estado-patrão e luta operária. O caso da FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008 (organização de Leonilde Servolo de Medeiros).

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Revista Pilares da História, nº 6, 2006.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. v. 1. tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Capítulo 5

Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense

Annagesse Feitosa[*]
Iby Montenegro de Silva[†]

1. Introdução

No período da ditadura ocorreu no litoral sul fluminense uma profunda transformação, tanto do seu espaço físico, quanto da sua configuração social. Empreendimentos governamentais, estaduais e nacionais, estimularam a entrada de diversos agentes na região, públicos e privados. Como consequência, eclodiram diversos conflitos fundiários envolvendo empresas, que visavam implantar projetos turísticos e industriais no local, e as famílias que lá viviam há gerações: eram comunidades descendentes de escravos das antigas fazendas de café, *caiçaras*[1] e índios guaranis. Para dar uma ideia do nível da tensão na região da Costa Verde, onde se situam os municípios de Paraty, de Angra dos Reis e de Mangaratiba, além da Ilha Grande, de acordo com o levantamento realizado durante esta pesquisa lá ocorreram 56 dos 133 conflitos registrados no Estado do Rio de Janeiro, durante os anos 1970 e 1980.[2]

---

[*] Annagesse de Carvalho Feitosa, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Bolsista da Faperj.

[†] Iby Montenegro de Silva, graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Educação Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica da Faperj.

[1] Diegues (2005), ao se debruçar sobre as populações de Paraty, do litoral paulista e do norte paranaense, aponta que ali existiam homens que, ao longo de gerações, deram origem a características culturais, sociais e linguísticas próprias, denominadas *caiçaras*. Para Ribeiro (2007), Angra dos Reis também se insere num território caiçara, posto a herança deste modo de vida da maior parte de sua população atual. Mais adiante voltaremos ao significado do termo.

[2] Este levantamento baseou-se principalmente no documento Fetag/RJ, Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro – ocorridos entre os anos de 1970 e 1990. Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ. (NMSPP/Sc.frj.c-Pasta II). Também foram usadas outras fontes, tais como ofícios sindicais, jornais, anotações e demais materiais encontrados no Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ.

No intuito de demonstrar o que foi a repressão no campo na região, utilizamos documentos midiáticos que, de alguma maneira, publicizaram o contexto no qual ocorreram estes conflitos; documentos elaborados por agentes sensíveis à causa dos atingidos, tais como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) de Angra dos Reis e de Paraty, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) e a Igreja progressista; documentos da polícia política, tais como depoimentos dados à Justiça Militar, os Inquéritos Policiais Militar (IPMs) e relatórios feitos pelo Sistema Nacional de Informações (SNI); documentos elaborados pelos próprios atingidos; entrevistas com moradores e lideranças que vivenciaram os conflitos.

Selecionamos alguns casos que se destacam pelo modo como os agentes envolvidos atuaram no jogo político. Em Paraty, destacamos os conflitos da Praia do Sono (Fazenda Santa Maria do Mamanguá); Trindade (Condomínio Laranjeiras); Fazendas Taquari, São Roque e Barra Grande; Campinho da Independência; São Gonçalo. Em Angra dos Reis, destacamos Santa Rita do Bracuhy.

A peculiaridade dos conflitos tratados aqui consiste no fato de que, apesar da intensa violência cometida contra as populações camponesas, caiçaras e indígenas, não há denúncias, nos documentos da polícia política, de tentativas de *subversão da ordem*, com exceção das feitas contra o clero local. Tais violações, portanto, estão relacionadas a um contexto de grandes transformações econômicas; crescimento do interesse nas terras por agentes externos; expropriação, dificuldade de organização e denúncia dos que ali estavam. Por conseguinte, os casos tratados ilustram outra face do que foi a repressão no regime militar: a omissão frente à violência privada e ao processo de desterritorialização de populações locais.

2. Contextualizando a Costa Verde

No período da ditadura militar, a Costa Verde foi palco de intensos e inúmeros conflitos. Grandes empresas e empresários chegaram à região, interessados na apropriação das terras, valorizadas pela construção de um trecho da BR-101, conhecido como Rio-Santos. No entanto, embora a estrada tenha sido um marco no processo de mudança regional, este não teve início com a sua construção.

Segundo Guanziroli (1983) e Bragatto (1996), o perfil do sul fluminense no século XIX não pode ser entendido sem passar pelos conceitos de civilização, apogeu e declínio.

Por exemplo, Angra dos Reis foi elevada à categoria de cidade em 1835, durante os ciclos econômicos da cana e do café, e foi destaque como local de exportação, posto que pelos seus portos passava a produção do litoral e também do interior do país (BRAGATTO, 1996). No caso de Paraty, segundo autores levantados por Zuquim (2002), a vila nasceu da movimentação dos paulistas vindos do planalto de Piratininga em busca do mar em expedições exploratórias. Apesar disso, todos eles apontam como importante o fato de a vila estar localizada no ponto de entrada para as *Trilhas de Guaianás*, pela Serra da Bocaina, o que o autor descreve como uma "espécie de marco zero dos caminhos do desbravamento e da colonização do vale do Paraíba e do centro sul do país" (ZUQUIM, 2002, p. 13). Zuquim também destaca que as cidades de Paraty e Angra foram as mais importantes durante o ciclo do ouro por terem sido o ponto de partida mais acessível da viagem para o Rio de Janeiro. Vários de seus portos eram locais de escoamento do ouro das Minas Gerais, mas também das atividades agrícolas e do comércio de escravos.

Segundo Bragatto (1996), toda a produção dos municípios de Barra do Piraí, Resende e São João Marcos descia a serra em direção aos portos angrenses – Ariró, Frade, Bracuhy e Mambucaba –, que escoavam a produção para Sepetiba, onde, através da Estrada de Ferro Pedro II, se fazia o comércio com o Rio de Janeiro. As tropas de burro vinham de São Paulo, Minas Gerais e Goiás e levavam produtos de consumo, como peixe e sal. A extensão da estrada até Barra do Piraí foi o início do declínio comercial da região, também chamada de Baía da Ilha Grande. Em 1871, os trilhos já seguiam para São Paulo. O café produzido nas fazendas do Vale do Paraíba passou a ser escoado pelas novas estradas, o que fez com que, por exemplo, o porto de Paraty fosse abandonado. Com o tempo, os caminhos antigos do ouro e do café ficaram impenetráveis, tornando Paraty inacessível por terra. O acesso passou a ser apenas por mar através de barcos vindos de Angra dos Reis. Isto garantiu o seu relativo isolamento geográfico, excluindo-a do cenário econômico da região, causando um processo de despovoamento, mas com a manutenção de comunidades que viviam das atividades de subsistência (ZUQUIM, 2002).

Agrega-se a isso a abolição da escravatura, findando o comércio de escravos e dificultando os negócios dos grandes latifundiários locais e estaduais. Bragatto (1996) aponta que a região, até o final da década de 1940, foi ocupada predominantemente por populações de ex-escravos, trabalhadores das antigas fazendas de cana e café e do processo de escoamento de ouro, e também por descendentes de europeus e grupos indígenas.

Essas populações tinham um modo de vida identificado como *caiçara.* O termo, segundo Diegues (2005), designa as populações cuja miscigenação – europeu, índio e escravo – frutificou numa cultura particular, que vai desde a sua forma de festejar e trabalhar até a sua linguagem.[3] Os *caiçaras* também possuem casas específicas – individuais e coletivas –, feitas de pau a pique, em locais entre as praias e a serra, e uma produção que combina a pesca coletiva e organizada,[4] o extrativismo e a agricultura (basicamente, aipim, banana, café, arroz, milho, feijão), voltada quase que exclusivamente para a sua própria subsistência. Este modo de vida se explica, segundo o autor, pelo desenvolvimento de técnicas de conhecimentos derivadas da combinação dessas descendências, processada ao longo dos grandes ciclos econômicos, e também da combinação destes conhecimentos com a natureza local: a Mata Atlântica e seus microecossistemas (mangues, restingas, lagoas). Para Diegues, "o isolamento do grupo caiçara que se formou no litoral sudeste brasileiro propiciou, ao mesmo tempo, sua independência e sua afirmação cultural e econômica" (DIEGUES, 2005, p. 22-23).

Conforme Ribeiro (2007), a desorganização do sistema cafeeiro juntamente com o abandono das terras no final do século XIX tornou essas pessoas ocupantes da área. Para Siqueira (1989), a geografia da região permitia que ali se plantasse e vivesse sem maior dependência de produtos processados, comprados geralmente em cidades. Guanziroli (1983) refuta a ideia de que ali houve uma decadência, pois, assumindo este ponto de vista, reproduzimos a valorização da economia ligada às grandes fazendas. Avaliando sob outro ângulo, foi exatamente com a decadência destas fazendas que produtores menores ganharam autonomia e tiveram acesso à terra. No entanto, na década de 1950 e principalmente na década de 1960, iniciou-se a corrida especulativa na região e os conflitos por terra apareceram de maneira significativa.

Primeiramente, o contexto político da década de 1950 favoreceu a entrada de investidores industriais no país: com a política de importação de máquinas e

[3] *Caiçara* é uma palavra de origem tupi-guarani que se refere à armadilha feita para proteger as casas de pau a pique e as aldeias comuns. Mais tarde, o nome passou a designar os ranchos nas beiras da praia, usados para guardar as canoas e utensílios de pesca (DIEGUES, 2005). Ainda conforme Diegues, o termo é comumente usado por alguns de forma pejorativa, significando algo como preguiçoso ou sem prestígio. O autor refuta este argumento, uma vez que não se pode determinar como preguiçosos sujeitos que passam a maior parte de seu tempo de vida remando no sol e vento e enfrentando correntezas (e, quando em terra, consertando suas redes e outros instrumentos de trabalho). Neste texto, tratamos a designação como uma categoria analítica. Como identidade política, o termo passou a ser usado na região no decorrer dos conflitos, em tempos mais recentes que o comentado acima.

[4] Nas entrevistas feitas em Paraty, muitos pescadores revelaram que viviam da pesca em alto-mar, quando saíam em grupos, viajando de barco por meses. Muitas vezes, essa pesca acontecia em regiões próximas à Cidade do Rio de Janeiro.

equipamentos sem tarifas alfandegárias, grupos econômicos viabilizaram seus projetos de desenvolvimento (PACHECO, 2010). Em Angra dos Reis foram quatro as indústrias implantadas nesse momento e contexto no litoral sul fluminense: a Companhia de Comércio e Navegação, a Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A, o estaleiro EMAQ e a Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S/A.

Ribeiro (2007) afirma que o marco de início do processo de mudanças foi a construção da Verolme, na Baía de Jacuecanga, momento em que a região foi ocupada por galpões de armazenagem, grandes barcos para recepção, reparo e construção de navios e áreas urbanas pertencentes às empresas do complexo naval. Além disso, próximo à enseada da Piraquara – onde se encontram os rios Ariró, Bracuhy e Mambucaba –, já na década de 1960, foi instalada a Central Nuclear, ocupando a praia de Itaorna, bem como conjuntos residenciais na praia Brava. No local ainda havia mangues, onde nos anos 1960 e 1970 se instalaram explorações de carvão por metalúrgicas (RIBEIRO, 2007). Angra dos Reis igualmente já contava com o Terminal da Baía da Ilha Grande (Tebig), além do Colégio Naval e do Presídio Cândido Mendes, este último na Ilha Grande. Com isso, o município passou a ter uma economia relativamente diversificada e tornou-se um polo de influência sobre outros municípios, como Mangaratiba e Paraty. Iniciou-se uma corrida de trabalhadores para se empregarem nos estaleiros e um decréscimo na área antes dedicada à agricultura (PACHECO, 2010).

No que se refere a Paraty, em 1947, o Código de Obras do município foi alterado, visando a adaptação prevista no Decreto de Tombamento Estadual, que estabelecia a delimitação de um bairro histórico, bem como a fixação de condições para as construções dentro do seu perímetro. Dez anos depois, foi sugerido pelo chefe de Seção de História do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) que o conjunto arquitetônico e paisagístico do município fosse inscrito no Livro de Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico criado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937 (ALMEIDA, 1997). Em janeiro de 1965 foi enviada pelo DPHAN ao ministro de Educação e Cultura uma proposta sugerindo que fosse encaminhada ao presidente da República uma minuta de decreto para que o município passasse a ser considerado monumento nacional, mas tal iniciativa não teve êxito (ALMEIDA, 1997). Almeida enfatiza que esta iniciativa era vista como necessária, pois Paraty já estava exposta à especulação imobiliária e à devastação florestal.

Somente em 24/03/1966, o Decreto nº 58.077 que converteu o Município de Paraty em Monumento Nacional foi assinado pelo presidente da República. A

abrangência do tombamento foi ampliada a partir dessa iniciativa, passando a incluir, além da zona urbana, a área rural. Almeida aponta que, "para manter a harmonia dos aspectos relevantes a serem preservados, ou seja, o núcleo do patrimônio edificado, o processo de tombamento foi estendido para a vegetação" (ALMEIDA, 1997, p. 26), mas em momento algum a população do município foi consultada sobre as medidas tomadas.

Ainda na década de 1960, o projeto de construção de uma rodovia ligando o Rio de Janeiro a Santos, em São Paulo, ganhou corpo, passando a integrar o Plano Rodoviário Nacional. Como ressaltado no início deste capítulo, este projeto foi um divisor de águas para o acirramento dos conflitos.

Segundo Pacheco (2010), a justificativa para a construção da Rio-Santos já apontava para a especulação imobiliária. O estudo de viabilidade técnica e econômica foi feito pela empresa Sondotécnica, entre os anos de 1966 e 1968, encomendado pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER). A empresa produziu dois relatórios e enfatizou a importância estratégica da rodovia para a segurança nacional, dada a presença de indústrias no litoral sul fluminense, mostrando ainda que ela traria bem-estar social, a partir do favorecimento do turismo na região.

A abertura da Rio-Santos, iniciada em 1972, revelou o forte potencial turístico desse trecho do litoral, tanto por sua beleza natural quanto por sua localização, entre duas cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, com grande concentração urbana e recursos financeiros. Em outra perspectiva, a estrada é constantemente citada como fator decisivo no aumento da degradação ambiental, valorização das terras e crescente especulação imobiliária no litoral sul, o que é reforçado por Almeida (1997), ao expor as entrevistas e publicações sobre o município que municiaram o seu trabalho (INCRA, 1986; PLANAVE, 1977; SOUZA, 1994).

No que se refere à questão fundiária da região, a força dos interesses empresariais que seriam atingidos impedia qualquer medida sobre conflitos que se iniciavam, sobretudo em Angra dos Reis, onde se instalavam indústrias nas áreas até então rurais. No final dos anos 1950, medidas foram tomadas no que concerne à resolução de alguns conflitos fundiários no Estado do Rio de Janeiro, através do Plano de Ação Agrária, do governo Roberto Silveira, tratado no capítulo 1 do presente relatório. Neste plano, uma das metas era a delimitação de terras ocupadas por posseiros que se encontravam em litígio e outra era a demarcação de terras devolutas, destacando-se, entre as prioritárias, aquelas existentes em Paraty (ALMEIDA, 1997). A tentativa de resolução dos conflitos fundiários através do Plano de Ação Agrária, no litoral sul, e a construção da estrada, já

na década de 1970, desencadearam um processo de mudanças na dinâmica local: as ações estatais significaram a apropriação pelo capital imobiliário e turístico de áreas ocupadas havia gerações. Especialmente em Paraty, em função dos baixos preços, houve grande facilidade para aquisição de imóveis tanto na área urbana quanto na zona rural.

Devido à valorização das terras e à crescente especulação imobiliária após a abertura da BR-101, "procurou-se tomar medidas para conter este processo através da criação das diversas unidades de preservação" (ALMEIDA, 1997, p. 33). Uma delas foi o Parque Nacional da Serra da Bocaina, criado em 1971, com 130 mil hectares. Entre seus objetivos estava a preservação da área onde os *colonos*, alojados a partir do Plano de Ação Agrária, foram acusados de depredadores. Contudo, como veremos mais adiante, em 1972 a área do Parque foi reduzida para pouco mais de 100 mil hectares. A área retirada do plano inicial pertencia à região de Trindade, onde explodiu um conflito de terras entre seus moradores e a empresa Adela-Brascan.

3. Projetos de desenvolvimento do Estado militar e suas consequências na Costa Verde

No plano nacional, foi criada na década de 1960 a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) que elaborou o Plano de Aproveitamento Turístico (Projeto Turis), um projeto de reordenamento territorial de todo o litoral sul fluminense, em razão do turismo (um dos frutos deste projeto foi a construção da Rio-Santos). Também neste período, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) atuava na região para atender ao patrimônio ambiental do litoral.[5] Contudo, o relatório feito pela Fetag/RJ em 1981 sobre os problemas dos posseiros de Paraty, contido no acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do CPDA/UFRRJ, apontava que seus fiscais agiam como polícia privada, contribuindo com a violência contra os posseiros.

Para autores como Guanziroli (1983), Ribeiro (2007) e Almeida (1997), esse planejamento territorial declarou a vocação turística da região e legitimou o processo de

[5] O IBDF é uma entidade autárquica, criada pelo decreto nº 289, de 28/02/1967, sob a administração do Ministério da Agricultura. O órgão foi destinado a formular a política florestal e a orientar, coordenar e executar medidas relacionadas à utilização, proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e do desenvolvimento florestal do país.

expulsão dos moradores locais, uma vez que serviu como facilitador da apropriação das terras por pretensos proprietários.[6] O governo militar, neste tempo, mostrava preocupação em evitar o avanço de ideias esquerdistas e em rapidamente solidificar o capitalismo no Brasil, cedendo espaço às empresas multinacionais, e, nesta conjuntura, o turismo recebeu destaque.

Tal visão tomou corpo na instituição da Embratur e do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), definindo uma política nacional para o setor. Tanto a Embratur quanto o CNTur balizaram a concepção governamental de progresso do país: no próprio decreto, a política nacional para o turismo uniu as diretrizes para as atividades dessa indústria ao interesse governamental de desenvolvimento econômico. O governo federal coordenou a aplicação desta política, em nível nacional, através de criação de instituições voltadas para esse fim e de financiamentos e incentivos fiscais.

O CNTur, presidido pelo ministro da Indústria e Comércio e constituído por órgãos federais e representantes da iniciativa privada,[7] dentre outras competências, tinha por atribuição fiscalizar as operações da Embratur, além de conceder autorização para a exploração de serviços turísticos em todo território nacional. A Embratur, por sua vez, tinha por competência, entre outras atividades, a celebração de estudos e convênios, autorizada pelo Conselho, com entidades públicas e privadas, no interesse da indústria nacional de turismo e estudar de forma sistemática o mercado turístico e seu controle técnico. Chamamos a atenção aqui para este ponto justamente por influenciar diretamente a região do litoral sul fluminense.

O sentido dado ao desenvolvimento turístico, implantado pela Embratur, foi a construção, ampliação e reforma de hotéis, serviços e obras com finalidades turísticas. É nesta lógica que o decreto abriu a possibilidade para que o poder público pudesse desapropriar áreas de interesse para o desenvolvimento de atividades turísticas. A Embratur passou também a ter o poder de solicitar à diretoria do Patrimônio Histórico e

[6] Para Santos Filho (2008), o turismo é uma atividade econômica em que o capital está preocupado em manter uma ideia de *fetiche*, um imaginário positivo de um lugar que consiga provocar a ida do turista. As vantagens de um lugar para o turismo são representadas pelas belezas naturais e/ou valor de patrimônio cultural e histórico – arquitetura, museus etc.

[7] São eles: Embratur, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Viação e Obras Públicas, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério do Interior, Ministério da Fazenda, Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Os setores privados eram agentes de viagens, agentes transportadores, indústria hoteleira, também a Confederação Nacional do Comércio (tais representantes eram designados pelo Ministro da Indústria e Comércio, entre os nomes constantes numa lista tríplice, apresentadas por agentes de viagem, transportadores e indústrias hoteleiras).

Artístico Nacional o tombamento de bens móveis e imóveis (e bens "equiparados", tais como monumentos naturais, sítios e paisagens considerados de interesse público).

Sete anos depois, em 31/01/1973, outro decreto, nº 71.791, dispôs sobre as zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo, ficando para o CNTur a tarefa de delimitá-las e, para a Embratur, a tarefa de celebrar os convênios com os municípios onde elas estavam situadas.[8] Foi o que aconteceu na região de Paraty, ao longo da década de 1970, quando áreas anteriormente destinadas para intervenção fundiária pelo Plano de Ação Agrária passaram a ser destinadas para fins de interesses turísticos.

Esta projeção se consolidou no litoral sul fluminense a partir do Projeto Turis, elaborado pela empresa francesa Scet Internacional, a pedido da Embratur. Era um plano diretor ou "um planejamento normativo global, com estudos e normas de ocupação que integrassem as construções aos ambientes e às destinações turísticas, visando à maximização da rentabilidade de toda a região aliada a uma implantação adequada" (citado por SIQUEIRA, 1989, p.62). Fratucci (2005) salienta que naquele momento o Brasil, através da Embratur, iniciava o processo de gestão do turismo e o Projeto Turis foi um dos primeiros trabalhos de ordenamento territorial desenvolvido pelo órgão. O Projeto não só objetivava ordenar o território do litoral fluminense, como também capacitar técnicos brasileiros nas metodologias estrangeiras de planejamento turístico. A intenção de se contratar a empresa Scet Internacional era, portanto, a de nivelar a tecnologia brasileira em turismo ao que seria o centro mais especializado na matéria, para com isso realizar planos futuros de aproveitamento turístico.

Os redatores do projeto tinham certeza das consequências que a construção da rodovia e o desenvolvimento turístico trariam para a região no que diz respeito à preservação ambiental: "Reconheciam também que sua implantação era meta prioritária no governo federal, então em plena época do 'Brasil Grande'" (SIQUEIRA, 1989, p. 62). O Projeto Turis considerava a estrada um importante equipamento turístico, uma vez que ela dava vazão a um grande intercâmbio entre as populações das megalópoles Rio de Janeiro e São Paulo, provocado pela busca das praias locais. A expectativa sobre o turismo para a região definiu a base do Projeto: foi planejada uma organização territorial fundamentada em três modelos de desenvolvimento turístico europeus: Côte d'Azur, Languedoc-Rousillon e Côte d'Aquitaine.

[8] Os projetos e programas decorrentes dos convênios tinham tratamento prioritário junto aos órgãos da Administração Federal.

Siqueira (1989) reproduz uma fala do então presidente da Embratur, Paulo Potássio, quando este expôs o Projeto a uma plateia selecionada, alertando que as obras de construção da estrada não esperaram a conclusão do estudo. A pressa de reordenação desarranjou toda a lógica que se preparava para região e abriu espaço para uma especulação imobiliária desorganizada. A autora aponta que "a despeito do gasto de 300 mil dólares na elaboração do projeto, a própria Embratur abriu mão do mesmo num prazo inferior a dois anos após a sua apresentação" (SIQUEIRA, 1989, p.63). Segundo ela, o Projeto Turis não conseguiu se impor frente à trágica realidade da construção deste trecho da BR-101.

Fratucci (2005) também salienta que os números calculados pelo Projeto para o litoral sul não se concretizaram, pois o desenvolvimento turístico da região ocorreu de modo espontâneo. Em razão disso, o paisagista Burle Max teria encaminhado ao Conselho Federal da Cultura um relatório denunciando as agressões ao meio ambiente que estavam sendo cometidas (SIQUEIRA, 1989). Tais agressões não cessaram com a conclusão da ligação da Rio-Santos. Ao contrário, iniciou-se uma nova fase de devastação por conta da especulação imobiliária: "Com frágeis equipamentos legais de proteção de uso do solo, as prefeituras dos municípios cortados pela estrada viram, aos poucos, muitas de suas florestas darem lugar a campos de golfe e quadras de tênis de poderosos empreendimentos turísticos" (SIQUEIRA, 1989, p. 63). O predomínio foi de empreendimentos turísticos de médio e grande porte, com estrutura náutica, condomínios de veraneios e áreas de lazer, como é o caso do Club Med Village, Hotel do Frade, Hotel Porto Belo etc.

Ao longo desse tempo, no que tange à questão ambiental, para conter o processo de degradação pela valorização das terras, houve a criação de diversas Unidades de Conservação: em Paraty, criou-se o Parque Nacional da Serra da Bocaina, Parque Estadual de Paraty-Mirim, Área de Preservação Ambiental do Cairuçu, Reserva Ecológica de Juatinga, Tombamento Provisório da Mata Atlântica e Reserva da Biosfera (ALMEIDA, 1997). Na Ilha Grande, a Praia de Aventureiro teve uma de suas partes transformada em Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, em 1981; também foi criada a Área de Proteção Ambiental de Tamoios, em 1986. Para garantir a consolidação dos Parques ocorreram desapropriações das terras afetadas.

Contudo, alguns parques foram objeto de questionamentos quanto à sua instituição. Por exemplo, o Parque Nacional da Serra da Bocaina, criado pelo Decreto Federal nº 68.172 de 04/02/1971, sofreu uma alteração na extensão de seu território, pois

em 08/06/1972 o Decreto de nº 70.694 reduziu a área abrangida por ele. Mesmo assim, o Parque continuou alcançando parcela significativa de Paraty, quase 50% da área agricultável e também uma parte considerável dos municípios de Cunha e São José do Barreiro (SP) e Angra dos Reis. Segundo Almeida (1997) não foi consumada a totalidade da área porque constavam irregularidades na venda de quatro fazendas no Município de São José do Barreiro, onde se situa a sede do Parque, e uma em Paraty.

> O processo de venda da Fazenda Guebetiba, que pelo nome não seria conhecida de pessoas da região, incluiria terras de terceiros que não foram informados da venda, seis mil hectares do Oceano Atlântico, condomínios de luxo como o Laranjeiras, e as Fazendas Barra Grande e Serraria, onde as duas primeiras foram desapropriadas para assentamento e a última encontra-se em processo de desapropriação, a partir de outros títulos de Registro de Imóveis (*O Fluminense* e *Jornal Nacional*, Rede Globo de Televisão) (ALMEIDA, 1997, p. 34).

Além do Parque Nacional da Bocaina, foi criado o Parque Estadual de Paraty-Mirim, composto por terras desapropriadas para colonização agrícola pelo Decreto Estadual nº 6.897 de 1960, sob pressão dos trabalhadores: as Fazendas Paraty-Mirim e Independência, onde havia posseiros (ALMEIDA, 1997). Em 1976 estas terras ainda eram ocupadas por posseiros, mas isto não impediu que fossem doadas à Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Flumitur)[9] para que o Parque Estadual fosse criado. Almeida (1997, p. 36) salienta que "caso o projeto não fosse implantado num prazo de dois anos as terras seriam devolvidas ao Estado, o que efetivamente ocorreu em 1986".

A Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, criada pelo Decreto nº 89.242 de 27/12/1983, localizada em Paraty, também foi objeto de questionamento quanto à sua instituição, que objetivava conciliar as atividades humanas com a preservação da vida silvestre por meio de um trabalho conjunto entre órgãos governamentais com a participação comunitária (ALMEIDA, 1997). A autora demonstra que, segundo dados da Prefeitura de Paraty (1994), o Plano Diretor da APA, criado apenas em 1991, não foi elaborado para normatizar no seu interior as atividades econômicas e de preservação. Contudo, segundo o posicionamento de um agrônomo do Incra que participou dos levantamentos técnicos na época da elaboração do decreto de criação da APA, o modo de vida do trabalhador rural era condizente com a preservação da natureza.

[9] A Flumitur foi criada pelo governo do antigo Estado do Rio de Janeiro através da Lei n.º 4.221 de 12/04/1960, a partir de uma preocupação com a atividade turística em termos institucionais.

Ao buscar sanar a ocupação desordenada de espaço, a Embratur, em 1979, estabeleceu uma ação com o objetivo de orientar o governo federal e os governos estaduais a evitar futuros problemas, através da seleção de espaços turísticos voltados para uma descentralização. Propunha um zoneamento turístico nacional. No Rio, esse processo foi organizado pela Flumitur. No entanto, para Siqueira (1989), ao longo desse tempo, o litoral sul fluminense ficou organizado da seguinte forma:

> Em consequência da abertura desta rodovia, várias atividades econômicas subsistem concomitantemente ao longo do litoral Rio-Santos. Aí estão instalados os dois maiores terminais de petróleo da América Latina, em São Sebastião e em Angra dos Reis; uma usina atômica na praia de Itaorna, também em Angra; uma intensa atividade turística espalmada em toda orla, ao lado da pesca artesanal, de roças de consumo, da pesca industrial e de uma agricultura de maior escala (SIQUEIRA, 1989, p. 64).

É importante ressaltar que, por conta dos complexos industriais e do valor estratégico que Angra dos Reis possuía para o governo ditatorial, durante o regime militar este município encontrava-se sob a Lei de Segurança Nacional. Em razão disso, seus prefeitos eram nomeados e não havia eleições. Só em 1983 começou a ocorrer um maior grau de organização, quando aconteceram as primeiras movimentações nacionais antinucleares e a formação de uma organização regional de cunho ambiental (RIBEIRO, 2007).[10]

No mosaico constituído pelos projetos de desenvolvimento turístico, industrial e ambiental para o litoral sul fluminense forjou-se uma intensa e complexa conflituosidade em relação às terras. Dela decorreu a expulsão da população local de seus espaços tradicionais e sua negação na elaboração e realização dos projetos. Os empresários atuaram diretamente na saída destas populações, apoiados pela omissão do Estado. Contudo, determinadas organizações e pessoas atuaram em defesa e afirmação desta população nestes espaços, como veremos a seguir.

[10] A usina nuclear de Angra passou a ser apontada como poluidora da baía da Ilha Grande por aquecimento da água e resíduos despejados. A usina Angra I foi comprada pelo Brasil da empresa American Westinghouse no governo do general Garrastazu Médici. Com a construção sob a responsabilidade da empresa estatal Furnas Centrais Elétricas, começou a nascer em 1971 e deveria ficar pronta em 1977, mas isso só acorreu em 1983, 12 anos depois do início das obras. Para maiores informações ver: "O paquiderme atômico brasileiro". *Veja*, 05/11/1986, p. 104-110. Acervo Digital Veja.

4. Organizações e sujeitos que atuaram nos conflitos rurais da Costa Verde

Segundo os dados coligidos durante a pesquisa, os empresários que chegaram à região na época da construção da Rio-Santos agiram de modo a expulsar as comunidades locais "por bem ou por mal" (Maria Emília Pacheco, em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Servolo de Medeiros, em 31/03/2015).[11] Fizeram uso, por exemplo, da queima de casas, de ameaças por *jagunços* armados. Houve, inclusive, um caso de estupro. A ocorrência de ações dessa natureza foi facilitada pela omissão do Estado, quer no plano nacional, quer estadual. Além da violência, é necessário destacar outra ordem de pressão que se fez sobre os agricultores e pescadores, que foi a inviabilização de sua produção e reprodução social através do cercamento das áreas de cultivo, do desvio do curso dos rios, da soltura de gado em seus roçados.

Uma nota presente na ação penal número 866/73, de Amauri Pinto de Castro Monteiro Júnior, Carlos Vitor Alves Delamônica e Elza de Lima Monnerat, contido no acervo do *Brasil: Nunca Mais*[12], exemplifica a situação complexa na qual se davam essas violências. Trata-se de uma discussão referente a uma matéria publicada pela Revista *Veja*, em novembro de 1972, que versava sobre os conflitos fundiários ocorridos em Paraty em razão da construção da rodovia Rio-Santos. A nota chama a atenção para o fato de que tais violências se davam num contexto de disputas de interesses entre "grupos das classes dominantes", que, por sua vez, estariam ocorrendo por detrás do projeto governamental. Contra isso, pede ao seu destinatário a necessária resistência organizada de grupos de esquerda e uma ação de apoio e de denúncia, dado que "os espoliados caiçaras" eram poucos, dispersos e sem tradição de luta, mas apontava, contudo, que estes possuíam alguma condição de resistir.[13]

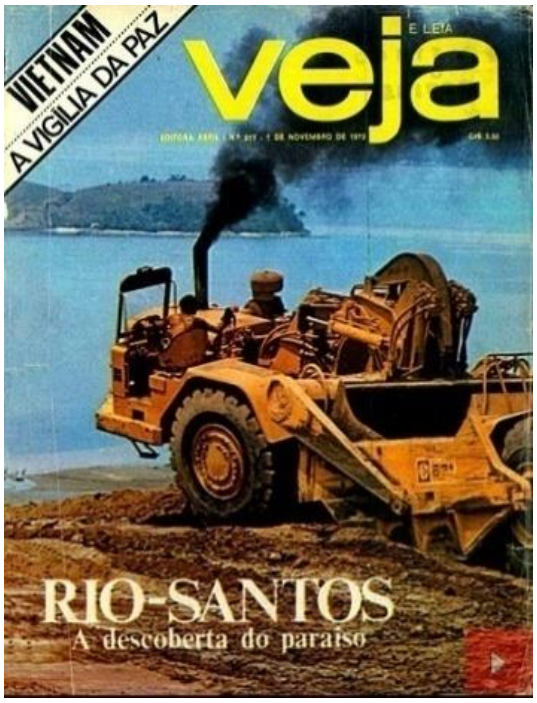
Nesta documentação o termo *caiçara* é acionado como uma categoria política para designar os nativos da zona costeira cuja atividade era a pesca artesanal e a agricultura. Em outros documentos e relatos, o mesmo termo foi acionado para designar também aqueles que resistiram e permaneceram na terra diante das tentativas de expulsão durante o processo conflitivo. O termo *grileiro* foi utilizado para designar agentes externos que

[11] Maria Emília Pacheco se referia à prática de realização de contratos a preços irrisórios feitos com os moradores rurais por suas terras, que, quando resistiam, eram postos para fora através da violência.
[12] Refere-se a profissionais a serviço do Estado americano no Brasil. A nota contém trechos ilegíveis e o nome do autor está riscado.
[13] A matéria pede ainda especial atenção ao papel de Carlos Lacerda e do jornal *O Estado de São Paulo* nestas disputas.

se instalaram na região, dizendo-se proprietários das terras, bem como aqueles que se diziam seus representantes, utilizando-se de violência para tanto. Tratava-se, portanto, de conflitos sobre o reconhecimento ou não da propriedade da terra. Trabalhando este dado com a perspectiva trazida por Thompson (2011), levantamos a hipótese de que no processo conflitivo ocorreu um "fazer-se" de sujeitos políticos ativos no bojo do reordenamento regional – os *caiçaras*, ou as comunidades que ali residiam, e o empresariado, ou, o capital turístico e industrial. No caso dos *caiçaras*, surgiu em algumas localidades um processo de organização política mediado por instituições, como associações e sociedades.

Como mencionado, as disputas por terras se davam prioritariamente com os antigos moradores, mas também ocorreram no âmbito da própria classe empresarial, devido ao grau de especulação. A reportagem da *Veja,* citada pela nota contida na ação penal, ilustra isso e também o perfil da classe empresarial. Ela foi capa da edição de novembro de 1972. Considerando que revistas como *Veja* fazia edições sobre grandes projetos de engenharia da ditadura, em tom de exaltação e apoio (CAMPOS, 2014), conclui-se que uma reportagem dessa natureza mostra a importância que o assunto detinha naquela época, como projeto de Estado para a região.

Figura 1. Capa da revista *Veja* nº 217, de 01/11/1972



O título da reportagem "Rio-Santos: a descoberta do paraíso" apresenta a intenção de propagandear o litoral sul fluminense, mostrando suas positividades turísticas, a natureza – sol e mar –, o conjunto arquitetônico e cultural. Traz as belezas naturais, agregando as lendas da época dos ciclos econômicos, destacando, juntamente, a grandiosidade da obra da Rio-Santos, que garantiria a todos o acesso a elas.

> Desde Ubatuba até Santa Cruz, subúrbio do Rio de Janeiro, mais de 5.000 homens e uma concentração de máquinas superior à exigida na construção da Transamazônica, derrubam árvores colossais, afastam pedras gigantes, detonam explosivos – às vezes de mais de 5.000 quilos de dinamites num "só fogo" –, recortam encostas, atravessam grotas de 30 ou 40 metros, abrindo a sonhada estrada litorânea entre Rio e São Paulo: a Rio-Santos (*Veja*, 01/11/1972, p. 52).

Muito antes da *Veja*, a revista *Quatro Rodas*[14], de dezembro de 1967, tempo em que ainda eram feitos os estudos da Sondotécnica, deu destaque à estrada como algo também positivo, que, no futuro, abriria a região ao turismo. O fato demonstra a expectativa por parte do empresariado para a região, que só foi se tornando crescente, resultando no já citado acirramento das disputas empresarias e na violência, exercida em cima das populações camponesas por conta da "pressa" da apropriação das terras. Com sua reportagem intitulada "Entre a serra e o mar", a revista convidava seus leitores a viajarem para as praias, de maneira semelhante à *Veja:*

> São tantas [praias] que a gente pode escolher uma para o uso exclusivo e fazer uma temporada de ermitão. Se for este o seu caso há até cavernas – outrora ocupadas por bichos-papões – em disponibilidade. Entre todas essas praias oferecidas para você fazer o seu tranquilo verão, cidades que pararam no tempo e agora ressurgem, destinadas a serem escalas obrigatórias do turismo nacional: Mangaratiba, Angra dos Reis, Parati, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Ilha Bela, quase todas com registro na História do Brasil. A Rio-Santos, estrada a muito esperada para transformar esse pedaço do litoral numa nova Côte d'Azur – muito mais bela, diga-se de passagem – vai surgindo aos poucos, aos trancos e barrancos, e já dá passagem em muitos dos seus trechos (*Quatro Rodas*, dezembro de 1967, p. 68).

[14] Assim como a *Veja*, a *Quatro Rodas* era também uma publicação da Editora Abril S.A. Ela é anterior à revista *Veja*, pois iniciou suas publicações em agosto de 1960. Seu diretor de publicidade era Roberto Civita e Mino Carta era chefe de redação.

A reportagem da *Quatro Rodas* ainda apresenta uma listagem de rotas de viagens a serem feitas de carro no caminho da Rio-Santos, uma vez que a estrada, ainda idealizada, era de rotas precárias, chamadas pela notícia de "simples trilhas carroçáveis em tempo seco". A matéria tinha trechos onde se apresentavam ações já preocupadas com a transformação da região em um polo para fins turísticos.

> Tão belo e significativo [o cenário das ruas de Parati] que merece a admiração apaixonada até de estrangeiros, como é o caso do conde belga Frederic de Limburg Stirum, que elaborou um plano (ele é arquiteto) visando a proteção mais eficiente do conjunto arquitetônico e da paisagem circundante. Esse anteprojeto prevê, entre outras coisas, um cinturão verde em torno da cidade histórica, uma via de contorno para impedir o tráfego pelas velhas ruas, etc. Com algumas modificações sugeridas por Lúcio Costa, foi aprovado e deve ser executado (*Quatro Rodas*, 1967 p. 84).

Apesar das projeções, que já evidenciavam a corrida empresarial que se daria em torno das terras do litoral sul fluminense, foi a efetiva abertura das obras da Rio-Santos que desencadeou a forte disputa por terras na região, fato ilustrado na *Veja* de 1972.

A reportagem destacava o interesse de alguns empresários sob determinadas praias e localidades, versando sobre as suas trajetórias e sua chegada à região, com destaque para Gibrail Nubile Tannus e Maria Dutra. Ambos disputavam a região da Praia do Sono, em Paraty.

Ao contar da história de Gibrail Nubile Tannus, a reportagem afirma que a apropriação das terras ocorreu de modo pacífico com relação aos antigos moradores. A chegada do empresário à praia é justificada pelo seu fascínio pelas lendas de piratas que cercavam as áreas "do além Joatinga". Contudo, estão presentes no texto informações que mostram que, ao menos em Paraty, havia uma resistência à apropriação das terras pelo empresariado. Consta na matéria que, desde 1943, as praias haviam sido oferecidas a Gibrail Nubile Tannus,[15] que não teria aceitado devido a "problemas de consciência" para desalojar os pescadores que ali moravam. Sua escolha pela apropriação da Praia do Sono se deu apenas no final dos anos 1960, segundo a reportagem, por ali haver poucas famílias em comparação às outras áreas (*Veja*, 01/11/1972).

Sua ideia inicial era a de montar uma indústria de pesca, contudo, "os americanos" (sic), durante o início da construção da Rio-Santos, teriam lhe oferecido milhões pelas terras, interessados em instalar um conjunto de hotéis na região. Tratava-se do grupo

[15] Como a Praia de Pincinguaba, ofertada "a 60 contos".

Adela (Agência para el Desarollo Latino Americano[16])-Brascan (Brasilian Canadian Corp.), uma *holding* com sede em Luxemburgo, de 240 empresas (das quais apenas oito eram brasileiras).[17] O grupo se interessava pela construção do Condomínio Laranjeiras. Com a perspectiva de abrigar 70 mil turistas, visava construir no Condomínio três hotéis, um *camping* e dois clubes, fora um grande centro cultural que abrigaria salas para seminários e festivais internacionais de música e de teatro (este centro ficaria em Trindade e sua construção custaria 70 milhões de dólares).

Szmrecsányi (1986), analisando a origem do grupo empresarial Light no Brasil[18], traz elementos importantes sobre a Adela-Brascan. O autor afirma que a Light foi um empreendimento gerador de altos lucros para seus acionistas, mais particularmente grupos que detinham o seu controle.

> Tais lucros foram se acumulando e multiplicando através do tempo, até o próprio momento da compra de ativos da empresa pelo governo brasileiro (em circunstâncias ainda não de todo esclarecidas), compra essa que deu origem a um dos mais sólidos e prósperos conglomerados financeiros do país na atualidade, o grupo Brascan (SZMRECSÁNYI, 1986, p. 132).

Para o autor, devido ao seu porte empresarial e financeiro, a Ligth teve de criar formas alternativas para a reprodução ampliada de seu capital, entre elas a acumulação de patrimônio imobiliário nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a baixo preço, via desapropriações para fins de utilidade pública – distribuição de energia –, ampliado para muito além do que seria o estritamente necessário para isso (SZMRECSÁNYI, 1986). Nessa situação, o conglomerado financeiro Brascan se tornou quase que instantaneamente uma grande empresa no país.

Em outra parte, sobre a Adela, Dreyfuss (2008) afirma

> Nenhuma formação é mais representativa do processo de integração capitalista (internacionalização, centralização organizacional e fusão e

[16] A sigla Adela refere-se ao nome em espanhol. Em ingles, a holding se chama Atlantic Community Development Group for Latin America.

[17] As oitos empresas brasileiras eram: Banco de Investimento Industrial S.A.; Banco Real de Investimento S. A.; Cia. Antártica Paulista Cobrapar; Cia. Brasileira de Participação; Klabin Irmãos & Cia; Monteiro Aranha Engenharia, Comércio e Indústria S.A.; Banco Safra de Desenvolvimento S.A.; Cia. Nacional de Tecidos. No apêndice A de Dreifuss (2008) há o nome de todas as empresas que eram acionistas da Adela, em 1972, bem como suas nacionalidades.

[18] A origem da Light é canadense, com sede em Toronto. A expansão do grupo Light acompanhou o crescimento dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, estados que concentravam uma parcela considerável da renda do país. Como exemplo, a população da Cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1900 e 1940, aumentou de 700 mil para 1,8 milhão (não contando a Baixada Fluminense).

> interpretação financeiro-industrial) que ocorria em meados da década de cinqüenta e princípios da década de sessenta do que a do gigantesco Atlantic Community Development Group for Latin America, mais conhecida por sua sigla Adela. (DREYFUSS, 2008, p. 70)

A Adela foi formada em 1962 e no início da década de 1970, seus acionistas incluíram as 240 companhias - industriais, bancos e interesses financeiros -, de 23 países. Sua função foi a de explorar as oportunidades de investimentos para as corporações multinacionais e a de criar um clima favorável para investimentos usando sócios locais (DREYFUSS, 2008). A união da Adela com a Brascan, no caso do Condomínio Laranjeiras, corrobora com a hipótese de que era já sabido pelas empresas – nacionais e internacionais - que ocorreria uma especulação imobiliária no litoral sul fluminense e que dali poderiam provir lucros em relação ao turismo.

Na data da publicação da reportagem da *Veja* já explodiam na região conflitos fundiários, ainda que o cronograma da estrada previsse sua conclusão para janeiro de 1974.[19] Contudo, o atraso para conclusão das obras de construção da Rio-Santos não retiraria os ânimos turísticos, nem o prolongamento dos conflitos: "De qualquer forma, previsões moderadas admitem que, dentro de três ou quatro anos, mais de um milhão de pessoas poderão estar circulando pela Rio-Santos nos dias de fins de semana" (*Veja*, 01/11/1972, p. 61).[20] Por isso, era possível ver na região "cem números de placas com nomes de donos de loteamentos".[21]

Empresários adentraram o litoral à procura de áreas para comprar. Ao mesmo tempo, técnicos mediam a intensidade dos riachos para a captação de água para os futuros empreendimentos, e peritos iam aos cartórios de registros de imóveis procurar certidões de propriedade que muitas vezes não existiam. Porém, nestes locais – 500 quilômetros ao longo da costa – havia uma população de aproximadamente 170.000 pessoas, cuja principal concentração estava em Angra dos Reis. Assim, no espaço – apropriado sem controle do Estado sobre a regularização das terras – já não mais cabiam os moradores

[19] A reportagem informa que eram oito empreiteiras que operaram na construção da Rio-Santos, sendo uma delas a Serveng-Civilsan.

[20] O texto, no entanto, refuta à Angra a imagem de cidade grande, quando argumenta: "trata-se de uma ilusão de ótica. Angra, que acorda com o canto de milhares de galos, vindo do alto dos morros, onde já se penduravam esboços de favelas, e dorme mergulhada na luz negra do Farracho, onde se reúne todas as noites a melhor juventude da cidade, tem apenas 15.000 habitantes na zona urbana" (*Veja*, 01/11/1972, p. 61).

[21] Referência a um subtítulo encontrado na revista, que se referia à venda de lotes de terra ao longo da Rio-Santos.

que possuíam pouco "acesso à sociedade de consumo": as comunidades que viviam nas terras produzindo para sua subsistência.

> Em Ubatuba, Parati e Angra, os corretores oferecem, com a maior naturalidade, terras sem nenhum título legal ou onde existem vários títulos superpostos, recomendando aos seus clientes nomes de advogados muito eficientes que em pouco tempo conseguem fazer correr o processo de usucapião. Eventualmente, como já aconteceu em Mambucaba, onde, para cada metro de terreno, existem pelo menos dois proprietários regularmente registrados em cartório – alguns chegam a ter cinquenta – os livros desaparecem em incêndios inexplicáveis. Em Parati, o balbuciante responsável pelo registro de imóveis se recusa a comentar a informação divulgada algum tempo atrás por um jornal do Rio de que a soma das propriedades registradas era quase o dobro da área total do município (*Veja*, 01/11/1972, p. 64).

As compras das terras se davam apesar dos títulos superpostos e do Decreto nº 70.986, que em agosto de 1972 (três meses antes da publicação da reportagem) considerou áreas da Rio-Santos como prioritárias para reforma agrária. A matéria da revista aponta que isto se deu porque:

> A verdade é que a grande maioria dos que estão descobrindo os tesouros escondidos naquelas praias sabe que a reforma agrária não teria, no caso, o objetivo ingênuo e inconsequente de desenvolver a agricultura na região, onde, além da florescente produção de quiabo em Itaguaí, vizinho do Rio, existem apenas bananais esparsos e raquíticos cobrindo uma ou outra encosta. E sabe também que as regras da Embratur, prestes a serem anunciadas com a divulgação do Projeto Turis, feito em colaboração com técnicos franceses, não devem ser tão rígidas e muito menos insensatas.
> (...)
> A primeira vista, reforma agrária não combina com o saudável ócio estimulado pelo sol e pela brisa marinha. Mas, sem dúvida, a corrida desenfreada em direção às praias, os conflitos entre posseiros e proprietários, e a antevisão do que está para acontecer ao longo do litoral num futuro próximo justificariam a presença simultânea dos organismos governamentais com poderes ainda maiores que o Incra ou a Embratur. Há quem veja no futuro da Rio-Santos não apenas hotéis e casas de veraneios, mas várias cidades interligadas numa fantástica megalópole que uniria Rio a São Paulo e todo o Vale do Paraíba (*Veja*, 01/11/1972, p. 64).

O trecho acima se refere especificamente ao grupo Heliomar S.A., do qual fazia parte o ex-governador Carlos Lacerda. O grupo pretendia implantar um projeto turístico, de Ubatuba a Caraguatatuba, na parte paulista da estrada.

A penúltima parte da notícia, intitulada “A luta por terra”, ilustra as disputas ocorridas no interior da classe empresarial. Ivan Masset era procurado por pessoas que visavam comprar suas terras no litoral. Ele era neto de um antigo corretor de fundos públicos e banqueiro do Estado do Rio de Janeiro, Gustavo Masset. Em tempos anteriores, seu avô embarcara em traineiras pelo litoral comprando terras.

> Na maioria, eram adquiridas em hastas públicas e [Gustavo] Masset aparecia quase sempre como único licitante. Chegou a ser dono de mais da metade dos sobrados coloniais de Parati, de dezesseis propriedades em Ubatuba, setenta na Ilha Grande, de algumas das principais ilhas da baía do Ribeira e de mais de trezentas fazendas ao longo da costa e que se prolongavam pela serra. Talvez fosse, realmente, como diz seu neto, “um visionário”. Além das áreas, Gustavo Masset só realizou benfeitorias nas fazendas serra acima, mantendo intocáveis e até mesmo inatingíveis suas propriedades à beira-mar, como se adivinhasse o destino que estava sendo reservado para essas praias (*Veja*, 01/11/1972, p. 65).

Outra grande proprietária do litoral que disputava terras da Praia do Sono era Maria Dutra. Gaúcha de Jaguarão, filha de criação do general Idálio Sardenberg, ex-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, era chamada de “Maria Brasa” porque mostraria “... que nem sempre os negócios eram feitos apenas com viagens de traineiras e sob o manto da justiça” (*Veja*, 01/11/1972, p. 65).

As disputas de Maria Dutra com outros proprietários pelas posses das terras mostram que entre a classe empresarial também se praticava a violência, muito embora em níveis bem diferentes daquela praticada contra os pescadores e agricultores.

> A “Dutra”, como era conhecida, lutou com bravura por cada metro quadrado dos milhares que possuía. Sofreu desastre de avião, viu o rancho que levantava na praia da Bexiga ser incendiado e diz que ainda pretende escrever um livro sobre suas aventuras. Elas começaram quando “Maria Brasa” decidiu fazer uma casa para fins de semana em Angra. Formada em economia e uma espécie de assessora do marido para assuntos de finanças, ela passou a comprar terras no litoral, mesmo sabendo que algumas eram disputadas às vezes até por quinze supostos proprietários. E, à medida que obstinadamente lutava para regularizar os títulos de propriedade, foi colecionando inimigos cada vez mais rancorosos e intrigantes (*Veja*, 01/11/1972, p. 65).

Ao mesmo tempo que agressões eram feitas entre os empresários, cercas de arame farpado surgiam em toda parte.

> Esses intrépidos conquistadores não respeitam nem mesmo os limites entre Estados. O marco na divisa entre São Paulo - Estado do Rio, na ponta de Trindade, uma sólida coluna de pedras de cujos ângulos sairiam imaginárias linhas divisórias, foi devastado a golpes de talhadeiras para que a praia da Fazenda fosse mais paulista e menos fluminense (*Veja*, 01/11/1972, p. 66).

Outro episódio apresentado na revista mostra ainda o que ocorria com aqueles profissionais que se colocavam contra os empresários e empresas. Consta na reportagem que um advogado teria denunciado Maria Dutra como *grileira*, e por isso foi obrigado a ajoelhar-se diante dela em plena rua e proclamar aos berros. "Povo de Parati. Esta é a primeira vez que tenho a honra de conhecer uma grande dama" (*Veja*, 01/11/1972, p. 65). Como se pode observar, a categoria *grileiro* não era utilizada para designar apenas aqueles que agiam despejando os antigos moradores da região, mas também era usada entre os próprios empresários para designar aqueles que ameaçavam suas posses. A categoria ainda é mais complexa de ser entendida se levarmos em consideração o contexto de diversas disputas.

Apesar das disputas, também houve concordâncias entre a classe empresarial: Maria Dutra entrou em acordo com o ex-fazendeiro, chefe de uma central de abastecimento no Rio e diretor de sua fábrica de tecidos, Carlos Borges, que, dos anos 1950 em diante, teria se transformado em proprietário de três mil hectares e 12 quilômetros de uma área de frente para o mar num trecho da baía da Ilha Grande. Cabe ressaltar que nesta época já havia sido construído o Hotel do Frade,[22] de propriedade de Carlos Borges.

No bojo destes conflitos fundiários entre empresários e entre estes e as populações do campo, a atuação de advogados ocorreu de forma significativa, havendo aqueles que operaram defendendo os interesses empresariais, os interesses estatais e aqueles que militaram em defesa das populações tradicionais, lutando por sua permanência na terra.[23] A seguir, referimo-nos apenas aos advogados militantes, que foram aqueles sobre os quais conseguimos coligir maior número de informações.

Um dos advogados que atuou na região, sobretudo na defesa dos *caiçaras* de Trindade, foi Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Desde 1976 o seu escritório, através do

[22] Alguns hotéis e outros empreendimentos, igualmente, foram construídos na época: Doxiadis, Cypress Garden.

[23] Para análise do papel dos advogados, ver o capítulo produzido por Ana Claudia Diogo Tavares e Mariana Trotta Dallalana Quintans.

advogado Jarbas Macedo de Camargo Penteado, acompanhou casos de pescadores e agricultores do litoral sul. No processo de lutas em Trindade, por exemplo, Jarbas Penteado agiu por meio de uma organização, a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB), instituída pelos *caiçaras* e por estudantes que frequentavam as praias do local e se sensibilizaram com a causa destes moradores.

Sobral Pinto era jurista de grande projeção política. Era mencionado como alguém de êxito na profissão e atuante na história do Brasil como defensor da democracia e da constituição (GOLDMAN e MUAZE, 2010). Igualmente, era descrito como "franciscano", por não cobrar honorários pelos serviços prestados a presos políticos e pessoas pobres.[24] Para Goldman e Muaze, a atitude se explica: a luta pela liberdade e pelos direitos humanos travada pelo jurista era proveniente de uma filosofia humanista. Sobral Pinto era ligado ao catolicismo leigo e, como tal, acreditava que a doutrina da Igreja deveria defender uma justa distribuição de riqueza e, com isso, evitar que a civilização cristã desaparecesse do território brasileiro.[25] Implícito neste discurso está a ideia da missão do intelectual:

> Cabe à intelectualidade em sua reflexão e atuação na práxis reverter o quadro de secularização da sociedade. É preciso recristianizar o voto. Sobral responsabiliza os católicos por omissão de participação nos assuntos coletivos ou por um equívoco na instrumentalização errônea da política, como no caso do apoio da Igreja ao fascismo e regimes autoritários (GOLDMAN e MUAZE, 2010, p. 23).

É o *ethos* católico, conforme as autoras, que explica a atuação de Sobral Pinto, que, apesar de ter apoiado a ditadura em um primeiro momento, defendeu juridicamente presos políticos cujas causas eram distantes de suas convicções, bem como sujeitos oprimidos por empresas e latifundiários e sem condição de defesa.[26] Uma das demonstrações de repúdio ao autoritarismo era a sua não aceitação de honorários dos presos políticos e oprimidos. Isto, para ele, era uma forma de adquirir autoridade diante

[24] Dentre eles estava Miguel Arraes (em 1962, foi eleito governador de Pernambuco pelo Partido Social Trabalhista); Francisco Julião (advogado e deputado pelo PSB, liderança das Ligas Camponesas) e Luiz Carlos Prestes (liderança do Partido Comunista Brasileiro).

[25] Apesar de católico, Sobral Pinto, era antagonista à Teologia da Libertação.

[26] Para Sobral Pinto, a deposição de Goulart significava o estabelecimento da ordem num momento político difícil do Brasil e a intervenção era bem-vista, entretanto, a sua permanência não, e, por isso, passou a defender os presos do autoritarismo.

dos militares (GOLDMAN e MUAZE, 2010), tendo em vista medidas discricionárias como os Atos Institucionais 2 e 5.[27]

Em Trindade, Sobral Pinto, através do advogado Jarbas Penteado, atuou sem cobrar honorários e sua ação resultou na parcial vitória *caiçara* frente à apropriação das terras pela Adela-Brascan (e, posteriormente, a Cobrasinco, como veremos). Passou a defender os trindadeiros a partir do recebimento de uma carta assinada por eles, mas escrita e entregue por Angela Mascelani e outros estudantes, tais como o Guy Van de Beuque e o Enio Browns Filho. Os estudantes procuraram Sobral Pinto baseados no seu sucesso na defesa de presos políticos no Estado do Rio de Janeiro, mas, principalmente, na sua postura cristã. "Então, a ideia foi um pouco essa: ele, diante de uma injustiça tão grande, ele seria sensível; na medida em que ele era cristão. Então, a gente achou que essa coisa da justiça e injustiça assim..." (Angela Mascelani, entrevista concedida a Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva, em 26/03/2015).

Angela Mascelani ainda informou:

> E aí, viemos, então, eu, Guy e Enio – que era um jornalista (...) então, o Sobral Pinto pediu que lesse a carta; eu li a carta para ele. E ele falou: "Já peguei. Eu vou chamar um rapaz que vai ser o meu representante. É um rapaz que vai ajudar a vocês a fazer tudo o que tem que ser feito agora". E aí, chamou o Jarbas.

Segundo Angela Mascelani, a entrada do jurista na defesa dos trindadeiros marcou um novo momento no jogo político no qual o conflito em Trindade se inseria. Sobre o apoio dado pelos advogados, Braga (1983) relata a força simbólica disso, que teria estimulado os trindadeiros a se organizar de maneira mais ampla:

> Contando com esse apoio, os trindadeiros passam a fazer valer, na prática, seus direitos possessórios sobre as áreas de lavouras nunca negociadas com a empresa. Com as concretizações das ações de despejo movidas pela "Companhia", e impedidas de transferirem-se para as "posses de trabalho", as vítimas dos despejos decidem permanecer em Trindade, seja na beira da estrada, seja na posse de parentes. Alguns ocupam a posse de lavouras e

[27] O primeiro Ato Institucional consistia no fechamento dos partidos políticos, limitando a apenas dois; na permissão ao presidente em declarar estado de sítio, sem prévia aprovação do Congresso; na permissão a Justiça Militar para julgar civis. O segundo Ato proibiu o acesso dos advogados aos *habeas corpus* de seus clientes; também deu ao Estado legitimação para intervir nos estados e municípios; deu ao Presidente da República o poder de decretar o fechamento do Congresso Nacional; deu ao Presidente direito de cassar os direitos políticos dos brasileiros, nos casos entendidos como subversivos à ordem (nesse sentido, o Ato permite medidas de seguranças tais como as liberdades vigiadas e as proibições de freqüência em lugares e domicílios tidos como suspeitos).

> passam a construir as casas em regime de mutirão, ocupando-as imediatamente, sem dar tempo aos jagunços de encontrá-las vazias e derrubá-las, como já o haviam feito outras vezes. Para contrariar o argumento da empresa de que restava em Trindade apenas "meia dúzia de teimosos e ambiciosos, querendo lucrar duas vezes na venda de uma mesma posse", os caiçaras constroem vinte e três casas em trinta e seis dias, demonstrando que Trindade ainda estava ocupada. Tais casas eram erguidas durante o dia e à noite eram vigiadas em rodízio até que ficassem em condições de abrigar uma família (BRAGA, 1983, p. 24).

Por conta desta conquista, o jurista, até os dias de hoje, é considerado uma referência para a população trindadeira, tendo a rua principal do local recebido o seu nome.

Outro advogado que se destacou na defesa de trabalhadores do campo no litoral sul fluminense foi Thomaz Miguel Pressburger. Nascido na Hungria e naturalizado brasileiro, formou-se em Direito em 1959 e, no ano seguinte, em Brasília, juntou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) onde militou até ser preso em 1969 (foi solto apenas em 1973). No ano de 1978 se fixou no Rio de Janeiro e passou a atuar como assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra (CPT), defendendo as causas dos ameaçados pela expropriação no campo do Litoral Sul, da Baixada e da Região Serrana do estado.[28] Em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Servolo de Medeiros, em 31/03/2015, Maria Emília Pacheco, membro da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)[29] e atual presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), que na década de 1980 atuou junto à CPT nos conflitos na região do litoral sul fluminense, em especial em Angra dos Reis, afirmou que a leitura de Pressburger das leis (um projeto burguês) por vezes dificultava mediações. Isso porque, dentre outras coisas, os trabalhadores do campo eram visitados sistematicamente por oficiais de justiça, que iam às suas casas com ofícios de despejo timbrados e com escrita difícil para quem pouco sabia ler. Nesse sentido, para a entrevistada, era preciso fazer

[28] Encontramos um documento do SNI sobre a atuação clerical em Paraty onde há registros sobre o advogado Thomaz Miguel Pressburger. Há outros arquivos militares relativos à sua militância, no caso, sua participação junto a "Ala Marighela" (nome dado ao agrupamento fundado por Carlos Marighella – Agrupamento Comunista de São Paulo), quando houve a aprovação da sua expulsão pelo Comitê Central do PCB, em 1967.

[29] A Fase foi fundada em 1961 e seu trabalho neste tempo tinha por base o associativismo e o cooperativismo. Com o golpe de 1964, e, mais adiante, com a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base, a Fase passou a apoiar movimentos sociais. Dentre eles, a organização dos trabalhadores rurais no Nordeste, os trabalhadores das indústrias metalúrgicas do Sudeste (ver mais em http://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/). Segundo Maria Emília Pacheco, a Fase em sua origem era católica e depois veio a se laicizar.

uma releitura política das leis para que os mesmos pudessem se apropriar delas. Como a maior parte da população era analfabeta e precisava de intermediários que explicassem os termos de uma escrita mais formal, percebe-se a importância crucial do papel dos advogados, inclusive como formadores políticos.

Numa perspectiva mais ampla, com base em Bourdieu (1989), as representações que os grupos sociais têm de si e dos outros grupos contribuem para o que esses conjuntos são e o que fazem. Nesse sentido, a afirmação acima nos dá pistas acerca da representação simbólica destes trabalhadores sobre a justiça e sobre os agentes da justiça – os oficias e advogados –, vistos ora como intimidadores, ora como canais quase que exclusivos de vitória de sua resistência na terra.

Sobre o aspecto da mediação[30], o documento "Atuação da esquerda clerical", feito pelo SNI em 1977, apresenta outras ações do advogado militante (SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77). Consta nele que um ofício foi enviado ao prefeito de Paraty, perguntando sobre o envolvimento de grupos religiosos em problemas existentes na Fazenda Barra Grande, fato que foi respondido negativamente. Diante da resposta dada, o SNI concluiu que algum funcionário, ou o próprio prefeito da cidade, revelou a chegada do ofício ao advogado Miguel Pressburger e ao padre Pedro Geurts, do clero local e também da CPT.

Além destes sujeitos, organizações como a CPT também foram vigiadas por suas atuações no litoral sul fluminense. A CPT chegou a Angra dos Reis em 1976, segundo Marília Campos[31], em entrevista a Iby Montenegro de Silva em 15/05/2015. Ou seja, um ano depois de seu nascimento, em 1975, por ocasião de um Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A Fase foi procurada pela CPT e os recém-ingressos nesta organização foram atuar no litoral sul fluminense, dentre eles, Maria Emília Pacheco. Para Pacheco, a chegada da CPT ao litoral se deu através da Igreja local, que era plural, tendo católicos progressistas e conservadores. Tanto para Maria Emília Pacheco, quanto para Marília Campos, a CPT se constituiu no estado por conta da ação de alguns bispos, como Dom

[30] Para Neves (2008), o mediador cumpre a tarefa de consagrar universalidades diante de diferentes universos de significação de distintos grupos sociais – projetos políticos e formas de enquadramentos de signos conforme categorias de reconhecimentos e de segmentação social.

[31] Marília Campos foi professora de história em escolas públicas de Angra dos Reis durante a década de 1990. Quando chegou à região, fez uma pesquisa sobre a realidade local, entrevistando antigos moradores e reconstruindo com os alunos a história do município a partir destas vozes. Tinha ligações com o PT regional.

Waldyr Calheiros, de Volta Redonda, Dom Adriano Hipólito, de Nova Iguaçu, Dom Vital Wilderink, do litoral sul fluminense, e Dom Mauro Moreli, de Duque de Caxias. Conforme Marília Campos, eles se reuniam num lugar denominado "marco zero" e lá se originou a articulação para o trabalho da CPT nas regiões. No caso de Angra dos Reis, Marília Campos aponta que a Comissão "[...] entra justamente amparando esses sujeitos que estavam sendo expropriados, desterritorializados" (Entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 15/05/2015). Pacheco relata que, neste município, Dom Vital Wilderink teve um papel articulador dentro da diocese e por diversas vezes visitou as áreas em conflitos.

Segundo os relatos das entrevistadas acima, além de Dom Vital, frei Jorge Camper, pertencente ao Convento do Carmo, exerceu atividades fundamentais de suporte e defesa dos expropriados. No que concerne ao frei, Maria Emília Pacheco narrou um episódio ilustrativo das atividades de organização nas lutas dos trabalhadores do campo por parte destes católicos. Certa vez frei Camper e Maria Emília Pacheco foram realizar uma reunião com os trabalhadores de Itapinhoacanga, e a assessora teve de entrar no local alegando ser freira. Informaram aos agentes privados de um empreendimento que iam realizar uma celebração no local: "Nós passamos por um verdadeiro corredor polonês, de segurança privada armada" (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Servolo de Medeiros, em 31/03/2015).

Além da Pastoral da Terra, em Angra dos Reis também se organizou a Pastoral Operária, e das duas organizações surgiram importantes lideranças da região. Em Angra dos Reis, Ney Robes (CPT); Luiz Sergio (Pastoral Operária e liderança da greve dos funcionários da Verolme); e Castilho (CPT). Já em Paraty, podemos citar Valdevino Cláudio dos Remédios, formado pela CPT e liderança em Barra Grande, além de ter feito parte da diretoria do STR local. Igualmente, foi originário dessa linha da Igreja o Partido dos Trabalhadores (PT) de Angra dos Reis.[32]

Entretanto, com o golpe, à medida que iam se unindo às classes populares e à luta por justiça social, os setores eclesiásticos se tornavam alvo da repressão política. Em documentos do SNI sobre sua atuação, os agentes da Igreja progressistas eram chamados de "esquerda clerical" (SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77). Em documento datado

[32] Informação retirada da entrevista com Marília Campos, concedida a Iby Montenegro de Silva em 15/05/2015. Depois do restabelecimento das eleições em Angra dos Reis, Ney Robes, Luiz Sergio e Castilho foram prefeitos deste município pelo PT.

de 06/10/1977, há registro de parte da trajetória de padre Pedro Geurts no litoral. Consta que, em maio de 1977, o padre manteve contato com Ivo Poletto, secretário da CPT Nacional, sediado em Goiânia, fazendo a ele um relato sobre a situação dos conflitos por terra em Paraty. Seu relatório versou sobre os seguintes conflitos: São Gonçalo, São Roque, Barra Grande, Taquari, Paraty-Mirim, Laranjeiras, Trindade, Praia do Sono-Fazenda Mamanguá e Campinho da Independência. Ele ainda menciona o nome de alguns de seus companheiros de ação na região,[33] bem como a linha que estas ações seguiriam: "O trabalho mais importante agora é o fortalecimento da comunidade, e isto não é fácil por causa das mudanças sociais e do aliciamento da sociedade de consumo". Possivelmente, a sociedade de consumo à qual padre Pedro se referia é o avanço turístico e industrial na região. O material ia ser utilizado nas edições do *Boletim da Comissão Pastoral da Terra*, de circulação nacional. No documento também consta um relato do padre Pedro Geurts a Ivo Poletto, no qual ele revela estar sendo perseguido.

Outro documento do SNI sobre a atuação da esquerda clerical em Paraty, datado de 26/08/1977, também revela a vigilância sobre essas ações, sobretudo sobre pessoas leigas que atuavam junto à CPT (Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional. Documento AC_ACE_115684_77_007). Consta nele que Manoel Pedro Silveira Filho – advogado exercendo a função de procurador da Prefeitura Municipal de Paraty – e Thomaz Miguel Pressburger compareceram a uma reunião na Fazenda Barra Grande. A ida ao evento teve o objetivo de assessorar lavradores quanto a outra reunião que estes teriam com a empresa que se dizia proprietária da terra e queria celebrar contratos com eles. A reunião de assessoria não se efetivou porque John Wilson da Costa, advogado e sócio da fazenda, não permitiu que tais advogados dela participassem.

Os advogados souberam da situação da fazenda a partir do Ofício nº 3411, de 20/05/1977, passado a eles pelo prefeito local, como já mencionado anteriormente. O documento informava que a Fazenda Barra Grande vinha obrigando os camponeses a assinar um contrato elaborado pela própria fazenda. O prefeito, além de passar o ofício, também aconselhou os posseiros a buscar o procurador da Prefeitura, Manoel Pedro Silveira Filho, como uma pessoa que poderia tratar do assunto. Dias depois, Pedro Geurts, pároco local, procurou o chefe do gabinete do prefeito, solicitando uma entrevista com o

[33] São eles: Thomaz Miguel Pressburger e os bispos Dom Waldyr Calheiros, Dom Adriano Hipólito, Dom Vital Wilderink, Dom José Costa Campos e Dom Clemente Isnard. Também constam os nomes Eni, Vital, Joel e João.

procurador. Na ocasião o procurador foi informado de que os camponeses desejavam seus serviços profissionais, para assessorá-los na reunião que haveria em Barra Grande.

O conflito na Fazenda Barra Grande era por permanência na terra, mas também se tratava de fazer cumprir o pagamento de 10% da produção à fazenda, como estabelecido com os seus antigos proprietários, à revelia de Iole Cambareli, então dona da Fazenda, como veremos a seguir. Em consequência dessas denúncias, foi efetuada uma inspeção trabalhista na área, pela Subdelegacia do Trabalho de Volta Redonda. O relatório foi feito em 15/06/1977, onde constam os seguintes trechos:

> – A maioria das empresas instaladas no município de Paraty apresentam irregularidades na situação trabalhistas de seus empregados.
> – No que se refere especificamente às empresas agropecuárias, a situação é bastante complexa e problemática, podendo ser considerada até caótica.
> – Enquanto grandes capitalistas disputam as posses das terras, aproximadamente mil trabalhadores e seus familiares são acossados por capatazes de uns e de outros, vivendo uma situação de insegurança e miséria, por estarem impedidos de trabalhar e
> – Tudo isso vem acontecendo em terras que, por Decreto Presidencial, são consideradas áreas prioritárias para a Reforma Agrária, além de boa parte delas serem reconhecidas como de propriedade do Estado do Rio de Janeiro (Atividades subversivas – áreas de tensão – atuação da esquerda clerical. 26/08/1977. Memórias Reveladas/Arquivo Nacional. Documento AC_ACE_115684_77_007).

Diante de tais notas, foi solicitado um levantamento das falhas trabalhistas existentes na região, mas também dados sobre o possível envolvimento de autoridades religiosas no assunto.

Os STRs de Angra dos Reis e Paraty foram espaço de defesa das demandas dos trabalhadores do campo do litoral sul fluminense e também foi objeto de perseguição pelo regime. Entretanto, diferentemente do clero, estes espaços foram disputados pelo Estado e pelo empresariado, por parte do primeiro, para afastar lideranças vinculadas a organizações de esquerda e, por parte do segundo, para convencer os trabalhadores a assinarem contratos de venda das suas terras às empresas.

Sobre o STR de Angra dos Reis, obtivemos poucas informações a partir da história oral. Fizemos uma entrevista com José Flaviano Farias, que foi do STR ao longo da década de 1980. Segundo o relato, concedido a Iby Montenegro de Silva, em 14/05/2015, no tempo em que participou das atividades, “o sindicato enfrentou muita luta. É área de conflito, área de despejo”.

O STR foi fundado em 1964, por Zé Correia, de trajetória comunista, segundo José Flaviano Farias. Contudo, foi fechado e Zé Correia foi cassado: "Nessa época era lavrador, nem falava rural". O entrevistado nos informou que muitos dos que haviam se inscrito neste primeiro sindicato foram presos no Colégio Naval; no entanto, não foi possível verificar a veracidade deste relato. Além disso, e ainda conforme o entrevistado, o almirante Jair Carneiro Toscano de Brito, então prefeito de Angra dos Reis, teria conseguido o estatuto do sindicato, entregando-o a Jovino Rodrigues Silva, o primeiro presidente do STR de Angra dos Reis, reconhecido em 1973.

Não soubemos como se desenvolveram as ações sindicais dos trabalhadores rurais de Angra dos Reis no período posterior à entrada de Jovino Rodrigues Silva, contudo, chegamos à informação de que ao longo dos anos 1970 e 1980 houve encontros entre estes sindicalistas e os de Paraty, conforme nos relatou José Flaviano Farias em sua entrevista. Também houve encontros entre eles e a Fetag. Em sua entrevista, José Flaviano Farias rememorou suas reuniões com a Federação e suas idas aos cursos de formação política da Fetag da época.

No que se refere ao STR de Paraty, Valdevino Cláudio dos Remédios afirmou, em entrevista concedida em 1983, que a vida sindical e da política do município acontecia no contexto dos conflitos de terra (Entrevistador desconhecido. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). O STR de Paraty foi fundado em 1964, tendo à frente o trabalhador rural Hélio Cardoso. Contudo, por motivos obscuros à presente pesquisa, foi perseguido e ficou afastado do cargo. Após uma sequência de presidentes, o STR sofreu uma intervenção no seu processo administrativo/político e, segundo Valdevino Cláudio dos Remédios, houve um período em que não houve eleições no STR, mas sim uma "comissão" ou "junta governativa". O presidente da junta governativa era Jair Alves da Silva. Para Valdevino, sua presidência "andou bem" do ponto de vista administrativo, entretanto, houve complicações quando se iniciaram os conflitos por terra na praia de Trindade, porque ele era visto como alguém que defendia os trabalhadores frente aos *jagunços*, mas pessoas que faziam parte do corpo administrativo do STR eram suspeitas. Narrou que o então advogado do sindicato, Antônio Francisco Mayer [34], havia pego a procuração de um trabalhador rural de Trindade, alegando com isso fazer um documento de pedido de usucapião, mas o documento foi entregue aos advogados da empresa Adela-Brascan. Outro caso foi a ida deste mesmo advogado à Barra Grande, com o então

[34] O nome pode ser de Maia, os documentos escrevem o nome de formas diferentes.

delegado de polícia, Gentil de Oliveira Amaral, no intuito de fazer os trabalhadores rurais locais assinarem contratos de comodato. Outro dado que demonstraria que os sindicalizados não eram simpáticos ao STR de Paraty é a atuação jurídica de Jarbas Penteado em Trindade, Barra Grande e São Gonçalo. O fato de haver nestes locais a defesa de um advogado de fora do STR mostrava o quão distante a instituição estava da representação destes trabalhadores, posto que o sindicato tinha seu próprio advogado. Esses e outros fatos[35] refletiam a falta de confiança dos trabalhadores rurais na presidência de Jair Alves da Silva. Segundo Valdevino: "Então, o pessoal foi achando por bem que tinha que mudar o sindicato".

No final de 1981, houve uma reunião entre a Fetag e o STR de Paraty para discutir a realização de um ato na cidade com o objetivo de denunciar os diversos conflitos que ali ocorriam, com início em Campinho e Patrimônio. Para a ocasião, delegou-se a feitura de um relatório sobre os conflitos de terra de cada comunidade. Apesar de ser parte da diretoria, Valdevino Cláudio dos Remédios não foi chamado para a reunião, fato que demonstra as tensões internas entre os próprios delegados sindicais. Ainda em 1981, Valdevino se reuniu com participantes da CPT, padre Pedro Geurts, Miguel Pressburger, Irmãs Ju e Beth, que o alertaram sobre o advogado do STR: "[...] tem um processo de vocês lá dentro do Fórum, engavetado" (Entrevistador desconhecido 1983. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Esses fatos mostram que além das disputas entre empresas e trabalhadores, explícitas na presença de advogados favoráveis às empresas e na resistência destes trabalhadores a suas orientações, os STRs foram locais de embates de perspectivas de ação dos seus próprios representantes sobre os conflitos e as estratégias de defesa.

Maria Emília Pacheco mencionou dificuldades de construção de estratégias comuns entre as distintas organizações que defendiam os trabalhadores, a partir da análise da relação entre a Fase e o STR de Angra: entre ambas as organizações havia visões diferentes sobre o papel do sindicalismo e sua forma de atuação. Contudo, destacou que a direção do sindicato era formada por agricultores atingidos: "Você tinha que reconhecer

[35] Outro assunto que teria gerado um descontentamento dos sindicalizados com relação ao STR foi o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), criado em 1971, mas que chegou ao STR de Paraty somente em 1976. O programa tinha ações voltadas para a aposentadoria, pensão, serviços de saúde, serviços sociais, etc.

que ele era alguém que estava no centro de uma luta" (entrevista a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Servolo de Medeiros, em 31/03/2015).[36]

Era preciso, por parte das organizações, uma mediação para costura dos distintos universos de significação dos trabalhadores do campo, entendendo que tais ações se verificavam num contexto de autoritarismo, onde era difícil o acesso e o apoio de organizações de forma mais ampla e organizada. Conflitos foram deflagrados porque houve a resistência das populações tradicionais à sua expulsão. Para permanecerem na terra, esses sujeitos buscaram diversas alternativas, desde a própria atitude de ficar em suas residências, mesmo sob o risco de serem espancados, mortos, desaparecidos, agredidos e perderem suas benfeitorias, até a publicização das violências à sociedade, mediados por organizações e pessoas com condições de intervir de alguma forma.

5. Os conflitos por terra no litoral sul fluminense

No texto que se segue apresentaremos os conflitos que mais se destacaram no decorrer de nossa pesquisa, por mostrar mais claramente como se operou a expulsão das populações camponesas pelos empreendimentos turísticos e industriais. Sobre esses conflitos, obtivemos informações mais detalhadas quanto às práticas das empresas – a maneira como se dava a expropriação e a violência praticada – e quanto à resistência das populações sobre aquilo que os atingia, bem como quanto à ação dos agentes que agiram em suas defesas.

5.1. Praia do Sono – Fazenda Santa Maria do Mamanguá – Paraty

A Praia do Sono localiza-se no Município de Paraty, próximo a Trindade, ao norte da antiga Fazenda Laranjeiras, junto à divisa com São Paulo. No início da década de 1970, viviam na região em torno de 200 famílias, que cultivavam produtos para a sua subsistência e para mercados locais: banana, mandioca, feijão, além da pesca. O transporte destes produtos era feito a pé ou em barco de remo até o centro de Paraty.

Após o anúncio da construção da Rio-Santos, pretensos proprietários, sobretudo de origem paulista, apareceram para fazer investimentos na região, embora alguns deles

[36] A fala se refere ao então presidente do STR, Mario Monteiro, que era agricultor expropriado da região de Zungu. Provavelmente, este sindicalista presidiu a instituição ao longo da década de 1980.

já tivessem terras ali há mais tempo. O mais conhecido destes foi Gibrail Nubile Tannus que, nesta década, era presidente da Engenheiros Associados S/A (EASA), empresa de produção de componentes eletrônicos, como transmissores de radiodifusão, transformadores.

Adriana Mattoso era uma estudante que nos anos 1970 frequentava a Praia do Sono e, principalmente, a Praia de Trindade, que é vizinha. Ao vivenciar os conflitos em ambos os lugares, em 1978, se prontificou a fazer um documentário, de modo a registrar a repressão que ali se fazia contra os moradores. O documentário, finalizado em 1979, chama-se *Vento Contra*, fazendo uma referência à resistência destes mesmos moradores à expulsão das terras onde viviam havia gerações. Uma cena do documentário mostra as justificativas da ação de Gibrail Nubile Tannus: "Eu tenho plano turístico aprovado pelo Incra, Embratur e Patrimônio Histórico". Outra cena capta a chegada da polícia à região do Sono, para esclarecer uma acusação de invasão de terras. Gibrail Nubile Tannus estava presente e argumentou: "Não há nada. Tudo em paz. Fotografa aqui também a prospecção mineral. Estamos começando. Está sendo exportado granito para a Espanha e Itália".

Segundo documento do SNI, de nome "Áreas ocupadas por posseiros – Município de Paraty", feito em 20/08/1985, Gibrail Nubile Tannus conseguiu firmar no local um projeto de exploração de minérios, autorizado pelo Departamento Nacional de Pesquisas e Lavras (DNPL) e também um projeto turístico aprovado pela Embratur (Memórias Reveladas/Arquivo Nacional. Documento ARJ_ACE_12131_85). O documentário afirma que

> Gibrail se utiliza da aprovação desses projetos para despejar e/ou indenizar famílias por preços irrisórios que, muitas vezes, acabam voltando para se instalarem na área, depois de constatarem que foram enganados. Os moradores da Praia do Sono acusam Gibrail de tê-los iludidos a assinar um termo de comodato pensando que iriam obter a posse da terra. Pelo comodato, abriram mão de seus direitos de posse como antigos ocupantes e reconheceram, implicitamente, Gibrail como legítimo proprietário, inclusive, admitindo plantar só certas lavouras e se obrigando a devolver as terras ao dono, quando este determinasse (MATTOSO, 1979).

Gibrail Nubile Tannus chegou à Praia do Sono quando comprou da família Teófilo Ramek títulos (330 alqueires) da Fazenda Santa Maria do Mamanguá, próxima à Praia. Contudo, ainda que com apenas parte da fazenda sobre sua posse, no processo de especulação da área, dizia-se dono da fazenda toda, ou seja, dono das áreas a ele não pertencentes, como Ponta Negra, Antigo Grande e Antigo Pequeno. Segundo padre Pedro

Geurts, no decorrer dos anos 1960 e 1970, o empresário grilou as terras e as legalizou posteriormente, com conivência de órgãos públicos como o cartório. Pedro Geurts ainda comentou sobre a disputa pelo local por Maria Dutra.

> O que recentemente veio à tona (1976) pelo caso judicial contra a conhecida grileira Maria Dutra, que foi presa em flagrante arrancando as folhas de escritura destas terras num livro de registro de imobiliários, no cartório de Paraty, querendo desfazer a "corrente de segurança" do Gibrail, cujos documentos de propriedade voltam ao século XVI (SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).[37]

O vizinho Condomínio Laranjeiras também cobiçava essas terras e fazia propostas de compra, como relatado no item anterior. Tais investidas de apropriação se acentuaram ao longo das décadas de 1960 e 1970, quando *jagunços* a mando de Gibrail Nubile Tannus começaram a sistematicamente coagir os moradores da região.

Num primeiro momento, o empresário obrigava os posseiros a assinarem contratos de comodato e chegou a lhes oferecer uma área de 400 metros em Mãe D'água, local impróprio para viver, uma vez que lá batia pouco sol e era cheio de mosquitos, segundo uma moradora (SIQUEIRA, 1984, p. 46). Em 1969, Gibrail Nubile Tannus começou a induzir os posseiros, em sua maioria analfabetos, a colocar suas impressões digitais em um documento de escritura de comodato, alegando que a assinatura daqueles papéis lhes garantiria a posse da terra. No entanto, a escritura garantia ao empresário o direito ao título da terra, posto que com ela os posseiros passavam a ser considerados inquilinos. De acordo com Siqueira (1984), as impressões digitais foram colocadas nestes documentos depois que o pastor Agostinho Ignácio (que se dizia antigo tenente expedicionário, ou seja, alguém de qualificação militar, o que, num contexto de ditadura, invocava intimidação e repressão) convenceu os posseiros de que aquela era a decisão mais acertada.

O documentário *Vento Contra* (1979) mostra que, além da Praia do Sono, o empresário chamou os posseiros de Ponta Negra para assinar "uma folha que dava as terras aos pescadores". Porém, estes já estavam desconfiados. Um posseiro disse: "...[ele] não trabalha, nós trabalhamos. Ele diz que não tinha canoa, nós tínhamos. Ele diz não faz

[37] Como mencionado no item anterior, trata-se de um relatório feito pelo padre à CPT Nacional.

caça, nós fazemos. Ele diz não faz casa, nós fazemos. Por que onde nós vamos cair se é aqui que vivemos? Fomos nascidos e criados aqui".

O relatório do padre Geurts aponta que esse tipo de ação era uma maneira que se tinha para expulsar os moradores da região. No entanto, havia ainda outra tática: em 1977, data de feitura do relatório do padre, Gibrail Nubile Tannus também pagava Cr$ 10.000,00[38] para que posseiros delatassem à justiça outros posseiros que tinham assinado contratos, porém não haviam saído de suas casas, criando, assim, intrigas entre eles. As delações ainda envolviam situações em que, além dos contratos de comodatos, as famílias, forçosamente, assinavam contratos para receber do empresário entre Cr$ 5.000,00 e Cr$15.000,00[39] para deixar as suas casas e benfeitorias. Sobre isso, padre Pedro Geurts, acrescenta: "Logo que estes saíram suas casas foram derrubadas, para nunca mais poder reclamar posses antigas". Os posseiros que ficavam eram proibidos de fazer melhorias em suas benfeitorias (SNI. Relatório. 06/10/1977. "Atuação da esquerda clerical". Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

Progressivamente os posseiros foram percebendo tais violações e foram resistindo a elas, lutando pela sua permanência na terra. Ao mesmo tempo, os *jagunços* começaram a queimar suas casas e suas lavouras (foram 70 casas destruídas). Os trabalhadores que resistiam às pressões de Gibrail Nubile Tannus em sua maioria residiam na orla do mar em casas comodatadas com o empresário, o que traz pistas sobre a possibilidade da queima não ser apenas de "casas abandonadas", mas, sim, de casas habitadas por estes posseiros, porém, reconhecidas como de posse do empresário. Do mesmo modo, foram colocadas cercas em torno das casas e roças destes moradores. Tal cerceamento se estendeu, inclusive, para as duas igrejas evangélicas que ali existiam, a Assembleia de Deus e a Brasil para Cristo.

A expulsão de agricultores era feita por *jagunços*, que, por vezes eram chamados pelos documentos de "polícia", fato que coloca uma ambiguidade sobre quem exercia a função de expulsão, se agentes privados ou públicos ("Posseiro acusa empresário de fazer ameaças". *Folha de São Paulo,* 16/06/1981). Segundo documentos sindicais, parte das ameaças de expulsão vinha da delegacia de Paraty.

[38] Em outubro de 1977, ou seja, na data em que foi feito o relatório pelo padre Geurts, o salário mínimo no Estado do Rio de Janeiro era de Cr$ 1.106,40. O valor, portanto, equivalia a 9,04 salários mínimos. Contudo, no decorrer dos anos o salário mínimo aumentou potencialmente, o que significa que esses preços pagos podem corresponder a pagamentos de menor valor em relação ao valor do salário mínimo referente. Por exemplo, em 1978, o valor do salário mínimo era de Cr$ 1.560,00 e em 1979 era de Cr$ 2.268,00.
[39] Este valor equivale a uma faixa de 4,52 e 13,56 salários mínimos, em 1977.

É exemplo dessa ambiguidade a violência cometida a André Miguel Trindade. O agricultor, de origem nordestina, morava na região com a sua família. "André apareceu por aqui com a família e foi ficando", conta Manoel Quirino de Araújo, pescador e morador da Praia do Sono. Ele era da Assembleia de Deus, fazendo parte de seu conselho local. Entretanto,

> A mando de Gibrail, e sob a alegação de ter fugido no levante de prisioneiros ocorrido em 1952 na Ilha de Anchieta, no litoral de Ubatuba, a polícia levou o negro André para a cidade, batendo nele para que saísse dali. Quando foi solto, havia perdido a voz e estava completamente louco, indo morar numa caverna, onde acabou morrendo. Até hoje quem sustenta a mulher e os filhos do negro André somos nós, o povo do Sono (SIQUEIRA, 1984, p. 47-48).

Na ocasião do espancamento, ele foi colocado dentro de um camburão para ser torturado por ter se recusado a assinar um contrato por ordem do empresário. De acordo com um documento sindical, ele chegou à cidade todo machucado e cuspindo sangue (FETAG/RJ. "Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty", 15/10/1981. Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ).[40]

Também é exemplo o caso de Manoel Quirino de Araújo e sua família. Manoel Quirino (um dos líderes locais da igreja evangélica Brasil para Cristo), juntamente com seu filho, foi expulso de sua casa por oito policiais armados (SIQUEIRA, 1984). Conforme a autora, por decisão judicial, apenas seu filho pôde voltar para a região após o episódio.[41]

Além destas ações repressivas, Gibrail Nubile Tannus iniciou na região a criação de 50 búfalos, "para fazer o trabalho destrutivo", conforme o relatório do padre Pedro Geurts (SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77). Os animais comiam as plantações dos posseiros e o sapé que servia de cobertura para as suas casas. Os búfalos chegaram a entrar na escola local, assustando as crianças que, com medo, não iam mais assistir às aulas. Segundo padre Geurts, Gibrail Nubile Tannus também usou desta mesma tática na compra de Praia da Cajaíba. A cerca e a colocação dos búfalos teria sido uma manobra para que suas ações não aparentassem ser uma expulsão direta. No seu relatório, Pedro

[40] Não sabemos ainda que tipo de contrato era, uma vez que o documento sindical que traz essa informação não especifica isso.

[41] O texto não traz informações sobre quem mediou a situação na justiça.

Geurts diz que o empresário "cumpriu com a promessa de tirar ninguém, mas deixou o búfalo fazer o trabalho". Com isso, sobraram no local apenas oito famílias.

A justiça foi acionada pelos moradores, mesmo que de maneira extremamente limitada, posto que não tinham recursos para pagar serviços de advogados. Ao mesmo tempo, a justiça também foi acionada pelo empresário para expulsão dos posseiros. Na Praia do Sono, é o caso de José Albino de Souza (casado e com uma filha, que era casada e também morava na Praia). O posseiro foi levado à justiça por Gibrail Nubile Tannus e o juiz mandou que este pagasse Cr$10.000,00 para o posseiro, a título de indenização.[42] O posseiro teve de sair do local, indo morar na cidade.

Em pleno processo de redemocratização, em 15 de junho de 1981, uma denúncia foi publicada pelo jornal *Folha São Paulo:* na apropriação da área do Sono, Gibrail Nubile Tannus não só conseguiu escrituras irregulares como também ameaçou, prendeu e espancou, com a ajuda da polícia, os posseiros das quatro praias: Sono, Ponta Negra, Antigo Grande e de Antigo Pequeno. A denúncia mostra a continuidade de ação de *grilagem*, apesar do contexto de abertura política e apesar de neste momento a resistência organizada ter ganhado mais fôlego, se configurando em diversos canais (por exemplo, as manifestações coordenadas pela Fetag/RJ). A denúncia ainda se refere ao caso de Mesake de Araújo, que esteve preso por três vezes por ter participado da concentração dos 300 posseiros na sede regional do Incra.[43] Segundo o jornal, além da participação na concentração, Mesake de Araújo havia relatado que Gibrail Nubile Tannus era dono de 85 alqueires da Fazenda Santa Maria do Mamanguá.

> De 64 para cá, ele foi se apoderando de todas as terras que estavam ao seu redor, e acabou se transformando dono de mais de dois mil alqueires, com escrituras irregulares conseguidas no Cartório do 1º Ofício de Paraty [...] O homem aparece por lá uma vez por semana e comanda pessoalmente a derrubada de nossas casas, encomendadas a jagunços ou à polícia ("Posseiro acusa empresário de fazer ameaças", *Folha de São Paulo*, 16/06/1981).[44]

[42] Levando em conta o ano do documento onde encontramos essa informação, 1981, tratava-se 1,18 salário mínimo (o salário mínimo na época era de Cr$ 8.464,80). Ver Relatório feito pela Fetag/RJ sobre os problemas dos posseiros de Paraty, datado de 15/10/1981.

[43] Provavelmente esta concentração ocorreu ainda nos anos de 1980, posto que a reportagem é de 1981 e tais ações iniciaram-se neste mesmo ano. Na concentração descrita acima, os posseiros da Praia do Sono pediam a desapropriação da área da Fazenda de Santa Maria. Foi entregue um ofício ao Incra, denunciando o caso. Além desta, outras manifestações foram feitas. Estes mesmos posseiros, por exemplo, participaram das manifestações públicas feitas em Paraty, junto, inclusive, com os posseiros de Trindade. Em grande medida, estas manifestações eram embaladas por hinos da igreja Brasil para Cristo.

[44] As escrituras eram ilegais porque daria ao empresário posse de terras da Marinha, ainda segundo o relato da *Folha de São Paulo*.

"O pessoal não tinha vontade de sair daqui, né? Porque para a gente sair daqui: por 60 mil cruzeiros? A gente é nativo daqui. Gostava do lugar. Não queria sair", é o que nos informa um antigo morador do Sono no documentário *Vento Contra* (MATTOSO, 1979).[45] Apesar das denúncias e da ação de advogados e instituições, tais arbitrariedades perduraram durante a década de 1980.

Neste tempo, o empresário construiu uma guarita na entrada da área que dava acesso à praia, impedindo o trânsito dos agricultores, seus familiares e amigos. Por essa razão, os moradores começaram a ter dificuldades de transportar suas mercadorias para venda e de trazer compras, receber visitas e assistência médica. Sobre o acesso pela porteira, um morador relata: "Só com ordem escrita dele, mas isso é pego, porque ele não mora em Paraty, mora em São Paulo. E esses empregados que ele tem aqui não deixam de jeito nenhum passar. Já foi até embargado, outra vez, a entrada dos homens da malária" (MATTOSO, 1979).[46]

Figura 2. Porteira construída por Gibrail Nubile Tannus na Praia do Sono (o homem na foto estava a serviço do empresário, cuidando da entrada na área)



Fonte: Acervo pessoal de Adriana Mattoso, em São Paulo. Foto tirada entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

O empresário exigia a apresentação de um cartão aos moradores para entrarem na área apropriada. Para outras pessoas entrarem, era necessário que apresentassem o cartão

[45] Em 1978, o salário mínimo era de Cr$1.560,00. O valor mencionado corresponde a 38,46 salários mínimos. Ver:http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-81615-28-abril-1978-430637-publicacaooriginal-1-pe.html

[46] Referência aos agentes de saúde que visitavam as comunidades de Paraty para verificar a existência de doenças.

do morador que iriam visitar. O cartão continha um carimbo escrito "Fazenda Laranjeiras". Perto dali também estava o Condomínio Laranjeiras, espaço dedicado a uso exclusivo de turistas, como expresso em placas existente no local (MATTOSO, 1979).

A guarita na Praia do Sono foi retirada apenas em 1983, pelo prefeito de Paraty, Edson Lacerda, do PMDB. Ele conseguiu na justiça que a passagem fosse aberta à população. No entanto, o empresário já tinha colocado um mata-burro, impedindo o tráfego de animais. Com isso, os moradores da praia tinham de levar nas costas seus produtos quando precisavam sair da área para outras localidades. Um exemplo de como a porteira foi uma violação aos direitos destes moradores é o caso de Jorge Lopes Coelho. O agricultor feriu o braço com seu machado quando trabalhava em sua roça e teve de andar por duas horas, entre rochedos, até chegar à Praia de Laranjeiras, onde se encontrava o portão. Apenas neste ponto foi resgatado por um carro e levado à Santa Casa de Paraty, posto que Gibrail Nubile Tannus não permitia a entrada de pessoas externas na área do Sono sem sua autorização.

Diante da continuidade das violências na década de 1980, os posseiros buscaram as autoridades locais, que não se mostraram dispostas a atender às suas demandas. Segundo o relatório feito em 1981 pelo STR de Paraty, a polícia parecia estar a serviço de Gibrail Nubile Tannus (Fetag/RJ. Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). Em outubro de 1982, a direção do órgão novamente reconheceu a repressão ali existente, a partir do envio de um relatório ao presidente João Figueiredo.

Como em Trindade (caso analisado mais adiante), foram fundamentais na luta de resistência dos moradores da Praia do Sono a participação do advogado Jarbas Macedo de Camargo Penteado, a serviço do escritório de Sobral Pinto, e o apoio de estudantes que frequentavam aquela praia. Padre Geurts relata que Jarbas Penteado, ao advogar para os moradores da Praia do Sono, agiu de modo a obstaculizar os contratos de comodatos já aceitos na justiça ou em vias de o serem. Ao mesmo tempo, os estudantes iam registrando a repressão. Em entrevista, Adriana Mattoso revelou que, na época, os estudantes faziam reuniões sistemáticas com os moradores da Praia, sendo necessários pequenos artifícios para que conseguissem entrar pelo portão: em momentos em que os *jagunços* não se encontravam tomando conta do local de entrada, os estudantes quebravam o cadeado e o trocavam por outro. Apesar dessas ações, não eram reprimidos da mesma maneira que os moradores. A entrevistada nos relatou que isso pode ter se devido ao fato de que era

sabido que eles provinham de classes abastadas de São Paulo (Entrevista concedida por Adriana Mattoso a Iby Montenegro de Silva em 18/12/2014).

Como apontado anteriormente, a partir dos anos 1970, o governo passou a priorizar o aspecto turístico da região. As consequências das medidas governamentais foram os violentos conflitos por terra, tal como este que ocorreu na Praia do Sono. Sobre o caso da Praia do Sono e Trindade, Priscila Siqueira reflete no documentário *Vento Contra*:

> O turismo na cidade capitalista, ele é considerado como um produto a ser colocado à venda. E quem consome, paga e exige. E muitas vezes, a exigência desse consumidor é a antropofagia, tá certo? É o engolir seus semelhantes. É um engolir de culturas (Depoimento Priscila Siqueira, MATTOSO, 1979)

Este processo, especificamente na Praia do Sono, significou, num primeiro momento, uma diminuição da sua população e um arrefecimento da cultura *caiçara*. Porém, em 1984 moravam na Praia do Sono em torno de 36 famílias, totalizando 200 pessoas comprimidas em 23 casas. Os números podem ser imprecisos, mas expressam uma consequência do jogo político em que o conflito estava inserido: em Trindade, que, como dissemos, é a praia seguinte à do Sono, houve, no decorrer dos anos 1980, uma considerável conquista pela permanência nas terras pelos *caiçaras*. A hipótese é a de que a conquista dos trindadeiros pode ter influenciado a volta dos antigos moradores da Praia do Sono ao seu local de origem.

5.2. Trindade e Condomínio Laranjeiras

A Vila de Trindade fica numa península situada na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Contígua à Praia do Sono, é composta por uma faixa de terra à beira-mar, onde se encontra um conjunto de seis praias: Cepilho, Brava, Praia do Meio, Praia de Fora, Cachadaço e Praia dos Ranchos. Viviam na região, antes da construção da Rio-Santos, 157 famílias, num total de cerca de 500 pessoas (Fetag/RJ. Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty. 15/10/1981. Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Era um local de difícil acesso, sendo suas terras pouco valorizadas. Em 15/10/1970 a revista *Veja* publicou uma reportagem sobre Trindade. A "Carta ao leitor" apresentava uma visão do local, entendendo-o como precário pelo fato de não ter acesso a determinados bens de consumo e pela cultura de seus moradores.

> Trindade fica no litoral sul fluminense, entre São Paulo e Rio, mas os seus habitantes, com raríssimas exceções, conhecem essas duas cidades só "de ouvir falar". O repórter Nello Pedra Gandara e o fotógrafo Carlos Namba foram à procura de Trindade, 55 quilômetros de morros, lama, pedra e mato ao norte de Parati, antes que lá chegasse uma comissão nomeada pelo governo fluminense para levantar as condições de vida do povoado esquecido. Na página 52 o repórter e o fotógrafo da *Veja* mostram a vida primitiva e precária da gente de Trindade, que ignora a Coca-Cola e a televisão e chama o visitante de "irmão" em conversas recheadas de citações do Evangelho (*Veja*, 15/07/1970, p. 15).[47]

A comissão mencionada no trecho era uma equipe de médicos, assistentes sociais e técnicos que foram enviados à região para fazer um levantamento socioeconômico "daquela estranha sociedade que lá se formou durante muitas gerações solitárias" (*Veja*, 15/07/1970, p. 52).[48] Contudo, verificamos, pelas entrevistas coletadas, que esse isolamento era relativo, uma vez que os trindadeiros iam à cidade, a pé ou de barco, para comprar e para vender seus produtos, muito embora o caminho fosse demorado. Jair da Anunciação, pescador que foi uma das lideranças na resistência dos trindadeiros contra a empresa que se dizia dona das terras, a Adela-Brascan, ao refletir sobre os impactos do conflito em sua vida cotidiana, trouxe elementos acerca da vida local em Trindade que ilustram essa relatividade "Então, acontece o seguinte: a gente abandonou a pesca de alto-mar. Porque eu trabalhava num barco de Santos. Eu passava um mês, dois meses no mar, pescando" (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).

Segundo relatos encontrados em Siqueira (1984), apesar destas viagens a outras localidades, a vida da população local contava somente com alguns poucos produtos industrializados. Muitos dos alimentos provinham das roças dos moradores, o que fazia com que estes não dependessem diretamente da cidade para o seu sustento.

A comunidade de Trindade também possuía suas casas e igrejas construídas com poucos materiais provindos das cidades. Majoritariamente evangélica, as igrejas eram todas de alvenaria: Assembleia de Deus, Brasil para Cristo e Adventista, cujas sedes foram construídas em regime de mutirão (SIQUEIRA, 1984). A presença da Igreja evangélica foi importante no desenrolar do jogo político em que se operou o conflito.

---

[47] A Revista com a nota foi encontrada no acervo do *Brasil: Nunca Mais*, no processo penal número 10/67, de Romulo Augusto Romero Fontes e Meri Medeiros da Silva.

[48] A nota ainda comenta dois artigos, escritos por um ex-ministro e por um jornalista carioca. Tais artigos teriam inspirados alunos da cadeira de desenvolvimento econômico da Faculdade de Economia e Finanças da UFRJ a escolher a reportagem como tema de um trabalho sobre o capital estrangeiro no Brasil.

A primeira ação de retirada desses posseiros de suas terras ocorreu ainda no ano de 1958. A área foi doada à Prefeitura Municipal de Paraty e lotes foram ofertados a eles. Muitos não aceitaram por serem insuficientes e continuaram a viver no local. Contudo, a população trindadeira teve seu cotidiano radicalmente transformado com a chegada da rodovia Rio-Santos. Para a autora do documentário *Vento Contra* esses pescadores-agricultores foram surpreendidos pelo "milagre brasileiro", uma vez que a Rio-Santos significou sua efetiva expulsão das terras.

Lembramos que a instituição do Parque Nacional da Bocaina e o tombamento do Município de Paraty, tanto quanto a estrada, marcavam a região como ponto de alto valor turístico. Segundo Siqueira (1984), Trindade foi classificada como "classe A" na avaliação do Projeto Turis (ou seja, voltada para o turismo de qualidade ou de ocupação de baixa densidade de banhistas por metro quadrado).

Em outra perspectiva, havia certa esperança entre os trindadeiros de que a abertura da estrada seria um benefício à população, uma vez que garantiria a eles um menor tempo de viagem às cidades. No entanto, o jornalista José Roberto Cintra, um dos estudantes que frequentou Trindade nos anos 1970 e se envolveu na causa dos trindadeiros, relata ao *Vento Contra* (MATTOSO, 1979) que a construção de toda a BR-101 pouco se preocupou com os moradores do litoral brasileiro.

Essa percepção também foi trazida pelos demais estudantes que frequentavam o litoral de Paraty na época e que, mais tarde, junto com os trindadeiros resistentes à expulsão, viriam a formar a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB). Além de José Roberto Cintra (Zezo), eram eles, Ricci Martinelli (conhecido como Bienga), Maria Christina de Almeida de Braga (Nina), Adriana Mattoso, Fausto Pires de Campos, Priscila Siqueira, Angela Mascelani, Enio Browns Filho e Guy Van de Beuque. Na carta da SDLB intitulada "Reflexões sobre a Rio-Santos e os problemas criados a partir dela", afirmava-se:

> Comunidades inteiras de pescadores foram prejudicadas. Ao invés de lhes trazer as facilidades do transporte e da vida moderna, vieram tratores das próprias companhias construtoras da rodovia e os especuladores imobiliários, companhias agroindustriais cuja indústria era o turismo, e que trazem consigo a destruição da própria mercadoria que vendem, ou seja, a beleza e um modo de vida característico da região, seu equilíbrio ecológico. Tantos os tratores como especuladores nunca respeitaram os direitos seculares de posse das comunidades caiçaras: enxotaram-nos simplesmente, para as favelas das cidades mais próximas, pagando-lhes

> um mínimo equivalente pelo valor de suas posses, levando-os a marginalização social e cultural (SDLB, 09/1978).[49]

A vida *caiçara* de Trindade sentiu estas mudanças quando títulos de propriedade da Fazenda Laranjeiras, então pertencente ao ex-governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, foram vendidos. Os relatos apontam como Adela-Brascan chegou à região e como ela se mostrou proprietária da área. Conforme entrevista de Jair da Anunciação, concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014, a compra foi uma ação compartilhada entre o ex-governador e José Santinoni. Este a teria vendido para Carlos Lacerda, que a teria vendido para a *holding.* Somente após esta transação, a empresa começou a anunciar-se dona de Laranjeiras.

A fazenda foi dividida em diversas partes, sendo que a Companhia Parati Desenvolvimento Turístico Ltda. ficou com a gleba maior. A Companhia era subsidiária do grupo Adela-Brascan e tinha por presidente o general Candau da Fonseca, que havia sido presidente da Petrobras (SNI. Relatório. Incidente envolvendo equipe de técnicos do Mirad-RJ. Relatório elaborado por Sheyla O. da Fonseca, em 25/11/1987. Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_64558_87). A Fazenda foi vendida por um milhão de dólares. Para o padre Pedro Geurts, o general é que estaria atuando na área da antiga Fazenda Laranjeiras e em Trindade, desalojando os moradores (SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

Padre Geurts ainda revela que a Adela-Brascan adquiriu as terras e a destinou ao turismo, mesmo tendo conhecimento da existência de moradores. Com um gasto total de 15 milhões de dólares, construiu o Condomínio Laranjeiras. A execução dos planos foi entregue à Paraty Empreendimentos e Melhoramentos Ltda. Segundo as análises do padre, a aposta na especulação turística seguia a seguinte lógica:

> O desalojamento dos posseiros de Laranjeiras era fácil. Alguns foram indenizados com até Cr$ 60.000,00, outros receberam uma casinha num conjunto residencial, com CR$ 20.000,00 na mão, tendo a oportunidade de poder trabalhar nas atividades da empresa. [50]

De acordo com o relato de Jair da Anunciação ao documentário *Vento Contra*, a Companhia comprava as terras dos moradores, mas os intimidava, dizendo que, caso não

[49] A carta não informa a quem foi endereçada. Pertence ao arquivo pessoal de Adriana Mattoso.
[50] Valores equivalente a 54,23 e 18,08 salários mínimos, em 1977, data do relatório do Padre Geurts.

aceitassem o dinheiro, não teriam direito a nada, "que iam ficar enterrados debaixo da lama do trator".

Adriana Mattoso relatou que cerca de 25 famílias moravam em Laranjeiras e que a sensação dos moradores em relação à chegada da empresa era a de que não se tinha o que fazer para resistir. Em 1973, aos 17 anos, Adriana foi pela primeira vez ao local, acampar com dois amigos. Chegaram e foram ao casarão da antiga fazenda. Ela relata que, ao aparecer no local, saiu da casa um homem armado, que, contudo, reconheceu Adriana por ela ter possuído uma casa em Paraty e ser conhecida na região. O homem, de nome Savio, a chamou para tomar um café, e, ao entrar, Adriana viu uma mesa coberta de armas. Ao ser indagado sobre o que eram aquelas armas, Savio teria respondido que elas eram reservadas à expulsão dos *caiçaras*. Adriana e seus amigos foram para a praia acampar e, ao longo da viagem, sistematicamente viam *jagunços* passando pelo local, de carro (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 18/12/2014)

Segundo as análises de padre Pedro Geurts, a empresa tinha intenção de desocupar a área gastando pouco dinheiro. Após a desocupação, ela seria repartida em 269 lotes para novos turistas. "O condomínio tinha previsto a instalação de uma infraestrutura complexa, além das facilidades para um clube executivo com piscina e até uma lagoa artificial para esportes aquáticos" (SNI. Relatório. 06/10/1977. "Atuação da esquerda clerical". Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).[51] Era um espaço fechado, com residências de luxo.

A investida na expulsão dos *caiçaras* de suas posses se deu mediante três estratégias: uso da força, através de milícias privadas com "voz militar": eram *jagunços* chefiados por um suposto sargento, de nome Erbio Monteiro[52]; aliciamento, através de promessas de moradias em "modernas" casas de concreto nas cidades, em contraposição às suas "pobres" casas de pau a pique; ameaça, usando frases como "ou vocês vendem suas casas, ou vão ficar sem nada" (depoimento de Fausto Pires de Campos, no documentário *Trindadeiros – 30 anos depois,* PAIVA e DELFIM, 2009).

A Adela-Brascan chegou em Trindade no ano de 1973, segundo Jair da Anunciação (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014). A *holding* teria dito que Trindade era fundos da Fazenda Laranjeiras e, portanto, área de sua

[51] Num relato datado de 1985 sobre a área e o que foi nela foi construído, é afirmado que "Nele, há de tudo, até campo de golfe". SNI. Relatório. 20/08/1985. "Áreas ocupadas por posseiros – Município de Paraty". Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, ARJ_ACE_12131_85.

[52] O nome também é escrito como "Ernio". O sargento era proveniente do Norte do país e vivia em Rondônia, mas nenhum dos entrevistados sabe se ainda é vivo.

propriedade. O fato torna-se complexo se lembrarmos que já havia tensões com relação à posse das terras de Trindade, por ela ter sido área do Estado.

Conforme padre Geurts, a Adela-Brascan atingiu 120 famílias de moradores de Trindade, cujas posses remetiam aos seus bisavôs (SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77). Jair da Anunciação afirma ser exatamente este o número de atingidos (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014).

Para o padre, a forma como a *holding* agiu para se apropriar das terras não tinha por finalidade apenas expulsar os *caiçaras*, mas também destruir a sua cultura: "Foi neste lugar que foram feitos os maiores estragos contra pessoas humanas, no caso pela empresa. Ela destruiu a cultura *caiçara"* (SNI. Relatório. 06/10/1977). "Atuação da esquerda clerical". Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77). Priscila Siqueira reflete em seu relato ao documentário *Trindadeiros – 30 anos depois* (PAIVA e DELFIM, 2009) que a chegada da empresa ao local contrastou fortemente com a cultura existente. Para ela, era comum os *caiçaras* firmarem compromissos verbais: desta forma, houve um contraste entre a cultura da oralidade e a cultura jurídica, utilizada pelos empresários.

Primeiramente, a empresa enviou à região um advogado, que percorreu as casas dos trindadeiros com o objetivo de conseguir contratos de venda das terras ou de comodato. A assinatura dos contratos por parte dos trabalhadores legitimava a empresa como dona da terra e colocava em risco a terra que os pescadores tinham adquirido pelo costume de ali viver há gerações. Posteriormente, surgiu na região um sujeito ligado à Companhia de Desenvolvimento Turístico Ltda., igualmente informando aos trindadeiros sobre a sua iminente saída da área. Seu nome era Ernesto Cardoso, que apareceu disfarçado de pastor adventista, segundo Jair da Anunciação. Sobre o episódio, ele nos contou:

> E foi como ele pôde se aproximar. Foi se aproximando; se aproximando, daqui a pouco, não era mais pastor, não. Ele era um funcionário de primeiro escalão, da Adela, e que estava aí, para negociar; para arrumar bandido; para arrumar jagunço, para tirar a comunidade (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).

Com a Bíblia na mão, Ernesto Cardoso ficava em frente à Igreja e aconselhava aos moradores a se retirarem do local. Andava armado, fato que foi visto com

desconfiança pelos trindadeiros, que acabaram por descobri-lo. O episódio mostra como a constatação da existência da religião evangélica entre os trindadeiros por parte da empresa foi utilizada no jogo político do conflito: aparentemente, houve a intenção de aliciar os trindadeiros a partir da confiança na fé, uma vez que a figura do pastor representa o sagrado.

Também neste tempo um padre católico da paróquia de Paraty apareceu na região, alertando os trindadeiros de que eles seriam expulsos e que ficassem atentos para a defesa de suas terras, buscando suas documentações. Apesar disso, uma observação feita por Siqueira (1984) é a ausência da Igreja católica na comunidade no começo da década de 1970.[53]

Paralelamente a essas tentativas da empresa de aliciar os pescadores através da fé (e da advertência sobre a resistência na terra, pelo padre católico), iniciaram-se sistemáticas e violentas ações contra os moradores. A multinacional enviou à região *jagunços* armados com material de uso privativo militar, como metralhadoras.[54] Os *jagunços*, cerca de 40, num primeiro momento, circularam pelo local, principalmente na Praia Brava. Vestidos com fardas e com cavalaria, ameaçavam e intimidavam.[55]

Contraditoriamente, a própria Companhia requereu à delegacia de Paraty a abertura de um inquérito policial para verificar o conflito em Trindade e, no dia 3 de dezembro de 1973, ingressou com uma ação de manutenção de posse da área, alegando ter recebido ameaças de um grupo armado. No entanto, como alegação da sua posse, a empresa apenas apresentou uma maquete do projeto turístico que seria por ela implementado na área. O argumento deu a posse da área à *holding*, pelo juiz da Comarca (FETAG/RJ, 03/04/1974, "Carta ao Ministro do Estado dos Negócios da Justiça". Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). Esse fato ampliou a violência dos *jagunços*, e sua ação passou a se estender para outras praias de Trindade, como Cachadaço.

Diante disso, os trabalhadores foram buscar as autoridades locais, dentre elas, a Capitania dos Portos e a Prefeitura que, contudo, não foram solícitas às suas demandas,

[53] Sobre este ponto, vale lembrar que a CPT no litoral sul fluminense só iniciou suas atividades em 1976.

[54] Alguns documentos informam que eram em torno de 40 jagunços, outros informam que foram mais de 60. Suas armas eram desembarcadas na própria Vila de Trindade. O informe de que tais armas eram de uso exclusivo militar é do documento: FETAG/RJ. 03/04/1974. "Carta ao Ministro do Estado dos Negócios da Justiça". Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

[55] O uso de fardas pelos jagunços é mencionado em FETAG/RJ. 03/04/1974. "Carta ao Ministro do Estado dos Negócios da Justiça". Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ. O documento não menciona que tipo de farda era essa, se do exército ou se da polícia. Neste caso, a "farda" poderia ser algum tipo de uniforme usado por seguranças privados.

conforme Jair da Anunciação. Alguns destes personagens teriam dito que nada poderiam fazer porque aquilo era parte do "progresso" (entrevista concedida por Jair da Anunciação a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).

Padre Geurts aponta que os trindadeiros, diante da complexidade em que se encontrava a titulação das terras, tiveram diferentes comportamentos. "O que complicou tudo foi que os posseiros, dentro da posse da Prefeitura, também venderam suas posses, recebendo e gastando o dinheiro" (SNI. Relatório. 06/10/1977. "Atuação da esquerda clerical". Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77). Frente ao problema, a Prefeitura foi cercando a área e tentando legalizá-la, mas esbarrou no processo da empresa, que a reclamava como sua propriedade. "Enquanto isso, as casas que a empresa construiu em Ubatuba estão ficando prontas, mas ninguém dos moradores de Trindade quis mais sair do lugar, esperando que se resolva a confusão da parcela de terra da Prefeitura ou qualquer outro milagre", ainda informa padre Pedro Geurts (SNI. Relatório. 06/10/1977. "Atuação da esquerda clerical". Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

Os moradores "expulsos por contrato" tinham seus pertences levados para casas em Ubatuba. Sobre esta situação, um relato de um *caiçara* ao documentário *Vento Contra* (MATTOSO, 1979) retrata os motivos pelos quais os trindadeiros foram desistindo de sair de suas terras, apesar da repressão que ali estava instalada: "... lá [em Ubatuba], ela [sua esposa] ficava sozinha, porque o marido voltava para trabalhar na praia". Ficar sozinha era um fator que gerava medo. Além disso, há outra questão a se pensar através do depoimento: as pessoas, mesmo morando em outras cidades, voltavam para trabalhar no lugar onde estavam acostumadas, o que mostra a necessidade de se manter as redes de relação, apesar da distância.

Quanto à resistência aos despejos e à precária situação em Ubatuba, os trindadeiros recorreram a Jair Alves da Silva, então, presidente do STR de Paraty. Jair da Anunciação, em sua entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014, lembra que o dirigente tinha proximidade com uma das igrejas evangélicas de Trindade, a Assembleia de Deus, particularmente com o pastor Sebastião. Na primeira ida do STR a Trindade, Jair da Silva ofereceu ao pastor o trabalho de dois advogados ligados à instituição. O STR solicitou os serviços de Antônio Francisco Mayer e Alírio Campos, para defender os trindadeiros. Ambos provinham do Rio de Janeiro.

Padre Geurts narra que o sindicalista e o advogado Antônio Francisco Mayer chegaram a preparar uma ação de usucapião para 75 famílias. Os advogados

permaneceram em Trindade por quatro ou cinco dias, "com aquela maquininha de escrever, e pegaram a procuração todinha de marido e mulher" (entrevista com Jair da Anunciação, concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014). No início, estes teriam tranquilizado os trindadeiros, dizendo que a defesa se daria de modo rápido, contudo, regressaram à localidade alegando dificuldades na defesa e propuseram aos trindadeiros que aceitassem uma negociação com a empresa para sair da região.

Para Jair da Anunciação esta mudança de postura dos advogados se deu em razão de uma visão clientelista do emprego do direito (e não uma visão militante, como esperado pelos trindadeiros); a empresa teria oferecido uma quantia considerável em dinheiro a ambos para retirarem os moradores da região e eles teriam aceitado, posto que o valor era maior que o oferecido pelo STR: "... a comunidade – você sabe – com 80%, 90% de analfabetos, não tem advogado, não tem conhecimento nenhum. Não sabe nem o direito dela..." (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014).

Padre Pedro Geurts, em seu relatório, afirma que a ação de usucapião teria falhado "por um erro inicial": a área tinha uma faixa que pertencera à Marinha, ou seja, terras da União. "Por causa deste erro, o juiz de Paraty, Doutor José Selliti Rangel, se declarou incompetente para julgar a causa. Este acontecimento ia atrasar a ação de usucapião com anos". Para o padre, este erro foi proposital, da parte sindical,

> ... melhor, destes dois responsáveis, o presidente e o advogado, fazendo um pacto com a empresa para que esta ganhasse tempo até que o povo se desaparecesse (...) A empresa ofereceu "altas" e proveitosas indenizações, até 200.000,00 cruzeiros por posse. Confiando no presidente do sindicato, o povo aos poucos foi aceitando as ofertas, e todos, menos uma meia dúzia, foram vendendo suas posses. Daí foi-lhes proibido de plantar qualquer roça, e foi combinado que elas iam sair até maio de 1976 (SNI. Relatório. 06/10/1977. "Atuação da esquerda clerical". Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

Destacamos que a compra da área em Ubatuba, por parte da *holding*, deu a ela argumento para diminuir o pagamento das posses compradas aos *caiçaras*: passaram a pagar CR$ 20.000,00.[56]

Em 1976, houve, conforme o relato do padre, uma mudança de comportamento da *holding* com relação aos posseiros. Se antes, mesmo que com as ameaças feitas pelos *jagunços*, a investida da Adela-Brascan era na apropriação das terras através da assinatura

[56] Equivalente a 18,08 salários mínimos, em 1977.

de contratos de vendas e comodatos, neste momento a empresa passou a voltar suas ações para o uso da força propriamente dita. A mudança revela uma outra tática da Adela-Brascan no sentido de legitimar as terras para si.

A primeira casa queimada foi a da família do *caiçara* Jaci, localizada na Pedra D'água. A primeira família despejada foi a de Jair da Anunciação, segundo seu relato. O episódio ocorreu no ano de 1976. Os executores do despejo foram trazidos "do Norte", em especial de Campina Grande, para a região de Paraty, ainda segundo Jair:

> O meu despejo foi o seguinte: o primeiro a ser despejado fui eu; depois o seu Américo; e o seu Pedro Rosa. Eles chegaram com o mandado de despejo; oficial de justiça...
> **Iby:** Veio um oficial de justiça?
> Veio; veio oficial de justiça; uns 4 ou 5 policiais militares. E a minha mulher entregou a chave e lacraram a minha casa (Jair da Anunciação, em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).

Neste momento, os *jagunços* passaram a queimar e derrubar casas, bem como a espancar os residentes. Braga (1983) chama a atenção para a "pressa" que a multinacional tinha para desconfigurar a vila: tratores foram utilizados para destruir as benfeitorias, além do leito do principal rio da localidade ter sido desviado. Por outra parte, o grupo de *jagunços* era chamado pelas autoridades de Paraty de "corpo de segurança", conforme os documentos sindicais (FETAG/RJ. "Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty", 15/10/1981. Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Sobre isso, o documentário *Vento Contra* (MATTOSO, 1979) traz uma cena em que um *caiçara* de nome José revela ter sido despejado quatro vezes de sua casa. Ele aparece coletando madeira para fazer a sua quinta moradia. Já no documentário *Trindadeiros – 30 anos depois* (PAIVA e DELFIM, 2009), Benedito Lopes revela que foi cercado "por quatro carabinas". Contudo, apesar de serem agredidos, proibidos de plantar nas terras e chamados na justiça, alguns trabalhadores mantiveram as suas posses. Sobre a violência e a reação dos trindadeiros, Jair da Anunciação reflete:

> O que é que o povo podia esperar? Esperava era vender a posse de moradia, que era na encosta da praia, com a esperança de mudar para a montanha, que era a posse de trabalho. Mas quando eles perceberam que o povo ia continuar nas posses de lavoura, aumentou-se uma cláusula no documento que fala que o pessoal teria vendido todos os seus direitos possessórios (MATTOSO, 1979).

Escreve padre Geurts em seu relatório à CPT Nacional,

> Passado o tempo, e gastando dinheiro, os moradores de Trindade começaram a recuar diante da obrigação de sair.
> [...]
> O apego ao lugar de origem e da convivência secular começou a dominar. Desesperadamente, procuraram meios de poder ficar, pedindo ajuda da Prefeitura Municipal de Paraty (SNI. Relatório. 06/10/1977. "Atuação da esquerda clerical". Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77.).

A luta de resistência dos trindadeiros iniciou de maneira judicial quando estes tentaram ingressar na justiça com ações possessórias de usucapião. Contudo, os processos ficavam paralisados. Houve o caso do juiz da comarca não comparecer à audiência de um destes trabalhadores, mesmo estando no local.

A partir de 1976, os trindadeiros resistentes também foram à polícia para mostrar fotografias dos *jagunços* empunhando armas; entretanto, a resposta comum era que a manutenção de posse à empresa já havia sido definida. Ao mesmo tempo, mandados de despejos eram emitidos. Estes episódios põem em xeque a ação dos advogados e juízes perante o conflito, uma vez que, ao menos nesses casos, foram protagonistas diretos, a partir de seus lugares, da repressão e da expulsão.

Então, os *caiçaras* começaram a realizar a "resistência direta": a reconstrução, em mutirão, das casas e espaços destruídos pelos *jagunços.* Progressivamente, estudantes e outros frequentadores da praia, que viam a situação dos trindadeiros e se sensibilizaram com suas causas, entraram em jogo.

Eles se juntaram e começaram a se articular em defesa dos que ali moravam há gerações. Jair da Anunciação, ao rememorar o seu despejo, nos informou que na ocasião estavam acampados na casa de sua tia os estudantes Guy Van de Beuque e Angela Mascelani:

> Passou um dia, no outro dia, eu estava na casa da minha sogra e o Guy e a Angela chegaram lá e falou – "Olha seu Jair, eu vi tudo, ontem, o que aconteceu com você. Eu sei que você não acredita mais em advogado, mas tem advogado sério. E eu conheço uma equipe de advogados que é sério. Você arruma umas assinaturas, que eu vou levar para esses advogados." – e eu arrumei 12 assinaturas, da minha família mesmo. Ele pegou aquelas assinaturas – isso foi numa terça-feira – e disse – "Seu Jair, eu vou voltar." – e quando foi na próxima segunda-feira, ele chegou de volta com um monte de recorte de jornal; de revista e falou – "Olha, eu quero fazer uma

> reunião com vocês, seu Jair. Aonde pode ser o local?" – e eu falei – "Vamos fazer na igreja." – e eu avisei o pessoal... (Jair da Anunciação, em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014).

Angela, em sua narrativa sobre o episódio, revela o seu olhar diante da expulsão dos *caiçaras* de sua região, do modo como isso era feito. Também aponta como tais estudantes perceberam o problema, identificaram-se com a causa e agruparam-se para apoiar a resistência aos despejos.

> Bom, a gente ia para Trindade – eu e o Guy – para passear; para curtir; para namorar e tal, e a gente ficava na casa da Carmíria. E numa das vezes, a gente sabia que estava tendo problema de terras lá, mas também sabíamos que eles tinham alguma ação; eles estavam fazendo alguma coisa. E, de fato, a gente não se ligou. [...] Mas a gente começa a se envolver nesse dia, que a gente está indo embora, um domingo, e eu fui tomar o último cafezinho na cozinha da Carmíria, e sentei ao lado de uma moça que estava lá, e ela falou que ela era mulher do advogado que estava representando os trindadeiros na causa... porque muitos já tinham aceito mudar para Ubatuba. Trocar sua terra por uma casa em Ubatuba. E nessa causa, os que tinham desistido de ir; os que tinham achado que o lugar não era legal e tal? Entraram com uma causa na justiça (Angela Mascelani, entrevista concedida a Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva em 26/03/2015).

Angela Mascelani não recordava qual era a vinculação do advogado com o conflito nem por quem ele foi chamado. Contudo, segundo a sua memória, ele não teve coragem de falar aos moradores sobre o despejo.

> E aí, fui tomar o café com ela [esposa do advogado] e ela disse – "Ah, eu estou com pena dos trindadeiros; que eles já perderam a causa. O meu marido é o advogado deles." – e aí, eu falei – "Mas e aí? Ele não vai falar?" – "Não. Ele não está com coragem de falar para eles. Ele vai arranjar um jeito depois, de falar. Mas ele não está com coragem de falar agora. O pessoal vai ficar muito triste." – então, quando eu ouvi isso, eu fiquei impactada. A gente ia voltar nesse dia – até nem voltamos – e fui falar com o Guy. E ficamos lá pensando no que podíamos fazer e tal. E o Guy falou – "A gente tem que levar para um advogado bom. Vamos tentar o Sobral Pinto" (Angela Mascelani em entrevista concedida a Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva em 26/03/2015).

No entanto, na perspectiva destes estudantes, para que Sobral Pinto se sensibilizasse com a causa era preciso que os próprios trindadeiros entrassem com um pedido a ele. Para tanto, Guy Van de Beuque, Angela Mascelani e José Roberto Cintra

escreveram uma carta de pedido de defesa a Sobral Pinto, que foi assinada pelos trindadeiros. Angela Mascelani rememorou este momento em sua entrevista:

> E aí, essa carta, a gente foi de casa em casa, tentando convencer as pessoas a assinarem a carta; explicando a situação, de alguma maneira, e pedindo o auxílio do Sobral Pinto. E não foi muito fácil. Porque as pessoas estavam já... estavam inseguras. Porque elas recebiam uma informação que elas deveriam ter e não tinham, que era a que já tinham perdido a causa – podia ser um boato; podia ser qualquer coisa – mas a gente conseguiu fazê-los assinar – alguns; não sei quantos, na época – e aí, viemos para o Rio, no dia seguinte – ou nessa noite mesmo; acho que foi no dia seguinte, porque deve ter ficado tarde; porque as casas eram longe; a gente ia a pé. Porque a gente ia numa casa depois ia para o meio da roça. Porque eles já moravam... já estavam com as casas meio esparramadas, nesse momento. E então, a gente, provavelmente, veio embora na segunda-feira – e durante essa semana, o Guy ficou tentando contato com Sobral Pinto. E conseguiu um contato... a mãe dele conhecia também o Sobral Pinto (Angela Mascelani em entrevista concedida a Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva, em 26/03/2015).

Uma reunião com o Sobral Pinto foi marcada e Enio Browns Filho, Guy Van de Beuque e Angela Mascelani lhe explicaram a situação de Trindade. Indicando Jarbas Macedo de Camargo Penteado, advogado de sua equipe, Sobral aceitou assumir gratuitamente a "luta jurídica", fato que, processualmente, levou à participação de um maior número de agricultores nas reuniões que, inicialmente, contavam com cinco ou seis chefes de família das 52 que haviam ficado em Trindade.

A primeira reunião organizada dos trindadeiros resistentes com os estudantes, para organizar a luta tomando em conta o apoio jurídico de Sobral Pinto, foi feita na Assembleia de Deus, em 1977. De acordo com a entrevista de Jair da Anunciação, o pastor da igreja aceitou que a reunião fosse no local porque a Igreja "estava com a corda no pescoço, como nós". O pastor ainda era Sebastião.

> Aí, o Guy sentou; aquele monte de gente, na igreja, queria saber qual era a história, e o Guy foi e falou – "Olha, eu fui daqui e falei com o Doutor Sobral Pinto. E o Doutor Sobral Pinto comentou o seguinte: que se vocês quiserem, pode falar já para a imprensa, para quem quiser, que ele é o advogado de vocês. E que na semana que vem, na terça-feira está chegando um advogado da equipe, em Paraty." – e quando foi na outra semana, nós fomos para Paraty. Aquele monte de homem, subindo essa subida toda, a pé. Fomos até a pista, lá no Patrimônio, a pé, esperando o ônibus. Tomamos o ônibus e fomos para Paraty. Quando chegou, mais ou menos, meio-dia, e chegou. Eu lembro que o carro dele era um Passat. Chegou o

> Jarbas. Que era o advogado que trabalhava junto com o Sobral. Aí, fomos para um barzinho; um boteco, e sentamos e aí contamos a história para ele. E ele disse – "Tá bom. Eu vou no fórum." – e foi para o fórum e levou duas horas no fórum. Quando ele chegou no fórum, ele falou para nós, que o juiz já sabia que ele ia chegar (Jair da Anunciação, em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).

Conforme sua leitura dos fatos, o Fórum sabia do apoio de Sobral Pinto aos trindadeiros porque ele era um jurista reconhecido. Sobre os primeiros passos da "luta jurídica", Angela Mascelani relata:

> E, a partir dali, começa um outro momento dessa luta, que eles chamam. E esse momento, ele vai se caracterizar por fazer uma coisa muito difícil, que durou alguns meses, foi conseguir fazer as pessoas darem procuração para o Sobral Pinto. Porque as pessoas não sabiam quem era Sobral Pinto (Angela Mascelani em entrevista concedida a Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva em 26/03/2015).

Contudo, paralelamente ao processo de resistência e articulação dos *caiçaras* com os estudantes, houve a ampliação da violência por parte dos *jagunços*: eles começaram a ameaçar estes jovens, mas também agiram sobre pessoas externas ao conflito, como outros agentes empresariais. Dentre essas ações, houve a invasão da casa do ex-ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, que ficava na Praia do Cepilho, e do ex-diretor da Volkswagen, Wener Baun, que ficava no Cachadaço.

> Para se manter na praia, a "companhia" – como era conhecida pelos caiçaras – a Paraty Desenvolvimento Turístico S.A., que posteriormente muda seu nome para Trindade Desenvolvimento Territorial S.A – usa dos mais diversos recursos. Em 1977, numa declaração à Imprensa, John Sillers, então representante da empresa na praia, afirmava que "a vastidão da área propiciava a ação de grileiros". Devido a isto foram enviados homens armados a Trindade "armamento convencional, como revólveres, fuzis, rifles e metralhadoras". Sillers dizia ter procurado acordo com os trindadeiros, mas não admitia a presença de terceiros nas posses. Um dos terceiros a que Sillers se referia é o atual senador de São Paulo, Severo Fagundes Gomes, quem em 1973, através de Ivete Maciel, conhecida neste litoral pela alcunha de "Loba do Mar", adquire as praias De Baixo, Cepilho, De Fora e Cachadaço, revendendo-as posteriormente (SIQUEIRA, 1984, p. 72-73).

Segundo Jair da Anunciação, tanto Wener Baun quanto Severo Gomes teriam comprado casas na região, e, quando os *jagunços* chegaram, eles "já tinham onde se

hospedar" posto que se tratava de casas de veraneio e seus donos se hospedavam nelas apenas de vez em quando. Os *jagunços* fizeram das casas seus alojamentos, onde tinha beliches e onde guardavam suas armas (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014). O fato deixa dúvidas se estes empresários estavam de acordo com a Adela-Brascan ou se, na disputa das terras pelo empresariado, tiveram suas casas invadidas.

"Quando a jagunçada chegou, a jagunçada arrebentou a porta e invadiu a casa do alemão; se instalou lá – não sei se 20 ou 30 –, e a outra parte se instalou onde tinha essa igreja aqui". Além das casas, os *jagunços* também se hospedaram numa das igrejas evangélicas locais, "que o pastor era um tenente da reserva e tinha vendido, para a empresa" (Jair da Anunciação, entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014). No processo de aliciamento e repressão, a Igreja Adventista, a Assembleia de Deus e a Brasil para Cristo venderam suas terras para a Adela-Brascan.

A violência também se estendeu a pessoas comuns, que tinham vínculos com os trindadeiros, porém não eram nativas da região. Em 1978, os *jagunços* chegaram a estuprar duas professoras. Jair da Anunciação revela que ambas eram do Rio de Janeiro, de Campo Grande, porém, possivelmente moravam em Trindade, uma vez que davam aula na escola local. Informou ainda que o ato ocorreu dentro da própria escola ou nas cercanias:

> Quando eles pegaram as professoras, aqui na vila, já não tinha quase mais ninguém. Essa vila aqui, minha filha, não ficou nada. Isso aqui foi limpo. Então, quando aconteceu o estupro... ali do lado da escola, era onde eu morava. A minha casa era ali do lado. De frente para o mar. Se eu te contar a história da minha casa, você não acredita. Quando eles estupraram as professoras, eu estava morando num barraquinho de palha e plástico... (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).[57]

Para Priscila Siqueira, em relato ao documentário *Trindadeiros – 30 anos depois* (PAIVA e DELFIM, 2009), o estupro teve a intenção de afugentar os trindadeiros de mais um de seus espaços de sociabilidade: as crianças não mais queriam ir à escola, com medo de sofrer violências. No geral, o fato é narrado com horror nas entrevistas feitas no

[57] Sua casa havia sido derrubada por tratores comandados pela Adela-Brascan e por isso ele foi morar sob esta condição, segundo a sua memória. Revelou ainda o apreço que tinha por sua casa, e através deste relato nos descreve o seu modo de trabalho, a pesca local e as viagens em alto-mar. "E eu comprava o material lá, trazia de barco, do Rio até aqui, e aqui a gente tirava na canoa até a praia e carregava nas costas: tijolo; telha; tudo. Então, a minha casa era uma casinha que você não acredita" (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).

trabalho de campo, porém, nenhum entrevistado recordou o nome das vítimas, fato contraditório, uma vez que se tratava de pessoas diretamente vinculadas à sociabilidade local, que tinham relação direta com as 70 crianças trindadeiras. Este "esquecimento" nos mostra o que salienta Santos (1993): a memória coletiva é uma constelação de lembranças formada pelo conflito entre o passado e o presente (ou o passado revivido no recontar da história). Desta forma, é fruto do confronto entre o narrar da história no tempo presente e as lembranças traumáticas ou reprimidas do passado. Em outra parte, o silêncio sobre o nome das professoras num contexto de entrevista pode ser resultado da preocupação em não comprometer publicamente as vítimas, no sentido de que o ato é algo que afeta a moral de quem o sofreu.

A violência de gênero contra agentes de fora de Trindade também se estendeu aos estudantes. Angela Mascelani narrou um episódio de ameaça que sofreu por parte dos *jagunços*, mesmo ela não sendo local de Trindade (o fato de ela ter sido uma das "estudantes" que apoiava a luta pode ter sido a razão da ameaça). Angela, que estava grávida neste tempo, chegando em Trindade, pediu a uma pessoa para usar uma das dependências de sua casa. Tal pessoa teria deixado, entretanto, foi seguindo-a pelos cômodos.

> E eu fui ficando com muito medo. Porque ele começou a falar de todas as pessoas que ele já tinha matado; e tudo isso. E eu estava sozinha subindo. Porque cheguei numa hora que não tinha avisado. Porque a gente ia para Trindade assim, como quem vai para casa (entrevista concedida a Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva em 26/03/2015).

Além disso, houve violência de gênero contra as próprias trindadeiras. Rosa, a esposa de Jair da Anunciação, nos revelou, na mesma entrevista concedida por ele a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014, que sentia medo de ficar sozinha em casa, posto que os *jagunços* circulavam a casa deles.[58] Do mesmo modo tinha medo de acompanhar o marido, por conta das ameaças que ele sofria em razão da luta.

No geral, a invasão de casa de outros empresários e pessoas de grande representação política e econômica, por conta de disputas pelas posses das terras, bem como o desembarque de armas nas próprias praias de Trindade, a invasão das igrejas e a

[58] Eles foram uma das famílias que resistiram na região, montando novas casas após o despejo. Não sabemos que o relato se refere ao período de antes do despejo de Jair ou depois. Contudo, ele mostra que ao longo de todos esses anos houve uma forte violência de gênero, seja pelas ameaças que eram feitas às mulheres, seja pelas ações diretas de agressões a elas, como no caso do estupro.

violência de gênero acentuaram o clima de terror, fazendo com que diversos trindadeiros, acuados, continuassem a vender suas posses.

Em outra perspectiva, a luta dos trindadeiros, com o apoio dos estudantes e do advogado Sobral Pinto, continuou e se tornou mais organizativa, desembocando na instituição da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB). Ao longo do conflito, reuniões eram feitas entre os *caiçaras* e os estudantes, a fim de estabelecer estratégias de resistência. Assim, foi organizada uma exposição de fotos denúncia na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro. Em 2 de outubro de 1979, também foi realizado no Teatro da Universidade Católica de São Paulo o show "Trindade para os Trindadeiros", com a apresentação de Milton Nascimento, Luiz Gonzaga Júnior, Barca do Sol, Grupo Água e Regional da Trindade, para arrecadar fundos para a luta dos trindadeiros contra os *jagunços* e contra a Adela–Brascan. Tanto o show quanto o documentário *Vento Contra* foram lançados no ano de 1979, muito tempo depois do início do conflito e da luta dos *caiçaras*, o que mostra a extensão temporal que o conflito teve, sem qualquer solução.

Angela Mascelani reflete sobre as relações entre os trindadeiros e os estudantes, bem como entre os próprios estudantes:

> ... por exemplo, a gente levou a Rede Globo; a gente conseguiu fazer várias coisas importantes. Mas éramos, assim, o menor núcleo [núcleo de estudantes do Rio de Janeiro[59]]. Então, tinha um grupo grande, de São Paulo, que estava sempre em contato; sempre lá, que tocava. Então, a gente fazia, durante um período – sei lá – durante um ano; um ano e pouco; talvez até março de 79, a gente esteve bem envolvido (Angela Mascelani em entrevista concedida a Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva em 26/03/2015).

Ainda em 1979, ocorreu o despejo de 23 famílias, que foram morar em casas de parentes e até mesmo em cavernas. Também em reação a essa articulação, os *jagunços* começaram a destruir as barracas dos mochileiros que iam às praias da região.

Figuras 3 e 4. Reunião dos trindadeiros com os estudantes (não se sabe o ano) e a queima de casas em Trindade

[59] De origem carioca havia Angela Mascelani, Guy Van de Beuque e Enio Browns Filho.



Fonte: Arquivo pessoal de Adriana Mattoso. Fotos de Adriana Mattoso.

Como já mencionado, José Roberto Cintra e Priscila Siqueira eram jornalistas em São Paulo, sendo ela repórter regional do *Estado de São Paulo* e do *Jornal da Tarde.* Entre 1978 e 1981, ambos, junto com Adriana Mattoso, que registrava o conflito e levava imagens e outras denúncias aos mesmos jornais, denunciavam o conflito através da imprensa.[60] Reportagens sobre o conflito eram divulgadas em periódicos e televisões estaduais e nacionais, enquanto os trindadeiros refaziam as casas e o leito do rio, destruídos pelos tratores.[61]

O papel da imprensa foi outro marco na mudança do jogo político no qual o conflito estava inserido. Inicialmente feitas pelos jornais aos quais os estudantes tinham vínculos, as reportagens conseguiam ampliar o conhecimento das violações a outros espaços, que não só o local. A repercussão chegou "ao estrangeiro", como diria Siqueira (1989). Chegou à Igreja Reformada da Holanda, evangélica, que, sabendo das denúncias, pediu um relatório aos trindadeiros e à Companhia para se inteirar do que se passava no litoral sul fluminense. A Igreja queria saber como eram obtidos os lucros das cadernetas de poupanças de seus adeptos religiosos (SIQUEIRA, 1989). A Trindade Desenvolvimento Territorial S.A. nunca desenvolveu tal relatório, informa a autora,

[60] Em relato ao documentário *Trindadeiros – 30 anos depois* (PAIVA e DELFIM, 2009), Antonio de Jesus, ao refletir sobre o papel da imprensa, destaca a sua importância para a documentação e análise da luta, sobretudo, para as gerações atuais.

[61] Neste tempo, os trindadeiros construíram uma igreja evangélica como símbolo da resistência e luta (também como um abrigo no caso de outra remoção forçada). Na construção desta nova igreja, mulheres e crianças ajudaram no mutirão, levando terra ou fazendo a comida de forma comunitária. Para um *caiçara* entrevistado pelo documentário *Vento Contra* (MATTOSO, 1979), a nova igreja simbolizou a união do povo diante a repressão. Como as casas e demais benfeitorias, a igreja foi destruída pelos jagunços.

contudo, os trindadeiros fizeram um detalhado histórico de sua luta, que foi redigido, "por escolha e votação direta, pelo advogado Miguel Pressburger"[62] (SIQUEIRA, 1984, p. 76).

Segundo Jair da Anunciação, em entrevista, havia em São Paulo um órgão de nome Fundo Samuel, que recebia recursos desta igreja holandesa e investia no atendimento de comunidades carentes. Este órgão foi acionado pelos estudantes.

> Procuraram esse órgão lá; essa ONG. E contaram a nossa história. O responsável pela ONG – que chamava Fundo Samuel – veio aqui, para ver a nossa história; ver o que estava acontecendo. E ouviu a nossa história. E queriam saber o que é que nós estávamos precisando. Nós precisávamos de material para comprar rede, para poder pescar; matar peixe. Porque a gente não podia mais sair de casa; tomando conta da família. Então, tinha que pegar peixe aqui, na região, vender esse peixe, para arrumar dinheiro para sobreviver; e até pagar a gasolina; o rango do advogado, quando ele viesse a Paraty. E aí, o Fundo Samuel, esse representante, veio aqui na Trindade... (Jair da Anunciação, em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).

O representante deste fundo chamava-se Joss Schumacher e era holandês. Após a sua visita, enviou um relatório para a Igreja Reformada da Holanda, ainda conforme a memória de Jair da Anunciação. Para Adriana Mattoso, ao relatar o caso para esta pesquisa, Joss Schumacher tinha uma postura estratégica e por isso conseguiu a articulação. Além dos materiais demandados, a Igreja holandesa agiu em defesa dos trindadeiros fazendo uma reportagem em sua revista – *Informatie* – sobre o conflito em Trindade e a repressão por parte da Adela-Brascan.

Figura 5. Capa e reportagem sobre Trindade, divulgada pela Revista *Informatie*

[62] Na época já era assessor jurídico da CPT local. Além dele, Abílio Alapenha também era da CPT. Este último morreu assassinado na década de 1990, ainda por conta de conflitos na região de Paraty, segundo os relatos.



Fonte: Arquivo pessoal de Adriana Mattoso.

Além da Igreja, da imprensa, dos advogados e dos estudantes, no início da década de 1980, a SDLB passou a contar com o apoio da nova diretoria do STR de Paraty[63]. A situação foi denunciada por ofícios sindicais do STR de Paraty e Fetag/RJ, abaixo-assinados e cartas-denúncias. Todas estas ações fizeram a empresa retroceder, retirando a maioria dos *jagunços* da área, deixando apenas seis deles. Seus métodos de promoção de violência, contudo, continuaram como feito anteriormente.

Na década de 1980, a Adela-Brascan começou a propor acordos aos trindadeiros, porém, com duras limitações aos modos de vida *caiçara*. As propostas eram recusadas, mas dividiam a organização dos moradores, posto que a situação jurídica e econômica de alguns era mais precária do que de outros. As propostas do acordo também trouxeram a paralisação do processo de despejo de alguns moradores, que voltaram a se dedicar à pesca e lavoura.

Fausto Pires de Campos exemplifica o significado do aprendizado de organização conquistado na articulação entre os trindadeiros e as pessoas vindas de fora, frente à repressão feita pela *holding*:

> Essa multinacional Adela, ela foi uma participante ativa do golpe civil-militar de 1964. Justamente, a maioria da sociedade do litoral é de uma juventude que cresceu após este golpe e que teve uma vida e uma experiência política muito pobre, muito pequena. Que, no entanto, tinha uma discussão muito grande, juntando trindadeiros com não trindadeiros, passou a ser uma força importante para derrotar essa multinacional nessa primeira fase de vida (MATTOSO, 1979).

[63] Como mencionado, esta diretoria é eleita apenas em 1982 e neste tempo a presidência do STR era ocupada por Valdevino Cláudio dos Remédios.

Foram anos de intimidação da Adela-Brascan ao povoado de Trindade até que a empresa vendeu por três milhões de dólares os títulos das terras da praia ao grupo paulista Cobrasinco, em junho de 1981. A Cobrasinco era uma empresa de capital nacional especializada em construções, de propriedade de João Pascovich. Com a morte do proprietário, a posse da empresa passou para seu filho, José Pascovich. Para Adriana Mattoso, em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 18/12/2014, a Adela-Brascan, ao perceber a mobilização, vendeu a área para se resguardar em Laranjeiras, que não tinha "dado problema".

À luz destas mudanças, do medo de que seus investimentos turísticos também se esvaíssem em conflitos e do desgaste de imagem ocorrido com a *holding* (em razão das denúncias feitas à imprensa), a Cobrasinco propôs um acordo aos trindadeiros.[64] A notícia de que haveria um acordo trouxe de volta ao local diversos trabalhadores que haviam abandonado a vila, atraídos pela perspectiva de retornar ao seu pedaço de terra.

Sobre eles, Jair da Anunciação argumenta: "Apareceu vários acordos para nós. E que, todos eles eram um absurdo. Nenhum foi bom para os trindadeiros. O que ainda deixa os trindadeiros um pouco satisfeitos está sendo este último acordo. Agora, eu acho que ainda não é um acordo perfeito" (MATTOSO, 1979).

Após o anúncio da Cobrasinco de que estava disposta a negociar com os *caiçaras* uma área para eles viverem e plantarem, e assim cessar o conflito, houve vários momentos de encontro entre a empresa e os trindadeiros. Ao que parece, a cada encontro a empresa apresentava uma proposta, sempre negada pelos trindadeiros por não condizer com o que a comunidade considerava um mínimo necessário.

> Dispostos a reconstruir a comunidade, os *caiçaras* exigem uma área mínima para o reassentamento das cinquenta e três famílias residentes no povoado há mais de trinta anos, aproximadamente, que estariam dispostas a trocar as cidades vizinhas pela volta a sua terra natal (BRAGA, 1983, p. 25).

O último acordo, aprovado pelos *caiçaras*, destinava uma área de 62 hectares para lavoura e 14,7 hectares para serem divididos em lotes para moradia. Trezentos hectares foram destinados para o desenvolvimento de um projeto da Cobrasinco. O restante da

[64] Com a venda da posse da terra à Cobrasinco, a responsabilidade pela indenização requerida na justiça pelos trindadeiros violados passou para ela.

área ficou para o Parque Nacional da Bocaina. No documentário *Vento Contra* (MATTOSO, 1979) há uma fala de José Pascovich sobre o fato: "É um marco novo na luta pela terra no Brasil. Porque nesse caso de Trindade, está havendo uma composição entre dois interesses: o interesse do proprietário e outro, o interesse do posseiro". Adriana Mattoso, no mesmo documentário, informa que, no entanto, a Cobrasinco não havia apresentado a proposta antes do dia em que foi feito o acordo e que, ao cabo, o mesmo não beneficiava os trindadeiros, ao contrário, favorecia a empresa que com isso rodearia a Vila de Trindade com hotéis e cassinos.

A comunidade residente em Trindade aceitou o acordo, em 05/11/1981. Contudo, a área destinada às moradias e às lavouras dos trindadeiros não foi suficiente a todos, havendo queixas, por parte de muitos, de que necessitavam de uma área maior para a lavoura. A escolha daqueles que iriam ficar com os lotes de terra, por sua vez, foi feita pelos próprios *caiçaras*, que priorizaram as famílias que eram mais extensas e também aquelas que ali resistiram durante todo o tempo de conflito.

Ao todo, 76 chefes de família tiveram direito à moradia e 40 tiveram direito à terra de lavoura. Apesar da insuficiência de terras, rapazes e moças solteiras acabaram recebendo lotes, contrariando a lógica familiar acordada e gerando hostilidades entre o grupo preterido e o grupo não preterido. No caminho de resgatar a unidade de luta antes conquistada no contexto de repressão, criou-se em 1989, pelos moradores de Trindade, a Associação de Moradores e Amigos de Trindade (Amat), que existe até os dias de hoje.

O fato de os trindadeiros terem permanecido com posses na área, mesmo sendo estas menores do que as que tinham antes da chegada da Adela-Brascan, foi visto pelas demais populações tradicionais do entorno de Paraty como uma luta bem-sucedida e de referência, segundo os documentos e os relatos obtidos no campo. Braga (1983, p. 25) salienta: "Trindade transformou-se num exemplo de resistência, sendo comum a solicitação para que os trindadeiros relatem suas experiências a populações vizinhas".

Porém, em termos dos reflexos do conflito e da luta, Jonas Alves, presidente da Associação de Moradores Nativos e Originários de Trindade (Amot)[65] e Benedito Lopes, caiçara que viveu o conflito com a Adela-Brascan, no documentário *Trindadeiros – 30 anos depois* (PAIVA e DELFIM, 2009), argumentam que o turismo, atualmente, ainda seria problema: atrai um grande público (em período de alta temporada, Trindade acaba comportando em torno de 25 mil pessoas, não havendo estrutura para isso) e é sazonal

[65] No decorrer da década de 1980 até os dias de hoje, a Amat sofreu uma reorganização transformando-se em Amot.

(sendo pouca a prática da pesca e da agricultura pela atual população e sendo o turismo a única fonte de muitos, a sazonalidade traz uma instabilidade econômica e ambiental para os moradores).

5.3. Campinho da Independência

Campinho é uma localidade, situada a 15 quilômetros ao sul de Paraty, no segundo distrito do município, na rodovia BR-101. Moravam no lugar várias famílias, descendentes de antigos escravos da Fazenda Independência, que possuíam as terras em comum, cada um usando o que precisava, adquirindo direitos de posse das gerações anteriores. Campinho é muito conhecido pela resistência de seus moradores aos processos de expulsão e por ser a primeira comunidade quilombola a ser titulada do Brasil, em 21/03/1999, com o cumprimento inédito do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que afirma: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Por volta da metade do século XIX, a Fazenda da Independência era uma fazenda de plantio de cana-de-açúcar e café, com uma significativa população escrava. Na região onde está Campinho provavelmente existiu um engenho de açúcar. A decadência econômica e regional que acometeu a região de Paraty no final daquele século fez com que os antigos senhores abandonassem gradativamente suas terras. Muitos núcleos negros surgidos na região se formaram a partir do abandono das terras pelos senhores ou da doação das mesmas às famílias de escravos (LIMA, 2008).

Vários comerciantes migraram para outras cidades porque as fazendas de café e de cana-de-açúcar em Paraty foram desvalorizadas com a construção da estrada de ferro no Vale do Paraíba. Em 1888, após a abolição da escravatura, muitas terras foram abandonadas em Paraty, deixadas aos negros, que passaram a viver como camponeses na terra.[66]

A história que os moradores de Campinho contam é que aos poucos os negros foram ocupando o sertão da fazenda, que depois ficou conhecido como Sertão da Independência. Entre as fazendas da Independência e Paraty-Mirim há um imenso vale e

[66] O termo camponês é aqui empregado fazendo referência ao modo de vida da comunidade, nos moldes de Wolf (1976) e Moura (1988), e não como uma categoria política como trata Grynszpan (1990).

as casas não eram fixas. Construíam, derrubavam, reconstruíam em outros locais e cultivavam seus roçados mais adiante. Essa era a dinâmica. As pessoas das comunidades hoje conhecidas como Cabral, Campinho da Independência, Camburi e Fazenda usavam o mesmo território. A ocupação continuada do território se rompeu apenas quando surgiram Patrimônio, Pedras Azuis e Córrego dos Micos, comunidades formadas pela migração de capixabas, mineiros e baianos na década de 1960 (LIMA, 2008).

Os moradores de Campinho seriam remanescentes dos primeiros escravos libertos antes de 1888. Conforme relatam seus moradores, foi fundado por três mulheres: Antonica, Marcelina e Luiza, escravas que viviam na casa-grande da Fazenda Independência. Segundo Gusmão (1995, p. 46), eram dotadas de ofício: teciam, bordavam, penteavam para os brancos, possuíam saberes, posses e, no caso de Marcelina, o dom de "rezar os outros", de fazer benzeduras, remédios e curas.[67]

Com o fim da escravidão, as três mulheres receberam terras do senhor através de doação que, porém, não foi documentada. Contudo, lá continuaram vivendo, no mesmo local onde hoje está situada a comunidade. Praticamente todos os moradores são descendentes de uma dessas três mulheres, mas é importante ressaltar que há pessoas originárias de outros lugares que residem lá atualmente. "A memória coletiva das famílias em Campinho da Independência registra sua formação por volta de 1750" (BRASIL, 2010), isto é, bem antes do fim da escravidão.

A comunidade de Campinho, conhecida, por pessoas de fora da comunidade, como Senhor da Independência, mas também como bairro de Campinho ou "bairro dos pretos", era caracterizada pela agricultura, pesca para subsistência e troca. Os moradores trabalhavam nos roçados, nas plantações de mandioca, feijão e banana. O local era marcado pelo uso comum da terra e de seus recursos pelo grupo (GUSMÃO, 1995).[68] Os homens também trabalhavam fora, em fazendas de plantação de banana ou em barcos de pesca no Rio de Janeiro e São Paulo. Nestes casos, Gusmão (1995) aponta que eram identificados como negros camponeses.

A comunidade também é fortemente marcada pelo preconceito racial por parte da sociedade de Paraty (LIMA, 2008). Como ressalta Gusmão (1995, p. 173), "o negro de Campinho aparece para a população urbana como caipira e estigmatizado como crioulo

[67] A literatura faz uma distinção clara entre os escravos do eito e os escravos da casa. Gilberto Freyre (1981) demonstra que haveria de fato uma diferenciação entre escravos, ocupando os domésticos a posição superior. O autor demonstra que havia uma hierarquia, e a parte aristocrática eram os escravos do serviço doméstico, sendo tratados, por vezes, quase como pessoa da família.

[68] Há vasta literatura sobre o sistema de uso comum. Ver, entre outros, Silva (1996); Almeida (1989).

ou peão". Gusmão (1995) expõe o caso do preconceito de um político da cidade que se referia à população negra como "macacada" e, deste modo, refletia sua visão acerca da inferioridade que atribuía ao grupo.

A trajetória de Campinho é marcada por lutas, disputas e resistência. Lima (2008) destaca que, desde a década de 1960, antigos fazendeiros de Paraty-Mirim e seus herdeiros alegaram ser os proprietários das terras de Campinho e conseguiram fazer com que os moradores, que mal sabiam escrever seus nomes, assinassem documentos ou marcassem com os dedos folhas em branco que, posteriormente, foram anexadas a um processo de despejo, cujo intuito era a anexação da Fazenda de Campinho à Fazenda de Paraty-Mirim.

Fatores que contribuíram fortemente para as mudanças na dinâmica da comunidade foram a construção do Parque Nacional da Serra da Bocaina, limitando o extrativismo, a caça e a pesca, e a abertura ao tráfego da rodovia BR-101, a Rio-Santos, perpassando as suas terras. Com a valorização das terras impulsionada pelo turismo, os moradores passaram a sofrer pressões de *grileiros*.

Gusmão (1995) também destaca que, desde a década de 1960, determinadas leis foram aprovadas e, com os reflexos de urbanização crescente, mudaram os interesses sobre a terra e restringiram seu uso para fins agrícolas. Ela aponta o Decreto nº 6.897, de 13/01/1960, quando o Estado do Rio de Janeiro desapropriou para fins de colonização agrícola, no âmbito do Plano de Ação Agrária, as fazendas Paraty-Mirim e Independência e, em 1966, o tombamento de Paraty como Patrimônio Histórico. Gusmão (1995) reforça que o Iphan faz então um levantamento da área para fins de aproveitamento turístico, fatos já apontados na parte inicial deste capítulo.

As famílias então alojadas na Fazenda Independência em 1960 foram apontadas alguns anos depois como destruidoras da reserva florestal, isto é, foram acusadas de transformar uma área de mata virgem em volta da Fazenda em um imenso deserto, em pouco mais de dez anos (*Jornal do Brasil*, 22/08/1972).

Já nos anos 1970, na área de 11 mil hectares, pertencente às duas fazendas, o governo fluminense pretendia implantar um projeto de colonização com a transferência de 176 famílias da área do futuro Parque Nacional da Serra da Bocaina para a Fazenda Independência. Seria criada uma agrovila-modelo para estas famílias.

Para tal projeto o governo enviou técnicos de seu Departamento Geográfico (DG) e contratou o professor Fernando Valverde para coordenar o programa. O governo

fluminense determinou o prazo de seis meses, em junho de 1972, para a construção de 176 casas na Fazenda Independência (*Jornal do Brasil*, 29/06/1972).

Em agosto do mesmo ano notícias sobre a atuação do IBDF no Parque estampavam os jornais, pois seis agentes especiais deste órgão estavam vasculhando, durante a madrugada, as matas do Parque, procurando caçadores e desmatadores clandestinos. Segundo o *Jornal do Brasil* de 30/07/1972**,** o Instituto recebeu a denúncia da presença de caçadores naquela região, onde, para preservação das espécies, a caça é proibida. Ainda segundo a notícia, a preservação do Parque é considerada fundamental pelo IBDF.

O IBDF argumentava que estavam no entorno sem qualquer orientação e, para sobreviver, estavam destruindo as matas. Argumentava ainda que o Parque da Bocaina estaria na área considerada, por decreto federal, Patrimônio Histórico Brasileiro (*Jornal do Brasil*, 30/07/1972).

Neste contexto, o governador Raimundo Padilha liberou verba para execução dos trabalhos de colonização e posse das fazendas Paraty-Mirim e Independência. A verba seria usada no levantamento topográfico, físico, geomorfológico, socioeconômico e em pesquisas de solo, vegetação e clima (*Jornal do Brasil*, 22/08/1972).

Essa área da qual tratamos acima foi doada à Companhia de Turismo do Estado do Rio S.A. (Flumitur), através de um decreto estadual publicado no diário oficial de 30/11/1971, criando o Parque Estadual de Paraty-Mirim, constituído pelas terras das Fazendas Paraty-Mirim e Independência e, em especial, pelas faixas litorâneas da baía ou saco de Mamanguá e baía dos Meros.

Com a doação das duas fazendas para a Flumitur explorar turisticamente a região, os colonos ficaram sem perspectivas de transferência. Mesmo após essa doação, a Flumitur demorou a iniciar os projetos turísticos nas áreas. De acordo com o jornal o *Jornal do Brasil*, de 25 de fevereiro de 1973, talvez isto estivesse intimamente ligado à falta de delimitação das áreas, tanto do Parque Nacional da Serra da Bocaina quanto das Fazendas Paraty-Mirim e Independência.

Com a instituição do Parque Nacional da Serra da Bocaina, em 1971, os moradores de Campinho passaram a ser proibidos de praticar a caça e coleta na mata como sempre haviam feito para sobreviver. Os administradores do Parque definiram normas para a vida da localidade, até mesmo impedindo e/ou controlando práticas e atividades ali consolidadas, isto é, houve uma supressão das práticas costumeiras. São vários os conflitos gerados pela falta de informação sobre os objetivos da Unidade de Conservação

e os limites de uso do território, entre outros, como disposto nas considerações feitas por Almeida (1997), quando aponta que, tanto no caso da criação das unidades de conservação, como no tombamento e na transformação do município em Monumento Nacional, houve ausência da população local nas decisões. Almeida menciona que "o Relatório de Conflitos de Terras da Fetag/RJ, do ano de 1979, considera o Parque como um conflito fundiário" (ALMEIDA, 1997, p. 40) e afirma que:

> As famílias trabalham há mais de 50 anos nessa região, produzindo intensamente produtos de lavoura temporária e permanente que eram levados ao mercado local. A partir de 1971, com a criação da reserva ficaram impedidos pelo IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – atual Ibama – de continuar seus plantios. O que se constata é que a demarcação de área que excluísse suas lavouras não foi atendida. No entanto, o Parque que em 1971 possuía uma área total de 134.000 ha, teve sua área reduzida por decreto, em 1972, para 10.000 ha. E, coincidentemente, várias empresas, inclusive multinacionais, hoje se dizem "donas" de áreas desmembradas do Parque (ALMEIDA, 1997, p. 40).

No segundo semestre de 1975, apareceu em Campinho um homem dizendo que era o filho do proprietário daquelas terras, ou da maior parte delas, e que morava em Santos. Causou espanto geral entre os moradores, que nunca souberam de um possível dono daquelas áreas. Mas tal proprietário constava realmente como inscrito no cartório de imóveis de Paraty, desde os anos 1920, e se chamava Romualdo Salvador Marianna, morador de Paraty naquelas épocas, sem que os lavradores soubessem (CPT. "Relatório sobre Conflitos de Terra – Campinho da Independência". 1977. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino). Em primeira instância recorreram ao STR de Paraty, que indicou seu advogado, Antônio Francisco Mayer, para assumir o caso. Mas este propôs uma ação de usucapião com o custo financeiro muito alto por família. Os moradores logo desistiram.

Os moradores de Campinho se organizaram em torno de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) em 1975, e em seu interior estruturou-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT) local, cuja assessoria jurídica passou a orientar o grupo na justiça em busca de seus direitos através do advogado Thomaz Miguel Pressburger. Os moradores aceitaram sua proposta com um custo mais acessível e ele iniciou o trabalho com 16 famílias. Elas se esforçavam para cada um reunir por mês uma quantia, alguns mais outros menos, para cobrir a mensalidade e as despesas da causa (CPT. "Relatório sobre Conflitos de Terra – Campinho da Independência". 1977. Arquivo do CEDOC Dom Tomás

Balduino). A citação abaixo indica como se deu a organização das famílias para quitar os custos da causa:

> Por causa do Valentim o povo já estava acostumado a se reunir, principalmente nas celebrações religiosas. Com o aparecimento dos "donos" da terra, o povo foi se unindo mais para estudar a situação. Atualmente, se organizaram, com provas e documentos necessários, para conseguir usucapião. Arcaram com as despesas na medida do possível. Tem uma caixa para a qual contribuem mensalmente com uma parte, ao alcance de cada um, como se fosse pagamento de prestação. Assim vão pagando, aos poucos, os advogados e agrimensor. Tem uma comissão representativa escolhida por eles mesmos (*Boletim da Diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda*: nº 103, Ano VII, 1977, julho, 2ª quinzena).

Houve dificuldade em localizar o proprietário para que fosse solicitado a comparecer ao Fórum de Paraty. Um dos lavradores, delegado pelo grupo, foi procurar o endereço em São Vicente (Santos), pedindo informações nos bares da cidade, e foi bem-sucedido (CPT. "Relatório sobre Conflitos de Terra – Campinho da Independência". 1977. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino).

Passaram-se as primeiras audiências sem a presença do proprietário, já que este ainda não havia sido solicitado. Durante as últimas audiências, foi intimado mas negou-se a comparecer. Com isso, duas das 16 famílias de lavradores logo tiveram sua posse legitimada. Esperava-se o mesmo resultado para as 14 restantes, nas audiências até o fim do mês de agosto de 1977, mas havia pouca dúvida sobre um julgamento positivo no final a respeito do título definitivo de propriedade em favor das 16 famílias (CPT. "Relatório sobre Conflitos de Terra – Campinho da Independência". 1977. Arquivo do Cedoc Dom Tomás Balduino).

A partir deste momento o caso de Campinho começou a servir de exemplo de esperança para muitos outros lavradores do município e da região que estavam envolvidos em conlitos de terras. Um trecho da correspondência de maio de 1976 enviada pelo padre Pedro Geurts a Ivo Poletto, primeiro secretário-executivo da CPT, afirma:

> Em primeiro lugar te mando alguns relatórios atualizados. Especialmente o caso de Campinho e o outro de Barra Grande podem ser interessantes para você. Campinho está indo muito bem e para nós é considerado um caso ganho no foro [sic], mas tem ainda certos problemas em relação à própria comunidade, que tem alguns elementos que estão atrapalhando por falta de entendimento de causa. Mas em geral vai ótimo. O Dr. Miguel aparece duas a três vezes por meses aqui e está bastante animado pela

> causa. E com ele tem outros interessados. Até a Eni já esteve aqui, acompanhando o movimento. O trabalho mais importante agora é o fortalecimento da comunidade, e isto não é fácil por causa das mudanças sociais e o aliciamento da sociedade de consumo. A cidade está muito perto... E os turistas andam por aí para mostrar que a vida poderia ser mais cômoda... (Pe. Pedro Geurts, 20/05/1977. Trecho de Carta Remetida a Ivo Poletto. Arquivo do Cedoc Dom Tomás Balduino).

Gusmão demonstra que, nessa época, cada uma das famílias individualmente foi chamada a reconhecer o perímetro de suas terras e interpor a ação de usucapião argumentando que desde o século XIX habitavam aquelas terras, para assegurar o direito contra o pretenso dono. "Com isso, a percepção sobre a posse e o uso da terra dos ancestrais como terra coletiva entra em questão e altera o universo comunitário" (LIMA, 2008, p. 68 *apud* GUSMÃO, 2007, p. 169), pois significou para alguns a ideia de que a terra comum passou a ser propriedade individual, tornando possível a venda por aquele que quisesse.[69]

Em 1980, o Estado do Rio de Janeiro interveio manifestando interesse na área e solicitando o envio das ações para a Vara de Fazenda Pública. Já em 1986, a União Federal alegou estar interessada na área devido à criação da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável criada em 1983. Justamente o local onde Campinho estava situado. A comunidade passou, então, a ter que disputar as terras com o poder público interessado na preservação ambiental da área, além dos grileiros e empreendimentos imobiliários. Com a abertura da estrada Rio-Santos e o fim do relativo isolamento de Paraty ressaltando o seu potencial turístico, Campinho sofreu mudanças: "os moradores encontraram na rodovia Rio-Santos, BR-101, uma alternativa de viabilização, em termos de mercado para seus bens e para sua força de trabalho" (GUSMÃO, 1995, p. 39). Neste contexto observa-se que os moradores locais transformaram o trabalho na roça em algo secundário,[70] pois cuidavam da terra nos momentos de desemprego ou nas folgas, e "passaram a trabalhar na construção da estrada

[69] Gusmão (1995) se refere aos territórios contemporâneos ocupados pela população negra como *quilombos modernos*, entendidos também como *terras de preto* nos termos de Almeida (1989), considerando a natureza e a organização dos domínios doados ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, aos ex-escravos cujos descendentes permanecem nas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha e sem delas se apoderarem individualmente.

[70] A este respeito, ver: Gusmão (1979). Tal situação também nos lembra o "trabalho acessório", como indicado por Kautsky (1980), isto é, aquele no qual o camponês dedica uma parte do tempo ao trabalho pago e uma outra parte ao tratamento de sua própria lavoura. No entanto, na situação acima, é o trabalho na roça que se torna secundário.

e depois em Laranjeiras, o condomínio de alto luxo, lugar de lazer e descanso do empresário capitalista, urbano por excelência, com a área total de 1.131,44 ha".

A pesca também passou a ser uma prática eventual, pois o rio Carapitanga tornou-se poluído em função do crescimento do núcleo urbano que se instalou nos arredores da comunidade. Por esse motivo, os moradores perceberam a necessidade de trabalhar fora de Campinho, como assalariados, embora temporários, sem garantias trabalhistas ou uma maior estabilidade (GUSMÃO, 1998).

Como apontado anteriormente, a estrada trouxe a supervalorização da área em que se encontra a comunidade e *grileiros* começaram a tentar expulsar os moradores das terras. Em Campinho, pessoas apareciam dizendo-se donas das áreas, invadiam a comunidade, impediam que os moradores construíssem casas, deixando-os atemorizados.

Contudo, com a aprovação do artigo 68 das disposições transitórias da CF/1988, Neusa Gusmão[71] alertou a comunidade sobre a necessidade de organizar uma associação de moradores no local, segundo os moldes necessários, para receber o título da terra em nome da comunidade (LIMA, 2008). A comunidade se organizou e fundou a Associação dos Moradores do Campinho da Independência (Amoc) em 1994.

Através de Benedita da Silva, vice-governadora na gestão Anthony Garotinho, em seu primeiro ato público em 1999, deu-se oficialmente o reconhecimento e posse da terra aos moradores de Campinho. Em março de 1999, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) e a Fundação Cultural Palmares entregaram o título definitivo à Comunidade Remanescente de Quilombo do Campinho da Independência. Os moradores receberam da Fundação Cultural Palmares e da Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado do Rio de Janeiro o título definitivo de seu território com 287,9461 hectares.

5.4. São Gonçalo e São Gonçalinho

São Gonçalo fica situado no norte do Município de Paraty, em frente ao mar, entre as localidades de Tarituba e Taquari, quilômetro 154 da rodovia BR-101, a 32 quilômetros da Cidade de Paraty. Os moradores, mais de 80 famílias, são quase todos originais do lugar, posseiros, trabalhando na roça, especialmente em bananais. São Gonçalinho, fica à

[71] A antropóloga Neusa Maria Mendes Gusmão realizou sua pesquisa de mestrado e doutorado em Campinho da Independência e teve papel significativo junto aos trabalhadores na luta, pois seu trabalho se tornou um marco na articulação política da comunidade sobre a posse pela terra.

margem da BR-101, também à altura do quilômetro 154. Há registros de conflitos nesses locais desde a década de 1970 envolvendo os trabalhadores e a empresa White Martins S/A, conflitos estes que se intensificaram a partir da construção da rodovia Rio-Santos.

Aproximadamente em 1936 a área foi comprada pela White Martins, que tentou estender cada vez mais seu território. Muitas pessoas, naquela época, fizeram um contrato com a companhia, reconhecendo-a como proprietária e pagando uma pequena renda. Outros não assinaram o contrato. A presença de tal empresa é percebida de forma intermitente: ela se retirou da área por determinados períodos, porém, se estabeleceu definitivamente durante a construção da Rio-Santos.

Entre idas e vindas, regressou em 1940 através de um preposto, Oséas Martins de Almeida, já entrando em conflito com os moradores durante tentativas de expulsão. Tal preposto tentou incorporar às terras da White Martins terras próximas de Tarituba até Iriri-Guassu (Fetag/RJ. "Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty", 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). Inicialmente este agente também comprou algumas posses com a intenção de manter uma usina para fabricar alcatrão de madeira.[72] Com o tempo, buscaram englobar outras terras às suas, uma prática comum, vista em outros casos estudados neste relatório, e lançaram mão de vários artifícios, como a contratação de dois portugueses, Miguel e Francisco Souto, apresentados aos locais como administradores. Eles faziam uso de violência, espancando, perseguindo e expulsando os lavradores visando suas terras. Mesmo após esses episódios, a White Martins retirou-se da área, regressando durante a construção da rodovia Rio-Santos, em um contexto de forte especulação imobiliária e incentivo à indústria.

Foi em torno de 1972 que a empresa contratou pessoas que detinham armas de fogo, "sendo que algumas vezes portavam metralhadoras" (Fetag/RJ. "Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty", 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ), e permaneciam dentro da fazenda. Estas pessoas tinham por fim perseguir os posseiros. A White Martins alegava ser dona das terras, mesmo sendo a sua titulação da área de origem duvidosa. Registra-se que a empresa também tentou se apoderar de terras públicas:

[72] O alcatrão vegetal é obtido a partir da queima do carvão vegetal através de vários procedimentos que vão dos mais simples até os mais complexos sistemas de destilação. Da queima do carvão vegetal temos como resíduo uma fumaça e desta fumaça obtém-se o alcatrão vegetal, que se apresenta como uma substância espessa, algumas vezes xaroposa, de cor escura que varia do castanho ao negro, com forte odor característico. Uma das inúmeras aplicações do alcatrão vegetal é o uso veterinário, farmacêutico, na indústria química, na fabricação de espumas de poliuretano, entre outros.

> A firma White Martins S/A, dizendo-se dona de vasta área de terra que vai do mar até São Paulo, vem ameaçando os posseiros, impedindo-os de plantar. Essas terras são tidas como devolutas, havendo inclusive cessão de parte da área a particular, por parte do Governador Paulo Torres, cessão essa impugnado pela White Martins. Assim área pertencente ao Estado do Rio passou misteriosamente para as mãos da multinacional White Martins. As formas de pressão foram as mais diversas: desde forçar os posseiros a assinar contratos de arrendamento desvantajosos, destruição de lavouras até tiroteio quase atingindo um dos posseiros e, em 1973 assassinando dois trabalhadores (Fetag/RJ. "Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty", 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).[73]

Com a construção da Rio-Santos, Siqueira (1984) aponta que a empresa contratou um policial carioca, entre os anos de 1972 e 1973, que bateu e desrespeitou os posseiros, até que acabou matando dois deles. Esse policial era Ciro Machado, que se dizia sargento reformado da Polícia Militar, e começou a intimidar as pessoas. De acordo com as denúncias, para intimidar os moradores, "portava todo o tempo arma na cintura e afirmava ser pago pela White Martins para 'limpar a fazenda de posseiros'" (Fetag/RJ. "Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty", 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). Agrediu com pedaços de pau José Franquelin de Oliveira e espancou José Evaristo, em 1975. A pressão chegou a tal ponto que o guarda assassinou o lavrador Amâncio Bonifácio da Cruz e seu filho Vitório (CPT. Relatório sobre Conflitos de Terra – Campinho da Independência. 1977. Arquivo do Cedoc Dom Tomás Balduino da CPT).

Ciro Machado demorou a ser preso, mas foi condenado a 33 anos de prisão, mesmo contando com advogados que o defendiam pela White Martins. Sua prisão trouxe a paz ao local durante algum tempo. Mas a White Martins colocou outro jagunço em seu lugar, o chamado Pedrão. Este jagunço derrubou a casa da família Souza, pertencente a um dos posseiros da área, e também uma obra da prefeitura local lá existente (Fetag/RJ. "Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty", 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Em 1976 a companhia voltou a propor contratos aos moradores. Siqueira demonstra que, após o fato, a empresa começou a chamar os caiçaras para fazer um "acordo", "dando o que bem entendia de terras". Ainda de acordo com Siqueira (1984, p.

[73] Alertamos aqui a necessidade de um esforço de pesquisa para que seja possível descrever minuciosamente os envolvidos neste caso, pois pode haver uma vinculação entre agentes públicos e privados, e, se for o caso, isto revela uma das faces da repressão no campo.

28): “A White Martins já destruiu 50 casas de posseiros para nada de útil fazer com as terras – só guardá-las para especulação imobiliária”.

A empresa passou a adquirir grandes extensões de terra na região, como aponta Lhotte (1982), inclusive a Fazenda Patanguera, que fica na divisa do Município de Paraty com Angra dos Reis. Segundo Siqueira, a região foi patrulhada por jagunços armados, montados a cavalo, a mando da empresa “que, entre outras coisas, mantém o monopólio do oxigênio no país” (SIQUEIRA, 1984, p. 26).

No cartório de Paraty existia um inventário datado de 1845 que registrava as terras de São Gonçalinho como bens do capitão-mor Antonio José Pereira da Cruz e de sua esposa, Ana Maria Lapa. Siqueira também reforça que:

> As terras do lugar chamado São Gonçalinho foram lançadas à Fazenda Nacional pela quantia de um conto quatrocentos e dez mil e quinhentos réis, pelo pagamento dos impostos atrasados deste capitão. Ou seja, segundo os documentos, as terras passaram a ser posse da União. Porém, apesar disso, na ação de reintegração de posse, a empresa se disse dona legítima da área, inclusive, dos acréscimos da Marinha (SIQUEIRA, 1984, p. 26).

A autora apresenta um relato do então gerente da White Martins, Júlio Cesar Cassano, afirmando que: “estamos recuperando o que é nosso; queremos apenas que eles (os posseiros) saiam do local porque temos outros planos para a região” (SIQUEIRA, 1984, p. 26). De acordo com ela, os *caiçaras* acreditavam que isso se devia ao fato da White Martins ter tido uma sede de fazenda na praia vizinha de São Gonçalinho. Apresenta ainda o depoimento de um dos trabalhadores que residia no local, Arlindo de Souza Sobrinho, 75 anos de idade, nascido e criado nesta praia:

> A companhia proibiu todos os que moram aqui de cuidar das suas roças. Todos os dias, dois capatazes de fazenda passam a cavalo pela praia e, se nos veem fazer um roçado ou consertar nossas casas, ameaçam a gente. Como podemos sobreviver na terra se não podemos cuidar de nossas plantações? (SIQUEIRA, 1984, p. 27).

Nas declarações de Júlio Cesar Cassano à imprensa, ele desconsiderava uma série de costumes e práticas que ligavam os caiçaras à terra e questionava sua presença, “[...] porque a maioria, ao contrário do que afirmam, não nasceu no local e sabe perfeitamente viver de outra coisa” (SIQUEIRA, 1984, p. 27). Em contrapartida a tais declarações, podemos observar o caso de Orivaldino Geraldo da Silva, o mais velho morador de São

Gonçalinho. Sua certidão de nascimento comprova que ele nasceu na praia. Outros pescadores também tinham certidões que provavam seus nascimentos na localidade.

Segundo Siqueira (1984), para os pescadores e agricultores, a má sorte começou com a construção da BR-101, que atiçou a "ganância dos homens". A autora apresenta o depoimento de Jair Alves da Silva, que era natural de São Gonçalinho, lá foi criado e depois se tornou presidente do STR de Paraty. Sobre o caso de São Gonçalo, Jair Alves da Silva expôs a Siqueira:

> Meus pais contavam que a White Martins comprou uma "sorte" de terras em São Gonçalo e botou aí um armazém. Nessa época muito caiçara trocou suas terras por um pedaço de fumo ou um pouco de querosene. A empresa tirava madeira deste litoral para fazer alcatrão. Mais tarde, ela pôs tanto boi nas plantações que a terra chegou a virar areia (SIQUEIRA, 1984, p. 27).

Em 1972, as tentativas de expulsar os trabalhadores em São Gonçalinho eram constantes (FETAG/RJ. "Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty", 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). Era fortemente percebida a atuação dos jagunços, alguns apontados como vinculados à Polícia Militar, como é o caso de Ciro Machado; outros, como guardas florestais do IBDF. Estes, ao cabo, agiam para defender interesses privados da White Martins, de tal forma que o grupo chegou a invadir cozinhas das casas dos posseiros para intimidá-los. E "quando os jagunços são denunciados ou processados, a Cia. simplesmente os substitui como fez no caso do Ciro Machado" (Fetag/RJ. "Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty", 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

As violências sofridas pelos trabalhadores nesse local não se encerraram na década de 1970, pois na década seguinte ocorreram outros casos, como o vivenciado pela família de Clarice da Conceição, uma senhora, *caiçara*, mãe de muitos filhos, nascida e criada em São Gonçalinho. Em meados de 1983, ela recebeu uma intimação do juiz de Direito de Paraty, pondo-a a par da ação de despejo por "rito sumaríssimo" que a White Martins movia contra ela. A alegação da empresa era a de que existia entre ambas um contrato de arrendamento rural (percebemos aqui outro artifício utilizado para expulsar os *caiçaras*). Cabe destacar que na ação judicial foi anexado um contrato de arrendamento que se destinava ao exercício de exploração agrícola ou agroindustrial. Clarice assegurou não saber assinar: "e eu não botei o dedão em papel nenhum, não" (SIQUEIRA, 1984, p.

28). Neste caso nota-se a possibilidade de falsificação de documentos, outra prática para expulsar os moradores da terra.

O advogado que defendeu Clarice foi Jarbas Macedo de Camargo Penteado, cuja ação na região já foi tratada em diversos momentos deste capítulo.[74] Examinando o contrato apresentado pela White Martins, ele descobriu que havia sido assinado a rogo, em 1975, por uma professora chamada Leci Guedes, que na época trabalhava em São Gonçalinho. Na justiça, Leci Guedes declarou que "não se lembrava da área de arrendamento no momento em que assinou o contrato, nem o total da área arrendada, além de não lembrar se Dona Clarice colocou ou não sobre o contrato suas impressões digitais" (SIQUEIRA, 1984). Para Jarbas Penteado, muitas irregularidades exemplificariam os meios usados pela White Martins em São Gonçalinho:

> Como pode ser colhida a pretensão da empresa se tal contrato fere toda a conscientização do que se entende por arrendamento? Além disso, acresce o fato de Dona Clarice não ter assinado nem colocado suas impressões digitais, muito menos autorizado a professora a assinar o documento em rogo. Mesmo porque, neste caso, como entendem renomados tratadistas do Direito Civil, deve ser efetuado um contrato por instrumento público para que o Oficial de Cartório possa verificar se as partes estão manifestando sua vontade livremente (SIQUEIRA, 1984, p. 29).

Após o caso ocorrido com Clarice da Conceição em 1983, registrou-se também que em 1986 o administrador da Fazenda intimidava os posseiros fazendo-se acompanhar por militares. No mesmo ano houve uma ação de despejo contra 16 famílias na justiça bem como uma denúncia do STR local ao governo estadual (CPT. "Histórico de Conflitos – São Gonçalo". 10/1986. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino).

Como forma de ação frente às práticas repressivas, inicialmente, os *caiçaras* procuraram as autoridades municipais que, no entanto, se mostraram omissas em relação à violência. Os trabalhadores buscaram também o STR de Paraty. Foi solicitado ao órgão os serviços de seus dois advogados, Antônio Francisco Mayer e Alírio Campos. Para Siqueira, era obscura a história da relação entre o primeiro advogado e os caiçaras de São Gonçalinho: ele deteve a maioria das ações de defesa dos caiçaras, levadas por Jair Alves da Silva. Em São Gonçalinho, conforme o contrato firmado entre Antônio Francisco Mayer e os posseiros (muitos deles, analfabetos e crentes, nas palavras do "irmão da fé"),

[74] Em1984 o advogado contava com apoio do Instituto Histórico e Artístico da Prefeitura de Paraty e da diretoria do STR de Paraty.

o advogado ficaria com 20% do produto da venda de suas posses, caso vencesse a ação judicial. O que Antônio Francisco Mayer recomendava era que reivindicassem um preço maior pelas posses, o que traria mais lucros para eles. Contudo, ele não conversou com nenhum *caiçara* sobre a possibilidade deles permanecerem em suas terras, apesar de ter em mãos o documento que provava que o título da praia era da União.

Segundo Siqueira, "Mayer trabalha para o IBDF, onde conseguiu financiamento a fundo perdido para a fazenda São Gonçalo, destinado à plantação de eucaliptos nesta praia de propriedade da White Martins" (SIQUEIRA, 1984, p. 31). A autora ainda nos informa que na época:

> A ação desenvolvida pela Sociedade de Defesa do Litoral, do Instituto Histórico da Prefeitura de Paraty – empenhado na preservação da cultura caiçara – e pela Pastoral da Terra da diocese de Itaguaí, da qual Paraty faz parte, fez com que os moradores de São Gonçalinho pretendessem mudar de advogado. E àqueles que o procuram, Maia afirma que só entregará os documentos e a procuração mediante a quantia de dois milhões de cruzeiros (SIQUEIRA, 1984, p. 31).

Como pôde ser observado anteriormente, no caso de Trindade, verifica-se que tais advogados atuaram por interferência de Jair Alves da Silva, quando as ameaças de expulsão dos posseiros começaram a ser feitas pela multinacional Adela-Brascan. No entanto, estes agiram a favor da empresa, acordando contratos de venda e de comodatos. Em São Gonçalo, Jair Alves da Silva gozava de confiança por ter enfrentado os homens armados da White Martins; no entanto, no que concerne ao processo de legalização das posses, parece não ter feito nada. Como no caso de Trindade (e de Barra Grande, que veremos a seguir), a atitude dele foi ambígua, pois, segundo relato do padre Pedro Geurts, os homens da White Martins usavam sua casa como escritório disfarçado, durante suas atividades na localidade (CPT. "Histórico de Conflitos – São Gonçalo". 10/1986. Arquivo do Cedoc Dom Tomás Balduino).

No tocante à plantação de eucalipto da Fazenda São Gonçalo, segundo a documentação da CPT datada de 1986, foi realizada uma denúncia pelo vereador Wilson Leal do Partido Democrático Social (PDS) ao delegado regional do Trabalho, Pedro Gonçalves. O vereador disse que a White Martins estava desmatando a Mata Atlântica, entre a Rio-Santos e os contrafortes da Serra do Mar desde 1972, quando passou a promover a expulsão daqueles que habitavam a região havia mais de 50 anos.

Fiscais da Subdelegacia Regional do Trabalho de Barra Mansa, em apenas cinco horas de serviço, conseguiram levantar os nomes de 110 dos 160 plantadores de mudas de eucaliptos na Fazenda São Gonçalo que trabalhavam em regime de escravidão. Do grupo, 50 eram menores e outros 50 não foram localizados, estando dois deles hospitalizados (*Jornal de Brasília*. "Trabalho Escravo em Fazenda Já Começa a Ser Investigado", 15/11/1984. Brasília: 15/11/1984. Arquivos do Cedoc Dom Tomás Balduino). Os trabalhadores, com média de idade de 23 anos, foram levados em três ônibus de Januária, Minas Gerais, na divisa com a Bahia, distante 1.450 km de Paraty, com a promessa de receberem um alto pagamento ao final de dois meses de serviço, quando seriam dispensados e levados de volta.

Ao partirem de Januária, os trabalhadores receberam um adiantamento, porém, o restante do dinheiro só seria pago ao final do contrato firmado verbalmente com José Gonçalves de Andrade, o "Zé Arroz", que subempreitou a plantação de 750 mil mudas numa área de dois alqueires dentro dos 902 da fazenda. A empreiteira foi assumida pela Plantar S/A Planejamento Técnico e Reflorestamento, com sede em Belo Horizonte, MG (*Jornal de Brasília*. "Trabalho Escravo em Fazenda Já Começa a Ser Investigado", 15/11/1984. Brasília: 15/11/1984. Arquivos do Cedoc Dom Tomás Balduino).

Os trabalhadores de Paraty passaram a reivindicar a desapropriação na justiça e o STR de Paraty produziu relatórios para encaminhar às autoridades sobre os problemas enfrentados pelos posseiros do município, onde se encontram denúncias dos conflitos vividos na Fazenda São Gonçalo.

As formas de violência sofridas pelos trabalhadores rurais eram destruição de lavouras, a partir da soltura de gado, perseguição e espancamento. A White Martins usava da "força bruta" para legitimar-se como dona das terras e, através das ações judiciais, expulsava os trabalhadores de suas glebas. Havia também invasão de domicílios, entre outras ações, como uma denunciada pelo STR de Paraty, em que foram desferidos tiros por jagunços contra posseiros. Houve casos de agressões aos trabalhadores e insultos às suas esposas com palavras e gestos, na tentativa de impedi-los de prosseguir com seus cultivos.

Uma ilustração disso é o fato de que quatro policiais, acompanhados de dois indivíduos que se diziam advogados, todos armados, invadiram a casa de Almir Gomes de Souza, entrando por todos os cômodos como se estivessem medindo e fotografando tudo. No momento só a sua esposa estava presente, entrando em estado de choque. Ao saírem, aqueles indivíduos ameaçaram toda a família de morte. "Há três anos derrubaram

a casa deste posseiro, que a reconstruiu, e a questão está na justiça" (Fetag/RJ. "Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty", 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Apesar dos relatórios enviados pelo STR, durante a vigência dos conflitos, nenhuma solução chegou à área, continuando os posseiros num clima de tensão e insegurança. Ainda em 1981, "um levantamento realizado pelo STR de Paraty nos dá conta da existência de 92 famílias, entre arrendatários e posseiros, todos ameaçados pela polícia contratada pela empresa, quando tentavam ampliar suas áreas de plantio" (Fetag/RJ. "Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty", 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). Os arrendatários tiveram seu pagamento recusado por mais de cinco anos, e a situação se agravava dia a dia.

Almeida (1997) aponta que, após toda a repressão, essas pessoas se deslocaram para a área urbana para viver em condições precárias. De acordo com um posseiro, mesmo que o sindicato agisse, não tinha sucesso em garantir a permanência das famílias no local. Segue abaixo o depoimento do posseiro, reproduzido por Almeida:

> A White Martins é uma empresa poderosa e o sindicato defendeu naquilo que pôde, mas não deu para segurar a barra, foi muita pressão, depois chegou uma época que o povo não aguentou a pressão, o povo saiu mais de lá porque a pressão foi muita, teve gente que chegou até a apanhar dentro de casa com a família, hoje está tudo largado, tudo da White Martins, quer dizer, e o povo tá tudo na Ilha das Cobras, na Mangueira, eu conheço uma porção de gente, muita gente de São Gonçalo, aquilo ali era tudo deles, essa beira de praia, cada um tinha seu ranchinho, eu conheci muitos, tinha seu rancho, pescava, naquela época num deu pra segurar não, a pressão foi muita. Hoje de repente poderia até, hoje em dia as pessoas ainda criticam, não acreditam muito no governo que existe hoje, mas, eu vejo o governo dar força pro trabalhador. ... Mas hoje tem o sindicato, tem associação, tem a CUT, tem vários órgãos de defesa do trabalhador, tem a CPT (ALMEIDA, 1997, p. 45).

Os conflitos permaneceram até os anos 1990, e consta no documento da Fetag/RJ e Seaf que:

> Muito embora os títulos dominiais estejam repletos de erros, com a falsificação de escrituras cartoriais, estes fatos tornaram-se de difícil comprovação. O documento consultado cita ainda que em 20 de outubro de 1990 foi noticiado nos jornais do Rio de Janeiro, mas não especifica em quais, o caso da localidade de São Gonçalo, em Paraty, onde a empresa Mercantil Internacional é denunciada como grileira das terras. Possuindo

> escritura de aforamento em pouco mais de um quilômetro de terras ele pretende apossar-se de uma área muito maior visando à especulação imobiliária (Fetag/RJ; Seaf. Relatório. "Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro ocorridos entre os anos 1970 e 1990". Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Os trabalhadores rurais se reconheceram como vítimas do que se convencionava chamar de "desenvolvimento", um desenvolvimento custeado pelo poder público através de obras, incentivos fiscais e subsídios.

5.5. Taquari, Barra Grande e São Roque

Residiam nas áreas de Taquari, São Roque e Barra Grande em torno de 280 famílias (cerca de 1.250 pessoas) de lavradores. Eram três fazendas, totalizando uma extensão de 18 quilômetros de frente para o mar, que contornavam a rodovia BR-101 (km 160, 165 e 169 da Rio-Santos, respectivamente).

Antes da abertura da estrada, o título das áreas estava em nome do coronel Honório Lima e foi vendido para Joaquim Flores dos Santos Callado, que permaneceu com a fazenda por 25 anos. Nesta época, houve conflitos nas regiões, mas, apesar disso, os agricultores continuaram a trabalhar no local. Em razão de uma dívida adquirida, Joaquim Flores dos Santos Callado perdeu a fazenda para Abílio Gonçalves. Seu filho, Nestor Gonçalves, que já era conhecido como *grileiro* por comunidades do município vizinho, Angra dos Reis, recebeu a fazenda de herança e em 1940 se iniciaram os conflitos mais contundentes na região de Barra Grande, quando ele chegou a destruir as lavouras de agricultores através da soltura de gado nas roças. Por conta da agressão, muitos posseiros saíram sem receber indenização.

Em 1949, um grupo de italianos apareceu na região, sendo um deles Giuseppe Cambareli, casado com Iole Fabri Cambareli, que se dizia dono do local e obrigava os posseiros a entregar 33% de sua produção à fazenda. Em 1964, Giuseppe Cambareli, por intermédio de seu administrador, José Garcia, que se dizia sargento do Exército, atemorizava e coagia os *caiçaras* (SIQUEIRA, 1984). Além do administrador, Giuseppe Cambareli contava com um grupo de *jagunços* armados. Neste tempo, ele morreu e Barra Grande passou para sua esposa[75], que continuou fazendo o uso de *jagunços*.

[75] O nome também é encontrado como "Yole" ou "Ione". O sobrenome também varia, ora aparecendo como Fabri Cambareli, ora como Fabre Cambareri.

De acordo com o relatório de padre Pedro Geurts, as três fazendas estavam registradas sob nomes diferentes, contudo, tinham uma sede comum na Fazenda São Roque, sob a direção de Iole Fabri Cambareli, que era "autoridade máxima" da associação religiosa espírita Fraternidade Branca Universal do Arcanjo Mickael, que também tinha sede na Fazenda (SNI. Relatório. 06/10/1977. "Atuação da esquerda clerical". Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

Padre Pedro Geurts, ao comparar o período anterior e o posterior à chegada dos Cambareli à região, afirma:

> Antes os lavradores pagavam como renda a seus donos um dia de trabalho por mês. Com a vinda dos últimos, foram obrigados a pagar um terço ou metade da renda da banana. Os que se recusaram, foram expulsos do lugar, com ajuda policial ou com a destruição de suas roças por gado solto.
> Pelo incentivo turístico e a consequente valorização das terras, a presença dos arrendatários e posseiros (cujo número pode montar até 280 famílias) começou a pesar. Os últimos administradores das três fazendas, designados pela responsável, Dona Iole, foram incumbidos a procurar e aplicar os meios para que os moradores saíssem sem ou com um mínimo de indenização. Um destes meios seria: obrigar os lavradores a assinar um contrato comprometedor, já que o contrato verbal existente, dentro dos termos da lei, o Estatuto da Terra, não ofereceria estas possibilidades (SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

Ao longo da década de 1960 e, principalmente, da década de 1970, a violência foi impedindo os trabalhadores rurais de viverem e trabalharem. Muitas casas foram destruídas e não podiam ser consertadas, por proibição dos *jagunços*. A violência objetivava impedir que os agricultores pagassem a renda estipulada no contrato, de modo a obrigá-los a sair da área. Para além destas iniciativas de Iole Fabri Cambareli, desde 1968, os trabalhadores rurais eram proibidos pelo IBDF de plantar suas roças e construir benfeitorias, até mesmo casas, inclusive com uso da polícia.

Contudo, em 1973, o STR de Paraty (então presidido por Jair Alves da Silva) passou a apoiar a luta de alguns posseiros, que começaram a se queixar do ônus: "um flagrante de oposição à lei, o Estatuto da Terra" (Relato de Pedro Geurts, SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

No âmbito sindical nacional deste tempo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) era dirigida por um grupo de sindicalistas que

havia ganhado a posse da organização mediante um trabalho de oposição a José Rotta, interventor do Estado militar na direção da Confederação, ligado aos Círculos Operários de São Paulo. “A ideia de mudança da direção da Contag surgiu a partir de encontros formativos, que gestaram uma constatação por parte das lideranças de que a Confederação estaria subordinada ao Ministério do Trabalho e aos militares” (SILVA, 2013, p. 30).

Entretanto, esta nova direção, por existir num contexto de Estado autoritário e por se encontrar diante de um contexto de intervenções no sistema sindical rural e de diversas prisões de diretores, orientou o sistema sindical a fazer a luta pelo “ritual legal”. A reivindicação pelo cumprimento da legislação tornou-se a estratégia sindical para resistir e ao mesmo tempo para manter os sindicatos abertos e atuantes como entidade representante dos trabalhadores rurais. A luta pelo cumprimento do Estatuto da Terra, mencionada acima, refere-se, portanto, à forma pela qual se deu a luta sindical, uma luta “prudente” em relação ao Estado autoritário (NOVAES, 1991).

Os agricultores violados em seus direitos por Iole Fabri Cambareli decidiram fazer valer o contrato antigo e verbal: pagar somente 10% da banana. O número destes lavradores foi aumentando gradativamente, contudo, conforme padre Pedro Geurts, não houve ação judicial do sindicato contra a fazenda porque esta não possuía título legal (inclusive tinha diversos atrasos no pagamento dos impostos territoriais dos anos passados).

Gradativamente a resistência dos lavradores da Fazenda São Roque as ameaças e proibições ficavam mais intensas. Diante das proibições, houve um lavrador que, após assinar o contrato, desobedeceu às ordens e foi processado. Ele ganhou a causa no foro de Paraty, no entanto, Iole Fabri Cambareli fez apelo e o caso ficou no Tribunal aguardando resultado por dois anos. O prazo sufocou o lavrador, porque neste meio tempo ele não pôde plantar. “Se a fazenda oferece uma indenização justa, ele já teria ido embora, mas esta só espera a saída dele por desespero. Os outros lavradores seguiriam facilmente” (Relato do Padre Pedro Geurts. SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

Em 1976, o administrador de Iole Fabri Cambareli, acompanhado do delegado de polícia local, foi à casa dos agricultores e, através de ameaças, obrigou os que ainda não tinham assinado o contrato com a fazenda a assiná-lo. Àqueles que assinassem, prometeu fazer cair o tributo para 20% e 10% da produção. Muitos não assinaram, apesar da intimidação e da oferta. O cumprimento das regras do Estatuto da Terra era a razão da

resistência, o que mostra uma confiança destes agricultores nas diretrizes dadas pelo sistema sindical rural.

Os resistentes foram à justiça, mesmo temerosos de novas ameaças. Alguns, diante da demora da instituição para resolução de suas demandas, aceitaram o acordo, cujo prazo de cumprimento era de, no máximo, três anos.

Ainda na década de 1970, Iole Fabri Cambareli se aliou ao grupo financeiro Industrial Agrícola Barra Grande S.A., cujo gerente era o coronel Casimir Vieira. Nesse momento, foi intensificada a perseguição aos lavradores para assinarem o contrato estipulado pela italiana. Na época, havia somente 80 famílias que ainda plantavam em Barra Grande e 50 em Taquari, e a empresa visava expulsá-las.

Iole Fabri Cambareli teria cedido metade de supostos títulos ao Grupo Morada, empresa especializada no mercado de créditos pessoais, cujo proprietário era Rui Barreto, também presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.[76] Ele detinha o poder de decisão nas Empresas Reunidas Agroindustrial Mickael S.A. (empresa resultado da sociedade entre ele e Iole Fabri Cambareli). Todas estas empresas tinham sede em São Paulo e escritórios de representação no Rio de Janeiro.

"Desde que foram instaladas em 1974 as firmas já promoveram cerca de 70 processos de despejo sumaríssimo. O objetivo da ação é desapropriar cerca de 240 famílias que vivem nas fazendas" (*Jornal do Brasil*, "Grupo italiano tira famílias de Parati", 10/09/1981). Consta num documento sindical que as Empresas Reunidas Mickael almejavam com isso ter livre trânsito para a especulação imobiliária (Fetag/RJ. Relatório. 06/1981. Levantamento de conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). "Todos em Paraty, inclusive o prefeito, têm conhecimento de que os posseiros de Barra Grande, Taquari e São Roque são nativos do local e sabem também que na violência foram taxados de parceiros", com o contrato de parceria, ao cabo, atendendo às vontades da Companhia (*Jornal de Brasília*, Empresa ameaça expulsar 65 famílias em Parati. 02/12/1980, p. 7. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

No ano de 1978, a região de Barra Grande contava com 40 parceiros, dada a coação da empresa e seus *jagunços.* A Industrial Agrícola Barra Grande S.A. acabou se

[76] Segundo Siqueira (1989), Iole Fabri Cambareli tinha um título de propriedade de 20 mil hectares das fazendas e visava expulsar os agricultores moradores dos demais 1.300 hectares. Contudo, outros documentos, como a notícia "Empresa ameaça expulsar 65 famílias em Parati" , do *Jornal de Brasília* de 02/12/1980, afirmam que não havia títulos das fazendas, tratando-se se *grilagem.*

tornando dona da fazenda e, em 1980, notificou judicialmente a necessidade de desocupação. Enviou à Prefeitura de Paraty um requerimento para a construção de uma agrovila no local e solicitou uma licença para executar a limpeza da capoeira localizada no campo da fazenda e a reativação do pasto, este, com uma área de 400 hectares.[77] O STR de Paraty (cuja presidência era de Amâncio Feliciano Gonçalves) denunciou o fato.

Em 1981, a Companhia entrou na justiça e teve ganho de causa em quatro processos.[78] De acordo com o advogado do STR de Paraty da época, Antonio Castanheira, a ação da Companhia era ilegal porque ela só conseguia provar posse de um terço da área reivindicada, o que mostra que os supostos títulos podem ter sido legalizados ao longo do processo de venda e compra das terras. O advogado também revelou que, para todos os processos levantados pelas empresas, foram apresentadas as mesmas testemunhas, todas funcionários da fazenda. Para ele, somavam-se às dificuldades enfrentadas pelos posseiros para combater as empresas os escassos recursos financeiros de que o STR dispunha. Para o então secretário do STR de Paraty da época, Jair da Silva, "uma perícia, um documento custa tão caro que só mesmo o poder econômico das fazendas tem condição de solicitar" (*Jornal do Brasil*, Grupo italiano tira famílias de Parati, 10/09/1981).

"Como acreditar na criação de agrovilas ou de qualquer outro tipo de proteção ao homem do campo se de uma hora para a outra a empresa investe contra os *caiçaras*, despejando-os sumariamente?" (declaração de Jarbas Macedo de Camargo Penteado sobre o conflito em Barra Grande, Taquari e São Roque, citado por Siqueira, 1984. p. 66). Em razão destas ações arbitrárias, em 09/09/1981, dezenas de lavradores reuniram-se na porta do STR para receber o coordenador geral do Incra do Rio de Janeiro, Antônio Américo Ventura, para reivindicar a fiscalização do órgão e a desapropriação da área. O coordenador não apareceu.

A luta destes posseiros, além do apoio do STR de Paraty, contou com o apoio da SDLB (e, como já visto, de Jarbas Macedo de Camargo Penteado, que também a representava). Especificamente sobre o apoio da SDLB, as arquitetas Marcia de Souza Carvalho e Maria Ignez Maricondi fizeram um levantamento de toda a área ocupada pelos posseiros das fazendas, com os mapas de suas localizações. A função deste levantamento

[77] Era uma contradição o fato de a empresa dizer existir para a área um projeto agropecuário se, por outro lado, ela tentou despejar em massa aqueles que produzem no imóvel.

[78] Para outros oito processos foram abertas audiências, sendo que quatro delas ocorreram no foro local, entre outubro e dezembro de 1981. Ao todo, 29 famílias foram acionadas e estavam com audiências marcadas. As sentenças condenavam ao despejo trabalhadores com mais de 80 anos de posse.

foi instruir a ação judicial na defesa dos agricultores. A luta contou também com o apoio do Instituto Histórico e Artístico de Paraty, da CPT local e da Diocese de Itaguaí, da qual Paraty fazia parte. Em relação à defesa jurídica, além de Jarbas Macedo de Camargo Penteado, outro advogado que atuou na defesa destes trabalhadores foi Miguel Pressburger, da CPT e que, na época, também atuava como advogado do STR de Paraty.

No ano de 1983 foram desapropriadas as fazendas de Taquari e Barra Grande.[79] A desapropriação teve base na constatação, pelo Incra, da existência de remanescentes territoriais pertencentes a ele no local, ou seja, áreas rurais e urbanas localizadas em núcleos e projetos de colonização que não tiveram destinação definitiva por falta de continuidade nos programas (Incra. Proposições para definir destinação dos remanescentes territoriais do Incra no Estado do Rio de Janeiro, jurisdicionados à DR(07). 12/03/1986. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Por ocasião da desapropriação, em janeiro de 1983, o general Danilo Venturini, ministro dos Assuntos Fundiários, recebeu o prefeito, o presidente da Câmara de Vereadores de Paraty e o advogado Jarbas Macedo de Camargo Penteado. Ao general foram entregues provas de que os posseiros destas duas fazendas não eram parceiros, mas tinham sido obrigados a assinar contratos. Foram apresentadas certidão de óbito de antepassados e certidões de nascimento que mostravam que tais trabalhadores eram nativos da região. No dia 4 de outubro deste mesmo ano o prefeito Edson Lacerda anunciou que o presidente João Figueiredo havia desapropriado para fins de reforma agrária também a área de Taquari.[80] O anúncio foi feito no momento em que a juíza da Comarca de Paraty, Tereza Maria Savine, ia iniciar uma audiência com alguns *caiçaras* e com o advogado Jarbas Macedo de Camargo Penteado.[81]

Pelo Decreto nº 88.788, de 1983, a área da Fazenda Taquari foi fixada como área prioritária para fins de reforma agrária e ficou sob jurisdição da Coordenadoria Regional do Incra, cuja finalidade era a reformulação da estrutura fundiária da região, bem como a criação de 54 unidades familiares e a organização de uma cooperativa. Ao final, foram desapropriados 987 hectares, beneficiando as 54 famílias. Na Fazenda Barra Grande foram desapropriados 630 hectares, beneficiando 56 famílias. Os proprietários das fazendas receberam seus pagamentos em títulos de dívida agrária.

---

[79] Pouco antes, em 1982, ocorreram dois despejos em Taquari e Barra Grande.

[80] Os decretos presidenciais que declaram as áreas para este fim foram os de número 88.789 de 04/10/1983 e 88.791, de 04/10/1983.

[81] Na situação da audiência, as empresas chegaram a oferecer almoço para alguns caiçaras, em recompensa por eles deporem contra os demais posseiros que ali expunham suas demandas e denúncias.

Anos depois, pelo Decreto nº 92.691 de 19/05/1986, a Fazenda São Roque foi considerada área a ser desapropriada para fins de reforma agrária. O Decreto nº 93.914, feito em 1987, desapropriou parte da fazenda: uma área de 750 hectares.

O relatório do padre Pedro Geurts mostra, em uma das suas passagens, como o governo ditatorial estava ciente de todo o conflito que ocorria nas fazendas, contudo foi omisso ao longo deste tempo:

> Em Barra Grande, o negócio está calmo, pelo menos, mas, provavelmente, estão tramando um próximo ataque. Da parte do SNI já veio uma investigação através de um inquérito à Prefeitura, querendo saber também do envolvimento de "grupos religiosos". Mas, para caçadores de comunistas, não vão encontrar muita coisa interessante. (Relato de Pe. Pedro Geurts, SNI, "Atuação da esquerda clerical". 06/10/ 1977).

Como mencionado na introdução deste relatório, no litoral sul, a Igreja católica sofreu perseguição por parte do Estado militar, que reprimia duramente os grupos por ele taxados de subversivos. Entretanto, um episódio envolve o Estado já da Nova República realizando ações de repressão nas fazendas de Barra Grande, Taquari e São Roque, em 1987. O fato mostra a continuidade deste tipo de ação para além do período ditatorial.

Um documento confidencial do Exército relata um incidente ocorrido no local no dia 10 de novembro daquele ano, envolvendo uma equipe técnica do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad) e elementos do Exército (Informe nº113/87, DSI/MIRAD54, encontrado no documento SNI. Relatório. 25/11/1987. Incidente envolvendo equipe de técnicos do Mirad-RJ. Relatório elaborado por Sheyla O. da Fonseca. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_64558_87).

Os servidores do Mirad retornavam de uma reunião feita com os posseiros locais e com o STR de Paraty quando foram detidos por uma patrulha do Exército que procurava um indivíduo de nome Malvino. A patrulha aprisionou toda a equipe, a fim de que eles informassem o que faziam no local. Um dado importante é que a equipe do Mirad usava sua viatura oficial, fato que mostra que a mesma estava em serviço e ainda assim foi interceptada. Após o episódio, a equipe seguiu caminho até a casa de um dos posseiros e deu início à reunião.

Um dos posseiros ali presentes, Roque, morava distante do local e o assentado Manoel foi buscá-lo, ao que parece, com o carro da equipe. A reunião aconteceu por volta

de 18 horas e ao final a equipe levou Roque de volta ao lote. Na saída, a equipe foi novamente abordada pelo Exército:

> Para surpresa nossa, fomos cercados pelos mesmos, que nos apontaram as suas armas. Ficamos indagando o que ocorria e por não recebermos resposta descemos da viatura, que passou a ser revistada pelos mesmos. Simultaneamente, apareceu o Sr. Roque conduzido por um soldado e já dada a ordem de comando para que fôssemos apartados uns dos outros e que não permitissem a comunicação entre nós, ressaltando que a signatária deste relatório ficou excluída da revista e da escolta individualizada, fatos que ocorreram com os demais (Jurandir, Paulo Roberto, Walmir e Roque) (SNI. Relatório. 25/11/1987. Incidente envolvendo equipe de técnicos do Mirad-RJ. Relatório elaborado por Sheyla O. da Fonseca. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_64558_87).

O motorista do grupo, Walmir, foi intimado a acompanhar um soldado até o acampamento do Exército, que ficava nas proximidades, onde amarraram suas mãos às costas. Os demais integrantes da equipe – Jurandir, Paulo Roberto, Roque – permaneceram com as mãos na nuca. A engenheira agrônoma Sheyla Oliveira da Fonseca foi interrogada por um soldado, que era a voz de comando da patrulha. Na ocasião, o soldado disse à Sheyla ter visto "Malvino" sendo conduzido pela viatura do órgão. A engenheira esclareceu que o sujeito era o posseiro Manoel e que as pessoas que eles haviam aprisionado eram técnicos do Mirad, que estavam ali para fazer uma supervisão. Na sequência, foi-lhe mostrada uma ficha xerocada, que continha uma fotografia do procurado Malvino. Em resposta, Sheyla Oliveira da Fonseca disse não se tratar da mesma pessoa.

A equipe do Mirad esteve detida por cerca de uma hora e meia, quando a patrulha disse que se tratava de um equívoco. Após o interrogatório, os aprisionados foram intimados a embarcar numa viatura do Exército. Sheyla Oliveira da Fonseca foi levada amarrada na cabine, entre dois militares. Os demais integrantes da equipe foram na carroceria, escoltados por um soldado e expostos à chuva (o motorista Walmir foi levado amarrado). O carro do Mirad, dirigido por um militar, seguiu o carro do Exército. Os carros foram até outro acampamento, passando por algumas barreiras de comando, que faziam a identificação dos veículos. O grupo foi desembarcado, sendo todos colocados lado a lado na presença de um oficial que mandou Walmir ser desamarrado. Neste momento, Sheyla Oliveira da Fonseca pediu esclarecimentos sobre o ocorrido, uma vez

que a pessoa procurada poderia ser um "parceleiro do Mirad".[82] Entretanto, o oficial apenas respondeu que não se tratava do Malvino. O fato foi comunicado ao ministro do Mirad e ao Comando Militar do Leste, pelo delegado regional/RJ, Agostinho Guerreiro. Neste período, vale lembrar, São Roque já era de propriedade do Mirad, contudo, é notório que ainda havia tensões em torno da terra.

Por fim, cumpre destacar que, no processo de luta de defesa de seus direitos à terra, os posseiros das fazendas Barra Grande, Taquari e São Roque fundaram uma associação. Após as desapropriações, a associação reivindicou à Prefeitura de Paraty infraestrutura sanitária, posto de saúde, escola e luz elétrica aos assentamentos. No entanto, até o ano de 1984, ano da publicação do livro de Siqueira, grande parte desses benefícios não foram conseguidos por causa de pressões das empresas.

5.6. Santa Rita do Bracuhy

A Fazenda Santa Rita do Bracuhy localizava-se no segundo distrito de Angra dos Reis, na freguesia do Ribeira, a 15 quilômetros do centro deste município. Na década de 1970, anos em que se iniciaram os conflitos mais violentos, havia 70 famílias de lavradores (350 pessoas). Eram agricultores que tinham pouco contato com a cidade, que iam a Angra dos Reis apenas para comercializar alguns produtos e comprar mercadorias como carne-seca, pão, roupas e querosene para o lampião.

Moravam na Fazenda Santa Rita do Bracuhy descendentes dos escravos que pertenceram ao fazendeiro de café comendador José de Souza Breves. Seu irmão, Joaquim de Souza Breves, também era produtor de cana e café na região e possuía portos e navios em Mangaratiba.[83] Os Breves também eram donos de uma fazenda em Marambaia, utilizada como ponto de observação para ter o domínio do mar e como local para o desembarque de africanos que iam servir de escravos de fazendas da região do litoral sul fluminense (BRAGATTO, 1996). Após a abolição, o local ficou sendo de desembarque clandestino.

A narrativa dos moradores da antiga Fazenda Santa Rita que viveram os conflitos na década de 1970, encontrada nos relatos coletados pelo Laboratório de História Oral e

[82] Termo utilizado para designar os que recebiam lotes em áreas desapropriadas.

[83] Ribeiro (2007), ao relatar o atual momento da região, afirma que as ruínas do engenho que produzia açúcar na época, servem hoje de postal a um hotel que há dentro de um condomínio fechado, implantado ali na década de 1980.

Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhoi/UFF)[84], revela uma relação destes com a terra que passava pela religiosidade e pela memória dos tempos de escravidão. Bragatto (1996) confirma a existência desta relação, no que traz narrativas que revelam que as terras da fazenda foram doadas pelo comendador à padroeira da localidade, Santa Rita. Havia sete imagens da mesma, e uma delas continha dentro de si os documentos que comprovariam a posse das terras pelos ex-escravos e seus descendentes de três gerações. Em 15 de janeiro de 1877, José de Souza Breves havia feito um testamento em que assinava a doação em regime de usufruto das terras aos escravos que nelas trabalhassem.[85] Segundo o documento, o comendador doou 260 alqueires da sua fazenda, sendo as terras divididas em parcelas individuais de cinco alqueires para cada família, além de uma área de 80 alqueires para trabalho comum. O testamento foi registrado no cartório de Piraí no ano de 1879, ano da morte do comendador.

Joaquim de Souza Breves foi o testamenteiro e, na ocasião da morte do irmão, passou procuração para Francisco Pereira Peixoto Guimarães, que ficou responsável pelo inventário. Este elegeu Honório de Souza Lima para dar prosseguimento à distribuição dos bens. Por volta do começo do século XX, os moradores assinaram documentos reconhecendo as terras como pertencentes a Honório Lima. Para Bragatto (1996), a atitude deveu-se ao fato de os moradores acharem que com isso teriam garantida a legalização de suas posses. Contudo, durante a década de 1920, Honório Lima cadastrou a fazenda em seu nome, comprovando a posse na coletoria de Angra através das assinaturas colhidas e de comprovantes de pagamento dos impostos territoriais da fazenda. Em 1932, no espólio de Honório Lima, constava, dentre outras propriedades, a Fazenda Santa Rita.

Entretanto, algumas famílias dos descendentes dos antigos escravos que ficaram nas terras passaram a realizar a produção de subsistência.[86] Porém, na década de 1950, quando começou em Angra dos Reis o processo de industrialização, alguns moradores de Santa Rita do Bracuhy foram realizar trabalhos não agrícolas. Na fala de Margarida, uma antiga moradora da fazenda, citada na dissertação de Bragatto:

> Eu era moça, a gente conheceu o mutirão, depois a gente casou, a coisa foi mudando. E acabou esse costume antigo do povo, parece que a Rio-Santos tinha trazido progresso, que não era importante estar naquela luta, né, que

[84] Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/jongos/documentos-historicos
[85] Os escravos são citados nominalmente no testamento.
[86] Alguns destes lavradores, na época em que eclodiu o conflito, possuíam os testamentos de posse.

> veio trazendo as indústrias, firmas, trabalho assim de emprego, então as pessoas foram se iludindo com o trabalho de emprego e foi largando um pouco suas benfeitorias, então por aí terminou aquele costume, aquela união do mutirão da roça (BRAGATTO, 1996, p. 108-109).

Em entrevista a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Medeiros, Maria Emília Pacheco, que trabalhou pela CPT na região, informou que a mudança de ordenação territorial de Angra dos Reis e a situação de pressão e violência em que se encontravam os moradores de Bracuhy em relação à chegada destes empreendimentos acabaram por causar divergências entre as famílias (lembrando que em Bracuhy a maioria da população tinha uma ligação parental antiga). Sobre a chegada da Usina Nuclear, por exemplo, Maria Emília Pacheco diz: "E tinha divergência entre os parentes porque havia aqueles que achavam que já não era possível mais viver da terra e que era preciso buscar trabalho na Usina. Muitas mulheres foram trabalhar de empregada doméstica para os engenheiros da Usina".

As primeiras tentativas de expropriação das terras destes agricultores começaram ainda em 1950, com a chegada desses empreendimentos no município, "no entanto, nenhum dos acontecimentos é chamado de conflito e a nenhum deles foi atribuída a importância dada ao ocorrido durante os anos 1970" (BRAGATTO, 1996, p. 112). A autora refere-se à perda de parte das terras para a Companhia Porto de Bracuhy.[87] Nesse sentido, cabe aqui explorar o ocorrido nas décadas de 1950 e 1960, a fim de entender o desenrolar dos acontecimentos que levaram ao conflito com a empresa na década de 1970.

Em 1956, a fazenda foi demarcada em lotes pelos filhos de Honório Lima. Ainda neste ano houve um conflito com Mauricio Pires, que teria comprado terras na área da fazenda. Este último produzia bananas e em sua área havia trabalhadores que pagavam 30% da colheita. De acordo com Bragatto (1996), Mauricio Pires tentou ampliar os limites de suas terras, para que outros moradores passassem a pagar a porcentagem. A população foi alertada da tentativa de ampliação da propriedade por Correia[88] e conseguiu expulsar Mauricio Pires "com facas e pedras na mão".[89]

[87] Em sua dissertação, Bragatto (1996) menciona que as resistências anteriores à ocorrida em relação a Porto Bracuhy são rememoradas pelos moradores de Bracuhy como "casos".
[88] Bragatto (1996) conseguiu informações pouco precisas a respeito da origem deste sujeito, bem como sobre o episódio. Tampouco conseguimos em nossas pesquisas maiores informações.
[89] Bragatto (1996) informa que as mulheres foram protagonistas na expulsão de Maurício Pires, indo ao confronto direto.

No início dos anos 1960, Correia, então presidente da "sociedade civil de proteção dos lavradores"[90], propôs à população local a regularização das terras herdadas pelos antigos escravos da Santa Rita do Bracuhy. Também propôs que, a cada dez alqueires de terras legalizadas, três ficariam para a associação. Muitos aceitaram. Porém, dois anos depois nenhuma terra tinha sido legalizada (BRAGATTO, 1996). Segundo José Adriano, um morador entrevistado pela autora, Correia era um *grileiro* e tinha influenciado Antonio Azevedo – de apelido Âmbar – a fazer o pedido de usucapião das terras da fazenda.

Âmbar era comerciante e, para Bragatto (1996), tinha certo prestígio econômico em relação aos demais moradores. Também exercia certa liderança. Em 1967, ele entrou com ação de usucapião sobre 32 alqueires de terra, onde havia famílias, e a vendeu para Renato Xavier, que era dono da Empresa Incorporados Bracuhy Administração, Participações e Empreendimentos Ltda. Com isso, o mesmo passou a fazer contratos com os antigos moradores pela apropriação efetiva das terras da fazenda, por valores irrisórios. Estes, em grande medida, aceitaram o contrato, por medo de perder tudo que tinham.

No jornal *A Maré*, de dezembro de 1980, há uma carta escrita por um morador de Bracuhy, Manoel Moraes, que explicita essa situação e mostra que ela perdurou por décadas:

> Hoje, depois da Rio-Santos, aparecem pessoas que se dizem donos, através da inteligência e do corpo de advogados conseguem enganar os posseiros, dizendo que são donos da terra e por aí oferecem a indenização dizendo que se a pessoa não aceitar sairá sem direitos. E isso que aconteceu na Fazenda Santa Rita do Bracuhy.

Portanto, ao longo das décadas de 1970 e 1980 os moradores da Fazenda Santa Rita foram ameaçados de expropriação pelo Empreendimento Imobiliário Porto Bracuhy cujo proprietário afirmava ter comprado as terras. O empreendimento era proveniente da Empresa Incorporados Bracuhy Administração, Participações e Empreendimentos Ltda. e o objetivo era construir na região da antiga fazenda um condomínio de luxo.

Foi feito o uso da violência contra os moradores, com uso de *jagunços* armados e policiais contratados, que invadiam casas, colocavam fogo nas benfeitorias, proibiam o trabalho na roça, intimidavam, prendiam e espancavam os resistentes. Francisco Passos teve seus bananais destruídos e, em relato a Bragatto (1996), conta que um dos filhos de

[90] Não conseguimos maiores informações sobre a organização.

Antonio Azevedo teria apontado a Renato Xavier pessoas a serem retiradas de suas moradias pelas indenizações.

> Então um dos filhos do senhor Antonio Azevedo serviu de instrumento, apontando as pessoas mais possíveis de ser indenizadas na frente dos outros, era melhor aquelas pessoas que realmente poderiam atrapalhar a entrada do Dr. Renato dentro desse terreno, pessoas que tinham mais consciência de força. Ele garrou a tirar as pessoas, inclusive eu, então sofri logo a indenização, queriam as bananas e loteando e eu sem saber que tava existindo aquela desordem dentro do meu bananal (BRAGATTO, 1996, p. 121).

Também houve a colocação de cercas de arames, a soltura de gado nas lavouras dos trabalhadores, a construção de desvios de leitos do rio Bracuhy, impedindo o acesso à água. Sobre esta última violação, Maria Emília Pacheco relatou que o objetivo era fazer ancoradouros, pois o empreendimento turístico era à beira-mar.

Na mesma carta escrita ao jornal *A Maré*, Manoel Moraes apresenta o caso do desvio da água, ocorrido no decorrer dos anos 1980. Para além do impedimento de acesso ao bem, o desvio causava transtornos no dia a dia da população, uma vez que a retirada das pedras do rio impedia a travessia dos alunos da região para a escola:

> As famílias pediram que, se eles fossem destruir a passagem, fizessem uma ponte. Eles não se incomodaram com isso e continuaram tirando pedra, fazendo um buracão enorme (...). Na estrada de Bracuí, estavam escavando um buraco de mais ou menos 4 metros, para fazer uma caixa-d'água.

Revoltados com o fato (palavras da carta de Manoel Moraes), no dia 18 de novembro de 1980, 51 pessoas se reuniram no local onde se encontravam os tratores que faziam a obra de desvio com o intuito de fazer as máquinas pararem. As máquinas pertenciam ao Henrique Vale, dono da Vale Sul, contratada para a ação.[91] Valdir, morador de Bracuhy que viveu o conflito, também relatou para Bragatto (1996) o episódio de impedimento dos tratores de retirarem pedras do rio.

> Ela fez um montão de terra e o caminhão vinha aí para tirar muita pedra e o pessoal caiu dentro e não deixou tirar, e o Henrique Vale (dono da Vale Sul) veio e veio bravo mesmo, mas eram muitas pessoas do local e eles eram dois policiais só, aí eles ficaram meio amedrontados, os policias meio assustados, eles foram para Angra e trouxeram uma ordem judicial e veio

[91] A mesma empreiteira operou nas terras de Japuíba, outro lugar onde se desenrolou um conflito por terras.

> o oficial de justiça e leu que o juiz, isso é coisa de malandro, que o juiz daquela hora em diante tava liberando o pessoal do Bracuí a deixar a Vale Sul a tirar as pedras, e o pessoal deixou-se ir, né, você vê ele foi daqui prá Angra e isso ai se foi juiz que assinou se não foi, ninguém sabe... (BRAGATTO, 1996, p.122).

No jornal *A Maré* de 13/08/1981, na notícia intitulada "As pedras do Bracuí", consta uma resposta da empresa com relação ao caso do desvio do rio, o que mostra que ao longo de um ano esse conflito em específico permaneceu sem solução:

> O presidente da Bracuí, Carlos Humberto Magalhães, disse que a operação é normal e não levará perigo aos posseiros. Garantiu que tem autorização do DNOS [Departamento Nacional de Obras de Saneamento] para retirar as pedras que estão dentro de sua propriedade.

A ideia de que a empresa pouco se importou com os apelos feitos pelos moradores se adensa a partir de outros fatos apresentados no mesmo jornal, no mesmo ano. Em 1981, a Bracuí Empreendimentos vendeu apartamentos a turistas na Piccola Marina, complexo que se situava na entrada de Bracuhy: "O empreendimento, a cada dia que passa, torna realidade o sonho de Angra dos Reis se tornar o mais sofisticado centro turístico do país" ("Bracuí entrega Piccola Marina". *A Maré*. Angra dos Reis, 06/08/1981, ano I, nº 27. Acervo da Biblioteca Municipal de Angra dos Reis).[92] Ainda conforme a notícia, o empreendimento tinha a intenção de, após a entrega das chaves, contar com uma população flutuante de cinco mil pessoas no verão seguinte, de 1982. Tais informações são anunciadas pelo diretor financeiro da empresa, José Sávio Loureiro.

Na leitura de Bragatto (1996), um artifício usado nesse tempo pelos empreendedores para retirar os moradores de Bracuhy de forma "indireta" – sem usar da força – foi o de "confundir" os moradores quanto aos seus direitos às terras. José Adriano da Silva, morador da região de Bracuhy, relatou para a autora que o empreendimento tinha oferecido a ele um lote de 20 m² no alto da serra. Porém, as terras onde o agricultor morava possuíam uma fonte de água, que alimentava as casas construídas pelo empreendimento. Nos momentos de enfrentamento com os administradores do Porto de Bracuhy, ele, além de não ter aceitado sair de suas terras, passou a não mais deixar que

[92]A Piccola tinha um miniporto em um canal navegável.

tirassem água da sua fonte. Foi buscar informações com advogados, mas, por vezes, encontrou "homens de Bracuhy" rondando sua área.[93]

O processo de expropriação foi "até do nome", afirma o depoimento de José Adriano da Silva e Dona Deodata, também coletado pela autora. O nome da fazenda e de Santa Rita viraram o nome do empreendimento e da imobiliária que vendia os terrenos na área ocupada pelo complexo turístico. Para Deodata, "... isso tudo foi uma tentativa de confundir o povo, acabaram tirando as pessoas do lugar, roubaram das pessoas o lugar, mas primeiro roubaram o nome" (BRAGATTO, 1996, p. 40).

Buscando solucionar os conflitos, o STR de Angra dos Reis, a Fetag/RJ, a Fase e a CPT denunciaram as violências e reivindicaram a desapropriação das terras. Em relação ao STR, as falas, encontradas em Bragatto (1996), de Manoel Moraes e de Francisco Passos, moradores da região, sinalizam que o STR aconselhou os moradores a realizar acordos com a empresa, pois "já que eles sãos os donos é melhor a gente fazer um mau acordo do que a gente enfrentar uma boa briga", o que significaria uma luta prolongada de difícil ganho.

No ano de 1978, ou seja, ainda no bojo do conflito, o assessor jurídico da Fetag, Edival Passos, junto com os moradores de Bracuhy, recorreu à justiça. Para tal, fez uma busca da documentação que legitimasse as suas posses. O advogado fez um levantamento de dados em paróquias e cidades vizinhas, e em Barra do Piraí encontrou os registros do comendador Breves. Retornou a Santa Rita, reunindo-se com os moradores para colher nomes de origem escrava.

A entrada de Edival Passos no conflito trouxe a possibilidade de utilizar o testamento de Breves como instrumento jurídico (BRAGATTO, 1996). Porém, esse procedimento não resultou na posse das terras aos antigos moradores. Miguel Pressburger que, junto com Edival Passos, assessorou os moradores neste procedimento afirmou:

> ...os advogados não podiam entrar mais com isso como ação [usucapião] porque eles não podiam alegar mais o desconhecimento, porque já tinha havido a ação do proprietário contra. Porque o usucapião é isso, é quem por determinado tempo usar uma terra como se fosse sua, desconhecendo a existência de alguma propriedade, quer dizer, usa aquela terra como se fosse sua, achando que é sua, se ela sabe que tem proprietário, essa pessoa não pode alegar usucapião (BRAGATTO, 1996, p.123).

[93] Este foi o termo usado pelos moradores entrevistados pela autora para designar representantes das empresas com os quais os antigos moradores confrontavam, no sentido da sua permanência nas terras. Também assim eram designadas as pessoas que trabalhavam no porto (BRAGATTO, 1996).

Constatando a improbabilidade de ganho por usucapião, o advogado da Fetag fez uso do testamento do comendador Breves para entrar com uma ação ordinária de reivindicação das terras contra a empresa.

> O advogado usou como mecanismo de defesa a tese da posse imemorial, mas havia dificuldade de comprovar que os moradores eram descendentes dos herdeiros dos Breves. Somente cinco famílias conseguiram comprovar, e a ausência de uma legislação que defendesse o direito coletivo impediu que o reconhecimento fosse extensivo às outras famílias. Assim, a sentença foi favorável à empresa (BRAGATTO, 2013, p. 11).

Não se conseguiu alegar que, além daquelas cinco famílias, os moradores que ali estavam eram descendentes dos escravos citados no testamento do comendador Breves. Além disso, a ausência de um direito que entendesse o bem coletivo impedia o reconhecimento. Entretanto, para Miguel Pressburger, isso foi uma estratégia do advogado da Fetag em favor dos moradores: ele fez uso do impasse, do impedimento de decisão pelo juiz ao caso. "Então foi criado o impasse e o pessoal tá lá até hoje. Não houve despejo? Não. E conseguiu a propriedade para eles? Não. Não se conseguiu, mas também não foram despejados" (BRAGATTO, 1996, p. 124).[94]

Afora a Fetag/RJ, através de seu advogado, "é inegável o papel da Comissão Pastoral da Terra neste processo, tenho sido o agente principal de organização da ação política entre os moradores da Santa Rita do Bracuhy" (BRAGATTO, 1996, p. 149). A CPT realizava reuniões e atividades de base em todo o litoral sul fluminense e também estava atuando dessa forma em Bracuhy.

Maria Emília Pacheco afirma que o procedimento da CPT no litoral sul fluminense foi o de atuar nas áreas onde eclodiam conflitos de maiores proporções. Santa Rita do Bracuhy era uma dessas áreas. Uma das atas dos eventos da CPT na região menciona um projeto chamado "Projeto Lins", para o qual agentes pastorais foram designados a trabalhar na região de Angra dos Reis: irmã Tereza, colocada como responsável por entrar em contato com a Comissão Pastoral Operária (CPO); irmã Márcia; irmão Manoel, que ficou responsável por organizar as reuniões em Bracuhy, mas também na Fazenda Ariró.

[94] Embora tenha havido a entrada na justiça por parte do advogado, a Empresa Bracuí não esperou o resultado, como visto nos relatos acima.

Bragatto (1996) comenta ainda sobre irmã Josefina, que era agente da CPT no litoral sul fluminense e teria acompanhado a sentença jurídica sobre o caso de Bracuhy.

Contudo, havia dificuldades nas atividades da CPT e Fase em conciliar os diferentes credos existentes em Santa Rita (BRAGATTO, 1996). As reuniões eram feitas na Igreja de São José, católica, o que gerava desconforto em moradores evangélicos, que frequentavam a Assembleia de Deus.[95] Nesse sentido, a Fase também teve papel mediador adicional, pois, segundo Maria Emília Pacheco, tinha abertura para tratar das questões com os moradores, pelo fato de ter certa autonomia em relação às instituições religiosas.

Além das atividades, houve intercâmbios. Manoel Moraes participou de reuniões da CPT locais e nacionais, indo uma vez a Goiânia, onde entrou em contato com leis sobre a posse da terra, dentre elas, o Estatuto da Terra: "... Então isso vinha de lá, e em reunião o pessoal passava isso para o pessoal, que a gente já sabia que eles só podiam ser donos quando a gente vendia nossos direitos para eles" (BRAGATTO, 1996, p. 150). A CPT também fez o papel de vigia, resguardando os moradores das violências cotidianas, sobretudo as mulheres, quando os homens iam à cidade resolver as questões jurídicas para as quais eram chamados.

Sobre a vigia que fez na casa de Deodata, José Marcos Castilho relatou em entrevista a Bragatto:

> ... Então eu fiquei sozinho com as mulheres, e tinha um sistema de aviso, ou gritava que tinha branco na área, gritam que tem branco na área, ou soltavam alguns fogos de artifício. E teve um dia que a gente estava lá, e aí não teve jeito né, porque você tá lidando com jagunço, as mulheres tavam com água no fogo, e pó de saí, que assim eles chamam o pozinho de rezadeira pra sair e que elas espalhavam quando eles chegavam. E eu tava sozinho lá, chegou o procurador e os jagunços armados, aí foi difícil segurar, porque eles vieram convencer a Deodata a fazer o acordo com eles, só que armados, as mulheres já vinham com tudo, eu tive que segurar se não eles iam tomar água quente na cara (...) Se elas estivessem sozinhas, porque na verdade eu era da CPT, eles sabiam disso e ficavam meio receosos, ficavam preocupados, resolveram falar tranquilo, ficavam certamente se tivesse as mulheres só, eles iriam partir pra agressão e certamente eles chegariam a agredir (BRAGATTO, 1996, p. 153).

A participação da CPT no caso de Bracuhy fez a demanda destes moradores ser visibilizada de modo mais amplo no município. Ainda segundo Manoel Moraes, "... aí,

[95] Houve a tentativa de destruição da Igreja de São José, a segunda igreja que havia na fazenda desde o tempo da escravidão. O fato pode ter sido um ato de retaliação às reuniões realizadas pela CPT.

quando entrei para a Comissão Pastoral da Terra é que nós passamos a fazer parte da sociedade. Aí vinha o pessoal de Angra, era vereador, professor...” (BRAGATTO, 1996, p. 150). José Marcos Castilho, assessor da CPT, comenta essa visibilidade:

> O frei Jorge [Van Kanpen], padre que mais atuou aqui nessa área, ele fez o contato com a gente prá gente encenar o Primeiro de Maio, ou seja, qual era a história do Primeiro de Maio, ele e a CPT nos procuraram e aí nós fizemos, aí nós conhecemos essa história na periferia da cidade, na verdade na época nós brigávamos já há muito tempo, já em 74, questão das eleições diretas na cidade, mas só não conhecíamos essa luta concreta do dia a dia, participávamos de manifestações no Rio (BRAGATTO, 1996, p. 152).

Houve uma manifestação pela passagem do Primeiro de Maio em Angra dos Reis. Além dos moradores de Bracuhy, ali estavam pessoas que vivenciavam outros conflitos. Maria Emília Pacheco afirma que ela teve certo caráter religioso, embora seu objetivo fosse político. Em sua memória, eles cantavam músicas e proclamavam palavras de ordem política, mas a sua sensação na passeata era a de ter participado de uma procissão. Foi a única situação em que a assessora notou ter havido presença de agentes do Exército, em relação aos conflitos acompanhados por ela em Angra dos Reis (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Medeiros em 31/03/2015).

Apesar do apoio destas entidades e da organização de resistência, o conflito, bem como a busca pela propriedade da área por pretensos proprietários, continuou a existir nos anos 1990. De acordo com o relatório “Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro ocorridos entre os anos 1970 e 1990”, elaborado pela Fetag/RJ em convênio com a Seaf, em junho de 1990, as famílias que tinham resistido às violências e aos despejos ao longo de todo o tempo ditatorial passaram novamente a sofrer pressões da empresa Mercantil Internacional, que projetava construir na área um condomínio de luxo.

Para os moradores,

> O conflito de Bracuí teve características drásticas: a perda de parte das terras e a busca, imperativa, de outras fontes de reprodução social. No entanto, mesmo que com algumas diferenciações internas, se deu também o fortalecimento de uma categoria que reivindica o direito a posse das terras não somente pela ocupação e produção, mas, sobretudo, pela noção de pertencimento ao grupo e ao próprio território (BRAGATTO, 1996, p. 126).

Nos termos da autora, a memória herdada dos negros de Santa Rita do Bracuhy, transmitida oralmente de uma geração para outra, foi o instrumento de luta desenvolvido durante todo o processo conflitivo e foi o fato determinante que permitiu a conquista de sua permanência na terra.

Em 1999, a população da antiga fazenda foi considerada Comunidade Remanescente de Quilombo, reconhecida pela Fundação Casa Palmares.[96] Contudo, segundo Bragatto,

> Hoje, com as dificuldades de manutenção e comercialização do plantio de produtos agrícolas, as terras de Santa Rita do Bracuí são utilizadas fundamentalmente para moradia. Os constantes parcelamentos entre os filhos de uma família forçaram os moradores a ocupar lotes que variam entre um e cinco hectares. Assim, uma das principais fontes de renda das famílias passou a ser os empregos no Marina Porto Bracuhy, localizado dentro de seu território original (BRAGATTO, 2013, p.11).

6. Considerações finais

Os casos relatados trazem os principais aspectos sobre como operou a repressão no campo no período do Estado militar no litoral sul fluminense. Os projetos de desenvolvimento promovidos pelo Estado deram entrada a empresas na região. Interessadas em ali fazer empreendimentos industriais e turísticos, estas empresas fizeram uso de diversas ações de violência para assim expulsar os trabalhadores do campo da região.

Houve a prática de aliciamento das populações camponesas, através do uso de sujeitos cuja representação trazia autoridade. Intimidações e ameaças eram feitas (i) por via da justiça, como o caso dos advogados, (ii) por via da polícia, como o caso dos agentes policias e do IBDF e daqueles que se diziam pertencentes ao Exército, (iii) por via do sagrado, como o caso daqueles que se diziam padres ou pastores. O aliciamento tinha por finalidade conseguir dos camponeses a assinatura de comodato e, assim, legalizar as terras em nomes das empresas.

---

[96] Para maiores informações, ver Territórios Negros – ano 4, nº 16, 2004. Disponível em http://koinonia.org.br/wp-content/uploads/2014/09/koinonia_21-territorios-negros_16_ano4_set_out_2004.pdf

Também houve o uso da violência direta, através de milícias privadas, os *jagunços,* que, além de ameaçarem e intimidarem as populações, queimaram casas e benfeitorias, espancaram trabalhadores, estupraram mulheres que atuavam em espaços de sociabilidade locais. A violência objetivava não só a expulsão das populações em si, mas a destruição de suas culturas, de modo a desarticular qualquer possibilidade de resistência.

Contudo, muitos lutaram pela permanência nas terras e em algumas localidades houve a vitória dos moradores, mesmo que parcial. Estas lutas contaram com a participação de sujeitos e organizações que se sensibilizaram com as causas locais e se alinharam a elas, buscando organizá-las ou publicizá-las para fora da região da Costa Verde.

Dentre estas organizações, apenas o clero progressista constou nos documentos da polícia política, o que demonstra que, mesmo que a região tenha sido palco do maior número de conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro neste tempo autoritário, o Estado não entendeu essas ações de resistências como ameaças "subversivas".

Fato é que, em muitos destes lugares, as violências e violações de direitos permaneceram após o fim do regime militar, mostrando que houve continuidade das práticas repressivas derivadas destes conflitos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito. In: *Cadernos NAEA*, nº 10, Belém: UFPA, NAEA, 1989.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto – terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA/FORD, 2006.

ALMEIDA, Mariza Costa Almeida. *Concepções de Natureza e Conflitos pelo Uso do Solo em Parati-RJ*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1997.

BARATA, Jade Prata Bueno. *Educação entre Alienação e Emancipação: um estudo de caso do Quilombo Campinho da Independência, Parati*, RJ. Dissertação (Mestrado). Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)/Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (CFCH)/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/ Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Maria Christina de Almeida. A luta pela terra em Trindade. *Aconteceu, trabalhadores rurais no Brasil 1981.* Rio de Janeiro: CEDI, Especial 13, 1983.

BRAGATTO, Sandra (1996). *Descendentes de Escravos em Santa Rita do Bracuhy: Memórias e Identidades na luta pela terra.* Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

BRAGATTO, Sandra. Um território: Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí. *Territórios Negros*, v.4, n.16, 2004.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988.* Niterói: Editora da UFF, 2014.

CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil.* São Paulo: Claridade, 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna (org.) *Enciclopédia Caiçara: falares caiçaras – volume 2.* São Paulo: HUCITEC:NUPAUB: CEC/USP, 2005.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação, política, poder e golpe de classe.* Petrópolis: Vozes, 2008.

FERNANDES, Florestan. (2008) *Mudanças Sociais no Brasil*. 4º ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

FERREIRA FILHO, Renato. *Sistema de Gerenciamento Ambiental como Estratégia de Competitividade em Indústrias de Produção de Gases do Ar: O Caso da White Martins Gases Industriais*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

FRATUCCI, Aguinaldo César. A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970. In: BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício e BADIN, Luciana (org.) *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala; Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal.* [1933]. 21º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

GOLDMAN, Elisa; MUAZE, Mariana. Sobral Pinto: uma memória em construção. In: SÁ, Fernando; MUNTEL, Oswaldo e MARTINS, Paulo Emílio (org.). *Os Advogados e a ditatura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GRYNSZPAN, Mário. Ação Política e Atores Sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. *Revista Dados*, vol. 3, nº 2, 1990.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Contribuição à Reflexão sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional – O Caso de Angra dos Reis***.** Dissertação (Mestrado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Campinho da Independência: um caso de proletarização caiçara.* Dissertação (Mestrado). Instituto de Antropologia/Universidade Católica de São Paulo, 1979.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Terra de Pretos, Terra de Mulheres – terra, mulher e raça num bairro rural negro*. MINC/Fundação Cultural Palmares, 1995.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Relatório Técnico-Científico da comunidade negra de Campinho da Independência – Município de Parati*. Campinas: Unicamp, 1998.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Vovó Antonica: terra de pretos, terra de mulheres.* In: SILVA; Vagner Gonçalves da. (Org.). Imaginário, Cotidiano e Poder. São Paulo / SP: Selo Negro, 2007.

KADT, Emanuel de. *Católicos Radicais no Brasil.* Brasília: UNESCO/ MEC, 2007.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

LADEIRA, Maria Inês. Necessidade de Novas Políticas para o Reconhecimento do Território Guarani In: *49º Congresso Internacional de Americanistas* – Quito, 1997. Disponível em: http://bd.trabalhoindigenista.org.br/node/4682. Acesso em 15/12/2014.

LHOTTE, Christine (1982). *Trindade para os trindadeiros*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, 1982.

LIMA, Lívia Ribeiro. *Quilombos e Políticas de Reconhecimento: o caso do campinho da independência.* Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2008.

MATTOS, Hebe. Novos quilombos: ressignificações da memória do cativeiro entre descendentes da última geração de escravos. In RIOS, Ana Lugão Hebe e MATTOS, Maria (org.) *Memórias do Cativeiro: família, trabalho e cidadania na pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S.; BENEDETTI, A. C.; SOUZA, I. C.; ALENTEJANO, P. R. R. Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sérgio. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. 2º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo.* Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses.* São Paulo: Ática, 1988.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha (org.) *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NOVAES, Regina Reyes. Contag e CUT: Continuidades e rupturas da organização sindical do campo. In: BOITO, Armando *et al* (orgs.). *O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Processos e transformações no litoral sul fluminense. *Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro*, 2010. Disponível em: https://aarj.wordpress.com/2010/10/31/texto-processos-e-transformacoes-no-litoral-sul-fluminense-maria-emilia-lisboa-pacheco/.

PESSANHA, Eliane. Fronteiras disciplinares e o uso da história oral: porque, de quem, para quem? In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). (*Re)introduzindo História Oral no Brasil.* São Paulo: Xamã, 1996.

RIBEIRO, José Rafael. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Democracia: SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis.* Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia/Instituto de Geociências/Universidade Federal Fluminense, 2007.

SANTOS, Myriam dos. O pesadelo da amnésia coletiva. Um estudo sobre o conceito de memória, tradição e traços do passado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Anpocs, ano 8, vol. 23, 1993, p. 70-84.

SANTOS FILHO, João. Ditadura militar utilizou a Embratur para tentar ocultar a repressão, a tortura e o assassinato. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 7 nº 84, 2008. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/084/84jsf.pdf

SILVA, Iby Montenegro de. *A Contag em perspectiva: um estudo sobre a formação política.* Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: Efeitos da Lei de Terras de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SIQUEIRA, Priscila. *Genocídio dos caiçaras*. São Paulo: MassaoOhno – Ismael Guarnelli Editores, 1984.

SIQUEIRA, Priscila. Os caiçaras e a Rio/Santos. *Revista São Paulo em Perspectiva.* São Paulo: Fundação Seade, vol. 3 nº4. p. 62-64, out/dez 1989. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v03n04/v03n04_12.pdf

SOUZA, Marina de Mello e. Parati a cidade e as festas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Tempo Brasileiro, 1994.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Apontamentos para uma história financeira do grupo Ligth no Brasil, 1988/1939. *Revista de Economia Política*, vol. 6, nº1, 1986, p. 132-135.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa.* 6º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

WOLF, Eric. *Sociedades camponesas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ZUQUIM, Maria de Lourdes. *Os Caminhos da Bocaina: uma questão agrária ambiental*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. 2002.

Documentos citados

BRASIL. Projeto de Cadastramento das Populações Indígenas e Quilombolas em Doze Municípios do Estado do Rio de Janeiro com Vistas à Inclusão no Cadastro Único. Elaborado pela CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, 2010.

CONTAG. Sindicatos Reconhecidos. *Boletim Trabalhador Rural*, ano 5, nº 9 e 10. Acervo da Contag.

CPT. "Histórico de Conflitos – São Gonçalo". 10/1986. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino da CPT.

CPT. Histórico de Conflitos de Terra – São Gonçalo. 1977. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino da CPT.

CPT. "Relatório sobre Conflitos de Terra – Campinho da Independência". 1977. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino da CPT.

DIOCESE DE BARRA DO PIRAÍ. *Boletim da Diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda*, nº 103, ano VII, 1977, julho, 2ª quinzena.

FASE. Site. *Histórico.* Disponível em http://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/. Acesso em 13/06/2015.

FETAG/RJ. 03/04/1974. "Carta ao Ministro do Estado dos Negócios da Justiça". Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

FETAG/RJ. Relatório. 06/1981. Levantamento de conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

FETAG/RJ; SEAF. Relatório. "Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro ocorridos entre os anos 1970 e 1990". Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

FETAG/RJ. "Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty", 15/10/1981. Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ.

FOLHA DE SÃO PAULO. "Posseiro acusa empresário de fazer ameaças". Folha de São Paulo, 16/06/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

GEURTS, Pedro. 20/05/1977. Trecho de Carta Remetida a Ivo Poletto. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino da CPT.

INCRA. Texto. 12/03/1986. Proposições para definir destinação dos remanescentes territoriais do Incra no Estado do Rio de Janeiro, jurisdicionados à DR(07). Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

INCRA. Relatório. 1986. Relatório da Vistoria da Fazenda São Roque, por Cruvelo Cavalcanti, Hidenoil Sato e Sheila Oliveira da Fonseca

INCRA. Relatório. 1986. Relatório das Ações do Incra em Parati, por Josemar Costa de Oliveira.

JORNAL A MARÉ. "As pedras do Bracuí". Jornal A Maré. Angra dos Reis: 13/08/1981, ano I, nº 28. Acervo da Biblioteca Municipal de Angra dos Reis.

JORNAL A MARÉ. "Bracuí entrega Piccola Marina". Jornal A Maré. Angra dos Reis: 06/08/1981, ano I, nº 27. Acervo da Biblioteca Municipal de Angra dos Reis.

JORNAL A MARÉ. Cartas. Jornal A Maré. Angra dos Reis: 10-25/12/1980, Ano I, nº 5. Acervo da Biblioteca Municipal de Angra dos Reis.

JORNAL DE BRASÍLIA. "Empresa ameaça expulsar 65 famílias em Parati". Jornal de Brasília. Brasília: 02/12/1980, p. 7. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

JORNAL DE BRASÍLIA. "Trabalho Escravo em Fazenda Já Começa a Ser Investigado". Brasília: 15/11/1984. Arquivos do CEDOC Dom Tomás Balduino da CPT.

JORNAL DO BRASIL. "Parati-Mirim Ergue Casas Para Colonos". Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 29/06/1972. Biblioteca Nacional.

JORNAL DO BRASIL. "Agentes Buscam Caçadores". Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 30/07/1972. Biblioteca Nacional.

JORNAL DO BRASIL. "Dono de Terra Quer Tirar Dúvidas". Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 22/08/1972. Biblioteca Nacional.

JORNAL DO BRASIL. "Parati-Mirim Aguarda Projeto Turístico". Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 25/02/1973. Biblioteca Nacional.

JORNAL DO BRASIL. **"**Grupo italiano tira famílias de Parati". Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 10/09/1981, p.15. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

MATTOSO, Adriana. *Vento Contra.* São Paulo, 1979. Filme independente.

PAIVA, Davi de e DELFIM, Silvio. *Trindadeiros – 30 anos depois*, 2009. Filme independente.

PLANAVE. Escritório Técnico de Planejamento S.A. Urbanização da Área de Expansão Urbana da Cidade de Parati, Relatório Final. 1997.

QUATRO RODAS. "Entre a serra e o mar"**.** *Quatro Rodas* nº 89, 1967, p.66-87. Acervo da Biblioteca Municipal de Paraty.

SNI. Relatório. 06/10/1977. "Atuação da esquerda clerical". Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77.

SNI. Relatório. 20/08/1985. "Áreas ocupadas por posseiros – Município de Paraty". Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, ARJ_ACE_12131_85.

SNI. Relatório. 25/11/1987. "Incidente envolvendo equipe de técnicos do Mirad-RJ". Relatório elaborado por Sheyla O. da Fonseca. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_64558_87.

SNI. Relatório. 26/08/1977. "Atividades subversivas – áreas de tensão - atuação da esquerda clerical em Paraty". Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_115684_77_007.

SONDOTÉCNICA. Site. *Rodovia BR-101*. Disponível em http://www.sondotecnica.com.br/. Acesso em 24/11/2014.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. IPM de Romulo Augusto Romero Fontes e Meri Medeiros da Silva. Acervo do Brasil: Nunca Mais, documento nº 691, 1973.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. IPM de Amauri Pinto de Castro Monteiro Júnior, Carlos Vitor Alves Delamônica e Elza de Lima Monnerat. Acervo do Brasil: Nunca Mais, documento nº 693, 1973.

VEJA. Esquecidos no tempo. *Veja*, 15/07/1970 nº 97, p.52-54. Acervo Digital Veja.

VEJA. Nota para o leitor. *Veja*, 15/07/1970 nº 97, p.15. Acervo Digital Veja.

VEJA. "Rio-Santos: a descoberta do paraíso". *Veja*, 1/11/1972, nº 217, p. 52-66. Acervo Digital da Veja.

VEJA. "O paquiderme atômico brasileiro". *Veja*, 05/11/1986, nº 948, p. 104-110. Acervo Digital Veja.

Capítulo 6

Conflitos fundiários, repressão e resistência camponesa na Baixada Litorânea: o caso da Fazenda Campos Novos

Aline Borghoff Maia[*]
Fabrício Teló[†]

1. Introdução

Os conflitos que envolveram as terras pertencentes à Fazenda Campos Novos, cuja sede é situada na Rodovia Amaral Peixoto em Cabo Frio, próximo às divisas de Búzios e São Pedro da Aldeia, são emblemáticos no que se refere às lutas por terra no Estado do Rio de Janeiro devido à intensidade das violências engendradas pela ação de pretensos proprietários contra os moradores ocupantes da região. Segundo Tosta (2005) o nome Campos Novos engloba três localidades distintas: a antiga Fazenda Campos Novos, sede de uma sesmaria jesuítica; a região da Fazenda Campos Novos, área geográfica formada pelas áreas rurais e/ou periféricas dos municípios de Cabo Frio, Búzios e São Pedro da Aldeia que faziam parte do patrimônio jesuítico; e o povoado de Campos Novos, um dos inúmeros povoados que compõem essa região.

Com efeito, a origem da Fazenda remonta ao passado jesuítico e escravocrata, como salientado por diversas narrativas locais, e é chave para a compreensão dos embates e resistências subsequentes. A questão fundiária que envolve a Fazenda e seus entornos associa-se diretamente à controversa delimitação e posse legal das propriedades, à valorização dos terrenos da Baixada Litorânea e à atração de investimentos imobiliários especulativos à região. Em uma área já tensionada historicamente por conflitos travados entre lavradores, fazendeiros/grileiros e agentes empresariais, o contexto político do regime militar proporcionou que se consolidasse nas terras de Campos Novos um estado

[*] Aline Borghoff Maia, bacharel e licenciada em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).
[†] Fabricio Teló, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (RS), mestre e doutorando pelo CPDA/UFRRJ.

permanente de insegurança, baseado na articulação entre as forças estatais de repressão e os mandatários locais.

O presente capítulo tem como objetivo narrar e analisar a trajetória de ocupação da Fazenda Campos Novos e os conflitos por terra que permearam – e, nos parece razoável afirmar, ainda se fazem presentes – de forma praticamente ininterrupta a dinâmica fundiária de todo o seu território. De maneira mais específica, almeja lançar luz sobre os diversos mecanismos e atores de repressão, estatais e privados, acionados contra os trabalhadores rurais na tentativa de expulsá-los das terras ou coagi-los a aceitar determinadas relações de trabalho. Pretende, também, ressaltar a emergência de um significativo leque de resistências cotidianas às violências perpetradas contra os lavradores, que, ademais de colaborar para a construção de uma coesão da luta e da coletividade, foi fundamental para a organização de entidades representativas de seus interesses.

Para tanto, foram consultados trabalhos e artigos acadêmicos sobre a região da Baixada Litorânea e, especificamente, sobre a Fazenda Campos Novos. Também analisamos laudos e relatórios técnicos elaborados pelo Ministério Público Federal, pela Fundação Cultural Palmares e pela organização ecumênica Koinonia referentes ao reconhecimento de determinados territórios da Fazenda como remanescentes de quilombo. Embora não caiba, no escopo deste trabalho, adentrar tal discussão, os documentos fornecem um bom panorama histórico e antropológico da trajetória de ocupação das terras da região. Debruçamo-nos, igualmente, sobre entrevistas, realizadas por pesquisadores, nos anos 1980 e nos anos 2000, com alguns posseiros e lideranças da Fazenda Campos Novos, todas disponíveis no acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP) do CPDA/UFRRJ. No mesmo acervo, puderam ser acessados ofícios e documentos provenientes de sindicatos de trabalhadores rurais da região (STRs). Ao longo do processo de produção deste capítulo, foram realizadas, também, duas viagens de campo a Cabo Frio e São Pedro da Aldeia. Nestas idas ao território, realizamos nove entrevistas, além de conversas informais, com atores diversos – antigos moradores da região, familiares e amigos de lavradores que vivenciaram os conflitos, membros atuais do STR de Cabo Frio, historiadores e colaboradores da Igreja de São Pedro.

2. Origem jesuítica, escravidão e a “escritura de Santo Inácio”

Doada como sesmaria aos padres da Companhia de Jesus em 1630, a sede da Fazenda Campos Novos – assim batizada para diferenciar-se da também jesuítica Fazenda de Campos dos Goitacazes – e a igreja de Santo Inácio foram construídas em 1690 (Figura 1). As atividades desenvolvidas eram voltadas principalmente para a criação de gado e produção de alimentos, mas havia significativa exploração econômica de madeiras. Muito embora suas terras tenham sido consideradas “alagadiças e inúteis para a lavoura”, a congregação empreendeu obras de drenagem de lagoas e abriu canais para escoamento da produção (ENGEMAN e AMANTINO, 2010).

Figura 1. Sede da Fazenda Campos Novos e Igreja de Santo Inácio



Fonte: http://www.cabofrioagora.com/2015/03/fazenda-campos-novos-recebeu.html Acesso em junho de 2015.

Localizada estrategicamente próximo o bastante da Cidade do Rio de Janeiro e com vasto litoral, a Fazenda foi ponto relevante de desembarque e venda de escravos trazidos da África. Os que não eram vendidos permaneciam na propriedade e eram encaminhados para o trabalho agrícola. Mais tarde, já a partir do decreto de 1831 que instituiu a ilegalidade do tráfico intercontinental de escravos, a região da Fazenda Campos

Novos, assim como toda a região da Baía Formosa[1], foi usada como importante base de apoio e intermediação para o comércio clandestino de africanos. Conforme argumenta Accioli (2012), o estudo da estrutura do tráfico ilegal no norte fluminense evidencia a importância das propriedades agrícolas não apenas como fornecedoras de produtos, mas como ponto fundamental da cadeia de comércio de mão de obra clandestina. Mais adiante, teremos a oportunidade de discutir com mais acuidade que a relação entre o patrimônio jesuítico e a escravidão é evocada pelos moradores mais antigos de Campos Novos – e, mais recentemente, pelos que reivindicam o reconhecimento de determinadas comunidades da região como remanescentes de quilombo – como forma de explicar a origem das propriedades e de justificar direitos de posse com base na história e na antiguidade do povoamento da área. Por ora, estes depoimentos ajudam a ilustrar como a herança da escravidão permanece presente na memória, que passa de pai para filho ao longo das gerações, de alguns moradores entrevistados:

> Os meus pais eram filhos dos escravos daqui, tá? Dos escravos da Fazenda Campos Novos. A minha mãe era filha de um filho de escravo, e o meu pai era filho de escravo. Eles chegaram aqui, aí os filhos nasceram, casaram e nós ficamos aqui (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 11/03/2005).

> Eu conheci o tronco. Brinquei muito ali quando garoto, com aquelas argolas de enfiar os braços (Grasselássio de Almeida Filho, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda, 1980).

No mesmo sentido, trechos do relatório *Quilombo Caveira: Acompanhamento do processo de regularização e titularização das respectivas terras de acordo com o art. 68 do ADCT* salientam o passado escravocrata da Fazenda Campos Novos como elemento fundamental para a compreensão do que é hoje a composição populacional do território, considerando que:

> A contiguidade espacial reconstruída pelas histórias de vida e presentes na memória social representa uma forma originária de ocupação que sofreu mudanças significativas através de processos de territorialização, com a intensa especulação imobiliária, grilagem de terras, movimentos sociais de luta pela reforma agrária e intervenção do Estado a partir de regras próprias.

[1] Como era conhecido no século XIX o trecho do litoral entre o Peró (Cabo Frio) e Rio das Ostras.

> A área da Fazenda Caveira esteve continuamente habitada, desde os tempos do tráfico e da escravidão dos povos africanos, por escravos e ex-escravos, até o estabelecimento definitivo das famílias Santos, Silveira, Souza e Rodrigues, descendentes diretos de escravos que serviam à Fazenda Campos Novos. Gerações inteiras dessas famílias ali nasceram e se criaram, tendo não só presenciado, mas também participado de mudanças que envolviam a posse e o domínio da terra (PRRJ, P.A. 08120.000907/99-09, p. 10).

O período jesuítico em Campos Novos chega ao fim em 1756 quando, no bojo das reformas pombalinas, suas terras foram confiscadas pelo governo português e rebatizadas de Fazenda d'El Rey. Em 1759, foram a leilão e, arrematadas por Manoel Pereira Gonçalves, voltaram à alcunha original. A saída dos jesuítas da região é recorrentemente mencionada nos relatos analisados e colhidos por esta pesquisa como um marco para a questão da posse e ocupação das terras em tela. Embora divirjam em alguns detalhes, todos os depoimentos apontam no sentido de que, desde a retirada dos padres da Companhia de Jesus, a Fazenda Campos Novos não possuía documento de registro legal da propriedade. Uma moradora afirmou que os jesuítas teriam transferido seu patrimônio para os "filhos do lugar" (TOSTA, 2005). Outras narrativas, como as destacadas a seguir, fazem referência ao roubo, sumiço ou enterro de uma imagem de Santo Inácio que teria gravada em sua base a escritura da Fazenda.

> Eles diziam que a escritura da Fazenda Campos era de Santo Inácio, gravada no pé desse santo, que alguém roubou e carregou. Aí é que começou essa grilagem de terra (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 01/1983).

> Os jesuítas escreveram que essa fazenda não podia ser vendida nem negociada, nem nada. Tinha um Santo Inácio de ouro com 1m20cm de altura e 0,5m de largura. Se tirasse o santo, tinha que quebrar o quadro. Tinha um letreiro no peito: "Convento de Santo Inácio de Loyola não será vendido nunca. É pra usufruto do povo". Padre Joaquim[2], querendo negociar a fazenda, mandou fazer uma sepultura, que nunca ninguém descobriu. Meu pai morreu dizendo: "Pode ninguém acreditar, mas o santo continua enterrado aí" (Grasselássio de Almeida Filho, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).

> Tem pessoa com 80 anos que conta que a Fazenda Campos Novos nunca teve documento. A escritura que Campos Novos tinha era uma escritura em uma imagem de Santo Inácio, gravada na pedra. O Padre Joaquim sumiu com esse santo e aí que começou a negociata da Fazenda Campos

[2] Provavelmente o depoimento se refere ao padre Joaquim Gonçalves Porto, reverendo da igreja de Santo Inácio de Loyola que exerceu domínio na Fazenda Campos Novos em meados do século XIX.

> Novos (Sebastião Lan, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 10/01/1983).

As variadas versões em torno do desaparecimento dos documentos da Fazenda Campos Novos embasam a argumentação de que, sem a escritura, ninguém poderia, ao menos legalmente, se apropriar das terras reivindicando prerrogativas de dono. A não existência dos papéis que legitimassem a propriedade da região por fazendeiros que dela se apossaram desempenhou, em diversas frentes, um papel central na construção do entendimento coletivo dos posseiros em relação à noção de direito às terras por eles ocupadas. No mesmo sentido, contribuiu para consolidar entre eles a ideia de que todos os pretensos proprietários eram, na verdade, *grileiros*.

> Eu posso afirmar que aqui não tem nenhum invasor, é todo mundo descendente daqui mesmo. Mesmo os anteriores, eles não conheceram nenhum dono das terras. A Fazenda era dos jesuítas, então vieram uns oportunistas, vieram grilando e conseguiram colocar todas as fazendas da Campos Novos no domínio deles. E é assim que vem até hoje (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 23/01/1983).

> Sabe, essa terra aqui nunca foi legítima não. Isso aqui já foi terra de índio. Isso aqui nunca foi terra legal não, nunca foi. Nunca foi terra legal de ninguém (Sílvio Silveira, cunhado de Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 11/03/2005).

Há pouca informação sobre o período que transcorreu entre a saída dos jesuítas e a década de 1920. Para além do funcionamento da Fazenda como base de apoio ao tráfico clandestino de escravos africanos[3], sabe-se que, em 1847, D. Pedro II esteve em Campos Novos que, à época, estava sob domínio do reverendo Joaquim Gonçalves Porto. Dentre os relatos a que tivemos acesso, a principal menção a este período se relaciona à permanência de muitos ex-escravos nas terras pertencentes à antiga propriedade jesuítica. Tais depoimentos ressaltam a continuidade das formas de imobilização da força de trabalho negra, já que, para garantir a permanência na área, a maioria dos libertos continuou subserviente aos fazendeiros.

[3] Segundo Accioli (2012), entre 1844 e 1845 foram desembarcados 7.040 escravos em Cabo Frio.

3. Sucessão de “proprietários”, conflitos e resistência

3.1. Eugénne Honold: arrendamento e “cordialidade”

A década de 1920 inicia-se com a compra da Fazenda Campos Novos pelo alemão Eugénne Honold, que fundou naquelas terras a Companhia Odeon – grande empreendimento baseado na produção agrícola diversificada e na criação de gado. Segundo Tosta (2005), o estrangeiro tinha ligações diretas com o governo da Alemanha nazista e seu projeto era adquirir terras em Cabo Frio e São Pedro da Aldeia para transformá-las em uma base de produção alimentícia para o país. Corroborando esta afirmativa, os depoimentos analisados para a elaboração deste relatório endossam que durante o domínio de Honold várias fazendas menores teriam sido adquiridas e anexadas à sede original.

De acordo com os moradores mais antigos entrevistados por Tosta, Honold transformou a propriedade em um “arraial” com comércio e ocupação populacional mais intensos do que nas zonas urbanas das cidades das redondezas. Havia, em torno da sede, farmácias, armazéns, correios e pequenas lojas, e a luz elétrica já era utilizada na região de maneira pioneira. Além de tal estrutura, o período de posse do fazendeiro alemão também é lembrado pelas missas, festas e relações de “cordialidade” entre ele e seus funcionários. Dentre os relatos acessados por esta pesquisa, parece haver um consenso entre os posseiros de que Honold “não era um grileiro, mas um homem bom” que “tratava todos muito bem, socorria quem precisava e fazia a festa de Santo Inácio”.

Este último trecho ilustra bem o argumento defendido por Grynszpan (1987) de que o termo *grileiro* é, fundamentalmente, uma categoria política acionada em determinados contextos de relação social e política que explicitam o antagonismo entre pretensos proprietários e os ocupantes, ou posseiros, de determinado território. Assim, para além da existência ou inexistência de documentos que comprovassem a legitimidade da posse da Fazenda Campos Novos por Honold, a memória coletiva dos moradores mais antigos da área tende a ressaltar, talvez até de maneira idealizada, a boa relação entre o fazendeiro e os trabalhadores como forma de diferenciá-lo de outros supostos proprietários.

No que diz respeito à produção e ao acesso à terra, este momento da Fazenda Campos Novos é descrito como “uma época produtiva, com muita criação e lavoura”, em que “não faltava oportunidade de trabalho” e a “terra era farta e à vontade”. O proprietário concedia a cada família o direito de explorar suas terras para moradia e trabalho em troca

de um dia de serviço por semana nas plantações da Fazenda. O arrendamento, neste período, parece ter tido para os posseiros uma conotação positiva. A não demarcação dos limites do uso da terra, a abertura desimpedida de novas roças em meio à mata que cobria toda a área, a prática do cultivo itinerante e a autodeterminação e autonomia dos lavradores são frequentes nos relatos sobre o tempo de Honold (TOSTA, 2005).

Em torno da década de 1940, a exportação dos produtos da Companhia Odeon foi embargada, tendo Eugénne Honold sido forçado a abandonar a Fazenda Campos Novos como consequência da política de migração do governo Getúlio Vargas empreendida durante a II Guerra Mundial. A saída do alemão é presente, na memória dos moradores da região, como um marco do início do desmembramento da propriedade e do fim da convivência pacífica entre lavradores e supostos fazendeiros. Sob administração de Joaquim Português, antigo funcionário de Honold, a Fazenda teria entrado em decadência.

3.2. "O tempo do Marquês": repressão, grilagem e primeiras resistências

Em 1950, a Fazenda Campos Novos foi vendida a Antonio Paterno, um italiano conhecido como Marquês. Esta aquisição representou um divisor de águas na história da propriedade, na medida em que deu início a um período descrito pelos moradores como diametralmente oposto, em vários sentidos, às décadas de abundância e cordialidade associadas ao domínio de Honold. Data desta gestão as primeiras referências ao loteamento das terras da Fazenda, associado diretamente ao recrudescimento do processo de despejos violentos, ameaças, destruição de lavouras, incêndios de residências, repressão armada e controle estrito do trabalho dos posseiros. No entanto, é deste contexto que emergem também as primeiras reações de defesa coletiva organizada contra os supostos *grileiros*, empreendidas pelos lavradores através de estratégias de cooperação comunitária, ocupação de terras e reorganização espacial e, mais tarde, através da atuação da Associação de Lavradores e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Embora Marquês tenha fundado a Companhia Agrícola Campos Novos, os depoimentos colhidos em entrevista afirmam que o empreendimento "de agrícola não tinha nada, nem um pé de alface", e que as lavouras do italiano eram "farsas". Seu interesse maior seria lotear as terras para fins especulativos. Tal objetivo justificou as primeiras investidas do fazendeiro no sentido de expulsar os posseiros da região.

O primeiro episódio significativo e desencadeador das resistências e lutas subsequentes refere-se à proposta feita pelo fazendeiro aos moradores do entorno da sede da Fazenda Campos Novos. Em troca de um alqueire de terra em outros terrenos, além de promessas como "escola, carteira assinada e INSS", os posseiros deveriam deixar suas casas. Os contratos, entretanto, eram assinados em folhas em branco e, evidentemente, não garantiam aos lavradores o prometido. Marquês derrubou todas as casas ao redor da sede e, através da soltura de gado ou da deflagração de incêndios, destruiu as lavouras dos antigos arrendatários. As mesmas propostas foram feitas a outros povoados da região de Campos Novos, mas houve resistência dos moradores de Botafogo[4]. Antônio Paterno, então, decidiu restabelecer a cobrança do arrendamento das terras, que havia sido suspensa como forma de desvincular os lavradores das áreas por ele demandadas.

De maneira contrária à conotação positiva que a situação de arrendamento parecia ter nos tempos de Eugénne Honold, a imposição de regras rígidas de trabalho e a presença constante de jagunços[5] armados nas lavouras atribuíram ao pagamento da renda e à relação dos posseiros com a produção da Fazenda um caráter, nas palavras usadas por moradores que vivenciaram a época, "escravizador".

> Era uma escravatura disfarçada. Marquês foi quem fez novamente a escravatura do povo. Vocês sabem o que é pagar renda? As pessoas viviam pagando renda num regime escravo. Tinha que ter hora pra tudo (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2005).

> O Marquês formava pequenos grupos de trabalho em determinados lugares, sempre acompanhados de jagunços, para que não ficassem todos juntos. Para não ter contato, para não decidir juntos que não queriam mais ser escravos. Não podia tomar água, não podia fumar, não podia fazer xixi, não podia conversar (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).

É notória a importância conferida aos relatos sobre a proibição de fumar nas lavouras ou durante o pagamento do arrendamento, bem como a associação de tal privação à origem da luta organizada contra as regras de trabalho impostas por Marquês. De acordo com diferentes narrativas, um posseiro, Seu Severino, teria contrariado a

[4] Botafogo consiste em uma grande área dividida ao meio pelos limites geográficos de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia. A parcela do povoado que se encontra dentro dos limites de Cabo Frio é, atualmente, ocupada por um assentamento do Incra chamado Campos Novos. A outra parcela é a chamada Fazenda da Caveira, uma das muitas subsidiárias da sede da Fazenda Campos Novos.

[5] Alguns nomes ou apelidos de jagunços são citados nas narrativas dos entrevistados: Chico Goaquica, Joaquim Coelho, Manoel Sobrinho.

ordem dos jagunços e acendido um cachimbo, tendo recebido logo em seguida um tapa na cara. Rosa Geralda Silveira, mais conhecida como Dona Rosa da Farinha[6], nos narra o episódio:

> O confronto foi o seguinte: foram pagar a renda, todo mundo, né? E eles chegaram lá, não deixaram os velhos conversar um com o outro, não podia ninguém conversar, tinha que ficar calado. As crianças não podiam nem rir. E não fumavam, não podia fumar. Então o velho Severino e o Seu Marcelo Vaz, pai de Teodoro, resolveram a não aceitar mais aquela vida. Resolveram a fumar, a largar a enxada pra fazer xixi, a largar a enxada pra ir tomar água por conta própria. Não esperavam mais o sujeito mandar. E o capataz foi lá e disse ao dono do serviço que tavam desobedecendo. Ele veio, aí começou a briga. Ele veio e mandou Seu Severino tirar o cachimbo da boca. Severino disse que não tirava, aí ele veio e foi dar um sopapo. Ele disse assim: "Tira o cachimbo da boca, você não pode fumar. Se não obedecer as ordens já pode se retirar". Então começou por aí. Os meninos não aceitaram, os velhos não aceitaram e nós começamos a lutar, tá? (Entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2005).

Ainda segundo Dona Rosa, o caso foi parar na delegacia de Cabo Frio e vários lavradores foram detidos.[7]

Como consequência de tal mobilização e com o objetivo de desocupar suas áreas, Marquês decidiu proibir o pagamento do aluguel da terra pelos posseiros. Os moradores de Botafogo, no entanto, decidiram permanecer pagando o arrendamento em juízo, iniciando, assim, as disputas no campo jurídico que se travaram entre lavradores e pretensos proprietários da Fazenda Campos Novos ao longo dos anos seguintes. Por conta desta primeira investida na seara judicial, Antônio Paterno foi intimado a apresentar a documentação que legitimaria sua posse sobre as terras por ele requeridas. Como a

[6] Rosa Geralda da Silveira, a Dona Rosa da Farinha, foi trabalhadora rural e uma das principais lideranças dos lavradores de Botafogo/Caveira. Neta de escravos, nasceu em 1929 na Fazenda Campos Novos, onde também nasceram seus pais. Desde criança, conviveu com uma rotina de despejos e conflitos por terra. Esteve diretamente envolvida na criação e organização da Associação de Lavradores de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos mesmos municípios. Foi detida em mais de uma ocasião por sua participação na resistência camponesa. Além da importância de sua atuação na luta pela terra, merece ser lembrada por sua militância na organização das mulheres do campo em um período e espaço em que as atividades políticas eram majoritariamente conduzidas por homens. Dona Rosa também foi poetisa, tendo narrado em versos décadas de conflitos fundiários ocorridos na Fazenda Campos Novos. Foi casada com Joaquim, com quem teve três filhos. Em 2013, foi inaugurada em Botafogo, São Pedro da Aldeia, a primeira escola quilombola do Estado do Rio de Janeiro, a Escola Municipal Quilombola Dona Rosa da Silveira.

[7] Dona Rosa, nas entrevistas de 1983, cita o Dr. Nilton Lavelino como o advogado que os tirou da delegacia. Nas entrevistas de 2005, ela se refere ao advogado Ilton Sérgio de Oliveira, de Niterói. Cunha (1994), entretanto, faz menção ao advogado Edílson Santos. Outros relatos garantem que antes de 1964 os lavradores nunca tiveram apoio jurídico algum. São dados desencontrados e não nos foi possível, com os documentos e as entrevistas aos quais tivemos acesso, chegarmos à informação precisa.

obrigação legal não foi cumprida, o juiz devolveu os depósitos aos posseiros e permitiu que permanecessem na região da Fazenda. O episódio serviu para consolidar a argumentação de que, sem escritura, não há legalidade na posse dos pretensos donos da Campos Novos e, neste sentido, colaborou para o entendimento de que a ocupação produtiva da terra é o que define a legitimidade de sua posse. Sobre as mobilizações por direitos desencadeadas a partir de então, Tosta afirma que:

> As mobilizações dos moradores ocorreram em dois momentos distintos. No primeiro, identificado como aquele no qual o Marquês suspendeu o arrendamento e exigiu a saída dos moradores, a reivindicação era pelo pagamento das benfeitorias. Enquanto aguardavam a comprovação formal da propriedade da terra exigida pela Justiça, permaneceram pagando o arrendamento em juízo para que, após a confirmação da propriedade, lhes fossem pagas as indenizações. Num segundo momento, com a derrota judicial do Marquês, os moradores instituíram um processo coletivo reivindicando a manutenção da posse da terra como "posseiros". A escravidão e a derrota judicial do Marquês são evocadas pelos moradores antigos de Botafogo como a base da legitimidade de suas pretensões aos direitos (TOSTA, 2005, p. 67).

Visando aumentar a pressão para que os lavradores saíssem das terras, o fazendeiro firmou acordos com pequenos proprietários e comerciantes que, em troca de porções da área, deveriam colaborar para a desocupação da Fazenda Campos Novos. A região foi desmembrada e, como consequência desta estratégia de expulsão dos moradores, apropriada por inúmeros grileiros, sendo difícil, através das narrativas a que tivemos acesso, organizar com precisão uma linha cronológica e espacial sobre os territórios e seus pretensos donos, embora um ou outro apareça com mais ênfase na memória dos entrevistados, como teremos a oportunidade de discutir mais adiante.

> Tudo era domínio do Marquês: Botafogo, Caveira, Campos Novos, Restinga, Fazendinha, Piraúna, Reta de Barra. Ele é quem começou a desmembrar a terra para outros grileiros. A Fazenda da Caveira ele cedeu pro Dácio, que cedeu para Félix Valadares, que cedeu uma parte para João Zeca e outra para Rodrigo, seu Joaquim e Pedro Diabo. João Zeca cedeu para João da Hora. Teve também o Joaquim Ribeiro Gama e o Manoel Jatobá (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1983).

Para além da mobilização de cunho jurídico, o recrudescimento das ações do Marquês contra os posseiros inaugurou, também, diferentes formas de reação organizadas

contra a grilagem. Visando fortalecer a resistência contra a intensificação das tentativas de despejo, houve a instituição de uma política de ocupação das terras por famílias "de fora". Tal estratégia é fundamental para a compreensão da reorganização populacional e espacial que caracteriza esta época e repercute, atualmente, nas discussões sobre o reconhecimento de partes do território da Fazenda Campos Novos como remanescentes de populações quilombolas.

Outra notável estratégia adotada pelos ocupantes da terra na luta contra as investidas de fazendeiros e jagunços revela-se na adoção de diferentes formas de cooperação para o trabalho. Os lavradores passaram a se organizar em *mutirão* para "evitar que fossem raptados pelos fazendeiros", revezando, assim, os dias de trabalho nas lavouras uns dos outros. O desenrolar de tais conflitos e o surgimento da necessidade de formulação e execução de estratégias de resistência empreendidas pelos trabalhadores rurais os levaram a se organizar em torno de associações representativas até então inexistentes na região. É sobre elas que os tópicos seguintes se debruçarão.

4. A Associação de Lavradores de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais

> Saímos dali pra casa. Fizemos uma reunião.
> Chamamos os trabalhadores e tomamos uma decisão. Uma palavra de ordem: Nunca mais pagamos renda. Morre a palavra 'patrão'.
> Todo mundo junto, lutaremos por um pedaço de chão.
> (Verso de Dona Rosa, declamado em entrevista a Marcelo Ernandez em 2005).

É deste cenário que emergiram os primeiros esforços de criação de uma associação que ajudasse a organizar as demandas dos posseiros da Fazenda Campos Novos.

> Foi daí que começou a vontade de se unir, se organizar. Fizemos uma comissão organizadora que estabeleceu o seguinte: "não vai pagar renda, não vai assinar papel, se ele gritar vocês não revidem, mas também não se entreguem, não vai trabalhar sozinho, só em mutirão". Nessa época a polícia também vivia nas roças (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).

> Fizemos a Associação dos Lavradores pra poder fugir do cativeiro. Nós fomos fazer o grupo pra tirar a corda do pescoço, que ser escravo de

> fazendeiro e pagar quantia por mês não é brincadeira não (Sílvio Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2005).

Entre os anos de 1952 e 1954, ainda no "tempo do Marquês", esta comissão se formalizou, dando origem à Associação de Lavradores de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio.[8] Presidida por membros das famílias Santos, Silveira e Marciano, as "famílias originais" da Fazenda Campos Novos, foi a primeira entidade de representação coletiva de Botafogo e de toda a extensão de Campos Novos. Sua sede foi construída com sapê no terreno do lavrador Genil da Silveira[9] e, segundo Dona Rosa, funcionou também como escolinha do movimento popular de alfabetização[10]. Muito embora em um primeiro momento a organização tenha se atido a atuar em prol das demandas dos moradores de Botafogo, "mais ou menos 200 lavradores", a reorganização do espaço físico dos povoados da região, provocada por despejos, fugas e alianças comunitárias, acabou por expandir a zona de influência de suas atividades, o que, mais tarde, ajudaria a justificar a necessidade da fundação de um sindicato.

As principais atividades da Associação endossaram as mobilizações empreendidas pelos trabalhadores no sentido de se fortalecerem diante do avanço dos grileiros e das ameaças de despejo. Assim, como já dito, os "mutirões" passaram a ser concebidos como uma forma eficaz de ocupação coletiva da terra com plantações e também como forma de proteção aos lavradores, na medida em que trabalhar sozinho tornava-se cada vez mais arriscado com a presença de jagunços e da força policial acionados por fazendeiros. Do mesmo modo, a ocupação do território por novos moradores continuou a ser incentivada, desta vez de maneira mais organizada. O objetivo de tal estratégia era ocupar a terra para evitar sua apropriação por fazendeiros que se proclamavam proprietários, bem como impedir a ação de jagunços contratados para

[8] Conforme discutido por Leonilde Medeiros no capítulo 1 deste relatório, os anos 1950 foram intensos no que tange à mobilização e organização dos trabalhadores rurais. Em 1954, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), que incentivou a realização de vários encontros locais e estaduais para estimular a expansão da organização dos *camponeses*, termo que começava a circular e ganhar significado político. Como parte desse esforço, foi criada, em 1959, a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj).

[9] Genil da Silveira ainda vive em Botafogo com sua família. Em conversa informal realizada em junho de 2015 com Aline Borghoff, Fabrício Teló e Ana Claudia Tavares, sua esposa nos confirmou que, à época, seu companheiro cedeu parte de seu terreno para tais atividades, tendo sido este um "investimento benfeito". Atualmente há, neste mesmo terreno, uma escola pública e um posto de saúde em funcionamento.

[10] Para além do depoimento de Dona Rosa, não encontramos maiores informações sobre a presença deste movimento na região analisada.

pressionar violentamente a saída dos moradores.[11] Através deste tipo de ações de cunho coletivista, a Associação de Lavradores contribuiu significativamente para a mudança na modalidade do uso da terra e na reorganização espacial da Fazenda Campos Novos. Tais mudanças podem ser entendidas como causa e consequência da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, alguns anos adiante.

O Sindicato substituiu a Associação em 1961. Até então, alguns relatos dão conta de que a Associação de Lavradores era "praticamente isolada" e que "não tinha contato com o pessoal de fora". Seu Sílvio Silveira e Dona Rosa, entretanto, chamam a atenção para algumas "visitas" que José Pureza teria feito a Cabo Frio nesta época, embora não entrem em muitos detalhes.

> Tinha uns elementos lá dentro do Rio de Janeiro que eram mais maduros no sindicato. Me ajudou muito, me orientou muito, tudo o que eu tenho hoje eu dou graças a ele. Tinha um tal de Zé Pureza, um cara muito falado, que é um líder sindical muito importante. Ele vinha aqui de vez em quando visitar a gente. Vinha aqui bater papo. Mas ele não falava nada não. (...) Era um grande homem, um sujeito bom. Ele chegou aqui foi por Cabo Frio, o sindicato de Cabo Frio era ligado a nós daqui. O sindicato de Álcool (sic) (Sílvio Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2005).
>
> Eu não sei como o Pureza chegou aqui. Só lembro que quando nós estávamos reunidos ele apareceu. Apareceu o Pureza (Rosa Geralda da Silveira, entrevista a Marcelo Ernandez em 2005).[12]

Neste mesmo sentido, Tosta (2005) argumenta que a criação do Sindicato teria sido influenciada pela aproximação das lideranças de Botafogo com sindicatos urbanos de trabalhadores, favorecida pela ocupação das terras iniciada pelas ações da primeira entidade de representação dos posseiros do povoado. Um dos novos moradores desta leva, Deoclácio Avelino, ex-funcionário da Companhia Nacional de Álcalis[13] e sindicalista, é apontado, pela autora, como um dos responsáveis pela relação mais estreita de Botafogo com as organizações de trabalhadores urbanos e com a Federação dos Trabalhadores na

[11] A organização da entrada de novos moradores pelas instituições locais se assemelha à forma de organização contra os despejos praticada pelos moradores da Baixada Fluminense, estudada por Grynszpan (1987).

[12] Sabe-se que em 1977 e 1978 José Pureza da Silva foi designado pela Fetag para acompanhar a Região dos Lagos. Entretanto, não encontramos informações precisas sobre sua presença e atuação na região na década de 1960. É preciso, neste sentido, considerarmos que pode haver, nos depoimentos destacados, uma imprecisão de fatos e datas.

[13] A Companhia Nacional de Álcalis, produtora de barrilha e sal, foi fundada em Cabo Frio em 1943 durante o período do Estado Novo. Em 1992, durante o governo do presidente Fernando Collor, a empresa foi privatizada. Em 2006, já no governo Lula, sua produção foi interrompida.

Agricultura (Fetag)[14]. Corroborando tais argumentos, os depoimentos de Aldir José de Souza e Altamiro Inácio de Oliveira, respectivamente presidente do Sindicato de Trabalhadores da Indústria da Extração do Sal de Cabo Frio entre 1960 e 1964 e presidente do Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos de Cabo Frio entre 1962 e 1964, prestados em 1965 no Quartel do Primeiro Batalhão de Guardas e disponíveis no acervo digital do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, nos fornecem pistas de que, de fato, a Associação de Lavradores de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio teria tido algum tipo de articulação com sindicatos de trabalhadores urbanos. É o que nos indica o trecho destacado a seguir:

> PERGUNTADO se em Cabo Frio foi fundado o Conselho Sindical Municipal, RESPONDEU afirmativamente, esclarecendo mais que esse Conselho funcionava através de uma Diretoria que era composta do depoente, DOMINGOS RODRIGUES – presidente do Sindicato dos Estivadores, BENEDITO MENDES – presidente do Sindicato dos Arrumadores, ALDIR JOSÉ DE SOUZA – presidente do Sindicato de Trabalhadores da Indústria da Extração do Sal, WALTER TRINDADE – presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, e *um outro companheiro que exercia a função de presidente da Associação de Lavradores de Cabo Frio*, de cujo nome não se recorda no momento (grifos nossos).[15]

A participação da Associação de Lavradores em tal Conselho Sindical Municipal referido no depoimento acima não foi abordada em nenhuma das entrevistas que fizemos ou a que tivemos acesso. Tampouco obtivemos informações mais detalhadas sobre a organização intersindical dos trabalhadores de Cabo Frio. A relação dos lavradores com as organizações sindicais urbanas, entretanto, é lembrada por João dos Santos, irmão de Wilson dos Santos, pela cooperação dos primeiros com as atividades políticas deflagradas na cidade. Em entrevista concedida em junho de 2015, ele nos narrou que "quando tinha uma greve do pessoal do Sindicato de Álcalis, do pessoal dos estivadores, o pessoal daqui mandava mercadoria de feira e também contribuía com mercadoria para o hospital da cidade".

---

[14] Dona Rosa, em entrevista concedida em 1983 a Leonilde Medeiros (disponível para consulta no NMSPP), afirma que o contato dos lavradores de Campos Novos com a Fetag se deu por intermédio de Acácio e Manoel Ferreira de Lima. No entanto, este último foi diretor da Falerj antes do golpe. Com a intervenção na entidade, que se sucedeu ao golpe, assumiu Acácio Fernandes, de outra corrente política e ligado aos Círculos Operários.

[15] IPM 709. BNM_279 http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&pesq=lavradores+cabo+frio+aldir Acessado em maio de 2015.

O período de atuação da primeira experiência sindical dos posseiros da Fazenda Campos Novos é caracterizado pela sistematização dos trabalhos coletivos e pela expansão das atividades agrícolas, sendo, inclusive, desta época o surgimento das primeiras feiras livres da região. O uso da terra passou a ser orientado pela entidade, que estabeleceu o "patrimônio", área reservada cujos frutos seriam de propriedade coletiva, e concentrou as moradias e lavouras de cada posseiro em espaços delimitados, como forma de facilitar a comprovação de ocupação dos territórios.

A pauta da defesa de uma reforma agrária também foi, aos poucos, sendo incorporada pelo Sindicato como bandeira, como relatam os depoimentos a seguir:

> Os lavradores entendiam que a reforma agrária era a solução do homem do campo, mas a polícia e os grileiros sempre nos perseguiam por causa desse nome "reforma agrária" – só de falar esse nome eles vinham, prendiam, perseguiam, mesmo antes de 1964 (Dona Rosa, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).

> Tinha uma lei que dizia que quem apoiava a reforma agrária era comunista, então eles olhavam todo mundo que lutava pela terra como comunista (Inácio Joaquim da Silveira e Antônio da Silva Fernandes, entrevista concedida a Fabrício Teló em 2014).

5. O período ditatorial

5.1. Recrudescimento da repressão e intensificação da grilagem

Como já argumentado, a política de desmembramento da Fazenda Campos Novos empreendida por Marquês provocou a compra e venda desmedida dos lotes componentes da região, havendo, nos documentos e relatos disponíveis, informações desencontradas sobre os fazendeiros e suas áreas de domínio. Cunha (1994) afirma que, no início da década de 1960, a Companhia Agrícola Campos Novos vendeu 25% de sua área, aquela referente a Baía Formosa, Fazendinha e Emerências, todas situadas em Búzios, à Destilaria Medellín S.A. Tempos depois, já na década de 1970, essa região foi vendida a Henrique Cunha Bueno. O mesmo autor descreve que, após a saída de Antônio Paterno, o fazendeiro Jamil Mizziara assumiu a direção da Companhia Agrícola e contratou Manoel Jatobá para ser o chefe de jagunços. Já a área de Botafogo/Caveira foi, segundo Dona Rosa, vendida por Marquês a Dácio Pereira de Souza que, por sua vez, cedeu partes da terra a Félix Valadares e a João Cândido. Manoel Jatobá, para Dona Rosa, era o grileiro

contratado por Dácio para ajudar na expulsão dos trabalhadores. Os nomes e episódios parecem se confundir nas narrativas dos ocupantes da região, e isso se explica pela rotatividade de pretensos proprietários, propiciada por processos de compra e venda pouco claros e pela intensificação da fragmentação das terras para atividades especulativas.

O que unifica os discursos em torno destes nomes, entretanto, é a intensificação da perseguição, muitas vezes articulada com agentes estatais, como policiais e delegados, aos posseiros – especialmente àqueles vinculados de alguma forma ao Sindicato – de todo o território da Fazenda Campos Novos desde antes do golpe de 1964.

> O Dácio colocou o gado na roça dos posseiros e ele teve o apoio do delegado daquela época, o Péricles Gonçalves, que autorizou que ele tirasse a cerca de todos os lavradores pra colocar o gado. O Dácio só chegou com agressão, acobertado pelo delegado e com a ajuda da polícia. Nós tivemos muita represália do delegado, que espancou lavradores, prendeu lavradores. Naquela época muitos lavradores se apavoraram com o espancamento dos grileiros e da polícia e deixaram as suas terras (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).

> Botaram um bordel aqui. Botava as meninas nuas e os rapazes nus passeando. Eu fui lá no juiz. Cheguei lá e o doutor Raul disse assim: "Dona Rosa, a senhora foi intimada porque a senhora disse que ia botar fogo na fazenda". Eu disse que eu ia botar fogo no bordel, e não na fazenda, porque o pessoal lá anda nu e tem meninas ficando moças. Ele disse: "É mentira". Eu levei um sopapo na cara tão grande que quase quebrei a cara (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2005).

O depoimento acima demonstra que a repressão via omissão (ou participação direta) do Estado já acontecia antes do regime ditatorial. Após o golpe, entretanto, tornou-se ainda mais fácil para os grileiros a prática de violências, dado o clima de impunidade criado em relação a ações de perseguição a qualquer pessoa ou grupo que não representasse os interesses dos mandatários locais, tivesse ou não algum tipo de proximidade com as ações de resistência.

A tomada do poder pelos militares em abril de 1964 constitui um marco nas narrativas dos moradores. Todas as atividades organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia foram interrompidas[16] e, em

[16] Há diferentes versões sobre o que aconteceu, de fato, com o Sindicato após o golpe. Cunha (1994) e Tosta (2005) afirmam que ele foi fechado. Dona Rosa e seu Sílvio corroboram tal afirmativa. Posseiros entrevistados durante trabalho de campo realizado em novembro de 2014, entretanto, relatam que o

nome da “revolução”, a liberdade dos jagunços e pistoleiros para queimar casas, destruir lavouras e espancar, ameaçar e assassinar posseiros aumentou consideravelmente. Além disso, cresceram as parcerias estabelecidas entre os pretensos donos da Fazenda e agentes policiais, o que facilitava detenções e fortalecia certeza da impunidade (CUNHA, 1994). Os relatos a seguir fazem menção a este período:

> Eles se uniram e fizeram coisas terríveis, que eu acredito que nem foi a própria revolução – eu acho que alguém se apoderou da época e fez as maldades. Na época da revolução a polícia veio aqui e prendeu, espancou, levou várias pessoas ao desespero, como teve um senhor que se suicidou. [...]
> Nós sofremos muito. Era muita casa incendiada, lavoura destruída, lavradores presos (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).

> Na revolução todo mundo teve que correr mesmo, porque a polícia veio, prendeu, bateu e tal. Todo mundo se afastou. Incendiaram o Sindicato e nós ficamos sem Sindicato (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2005).

> Naquele tempo se a gente sorria, era preso. Só aqui foram 20 e poucos. Quem era associado era preso. Eu levava umas comidas pro pessoal escondido no mato (Antônio da Silva Fernandes, entrevista concedida a Fabrício Teló em 2014).

> Foi uma decepção muito grande naquela revolução. Quase me mataram, foi aquele negócio na revolução, aquela coisa terrível. Mas faz parte do movimento, né? Dei sorte que não me mataram, porque mataram muitos camponeses. O Sindicato foi desmontando, acabou. Eu não esperava por aquilo não, não sabia, não tinha maldade. Mas era muito perverso (Sílvio Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2005).

As perseguições se ancoravam no combate à subversão e ao comunismo, muito embora estes fossem termos pouco conhecidos entre os posseiros da Fazenda Campos Novos. Os pretensos fazendeiros valiam-se das estratégias e do aparato estatal de repressão para atingir seus objetivos de desocupar as terras e amedrontar todos aqueles que ensaiassem qualquer tipo de resistência aos despejos.

> Os fazendeiros queriam roubar o nosso direito e a gente não deixava. Aí o que eles faziam? Taxavam a gente de comunista (Inácio Joaquim da Silveira, entrevista concedida a Fabrício Teló em 2014).

Sindicato “beirou a fechar”, mas continuou funcionando com outras lideranças e com auxílio de mediadores da Fetag/RJ ligados aos Círculos Operários Católicos, com destaque para Acácio Fernandes

> Tinha um negócio de comunismo. Comunista era a arma deles. Era a defesa deles, dos capitalistas, que diziam que nós éramos comunistas. Comunista era um bicho-papão. Não, nada de comunista. Não era comunismo não, era necessidade, era a fome que tava pintada (Sílvio Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2005).
>
> Eu não sei o que é comunista, mas se comunista é trabalhar pra manter os filhos e sobreviver, então se encontrava comunista aqui sim (Antônio da Silva Fernandes, entrevista concedida a Fabrício Teló em 2014).
>
> Inventaram que aqui tinha armas, que tinha comunista. Queriam aproveitar o momento da revolução para expulsar a gente (João dos Santos, entrevista concedida a Aline Borghoff, Fabrício Teló e Ana Claudia Tavares em 17/06/2015).

No mesmo sentido de tais depoimentos, reportagens de jornais como o *Jornal do Brasil* e *Última Hora* noticiaram a agudização da violência perpetrada contra os trabalhadores rurais pelos pretensos proprietários da Fazenda Campos Novos em parceria com jagunços e forças estatais após o golpe de 1964. Destacamos, a seguir, alguns trechos que ilustram bem tal situação:

> Uma comissão de lavradores da Fazenda Campos Novos, localizada em São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, esteve ontem na redação do *Jornal do Brasil* denunciando a derrubada de suas casas e os espancamentos que vêm sofrendo de um grupo de homens liderado pelo Sr. Dácio Pereira de Souza, o qual, afirmando que "justiça é só dinheiro", procura expulsá-los das terras que cultivam há 30 anos. (...) Após a revolução de março, a situação dos lavradores piorou, pois suas terras foram invadidas por um oficial de Justiça e dois soldados que os obrigaram a assinar um papel concordando com o despejo (...) ("Lavradores denunciam grupos que tentam tirar-lhes a terra empregando o terror". *Jornal do Brasil*, 16/06/1964, p.13).
>
> Jagunços armados de espingardas e dizendo-se "agentes secretos do Dops voltaram a aterrorizar os lavradores da Fazenda Campos Novos e Caveira. (...) Aproveitando-se da cobertura policial que receberam nos primeiros dias de Abril, quando denunciaram dezenas de lavradores como "agentes subversivos", incendiaram barracos e destruíram lavouras, os grileiros e seus capangas voltaram a perseguir os camponeses (...) Logo após a vitória do movimento chamado "revolucionário", os grileiros Dácio e Zé Gringo desfecharam verdadeira ofensiva de terror contra os lavradores, no que contaram com a ajuda da Polícia e com a omissão da Justiça local (...) França, que se proclama investigador do Dops, expulsou vários lavradores de suas lavouras, inclusive João Povoas que, desesperado, bebeu veneno e está entre a vida e a morte no hospital de Campos ("Grileiros voltam a

> aterrorizar lavradores de Cabo Frio e São Pedro". *Última Hora*, 17/07/1964, p. 5).
>
> Em nome da "revolução", os grileiros Dácio Pereira e Félix Valadares, auxiliados por assassinos profissionais, estão levando ao desespero 300 famílias de lavradores da Fazenda Caveira. (...) Já destruíram quase toda a lavoura da região, invadiram casas e expulsaram lavradores das suas terras, dizendo que agem com autorização do Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. (...) O terrorismo começou logo após a "revolução". (...) Os capangas dos grileiros tentaram, por diversas vezes, violentar as mulheres e as filhas dos camponeses. (...) As tropelias dos grileiros tiveram início no roçado de Nicácio de Sousa. Em seguida, fizeram a mesma coisa com a plantação de Juvenal Prudêncio, Messias da Silveira, Afonso dos Santos e Joaquim Severino ("Violência contra os camponeses no RJ", *Última Hora*, 13/08/1965, p. 7).

A *revolução* e os anos que a sucederam representaram o fim de todo o trabalho organizado pelos moradores, mas foi também o período em que eles obtiveram o primeiro reconhecimento judicial do direito àquelas terras. Ainda em 1964, o fazendeiro deu início a um processo judicial reivindicando a reintegração de posse da área, alegando que os posseiros eram comunistas e tinham invadido sua propriedade (TOSTA, 2005). Nesta ocasião, o juiz responsável pela condução do litígio solicitou ao pretenso dono do complexo Campos Novos que comprovasse a legitimidade de sua afirmação através da apresentação da escritura da área demandada, o que nunca ocorreu. Em 1966, uma decisão judicial[17] foi expedida em favor dos moradores de Botafogo, concedendo-lhes o direito a permanecerem no território. Tal decisão, entretanto, não conferia a posse juramentada aos moradores e não encerrou os conflitos decorrentes da situação de disputa.

> Quando veio a revolução, eles foram na delegacia e disseram que nós tinha invadido. Que todos os trabalhadores daqui eram invasores. Mas a polícia já tinha feito o dela, né? Ganhando, levando dinheiro e fazendo. Não é diferente do que é hoje. Aí botaram na justiça pra nós desocuparmos as terras e as casas. O juiz Raul pediu provas alicerçadas, pediu que eles levassem a escritura das terras. Que dava o despejo se levassem a escritura. Aí mandou que nós procurássemos um advogado. Nós procuramos um em Cabo Frio, o Cié de Melo (?), mas ele se vendeu pro fazendeiro. (...) Depois procuramos um em Niterói que graças a Deus deu conta do recado, o Ilton Sérgio de Oliveira. Ele mandou que a gente fizesse provas de que morava aqui antes, certidão de nascimento, tudo. (...) O perito veio fazer a perícia das lavouras, aí o fazendeiro tinha que pagar as lavouras e levar a escritura, mas ele não fez isso. Aí o juiz deu uma carta de manutenção de posse pra gente, que dizia: "os lavradores terão o direito de lavrar a terra e tirar o seu

[17] Ver "Ação garante posse aos lavradores da Fazenda", *O Fluminense*, 28/06/1973.

> sustento até que seja decidida a ação judicial". Até hoje ainda não foi decidida! (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2005).

Segundo o *Jornal do Brasil*, de 05/03/1978, a Fazenda vinha sendo objeto de reivindicações da Fetag/RJ desde 1968, não por acaso o ano em que a chapa liderada pelo interventor após o golpe e eleito em 1965, José Rotta, foi derrotada nas eleições para a diretoria da Contag por uma chapa composta por lideranças não ligadas ao governo militar. De acordo com um ofício enviado pela Fetag/RJ à Contag, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) começou a fazer um levantamento de todos os posseiros que ocupavam aquela área, provavelmente a pedido da nova diretoria da entidade. Antes dessa data, no entanto, provavelmente já havia ações reivindicatórias por parte dos posseiros, sobretudo após a fundação do Sindicato em 1961.[18]

Conforme já discutimos, as informações sobre os supostos fazendeiros e suas posses na Fazenda Campos Novos são desencontradas, especialmente a partir da década de 1970, quando, segundo Dona Rosa, "passaram pra mais de 10 ou 20 donos". Mais do que uma imprecisão factual, esta dificuldade de visualização cronológica da sucessão de proprietários associa-se intimamente à intensificação dos processos de grilagem para fins de loteamento urbano.

De acordo com Luz (2012), o processo de transformação das terras agrícolas em empreendimentos imobiliários destinados à especulação obedece a um expediente operacional observado em quase todas as áreas agricultáveis do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XX. Debruçada especificamente sobre o que é hoje reconhecido como "Quilombo da Rasa", área de Búzios pertencente à Fazenda Campos Novos, a autora faz referência a uma expulsão em massa de moradores na década de 1960 por conta do empreendimento "Loteamento Praias Rasas", administrado por José Neves Pinto. Também menciona a empresa Serviços Aéreos do Sul, presidida por José Bento Ribeiro Dantas, que teria "atuado muito em Búzios, abrindo muitas estradas e começando uma indústria do grilo na região".

Entre os pretensos fazendeiros, os nomes de Dácio Pereira de Souza, Henrique Cunha Bueno, Manoel Jatobá e Jamil Mizziara são os que mais aparecem nas narrativas sobre o período pós-64, e os depoimentos aos quais tivemos acesso corroboram a

[18] Ofício nº 156/SE/73 enviado pela Fetag/RJ à Contag em 19/07/1973 (NMSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I).

construção do cenário de repressão privada articulada com a repressão estatal para fins de expulsão dos lavradores em prol dos interesses especulativos.

> O negócio deles era expulsar os posseiros visando coisas futuras. Na década de 1970 o Jatobá fez miséria. Desde a época do Marquês já tinha loteamento, mas depois ficou pior. O Jatobá veio dizendo que era do Forte Marechal Hermes, um quartel que tem em Macaé. Tudo que ele pôde fazer de maldade, ele fez. Ele trouxe o nome do Forte pra amedrontar os lavradores, para os lavradores deixarem suas terras, para eles fazerem sua especulação imobiliária. Não tinha um lavrador que tivesse um pé de laranja, que ele tinha arrancado tudo. Tinha incendiado casa, tentaram incendiar a minha casa de farinha. E as chácaras? Não deixaram nada. Então de 70 pra cá nós tivemos que fazer novas lavouras, porque Manoel Jatobá destruiu tudo.
> [...]
> 1970 foi uma época que reviveu tudo o que teve em 1964. Muitos lavradores foram embora. Antes era uma coisa maravilhosa. Tudo que você procurava de lavoura tinha aqui. O Cunha Bueno jogou todo mundo da Baía Formosa na rua, todos os lavradores. Mas ficaram 14 famílias que resolveram resistir e fizeram ali uma lavoura grande. O Cunha Bueno, acobertado pela polícia de Cabo Frio, pelo comandante Bianchinni, passou o trator ali, destruiu tudo. Ele é um homem terrível. Tem seus capangas, seus jagunços (Rosa Geralda da Silveira e posseiros não identificados por nome, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).

Transcrevemos abaixo alguns trechos de relatórios da Fetag/RJ que ilustram um pouco das estratégias utilizadas ao longo das décadas do regime autoritário pelos fazendeiros para pressionar os posseiros a saírem das terras:

> Os proprietários induzem o Poder Judiciário a erro e, assim, conseguem as ordens de despejo [...]. Porém, tais despejos são revestidos de tamanha violência e crueldade, que até os Oficiais de Justiça, que para lá se dirigem a tal fim, têm pedido um pouco de clemência por parte dos proprietários para com os posseiros despejados, pois, tão logo é cumprido o mandado, já se encontram dentro da área dos posseiros as máquinas e tratores da Fazenda, que destroem todas as plantações, casas e criações. Policiais são chamados para acompanharem, as casas são saqueadas, os pertences domésticos e mobílias quebrados e jogados no mato ao ponto de, no caso da família do posseiro José Viana Melo, terem os policiais arrastado a senhora Alberacy, esposa de José, de dentro de casa e até algumas poucas economias que possuíam em casa para fazer o reboco do barraco ter desaparecido. A insegurança e o desespero em que se encontram esses trabalhadores é tal, que já não conseguem dormir, comer ou plantar, pois não sabem se suas lavouras plantadas hoje serão pisoteadas e devoradas pelo gado ou se sofrerão despejo violento e arbitrário, tendo de assistirem

> à destruição pelos tratores de todas as suas culturas que lhes garantem a vida. O proprietário da fazenda age e vale-se de todos os meios para despejar e agredir os posseiros, ao ponto de, a partir de meados do ano de 1975, ter contratado um cidadão de nome Pereira, que se diz da Polícia Federal, à disposição da Fazenda para despejar os posseiros, tendo inclusive tal cidadão acompanhado e comandado todos os despejos ultimamente efetuados e todos eles processados da maneira exposta acima.[19]

As violências não se restringiam a ameaças, prisões ou destruição de benfeitorias. Em alguns casos, chegavam a ocorrer assassinatos, como relata o seguinte documento:

> Em 1973, o posseiro conhecido na região como "Manoel Mangueira", um dos mais antigos ocupantes do imóvel, após ter sido ameaçado pelos ditos proprietários da fazenda, Jamil Cury Mizziara e França Cesário Cury, fora assassinado misteriosamente em sua área de posse, durante a noite. O aguçamento da situação prende-se ao fato de o irmão do Sr. Jamil Mizziara, Sr. França Mizziara, atual (1973) administrador da Fazenda, tentar entrar na área ocupada pelos posseiros com trator para construção de ruas, destruindo, consequentemente, a lavoura dos posseiros. Como houve resistência dos trabalhadores em permitir a entrada da máquina, o Sr. França, arbitrariamente, convocou força policial para, numa verdadeira guerra simulada, intimidar os trabalhadores, expondo, assim, a vida deles.[20]

O assassinato de Manoel Mangueira também foi notícia no jornal *O Fluminense*, conforme destacamos no trecho abaixo:

> Lavradores da Fazenda Agrícola Campos Novos estão de prontidão permanente para evitar que o gado solto pelos fazendeiros destrua suas roças. As violências praticadas pelos "donos da terra" recrudesceram nos últimos dias desde que o lavrador Manoel Mangueira, que por três vezes se recusara a deixar sua casa, apareceu misteriosamente assassinado a golpes de porrete e enxada. (...) A ocorrência foi registrada na Delegacia de Cabo Frio, onde os policiais de plantão não souberam precisar o dia do crime e as circunstâncias em que ele ocorreu ("Violências contra lavradores da Região dos Lagos continuam". *O Fluminense*, 28/06/1973, p. 7).

Em 28 de novembro de 1977, a Fetag/RJ enviou ofício ao Coordenador Regional do Incra no Leste Meridional do RJ apresentando um novo relatório da situação. Nele

[19] Ofício nº 17/AJ/76 da Fetag/RJ à Contag em 09/02/1976 (NMSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I).
[20] Ofício nº AJ/296/77 da Fetag/RJ à Coordenadoria Regional do Leste Meridional do Rio de Janeiro do Incra em 28/11/1977 (NMSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I).

constavam os depoimentos de seis posseiros da Fazenda Campos Novos. Diz o documento:

> (...) o clima de violência, antes latente, passou a concretizar-se na forma de tiroteio, com utilização de policiais à paisana armados de revólveres e metralhadoras. Felizmente, por enquanto, não houve mortes. Mas é de se ressaltar a prisão ilegal do filho de um dos posseiros, menor que foi solto no mesmo dia.[21]

Outro documento relata o mesmo caso nos seguintes termos:

> Em novembro de 1977, a Fazenda Campos Novos, objetivando destruir com o trator as lavouras de vários posseiros localizados em Reta da Rasa, denunciou-os à Delegacia de Polícia de Cabo Frio, alegando que os mesmos estavam impedindo os proprietários de entrarem na Fazenda. Ante a denúncia dos proprietários, os policiais da Delegacia de Polícia de Cabo Frio ali compareceram, armados de metralhadora, e desfecharam tiros contra os posseiros, contra as casas, e tendo inclusive na ocasião sido preso um trabalhador menor.[22]

No ano seguinte, a Fetag/RJ relata outro caso de violência ocorrido em 20 de fevereiro de 1978:

> O posseiro Benício Gomes de Oliveira foi violentamente agredido pelo jagunço da Fazenda, de nome José Cordeiro, vulgo José Florzinha, o qual, além de ter realizado derrubadas a trator na área de Benício, durante vários dias, culminou por desfechar vários tiros contra o citado posseiro, vindo um deles a penetrar no peito de Benício, que somente por sorte não lhe tirou a vida. Vale enfatizar que a violência e crueldade do jagunço Zé Florzinha é tal que, além de ter atirado a queima-roupa no peito do posseiro Benício, atingindo-o quase mortalmente, sequer prestou-lhe o menor socorro, tendo abandonado o Sr. Benício ferido no meio de sua roça e fugido imediatamente do local no carro oficial do IBDF, acompanhado por duas pessoas conhecidas no local como sendo guardas florestais da referida entidade, e que inclusive instigaram o jagunço a atirar no posseiro e que tudo assistiram. Este fato foi registrado na Delegacia de Polícia de Cabo Frio, no livro Par às folhas 107 e 108, sob o nº 489/78 e está sendo apurado através de inquérito policial[23].
>
> Chamamos ainda a atenção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão responsável pela preservação de nossas reservas florestais, para a atitude que certos funcionários dessa instituição vêm assumindo

[21] Ofício nº AJ/296/77 da Fetag/RJ à Coordenadoria Regional do Leste Meridional do Rio de Janeiro do Incra em 28/11/1977. (NMSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I).
[22] Ofício nº 128/AJ/78 da Fetag/RJ à Contag de 10/05/1978 (NMSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I).
[23] Ofício nº 128/AJ/78 da Fetag/RJ à Contag de 10/05/1978 (NMSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I).

> naquela Fazenda, os quais, fugindo de suas atribuições, vêm, ao que tudo faz crer, contribuindo[24] com as arbitrariedades investidas contra os posseiros. Conforme depoimento de várias testemunhas, estes funcionários estão acobertando as perseguições aos posseiros, conforme ocorreu no dia 20 de fevereiro do corrente (1978) quando o jagunço Zé Florzinha foi conduzido até a área de Benício em carro oficial daquela repartição e praticou a agressão contra o Sr. Benício em presença de duas pessoas que o acompanhavam e que são conhecidas como guardas florestais do IBDF. E o que é pior, foram tais guardas que instigaram o Florzinha a atirar em Benício e deram fuga ao jagunço no mesmo carro oficial da repartição, abandonando o posseiro baleado no meio de sua lavoura, sem qualquer socorro.[25]

Novas investidas de violência foram relatadas em um relatório de conflitos datado de 1981:

> No início do ano de 1980, o pretenso proprietário Jamil Cury Mizziara, com o auxílio do jagunço Zé Verde, na época administrando a fazenda, com a cobertura do soldado da PM lotado em Unamar, Almeida, e do guarda do IBDF conhecido como "Manoel Cabecinha", todos empunhando armas de fogo, atacam o posseiro João de Souza iniciando a destruição de suas cercas. O posseiro João de Souza só não foi assassinado pelos pistoleiros porque foi socorrido na hora pelos lavradores da vizinhança. Foram propostas representação criminal e ação de manutenção de posse contra os agressores.[26]

No dia 23 de fevereiro de 1980, houve outro ataque de Mizziara, com o apoio direto de agentes do Estado: "Desta vez quem comandava a violência, cumprindo ordens do 'Turco', era o administrador Júlio, genro de Mizziara, utilizando-se de dois cabos e um sargento da Marinha, todos armados, inclusive de metralhadora".[27] Além disso, o posseiro Aluísio Muzzi foi preso pela polícia após denúncia do proprietário de que o estaria impedindo de entrar com o trator na fazenda.[28] Em 5 de fevereiro de 1981,

> Os jagunços de Jamil Cury Mizziara (cinco) armados de metralhadoras invadem a posse de Evaristo da Silva, destroem cercas e subtraem inclusive materiais do referido posseiro. Derrubam a casa do posseiro que

[24] No documento a palavra está ilegível, mas, pelo contexto, é possível inferir que se trata de uma palavra que conote favorecimento, contribuição, acordo.
[25] Ofício nº 128/AJ/78 da Fetag/RJ à Contag de 10/05/1978 (NMSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I).
[26] Levantamento de conflitos de terra elaborado pela Fetag/RJ em junho de 1981, p. 12 (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II).
[27] Idem.
[28] Pânico, violência e ameaça de despejo no município de Cabo Frio. *Conversa de Caboclo* – Boletim Informativo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro – Fetag/RJ, nº 9, ano 06, julho/1977 a janeiro/1978, p. 18 (NMSPP/Sr SC.frj.bl – Pasta I).

> estava em ponto de telha. Todos os fatos constam da Queixa-Crime apresentada na Delegacia de Polícia de Cabo Frio, nº E 09/00691.[29]

Em 17 de março de 1982, ocorreu a prisão de 12 trabalhadores em Campos Novos, no que a Fetag/RJ qualificou como "uma verdadeira operação de guerra".[30] Dentre as principais maneiras de pressão para forçar a saída dos posseiros estava a soltura de gado nas roças a fim de destruir as plantações.[31]

Maria Angélica Gentile, ex-advogada da Fetag/RJ que acompanhou muito de perto os conflitos em Campos Novos, em entrevista a pesquisadores do projeto em 11 de julho de 2014, acrescentou outra forma de violência praticada pelo fazendeiro:

> Então, quando houve esse acirramento em Campos Novos, que foram para lá esse tal de Zé Florzinha e o tal do Paixão – que o Mizziara tinha ido contratar esses caras, não sei se em Campos ou numa região do nordeste, que tinha os melhores pistoleiros e tal – trouxe esses dois para lá. E aí, nós fizemos o relatório e fomos para o Incra, denunciar isso para o superintendente e pedir providências. E aí, o superintendente do Incra – e isso era uma coisa inacreditável; isso na década de 70, no Rio de Janeiro – chegou todo sem graça para a gente – no Incra, ali no Largo de São Francisco – não sabia o que falar direito – a gente estava numa antessala, esperando para conversar com ele sobre a situação e entregar o relatório sobre o que tinha acontecido – e lá pelas tantas ele fala que isso tudo não ia adiantar. Que isso tudo ia acabar vazando – "Vocês não vão acreditar! Esse Mizziara chegou aqui antes de vocês, com duas moças. E disse que tinha trazido um presente para mim." – e quando o superintendente chegou, o presente eram as duas moças. [...] Aí, ele falou – "Eu posso avaliar e aquilatar o que é que vocês passam, lá" – e ele falou – "Isso é surreal. É uma coisa que, contando, ninguém acredita" – e por aí, você vê como que era a coisa. Ou seja, para além do mal em si de se utilizar das moças como mercadorias, ele ainda o fez em troca de um possível apoio do juiz para justamente conseguir a ação de despejo que legitimaria a expulsão dos posseiros.

Outra forma de pressão para sair das terras era a proibição de acesso a espaços tidos como importantes para os posseiros, como a igreja e o cemitério. Os posseiros contam que quando o fazendeiro ia à missa, eles só podiam assistir à celebração a uma certa distância, como que para marcar a desigualdade de poder. Quanto ao cemitério, foi proibido o enterro de mortos das famílias dos lavradores, como vinha acontecendo até

[29] Levantamento de conflitos de terra elaborado pela Fetag/RJ em junho de 1981, p. 13 (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II).
[30] Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra, Antônio Amérido Ventura, em 13/05/1982, p. 2. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II).
[31] Ofício nº 156/SE/73 enviado pela Fetag/RJ à Contag em 19/07/1973 (NMSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I).

então. De acordo com matéria publicada pelo jornal *O Fluminense*, os proprietários da Fazenda Campos Novos tentaram, no dia de finados de 1979, impedir a entrada dos camponeses no cemitério, tendo sido necessária a intervenção da polícia local para resolver o conflito que se instalara na ocasião.[32]

Embora a maior parte das violências sofridas pelos posseiros tenha sido praticada por agentes privados, é preciso ressaltar um episódio, ocorrido ainda nos primeiros anos da repressão, de participação direta do Estado por meio da Marinha do Brasil nas práticas de expulsão de lavradores das terras da Fazenda Campos Novos. Conforme entrevistas concedidas por posseiros e lideranças locais em 19 de novembro de 2014, no mês de agosto do ano de 1967 a Marinha comprou uma área de terra de "Duduca" André,[33] que era filho de "Manoelzinho" André e de "Dona Mariazinha", que se diziam proprietários. Estas terras estavam na área de abrangência da Fazenda Campos Novos. Depois de realizada a compra, a Marinha determinou que todos os posseiros da área saíssem do local sem nenhum tipo de indenização. Inicialmente ela deu um prazo de três meses que, depois, foi reduzido para dois e posteriormente para um. Os entrevistados relataram não ter vivenciado violência física por parte dos militares da Marinha, porém reclamaram muito do fato de terem sido expulsos e saído "com uma mão na frente e outra atrás". E acrescentam: "Para não dizer que a Marinha não deu nada mesmo, ela deu o transporte pra gente levar as coisas", porém todas as lavouras e benfeitorias foram perdidas. Posteriormente, quando estavam começando a reconstruir suas casas de sapê, "vieram de novo os fazendeiros. Foi uma coisa horrível", já que novamente foram expulsos da área onde estavam se instalando, ainda na região da Fazenda Campos Novos. De acordo com o entrevistado, havia um agente da Marinha, de nome Ademir, que negociara com o fazendeiro para permitir que os desalojados construíssem suas casas ali. Porém, essa articulação acabou não sendo bem-sucedida. "Nem se falava em advogado naquela época. Só quem falava alto eram os militares. Quem via um carro da Marinha pensava que via Deus quase. (...) Quando vou lá ainda hoje eu choro. (...) A culpa da miséria em Tamoios é da Marinha." Segundo um entrevistado, filho de posseiros expulsos da área, era próximo de 20 o número de famílias que ocupavam as referidas terras.

5.2. Redemocratização, reorganização dos trabalhadores e desapropriações

[32] Ver "Camponeses em ato público pleiteiam posse de terras". *O Fluminense*, 13/03/1981, p. 8.
[33] André é o sobrenome.

Em 28/02/1974, em uma assembleia que reuniu "pra mais de 500 lavradores", o grupo que estava à frente do sindicato no pré-64 conseguiu retomar o STR de São Pedro da Aldeia, importante instrumento para a defesa dos posseiros, sobretudo diante de ações judiciais comumente impetradas pelo proprietário com vistas a legitimar os despejos que, com ou sem autorização judicial, aconteciam com frequência.

Sobre a reorganização do Sindicato, Rosa Geralda da Silveira e Sebastião Lan,[34] importante liderança da região e presidente do STR de São Pedro da Aldeia de 1975 a 1981, nos contam, respectivamente, que

> Ficou todo mundo entregue à sorte. A Federação nos dizia que não tinha nada com os lavradores de Campos Novos porque não existia o sindicato. [...] Se era a federação dos lavradores do Rio, eu ia lá pra perturbar o Eraldo pra conseguir reabrir o sindicato. Foi aí que começou o sindicato novamente. O sindicato custou muito a formar. Não era o Acácio que não queria o sindicato, eram os lavradores que tinham medo, porque só de falar na reforma agrária a polícia vinha prender. Mas veio a necessidade do sindicato. Veio o Nicanor e uma pessoa que eu não me lembro o nome. Fomos pra São Pedro da Aldeia, tivemos o apoio do padre Aldo[35] que nos ajudou muito e cedeu um salão na igreja pra ser a sede (Entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).

> Sobre a formação do nosso sindicato, eu queria dizer que foi uma questão de necessidade. Na época, em 1974, não existia sindicato na região. Mas em 1968 já tinha muito problema. O fazendeiro começou a pressionar na justiça, com jagunço, com administrador botando cerca e boi na nossa roça. Então nós ficamos em desespero. Em conversa lá no Gragoá, na Reta da Rasa, pensamos como resolver nosso problema. Aí algum falou que tinha uma tal de Federação em Niterói, doutor Rodolfo lá da federação. Aí fizemos uma vaquinha e foram três companheiros. A Federação marcou uma primeira reunião, a gente já ficou com esperança. Aí a Federação entrou com uma ação na justiça, Dr. Rodolfo e Dra. Angélica, que pegou a batata quente. Mas como não tinha sindicato ficava difícil. Como a gente ia acompanhar esse processo? A Federação disse que não dava pra acompanhar aqui toda semana, que tinha outros municípios pra olhar, e que a solução era reunir pra ver se conseguia fundar um sindicato (Entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1983).

[34] Sebastião Lan nasceu em 23/09/1942, no Espírito Santo. Chegou à Fazenda Campos Novos em 1969.

[35] Padre Aldo Ramasauskas, nascido em São Paulo, mas de família lituana, foi pároco de São Pedro da Aldeia entre 1965 e 1993, quando faleceu. Em entrevista concedida a Aline Borghoff, Fabrício Teló e Ana Claudia Tavares em junho de 2015, Inês de Oliveira Leite, diretora do Centro Educacional Missão de São Pedro – escola fundada por padre Aldo (assim como o Hospital da Missão) em 1967 para "atender as necessidades educacionais dos filhos de militares que se instalavam na Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia" –, contou que o pároco era "fã da Teologia da Libertação" e que, inclusive, teria escondido em sua escola o Frei Beto e outros religiosos perseguidos pelo regime ditatorial.

Inicialmente, a pretensão dos lavradores era fundar um sindicato de trabalhadores rurais em Cabo Frio, entretanto, Lan e Dona Rosa chamam a atenção para as dificuldades que encontraram para atingir, em 1974, este objetivo. Segundo eles, a Fetag teria analisado que, naquele momento, "Cabo Frio era uma área de atrito e conflito, onde os companheiros estavam sendo taxados de comunistas e subversivos" e que, portanto, seria melhor que se fundasse um sindicato em São Pedro da Aldeia. Até 1976, esta organização teria "representado também todo o pessoal de Cabo Frio, que não tinha sindicato", e tal arranjo é narrado como positivo, até "que veio uma necessidade de desmembrar a entidade". Por um lado, esta necessidade é associada à importância de incentivar os trabalhadores de Cabo Frio a terem seu próprio espaço de representação. Por outro, há depoimentos que argumentam que a separação teria ocorrido como consequência de atritos entre correntes e que o pessoal teria começado a "se dividir" e a "ter problemas pessoais". Sobre este desmembramento, Sebastião Lan conta que a forma como se deu "foi prejudicial para os dois municípios, porque se o sindicato tivesse uma extensão de base, não tinha acontecido o que aconteceu em Cabo Frio".

O STR de Cabo Frio foi fundado em 1978, como nos narra a reportagem do jornal *O Fluminense* destacada a seguir:

> Em assembleia realizada na Câmara de Vereadores com a presença de dezenas de lavradores, acaba de ser fundado o STR de Cabo Frio. A sessão, presidida pelo presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Rio e pelo vereador Wilmar Monteiro, não só aprovou o estatuto da entidade como também elegeu sua primeira diretoria. O Sr. Jonail Pereira é o dirigente sindical. (...) A fundação do sindicato "é uma luta de muitos anos e dependeu do apoio do Sindicato de São Pedro da Aldeia, onde já existem cerca de 1.600 trabalhadores sindicalizados. (...) A criação do STR de Cabo Frio partiu do apoio por parte do congênere de São Pedro da Aldeia, onde o Sr. Jonail era suplente do presidente Sebastião Lan. A primeira diretoria é a seguinte: Efetivos: Jonail Bento Pereira (presidente), Nilso de Anchieta (secretário), Darci Gonçalves (tesoureiro). Suplentes: Luis Ribeiro de Macedo, Virgílio Ribeiro Ismeirim e Geraldo Martinho Leal. Conselho fiscal: Joaquim Rodrigues, Sílvio da Silveira e Evaristo da Silva (efetivos). Suplentes: Gessi Fernandes de Souza, Antônio Carlos Gonçalves e Ademar Moreira da Silva" ("Trabalhadores rurais de Cabo Frio já têm sindicato defendendo seus direitos". *O Fluminense*, 14/04/1978, p. 3).

Não muito depois de sua fundação, segundo relatos acessados por esta pesquisa, "começou a entrar muito companheiro no movimento dizendo que era trabalhador rural, mas que fazia parte de uma corrente mais ligada aos fazendeiros". Teria havido, nesta

época, uma grande desmotivação dos trabalhadores em acompanhar o trabalho do Sindicato. O diretor citado por Dona Rosa e Lan como responsável por esta corrente, que "dava mais cobertura ao administrador que ao posseiro e fazia reunião com a fazenda", era Darci Gonçalves. Como reação à "traição" que Darci representava aos lavradores da região, Sebastião Lan e outras lideranças foram à rádio de Cabo Frio denunciar publicamente os arranjos entre ele e os fazendeiros. Por causa da emergência destas denúncias, a Fetag "notificou o Sindicato", "deu um curso de uns dias", mas "botou panos quentes na situação". Mais tarde, em 1985, Sebastião Lan foi eleito presidente do STR de Cabo Frio.

A Lei da Anistia, de 1979, marcou o início do que se costuma chamar de "abertura democrática", de modo que se tornou mais fácil para os trabalhadores se organizarem e promoverem manifestações no intuito de disputarem a definição dos problemas públicos a serem objeto de preocupação societária. Assim, para além das disputas entre correntes sindicais que puderam se tornar mais explícitas e competitivas, outras questões entraram na pauta dos trabalhadores rurais. Neste sentido, o início da década de 1980 marcou um novo cenário para as questões fundiárias no país. O tema da redistribuição de terras ganhou algum espaço na pauta do poder público, que delegou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a instauração e o acompanhamento dos processos de desapropriação de áreas para a reforma agrária.

Em 26 de junho de 1980, o jornal *O Fluminense* publicou uma matéria sobre a iminência de eclosão de novos conflitos fundiários na Fazenda Campos Novos. De acordo com a reportagem, um documento da Fetag enviado ao general Luiz José Torres Marques pedia medidas urgentes para o solucionamento da situação da posse da terra na região. O STR de Cabo Frio reiterava o pedido de desapropriação do imóvel visando o assentamento de 350 famílias de agricultores. Também segundo o jornal *O Fluminense*, no dia 13 de março de 1981 os camponeses da Região dos Lagos, liderados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, realizaram um ato público na Praça Porto Rocha para "sensibilizar as autoridades para a desapropriação das terras ocupadas por posseiros" ("Camponeses em ato público pleiteiam posse de terras". *O Fluminense*, 13/03/1981, p. 8). Em nota publicada pelo mesmo periódico em dezembro de 1981, os critérios do Incra não consideravam a Região dos Lagos prioritária na ordem das desapropriações motivadas por tensão social, apesar das diversas denúncias de violência relacionadas à Fazenda Campos Novos e da "duvidosa origem da papelada em posse de seus supostos donos" ("Mais um capítulo da retrospectiva-81". *O Fluminense*, 21/12/1981, p. 8).

Em entrevista concedida ao jornal *O Fluminense*, os advogados do STR de Cabo Frio, Márcio Pucú e Alves Ribeiro, levantam hipóteses para buscar compreender os entraves relativos ao encaminhamento do processo de desapropriação da fazenda em questão:

> Cabo Frio é o município do Estado do Rio de Janeiro onde ocorrem as maiores lutas em torno da posse da terra. A origem do problema se reduz, segundo os advogados do sindicato, a dois pontos básicos: a hipervalorização da terra, ocorrida depois da construção da Ponte Rio-Niterói, que tornou o valor do solo mais alto que a sua capacidade de produção, e a alta concentração de propriedades nas mãos de poucos. (...) Márcio Pucú revela que muitas vezes o interesse do grande proprietário em expulsar o posseiro está ligado aos lucros imobiliários envolvidos na venda de uma terra que vale mais parada e estéril do que produzindo víveres. (...) A posição dos advogados coincide com a do presidente do STR: a solução é a desapropriação por Decreto Federal, como recomenda o Estatuto da Terra em casos de área com tensão social. (...) O Dr. Pucú diz: "Embora os posseiros tenham todo o direito à posse das terras por usucapião, a lei recentemente promulgada pelo presidente Figueiredo é inaplicável no caso, pois dá um encaminhamento individual enquanto que o problema dos posseiros da fazenda é coletivo. Caberia, no caso, a desapropriação geral das terras por decreto, e a posterior titulação das terras a cada família de proprietários" ("Polícia prende lavradores na Fazenda Campos Novos". *O Fluminense*, 21/09/1982, p. 12).

Depois de diversas mobilizações em frente à sede regional do Incra no Rio de Janeiro, finalmente foi conquistada, no ano de 1983, a desapropriação para fins de reforma agrária de uma área de 3.203 hectares da parte referente à Fazenda Botafogo, situada no Município de Cabo Frio, da Fazenda Campos Novos.

> Domênico Micelli, coordenador do Incra, afirmou que foram assinados dois decretos-lei pelo presidente João Batista Figueiredo. O decreto 88155, de 09/03/1983, fixa a área como prioritária para a reforma agrária, e o decreto 88156, de mesma data, declara o local como área de interesse social e desapropria parte do imóvel pertencente a Jamil Cury. Este decreto autoriza o Incra a fazer a desapropriação e fixa em três anos o prazo de intervenção do Governo ("Desapropriação ajuda posseiros". *O Fluminense*, 12/03/1983, p. 11).

Sob a alegação de que "não havia hectares suficientes que atendessem a desapropriação", a parte da fazenda localizada em São Pedro da Aldeia ficou excluída da iniciativa. O processo, portanto, foi controverso e repercute até os dias de hoje nas novas demandas dos moradores da região. Segundo Tosta (2005), os critérios utilizados pelo Incra para definir as famílias a serem assentadas – como a definição de "trabalhador rural"

referida apenas àqueles que não tivessem qualquer tipo de trabalho em áreas urbanas; o estabelecimento da idade de 65 para os beneficiários e a delimitação dos lotes – se chocavam com os costumes e a história dos ocupantes de Botafogo de modo a excluir e ameaçar aqueles que seriam os maiores detentores do direito à posse da terra. Desta forma, "ao distribuir terra a todos de maneira padronizada e ao desconsiderar as práticas costumeiras, o Incra não garantia a regularização das terras onde os posseiros já se encontravam trabalhando há décadas".

> Os moradores antigos explicam que os critérios utilizados para definir as famílias a serem assentadas se chocavam com os costumes dos moradores de Botafogo, que interpretaram as regras do Incra como ameaça à posse de suas terras. As definições de categorias como "trabalhador rural", a classificação dos posseiros que teriam ou não acesso à terra e a delimitação dos tamanhos de suas áreas não coincidiam com os sentidos que eles atribuíam a essas palavras. Definir "trabalhador rural" como somente aqueles que não tivessem nenhuma relação de trabalho ou vínculo empregatício nas zonas urbanas, estabelecer que para ter acesso à terra o posseiro deveria ter uma posse de dimensões limitadas pelo Incra e uma idade limite de 65 anos significa, para eles, uma restrição aos direitos adquiridos. [...] O embate dos moradores com o Incra era no sentido de exigir da instituição uma distinção em relação a outras populações com conflitos fundiários. A seleção do Incra, do ponto de vista dos moradores antigos, acabou por estabelecer que as "famílias de maiores direitos" teriam seus direitos à terra questionados e ameaçados (TOSTA, 2005, p. 77).

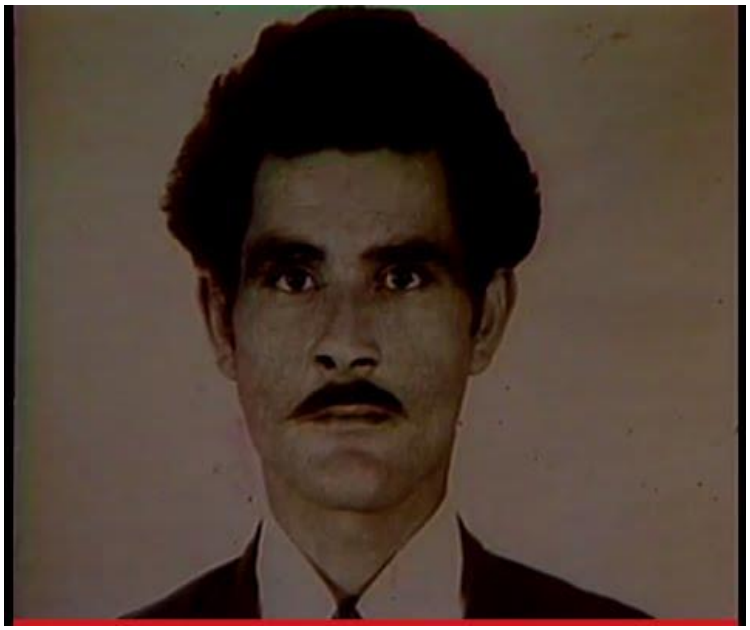
Sendo assim, a desapropriação da área da Fazenda Campos Novos relativa a Botafogo/Cabo Frio não encerrou as disputas por terra na região, e a parte referente a São Pedro da Aldeia continuou sendo alvo de frequentes conflitos entre posseiros e pretensos fazendeiros. Segundo Ivo Saldanha, prefeito de Cabo Frio entre os anos 1989 e 1992, o Incra não teve competência para resolver a questão de terras, pois todo o entorno da área desapropriada permaneceu tomado por "monoculturas, especulação imobiliária e grilagem".[36] Como já discutimos no tópico 4.1 através da reprodução de uma série de documentos e entrevistas, embora o processo de redemocratização e a primeira desapropriação de parte da Fazenda tenham representado a abertura de algumas possibilidades de reorganização e mobilização dos trabalhadores, as violências perpetradas por grileiros e suas milícias privadas, por vezes acobertadas por agentes

[36] Depoimento retirado do documentário *Lan*, de Milton Alencar Jr. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=yBcMmc7u5PE. Acessado em 25 de abril de 2015.

estatais de repressão, não cessaram ao longo dos anos 1980, mesmo após a desapropriação de parte da Fazenda.

No dia 6 de junho de 1988, o presidente do STR de Cabo Frio e principal liderança dos camponeses da Baixada Litorânea, Sebastião Lan, foi abordado por dois homens no ponto de ônibus do km 123 da Rodovia Amaral Peixoto e levou seis tiros que o induziram a coma profundo. Segundo matéria do *Jornal do Brasil* ("Posseiro de Cabo Frio é baleado por desconhecidos", 07/06/1988, p. 10), ele se reuniria no dia seguinte em Brasília com o ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, para denunciar violências contra posseiros. De acordo com a mesma nota, Lan já havia alertado as autoridades que vinha sofrendo ameaças de morte há pelo menos três meses por defender a desapropriação de áreas da fazenda e de outras terras ocupadas por posseiros nos municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia. No dia 10 de junho, após quatro dias internado no Hospital Santa Isabel, a morte da liderança foi publicizada.

Figura 2. Sebastião Lan



Fonte: Documentário LAN, de Milton Alencar Jr., 1988.

O *Jornal do Brasil*, na matéria "Posseiro faz denúncia contra a UDR antes de sofrer atentado", publicada no dia 8 de junho de 1988, também noticiou, sobre o caso, que o assassinato de Sebastião Lan teria sido articulado numa reunião da UDR realizada em Botafogo, área da Fazenda Campos Novos. Segundo Hélio Luz, delegado responsável por apurar o caso, "os únicos que teriam a ganhar com a morte do líder seriam o dono da

sede da Fazenda Campos Novos, Jamil Mizziara, o seu administrador, Hermes Vicente, e os demais grileiros da região". A matéria salienta que, após a desapropriação de parte das terras, eclodiu uma série de conflitos entre os posseiros e estes pretensos proprietários. No dia 5 de julho de 1988, reportagem do jornal supracitado informa que o delegado Luz indiciou Mizziara como "mandante do assassínio contra o líder rural Sebastião Lan". Teria sido encontrado no apartamento do fazendeiro um bilhete que autorizava Hermes Vicente a pagar Cz$ 50 mil ao soldado da polícia militar Di Stefanno Ananias de Jesus para executar o crime. O policial, o gerente da fazenda e o jagunço Zé Florzinha corroboraram a responsabilidade de Mizziara na concepção do crime. Em maio de 1990, entretanto, o Tribunal de Justiça decidiu inocentar o latifundiário.

Em 1993, pouco depois da posse do prefeito José Bonifácio Ferreira Novellino, as áreas da Fazenda Campos Novos referentes à sua sede, à igreja de Santo Inácio, ao cemitério anexo e demais benfeitorias situadas na elevação, além da planície no seu entorno que se estende até a margem direita do rio Una, foram desapropriadas pela administração municipal. A Prefeitura de Cabo Frio instalou ali a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e a Emater. O salão principal da Fazenda passou a abrigar a Biblioteca do Araçá (CUNHA, 1994). Em 15 de maio de 2014, o sítio da antiga Fazenda Campos Novos foi tombado hoje pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural que se reuniu no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

6. Demarcação de territórios quilombolas na Fazenda Campos Novos

Escapa às possibilidades deste trabalho o estudo aprofundado sobre os processos de regularização e titularização de terras da Fazenda Campos Novos como territórios remanescentes de quilombo. Esta discussão, além de uma bibliografia e instrumentos teóricos específicos, demandaria um esforço de pesquisa e trabalho de campo que ultrapassa os nossos objetivos iniciais. No entanto, acreditamos ser importante situar o leitor sobre processos que correm neste sentido, entendendo-os como continuidade da trajetória de ocupação, conflito e resistências que tentamos delinear ao longo deste texto.

Em 1988, a Constituição Federal passou a reconhecer o direito à terra para as comunidades autoidentificadas como quilombolas.

Em 1999, a Fundação Cultural Palmares reconheceu, na forma do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a existência de duas

comunidades remanescentes de quilombo na área pertencente à Fazenda Campos Novos: localizadas nas Fazendas da Caveira, em São Pedro da Aldeia, e da Rasa, em Armação de Búzios. Embora reconhecidas, as comunidades ainda não receberam os títulos e os registros de suas terras e, portanto, permanecem em situação de conflito com supostos proprietários de terras da região.[37] A comunidade de Preto Forro[38], localizada no bairro Angelim, em Cabo Frio, deu entrada no seu pedido de reconhecimento através do Ministério Público Federal (MPF) em 2001, e foi a primeira no país a ter o título de posse inserido no Registro Geral de Imóveis.

Para além dos conflitos que a desapropriação de terras nos moldes do reconhecimento enquanto comunidade tradicional pode fazer eclodir entre quilombolas e grileiros, o processo burocrático que envolve a demarcação também gera determinados desconfortos entre os ocupantes da região, já que nem todos, necessariamente, se autoidentificam como remanescentes de quilombo. Esta situação é particularmente notável na área da Fazenda Caveira.

O primeiro laudo antropológico elaborado, em 1998, para o reconhecimento deste território reivindica a área delimitada em 720,73 hectares, compreendida em sua totalidade dentro dos limites do Município de São Pedro da Aldeia, como território remanescente de quilombo. Esta delimitação foi amplamente questionada, por excluir – com base em questões administrativas e não históricas – do perímetro do território quilombola a área da fazenda situada em Cabo Frio. Por outro lado, uma nova revisão destes limites territoriais acarretaria um significativo atraso no processo de regularização fundiária para os moradores da Caveira, uma vez que a situação do assentamento de Cabo Frio deveria ser revertida. Outra situação delicada deste processo se refere à composição social heterogênea da população que ocupa a área. O histórico de conflitos fundiários promoveu ao longo dos anos, como pudemos observar nos tópicos anteriores, uma série de reestruturações espaciais e organizativas no cotidiano dos ocupantes da fazenda e, para além dos "troncos originais, descendentes de escravos", o território foi ocupado por moradores de "boa-fé" – aqueles que vieram convidados pelos moradores antigos e se

[37] Em 2003, por exemplo, o Ministério Público Federal ajuizou uma Ação Civil Pública em face da Fundação Cultural Palmares e do fazendeiro Elias de Souza Oliveira com o objetivo de salvaguardar os direitos das comunidades quilombolas. O documento alega que tais comunidades estariam ameaçadas pelas "odiosas condutas" de Elias, que, destituído de qualquer título dominial ou possessório, "age como verdadeiro proprietário das terras quilombolas".

[38] As terras de Preto Forro surgiram entre duas antigas fazendas subsidiárias da Fazenda Campos Novos, a do Vinhático e a de Palmeiras, que no passado utilizavam-se de trabalho escravo na produção de gêneros alimentícios.

somaram à luta pela terra nos conflitos iniciados nos anos 1950 – e por moradores "infiltrados", que não possuem nenhum vínculo direto com a comunidade original. Há, neste sentido, uma preocupação entre os que reivindicam o reconhecimento em não desapropriar os ocupantes que ajudaram a construir a resistência de permanência na região (MPF/PRRJ, 2009).

Trata-se de um imbróglio formado, nitidamente, pelas constantes reordenações populacionais e espaciais ocorridas ao longo dos anos através de ações de expulsão e despejo, mas que também reflete as consequências das diversas estratégias acionadas pelos posseiros no sentido de permanecerem em suas terras.

7. Considerações finais

Discutimos ao longo do presente capítulo, e em consonância com os demais casos trabalhados neste relatório, que os conflitos deflagrados na Fazenda Campos Novos entre camponeses e supostos proprietários de terra possuem raízes na fluidez dos limites das propriedades rurais e na fragilidade dos processos de seus registros formais de posse, compra e venda. A origem jesuíta e escravocrata do território em questão, doado como sesmaria à ordem religiosa em meados do século XVII, nos ajudou a pensar, neste sentido, sobre a conformação de uma situação permanentemente controversa em relação às fronteiras e sucessões da Fazenda e suas subsidiárias, além de ter nos fornecido uma contextualização necessária para a compreensão das dinâmicas sociais e de trabalho travadas entre ocupantes, ou *posseiros,* e fazendeiros, muitas vezes denominados, nos processos de luta e resistência, *grileiros*.

Buscamos traçar uma trajetória cronológica que desse conta de caracterizar a ocupação da Fazenda e seus entornos. Salientamos, para tanto, a relação entre os moradores da região e a sucessão de supostos proprietários ao longo de cinco décadas. Pautamos, assim, as modalidades de trabalho adotadas como condição à permanência na terra; as tentativas e logros de expulsão dos lavradores através de diferentes estratégias, ameaças e formas de violência; a emergência de resistências cotidianas e a organização da luta em torno do argumento da defesa do direito à terra; e as respostas repressivas ao movimento camponês. Delineado tal panorama, percebemos que o contexto do regime ditatorial proporcionou que se consolidasse, em Campos Novos, área já tensionada historicamente por conflitos fundiários, um estado permanente de insegurança alicerçado

na articulação entre forças estatais de segurança e justiça, mandatários locais e seus agentes privados e atores empresariais.

Referências bibliográficas

ACCIOLI, Nilma. *José Gonçalves da Silva à Nação brasileira: O tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio*. Niterói: Funarj, 2012.

BARBOSA, M., LAN, Sebastião (s/d). *Histórico do conflito fundiário – Fazenda Campos Novos, Cabo Frio/RJ*. (NMSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I).

CUNHA, Márcio W. A história da Fazenda Campos Novos. *O Canal*, 19/03/1994 e 29/04/1994. Disponível em www.fazendacamposnovos.blogspot.com.br. Acesso em 21/08/2014.

ENGEMAN, Carlos; AMANTINO, Marcia. A fazenda de Campos Novos e sua história: séculos XVII e XVIII. In: *XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro, UniRio, 19 a 23 de julho de 2010.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964*. 2 v. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, 1987.

KOINONIA. *Relatório parcial de caracterização da comunidade negra das terras de Preto Forro (bairro Angelim, município de Cabo Frio).* Rio de Janeiro, 2002.

LUZ, Andréia Franco. *Relatório antropológico: A Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa, Armação dos Búzios, RJ*. Rio de Janeiro: Incra, 2007.

MPF/PRRJ. P.A.08120.000907/99-09. *Quilombo Caveira – Acompanhamento do processo de regularização e titularização das respectivas terras de acordo com o art. 68 do ADCT – São Pedro da Aldeia,* 2009.

MPF. *Ação Civil Pública n° 2003.5108000313-7.* São Pedro da Aldeia, 2003.

TOSTA, Alessandra. *Contando histórias: uma etnografia das narrativas e usos do passado em um povoado fluminense*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional/UFRJ, 2005.

Capítulo 7

Antiga região do café no Rio de Janeiro: casos registrados em Valença e Trajano de Moraes

Elizabeth Linhares*

1. Contextualização histórico-social

A antiga região do café no Rio de Janeiro aqui considerada abrange uma extensa área serrana do estado, de norte a sul, por onde a monocultura do café se espalhou a partir do início do século XIX até meados do século XX. Espalhou-se, bem entendido, no sentido de ter percorrido toda essa região, sem conseguir, no entanto, manter-se em condições de sustentabilidade que permitissem a sua continuidade produtiva. Estamos nos referindo ao que Monteiro Lobato (1946) chamou de "a onda verde do café", apontando para o caráter de certo modo passageiro e devastador, tanto do ponto de vista ambiental quanto social, da cafeicultura nos moldes em que se deu no Vale do Paraíba fluminense e paulista nesse período.

Considerando-se a atual (e oficial) regionalização do estado, estamos nos referindo a uma longa faixa abrangendo parte da região Noroeste, seguindo-se pelas chamadas regiões Serrana, Centro Sul e Médio Paraíba. Em toda essa área, o cultivo do café e a riqueza por ele produzida nesse período basearam-se na exploração de terras muito férteis, porque recém-desmatadas, e na mão de obra escrava, seguida do regime de colonato que substituiu, no Sudeste brasileiro, a escravidão até então utilizada nas grandes monoculturas de exportação – café e cana-de-açúcar.

Como resultados desse modo de exploração, podemos destacar quatro aspectos fundamentais, que de um modo ou de outro marcaram a história dessa região: o processo contínuo de desmatamento, devastando a Mata Atlântica fluminense; a degradação dos solos, uma vez que, em geral, não se utilizava qualquer meio de reposição dos nutrientes

* Mestre em Antropologia da Arte pela Escola de Belas Artes da UFRJ, Doutora em Antropologia Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e Pós-Doutoranda Sênior com bolsa da Faperj no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

necessários ao exigente cultivo do café, fazendo-se necessárias sucessivas derrubadas de mata para que se obtivesse a manutenção da lavoura (que, por isso, se deslocava); o esvaziamento econômico e social produzido pela inevitável decadência produtiva e o subsequente abandono da atividade naquela propriedade e naquele município – dando origem às diversas "cidades mortas" referidas por Lobato, ou "paisagens desoladoras", como prefere Melo (1982, *apud* SANTOS, 2010); e a ocorrência, nesse processo, de uma série de conflitos entre fazendeiros e trabalhadores, em grande parte resultante do modo como se deu a distribuição e a posse da terra no Brasil, e da ambiguidade que caracterizou os contratos de trabalho via de regra praticados, fossem verbais ou escritos, explicitada em todas as suas contradições no momento de ruptura dessas relações (MARQUES, 1978).

A ideia de contextualização em que nos baseamos aqui, muito além da visão de um cenário ou pano de fundo sobre os quais a história se desenvolve, tem por referência o conceito de *configuração social* conforme definido por Norbert Elias (1987; 1995). Ou seja, representa um esforço de compreensão a respeito da teia de relações de interdependência na qual se encontravam envolvidos e dentro da qual se moviam os indivíduos, assim como dos lugares sociais respectivamente ocupados, dos constrangimentos possivelmente sofridos e, sobretudo, do leque de possibilidades então colocadas a cada um nessa história. Nas palavras de Elias, a teoria sociológica da interdependência "baseia-se na observação de que cada indivíduo é tributário, desde a infância, de uma multidão de indivíduos interdependentes. É no interior desta rede de interdependências, em que o homem se insere à nascença, que se desenvolve e afirma (...) a sua autonomia relativa de indivíduo independente" (ELIAS, 1987, p. 117).

Assim, quando examinarmos, por exemplo, o fato de um ex-colono do café, posseiro em determinada fazenda, tomar (ou não) a decisão de mover uma ação possessória ou trabalhista contra o antigo patrão ou parceiro agrícola, é preciso levar em conta, entre outros, os efeitos e desdobramentos possivelmente produzidos junto a outros possíveis patrões e parceiros, considerando-se a forte possibilidade de um futuro fechamento de portas para esse trabalhador – isto em um cenário de reconhecida escassez de oportunidades de trabalho para pessoas com baixo nível de escolaridade. O mesmo entendimento é necessário para se avaliar, em mais um exemplo, o impacto do recebimento de um documento oficial, a ser assinado pelo próprio trabalhador, onde ele se vê obrigado a reconhecer um falso contrato de aluguel ou comodato, determinando-se assim um curto prazo para sua saída da terra. Entender os constrangimentos produzidos

nesse jogo, assim como as alternativas efetivamente disponíveis ao trabalhador, deve constituir uma base fundamental a partir da qual podemos tentar conhecer o que de fato se passou na história dos conflitos no campo no Rio de Janeiro. Como diz Elias, é importante que possamos "traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo". Não se trata, para o autor, do estudo de uma narrativa histórica, "mas a elaboração de um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa (...) formava, em sua interdependência com outras figuras sociais da época" (ELIAS, 1995, p. 18 e 19).

No caso específico das histórias que serão mais à frente examinadas, é preciso tentar perceber nesse sentido a complexidade dessa teia, que envolve, dentro de uma conjuntura política de forte repressão, muito além de uma oposição entre fazendeiros/empresas/grileiros etc. e trabalhadores rurais/colonos/meeiros etc., um conjunto diversificado de atores, muitas vezes disputando entre si o lugar de acusadores ou defensores dos trabalhadores em questão (tais como representantes sindicais, setores da igreja, advogados, jagunços, policiais, partidos políticos, governantes, órgãos públicos responsáveis pela questão agrária em nível local, estadual ou nacional).

Por outro lado, é importante observar que a configuração social em questão não é restrita a aspectos necessariamente relacionados à cafeicultura no período focado, mas envolve elementos de um processo histórico mais amplo, no tempo e no espaço, da sociedade brasileira. Assim, nem todos os conflitos ocorridos nessa região podem ser diretamente vinculados ou atribuídos ao processo de decadência do café, devendo ser percebidos também como resultantes de uma lógica muito mais abrangente que permeou a distribuição, a posse e a aquisição de terras no Brasil em toda a nossa história, desde os tempos de colônia, passando pelo período imperial e republicano (sem descartar a sua continuidade contemporânea). Trata-se de um processo muito mais generalizado, que assume formas diferenciadas em cada região ou microrregião. Tentaremos apresentar a seguir, em síntese, as formas como esse quadro mais amplo se manifesta no contexto do Rio de Janeiro no período pesquisado, especialmente nas áreas onde, outrora, a cafeicultura foi o centro da vida econômica, social e política.

1.1. O café no Rio de Janeiro

Ressalvadas as especificidades locais e as diferenças possivelmente existentes nas condições de implantação e na cronologia da produção cafeeira nos diversos municípios

por onde passou, podemos nos basear em um fio comum pelo qual passa a história de grande parte dessa região.

Até o século XVIII as atuais regiões Serrana, Centro Sul e Médio Paraíba no Rio de Janeiro eram ainda esparsamente povoadas, reduzindo-se ao entorno de ranchos estabelecidos ao longo dos caminhos para Minas, que serviam de suporte a tropeiros e viajantes. O ouro era ainda o centro das atenções coloniais. Com a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro no início do século XIX, há um aumento da população da cidade e um consequente crescimento na demanda por alimentos. Nesse contexto, D. João VI não somente investe na melhoria dos antigos caminhos e na criação de novos, ligando o interior à Cidade do Rio de Janeiro, mas implementa ao mesmo tempo uma política de doação de sesmarias e instalação de núcleos coloniais na região (SEAF, 1991, p. 21).

O café havia sido introduzido no Norte do Brasil em 1727, espalhando-se no decorrer do século XVIII por quase todo o país, em produção e consumo ainda de pequenas proporções. No Rio de Janeiro, o café foi inicialmente plantado em pequenas chácaras, nos morros da capital. Com o seu gradativo crescimento comercial e a excelente adaptabilidade às condições geográficas da região, o café, após expandir-se pelos arredores do Rio, sobe a serra, primeiro ao longo dos caminhos das Minas e, mais tarde, ao longo do Vale do Paraíba. O plantio do café foi assim se generalizando, expandindo-se a sua comercialização e os interesses por ela despertados. (cf. TAUNAY, 1945; STEIN, 1961).[1]

De acordo com Taunay, já no início do século XIX o Brasil começava a exportar café, inicialmente em pequena quantidade. O rendimento da produção retornava principalmente sob a forma de mais escravos, que vinham para ampliar sempre mais a área cultivada. A autossuficiência da fazenda, a fartura de terras então disponíveis e férteis (solos virgens) e a crescente mão de obra escrava garantiam o sucesso do empreendimento. Segundo Stein, "entre 1850 e 1900 o Vale do Paraíba foi a zona de maior produção cafeeira do mundo", tornando-se não somente a base da economia nacional, mas "seu núcleo político, econômico e social". (STEIN, 1961, p. IX) [2]

[1] Como veremos mais à frente, posteriormente, em um período em que o café fluminense já não possuía a "grandeza" aqui referida, a cultura alcança parte das atuais regiões noroeste e norte do estado (cf. SEAF, 1991).

[2] O estudo de Stein foi realizado em Vassouras, município do Médio Paraíba fluminense atualmente pertencente à chamada região Centro Sul.

Até a década de 1880 o Rio de Janeiro se manteve na liderança da produção nacional de café, devido basicamente ao Vale do Paraíba, principal região produtora nesse período. Além dos fatores geográficos e climáticos favoráveis, o café do Vale se beneficiava da proximidade do Porto do Rio de Janeiro e das vantagens governamentais para a aquisição de sesmarias. Como acima referido,

> A doação de sesmarias intensificou-se bastante nas duas primeiras décadas do século XIX e estas foram feitas com o intuito de estimular o plantio de café. (...) Ao mesmo tempo que muitas fazendas eram formadas via aquisição de sesmarias, outras eram formadas pelo simples apossamento. Em 1822 foi extinto o sistema de doação de sesmarias, tornando-se a posse o único meio de aquisição de terras. Desta forma, a partir dessa data foram formadas novas fazendas através desse mecanismo. A posse não se limitou necessariamente à pequena propriedade, já que grandes fazendas de café foram formadas com o apossamento de terras públicas (SEAF, 1991, p. 22).

Em 1850, a lei proibindo o tráfico de escravos colocou em pauta a iminente abolição da escravidão, pois a reprodução natural dos escravos era negativa. Poucos dias depois foi aprovada outra lei, a Lei de Terras, que determinava que o único meio de se adquirir terras seria, a partir de então, pela compra. Assim, em 1854 foi criado o Registro Paroquial de Terras, devendo todas as terras ser registradas nas respectivas freguesias, e estes registros ficariam sob a responsabilidade dos vigários. As terras anteriormente adquiridas, fossem por recebimento de sesmaria ou por posse "mansa e pacífica", seriam regularizadas e registradas.

A Lei de Terras criava assim um mercado de trabalho, garantindo a impossibilidade de aquisição de terras por pessoas com poucos recursos, como viria a ser o caso dos futuros libertos. Ou seja, "restringindo o acesso à propriedade, tentava-se garantir o abastecimento de mão de obra para as lavouras" (SEAF, 1991, p. 26). Além disso, a regularização e a valorização das terras visavam ou tentavam solucionar o problema de crédito para as lavouras, pois as terras passavam a servir como garantia de hipoteca, e não mais somente o escravo.

No final do século XIX o café do Vale do Paraíba fluminense já se encontrava em franca decadência. Entre os fatores que contribuíram para isso, destacam-se a queda do preço no mercado internacional, a abolição da escravatura, sobre a qual as grandes lavouras do Vale se apoiavam, e o referido desgaste dos solos com o consequente declínio da produtividade dos antigos cafezais, em um momento em que as condições do mercado

já não davam margem a maiores investimentos para sua renovação. Aos poucos, as antigas áreas cafeicultoras do Médio Paraíba foram substituindo a lavoura pela pecuária, ao mesmo tempo que no Noroeste e Norte do estado se introduzia a cultura do café:

> De Cantagalo o café alastrou-se para São Fidélis; desta frente de expansão disseminou-se pelo Noroeste fluminense. A consolidação da última fronteira cafeeira do Estado coincidiu com o final do século XIX, atingindo seu apogeu na década de 20 deste século [XX]. Em 1920, dos 48 municípios em que se dividia o Estado apenas 10 – Santo Antônio de Pádua, Itaperuna, Cambuci, Paraíba do Sul, Santa Maria Madalena, Bom Jardim, Valença, São Fidélis, Campos e São Francisco de Paula [atual Trajano de Moraes] – possuíam em cultura cafeeira áreas superiores a 6 mil hectares, com um total de 112 milhões de árvores. Os municípios do Noroeste fluminense, incluindo São Fidélis, contribuíam com mais de 50% da área cafeeira do Estado nesse período (SEAF, 1991, p. 26).

Vale registrar que o café se implanta no Noroeste fluminense em bases econômicas, sociais e culturais muito diferentes daquelas observadas algumas décadas antes na região do Médio Paraíba. Em primeiro lugar, porque se organiza já sobre o trabalho livre, utilizando-se principalmente da mão de obra de colonos; em segundo, porque se trata de uma outra escala produtiva, de pequena produção, e aliada à atividade pecuária. Nessas condições, nos anos 1920 o Noroeste se torna a principal região cafeicultora do estado – devendo ser considerado, no entanto, que, nessas alturas e nas décadas seguintes, a cafeicultura fluminense como um todo já se encontrava em declínio, sobretudo se comparada ao período do apogeu vivido nas demais áreas cafeicultoras no século anterior (SEAF, 1991, p. 29).[3]

A decadência da cafeicultura no Estado do Rio de Janeiro produziu, em grande parte das antigas regiões produtoras, uma tendência à estagnação e ao esvaziamento econômico e social, acentuados pela implantação de uma pecuária extensiva ou semiextensiva em substituição ao café e à chamada *lavoura branca* – mantimentos produzidos pelos trabalhadores em áreas da fazenda paralelamente ao café.[4] A partir da crise econômica mundial de 1929, há um esforço nacional em se superar o modelo econômico agrário-exportador, incentivando-se a implantação e o fortalecimento da industrialização no país. Este processo, somado à decadência produtiva das áreas rurais

[3] Para compreensão da especificidade da cafeicultura nessa região, sobretudo da organização do trabalho no sistema de colonato ali estabelecido, ver Neves (1999).
[4] Chamava-se *lavoura branca* por oposição à cor do café, então considerado o *ouro negro*.

do estado, veio acentuar "uma dinâmica populacional marcada pelo contínuo esvaziamento do interior e pelo intenso crescimento urbano" (SEAF, 1991, p. 31).

1.2. Organização e relações de trabalho

No que se refere às relações de trabalho nas grandes lavouras cafeicultoras do Vale do Paraíba fluminense, a partir da abolição formal da escravatura, após um período inicial marcado por diversas tentativas e dificuldades em torno da implantação de um sistema assalariado, o trabalho se reorganizou basicamente sob duas formas: a parceria e a empreitada. O sistema de colonato-parceria (ou meação), suplementado pela contratação de camaradas, por empreitada, parece ter sido a forma inicial predominante em boa parte dessa região. A partir da concordância do fazendeiro, o trabalhador explorava uma determinada gleba da lavoura, cuja produção final era dividida ao meio entre o fazendeiro e o assim chamado meeiro (STEIN, 1961).[5]

O colonato se instala e se reproduz tendo no casamento e na obtenção de um espaço privado de vida familiar a sua base fundamental. Filhos de trabalhadores em idade ou em vias de casar-se eram os candidatos típicos a uma vaga de colono, que implicava, prioritariamente, a autorização e a possível negociação para construção ou reconstrução de uma casa. O casamento e, com ele, a criação de uma nova unidade doméstica entre trabalhadores, cuja concretização (ou viabilização) se dava por meio da *morada* em terras de uma determinada fazenda, representavam o meio central de reprodução do colonato, estabelecendo as condições básicas em que viveriam, a partir de então, o trabalhador e sua família.[6]

---

[5] Segundo Stein, a parceria ou meação interessava aos proprietários por reduzir o custo da produção, incluindo ainda a mão de obra feminina, com a participação das respectivas companheiras nos trabalhos da lavoura. As áreas mais antigas e improdutivas dos cafezais eram usualmente entregues ao *colono-meeiro* e exploradas no sistema de meia, enquanto as partes mais novas e produtivas eram cuidadas (eventualmente pelos mesmos colonos) na condição de *diaristas*. Importante ressaltar que, de acordo com pesquisas realizadas no Município de Trajano de Moraes, além da autorização do fazendeiro, a ocupação de determinada gleba de uma fazenda implicava muitas vezes uma negociação e compra, via de regra com pagamento monetário, das benfeitorias ali realizadas pelo colono anterior (que por alguma razão estava deixando a fazenda, em geral para ingressar em outra), como casa, paiol, chiqueiro, galinheiro, cercas de arame, lavouras permanentes etc. As referidas pesquisas são: *Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada*, coordenada por Leonilde Medeiros, Sérgio Leite (CPDA/UFRRJ), Afrânio Garcia (CRBC/EHESS) e Mário Grynszpan (CPDOC/FGV), 2000-2002; e *Entre escravos e anjos: condições e significados da infância em um assentamento rural fluminense*, tese de doutorado apresentada por Elizabeth Linhares ao PPGSA/IFCS/UFRJ, 2004.

[6] Em condições semelhantes às da *morada* no Nordeste brasileiro, como demonstrado por Palmeira (1977), Heredia (1979) e Garcia (1983).

Nas grandes fazendas cafeicultoras, era comum a utilização de um pequeno caderno contábil, individual, onde eram registrados pelo administrador da fazenda, ao longo do mês, todas as dívidas contraídas e os créditos a que tinham direito os colonos.[7] Eram as chamadas *cadernetas dos colonos*, onde em certos casos constava impresso, na contracapa, um *regulamento* definidor das condições e das regras às quais os trabalhadores deveriam se submeter para morar e produzir em terras da fazenda. No caso da Fazenda Santo Inácio, em Trajano de Moraes, cujo conflito será mais à frente examinado, esse regulamento incluía, entre outras, as seguintes determinações: 1) a colheita de café seria feita em meação com as fazendas, sendo as duas partes sujeitas a frete e soque na usina, pagando, por desconto em folhas, o colono um determinado preço pelo serviço; 2) da colheita de milho e feijão que o colono produzisse, teria que dar à fazenda uma quota de 10%; 3) qualquer movimento de mercadorias do colono só poderia ser feito pelos carros ou tropa da fazenda; 4) as benfeitorias que o colono fizesse, como cerca, paiol, galinheiro etc., não poderiam ser arrancadas ou destruídas por este, independente de indenização pela fazenda; 5) o colono não poderia se negar a qualquer chamado para turma ou auxílio à fazenda (que poderia ser em qualquer dia ou horário, em situação eventualmente considerada urgente pelo fazendeiro ou capataz); 6) o colono não poderia trabalhar fora da fazenda; 7) o colono teria que pagar anualmente ao fazendeiro uma determinada quantia, "a título de imposto"; 8) desde que a fazenda montasse máquina para fabricação de farinha de mandioca, o colono não poderia fabricá-la em suas casas e nem em outras máquinas, externas à fazenda.

Essas regras nos dão a medida do nível de controle a que estavam em princípio submetidos os colonos nas grandes fazendas de café da região, mostrando que os fazendeiros se arrogavam praticamente um poder de Estado, determinando inclusive a cobrança de "impostos" aos trabalhadores. É importante observar a inexistência, dentro dessas condições, de qualquer remuneração monetária direta pela prestação de *serviços* à fazenda. Todo o dinheiro recebido pelo colono nessa relação era resultante da meia do café, cuja pesagem, avaliação e comercialização ficavam, em certos casos, inteiramente por conta da fazenda, sem qualquer controle do colono em nenhuma dessas etapas.[8]

[7] Essas dívidas originalmente se referiam à compra de alguns produtos no armazém da fazenda. Segundo depoimentos, eram poucos os produtos que se costumava comprar, já que quase tudo que era consumido pelos colonos era produzido por eles próprios; comprava-se basicamente sal, querosene e sabão. E os créditos resultavam exclusivamente da produção de café.

[8] De acordo com depoimentos de antigos colonos em Trajano de Moraes, essa não chegava a ser uma regra geral, embora bastante presente na região. Havia uma diversidade de combinações, incluindo-se fazendas

Nessas condições, e sobretudo a partir da decadência do café, apesar do que determinava o *regulamento* da Santo Inácio, era comum os colonos trabalharem em diárias ou empreitadas fora da fazenda. O número de dias trabalhados, assim como quantos integrantes da família trabalhariam fora, era determinado pelas circunstâncias e necessidades financeiras da família.

Segundo depoimentos de antigos colonos em Trajano de Moraes, a *obrigação de dar* os chamados *dias de turma* variava de acordo com o *quarteirão* de cafezal sob a sua responsabilidade, sendo grande, sobretudo no período final do colonato, a variação. Ouvimos relatos desde dois *dias de turma* por semana até um *dia de turma* por mês. Era também variável o pagamento da *renda* sobre as colheitas de milho e feijão, na prática entre 10% e 20%. Além disso, em certos casos, se em determinado ano a colheita fosse perdida, pela incidência de praga ou qualquer outra razão, no ano seguinte a *renda* a ser entregue deveria ser o dobro, a título de compensação à fazenda.

O *direito* fundamental dos trabalhadores, ou a contrapartida para que se submetessem a tais condições, consistia, como já referido, no acesso à terra – única forma de acesso em princípio possível para esses trabalhadores nesse período. Ou seja, consistia no *direito* de morar e plantar, em área previamente delimitada, em terras da fazenda. Como vimos, a obtenção desse direito frequentemente implicava a compra (com pagamento monetário), por parte do interessado, das benfeitorias realizadas pelo trabalhador que anteriormente explorava a área, além de levar a novos investimentos e melhorias da casa, das cercas etc., assim como a renovação e ampliação das lavouras, permanentes e temporárias. Tratava-se, portanto, da construção de um patrimônio e de condições fundamentais à reprodução da vida familiar. O colonato representava assim, para esses lavradores, a condição de continuidade da própria vida.

1.3 Esvaziamento e conflitos

A temporalidade e as condições de ascensão e declínio da grande lavoura cafeeira no Rio de Janeiro guardam, como já mencionado, algumas diferenças, quando comparamos as diversas regiões e municípios produtores. Do mesmo modo, observam-se diferenças nos rumos e atividades econômicas desenvolvidas nessas áreas em substituição à cafeicultura decadente. Mas do ponto de vista da população rural, sejam

em que a pesagem era acompanhada pelo colono, e outras em que a comercialização da sua parte ficava opcionalmente a seu encargo.

quais forem os caminhos e em que tempo tenham sido seguidos, em todas essas regiões a substituição do café pela criação extensiva de gado ao longo do século XX parece não somente não ter sido capaz de reverter o processo de perdas sociais, econômicas e ambientais, já em curso, como gerou ou intensificou um quadro de esvaziamento demográfico, instabilidade e graves conflitos sociais. Em linhas gerais, esses conflitos, marcados por uma profunda assimetria social, colocavam, de um lado, famílias de fazendeiros que, embora economicamente decadentes, mantinham ainda um forte poder político, nos níveis local, regional e mesmo federal; e, de outro, famílias de trabalhadores rurais, lavradores, cujo capital cultural voltava-se basicamente à sua reprodução social na lavoura, e que, uma vez expulsos da terra, encontravam-se em grande parte dos casos em situação de extrema pobreza e falta de alternativas. É dentro desse quadro que devemos considerar os atos de violência e as diferentes formas de violação dos direitos humanos ocorridos nessa região, agravados pela conjuntura ditatorial e repressiva que caracteriza o período pesquisado.

O sistema de colonato aqui considerado incluía, como vimos, a autorização para uso de uma determinada parcela de terra para o plantio de mantimentos diversos e pequenas criações. Com essas lavouras e criações, os colonos garantiam o seu autoconsumo e uma pequena comercialização do excedente, além de, em muitos casos, assegurar o abastecimento da própria fazenda e dos arredores, incluindo-se vilarejos e cidades próximas. Manteve-se assim em certas localidades a permanência nas terras e a continuidade produtiva dos antigos colonos, em um processo que, ao longo do tempo, consolidou a legitimidade das suas posses, que foram sendo subsequentemente transmitidas às novas gerações.

Nas regiões em que o café foi em grande parte substituído pela pecuária leiteira, como é o caso de Valença, as fazendas parecem ter sido capazes de manter ainda um grande número de trabalhadores, no sistema de meia, permitindo assim a disponibilidade de uma mão de obra permanente e de baixo custo monetário (necessária para a produção leiteira), além de garantir a continuidade de abastecimento da fazenda com os produtos da lavoura de mantimentos, da qual a fazenda recebia metade.[9] Nesse caso, além do processo de esvaziamento iniciado com a decadência da cafeicultura (na virada do

[9] Com o fim da produção cafeeira e a pecuária leiteira ocupando o lugar de principal atividade produtiva, as lavouras de mantimentos dos colonos passam a ser feitas, de um modo geral, sob o sistema de meia, e não mais com o antigo pagamento de renda (10% a 20%), de quando eram feitas paralelamente ao café.

século), a posterior passagem da pecuária leiteira para uma pecuária extensiva de corte representou, ao que tudo indica, o golpe final para esses trabalhadores.[10]

Muitos dos trabalhadores envolvidos em conflitos possessórios (e trabalhistas) nessas antigas fazendas viram-se, portanto, confrontados com a iminência de expulsão da terra onde haviam nascido e onde haviam trabalhado, ao lado dos pais, por toda sua vida; e uma grande parte acabou sendo efetivamente expulsa, a julgar pelos dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostram uma importante queda populacional nas áreas rurais desses municípios e um correspondente aumento na população dos núcleos urbanos e sobretudo nas zonas periféricas das capitais, Rio de Janeiro e Niterói. Para uma ideia aproximada desse processo, consideremos alguns dados demográficos de dois importantes municípios cafeicultores do Rio de Janeiro, cujas histórias seguem rumos bastante diversos: Valença e Trajano de Moraes.

Em Valença, entre 1950 e 2010, a população rural passou de 19.796 para 9.619 habitantes, em um processo inverso ao que ocorria com sua população total, que no mesmo período teve um importante crescimento, passando de 36.126 para 71.843 habitantes. Em Trajano, no mesmo período, a população total caiu junto com a população rural, passando a primeira de 16.771 para 10.289, e a segunda de 14.710 para 5.509 habitantes (em uma queda ainda maior).[11] Apesar de seguirem histórias e desenvolvimentos tão distintos, esses dois municípios apresentam em comum um significativo esvaziamento de suas áreas rurais: em Valença uma perda populacional de 51,4%, e em Trajano de 62,5%.[12]

Benedito Luiz Rodrigues, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Valença, relata sobre a vinda massiva do *povo da roça* para os loteamentos e bairros que então se formavam no entorno da cidade e sobre a alternativa de emprego nas fábricas têxteis, nessa época (anos 1960) ainda em grande atividade. E se refere ao empobrecimento dessa população a partir do fechamento dessas fábricas, no final dos

[10] Processo similar ao ocorrido na Zona da Mata mineira, de acordo com pesquisa realizada no antigo Município de Rio Preto (LINHARES, 1998).
[11] IBGE. Censos Demográficos de 1950 e 2010; Base SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Disponível em: < http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acessado em: 01/07/2015.
[12] Isto sem considerar uma análise comparativa que vá mais longe no tempo, que nos levaria a índices ainda maiores de êxodo rural. Não nos foi possível neste momento buscar dados demográficos para os dois municípios em períodos anteriores, como os Censos de 1940 e 1920 (levantados somente para Trajano). Quanto ao crescimento urbano do Município do Rio de Janeiro, o IBGE registra, para 1950, uma população de 2.377.451 habitantes (considerando então a região da antiga Guanabara); para 2010, 6.320.446 habitantes; e ainda em 2010, considerando a Região Metropolitana do Rio, um total de 11.835.708 habitantes. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo =CD77> e <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acessados em 01/07/2015.

anos 1980, e às consequências para trabalhadores que se mantinham na lavoura e que, como ele próprio, comercializavam sua produção em grande parte nesses bairros:

> (...) Eles trabalh[avam] na época nas fábricas, tinha as fábricas de tecido, tudo, só que isso foi mudando, das fábricas de tecido foi mudando tudo pra uma porção de indústrias pequenas (...). Houve lá uma ocasião de muito desemprego, que acabou também as companhias têxteis que ocupavam mais de tantas mil pessoas. (...) [Isso] deve ter sido nos anos 86, mais ou menos... que eu lembro que nós quando entrou no Mutirão [da Conquista], a gente ia com muita mercadoria e vendia aquilo tudo. Aí na época do desemprego lá das fábricas, que o pessoal foi embora, então aquilo fracassou a firma, e veio os mercados também fazendo feira, o mercado também faz a feira dele. Uma porção de gente enfraqueceu essa feira na época. Agora que tem umas fabricazinhas mais ou menos, mas esse povo trabalhava tudo mesmo ali, na cidade, muito desempregado, muitos foi pra outra cidade, pro Rio de Janeiro (Benedito Luiz Rodrigues, entrevistado por Leonilde Medeiros e Marco Antônio Teixeira, em 27/08/2014).[13]

Os dados demográficos apontam para uma significativa (e inquestionável) proporção de esvaziamento das antigas áreas cafeicultoras, assim como do interior do estado de um modo mais geral. Será preciso, no entanto, uma pesquisa aprofundada para que possamos entender de fato em que condições e sob que pressões esses trabalhadores partiram, sabendo-se que uma minoria, em princípio exposta a um quadro geral de constrangimentos comuns, negou-se a partir, lutando das mais diversas formas pelo seu direito à terra.

Ainda que se considere a existência de algumas alternativas ao antigo lugar de colono ou posseiro, como tornar-se servidor público, operário fabril ou migrar para outras áreas de terra onde ainda houvesse possibilidade de posse, a julgar por pesquisas anteriormente realizadas com esse grupo social, parece-nos pouco provável que a saída da terra tenha se dado como resultado de uma escolha – entendida como uma ponderação entre diferentes possibilidades disponíveis, entre as quais se prioriza uma, percebida nesse caso como mais rendosa ou mais interessante (a ida para a cidade sendo possivelmente

[13] Sr. Benedito explica a sua opção de permanecer na roça, e reflete sobre as dificuldades vividas por aqueles que, como seus irmãos, migraram para cidades maiores como o Rio de Janeiro, sem ter formação ou escolaridade que lhes permitissem alcançar boas condições de vida: "Quer dizer, achei que foi muito melhor, conforme meus irmãos, foi, hoje em dia já não existe mais, mas eles foram, passaram grande dificuldade, porque sair daqui e ir pro Rio de Janeiro, sem casa, sem nada, até adaptar, até organizar... Eles ganhavam bem, mas gastava também fácil, porque não tinha uma coisa formada na cabeça, então não adiantou nada. Ou adiantou, não sei, mas eu fiz mais certo. Eu penso assim. Eu fiquei lá, [para] atender meu pai e minha mãe, no momento deles, que é um prazer que eu tenho. [Porque] hoje, meu pai e minha mãe, carreguei eles no colo no final da vidinha deles, foi um prazer isso. Pra mim [isso] é muito importante." Entrevista realizada por ocasião de um encontro organizado pela Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) em Araruama.

desejada, por exemplo, por propiciar ou criar a ilusão de facilitação de acesso a serviços públicos nas áreas de saúde e educação). Será preciso uma pesquisa de campo específica, aprofundada nessa direção, para que possamos afirmar em caráter conclusivo como de fato esse processo foi vivido pelos milhares de famílias de lavradores que de um modo ou de outro perderam a terra, "abandonando-a" ou sendo literalmente expulsas, como mostram os registros feitos pelas entidades sindicais, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela imprensa.[14]

A Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários (Seaf) destaca vários fatores que contribuíram para a eclosão e o agravamento de conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, o próprio processo de expulsão de trabalhadores e o consequente esvaziamento do interior, que se materializa no aumento no número de despejos. Segundo, a imprecisão dos títulos, que em certas áreas relaciona-se a um processo de ocupação de terras supostamente ocupadas por grileiros, onde ações de resistência haviam sido provisoriamente vitoriosas, passando a funcionar estas áreas como "polos de atração" para a vinda de novos posseiros – situação particularmente ocorrida na Baixada Fluminense (que, além de trabalhadores oriundos de outros estados, possivelmente recebeu antigos colonos do café vindos de diferentes municípios do Rio de Janeiro). Terceiro, o pouco empenho, a ineficácia e a descontinuidade das intervenções do poder público na resolução dos conflitos, considerando, além disso, que em um contexto de repressão e autoritarismo, talvez os "órgãos públicos responsáveis por gerir a questão agrária" não fossem percebidos ou de fato na prática não funcionassem como "mediadores confiáveis ou eficientes para o encaminhamento das questões". Quarto, o envolvimento de agentes cartoriais com o processo de grilagem, incluindo-se a corrupção nos cartórios e a fraude de documentos. Finalmente, são referidas as estratégias utilizadas por proprietários ou grileiros para neutralizar as ações do poder público de desapropriação: desde a venda e o desmembramento fictício das terras, até o emprego da violência e o simples desconhecimento de determinações e da autoridade dos órgãos encarregados da questão agrária (SEAF, 1991, p. 97-98).

De acordo com a Fetag/RJ (1981), em agosto de 1979 havia conflitos por terra em todo o Estado do Rio de Janeiro em 15 municípios e 47 fazendas, com 25 mil pessoas

[14] E provavelmente, ao menos em parte, pelos órgãos públicos responsáveis pela questão agrária, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no plano federal, e a Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários (Seaf), no plano estadual – cujas documentações arquivadas não foram diretamente pesquisadas nessa etapa do trabalho, por circunstâncias internas (aos órgãos) que impediram provisoriamente o nosso acesso.

envolvidas. No levantamento realizado pela Federação em 1981, foram registrados 20 municípios, 59 fazendas e mais de 30 mil pessoas envolvidas. E no relatório de 1985, encontram-se conflitos em 38 municípios, 137 áreas, com cerca de 43 mil pessoas envolvidas, apontando para uma tendência de acirramento da luta pela terra no estado, com o correspondente agravamento das violências.[15]

> Por detrás desses números (...), o que encontramos são despejos e violências de toda ordem empregadas contra posseiros e outras categorias de trabalhadores rurais, seus representantes, advogados e aqueles que, de uma forma ou de outra, a eles se vinculam. (...) Chegando-se mesmo, não raro, como resultado das disputas, ao assassinato de pessoas. Longa é, assim, a lista de crimes que, segundo um documento sobre *Assassinatos no Campo* produzido pelo MTST, em 1986, teriam ocorrido na área rural fluminense (SEAF, 1991, p. 99).[16]

Este acirramento é registrado também pela imprensa fluminense. Em matéria do jornal *A Última Hora* de junho de 1981, é noticiada uma concentração de grande número de trabalhadores rurais no Incra, organizada pela Fetag/RJ e pela CPT, com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e de 24 Sindicatos de Trabalhadores Rurais do estado, tendo por objetivos alertar as autoridades para os locais onde havia conflitos de terra e denunciar a grilagem, a perseguição policial aos trabalhadores e a violência em geral. Segundo o documento, na ocasião entregue pela CPT às autoridades, as tensões sociais cada vez mais constantes apontavam para a necessidade e urgência de uma reforma agrária "imediata, ampla, maciça e com participação dos trabalhadores".[17]

Em relatório feito pela Federação em 1990 sobre conflitos por terra no Rio de Janeiro, registra-se que entre 1970 e 1990 haviam ocorrido no estado 184 conflitos. Os conflitos identificados nas atuais regiões Serrana, Centro Sul e Médio Paraíba somavam

---

[15] De acordo com esses registros, se antes havia ¼ dos municípios do Rio de Janeiro envolvido em conflitos de terra, dois anos depois este número havia subido para 1/3 (Fetag/RJ, Ofício nº 107/SE/81, de 15/06/1981. Ofício dirigido ao Coordenador Regional do Leste Meridional - Incra CR 07, Antonio Américo Ventura). Em CPT (Comissão Pastoral da Terra), *Trabalhadores Rurais vão ao Incra.* Rio de Janeiro, 1981. Dossiê elaborado pela CPT com cópias de documentos e matérias da imprensa sobre conflitos por terra no Rio de Janeiro (MSPP/ig CPT.se - pasta II, Subpasta "Atividades RJ"); e Seaf, 1991, p. 98 (dados de 1985).

[16] Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). *Assassinato no Campo: Crime e Impunidade (1964-1985).* São Paulo, 1986. *Apud* SEAF, 1991.

[17] De acordo com a matéria, estavam presentes nessa manifestação representantes dos STRs de Casimiro de Abreu, Macaé, Magé, Campos, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Nova Iguaçu, Itaboraí, Parati, Angra dos Reis, Caxias, Silva Jardim, Rio Bonito, Paracambi, Bom Jardim, Teresópolis e outros. "Conflitos de terra levam mil lavradores ao INCRA". *A Última Hora*, Rio de Janeiro, 16/06/1981 (MSPP/ig CPT.se - pasta I, Subpasta "Atividades RJ").

28, ou seja, cerca de 15% do total. Nesse relatório são listados somente os nomes das localidades ou fazendas, sem qualquer outra informação sobre os conflitos, assim distribuídos por município: três em Barra Mansa (Santa Cecília, Fazenda Santa Tereza e Sítio Belmonte); cinco em Piraí (Pinheral - Mutirão da Paz, Confiança, Sobradinho, Boa Esperança e Fazenda da Rocinha); um em Resende (Barra 1); três em Rio Claro (Conflito na área da CERJ, Sítio do Parado e Fazenda Pinheiros (Serra Pelada); um em Santa Maria Madalena (Morumbeca); dois em São Fidélis (Muribeca e Sertão); dois em Valença (Mutirão da Conquista e Fazenda Santa Mônica); um em Miguel Pereira (Fazenda Botais); um em Teresópolis (Fazenda Alpina); três em Trajano de Moraes (Fazenda Caixa d'Água, Santo Inácio e Fazenda da Cerj); três em Vassouras (Palmeiras, Santa Margarida e Fazenda São Marcos ou Paes Leme ou Botais); três em Volta Redonda (Fazenda Carvalho, Três Poços e Fazenda Retiro).[18]

Uma quantificação precisa sobre a incidência de conflitos envolvendo trabalhadores rurais nas antigas regiões cafeicultoras do estado demandaria uma pesquisa extensa que não será possível nesse momento. Mas uma hipótese aparentemente plausível aponta para uma ocorrência maior do que aquela oficialmente registrada (por órgãos públicos, entidades sindicais, imprensa etc.), cujo foco parece em princípio restrito à ocorrência de crimes e aos enfrentamentos de caráter coletivo que contaram, em alguma medida, com a mediação sindical ou de outras organizações criadas com a finalidade de representação e defesa de trabalhadores, tais como a CPT e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Estariam possivelmente excluídos desses registros, por exemplo, um grande número de processos trabalhistas onde se discute, entre outros, o direito à indenização ou ressarcimento pela perda de lavouras e outras benfeitorias feitas pelo trabalhador, antigo colono, em terras da fazenda; estariam, sobretudo, excluídas as violências sofridas por aqueles cuja reação tenha sido simplesmente partir em busca de outras alternativas.[19] Podemos, no entanto, considerar que, de um modo ou de outro, um

[18] Nesse documento, somente o conflito de Resende é resumidamente relatado. Fetag/RJ, *Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro – ocorridos entre os anos de 1970 e 1990*. Rio de Janeiro, 1990 (MSPP/Sr - SC.frj.c - Pasta II). Além dessa listagem, há referências numéricas a conflitos sem qualquer informação em relatório da Fetag de 1985, arquivado pela CPT, como por exemplo ocorrências em Paulo de Frontin e Mendes, constando ter havido um conflito em cada município, envolvendo cada um seis famílias (sem referência sequer aos nomes das fazendas ou localidades). Fetag/RJ, *Conflitos de Terra no Estado do Rio de Janeiro – 1985*. Relatório produzido pela Fetag e incluído em um dossiê elaborado pela CPT com cópias de documentos e matérias da imprensa sobre conflitos por terra no Rio de Janeiro (MSPP/Ig – CPT.se – pasta I).

[19] O caso de Valença é nesse sentido exemplar. Em todo o período pesquisado (1964-1988) encontram-se registrados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela Federação somente dois conflitos por terra no município, mas ao mesmo tempo encontra-se arquivado um grande número de conflitos trabalhistas e

conflito trabalhista entre um fazendeiro e um trabalhador rural, cuja moradia e lavoura encontram-se implantadas em terras do outro, possui em si um significado fundiário.

Nilson Marques (1978) chama a atenção para o uso frequente da figura jurídica do *comodato*, por parte dos fazendeiros, em contratos verbais ou escritos, como forma de transformar uma relação que de fato é de trabalho em uma espécie de locação gratuita (o comodato), passível, portanto, de ser rompida a qualquer momento e sem geração de qualquer ônus de caráter trabalhista para o empregador. São os contratos que ele define como "contratos inominados no Direito Agrário", referindo-se aos diversos modelos ilegais de contratos de trabalho largamente praticados no interior do estado, assim disfarçados pela figura do comodato (permitindo ao fazendeiro retomar a casa e a terra sem maiores dificuldades legais). Ao defini-los como "contratos agrários inominados", Nilson Marques os considera legalmente submetidos às regras do Estatuto da Terra, assim como à legislação pertinente ao trabalho rural.[20]

A Seaf destaca a diversidade de formas assumidas pelos conflitos por terra no estado, e a consequente necessidade de diversificação das fontes consultadas, ressaltando que:

> (...) Os litígios podem não somente assumir formas diversas, nem sempre espetaculares ou dramáticas, mas que também podem ser encaminhados por meios diversos, não excludentes, ainda que aparentemente contraditórios, como enfrentamentos armados e ações jurídicas, além de se desenrolarem em arenas várias. Caberia, portanto, detectar as formas específicas que assumiram as disputas de terra naquele momento, seus meios de encaminhamento e suas arenas privilegiadas (SEAF, 1991, p. 105).

Por outro lado, é interessante considerar o percentual de conflitos registrados nas mencionadas regiões (15%), quando comparado aos percentuais de distribuição da

algumas ações possessórias individuais, que não foram contabilizados na categoria "conflito" na qual se basearam os relatórios da Federação. De acordo com Benedito Luiz Rodrigues, há no STR diversas caixas com esse tipo de documentação armazenada, às quais não tivemos acesso; e nos arquivos da Fetag, digitalizados pela presente pesquisa (Fundo Fetag – NMSPP/CPDA/UFRRJ), observa-se que grande parte dos ofícios encaminhados pela Fetag ao STR de Valença nos anos 1980 diz respeito ao andamento de uma série de processos trabalhistas. Há ainda os casos de trabalho escravo, ao que tudo indica registrados somente pela Comissão Pastoral da Terra. Diversos exemplos são encontrados na documentação arquivada pelo Centro de Documentação D. Tomás Balduíno – Acervo Digital da CPT Nacional.

[20] Nilson Marques considera, nesse sentido, o Direito Agrário como "irmão gêmeo" do Direito Trabalhista. E apresentando a fundamentação legal desse "parentesco", explica que "contrato de comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Coisa não fungível é a coisa *móvel* que não pode ser substituída por outra da mesma espécie, qualidade e quantidade. O solo, logo a terra, é bem imóvel (artigo 43 do Código Civil Brasileiro), não podendo, é a lógica, ser objeto de contrato de comodato. É impedimento legal" (MARQUES, op. cit., p. 20 e 21. Grifo do autor).

população no estado. De acordo com o IBGE, em 1980 as regiões Serrana, Centro Sul e Médio Paraíba somavam uma população total de 1.382.093 habitantes (cada uma respectivamente com 579.484, 202.861 e 599.748 habitantes), que correspondem a cerca de 12% da população total do estado no mesmo período (11.489.797 habitantes).[21] Esses índices nos parecem permitir (ou contribuir para) uma certa relativização da noção em geral extraída, sobretudo da documentação sindical, de que nessas regiões teria havido uma ocorrência significativamente menor de conflitos envolvendo trabalhadores rurais.[22]

Para uma ideia aproximada dos registros realizados sobre conflitos e ações repressivas nas antigas áreas cafeicultoras do estado no período pesquisado, listamos os casos identificados por município e respectivas localidades, sobre os quais foi possível encontrar algumas informações (ver anexo 1). Essas informações, sistematizadas principalmente por entidades sindicais e pela Comissão Pastoral da Terra, possuem níveis diferenciados de detalhamento, mas são em geral pontuais e incompletas, do ponto de vista histórico, sendo obtidas muitas vezes de matérias da imprensa e documentos produzidos pelo próprio movimento social, com a finalidade de denunciar e produzir um determinado impacto político, visando sensibilizar a sociedade e notadamente órgãos públicos para as violências sofridas pelos trabalhadores. Reiteramos o fato, já observado, de que esses conflitos não devem ser entendidos necessariamente como decorrência direta (e exclusiva) da decadência da cafeicultura no estado, mas, antes disso, como relacionados a uma conjuntura econômica, social e política mais abrangente, tanto no tempo quanto no espaço.

A listagem em anexo, na parte referente às antigas regiões cafeicultoras, inclui 19 conflitos por terra e quatro conflitos de origem trabalhista envolvendo trabalhadores

---

[21] Foi escolhido o Censo de 1980 pelo fato de ser o primeiro censo posterior à fusão do antigo Estado do Rio com a Guanabara (1975), além de estar a meio caminho no período levantado pela Fetag (1970-1990). IBGE – Série Estatísticas. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77>, acessado em 01/07/2015.

[22] Esses dados não possuem, está claro, um significado conclusivo. Mas nos parecem, ao contrário, instigadores de reflexões que busquem entender de modo mais aprofundado o processo de perdas vivido pelos trabalhadores nessa história, cujo registro encontra-se precariamente realizado (na origem) e/ou levantado. Relatórios e outros documentos produzidos pela Fetag sobre conflitos por terra no Rio de Janeiro enfatizam via de regra três importantes áreas de conflitos no estado: a região Metropolitana, abarcando a Baixada Fluminense; o então chamado Litoral Sul, hoje Costa Verde; e o Norte Fluminense. As regiões Serrana, Centro Sul e Médio Paraíba (além da Noroeste) são raramente mencionadas, e quando o são, trata-se de referências pontuais sobre um ou outro caso específico em que a Federação foi chamada a mediar (como em parte dos casos listados em anexo). Levando-se em conta a localização das respectivas populações rural e urbana, provavelmente será encontrado um percentual diferencial ainda maior, mas este cálculo por ora não foi feito.

residentes nas áreas em que trabalhavam.[23] Os conflitos registrados em Valença e em Trajano de Moraes serão mais à frente apresentados, tomando-se por base não somente pesquisas documentais mais amplas, mas também trabalhos de campo onde foram realizadas diversas entrevistas com trabalhadores e seus representantes. À exceção destes últimos, que foram objeto de pesquisa em diferentes fontes, os casos listados no referido anexo devem ser considerados com cautela, sobretudo no que tange a informações incriminatórias nominalmente atribuídas, sejam a fazendeiros, grileiros ou pretensos proprietários, sejam aos trabalhadores e lideranças envolvidas.[24]

É importante sublinhar (e insistir) o caráter parcial e limitado dessa listagem, considerando ainda, por um lado, que as violências registradas restringem-se, via de regra, a agressões no plano físico pessoal e material, incluindo-se no máximo sob a categoria "ameaça" uma ideia mais difusa de violações que podem se referir a um plano mais sutil, imaterial, mas que de todo modo nem sempre é explicitado. Ficam, portanto, em geral excluídas desses registros as violações de ordem psicológica, como as diferentes formas de constrangimento a que foram expostos muito provavelmente um grande número de trabalhadores e suas famílias, levando em conta o alto grau de desigualdade social e o aspecto clientelístico que caracterizam grande parte dessas relações, historicamente herdadas de um contexto escravocrata ainda bastante próximo, tanto do ponto de vista sociocultural quanto temporal. O caso da Fazenda Santa Mônica, que será mais à frente examinado, nos traz alguns exemplos dessa ordem de violações.

Por outro lado, não podemos desconsiderar, embora não tenhamos nesse momento condições de aprofundar a pesquisa nessa direção, os diferentes tipos de violação sofridos por trabalhadores que sequer chegaram a constituir ou a ser reconhecidos como "conflitos", nesses termos merecedores da mediação e do registro por parte das entidades sindicais e demais defensores da categoria. Quantas famílias terão sido expulsas e saído da terra silenciosamente, temerosas, por exemplo, de que uma denúncia pudesse trazer violências ainda maiores, em um contexto no qual o poder público tende a estar do outro lado, defendendo os interesses dos detentores do poder econômico, social e político? Que

[23] Estamos aqui nos referindo somente aos conflitos sobre os quais obtivemos alguma informação, cujos resumos se encontram em anexo.

[24] As fontes utilizadas para chegar a essa listagem foram basicamente os relatórios sobre conflitos elaborados pela Fetag/RJ (1979, 1981, 1985 e 1990), arquivados pelo Núcleo de Movimentos Sociais e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/UFRRJ); os documentos digitalizados pela CPT Nacional e arquivados no Centro de Documentação D. Tomás Balduíno; e uma entrevista com Álvaro Roldão realizada por Afrânio Garcia em 08/09/2001 para a pesquisa *Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada* (2000-2002). Será preciso posteriormente confrontar esses dados com os registrados pelos órgãos públicos responsáveis pela questão fundiária no estado, como Incra e Seaf.

tipos de constrangimentos, humilhações e violências terão sofrido cotidianamente até chegarem à decisão de saída da terra? Estas e muitas outras questões de mesmo teor não serão por ora respondidas, mas nem por isso devem ser esquecidas ou desconsideradas. É, portanto, levando em conta toda a sua limitação que essa listagem deve ser vista, como um breve panorama para uma ideia aproximada de parte das violações ocorridas no campo fluminense no período enfocado, e sobretudo dos critérios utilizados pelos movimentos sociais para o registro dessas ocorrências, em seu esforço de dar visibilidade e obter uma possível intervenção política sobre o que vinham sofrendo os seus representados.

Finalmente, vale observar que em Valença, Volta Redonda e Barra Mansa – não por acaso os municípios mais industrializados do interior do estado (cf. SANTOS, 2010) – a concentração de um operariado organizado e politicamente apoiado por partidos e políticos de esquerda, e por membros da Igreja progressista, fez com que a repressão pós-golpe chegasse de modo particularmente rápido e violento, se compararmos aos demais municípios outrora cafeicultores.

Santos chama a atenção para a localização estratégica do Médio Paraíba para o desenvolvimento do estado e do país, e a importância econômica e política dada a essa região no período militar, particularmente a Volta Redonda – "conhecida pela sua forte organização sindical, identificada como reduto do trabalhismo getulista e, para a elite militar que acabava de assumir o poder no país, estava repleta de simpatizantes do presidente deposto, João Goulart" (SANTOS, op. cit., p. 137). Poucos dias após o golpe, a diretoria da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, cedeu 16 casas para o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) de Barra Mansa, permitindo assim que membros do BIB passassem a residir dentro da Cidade Operária. Citando Bedê (2004), Santos relata ainda o clima de intimidação e os atos arbitrários praticados pelo Exército e pela diretoria da CSN a partir de 1º de abril de 1964:

> Antes do meio-dia começaram as prisões dos dirigentes e militantes sindicais. João Alves dos Santos Lima Neto, presidente do Sindicato, foi preso no interior da Usina Presidente Vargas. Othon Reis Fernandes, diretor de Serviços Sociais da CSN, foi apanhado em sua residência por uma patrulha do Exército. As prisões de suspeitos de subversão e, também, a busca e apreensão de "material subversivo" prosseguiram por todo o mês de abril (BEDÊ, 2004, p. 126, *apud* SANTOS, 2010, p. 137).

Alex Martins (*apud* NOGUEIRA, 2014), presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Volta Redonda, onde atualmente se encontra instalada a Comissão Municipal

da Verdade, corrobora esta visão, destacando que a partir do golpe de 1964 Volta Redonda e Barra Mansa viveram momentos críticos de resistência, com a ocorrência de graves violações dos direitos humanos: "Golpe de 1964 na CSN; prisão dos membros da JUDICA em 1967; prisão de sindicalistas e professores em 1968; prisão de militantes da JOC, AP, POC, PCB, PCBR em 1970; torturas e assassinatos dos quatro soldados no BIB em 1972; prisão de Rosalice Fernandes em 1976; greve dos peões em 1979 e greve de 1988".[25]

Segundo Martins, todos os depoimentos coletados pela Comissão da Verdade de Volta Redonda apontam para a confirmação de que

> O 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa, BIB, entre 1967 e 1972 possuía um pavilhão de torturas, chamado "arquivo", isolado dos outros pavilhões, com equipamentos de choque, pau de arara, celas torturantes (chamadas "submarino"), palmatórias, tambores de afogamento, configurando-se num importante centro de repressão e tortura durante o regime de Ditadura Militar, com dezenas de casos de torturas e alguns assassinatos (MARTINS, *apud* NOGUEIRA, 2014).[26]

Nos casos a seguir examinados, encontram-se desdobramentos bastante diversos a partir do declínio da cafeicultura. Em Valença, integrada ao contexto social e político acima referido, as forças golpistas agiram com a mesma velocidade de Volta Redonda, focando imediatamente a principal organização de trabalhadores do município: a União Operária Valenciana, que reunia então, em um mesmo programa de atividades, as mais diversas categorias de trabalhadores da cidade e do campo. Em Trajano de Moraes, município serrano mais ao norte do estado, cuja economia, de modo inverso a Valença, parece ter desacelerado quase à estagnação após o café, a repressão pós-golpe se deu de modo mais progressivo, em um quadro literalmente particular: o proprietário das terras reivindicadas pelos antigos colonos era um coronel do Exército e utilizou-se dessa

[25] A Comissão da Verdade de Volta Redonda trabalha, entre outros, com "a apuração da greve de resistência dos operários da CSN, liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos, em defesa do governo trabalhista de João Goulart, e contra o Golpe Civil-Militar de 1º de abril de 1964. Esta greve resultou no Inquérito Policial Militar contra 77 operários presos pelos militares na AMAN- Resende, e a demissão de perto de 200 lideranças sindicais". Giovanni Nogueira. "Marco Histórico – Ditadura Militar: 50 anos". *Diário do Vale*, 20/03/2014. Disponível em: <http://m.diariodovale.com.br/views/noticiaInterna.asp?cod=87391&codArea=2>, acessado em 01/03/2015.

[26] São referidos ainda por Martins os casos de Edir Inácio da Silva, militante do PCB, preso e muito torturado no 1º BIB, e de Rosalice Fernandes, filha de Othon Reis Fernandes (sindicalista histórico, amigo de João Goulart, que foi cassado em 1964), presa em 1976 e "condenada por crime contra segurança nacional por escrever e tentar distribuir panfletos em Volta Redonda" (MARTINS, *apud* NOGUEIRA, 2014).

condição para mobilizar forças policiais contra os trabalhadores. Vejamos então suas respectivas histórias.

2. Valença: os casos da União Operária e das fazendas Santa Mônica e Conquista

Valença foi um dos mais importantes municípios produtores de café do Rio de Janeiro e sua história acompanha, nesse sentido, inclusive do ponto de vista cronológico, o desenvolvimento do Município de Vassouras, onde Stein (1961) focalizou sua pesquisa. Em Valença, como em Vassouras, a virada para o século XX foi um momento de forte decadência e de muitas fazendas sendo hipotecadas e perdidas para o sistema bancário. Mas Valença, assim como outros municípios do Médio Paraíba, longe de permanecer "desolada", partiu rapidamente em busca de alternativas econômicas, substituindo o café por um processo de industrialização que tornou a região, em meados do século XX, um importante polo industrial, com destaque no cenário socioeconômico estadual. Valença particularmente antecipou-se nesse processo, implantando, logo no início do século, indústrias têxteis na sede municipal e indústrias de laticínios em seu interior, com a conversão de antigas fazendas cafeicultoras em áreas de pecuária leiteira e a formação de diversas cooperativas de produtores.[27] Santos (2010) destaca esse pioneirismo de Valença,

> (...) um dos núcleos do auge da economia cafeeira no Estado do Rio de Janeiro, que de fato sofre forte impacto com a crise da sua agricultura, agravada pela abolição da escravatura, com fazendas dilapidadas e fortunas arruinadas, mas que, já na década de 1910, através de *uma série de esforços locais*, consegue erguer um parque têxtil que irá perdurar por 80 anos, solapado que foi pela abertura comercial dos anos 1990, apesar de ter contribuído em todas essas décadas para que Valença se tornasse uma das principais aglomerações urbanas do Vale do Paraíba fluminense, ainda hoje a microrregião mais industrializada do interior do Estado (SANTOS, 2010, p. 49. Grifos nossos).[28]

[27] O que surpreende em Valença, e que difere fortemente do processo vivido em Vassouras, é justamente a rapidez com que a economia municipal começa a se reorganizar sobre bases industriais.

[28] Santos (2010) chama a atenção para o fato de a implantação do parque têxtil em Valença anteceder por décadas a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, ocorrida somente em 1942.

É preciso, no entanto, relativizar o papel dessa dinamização econômica no município e a quem objetivamente ela beneficiou, considerando-se que essa dinamização não impediu a desconstrução de um mundo de trabalho e de vida central para famílias de lavradores, antigos colonos, que se viram, em grande parte, na contingência de instalar-se em periferias urbanas, em um processo de possíveis ganhos (proximidade de serviços de educação e saúde, por exemplo) mas certamente de muitas perdas. Como já mencionado, os dados do IBGE demonstram um importante esvaziamento da área rural do município, ao mesmo tempo que a população total aumentava consideravelmente, indicando a força de atração exercida pela referida industrialização (para além do próprio município).

Uma pesquisa aprofundada será necessária para sabermos como essas mudanças foram vividas por essas famílias de trabalhadores; pesquisa que deverá se utilizar de diferentes métodos para tentar alcançar as primeiras décadas desse processo. Mas de acordo com entrevista realizada com Marilda Fernandes, que atuava pela CPT como integrante de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) em Valença nos anos 1970 e 1980, era alta a incidência de casos de depressão entre trabalhadores rurais que haviam perdido a terra e sido constrangidos a instalar-se na periferia da cidade e a adaptar-se a funções, por assim dizer, "urbanas", como certos trabalhos braçais na Prefeitura Municipal (varredor de rua, lixeiro), operário fabril etc. (Marilda Fernandes, entrevistada por Elizabeth Linhares em 23/01/2015).[29]

Em 1982, Marilda fez um curso no Rio Grande do Sul sobre uma iniciativa de trabalho social, voltado a mulheres de periferia, chamado "Clube de Mães". Ao voltar para Valença, deu início a um trabalho semelhante com mulheres de baixa renda moradoras da periferia e também do centro da cidade. Explicando o sofrimento não só das mulheres, mas dessas famílias vindas da roça, e as dificuldades que então viviam (e ainda vivem) para se adaptar ao ambiente e à vida na cidade, Marilda relata:

[29] Entrevista realizada na casa da entrevistada em Valença, com a participação do Sr. Benedito, presidente do STR. De acordo com Marilda, Fernando Graça, por diversas vezes prefeito de Valença, sendo ele próprio fazendeiro, empregava muitos trabalhadores na Prefeitura para silenciar qualquer possível reivindicação trabalhista, de trabalhadores de fazendas suas ou de fazendeiros amigos seus. Nesse período, o campo vinha sendo esvaziado e, segundo Marilda, até as escolas foram fechadas, no intuito de inviabilizar definitivamente a permanência das famílias na roça. Foi uma migração em massa para a cidade e foi quando, nas suas palavras, a periferia de Valença "inchou". Ela se refere como exemplo (entre vários citados, para continuidade da investigação) ao caso da família de D. Olga, onde todos teriam passado por isso. Sr. Benedito, presente à entrevista, relatou ele mesmo ter recebido (e recusado) uma proposta desse tipo, em troca de uma indenização trabalhista à qual tinha direito.

> (...) Principalmente naquela época ainda, porque as mulheres não eram nada, tudo sozinha, largada, não tinha ninguém por elas. Aí eu fui, conheci esse trabalho, achei interessante, cheguei aqui, e começamos. Fizemos um trabalho muito bom, e continua (...). Hoje mesmo uma senhora [outra militante] estava falando, "gente, mas fulano, fulano é tão difícil!" [E Marilda responde] Mas é isso mesmo, é difícil, porque é para atender essas pessoas que ninguém aguenta. Porque [são] pessoas que trabalharam a vida inteira na roça. Igual ela falou: "Eu só entendo de machado e de enxada", a dona falou. Então, tudo que você vai dar, de outro tipo, ela está em outra realidade, ela não se adapta. A Rosalina [outra militante] falou: "Ai meu Deus, só se a gente fizer uma horta lá e mandar ela capinar!". Porque são pessoas que estão muito sofridas, sofreram demais e ainda estão muito amarradas naquilo, estão curtindo aquilo ainda, ainda acham que não podem fazer nada [na cidade]. Então a gente está tentando ajudar essas pessoas, pra levantar a autoestima dessas pessoas: "Vocês são capazes, vocês conseguem". Agora esse ano, nós começamos um outro grupo, e nesse pessoal principalmente, tinha uma mulherada em depressão (...). Não tem mais espaço para essas pessoas que vêm da roça, essas pessoas têm um outro ritmo de vida, a vida inteira... E agora, não tem uma festa pra eles, não tem nada, tudo é diferente. Então está ficando tudo em depressão. (...) A gente está tentando resgatar, levantar a autoestima dessa gente (...). Tem gente que está surdo, tem gente que já quase não enxerga, mas que quer fazer. Tem que ter muita paciência (Marilda Fernandes, entrevistada por Elizabeth Linhares em 23/01/2015).

É preciso entender, na direção indicada por Elias (1995), que o que se perde, o que se desconstrói (ou é ameaçado de desconstrução) com o fim do colonato e a expulsão ou abandono forçado da terra por esses trabalhadores, é muito mais do que um emprego, um trabalho ou meio de subsistência; é todo um conjunto de valores e referenciais culturais em torno dos quais a vida se organiza e ganha sentido. Podemos tentar assim (e somente assim) dimensionar o impacto das perdas sofridas por essas famílias. A primeira, e talvez a mais profunda, entre as muitas violências possivelmente ocorridas no desenrolar de sua história.[30]

É, portanto, importante sublinhar que, mesmo nesses municípios onde a implantação de indústrias nesse período teve um papel econômico tão relevante e dinamizador, essa dinamização não foi capaz de alterar o quadro de perdas verificado no campo. Em Valença, inegavelmente, a implantação de indústrias têxteis e leiteiras no

[30] É preciso considerar os significados de *violência* e de *violação aos direitos humanos* em toda a sua amplitude. Recentemente, por exemplo, a crise no abastecimento de água em São Paulo foi considerada pela Organização das Nações Unidas como uma violação aos direitos humanos. Um relator da ONU "reuniu-se com organizações da sociedade civil, na capital paulista, para colher informações sobre a crise de abastecimento". "ONU considera crise hídrica em SP uma violação aos direitos humanos". *Carta Maior*, 03/05/2015. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?%_2FEditoria%2FDireitos-Humanos%2FONU-considera-crise-hidrica-em-SP-uma-violacao-aos-direitos-humanos%2F5%_2F33392>, acessado em 01/06/2015.

decorrer do século XX foi geradora de emprego e renda, e de fato fortaleceu a economia municipal (e, conforme Santos, op. cit., estadual), em um período em que grande parte dos antigos municípios cafeicultores estava em franca decadência; e é muito provável que essa industrialização tenha absorvido parte considerável dos lavradores oriundos das antigas fazendas de café, não somente de Valença, mas de outros municípios do estado. Mas isso não significa que a prosperidade possivelmente produzida por essa industrialização tenha atingido (positivamente) as famílias de trabalhadores, especialmente os trabalhadores do campo. Muito pelo contrário, em um manifesto dirigido "às autoridades e ao povo em geral", em janeiro de 1962, Gervásio Gomes de Azevedo (então presidente da União Operária Valenciana) expõe com clareza as contradições desse processo:

> Valença, sendo tão rica, tem sua população rural na mais extrema pobreza, sem escolas e sem assistência médica (...), implacavelmente explorada pelos fazendeiros (...). Não comem carne, *não comem queijo e manteiga, e não bebem leite*. Muitos nem mesmo a verdura, pois o "senhor todo poderoso" dono da terra lhes tomou a horta. Confundem, os senhores donos, inanição com "preguiça"; fraqueza física com moleza. Nesta época em que o Brasil reclama produção, enxotam-nos. Então o camponês vem para a cidade, deixando sua condição de produtor para consumidor, contribuindo desta forma para a alta dos aluguéis, para a desvalorização da mão de obra, enfim, concorrendo para o aumento do custo de vida (Gervásio Gomes de Azevedo, *Terra Livre*, janeiro de 1962, p. 6. Grifos nossos).[31]

Por outro lado, é preciso também refletir sobre o significado e a amplitude dos "esforços locais" referidos por Santos (2010), tendo em vista a dinamização econômica do município. De acordo com Gilson Gabriel (2004), a implantação de atividades industriais e comerciais em Valença nesse período foi possível a partir da migração do capital até então investido na agricultura do café, que passa a ser investido nessas atividades. Além disso, "a existência de uma rede ferroviária ligando o interior à capital

[31] A prosperidade vivida sob a forma de uma crescente concentração de renda no período do chamado "milagre brasileiro" e o seu papel na postura passiva e conservadora da sociedade valenciana (especialmente das camadas médias) são estudados por Maria Carolina Figueira Neves dos Santos em "Brasil: Ame-o ou Deixe-o – O Governo Médici em Valença". *Cadernos do Tempo Presente*, nº 3, 3 de abril de 2011. Segundo a autora, "a cidade oferecia boa oferta de empregos, sobretudo ligados ao setor têxtil e à Fundação Educacional Dom André Arcoverde, criada em 1967 (...). No entanto, no dizer do próprio presidente [Médici], 'a economia [podia] ir bem, mas a maioria do povo ainda [ia] mal'. Apesar do grande número de empregos, os salários dos operários industriais eram baixos, situação que levou a manifestações sindicais, reivindicando aos proprietários maior participação dos trabalhadores nos lucros das empresas" (SANTOS, 2011, p. 5).

do estado, as relações comerciais estabelecidas por fazendeiros da região com centros maiores e as relações de alguns 'coronéis' com o poder político local" teriam contribuído para o desenvolvimento dessas atividades (GABRIEL, 2004, p. 6).

Entre as indústrias têxteis instaladas em Valença a partir do início do século XX, destaca-se a Companhia de Fiação e Tecidos Santa Rosa, criada em 1915. Incorporando mais tarde outras empresas, o chamado "Grupo Santa Rosa" atravessou décadas de grande crescimento. Seu declínio inicia-se somente nos anos 1980. Entre seus principais acionistas, havia duas famílias de Valença. Para Gilson Gabriel, a relação do Grupo Santa Rosa com o estado nunca foi totalmente esclarecida: "(...) já no final do século XIX, por conta da necessidade em se buscar um outro caminho para a economia local, a Câmara Municipal de Vereadores concede aos futuros industriais da cidade um terreno de localização privilegiada". Evidencia-se assim para o autor o "interesse dos políticos locais na construção dessa alternativa econômica", ressaltando-se que vários desses políticos eram acionistas das empresas que estavam sendo criadas.

> E essa relação da municipalidade com os interesses privados não para por aí: mais tarde a Prefeitura Municipal de Valença contribuiu também para instalação de outras empresas da área têxtil, promovendo a doação de terrenos (...) ou concedendo permissões reais de uso para galpões e boxes onde se verificam instaladas outras empresas industriais e comerciais, sendo que tais práticas são vistas até os dias atuais (GABRIEL, 2004, p. 8).

Mas talvez a mais relevante informação trazida por Gilson Gabriel para a atual pesquisa diz respeito a dados apresentados por Renée Dreifuss (1981), que relacionam duas das principais empresas têxteis de Valença (Cia. Progresso de Valença e Cia. de Fiação e Tecidos Santa Rosa) à elite econômica nacional que se articulava através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), representando importante base política contrária às propostas reformistas de João Goulart.[32] Diz o autor:

> Ao entrarem decididamente numa organização com tão claros objetivos como o IPES, aliam-se os empresários do Grupo Santa Rosa a um projeto elaborado tendo em vista a manutenção do poder por uma determinada classe. Defendendo, inclusive, o golpe militar ocorrido em 1964 (...). A manutenção desse poder tem como consequência, ou acima de tudo, a

[32] De acordo com Dreifuss (1981), a Companhia Progresso de Valença é a primeira em uma lista de empresas que contribuíam financeiramente para a criação e manutenção do IPES, através do Centro Industrial do Rio de Janeiro, "tentando assim manter-se anônima" (GABRIEL, 2004, p. 9).

> ampliação do poder econômico e o aprofundamento das desigualdades sociais (...) (GABRIEL, 2004, p. 10).

Parte do empresariado valenciano visava, assim, a "aquisição de benesses desse Estado mantenedor do *status quo* dominante. Fazer parte do grupo (ou apoiá-lo) que domina diretamente a política nacional, no caso os governos militares, significa ter acesso a capitais, a informações, a serviços, enfim, a benefícios aos quais quem 'está de fora' não tem" (GABRIEL, 2004, p. 10). Talvez esta relação explique, entre outras coisas, a referida rapidez e "eficiência" com que as forças golpistas em 1964 aniquilaram a principal (quiçá única) organização social de esquerda então existente em Valença, a União Operária Valenciana.

2.1 Uma União Operária, dois Sindicatos e o sonho (abortado) da reforma agrária no município

A União Operária e o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valença

A União Operária Valenciana foi fundada em fevereiro de 1920 e se definia originalmente como uma associação de caráter beneficente e mutualista. Entre seus objetivos iniciais, destacavam-se a assistência médico-farmacêutica e o auxílio pecuniário aos operários têxteis em caso de enfermidade.[33] Foi instalada desde a sua fundação em edifício próprio, na sede municipal, onde permaneceu até abril de 1964 – quando, segundo depoimento de Ney Fernandes, na época um dos seus principais dirigentes, foi completamente desmantelada.

Além das associações de caráter beneficente, no bojo desse processo de industrialização foram criadas organizações classistas, voltadas ao operariado de Valença e instaladas na sede municipal. Entre estas destacam-se o *Sindicato dos Trabalhadores*

[33] Foram seus fundadores José Nogueira (presidente), Constantino Aliter, Antar Fontoura da Silva, Pedro Alves da Cruz, Paulo Gioseffi, OsvaIdo Silva e Antenor José dos Santos. Além da União Operária, foram criadas em Valença nessa época diversas "associações beneficentes". Entre elas, a *Caixa Beneficente dos Operários da Cia. Santa Rosa S/A*, fundada em 1929, visando a assistência médica, farmacêutica, dentária e funerária aos empregados e respectivas famílias da Cia. de Fiação e Tecidos Santa Rosa; a *Assistência Social aos Empregados da Companhia Progresso de Valença*, fundada em 1938, com os mesmos objetivos voltados aos empregados da *Companhia*; o *Círculo Operário de Marquês de Valença*, fundado em 1944 sob a orientação de um padre, Natanael de Veras Alcântara, visando igualmente a assistência médica, dentária, escolar etc., aos operários associados. O *Círculo Operário* mantinha ainda aulas de corte e costura e culinária às mulheres associadas. *Valença de hoje e de ontem, capítulo 7. Aspectos sociais: saúde pública e organizações sociais.* Disponível em: <http://www.geocities.ws/leoni_iorio_valenca_div3/valenca_livro_aspectos_sociais_parte_1. htm>, acessado em 01/03/2015.

na Indústria de Fiação e Tecelagem de Valença, fundado em 1932; o *Sindicato dos Mestres e Contramestres na Indústria de Fiação e Tecelagem de Valença*, fundado em 1941 e reconhecido em 1943; e a *Cooperativa de Consumo dos Empregados na Industria Têxtil de Valença*, fundada em 1942 com o objetivo de venda de gêneros de primeira necessidade aos operários cooperados.[34]

Mas voltemos à União Operária, porque é ela quem irá, no início dos anos 1960, se voltar também aos trabalhadores rurais, das mais diversas categorias, realizando uma série de eventos e atividades tendo em vista a sua conscientização política e o desenvolvimento ou planejamento de estratégias para uma futura reforma agrária no município. Não por acaso ela teria sido tão rápida e eficazmente destruída logo após o golpe.

De acordo com Nogueira (2014), havia em Valença nos anos 1960 "mais de 10 mil trabalhadores nas fábricas e a cidade era uma das que mais prosperava em todo estado".[35] O clima era então otimista e culturalmente interessante, havendo na cidade, entre outros, estabelecimentos de ensino superior e cinemas. A União Operária, apontada pelo autor como um "sindicato de prestígio nos anos 60", teria chegado a ter "mais de mil sócios". De fato, como será visto mais à frente, a entidade era muito mais que um sindicato, funcionando como uma espécie de central sindical e reunindo representações das mais diversas categorias de trabalhadores. Ney Fernandes, em depoimento a Nogueira, relembra as prisões que sofreu e os amigos que foram torturados logo após o golpe. Passou um ano foragido e foi preso mais de cinco vezes. "Em nenhuma delas havia um motivo, causa aparente, apenas a desconfiança dos militares que, segundo ele, não tinham preparo. Apenas recebiam ordens e as executavam" (NOGUEIRA, 2014). Neste

---

[34] E diversas cooperativas de produtores de laticínios, criadas entre os anos 1930 e 1940 e instaladas em diferentes distritos e localidades de Valença, tendo por objetivos a compra de leite e a venda comum dos produtos processados. A grande maioria (talvez a totalidade) era filiada à *Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. (CCPL),* do Rio de Janeiro, viabilizando assim o alcance de um mercado mais amplo para seus produtos. Entre estas, destacam-se a *Cooperativa, de Laticínios S. S. Rio Bonito*, fundada na vila de Pentagna em 1936, sendo a mais antiga cooperativa leiteira do Estado do Rio; a *Cooperativa Agro-Pecuária Santa lzabel de Resp. Ltda.*, fundada na vila de Santa Izabel do Rio Preto em 1940; a *Cooperativa Agro-Pecuária de Rio Preto de Resp. Ltda.*, fundada na vila de Parapeúna em 1941; a *Cooperativa Agro-Pecuária de Esteves Ltda.*, fundada no povoado de Esteves (1º distrito) em 1942; a *Cooperativa Agro-Pecuária de Conservatória Ltda.*, fundada na vila de Conservatória em 1942; e a *Cooperativa Agro-Pecuária de São Fernando Ltda.*, fundada em Coronel Cardoso, no distrito de Parapeúna, em 1943. Disponível em: <http://www.geocities.ws/leoni_iorio_valenca_div3/valenca_livro_aspectos_sociais_parte_1.htm>, acessado em 01/03/2015.

[35] Giovanni Nogueira. "Marco Histórico – Ditadura Militar: 50 anos". *Diário do Vale*, 20/03/2014. Disponível em: <http://m.diariodovale.com.br/views/noticiaInterna.asp?cod=87391&codArea=2>, acessado em 01/03/2015.

mesmo depoimento, Ney Fernandes relembra as atividades da União Operária e as mudanças no quadro local a partir da queda de João Goulart:

> As conversas e reuniões aconteciam sempre aos domingos, próximo ao mercado municipal da cidade. Os membros e simpatizantes do sindicato acreditavam estar respaldados, mas quando Jango saiu do poder, o então comandante do quartel em Valença também mudou de posição. "Estávamos enganados. Houve invasões de casas e propriedades. Éramos presos várias vezes, e sempre absolvidos. Era uma paranoia dos militares mesmo. Eram desprovidos de conhecimento. Não havia comunistas ou ameaças do gênero" (FERNANDES, *apud* NOGUEIRA, 2014)

Manoel José de Pinho Duque, também integrante da direção da União Operária nessa época, relata parte da história da organização, bem como a forte repressão e as violências sofridas por seus dirigentes a partir de abril de 1964.[36]Analisando a conjuntura nacional naquele período, Duque enfatiza o fato de o país ter entrado, a partir da posse de João Goulart em 1961, em uma "verdadeira democracia participativa", onde todos podiam se manifestar e os problemas nacionais podiam ser "abordados abertamente, com participação de todos (...) – Reformas de Base: Reforma Bancária, Reforma Agrária, Reforma de Ensino, Reforma Urbana etc. (...)" (DUQUE, s/d).[37] Nesse contexto, a União Operária tinha forte atuação local, participando "de todos os eventos políticos e trabalhistas" do município. Faziam parte da direção: Gervásio Gomes de Azevedo (presidente, acima referido), Sebastião Araújo (vice-presidente), Ney Fernandes (secretário), Raul Silvestre Vieira (tesoureiro) e o próprio Manoel Duque (relações públicas). Essa era a diretoria no biênio 1959/1961, sendo reeleita para o biênio seguinte, 1962/1964. Além desse corpo dirigente, a entidade contava com delegados sindicais de diferentes categorias: têxtil (Carneirinho), ferroviário (o próprio Manoel Duque), de transporte (Diomedes), metalúrgico (Machadinho) e comerciário (José Américo); e todos auxiliavam a diretoria e participavam das mais diversas ações em defesa dos interesses da população local e em especial dos trabalhadores.[38]

---

[36] Manoel José de Pinho Duque. Texto datilografado, sem data, arquivado por Ney Fernandes e Gilson Gabriel, que nos cederam uma cópia, junto com outros documentos do período. Nesse texto Manoel Duque relata parte da história da União Operária e a sua própria experiência pessoal enquanto integrante.

[37] Duque enfatiza ainda o fato de Valença ter votado majoritariamente no Marechal Lott, candidato da Frente Nacionalista à presidência da República e opositor a Jânio Quadros, o que teria contribuído para um clima especialmente otimista no município com a renúncia de Jânio e a posse de João Goulart (nessa época as eleições de presidente e vice-presidente eram separadas).

[38] Por exemplo, Duque relata sua participação contestadora, como representante da categoria na União Operária, nas discussões sobre a extinção de certos ramais ferroviários no município, obtendo êxito (naquele momento). Em sua visão, pelo fato de a União Operária atuar na defesa dos direitos de todos os trabalhadores, "trabalhadores de categorias diferentes procuravam os membros da Diretoria a fim de

É importante ressaltar que alguns dos dirigentes da União Operária nesse período integravam também a direção e eram articulistas regulares de um jornal de grande circulação local – *O Valenciano* – através do qual veiculavam notícias, debates e editoriais alinhados com as diretrizes de atuação da entidade, potencializando certamente a sua força política e a sua capacidade de atrair seguidores. Não por acaso os integrantes da direção das duas instituições foram tão imediatamente visados a partir do golpe.

A história de *O Valenciano* merecerá uma pesquisa à parte, dada a sua importância histórica e as mudanças de rumo por que passou ao longo dos anos. Mas em linhas gerais, vale registrar que *O Valenciano* era um jornal semanal, publicado aos domingos, fundado em 1911 por David Alves dos Santos, seu "redator-proprietário" por um longo período. Aparentemente, nessa fase inicial o jornal não possuía uma identidade propriamente política, embora se pronunciasse criticamente em certos debates.[39] E na edição de 7 de maio de 1924, o jornal publica pequeno artigo intitulado "Festa Operária", em que é feita referência à União Operária Valenciana, que havia inaugurado em 1º de maio a sua sede social.

Nos anos 1950, *O Valenciano* parece assumir um lugar bastante definido no jogo político, sobretudo a partir de 1956, quando, ao que tudo indica após o falecimento de seu fundador, o jornal passa a ser dirigido por seus filhos, David da Silva Santos e Allan Kardec da Silva Santos.[40] Em 21 de outubro de 1956, *O Valenciano* estampa na primeira página com grande destaque um editorial intitulado "O Povo é Quem Manda", assinado pelo advogado Franklin Silva Araújo, então redator do jornal:

> Quer nos parecer que bem dificilmente conseguiriam (...), os magnatas que se acostumaram a ter o Povo Valenciano reduzido a um rebanho submisso, tornar a dominar discricionariamente os cidadãos desta terra. Acreditamos que nunca mais esta gente se submeterá ao despotismo inconcebível,

conseguirem apoio em suas reivindicações, por isso é que existiam delegados de diversas categorias, tais como: Motoristas, Metalúrgicos, Comerciários, Bancários, Ferroviários e Têxteis – este por ser o da categoria de maior número de sindicalizados, cujo Sindicato não se preocupava com os interesses da categoria, [se] omitindo sempre em proveito do patronato" (DUQUE, s/d, p. 32).

[39] Conforme edições de 1916 digitalizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Prof. Rogério da S. Tjader, da Fundação D. André Arcoverde, de Valença. Aproveito a oportunidade para agradecer a Adriano Novaes, diretor do Centro, que nos possibilitou a consulta a este acervo. Em rápida pesquisa na internet encontramos referência a um jornal de mesmo nome criado em 1832, que teria sido o primeiro jornal do município (<http://www.portalvalencarj.com.br/cronologia-valenca-rj/>, acessado em 01/07/2015). Não temos por ora maiores informações sobre uma possível continuidade ou refundação deste mais antigo, mas *O Valenciano* que aqui nos referimos foi fundado por David Alves dos Santos, que parece ter estado à frente da sua direção até o seu falecimento.

[40] Infelizmente não tivemos por ora acesso a nenhuma edição das décadas de 1930 e 1940.

> inacreditável e, contudo, verificável, em que viveram até a gora os Valencianos. (...). (Franklin Silva Araújo, *O Valenciano*, 21/10/1956)

O jornal se torna um dos principais veículos utilizados pela União Operária Valenciana para publicação de seus editais, convocações para assembleias, convites etc.[41] Allan Kardec, que dirigia o jornal e simultaneamente integrava o Conselho Fiscal da União Operária, passa a assinar uma coluna de primeira página com o título "O Povo Precisa Saber a Verdade", na qual se coloca em defesa dos interesses do município e particularmente da classe trabalhadora local em assuntos diversos.

Em fevereiro de 1957, *O Valenciano* mantém na primeira página o nome de seu fundador, David Alves dos Santos, ao lado do então diretor, Antonio Augusto de Siqueira, e do redator-chefe, Gervásio Gomes de Azevedo. Em seu "expediente", neste ano, registra-se como proprietários do jornal os "irmãos Silva Santos" (Athos, David, Allan e Maria D'Alva Santos Barbosa). O jornal agora tinha também um secretário, Carlos Roberto Santos (provavelmente da mesma família).

Em 4 de novembro de 1960 é publicada uma edição especial de aniversário de 50 anos do jornal, que voltava a ser dirigido pelos irmãos Allan Kardec e David da Silva Santos. Nesta edição a União Operária publica uma pequena saudação em homenagem ao jornal; e a Frente Nacionalista de Valença, representada por Ney Fernandes, encaminha para publicação um ofício onde enaltece o papel social desempenhado pelo semanário, congratulando-o pelos 50 anos de existência: "O Valenciano, acima de tudo, tem pugnado pelas boas causas, pela justiça e tem se colocado como lídimo defensor da democracia e do progresso. Seremos, portanto, eternos admiradores desse semanário" (Ney Fernandes, *O Valenciano*, 04/11/1960).

Em 8 de janeiro de 1961, Sebastião Araújo, vice-presidente da União Operária, publica em *O Valenciano* o artigo "Balanço Geral", no qual denuncia a corrupção inerente ao regime capitalista e os prejuízos para o país, destacando a importância exemplar da revolução cubana:

---

[41] Em 21 de outubro de 1956, a União Operária publica em *O Valenciano* a realização de sua Assembleia Geral Extraordinária, para eleição de diretoria, conselho fiscal e duas comissões. Foram então eleitos: Diretoria – Presidente: José Correa Armond; Vice-Presidente: Oswaldo Ribeiro de Sousa; 1º Secretário: Oscar Ribeiro; 2º Secretário: Esmeraldina Esteves Leal; 1º Tesoureiro: Antonio Feliciano da Silva; 2º Tesoureiro: Ney Fernandes; 1º Procurador: Pedro Coelho; 2º Procurador: Othon Ávila; Conselho Fiscal: Jair Araújo; Allan Kardec da Silva Santos; Scylas Gomes Leal, além das duas comissões, uma para dirigir a reforma do prédio, e outra, da qual fazia parte Franklin Silva Araújo, para elaborar a reforma dos Estatutos.

> (...) Enquanto esta situação calamitosa atinge de rijo o pobre, que sofre os efeitos do regime capitalista que a tudo corrompe aniquilando os mais fracos, já se faz sentir a reação dos povos escravizados como prenúncio de uma nova era, liderados pela pequenina e patriótica Cuba, que será a força propulsora e de encorajamento para os que sofrem sob o tacão dos poderosos, animando-os na arrancada para a libertação econômica e política. Fazemos votos para que o ano que ora se inicia, seja a esperança para os que sofrem, seja o marco para a liberdade dos oprimidos e de respeito pela pessoa humana (...) (Sebastião Araújo, *O Valenciano*, 08/01/1961).

E Gervásio Gomes de Azevedo, então presidente da entidade, escreve, em coluna intitulada "O Verdadeiro Cristão", um pequeno artigo igualmente reverenciando o exemplo cubano, no qual destaca: "(...) Cuba será uma nação sem analfabetos. Cuba será uma nação sem fome, sem medo, sem discórdia. Cuba é o Povo. Cuba tem um Governo do Povo. Fidel Castro é o autêntico, o verdadeiro cristão; CUBA VENCERÁ" (grifo original). (Gervásio Gomes de Azevedo, *O Valenciano,* 08/01/1961).

A partir de 1961, surgem os primeiros indícios de que a União Operária começava a acolher (ou já acolhia) entre seus associados ou participantes das suas atividades os trabalhadores do campo. O advogado Franklin Silva Araújo, que atuava na defesa de trabalhadores de diferentes categorias, associados à entidade, se lança candidato às próximas eleições e é francamente apoiado pelo jornal. Em 11 de junho desse ano *O Valenciano* publica em sua primeira página um editorial intitulado "Os Humildes com Silva Araújo: Operários e Camponeses Hipotecam Solidariedade ao Brilhante Advogado. Sob o signo do Nacionalismo, uma Candidatura Vitoriosa".[42]

> A candidatura do Dr. Franklin Silva Araújo vem a todo instante penetrando em todas as camadas do povo fluminense, principalmente nesta região, onde o candidato goza de grande prestígio entre os trabalhadores das cidades e dos campos. (...) Atualmente, embora residindo em Barra do Piraí, defende, através da União Operária Valenciana, os trabalhadores da "Princesa da Serra". (...) Durante mais de 8 anos foi presidente do PSD valenciano, sendo o mais implacável adversário da política situacionista, que representa um estado de coisas arcaico. Deixando a política partidária, organizou a "Frente Nacionalista de Valença", sendo seu Presidente

[42] Não fica claro se é candidato a vereador ou deputado estadual, mas de todo modo sua base eleitoral é em Valença e municípios próximos do Médio Paraíba. Em anúncio publicado em *O Valenciano* em 1963, Franklin Silva Araújo divulga seus serviços como advogado, com horários de atendimento em Valença, Três Rios, Vassouras e Barra do Piraí, apresentando-se como advogado das entidades União Operária Valenciana, Delegacia Regional do Estado do Rio do Sindicato dos Empregados em Empresas Ferroviárias da Zona da Central do Brasil, Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados Rurais do Município de Vassouras, Sindicato dos Lavradores e Trabalhadores Rurais de Valença e Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Valença (nessa ordem).

> durante muitos anos. É o atual Presidente da "Frente Popular Nacionalista de Barra do Piraí". A candidatura de Silva Araújo está vitoriosa porque tem como signo o nacionalismo (editorial não assinado, *O Valenciano*, 11/06/1961).

Em 24 de setembro, em campanha política visando as próximas eleições, Gervásio Gomes de Azevedo publica o artigo "Caçadores de votos", no qual denuncia o oportunismo eleitoral e as falsas promessas feitas por candidatos na "caça aos votos", conclamando "o povo" a votar naqueles que lutavam pela melhoria da situação do trabalhador rural e pela reforma agrária:

> (...) O Povo já tem as Câmaras e Assembleias lotadas de incapazes, de representantes que se limitam somente às promessas, ao levanta e assenta dos que desejam "se arrumar", ou querem o mandato por vaidade ou diletantismo.
> (...) O Povo deve refugar os candidatos que deixam de lutar pela Reforma Agrária, que não tomam conhecimento da angustiosa situação do trabalhador rural, ganhando em Valença a vergonhosa quantia de Cr$ 50,00 (Fazenda de Chacrinha). (...) O Povo deve mostrar que o eleitor de cabresto já não existe, e que Valença saberá escolher os seus candidatos, dando uma lição nos caçadores de votos (Gervásio Gomes de Azevedo, *O Valenciano*, 24/09/1961).

Em 1º de outubro, *O Valenciano* publica um convite para uma "Reunião de Lavradores" com autoridades, a ser realizada na União Operária Valenciana, "a fim de se debater os vários problemas da coletividade que moreja[va] na roça. Estar[iam] presentes especialistas no assunto, inclusive componentes do Instituto Nacional de Colonização" (União Operária Valenciana, *O Valenciano*, 01/10/1961).

Em 1962, Allan Kardec se lança candidato a vereador em Valença, com o slogan "O povo precisa da imprensa no legislativo", utilizando-se do próprio jornal para sua campanha política. Em 15 de julho desse ano, líderes sindicais, estudantes e políticos de Volta Redonda publicam em *O Valenciano* uma espécie de manifesto sobre a instalação, no município, da Frente de Libertação Nacional, nascida, em suas palavras, "da necessidade de unir em um só organismo político todas as representações dos setores mais patrióticos e progressistas, para, em frente única, lutarem contra os tradicionais inimigos da Pátria (...)". E apresentam os pontos fundamentais dessa luta:

> (...) Encontrar-nos-emos, a partir de agora, unidos, em todos os recantos deste município, lutando pela REFORMA AGRÁRIA, pela REFORMA TRIBUTÁRIA, pela NACIONALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS

> BÁSICAS, pela CONTENÇÃO DOS LUCROS, pela Legislação sobre a REMESSA DE LUCROS para o estrangeiro, pela REFORMA UNIVERSITÁRIA. Lutando, corajosa e conscientemente, por um BRASIL mais digno da grandeza de seus recursos naturais e da esperança de seus filhos. Lutando por uma nova sociedade, mais humana e mais confortadora, por um BRASIL DEFINITIVAMENTE EMANCIPADO (grifos originais) (Comissão Executiva da Frente de Libertação Nacional em Volta Redonda, *O Valenciano*, 15/07/1962).[43]

Nesta mesma edição, *O Valenciano* publica com grande destaque o que considera as principais passagens do discurso do padre Francisco Pessoa Lage, de Belo Horizonte, na sessão final do Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, destacando em negrito e caixa alta no título as palavras do padre: "Será Vossa Esta Terra, CONQUISTADA COM VOSSO SANGUE" (Francisco Pessoa Lage, *O Valenciano*, 15/07/1962).[44]

Por esses rápidos fragmentos de publicações, apesar de sua incompletude enquanto fonte histórica, é possível vislumbrarmos a existência em Valença, no período imediatamente anterior ao golpe, de um grupo bastante atuante do ponto de vista sindical e político, partidário e extrapartidário, cujo foco voltava-se para as camadas social e economicamente desfavorecidas. Não foi possível por ora prosseguir a investigação para identificar de que modo estavam ligados a organizações de abrangência estadual ou nacional, mas é muito provável que estivessem. Organizado localmente sobretudo na União Operária Valenciana, esse grupo, como vimos, era em parte também integrante e responsável pela direção e pela linha editorial de *O Valenciano*, que nesse período parece ter sido, como acima mencionado, um dos seus principais veículos de comunicação com a população de Valença.

De acordo com informações apuradas em Inquérito Policial Militar (IPM), no qual os dirigentes da União Operária Valenciana são acusados de subversão, a entidade era, "sob forma simulada, uma célula do Partido Comunista Brasileiro":

---

[43] Assinam o manifesto, como integrantes da Comissão Executiva: "Ex-Vereador Waldemar de Paula Coutinho; Líder de Classe Edyl Américo Duarte; Líder Sindical Argemiro da Costa Ribeiro; Universitário Gunter Bantel; Professor Brasil Lul Diogo; Líder de Classe José Roque; Vereador João Alvarenga".

[44] Ainda nesta edição, o jornal publica a carta de outro padre, Alípio de Freitas, que havia sido expulso da Igreja em razão da sua militância política. Dirigindo-se à Arquidiocese do Rio de Janeiro, questiona a injustiça sofrida: "Por que, e supostamente, me é retirado o uso das sagradas ordens na Arquidiocese do Rio de Janeiro? Simplesmente (...) porque, integrando-me na luta do povo brasileiro, fui à praça pública lutar pelas reformas de base necessárias à emancipação sócio-política do Brasil." E denuncia: "Por que luta o povo brasileiro? Lutam os camponeses por reforma agrária, lutam os estudantes por reforma universitária, lutam os operários pelo término da exploração capitalista, luta o Brasil pelas reformas necessárias à sua emancipação (...)".

> Os denunciados [Ney Fernandes, Sebastião Araújo, Manoel José de Pinho Duque, Raul Silvestre Vieira, David da Silva Santos, Sebastião Machado e Haroldo Borba de Barros] eram membros da UNIÃO OPERÁRIA VALENCIANA, com sede à rua Cel. Benjamin Guimarães, nesta cidade, onde, sob a orientação e principal direção dos três primeiros, punham em funcionamento, sob forma simulada, uma célula do Partido Comunista Brasileiro, associação dissolvida por força de disposição legal. Assim é que foram ali encontradas e apreendidas inúmeras publicações, descritas no auto de busca e apreensão de fls. 8, todas de natureza nitidamente comunista e destinadas à divulgação de práticas subversivas. Agiam os denunciados preferencialmente junto a operários e lavradores, instalando "ligas camponesas", fomentando a luta de classes e patrocinando, inclusive, conferências como a de uma "oradora que se dizia guerrilheira Colombiana" (fls. 9).[45]

Ney Fernandes é apontado no IPM como principal articulador e responsável pelo "funcionamento da União Operária Valenciana, com características de entidade inequivocamente comunista"; Sebastião Araújo (que havia se tornado presidente a partir da morte de Gervásio Gomes de Azevedo) e Manoel Duque viriam logo em seguida na hierarquia e na responsabilidade pela organização. Ainda de acordo com o IPM, David da Silva Santos, além de integrar a direção da entidade e dirigir *O Valenciano*, possuía outro jornal, *A Verdade*, de características mais diretamente panfletárias. Ao ser interrogado em maio de 1964 sobre ser proprietário deste jornal, confirmou; mas quando questionado sobre a autoria de um artigo "declaradamente subversivo" intitulado "Justiça de Gorilas", publicado em junho de 1963, em que acusava autoridades militares e defendia João Goulart, teria apontado Ney Fernandes, Gervásio Gomes de Azevedo e Manoel Duque como responsáveis pelo fornecimento do original.[46]

Como registrado no IPM, a União Operária de fato atuava "junto a operários e lavradores". Em relação a estes últimos, ao que tudo indica, no início dos anos 1960 a entidade já tinha entre os seus associados ou frequentadores das suas atividades vários trabalhadores do campo. Mas foi em 1962, quando regulamentado o direito à sindicalização rural, que, segundo Duque, a sua diretoria foi procurada por "camponeses

[45] Trecho do processo a que tivemos acesso parcial, por meio de cópias xerocadas e reunidas por Ney Fernandes e Gilson Gabriel, junto ao referido texto datilografado de autoria de Manoel Duque (trata-se de nove páginas que não constituem uma sequência contínua). É com base nas investigações desse IPM que o promotor de justiça de Valença encaminha, em junho de 1965, denúncia contra os diretores da União Operária.

[46] Segundo o IPM, na mesma tipografia onde era impresso *A Verdade*, eram também impressos boletins e panfletos de teor político, supostamente da União Operária, incluindo-se o último panfleto, distribuído em 1º de abril de 1964, intitulado "Alerta".

que foram solicitar a ajuda da entidade no sentido de colaborar na organização do Sindicato de classe", tendo o pedido aceito por unanimidade.

> Os camponeses elegeram primeiro uma comissão composta de 5 (cinco) membros, meses depois sendo convocada uma Assembleia para a eleição da 1ª (primeira) Diretoria, [que] eleita e empossada tomou as providências junto às autoridades ministeriais para o registro do SINDICATO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS dos Municípios de Valença e Rio das Flores, tendo a Diretoria do Sindicato contratado o digno Advogado Dr. Franklin Silva Araújo. Todas as irregularidades desrespeitosas às leis, praticadas por fazendeiros, eram apresentadas, pelo advogado, à Justiça do Trabalho, todas obtendo julgamentos favoráveis aos trabalhadores (DUQUE, s/d, p. 6. Grifo original).

A partir de então, as duas entidades passaram a trabalhar juntas, dando apoio recíproco nas mais diversas situações.

> O Sindicato dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Rio das Flores e Valença, e a União Operária Valenciana davam apoio e colaboração a todos os trabalhadores do campo (o camponês). Os trabalhadores de outras profissões ou de outras ocupações eram atendidos pela União Operária com colaboração do Sindicato dos Lavradores, no Município de Valença e Rio das Flores, [ambas] apoiavam a sindicalização ou associação de qualquer categoria de trabalhador, assim, confraternizávamos indistintamente (DUQUE, s/d, p. 6).

De acordo com Duque, nesse período os lavradores associados participavam ativamente do Sindicato, frequentando suas atividades principalmente aos sábados, domingos e feriados. Quando realizadas assembleias, compareciam também "em número sempre crescente". Ney Fernandes relata, em entrevista para a presente pesquisa, as festas regularmente organizadas pela União Operária aos domingos, nas quais eram oferecidos lanches, música, e, em meio a uma atmosfera de grande alegria e confraternização, incluíam-se atividades de caráter político-pedagógico, visando principalmente a informação sobre direitos e a conscientização política dos trabalhadores (Ney Fernandes, entrevistado em seu escritório de contabilidade, por Elizabeth Linhares em 13/11/2014, em seu escritório).

Além disso, a União Operária e o Sindicato dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, através das suas diretorias, participaram, conforme afirma Duque, da inauguração de diversos Sindicatos e Delegacias Sindicais de trabalhadores rurais, assim como de eventos relacionados a trabalhadores de categorias diversas. Em data não

registrada (possivelmente 1963), o Sindicato dos Lavradores foi procurado por um funcionário do Ministério da Agricultura, que portava um ofício dirigido à diretoria sindical "propondo área de terras da Fazenda Santa Mônica com o objetivo de instalar camponeses filiados ao Sindicato". A direção do Sindicato dos Lavradores e a da União Operária chegaram a ir à Santa Mônica para conhecer a área. Mas, como será visto mais à frente, a partir do regime militar e da instalação, na fazenda, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), essa perspectiva se desfaz inteiramente (DUQUE, s/d, p. 32).

Na visão de Duque, a crescente participação dos lavradores nas atividades sindicais e as sucessivas vitórias trabalhistas obtidas pelo advogado da União Operária provocaram, por um lado, uma também crescente insatisfação dos fazendeiros, "proprietários de extensas áreas de terra, na maioria reacionários", e, por outro lado, uma progressiva restrição das alternativas de moradia e trabalho nas fazendas do município: "(...) Face à divulgação das vitórias conseguidas d'aqueles que iam à Justiça. Através do advogado do Sindicato, contra os fazendeiros que não queriam cumprir a lei, cada dia que passava tornava mais difícil arranjar onde morar" (DUQUE, s/d, p. 7).[47] Além de se apresentar abertamente como defensora e trabalhar pela reforma agrária no município, a União Operária cumpria um importante papel na divulgação de crimes e na exposição pública de fazendeiros que agiam com violência contra os trabalhadores, tornando-se assim ela própria, através de seus dirigentes, alvo de ameaças. Duque (s/d) relata, por exemplo, o caso de um atentado a bala cometido por um fazendeiro (dois tiros dados pelas costas), contra um trabalhador que não havia ainda desocupado a casa em que morava na fazenda, por não conseguir outro lugar para se mudar. Esse episódio ocorreu em período anterior ao golpe e, embora revele a continuidade histórica da violência no campo, evidencia também uma diferença significativa nos desdobramentos da ocorrência, minimamente relacionada a uma maior possibilidade de denúncia, divulgação e de certo modo de exposição pública do fazendeiro criminoso. O trabalhador foi socorrido e levado ao hospital por integrantes da União Operária, e conseguiu sobreviver. Em seguida os diretores denunciaram o ocorrido às autoridades públicas locais, à Rádio local,

[47] Referindo-se ao período de atuação do atual STR de Valença, Sr. Benedito explica nesse mesmo sentido que o trabalhador que procurava o Sindicato em busca de apoio para uma questão trabalhista teria muita dificuldade de conseguir outros trabalhos, tornando-se uma "pessoa inutilizada": "[O fazendeiro] mandava embora. E mandava os outros fazendeiros nenhum dar serviço mais, aquela pessoa era inutilizada. Ficava sem lar, sem direito a mais nada, nem serviço com ninguém. E os fazendeiros eram meio encrencados" (Benedito Luiz Rodrigues, entrevistado por Leonilde Medeiros e Marco Antônio Teixeira, 27/08/2014)

distribuíram boletins de porta em porta na cidade e remeteram o mesmo texto para o jornal *A Última Hora* e para Raul Silvestre Vieira, diretor da União Operária, cujo jornal publicou com destaque. Esses episódios provocaram a ira dos fazendeiros do município, acirrando ainda mais os ânimos contra os trabalhadores e seus representantes e defensores. A casa de Raul Vieira chegou a ser invadida pelo fazendeiro, que o ameaçou frontalmente de morte, assim como a Manoel Duque e Sebastião Araújo, na época dirigente da organização e vereador.[48]

Nesse contexto, a morte súbita de Gervásio Gomes de Azevedo, então presidente da entidade, devido a um tiro que teria recebido acidentalmente, é no mínimo estranha, embora tenha sido esta a versão oficialmente aceita. Duque relata esse episódio, indicando de modo muito sutil sua suspeita.

> Gervásio faleceu vítima de um tiro de revólver no ventre, o *ocasionador dizia* ter ido na União Operária Valenciana conversar; lá propôs trocar as armas, ao mostrar o seu ao Gervásio, e o Gervásio o seu a ele, o do Gervásio detonou, atingindo-o no ventre. Socorrido no Hospital Alzira Vargas, veio a falecer após dias de sofrimento, sofremos uma grande perda (DUQUE, s/d, p. 11. Grifos nossos). [49]

Com o golpe de 1964, o grupo se dispersa, muitos sendo perseguidos, alguns sendo presos, levando a União Operária a um fim abrupto. E *O Valenciano* prossegue, sobrevive ao golpe, buscando adaptar-se ao novo contexto político.[50] Em 8 de julho de 1964, o jornal se apresenta não mais dirigido pelos irmãos Silva Santos, então referidos apenas como proprietários; o antigo secretário, Carlos Roberto Santos, torna-se diretor-redator e surge um novo nome, Othon Ávila Amaral, como diretor-secretário. Em 1º de agosto, os irmãos Silva Santos já não são sequer mencionados, somente os referidos diretores. O semanário ganha um novo visual e um outro tom de conteúdo, abrindo espaço para noticiários brevemente informativos e de teor não politizado, críticas pontuais e superficiais ao poder municipal por descuidos com a manutenção da cidade, notícias enaltecedoras da elite política e econômica nacional; são excluídos os editoriais de caráter político reivindicatório bem como os textos dos antigos articulistas de linha progressista;

---

[48] De acordo com Duque, os ameaçados não se intimidaram e prontamente denunciaram, do mesmo modo, às autoridades locais, fazendo em seguida panfletagem nas ruas de Valença sobre o caso (DUQUE, s/d, p. 7 e 8).

[49] Segundo Duque, isto ocorreu seis meses antes do golpe militar, ou seja, aproximadamente em setembro-outubro de 1963.

[50] Não obtivemos por ora informações quanto ao fechamento definitivo do jornal, que parece atualmente não circular mais. Mas sabemos não ter sido imediatamente após o golpe.

e ganham especial espaço as notícias sobre a vida social local, com colunas intituladas, por exemplo, “A moça da foto” e “Quando o assunto é society”.

Na edição de 7 de setembro, novamente desaparece a referência aos proprietários Silva Santos, e *O Valenciano* estampa com grande destaque a principal manchete, em homenagem à data festiva: “CIVIS E MILITARES UNIDOS, **REVERENCIARAM CAXIAS**” (grifos originais). Finalmente, ainda em setembro de 1964, *O Valenciano* publica um artigo intitulado “A Revolução”, cujo primeiro parágrafo já deixa claro para que lado iria, a partir de então, a linha editorial do semanário:

> A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964 foi recebida por uma grande parcela do nosso povo com alegria e satisfação, pois estávamos cansados de desmandos, greves, indisciplina, subversão da ordem, inversão de valores, intranquilidade, insegurança, peleguismo, infiltração comunista ou paracomunista, inflação galopante, aumento progressivo do custo de vida, queda vertiginosa do índice moral e sobretudo de crise de autoridade. Esse era o quadro nacional quando o Comando Revolucionário assumiu o governo, tomando as rédeas do poder (...) (grifo original) (Alays Leite Pinto, *O Valenciano*, 19/09/1964).

Não será exagero afirmar que, assim como a União Operária Valenciana foi abruptamente encerrada com o golpe de 1964, algo semelhante e paralelo aconteceu com *O Valenciano*, acabado naquilo que parece ter sido, nos anos precedentes, a sua marca, enquanto veículo de comunicação política e progressista.

De acordo com Duque (s/d), em 2 de abril, após uma reunião de emergência, os diretores da União Operária decidiram que todos deveriam sair de Valença naquela noite. Pelo seu relato, subentende-se que Ney Fernandes e Sebastião Araújo teriam conseguido sair de imediato; Manoel Duque encontrava-se sem recursos financeiros e teve dificuldades de se movimentar; e Raul Vieira, no dia seguinte, quando se preparava para partir, foi provocado e ameaçado por um fazendeiro a quem a União Operária havia denunciado; concluindo que as ameaças contra ele seriam cumpridas (este fazendeiro era o que havia atirado pelas costas em um trabalhador), tratou de atirar primeiro, matando o indivíduo, sendo, então, preso em flagrante. A notícia da prisão de Raul Vieira correu rapidamente pela cidade, soando como alerta ao demais integrantes da União Operária para a premência de saírem de Valença. Manoel Duque consegue então carona com um conhecido de um amigo seu e se afasta da cidade. Após uma tentativa (negada) de obter abrigo na casa de um amigo de infância, no interior do município, Duque consegue embarcar em um trem para o Rio de Janeiro, onde é acolhido por um tio.

O IPM corrobora no sentido da rapidez com que se deu o esvaziamento da União Operária, registrando que no dia 3 de abril, quando a sede da entidade foi invadida em um "auto de busca e apreensão", nenhum de seus integrantes se encontrava presente. A casa estava vazia e provavelmente fechada, sendo arrombada; foram revirados todos os cômodos e armários, sendo encontrados livros "considerados de propaganda subversiva", além de materiais diversos como um bloco de rifa tendo como prêmio uma viagem a Moscou e Pequim; o referido boletim "Alerta"; rolhas "seccionadas de maneira a serem usadas em engenhos bélicos" em grande quantidade; cerca de 20 litros de gasolina etc.

Em 16 de abril, ingenuamente impressionado e esperançoso com o discurso de posse de Castelo Branco, Manoel Duque decide se entregar e se apresenta, no dia seguinte, no Quartel do Exército em Valença. Ao entrar em contato com a esposa, fica sabendo que sua casa havia sido cercada por cinco soldados armados de metralhadoras, que a inquiriram sobre seu paradeiro; seus pais haviam reunido seus livros e cadernos e enterrado tudo dentro de um saco; e seu filho, que já trabalhava mas ainda era menor de idade, havia sido levado e mantido preso por um dia, para interrogatórios. Manoel Duque foi encarcerado em uma cela onde já estavam outros diretores e integrantes da União Operária (e de *O Valenciano*): Sebastião Araújo, José Américo, Machadinho, David da Silva Santos e Haroldo Borba de Barros. Foi aberto um Inquérito Policial Militar e Duque passou a ser interrogado.

Um dia, dentro do Quartel, Manoel Duque e Sebastião Araújo foram algemados pelo delegado de polícia e pelo carcereiro, colocados em um jipe da polícia e levados para um ponto de grande movimentação no centro da cidade, ali permanecendo expostos e humilhados por cerca de uma hora. Dali foram levados para a delegacia e Duque colocado em uma cela, onde permaneceu por três ou quatro dias. Foi algemado, colocado no pau de arara e barbaramente torturado. Durante as torturas, soldados tocavam sanfona e bateria a fim de abafar seus gritos, mas, ainda assim, uma senhora amiga da família ouviu, reconheceu sua voz e denunciou, conseguindo desse modo que eles fossem trazidos de volta para o Quartel. Em um dia de visita, os presos torturados tiveram a oportunidade de mostrar publicamente as marcas das torturas; no caso de Manoel Duque, sua mulher, orientada por um advogado da família, apresentou denúncia ao Comando do Quartel sobre o que ele havia sofrido na delegacia de polícia e passou a ir diariamente ao Quartel para tentar acompanhar as providências possivelmente tomadas contra o delegado.

Paralelamente às torturas, foi aberto um processo judicial, sendo acusados de subversão e prática de "atividades antirrevolucionárias" em Valença "sete membros da

União Operária Valenciana – os civis Ney Fernandes, Sebastião Araújo, Manoel José de Pinho Duque, Raul Silvestre Vieira, David da Silva Santos, Sebastião Machado e Haroldo Borba Barros". E em 1968, segundo Duque, foram todos julgados e absolvidos, "por absoluta falta de provas" (DUQUE, s/d, p. 24).[51]

Após o julgamento e a libertação, Manoel Duque e sua família não quiseram mais permanecer em Valença, mudando-se para Niterói. Mas nem por isso deixariam de ser perseguidos. Anos depois, trabalhando na Rede Ferroviária Central do Brasil, Manoel Duque foi localizado e seu chefe constrangido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) a lhe afastar (foi sugerido que ele mesmo pedisse o afastamento, alegando motivos familiares; assim foi feito, e seu pedido foi aceito); seu filho chegou a ser preso, sendo levado por dois homens sem qualquer explicação, jogado em um camburão, encapuzado, permanecendo detido por seis dias, nos quais a família não teve qualquer notícia do seu paradeiro (o rapaz não foi sequer interrogado, o que talvez signifique que a intenção maior era amedrontá-los). Em outros trabalhos, em diversas situações, Manoel Duque se viu obrigado a apresentar documentos que comprovassem ter sido absolvido da acusação de subversão. E quando teve a oportunidade, aposentou-se precocemente, retirando-se para uma vida mais restrita a familiares e próximos. Junto com ele saía também de cena, por um longo período, o sonho de uma efetiva reforma agrária no Município de Valença.

Mas a violência não se abateu somente sobre as lideranças sindicais. Segundo o atual presidente do STR de Valença, Benedito Luiz Rodrigues, trabalhadores outrora participantes das atividades da União Operária (por ele referida como *Liga Camponesa*), entusiasmados com a perspectiva de uma reforma agrária e da sonhada obtenção de um lote de terra para lavoura, foram pegos em uma espécie de armadilha articulada por fazendeiros e as forças golpistas, muitos sendo presos e fisicamente agredidos.

> (...) Aquela ditadura veio fazendo a lambança... Teve um distrito lá, um distrito, não, um povoado, perto do primeiro distrito, chamado Rancho Novo. Fizeram uma festa lá, tinha muito trabalhador na região, e a Liga

[51] De acordo com matéria de jornal não identificado (que pelo tipo de letra parece ser do *Jornal do Brasil*), cuja cópia encontra-se arquivada junto ao relato de Manoel Duque, os advogados Cleber Porto e Jorge Curi, defensores dos sete indiciados na denúncia, demonstraram a fragilidade da acusação, que atribuía aos sete valencianos a fabricação das bombas vulgarmente conhecidas como 'coquetéis *molotov*', baseada na apreensão de 20 litros de gasolina e de rolhas seccionadas na sede da entidade, não mencionando o auto a apreensão das garrafas necessárias para o fabrico desses engenhos". Seguia assim a promotoria "as conclusões finais do promotor da Comarca de Marquês de Valença, concluindo que os denunciados não pregaram a insurreição armada", por entender que traduziam "a expressão da verdade". Em matéria de *O Globo* a mesma notícia é veiculada, e a data do jornal (anotada em manuscrito sobre a cópia) seria 19/07/1966, ou seja, o julgamento teria ocorrido na véspera, 18/07/1966, diferindo do ano registrado por Manoel Duque (1968).

> Camponesa na época estava quente lá na fazenda... (...) Então esses líderes... estava um movimento doido, o Exército todo juntou lá nessa terra. Fizeram para pegar o trabalhador pra prender. Chegaram, judiaram, juntaram trabalhador, tinha gente lá, coitadinho, não sabia nem ler nem nada. Tinha um velho lá que o cara perguntava: "O senhor é comunista?", "Eu sou comunista". Aí metia o cacete nele e falava: "você é comunista, você é comunista!" Pau nele. Apanhou muito. (...) Então [tinha] muito lá, já morreu a maior parte. Subiram pra mata, tinha mata lá perto, ia pra dentro do mato e sumia três dias... (Benedito Luiz Rodrigues, entrevistado por Leonilde Medeiros e Marco Antônio Teixeira, 27/08/2014).[52]

Indagado sobre quem fazia ou teria feito isso com as pessoas, se os fazendeiros ou forças do Exército e da polícia, Sr. Benedito aponta a força da ação reivindicatória da União Operária pela reforma agrária como a razão de uma postura de medo por parte dos fazendeiros de Valença, o que parcialmente explicaria a sua participação nesse tipo de evento e a agressividade das forças de repressão, ao que tudo indica agindo de forma articulada:

> Eu acho que os fazendeiros estavam com medo, essa Liga Camponesa falava da reforma agrária mesmo, com peito mesmo. Então eu tinha um tio que falava pra caramba que ia ganhar um pedaço de terra, ficava todo alegre, porque tinha muita criança e coisa... com aquele pedaço de terra. Eu lembro que minha avó era velhinha, meio surda, [ele] ficava gritando no ouvido da minha avó: "Ô, mamãe, eu vou ter um pedaço de terra, um lote!" (...) Ficava gritando, quando a gente era criança. (...) Os caras querendo fazer a reforma agrária, entendeu, aí tinha muita gente mesmo... E ia fazer mesmo, se o Exército não entra massacrando tudo, eles iam fazer a reforma agrária mesmo, não tinha pra onde escapar. Ia ser uma reforma agrária boa, que todo mundo sabia, pra cá. (...) Não fizeram porque o Exército meteu o cacete (Benedito Luiz Rodrigues, entrevistado por Leonilde Medeiros e Marco Antônio Teixeira, 27/08/2014).

A Igreja entra em cena e é criado o segundo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valença

A sonhada reforma agrária em Valença de fato não aconteceu (como no restante do país), e os trabalhadores que por ela lutavam abertamente foram, como vimos,

[52] Vale registrar que a expressão "ligas camponesas" é também utilizada no mencionado IPM, provavelmente referindo-se às delegacias sindicais rurais instaladas no município e arredores a partir de 1962/1963, com apoio de Sindicatos de Lavradores e da União Operária Valenciana. Duque (s/d) relata, por exemplo, terem sido convidados pelo Sindicato dos Lavradores de Barra do Piraí para participarem da inauguração de uma delegacia do Sindicato em Ipiabas, distrito de Barra do Piraí. Foram para essa inauguração dois diretores da União Operária e dois do Sindicato dos Lavradores de Valença, mas foram seguidos por diversos carros suspeitos e, deparando-se no local com a presença ostensiva de cavaleiros em "atitude inamistosa", decidiram voltar para a sede municipal, relatando o ocorrido (DUQUE, s/d, p. 6 e 7).

fortemente reprimidos a partir do golpe de 1964. Mas, um pouco antes disso, em um momento crítico em que se intensificavam as tensões decorrentes do êxodo rural e das péssimas condições de vida dos trabalhadores que permaneciam no campo, a Igreja católica entrou em cena, com uma proposta de ação sindical hoje percebida como moderada ou conservadora. É difícil averiguar, nesse momento, se o projeto original de criação de um segundo STR no município, encaminhado por iniciativa do padre Argemiro Brochado Neves, possuía efetivamente (ou não) a reforma agrária como meta. Mas de todo modo, o fato é que, a partir do golpe, o seu campo de atuação tornar-se-ia nesse sentido bastante limitado.

O segundo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valença foi fundado em 29 de junho de 1963, iniciando suas atividades de modo paralelo e aparentemente desconectado da atuação sindical da União Operária e do Sindicato dos Lavradores que havia sido criado com o seu apoio em 1962 – embora por um curto período (1963-1964) as duas entidades tenham sido contemporâneas, atuando em parte, supostamente, junto a um mesmo público. Mas com o súbito e radical desmantelamento da União Operária em abril de 1964, permaneceu em atuação somente o STR ainda hoje existente, integrante da rede de sindicatos vinculados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).[53]

Criticado por alguns como sindicato "pelego" e reconhecida a sua opção por uma atuação "legalista" como a única possível no período ditatorial, de um jeito ou de outro, o fato é que era esta segunda entidade que estava ativa quando ocorreram no município os conflitos que serão mais à frente apresentados, e é preciso reconhecer que, dentro dessas limitações, foi ela quem se colocou como uma das principais mediadoras entre os trabalhadores e as diferentes entidades envolvidas.[54]

Para se entender a criação deste segundo Sindicato em um momento em que o Sindicato dos Lavradores vinculado à União Operária encontrava-se atuante e a pleno vapor, é preciso considerar o papel da Igreja em um quadro mais amplo, de nível nacional, de certo modo politicamente "preventivo" em relação ao potencial desestabilizador das dificuldades vividas pela quase totalidade dos trabalhadores do campo no país. Segundo

[53] Este segundo STR foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 04/11/1965, ou seja, mais de um ano após o encerramento das atividades do sindicato anterior, vinculado à União Operária.

[54] As referidas críticas de sindicato "pelego" e "legalista" foram relatadas por Norberto Miguel de Souza, antigo dirigente e advogado sindical (deste mesmo STR), hoje aposentado, em entrevista a Elizabeth Linhares em 12/11/2014, na sede do Sindicato em Valença. Daqui por diante, sempre que houver referência ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valença, ou simplesmente STR de Valença, estaremos nos referindo a este segundo sindicato, integrante da rede Fetag/RJ.

Medeiros (1989), por volta de 1960 a Igreja católica no Brasil se volta para um trabalho de organização e mobilização dos trabalhadores rurais, inicialmente no Nordeste do país, criando "um setor de sindicalização rural que passou a mobilizar e treinar líderes sindicais e dar orientações sobre a formação de sindicatos. Embora não houvesse regulamentação para tanto, a Igreja também se juntou às forças que passaram a pressionar o Estado para obtê-la." Tornava-se a Igreja "mais sensível para os problemas sociais, ao mesmo tempo em que se preocupava com o avanço das forças de esquerda, 'o perigo comunista', no campo". (MEDEIROS, 1989, p. 76).

A autora destaca que nesse período (início dos anos 1960) diferentes organismos da Igreja articulavam-se localmente, em diversos lugares, mas todos sob uma orientação comum, dada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se voltava à criação de um sindicalismo cristão,

> afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária, baseada na propriedade familiar. Tendo como objetivo central o combate ao comunismo, a CNBB defendia a extensão dessa sindicalização "a todos os centros rurais, sobretudo quando agitados por reivindicações justas, mas conduzidas por segundas intenções" (MEDEIROS, 1989, p. 77).[55]

Por outro lado, pela Portaria nº 355-A de 20 de novembro de 1962, havia sido regulamentado o direito à sindicalização rural, elemento fundamental nas disputas políticas no campo nesse período. Tornava-se então possível a criação de sindicatos de trabalhadores na lavoura; na pecuária e similares; na produção extrativa rural; e de pequenos produtores autônomos (que explorassem a atividade sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva). Segundo Medeiros,

> Feita [a sindicalização rural] nos moldes da legislação sindical vigente, ao mesmo tempo em que os trabalhadores viam reconhecidas suas entidades de representação pelo Estado, também passavam a tê-las tuteladas. O poder de intervenção pelo Ministério do Trabalho, a imposição de um sindicato único por município, o funcionamento com base nos recursos provenientes do imposto sindical, uma estrutura verticalizada extremamente rígida eram o reverso do reconhecimento do direito à sindicalização. Mas, nesse momento de euforia e crescimento, a legislação

[55] Na mesma linha, Nogueira (op. cit.), entende que a criação de um "outro sindicato", por iniciativa da Igreja em Valença, teria por objetivo fazer oposição à União Operária, "minimizando as contestações de luta dos trabalhadores e forçando os militares a agirem com mais frequência. 'A situação poderia estar diferente', disse. Valença nunca mais teve sindicato tão expressivo, e viu suas maiores fábricas fecharem as portas entre as décadas de 80 e 90".

> sindical não era questionada pelas forças hegemônicas no interior dos movimentos. O seu peso só seria percebido posteriormente, quando se verificou uma mudança radical de conjuntura (MEDEIROS, 1989, p. 63).[56]

É dentro desse quadro que deve ser considerada a criação do atual STR de Valença. Segundo o advogado Norberto Miguel de Souza, que atuou por um longo período pelo Sindicato, a sua criação tem origem em um seminário rural da Igreja católica em Valença, para onde fora levado, ainda criança, para estudar e trabalhar nos serviços da fazenda.

> A [minha] família era muito grande, indicaram lá e escolheram que eu viesse, que não tinha nada a ver com essa formação de trabalhador rural não. A gente estudava para padre, menor, mas com a visão de padre, (...) com a exigência de formação religiosa. Inclusive o diretor mesmo do colégio era filho de fazendeiro lá do Ceará, com aquelas artimanhas todas dos latifundiários. Mas aí, a formação dele buscava a libertação do trabalho (…), só que esse homem do campo [o diretor], ele ligava mais pros fazendeiros. (...) Eu estudei de 1954 a 1960, por aí. Porque a partir de 1960 eu fui mais... além de estudar, eu era praticamente empregado da fazenda. Eu tinha uma certa habilidade porque (...) eles preparavam a gente pra religião, pro sacerdócio. Eu parei de estudar e continuei trabalhando, aí passei a ser trabalhador rural (Norberto Miguel de Souza, entrevistado por Elizabeth Linhares, 12/11/2014) [57]

Pelo fato de ter estudado, por ocasião da organização com vistas à criação do STR, Norberto foi procurado pelo padre Argemiro, de quem tinha se tornado colega de estudos e amigo. Embora tenham estudado juntos, havia uma diferença de idade: quando Norberto entrou no Seminário, Argemiro já estava praticamente se formando. A partir de certo ponto Norberto precisou parar de estudar para se dedicar somente ao trabalho; e Argemiro

---

[56] O ano de 1962 representa um marco importante na história do colonato da cafeicultura fluminense, não só pela referida regulamentação da sindicalização rural e a subsequente criação da Federação de Trabalhadores da Agricultura no Estado (Fetag/RJ), mas pela implementação de um plano governamental de "racionalização" da cafeicultura brasileira, visando a regulação de estoques e de mercado, quando foi destruída uma enorme quantidade de cafezais nas áreas que permaneciam produtoras. De acordo com Pinheiro (1993), a erradicação dos cafezais ficou a cargo do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (Gerca), sendo oficializado em 1962 sob a denominação de "Plano de Racionalização da Cafeicultura Brasileira". (PINHEIRO, 1993, p. 60). O Gerca havia sido criado pelo Decreto nº 79, de 26 de outubro de 1961, com sede no IBC. Vale registrar que em Valença especificamente, nessas alturas, a lavoura cafeeira já não possuía importância econômica comercial, se comparada a períodos anteriores; mas nas áreas que permaneciam nesse sentido produtivas, como veremos mais à frente no caso de Trajano, esse plano governamental representou uma espécie de "golpe final".

[57] De acordo com seu depoimento, sua família era muito pobre e o internato neste Seminário era uma alternativa para garantir sua sobrevivência e seus estudos, sem custos para os pais. Norberto morava e estudava no Seminário, e em troca trabalhava nos serviços da lavoura. A fazenda possuía gado e lavoura de mantimentos que supriam o próprio Seminário.

seguira até o final, tornando-se padre e chegando a dar aulas a Norberto.[58] Somente após certo tempo trabalhando pelo Sindicato, já adulto, Norberto dedicara-se ao estudo do Direito, justamente para se qualificar no trabalho de defesa dos direitos dos trabalhadores sindicalizados.

Norberto e Argemiro integraram a Comissão Pastoral da Terra em Valença. Segundo Norberto, partiu da própria Igreja a solicitação para que Argemiro desse início à organização de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em sua visão a fim de combater o que era percebido como uma ameaça comunista junto a esses trabalhadores, no sentido apontado por Medeiros (op. cit.): "(...) [Então] ele foi, a própria igreja chamou. Inclusive eu entendo que era para concorrer com as outras [organizações], a Igreja católica chamou para... falava até de comunismo e tal". Segundo Norberto,

> Esse colégio [Seminário] era de uma paróquia rural, depois ele [Argemiro] passou a ser o vigário e tal, aí tem umas histórias que não sei se valeria a pena... Mas quando formou o Sindicato, por exigência da própria Igreja, talvez seja [porque] a Igreja católica não podia ficar pra trás na revolução, ele foi convidado. O único padre que estava em defesa do trabalhador (...). Ele foi nomeado pra assumir a paróquia e ele assumiu esse idealismo de defender os trabalhadores (Norberto Miguel de Souza, entrevistado por Elizabeth Linhares, 12/11/2014).

A ideia inicial da Igreja era criar uma associação que integrasse trabalhadores e fazendeiros, visando talvez neutralizar as muitas demandas dos primeiros em nome de interesses comuns das atividades produtivas. Norberto explica:

> (...) Na verdade, quando [o STR] foi criado, houve uma reunião lá na fazenda, onde a Igreja buscava apaziguar todas as classes operárias. Estourava a ação operária e a Igreja... ele chamou, convidou todos os fazendeiros. Como o nosso diretor era muito ligado à nossa parte produtora, ele convidou todo mundo pra fazer uma reunião, fazendeiro e trabalhador. Uma coisa absurda que não tinha condição. Mas ele, sem experiência, tentou essa reunião lá dentro da fazenda; e a gente estava lá, participando. A gente não tinha muita noção, mas estava participando e ele propôs que se formasse uma associação rural. Os fazendeiros não aceitaram, [os] que estavam lá. O padre Argemiro [então] disse para eles: "Se vocês não querem, eu vou reunir os trabalhadores, vou fazer reunião pros trabalhadores". E aí começou a nascer o movimento dos trabalhadores rurais, na paróquia dele [Argemiro], lá em Pentagna. Ele morava perto da fazenda, mas a paróquia era em Pentagna, que também fazia parte da fazenda. Resultado disso, fazendeiro não aceitou porque ia começar a

[58] Padre Argemiro tinha outra origem social. Era filho de um fazendeiro da região de Santa Isabel do Rio Preto, Município de Valença.

> conscientizar trabalhador contra eles (Norberto Miguel de Souza, entrevistado por Elizabeth Linhares, 12/11/2014) .

Segundo Norberto, o padre Argemiro não tinha nenhuma relação com a União Operária, embora reconhecesse ter também esta entidade o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores rurais. O que diferia os dois Sindicatos era, na sua visão, uma questão de "método" de trabalho:

> (...) Ele [União Operária] era [também] lá no trabalhador rural, mas... essa União Operária era buscando a mentalidade da reforma agrária, isso aí não há dúvida. Só que eles usavam um método mais violento. Eu tenho um colega e estava no Exército nessa época, o pai dele foi preso como comunista; ele fazia parte dessa União Operária. Foi preso como comunista, o coitado nem sabia o que era comunismo. Eu estava lá [servindo ao Exército] e via que eles perguntavam: "Você é comunista?", "Eu sou comunista sim"... [Mas] não sabia o que era, pra eles era... e estava preso lá. Inclusive o pai do Antônio (…), que serviu no quartel comigo, o pai dele foi preso nessa situação. Ele, a turma lá, mas tudo orientado por essa União Operária (Norberto Miguel de Souza, entrevistado por Elizabeth Linhares, 12/11/2014) .[59]

Norberto explica o apoio recebido pelo padre Argemiro para a criação do STR, por parte de um diretor do Sindicato dos Têxteis de Valença, Eugênio Borges. E o contexto em que ele próprio foi chamado a integrar o movimento:

> Quando eu fui procurado pra fazer parte do Sindicato, embora fosse trabalhador rural, porque mesmo estudando a gente trabalhava na roça... Quando foi formar o sindicato alguém procurou, porque tinha um diretor do Sindicato dos Têxteis, que na época ajudou muito na formação desse sindicato. Ele era diretor e foi procurado (...) por esse padre pra orientar, como é que ia começar, que ele [padre Argemiro] não sabia de nada, não tinha conhecimento nenhum (...). E eles falaram assim: "Poxa, lá não tem um trabalhador que sabe escrever, que saiba... como é que ele vai fazer?" Aí procuraram, o padre Argemiro, como foi meu professor e a gente trabalhava lá (...), ele falou: "Poxa, você está aí mesmo, novo, vamos participar". Aí ele foi lá conversar comigo (...), aí começaram a sindicância, pra ver se eu era comunista, se eu... qual era o meu interesse nisso. Tinha interesse nenhum! Apenas era idealismo de trabalhar nessa situação, de apoiar o padre (Norberto Miguel de Souza, entrevistado por Elizabeth Linhares, 12/11/2014).

[59] Ao mesmo tempo Norberto minimiza o papel da União Operária para o movimento sindical dos trabalhadores rurais, qualificando-a como uma associação de comerciantes: "Nessa época eu não sabia, mas depois a gente foi descobrir, exist[ia] uma União Operária, com outras mentalidades, buscando... (...) A gente até desconhece [de quem tinha sido a iniciativa de criação da União Operária], porque nessa época já existia esse Sindicato funcionando lá em Pentagna, muito pequenininho. (...) Enquanto a União Operária já existia aqui em Valença, [era] uma associação de comerciantes".

Como acima mencionado, esse Sindicato foi um dos principais mediadores nos dois casos de conflitos em Valença registrados como tais pelos movimentos sociais (incluindo-se, além do próprio STR, a Fetag/RJ e a CPT). Como será visto a seguir, são duas histórias muito diferentes, inclusive na sua temporalidade, e levaram a desfechos opostos. A primeira é a da Fazenda Santa Mônica, uma das mais antigas e importantes fazendas cafeicultoras do município, que após ser hipotecada é perdida e passa a ser gerida pelo governo federal, que consegue, de acordo com os dados levantados até o momento, expulsar todos os trabalhadores, antigos colonos e posseiros, que até então ali moravam e trabalhavam. A segunda é a da Fazenda da Conquista, cuja atividade produtiva mais recente era uma indústria cerâmica, que, endividada e falida, passa a ser gerida pelo governo estadual de Leonel Brizola, que determina a sua desapropriação e o subsequente assentamento das famílias ocupantes. Ao longo das respectivas narrativas é possível perceber as arbitrariedades e violências cometidas, nos dois casos, contra os trabalhadores envolvidos, em um contexto repressivo que dificultava a sua mobilização, organização e o encaminhamento de reivindicações ao espaço público.

2.2. Fazenda Santa Mônica

Origens da fazenda

A Fazenda Santa Mônica localiza-se em Barão de Juparanã, 2º Distrito de Valença, e, de acordo com o Cartório do 2º Ofício da Comarca, possui atualmente área de 1.677,94 ha (16.779.476 m²), remanescente da fazenda original, "em pastos, matas e capoeiras". A partir de 2002, em cumprimento à legislação ambiental, essa área foi formalmente subdividida em três áreas de destinações distintas: 18 APPs (Áreas de Preservação Permanente), em um total de 203,26 ha; área de Reserva Legal, com 804,14 ha; e área de "destinação livre", com 670,54 ha (6.705.474 m²).[60]

[60] Averbação feita em 08/02/2002 e, de acordo com a certidão, devidamente registrada no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sob o nº 517054 015784 8. Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 631, Livro 2-AD, fls. 213. Expedida em 26/02/2015. Os 804 hectares de Reserva Legal da Santa Mônica constituem o Parque Estadual da Serra da Concórdia, criado pelo Decreto Estadual nº 32.577 de 30 de dezembro de 2002. Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008599>, acessado em 01/07/2015.

Sua história, como da maioria das grandes fazendas de café do Vale do Paraíba, tem início quando D. João VI doou uma enorme extensão de terras, situadas na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, a Manoel Jacintho Nogueira da Gama, o Marquês de Baependy. As terras recebidas pelo marquês abrangiam três sesmarias: parte da sesmaria de São Bráz do Paraíso, concedida em 1792 e a mais antiga do Município de Valença; parte da sesmaria de Santa Mônica, concedida em 1814; e a sesmaria de São Jacintho, concedida também em 1814. O marquês e seus herdeiros cultivaram parte dessas terras constituindo três fazendas: Santa Mônica, Santana e Paraíso, além dos sítios Papagaio e Desengano Feliz. No auge da sua produção cafeeira, a Santa Mônica chegou a possuir cerca de 700 escravos, além de feitores, capatazes e outros profissionais (NOVAES, 2008).[61]

Em 1809, o marquês casou-se com Francisca Mônica (daí o nome da fazenda), e tiveram três filhos: Bráz, futuro Conde de Baependy, Manoel Jacinto e Francisco Nicolau, que futuramente seriam os barões de Juparanã e de Santa Mônica, respectivamente. Baependy faleceu em 1847 no Rio de Janeiro, deixando um ainda importante patrimônio para a esposa e os filhos. Com a morte da marquesa, em 1869, a Fazenda Santa Mônica foi herdada pelo filho Manoel Jacinto, Barão de Juparanã.

Provavelmente após o recebimento da herança e sendo agraciado com o título, o barão teria feito diversas benfeitorias à antiga Vila do Desengano (hoje Barão de Juparanã), financiando, entre outros, a construção da Estação Ferroviária, da Igreja Matriz e de uma escola. Ao falecer, já viúvo e sem filhos, o Barão de Juparanã deixou Santa Mônica para seu irmão Francisco Nicolau, que se tornaria o Barão de Santa Mônica. Este era casado com uma prima, Luíza Loreto Vianna de Lima e Silva, filha do Duque de Caxias (que na velhice, já adoentado, foi morar na fazenda para ser cuidado por sua filha, e ali faleceu em 1880).[62] Segundo Novaes, logo após a morte do sogro, atravessando grandes dificuldades financeiras, em novembro de 1884 Francisco Nicolau hipotecou a

[61] Adriano Novaes. Pesquisa histórica realizada para fins de tombamento histórico-cultural do casarão sede da Fazenda Santa Mônica, no âmbito do *Inventário das Fazendas do Vale Paraíba Fluminense.* Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), Secretaria de Estado de Cultura do RJ, em parceria com o Instituto Light e o Instituto Cultural Cidade Viva, 2008. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/05/6_faz-santa-monica.pdf>. Acessado em 01/03/2015.

[62] A morte de Duque de Caxias na fazenda dá margem, até os dias de hoje, a uma memória do período da repressão pós-golpe de 1964, entre trabalhadores de Valença, que relaciona a forte opressão vivida pelos antigos colonos e empregados moradores da fazenda nesse período ao fato desta "pertencer ao Exército", razão pela qual Caxias teria lá falecido.

fazenda e outras propriedades. Após sua morte, em 1885, os credores executaram a hipoteca e a fazenda foi transferida ao Banco do Brasil.

De acordo com certidões de registro do imóvel expedidas pelo referido cartório, em fevereiro de 1900 o Banco do Brasil vendeu a Santa Mônica à Fazenda Federal do Brasil, atual União.[63] Nessa época, a fazenda possuía 400 alqueires de terras (correspondentes a aproximadamente 19.360.000 m² ou 1.936 ha) com 564 mil pés de café, "e nela [existiam] casas de moradia, engenho de café e cana, enfermarias, o palacete Monte Alegre, casa do Pinheiro, que lhe fica anexa, junto à Estrada de Ferro Central do Brasil, caieiras, carroças, gado de trabalho, outros instrumentos de lavouras, acessórios e benfeitorias".[64] Uma vez de posse da Santa Mônica, a Fazenda Federal a transfere para o Ministério da Agricultura, que em 1912 ali implantou uma "Fazenda Experimental de Criação", que funciona nas décadas seguintes prestando diversos serviços a produtores locais e provavelmente regionais. Em todos esses anos (aproximadamente 1912-1965), não parece ter ocorrido alterações significativas de gestão nem se verifica a existência de alterações nos registros cartoriais da fazenda, o que só viria a ocorrer no período ditatorial.

Em agosto de 1974, registra-se a venda de 1.691.844 m² da fazenda ao Município de Valença, que ficaria responsável pelo desmembramento e subdivisão da área adquirida em três partes, sendo uma delas destinada a um futuro loteamento urbano – seria o "Jardim Duque de Caxias", com 119 lotes.[65]

Em julho de 1977, a Santa Mônica era constituída por uma "área remanescente de 17.668.160 m², desmembrados de uma área total de 400 alqueires ou 19.360.000 m²", quando foi vendida pela União à recém-criada Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). No registro dessa venda, a fazenda é descrita com as mesmas

[63] Certidões expedidas entre fevereiro e março de 2015 por solicitação da presente pesquisa, tendo em vista a visualização da cadeia dominial da Santa Mônica. Os dados cartoriais a seguir transcritos foram obtidos nestes documentos e se referem às diversas averbações pelas quais passou o registro da fazenda.

[64] Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 2.468, Livro 3-A, fls. 105. Registro realizado em 22/03/1900. Certidão expedida em 03/03/2015.

[65] Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 15.060, Livro 2-C, fls. 47. Registro realizado em 22/08/1974. Certidão expedida em 26/02/2015. Entre 1994 e 2012 são registrados diversos desmembramentos feitos nessa área comprada pelo município, incluindo-se a venda de partes. De acordo com depoimentos de moradores de Juparanã, a Prefeitura nunca chegou a realizar o loteamento da área, que foi aos poucos sendo irregularmente ocupada, provavelmente por famílias de trabalhadores oriundas da roça, que haviam perdido a casa e a terra para lavoura. Algumas famílias expulsas da própria Santa Mônica moram nessa área, que é de encosta e limítrofe à área urbana de Juparanã, integrando-se, portanto, à sua periferia.

características de 1900, ressalvando-se o desmembramento decorrente da referida venda ao município.[66]

Entra em cena a Embrapa

Conforme depoimentos e a documentação arquivada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valença, desde a implantação do centro experimental na fazenda, e por um longo período, o Ministério da Agricultura aceitou, conviveu e – tudo leva a crer – se beneficiou da presença e do trabalho de diversas famílias de lavradores que lá se encontravam desde o início da sua gestão (além de outras que teriam sido posteriormente incorporadas pelo próprio Ministério). Ora, uma fazenda de criação com objetivos de pesquisa e extensão certamente precisava tanto do plantio e manutenção de forrageiras para alimento das criações, quanto da produção de mantimentos para os funcionários que ali morariam e trabalhariam. Não é difícil supor, ainda que preliminarmente, que o trabalho desses lavradores tenha sido na verdade uma condição fundamental para a implantação inicial deste centro. E assim permaneceu, nesse aparente misto de tolerância com conveniência e interesses, até o golpe de 1964.[67]

Osvaldo Medeiros, lavrador, nascido em Valença em 1926, atualmente assentado no Mutirão da Conquista, conheceu ainda bem jovem a Santa Mônica e as famílias de colonos que então moravam e trabalhavam na fazenda; entre estas, a família de José Sertório, um dos mais antigos moradores da Santa Mônica, conhecido por todos como "Zé Abraão", de quem era especialmente próximo.[68] Sr. Osvaldo explica que naquela época o Ministério mantinha na fazenda a criação de diversos animais de raça e, além de desenvolver pesquisas para o seu aperfeiçoamento genético, recebia animais de produtores da região para cruzamento com os seus, de raça pura, visando a melhoria da produtividade das mais diversas criações: bois, vacas leiteiras, porcos, cavalos, burros,

[66] Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 631, Livro 3-U, fls. 188. Registro realizado em 01/07/1977. Certidão expedida em 25/02/2015.

[67] Se em meados da segunda metade do século XIX a fazenda possuía cerca de 700 escravos, e pelo histórico de outras fazendas com histórias semelhantes, é de se supor que, ao ser apropriada pelo Banco do Brasil e em seguida pelo Ministério da Agricultura, a área se encontrasse com grande quantidade de famílias de trabalhadores, antigos colonos, cuja vida e trabalho como lavradores dependiam totalmente da permanência naquelas terras. Cabe lembrar também que, de acordo com os registros cartoriais, em 1900 a Santa Mônica ainda possuía 564 mil pés de café, o que indica a presença de colonos que de algum modo faziam a sua manutenção. A própria Embrapa, em 1975/1976, ao encaminhar notificações para que os trabalhadores comparecessem para assinatura de um "Termo de Compromisso" de saída da área, se dirige aos agricultores moradores da Santa Mônica como "colonos". Ver mais à frente cópias desses documentos.

[68] Tivemos a oportunidade de conhecer Sr. José Sertório, que, além de muito idoso, devido a uma doença crônica perdeu a coordenação motora, está sem andar e praticamente sem conseguir falar.

jumentos etc. Ele mesmo, ainda jovem, era incumbido de levar animais da fazenda onde trabalhava para deixar na Santa Mônica para cruzamento, para "tirar produção", ou seja, aperfeiçoar a raça (Osvaldo Medeiros, entrevistado por Elizabeth Linhares em 22/11/2014).[69]

No período mais antigo do qual se lembra, por volta dos anos 1940, havia na Santa Mônica três modalidades de trabalho. Em primeiro lugar, havia os *contratistas*, "que davam um tanto dos contratos para a fazenda, para manter as criações": eram os colonos que moravam e faziam suas lavouras em terras da fazenda, pagando por isso um carro de milho por ano ao Ministério; sobre as demais lavouras que faziam, eles não precisavam pagar nada. O milho era armazenado e utilizado na alimentação dos animais ao longo do ano.[70] Sr. Osvaldo estima haver nessa época mais de 30 famílias de *contratistas* morando na fazenda; muitos morando há muitos anos, tendo alguns nascido ali mesmo (como no caso do Zé Abraão). Em segundo lugar, havia cerca de 20 *empregados* do Ministério, *mensalistas*, responsáveis pelos serviços diretamente envolvidos com a manutenção das criações, como limpeza, alimentação, ordenha, cruzamentos dos animais etc. Os *empregados mensalistas* também tinham casa e moravam com suas famílias na fazenda, mas não possuíam lavoura, segundo Sr. Osvaldo, porque não tinham tempo; viviam do salário que recebiam como funcionários públicos.[71] Finalmente, havia os *camaradas de fora*, ou seja, trabalhadores não residentes na fazenda, que eram *diaristas* contratados para os trabalhos de manutenção da área, como roçar pastos, consertar cercas, cavar valetas etc.

Figura 1. Casas dos empregados do Ministério da Agricultura, construídas sob a forma de uma vila, próxima à entrada da fazenda

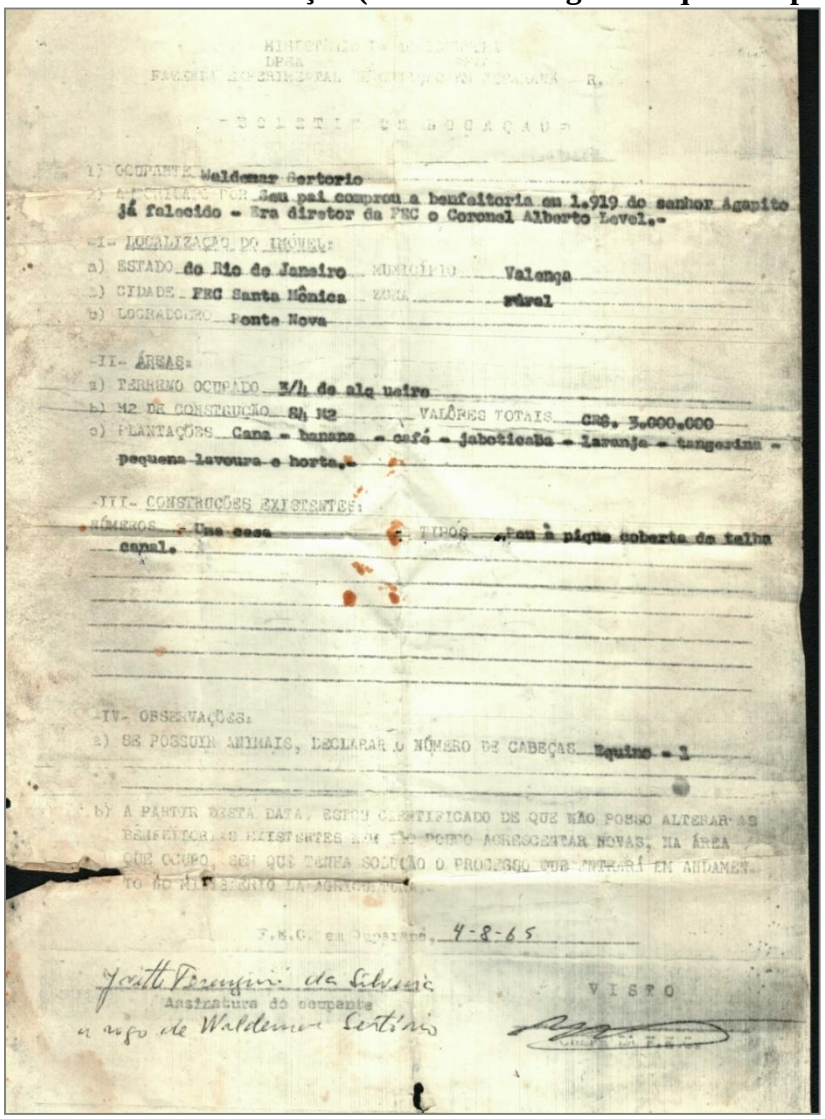
[69] Entrevista realizada na sua casa, no Mutirão da Conquista, onde Sr. Osvaldo é assentado. Estavam também presentes Benedito Luiz Rodrigues, presidente do STR de Valença, e Sr. Pedro, que presta alguns serviços de apoio ao sindicato e havia nos levado de carro a essa visita ao Mutirão.

[70] Conforme Sr. Osvaldo, um carro de milho corresponde a cerca de dez sacos; cada saco comporta entre 50 e 60 kg, ou seja, cada *contratista* dava à fazenda cerca de meia tonelada de milho por ano.

[71] De acordo com depoimentos, as casas dos empregados foram construídas pelo Ministério sob a forma de uma vila, próxima à entrada da fazenda, e não parecem possuir área para lavoura (figura 1).



Figura 2. Ministério da Agricultura. Fazenda Experimental de Criação de Juparanã – RJ. Boletim de Locação (documento original arquivado pela família)



1) OCUPANTE Waldemar Sertorio
2) ADQUIRIU POR Seu pai comprou a benfeitoria em 1.919 do senhor Agapito já falecido - Era diretor da FEC o Coronel Alberto Level.-

I- LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:
a) ESTADO do Rio de Janeiro MUNICÍPIO Valença
b) CIDADE FEC Santa Mônica ZONA Rural
c) LOGRADOURO Ponte Nova

II- ÁREAS:
a) TERRENO OCUPADO 3/4 de alq ueire
b) M2 DE CONSTRUÇÃO 84 M2 VALÔRES TOTAIS Cr$. 3.000.000
c) PLANTAÇÕES Cana - banana - café - jaboticaba - laranja - tangerina - pequena lavoura e horta.-

III- CONSTRUÇÕES EXISTENTES:
NÚMEROS - Uma casa TIPOS - Pau à pique coberta de telha canal.

IV- OBSERVAÇÕES:
a) SE POSSUIR ANIMAIS, DECLARAR O NÚMERO DE CABEÇAS Equino - 1

b) A PARTIR DESTA DATA, ESTOU CERTIFICADO DE QUE NÃO POSSO ALTERAR AS BENFEITORIAS EXISTENTES NEM TAMPOUCO ACRESCENTAR NOVAS, NA ÁREA QUE OCUPO, SEM QUE TENHA SOLUÇÃO O PROCESSO QUE ENTRARÁ EM ANDAMENTO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.

F.E.C. em Juparanã, 4-8-65

José Peregrino da Silveira
Assinatura do ocupante
a rogo de Waldemar Sertório

VISTO

O mais antigo documento emitido pelo Ministério com a finalidade de tentar "regularizar" a situação dos colonos da Santa Mônica data de 1965 (figura 2). De acordo com depoimentos de familiares de José Sertório, este foi o primeiro documento recebido pela família no intuito de registrar ou definir os termos da sua "ocupação". O Ministério chama este documento de "Boletim de Locação", o que já sinaliza uma estratégia, por parte do governo militar, de desqualificação da relação mantida com esses trabalhadores, nos termos demonstrados por Marques (1978).[72] Mas os problemas e ameaças a esses

[72] Ver mais à frente a reprodução do documento. Vale lembrar, como acima mencionado, que em período imediatamente anterior ao golpe, segundo o relato de Manoel Duque (op. cit.), este mesmo Ministério havia

trabalhadores estavam só começando. O agravamento da situação ocorre justamente a partir dos anos 1970, com a criação da Embrapa e sua instalação na fazenda.

De acordo com a própria Embrapa, sua história teve início em 1973, como decorrência da abertura do mercado externo e de uma crescente disparidade entre a demanda e a oferta de alimentos, levando o Ministério da Agricultura a debater "a importância do conhecimento científico para apoiar o desenvolvimento agrícola. Nesse momento, os profissionais da extensão rural começaram a levantar a questão da falta de conhecimentos técnicos, gerados no País, para repasse aos agricultores" (Embrapa, s/d).[73] Resta, no entanto, esclarecer a quais agricultores refere-se o histórico, uma vez que, assim que recebe a concessão das referidas terras, uma das primeiras providências da empresa parece ter sido a expulsão das inúmeras famílias de agricultores que, como vimos, ali viviam e produziam muitos anos antes de a Embrapa existir – tendo alguns deles nascido na própria fazenda. Paradoxalmente, em sua implantação, a empresa anuncia a inclusão, entre seus objetivos primordiais, de uma atenção aos "pequenos e médios produtores" e a "áreas de menor expressão econômica".[74]

A Embrapa desenvolve suas pesquisas através de unidades especializadas por atividade produtiva. Existe assim, entre outras, a Embrapa Gado de Leite, que possui dois campos experimentais, visando "a implantação e a execução dos projetos de pesquisa, além da transferência de conhecimento e tecnologias a agentes de extensão rural, estudantes e produtores". Um campo fica em Coronel Pacheco, MG: é o Campo Experimental José Henrique Bruschi, que "possui área total de 1.037 hectares"; o outro fica em Barão Juparanã (distrito de Valença, RJ), na Fazenda Santa Mônica: é o Campo Experimental Santa Mônica – Cesm, que "ocupa uma área de 1.678 hectares", para o desenvolvimento das seguintes atividades:

> Para a condução das pesquisas de campo, são utilizadas áreas de pastagens e de produção de volumosos. Destacam-se, ainda, os experimentos na área de reprodução animal assistida, envolvendo a produção in vitro de embriões, realizadas em parceria com a Pesagro – RJ. Da área total, 804

procurado a União Operária a fim de iniciar entendimentos com vistas à regularização das posses dos lavradores que então viviam e trabalhavam na Santa Mônica.

[73] Embrapa, *História da Embrapa*. Sem data. Disponível em: <http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa>, acessado em 01/03/2015.

[74] "A primeira Diretoria da Embrapa foi empossada em 26 de abril de 1973, no Ministério da Agricultura. (...). Em seu discurso de posse, o diretor-presidente Irineu Cabral destacou o inventário de tecnologia, a análise de projetos prioritários, a geração de tecnologias para os pequenos e médios produtores, a atenção para áreas de menor expressão econômica e a base de um programa de capacitação de recursos humanos" (Embrapa, op. cit.).

> hectares são de Mata Atlântica, que integram o Parque Estadual da Serra da Concórdia. Abriga, também, o Casarão da Fazenda Santa Mônica, construção tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (Embrapa, s/d).

Vale observar a aparente desproporção entre a área ocupada e as atividades desenvolvidas pelo Cesm, sobretudo quando comparadas às do Campo Experimental de Coronel Pacheco, MG. Como será visto mais à frente, no relatório encaminhado à Fetag/RJ em fevereiro de 1976, o Sindicato registra o mesmo tipo de observação quanto à inatividade ou subutilização da área, chamando a atenção para a desproporção entre a enorme extensão das terras da fazenda e a efetiva necessidade da Embrapa frente às pesquisas que desenvolve.[75] Essa desproporção se torna ainda mais notória se considerarmos, como veremos adiante, o tamanho proporcionalmente diminuto, ínfimo, das áreas reivindicadas pelos antigos colonos e negadas pela empresa, sugerindo tratar-se muito mais de uma afirmação de caráter político do que de qualquer justificativa de viés técnico ou econômico, relacionada a uma possível necessidade produtiva.

A história da Santa Mônica do ponto de vista sindical

De acordo com a documentação arquivada pelo movimento sindical, em novembro de 1975 a Embrapa, "em atendimento ao projeto de incorporação ao Centro Nacional de Pesquisa Gado de Leite", dá início ao envio de ofícios aos *colonos* moradores da Fazenda, solicitando sua presença em dia e hora marcados na secretaria da "Estação Experimental de Santa Mônica", a fim de "esclarecer assuntos relacionados com a ocupação irregular de terrenos e casas da União".[76]

Inicia-se assim um longo período de enfrentamentos que se desenrolariam por quase duas décadas, para os quais os trabalhadores buscaram o apoio do STR de Valença, e este o da Fetag/RJ e da Contag. É por meio da documentação produzida e reunida por

---

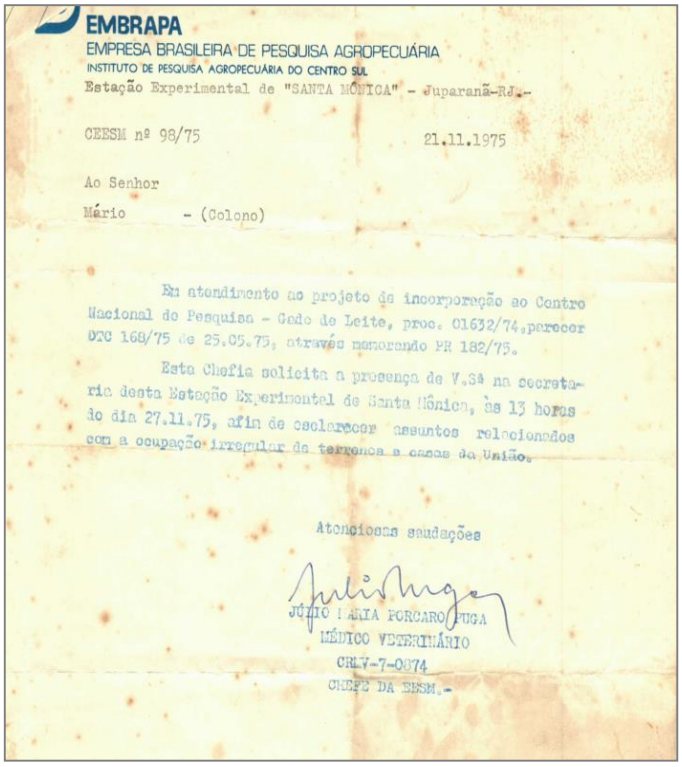
[75] Vale ainda registrar, nesse sentido, que quando Sr. Osvaldo nos explicou sobre as diferentes categorias de trabalho existentes na fazenda, em um primeiro momento entendemos que se referisse já à época da Embrapa, e o indagamos sobre isso, ouvindo dele a seguinte negativa: "Não, não foi [na época] da Embrapa não. Foi no tempo que tinha os animais... Justamente, a Embrapa chegou agora. Antes de chegar a Embrapa, que tinha essa parte lá [dos animais de raça reprodutores que atendiam aos produtores locais] (...)". (Osvaldo Medeiros, entrevistado por Elizabeth Linhares, 22/11/2014). Para uma visão completa das atividades desenvolvidas nos dois campos da Embrapa Gado de Leite, ver <https://www.embrapa. br/gado-de-leite/campos-experimentais>, acessado em 01/03/2015.

[76] CESM, Ofícios de 21 de novembro de 1975: nº 98/75, dirigido ao "Sr. Mário (colono)" – sem registro de sobrenome; e nº 100/75, dirigido ao "Sr. Sebastião Costa (colono)". Estes são os ofícios cujas cópias encontram-se arquivadas pelo STR de Valença e pela Fetag, respectivamente. Mas provavelmente foram enviados em grande número, dirigindo-se a todos os trabalhadores que então viviam e trabalhavam nas terras da Santa Mônica.

essas entidades, que inclui relatórios, ações judiciais, documentos dos trabalhadores atingidos e ofícios enviados e recebidos, que podemos buscar conhecer um pouco do processo que culminou com a efetiva expulsão de todos os trabalhadores então residentes na Santa Mônica, a partir da instalação da Embrapa na fazenda.[77]

Um dos colonos a receber este primeiro ofício é o Sr. Mário, que poucos dias depois, em 27 de novembro de 1975, assinaria um "Termo de Compromisso" redigido pela Embrapa, no qual se compromete a desocupar a casa nº 84, que seria "de propriedade da Embrapa", até o dia 30 de janeiro de 1976. Nem o texto datilografado nem a assinatura referem-se a qualquer sobrenome, constando somente "Mário", neste ofício referido como "colono", e constando no Termo de Compromisso, logo abaixo de seu nome, somente a expressão "sem vínculo" (Figuras 3 e 4).[78]

Figura 3. Ofício nº 98/75, de novembro de 1975, enviado pelo CEESM ao "Sr. Mário (colono)"



EMBRAPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
INSTITUTO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO CENTRO SUL
Estação Experimental de "SANTA MÔNICA" - Juparanã-RJ.-

CEESM nº 98/75 21.11.1975

Ao Senhor
Mário - (Colono)

Em atendimento ao projeto de incorporação ao Centro Nacional de Pesquisa - Gado de Leite, proc. 01632/74, parecer DTC 168/75 de 25.05.75, através memorando PR 182/75.

Esta Chefia solicita a presença de V.Sª na secretaria desta Estação Experimental de Santa Mônica, às 13 horas do dia 27.11.75, afim de esclarecer assuntos relacionados com a ocupação irregular de terrenos e casas da União.

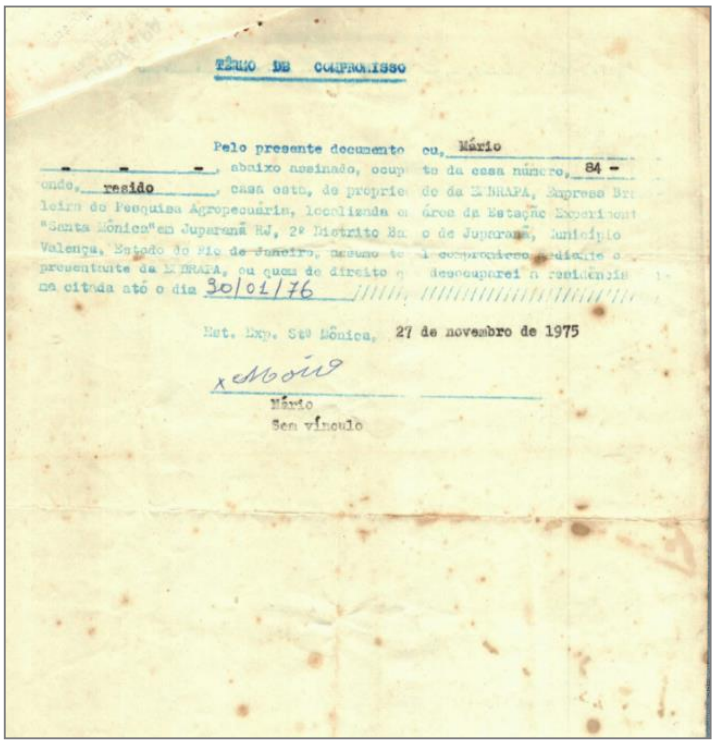
Atenciosas saudações

JÚLIO MARIA PORCARO PUGA
MÉDICO VETERINÁRIO
CRMV-7-0074
CHEFE DA EESM.-

[77] A maior parte desses documentos encontra-se arquivada pelo Sindicato em uma pasta intitulada "Pasta contendo documentos de reivindicações dos posseiros residentes na Fazenda Santa Mônica na localidade de Barão de Juparanã, de 1975 para 1976, reclamações e relatório para Fetag e Contag". Outra parte encontra-se arquivada pela Fetag/RJ e foi recentemente digitalizada pela presente pesquisa (Fundo Fetag/RJ – NMSPP/CPDA/UFRRJ). Desse ponto em diante serão respectivamente identificados como Arquivo STR de Valença e Arquivo Fetag/RJ. Além da pesquisa sobre essa documentação, durante trabalho de campo em Valença foram realizadas diversas entrevistas.

[78] Seu nome completo provavelmente é Mário Anastácio Rodrigues, que em agosto de 1976 escreveria ao Sindicato relatando a destruição das suas plantações por parte da Embrapa.

Figura 4. Termo de Compromisso assinado pelo Sr. Mário



TÊRMO DE COMPROMISSO

Pelo presente documento eu, Mário
- - - , abaixo assinado, ocup to da casa número, 84 -
ondo, residido , casa esta, de proprie do da EMBRAPA, Empresa Bra
leira de Pesquisa Agropecuária, localizada o área da Estação Experiment
"Santa Mônica"em Juparanã RJ, 2º Distrito Sa o de Juparanã, Município
Valença, Estado do Rio de Janeiro, assumo to i compromisso acima citado e
presentante da EMBRAPA, ou quem de direito o desocuparei a residência
na citada até o dia 30/01/76

Est. Exp. Stª Mônica, 27 de novembro de 1975

x Mário

Mário
Sem vínculo

Poucos dias depois, em 2 de dezembro do mesmo ano, o Sindicato escreveu à direção da Fetag/RJ, relatando os acontecimentos ocorridos com os trabalhadores e solicitando orientação. Neste ofício, o presidente do STR, Alcino Ângelo de Oliveira, explica ter sido procurado por "alguns trabalhadores rurais, posseiros ou semelhantes, residentes em terras da Embrapa", que haviam informado terem sido convocados por representantes da empresa, a fim de assinarem um compromisso "para saírem da referida propriedade dentro de 60 dias, sem nada receberem pelas benfeitorias, que há mais de 50 anos alguns vêm cultivando e morando no mesmo local". Seriam nesta ocasião mais de 15 famílias, todas com mais de 10 anos de posse, que não teriam para onde ir caso fossem despejadas. Por essa razão o sindicato pedia ajuda e orientação à Federação (STR de Valença, ofício nº 78/75, de 2 de dezembro de 1975, arquivo STR de Valença).

Na semana seguinte, em 9 de dezembro de 1975, talvez já orientados pela Federação, escreveram também à Contag um ofício referente à "Ameaça de reintegração liminar de posse" que pairava sobre os trabalhadores "colonos, posseiros e semelhantes" da Fazenda Santa Mônica (STR de Valença, ofício nº 80/75, de 9 de dezembro de 1975 (arquivo STR de Valença). Neste documento, o presidente do STR de Valença comunicou à direção da Contag que a Embrapa estava na "iminência de despejar mais de 100 famílias

de posseiros e parceiros da 'Fazenda Santa Mônica' (...), pertencente ao Ministério da Agricultura. Para tanto, explorando a boa-fé do trabalhador rural, fez seus colonos assinarem o documento em anexo" (grifo nosso).[79] Diz ainda o ofício:

> Muitas dessas famílias vivem nessa fazenda há mais de 50 anos, no amaino diário da terra, não tendo para onde ir nem dispondo de outras fontes de subsistência. O fato é que todos os trabalhadores da "Santa Mônica", ao longo dos anos, construíram muitas benfeitorias consistentes em plantações de culturas permanentes e temporárias, e edificações. Agora, estão prestes a perder tudo e a ser escorraçados como cães famintos.
> O Sindicato teme que a Justiça de Valença, com fulcro no documento supracitado, dê a liminar possessória. De qualquer modo o único caminho que lhes resta seria o de tentar a retenção da coisa até o cabal ressarcimento das benfeitorias. Todavia, devido ao alcance da questão social suscitada pela "EMBRAPA", o infra-assinado [presidente do STR] acredita que o ideal seria a distribuição das terras da "Santa Mônica", que atingem a mais de 1.000 alqueires mineiros, entre posseiros, parceiros e empregados, fazendo-se pois uma autêntica reforma agrária.

Em fevereiro de 1976, o Sindicato encaminhou à Federação um relatório detalhado sobre "a dramática situação de posseiros, viúvas totalmente desamparadas e empregados" que então viviam na Fazenda Santa Mônica e estavam na "iminência de perder tudo" o que possuíam.[80] Neste relatório, abaixo parcialmente reproduzido, é relatada a história da fazenda, e são listados os posseiros que haviam procurado o Sindicato, com uma breve descrição da situação de cada um.

> A Fazenda Santa Mônica fica no 2º distrito de Valença-RJ, na localidade conhecida por Juparanã. Consta que tem uma área de 1.000 alqueires mineiros, aproximadamente. De sua história pouco se sabe. É um próprio do Ministério da Agricultura que ali mantinha até 1973 uma Estação Experimental de Criação. Em 1973 seu acervo foi incorporado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. E assim continua. Devido à extensão da fazenda, ao longo dos últimos 50 anos, muitas famílias começaram a ocupar a área ou as áreas mais remotas diretamente ou através de posses compradas. Ademais, os próprios empregados da Estação Experimental, valendo-se de regalias e facilidades, construíram também suas benfeitorias. Por isso, consoante comprova a documentação "in fine" junta, já em 1965, o Ministério da Agricultura, percebendo a

[79] O "documento em anexo" é o referido "Termo de Compromisso", acima reproduzido (Figura 3). STR de Valença, ofício nº 80/75, de 9 de dezembro de 1975 (arquivo STR de Valença).
[80] STR de Valença. Relatório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marquês de Valença sobre a situação de posseiros e empregados da Fazenda Santa Mônica, localizada em Barão de Juparanã, 2º Distrito de Valença-RJ, 3 de fevereiro de 1976. Esse relatório estava originalmente acompanhado de diversos documentos comprobatórios anexados, referidos ao longo do texto, mas que não foram, até o momento, integralmente localizados.

> gravidade daquela ocupação irregular,[81] fez um levantamento das benfeitorias e animais existentes, impedindo de certa forma que os mesmos aumentassem. O fato é que, segundo o depoimento de autoridades de Juparanã, vila de cerca de 2.000 habitantes, os posseiros da Santa Mônica alimentam esta e outras populações vizinhas de cereais, frutas e legumes. Produzem, enfim. O Ministério da Agricultura, através da sua Estação Experimental, nunca tomou atitudes drásticas para expulsar, de um meio ou de outro, os posseiros. A EMBRAPA, porém, explorando sua boa-fé, vem tentando bani-los da área. Tem feito cercas de arame, ilhando os posseiros. Ao que parece, faz introduzir animais em suas plantas, como aconteceu com a posseira Josefa Ferreira. Suas más intenções culminaram com documentos pré-fabricados, inocentemente assinados pelos posseiros, mas que lhes dão um prazo fatal – janeiro e fevereiro de 1976 – para desocuparem as casas construídas por eles mesmos, as plantações deixarem, enfim tudo, sem qualquer indenização ou sem lhes reconhecer o direito ao usucapião (Relatório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marquês de Valença sobre a situação de posseiros e empregados da Fazenda Santa Mônica, localizada em Barão de Juparanã, 2º Distrito de Valença-RJ, 3 de fevereiro de 1976, arquivo STR de Valença, grifos nossos).

De acordo com o relatório, os *posseiros*, após terem assinado os referidos documentos, "temerosos de perderem o que construíram com tanto sacrifício, certamente alertados por terceiros, procuraram o amparo do Sindicato". Foram eles: João Luis da Silva, Waldemar dos Santos Sertório, José Sertório, João Sertório e Manoel Marcelino da Silva. O Sindicato enviou ofícios à Fetag/RJ e à Contag, e, "a conselho das mesmas, o presidente e o assessor sindical dirigiram-se à fazenda a fim de observarem 'in loco' os acontecimentos".

Segue-se no relatório uma descrição resumida da história e situação da posse e das benfeitorias construídas por cada um desses cinco trabalhadores (de um modo geral, casa, rancho, paiol, galinheiro, chiqueiro, plantações permanentes e temporárias etc.).

► João Luis da Silva: ocupante de cerca de um alqueire mineiro; moravam com ele sua esposa, cinco filhos, seu pai e seu sogro; benfeitorias estimadas em Cr$ 50.000,00. Seu filho foi trabalhar na fazenda como empregado e o chefe da fazenda teria convidado (ou autorizado) seus pais a ali morarem pagando uma renda em plantações. Residiam assim na área há 13 anos, mas há oito anos não pagavam mais nenhuma renda à fazenda. Viviam do autoconsumo e da comercialização de seus produtos nas feiras de Valença, Vassouras e nas ruas de Juparanã.

[81] Vale observar o que nos parece uma falha estratégica por parte do Sindicato, assumindo como irregulares as posses dos trabalhadores, que seriam decorrentes de ocupações dos últimos 50 anos – ou seja, desconhecendo ou desconsiderando o caráter de continuidade das posses a partir do colonato na fazenda.

► Waldemar dos Santos Sertório, José Sertório e João Sertório: ocupantes de cerca de um alqueire mineiro; os três irmãos moravam no mesmo sítio com suas respectivas famílias; benfeitorias estimadas em Cr$ 70.000,00. Nascidos na fazenda, herdaram a posse do pai, que a comprou em 1919 de um Sr. Agapito (ver figura 2, com a reprodução do documento emitido pelo Ministério da Agricultura com registro dessa compra, enviado à família em 1965).

Segundo o relatório, Waldemar morava então com a companheira, dois filhos menores e seus dois irmãos, José e João. Não há referência a pagamento de renda em momento algum à fazenda. Viviam também somente do autoconsumo e da comercialização da sua produção. Para proteger suas plantações, mantinham-nas cercadas com arame farpado.

►Manoel Marcelino da Silva: ocupante de cerca de um hectare; moravam com ele na ocasião mais duas pessoas; suas benfeitorias foram estimadas em Cr$ 20.000,00. Manoel morava na fazenda há 17 anos, e havia adquirido a posse de um posseiro anterior chamado José Afonso Ferreira, incluindo-se as benfeitorias já existentes, como casa, cercas de arame, plantações etc.

De acordo com o relatório, estes cinco posseiros haviam assinado o referido "termo de compromisso" para desocupar a fazenda. Mas, além deles, outros oito posseiros não haviam assinado, encontrando-se por isso, na visão do Sindicato, em "uma posição melhor". São eles: José [Marques] Costa, José Felício, Josefa Ferreira, Mário de Tal, José Paulista, Emanuel Alves Pires, Manoel de Tal, Valdemiro Luís da Silva. Havia ainda várias "viúvas aposentadas" que, segundo o Sindicato, moravam então na fazenda "como posseiras", igualmente possuidoras de benfeitorias. O relatório não explica a condição de suas aposentadorias, mas provavelmente referem-se a viúvas de antigos colonos e/ou antigos funcionários do Ministério da Agricultura.

Finalmente são referidos os "antigos empregados do Ministério da Agricultura". Segundo o relatório, alguns desses empregados, ao se aposentarem, permaneceram "morando na Fazenda e cultivando suas plantações". Ao se implantar na Fazenda, a Embrapa "não quis ficar com nenhum deles", passando a exigir que todos entregassem suas casas e benfeitorias, e colocando assim, na visão do sindicato, antigos empregados e posseiros "em pé de igualdade". Para alguns empregados não aposentados, a Embrapa estaria pedindo a transferência para outros espaços funcionais do serviço público federal; somente alguns deles estariam autorizados a permanecer morando e trabalhando na Fazenda.

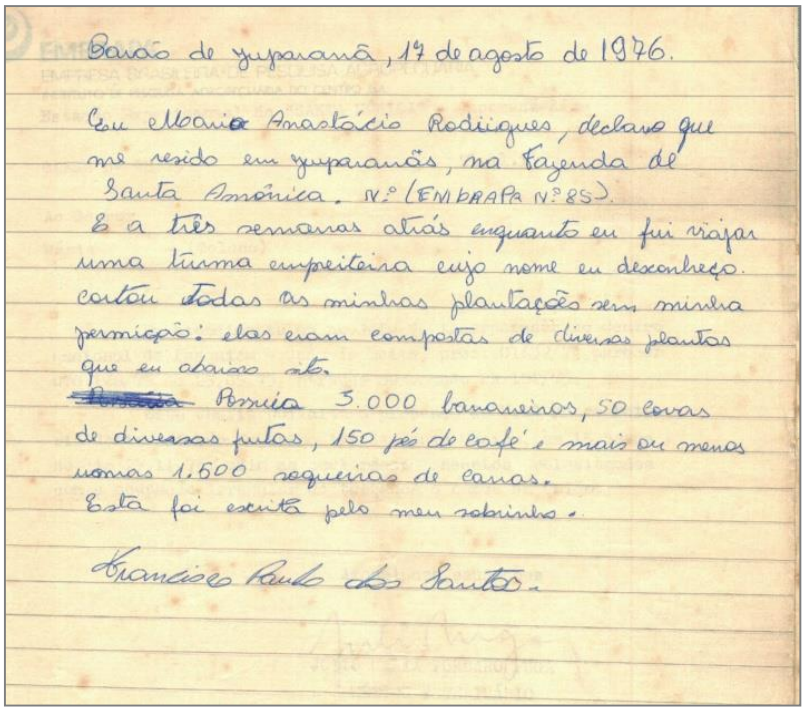
O relatório conclui chamando a atenção para a desproporção, acima mencionada, entre a enorme extensão das terras da Fazenda e a efetiva necessidade da Embrapa frente às pesquisas ali desenvolvidas, ressaltando que "numa Fazenda de 1.000 alqueires mineiros, mais 100 alqueires ou menos 100 pouco significam". E propõe "que a solução seria a venda financiada de terras aos posseiros e assemelhados que já esta[vam] assentados na Fazenda Santa Mônica" (grifo nosso). Em sua visão, "a reintegração de posse pura e simples ou mesmo aquela feita após a indenização das benfeitorias não resolveria o problema. Pelo contrário, aumentaria a tensão social. O desânimo cairia sobre essas famílias que iriam certamente morar nas favelas das cidades, engrossando o já desordenado êxodo rural".

O Sindicato repassa então para as "entidades classistas de nível superior" a responsabilidade de encontrar "solução adequada para o caso Santa Mônica", defendendo que nesse meio tempo "os advogados dos Sindicatos, Federação e Confederação [fizessem] a defesa desses trabalhadores rurais na Justiça até mesmo para tentarem adiar a reintegração". E manifesta, por outro lado, sua expectativa de que a repercussão negativa na imprensa sensibilizaria a Embrapa e o governo federal, levando-os a "ouvir o sofrido clamor do obreiro rural".

A Embrapa dá início a violações de direitos dos trabalhadores

A Embrapa não somente não ouve o clamor dos trabalhadores, como, findo o prazo arbitrariamente definido para a desocupação das casas e respectivas posses (janeiro/fevereiro de 1976), nos meses seguintes retoma as ações de violência e desrespeito aos direitos dos agricultores residentes na fazenda, iniciadas no ano anterior. Destruição de casa, colocação de animais para destruição de lavouras e instalação de cercas para isolamento da área parecem ter se somado à violência psicológica que já vinha sendo exercida sobre os trabalhadores, que desde o ano anterior viviam sob a ameaça de iminente despejo, além de terem sofrido a humilhação de serem levados a assinar documentos sobre os quais não tinham domínio e sem estarem acompanhados de qualquer assessoria (não se pode deixar de considerar o fato, seguramente sabido pela Empresa, de tratar-se de pessoas com baixa escolaridade e dificuldades de leitura e escrita, como demonstra a carta abaixo, manuscrita por um sobrinho do agricultor).

Figura 5. Carta manuscrita por um sobrinho do Sr. Mário em agosto de 1976



Barão de Juparanã, 14 de agosto de 1976.

Eu Mario Anastácio Rodrigues, declaro que
me resido em Juparanãs, na Fazenda de
Santa Mônica. Nº (EMBRAPA Nº 85).
E a três semanas atrás enquanto eu fui viajar
uma turma empreiteira cujo nome eu desconheço.
cortou todas as minhas plantações sem minha
permição: elas eram compostas de diversas plantas
que eu abaixo cito.
~~Possuia~~ Possia 3.000 bananeiras, 50 covas
de diversas frutas, 150 pés de café e mais ou menos
umas 1.500 sequeiras de canas.
Esta foi escrita pelo meu sobrinho.

Francisco Paulo dos Santos.

Em 1º de setembro de 1976, ou seja, cerca de sete meses após o relatório acima referido, o Sindicato enviou novo ofício à Fetag, solicitando que fossem tomadas providências o mais rápido possível junto aos "Órgãos Competentes, bem como do Órgão de Classe Nacional, ou seja, da CONTAG", que viessem "coibir e remediar a situação criada pela Empresa Santa Mônica, hoje, segundo consta, de propriedade da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária".

Este ofício denuncia graves violações cometidas sob a responsabilidade do chefe local da Embrapa:

> (...) Onde se vê o Chefe da referida Empresa praticando os mais aviltantes crimes, previstos em Lei, quando determina a Empreiteiros que destruam tudo que encontrassem pela frente, mesmo casebres, plantações, cerca, e tudo o mais. É o verdadeiro 'Todo Poderoso'. E, nesta situação, quando, segundo declaração do Senhor Mário Anastácio Rodrigues – o posseiro prejudicado se encontrava na casa de uma irmã cuidando de sua saúde e voltou para sua propriedade a encontrou completamente destruída. Procurando se informar quem havia feito tal coisa, ficou sabendo que foram uns homens desconhecidos (STR de Valença. Ofício nº 059/76, de 1º de setembro de 1976, dirigido a Eraldo Lírio de Azeredo, então presidente da Fetag/RJ, arquivo STR de Valença).

A situação se agravava. A partir desta ocorrência, Sr. Anastácio foi orientado a procurar o Sindicato que, por sua vez, escreveu ao "Chefe da EMBRAPA" agendando uma data para que ambos se encontrassem no Sindicato, a fim de entrarem em algum tipo

de entendimento. De acordo com o ofício, o "posseiro" compareceu na data marcada e o representante da Embrapa não; apareceu somente no dia seguinte, alegando não ter conseguido carro disponível para levá-lo, mas assumindo perante a direção sindical que "havia realmente determinado aos Empreiteiros que destruíssem tudo que encontrassem pela frente, onde não houvesse ninguém morando, mas, tendo em vista a reclamação do Senhor Anastácio, a EMBRAPA já havia entrado em entendimento com o reclamante". Segundo o Sindicato, no entanto, Sr. Anastácio afirmou não ter entrado em acordo algum com a Embrapa, por ser claramente insuficiente o que lhe havia sido oferecido.

O Sindicato reiterou o pedido de apoio e orientação à Fetag, "a fim de resguardar o direito deste e de outros que [residiam] na Fazenda Santa Mônica, e que por ventura ainda [viessem] resistir ao instinto de destruição dos que [representavam] em Juparanã-Valença a EMBRAPA". E conclui afirmando permanecer no aguardo das

> providências necessárias para o caso atual e futuros junto da EMBRAPA e do Governo, a fim de que o homem possa ser respeitado nos seus Direitos que são assegurados pelas leis, e que os Chefes Superiores da EMBRAPA cumpram o que disseram, por meio de seus enviados, quando estiveram neste Sindicato, representando o Ministério em Brasília, onde deixaram transparecer os mais justos, cumpridores e respeitadores dos Direitos dos trabalhadores e posseiros.

Finalmente, ratifica o relatório anterior, de 3 de fevereiro, pedindo "JUSTIÇA AGRÁRIA AOS LAVRADORES DA FAZENDA" (grifo original).

A maioria desiste da terra

No decorrer dos anos seguintes, a Embrapa vai aos poucos atingindo seus objetivos de expulsão dos antigos colonos e posseiros da Santa Mônica, em condições que não se encontram registradas, ou cujo registro não nos foi acessível até o momento. Segundo Sr. Osvaldo, diversos colonos acabaram aceitando negociar com a Embrapa, para sair ao menos recebendo alguma indenização pelas benfeitorias, ainda que injusta. Ele explica que Zé Abraão (José Sertório) foi o último colono a sair da Santa Mônica, "porque ele achava que tinha algum direito lá dentro":

> E os outros todos foram saindo por conta deles, porque não deu mais. Os outros saíram, porque eles indenizaram. E o Zé Abraão achava que podia ficar, porque a área dele era uma área muito boa; e ele gostava de lá, porque ele foi criado lá, né? Então, ele... Com a lei, ninguém pode. A senhora sabe

> disso. Então, a lei não deu cobertura para ele ficar mesmo (Osvaldo Medeiros, entrevistado por Elizabeth Linhares, 22/11/2014).

No relatório da Federação sobre conflitos de terra em andamento no Rio de Janeiro em 1981, as violações de direitos dos trabalhadores posseiros na Santa Mônica encontram-se registradas com as seguintes palavras:

> (...) Essas famílias com o fruto do seu trabalho (lavouras permanentes e temporárias) abastecem a vila de 2.000 habitantes, situada em Juparanã, além das populações vizinhas. O Ministério da Agricultura nunca tomou medidas drásticas para expulsar os posseiros. No entanto a EMBRAPA, explorando a boa-fé dos trabalhadores, vem tentando bani-los da área. Tem feito cerca, ilhando os posseiros, introduzem o gado nas lavouras e culminam por fazer os trabalhadores assinar documentos pré-fabricados, nos quais consta um prazo fatal para desocupação do imóvel, sem qualquer indenização.[82]

De acordo com os documentos até o momento localizados, somente no início de 1982, ou seja, quase seis anos após o início das ações da Embrapa, observa-se o envio de mais um relatório do STR de Valença à Federação, após terem sido procurados pelos trabalhadores que permaneciam resistindo e tentando defender seu direito àquelas terras e aos investimentos ali realizados. Em um abaixo-assinado encaminhado ao Sindicato em março de 1982 pelos últimos posseiros, é relatado pairar ainda sobre eles a ameaça de despejo, com o possível recebimento de indenizações que não correspondiam ao valor real das benfeitorias e plantações que possuíam. Assinam este documento João Sertório, José Sertório, Paulo Rosa Medeiros e José Patrocínio de Souza. Atendendo a este abaixo-assinado, em abril de 1982 o Sindicato mais uma vez encaminhou à Fetag um ofício e um relatório minucioso sobre a "dramática situação dos posseiros restantes que vivem na Fazenda Santa Mônica (...) e que estão mais uma vez na iminência, aviso verbal dos responsáveis pela Embrapa, de tudo perder ou sair por acordo que não representa o valor real e atual dos direitos dos posseiros interessados" (STR de Valença. Ofício não numerado, de 19 de abril de 1982, acompanhado de relatório, dirigido a Eraldo Lírio de Azeredo, presidente da Fetag/RJ, arquivo STR de Valença).

[82] Fetag/RJ. Levantamento de Conflitos de Terras, junho de 1981 (MSPP/Sr - SC.frj.c - Pasta II). No momento em que este levantamento foi feito, nenhuma solução havia sido dada para o problema, "apesar dos relatórios enviados".

Neste relatório, o Sindicato retoma a história da Fazenda Santa Mônica, explicando que em 1976 a Embrapa havia tentado e conseguido expulsar a maioria dos posseiros, "os quais abandonaram suas benfeitorias, alguns recebendo qualquer coisa, outros nada". Entretanto, segue o relatório, "malgrado as tentativas, algumas famílias resistiram e estão lá até hoje, com a firme resolução de cuidarem das suas benfeitorias, que é de sobrevivência, até que chegue o usucapião almejado e propalado pelo Governo". Diz ainda o relatório que cerca de dois meses antes, o Sindicato havia recebido a "visita de dois ilustres senhores" representantes da Embrapa, que teriam vindo de Brasília para negociar uma "solução amigável" para a saída dos posseiros remanescentes, através de um acordo; ou, caso o STR nem os posseiros aceitassem o acordo, entrariam com uma ação de reintegração de posse.

A direção sindical não aceitou negociar, e procurou diretamente os posseiros para se inteirar da situação em que se encontravam, constatando então só restarem na Santa Mônica cinco posseiros, cujas posses são detalhadamente descritas: João Sertório, José Sertório, e a viúva e filhos do falecido Waldemar dos Santos Sertório, reunidos em uma mesma propriedade que, como acima referido, havia sido comprada em 1919 por seu pai; Paulo Rosa Medeiros, que havia comprado a posse de José Felício; e José Patrocínio de Souza, cuja posse não é explicada. Os demais, ou a sua grande maioria, nessas alturas (abril de 1982) já teriam deixado a Santa Mônica, confirmando o que nos indicou nesse sentido Sr. Osvaldo.

Os poucos que resistem são acionados na justiça

Não sabemos ainda qual encaminhamento foi dado pela Federação imediatamente após o recebimento deste último relatório, mas o fato é que no decorrer dos anos 1980 a Embrapa aumentou a pressão sobre os trabalhadores que permaneciam na Santa Mônica, entrando com várias ações judiciais de despejo. Resta checar se continuava a se utilizar, paralelamente, das ações violentas acima mencionadas, ocorridas nos anos 1970. De todo modo, os anos 1980 são marcados por um acirramento da situação.

A partir de dezembro de 1984 a Embrapa entrou com ações judiciais de despejo contra Ademir dos Santos Moreira, José Sertório, João Sertório e Izabel Sertório, Paulo Rosa Medeiros e José Marques Costa.[83] O caso de Ademir, assim como os demais, deverá

[83] Estes foram os processos até o momento localizados nos arquivos do STR de Valença e da Fetag/RJ, o que não significa que correspondam à totalidade das ações impetradas pela Embrapa contra os posseiros da Santa Mônica. Uma observação: José Marques Costa talvez seja parente próximo do referido Sebastião

ser ainda melhor examinado, mas, a se confirmar certas observações, configurar-se-á uma estratégia de extrema má-fé por parte da Embrapa em relação a esse trabalhador, em moldes semelhantes aos descritos por Marques (1978). Assim, vejamos.

Ademir, "residente no imóvel nº 51, Campo Experimental Fazenda Santa Mônica", era ex-empregado da Embrapa cujo contrato de trabalho incluía, segundo consta no processo, o aluguel do referido imóvel. O trabalhador estaria se recusando a deixar a casa, após rescisão contratual de trabalho. Em sua defesa, porém, Ademir declara ter nascido na Fazenda Santa Mônica, onde seu pai morava desde 1928; e sua mãe até aquela data residia na fazenda. Havia trabalhado para a Embrapa poucos anos antes e de fato assinado (em 1º de setembro de 1981) um contrato de trabalho que incluía a locação de um imóvel que, na realidade, já era de uso da família há mais de 40 anos. Por tudo isso, foi pedida pela defesa a improcedência da ação.

Mas a sentença, emitida em junho de 1986, reconhece a procedência da ação assim como os direitos da autora, argumentando, entre outros, que o réu, instado a apresentar provas dos fatos alegados, manteve-se em silêncio, e considerando pouco plausível que alguém que de fato morasse em comodato há tantos anos no local aceitasse ter o salário descontado de valores correspondentes ao aluguel de um imóvel ao qual teria direito prévio:

> Não se apresenta crível que o acionado tivesse celebrado um contrato de locação de prédio já cedido em comodato, anos antes, a seus próprios genitores, nem se apresenta razoável que fosse ele sujeitar-se ao pagamento de alugueres mediante descontos de folhas de pagamento de seus salários, durante quase três anos, sem nada reclamar contra sua empregadora, se, efetivamente, subsistisse aquele comodato.[84]

Ignora solenemente o juiz a dimensão social do desemprego e a profunda assimetria regente de relações de trabalho como esta de que tratava a ação. O réu foi condenado a desocupar o imóvel no prazo de 15 dias e a arcar com as custas judiciais e os honorários advocatícios. Em outubro de 1986 foi expedido um "mandado de notificação" judicial dando ciência a Ademir sobre a referida Ação de Despejo, ou talvez

---

Costa, um dos posseiros que recebe notificação da Embrapa em 1975 para assinatura do "Termo de Compromisso" para saída da fazenda. Nos arquivos da Fetag, o ofício que encaminha essa notificação (CESM nº 100/75) encontra-se arquivado junto com os demais documentos do processo movido pela Embrapa contra José Marques Costa.

[84] Ação de Despejo Reg. nº 701.921-1. Autora: Embrapa; Réu: Ademir dos Santos Moreira. Poder Judiciário da União; Justiça Federal da Primeira Instância; Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro; Juízo Federal da 10ª Vara. Sentença proferida em 19 de junho de 1986 (arquivo STR de Valença).

sobre a sentença já proferida; e em abril de 1987 é expedido um "Mandado de Despejo", determinando a execução do despejo de Ademir e dos demais ocupantes que eventualmente estivessem no referido imóvel nº 51.

Em março de 1987 o Sindicato de Valença escreve mais uma vez à Federação, dessa vez pedindo providências diretas junto ao Incra no sentido de se obter o assentamento definitivo dos "lavradores na Fazenda Santa Mônica, ocupada pela EMBRAPA, que quase nada [estava] explorando de agricultura, e que há algum tempo atrás [havia exigido] a desocupação de grande quantidade de lavradores que lá estavam trabalhando com suas famílias" (STR de Valença, Ofício nº 06/87 dirigido a Eraldo Lírio de Azeredo, presidente da Fetag/RJ, em 20 de março de 1987, arquivo STR de Valença). Propõe-se, portanto, a desapropriação de parte da fazenda para fins de reforma agrária.

Em outubro de 1987 é a vez da família Sertório, que recebe da Embrapa uma carta acompanhada de notificação do recebimento. A carta se dirige a José Sertório, João Sertório e Izabel Sertório:

> Prezados Senhores,
> A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, (...), vem notificar V. S. dando ciência aos sublocatários clandestinos, parentes afins e demais ocupantes, se houver, para o fim de extinção do comodato do imóvel, abaixo discriminado, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da ciência desta, devendo, para tanto, V. S. desocuparem as áreas de 73.320 m² e 4.870 m², perfazendo o total de 78.190 m², do imóvel denominado Fazenda Santa Mônica, localizado no endereço supramencionado, além de absterem-se de efetuarem novas plantações e, se for o caso, procederem a colheitas dos frutos pendentes, no prazo estipulado (Embrapa, 13 e 14 de outubro de 1987, notificação extrajudicial e carta, respectivamente, arquivo STR de Valença).

Em julho de 1988, a Embrapa entra com uma Ação de Reintegração de Posse contra a família Sertório. Apresenta-se como a "legítima proprietária do imóvel denominado Fazenda Santa Mônica (...), medindo 17.668.160,00 m², conforme certidão expedida pelo Registro Geral de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Valença/RJ, Livro 2-C, fls. 47, nº R-1/631". E se refere à posse da família Sertório como denominada "Ponte Nova", constituída por duas áreas de 73.320 m² e 4.870 m², perfazendo o total de 78.190 m², que viria sendo "ocupada pelos Réus, os quais não [eram] empregados da Autora, não mantendo com ela liame jurídico-trabalhista de qualquer natureza, estando ocupando o imóvel por mera liberalidade, sob a forma de Comodato Tácito" (Embrapa.

Petição encaminhada à Justiça Federal, Vara do Rio de Janeiro/RJ, em 8 de julho de 1988. Ação de Reintegração de Posse, arquivo STR de Valença). A Embrapa argumenta necessitar do imóvel para desenvolver seus "projetos de pesquisa", e se refere à notificação enviada em 19 de outubro de 1987, em que determinava o prazo de seis meses para a desocupação, o que não teria ocorrido, justificando assim o ingresso da "competente Ação de Reintegração de Posse". Solicita a expedição de um Mandado Liminar de Reintegração de Posse e a condenação dos réus ao pagamento de aluguéis dos meses posteriores à referida notificação, assim como dos honorários advocatícios, custas judiciais, perdas e danos etc.

Em setembro do mesmo ano, a Embrapa encaminha notificações semelhantes a outros posseiros residentes na fazenda, entre os quais Manoel Antonio da Silva e Albertina Medeiros da Silva, possuidores de 738 m² e 140 m², respectivamente. Deveriam igualmente desocupar no prazo de seis meses as áreas que ocupavam, para "o fim de extinção do comodato" desses imóveis (Embrapa Gado de Leite, Campo Experimental Fazenda Santa Mônica. Notificações encaminhadas a Manoel Antonio da Silva e Albertina Medeiros da Silva, em 31 de agosto de 1988 (arquivo STR de Valença).

Vale reiterar o quanto carece de sentido técnico e econômico o percentual a que correspondiam os 78.190 m² ocupados pela família Sertório, em relação à área total da Embrapa: 0,44%; e ainda mais desproporcional no caso de Manoel e Albertina, cujas posses correspondiam, juntas, a cerca de 0,005% das terras da fazenda. Como acima referido, esses percentuais nos parecem jogar luz, entre outras coisas, sobre a dimensão política desse enfrentamento.

Por outro lado, vale também registrar o fato de a Embrapa, em setembro de 1997, ter vendido uma área de 888.684 m² a um particular, administrador de empresas residente em Vassouras, o que nos parece reforçar a ideia da empresa possuir uma extensão de terras além das suas efetivas necessidades produtivas, apesar desta venda se relacionar, ao que tudo indica, a uma estratégia da empresa na relação com os posseiros que ainda permaneciam na fazenda. De acordo com os registros cartoriais, esta gleba vendida denominava-se "Agrião", localizava-se no extremo leste da fazenda e possuía 925.000 m², dos quais estavam sendo excluídas, para a venda, três áreas de posseiros, referidas pelo cartório como "áreas invadidas":

> (...) Após visita às áreas em litígio e ocupadas por posseiros, chegou-se à seguinte conclusão: 01 – As áreas invadidas são: Área "1" de 16.952 m²

> (cujo posseiro é o Sr. Paulo Rosa, conforme definido e delimitado em planta anexa); Área "2" de 19.344 m² (cujo posseiro é o Sr. José Marques Costa, conforme definido e delimitado em planta anexa); Área "3" de 324 m² (cujo posseiro é o Sr. Sebastião Corrêa, sendo que 304 m² está incorporado à área 2 e 20 m² correspondente a parte de uma residência em alvenaria, conforme demonstrado em planta anexa). 02 – Restando, portanto, em área livre e desembaraçada de 888.684 m² (925.000 m² - Áreas 1, 2 e 3). Tudo conforme memorial que me foi apresentado, bem como planta da GLEBA denominada "Agrião", objetivando delinear as áreas em litígios, levantadas pelo Técnico em Topografia da EMBRAPA – Sr. Francisco José de Oliveira (...).[85]

Os movimentos sociais seguem no apoio aos posseiros da Santa Mônica

Registra-se, em 1º de outubro de 1988, a realização de uma reunião no salão paroquial da Igreja em Juparanã, em apoio aos posseiros da Fazenda Santa Mônica. Participam dessa reunião representantes da Fetag, do STR de Valença, da CPT diocesana de Valença (com a presença do coordenador, padre Argemiro), da Igreja de Juparanã, do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, da Central Única dos Trabalhadores, da Central Geral dos Trabalhadores e de partidos políticos.[86] Foi debatida a situação dos posseiros da Santa Mônica, a necessidade de uma efetiva reforma agrária, assim como o quadro mais amplo da desigualdade social vigente no país, que tentava voltar, aos poucos, a um regime democrático.

Em 23 de dezembro do mesmo ano, o STR encaminhou mais um relatório à Fetag, denunciando a "ameaça de despejo iminente de família de lavradores-posseiros das terras da Fazenda Santa Mônica" [família Sertório], "e de famílias de moradores nas casas construídas próximas das terras pertencentes à Embrapa ou às margens do rio Paraíba".[87] O relatório mais uma vez descreve a situação da família Sertório (José, João e Izabel

[85] Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 10.403, Livro 2-AA, fls. 244. Registro realizado em 22/09/1997. Certidão expedida em 26/02/2015. Não foi possível nesse momento aprofundar a pesquisa para entender o significado estratégico dessa venda, do ponto de vista dos interesses políticos da Embrapa. Mas certamente ela se relaciona aos posseiros que permaneciam na fazenda, cujas posses faziam parte da gleba vendida. Observa-se um certo desencontro entre os nomes de posseiros referidos nos diferentes relatórios do STR como sendo os últimos a resistir, assim como os que constam nesta certidão de setembro de 1997. Será necessário prosseguir com trabalho de campo para entender de fato como se desenrolou cada um desses casos em sua especificidade.

[86] Ata manuscrita da reunião, arquivada pelo STR de Valença. Ao que tudo indica essa reunião foi agendada em resposta a uma demanda dos trabalhadores encaminhada diretamente à Fetag/RJ. Nos arquivos da Fetag/RJ encontra-se um telegrama seu para o STR de Valença em 15/09/1988, comunicando ter sido procurada por "trabalhadores rurais de Juparanã" e ter marcado uma "reunião na área" para 17/09/1988.

[87] STR de Valença. Ofício nº 17/88, de 23/12/1988, acompanhado de relatório, dirigido a Eraldo Lírio de Azeredo, presidente da Fetag/RJ. Neste ofício, assinado por Sebastião Cezário (presidente do STR) o assunto é assim descrito: "Faz denúncia de ameaça de despejo de lavradores e outras famílias das terras da Fazenda Santa Mônica, situada em Juparanã, 2º distrito de Valença-RJ, de propriedade da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária". Grifo nosso (arquivo STR de Valença).

Sertório), além da situação dos moradores Albertina Medeiros da Silva, Eugênia Pelizon da Silva (que segundo o Sindicato era proprietária e possuía escritura da área onde morava), Manoel Antonio da Silva, Ademir dos Santos Moreira (que já havia sido processado e despejado judicialmente; sua mãe havia sido igualmente atingida pelo despejo, embora fosse antiga posseira da fazenda), Paulo Rosa Medeiros e outros não nominados, que "por medo de agressão física por parte de pessoas ligadas à Embrapa" haviam deixado de fornecer documentos ao Sindicato, embora estivessem igualmente ameaçados de despejo e dependessem das lavouras nas terras da Santa Mônica para o sustento de suas famílias. Mais uma vez também o Sindicato chama a atenção para a gigantesca desproporção entre as áreas ocupadas pelos posseiros e a totalidade das terras da fazenda: "(...) E mais, as casas construídas na periferia da localidade de Juparanã e terras ocupadas pelos posseiros, pelo seu tamanho, nada representam para a Fazenda nem prejudicam os trabalhos de pesquisa da EMBRAPA. Que seja feita a verdadeira Justiça Social tão apregoada pelo Governo José Sarney. Justiça" (STR de Valença, Ofício nº 17/88, de 23/12/1988, arquivo STR de Valença).

A partir desse relatório, no início de 1989 o movimento sindical tenta buscar apoio em outras instâncias, visando garantir a permanência das famílias que ainda resistiam na fazenda. A Fetag escreve à Contag e à Delegacia Regional do Incra, denunciando os "problemas possessórios na Fazenda Santa Mônica"; e a Contag, por sua vez, encaminha essas denúncias e reivindicações ao Ministério da Agricultura.[88]

Ao que tudo indica, de nada adiantaram os encaminhamentos sindicais. E o processo contra a família Sertório prosseguiu, aparentemente até a sua efetiva expulsão. Em 12 de julho de 1989, registra-se que o advogado do STR de Valença, Norberto Miguel de Souza, escreve a José Sertório dizendo-lhe que fosse com urgência a Niterói, na Federação, a pedido da advogada Lidia Cristina, para tratar do processo de reintegração de posse que lhe movia a Embrapa.[89] Uma semana depois do envio dessa carta, o Sindicato envia mais um ofício à Federação, denunciando "atos arbitrários da EMBRAPA" contra moradores da Santa Mônica. Segundo este ofício,

[88] Memorandos da Fetag/RJ para o STR de Valença: nº 04/SE/89, de 30/01/1989, encaminhando cópias dos ofícios nº 01 e 02/SE/89 remetidos à Delegacia Regional do "ex-Mirad" e Contag, respectivamente; e nº 08/SE/89, de 27/02/1989, para conhecimento do STR e dos "companheiros da Fazenda Santa Mônica", encaminhando cópia de ofício e expediente da Contag ao Ministro da Agricultura, "encaminhando denúncia desse filiado com relação àquela área conflituosa" (Fundo Fetag/RJ – NMSPP/ CPDA/UFRRJ).

[89] Carta de Norberto Miguel de Souza dirigida a José Sertório, de 12/07/1989. Documento arquivado pelo STR de Valença. Nesta carta, Dr. Norberto sugere que José Sertório leve à advogada da Federação "o jornal [em] que o vereador Manoel Macedo [pedia] a terra a seu favor" (arquivo STR de Valença). A checar sobre esse vereador e a matéria escrita.

> O responsável pela administração da EMBRAPA, em Juparanã, com uma medida [tinha prejudicado] duas famílias. Primeiro [fechou] a passagem do Sr. Antonio que [morava] na ilha, obrigando a passar pelas terras que eram ocupadas pelo gado do Sr. Manoel. Depois, [fechou] a cerca beirando a casa, ligando ao Rio Paraíba e [deixou] o gado sem lugar qualquer de pastar. E o crível [foi] fazer proibição das duas famílias fazerem um corredor de comum acordo. E o mais sério é que a EMBRAPA [tinha] sua capineira bem cercada e não [usava] essa beira do Rio Paraíba, deixando-a completamente abandonada. Só [tinha] uma justificativa, vingança (...).[90]

O Sindicato pediu à Federação que tomasse as "providências necessárias junto ao Ministério da Agricultura", para que se retirasse a cerca em volta da casa do Sr. Manoel, que se abrisse a passagem para o Sr. Antonio, ou que se autorizasse fazer o referido corredor. O ofício menciona ainda que esse Sr. Antonio faz parte de uma denúncia anterior, de ameaça de despejo, encaminhada pelo Sindicato através do ofício de nº 17/88.

Ou seja, pelo conjunto de documentos arquivados e acima referidos, que provavelmente não representam a totalidade da documentação na época produzida, tanto o Sindicato quanto a Federação se esforçaram, de algum modo, para mobilizar apoios aos posseiros da fazenda, além de prestar assessoria jurídica através de seus advogados. Mas embora os processos tenham se prolongado muito além do período ditatorial (entre despejos, recursos e sentenças, há pelo menos um processo concluído somente em 2001), de acordo com o que foi possível levantar até o momento, as sentenças foram todas a favor da Empresa e todos os trabalhadores que moravam e trabalhavam nas terras da Santa Mônica foram expulsos, incluindo-se aqueles nascidos na fazenda, cujas posses haviam sido compradas por seus pais há décadas. Resta agora aprofundar a análise desses processos, para entender melhor a argumentação da Empresa, os caminhos escolhidos pela defesa e o olhar da justiça, que visivelmente tendeu a defender os interesses da Embrapa.

Pelas informações obtidas através do Sindicato, em Valença, e diretamente com a família Sertório, em Juparanã, José Sertório, hoje com mais de 80 anos, seria o único sobrevivente dessa geração. Como acima mencionado, Sr. José está com a saúde frágil e com dificuldades de fala, mas está lúcido e acompanhou toda nossa conversa com seus filhos, que consideram ter sido a sua família a última, ou uma das últimas, a sair da Santa

[90] STR de Valença. Ofício nº 09/89, de 19/07/1989, dirigido a Eraldo Lírio de Azeredo, presidente da Fetag/RJ. Assina este ofício Benedito Luiz Rodrigues, então presidente do STR (e atual) (Fundo Fetag/RJ – NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Mônica.[91] Após a referida ação possessória movida pela Embrapa, foram finalmente despejados em 1994.

José Sertório não possui casa própria e atualmente mora na casa de uma filha na periferia de Juparanã. Por essa razão, entre outras, considerando a perda de todo um patrimônio construído pela família ao longo de muitos anos, em decorrência de um processo judicial politicamente enviesado e defensor dos interesses da Empresa, em dezembro de 2014 o caso dessa família foi encaminhado para uma primeira avaliação da Comissão Nacional de Anistia. A expectativa é que o Estado brasileiro possa ao menos em parte ressarcir financeiramente os prejuízos que causou – sabendo-se que perdas e sofrimentos de outras ordens jamais poderão ser compensados.

2.3. Fazenda da Conquista

A Fazenda da Conquista foi desapropriada pelo governo estadual de Leonel Brizola em 1986, sendo criado o assentamento Mutirão da Conquista. Seu nome não poderia ser mais adequado, uma vez que, em uma região na qual, como vimos, a maioria maciça dos trabalhadores antigos colonos e posseiros foi radicalmente expulsa da terra (ao que tudo indica na maior parte dos casos sem qualquer tipo de ressarcimento), a vitória em um enfrentamento como esse é, sem dúvida alguma, uma importante conquista. E pelas conversas e depoimentos até o momento coletados com trabalhadores e lideranças sindicais à época do conflito, é assim que ela é percebida: uma grande vitória que ainda hoje é relatada com orgulho por aqueles que dela participaram.

Os dados a seguir apresentados sobre o conflito foram obtidos basicamente em matérias da imprensa do período, registros realizados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e referidos depoimentos, parcialmente incorporados no presente relatório.[92]

Antecedentes do conflito

[91] Seus filhos parecem desconhecer a permanência dos posseiros mencionados na certidão cartorial de 1997, que até aquele momento permaneciam na gleba "Agrião".

[92] As matérias de imprensa encontram-se arquivadas no Núcleo de Movimentos Sociais e Políticas Públicas – NMSPP do CPDA/UFRRJ; os arquivos do SNI encontram-se arquivados no Memórias Reveladas: Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), integrante do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro; e as entrevistas foram realizadas em Valença entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015, com lideranças sindicais e trabalhadores participantes dos conflitos, e encontram-se parcialmente analisadas no presente relatório.

A Fazenda da Conquista, com aproximadamente 760 ha, localiza-se em área relativamente próxima ao centro urbano de Valença (cerca de 10 km). Até o momento pouco sabemos sobre sua história, apenas que em período anterior chamava-se (ou fazia parte da) Fazenda de Santa Tereza, possivelmente uma antiga fazenda cafeicultora de maior extensão. De uma parte de suas terras teria sido criado o atual bairro de Santa Teresinha, em Valença.[93]

Em período mais recente, após a decadência do café (provavelmente início do século XX), nela foi instalada uma indústria de cerâmica – Fábrica de Cerâmica Nossa Senhora de Nazaré –, passando a se chamar Fazenda Lansa (sigla que corresponde às iniciais do nome de seu proprietário). Essa indústria acabou acumulando dívidas com o governo estadual e com a Previdência Social, sendo judicialmente acionada e finalmente perdida para o Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com registros realizados pelo SNI, poucos meses antes da primeira tentativa de ocupação da fazenda, ela seria de propriedade do Banco de Desenvolvimento do Rio de Janeiro (BD-RJ), e nela existiriam "cerca de 07 famílias de posseiros que se [dedicavam] apenas à agricultura de subsistência" ("Áreas em conflitos de terra – Valença/RJ". Documento enviado pela Agência Rio de Janeiro para a Agência Central do SNI em 9 de outubro de 1985 (Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, ARJ_ACE_12.307_85). Embora o documento se intitule "Áreas em conflitos de terra – Valença/RJ", ele registra que não havia "indícios de conflitos na área", mas que devia se ressaltar "a briga pela ocupação da sede da fazenda, outrora cedida à Fundação D. André Arcoverde", que vinha então sendo reivindicada "por elemento não identificado ligado ao Diretório local do Partido Democrático Trabalhista (PDT)". Possuía, portanto, este registro um caráter de certo modo preventivo, alertando não haver indícios, mas ao mesmo tempo registrando e indicando a percepção do SNI de se tratar de uma área talvez propícia a uma futura ocupação por parte dos movimentos sociais, como de fato ocorreria poucos meses depois.

Em documento subsequente, o SNI registra que a ideia e a decisão da invasão dessa fazenda teriam surgido, primeiro, pelo "anúncio da realização da Reforma Agrária pelo Governo" e, segundo, por sua condição de terra pertencente ao estado, fator fundamental de estímulo à sua ocupação, planejada e tentada pela primeira vez em janeiro

[93] Fundação Cultural e Filantrópica Lea Pentagna. Disponível em: <http://www.valenca.org/casaleapentagna/2005/03/ a_historia_de_v.html>, acessado em 01/03/2015.

de 1986. Consta ainda neste documento que, por ocasião da efetiva ocupação da fazenda, dos 760 ha de sua área total, 250 pertenceriam ao estado e o restante estaria sendo reivindicado pelo Instituto Nacional da Previdência Social, como já mencionado, para "pagamento da dívida do antigo proprietário da Cerâmica".[94]

A ocupação do ponto de vista sindical

Conforme depoimento de antigas lideranças locais, a iniciativa de ocupação da Fazenda da Conquista partiu do movimento sindical de Valença, que na época atuava com forte apoio da Comissão Pastoral da Terra.[95] A Fazenda da Conquista encontrava-se nas condições já mencionadas, após a falência da indústria cerâmica, e suas terras vinham sendo exploradas com gado de fazendeiros e comerciantes locais; a casa sede estaria sendo utilizada ou reivindicada pela Fundação D. André Arcoverde, de Valença. Em um primeiro momento, o Sindicato teria feito tentativas formais junto ao Incra, visando a desapropriação para fins de reforma agrária, sem obter resultado.

Segundo Norberto, a ideia e o planejamento inicial de ocupar a fazenda surgiram durante uma Campanha da Fraternidade, com o lema "Terra de Deus, terra de irmãos", promovida pela Igreja progressista de Valença, tendo à frente o referido padre Argemiro, da CPT (essa campanha não encontrava apoio do bispo e da ala mais conservadora da Igreja local). Com esse objetivo fizeram uma primeira reunião em uma chácara pertencente à Igreja, debatendo a situação dos trabalhadores rurais do município e as condições em que se encontrava a fazenda, e chegaram à conclusão de que deveriam tentar sua desapropriação.

Assim, trabalhadores rurais sindicalizados e integrantes da CPT planejaram em conjunto a ocupação. Não sabem até hoje como, mas o fato é que o plano "vazou" e no dia planejado foram obrigados a desistir, tal a quantidade de policiais que cercavam a fazenda, o Sindicato e as ruas de toda a cidade. Pelo que se observa do nível de detalhamento dos relatos produzidos pelo SNI, não é difícil supor a presença de elementos infiltrados no movimento sindical com a finalidade de monitoramento desse tipo de ação e de qualquer outro que contrariasse os interesses dominantes.

---

[94] "Invasão da Fazenda da Conquista (antiga Lansa), em Valença/RJ". Documento enviado pela Agência Rio de Janeiro para a Agência Central do SNI em 6 de março de 1986 (Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, ARJ_ACE_12826_86). De acordo com este documento, não estava claro naquele momento se "o acampamento dos invasores da Fazenda Conquista (antiga Fazenda Lanza) estaria situado na área de propriedade do Estado ou naquela em litígio [com o INPS]".

[95] Depoimentos coletados com o referido advogado, Norberto Miguel de Souza, e o atual presidente do STR, Benedito Luiz Rodrigues, assentado em Mutirão da Conquista.

De acordo com seu depoimento, a CPT de Valença teria orquestrado com outras regionais e mobilizado uma grande quantidade de trabalhadores, de diferentes municípios, para participar da ocupação. Isso desagradou à direção sindical de Valença, que visava a desapropriação para os trabalhadores do município, responsabilizando a CPT pela proporção que a ação tomou, bem como pelo vazamento e subsequente repressão ao movimento pelas forças policiais:

> (...) Quando menos espera, a CPT lá não sei de onde, passou lá, pintou a polícia daqui de tudo quanto foi lado e nós sem saber o que acontecia. Comandante do quartel, todo mundo, intimando a gente, prendendo trabalhador aos montes... Vieram tudo de bolsa dentro do ônibus, mas não tinha nada com a gente, aí nós explodimos. Porque vieram num negócio que era nosso aqui. Nós não tínhamos condição. (...) Aí cercaram aqui tudo, quem via isso aqui parecia uma praça de guerra, polícia armada de todo jeito (Norberto Miguel de Souza, entrevistado por Elizabeth Linhares, 12/11/2014).

Apesar da manifesta contrariedade com essa participação "externa", o Sindicato e a CPT acolheram os trabalhadores vindos de outros lugares, alojando-os para pernoite em um salão da Igreja, para que no dia seguinte regressassem aos seus lugares de origem. Nesse mesmo dia, os diretores e o advogado do Sindicato procuraram o comandante da PM e o prefeito, Fernando Graça, que "arrumou um ônibus pra levar o pessoal no outro dia pro Rio". A maioria teria ido embora nesse ônibus cedido pela Prefeitura, mas, segundo Norberto, alguns teriam permanecido na cidade: "(...) ficou uns galhos [ainda] por aí, mas os outros foram embora. Aí voltamos a fazer a estratégia da ocupação".

Cerca de uma semana depois, o mesmo grupo de trabalhadores, incluindo a direção sindical e representantes da CPT, voltou a se reunir para planejar uma nova estratégia para ocupação. Reuniram-se na mesma chácara pertencente à Igreja e decidiram que dessa vez o grupo sairia de madrugada. Mas havia um problema: desde a primeira tentativa a estrada que dava acesso à fazenda permanecia sob forte patrulhamento. Os trabalhadores à frente da iniciativa teriam então tomado uma decisão, à revelia da direção sindical, que, apesar das reuniões prévias, aparentemente foi pega de surpresa com a estratégia finalmente adotada. Conseguiram um ônibus com placa de Aparecida do Norte e partiram para a fazenda, tarde da noite, conforme planejado. Quando se aproximavam da fazenda, a polícia cercou o ônibus, e um dos trabalhadores explicou ao policial que se tratava de uma romaria religiosa. Então, a polícia liberou o grupo, que contornou toda a extensão da fazenda para entrar por um acesso pouco conhecido, pelos fundos da fazenda.

Pela peculiaridade do enredo, Sr. Osvaldo, que integrava esse grupo estrategista, considera que a história da ocupação e desapropriação da Conquista daria "uma novela", incluindo-se as duas referidas tentativas das quais participou ativamente. Pelo seu relato, percebe-se que a explicação da romaria religiosa já estava de fato prevista:

> Eu estava falando com o Benedito: isso aqui dava uma novela. (...) Porque quando nós fizemos o primeiro... Como é que se diz? A primeira reunião lá no sindicato, para entrar, e que marcamos tudo certinho, aí houve um vazamento, e a polícia cercou a gente. Nós ficamos encurralados a noite inteira, para aqui, para ali, imprensado. Mas imprensado mesmo. (...) Aí, eu falei para um companheiro – "Que seja para nós não ficarmos lá, mas nós vamos entrar lá, se Deus quiser." (...) E aí começamos a fazer um programa de como é que podia, como é que não podia, com o Padre Argemiro, o Doutor Norberto, cada um dava uma opção. (...) E o Benedito – xará dele aqui – disse para nós pegarmos um ônibus aqui – não é, Benedito? – com uma placa que ia para Aparecida do Norte, de noite. E aí, nós entramos por Barra do Piraí, Vassouras, Juparanã, e chegamos nos fundos da fazenda onde a gente foi criado. Eu já conhecia a fazenda, conhecia [bem] o lugar que a gente podia ficar; aí a gente já contornou lá, aí, começou a ser imprensado pelas autoridades, né? (Osvaldo Medeiros, entrevistado por Elizabeth Linhares em 22/11/2014).

Segundo Norberto, a comissão responsável pela ocupação, que incluía, além dele mesmo, diretores do STR e o padre coordenador da CPT, seguia a certa distância o ônibus, em diferentes carros, e perdeu o contato com o grupo, ficando sem entender para onde teriam ido. Não sabiam e não puderam imaginar uma estratégia como essa, de entrada pelos fundos. Além disso, como seguiam pela estrada principal, foram cercados várias vezes pela polícia. De acordo com Norberto, quando ele passou de carro pela patrulha viu que "o carro do padre Argemiro e do pessoal da CPT" havia sido parado pela polícia. "Aí eu, como advogado, eu sabia que eles não tinham advogado, parei, né?". Indagado quanto ao seu destino, Norberto desconversou, estava de passagem: "(...) Eu falei 'não, estou passando, tem algum problema?' – 'O senhor não tá no negócio de ocupação?' – Eu, 'que ocupação...?" (Norberto Miguel de Souza, entrevistado por Elizabeth Linhares, 12/11/2014).

Somente no dia seguinte a direção sindical tomou conhecimento de que o grupo havia de fato entrado de madrugada na fazenda, iniciando o acampamento. Eram cerca de 30 trabalhadores, a grande maioria homens, estando apenas um acompanhado de sua esposa e três crianças. Mas, assim como eles, a polícia também foi avisada, fazendo

imediatamente um cerco para impedir a entrada e saída de pessoas da área, ilhando os ocupantes (que dependeriam de alimentos posteriormente levados pelo movimento).

Segundo os depoimentos, os trabalhadores que já moravam na fazenda, ou parte deles, foram contra a ocupação, que consideravam uma ação de "comunistas", reproduzindo o discurso dos fazendeiros locais. Não poderiam, portanto, contar com eles para apoio aos novos ocupantes. No dia seguinte à noite, na ansiedade de levar comida para o grupo, Norberto e o padre Argemiro passariam por uma difícil e violenta situação.

Havia uma fazenda limítrofe à Fazenda da Conquista, recentemente comprada por um juiz de Valença que era amigo do padre Argemiro. Mas ainda morava na área um antigo administrador de caráter violento, reconhecido homicida. Havia por isso uma orientação prévia de que se evitasse o acesso que passava por essa área.

> (...) A gente tinha orientado que ninguém podia entrar pela tal estrada porque tinha um assassino lá que tinha matado e morava na fazenda, amigo dos fazendeiros. Nós já tínhamos estabelecido isso e não deixávamos. Pra ninguém correr risco. Aí, cara, o padre Argemiro vai pra esse político e passa por lá e discute com esse administrador, esse que era assassino. Já tinha matado um cara aqui na rua, era militar da marinha, parece. E tinha matado aí, negócio de jogo político (Norberto Miguel de Souza, entrevistado por Elizabeth Linhares, 12/11/2014).

Mas o fato é que eles precisavam de algum modo passar para levar comida aos ocupantes. Diretores do Sindicato foram então de carro, justificando à polícia em nome da Igreja o apoio aos trabalhadores ilhados. De acordo com Norberto, ao voltarem, ele e Sebastião, na época presidente do STR, passaram pela mais aguda situação de violência até o momento relatada no contexto desse conflito. Já anoitecia, quando voltavam e passaram pelo padre Argemiro que estava, junto com Fernando Moura (da CPT), sendo ameaçado pelo referido pistoleiro, que passa então a agredi-los:

> O padre (...) apavorou e me gritou, "meu carro tá atolado". Eu fui lá, "você tá ficando bobo, passa uma marcha". Mas eu não sabia que ele tinha visto que o cara já vinha de lá, o tal que tinha ameaçado ele. (...) Eu estou na porta do carro dele (...), ele falou: "Norberto, meu carro...", eu falei "passa uma marcha nesse carro e vai embora!" Ele não saiu, o cara veio e deu um tiro. O cara veio de lá... aí pegou o tiro no meu peito. Eu, pra mim, tinha morrido, tiro é tiro, no anoitecer qualquer estampido é fogo... Aí eu me lembro o português, Fernando, estava também junto com o padre, [dizendo] "para com isso!", mas o tiro já tinha [sido] dado. Aí eu recuei, ele deu um tapa na cara do padre dentro do carro. (...) Como pra mim eu tinha morrido, o que eu faço? Estava andando, fui pro meu carro. (...)

> Como ele era militar, se presume, e como ele estava em liberdade vigiada, e na casa, no terreno do juiz, está entendendo? Mas não sabia de nada não, a gente não sabia, mas nas conclusões que a gente chegou, ele devia estar solto e estava lá servindo pro juiz [teria sido solto para servir ao juiz]. Mas esse juiz fazia parte da igreja e faz até hoje, ele está aposentado. O que esse padre faz? Eu vou pro meu carro e ele vai atrás de mim, o pistoleiro. Eu entro dentro do meu carro. Seu Sebastião, que era diretor, ia entrar e ele não deixava. Pegou [então] o revólver e acabou com a [minha] cara todinha, cortando... "Promete nunca mais defender esses safados, invasor de terra?". O que eu podia fazer? Submisso, [disse] "O senhor está certo, está bom. Não vou fazer mais nada". E o padre Argemiro lá de longe gritava "Norberto!", [ao que o pistoleiro respondia:] "O senhor vem aqui que eu mato ele e mato você também". E foi esse drama... (Norberto Miguel de Souza, entrevistado por Elizabeth Linhares, 12/11/2014).

Segundo Norberto, a Federação não ajudou em nada nessa ocupação, pelo fato de os trabalhadores estarem sendo apoiados pela CPT. "Eles tinham uma rixa com negócio de CPT, de Federação, eu sabia disso porque eu fui diretor aqui e tinha uns guéri-guéri lá com a Federação". Por outro lado, foram salientados os muitos apoios externos recebidos, sendo mencionados especialmente políticos do PDT de Volta Redonda. "Veio um ônibus do Brasil inteiro com diretores sindicais, metalúrgicos, eles ficaram sabendo aí, estavam numa reunião, vieram, e eu fui falar pra eles, eles queriam saber como que fazia pra chegar lá (...)" (Norberto Miguel de Souza, entrevistado por Elizabeth Linhares, 12/11/2014). No âmbito desses apoios externos, Norberto relata a prisão de um "grupo da CUT" que tinha vindo para apoiá-los:

> No dia [seguinte] da ocupação, (...) os "caras da CUT" conseguiram entrar na fazenda, mas uns caras meio alterados, gaúchos lá não sei de onde, "eu meto bala nele..." Eu falei "nossa senhora, nós que imaginávamos fazer uma ocupação legal, sem violência..." Porque tem um artigo da lei que diz, se você ocupa tranquilamente... Mas se ocupou violentamente, o juiz pode mandar desocupar. Aí, eles foram, e entraram lá, e não quero nem saber. (...) Mas o resultado da polícia, um deles lá, estava armado, prenderam o cara, prenderam todo mundo do grupo lá da CUT, depois que o padre [já] tinha vindo [embora], olha que complicado! O padre tinha vindo e pedido apoio pro juiz mandar soltar o advogado [ele mesmo] que [ainda] estava lá sob a arma do cara. Aí eu fui embora, ele [me] soltou, pediu perdão (…). Quando eu estava saindo pra estrada, a polícia barrou todo mundo, examinava o carro todinho, aí eu fui descobrir que já tinha pego um grupo da CUT, estava tudo preso. (...) Mas se eles vieram pra dar apoio eu achei nada mais justo que eu fosse lá na delegacia dar apoio pra eles. Quando eu chego na delegacia, "o senhor está com isso aí na cara, isso aí é marca de revólver?" Eu falei "como é que o senhor adivinha? Eu caí lá no meio do mato, estava trabalhando". Aí [o policial] me encheu de conselho, "o senhor larga disso, o senhor é advogado famoso, fica aí..." Eu falei, "você

> é policial, se tiver que fazer um trabalho... eu fiz o meu trabalho, sou advogado do sindicato" (...) (Norberto Miguel de Souza, entrevistado por Elizabeth Linhares, 12/11/2014).

Alguns meses mais tarde, era criado o assentamento Mutirão da Conquista:

> Aí eles não tiveram mais jeito, o trabalhador ficou assentado, o estado cedeu... aí foi aquele tempo de organizar com o estado, e até hoje a terra ali é do estado, e eles tem aquilo ali, como chama? Cessão de uso. (...) No início eles queriam ceder por cinco anos, e nós lutamos que não devia ser, por cinco anos não valia nada. (...) [Mas] nessas discussões nós estávamos juntos e tinha uns amigos... (...) Outro padre, que tinha influência lá, que era professor da UERJ, padre Medoro (...). Ele trabalhava junto, depois que esse padre [Argemiro] saiu da catedral ele veio ser o vigário-geral, mas ele não era aceito também na igreja não, ele era meu compadre também e trabalhava comigo (…). Aí ele orientou a gente e tinha um amigo dele que era diretor lá do patrimônio do estado, aí chegamos lá, discutimos, e passaram para 40 anos (...). Aí ficamos. Agora saiu um decreto que é 99 anos, então eles estão lá (Norberto Miguel de Souza, entrevistado por Elizabeth Linhares, 12/11/2014)

De acordo com ofício encaminhado em março de 1988 pelo presidente do STR de Valença, Sebastião Cezário, à Fetag/RJ, a formalização do assentamento na época se fez por meio de um contrato de Cessão de Direitos de Uso concedido pelo governo do Estado a 38 famílias assentadas. Este ofício solicitava a intermediação da Fetag junto ao INSS para que não fossem prejudicados os assentados em razão do litígio ainda em curso com a empresa Lansa.[96]

Figura 6. Entrada principal do assentamento Mutirão da Conquista

[96] Ofício nº 04/88 enviado por Sebastião Cezário, presidente do STR de Valença a Eraldo Lírio de Azeredo, presidente da Fetag/RJ, em 18/03/1988. (arquivo Fetag/RJ).



O destaque na imprensa

A ocupação da Fazenda da Conquista ganhou um razoável espaço na imprensa fluminense. Em matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* em 23 de fevereiro de 1986, portanto dois dias após o ocorrido, há um relato minucioso a respeito da ocupação, assim como referências à tentativa frustrada que teria sido feita no mês anterior (Lavradores de Valença ocupam fazenda falida. *Jornal do Brasil*, 23/02/1986 p. 16, MSPP/ci CF.se.rj - pasta I). Segundo o jornal, cerca de 30 famílias de lavradores haviam ocupado na noite de sexta e manhã de sábado (dias 21 e 22/02/1986) parte da Fazenda da Conquista, como forma de "reivindicar do governo do estado um pedaço de terra para trabalhar". É relatado que a fazenda pertencia à "falida empresa Cerâmica Lanza" e encontrava-se então "em posse do Estado do Rio de Janeiro".

Segundo a reportagem, esta seria a segunda tentativa de ocupar parte da fazenda onde já trabalhavam "pessoas com roça e criação de gado, sem, contudo, serem contratados pelo Estado". Em janeiro de 1986 essas mesmas famílias haviam tentado "invadir o terreno, porém, com a polícia avisada isso foi impedido". Relata-se então que na noite de 21 de fevereiro de 1986 as famílias finalmente conseguiram entrar, levando lonas, utensílios e ferramentas de trabalho. De acordo com a matéria, a polícia não

interveio e "o prefeito da cidade, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), disse que não iria reprimir".[97]

Ainda segundo o jornal, as "famílias dos sem-terra" haviam feito sua primeira refeição na ocupação com alimentos comprados em uma venda localizada na estrada que dá acesso à fazenda. Mais tarde, no mesmo dia, o padre Argemiro Brochado Neves, coordenador diocesano da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Valença, teria levado arroz, feijão, leite e pão para as famílias acampadas. A invasão teria contado com o apoio do Movimento dos Sem-Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valença, sendo citado nominalmente somente seu presidente, Sebastião Cezário.[98] Este estaria tentando manter contato e provavelmente pedindo apoio à Comissão de Assuntos Fundiários do Governo do Estado, com assessores do PDT e com o coordenador do Incra para o Rio de Janeiro, Agostinho Guerreiro.

O jornal *O Globo* também deu espaço a uma matéria sobre a ocupação, relatando que em 24 de fevereiro, ou seja, três dias após a entrada das famílias na fazenda, o assessor-chefe da Secretaria do Governo, que também presidia a comissão coordenadora do assentamento dos sem-terra no estado, Marcelo Reis, "visitou a fazenda e falou em reportagem para *O Globo* que o Governo do Estado [poderia] permitir a ocupação parcial da mesma" ("Estado admite deixar fazenda com invasores". *O Globo*, 25/02/1986, p. 11 (MSPP/ci CF.se.rj - pasta I). Segundo Marcelo Reis, o estado pretendia criar ali cavalos para fabricação de soro antiofídico, mas a invasão iria "alterar os planos". Diz ainda *O Globo* que na tarde do dia 24 os policiais do 10º BPM, de Barra do Piraí, permitiram a passagem de padres que levavam para os posseiros alimentos enviados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) de Valença, Barra do Piraí e Volta Redonda. A permissão teria sido dada "após a intervenção do Secretário da Polícia Militar, Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, que ordenou ao Comandante do 10º BPM, Coronel Alexandre Gaudio, que deixasse os padres passarem". Segundo a matéria o total de posseiros já ultrapassava 425 e poderia "continuar a crescer devido ao fato de, pelo receio que estes tinham da polícia, estarem se escondendo no mato". De acordo com um dos

[97] O referido prefeito provavelmente é o mesmo que providenciou transporte de retorno para os trabalhadores de outros municípios que vieram mobilizados pela CPT para ajudar na primeira tentativa de ocupação.

[98] Vale observar o fato do apoio possivelmente recebido do MST (que parece bastante plausível, considerando a grande mobilização e o grande número de trabalhadores vindos de ônibus na primeira tentativa de ocupação) não ser referido em momento algum pela direção sindical em seus depoimentos.

lavradores, Jorge Fernando da Silva, de 42 anos, muitos posseiros já estariam plantando em algumas partes da área ocupada.

A visão do SNI

Conforme acima mencionado, o SNI faz um registro bastante detalhado da ocupação da fazenda, demonstrando que havia um acompanhamento próximo e muito atento a todos os passos dos envolvidos. De acordo com o documento acima referido, de março de 1986, a entrada na fazenda teria ocorrido às 23 horas do dia 21 de fevereiro de 1986, não sendo identificado, naquele momento, se o local escolhido para o acampamento situava-se na área de propriedade do estado ou naquela em litígio com o INPS ("Invasão da Fazenda da Conquista (antiga Lanza), em Valença/RJ". Documento enviado pela Agência Rio de Janeiro para a Agência Central do SNI em 6 de março de 1986 (Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, ARJ_ACE_12826_86).

Como já referido, na percepção do SNI a ideia da invasão teria surgido em decorrência do anúncio da realização da reforma agrária pelo governo estadual, e a escolha da fazenda se relacionaria ao fato de se tratar, segundo os movimentos sociais, de uma área pertencente ao estado. Após a decisão da invasão, os trabalhadores teriam buscado apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valença, para que este fizesse a seleção e o cadastramento das famílias que receberiam lotes na fazenda. Nesse contexto, teriam sido escolhidas 85 famílias para o assentamento, que "fizeram questão de ressaltar que seus objetivos eram tão somente atender às suas necessidades, não tendo características políticas" ("Invasão da Fazenda da Conquista (antiga Lanza), em Valença/RJ". Documento enviado pela Agência Rio de Janeiro para a Agência Central do SNI em 6 de março de 1986 (Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, ARJ_ACE_12826_86). Importante, porém, registrar que, de acordo com as antigas lideranças entrevistadas, a participação do STR teria se dado desde o início, por ocasião das primeiras reuniões de planejamento da ocupação.

O SNI registra, em termos semelhantes aos utilizados pela direção sindical, que na primeira tentativa de invasão, no mês anterior, a Polícia Militar havia mantido uma patrulha na região da fazenda, a fim de evitar novas tentativas. Sobre esse patrulhamento é relatado que no próprio dia da ocupação (21/02/86), às 23h40, a Polícia Militar deteve um carro de placa de Nova Iguaçu, "por suspeita de estar preparando a invasão da área".

Levados à delegacia, foram identificados Geraldo João Lima (o padre Geraldo, de Nova Iguaçu), Fernando Barago de Freitas (Moura) e Pedro Cézar Alves Pereira.

No dia seguinte à tarde, o fazendeiro vizinho, Dalmo de Castro, comunicou à 88ª Delegacia de Polícia que a fazenda havia sido invadida, "agora, pela parte dos fundos".[99] Uma patrulha do 10º BPM deslocou-se então para a área invadida, "constatando no local a presença de 50 pessoas, um carro marca Chevrolet, placa II8066, com a inscrição em letras vermelhas 'SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE VOLTA REDONDA – CUT', bem como um ônibus da Viação AGULHAS NEGRAS, placa IV9110, fretado pelo Sindicato dos Metalúrgicos" (grifos originais). O carro e o ônibus foram revistados, sendo encontrados dois revólveres no porta-luvas do carro e identificados seus três ocupantes, moradores de Resende, Volta Redonda e Barra Mansa. Segundo esse registro, os três foram autuados por porte ilegal de arma e liberados após o pagamento de fiança.

Nessa mesma tarde, por volta das 16 horas, "uma patrulha da PM, que se deslocava para o acampamento dos invasores, encontrou dois homens saindo da área invadida, os quais se identificaram como sendo os padres ARGEMIRO e JOSÉ ANTONIO MAZZEO, militante do PDT" (grifos originais, utilizados nesses documentos para destacar nominalmente os participantes identificados).

Conforme veiculado na imprensa, o SNI também registra a visita feita pelo "Coordenador da Assessoria de Assentamento dos 'SEM-TERRA' do Governo do Estado, MARCELO REIS" (assim duplamente grifado no original) aos trabalhadores acampados, no dia 24 de fevereiro, ou seja, três dias após a ocupação. Após sua conversa com a "liderança dos invasores" (não identificada), teria sido acertado que (i) o grupo permaneceria na área, "até que o governador BRIZOLA apresentasse decisão final sobre o assunto; (ii) seria dada prioridade para o assentamento das 85 famílias cadastradas pelo STR de Valença; (iii) uma "comissão dos invasores" iria a Valença no dia 27 próximo, dia em que Brizola estaria no município, para lhe apresentar suas reivindicações; e (iv) seria liberado o acesso à área do acampamento, ou seja, os trabalhadores poderiam entrar e sair livremente da fazenda, sem sofrer os constrangimentos até então sofridos.

O SNI chama a atenção para o fato de a ocupação ter ocorrido em data sabidamente próxima à visita que o governador faria à Valença, tendo

[99] De acordo com os depoimentos, este na verdade não seria propriamente um "fazendeiro vizinho", mas sim o referido pistoleiro que ameaçara o padre Argemiro e agredira Norberto. Informação que precisará ser confirmada.

> como objetivo principal criar constrangimento para LEONEL BRIZOLA. Todavia, o Governador que, inicialmente, determinara medidas de força contra os invasores, cerceando, por intermédio da PM, qualquer acesso de pessoa ou equipamento à área, conseguiu inverter a seu favor as expectativas dos promotores da invasão, enviando MARCELO REIS, Assessor para Coordenação de Assentamento dos Sem-Terra, ao local, a fim de tranquilizar os lavradores ("Invasão da Fazenda da Conquista (antiga Lanza), em Valença/RJ". Documento enviado pela Agência Rio de Janeiro para a Agência Central do SNI em 6 de março de 1986 (Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, ARJ_ACE_12826_86).

Ressalta ainda nesse relatório o apoio recebido pelos "invasores" por parte da Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base de Valença, Volta Redonda e Barra do Piraí; do Partido dos Trabalhadores (PT); e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Valença e dos Metalúrgicos de Volta Redonda.

Finalmente é apresentada uma "relação dos posseiros na Fazenda Lansa", registrando-se de cada um o nome completo, o número do documento que portava no momento (carteiras de identidade, título de eleitor etc.), origem e/ou endereço residencial, de que modo tomou conhecimento da ocupação e qual seu objetivo em participar. No total são registradas 34 pessoas, incluindo-se não somente os posseiros propriamente ditos, mas também reconhecidas lideranças locais e regionais. Entre os lavradores, os porquês e os objetivos registrados são em geral "plantar, sobreviver, lavrador reservando lugar para a família"; alguns citam ainda situações como desemprego, fome, miséria, necessidade para "tratar da família".

Entre lideranças e militantes identificados encontram-se:

> (i) Fernando Moura, então assessor da Comissão Pastoral da Terra, que declara o objetivo de "apoiar os lavradores", reservando "o lugar para ninguém";
>
> (ii) Samuel Teixeira do Nascimento, de Areia Branca, Nova Iguaçu, ligado à Comissão Pastoral Penal, cujo objetivo era "apoio e solidariedade aos lavradores";
>
> (iii) José Sabiano de Oliveira, membro da Comissão dos Direitos Humanos de Volta Redonda, com objetivo de apoiar os lavradores;
>
> (iv e v) Maria Copertino de Moraes e Denise Nonato da Silva, ambas de Volta Redonda, com o objetivo de apoiar os lavradores;
>
> (vi) Severino José da Silva, lavrador, residente em Campo Alegre (Nova Iguaçu), com o objetivo de apoiar os demais lavradores;
>
> (vii) Eronildo José da Silva, residente na Fazenda Santa Mônica (Valença), explicada sua presença por ser coordenador das CEBs;

(viii) Luis Fernando Moreira, advogado, com objetivo de orientar os lavradores;

(ix) Padre Medoro de Oliveira Souza Neto, vigário de Sapucaia;

(x) Alindo Luiz Fagundes da Silva, professor e padre de Volta Redonda;

(xi) Luiz Carlos Sarkis, do PDT, presidente da Câmara Municipal de Volta Redonda;

(xii) Nélio Medina, do PDT, vereador de Volta Redonda;

(xiii) Maria Isabel Nazza Santana, esposa do vereador Edson Ricardo Santana, do PT de Volta Redonda;

(xiv) Padre Geraldo João Lima, de Nova Iguaçu.

São ainda citadas mulheres cuja presença se explicava por estarem acompanhando marido e/ou filhos (lavradores); uma acompanhante do vereador Nélio, de Volta Redonda; e três profissionais da TV Sul Fluminense (cinegrafista, operador de VT e motorista).

Vale observar a não referência nominal ao advogado Norberto Miguel de Souza, que na época assessorava o STR de Valença e que, de acordo com os mencionados depoimentos, parece ter sido um dos protagonistas tanto no planejamento quanto na execução da ocupação, ao lado do padre Argemiro, da CPT. Mas o que mais chama atenção nesses registros do SNI é a confirmação (e o detalhamento) da amplitude da rede participante e de apoio a essa ocupação, ao que tudo indica envolvida desde o planejamento e preparo das ações (preparo das condições que as viabilizariam), até a efetiva entrada e instalação do acampamento em terras da fazenda, que também apoiou a manutenção dos acampados nos dias subsequentes.

A visita de Brizola

Conforme previsto, no dia 27 de fevereiro (seis dias após a ocupação), o governador Leonel Brizola esteve em Valença para diversos eventos políticos – inauguração de asfaltamento de estrada, inspeção de obras de um CIEP, participação em um comício em praça pública e em reunião com "os invasores da fazenda Lansa". Segundo o SNI, Brizola "congratulou-se com os posseiros e, em seu discurso, teceu comentários de incentivo, além de proporcionar ensinamentos de como se deve invadir terras particulares" ("Visita do Governador Leonel de Moura Brizola ao Município de Valença/RJ". Documento produzido pela Agência Central do SNI em 21 de maio de 1986, Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_56111_86).

Essa visita de Brizola a Valença foi acompanhada de perto por agentes do SNI, que fizeram um relato detalhado de todos os passos do governador, tiraram diversas fotografias de seu encontro com os trabalhadores ocupantes da fazenda[100] e gravaram seu pronunciamento público, que se encontra transcrito no referido documento sob o título "Discurso proferido pelo Governador Leonel Brizola aos posseiros da Fazenda da Conquista, antiga Fazenda Lansa – Valença – RJ". De acordo com essa transcrição, em seu discurso Brizola defende uma reforma agrária feita a partir de terras públicas ou que estão nas mãos de grandes grupos econômicos, bancos, grupos industriais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outros estados. Diz Brizola: "(...) Eu, francamente, acho, não precisa ameaçar a propriedade desse jeito. O fazendeiro que vive ali ele gosta dali, não precisa ameaçar a propriedade dele. No Brasil, não precisa!". E se refere à recente desapropriação em Nova Iguaçu feita pelo governo estadual:

> (...) Olha aqui, lá embaixo, nós desapropriamos aquela área... Você sabe que não apareceu dono. Não apareceu dono! Apareceu um banco lá querendo discutir um pedacinho de terra. – "Ah! Aí vocês tenham vergonha... Deixa isso lá para os camponeses". E não apareceram mais. Nós desapropriamos com quase três mil hectares ali em Nova Iguaçu, nas barbas do Rio de Janeiro e não apareceu dono, não tem dono! Simplesmente, tinha gente que tava lá especulando...("Visita do Governador Leonel de Moura Brizola ao Município de Valença/RJ". Documento produzido pela Agência Central do SNI em 21 de maio de 1986, Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_56111_86).

Atualmente, o Mutirão da Conquista reúne 62 famílias e é assistido pelo Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro (Iterj), que recentemente investiu na reforma da casa sede da fazenda, objetivando a instalação de um restaurante e um ponto de venda de artesanato a serem explorados pelos trabalhadores.[101]

Figura 7. Casa sede da Fazenda da Conquista[102]

[100] Em uma das fotos aparece o referido advogado do STR, Norberto Miguel de Souza, presente, portanto, no encontro com Brizola (embora não seja mencionado nominalmente pelo SNI).

[101] Governo do Rio de Janeiro. Notícias, 21/06/2015. Assentamento em Valença recebe sede de fazenda reformada para desenvolver atividades econômicas. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo;jsessionid=0D8C90E40ED3FDA4B6155DD49151F513.lportal2?p_p_id=exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ&p_p_lifecycle=0&refererPlid=11702&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_struts_action=%2Fext%2Fexibeconteudo%2Frss&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_groupId=132938&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_articleId=2470763>. Acessado em 01/07/2015.

[102] A casa foi reformada recentemente pelo Instituto de Terras do Rio de Janeiro (Iterj).



3. Trajano de Moraes: o caso da Fazenda Santo Inácio

Trajano de Moraes localiza-se na chamada Região Serrana do Rio de Janeiro, a cerca de 220 km da capital, considerando-se o caminho que passa por Nova Friburgo em direção ao norte fluminense. A colonização inicial dessa região se deu nas duas últimas décadas do século XVIII, com a vinda de garimpeiros portugueses e mineiros em busca de ouro. Eram as "Novas Minas dos Sertões de Macacu", cujo garimpo teria rapidamente se esgotado. Nesse período o café começava a se disseminar pelas serras fluminenses, chegando em 1817 as primeiras mudas para a região, que se chamava Cantagalo e incluía diversas localidades, entre elas São Francisco de Paula, hoje Trajano de Moraes.[103]

No que atualmente corresponde ao Município de Trajano, a ocupação inicial ocorreu no princípio do século XIX, em decorrência da referida política de colonização implementada por D. João VI. De acordo com Pinheiro (1993), essa fase inicial, anterior à expansão da cafeicultura, se caracterizou pela presença de pequenos produtores que combinavam a produção de mantimentos básicos com o café. Era um grupo formado em parte por pequenos produtores oriundos de Cantagalo, de onde vinham sendo expulsos com a expansão do café e a apropriação de grandes extensões de terras por fazendeiros cafeicultores (Cantagalo antecedeu Trajano nesse processo), e em parte por uma leva de

[103] Cantagalo compreendia naquela época a área que hoje pertence aos municípios de Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Bom Jardim, Cordeiro, Cantagalo, Carmo, Duas Barras, Sumidouro, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes. O atual nome do município foi dado em 1938, em homenagem a Trajano de Moraes, proprietário da Santo Inácio (IBGE, 1959; MUNIZ, 1991).

imigrantes suíços que vieram para a região nesse período, que representa, segundo o autor, a primeira fase do ciclo cafeeiro de Trajano, estendendo-se aproximadamente até 1850.

O período de maior riqueza da cafeicultura no município ocorreu aproximadamente entre 1860 e 1890, caracterizando-se, como nas demais áreas cafeicultoras fluminenses da época, pela expansão e predomínio da grande propriedade e da mão de obra escrava. Pinheiro observa, no entanto, como uma peculiaridade de Trajano, a permanência de pequenos produtores, que se mantiveram combinando a lavoura de café com lavouras de subsistência.[104]

Como vimos, os últimos anos do século XIX foram marcados pelo desencadear de um processo de decadência da cafeicultura fluminense. Em Trajano esse processo se deu de forma gradual, estendendo-se por toda a primeira metade do século XX. A partir da abolição da escravatura, os trabalhos nas grandes fazendas do município haviam sido igualmente reorganizados com base no colonato, que, permitindo a combinação da produção de subsistência com a produção para o mercado, possibilitou a permanência da lavoura cafeeira por esse longo e lento período de declínio. Um período que se caracterizaria não só pela decadência da grande lavoura, mas por um progressivo isolamento do município, resultando na formação de "uma camada camponesa pauperizada, composta pelos pequenos proprietários e pelos ex-escravos, que iria encontrar no colonato a forma de se manter na terra" (PINHEIRO, 1993).

A partir dos anos 1950 a decadência se acentuou e o café perdeu de vez importância econômica para o município. Nos anos 1960, com a implementação do referido plano de erradicação de cafezais, eliminou-se a base de sustentação agrícola do município que, embora decadente, ainda se apoiava nessa atividade. Expandiu-se a pecuária extensiva, que não conseguiu reverter o quadro de decadência, contribuindo ainda para uma intensificação da expulsão dos antigos colonos e suas famílias, e para a crescente marginalização socioeconômica da região. Segundo o depoimento de um ex-colono, atualmente assentado no assentamento Santo Inácio, nesse período era comum a vinda de caminhões do Paraná, que voltavam carregados de famílias de colonos com prática na cafeicultura. Era a "onda verde" do café, referida por Lobato (1946), que mais uma vez se deslocava.

[104] São considerados pelo autor como "pequenos", os possuidores de áreas de 10 a 15 ha; e "médios", os de 15 a 60 ha (PINHEIRO, 1993, p. 64). Nesse sentido, parece ser grande o contraste com o Médio Paraíba, marcado nesse período por uma extrema concentração da propriedade.

Dados levantados pelo IBGE materializam exemplarmente o processo histórico vivido pelo município, marcado, do ponto de vista produtivo, por três aspectos fundamentais: o processo de decadência da cafeicultura; a paralela e progressiva implantação da bananicultura, em sua substituição; e o igualmente progressivo aumento nos efetivos de gado bovino, sob a forma de pecuária extensiva, cuja área utilizada vai superando sempre mais a área utilizada pelas lavouras (permanentes e temporárias). Em 1940 a área ocupada pelas lavouras correspondia a 11.776 ha, para 14.500 ha de pastagens (naturais e plantadas); em 1996, as lavouras ocupam um total de 3.574 ha, para um total de 26.816 ha de pastagens. Com relação à produção agrícola, podemos observar que o café e a banana passam, respectivamente, de 1.481 toneladas e 103.983 cachos, em 1940, para 270 toneladas e 1.140.000 cachos, em 2000. Quanto aos efetivos de gado bovino, estes passam de 7.980 cabeças, em 1920, para 21.739, em 1980, caindo para 18.000 cabeças em 2000. Vale observar que, primeiro, o período em que se desenrola grande parte dos conflitos pela terra na Fazenda Santo Inácio corresponde ao período dos mais altos efetivos bovinos no município (1970-1985); segundo, o enorme salto ocorrido (617%) entre 1985 (período de intensificação desses conflitos) e 1996, especificamente na área de pastagens plantadas (embora haja uma discreta diminuição na área total de pastagens), possivelmente está relacionado a uma estratégia de preservação do patrimônio através da caracterização de uma condição supostamente produtiva, no sentido estudado por Rangel (1962).[105]

A decadência foi vivida de formas diferenciadas de acordo com a condição e a posição dos produtores nessa história. Entre os proprietários, os mais atingidos por esse processo foram os pequenos e médios, que utilizavam o café como complemento à

[105] Foram analisados os Censos Agrícolas do IBGE de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996; e a Produção Agrícola e Pecuária Municipal 1990-2000. Consultas realizadas em 2001 e 2002, em edição física (impressa), no próprio IBGE, para as referidas pesquisas desenvolvidas em Trajano de Moraes. Para se ter uma ideia comparativa da evolução da produção cafeeira em Trajano, no início dos anos 2000, o município produzia cerca de 270 toneladas de café por ano, o que equivale a quase metade do que era produzido nos anos 1920 só pela Fazenda Santo Inácio (cerca de 450 t); em 2010, Trajano diminuiu em 50% a produção, que ficou em 135 t; e, em 2013, produziu ainda menos, 47 t. Nesse mesmo período (2013), Valença superou Trajano, produzindo somente 5 t. Ainda de acordo com o IBGE, em período mais recente a produção de café no Rio de Janeiro se deslocou para o extremo noroeste do estado: em 2013 Varre-Sai e Porciúncula foram os maiores produtores, produzindo respectivamente 6.000 e 4.740 t. Sobre a bananicultura em Trajano, em 2013 a produção foi de 12.000 t (que corresponde a cerca de 800.400 cachos), um pouco menor que a verificada em 2000 (1.140.000 cachos). IBGE, Produção Agrícola Municipal 2010 e 2013. Disponível em: <http://www.cidades.ibge. gov.br/>; e CARRARO e CUNHA, 1994. Disponível em:<https://books.google.com.br/books?id=YOIOAQAAIAAJ&pg=PA11&lpg=PA11&dq=ibge+toneladas+cachos+de+banana&source=bl&ots=udSVNQ7zDN&sig=_AW_NI2iTXAKLacu9_6pu22Za90&hl=en&sa=X&ved=0CCwQ6AEwAmoVChMI0rb9s6jOxgIVggyQCh0GawPD#v=onepage&q=ibge%20toneladas%20cachos%20de%20banana&f=false>. Ambos acessados em 08/07/2015.

lavoura branca, e para quem a pecuária extensiva era inviável. Nesse grupo, as perdas foram ainda agravadas pelas subsequentes subdivisões das propriedades entre seus herdeiros. Entre os trabalhadores, colonos, o avanço do gado levou à redução ou à extinção da área disponível para a lavoura familiar. Esse processo foi descrito, nos depoimentos que coletamos com antigos colonos em Trajano, sob a prática denominada *amansar pasto*: os proprietários propunham uma determinada área de mata (ou capoeira), ou mesmo antiga área de lavoura abandonada, *suja*, para que os colonos ali implantassem uma nova lavoura, em geral no sistema de *meia*. Era feito então o pesado trabalho de limpeza, incluindo muitas vezes destocamento, e preparação da área para o plantio (é o *amansar*). E logo após a colheita, primeira e única, era semeado o capim e a área transformada em pasto. Ali não se plantaria mais.[106] Intensificava-se assim o processo de esvaziamento econômico e social do município, assim como o ritmo de urbanização dessa região serrana de um modo geral. Pinheiro (1993) aponta como exemplo, nesse sentido, as cidades de Teresópolis, Petrópolis e Friburgo, que combinam atividades industriais com veraneio e absorvem parte da população vinda de áreas rurais do estado.

Como acima mencionado, os dados demográficos do IBGE são indicadores do esvaziamento sofrido pelo município no decorrer do século XX, particularmente a partir do período em que se generalizou a substituição da cafeicultura pela pecuária bovina extensiva. Entre 1920 (período anterior à grande crise do café da década de 1930) e 1950 (fim do café como principal produto do município), a população total residente em Trajano teve uma queda de 24,5%, passando de 22.221 (1920) para 16.771 (1950); e entre 1950 e 2000 (período de maior expansão, seguida de estabilidade e pequena queda na pecuária extensiva), a população total caiu em 40,1%, chegando a 10.038 (em 2000). No tocante a este último período, vale observar a queda mais acentuada da população rural (56,8% - de 14.710 para 6.354) em comparação ao crescimento da população urbana (78,7% - de 2.061 para 3.684). Em período mais recente (2010), observam-se variações pouco significativas em relação a 2000, registrando-se um pequeno aumento na população total, que passou a 10.289, e uma também pequena diminuição na população rural, que passou a 5.509 habitantes.[107]

---

[106] Processo similar ao analisado por Garcia (1983) na Zona da Mata pernambucana, que tem na oposição das expressões *terra de trabalho* e *terra de gado* seu eixo central. Similar ainda ao ocorrido na Zona da Mata mineira, antigo Município de Rio Preto, a partir da decadência da pecuária leiteira e da desconstrução do colonato na região (LINHARES, 1998).

[107] IBGE – Censos Demográficos 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 2000, Contagem Populacional 1996 e Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos de 1960 e 1970. Os dados sobre população rural e urbana de 1960 e 1970 foram obtidos nas respectivas Sinopses Preliminares, apresentando uma pequena diferença

Assim como em outras áreas outrora cafeicultoras no estado, o esvaziamento socioeconômico em Trajano no decorrer do século XX foi acompanhado por uma intensificação dos conflitos pela terra. Áreas abandonadas em fazendas de proprietários absenteístas possibilitaram a permanência de muitos colonos que, em um processo (ou tentativa) de resistência, passaram a reivindicar a posse da terra, identificando-se e sendo identificados como *posseiros* (GRYNSZPAN, 1987), tornando-se foco de crescentes tensões a partir dos anos 1960 – um período marcado, no município, não só pela ruptura nas relações de colonato, mas pela organização do movimento sindical.[108] É dentro desse quadro que devem ser considerados os conflitos vividos pelos ex-colonos da antiga Fazenda Santo Inácio.

Como acima registrado, em 1962 havia sido fundada a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj); e em 1963, a partir da mobilização dos trabalhadores na luta pela terra no município, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esse sindicato viria a exercer um papel central nos conflitos na Santo Inácio, e, na percepção dos seus fundadores, a sua própria história e a história do assentamento, criado com a desapropriação de parte da fazenda, se confundem e não devem ser consideradas separadamente. De acordo com Álvaro Roldão, a mais antiga liderança sindical de Trajano a quem pudemos entrevistar, quando o sindicato foi criado "o trabalho já começou em alta, com bastante luta", referindo-se aos conflitos na Santo Inácio e à intensificação das tensões em decorrência do golpe de 1964 (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, em 08/09/2001).[109]

3.1. Fazenda Santo Inácio: origens da fazenda

A Fazenda Santo Inácio, localizada em área limítrofe ao centro urbano de Trajano, possuía originalmente 2.548 ha, subdividindo-se em seis fazendas: Barro Alto, São Joaquim da Soledade (mais conhecida como Caixa D'Água), Santo Inácio, Retiro, Monte

com relação aos totais dos censos definitivos. Consultas realizadas em 2001 e 2002, em edição física (impressa), no próprio IBGE, para as referidas pesquisas desenvolvidas em Trajano de Moraes; e IBGE – Censo Demográfico de 2010. Base SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acessado em: 01/07/2015.

[108] Segundo Pinheiro (1993), nesse momento áreas públicas em localidades de menor valorização imobiliária no município também permitiram a permanência de inúmeros posseiros.

[109] Entrevista realizada para a pesquisa Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada (ARPC). Álvaro Pereira da Silva, mais conhecido como Álvaro Roldão, nasceu em 1916 em Valão do Barro, São Sebastião do Alto, município vizinho de Trajano. Na época dessa entrevista, estava com 84 anos. Era antigo posseiro da fazenda e uma das principais lideranças entre os trabalhadores do município. Faleceu em 2009, aos 93 anos.

Claro e Calambau. Essas fazendas eram consideradas em conjunto, como constituidoras de um só imóvel, denominado Fazenda Santo Inácio. Pertencia à família de Trajano de Moraes e, segundo o depoimento de seu neto, general José Antonio Barbosa de Moraes, foi comprada pelo avô em 1872. Nesse período a fazenda era inteiramente dedicada à cafeicultura e suas terras se estendiam do atual centro municipal até o distrito de Visconde de Imbé.[110] Para se ter uma ideia da importância dessa fazenda para a economia municipal naquela época, até o período imediatamente anterior à crise do café da década de 1930, a Santo Inácio tirava por ano cerca de 30.000 arrobas de café, o que equivalia a aproximadamente 20% da produção total do município (2.263,7 toneladas, segundo o IBGE).

Inicialmente utilizando mão de obra escrava, a partir da abolição Trajano de Moraes reorganizou sua produção com base no colonato, valendo-se não só da reincorporação, então em outros termos, dos trabalhadores libertos, mas também da mão de obra de colonos europeus, principalmente italianos. Segundo o general, na década de 1950 havia ainda "umas cento e poucas" famílias de colonos na Santo Inácio, incluindo-se trabalhadores de diferentes origens.[111]

Com a crise de 1930, a fazenda entrou em progressivo declínio; e a partir da década de 1950 o café começou a ser substituído pelo gado de corte. O plano governamental de erradicação dos cafezais em 1962 parece ter marcado o fim definitivo dessa cultura na fazenda.[112] A Santo Inácio viveu assim a histórica passagem de uma cafeicultura decadente para a pecuária extensiva, onde o gado representava, entre outras coisas, uma forma de garantir e legitimar a posse de grandes extensões de terra, de um modo geral enfraquecidas e improdutivas após um longo período de uso sem qualquer ação para preservar ou repor os nutrientes consumidos. De acordo com o relatório de

[110] Trajano de Moraes era filho do visconde de Imbé, e a família tinha vindo do interior de Minas Gerais, uma parte para o Estado do Rio de Janeiro e outra para São Paulo. Para fazer a cidade de Trajano, conforme o depoimento do general, seu avô desmembrou da fazenda 50 alqueires (José Antonio Barbosa de Moraes, entrevistado por Elizabeth Linhares em 25/05/2001).

[111] São mencionados nesse depoimento os sobrenomes de algumas das famílias italianas vindas para a Santo Inácio nesse período: Olivetti, Bardassoni, Carino, Riguetti, Sartori, Fasoli, Badalino etc. (José Antonio Barbosa de Moraes, entrevistado por Elizabeth Linhares, em 25/05/2001). De acordo com o depoimento de antigos colonos da fazenda, havia também algumas famílias de origem espanhola e portuguesa.

[112] Nesse mesmo ano faleceu José Antonio de Moraes, pai do general e dos demais proprietários da fazenda. Embora seguisse carreira política e residisse com a família no Rio de Janeiro, José Antonio de Moraes esteve até então à frente da fazenda, que a partir de sua morte passou a ser administrada sob a forma de um "condomínio", não sendo dividida entre os herdeiros. Porém, o estar à frente da fazenda deve ser entendido aqui no sentido da responsabilidade, no interior da família, pela fazenda, cuja administração cotidiana ficava a cargo de Antonio Cordeiro, empregado com grande poder de deliberação junto aos colonos.

vistoria preliminar do Incra, de abril de 1986, a fazenda não estava "sendo adequadamente explorada pelo proprietário, uma vez que da área total de 2.548 ha, somente utiliza[va] aproximadamente 500 ha com pastagens, para alimentação de 500 cabeças de bovinos. Existe[iam] ainda 2.000 pés de cafeeiros, mas em fase decadente, uma vez que a produção do ano passado [anterior] foi de apenas 33 sacas (dados fornecidos pelo administrador da fazenda)" (Incra/RJ. Processo Administrativo nº 21480.001424/87-31. Consultado em versão impressa arquivada no Incra/RJ, em 2000/2001).

Como vimos, a decadência do café resultou numa grande proporção de lavradores sem trabalho, não absorvidos pela pecuária extensiva, que tinham em princípio como alternativas partir para outras regiões ou cidades maiores em busca de emprego ou permanecer na terra, batalhando seu sustento através de atividades agrícolas desenvolvidas nos próprios *sítios* em que moravam e trabalhavam, originalmente, na condição de colonos. Esta parece ter sido a opção de grande parte das famílias de trabalhadores da Santo Inácio, que, não mais como *colonos*, mas como *posseiros*, resistiram e insistiram em permanecer nessa terra, na qual muitos deles nasceram e viveram por toda sua vida, desencadeando uma sequência de conflitos cujo resultado maior viria a ser a desapropriação de parte da fazenda para a criação de um assentamento da Reforma Agrária – *Assentamento Santo Inácio*.

De colono a posseiro: ruptura e resistência

Entre os diversos elementos participantes da passagem da condição de *colono* para a de *posseiro*, na Fazenda Santo Inácio, três nos parecem ter sido fundamentais: em primeiro lugar, os termos em que se davam as negociações para entrada e saída dos colonos dos respectivos *sítios* no interior da fazenda; segundo, a condição absenteísta do fazendeiro (já referida por Pinheiro, 1993); e terceiro, a bananicultura, implantada pelos colonos em substituição à cafeicultura decadente da fazenda.

De acordo com depoimentos coletados de antigos colonos, o primeiro passo no processo de entrada e saída de um colono da fazenda consistia na negociação de *compra e venda dos direitos* sobre as lavouras, a casa e demais benfeitorias existentes no *sítio* em questão.[113] As benfeitorias feitas pelo colono não poderiam ser retiradas ou destruídas no

[113] Estamos aqui nos baseando em depoimentos de antigos colonos da Santo Inácio, mas que em sua maioria já haviam trabalhado como colonos em outras fazendas do município e/ou região. Por ocasião dessas entrevistas, realizadas entre 2000 e 2003, foi feita uma opção por não identificar os nomes dos depoentes, à exceção de lideranças sindicais e daqueles diretamente envolvidos nos conflitos com o fazendeiro. Estes

caso de sua saída da fazenda, independentemente de qualquer indenização feita pelo fazendeiro (que, via de regra, não indenizava). Ou seja, a única forma de ressarcimento que restava ao colono ao sair era negociar uma possível "indenização" com o trabalhador que entraria em seu lugar. Nessas condições, a primeira pessoa procurada por um trabalhador interessado em ingressar na fazenda não era o fazendeiro nem seu administrador, mas sim o colono morador de determinado *sítio*, que se soubesse igualmente interessado em sua *venda*. Uma vez acertado, entre os dois trabalhadores, um valor para a negociação, o segundo passo era então o contato com o fazendeiro ou o administrador da fazenda, a fim de se obter a autorização final para mudança. Para essa avaliação, o fazendeiro se valia das possíveis referências vindas da rede local de trabalhadores a ele vinculados e submetidos. Como nos relata um ex-colono da Santo Inácio atualmente assentado, quando indagado sobre a conversa que teve com o fazendeiro, após ter acertado o valor de compra de um *sítio*:

> Ah, eu falei que ia sair da fazenda de lá, que não ia ficar mais, e aí ia apanhar isso aqui. Aí até que tinha um tio da... [sua esposa] que morava aqui embaixo, na fazenda, aí chegou lá ele perguntou: "você conhece esse seu José?" E ele falou "conheço, ela é minha sobrinha, que era casada com o..." Aí ele falou "não, então pode apanhar". Porque se ele não conhecesse bem também, né, o fazendeiro não podia deixar apanhar (antigo colono entrevistado por Elizabeth Linhares em 2001).

Embora a autorização final para *apanhar* o sítio fosse do fazendeiro, ou de seu administrador, essa forma de negociação direta entre os trabalhadores como condição prévia parece contribuir para um sentimento de *posse* da terra trabalhada, como nos indica o depoimento de uma antiga colona da Santo Inácio, que na época encontrava-se separada do marido:

> Então eu... abriu essa porta aqui né? Aí, eu não tinha um centavo, nem um centavo, vamos dizer assim, eu não tinha nem um real pra dar aqui. Aí eu comecei a orar. (...) Eu disse: Jesus vai me dar aquele lugar lá... E de repente chega meu irmão e fala assim: "Maria, vai lá negociar com Seu João [outro colono da fazenda], pra ver se vocês vão pra lá." Aí, você acredita que aconteceu, né? Nós negociamos *com o dono, com o dono daqui*, né, e ele nos vendeu, pediu quatro mil (...) (antiga colona entrevistada por Elizabeth Linhares em 2001).

---

estão apresentados com seus nomes completos. Os demais nomes são fictícios, e por essa razão não estão acompanhados de sobrenome.

Como D. Maria já era colona da fazenda, segundo seu depoimento, foi suficiente *participar* a mudança ao administrador. Indagada sobre o modo como teria sido essa *participação*, ela nos relata, explicitando o objeto da *negociação*:

> Ora, eu disse pra ele que eu... que eu tinha comprado o direito. Que antigamente era assim: se eu sair daqui, alguém vai ter que comprar; a terra não, mas *o direito das plantas, o direito é as plantas. E a casa que eu fiz com meu dinheiro.* Então isso a gente vende, entendeu? O negócio é esse. Então ele ficou sabendo, e aí deu tudo certo, né? (...) E foi aonde que eu consegui isso aqui. Mas não foi fácil não, porque tinha dez na minha frente! [risos] Dez pessoas na minha frente! (antiga colona entrevistada por Elizabeth Linhares em 2001).

É importante registrar a ação do tempo na construção e na consolidação desse sentimento de posse, considerando-se as subsequentes negociações e transmissões dos *sítios* entre os trabalhadores: aquele que *compra o direito* sobre determinado *sítio* está comprando de alguém (outro trabalhador) que também pagou por ele, e assim sucessivamente, consolidando sempre mais a legitimidade das suas posses. Ao ser questionada sobre o fato de a referida *participação* não ter sido dirigida ao fazendeiro, mas sim ao administrador, D. Maria nos fala, por um lado, da *força* que este detinha nos negócios da fazenda: "O Seu Antonio [Cordeiro] tinha muita força, mandava e desmandava na fazenda, o que ele fizesse, pro patrão estava certo"; e, por outro lado, de uma certa ausência e desligamento da parte do próprio fazendeiro:

> Porque o fazendeiro mesmo, ele tinha as coisas, mas ele nem sabia o que é que ele tinha. Porque ele era da aeronáutica, esses negócios de...
> [nós lhe adiantamos: "militar"]
> É, militar. Ele era militar. Então ele... ele estava por fora. Quem mandava [em] tudo era o administrador (antiga colona entrevistada por Elizabeth Linhares em 2001).

É interessante observar que, para D. Maria, o desconhecimento a respeito dos assuntos da fazenda pelo fazendeiro não se devia ao fato deste residir no Rio de Janeiro, mas sim de dedicar-se profissionalmente a uma área inteiramente diversa. Seu relato nos alerta assim para a importância de considerarmos a referida condição absenteísta do fazendeiro em sua efetiva dimensão, que não se restringe simplesmente ao nível de uma ausência física ou distância geográfica – a família residia há pelo menos duas gerações no Rio de Janeiro, mas, de acordo com o depoimento do general, praticamente todos os finais de semana "subiam" para a fazenda. Parece, portanto, tratar-se, sobretudo, de uma

progressiva "ausência" de priorização dos interesses da fazenda no caminho profissional da família. É como se a família tivesse aos poucos se "distanciado" da fazenda. Pelo que podemos apreender dos diferentes relatos coletados, incluindo-se o de José Antonio Barbosa de Moraes, a crescente (em termos geracionais) "ausência" do fazendeiro na administração da fazenda relacionava-se de fato a um progressivo deslocamento de seus interesses profissionais: Trajano de Moraes, avô de José Antonio, dedicava-se quase que exclusivamente à vida da fazenda, à produção cafeeira, sendo responsável, entre outros, pela criação de soluções consideradas inovadoras do ponto de vista técnico-produtivo. E, apesar de exercer forte poder político, nunca ingressou diretamente na política enquanto carreira. Seu filho, pai de José Antonio, seguiu carreira política como deputado estadual e federal, residindo no Rio de Janeiro, mas dedicou-se ainda à produção cafeeira e, principalmente, aos interesses do município – ao que tudo indica sua base eleitoral. E por último, seus filhos – a geração que estava à frente da fazenda por ocasião dos conflitos (e ainda na época da pesquisa) – foram educados e escolarizados para caminhos profissionais em princípio sem qualquer relação com a vida produtiva de uma fazenda.[114]

Finalmente, cabe destacar a implantação da bananicultura em substituição à cafeicultura, que, na condição de *bem de raiz* plantado por conta exclusiva dos colonos, contribuiu também na legitimação de suas posses. Segundo o general, a fazenda jamais teria participado dessa opção pela bananicultura, em sua visão introduzida pelos colonos por não estar incluída no regulamento da *renda*. Para um antigo colono, no entanto, essa escolha se deu em função da baixa produtividade dos velhos cafezais e da eficiência produtiva da banana, que proporcionava um rendimento mensal garantido, além de ter sido na época um produto especialmente valorizado. Sua introdução foi feita de modo gradativo e discreto, a fim de que não fosse, na medida do possível, percebida pelo fazendeiro.[115] De todo modo, o fato é que a bananicultura teve participação na

[114] Vale observar que esse distanciamento não significa ou não conduz à perda dos laços afetivos existentes para com a fazenda, relacionados ao passado, à infância e a toda uma memória afetiva familiar positivamente valorizada. Por outro lado, embora seja necessário investigar as condições de produção desse distanciamento na trajetória da família, certamente estas se relacionam, em algum nível, às crises de mercado e às mudanças políticas e institucionais operadas em todo esse período. Sobre o modo como essas alterações no espaço político e institucional brasileiro interferem nas condições e possibilidades das trajetórias dos indivíduos, ver Garcia (1994).

[115] A banana permite cortes com intervalos de 30 a 40 dias, ao longo de todo o ano. Essa regularidade quase mensal parece ter sido central na opção. Esse colono nos relata que a cada pé de milho que era colhido ele plantava uma mudinha de banana em seu lugar, e aos poucos o bananal teria sido formado sem que o fazendeiro percebesse.

consolidação de suas posses e, por decorrência, na legitimidade e na intensidade dos conflitos que se seguiram.

De posseiro a assentado: resistência e enfrentamento

> A onça é muito brava, mas o coelho montou a cavalo na onça.
> (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001)

Os conflitos na Santo Inácio tiveram início nos anos 1960 e se estenderam por um longo período, ao fim do qual se deu a desapropriação das duas glebas da fazenda onde se concentrava a maior parte dos posseiros envolvidos – Barro Alto, foco inicial dos conflitos, e Caixa D'Água, segunda área atingida. Foi no bojo desses conflitos que os trabalhadores de Trajano se mobilizaram e se organizaram em termos sindicais, tendo à frente do movimento lideranças que eram, em sua maioria, antigos colonos e posseiros da fazenda.

O STR de Trajano foi fundado em 12 de outubro de 1963, por iniciativa de Júlio de Oliveira, posseiro em Córrego Vermelho e importante liderança entre os trabalhadores nessa localidade, e de Álvaro Roldão, a quem Júlio procurou com a finalidade de juntos darem início ao movimento para fundação de um sindicato em Trajano, onde ele próprio era desconhecido. Segundo Roldão, o *medo* era então muito forte entre os trabalhadores, o que teria dificultado o início de sua organização – "Pra criar o sindicato aqui eu sofri", diz Roldão (entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001). A organização inicial do movimento se tornou possível com o apoio dos ferroviários, nesse período já sindicalizados e com grande capacidade de mobilização. De acordo com reportagem da *Gazeta Trajanense* ("O trem: uma história que não se esquece") de 02 a 11/06/2003, em reunião realizada pela categoria para protestar contra a extinção da ferrovia no município em 1964, no barracão da Leopoldina em Trajano, Álvaro Roldão aparece (e é nominalmente identificado) entre os ferroviários presentes, sinalizando a proximidade já existente entre trabalhadores de diferentes categorias (possivelmente outros rurais encontravam-se presentes, não sendo identificados).

Figura 8. Reunião no barracão da Leopoldina em Trajano de Moraes, 1964



Foto utilizada na reportagem, de autor desconhecido. Reproduzida a partir do original da coleção particular de Vladimir Miguel Leão (Bigu), morador de Trajano de Moraes, cedida para o projeto Saberes do Cotidiano, Programa Petrobras Cultural, 2007-2009.

Conforme Roldão, por muito custo conseguiram reunir 11 trabalhadores para integrar uma diretoria e fundar o sindicato; Júlio seria o presidente e ele seria o vice. Relata ter contado com o apoio de Antonio Lopes, liderança dos ferroviários, e de João Pinheiro Neto, então presidente da Superintendência da Política de Reforma Agrária (Supra), a quem procurou diretamente pedindo ajuda para a fundação. Nesse esforço de mobilização, fizeram uma reunião em Niterói onde conseguiram reunir 60 lavradores do município, "para eles verem que tinham direito, para perderem o medo" (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001).

A diretoria sindical no início dos anos 2000, baseada em entrevista feita na época com Roldão, registra assim sua história:

> No ano de 1964, chegou na cidade de Trajano de Moraes o Sr. Júlio, trazendo uma proposta de criação de um sindicato de trabalhadores rurais. Porém, naquela ocasião, muitos trabalhadores ficaram meio assustados com a ideia, desconfiados com essa ideia, pois não sabiam o que isso realmente significava, por isso não partiram para esse movimento de início. Portanto ele bateu em muitas portas dos trabalhadores com esta proposta, mas ninguém queria concordar, por não o conhecer e por nunca ter ouvido falar a respeito do movimento no município. Mas logo ele

> conheceu o Sr. Álvaro Pereira da Silva (o Sr. Roldão), que conhecia o movimento, disse que aceitaria ajudar a fundar o sindicato no município (...).
>
> Esta direção composta por Sr. Júlio, Sr. Roldão, Sr. João da Mira [João Peçanha], Sr. Antonio Rodrigues e outros, tomando o primeiro passo, foi a oficialização deste sindicato, começando na luta com a documentação para que o sindicato fosse registrado (...) (STR de Trajano de Moraes, 2001).[116]

De acordo com essa diretoria, o sindicato recém-criado deu início a ações visando a desapropriação de terras em áreas de conflito no município. São mencionadas nesse sentido as fazendas Santo Inácio, São Joaquim,[117] Bico da Coruja e Cafofo, esta última escolhida inicialmente por ser, na visão do sindicato, "a melhor na produção agrícola".

> Estava então a direção sindical envolvida nesse processo [de desapropriação], buscando a melhor maneira para tomar uma decisão coerente e definitiva, quando chegou em Trajano de Moraes um carro do Estado, de chapa branca, procurando-os para ajudá-los na resolução do problema, chamando-os para que fossem conversar com o advogado. Mas quando eles estavam reunidos com o advogado, já tomando um passo importante na solução deste caso, com três meses de gestão do sindicato, estoura a revolução no país, foi em 1964 (STR de Trajano de Moraes, 2001).

As principais lideranças sindicais foram perseguidas, algumas presas e levadas para interrogatórios no Forte Marechal Hermes, em Macaé; o sindicato foi fechado e a tensão se generalizou entre os trabalhadores. Como relata a diretoria sindical:

> Neste período de revolução as coisas ficaram difíceis de se resolver. Muitas confusões nas ruas, qualquer pessoa era suspeita, ainda mais quem estava no movimento sindical. Por isso o advogado que estava junto com os trabalhadores e com o sindicato na luta foi preso e ninguém mais soube do seu paradeiro. Todos ficaram em vigilância, todos em suas residências, sem se arriscar a cair em mãos dos soldados, que por qualquer motivo

[116] A diretoria do STR era então composta por Arnaldo Fortunato (presidente), Renato Vieira (tesoureiro), e Alielso Ferreira da Silva (secretário, filho de Roldão). João Pinheiro Neto, referido por Roldão, foi ministro do Trabalho de João Goulart e entre 1963 e 1964 foi presidente da Superintendência da Política de Reforma Agrária (Supra), sendo, em seguida, cassado pela ditadura militar. Na Carta Sindical de fundação do STR, de 12 de outubro de 1963, quem assina como ministro do Trabalho e Previdência Social de João Goulart é Amaury Silva.

[117] A Fazenda São Joaquim aqui mencionada provavelmente é São Joaquim da Soledade, mais conhecida como Caixa d'Água, integrante do conjunto denominado Fazenda Santo Inácio. Em relatórios da Fetag/RJ encontramos referências a Caixa d'Água como constituidora de um conflito à parte, mas aqui levamos em conta o ponto de vista dos trabalhadores diretamente envolvidos, que consideram como um só conflito, incluindo-se as posses de Barro Alto e Caixa d'Água.

> quebravam o pau, e muitas gentes estavam sendo presas em Trajano de Moraes (STR de Trajano de Moraes, 2001).[118]

Roldão menciona que nesse período Trajano ficou "uma guerra". Foram presos, além do referido advogado, o próprio Roldão, seus filhos Alielson e Elias, João Rocha (tesoureiro do sindicato) e seu filho Nilinho (secretário).[119] O presidente, Júlio de Oliveira, conseguiu ficar *amoitado* e depois fugir. Roldão relatou ter sabido do golpe (a que chamava de "revolução") pelo rádio. Estava sozinho em casa, já ciente do que se passava, quando parou um carro em sua porta e dele desceram soldados do Exército armados, que cercaram a casa e lhe deram ordem de prisão, assim como fizeram com os outros diretores. Roldão se apresentou como o "responsável por tudo" relativo ao movimento sindical e pediu que os soldados liberassem os demais. "Não deixei levar ninguém." Foi levado preso junto com seus filhos Alielson e Elias, para o Forte Marechal Hermes, em Macaé (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001).

Roldão explica que ficaram "três horas no xadrez". Em seguida foram levados para interrogatório em uma sala com 30 soldados armados. Um major o interrogou em tom acusatório: "Você está lá em Trajano dando instrução de comunismo, de comunista?" A que Roldão respondeu: "Não senhor, doutor, a gente só ensina o que a gente sabe. Eu não sei o que é isso, doutor, como é que eu podia ensinar?" (Álvaro Roldão, entrevistado por Elizabeth Linhares e Luciano Padrão, em 01/07/2000). Em sua visão, o modo tranquilo como respondeu às perguntas contribuiu para que fossem rapidamente liberados. Ficaram presos das sete às dez horas da noite.

Mas, apesar da rapidez da liberação, Roldão foi fichado como subversivo e permaneceu sob a vigilância das forças repressivas. Alguns dias depois dessa prisão, Roldão estava em casa, "torrando mandioca ralada para fazer farinha", quando chegou o delegado de polícia de Trajano, acompanhado de dois soldados, "procurando armas" e ameaçando prendê-lo novamente. Diziam estar "a serviço da polícia e que seu trabalho era o desarmamento da cidade". Nas palavras da direção sindical, "isso não assustou ao Sr. Roldão, porque ele, um homem de bem e trabalhador, as únicas armas que tinha em casa eram apenas as facas para o uso no corte das mandiocas" (STR de Trajano de Moraes,

---

[118] Indagados à época das referidas pesquisas, nem Roldão nem as demais lideranças entrevistadas (como Arnaldo Fortunato, entre outros) se lembravam do nome desse advogado.

[119] Alielson havia sido mencionado inicialmente como secretário do STR, ou seja, pode ter havido um engano de registro, mas de todo modo fica claro que fazia parte da direção sindical, e provavelmente seu irmão Elias também. Não por acaso foram presos junto com o pai (eles não eram os únicos filhos de Roldão).

2001). Como de fato nada encontraram, não o prenderam, mas montaram em frente à sua casa, em meio a um cafezal, uma espécie de barraca coberta com folhas de bananeira, onde soldados permaneceram fazendo guarda e vigiando a casa e a família de Roldão. A tensão nesse período foi muito forte, e Roldão conta que por um bom tempo, quando anoitecia, permaneciam todos dentro de casa no escuro, sem acender sequer uma vela, com medo de tomar um tiro dos "soldados de tocaia".[120]

Certo tempo após o fechamento do sindicato, Roldão foi procurado por representantes do Ministério do Trabalho, que lhe solicitaram organizar sua reabertura. Segundo seu depoimento, nessa ocasião foi marcada uma reunião entre os trabalhadores e "representantes do governo federal" – incluindo-se agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) – a fim de reabrir formalmente o sindicato. O poder local, representado pelo delegado de polícia, tentou intervir, convocando 60 homens do Exército de Campos; um agente do Dops os teria impedido de agir, garantindo o prosseguimento da reunião (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001). De acordo com o registro da diretoria sindical, tratava-se de cumprir com a legislação, ou seja, de legalizar (e enquadrar) o movimento:

> Sr. Roldão veio atender esse comunicado, pois era essa a lei. Ele marcou uma reunião com a diretoria para o dia 24 de outubro de 1964. Mas quando o Sr. Roldão e a diretoria começaram a tomar providências para que o sindicato viesse novamente ter as suas portas abertas, alguém os denunciou. Então, o delegado Adão, para impedir que isso acontecesse, convidou ao Sr. Roldão que fosse até a delegacia, mas foi só para uma entrevista. O trabalho desse recomeço não terminou por aí, veio uns folhetos que o Ministro do Trabalho mandou distribuir, convidando os trabalhadores rurais no reforço para que o STR fosse reaberto; também o delegado Adão tentou impedir que isso acontecesse, mas também não surtiu efeito esta tentativa de impedir a realização desse evento.
> O chefe da polícia pediu para que fosse oficializada esta documentação de reabertura, tivesse três assinaturas, e o acordo aconteceu em frente do hotel. Foi assinado este tratado com três assinaturas: pelo Sr. Miguel Francisco, Sr. João da Mira [João Peçanha] e o Sr. Zé Penavila (STR de Trajano de Moraes, 2001).[121]

[120] Confirmando seu temor, um dia em que saíram de casa, ao voltarem de manhã perceberam rastros de animais junto da porta; no seu entendimento, os soldados teriam ido lá para matá-lo, não encontrando ninguém em casa. Ao que tudo indica ele teria sido alertado e saído de casa intencionalmente (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001).

[121] A julgar pelos registros da direção sindical e, como será visto a seguir, pela documentação analisada na Subdelegacia do Trabalho de Nova Friburgo sobre essa reabertura do STR, chega-se à conclusão de que este foi um processo demorado, iniciado ainda em 1964, mas que só seria efetivado por volta de 1968.

Embora Álvaro Roldão permanecesse sendo uma das principais lideranças locais, uma referência para os trabalhadores de Trajano, não pôde assumir oficialmente nenhum cargo no sindicato, pois estava fichado como *subversivo*, o que o tornava "inelegível". Ficou, porém, responsável por indicar pessoas da sua confiança, que seriam submetidas à avaliação do Dops – que acompanhava de perto e exercia um rigoroso controle sobre o movimento sindical rural. Segundo ofícios arquivados na Subdelegacia do Trabalho de Nova Friburgo, foram indicados para compor uma junta governativa, em setembro de 1968, os nomes acima referidos: João Peçanha, Miguel Francisco da Silva e José Pena Vila.[122] Em dezembro desse mesmo ano, o delegado regional do trabalho do Rio de Janeiro, Milton Baldanza, encaminhou ao diretor do Dops a "relação dos candidatos à Junta Governativa designada para dirigir o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trajano de Moraes", solicitando que fosse informado, com urgência, o que constasse registrado a respeito dos mesmos, a fim de que a delegacia pudesse determinar a exclusão daqueles que, pela "má conduta", fossem considerados "inelegíveis".

Nessas condições, em 1968 o sindicato foi formalmente reaberto, permanecendo, porém, inativo. De acordo com depoimentos, sequer possuía um espaço físico para funcionar como sede. O período era de grande tensão, agravada pelo fato de a direção sindical integrar posseiros da Santo Inácio e a fazenda ter como proprietário um militar, o então coronel do Exército José Antonio Barbosa de Moraes. Mesmo assim, os conflitos se intensificaram, mobilizando, sobretudo, os trabalhadores atingidos pelas arbitrariedades do coronel.

Como vimos, as condições nas quais se baseava o colonato na fazenda vinham há vários anos se desfazendo, e, junto com elas, as regras pelas quais se orientava o próprio sistema. Assim como o café havia sido substituído pela bananicultura, a relação de subordinação dos colonos para com a fazenda vinha também sendo substituída por uma condição de gradativa autonomia. Aos poucos, diversos colonos começaram a *falhar* no pagamento dos dias de turma, a não aceitar tal tipo de cobrança por parte do fazendeiro; a banana não estava incluída na obrigatoriedade de pagamento da *renda*, sendo, portanto, comercializada livremente pelos trabalhadores. O sentimento de posse com relação à terra trabalhada vinha sendo construído ao longo do tempo. E as iniciativas (ou tentativas) para retomada dessas posses, por parte do fazendeiro, seguiriam por um caminho de extrema

[122] Ofícios consultados diretamente na Subdelegacia do Trabalho de Nova Friburgo em 2001/2002, por ocasião das referidas pesquisas. Não houve na época autorização para fazer cópias dos documentos, sendo as principais informações registradas em manuscrito.

afronta aos direitos legitimamente conquistados pelos trabalhadores – entre eles, o *direito das plantas*, como se refere D. Maria, adquirido por meio de pagamento monetário.

De acordo com a documentação reunida pelo Incra, a intensificação dos conflitos na fazenda ocorreu a partir de janeiro de 1969, quando José Antonio Barbosa de Moraes invadiu as áreas que vinham sendo cultivadas pelos antigos colonos em Barro Alto, colocando bois sobre suas lavouras, que eram assim destruídas (Incra/RJ. Processo Administrativo nº 21480.001424/87-31. Processo consultado em sua versão impressa, diretamente no Incra, em abril/maio de 2000, para as referidas pesquisas em Trajano de Moraes). Aquilo que em outras fazendas da região vinha ocorrendo por meio de "negociações" entre trabalhadores e fazendeiros, especialmente pelo processo acima descrito de *amansar pasto* – e que atingia seu objetivo central, que era a efetiva expulsão dos trabalhadores – na Santo Inácio se tentou fazer com base em violência, uma vez que os laços necessários para uma forma "negociada" de expulsão haviam sido de alguma maneira rompidos. Essa afronta a um direito que era percebido como legítimo e fundamental pelos trabalhadores serviu de estímulo e encorajamento à luta pela terra e à efetiva retomada do movimento sindical no município, que se encontrava na prática inativo desde o golpe de 1964.

Na experiência pessoal de Francisco Fortunato Filho, que na época tinha 20 anos, os conflitos tiveram início quando o fazendeiro impôs a seu pai uma limitação radical da área de lavoura, dando 24 hastes de cerca e um rolo de arame, dizendo que era para eles cercarem a casa, pois os bois seriam soltos na área. D. Geni, idosa, também assentada em Santo Inácio, conta que o fazendeiro lhes disse que colhessem o feijão, tirassem as bananeiras e levassem as mudas para o quintal. Em suas palavras, "um quintalzinho" em volta da casa. "E deixou nós sem lavoura".[123]

Francisco conta que, quando o fazendeiro percebeu que eles não fariam a cerca, soltou os bois na lavoura (antes, ele havia cercado todo o perímetro da fazenda). Durante três noites ficaram tomando conta dos animais para que não comessem as plantas. Depois chegaram à conclusão de que aquilo era "um desaforo" e puseram os bois todos para fora. A atitude dos trabalhadores foi considerada subversão, e a polícia e o Exército foram acionados pelo fazendeiro. Segundo Francisco, quando olharam, "era polícia saindo por

[123] Francisco Fortunato Filho e D. Geni, ambos assentados no assentamento Santo Inácio, respectivamente em Barro Alto e Caixa D'Água, entrevistados pela repórter Ana Dalla Pria em março de 2009 para o programa Globo Rural, sobre a produção do livro *Vida de Colono*, escrito por um grupo de trabalhadores do assentamento. Projeto coordenado por Elizabeth Linhares, com patrocínio do Programa Petrobras Cultural. Reportagem exibida em julho de 2009.

todo lado", cercando a casa; puseram arma de fogo na cabeça deles, dando voz de prisão: "agora vocês estão tudo preso! Levanta as mãos pra cima!", ordenando que ficassem de mãos para o alto e ao mesmo tempo arrancando as correias das calças deles. "Aí encostou um jipe, eles pegaram a gente assim pelo meio [cintura] e jogaram lá de cabeça pra baixo, dentro do jipe. Quando chegou lá na delegacia, teve dois que não resistiram. Teve um que se sujou todo na roupa [de medo], e o outro adoeceu, ficou doido". Com essas lembranças, Francisco se emociona e chora. A repórter pergunta se essa história ainda mexe com ele: "Ah, mexe. Mexe porque a ameaça que a gente viveu foi muito grande. Se fosse num dia de hoje eu não aguentava".

Jorge Fortunato, irmão mais novo de Francisco, em depoimento à revista *Isto É*, registra a destruição das lavouras de seu pai e as agressões sofridas pela família. "Foi um massacre", acusa. "Os soldados e policiais bateram em todo mundo. Eu mesmo, com apenas 15 anos, fui espancado e preso. E meu pai morreu, há sete anos, de desgosto" ("Final de conflito: a reforma agrária chega a Trajano de Moraes". *Isto É*, São Paulo/SP, 29/07/1987, p. 26. Arquivado no Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, CPT Nacional).[124]

Reconstituindo esse período inicial dos conflitos, Roldão relata que anos antes havia feito uma proposta de compra do sítio em que era meeiro do fazendeiro, que a princípio disse que lhe venderia. Então Roldão acumulou o valor necessário e ao mesmo tempo fez uma série de investimentos e benfeitorias, acreditando que futuramente o sítio seria seu. Passados alguns anos, depois de várias tentativas de definir um valor para fechar o negócio, ele procurou pessoalmente o fazendeiro, que lhe disse ter desistido de vender. Roldão propôs então que fossem juntos avaliar o valor das benfeitorias, pois, mediante indenização, estava disposto a sair. Mas Moraes não quis e não foi para essa avaliação. Roldão então cercou o sítio, decidido a defender sua posse e os valores investidos. Foi nesse momento que o fazendeiro começou a cercar Barro Alto e a colocar os bois nas áreas de lavoura dos antigos colonos (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001).

Segundo Roldão, quando os bois foram colocados nas lavouras em Barro Alto, João Peçanha o procurou e o aconselhou a reunir os trabalhadores, cortar as cercas e pôr os bois na estrada: "Tem que enfrentar, deixa vir o que vier". Nessa ocasião, lembrou ao companheiro a sua condição de responsável pelo sindicato, observando ainda que se

[124] Tendo em vista o ano desse depoimento (1987), conclui-se que Francisco Fortunato (o pai) faleceu em 1980, ou seja, em meio aos conflitos e processos judiciais envolvendo os trabalhadores e o fazendeiro.

tratava de um momento especialmente favorável à sua reativação: "Agora está muito fácil [comparando com o período de sua abertura inicial], porque o povo está apavorado com negócio de boi comer lavoura, todo mundo vai te ajudar" (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001).[125]

Duas levas de gado (na primeira cerca de 250 e na segunda 400 cabeças) foram usadas nessa tentativa de expulsão dos trabalhadores. E nas duas vezes a cerca foi cortada e os bois retirados e postos na estrada. Segundo depoimentos, o fazendeiro não possuía esse número total de cabeças, tendo pedido emprestado a arrendatários seus com a finalidade de completar a ocupação e destruição das lavouras. Frustrado em suas pretensões, na segunda vez que os bois foram postos para fora, convocou o apoio da polícia e do Exército contra os trabalhadores.

No episódio relatado por Francisco, dez trabalhadores foram detidos e levados para a delegacia de polícia, sendo Francisco Fortunato (pai de Francisco e Jorge) e João Peçanha reconhecidos como lideranças e transferidos para o Comando Regional do Exército em Macaé, no Forte Marechal Hermes. Os demais foram liberados. De acordo com Roldão, a Fetag havia sido prevenida sobre o que estava se passando. Quando ocorreram as prisões ela foi avisada e dois dos seus dirigentes, Eraldo Lírio de Azeredo e Acácio Fernandes dos Santos, subiram no mesmo dia para Trajano, indo em seguida a Macaé a fim de liberarem os trabalhadores detidos. Chegando lá, foram informados de que os trabalhadores permaneceriam alguns dias presos e seriam levados para o Dops em Niterói. A Federação acompanhou o caso, obtendo a liberação dos dois. Sua atuação foi referida como fundamental nesse momento (essas ocorrências foram entre 1969 e 1970).

Seguiu-se um período marcado não só pelo agravamento das tensões na Santo Inácio, mas também por um significativo aumento no número de trabalhadores despejados em todo o município. Segundo a Fetag/RJ, entre 1966 e 1974 chegou-se a cerca de quatro mil despejos, incluindo-se os que se realizaram pela via legal e ilegal (Fetag/RJ. Levantamentos de conflitos de terra no Rio de Janeiro. Agosto de 1979 e junho de 1981 (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II). No caso da Santo Inácio, como já mencionado,

[125] A responsabilidade a que Roldão se referia era relativa ao fato de João Peçanha ter assinado (junto com Miguel Francisco da Silva e José Pena Vila) pela reabertura formal do sindicato em 1968: "Ué, o senhor lembra o dia que o senhor assinou pra reabrir o sindicato? O sindicato está funcionando, o senhor procura o sindicato, vai a Niterói, na Federação, procura lá, porque o sindicato está reaberto em teu nome. O senhor é responsável por tudo que está havendo lá" (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001) Vale lembrar que não havia espaço físico do sindicato, que nesse período também não desenvolvia nenhum tipo de atividade.

havia ainda um agravante: o fazendeiro ser um militar e grande parte das lideranças sindicais serem posseiros da fazenda.

Como previsto por Roldão, as violências cometidas contra os posseiros de Barro Alto tiveram como resultado imediato o fortalecimento da sua resistência e da sua capacidade de mobilização. Assim, estimulados pelos acontecimentos e apoiados pela Fetag, no início de 1970 eles se movimentam para reativar o sindicato. João Peçanha se propõe a assumir efetivamente a presidência, reunindo 11 pessoas para integrar a diretoria. Seu nome, no entanto, acabou sendo rejeitado pela Delegacia Regional do Trabalho, por ter sido também incurso no inciso VII do artigo 530, da Consolidação das Leis do Trabalho, referente à "má conduta, devidamente comprovada": não poderia "ser eleito para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, nem permanecer no exercício desses cargos".[126] João Peçanha propôs então ser substituído por seu filho, Nilo Peçanha, também posseiro em Barro Alto, que nessas condições assumiu a presidência sindical.

Em maio de 1970, o delegado regional do trabalho, Camilo Silva, enviou um ofício ao sindicato dando um prazo de 120 dias para que fossem constituídos os seus "órgãos administrativos" por meio de eleições, "sob pena de decaírem da investidura sindical". Essa exigência não foi atendida e, de acordo com os ofícios arquivados na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e o depoimento de Eraldo Lírio de Azeredo, na época secretário da Fetag/RJ, o sindicato permaneceu formalmente inativo até 1972, quando foram tomadas as providências necessárias à realização das suas primeiras eleições (Eraldo Lírio de Azeredo, entrevistado por Elizabeth Linhares em 2001).[127]

Mas essa inatividade era relativa e devia provavelmente se restringir ao aspecto formal da investidura sindical, pois a partir desse mesmo ano (1970) registra-se uma intensa correspondência entre as diferentes instâncias sindicais em busca de apoio aos posseiros da Santo Inácio. Em julho de 1970, João Peçanha se dirigiu ao presidente da Contag, José Francisco da Silva, relatando as violências sofridas pelos trabalhadores e pedindo a intervenção e ajuda da Confederação. Como o Sindicato em Trajano não possuía endereço próprio, a correspondência foi enviada através do STR de Conceição de Macabu (Carta dos presidentes do STR de Conceição de Macabu/RJ, Jocílio de Souza, e

[126] Conforme fica mais tarde explicitado em ofício da Delegacia Regional do Trabalho, de 29 de dezembro de 1972, enviado ao presidente do STR de Trajano (Nilo Peçanha). Este inciso havia sido acrescentado à CLT pelo Decreto-Lei nº 507, de 1969. Ao que tudo indica, o mesmo enquadramento ocorrido com Roldão.
[127] Infelizmente não há registro da data exata da entrevista, realizada por ocasião das referidas pesquisas em Trajano.

do STR de Trajano de Moraes/RJ, João Cândido Peçanha, à Contag em 26/07/1970, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta I). A partir desse relato, em agosto do mesmo ano, a Contag encaminhou ofícios aos STRs de Conceição de Macabu e Trajano de Moraes, acusando recebimento da correspondência e informando que enviaria o seu advogado, Walter Silva, a Trajano, a fim de conversar com o presidente do STR. Informou ainda que o conflito da Santo Inácio não era o único no país e que a Contag estava fazendo denúncia de vários casos semelhantes, solicitando providências às autoridades e incentivando a união dos trabalhadores para que continuassem exigindo do Incra as medidas cabíveis. A Contag solicitava ainda que João Cândido Peçanha entrasse em contato diretamente com a Fetag/RJ, expondo a situação, para que esta pudesse fazer as necessárias verificações (Ofício nº SE/715/70 da Contag ao STR de Conceição de Macabu em 18/08/1970; e Ofício nº SE/755/70 da Contag ao STR de Trajano de Moraes em 26/08/1970, MSPP/Sr SC.frj.csr – Pasta I). Mas nessas alturas os trabalhadores já haviam procurado a Federação, tendo esta encaminhado ao Incra um relatório sobre as violências sofridas. Com base nesse relatório, em outubro de 1970 o Incra enviou a Trajano o advogado Alberto Saavedra de Souza, que se reuniu com os trabalhadores atingidos e o advogado da Fetag, Maia, decidindo-se que a Federação procuraria o fazendeiro para tentar um acordo. Caso este não acontecesse, seria requerida uma vistoria "*ad perpetuam rei memoriam*" e em seguida o "interdito proibitório" (Fetag/RJ. Ofício nº 65/DA/71 encaminhado à Contag em 25/02/1971; e Incra/RJ. Processo nº 247/70. Relatório do advogado Alberto Saavedra de Souza ao delegado do Incra/RJ, Gal. Demóstenes, em 30/10/1970, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta I).

Em ofício enviado pela Fetag à Contag em fevereiro de 1971, o comissário de polícia de Trajano justificou a prisão arbitrária dos trabalhadores, com reforço do Exército em Macaé, com base no receio de que houvesse um enfrentamento e que pudesse haver da sua parte uma possível ação violenta. Neste ofício, a Fetag manifestou estranhamento em relação a essa acusação, pelo "caráter pacífico" desses trabalhadores e por terem buscado a justiça, sem empregar a força. Disse também que os trabalhadores contavam com a simpatia da população local e citou "o fato de o comandante do Forte [Marechal Hermes, de Macaé] desconhecer, segundo o pronunciamento dele, qualquer ato de agitação ou tumulto em cuja área de jurisdição atua, e que inclui o Município de Trajano de Moraes". Conforme este ofício, até aquele momento João Peçanha e Francisco Fortunato ainda se encontravam detidos e a Fetag suspeitava de seu "possível enquadramento nos dispositivos da Lei de Segurança Nacional", por terem sido eles

transferidos para o Dops em Niterói (Ofício nº 65/DA/71 da Fetag à Contag em 25/02/1971, (MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta I).

De acordo com a documentação reunida pelo Incra, em 1970, além dos atos de violência e destruição de lavouras, o fazendeiro moveu uma ação de reintegração de posse contra os "ocupantes" de Barro Alto (categoria utilizada pelo Incra). Esta primeira ação foi perdida e motivou um grupo de nove posseiros a entrar também na justiça, em fevereiro de 1971, movendo uma ação possessória contra o fazendeiro. Os posseiros reivindicavam a manutenção da posse e uma indenização pelas plantações destruídas.[128]

Em março de 1971, a Contag, em busca de apoio político para defesa dos trabalhadores em Trajano, encaminhou um relatório elaborado pela Fetag a diversos setores do governo federal: para Luiz Fernando Cirne Lima, ministro da Agricultura; Julio Barata, ministro do Trabalho; major Saraíba, ministro da Guerra; general Orlando Geisel, do Palácio da Guerra; José Francisco Moura Cavalcante, presidente do Incra; e para o general Emílio Garrastazu Médici, presidente da República.[129]

Em dezembro do mesmo ano, sem que a ação possessória tivesse sido julgada, o fazendeiro propôs procedimentos de notificação para desocupação do imóvel contra três dos seus autores: José Carino, Francisco Fortunato e João Cândido Peçanha. Os três notificados não desocuparam e foram propostas ações de despejo. Os despejos chegaram a ser decretados, porém tiveram suas sentenças cassadas para que fossem julgados de forma conexa com a referida ação possessória.[130]

Em fevereiro de 1972, a Fetag encaminhou mais um relatório ao Ministério da Agricultura, apresentando os diversos casos de conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro naquele período e destacando as ocorrências na Santo Inácio:

---

[128] Em 12 de fevereiro de 1971 foi ajuizada uma Ação de Manutenção de Posse Cumulada (ação possessória) com pedido de indenização (perdas e danos), movida por nove posseiros da fazenda (Manoel Fortunato, Diolinda Soares Pinto, Antonio Valdir da Silva, Irineu de Souza Gonçalves, José Carino, José Viana, Amaro Antonio da Rocha, João Cândido Peçanha e Francisco Fortunato), contra José Antonio Barbosa de Moraes. Os autores da ação afirmavam ter contrato de parceria com o réu; o réu teria desrespeitado a posse dos autores, cortando a cerca das suas plantações e lá colocando seu gado, destruindo as plantações. Incra/RJ. Processo administrativo nº 21480.001424/87-31. Consulta realizada nos documentos impressos, arquivados no Incra, em 2000/2001.

[129] Contag. Ofícios enviados em 24/03/1971: Ofício nº SE/270/71, enviado ao Ministério da Agricultura; Ofício nº SE/271/71, ao Ministério do Trabalho; Ofício nº SE/272/71, ao Ministério da Guerra - I Exército; Ofício nº SE/274/71, ao Palácio da Guerra; Ofício nº SE/275/71, ao Incra; Ofício nº SE/276/71, ao presidente da República (MSPP/Sr SC.frj.csr – Pasta I).

[130] Mesmo assim, em junho de 1974 dois posseiros desistem da ação. Incra/RJ. Processo administrativo nº 21480.001424/87-31. Consulta realizada nos documentos impressos, arquivados no Incra, em 2000/2001.

> Em Trajano de Moraes, o Sr. José Antonio Barbosa de Moraes promoveu atos arbitrários contra 10 famílias de lavradores, prendendo-os na Delegacia Regional de Macaé e na Delegacia de Ordem Política e Social, não sem antes soltar centenas de cabeças de gado nas benfeitorias de homens que moram na área há mais de trinta anos, sempre pagando *"in natura"* o arrendamento respectivo. Felizmente foram mantidos na posse liminarmente e aguardam o julgamento do mérito, mas o inconformado já ingressou em Ação de Despejo (Fetag/RJ. Relatório enviado ao Ministro de Estado para os Negócios da Agricultura em 21/02/1972, MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta I).

Somente em maio de 1984, transcorridos quase 15 anos desde o início da primeira ação, saiu a sentença judicial da Comarca de Trajano de Moraes, julgando de forma conexa as duas ações: a ação possessória movida pelos posseiros contra o fazendeiro e a ação de despejo movida por este contra três desses posseiros. Foram julgados procedentes e decretados os três despejos, e foram mantidos na posse do imóvel os outros quatro posseiros que haviam permanecido na ação. Quanto às indenizações, foram julgados como equivalentes (e, portanto, compensadores) os prejuízos causados pelo fazendeiro nas plantações dos trabalhadores e uma suposta dívida destes para com o fazendeiro, decorrente do não pagamento de um percentual de 20% sobre as suas colheitas, então designado, pela justiça, como "cotas de parceria". Os três posseiros despejados seriam indenizados somente nos valores relativos às edificações por eles erigidas.

A partir dessa sentença a situação se agravou ainda mais. Segundo Roldão, na medida em que não conseguiu expulsar judicialmente todos os posseiros que pretendia, o fazendeiro sentiu-se de certo modo enfraquecido e passou a adotar novas estratégias, como o arrendamento de outras áreas da fazenda para criadores de gado. Foram assim arrendadas duas áreas em Caixa D'Água, uma para o delegado de polícia e outra para o dono de um posto de gasolina da cidade, atingindo os posseiros dessa gleba que tiveram suas lavouras também invadidas pelo gado dos arrendatários. Além disso, o fazendeiro entrou em acordo com um dos três posseiros que seriam despejados, propondo a venda de 23 alqueires fluminenses (55,2 ha). Essa área abrangia o domínio de outros posseiros, que deveriam, portanto, entrar em entendimentos e negociações com o comprador, que era ninguém menos que João Cândido Peçanha, como vimos, um dos fundadores do sindicato e pai de Nilo Peçanha, então presidente.[131]

[131] Segundo Roldão, logo após receber a ordem de despejo, João Peçanha o procurou pedindo ajuda. Roldão lhe garantiu que o despejo não aconteceria, pois um grupo de oposição sindical já trabalhava tendo em vista o processo de desapropriação. João Peçanha adoeceu e estava internado em um hospital de Friburgo, quando seu filho Nilo "levou o [coronel] Moraes para a beira da cama do pai para negociar". Nessas

Em seu último relatório de vistoria, em agosto de 1986, o Incra ignorou e deixou de registrar as arbitrariedades e violências cometidas pelo fazendeiro contra os trabalhadores, relatando os conflitos na Santo Inácio basicamente em sua dimensão jurídica:

> Os conflitos sociais existentes na área tiveram início nos anos de 1970/71, quando o proprietário ingressou em juízo com uma Ação de Reintegração de Posse movida contra os ocupantes da área denominada Barro Alto. O proprietário não logrou êxito em sua pretensão pois que, uma vez julgada a ação, os ocupantes obtiveram a Manutenção de Posse no Imóvel. Inconformado com a sentença judicial – que dera Manutenção de Posse aos ocupantes – ingressou, desta vez, o proprietário, com uma Ação de Despejo contra os ocupantes.
>
> Durante o período em que a Ação de Despejo tramitou em juízo, cerca de 15 anos, os ocupantes não foram molestados pelo proprietário, não surgindo, portanto, neste período, nenhum fato que intensificasse os conflitos sociais existentes na propriedade.
>
> O julgamento da ação, que deu ganho de causa ao proprietário, faz com que a intranquilidade passe a predominar sobre os ocupantes, não só nos de Barro Alto, como também, por extensão, aos ocupantes das demais áreas que compõem a Fazenda Santo Inácio.
>
> A intensificação da problemática fundiária no imóvel se deu a partir do momento em que o proprietário, ao invés de despejar os 06 (seis) ocupantes arrolados na ação, entra em acordo com um deles, objetivando vender 23 alqueires fluminenses de terras dentro da área de litígio. A condição, porém, colocada pelo proprietário, a fim de que o acordo se consumasse, era a de que o comprador (ocupante) se comprometesse a indenizar os demais ocupantes arrolados na ação de despejo. O citado acordo se reveste de significativa importância quando se sabe que o ocupante (adquirente) é pai do atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trajano de Moraes, o que acarretou, por parte dos demais ocupantes, desconfiança quanto ao citado acordo, levando, inclusive, à geração de um manifesto contra a posição que vem sendo adotada pelo atual presidente, na condução dos problemas de interesse dos trabalhadores.
>
> Por outro lado, a área vendida (23 alqueires) abrange parte das áreas ocupadas por outros posseiros, o que veio exacerbar a tensão social entre os ocupantes, uma vez que os mesmos não aceitam abdicar do "domínio" sobre as posses em favor do atual comprador e, muito menos, se colocarem na condição de parceiros do mesmo (Incra/RJ. Relatório de Vistoria da fazenda Santo Inácio, em 12/08/1986. Processo administrativo nº

condições teria ocorrido a negociação com o fazendeiro. Quando mais tarde (1986) foi aberto o processo de desapropriação junto ao Incra, Roldão procurou pessoalmente Agostinho Guerreiro para tratar dos casos de despejo em Barro Alto. Os despejos foram impugnados. Ao procurar João Peçanha para dar a boa notícia, encontrou-o desanimado e descrente: "Não estou mais acreditando no Incra não (...) Que o Incra só prega mentira..." – João Peçanha estaria talvez tentando justificar sua opção em negociar com o fazendeiro, traindo seus companheiros (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001).

> 21480.001424/87-31. Consulta realizada nos documentos impressos, arquivados no Incra, em 2000/2001).

Como estratégia visando criar rupturas internas entre os posseiros, isto parece ter em parte funcionado, mas, como veremos a seguir, não a ponto de inviabilizar a mobilização dos trabalhadores em sua luta.

Acirramento e desapropriação nos anos 1980

É importante registrar que as atitudes traidoras dos Peçanha começaram a se manifestar bem antes da referida sentença judicial, ainda nos anos 1970. Em janeiro de 1973, foram realizadas as primeiras eleições para a direção sindical em Trajano, e Nilo Peçanha, como vimos, em decorrência do impedimento legal de seu pai, foi oficialmente eleito presidente do sindicato. De acordo com diversos depoimentos, entre eles o de Roldão, após uma gestão inicial considerada produtiva na defesa dos trabalhadores, Nilo deixou-se corromper, passou a defender os interesses dos fazendeiros, tornando-se, nas palavras da oposição sindical, "um boneco do prefeito e dos fazendeiros, além de traidor dos trabalhadores".[132] Segundo Roldão,

> Nilo entrou pra lá, entrosou com os fazendeiros e virou contra a gente. Durante o tempo que o Nilo governou o sindicato, ele não atendia trabalhador, só atendia o rico. Então se o trabalhador chegava lá, dava uma reclamação, tinha direito. Na hora de apurar, a razão era do fazendeiro (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001).

O movimento sindical entra assim em um período difícil, com sua diretoria acusada e de fato agindo contra os interesses da categoria. E foi, mais uma vez, em função e em torno da luta pela terra na Santo Inácio que os trabalhadores se reuniram e, apoiados pela Igreja através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), encontraram força e estímulo para se reorganizarem, fundando nos anos 1980 um movimento de oposição sindical.

Para compreender o desenvolvimento dos acontecimentos em Trajano nesse período, é preciso considerar que a situação geral do país começava a mudar. Vivia-se um processo de transição e abertura política. A Igreja, cuja atuação no campo tornara-se fundamental, estimulava a consciência e o debate sobre a luta pela terra. O tema da reforma agrária ganhava importância, representando uma das principais reivindicações

[132] Trecho de uma carta aberta aos associados do STR assinada pela Oposição Sindical de Trajano de Moraes, em 11/06/1986. Documento impresso arquivado pelo STR de Trajano de Moraes.

dos trabalhadores rurais em todo o país. Em 1979, havia sido fundada em Trajano de Moraes uma Comunidade Eclesial de Base (CEB). O número de trabalhadores despejados em todo o município havia crescido muito, e a CEB buscava incentivar a discussão e a conscientização quanto ao seu direito em permanecer na terra. Suas atividades em Trajano duraram cerca de um ano.

No início dos anos 1980, a CPT começou a atuar também no município, dando continuidade ao que tinha sido iniciado pela CEB. As discussões estimuladas por essas duas entidades foram de grande importância para os trabalhadores que lutavam pela terra, sobretudo pelo fato de nesse período eles não contarem nem com o espaço nem com o apoio do próprio sindicato. Novas lideranças se formaram, entre elas Paulo César Mendonça, que se tornaria um elemento também fundamental para a reorganização do movimento sindical.[133] E a assessoria jurídica da Pastoral, com a advogada Vera Tavares, passou a acompanhar todo o processo entre os trabalhadores e o fazendeiro da Santo Inácio.

Nilo Peçanha permaneceu por vários anos seguidos na presidência do STR. Segundo Roldão, Paulo César e outros, ele se reelegia com o apoio, inclusive material, dos fazendeiros do município. Sua campanha seria mais disputada e mais movimentada do que as eleições para prefeito: "Ele tinha todo o recurso dos fazendeiros para se reeleger de novo. Então ninguém ganhava dele. Era noite e dia carro na estrada" (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001). Mas aos poucos foi crescendo a insatisfação dos trabalhadores com a sua representação.[134]

Nas eleições de 1982, começou a se organizar um grupo de oposição, tendo em vista a disputa pela direção sindical. Inscreveram-se então duas chapas distintas: uma com

[133] Paulo César é filho de agricultores familiares, nascido em Córrego Frio (pequena localidade em Trajano de Moraes), e nunca foi posseiro na Santo Inácio. Segundo seu depoimento, chegou à sede municipal de Trajano em 1980/81, com a finalidade inicial de estudar. Participando desde 1979 de uma Comunidade Eclesial de Base, no lugarejo onde nascera, ao mudar-se para Trajano Paulo César começou sua militância política, tanto partidária (participou da fundação do PT no município) quanto sindical, tornando-se desde então um elemento fundamental na história de Santo Inácio. É atualmente assentado em Santo Inácio e na época das referidas pesquisas era presidente da cooperativa do assentamento (Paulo César Mendonça, entrevistado por Mário Grynszpan e Sérgio Leite, em 06/06/2000).

[134] De acordo com documentação arquivada na Fetag/RJ, em janeiro de 1976 compareceram e votaram 203 associados, o que representava mais dos dois terços necessários, e Nilo Peçanha foi reeleito presidente do STR. Nas eleições de 1979, compareceram para votar em primeira convocação somente 73 associados, deixando de votar, segundo a relação de votantes, 229 associados; por essa razão houve uma segunda convocação para os dias 21 e 22 do mesmo mês, quando votaram 154 associados, deixando de votar 148, alcançando assim os 50% exigidos por lei (para segunda convocação). Nilo Peçanha mais uma vez se reelegeu, mas já se observa um início de mudança na postura dos associados em relação à sua pessoa (arquivos da Fetag/RJ sobre eleições sindicais por município, pasta Trajano de Moraes; consulta realizada em 2000/2001).

João Peçanha disputando a presidência (e seu filho Nilo como um dos membros da diretoria executiva) e outra encabeçada por Nicodemos Mendonça, lavrador de Córrego Frio. Registraram-se pela primeira vez protestos de trabalhadores da Santo Inácio que se recusaram a votar. Dois deles pediram que fossem retirados seus nomes da chapa de João Peçanha, na qual haviam sido incluídos sem a devida autorização. Segundo denúncia da oposição, houve nessas eleições falsificação da lista de votantes, com eleitores de Nilo Peçanha votando duas vezes. Mas, de todo modo, João Peçanha foi eleito, e em 1985, seu filho, Nilo Peçanha, voltou a se eleger para presidência, completando assim cerca de 15 anos contínuos no poder do sindicato.

O poder dos Peçanha só foi de fato abalado a partir de 1986, quando o grupo de oposição, além de denunciar as falsificações no processo eleitoral, divulga a postura genericamente traidora de Nilo Peçanha para com a própria *classe*. Esse grupo era fundamentalmente liderado por Roldão e Paulo César, mas contava com o apoio e uma forte participação dos antigos colonos e então posseiros da Santo Inácio, que ainda lutavam, nesse período, pela manutenção de suas posses.[135] Seu objetivo era reorganizar o movimento e conseguir uma efetiva defesa dos seus interesses. Discutia-se especialmente o processo jurídico da Santo Inácio, a *traição* de Nilo Peçanha e a definição de uma estratégia para sua expulsão e uma completa renovação da direção sindical.

Nesse movimento os trabalhadores receberam o apoio da Fetag (embora transpareça uma certa divergência quanto às estratégias, com a Fetag defendendo a via institucional, propondo que fossem aguardadas as próximas eleições; e os trabalhadores considerando como única possibilidade expulsar o Nilo *na marra*) e da CPT, tanto pela atuação de Vera Tavares, que acompanhou o processo de desapropriação, como pela própria participação de Paulo César Mendonça, originalmente ligado à Pastoral. De todo modo, segundo os trabalhadores que protagonizaram todo esse processo, os apoios recebidos da Pastoral e da Federação foram fundamentais para o movimento.

Foi esse grupo de oposição que desencadeou o processo para a desapropriação da Santo Inácio, tendo ainda contra si o presidente do sindicato.[136] Em abril de 1986,

[135] Podemos mencionar, entre outros, Arnaldo Fortunato, Francisco Fortunato Filho, Antonio Rodrigues, Adair Coelho e Lucas Evangelista. Todos posteriormente assentados em Santo Inácio.

[136] Roldão relatou, por exemplo, a enorme dificuldade que tiveram para enviar à Fetag um determinado documento que estava em poder de Nilo Peçanha e que poderia favorecer o processo de desapropriação. Ele combinou então com Paulo César, que frequentava o sindicato, que se aproveitasse de "um momento de distração" de Nilo para xerocar o tal documento. Roldão lhe diz: "A onça é muito brava, mas o coelho montou a cavalo na onça. Então você vai fazer isso com ele". Em 15 dias Paulo César conseguiu xerocar o documento, que foi devidamente encaminhado à Fetag/RJ (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001).

enviaram à Fetag uma carta solicitando formalmente a abertura de um processo de desapropriação. A Fetag enviou em seguida uma carta ao Incra, dirigida a Agostinho Guerreiro, diretor regional, onde denunciava as ameaças de despejo contra os posseiros da fazenda e encaminhava suas reivindicações. De acordo com Roldão, inicialmente o Incra, através de Paulo Amaral (na época procurador da autarquia), questionou se o caso da Santo Inácio seria para desapropriação, alegando que a reforma agrária só se justificaria onde houvesse muito conflito. Os dois discutiram e Roldão contra-argumenta:

> Doutor, o fazendeiro botando 400 cabeças de boi pra comer lavoura dos lavradores, sem pagar nada, sem direito a nada, não é conflito não? Conflito só se matar tudo, os trabalhadores? (...) O que que o senhor quer mais, que mata todo mundo lá, pra ser conflito? (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001).

Ao que tudo indica, Roldão foi ouvido. Em abril de 1986, o Incra dá início ao processo de desapropriação, enviando técnicos ao local para uma vistoria preliminar. No mês seguinte, Agostinho Guerreiro envia um ofício ao juiz da Comarca de Trajano de Moraes, manifestando estar ciente da ação de despejo movida contra "arrendatários" da Fazenda Santo Inácio e "preocupado com possíveis conflitos e tensão social na área em face de iminente despejo", e apela para que o juiz,

> baseando-se na compreensão dos elevados propósitos do Estatuto da Terra, venha sobrestar a execução da medida até que, a curto prazo, se decida nos altos escalões do Governo Federal sobre a possível desapropriação do imóvel em apreço, cujos estudos estão bastante adiantados (Incra/RJ. Ofício/Incra/DR(07) nº 114/86, de 12/05/1986. Documento arquivado pela Fetag/RJ, na pasta "Trajano de Moraes", subpasta "Documentos recebidos pela Fetag do Incra e Mirad", digitalizado pela presente pesquisa (Fundo Fetag – NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Entre diversos procedimentos burocráticos e alguns de ordem técnica, foram desenvolvidos os trabalhos de avaliação das condições então apresentadas pela fazenda. Foram examinadas, entre outras, as condições de produção, a situação cadastral e tributária, assim como a cadeia dominial do imóvel. Após muitas idas e vindas, no final de 1986, Agostinho Guerreiro encaminhou a proposta de desapropriação ao ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, e este a remeteu ao presidente da República, José Sarney. O decreto de desapropriação foi assinado em 15/01/1987, desapropriando 705 ha "desmembrados" da Fazenda Santo Inácio, correspondentes, como acima referido, a

somente duas das áreas que compunham a totalidade da fazenda: Barro Alto e Caixa D'Água, diretamente envolvidas nos conflitos ocorridos. A partir do decreto, em 23 de fevereiro, o Incra deu início a uma ação de desapropriação por interesse social movida contra José Antonio Barbosa de Moraes e outros (seus irmãos).[137]

A exclusão de cerca de dois terços da área originalmente visada para a desapropriação não se explica efetivamente. Na segunda vistoria realizada pelo Incra, em julho de 1986, em função dos chamados "estudos técnicos", os técnicos teriam concluído que as áreas em condições de serem objeto de desapropriação eram somente Barro Alto e Caixa D'Água, entre as seis áreas componentes da fazenda. De uma área total de 2.251 ha seriam desapropriados somente 705 ha, ou seja, cerca de um terço da área em questão. Vale observar que esses "estudos técnicos" não são explicitados nesse relatório, não ficando claro o que justificaria o descarte das demais áreas – os aspectos comparativos de capacidade de uso e uso atual das terras, por exemplo, tão importantes como critério para desapropriação, foram posteriores a esse descarte (na explanação do relatório), enfocando exclusivamente as duas áreas citadas e, finalmente, desapropriadas.[138] A única justificativa técnica para exclusão de área, explicitada pelo Incra no processo, se refere a somente uma das seis partes da fazenda, a chamada Santo Inácio (onde se encontra a casa sede da fazenda), cuja desapropriação não seria possível por serem os seus atuais proprietários "desconhecidos". Como explica Paulo Amaral em ofício encaminhado a Agostinho Guerreiro em setembro de 1986:

> A Fazenda denominada Santo Inácio é constituída por vários imóveis, a saber: Barro Alto, Retiro, São Joaquim da Soledade (Caixa D'Água), Santo Inácio e Monte Claro [faltou referência a Calambau]. O imóvel

[137] Decreto presidencial nº 93.936/87, de 15/01/1987, publicado no D.O.U. de 16/01/1987; Ação de Desapropriação por Interesse Social, nº 00.0930442-8, em curso na Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. Processo Administrativo do Incra nº 21480.001424/87-31 (arquivos Fetag/RJ digitalizados, pasta Trajano de Moraes, subpasta "Conflito na Fazenda Santo Inácio – cópia de processos administrativo e judicial – 1980").

[138] Essa discrepância é tanto mais significativa se considerarmos que, na primeira vistoria realizada pelo Incra, os técnicos assim concluíram: "Após observações locais e consultas aos técnicos da Emater de Trajano de Moraes, chegamos à conclusão de que é viável a implantação de um projeto de assentamento na Fazenda Santo Inácio. Da área de 2.548 ha, após eliminação de 500 ha compreendidos por áreas inaproveitáveis, caberiam nos 2.000 ha restantes aproximadamente 86 novas famílias e a regularização fundiária das 44 famílias de posseiros que já ocupam o imóvel, com o tamanho das propriedades em torno de 15 ha. Torna-se importante salientar que o tamanho exagerado dos lotes é necessário devido às condições topográficas já assinaladas anteriormente e ao tipo de cultura (banana) preconizada para o local". Vale também observar a diferença na área total do imóvel registrada nessa primeira vistoria (2.548 ha), em relação à última vistoria (2.251 ha). Incra/RJ. Relatório de vistoria do imóvel de 29/04/1986. Documento arquivado pelo Incra/RJ, integrante do Processo administrativo nº 21480.001424/87-31. Consulta realizada nos documentos impressos, arquivados no Incra, em 2000/2001.

> denominado Santo Inácio de propriedade de José Antonio de Moraes possui a seguinte *particularidade jurídica*: José Antonio de Moraes é falecido, conforme consta da Certidão de fls.35, e seus bens foram inventariados, não tendo sido incluído no inventário, no entanto, o imóvel denominado Santo Inácio (documento anexo). Neste caso para promover-se a desapropriação desse imóvel seria necessário propor a Ação de Desapropriação contra os atuais proprietários, que são desconhecidos. O ideal assim é excluir-se da desapropriação o referido imóvel (Santo Inácio) para ser desapropriado no futuro, se for o caso... Assim a SR (07) R propõe a desapropriação somente de 705 ha, correspondentes aos imóveis denominados São Joaquim da Soledade (443 ha) e da Fazenda Barro Alto (262 ha), transcritos sob os números... (grifo nosso).[139]

A percepção do que justificaria essa posterior restrição na área a ser desapropriada varia de acordo com a posição do observador. Para Paulo César Mendonça, esta seleção foi orientada por diferenças na qualidade dos solos, e, embora o pedido de desapropriação tenha se referido à "fazenda inteira", acabaram desapropriando "só 705 ha, onde a terra era pior e onde já estava ocupada pelo pessoal. O resto, onde a terra era mais fértil e estava vazia, não foi desapropriado" (Paulo César Mendonça, entrevistado por Mário Grynszpan e Sérgio Leite, 06/06/2000).[140] Segundo Agostinho Guerreiro, essas restrições teriam se devido, por um lado, ao fato de a demanda do movimento sindical ter se concentrado nas duas áreas, apesar de ter sido formalmente reivindicada a fazenda inteira, e, por outro lado, às dificuldades e contradições internas do próprio Incra, cuja máquina funcional (abrangendo o chamado "corpo técnico") era em grande parte conservadora e dissonante com relação ao Plano Nacional de Reforma Agrária. Ou seja, em sua visão, no final foram desapropriadas as duas áreas pelas quais os trabalhadores efetivamente lutaram (Agostinho Guerreiro, entrevistado por Elizabeth Linhares, em 2000). [141]

---

[139] Incra/RJ. Ofício interno encaminhado a Agostinho Guerreiro por Paulo Amaral, em 10/09/1986. Vale observar que os proprietários das seis fazendas (Calambau inclusive) encontram-se nominalmente listados no próprio relatório de vistoria do Incra, de 12/08/1986. Processo administrativo nº 21480.001424/87-31. Consulta realizada nos documentos impressos, arquivados no Incra, em 2000/2001.

[140] De fato, tanto na carta encaminhada pela Comissão de Trabalhadores Rurais de Trajano à Fetag (em 08/04/86), quanto no ofício encaminhado pela Fetag ao Incra (em 09/04/86), o que está sendo reivindicado é a "desapropriação imediata de toda a área, para que a propriedade cumpra sua função produzindo muito mais". Documentos impressos arquivados pela Fetag/RJ, consultados em 2000/2001.

[141] Embora nessa entrevista Agostinho Guerreiro desconsidere as pressões políticas (externas) sofridas pelo Incra, contrárias à desapropriação da Santo Inácio (o que ele havia reconhecido em reportagem da *Isto É* em 1987), seu depoimento de algum modo vem reforçar a importância legitimadora da bananicultura nesse processo, no sentido acima referido. No que tange à desapropriação, a ausência de elementos reivindicadores politicamente mais ativos teria feito com que a força da luta se concentrasse e se limitasse às áreas que eram percebidas, pelos próprios posseiros, como uma reivindicação legítima. Ou seja, aquelas *ocupadas* pela bananicultura. Nessas condições, a exclusão das demais áreas não teria conseguido desencadear nenhuma resposta eficaz por parte dos trabalhadores ou de seus representantes sindicais.

Contudo, é bastante plausível supor que a restrição da área a ser desapropriada tenha se devido principalmente ao poder político e às intervenções do próprio José Antonio Barbosa de Moraes, nessa época general do Exército. Na visão do general, o processo de desapropriação foi extremamente injusto, tanto no que se refere aos procedimentos por parte do Incra, relacionados inclusive ao valor de indenização da área desapropriada (até o início dos anos 2000 não efetivada), quanto à relação com os posseiros, antigos colonos, dentro da qual considera que a família teria sido sempre muito correta e respeitadora das regras então definidoras, nessa região, para o colonato (José Antonio Barbosa de Moraes, entrevistado por Elizabeth Linhares, 25/05/2001).

Apesar de ter conseguido preservar a maior parte da fazenda (incluindo a casa sede), em matéria da revista *Isto É* de 1987, o general se queixou da falta de apoio das autoridades para evitar a desapropriação. Segundo a revista, ele teria procurado se valer da amizade com o então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, e com o ministro-chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, chegando a ir a Brasília, onde, para seu desapontamento, "ninguém fez nada":

> Tudo foi em vão. Nem mesmo as promessas que teriam sido feitas pelo então ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, e pelo próprio presidente José Sarney, de que o processo de desapropriação seria suspenso, surtiram efeito. "O INCRA passou por cima de todos", lastima ("Final de conflito: a reforma agrária chega a Trajano de Moraes". Revista *Isto É*, São Paulo/SP, 29/07/1987, p. 26. Arquivado no Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, CPT Nacional).

Na mesma matéria, o superintendente do Incra no Rio de Janeiro, Agostinho Guerreiro, confirma de fato ter havido "pressões violentas", tanto em nível regional quanto federal, visando impedir a desapropriação.

A ocupação do sindicato e o encerramento dos conflitos

Apesar da vitória obtida com a desapropriação das duas áreas, a mobilização dos trabalhadores se manteve intensa, não só pela motivação com os acontecimentos, mas pelas novas necessidades que surgiam em função da criação do assentamento (cadastramento de famílias, distribuição dos lotes, pedidos de créditos etc.). O sindicato encontrava-se fechado, com uma direção não reconhecida pelos associados, e essas questões tornavam necessária e mesmo urgente a sua regularização. Diversas iniciativas precisavam ser assumidas e faltava aproximadamente um ano para que se pudesse eleger

uma nova diretoria. Nessas condições, o grupo de oposição optou pela sua retomada imediata, o que ocorreu ainda em 1987, mais uma vez com a presença e o apoio da Fetag.

Segundo Roldão, cerca de 80 trabalhadores se reuniram na frente do sindicato. Exigiam a imediata saída de Nilo Peçanha, que, sentindo-se encurralado, pediu ajuda ao delegado. A polícia de Trajano foi acionada, sendo, porém, impedida de agir pelos representantes da Federação: "Polícia não entra lá porque a autoridade hoje é dos trabalhadores. Não vão quebrar nada, porque aquilo lá é deles. (...) E o povo gritava: 'joga ele pela janela!'" (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001). Nas palavras de Paulo César, Nilo foi tirado da presidência, não através do voto, mas com a *ocupação* do sindicato: "Nós não ocupamos a terra. Santo Inácio não ocupou a terra, mas serviu de experiência para a gente ocupar o sindicato" (Paulo César Mendonça, entrevistado por Mário Grynszpan e Sérgio Leite, 06/06/2000).

Iniciou-se então um processo de regularização administrativa, nomeando-se uma junta governativa que assumiria provisoriamente a direção. Em abril de 1988 foram realizadas as primeiras eleições dessa nova fase e os membros da oposição sindical concorreram como chapa única, passando a partir desse momento a exercer sua direção.

Mas os conflitos não haviam acabado. Em Caixa D'Água, os arrendatários insistiam em permanecer, ignorando o decreto presidencial que criava o assentamento. Ao que tudo indica, esse arrendamento representava uma das últimas estratégias do fazendeiro para tentar evitar que a desapropriação se efetivasse.[142] Os trabalhadores tentaram obter alguma solução junto ao Incra, que, segundo Roldão, "não se posicionou" a respeito. Nessas condições, e com a expectativa de resolver definitivamente o problema, Roldão decidiu procurar Paulo Amaral, no Incra, confrontando-o com o absurdo da situação:

> Doutor, isso é uma vergonha pra vocês. Vocês serem uma repartição federal, com todo apoio do Presidente da República, e o senhor deixar um delegado ameaçar os trabalhadores, como nós lá em Trajano, ameaçados. Isso é uma vergonha pra vocês. E eu quero levar uma decisão do senhor. Eu vim pra aqui hoje e não quero sair sem levar uma resposta. É um abacaxi que eu trouxe pro senhor cascar, porque o senhor tem faca boa, e eu não tenho, pra cascar esse abacaxi (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001).

[142] Não por acaso, como acima mencionado, os dois arrendatários de Caixa D'Água eram respectivamente o delegado de polícia e o dono do posto de gasolina da cidade.

Embora Paulo Amaral tenha então se comprometido a tomar alguma providência, a julgar pelos depoimentos, este foi mais um "abacaxi" que os trabalhadores descascaram sem o apoio do poder público, sendo apoiados somente pela Fetag.[143] Segundo Paulo César, como "o Incra não se posicionou, daí nós resolvemos botar o gado dele [do delegado de polícia] pra fora, e tiramos o gado dele também na marra" (Paulo César Mendonça, entrevistado por Mário Grynszpan e Sérgio Leite, 06/06/2000). Foram marcados dia e hora (seis horas da manhã) para a retirada dos bois, que contou com a participação de praticamente todas as famílias do assentamento – e de todos os membros das famílias, inclusive mulheres e crianças. A polícia de Trajano foi acionada, confrontando-se com a presença dessas famílias, acompanhadas de representantes da Fetag. De acordo com os depoimentos, não houve violência. Os primeiros bois a serem retirados foram os de Carlinhos Pacheco, dono do posto de gasolina; os do delegado teriam sido retirados pelo próprio, ao considerar a situação como perdida.

Encerrados os conflitos pela terra e pela regularização do sindicato, este deu prosseguimento aos trabalhos de divulgação da desapropriação, cadastramento das famílias e acompanhamento do processo de seleção, feito pelo Incra, para o assentamento.

Referências bibliográficas

BEDÊ, Waldyr. *Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964).* Volta Redonda: PMVR – Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

CARRARO, Antonio Fernando; CUNHA, Marcelo Mancuso da. *Manual de Exportação de Frutas.* Brasília: MAARA-SDR-FRUPEX/IICA, 1994.

DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUQUE, Manoel José de Pinho. Texto datilografado, sem título. Valença, s/d.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

ELIAS, Norbert. *Mozart: Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

GABRIEL, Gilson Luiz. *Greve nas Empresas do Grupo Santa Rosa – novembro/dezembro de 1988.* Monografia apresentada para conclusão do curso de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Valença, 2004.

[143] Apoio este mais uma vez considerado fundamental. Roldão se dirige a Eraldo (na época presidente da Fetag): "O povo vai colocar o gado na rua, mas tem que ter proteção" (Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001).

GARCIA JR., Afrânio Raul. *Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA JR., Afrânio Raul. Reconversion des elites agraires et la construction de l'État Nationale. *Études Rurales*. Paris: EHESS, 1994.

GRYNZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964).* Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1987.

HEREDIA, Beatriz. *A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Agropecuários de Trajano de Moraes* (1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1985 e 1996); *Censos Demográficos de Trajano de Moraes* (1872, 1890, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1991 e 2000); *Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos de Trajano de Moraes* (1960 e 1970); *Contagem Populacional de Trajano de Moraes* (1996); *Produção Agrícola e Pecuária Municipal 1990-2000 (Trajano de Moraes)* (2000); *Censo Demográfico 2000: primeiros resultados da amostra (Trajano de Moraes)* (2000).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, 1959.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Demográficos de 1950 e 2010* (Base SIDRA).

INEPAC – Instituto Estadual de Patrimônio Cultural, Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. *Inventário das Fazendas do Vale Paraíba Fluminense*, s/d.

LINHARES, Elizabeth Ferreira. *Passos e Espaços: Casas e Universo Simbólico de Ex-colonos em Minas Gerais.* Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 1998.

LINHARES, Elizabeth Ferreira. *Entre Escravos e Anjos: Condições e Significados da Infância em um Assentamento Rural Fluminense*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/ UFRJ, 2004.

LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1946.

MARQUES, Nilson. *Contratos Inominados no Direito Agrário: Doutrina, Legislação, Jurisprudência*. São Paulo: Pró-Livro – Comércio de Livros Profissionais Ltda., 1978.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sérgio; GARCIA, Afrânio; GRYNSZPAN, Mário (coord.). *Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada.* Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, CPDOC/FGV; Paris: CRBC/EHESS, 2000-2002.

MELO, João Manoel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira.* São Paulo, Brasiliense, 1982.

MUNIZ, Ivan (coord.). *Cem Anos de Trajano*. Rio de Janeiro: Assessor Comunicação Social Integrada, Ed. Lidador, 1991.

NEVES, Delma Pessanha. Os trabalhadores tangidos pelo gado. *Tempo*, vol. 4, nº 7, julho 1999.

NOGUEIRA, Giovanni. Marco Histórico – Ditadura Militar: 50 anos. *Diário do Vale*, 20/03/2014.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Contraponto*, Rio de Janeiro, ano II, vol. 2, 1977.

PINHEIRO, Diógenes. *Sindicatos e Associações em Trajano de Moraes – Rio de Janeiro: um Estudo sobre a Diferenciação da Representação Política dos Pequenos Produtores nos Anos 80.* Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1993.

RANGEL, Ignácio. *A Questão Agrária Brasileira*. Recife: Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco, 1962.

SANTOS, Jorge Luiz Sant'Anna dos. *A interiorização do desenvolvimento no Rio de Janeiro: economia e sociedade na área Sul do Estado – 1940/1985*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Maria Carolina Figueira Neves dos. *Brasil:* Ame-o ou Deixe-o - O Governo Médici em Valença. *Cadernos do Tempo Presente*, nº 3, 3 de abril de 2011.

SEAF – Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos do Rio de Janeiro. *Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SEAF, Instituto de Terras e Cartografia, 1991.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

STR de Trajano de Moraes. *Ato Histórico: História do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Trajano de Moraes do Estado do Rio de Janeiro*. Registro datilografado feito pela diretoria sindical com base em depoimento de Álvaro Roldão, 2001.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. *Pequena História do Café no Brasil (1727-1937).* Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

Centros de documentação consultados

Arquivo Nacional – Memórias Reveladas: Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985). Acervo digitalizado de documentação do Serviço Nacional de Informação – SNI.

CPT Nacional – Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. Acervo digitalizado.

NMSPP/UFRRJ – Núcleo de Movimentos Sociais e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Acervo de documentação sindical e outros.

NMSPP/UFRRJ – Núcleo de Movimentos Sociais e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Fundo Fetag/RJ. Acervo digitalizado.

STR de Valença – Dossiê do conflito na Fazenda Santa Mônica.

STR de Trajano de Moraes – Documentação sindical.

Sites consultados

http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa.

https://www.embrapa.br/gado-de-leite/campos-experimentais

http://www.cidades.ibge.gov.br

http://www.sidra.ibge.gov.br/

http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77

http://www.censo2010.ibge.gov. br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00.

http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREAS PROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008599

http://m.diariodovale.com.br/views/noticiaInterna.asp?cod=87391&codArea =2.

http://moreirafranco.com.br/perfil-e-historico/atuacao-politica/projetos/miguel-pereira.

http://www.valenca.org/casaleapentagna/2005/03/a_historia_de_v.html

http://www.geocities.ws/leoni_iorio_valenca_div3/valenca_livro_aspectos_sociais_parte_1.htm

http://www.portalvalencarj.com.br/cronologia-valenca-rj/

https://books.google.com.br/books?id=YOIOAQAAIAAJ&pg=PA11&lpg=PA11&dq=ibge+toneladas+cachos+de+banana&source=bl&ots=udSVNQ7zDN&sig=_AW_NI2iTXAKLacu9_6pu22Za90&hl=en&sa=X&ved=0CCwQ6AEwAmoVChMI0rb9s6jOxgIVggyQCh0GawPD#v=onepage&q=ibge%20toneladas%20cachos%20de%20banana&f=false.

http://www.rj.gov.br/web/ guest/exibeconteudo;jsessionid=0D8C90E40ED3FDA4B6155DD49151F513.lportal2?p_p_id=exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ&p_p_lifecycle=0&refererPlid=11702&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_struts_action=%2Fext%2Fexibeconteudo%2Frss&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_groupId=132938&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_articleId=2470763

Capítulo 8

Ocupação do Imbé: conflitos e rumores

Delma Pessanha Neves*

1. Introdução

Argumentando que a concepção de memória coletiva diz respeito a construções sociais alegóricas, situacionais e diferenciadas, tomar um acontecimento pretérito como objeto de estudo é investir intencionalmente no registro escrito ou na sistematização da objetividade de lembranças (oralmente expressas ou grafadas no calor do evento). Nesse caso, importa analisar, segundo as condições sociais em que se configuram, as formas com que os indivíduos venham a construir narrativas sobre experiências vividas direta ou indiretamente vinculadas ao fenômeno. E abarcar indivíduos autoatribuídos protagonistas, mas também convidados, diante de posições sociais reconhecidas e em resposta à solicitação do pesquisador.

Não basta entender a diversidade dos conteúdos das versões porque as condições em que foram elaboradas estão associadas ao sistema de diferenciação social e política dos agentes no campo de disputa. Desta condição, é preciso levar em conta que eles elaboram plausíveis interpretações, perenizando, com maior ou menor intensidade, atributos do acontecimento como fato dotado de crível realidade.

No caso em foco, trata-se, em reconhecimento mais difundido, da *ocupação do Imbé*, ocorrida entre 1963 e 1965, mas, segundo os protagonistas imediatos, da apropriação por posse em Mocotó, área integrante da Serra das Almas, atualmente parcela do Parque Estadual do Desengano, na parte correspondente ao então Município de Campos (hoje Campos dos Goytacazes), Estado do Rio de Janeiro.

* Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universiade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/UFRJ). Professora no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPA/UFF). Pesquisadora do CNPq.

Mapa 1. Localização geográfica do Parque Estadual do Desengano



Fonte: Google Maps - Área do Parque do Desengano, Serra das Almas, fotografia capturada e recortada por Delma Pessanha Neves, em 14 de dezembro de 2014.

A *ocupação do Imbé* foi qualificada como ato inaugural da aplicação prática da conjuntural proposta de reforma agrária, reivindicada por militantes que compunham o quadro de instituições que embasavam ideologias e ações políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Por consequência dessas tomadas de posição, para uns, ela foi façanha a ser exemplarmente celebrada; para outros, banida.

Enquanto fenômeno concebido como proeza, ela foi objeto de interpretações que cumpriam a reafirmação da ousadia; razão pela qual, tomá-la como objeto de estudo implica relevar as ações políticas performativas e a circulação de ideias e representações qualificadas como rumores. Muitas das notícias se pautavam em acusações que circulavam como parte inerente do exercício político. Enquanto suspeição, elas cumpriam finalidades dirigidas ao controle e à reafirmação de regras e de princípios que, por sua vez, operavam por negação do legítimo exercício de papéis políticos mutuamente divergentes ou contrapostos. Por isso, a análise do evento abarca múltiplas narrativas, nelas valorizando as condições em que foram (e são) construídas as acusações e sobre que fatos e comportamentos elas incidiram e incidem; como os acusados delas se defenderam e se defendem.

Segundo Faizang (2006), as condições de construção dos conteúdos da acusação são fundamentalmente correspondentes ao lugar que, no contexto da formulação, os acusados ocupam no pensamento dos adversários ou acusadores. Essa perspectiva corresponde à compreensão de importantes desdobramentos para o caso aqui em apreço, inclusive aos sentidos imputados aos instrumentos de repressão, que aos reprimidos

conferiam o sentido da culpabilidade e aos demais cidadãos que tomaram conhecimento do evento, com eles concordando ou não, o silêncio público. Nesse caso, portanto, ganha todo o sentido o estudo das reputações mutuamente construídas.

Em se tratando de acusações que foram objeto de repressão política pelo governo militar e respectivos apoiadores, torna-se também importante considerar sobre que bases elas puderam operar no sentido da punição do acusado, mas dificilmente do acusador, tanto que apenas suspeitas foram objeto de julgamento.

1.1. A ocupação do Imbé: querelas políticas e contraposição de narrativas

A terra apropriada pelos ocupantes, contexto em que politicamente foram categorizados como *posseiros*, foi por eles definida como área devoluta, qualificação que correspondia à legitimidade da posse e da reivindicação da aplicação dos princípios proclamados para fazer acontecer o programa de reforma agrária. Essa definição encontrava amparo legal ou oficial porque já estava incluída como área de litígio a ser colonizada pelo Estado nos diversos programas que, em 1959/60, foram editados como medidas visando ao enfrentamento de diversos conflitos fundiários no Estado do Rio de Janeiro.

No bojo dos investimentos políticos devotados ao reconhecimento e às tentativas de órgãos estatais de procederem à demarcação de terras devolutas, especificamente, ao final da primeira metade do século XX, muitos projetos de apropriação produtiva ou especulação imobiliária (GRYNSZPAN, 1987) foram publicamente registrados. Entre estes, para o caso das matas do Imbé, ressalto procedimentos tornados públicos pela imprensa regional. Pela reportagem intitulada "Estão em pé de guerra os posseiros do Imbé", tornou-se pública a reação de resistência às ameaças de "capangas que teriam desalojado diversas famílias e intervenção por execução judicial por mandado recorrido à força policial para garantir o domínio da propriedade que pertencia ao Estado". E conclui o autor da reportagem: "Fatos muito graves poderão ainda ocorrer na localidade se providências acauteladoras não forem adotadas em tempo" (*Monitor Campista*, 08/08/1958, p. 1).

No ato de produção imediata do fenômeno é possível contar com os registros dos semanários *Terra Livre*, jornal vinculado à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), editado entre 1954 e 1964, e *Novos Rumos*, jornal do PCB, criado em 1959, circulando até 1964; dos jornais da grande imprensa (*Última Hora*, *Luta*

Democrática, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Fluminense*), especialmente aqueles cujos diretores e alguns dos editores, apoiando as intenções de reforma da organização da sociedade brasileira, investiram em registros quase que cotidianos do evento; bem como dos jornais locais ou regionais (*Monitor Campista, A Notícia, Norte Fluminense),* cujos diretores e editores geralmente acentuavam a defesa dos interesses dos proprietários de terra, interesses, todavia, transubstanciados em defesa do princípio da propriedade privada e ordem moral (social).

Mais recentemente tornou-se possível contar com versões que, pela repressão militar após o golpe de 1964, foram provisoriamente objeto de produção de esquecimento social e silêncio coletivo; ou versões de julgamentos em Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que, também por formas de pressão social para construção de conhecimento coletivo da repressão, passaram a estar disponíveis em arquivos diferentemente organizados.

Constituindo-se no decorrer do evento por atos e interpretações e se perenizando como acontecimento exemplar para os diversos agentes aqui considerados, a *ocupação do Imbé* será interpretada mediante análise de narrativas sobre ela produzidas. Afinal, está-se diante de um típico fenômeno celebrado por disputas quanto à elaboração da alegórica memória coletiva, tanto dos feitos como dos desfeitos, tanto dos significados que na disputa política foram atribuídos, como também da singularidade da repressão que exemplarmente os militares por ela responsáveis desejaram demarcar.

Enquanto espaço de construção social de lugar de memória pelos ocupantes, além de algumas estradas vicinais abertas em meio ao que restou modificado da floresta nativa, ainda se ergue, relativamente alterado em sua fachada, o celebrado *casarão*. Este imóvel, no contexto da *ocupação,* foi por todos os contendores definido como *sede*. A qualificação, entretanto, variava de sentidos segundo as posições em jogo nesse campo de disputas por projetos de ordenação da sociedade brasileira.

Mapa 2. Localização geográfica do *casarão*



Fonte: Google Earth: área de localização do *casarão*, sede da gestão política e técnica dos dirigentes da ocupação. Capturada por Delma Pessanha Neves, em 14/12/2014.

Para os agentes posicionados no espaço social de demarcação de poder de gestão e mobilização dos *posseiros* ou *camponeses*, a *sede* era espaço de celebração da conquista e do acúmulo objetivado de forças sociais; espaço de encontros para organização estratégica dos militantes; ou ainda espaço de ritualizações de celebrações e de sociabilidades, inclusive religiosas (católica), de recepção de visitas dos aliados e apoiadores, tais como representação sindical de categorias profissionais diversas, jovens afiliados à Juventude Universitária Católica (JUC), jornalistas, deputados, prefeitos, sacerdotes.

Para outros agentes da produção do fenômeno que no campo de luta se posicionavam como opositores, a casa era a *sede* do *comando revolucionário* e república ilhada dos *vermelhos*, *baderneiros*, *comunistas*, seguidos pelos *iludidos miseráveis*, *pobres agricultores*, *manipulados* com base *na inocência* associada aos *lavradores.*

Até novembro de 2014, o *casarão* mantém-se erguido, preservado pelo atual proprietário da referida área de terra, decisão questionada pelos futuros herdeiros, que o definem como objeto de destruição e de difícil preservação. Hoje ele serve de residência para o campeiro e seus familiares, exceto o primeiro salão, reservado para hospedagem do atual proprietário e totalmente inacessível.

Figura 1. Casarão sede da Fazenda



Casarão sede da fazenda ocupada em 1963, ainda com a mesma estrutura e algumas modificações de troca de janelas e eliminação de uma das portas frontais. Fonte: Fotografia tomada por Delma Neves, em 17/11/2014.[1]

Considerar múltiplas versões, segundo os diversos processos de construção de registro escrito ou oral, pressupõe um longo e sistemático investimento de pesquisa; exige um obstinado percurso de busca de registros dispersos e consulta a fontes de informações ou versões, só mais recentemente alcançáveis como conquista do direito de conhecimento e reparação de ações repressivas durante a ditadura militar (relativamente 1964-1985). Muitas acusações mereceram o registro escrito da imprensa e das ações oficiais, mediante os IPMs. No entanto, outras delas, antecipando-se a esse desfecho, circulavam boca a

1 Segundo Pureza (1982, p. 81), "Próximo do nosso acampamento, havia uma casa-grande, de propriedade do administrador da usina, muito frequentada por jagunços armados que defendiam os limites das terras griladas. Também os usineiros costumavam hospedar-se na casa nos fins de semana, realizando caçadas e pescarias na região. Com a notícia da desapropriação do Imbé, a casa-grande ficou vazia. Aproveitamos a retirada dos seus indesejáveis habitantes e transferimos nosso acampamento para lá".

boca, mas dotadas de grande eficácia na construção de sentimentos e moralidades inquestionáveis, institucionalizando a delação e o alcaguete.

O acervo assim constituído não deve ser tomado como produto do investimento de reconstituição de acontecimento, como geralmente se acredita possível. A *ocupação do Imbé,* desfeito o acampamento e deslocados os ocupantes, ganha ainda mais significação por interpretações construídas segundo múltiplas perspectivas, que devem então ser obrigatoriamente demonstradas, como aqui tentarei exercitar.

1.2. A ocupação do Imbé: um caso entre casos

A leitura de todos aqueles documentos já referidos, se não restrita aos eventos em si, permite compreender diversos processos de transformação ocorridos na sociedade brasileira, especialmente os que se exprimiram após a construção republicana acentuada, pelo golpe de 1937 e pelos investimentos na produção da legitimidade da ditadura de Vargas.

Saltam aos olhos, na leitura dos jornais editados no período, os coexistentes investimentos na modernização da capital da República: tanto pela expansão de órgãos do aparato governamental em plano federal, como pela reordenação municipal do território urbano, pautada em correspondente ação dos dirigentes municipais do Rio de Janeiro e municípios ao redor.

Da mesma forma, destacam-se os processos de implantação de indústrias e de expansão da demanda da força de trabalho, basicamente associada ao processo de migração da população, até então predominantemente qualificada como rural. O segmento da população que correspondeu a tal apelo, em termos gerais, foi estimulado ao deslocamento em decorrência de processos de expropriação dos meios de subsistência e produção. Muitos desses processos estiveram associados às alternativas de objetivação de uso de instrumentos de produção pautados em mecanização e mais ampla industrialização do processo produtivo de cultivos agrícolas destinados à exportação (cana-de-açúcar e café)[2]. Eles alcançaram expressiva visibilidade diante da luta pela definição de direitos, acompanhada da mobilização política em prol da aplicação prática desses dispositivos que normatizavam as relações de trabalho.

[2] Para o caso de mecanização do processo de trabalho no cultivo da cana, consultar Neves, 1981 e 1997a.

Para efeitos deste texto, quero destacar os investimentos governamentais no sentido de disciplinar e orientar, para fins precípuos, a apropriação da terra, processos que se fizeram acompanhar por expulsão de *posseiros* e consequente pressão pela manutenção da posição de trabalhador agrícola autônomo, por meio de ações coletivas e públicas reconhecidas como *movimento camponês* (GRYNSZPAN, 1987).[3]

Os desdobramentos das formas de luta de posseiros relativizam a tendência a se pensar a política de colonização do Estado Novo por atributos negativos. Ora ela é renegada pela base populista, para se ressaltar o mínimo dessa desqualificação. Ora ela é renegada pelo reconhecimento da defasagem entre promessas públicas e pouca realização, pela rápida conclusão de fracasso, inclusive porque, após o mais imediato interesse governamental pelas colônias, ele também foi comprovado pelo abandono do rico registro documental, já que as informações passaram a ser muito escassas (NEVES, 2013).

No decorrer dos anos da implantação, cumpridas ou não as promessas governamentais, as colônias agrícolas ou núcleos coloniais foram se autonomizando, processo, todavia, concebido pelo abandono de investimentos públicos em instalação e gestão.[4] Pela concepção de abandono, estão ressaltados os silêncios sociais para muitos casos, mas revoltas e reinvenções de formas de acesso à terra e uso dela para outros tantos objetivos.

Quero aqui ressaltar que o ideário da colonização no Estado Novo foi crença ideológica fundamental para legitimar, naquele contexto, a migração, a ruptura com tutelas paternalistas diante de grandes proprietários e a negação de vínculos como colonos-parceiros ou moradores. Complementarmente, os sistemas de crenças inculcados pela propaganda governamental nutriram, principalmente, o sonho de conquista de autonomia e de alcance de melhores condições básicas de vida para as famílias de muitos agricultores. Por significativa adesão, eles terminaram por pressionar o cumprimento de boa parte daquelas promessas e trouxeram para o palco do debate político diversas formas de grilagem que estavam em prática em todo o território nacional. O governo federal, ao

[3] Investindo na visibilidade de múltiplos desdobramentos do processo de colonização agrícola colocado em prática no governo Vargas, durante o Estado Novo, elaborei reflexões em torno da construção de núcleos agrícolas que foram instituídos no Estado do Rio de Janeiro (NEVES, 2013).

[4] Embora anteriormente instituído por medida relativamente isolada, o Centro Agrícola instalado na Fazenda de Santa Cruz veio a se integrar à política de colonização pela associação a dois outros núcleos coloniais, criados entre 1938 e 1941, em terras da Fazenda Nacional de Tinguá e em Duque de Caxias; e, posteriormente, ao núcleo de São Bento, criado em 1938, todos incidentes nos municípios do entorno do Distrito Federal.

investir no controle de áreas onde delimitou os núcleos coloniais, também estimulou muitas das investidas de apropriação por posse nas áreas do entorno das que foram definidas para implantação daquele programa de colonização.

No decorrer da década de 1950 e até especialmente 1964, a vida social nos núcleos coloniais é objeto de diversos registros jornalísticos: criminais (roubos, homicídios), mas principalmente de críticas quanto à apropriação inadequada dos lotes por militares e profissionais liberais da Cidade do Rio de Janeiro. Destacar essa versão desqualificante tem para mim outro objetivo. A ineficácia institucional na gestão de espaços físicos apresentados à apropriação, especialmente no caso da política de colonização do Estado Novo, permitiu que aí se objetivassem projetos familiares e coletivos elaborados em contrapropostas ou diferenciadas formas de engajamento. Por esses motivos, eles são excepcionais ou singulares para análise da constituição do sistema de crença que nutre e realimenta a instituição da posse ou da ocupação produtiva como prática legítima ou como meio eficaz de o trabalhador rural vir a se constituir em objeto de atenção de programas estatais.[5]

No bojo de diversos confrontos por concorrência pela apropriação de terra qualificada como devoluta, ações complementares àquelas do governo federal foram dirigidas para criação de núcleos coloniais que conformaram o Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado, ou Plano Agrário, como ficou conhecido, criado pelo governador Roberto Silveira, pelo Decreto nº 6.682, de 05/08/1959.[6]

No Diário Oficial do Estado de 04/05/1959, o governo estadual havia encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro o anteprojeto que sistematizava alguns dos fundamentos da proposição do decreto submetido a exame e discussão pública. Nele estavam definidas as bases jurídicas e institucionais para viabilidade da proposta política, ressaltando então algumas precondições: as áreas reconhecidas para intervenção oficial deveriam estar consolidadas pela apropriação

[5] Logo nas primeiras páginas da edição dos depoimentos de Pureza, no capítulo intitulado "De Operário a Camponês", ele destaca a motivação para se deslocar do trabalho na construção civil para concorrer à apropriação de um dos lotes de terra que, segundo rumores, estavam sendo distribuídos (PUREZA, 1982, p. 17-18).

[6] Definiu-se tal plano pelos objetivos de delimitar áreas de terras cultivadas por posseiros e em litígio, nas localidades de Pedra Lisa, Imbariê, Piranema, Ramal de Xerém, fazendas Camarão, Porto Salgado, Palmeiras, Estrela Velha, Mato Grosso, Largo, Bom Jardim, Carrapato, Rio das Ostras e Califórnia, entre outras não especificadas, em Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, São João da Barra e Casemiro de Abreu (Seaf, 1991).

produtiva, requerimento fundamental para a categorização jurídica ou oficial da condição do posseiro, ainda devendo ser objeto de litígio para efeitos das medidas preconizadas.

A despeito da extrema dificuldade para se acompanhar as ações pertinentes à objetivação do Plano Agrário, na prática ele correspondeu à promulgação de alguns decretos de desapropriação de áreas de terra em litígio. Elas se apresentavam espalhadas por diversos municípios do estado, especialmente aqueles em que mais recentemente incidiam investimentos econômicos diferenciados, tanto que nos municípios do noroeste do estado tais problemas não ganharam qualquer visibilidade.[7]

No caso do Município de Campos, aqui em foco, e outros tantos do noroeste, onde se desenvolvia a cultura da cana-de-açúcar, as disputas por reconhecimento de posses produtivas se expressaram em momentos anteriores. A expansão das fronteiras produtivas da cana-de-açúcar estava circunscrita às alternativas de adequabilidade de custo e manutenção do teor da sacarose da cana e das estradas carroçáveis para o transporte desse produto por cambonas guiadas por bois. Tal expansão também encontrava limite em processos de deslocamento da cafeicultura que se limitava aos distritos do Município de Campos dotados de temperaturas mais baixas, aqueles geralmente localizados em serras ou de relevo ondulado, como Santo Eduardo, Italva, Cardoso Moreira (NEVES, 1999).

Diante de diferenciados processos de reapropriação produtiva, os litígios decorrentes das frentes capitalistas de produção e de imobilização fundiária incidiam, especialmente, sobre municípios situados ao redor da capital da República. Aí estavam localizadas as fazendas listadas pelo reconhecimento dos conflitos por reafirmação dos direitos dos posseiros, colonos e meeiros frente à emergência de atores que se diziam proprietários das mesmas terras. O reconhecimento dessas áreas não nos leva a pressupor que só nelas os conflitos ocorriam. A considerar alguns dados expressos no encaminhamento dos conflitos para reconhecimento público, tratava-se de fazendas que aglutinavam considerável número de colonos ou moradores, ou áreas que na linguagem política atual poderiam ser consideradas como territórios camponeses de apropriação consuetudinária pelo instituto da posse.

O Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Públicas disponíveis do Estado (Plano de Colonização), publicado no *Diário Oficial* (nº 8.356) de

[7] A disputa pela área com fins produtivos já havia ocorrido na área de cultivo do café. Os autores que focalizam a constituição dos espaços dessa cultura destacam o celebrado papel dos *aventureiros* e *conquistadores*, nos textos os conflitos estando reconhecidos pela expulsão de remanescentes *indígenas* (NEVES, 2011).

25/06/1959, p. 1, integrava um aparato jurídico, administrativo e orçamentário para reconhecimento das propriedades legalmente instituídas e das que correspondiam a posses produtivas. Paralelamente, o governo estadual também instituiu o programa de colonização pela instalação de núcleos agrícolas, dotados de serviços assistenciais e jurídicos a serem prestados aos agricultores despejados ou que comprovassem benfeitorias expropriadas. Nos termos, haveria investimento na constituição de quadros institucionais e de funcionários correspondentes às tarefas de aplicação do programa. Ressalta-se, nesse aspecto, a reafirmada atribuição de competência à Secretaria de Trabalho e Serviço Social, adequando-se assim à definição do segmento de trabalhadores alcançados pelos benefícios dos programas: *agricultores desajustados e nacionais favelados.*

Finalmente, em 06/08/1959 foi publicado o Programa de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado, Decreto nº 6.682, de 05/08/1959 (*Diário Oficial* de 06/08/1959, pág. 2). Este programa foi elaborado em conformidade com o artigo V da Lei nº 3.951, de 24/06/1959, pelo qual se reafirmava a atribuição de competência executiva ao Departamento do Trabalho, da Secretaria do Trabalho e Serviço Social, em associação com a Divisão do Domínio do Estado e demais órgãos do Serviço Público Estadual, órgãos aos quais competia a delimitação das áreas devolutas ou em litígio, cultivadas por posseiros.

Após a promulgação desses decretos, o governo federal ampliou as proposições no sentido de constituição de um quadro institucional para alcançar programas de reforma agrária, muitas das ações previstas sendo transferidas para esse âmbito da ação estatal. No governo João Goulart, dentre outras institucionalidades, constitui-se a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e medidas iniciais foram ensaiadas vislumbrando a constituição de programa de reforma agrária, especialmente a partir da criação da Superintendência de Política de Reforma Agrária (Supra), em 11/10/1962. Em sequência, um conjunto de instituições de amplitude restrita e dirigidas a fins específicos veio compondo as condições interpostas para tomada da questão agrária em consideração e da população rural como objeto de atenção.

Grynszpan (1987) apresenta uma importante caracterização das ações voltadas para enfrentar a questão agrária então politicamente construída, distinguindo a precedência da ação de governos estaduais e, após a criação da Supra, os avanços alcançados no plano federal. Considera as dificuldades políticas, legais e financeiras para que os governos estaduais assumissem aquela incumbência, explicitando as razões que

levaram a privilegiar medidas de desapropriação e os limites da eficácia relativa por elas alcançada. Sintetiza então os casos de desapropriação envidados pelo governo estadual e depois pelo governo federal.

A relação do caso *ocupação do Imbé* com as demais situações de conflito que alcançaram grande reconhecimento público no contexto aqui considerado reafirma a incidência das formas de luta dos camponeses na reprodução dessa condição social. Todavia, o destaque à qualificação *ocupação,* diferenciada da resistência aos *despejos* de colonos de fazendas ou resistência reafirmadora da posse antecessora ao aparecimento repentino de proprietários qualificados como *grileiros*, já demonstra certa singularidade daquela situação diante dos demais casos.

A ocupação coordenada e planejada de áreas supostamente devolutas corresponde à experiência piloto na implantação prática de programa de reforma agrária em construção por militantes do PCB. Nessa perspectiva, a reordenação das condições de apropriação da terra devia ser alcançada por atos físicos e não apenas retóricos, como até então se apresentava o projeto político de enfrentamento da questão fundiária nacional e o embate diante de tamanhas resistências dos proprietários de terra e respectivos aliados ideológicos. A *ocupação do Imbé,* pelos atributos a ela imputados, operou como objeto de demonstração e espaço de celebração, lugar de recepção de visitantes de diversos outros municípios e cidades, especialmente da imprensa do Rio de Janeiro. Operou também como espaço de referência para representantes de diversas instituições que compunham o campo político e ideológico de defesa das grandes reformas na sociedade brasileira, sobretudo militantes do PCB.

A reação contrária a tamanho empreendimento com que tomou vulto a *ocupação* irá operar pela circulação de rumores, pela atribuição de imaginária capacidade de luta violenta e contra-ataque dos ocupantes e lideranças (tão somente por serem qualificados *comunistas*). Ela irá adensar tantos outros significados ao evento, reafirmando para a redefinição da ordem social e reconhecendo o crescimento das ações do PCB, especialmente no plano local. Como caso entre os casos, *a ocupação do Imbé* deve ser entendida pela condensação de significados investidos na exemplaridade da conquista, tal como também venho sintetizando como situação que opera com um fazer crer para crer fazer.

2. A região do Imbé: fronteira agrícola e concentração fundiária

Para se entender a contextualidade da *ocupação do Imbé* no tocante às forças sociais em presença no plano local, no limite favoráveis ou contrapostas, não basta, como venho destacando, refletir sobre os processos sociais subjacentes à mobilização de trabalhadores rurais reconhecidos como *posseiros*. É preciso também considerar, nesse plano do contexto político, as relações de força que no Município de Campos se configuraram pelo embate de projetos próximos ou diferenciados. Para tanto, considerarei algumas situações de interdependência entre produtores agrícolas, usineiros e trabalhadores de usina (rurais e industriais), especialmente aquelas expressas por conflitos nem sempre amplamente divulgados. Quanto aos trabalhadores do sistema usina, desenvolverei reflexões que permitam compreender as condições em que, individualmente ou por representação delegada, se mobilizaram por adesão política à *ocupação do Imbé* ou fizeram aparecer outros investimentos no sentido de alcançar mudanças nas relações de trabalho assalariado.

A partir da década de 1950, as situações de tensão entre agentes econômicos alcançaram mais amplitude, tendo em vista que a agroindústria açucareira no Estado do Rio de Janeiro foi reordenada por profundas mudanças nas relações de produção e de trabalho, em face de crescente processo de mecanização das atividades agrícolas. Devido às mudanças técnicas, a necessidade de força de trabalho foi cada vez mais sendo limitada aos descontínuos períodos de plantação e de colheita da cana-de-açúcar, expandindo o desemprego sazonal. A necessidade constrita de compra de força de trabalho estimulou a constituição de mercado de trabalho agregador de trabalhadores em disponibilidade a esta exigência, provocando alterações nos mecanismos de reprodução social de assalariados rurais e daqueles agricultores que diretamente agregavam trabalhadores por relações familiares.

Do conjunto de mudanças técnicas e institucionais, uma das expressões mais explícitas foi o enfrentamento mais acirrado por conflitos de classe, em especial diante dos investimentos patronais para alterar as condições em que ocorriam as relações de trabalho (colonato e morada). Entre as décadas de 1940 e 1960, os trabalhadores que se vinculavam sob a condição de colono na cultura canavieira e na cafeeira vinham enfrentando diversas formas de dissolução da relação contratual. No contexto de redemocratização da sociedade brasileira, de expansão da organização sindical e consequenciais conquistas, as contraposições se intensificaram por encaminhamento

judicial de desrespeitos à legislação, especialmente o Estatuto da Lavoura Canavieira, tanto por demanda individual como por elaboração coletiva referenciada a diversos projetos de melhoria de condições de trabalho. Pela constituição política de demandas diversas, boa parte dos trabalhadores pôde contar ou reforçar múltiplas possibilidades de redefinição de inserções produtivas.

Pelo redirecionamento produtivo adotado por alguns fazendeiros e pela expansão de fronteiras agrícolas e pecuárias por parte de outros deles, muitos trabalhadores reagiram diante da transformação de relações consuetudinárias definidoras da morada e do colonato segundo a ótica das questões trabalhistas. Tais ações correspondiam a referências antecipadas ao que pregou o Decreto-lei nº 6.969 (1944), pelo qual proposições de redefinição das relações trabalhistas contidas no Estatuto da Lavoura Canavieira (1941) foram regulamentadas, com destaque para a obrigação de oferta de assistência médico-legal para os *colonos* (art. 6º) e para os trabalhadores rurais (art. 22).

Os dados sistematizados no Censo Agropecuário, pelo menos no tocante ao volume de produção do feijão, milho e mandioca no Município de Campos nos anos de 1940 e 1950, contrapõem-se aos índices de crescimento do cultivo da cana-de-açúcar. Indicam ainda a redução da participação produtiva de trabalhadores e agricultores (colonos, moradores e parceiros, especialmente dedicados à exploração agroindustrial da mandioca), que se dedicavam ao cultivo de produtos agrícolas voltados para a subsistência deles próprios e dos demais consumidores.

No bojo desses processos de contraposição de interesses, vieram a se consolidar as formas de organização política dos principais agentes desse sistema produtivo: Sindicato dos Usineiros, Associação dos Plantadores de Cana e sindicatos de trabalhadores de usina, estes últimos, no processo, subdivididos em Sindicato dos Trabalhadores Industriais (Stiac) e Sindicato de Trabalhadores Agrícolas. Muitas das formas respondiam à constituição de modos de representação política que estavam sendo construídos e valorizados no plano nacional, abarcando categorias socioeconômicas diversas, desde os empregadores aos trabalhadores.

Os trabalhadores da agroindústria canavieira do Município de Campos haviam se engajado na luta pela criação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Classe Anexa, ocorrida em 15 de janeiro de 1933. Agregava este sindicato os trabalhadores de usina das áreas agrícola e industrial (NEVES, 1988). A presença dos trabalhadores rurais nesse espaço da arena política dificultava a atuação do sindicato em processo de criação e dependente da avaliação de projetos da mesma ordem no Congresso

Nacional. As pressões e os limites impostos para o reconhecimento e obtenção de benefícios por esta categoria (trabalhadores agrícolas) tornavam as reivindicações dos trabalhadores da indústria de difícil solução, nesse contexto político de hegemonia da oligarquia rural (NEVES, 1988).

Nesse processo de institucionalização da representação política delegada, os trabalhadores agrícolas foram alijados da afiliação ao sindicato antes referido. Em 23 de outubro de 1938, eles fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos, que agregava os filiados às *fazendas de usina – trabalhadores de usina –* e às de agricultores ou *fazendeiros – trabalhadores de fazenda*.

A importância dos efeitos da divisão institucional da representação delegada ganha destaque no quadro de lutas sociais então travadas entre os agentes referidos, porque aquelas instituições se constituíram em concorrência: ambas definiram as questões referentes ao cumprimento da legislação (trabalhista) como percurso político de conquista de melhores condições de vida. Em contraposição, segundo o mesmo destaque, exacerbam-se as consequências das condições em que a legislação foi parcialmente cumprida, contribuindo para fazer aparecer um conjunto de trabalhadores desprovidos de proteção legal e das tutelas anteriores, vinculadas à residência na propriedade do *patrão*. Formou-se então um amplo segmento de assalariados cuja exclusão de direitos foi consagrada pela categoria de identificação: *clandestino*, ou, por circulação nacional de reações e resistência política, também *boia-fria*, categoria cujo reconhecimento correspondeu a um plano de unificação de práticas adotadas por todos os sistemas de trabalho do setor sucroalcooleiro.

A categoria *clandestino* reafirma a liberação da força de trabalho em reprodução por responsabilidade tão somente desses trabalhadores e respectivas famílias, como também a constituição de novos modos de vida e condições de trabalho e habitação, doravante de instalação precária na periferia da Cidade de Campos, assegurando assim visibilidade dramática pelo reconhecimento da expansão das favelas urbanas.[8]

Usineiros e *plantadores* ampliaram a apropriação do trabalho excedente dos outros trabalhadores vinculados como *diaristas*, através da diminuição do valor e da

[8] Como irei comentar mais à frente, os militantes políticos que recrutaram trabalhadores para a *ocupação do Imbé* esclarecem o quanto esses trabalhadores responderam ao convite àquela instalação como produtor autônomo, embora, diante das dificuldades enfrentadas, muitos tivessem desistido da adesão. No entanto, ao mesmo tempo, acentuam o quanto a adesão se reproduzia pela busca posteriormente mais individualizada de trabalhadores que tentavam fugir das condições de frequentes inanições a que estiveram submetidos.

intensificação do uso da força de trabalho (via pagamento de salário com base na tarefa); do prolongamento da jornada e do uso cada vez mais amplo de equipes de trabalhadores (sobretudo no corte da cana) ou da cooperação simples (MARX, 1971, p. 370-385). Nas fazendas das usinas, com maior ênfase, esse processo se configurou pela transformação do trabalhador *diarista* em *tarefeiro* e deste em *empreiteiro* (NEVES, 1988, 1997a). Tal mecanismo incorporava o rebaixamento do valor da força de trabalho, dissimulado, por um lado, no pagamento da tarefa, na desqualificação do vínculo empregatício, isto é, na exclusão dos direitos sociais definidos pela legislação trabalhista vigente, e, por outro lado, na imposição de o trabalhador formar sua própria equipe de trabalho, agregando a esse domínio os próprios familiares, pela incorporação da esposa e/ou trabalhadores menores (filhos, sobrinhos, genros etc.). A inserção dos membros da família propiciava a diminuição do valor da força de trabalho de cada adulto, porque não mais atendia ao pagamento do tempo de trabalho necessário à própria reprodução e da respectiva família, mas o repartia pelos componentes da equipe (MARX, 1971, p. 450).

Contraditoriamente, a intensidade na aplicação dos recursos anteriormente apontados para propiciar a acumulação de capital entre os usineiros no Estado do Rio de Janeiro não lhes assegurou ampla apropriação de valores excedentes da produção. Os processos de urbanização e industrialização que incidiram no território do Município do Rio de Janeiro, especialmente da cidade, e de outros tantos nesse entorno, criaram condições para o aumento da demanda do açúcar no mercado interno, expansão que foi respondida por usinas situadas em São Paulo. Este investimento pela conquista do mercado consumidor ampliou as desvantagens relativas dos usineiros no Estado do Rio de Janeiro, que pressionavam os dirigentes do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) no sentido de não adotarem preços diferenciais para o açúcar.

Além disso, o transporte de açúcar pela empresa ferroviária Leopoldina enfrentava diversas limitações decorrentes da escassez de vagões e assim da morosidade no atendimento, associadas a reclamações dos usineiros quanto ao preço do frete cobrado e às recorrentes greves dos trabalhadores ferroviários. Esta categoria profissional correspondia a uma das mais mobilizadas para a luta por melhores condições de trabalho e remuneração, e enfrentava inseguranças na reprodução do vínculo por constantes rumores de extinção dessa empresa de serviços de transporte. O confronto de interesses locais advindos da atuação política dos ferroviários aparecia como principal ponto de luta dos produtores industriais de Campos, tanto que ela foi sempre identificada como ação de *comunistas.*

Muitas das reivindicações apresentadas por usineiros e fornecedores no decorrer dos investimentos para expansão da produção e da produtividade da cultura canavieira foram incorporadas ao Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (1963), que previa alcançar a produção de 100 milhões de sacos de açúcar até 1971. Este plano foi posto em prática em 1965, mormente a partir da substituição da cultura do café pela da cana. Mediante a ampliação do limite da produção, ao Estado do Rio coube um aumento de 11,9%, passando de 6.275.476 para 8.744.064 sacos de açúcar. Mas a conquista de determinadas atenções oficiais por meio da atuação do IAA reforçava posições políticas no campo de disputa de interesses locais.

No ambiente de valorização da atividade industrial e de crescimento da economia, mas também de crises de irrealização da mercadoria, como se deram no Estado do Rio de Janeiro entre a década de 1950 e parte inicial da de 1960, alguns *plantadores de cana* reordenaram a dedicação a essa cultura e à pecuária. Adquiriram fazendas de criação de gado principalmente no Município de Macaé. Esta opção se articulava à expansão especializada do cultivo da cana naquelas fazendas situadas no Município de Campos.

As projeções de incorporação de terra na região serrana do Imbé pesavam então nas alternativas econômicas que foram por eles criadas. E explicam, de certo modo, a radicalidade da contraposição aos atos inerentes à *ocupação* (coletiva e *comunista*) e principalmente a resistência a quaisquer das modalidades de proposição de reforma agrária que animavam o campo político no contexto em pauta.

Diante dessas mudanças nas condições de orientação produtiva e de modernização de técnicas pela mecanização das atividades, acompanhadas das repercussões correspondentes à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), intensificou-se o processo de extinção do *morador* ou do acesso ao cultivo de lavouras de subsistência pelo trabalhador permanente.

O uso de instrumentos mecanizados nas atividades agrícolas foi também intensificado na década de 1960, quando eles passaram a ser produzidos no Brasil e obtiveram maiores facilidades de crédito para aquisição (SORJ, 1985, p. 35). Tais fatores consubstanciaram a construção de um novo padrão tecnológico que redundou em diminuição dos custos de produção. Além disso, ampliou-se a criação de infraestrutura a

eles adequada, como a construção de estradas pavimentadas interligando as usinas, especialmente no governo estadual de Celso Peçanha.[9]

Esses programas públicos adotados pelo governo estadual são demonstrativos de respostas a reivindicações contrastivas de diversos agentes econômicos. As tentativas de colocação em prática do Plano de Colonização e a viabilidade da expansão da produção e da comercialização dos produtos derivados da cana-de-açúcar são atos do mesmo governador. Vale ainda destacar os estímulos à expansão da pecuária e os esforços para construção de pequenas hidroelétricas no norte do estado, projetos do governador Roberto Silveira.

No bojo desses processos anteriormente considerados, cabe ressaltar o crescimento da produção industrial da Usina Cupim, pivô na disputa pela área ocupada no Imbé. Os proprietários da usina reivindicavam a correspondente área como propriedade privada já instituída. Os ocupantes, por outro lado, assim agiram definindo-a como terra devoluta. O Plano Agrário delimitou parte das matas do Imbé como área a ser examinada quanto à legalidade da propriedade e quanto à provável inclusão em estoque de áreas devolutas.

Todos os agentes em disputa frente ao ato da *ocupação* reconheceram a presença de pequenos produtores, posseiros ou proprietários privados. A edificação do *casarão*, segundo definição de Pureza (1982), correspondia ao espaço de apoio para atividades de caça e pesca por usineiros e fazendeiros e ao lugar de residência do administrador da fazenda da usina. Portanto, os diretores da Usina Cupim já vinham colocando em prática investimentos de expansão da propriedade da terra, incidindo sobre a área do Imbé, administrativamente filiada a três municipalidades da época: Campos, Macaé e Santa Maria Madalena.

O contexto de promulgação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) correspondeu a alguns avanços na luta dos trabalhadores rurais, todavia muito mais no sentido de deter as estratégias de reação dos empregadores, que tentaram se desvencilhar dos trabalhadores que haviam alcançado maior tempo de vínculo empregatício. Mas não se pode menosprezar o ambiente referenciado à crença e às alternativas de objetivação de regime democrático de governo e desconsiderar comportamentos mais combativos por

[9] Vice-governador eleito em 1958 pelo Partido Social Democrático (PSD), complementando o mandato de Roberto Silveira, falecido em 28 de fevereiro de 1961. Este governador ocupou o cargo entre 31/01/1959 até a morte em acidente de helicóptero; e o vice, Celso Peçanha, entre 01/03/1961 e 17/06/1962.

parte dos dirigentes sindicais representantes dos trabalhadores da agroindústria canavieira. Uma das lutas marcantes deste contexto esteve articulada ao reconhecimento dos trabalhadores rurais canavieiros como trabalhadores da indústria, resultando em enquadramento diferenciado e correspondente a direitos trabalhistas até então a eles negados. Da mesma forma, por essas lutas, podiam-se preterir ou incorporar, conforme os interesses contrastivos em jogo, as distinções legais que o ETR faria incidir sobre os trabalhadores agrícolas das usinas. Além disso, esses investimentos correspondiam à retomada da inserção dos trabalhadores vinculados à atividade agrícola praticada nas unidades industriais ao sindicato dos trabalhadores de usina.

Como já comentei, aquele processo de fissão institucional dos sindicatos dos trabalhadores de usina, no decorrer da década de 1930, permitiu o reconhecimento daqueles vinculados à indústria, mas ao preço da exclusão daqueles vinculados à atividade agrícola. Contra esses atos de violência política, o militante sindical Antônio João de Faria travou a mais ferrenha trajetória de luta, a começar pela criação do sindicato dos empregados rurais.

Em contexto de acúmulo de forças e de alianças dos dirigentes do Stiac, eles retomaram a reivindicação há décadas perdida e colocaram em risco a reprodução do atual Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC) que, nos termos de divisão política, agregaria apenas os trabalhadores vinculados a *fazendeiros*. Concomitantemente a outras ofensivas de luta e construindo formas de legitimidade para as respectivas ações coletivas, os dirigentes sindicais do Stiac combateram a expansão do trabalho *clandestino.* Este trabalho político também foi posto em prática pelos dirigentes do atual STRC. Tamanho confronto de interesses permitiu que os vínculos temporários passassem a corresponder ao enquadramento do trabalhador enquanto *safrista,* categoria de posição até hoje muito valorizada diante do acesso a direitos como férias, repouso remunerado no decorrer do contrato, geralmente não ultrapassando seis meses de vínculo com a usina. Tais circunstâncias criaram condições de mobilização de trabalhadores para constituírem vínculos sazonais de trabalho assalariado junto ao sistema sucroalcooleiro (NEVES, 1997a, 1997b).

Portanto, no contexto socioeconômico aqui considerado, relativamente à posição dos trabalhadores, duas tendências opostas se apresentavam: uma de atração e outra de expulsão/migração. Poderia concluir, sinteticamente, sobre a presença de forças sociais que estimulavam os trabalhadores à imobilização na empresa de vínculo; à mobilidade entre empresas que melhor respondiam às pressões políticas dos dirigentes sindicais; ao

deslocamento entre sistemas produtivos e entre setores produtivos, seguindo o caminho do vínculo agrícola para o industrial e de serviços. O ambiente estava aberto a expectativas, reconhecimento de alternativas outras de trabalho, inclusive por projeções relativamente favoráveis a iniciativas próprias para deixar para trás um universo de relações tuteladas que se esvaía, perdendo sentidos de vida social e coletiva.

Finalizando essas considerações gerais sobre os modos de configuração de jogos de forças sociais no contexto da *ocupação do Imbé*, quero comentar as ameaças ou os efeitos da criação de mais um sindicato representando os trabalhadores rurais na região: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos do Imbé, proposto por Pureza. Tendo sido oficialmente reconhecido no dia 30 de março de 1964, ato tornado público em 2 de abril do mesmo ano, portanto, imediatamente após o golpe militar, não ganhou vida prática (oficial). As lutas e embates travados para essa criação implicaram relação articulada e tensa entre os diversos dirigentes sindicais. Afinal, Pureza e os demais ocupantes recebiam apoio público dos dirigentes dos sindicatos dos rodoviários, dos ferroviários e dos trabalhadores de usina. Nesses embates, o STRC esteve ameaçado de perder os afiliados pela condição de trabalhadores agrícolas da usina e ver diminuída a arrecadação financeira dos associados, bem como prestes a perder a representação legítima de agricultores (autônomos).

3. A região do Imbé: projetos de colonização e de reforma agrária

Depoimentos de trabalhadores que participaram direta ou indiretamente da *ocupação* demonstram o interesse de diversos agentes na extração de palmito, madeira de lei e venda de toras para as usinas localizadas no Município de Campos. Neste momento, o transporte era basicamente assegurado por sistema ferroviário que cada usina incorporava, destinado ao transporte de cana ou de lenha para as próprias máquinas que deslocavam as *grades* (vagões específicos para o transporte de cana), mas também para alimentar as fornalhas da usina. Cada uma dessas unidades industriais incorporava fazendas para cultivo de cana e pasto de animais de tração (também associados aos meios de transporte) e para obtenção de recurso energético para queima por combustão. Por esses motivos, os interesses dos usineiros na manutenção das condições de apropriação da terra na região do Imbé não se limitavam àquele que, ao final do processo, legalizou a apropriação da área em causa (Usina Cupim, segundo reportagens jornalísticas).

Além disso, em torno de cada fazenda de exploração de madeiras, gravitavam diversos outros interesses referentes a trabalhadores: dos extrativistas de palmito, dos lenhadores, dos condutores de cambona e de proprietários de caminhões que carregavam as toras, agentes que conformavam o correspondente sistema de trabalho. Esses interesses não foram constrangidos no decorrer da *ocupação*. Pelo contrário, os próprios ocupantes também se integraram a esse processo de trabalho, enquanto aguardavam soluções que permitissem a estabilidade dos cultivos e da correspondente comercialização. O corte manual de árvores, visando à abertura de *roçados de mandioca* e plantação de fruteiras, atividades complementadas pela venda dos produtos assim obtidos, propiciava a diversos trabalhadores, até o início da segunda metade do século XX, por esses meios, a circulação de dinheiro e a compra de bens para reprodução física e social da família. A alternativa apenas tornou-se um tanto limitada no contexto de definição de regras e práticas de preservação ambiental.

Como venho demonstrando, os investimentos contrastivos na apropriação dos recursos naturais na área do Imbé, anteriormente à *ocupação*, já sinalizavam o questionamento de direitos possessórios ou impostos por grilagem ou desfeitos por transformação de formas de vínculo de trabalhadores de fazenda. Suscitaram projetos institucionais de colonização em apoio a medidas anunciadas pelo governo estadual no bojo da proclamação do Plano Piloto de Ação Agrária.

Antônio João de Faria, profundo conhecedor das condições de exploração da atividade agrícola, engajou-se na discussão em torno da alternativa de desapropriação e colonização de áreas em litígio ou reconhecidamente propriedade do Estado. Elaborou e encaminhou o projeto institucional de colonização voltado para atendimento dos assalariados da cana, vinculados às usinas e aos fornecedores de cana (*Monitor Campista*, 24/04/1959, p. 1).

Conforme a reportagem indicada, o dirigente sindical propunha encaminhamentos que, no contexto, julgava factíveis ou plausíveis. Valia-se do acúmulo de experiências e atributos de legitimidade que alcançou em campos de forças sociais específicos. A julgar pelos dados valorizados na reportagem, o dirigente sindical contava com as iniciativas do governo estadual e com o amplo apoio que vinha recebendo de dirigentes sindicais locais, deputados estaduais simpatizantes à causa. Essas redes de negociação não descartavam contribuições esperadas de usineiros, até porque o governo federal, ao proclamar a intervenção econômica na produção açucareira, promoveu legitimidade para as negociações colaborativas entre os principais agentes desse sistema econômico. Desejava

então o dirigente sindical, amparado na execução do anunciado Plano Agrário, contribuir para viabilidade do enfrentamento dos conflitos no Imbé e assentar trabalhadores da região produtora de cana.

A proposta do dirigente sindical data de 1959, mas teve continuidade de investimento no bojo da avaliação dos riscos que representava a *ocupação do Imbé*, exprimindo, em consonância com a reação dos demais proprietários de terra, a antecedência de algumas propostas conciliatórias. No mesmo jornal *Monitor Campista*, registra-se atitude inusitada, mas condizente com o desejo político de gestão em processos de redistribuição de terra ou de participação na definição dos meios a serem considerados (compra e venda acordadas do imóvel rural). Destaco, entre as informações por mim consideradas, a convergência da representação social que embasava o desejo político do sindicalista e de outros tantos militantes no embate, nesses termos reconhecidos participantes de um mesmo campo social: reter a entrada de *estranhos*.

Suponho que essa categorização desqualificante abarcasse trabalhadores que os repórteres, editorialistas, *ruralistas* e dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais qualificavam como *comunistas* e *nordestinos*, mas principalmente atributos associados às lideranças responsáveis pela mobilização dos trabalhadores acampados, bem como os militantes segundo respectivos vínculos partidários. Apesar da simpatia que Antônio João de Faria alcançava entre os militantes locais do Partido Comunista (Adão Pereira Nunes, Delso Gomes, por exemplo), grande era a resistência e oposição dos dirigentes do sindicato dos trabalhadores de usina que, de fato, foram muito ativos na viabilidade da *ocupação do Imbé.* Em outra reportagem consultada, pode-se registrar que Antônio João de Faria, logo após a *ocupação,* ainda tentou se construir como liderança na gestão do projeto de colonização a ser implantado na Serra das Almas, Mocotó (Imbé) (*Monitor Campista*, nº 83, 16/04/1963, p.1).

Uma análise mais sistemática do Stiac é tarefa quase impossível, pelas dificuldades de obtenção de informações sobre a instituição e respectivas lutas sociais. A documentação do sindicato é praticamente inexistente.[10] A interpretação pela história oral

[10] A ausência de documentação se deve às constantes lutas internas ou disputas de facção de trabalhadores em busca da direção do sindicato e a frequentes intervenções governamentais a que a instituição foi submetida. Considerando apenas os fatos mais próximos, após o golpe de 1964, o sindicato esteve por longo tempo dirigido por junta interventora. Nos momentos de mudança de diretoria, seja porque a sucessão se dá por uma facção rival ou por intervenção, os dirigentes anteriores passam a manter em poder pessoal toda a documentação.

implica o acesso pessoal aos dirigentes, mas enfrentando vários vazios de informações e interpretações, porque a maior parte deles já morreu.

Em 1962, como destaquei anteriormente, os trabalhadores rurais de usina puderam voltar a se integrar a este sindicato, a partir de lutas travadas pelos respectivos dirigentes, que investiram na reincorporação e tentaram unificar os direitos dos trabalhadores de usina. Esta incorporação se baseou no parecer da Comissão de Enquadramento Sindical, que considerou a atividade agrícola como subsidiária da indústria e a definição do trabalhador pela qualificação do empregador (cf. Processo 142.113/62, do Ministério do Trabalho).

A despeito de tal medida ter motivado uma série de conflitos entre dirigentes do Stiac e do STRC, a Comissão de Enquadramento Sindical tem mantido aquele parecer. Desse modo, o Stiac passou a associar os trabalhadores de usina, tanto da área industrial como da agrícola; e o STRC, os trabalhadores de usina (que voluntariamente quisessem e queiram com essa instituição manter a afiliação) e todos os trabalhadores vinculados aos fazendeiros e médios produtores, bem como os produtores que se pautam no trabalho familiar.

Gomes (2000, p. 204), militante nessas lutas de concorrência por representação política, registra diversas interpretações dessa disputa, sinalizando ainda a interferência da executiva do PCB, que estimulara os dirigentes do Stiac "a absorverem os camponeses" neste sindicato, "como trabalho tático de unificação das categorias do mesmo setor de empresa, obtendo mais poder de luta". Ivan Senra Pessanha, advogado do Stiac no pré-64, em texto próprio, também analisa as condições políticas que iriam permitir, aos dirigentes desse sindicato, alterar as formas de encaminhamento das lutas sociais. Da mesma forma, ampliar as bases sociais da afiliação, em princípio em detrimento da representação política até então exercida pelos dirigentes do Sindicato dos Empregados Rurais de Campos (PESSANHA, 1999, p. 211-12).

Valendo-me ainda das contribuições de autores militantes que escreveram sobre a experiência de vínculo direto e indireto nas ações sindicais dos trabalhadores referenciados a usinas de açúcar, incorporo diversas interpretações tornadas públicas por Delso Gomes (2000, p. 216-7), explicitando a orientação ideológica e programática dos dirigentes do Stiac: em 9 de janeiro de 1964, o militante comunista José da Dores foi eleito presidente desse sindicato, sucedendo a Almirante Costa. Na posse, ocorrida em 2 de fevereiro, esteve presente, como convidado especial, o deputado Leonel Brizola. As dificuldades de acesso a fontes constituídas no Stiac impedem-me de avançar nessas

análises. Entretanto, quero destacar o papel decisivo do Stiac, associado a militantes do PCB, no sucesso e relativa manutenção dos ocupantes da área do Imbé, a despeito de tantas interveniências desestimuladoras.

Uma das ações patrocinadas pelos dirigentes e advogados dos dois sindicatos que mais legitimidade conferiu aos respectivos mediadores era a que reivindicava, mediante encaminhamento de processos à Junta de Conciliação e Julgamento, a incorporação do tempo de trabalho prestado como *clandestino,* para efeitos de aposentadoria, e a exclusão definitiva de cobrança (*habitação de casa*) pela ocupação de unidades residenciais de propriedade das usinas.

Esses processos foram encaminhados individualmente e de forma coletiva, embora respondendo a *queixas* apresentadas por alguns dos trabalhadores, por iniciativas diretas. No processo, os trabalhadores foram convocados a recorrer, a partir da orientação dos dirigentes sindicais, inclusive por visitas deles ao local de trabalho e de residência, postura até hoje valorizada pelos antigos trabalhadores por mim entrevistados, e pelo papel fundamental que, no contexto, tiveram os delegados sindicais indicados por colegas em cada usina, especialmente os que se vinculavam ao setor propriamente industrial.

O modo de atuação dos dirigentes do Stiac no período pré-64 abarcava o enfrentamento de problemas como aplicação parcial da legislação, definição dos critérios de utilização do fundo de assistência médico-social e, como já comentei, eliminação do pagamento de aluguel de casa. Contando com o apelo à mobilização dos trabalhadores e outras alianças possíveis nesse contexto político, os dirigentes sindicais tomavam como bandeira de luta a solução de tensões mais gerais, que atingiam mais amplamente a segmentação entre os trabalhadores e o reconhecimento da diferenciação de funções legitimada pelos trabalhadores: trabalhadores efetivos ou *fichados*, trabalhadores *safristas*, *empreiteiros, diaristas* e *clandestinos,* segmento em processo inicial de reconhecimento da visibilidade da magnitude já alcançada. Esta visibilidade foi complementada pela expansão dos modos de residência na periferia da cidade, sendo essa expressão mais acentuada após as lutas pela implementação do Estatuto do Trabalhador Rural postas em prática pelo STRC (NEVES, 1989).

4. A ocupação do Imbé: estopim no campo de disputas locais

Embora a *ocupação* obtivesse apoio de alguns sindicalistas, advogados, deputados, por vezes prefeitos e vereadores, o ponto de vista desses agentes nem sempre alcançava formas de comunicação correspondentes às dos *ruralistas*, seletividade indicativa da posição dos editores e jornalistas. Salvo as comunicações interpessoais, a tomada de conhecimento dos desdobramentos das ações e conquistas quanto à *ocupação* basicamente se dava por jornais específicos: imprensa da então capital do estado (Niterói) e do Rio de Janeiro.[11]

O ponto de vista dos opositores e estimuladores da repressão aos protagonistas da *ocupação* era bastante difundido na imprensa escrita local, que noticiava reuniões e assembleias, manifestações, deslocamentos de representantes políticos dos *ruralistas* para encontros com autoridades estaduais e federais. No caso em apreço, os *fazendeiros*, por reações individuais ou politicamente organizadas em torno da Associação Rural de Campos, geralmente apoiada pela Associação Comercial de Campos, contaram com apoio de jornalistas e editorialistas de dois dos mais importantes matutinos locais.[12] Como esses grupos sociais investiram localmente e estiveram abertos a alianças com os legitimadores do processo de militarização da sociedade brasileira, isto é, no decorrer do regime ditatorial (genericamente periodizado entre 1964 e 1985), a posição pública por eles tomada permaneceu aberta à consulta e memorização.

Pelos investimentos na produção deste patrimônio cultural unidimensional, correspondente aos interesses políticos dos grandes proprietários de terra – *ruralistas,* foi possível, até o golpe militar, contar com a circulação de notícias elaboradas por esse ponto de vista condenatório. Entretanto, mesmo que criticamente, elas registravam ações práticas e atos públicos daqueles que valorizavam a implantação de política de reforma agrária. Por conseguinte, aqui evoco fatos que foram considerados para demarcar a atenção vigilante dos opositores aos desdobramentos do processo de ocupação da terra. Por eles se torna possível acompanhar o que, na versão dos submetidos ao silêncio e ao encarceramento, foi imediatamente suspenso, tudo levando a crer numa finalização imediata ao 1º de abril de 1964. Entretanto, pelo registro dos matutinos locais, é possível acompanhar a produção de versões dos desdobramentos da ocupação até a retomada da terra pela Usina Cupim que, no decorrer do governo militar, dotou-se de condições para comprovar legalmente a apropriação; mas também até 1965, quando ocorreu a total

[11] Pela pesquisa que baliza as análises deste texto, não consegui incorporar a consulta a jornais de outros estados.

[12] *Monitor Campista*, editado entre 1834 e 2009; *A Notícia*, editado entre 1915 e aproximadamente 1998.

retirada dos *colonos* (enquadramento oficial incorporado entre o segundo semestre de 1963 e março de 1964, assim categorizados pela Supra).

O ponto de vista de alguns dos moradores do entorno da área outrora ocupada já se constituiu em objeto de estudo em outro texto (NEVES, 1997b). Os assentados do PA Novo Horizonte, assim instituídos detentores da propriedade do lote redistribuído no bojo do programa de reforma agrária e assentamento, oficialmente reelaborado a partir de 1985, insistem na radical diferenciação dos dois processos de apropriação de terra postos em prática no Imbé. Operam com demarcação absoluta entre *reforma agrária* (processo ensaiado no pré-64) e *assentamento* (processo tutelado e oficializado a partir do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República). Este é legitimado por ser posto em prática *de cima para baixo*, em contraposição àquele, *na marra, de baixo para cima* e, por isso mesmo, *bagunçado* e rechaçado.

Faz-se ainda necessário e de imediato destacar, para efeito de compreensão da perspectiva que adoto na elaboração do texto e dos subitens deste quarto item, que a análise aqui apresentada corresponde à *presentificação* de seletivas interpretações de fragmentos de recordações mais significativas à rememorização. São investimentos sociais voltados para leituras atuais de documentos ou de recordações associadas a tantas outras experiências, as quais modificaram a percepção daqueles que então por lá estiveram como agentes sociais, mas que, ainda nessa condição, embasam os pontos de vista aqui explicitados.

4.1. A ocupação segundo lideranças locais vinculadas ao PCB

Além de apresentar dados analíticos sobre o contexto de ações coletivas mais espetaculares no decorrer do ano de 1963, Gomes (2000) tece considerações sobre as experiências, contrapontos e alianças que viabilizaram a ocupação do Imbé. No texto por ele elaborado, adota uma perspectiva linear para apresentação dos comentários. No que tange ao caso aqui considerado, um dos registros mais eloquentes toma como título: "Inicia-se a ocupação do Imbé – Reforma Agrária em Campos", pelo qual o autor aponta os agentes que assumiram a liderança do processo e analisa o contexto político local. Destaca também as oposições às iniciativas dos militantes do PCB. A respeito desse contexto, demonstra que a *ocupação do Imbé* se fundamentou na organização política do PCB e no apoio institucional de outros sindicatos, cujos dirigentes se identificavam pela afiliação a esse partido.

Diante das primeiras investidas e das reações das autoridades constituídas para o alegado exercício de controle da segurança pública e defesa da consagrada ordem social, Gomes (2000) destaca o aguçamento das condições de luta política pelos militantes apoiadores e pelos posseiros. Sob o título "Aguça a luta pela terra no Imbé", ele considera as investidas do reconhecido delegado Ivo Barroso, cuja modalidade de ação adotada foi objeto de reações que ultrapassaram o contexto local.

Levando em conta os comentários de Gomes (2000) quanto ao aguçamento das relações conflitivas e aos recursos de condenação dos ocupantes, poder-se-ia qualificar o ambiente político então constituído como guerra de rumores. Anunciando afirmações gerais quanto à radicalidade do possível e imaginário, os rumores propagavam notícias sem autoria objetiva, nesse caráter estando toda a especificidade e eficácia dessa forma de comunicação. Portanto, não se trata de informações a serem ou não comprovadas. No contexto elas cumpriram os objetivos voluntaristas dos difusores, reafirmando antigas noções preconcebidas em relação à desumanidade dos *comunistas*. A compreensão das ideias circuladas se fundamenta exatamente nessa impossibilidade de se afirmarem como verdades, mas na alta possibilidade de mobilizar emocional e moralmente a tomada de posição, no caso, contrária ao ato. Tais notícias alimentavam conversas, avaliações e precauções. Dada essa característica de investimento na tomada de posições, enquanto rumores, diversas dessas notícias ainda são possíveis de serem obtidas e reproduzidas. A análise que Gomes (2000) apresenta oferece então ao entendimento a extensão do campo de lutas, articulado em rede a tantos outros que exprimiam a mais ampla arena de mobilização instituída por dirigentes e aliados do PCB.

Segundo Gomes (2000), o ambiente de tensão e de oposição à *ocupação do Imbé* só acentuou a resistência patronal já instituída. Os trabalhadores de usina avançavam numa série de superações de limites a desejadas conquistas, atingindo de forma redobrada a mobilização entre trabalhadores rurais e, portanto, os interesses dos proprietários de terra e produtores de cana.

Tomando o registro deixado por Pessanha (1999), advogado do Stiac e um dos mediadores do ato de *ocupação*, destaca-se a valorização do papel de José Pureza, mas o autor se vale das análises registradas em texto editado (PUREZA, 1982). Investe, no registro posterior, na precisão de datas, destacando o 1º de abril de 1963 como inaugural para os atos de ocupação da terra.

4.2. Ação política dos ruralistas: tomadas de posição quanto à reforma agrária

No período imediatamente anterior à ocupação de 1963, a imprensa local confluía com o ambiente político nacional, tanto que, especialmente por explicitação de perspectivas dos editores, registrou, adotando pontos de vista por vezes contraditórios, diversas reportagens que propiciavam acompanhar o debate em plano nacional. Diversos eventos também demonstravam as condições propícias à demanda por terra por parte de posseiros e trabalhadores, ou iniciativas de debate interclasse e investimentos mais acirrados por parte dos contendores, tendo em vista o avanço da legislação trabalhista, tanto na formulação de novas regras como na aplicação das já promulgadas.[13]

Especialmente por explicitação de pontos de vista dos editores, a imprensa local registrava as formas violentas de apropriação e disputa, de grilagem de terra, bem como de repressão da força de trabalho na região do Imbé. Portanto, em contexto imediatamente anterior à ocupação em foco, há reconhecimento público das apropriações indébitas e da condição dos assalariados rurais, jornaleiros e pequenos proprietários *vis-à-vis* os fazendeiros e *comedores de terra*, apropriadores ilegais e também ilegítimos de terras devolutas. Os trabalhadores de forma geral eram vistos pela miserabilidade física e mental, atributos pelos quais se reclamava proteção para eles, mesmo que não significasse segurança na apropriação de um lote de terra.

Após a *invasão de terra pelos comunistas*, como assim foram qualificados os militantes do PCB e mediadores na gestão da ocupação produtiva por *camponeses*, o reconhecimento da grilagem de terra foi suspenso em nome da definição constitucional da proteção da propriedade privada da terra. Os *comedores de terra* foram esquecidos, tornaram-se secundários ou irreconhecidos, modulações interpretativas que se coadunam com a defesa da concentração da propriedade privada da terra.

A redefinição da interpretação das formas de apropriação da terra também se deve a outros fatores: a partir da década de 1940, como demonstram diversos estudiosos, especialmente por intervenção política oficial ou clandestina do PCB, a questão agrária apresenta-se na ordem do dia, ensejando a produção de inúmeras versões sobre a reforma agrária. O processo fora debatido quanto aos procedimentos práticos e filosóficos, mas as múltiplas versões já denotavam a impossível negação diante da desqualificação do latifúndio improdutivo, da exuberante demonstração da pobreza miserável, naquele

[13] Ver, por exemplo, *Monitor Campista*, Editorial, 16/02/1960, nº 35, p. 2.

contexto correspondente ao *rurícola* ou *camponês*, enfim, da necessidade de modernização da sociedade brasileira com base em processo de industrialização e constituição de mercado interno de consumo de mercadorias. Naquele contexto, a questão agrária se adensava na discussão de formas de categorização que diferenciavam terra devoluta, expropriação e colonização (oficialmente dirigida), cuja matriz fora projetada para a imigração de agricultores estrangeiros e redefinida para os nacionais, segundo o plano elaborado no governo Vargas (NEVES, 2013).

Por editoriais e reportagens, os jornais que circulavam na região norte fluminense também registravam o ambiente político de investimento na construção e reconhecimento social da importância da questão agrária.[14] Complementarmente, noticiavam a adesão dos *ruralistas* ao debate sobre a reforma agrária, demonstrando o quanto a questão mobilizava todos os agentes formadores de opinião ou que nessa posição se desejassem colocar. A questão reforma agrária, por conseguinte, em sendo projeto de plausível objetivação, suscitava investimentos no sentido da adequabilidade a diversos interesses em jogo.[15]

Acompanhando e circulando os debates que ocorriam no Congresso Nacional diante da elaboração de proposta para aplicação de programa de reforma agrária, em maio de 1962, o jornal *A Notícia* destacava o reconhecimento do processo político em ato, acentuando informações aglutinadas na coluna Últimas Sindicais, assinada por Odimar Moreira Campos. As informações apontavam para a construção de direitos trabalhistas, mediante debates públicos de diversas categorias profissionais, mas também destacavam a ação prática de Francisco Julião no avanço da objetivação de modos específicos de realização da reforma agrária. Neste caso, concordando ou não, as notícias conclamavam à tomada de posição pelos que dela tivessem interesse de participar e atuar na condução do processo (*A Notícia*, ano XLV, nº 109, Campos, sexta-feira, 11/05/1962, p. 7).

Ainda em demonstração da vigilante atenção aos debates e embates dinamizados em plano nacional, esse mesmo jornal circulava princípios acauteladores assumidos pelo primeiro-ministro do governo João Goulart, acentuando intenções legalistas na condução do processo de reforma agrária a ser adotado pelo governo federal (*A Notícia*, ano XLV, nº 115, Campos, terça-feira, 29/05/1962, p. 1).

---

[14] Ver, por exemplo, *A Notícia*, ano XLV, nº 37, Campos, sexta-feira, 16/02/1962. p. 1-2; ou nº 109, 11/05/1962, p. 7.

15 Consultar Campos, Odimar M. Últimas Sindicais, *A Notícia*, nº 109, 13/05/1962, p.7; *A Notícia*, nº 115, 29/05/1962, p. 1; e *A Notícia*, nº 127, 19/06/1962, p. 1.

A despeito de todo o campo de debate valorativo dos investimentos políticos na aplicação de possíveis planos de reforma agrária, o matutino *Monitor Campista*, no mês de janeiro de 1963, reafirmou a grande presença de terras devolutas, tão reclamadas pelos defensores do processo da reforma agrária (*Monitor Campista*, nº 116, 26/01/1963, p. 1).

Demonstrações quanto à tomada de posição nos debates sobre a reforma agrária não tardaram a ser divulgadas pelo mesmo matutino. No mês imediatamente seguinte, relata-se o evento organizado pelos proprietários rurais, afiliados em representação política em torno da Associação Rural de Campos, instituição cujos porta-vozes assumiram papel especial diante da *ocupação do Imbé*.

Embora eu não vá neste momento dele me ocupar, digno de nota é a edição do livro *Reforma Agrária – questão de consciência*, que tinha como um dos autores o então bispo de Campos D. Antonio de Castro Mayer. Alcançando repercussão nacional e internacional, em 11/06/1961 o livro já alcançava a 3ª edição (Editora Vera Cruz de São Paulo). Diante do campo político que investia no tema reforma agrária como questão obrigatória, o texto adquiriu especial consagração na construção pública de interesses e na produção de formas diferenciadas de conhecimento sobre a problemática, associadas a respectivas tomadas de posição nos diferentes campos de ação.

Tratava-se de uma proposta elaborada por reconhecida *ala conservadora* da Igreja católica. No plano local, esta instituição se apresentava como portadora de diversas versões ideológicas e práticas de objetivação de processos reformistas de redistribuição de terra.[16]

Acompanhando-se a leitura das diárias edições dos jornais locais, percebe-se que, a levar em conta a data inaugural atribuída ao ato de ocupação, os jornalistas precisaram de alguns dias para começar a construir versões sobre o evento. Até mesmo porque associaram a *ocupação*, tão relativamente inesperada para a região, a outros eventos locais, como mais uma das greves dos ferroviários. Os jornalistas em causa efetivamente combatiam as tomadas de posições de grupos de interesses políticos que desqualificavam como *comunistas*.

4.3. A ocupação do Imbé como fato consumado

[16] Tanto que não é pequeno o número de padres que abraçaram processos de redistribuição de terra, inclusive ocupando cargos oficiais na implementação do Plano Piloto do Estado do Rio de Janeiro.

Neste subitem considero as informações alcançadas quanto à tomada de medidas objetivas e oficiais para implantar o Núcleo de Colonização do Imbé, mediante decreto federal de desapropriação da área (nº 52.108, de 11 de junho de 1963), seguido de ações da Supra e apoio do governo estadual (Plano de Colonização). Para os objetivos mais precisos aqui delineados, destaco os dados de delimitação da área oficialmente desapropriada:

> Art. 1º É declarada de interêsse social, para fins de desapropriação, a área de terras de aproximadamente 8.500 ha, situada no Estado do Rio de Janeiro, Município de Campos, distrito de Morangaba, lugar denominado Imbé, integrada por várias glebas com os seguintes limites e confrontações partindo, do Norte, do ponto mais alto do pico de São Mateus, na divisa dos Municípios de Campos e São Fidélis, na direção geral Sul, pela linha que liga aquêle ponto ao ponto mais alto do Morro do Viana até o rio Segundo Norte, seguindo por êste rio águas abaixo, acompanhando a divisa dos Municípios de Campos e Santa Maria Madalena, até a sua confluência com o Rio Imbé e seguindo por êste rio, águas abaixo, cêrca de seis quilômetros, até encontrar uma estrada carroçável na sua margem direita; seguindo por esta estrada, na direção Sul, cêrca de 10 quilômetros até a ponte sôbre o rio Urubu; daí, seguindo por êste rio, águas abaixo, até encontrar o rumo com rio Imbé e seguindo por êste, água acima, até encontrar o rumo Geral Oeste da divisa da "Fazenda Opinião" e seguindo por esta linha e direção em reta, até o ponto de cruzamento com o divisor de águas da Serra do Mocotó; seguindo por êste divisor e acompanhando a divisa dos Municípios de Campos e São Fidélis até o ponto mais alto do pico de São Mateus, que serviu de ponto de partida.

Imediatamente após a publicação do decreto, a imprensa local registrou a projeção dos serviços públicos a serem instalados e a definição do número de famílias (200) associadas ao programa de conformação do Núcleo. Em contraposição, reacendeu o destaque de rumores circulados com o objetivo de impregnar de medo os trabalhadores e acenar com futuro incerto para tal ousadia.

As contrapartidas visando humanizar os trabalhadores posseiros e suas famílias e angariar simpatia da população local para a causa foram registradas por Gomes, destacando os investimentos midiáticos das lideranças ocupadas com o Núcleo. Reação de longe relativizadora dos atos violentos anunciados pela imprensa local, no sentido de demonstrar as tensões constitutivas do Núcleo e os perigos de desordens sociais.

As lideranças locais do PCB e aquelas vinculadas à Ultab investiram em grande reconhecimento da conquista, tornando o local da ocupação num espaço de festejos e

comemorações, mas também de demonstração interpessoal de apoio político, inclusive material, mediante arrecadação e transferência de alimentos, roupas e medicamentos.[17]

5. A invasão do Imbé: ousadia política e confrontação de forças sociais

A leitura de reportagens circuladas imediatamente após a notícia da *invasão do Imbé* permite aquilatar certo desconhecimento do que de fato se passava naquela região, tanto que os jornais noticiavam reações que ocorriam na cidade, até porque a oposição se dirigia às lideranças e militantes do PCB. Por isso, o ato da ocupação foi tomado como um dado. Coube destaque à nomeação do que os jornalistas desqualificavam como *comunistas*, às ações de repressão e de perturbação imediata da vida cotidiana, como a interrupção dos serviços de interligação ferroviária no Estado do Rio de Janeiro (*Monitor Campista* nº 77, Editorial, 06/04/1963, p. 3; *Monitor Campista* nº 78, 07/04/1963, p. 1 e 3).

Em outros exercícios de sistematização de fatos diversos publicados em jornais locais, Carvalho (1995) documentou, fragmentariamente e por diversos pontos de vista, a vida social especialmente na Cidade de Campos. No segundo volume da Coleção *Campos depois do Centenário*, o autor tece comentários sobre a organização social com vistas à mobilização política de trabalhadores e *à ocupação do Imbé.* Também registra, pela datação de 21/01/1963, a fundação da primeira Liga Agrária Campista, mobilizada em defesa de interesses de grandes proprietários e como instrumento de objetivação de projetos de organização da sociedade (CARVALHO, 1995, p. 300 e 326).

Reconhecida a ocupação como um fato, diversos porta-vozes de interesses coletivos foram mais claramente se delineando e concorrendo na emissão de opinião pública, em boa parte se apresentando como legítimos defensores de diversas formas de apropriação de terra, especialmente a privada. Outros porta-vozes atribuíram a si a defesa do que categorizaram como ordem pública. As formas de luta e contraposição mais imediatas foram então se consolidando e reconstituindo o campo de forças sociais locais na disputa pela área de terra ocupada na região do Imbé.

17 Segundo avaliação de Pessanha (1999), a *ocupação do Imbé* repercutiu em todo o país, mas também agregou forças sociais que o autor considerou mais progressistas, tanto que de forma mais ou menos sistemática, prestaram colaboração e apoio aos colonos.

5.1. Ação dos deputados estaduais pelos jornalistas locais

O debate em torno da *ocupação do Imbé* se consolidou em vários campos de ação, a maior parte deles interligados ou constituídos em redes e frentes de embate. Pelo jornal *Monitor Campista* toma-se conhecimento de que os deputados estaduais se organizaram e constituíram uma comissão de inquérito cujos resultados jamais vieram à tona nos dois matutinos locais consultados. Destaco, entre as reportagens, a que dá conta da ação proposta por deputados, que sugerem a transferência dos ocupantes para uma das áreas no contexto de luta então reconhecida como grilada, própria então para ser aproveitada para instalação daqueles que reconhecem como trabalhadores mobilizados: *populações faveladas localizadas às margens do rio Paraíba*. A *ocupação*, por conseguinte, impingiu o reconhecimento de que áreas de terra pertencentes ao Estado teriam de fato sido griladas (*Monitor Campista* nº 79, Coluna Preto no Branco, 09/04/1963, p. 1). Nessa mesma coluna, os editores do jornal dão destaque para a tomada de posição dos leitores quanto às ações consideradas mais ousadas dos chamados *comunistas*, nesta edição de 9 de abril, mais enfaticamente rotulados de *vermelhos*.

Em termos de espaços políticos assumidos como campos de debates e embates acerca da *ocupação do Imbé*, destaco ainda o papel dos vereadores aglutinados na Câmara Municipal. As ações propostas diziam muito mais respeito à reprodução dos princípios de ordem, então definida pela contraposição aos interesses dos agentes da *ocupação*. As chamadas dos editores ressaltam os efeitos maléficos da greve para interesses mais gerais da população, mas principalmente a manutenção de representantes institucionais da ordem política da segurança pública nos cargos. O embate visava impedir que as lideranças dos militantes em prol das chamadas reformas de base aparelhassem as instituições públicas com agentes simpatizantes à causa; ou que viessem facilitar as ações correspondentes. Além disso, os editores disseminavam riscos de tumultos, alegando que os *invasores* estavam fortemente armados (*Monitor Campista* nº 79, Coluna Preto no Branco, 09/04/1963, p. 3), embora também tornassem público que as armas encontradas eram *espingardas enferrujadas, instrumentos de trabalho e caça* dos agricultores que lá se encontravam.

Por fim, destaco a defesa dos jornalistas do *Monitor Campista* quanto à ação de usineiros de Campos que, segundo eles, não guardavam envolvimento com os interesses atingidos pela *ocupação do Imbé*. No entanto, salvaguardavam-se para não verem repetidos em Campos os planos de ação colocados em prática em Pernambuco, onde,

alegavam, teria ocorrido invasão de engenhos (fazendas) (*Monitor Campista* nº 79, Coluna Política/Políticos/Poder Sindical, 09/04/1963, p. 6).

Dentre os múltiplos argumentos aventados para a contraposição e intervenção diante do fato consumado da *ocupação do Imbé*, afiguraram-se os que em tese poderiam legitimar a apropriação da terra, desde que os apropriadores fossem trabalhadores campistas. Construía-se então a qualificação do evento como interveniência de fatores e agentes externos. Elites locais, segundo jornalistas, reivindicavam a liderança da mobilização e a adesão de líderes sindicais do município, representantes de trabalhadores possivelmente beneficiários, no contexto definidos como desempregados. O *Monitor Campista*, em 11 de abril, dez dias após o início dos *acontecimentos do Imbé*, como qualificavam o evento, dedicou praticamente toda edição àquele evento (*Monitor Campista*, Coluna Política e Políticos, Deformação, 11/04/1963, nº 80, p. 6). Tornando públicos os depoimentos dos opositores, também saudava a interferência do governo estadual na gestão da *ocupação* e a implantação de subsede da Supra no local (*Monitor Campista* nº 81, 12/04/1963, p. 1).

Da leitura das reportagens então circuladas, pode-se concluir que o reconhecimento oficial da *ocupação do Imbé* (pelo decreto de desapropriação nº 52.108 de 11/06/1963) criou condições para colocação em prática de algumas das intenções traçadas no Plano Piloto Agrário do Estado do Rio de Janeiro (Reportagem de Evan Tuil, *Monitor Campista* nº 82, 14/04/1963, p. 3). As reportagens são cada vez menos referenciadas por atributos de subversão, abandonando a ideia de que trabalhadores camponeses formavam um exército bem armado para se defender na apropriação da terra (*Monitor Campista* nº 82, Coluna Preto no Branco, 14/04/1963, p. 2).

5.2. Os fazendeiros de Campos e a invasão no Imbé

Registram ainda aqueles mesmos jornais locais atitudes que foram sendo tomadas pelos proprietários de terra mais imediatamente tocados pelo evento, ou aqueles que se posicionaram em defesa do respeito constitucional da propriedade da terra, portanto, em contraposição a programas de reforma agrária.

O Sr. Severino Veloso de Carvalho, recorrentemente citado nas reportagens, atuava como vereador e presidente da Associação Rural de Campos, órgão de representação delegada dos fazendeiros que, como já destaquei, assumiu a dianteira na defesa de interesses tergiversados por aqueles princípios anteriormente mencionados. Na

reportagem de 14/04/1963, foram nominados os proprietários de terra que foram mais imediatamente tocados pelo risco de estarem envolvidos em defesa de área de terra possivelmente ocupada (*Monitor Campista* nº 82, Coluna Preto no Branco, 14/04/1963, p. 1).

Em continuidade à relativa aceitação da criação do Núcleo Colonial do Imbé, após desapropriação de área específica, os jornalistas acompanharam, com assiduidade, o registro público do percurso dos programas de objetivação de colonização ou reforma agrária, anunciando um conjunto de medidas postas em prática pelos governos estadual e federal (*A Notícia*, Campos, 26/09/1963, p. 2).

6. A ocupação do Imbé segundo o registro impresso pelo PCB-Ultab

Ao tomar em consideração os investimentos de porta-vozes da proposição política de antecipar atos de objetivação de programas de reforma agrária, por alguns dos registros do jornal *Novos Rumos*, destaco os princípios de compreensão de sistemas de crença e ideologia no contexto elaborado e a demarcação das conquistas e contra-ataques vividos por militantes e trabalhadores mobilizados à ocupação do Imbé. Ao mesmo tempo, ressalto diversos investimentos para construir alianças de classe demonstrativas das conquistas dos projetos políticos e da legitimidade das respectivas ações. Nesse aspecto, destaca-se a reportagem de Sidnei José de Oliveira, "Eles são os donos da terra", na qual ele comenta a ocupação das terras do Imbé (*Novos Rumos*, ano IV, nº 218, Rio de Janeiro, 26 a 30/04/1963, p. 1). Outra reportagem é intitulada "Caminhos da reforma agrária" (*Novos Rumos*, ano IV, nº 218, Rio de Janeiro, 26 a 30/04/1963. p. 1). Nesta há comentários sobre a ação de Pureza na liderança e formação ideológica dos camponeses. A reportagem se desdobra em descrições das condições de vida dos ocupantes e mobiliza os leitores do jornal para o apoio político e material às famílias acampadas (*Novos Rumos*, ano IV, nº 218, Rio de Janeiro, 26 a 30/04/1963, p. 6). Vale ainda ressaltar os investimentos de jornalismo etnográfico elaborados pelo repórter e fotógrafo Élio Parmigiani, pelos quais diversos dados acenavam para a construção de uma das versões possíveis das condições de construção do acampamento. Quanto aos agentes militantes que lideravam a ocupação e à data de demarcação do evento, a reportagem apresenta nomes e datas diferenciadas em relação aos jornais locais de oposição, que destacaram entre 1º e 3 de abril e atribuem a responsabilidade aos que consideram *comunistas locais*.

A este respeito vale também destacar os desconhecimentos de diversos aspectos do processo por *ruralistas* e jornalistas, que preferiam operar com oposição mais localizada ou mais reconhecível no campo de forças locais.

Sobre a composição dos trabalhadores que aderiram à ocupação também os dados são diversos. Do ponto de vista dos militantes locais, a composição acentuava a desqualificação empresarial dos usineiros que não cumpriam com tal função, alastrando desemprego e salários precaríssimos, inclusive operando em processos de expropriação das condições de vida de trabalhadores antes vinculados como *moradores.*

Do ponto de vista do jornalista enviado pela Ultab, as bases da legitimação dos atos que divulgou acentuavam a contraposição a segmentos mais amplos de *ruralistas.* Apontava, além das condições precárias dos trabalhadores da cultura canavieira, também o abandono de fazendas no norte fluminense, de qualquer modo uma das circunstâncias que operavam na construção da crença dos trabalhadores quanto aos direitos de ocupação e trabalho imediato com a terra.

A mobilidade dos trabalhadores, como advoga o jornalista de *Novos Rumos*, implicava consulta prévia, isto é, conhecimento das condições locais de trabalho e vida e das vantagens ou desvantagens em relação às formas de vínculo em que eles se encontravam afiliados ou desafiliados, batidos por desemprego. A análise do jornalista colocava assim em questão condições almejadas por trabalhadores que eram obrigados a abandonar as lavouras de subsistência, subjugando-se com toda a família ao regime salarial, de longe afastado de parâmetros definidos pelo debate em torno da aplicação do salário mínimo. Era de se esperar e projetar a possibilidade de esses trabalhadores e seus familiares operarem no sentido de repor as condições de vida e trabalho, especialmente em situação que acenava rupturas das tradicionais tutelas patronais.

O jornalista também retoma questões já consideradas, levando em conta a reação imediata e oficial das instituições estatais de definição de princípios hegemônicos de segurança pública. Destaco ainda da narrativa do jornalista a definição do outro como categoria sociopolítica, privilegiando os usineiros *vis-à-vis* os fazendeiros *tout court*.

Registra ainda o jornalista mais uma versão a respeito da ação do delegado de Campos e da intervenção intempestiva em dependências do sindicato dos ferroviários, tendo como pretexto encontrar o presidente da Liga dos Camponeses, João Guarda.

Passadas essas reações mais imediatas ou espetaculares, o jornalista acena com a constituição de ambiente menos tenso e os primeiros investimentos para criar as condições para instalação dos agricultores. Explicita na reportagem as formas de

organização interna e de constituição de relações de poder e autoridade legitimadas pelos ocupantes. Além disso, analisa a instalação oficial de sistemas de autoridade pela atuação de funcionários da Supra; e, complementarmente à ação oficial, enfatiza a importância da contribuição coletiva, segundo princípios de solidariedade de classe mas também humanitários.

Pela visita de operários navais, de militantes do PCB, de jovens vinculados à JUC, solidariedades políticas foram prestadas. Nessas ocasiões, celebravam-se não só as conquistas dos trabalhadores que lá se instalaram, mas as expectativas em relação ao projeto político que embalava a elaboração e execução das chamadas reformas de base. Da mesma forma, o reconhecimento da base parlamentar segundo os princípios de legitimidade de constituição do acampamento foi ainda colocado em destaque pelo jornalista, aludindo aos *deputados do povo*, entre eles Demistóclides Baptista e Adão Pereira Nunes (federais) e Afonso Celso (estadual) que, enfatiza, passou várias noites no acampamento do Imbé; e ao vereador campista Jacyr Barbeto (*o mais votado do Estado do Rio e que teve inclusive seu mandato ameaçado pela Câmara local*). Como esclarece, a ajuda dos deputados e do vereador foi fundamental para remoção do delegado (que recorrentemente praticava incursões na área do acampamento e Núcleo Colonial do Imbé), desmontando junto ao governo estadual *toda a trama de sabotagem urdida contra os camponeses*.

O jornalista termina a reportagem elaborando um balanço de contradições enfrentadas e que poderiam alterar as relações de força que se configuraram mais explicitamente após a ocupação, mas sobretudo após o decreto de desapropriação da terra em disputa (*Novos Rumos*, ano V, nº 221, Rio de Janeiro, 17 a 23/05/1963, p. 7).

7. Trabalhadores e *comunistas*: diferenciação e conflitos internos

Na medida dos limites possíveis, analiso alguns registros sobre a experiência local, inicialmente da *ocupação x invasão do Imbé*, posteriormente do Núcleo Colonial do Imbé. Contarei com a inestimável e generosa contribuição de Marcelo Ernandez, Renata Figueira e Binta Rodrigues, que, no ano de 2005, conseguiram ter contato com alguns dos *colonos do Imbé* que foram, em 1965, transferidos para o núcleo colonial constituído para tal fim, na gleba Vecchi, em Papucaia, Município de Cachoeiras de Macacu. Eles cederam o arquivo de entrevistas então realizadas para o grupo de pesquisa

Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988), do qual este texto é parte. Ainda autorizaram a utilização de uma série de documentos (relatórios, filmes, vídeos) acumulados no decorrer do trabalho de campo.

Nesses passados 52 anos (1963/2015) do evento *ocupação do Imbé*, diversas formas de perscrutação foram colocadas em prática, mas os resultados são tênues, em face das dificuldades para acesso a redes sociais de pertencimento; ou porque a maior parte dos remanescentes dessa experiência já se encontra falecida; ou ainda porque muitos se deslocaram para outros ambientes sociais, caso, por exemplo, daqueles que acompanharam filhos em mobilidade de inserção no mercado de trabalho. Outros tantos guardaram sobre a experiência algumas referências pontuais que limitam os desejos intelectuais e políticos de aproximação compreensiva dos fatos pelos pesquisadores.[18]

Estimular entrevistados na faixa de 80 a 90 anos, como é o caso daqueles chefes de família que participaram da *ocupação,* a comentar aquela experiência é lhes impor um recorte temporal e experiencial que nada tem a ver com as condições em que eles socialmente se constroem. A despeito de enfrentarem as limitações que a idade física ou biológica vai impondo aos homens, especialmente se nos iludirmos pela consideração dos dados como supostamente lembranças objetivas de memória, os entrevistados se apresentam por unidade do ser social. Desse modo só podem falar de si mediante concepções muito próprias da elaboração de temporalidades que lhes referenciam ou segundo a imagem que de si construíram em inúmeras experiências de interação social. Afinal, envelhecemos percebendo-nos como os mesmos.

Os ciclos de vida nas diversas temporalidades externamente formuladas se agregam por fios condutores que podem juntar o que enquadraríamos como presente e passado, como presente e futuro. Como afirma Marc Augé (2014), quanto mais tomamos idade, mais em nós se acumulam tempos diversos, diferentes passados, lembranças variadas. As lembranças podem ser jogadas na realidade do momento presente, demonstrando, assim, diferentes tomadas de consciência de nós mesmos. Acumulando diversos passados, cada um de nós saberá construir esse conjunto e essa unidade contextual, inclusive para reagir a definições exteriores, como a que nós, pesquisadores, imputamos, ao propormos ao entrevistado determinadas temáticas e emergência de propositivas lembranças e associações interpretativas de experiências de vida.

[18] Ver, por exemplo, Macedo e Corrêa, 2007, e Sigaud *et al.*, 2010.

Os dados aqui analisados se referem a vivências reelaboradas por incitação, 42 anos após o início da *ocupação* (1963/2005). Por conseguinte, estão sendo por nós retomados 52 anos após aquela delimitação temporal (supostamente inaugural) e dez anos após a realização da pesquisa aqui referida.

A contribuição fundamental que Marcelo Ernandez e colegas de trabalho de campo emprestam à elaboração deste texto só pode ser compreendida nos limites que eles traçaram para os objetivos da pesquisa que colocavam em prática. Desejavam eles, antes de tudo, conhecer as condições de participação de José Pureza na constituição do acampamento do Imbé e a que forma de organização correspondia a experiência social da *ocupação*. Eles seguiram a rede de informações localizando os acampados que alcançaram a condição de *colono*, situação mais facilmente viável pelo contato com os que foram transferidos do Imbé para o Vecchi. Somente levando em conta esses aspectos poder-se-á acompanhar o exercício que se segue: considerar rememorações individuais (por vezes familiares) elaboradas por provocação de pesquisadores.

7.1. Origem social dos entrevistados

Quanto à origem social dos *colonos*, os entrevistados fizeram referências aos designados *flagelados de Campos*, anteriormente habitantes em favelas situadas nas margens do rio Paraíba, atingidos por sucessivas enchentes no início da década de 1960. Segundo eles, no encerramento das atividades do Núcleo, os *flagelados* preferiram permanecer no município, havendo apenas dois casos desses colonos que se deslocaram para Papucaia. O conjunto de famílias, entre as acampadas e registradas na Supra, que aceitaram a proposta de deslocamento para Papucaia advém basicamente dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, bem como do norte do Estado do Rio de Janeiro. Todas enfrentaram processo de expropriação do acesso aos meios de produção assegurados por contrato de colonato, algumas delas já vivendo condições mais degradadas de vínculo, diante das dificuldades vivenciadas pelos fazendeiros para reprodução da cafeicultura nas condições socioeconômicas e técnicas então vigentes.[19]

No primeiro caso que tomo para exemplo, Seu Helio (85 anos) operava como tropeiro no deslocamento de produtos, tanto escoando café, milho e banana, como

[19] Esse processo de deslocamento foi bastante massivo, tanto que é possível encontrar famílias nessas condições em diversos outros casos de constituição pacífica ou conflitiva de formas de apropriação da terra (NEVES, 1999).

retornando com produtos necessários à subsistência dos colonos e fazendeiros. Pela descrição que apresentou quanto ao deslocamento para o Imbé, ele confirma análises por mim já apresentadas considerando toda essa região do norte do Estado do Rio e sul do Espírito Santo pela articulação dos mesmos princípios de ordenação de relações econômicas e políticas constitutivas da cafeicultura. Os trabalhadores mais especializados, como carpinteiros, marceneiros e ferreiros, circulavam de fazenda em fazenda aí localizadas, demonstrando nominalmente os fazendeiros e as fazendas, a diversidade e homogeneidade de situações. Muitos dos colonos puderam se valer de referências mútuas para transferir vínculos entre fazendeiros (NEVES 1997b, 2004).

O caso que Seu Helio representa corresponde a uma das alternativas constituídas para adesão dos trabalhadores do entorno da área de *ocupação*. Da leitura da entrevista concedida, depreende-se o percurso de mobilidade física possível naquele sistema de produção e trabalho, de início articulando fazendeiros e trabalhadores dedicados ao cultivo de café, banana e farinha de mandioca. Após o abandono massivo da cafeicultura, a banana foi alçada a um dos produtos principais entre os destinados ao mercado, complementando os meios necessários para o desenvolvimento da pecuária e da cultura canavieira.

Esta última foi estimulada pelo projeto de crescimento da Usina Novo Horizonte. Na década de 1960 ela ampliou a produção própria de cana e a concentração da propriedade privada da terra, bem como o número de trabalhadores, visto que, por ser região montanhosa, foi mais lenta a incorporação de instrumentos mecanizados para o processo produtivo. Destaco então que o redirecionamento da atividade produtiva se pautou em processo de concentração das propriedades agrícolas na região.

Seu Helio, constituindo-se como trabalhador de moralidade socialmente reconhecida para circular entre unidades produtivas agrícolas e agroindustriais, veio a alcançar a condição de colono no Núcleo Colonial do Imbé. No decorrer da entrevista, ele acrescenta outras informações cuja análise permite compreender os efeitos da diversidade de formas de afiliação. Neste caso, o deslocamento acompanha a expansão da cultura canavieira e da pecuária em fazendas localizadas na base da Serra das Almas, situação em que inicialmente ele se afiliou. Foi na condição de assalariado ou meeiro de fazendeiros (Elivelto e Fausto são os citados), cujas propriedades privadas eram relativamente vizinhas à área de Mocotó, que Seu Helio tomou conhecimento da *ocupação*, ou melhor, se integrou aos demais *colonos*. No entanto, como evoca

veementemente o entrevistado, isso ocorreu depois do ato revolucionário e da instalação da Supra, posto que ele se negou a participar de *invasão*.

Juraci (60 anos), considerado na sequência, veio com a família e alguns outros grupos domésticos do Estado do Espírito Santo. Ele faz referência a um fluxo migratório de tais famílias para a região da Baixada Fluminense, em busca de construção de novos vínculos produtivos em fazendas aí situadas. Solteiro e ainda jovem, ele optou por assegurar um lote de terra no Imbé, comparecer com certa sistematicidade ao local, mas vincular-se produtivamente segundo o fluxo de afiliações anteriormente já constituído. Na ocasião da transferência dos *colonos* do Imbé para o Vecchi, ele então se dedica com mais afinco à própria constituição como agricultor, situação, entretanto, assegurada após ou em concomitância a algumas experiências de trabalho assalariado.

Em situação de entrevista, Marcelo Ernandez e colegas da equipe de pesquisa insistentemente propunham a explicação das razões ou motivações pelas quais a decisão de se tornar um acampado no Imbé foi tomada. Diante das respostas dos entrevistados, tecerei alguns comentários a respeito das diversas situações que os casos representam. No caso de Seu Sebastiãozinho (aproximadamente 90 anos), ele destacou as alternativas abertas mediante circulação boca a boca de informações sobre a distribuição de terras. Ressalta-se, na elaboração da narrativa de Seu Sebastiãozinho, a construção oficial da autorização para se integrar ao acampamento. Não tendo esclarecido o nome do jornal pelo qual obteve a informação da *distribuição de terreno*, não se pode tentar entender essas formas escritas de mobilização. Mas o caminho seguido por ele e por um colega para se sentirem autorizados à apropriação do lote reafirma a crença em autoridades centralizadas que redistribuíam terra. A referência incide sobre João Goulart, mediante alguém no Palácio do Catete que por este falou, tornando-os portadores do *documento oficial* ou *papel* autorizando o acampamento.

Pela associação de sua chegada ao início de construção de casas (palha e estuque) no acampamento do Imbé, tudo leva a crer que a notícia por ele considerada foi circulada imediatamente após o ato de desapropriação da área, bem como da instalação de representantes da Secretaria Estadual do Trabalho e Serviço Social ou mesmo da Supra. Ele ressalta o até então impedimento de aberturas de clareiras para constituição de *roçado* no interior da mata. Essa prática foi politicamente considerada para o período anterior à desapropriação. Da mesma maneira, ele opera a referência à ocupação da casa do anterior administrador da fazenda, reconhecida como *sede, casarão* ou *casa-grande,* como ele

qualificou. Esta apropriação também só foi possível após aquele ato legal, quando os funcionários da usina abandonaram essa residência.

Segundo o entrevistado, eles, tão logo souberam do processo de redistribuição, tomaram aquelas providências administrativas e se encaminharam para o local da *ocupação*, pois temiam não mais encontrar lote de terra; e, com os demais presentes, também passaram a investir na construção de casas.

Reafirmando os princípios de crença na autorização oficial da concessão da posse, no decorrer da entrevista, ele nomeia os colegas e familiares com os quais constituiu um dos segmentos de *colonos* no Núcleo: Genio e Cleriel. A importância da nomeação pessoal dos colegas, assim como da autoridade central que, para Seu Sebastiãozinho, recaía sobre quem *tomava a dianteira das decisões*, leva este senhor, paradoxalmente, a atribuir a João Goulart a decisão do deslocamento de famílias para o Vecchi, de fato ocorrido nos primeiros anos do regime ditatorial.

Pela incorporação de mais um caso demonstrativo da diversidade de situações e motivações que referendavam a opção pelo acampamento, Marcelo Ernandez entrevistou um casal, ambos tendo se deslocado do Espírito Santo acompanhando algumas outras famílias. Também nesses casos, todos estiveram referenciados ao mesmo sistema de autoridade e crença na possibilidade de distribuição oficial de terras aos camponeses. A pessoa que agora encarnava a autoridade é Brizola, que supostamente teria aplicado esse princípio fora (Estado do Rio Grande do Sul) e estendido tais ações para o Estado do Rio. Pelas salvaguardas que o Seu Almerindo explicita, ainda diante do receio do tão mal propagado *comunismo*, ele destaca que o pai titubeou, mas apostou na alternativa vislumbrada no Imbé. Ressaltou Seu Almerindo que o pai acompanhou o fluxo de mobilidade constituído por tantos outros, exemplificando, entre os componentes desse deslocamento, Seu Sebastiãozinho, também entrevistado.

Pelas narrativas que naquele trabalho de campo foram construídas, julgo possível destacar a convergência de duas ações coletivas: a dos militantes do processo de resistência a despejos e de deslocamento das ações para ocupações antecipadoras ou pressionadoras de tomadas de decisão oficial pela desapropriação e aplicação do Plano de Ação Agrária ou de instalação da Supra (no caso, acompanhadas de apoio direto de militantes do PCB no plano local); e a dos camponeses que se encontravam *catando terra* ou, como um deles foi qualificado, *maluco por um terreno*, e que estiveram atentos a rumores, pagando para ver pelo engajamento familiar ou de diversos grupos domésticos na experiência do acampamento.

Até aqui atribuí ênfase às situações de adesão familiar e de grupos de trabalhadores alcançados por ações expropriatórias praticadas nos sistemas de produção canavieira e cafeeira. Contei para tanto, como venho destacando, com as contribuições prestadas por Marcelo Ernandez e equipe de trabalho de campo. A seguir incluirei a análise de outra situação de inserção, nesse caso de trabalhadores que assumiram o ato da ocupação coletiva. Para tanto, valho-me de informações obtidas em entrevista realizada por equipe de pesquisadores do projeto em causa neste texto, no ano de 2014, especialmente com Dona Roseli Borges, que no Imbé chegara aproximadamente aos 11 anos de idade, como neta de um dos principais líderes da ocupação: Satiro Borges.

A situação que a entrevistada representa ultrapassa as qualificações imediatamente adiantadas. Ela traz luz às articulações de diversas experiências de luta contra despejo de posseiros no Estado do Rio de Janeiro, encabeçadas pela Ultab, e permite a compreensão da *ocupação do Imbé* como desdobramento do malogro na luta dos posseiros na genericamente reconhecida Fazenda do Largo (São João da Barra).

Dentre as situações de conflito contempladas pelo Plano de Ação Agrária, figuravam as fazendas do Largo, Ponta do Largo e Atalho, em São João da Barra. Os desdobramentos dos conflitos, inicialmente na Fazenda Ponta do Largo, ampliam o número de contendores e os apoios institucionais a eles tributados. Parte da Fazenda Ponta do Largo foi concedida aos escravos libertos pela proprietária da época, Mariana. Com o passar dos anos, o número de famílias aumentou, todas tendo permanecido como agricultores de mandioca e legumes diversos.

A Fazenda do Largo, nome genérico que terminou por politicamente abarcar as demais, por essa amplitude alcançava 800 alqueires, dos quais 611 correspondiam àquela unidade propriamente. Embora desapropriada em 1960 para assentar 300 famílias de agricultores, os órgãos do governo estadual não puderam decretar a imissão de posse por demora no pagamento de parcelas ao desapropriado. Essa situação facilitou a continuidade dos atos agressivos dos grileiros.

Os conflitos que se sucedem indicam as dificuldades dos posseiros em reverter o quadro de tensão, até mesmo pelas implicações políticas das alianças constituídas entre os vizinhos considerados grileiros. Ações violentas como destruição de roças, cercas e casas, bem como impedimento de circulação dos posseiros na área tradicionalmente ocupada, eram patrocinadas por capangas amparados por policiais militares. Dentre os acusados grileiros, figuravam nomes de deputados como Simão Mansur e Saramago Pinheiro.

As formas de resistência dos posseiros contaram com apoio dos representantes da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro, com presença imediata de José Pureza, conforme comentários de entrevistados e depoimento deste líder (PUREZA, 1982). Contaram ainda com o apoio de todo quadro institucional que veio também assumir a *ocupação do Imbé*: Conselho Sindical de Campos, representação local do PCB. As lideranças dos posseiros acossados pelos grileiros também contaram com a simpatia de jornalistas do Município de Campos e da Cidade do Rio de Janeiro, tanto que esta situação é uma das mais noticiadas entre a década de 1950 e o golpe militar (*Última Hora, Luta Democrática, A Notícia* e *Monitor Campista*).

Reagindo às inúmeras agressões, o Sr. Satiro Borges, em defesa própria, terminou por balear um dos capangas do grileiro e se viu obrigado a refugiar-se em matas circundantes para evitar o próprio massacre. Por ocasião da *ocupação do Imbé*, ele foi integrado como liderança no acampamento, ali permanecendo até o golpe militar, quando veio a ser preso pela situação anterior à qual não respondeu criminalmente por ter permanecido como foragido, só posteriormente vindo a responder também pelo apoio político imediato a José Pureza. Os familiares do Sr. Satiro Borges permaneceram no acampamento do Imbé, até que foram transferidos para a gleba Vecchi. Tal como tradicionalmente na Fazenda Ponta do Largo, ele agregava família extensa, composta por irmãos e filhos e respectivas unidades conjugais, bem como alguns outros grupos domésticos violentamente expulsos da Fazenda do Largo. Por conseguinte, esse segmento de lavradores contribuiu decisivamente para os desdobramentos e conquistas alcançadas na *ocupação do Imbé*, figurando, conforme destacou a neta entrevistada, como *braço direito do Zé Pureza.*

Legitimando as ações das lideranças na *ocupação* para a tomada de decisão do engajamento na condição de ocupante, geralmente os entrevistados relativizavam os atributos do risco da empreitada de caráter *comunista*: de fato, segundo eles, não se tratava de *comunistas*, mas de pessoas que se empenhavam em *dar terra para os pobres* (mesmo que o nome por eles reconhecido para designar o processo fosse *reforma agrária*).

No decorrer do tempo da experiência em causa e no tocante à composição social dos *colonos*, vale ainda destacar a reafirmação do engajamento pela reprodução dos grupos familiares que se compuseram no processo, mediante a recorrente união conjugal dos filhos dos colonos entre si.

No próximo caso considerado, a rede de relações constitutivas do conhecimento sobre situações de redistribuição de terra se consignou pela articulação política das

diversas experiências de trabalhadores afiliados à Ultab. Volto a destacar as oportunidades abertas de reprodução intergeracional na mesma posição, tanto que o entrevistado, tendo se integrado a núcleo colonial situado em Nova Iguaçu, após o investimento produtivo dos *colonos*, veio a *comprar um direito lá*, isto é, pagar ao anterior ocupante o custo dos investimentos em trabalho. Logo após, repassou o *direito* à filha para instalação na mesma posição, e deslocou-se para tentar outra chance no Imbé.

Continuando a caracterização das famílias que aderiram ao acampamento no Imbé, integrarei as informações de Dona Maria Moura, também ex-trabalhadora no sistema cafeicultura, com deslocamento iniciado supostamente do sul de Minas Gerais, onde desde há muito se desenvolveu a exploração agrícola do café. Embora por motivos diversos, a considerar a especificidade das razões do abandono da terra por dois irmãos que davam prosseguimento à vida familiar e produtiva (diante do falecimento de todos os demais membros), a entrevistada acentuou o fato de a mobilidade de diversos trabalhadores pautar-se em referências vagas ao que ela qualificou como *sem destino*.

A economia cafeeira operava por princípios autárcicos, a despeito de ser atividade produtiva acentuadamente mercantil e visar basicamente à exportação do principal produto. Os trabalhadores se vinculavam (em tese) por tempo indeterminado e por previsão de reprodução intergeracional, se não na mesma fazenda, em fazendas que compunham o sistema socioprodutivo. As crises de reprodução dessa economia, enfrentadas pelos fazendeiros por abandono dos tratos culturais e expansão da pecuária, empurravam os trabalhadores para espetacular processo de migração, como demonstram os casos aqui citados.

A (supostamente) confirmar as interpretações que estou elaborando, conto com a contribuição de Dona Maria Moura e seu esposo, destinados a migrar para Jacarepaguá, mas que, no caminho, encontraram outro trabalhador (Francisco Faria), nesse caso, embora diferente, com destino previamente definido: integrar-se à *ocupação no Imbé*. Ambas as famílias advinham da relação com a produção cafeeira no Estado do Espírito Santo. O casal que convidara Dona Maria Moura e esposo a acompanharem outros grupos domésticos, que de lá já haviam se instalado no Núcleo Colonial do Imbé, confirmava notícias de que, nessa região, estava-se *loteando terra*.

Em outro contexto da entrevista, melhor situada em termos temporais para definir sua chegada ao Núcleo por eventos para ela marcantes, Dona Maria Moura qualifica sua integração logo após o golpe militar, desde que levadas em conta as considerações por ela destacadas de que os *presos estavam de volta* e *alguns ainda se encontravam presos*.

A partir de informações de outros participantes da *ocupação*, com exceção das lideranças publicamente vinculadas ao PCB, os colaboradores mais diretos na organização do acampamento estiveram presos na Cadeia de Campos entre três e oito meses. Dona Maria Moura, a despeito dessa precisão, reafirma as dificuldades de, 50 anos após o golpe militar, localizar os que sofreram violências, porque dotados apenas de personalidade pública entre os pares. Sendo socialmente qualificados em plano vicinal, pelo reconhecimento assegurado por relações personalizadas, de proximidade e confiança, são assim por ela nomeados dois acampados que estiveram presos: Paixão e Zezé (pai de Ivana).

7.2. Os trabalhadores e os presos (políticos)

Quero ainda destacar uma clivagem fundamental na qualificação social das formas de inserção dos que, em diferentes momentos, participaram da constituição do acampamento ou do Núcleo Colonial do Imbé. Os que foram alcançados pelos pesquisadores haviam se submetido a intervenções ideológicas no sentido da demonstração de total desvinculamento com os objetivos qualificados *comunistas*. A partir do golpe militar, os que se integraram ao Núcleo, deveriam fazer prova de bons antecedentes, obtendo da polícia (instituição relativamente indefinida, mas condição nem sempre equivalente para os que a nomeiam) declaração correspondente. Portanto, novas clivagens tornaram-se fundamentais na definição social da posição e das motivações dos que se integravam ao Núcleo, operando pela negação plena daquelas que animaram muitos dos que inicialmente aderiram ao acampamento. Os recém-chegados e os que permaneceram deveriam fazer prova da desvinculação ideológica com os que organizaram a *ocupação.*

Independentemente dessas ações posteriores ao golpe militar, isto é, no contexto de redefinição política institucional do Núcleo Colonial do Imbé, durante a anterior intervenção policial à procura de *comunistas*, todos, salvo incapacidade de demonstração ou de desrespeito à autodeclaração, deveriam encontrar meios para dar provas do distanciamento. Muitos deles, correspondendo ao estereótipo de *inocentes úteis*, *povo bobo*, afirmavam que nada entendiam de *comunismo*. Essas comprovações ideológicas não eram de difícil argumentação, porque a maioria dos participantes era levada à inserção por outros objetivos e princípios de legitimidade, como venho demonstrando. Identificavam-se à crença de que ocorria redistribuição pacífica de terra ou *loteamento de*

terrenos que, na falta de autoridade legítima, legal ou atribuída, eles próprios não tardavam a condecorá-la, todavia, então no contexto da entrevista ou de reelaborações coletivas. Nesses exercícios políticos de atribuição de legitimidade ao exercício da autoridade, eles eram muitas vezes levados pela crença no líder carismático, sem considerar a base ideológica e política que permitia as condições de construção da liderança para esses atos excepcionais.

Além desses aspectos, ressalto que as concepções atribuídas aos designados *comunistas* eram de tal ordem desumanizantes que as construções quase sempre eram fantásticas ou fantasmagóricas, mas pouco explicitadas, objetivadas ou encarnadas. Para a imprensa local, os *comunistas* eram quase sempre caricaturados com homens *barbudos* e altamente armados, *dotados de metralhadoras* etc., em referência ao projeto político de adesão à construção do socialismo, especialmente em Cuba. Como os trabalhadores interessados em obter um *terreno* não os encontravam segundo as caricaturas previstas ou fantasmagoricamente anunciadas, eles relativizavam tais pressuposições ou se pautavam em outras próprias, afirmando que lá *as pessoas não eram comunistas*, mas *apenas queriam ajudar os pobres*. Por essa crença, abundavam os exemplos de engajamento legitimado na *ocupação*. E para os que demonstraram atento cuidado na identificação dos *comunistas* no acampamento, esses eram colados a comportamentos que designavam como *brabões* (quem demonstrava radicalizada capacidade de luta e uso de violência física, inclusive assassinatos).

Ainda em desqualificação do pressuposto ambiente do acampamento por tensões e conflitos abertos, Seu Almerindo, em resposta à pergunta de Marcelo Ernandez, que indaga sobre pressões de fazendeiros, demonstra que estes se mantiveram presentes em fazendas vizinhas. Dentre estas, a Fazenda *Opinião* era uma das mais citadas, mas principalmente o nome dos fazendeiros (como já exemplifiquei). Evoca então as diversas referências a trocas entre os colonos ou acampados e os fazendeiros vizinhos, estes últimos reafirmando papéis consagrados pela dominação personalizada: empréstimo de caminhão ou outro meio de locomoção para socorrer familiar doente e desatolar veículos; construção de vínculos de trabalho assalariado ou por empreitada; concessão de área para constituição de sítio de cultivo de laranja em parceria; além de aproveitamento de caminhão que se dirigia até a área para transportar lenha e palmito, produtos de trabalho extrativista, inclusive dos próprios *colonos*.

Marcelo Ernandez, aproveitando a referência do entrevistado à participação do Partido Comunista nas lutas sociais levadas a efeito na reafirmação do direito de

lavradores em Pedra Lisa, procura compreender como o interlocutor, nessa situação, percebeu tal presença mediadora. Das informações prestadas pelo entrevistado, quero acentuar a continuidade entre práticas de lideranças constituídas na contextual luta pela terra e, no caso do Núcleo Colonial do Imbé, ainda que precariamente, o apoio político que, após o golpe militar, foi oferecido por dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, lá instituindo representação delegada. Este apoio foi fundamentalmente importante quando, segundo o entrevistado, os funcionários da Supra foram retirados dessa unidade de intervenção estatal. Nesse contexto liminar de reconhecimento de ausência de autoridade oficial, o entrevistado, talvez por ser detentor de experiências mais amplas ou por manter rede de relações com representantes de outros casos de construção de núcleos coloniais (relativamente suspensos no período pós-golpe), constituiu-se em liderança neste novo contexto. Entretanto, não sem insistir na advertência de que não era *comunista* ou contagiável por atributos correspondentes a essa posição política e ideológica. Definiu-se respondendo a anseios e projetos de colegas remanescentes que se retiraram e retornaram, quem sabe, para assegurar o direito à instalação em lote situado em outra unidade de ação institucional oficial. Constituiu-se, como demonstra, em principal mediador no projeto de deslocamento dos colonos do Imbé para Papucaia.

Quanto à relação dos colonos com representantes do Partido Comunista, Marcelo Ernandez interroga Seu Cleriel, que se contrapõe, revidando supostamente uma compreensão atribuída de modo negativo ao comportamento de *comunistas*. Fazendo referência a caricaturas e reificações, Seu Cleriel explica jamais ter participado de qualquer fato que comprovasse as suspeitas. No entanto, adverte que todos se precaviam de expressar atributos e atitudes identificáveis como *comunistas*. A partir desses raciocínios e diante das propostas de reflexão apresentadas por Marcelo Ernandez, Seu Cleriel sintetiza a identificação de *comunista* para quem se encontrava afiliado ao Partido Comunista; todavia, só amplamente reconhecida se participasse de promoção de distúrbio e desrespeito à vigente definição de ordem pública.

Todos os entrevistados demonstraram desconhecimento ou irreconhecimento da presença de Zé Pureza no acampamento, no máximo se referindo a visitas descontínuas desta liderança no Núcleo Colonial do Imbé, até porque, é de se supor, ele se encontrava vinculado à organização política mais geral (MACEDO; CORRÊA, 2007).

Refletindo sobre a diferenciação e os conflitos internos ao acampamento, alguns entrevistados fizeram referência a tensões, por vezes exacerbadas, diante da diferenciação de engajamentos políticos e, ao final do processo, diante da recompensa àqueles que

negaram responsabilidade imediata com a organização da *ocupação* ou apoio direto às lideranças. De outro modo, também se justificavam pela ausência de condições objetivas para participação política na gestão de estratégias e recursos para consolidar o projeto de reforma agrária previsto pelas lideranças no pré-64.

Correlacionando alguns comentários sobre essa questão, é possível concluir que, por rumores e críticas comportamentais, construiu-se, pela antítese da regra, um modelo ideal de integrante: que se ocupava de tarefas coletivas, que se engajava na luta, para além de se dedicar disciplinadamente à produção agrícola, que não saltitava em afiliações a múltiplas oportunidades de trabalho, fidelizando-se ao movimento de luta pela objetivação do projeto político de consolidação enquanto agricultor parcelar. Os comportamentos diferenciados entre os acampados eram geridos por acusações fundadas em rumores, incidindo no reconhecimento de que um colega procurava prejudicar outro *fazendo macumba*, mas principalmente operando prática de violência sobre os bens acumulados pelo desafeto: soltar o gado da corda, impedir passagem de água por riachos, discordar da pesagem da produção de cada colono na entrega à cooperativa etc. E até mesmo a suspeita de que o companheiro armava tocaia para o assassinato do desafeto.

Seu Almerindo, fiel admirador de Brizola, reage à definição do comportamento deste por aqueles atributos negativamente colados ou naturalizados para os chamados *comunistas*. Por isso, enfaticamente ele se apresentou ao administrador do Núcleo como um *trabalhador* em busca de condições de reprodução social na posição. Por esses destaques, insiste na demonstração de sua entrada no Núcleo após o golpe militar (ou momento da *limpeza dos comunistas*). No entanto, o conhecimento de nomeações locais e personalizadas dos que *foram presos* ou *apanharam*, como eles reafirmaram, se não indica a condição de testemunha ocular, assegura que o tema foi intensamente reproduzido, e os castigos e violências altamente relembrados e dramatizados. Quase todos os entrevistados comentam as agressões como se estivessem presentes, mas negam essa condição quando convidados a precisar quem apanhou e como se deu tal ação violenta. Nesses termos, todo o conhecimento produzido sobre a experiência da *ocupação do Imbé* se fundamenta em rumores ou no "ouvi dizer, mas não vi".

Para os entrevistados, uma diferenciação política foi fortemente reconhecida: os *trabalhadores* e *eles lá*, categorização esta que podia então encobrir os chamados *comunistas* pela antecipada ressalva da distância física e social, os gestores do processo de ocupação e implantação do Núcleo e, mais imediatamente, *os que foram presos e apanharam.*

Valorizando o papel dos chamados *trabalhadores*, Seu Almerindo exaltou o produto deste trabalho imediato e prático. Salvo os que foram *postos para fora* diante de objetivos qualificados como proselitistas, os categorizados *trabalhadores* construíram um patrimônio de tenacidade, provisoriamente demarcado nos plantios que lá deixaram. Demonstraram assim que, mesmo diante de tantas adversidades e crises pontuais de abastecimento, por efeito de fenômenos naturais e falta de estrada para circulação de mercadorias, eles puderam contar com momentos de *fartura:* de peixes, de caça, de frutas, de mandioca e farinha; puderam constituir pequenos patrimônios objetivados especialmente em algumas cabeças de gado.

Distinguem-se ainda Seu Almerindo e seu pai, chefe do grupo doméstico, asseverando que não se constituíram em *invasores* porque foram convidados, pressupostamente por funcionários da Supra, e assim autorizados a receber um lote previamente demarcado. Operando com a representação reificada de *comunistas*, nesse caso figura dotada de atributos translúcidos e visíveis, Seu Almerindo reafirma nunca tê-los visto, até porque, explica ao pesquisador, havia uma divisão de trabalho: político e produtivo. Os *trabalhadores* se encarregavam de plantar, colher e possivelmente vender algum excedente, enquanto as lideranças do movimento, *eles lá*, contavam com delegação local constituída por alguns lavradores, considerados, nesses casos, *braços fortes de Zé Pureza* ou *dos mandões*.

As razões dos conflitos entre os *trabalhadores* e os chamados *comunistas*, mas sobretudo entre os primeiros, especialmente pelas ressalvas da autorização de entrada pelos gestores locais da Supra, permitem-me afirmar que, *após limpeza dos comunistas*, no imediato pós-64, ocorreu e teve continuidade a redistribuição de terra pelo governo militar.

A inserção de *trabalhadores* após o golpe militar, no entanto, se fundamentou, suponho para diversos dos casos, na apropriação do trabalho alheio, objetivado na contextual patrimonialização do acampamento pela construção de casas, roças e pomares. Estes recursos foram aproveitados pelos que vieram a se integrar supostamente sem risco político. A apropriação de trabalho dos colegas (presos ou que abandonaram o acampamento por conta da violência policial) foi então banalizada, porque concebida como ato sobre o qual os que incorporaram os produtos do trabalho assim objetivados não se consideravam responsáveis. Em entrevista, os que realizaram tal apropriação se apressavam em destacar que, no caso daqueles colegas que, saindo da prisão, voltaram a residir no Núcleo Colonial, tais bens foram restituídos. Mas essa apropriação também

ocorreu pelos que já se encontravam instalados e se valeram da vacância de lotes e casas dos que foram presos, geralmente os ocupantes do primeiro momento, para alcançar melhor localização diante de riscos de inundação e proximidade com centros de poder que o *casarão* monumentalizava.

Dona Maria Margarida se refere a diversas incursões policiais que se sucederam. Como quase todos os lavradores, especialmente os homens, do Núcleo Colonial do Imbé se escondiam nas matas adjacentes, antecipando-se ou na chegada dos agentes policiais, estes sempre supunham que alguns poderiam ter escapado ao cerco. Por isso praticavam incursões inesperadas e, segundo alguns dos entrevistados, sobrevoavam o espaço tentando identificar outros deles considerados cúmplices. Por todas essas razões, internalizar comportamentos de total negação de vínculo com o que ou quem supostamente seria qualificado *comunista* era estratégia fundamental para preservar o projeto de apropriação de lote produtivo de terra.

Os entrevistados em grande parte argumentaram a concorrência entre eles a partir de rumores ou formas constituídas e justificadas de prevenção, adotando assim como mais uma estratégia colar atributos por personalização. Esta forma de representação e ação fica evidente na referência a Zé Pureza. De fato, como veio a se tornar de conhecimento público, inclusive por depoimento do próprio líder, no dia do golpe militar Pureza fugiu do Núcleo Colonial do Imbé, onde se encontrava, evitando a prisão imediata; e só veio a ser preso tempos mais tarde, mas por decisão própria de se apresentar às autoridades policiais no Nordeste (PUREZA, 1982). Os entrevistados incorporaram os mesmos atributos desabonadores e desqualificadores projetados para as práticas das lideranças, consideradas subversivas e desrespeitosas das leis do país. Assim concebendo, justificaram porque eles foram poupados e as lideranças foram submetidas a violências físicas e prisões pela ação repressiva dos representantes do golpe miliar. Nesses termos, à clivagem *trabalhadores* e *eles lá,* eles superpõem ou associam: *povo inocente ou trabalhadores versus os que foram presos ou apanharam da polícia*. Considerando a impositiva distinção constituída no bojo do processo de repressão, em qualquer momento de entrevista houve pressuposição de injustiça nesses atos de violência, salvo, por espírito humanitário e cristão, demonstração de piedade pelo sofrimento da vista ou da imaginada agonia e humilhação.

Certos interlocutores, adotando formas de julgamentos criminalizantes, além de diferenciarem a composição do acampamento/núcleo colonial entre *invasores* (dentre eles, *os mais brabões*) e *o povo bobo* (constituído de *inocentes ou ignorantes chefes de*

família, integrado pelo afã de trabalhar e se constituir autonomamente), também assumiram concepção elaborada em contraposição a avaliações coletivas, mas se referindo às condições de vida e de subordinação que enfrentaram diante de autoridades arbitrárias do fazendeiro.

O sistema de crenças pautado na organização do mundo social por autoridades externas que lhes impõem a internalização das condições de subordinação também orientava muitos deles a não definirem ou não diferenciarem as supostas autoridades oficiais. Por esses esquemas de pensamento, o Incra, como instituição coordenadora de programas de redistribuição de terra, encobre o reconhecimento de todas as outras que a antecederam, inclusive as extintas por terem sido criadas em outros contextos e/ou terem os dirigentes tentado colocar em prática algumas das medidas preconizadas no pré-64. O reconhecimento generalizante do Incra dificulta qualquer oportunidade de apreender diferenciadamente outras instituições que lá também atuaram, negando mesmo a presença da Supra, apenas identificada pelo funcionário local ou que participou da transferência dos colonos. Ainda por estes princípios lógicos, há imensas dificuldades de identificar oficialmente os chamados *invasores* e os que eram *comunistas porque foram presos e apanharam.*

Da avaliação dos entrevistados também é possível pressupor certo mal-estar dos dirigentes sindicais ou lideranças locais com os que ali vieram a se instalar orientados por outros objetivos e que se dedicavam arduamente ao trabalho, porque desejavam afirmar a autoridade de chefe de grupo doméstico. Qualificando-se como *trabalhadores*, a distinção se pauta na contraposição entre trabalho manual e imediatamente produtivo e aquele devotado à prestação de serviços de representação delegada e de ação coletiva e política. Aqueles *colonos* geralmente eram avessos ao tempo considerado perdido com o trabalho de formação política. Seu Helio exprimiu a reação reclamando que *os mandões*, termo cujo conteúdo deslegitima formas de autoridade irreconhecidas e abusivas, *ficavam falando, falando, repetindo a mesma coisa*; *ficavam lá com eles com muita conversa.*

A *limpeza policial* que excluiu todos os colonos suspeitos de vínculo e prática de ideologia comunista (geralmente homens) também incutiu ânimos mais serenos naquele espaço social. A despeito das reclamações decorrentes das constantes inundações e dos sofrimentos derivados da falta de recursos de assistência médica, carência mais dramática diante da morte e enterro de pessoas que lá se encontravam, em todo o contexto da *ocupação do Imbé*, as condições sociais de vida foram qualificadas por instigadora oposição com a abundância de caça e de pesca, de alternativas de venda de palmito e, em

certas condições, da madeira obtida pela derrubada de partes da mata para constituição das roças, da fartura de frutas.

As mulheres se encontravam em situação de maior proximidade com as lideranças nos diversos momentos aqui delimitados. Elas comentaram a divisão de trabalho sexual que a elas era atribuída: no *casarão*, preparar o café para visitas e pessoas em reunião; como também subdividir os alimentos que lá chegavam para redistribuição.

Das informações prestadas pelos entrevistados pode-se supor a adoção de formas de organização social e administrativa por eles reconhecidas. Após o golpe militar, tudo indica ter sido instituída uma cooperativa para compra e venda de produtos. A despeito das dificuldades de adoção de periodicidade oficial, Seu Almerindo a ela se refere pela eficácia. E o Seu Hélio, pelo espírito crítico, narra episódio de confronto com Seu Manequinho, ao retornar da prisão e reassumir como *mandão* a cooperativa. Nesse caso então, é de se supor que a cooperativa foi criada em momento anterior ao golpe militar.[20]

Para interpretações dos dados sobre os primeiros momentos da ocupação, restam sempre as informações prestadas por Pureza (1982). Os lavradores acamparam em sítio de pequeno produtor, mantiveram-se em expressão ritualizada da apropriação, mas sem tocar na área alegada ser da usina ou supostamente de outrem, enfim, ainda em processo de reclamação quanto à apropriação legal e legítima. Os levantamentos realizados por órgãos do Estado do Rio de Janeiro para demarcação do perímetro a ser desapropriado incluíram o *casarão*, como já destaquei, desde então apossado: inicialmente pelas lideranças da mobilização que propiciou a *ocupação*, mas depois, e concomitantemente, pelos funcionários da Supra. O *casarão* também representou um alojamento provisório para recepção dos *lavradores* que para lá posteriormente se dirigiam buscando lote de terra. Essa situação foi classificada como *abrigo inicial*, designação utilizada para se referir ao período de permanência na *casa-grande*.

No pós-golpe militar, os colonos se mantiveram por dupla orientação: dos funcionários da Supra e do STRC. Os entrevistados recorrentemente qualificam-no como *um sindicato rural localizado na cidade* (de onde também atuavam os dirigentes), todavia reconhecido entre os *colonos* pela presença de *delegado sindical*, prática comum dos gestores dos sindicatos dos trabalhadores do sistema sucroalcooleiro. Seu Cleriel, por contraste, ainda o distingue do *sindicato meio subversivo*, do *pessoal comunista que*

[20] Essa cooperativa e a respectiva capacidade de apoio à instalação dos colonos foram recorrentemente citadas pelos assentados do Projeto de Assentamento Novo Horizonte como recurso legítimo para garantir o progresso do assentamento e dos assentados.

invadiu lá, daquela época, ou seja, anterior ao golpe militar. Reconhecendo a presença de duas fontes de comando e orientação, o entrevistado avalia sistemas hierárquicos constitutivos dessas autoridades, sinalizando que os dirigentes do sindicato não faziam reunião e não interferiam.[21]

Mantém-se entre os entrevistados a distinção entre punidos e poupados; as lideranças administrativas e os *trabalhadores*, isto é, os que lá permaneceram e deram continuidade ao processo produtivo para atender à subsistência da família.

8. Por uma conclusão provisória

Ressalto então as dificuldades para alcançar um dos objetivos desta pesquisa: clamar por justiça social e reconhecimento político das ações quando as lideranças são designadas por apelidos e prenomes, ainda mais no diminutivo: *Baianinhozinho*, por exemplo. E destaco o peso disciplinar da violência como repressão fundamental a qualquer outra mobilização imediata em defesa dos objetivos negados pelo golpe militar: *Arrebentaram eles no pau. Arrebentaram no pau! A polícia botou eles pra fora*.

Em atenção aos objetivos da construção deste texto, destacaria o quanto as demandas de conhecimento orientadas por valores construídos no bojo da defesa de justiça social e reparação de violação de direitos humanos pouco podem alcançar os que anonimamente fizeram parte da *ocupação*. Embora os participantes não se adotem como exemplos de vítimas de ações violentas da repressão militar, citam, com a veemência de testemunhas visuais ou do ouvir dizer, as pancadarias generalizadas, as apressadas fugas dos homens para o interior das matas, a covardia dos policiais. Os que não sofreram efeitos diretos e violentos da repressão, porque não foram considerados *cabeças da subversão*, assim se posicionaram pelo aprendizado da contraposta disciplina e da identificação pública a outros princípios de constituição da própria experiência no mundo. E os que foram citados como tendo se submetido a intensas violências físicas são inalcançáveis para produzir interpretações, por serem identificados por nomeação própria

21 Nesse aspecto, retomo o comentário de que o sindicato, que ele qualifica *subversivo*, só foi oficialmente reconhecido nos primeiros dias de abril de 1964. Portanto, operava como instituição local e no espaço de representação da rede de dirigentes das diversas situações de conquista da terra e em reuniões recrutadas por dirigentes da Ultab.

ao mundo de relações interpessoais, ou seja, apelidos ou primeiro nome: Manequinho, um Baianinhozinho, Agostinho, Daniel, Paixão e Zezé (pai de Ivana).

São, pelos próprios pares e tão somente por eles, assim reconhecidos:

> – Teve um cara lá que apanhou muito e muito. Pernambuco ou Baianinho ficaram presos, sofreram muito, apanharam muito, depois eles soltaram.
> – Quem era Pernambuco?
> – O nome dele eu não sei. Ele era conhecido com esse nome. Teve o Manequinho. Depois que voltou da prisão, ficou por lá. Chorou muito porque perdeu a terra, perdeu o trabalho dele, mas ainda quis dar ordem para cima da gente...! (Helio, 85 anos, entrevistado por Marcelo Ernandez e equipe, no Vecchi, maio de 2005).

Que a abertura dos *porões da ditadura* seja mais ampla, tornando públicas as ações sobre os que não foram imediatamente reclamados, procurados ou oficialmente visitados; que ela permita, um dia, a esses anônimos fazer justiça, nem que seja pela construção de formas e eventos de valorização da história de lutas por eles empreendidas, ou, até mesmo, não empreendidas, mas, mesmo assim, culpabilizados por suspeitas de *colaboração na organização comunista.*

Os reconhecimentos das glórias e das violências recaem sobre os militantes políticos oficialmente engajados na objetivação de projeto de reforma agrária, situação especial vislumbrada para *ocupação do Imbé*. Eles foram denunciados pela Primeira Auditoria de Marinha, conforme documento assinado por representante do Ministério Público (Supremo Tribunal Federal – Delegacia de Polícia de Campos), que lista os previamente seguintes acusados:

1) Jacyr da Silva Barbeito: brasileiro, casado, ferroviário, nascido em 1º de abril de 1926, natural de Minas Gerais, filho de Monclair Barbeito e Maria da Silva Barbeito. *Comunista notório, liderava a eclosão de greves ilegais em Campos, tomando parte efetiva em todos os movimentos subversivos, tendo estado na Rússia e países comunizados (Incurso nos artigos (...) da Lei de Segurança).*

2) Almirante Costa: brasileiro, casado, nascido em 11 de julho de 1918, filho de José Silvano da Costa e Josefa de Souza Leal, industriário, natural do Rio de Janeiro. *Organizador de greves incitando a subversão nas usinas, apoiando acintosamente a invasão de terras, firmando piquetes de greves em Campos (...).*

3) Tarcísio Tupinambá: brasileiro, casado, natural do Maranhão, filho de Antonio Rodrigues Gomes e Victoria Tupinambá, funcionário público, *membro do PCB,*

comunista militante, organizador de greves políticas com os demais denunciados, promovendo agitações para melhor servir a sua ideologia (...).

4) Adão Pereira Nunes: brasileiro, casado, médico, nascido em 21 de janeiro de 1909, filho de José Pereira Nunes e Francisca Pereira Nunes. *Era um dos líderes provocadores da região, fazendo parte do CGT, Ligas Camponesas.*

5) João Urbano de Araújo: brasileiro, casado, filho de João Pereira de Araújo e Carolina de Souza Araújo, *suscitava entre os lavradores, invasões de terras no Imbé, provocando um ambiente de terro(sic) entre os homens do campo.*

6) José das Dores Sales: brasileiro, filho de Amaro das Dores e Antonia Gonçalves Sales. *Agitador em meios dos lavradores das Usinas de açúcar, promovendo o (ilegível) incitamento a subversão, percorrendo as Usinas para o estabelecimento de pânico e agitação.*

7) José Pureza da Silva: brasileiro, filho de Joaquim Pureza Filho e Deulalina Pureza da Silva, casado. *Comunista por demais conhecido pelos seus atos inequívocos, tido e havido como um líder e autor de atos de incitamento à invasão de terras e agitações nos meios dos lavradores.*

8) Delson Gomes de Azevedo: brasileiro, viúvo, natural do Estado do Rio, filho de Antonio Gomes de Azevedo e Josefa Henrique Pessanha. *Agitador conhecido no Município de Campos, distribuidor de panfletos subversivos, agitador e incitador de greves (...).*

9) Antonio João de Faria: brasileiro, casado, lavrador, natural do Estado do Rio, filho de João Menoal de Faria e Antonieta Clara da Encarnação. *Comunista declarado de tradição, tesoureiro do Conselho Sindical, agitador no Município de Campos, instigador de greves políticas, inclusive a da Santa Casa de Campos.*

10) João Bento Leite: brasileiro, construtor de obras de Campos, ex-candidato a Vereador no Município de Campos, mas sem qualificação nos autos. *Agitador por demais conhecido e que sempre foi elemento de frente nas greves que agitavam o Município, inclusive na realizada na Prefeitura. (...).*

11) João Baptista Coelho: brasileiro, guarda-freios, filho de Elias Gonçalves Coelho e Edoama da Conceição. Era chefe político em Itararé, Campos. *Agitador, participando de reuniões subversivas na casa do denunciado Jacyr Barbeito, conhecido como João da Guarda (...).*

12) Olavo Marins: Motorista, brasileiro, sem qualificação nos autos, conhecido agitador de Campos. *Orientador de greves. Fez Profissão de Fé Comunista, sendo fundador do P.C. de Campos. Ex-motorista da indústria de açúcar. Foragido (...)*

13) Paulo Valente: brasileiro, jornalista, sem qualificação nos autos. *Um dos principais agitadores de Campos e terras do Imbé. Tendo num comício incitado o Povo a incendiar os canaviais. Pregou a violência. Requisitou as passagens para que dezenas de Fuzileiros Navais comparecessem em Campos nas terras do Imbé. Orientado pelo Almte. Aragão (...).*

14) Raulino Mesquita: brasileiro, filho de Raul Mesquita e Fenebrina Mesquita, nascido em 18 de agosto de 1932(?). Secretário de Adão Pereira Nunes. *Sua folha de agitador comunista é extensa, tomando parte de modo inequívoco nas agitações que tanta infelicidade causou ao Estado* (BNM digital 135. Brasil Nunca Mais digital, consulta realizada em agosto de 2014).

Referências bibliográficas

AUGÉ, Marc. *Une ethnologie de soi*. Le temps sans âge. Seuil, 2014.

BRASIL. *Coleção de Leis do Brasil* de 31/12/1938 – v. 4; CLBR v. 4.

CARVALHO, Waldir P. *Campos depois do Centenário*. Volume 2, Campos, Damadá Artes Gráficas e Editora Ltda, 1995.

CASTRO MAYER, D. Antonio de *et al. Reforma agrária – questão de consciência*. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1961.

FAIZANG, Sylvie. *La relation médecins-malades: information et mensonge*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006 (Coll. Ethnologies).

GOMES, Delso. *História do Partido Comunista em Campos*. Campos: Jornal Dois Estados. 2000.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional), Rio de Janeiro, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo Agropecuário – Recenseamento geral de 1940. Rio de Janeiro, 1940.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo Demográfico de 1960. Rio de Janeiro, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Recenseamento geral de 1950. Rio de Janeiro, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Recenseamento geral de 1960. Rio de Janeiro, 1960.

MACEDO, Marcelo Ernandez, Corrêa, Elisa F. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. *Estudos Sociedade e Agricultura*, volume 15, nº 2, 2007.

MARX, Karl. *O Capital*, vol.1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

NEVES, Delma Pessanha. *Engenho e Arte – Estudo do processo de subordinação da agricultura à indústria na região açucareira de Campos – RJ*. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS/UFRJ, 1988.

NEVES, Delma Pessanha. *Por trás dos verdes canaviais*. 1. ed. Niterói: EDUFF, 1989.

NEVES, Delma Pessanha. Os trabalhadores tangidos pelo gado. Revista *Tempo*, PPGHistória- UFF, v. 4, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista*. 1. ed. Niterói: EDUFF: 1997a.

NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas*. 1. ed. Niterói: EDUFF: 1997b.

NEVES, Delma Pessanha. *Do Imbé, novos horizontes*. 1. ed. Niterói: Intertexto, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. *Defesa civil e gestão intermunicipal em áreas de cafeicultura*. Relatório de pesquisa encaminhado ao Programa de Pós-graduação em Defesa Civil e Segurança Pública, Universidade Federal Fluminense, 2011. (mim.).

NEVES, Delma Pessanha. Remanescentes de quilombolas em múltiplas dimensões. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais. O caso das terras de quilombo no estado do Rio de Janeiro*. 1ª ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2012, p. 218-272.

NEVES, Delma Pessanha. Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. In: MARIN, Joel O. B e NEVES, D. P. *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Universidade de Santa Maria, 2013.

PARMIGIANI, Élio. Eles são os donos da terra. *Novos Rumos*. Ano V. Rio de Janeiro, 17 a 23 de maio de 1963, nº 221, p. 7.

PESSANHA, Yvan Senra. Campista. Nem fiado, nem à vista. A saga dessa gente que não se vende. Niterói: Imprensa Oficial, 1999.

PUREZA, José. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

SEAF. Secretaria de Assuntos Fundiários. *Atlas fundiário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Seaf/ITC, 1991.

SIGAUD, Lygia, ROSA, Marcelo, MACEDO, Marcelo Ernandez. *Ocupações e acampamentos. Estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960–2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1979.

Capítulo 9

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes e a luta por direitos na ditadura (1964-1985)

Marilda Villela Iamamoto[*]
Ana Maria Almeida da Costa[†]

1. Introdução

Este texto trata das lutas dos assalariados rurais, conduzidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, pioneiro na luta por direitos dos trabalhadores da agroindústria canavieira.

O propósito é tratar a luta por direitos, especialmente os trabalhistas, como arena de disputas entre interesses de classes e de estratégias de organização político-sindical pelos trabalhadores assalariados canavieiros no embate com o poder dos usineiros e do Estado, no Norte Fluminense, no período ditatorial (1964-1985). Pretende-se atribuir visibilidade às iniciativas contra a violação dos direitos e salientar como elas contribuíram para a formação política dos trabalhadores como classe. Para tanto, ressalta-se a importância do embate jurídico na defesa dos direitos apropriados por dirigentes sindicais e intelectuais (especialmente advogados) que atuaram na assessoria jurídica e política ao movimento sindical.

Privilegia-se, assim, a gestão de José Carlos de Souza Freitas (1974-1984) na direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC). Mas são resgatados antecedentes históricos da atuação deste sindicato por meio do protagonismo de seu primeiro presidente, Antônio João de Faria. Eles permitem atestar ser a preocupação com

[*] Marilda Vilela Iamamoto, professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ESS/UERJ), pesquisadora do CNPQ e do Programa Prociência (Uerj/Faperj).

[†] Ana Maria de Almeida Costa, Mestre em Educação peal Universidade Federal Fluminense, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ, com bolsa da Faperj e professora da Escola de Serviço Social da UFF/Campos.

A elaboração deste capítulo contou com a solidária e competente contribuição do Prof. Dr. José Luís Vianna da Cruz na pesquisa de campo, na indicação de fontes e com entrevistas sobre a atuação do STRC no período de 1974-1985, a quem expressamos nosso sincero reconhecimento. Participaram da coleta de dados, como bolsistas de Iniciação Científica as estudantes da FSS/UERJ, Isabella de Souza Maio e Adriana de Jesus Garcia Pinto.

os direitos uma constante na organização dos assalariados da agroindústria canavieira do Norte Fluminense.

O texto está orientado por quatro diretrizes da análise construídas a partir da leitura e sistematização dos materiais empíricos reunidos que serão objeto de desenvolvimento ao longo do texto. A primeira é a de que, em um contexto de restrição de espaços para a ação política decorrente do crescimento exponencial da força repressiva do Estado, a apropriação de instrumentos legais que regiam as relações sociais (Código Civil, Estatuto do Trabalhador Rural, Estatuto da Terra e Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) torna-se "armas" na defesa dos direitos, na mobilização e na organização sindical dos trabalhadores, acionadas pelos dirigentes e assessores sindicais na sua atuação política. É nesse terreno de disputa, expressão dos conflitos de interesses entre classes, que se coloca em relevo a via jurídico-política enquanto um importante campo de luta por direitos e de formação política da classe no contexto da ditadura civil-militar.

A segunda diretriz refere-se à importância do arco de alianças que se constituiu em apoio à luta dos assalariados canavieiros, requisito para que a mobilização ultrapassasse os limites estabelecidos pela legislação da época para a condução de greves. A formação de uma base de apoio no âmago das forças políticas da sociedade civil, aliada à mobilização da base dos trabalhadores assalariados e às conquistas judiciais obtidas, atribui particularidades aos conflitos dos canavieiros no Estado do Rio de Janeiro em relação às mobilizações e greves ocorridas pioneiramente em Pernambuco (Zona da Mata, 1979)[1] e em São Paulo (Região de Guariba, 1984 e 1985).[2] O referido arco de alianças incluiu outros sindicatos combativos e respectivas lideranças sindicais, intelectuais assessores, segmentos da Igreja católica que apoiaram os trabalhadores e os sujeitos coletivos que exerceram influência política na ação sindical na região nesse período, a saber: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

[1] Cf. SIGAUD (1979, 1980), Pasquim (1980) Cordel. *Camponeses unidos lutam por seus direitos. Ajudem nossa greve. Todo apoio à luta dos trabalhadores da Zona da Mata Pernambucana*, s/d; "Pernambuco se prepara para a greve no campo". *Jornal do Brasil*, domingo, 30/09/79, Nacional, p. 31.
[3] Cf. BACCARIN (1985); BACCARIN e GEBARA (1986), D'INCAO e BOTELHO (1987); ALVES (1991, 1993,1994).

A terceira diretriz analítica é a consideração do processo imediato de produção agroindustrial na sua totalidade, sob o controle dos mesmos empregadores – os usineiros – o que tem derivações na leitura da organização sindical. Isto significa tanto reconhecer os elos de continuidade existentes entre os processos produtivos agrícolas e industriais unificados pelo usineiro, como atentar às suas diferenças específicas, considerando suas implicações na organização dos trabalhadores. O processo produtivo agroindustrial canavieiro inicia-se na produção da matéria-prima agrícola e é concluído com a sua transformação industrial em açúcar, etanol, energia e outros produtos, sendo que a indústria polariza todo o processo produtivo (IANNI, 1976). Ele apresenta-se como uma unidade de diversidades, e não como dois processos produtivos isolados e autônomos, como podem se mostrar à primeira vista. Se o objetivo do *ponto de vista material* é a criação de produtos – especialmente cana, açúcar, etanol e outras formas de energia –, *do ponto de vista do valor* o propósito é assegurar a conservação do capital investido – cujo ciclo de rotação tem início no plantio da cana e se conclui com a venda do produto final – e a produção de um lucro médio. Mas, como a produção canavieira exige elevada imobilização de capital em terras, o usineiro persegue também a apropriação da renda fundiária absoluta e diferencial, ou seja, um excedente de mais-valia sobre o lucro médio.

A agroindústria canavieira nacional tem sido historicamente beneficiada por uma abrangente ação protetora do Estado por meio de políticas a ela direcionadas. Elas se expressam em subsídios técnicos, financeiros, creditícios, abertura de mercados (interno e externo), regulação de preços e das relações de trabalho. O Estado tem sido determinante no desenvolvimento desse setor produtivo, que vem contando com contundente apoio do fundo público tendo por base o poder político e econômico dos usineiros nos níveis regional e nacional. Atravessa a história da agroindústria canavieira a constante reinvindicação por parte dos usineiros de políticas de subsídio ao setor, justificada pelo constante lamento de supostas e reiteradas conjunturas de "crise" neste setor produtivo. Outro suporte decisivo para a sustentação dessa agroindústria em seu desenvolvimento tem sido a superexploração da força de trabalho, historicamente persistente e com ampla trajetória à margem das exigências da legislação.[3]

Por meio desses processos, o usineiro recria-se na sua dupla personagem econômica, empresário capitalista e proprietário fundiário, capaz de apropriar-se tanto do

[3] Cf., por exemplo, PAIXÃO (1994), SZMRECSÁNYI (1979, 1983, 1988), QUEDA (1972), CARON (1986), RAMOS (1983, 1991a e 1991b), SCOPINHO e VALARELLI (1995), BACARIN (2005), GOMES (2013), ALVES (1991, 1993, 1994), IAMAMOTO (2002), SANT'ANA (2012).

lucro agrícola e industrial quanto de parcela da riqueza social na forma de renda fundiária[4]. As particularidades dos processos produtivos do ponto de vista dos processos de trabalho e de valorização são preservadas e redefinidas em função daquela reintegração. A diferenciada incorporação do desenvolvimento técnico-científico – biológico, químico e de mecanização – atribui feições particulares à organização e divisão do trabalho coletivo, às formas salariais, às relações de trabalho, tanto sua formalização quanto a "precarização" dos direitos sociais, particularmente trabalhistas e sindicais. Somam-se mecanismos de controle e vigilância da força de trabalho que têm vigência no interior do processo produtivo.

A quarta diretriz estruturante da análise reafirma uma sugestão de Cruz (1995): a atuação do STRC na defesa dos direitos e os ganhos trabalhistas daí advindos contribuíram para romper o fetiche do patrão protetor, até então prevalecente, que alimenta a aliança entre capital e trabalho e a impotência dos trabalhadores diante das arbitrariedades do poder patronal.[5] A autoridade do patrão deixa de ser inquestionável como única fonte de amparo e proteção, sendo progressivamente transferida ao STRC. Esse processo envolve o desenvolvimento de uma consciência coletiva entre os trabalhadores e o reconhecimento do poder de sua união, o que simultaneamente atribui legitimidade à luta pela conquista de direitos no enfrentamento dos conflitos. A experiência vivida pelos sujeitos – os quais são portadores de cultura e expectativas herdadas – em suas relações de produção lhes permite modelar essas experiências em formas culturais (THOMPSON, 1979, p. 38) como parte de um processo *de formação das classes.* Thompson (1979, 1987) parte da premissa de que a *noção de classe como categoria histórica é inseparável da luta de classes.* Ela é "derivada do processo social ao longo do tempo" e "definida pelos homens ao viverem sua própria história" (THOMPSON, 1979, p. 38). Isto não supõe que as classes possam existir independente dos determinantes objetivos – do conjunto das relações sociais – e nem que possam ser

[4] Como sustenta Wanderley (1976, p. 2): "A interdependência entre a produção da cana e a fabricação do açúcar é evidentemente imposta pelas condições específicas da produção, mas a *forma e natureza dessa articulação* decorrem essencialmente das relações sociais historicamente determinadas: ela se realiza pelo controle do conjunto da atividade produtiva, através do monopólio da propriedade da terra e dos meios de produção industriais. Este fato constitui o elemento chave de toda a estrutura da economia canavieira, cuja história se confunde com a história de luta e conservação deste controle". Cf. também Wanderley (1979).

[5] Em outra pesquisa desenvolvida atualmente no Norte Fluminense sobre as condições de vida e trabalho na agroindústria canavieira, identificamos no pátio da Usina Paraíso uma placa fixada na entrada da área industrial, cujos dizeres são ilustrativos do supramencionado: "Ao ilustre cidadão fluminense Geraldo S Coutinho: símbolo da harmonia entre capital e trabalho. Homenagem dos operários da Usina Paraíso. 5-6-77" (IAMAMOTO, 2011).

definidas simplesmente como formação cultural.[6] Também Harvey (1990) reconhece a tensão entre estrutura e experiência na obra de Marx. Um de seus grandes méritos foi o de ter demonstrado que o mundo não pode ser compreendido unicamente através da experiência subjetiva que dele se tenha. *Do ponto de vista do capital*, os trabalhadores tornam-se objetos, mero "fator de produção" para a geração de mais-valia, expressão da forma variável do capital. E a teoria espelha, frente aos próprios sujeitos, as condições objetivas de sua alienação, desnuda as forças que dominam sua existência social, embora a experiência cotidiana imediata do processo de trabalho não leve necessariamente às conclusões expressas por Marx – pelas razões por ele próprio salientadas – e, nem por isto, seja menos real (HARVEY, 1990, p. 20). Não significa negar a validade das experiências subjetivas dos trabalhadores e nem que a variedade de suas respostas não mereça ser estudada.

> É vital entender *como os trabalhadores enfrentam sua situação, os "jogos" que inventam para tornar suportável o processo de trabalho*, as formas particulares de camaradagem e competição através das quais se relacionam, as táticas de cooperação, de confrontação e como se esquivam de maneira sutil na relação com a autoridade. E, sobretudo, as aspirações e o sentido de moralidade que colocam em suas próprias vidas. É preciso compreender como os trabalhadores constroem uma cultura distinta, como criam instituições e a elas integram outras instituições construindo sua própria defesa (HARVEY, 1990, p. 20)

O reconhecimento do trabalhador como "sujeito criativo vivo" torna possível salientar o *papel da luta de classes* na modificação e nos rumos impressos ao processo de trabalho, reconhecendo nos trabalhadores a condição de autores de sua própria história, que resistem às dilapidações do capital. A cultura, enquanto dimensão essencial na conformação da sociabilidade, é parte e expressão das forças políticas em luta pela hegemonia no seio da sociedade nacional, em conjunturas históricas determinadas. Ela contém elementos simultaneamente reprodutores e questionadores da ordem (SARTRIANI, 1986): campo de expressão da alienação e da rebeldia, dos refúgios encontrados pelas classes subalternas para se preservarem do castigo do trabalho, presentes no seu universo simbólico e na organização da vida cotidiana.

---

[6] Hobsbawm (1987, p. 39) também observa: "Em outras palavras, no capitalismo a classe é *uma realidade histórica imediata e, em certo sentido, vivenciada diretamente,* enquanto que nas épocas pré-capitalistas ela poder ser meramente um conjunto analítico que dá sentido a um complexo de fatos que de outro modo seriam inexplicáveis".

No marco da "ditadura do grande capital" (IANNI, 1981), o clima repressivo impregna as relações entre o Estado e a sociedade civil, presididas pela díade "segurança e desenvolvimento": segurança interna, enquanto controle e repressão de toda a organização política, especialmente das classes assalariadas, em favor da acumulação; e desenvolvimento, enquanto florescimento das forças de mercado, com predominância da livre empresa.

A política salarial dos governos militares, fundada no arrocho salarial para combater a inflação, foi o principal instrumento da economia política da ditadura. A melhoria do padrão salarial passa a subordinar-se à elevação da produtividade, fugindo das mãos dos interessados. Assim, política previdenciária, política sindical, política salarial e lei antigreve fazem parte da mesma matriz de desenvolvimento. Como lembra Ianni, a economia política da ditadura teve com um de seus pilares

> a superexploração dos trabalhadores assalariados da agricultura e da indústria, ao mesmo tempo em que intensifica a exploração dos posseiros, sitiantes, colonos, arrendatários, parceiros e outras categorias de produtores *autônomos* da agricultura, pecuária e extrativismo (IANNI, 1981, p. 99).

O segredo do "milagre brasileiro" se expressou no cotidiano da classe trabalhadora como excesso de trabalho, baixa remuneração, jornada intensa e extensa, cansaço, esgotamento de energias, pauperização absoluta e relativa, o que também desencadeou a politização de diferentes segmentos.

Importa lembrar a criação, em 1975, do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), acompanhado de generosos subsídios estatais para a modernização dessa agroindústria, uma constante que percorre sua trajetória histórica: a canalização do fundo público (OLIVEIRA, 1998) para a sustentação econômica do setor. O panorama da luta sindical no período é, pois, amplamente condicionado pela "modernização da agricultura", pela expulsão de moradores e expansão do assalariamento temporário com baixos salários e destituído de direitos trabalhistas prescritos na legislação. Em Campos dos Goytacazes, a partir da segunda metade da década de setenta do século XX, verificou-se a generalização do trabalhador assalariado temporário, identificado socialmente sob o epíteto de "boia-fria",[7] entendido como:

[7] Para se ter uma noção do debate da época sobre o tema, conferir, por exemplo: UNESP/FCA/BOTUCATU/DEPTO. DE ECONOMIA RURAL (org.) (1982); D'INCAO (1984, 1975); LOPES (1976, 1985); IANNI (1984).

> trabalhador assalariado totalmente despossuído, expulso do campo, morador da periferia urbana, em regime de trabalho intermitente, excluído do vínculo empregatício e dos direitos trabalhistas – como forma dominante nas relações de produção da lavoura canavieira do município, denominado pelos próprios trabalhadores de clandestinos, para marcar o principal aspecto de sua condição, qual seja, a de trabalhador excluído dos direitos assegurados em lei (CRUZ, 1995, p. 52).

No lastro da resistência democrática, verifica-se uma retomada da força do movimento sindical, do que é exemplo a greve dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978. Tem-se, em seguida, em 1979, a primeira greve, durante a ditadura, dos canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco e a realização do III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Estes são marcos da resistência dos trabalhadores e da dinamização do movimento sindical rural sob a liderança da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e, no Estado do Rio de Janeiro, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag).

A estrutura do texto é a seguinte: 1) A luta por direitos: eixo histórico na organização sindical dos trabalhadores agroindustriais no Norte Fluminense; 2) O Inquérito Policial Militar de Campos, prisões e torturas; 3) O processo produtivo das usinas e a concentração fundiária: a expropriação de trabalhadores e a grilagem de terras das lagoas; 4) A violência das relações de trabalho e a resistência dos canavieiros, considerando a nova prática do STRC, destacando alguns casos exemplares: a) o assassinato do trabalhador rural Jotaci Teixeira da Silva; b) a contaminação de trabalhadores rurais por biocidas organomercuriais e c) a degradação das condições de trabalho constatada em pesquisa do IAA; 5) O processo de construção da greve dos canavieiros fluminenses de 1984 e seus desdobramentos.

2. A luta por direitos: eixo histórico na organização sindical

> Para além das garantias formais inscritas na lei, os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas da existência são problematizados em suas exigências de equidade e justiça (TELLES, 1997, p. 4).

A luta por direitos erige-se e choca-se com a sociedade de classes, com as desigualdades que lhe são inerentes assim como com as possibilidades de formalização

da igualdade típica da sociedade mercantil. Esta supõe a troca entre livres e iguais proprietários de mercadorias equivalentes na busca de efetivação de seus interesses privados, o que se encontra na base na noção corrente de cidadania enraizada nos direitos civis.

O século XIX foi o marco da incorporação do direito de associação ao *status* de cidadania, proporcionando as bases para a classe trabalhadora adquirir o direito político. Para Coutinho (1997), são as demandas trazidas pelas classes ou por grupos sociais, em determinado momento histórico, que expressam a sua face coletiva, caracterizando os direitos como "fenômenos sociais", logo como "resultado da história".

Mas os direitos sociais trazem o selo do século XX, com os processos de ampliação do Estado nos termos gramscianos (COUTINHO, 2003), tendo como tônica o valor da igualdade, enquanto os direitos civis e políticos tinham por referência a liberdade. Eles incluem, entre outras dimensões, o direito ao trabalho, à organização sindical, à greve, à estabilidade no emprego, à segurança no trabalho, à previdência social, à saúde, à educação gratuita e ao acesso à cultura e moradia.

Sabe-se que a conquista da cidadania é resultado de conflitos permanentes, de lutas sociais quase sempre travadas a partir das classes subalternas. Recusam-se, assim, as teses unilaterais da "outorga" ou da "conquista" no campo dos direitos e políticas sociais correspondentes, afirmando seu caráter contraditório, tributário das relações sociais que ordenam a vida social (BEHRING, 1998, BEHRING e BOSCHETTI, 2008). Como lembra Coutinho (2000), com apoio em Perry Anderson (1995), a lógica capitalista se expressa essencialmente pela afirmação do mercado como forma suprema de regulação das relações sociais. Logo, tudo o que limita ou substitui o mercado em nome de um direito social – ou da justiça social – é vitória da economia política do trabalho, de uma outra lógica de organização societária. A burguesia pode tolerar os direitos sociais ou usá-los ao seu favor, mas procura limitá-los ou suprimi-los nas conjunturas de recessão, quando tais direitos se chocam com a lógica de ampliação máxima dos lucros. Por tudo isso, a *ampliação da cidadania – esse processo permanente e progressivo de ampliação de direitos* – termina por se chocar com a lógica do capital e expõe a contradição entre classe e cidadania social: a condição de classe cria *déficits* e privilégios que produzem obstáculos para que todos possam participar igualitariamente da apropriação de riquezas materiais e espirituais socialmente produzidas.

Ainda referendando Coutinho (1997), para além dos parâmetros liberais, existem articulações profundas entre democracia e cidadania "como a presença efetiva das

condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social" (COUTINHO, 1997, p. 145). Sob esta ótica,

> é preciso implementar os direitos sociais com participação popular, num processo que envolva os destinatários de tais políticas, não só para trazer suas reivindicações, mas para elaborar, formular e fiscalizar a implementação destes direitos e os recursos dos fundos especiais destinados à sua execução, podendo, com isto, vir a ser um espaço importante de "socialização da política", ou seja, de "cidadania política" (COSTA, 2006, p. 377) .

Emoldurados por tais parâmetros, são apresentados alguns *flashes* da luta por direitos de parte dos assalariados da agroindústria canavieira no Norte Fluminense.

Campos dos Goytacazes teve um papel pioneiro na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e na organização dos assalariados da agroindústria canavieira no país,[8] berço que foi da criação dos primeiros sindicatos de trabalhadores do setor. O propósito é recorrer à história para demarcar *o fio da luta contra a violação dos direitos trabalhistas que atravessa a trajetória dos trabalhadores na agroindústria canavieira.*

A primeira iniciativa contra a violação dos direitos trabalhista no Norte Fluminense de que se tem notícia refere-se ao movimento voltado à criação, efetivada em 1937, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Açúcar, "que congregava assalariados, meeiros, posseiros e pequenos proprietários", conforme relata Antônio João de Faria. A greve por ele coordenada contra o monopólio dos armazéns das usinas na compra e venda de gêneros para seus empregados e pelo pagamento quinzenal, ocorrida em 1932, em Campos dos Goytacazes é assim registrada:

> Quando eu fiz esta greve na Usina Santo Antônio, em 1932, o dono da usina era Tarcísio de Almeida Miranda, que foi senador da República. E na hora que o pessoal parou para reivindicar a liberdade de comprar em qualquer casa e o pagamento por quinzena, ele perguntou o que nós queríamos e todo mundo ficou com medo. Aí eu apresentei a reivindicação por escrito e ele então perguntou quem era o cabeça dessa greve. Todo mundo então silenciou, com medo de dizer. E eu disse que sabia quem era a cabeça: era eu mesmo, porque ele não queria atender nossas reivindicações. Ele baixou a cabeça e mandou o filho dele chamar uma

[8] As informações que se seguem apoiam-se largamente em Ferreira (1995). O livro registra a trajetória de Antônio João de Faria (1905-1992), tendo por base gravações realizadas em 1985. Recorreu-se também ao acervo de entrevistas depositadas no NMSPP/CPDA/UFRRJ e à entrevista realizada com Delso Gomes, em 19/11/2014, por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ, e a GOMES (2000).

> comissão de três pessoas para entrar em entendimento. Quando eu cheguei lá encontrei ele derramando lágrimas pelos olhos: "Vocês me envergonham. Vocês sabem que sou getulista. Se amanhã ou depois o Getúlio souber disso, vai ficar danado comigo. Não vão fazer mais greve aqui dentro. Quando vocês tiverem qualquer reivindicação, venham em comissão até a mim. Tudo que for possível eu atenderei". Desde aí nunca mais houve greve na Usina São Jose [digo, Santo Antônio] (Entrevista realizada por Ana Maria Motta Ribeiro em 20/07/1982, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ)

No dia primeiro de maio de 1934 – no mesmo ano em que foi proclamada a Constituição brasileira[9], que vigorou até o Estado Novo de 1937, e criado o Ministério do Trabalho no governo Vargas –, ocorreu uma grande comemoração do Dia do Trabalho com passeatas e um grande comício na Praça São Salvador em Campos dos Goytacazes, apesar das ameaças policiais.

> Os rurais e industriários do açúcar se concentraram na Praça São Benedito e as palavras de ordem eram: *jornada de oito horas, lei de férias e um instituto de aposentadoria*. A passeata foi iniciada tendo à frente Cândido Nunes Peixoto, Arelino e Antônio de Faria (FERREIRA, 1995, p. 34).

Em 1936, os trabalhadores da agroindústria canavieira – industriais e rurais – reuniram-se em assembleia tendo como principal pauta de reivindicação *a defesa da jornada de oito horas de trabalho – substituindo a jornada de 12 horas então vigente – e a necessidade de instituir a lei de férias para a categoria*. Aquelas demandas haviam sido incorporadas pelo deputado Damas Ortiz no projeto nº 135 de sua autoria, de difícil aprovação pelos seus pares, cuja maioria era formada de latifundiários e senhores de engenho.

Na citada assembleia, uma Comissão[10] foi eleita para encaminhar as reivindicações dos trabalhadores da agroindústria canavieira ao Congresso Nacional, ao Ministério do Trabalho e à Presidência da República. Em fevereiro de 1937, foi aceita pela referida Comissão a proposta de criação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Álcool, excluindo os trabalhadores rurais. Esta restrição do âmbito de

[9] Com a Constituição de 1934 foi criado o Tribunal do Trabalho e respectiva legislação trabalhista, incluindo o direito à liberdade de organização sindical. Ela institui a proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. Estabeleceu que todo cidadão tem direito a receber um salário mínimo capaz de satisfazer às necessidades normais do trabalhador; instituiu a limitação do trabalho a oito horas diárias, só prorrogáveis nos casos previstos pela lei; a proibição de trabalho a menores de 14 anos, de trabalho noturno a menores de 16 anos e em indústrias insalubres a menores de 18 anos e a mulheres;

[10] A Comissão era formada por Cândido Nunes Peixoto, Francisco Cabral, Alexandre Soares, Pedro Barcelos e Manoel José Peixoto (FERREIRA, 1995, p. 35).

abrangência do sindicato preteriu a maioria dos trabalhadores que atuava na lavoura. A estratégia de divisão dos trabalhadores acionada pelo governo e pelos proprietários rurais – e que perdurou ao longo do tempo – foi aceita pela Comissão em troca da jornada de oito horas e da conquista das férias anuais, já previstas na legislação trabalhista. Tal fato foi motivo de revoltas e protestos por parte dos assalariados rurais, redundando numa divisão da organização da categoria.

Seguiu-se, então, o processo de mobilização, sob a liderança de Antônio João de Faria, para a criação de outro sindicato dos trabalhadores rurais. Esse processo implicou o convencimento dos trabalhadores rurais e a coleta de assinaturas de trabalhadores assalariados para a formação da nova organização. À época foram recolhidas 516 carteiras de trabalho para serem entregues ao inspetor do Ministério do Trabalho, cumprindo requisito legal para a criação do sindicato. A estas foram acrescentadas mais 112 carteiras por ocasião da assembleia de fundação do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do país, em 1938, que congregou 800 trabalhadores rurais e extrapolou, na prática, a orientação estatal para a organização sindical voltada aos trabalhadores urbanos sob o controle do Estado. Os números são controversos. Documento do STRC comemorando os seus 50 anos, guardado nos arquivos do ex-presidente José Carlos de Souza Freitas e doado a esta pesquisa por sua esposa, informa que Faria

> juntou na época 531 trabalhadores interessados em lutar pelos seus direitos e em criar um sindicato. Eram 68 associados vindos das fazendas dos fornecedores de cana e 463 das fazendas das usinas. Os trabalhadores das fazendas das usinas que se organizaram para criar o sindicato pertenciam à Usina São José, Usina Cupim, Usina Poço Gordo e Usina Santo Antônio. Fundaram então o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos em 23 de outubro de 1938 (STRC, 1988, p. 2).

A presidência deste Sindicato ficou a cargo de Antônio João de Faria.[11] O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e na Pecuária de Campos, ainda que reconhecido como entidade de classe, só foi considerado legal pelo Ministério do Trabalho com a Lei nº 7.038 de 10/08/1944, que regulava a sindicalização na zona rural. Foi reconhecido

[11] Antônio João de Faria nasceu nas terras da Usina Santo Antônio, em Campos dos Goytacazes, em 03/10/1905, filho de João Manuel de Faria e Antonieta Clara da Encarnação, tendo falecido em 1992. Começou a trabalhar no campo aos nove anos, tendo sido pescador e feirante. Aos 19 anos passou a trabalhar como cortador de cana na safra, fazendo limpeza nos canaviais na entressafra. Sendo trabalhador rural, exerceu ainda as funções de ferreiro, soldador e ajudante de pedreiro no Estado do Espírito Santo, onde aprendeu a ler e escrever para se comunicar com a família. Foi praticamente autodidata, aprendendo com dicionários e dedicando-se ao estudo da legislação e à defesa dos direitos dos trabalhadores rurais (FERREIRA, 1995).

como Sindicato dos Empregados Rurais de Campos, tendo sido Antônio de Faria confirmado na presidência, Bianor Valentim na secretaria e João Francisco Soares na tesouraria. Só em 1965 o Sindicato passou a chamar-se Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC), nome pelo qual é tratado neste texto.

Nesse mesmo ano de 1944, foi criada a Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) e, como o sindicato não tinha advogado, a primeira causa legal pelos direitos trabalhistas de trabalhadores rurais no Brasil, referente à defesa dos trabalhadores da Fazenda Abadia, foi defendida por Antônio João de Faria (FERREIRA, 1995, p. 45). Esta foi a primeira de uma série de outras iniciativas na defesa de trabalhadores, com base na CLT, no Código Civil, ganhando ações até mesmo no Supremo Tribunal, que redundaram na reintegração de trabalhadores demitidos sem justa causa pelo patronato (FERREIRA, 1995, p. 61). Faria passou a ser conhecido como o *justiceiro do sertão* (ibidem, p. 59).

No governo Vargas, particularmente após 1937, o Estado passou a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora. Estabeleceu uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através da legislação social e trabalhista e criou o Ministério do Trabalho, considerado o "Ministério da Revolução", da modernização e da justiça social. Simultaneamente, o Estado desenvolveu as primeiras iniciativas no campo da seguridade social, passando a gerir a organização e prestação de serviços sociais como um novo tipo de enfrentamento da "questão social" e, particularmente, da "ameaça comunista".

A política social do Estado no pós-1930 intensificou-se e generalizou-se, mantendo fortes marcas corporativistas. A legislação social foi revista e ampliada – jornada de oito horas, direitos de menores, de mulheres, férias, juntas de conciliação e julgamento, contrato coletivo de trabalho etc. – projetando-se sua aplicação generalizada nos meios urbanos.

O reconhecimento da cidadania do proletariado ocorreu no marco da redefinição das relações entre o Estado e as diferentes classes sociais e foi acompanhado de mecanismos destinados a integrar e controlar os interesses dos assalariados como recurso para o enfrentamento do processo de organização e lutas autônomas do movimento operário. Em síntese, os eixos da intervenção do Estado são a repressão à organização autônoma dos trabalhadores, o reconhecimento dos direitos do trabalho e o sindicalismo controlado.

O projeto político da "nova ordem" voltava-se à proteção ao trabalhador para defesa da harmonia social; à justiça social e ao incentivo ao trabalho; ao respeito à ordem

social e ao incentivo ao aumento da produção. A subordinação política do movimento operário e a expansão da acumulação por meio da intensificação da exploração da força de trabalho conviviam com a noção ideológica de um Estado acima das classes, acompanhada da "ideologia do trabalho". O trabalho era tido com uma virtude que propiciava a riqueza e o desenvolvimento da sociedade, alimentando a harmonia social e o bem comum. Ele devia ser apoiado na legislação que impunha limites à exploração, livrando a classe operária de influências extremistas e perturbadoras.

Apesar desta orientação política oficial, foi identificado o registro de várias mobilizações grevistas, que se expandiram até o golpe militar. Na citada entrevista, Faria faz referência a uma greve na Usina São José, em 1945, com mais de 800 pessoas. Já em 1960, o depoente cita uma greve na Usina do Outeiro, reunindo homens e mulheres no pleito por férias, repouso remunerado, pagamento em dia, entre outros.[12] Faria relata que não foi recebido pelo escritório da usina. No dia seguinte foi a todas as fazendas com seu jipe, convocando os trabalhadores para lá irem com os tratores: os trabalhadores e as mulheres. Relata que o delegado de polícia, Hélio Estrela, compareceu ao local e Faria lhe explicou estarem em greve para "reivindicar o que o patrão não quer nos atender". O delegado tentou intermediar, mas também não foi atendido pelo usineiro, autorizando o presidente do sindicato a tentar resolver a situação:

> Então eu pedi ao pessoal que indicasse um companheiro de cada fazenda para formar uma comissão para falar com o Dr. Nelson Veloso e eu pedi que o pessoal aguardasse com calma. Cheguei no escritório da usina e disse: o Sr. diga lá para o Dr. Nelson que ele tem prazo de 30 minutos para nos atender. Se dentro desses 30 minutos ele não nos atender ele assume a responsabilidade pelos acontecimentos. Se duvidar nós quebramos tudo isto aqui. Dr. Nelson mandou entrar três, mas entraram nove, porque a Comissão era de nove pessoas. Ele então resolveu tudo. O que eu achei interessante foi que nesta greve eu subi no jipe e falei para mais de oitocentas pessoas (Entrevista realizada em 20/07/1982, por Ana Maria Motta Ribeiro, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ)

Após o entendimento, a palavra de ordem do sindicato foi o retorno ao trabalho com demonstração de disciplina, logo comunicando ao delegado os resultados da manifestação.

[12] O sindicalista salienta em seu depoimento a importância do envolvimento das mulheres no movimento sindical rural, "porque na hora em que o trabalhador rural ficar com medo de enfrentar uma luta porque o patrão pode botar para fora, a mulher que já estiver um pouco orientada dá força e acompanha o trabalhador" (Entrevista realizada, por Ana Maria Motta Ribeiro em 20/07/1982, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Delso Gomes faz referência a uma greve na Usina Santa Cruz nos primeiros dias de abril de 1964, com registros de violência:

> É que o trabalhador de usinas e do campo estava muito reprimido. Então aquele clima de liberdade do Governo João Goulart produziu umas greves, [em que os trabalhadores] saíram para a violência, depredação. Lembro que os trabalhadores do campo se uniram com os da Usina Santa Cruz, invadiram o escritório da usina e depredaram. A polícia foi chamada e reprimiu... acabou que ficou aí mesmo (Delso Gomes, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

O debate sobre o enquadramento sindical dos trabalhadores da agroindústria canavieira foi uma constante, expressando também a disputa entre os sindicatos da área pelo imposto sindical. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar (Stiac) reconhecia os trabalhadores rurais como "industriários", o que abria o acesso, de parte dos trabalhadores, aos benefícios da legislação social e da previdência social e, ao mesmo tempo, canalizava a contribuição sindical para este sindicato. Já a liderança do Sindicato dos Empregados Rurais de Campos defendia a tese, ganha em dissídio em 1945, de que tais trabalhadores eram enquadrados como industriários, contratados pelo mesmo patrão, com direito a gozar de iguais benefícios previdenciários e legais. Mas, ao pretender manter o imposto sindical, considerava-os trabalhadores rurais das usinas, visto que atuavam na produção da matéria-prima, que antecede o processo industrial propriamente dito. Em outros termos, pode-se inferir que viviam a unidade do processo produtivo agroindustrial, articulado pelo mesmo usineiro, ainda que reconhecendo as particularidades de cada um dos processos produtivos. Esta unidade era ainda tensionada pelas divisões e disputas na organização sindical, tal como oficialmente regulamentada pelo Estado.

É marcante a influência do PCB no movimento sindical no Norte Fluminense, sendo representativo o caso do Stiac, nos anos 1960.[13] Em fevereiro de 1962, Almirante Costa, militante do PCB na Usina Queimado, foi eleito presidente do referido sindicato. Trabalhadores de várias usinas, militantes do PCB, compunham a diretoria, a saber: Neri da Costa (Usina Cupim), Letelbe Almeida e Amaro Martins (Usina São Jose), José e Octavio das Dores (Usina Mineiros), Saturnino Cardoso (Usina Queimados). Eram

[13] O Stiac não será objeto de análise neste texto. Estudos sobre ele podem ser encontrados na obra de Delma Pessanha Neves, fértil pesquisadora sobre a região (NEVES, 1989, 1981, 1997, 2004) e em Carneiro (1987), entre outros.

advogados do Sindicato, o Dr. Jose Caldas – posteriormente demitido – e o então jovem Yvan Senra Pessanha, que ingressou no PCB (GOMES, 2000, p. 193).

Outra iniciativa a ser destacada foi a organização do Conselho Sindical (1956-1964) no Município de Campos – uma espécie de central municipal –, também com o impulso decisivo de militantes do PCB, além de Álvaro Cristino e Antônio João de Faria. Ele representou um amadurecimento do movimento sindical em busca de sua autonomia e liberdade de ação, após as intervenções sindicais ocorridas no governo Dutra (GOMES, 2000). Segundo esta fonte, o Conselho, respeitando a autonomia de seus filiados, passou a coordenar as lutas reivindicatórias dos trabalhadores no âmbito municipal, fortalecendo as forças de esquerda.[14] Ele enviou representação no I Congresso Sindical Fluminense, o primeiro congresso sindical após o Estado Novo, ocorrido em Petrópolis, em 1957.[15] O Conselho Sindical era visto, sob a ótica conservadora, ora como um *soviet campista*, ora como embrião socialista ou de *futura república sindicalista* de João Goulart. Recebeu políticos proeminentes como Roberto da Silveira, natural de Bom Jesus de Itabapoana, em 1958, então candidato a governador, e o candidato à presidência da República, Jânio Quadros, em 1960, que foi submetido a uma sabatina.

Este registro de fragmentos históricos de ações dos trabalhadores em defesa de seus direitos, sem qualquer pretensão exaustiva, permite demarcar o pioneirismo do Norte Fluminense na luta contra a violação de direitos como um fator de mobilização dos trabalhadores rurais. Enfrentando o poder patronal com obtenção de conquistas importantes em sua organização sindical, essas iniciativas relatadas são indicativas de um processo de formação política dos trabalhadores na defesa de seus direitos, conduzida por lideranças que se apropriam do texto legal como estratégia de luta. Ela é aqui ilustrada na pessoa de Antônio João de Faria.

3. O Inquérito Policial Militar de Campos, prisões e torturas

[14] "Este Conselho teve vida intensa, onde se destacaram os líderes: Álvaro Cristino (metalúrgico), Antônio João de Faria (rural) Jacyr da Silva Barbeto (ferroviário), Jorge Tâmega (bancário), Jair Pinto (construção civil), Almirante Costa (usina), Godofredo Rangel (serventuários da Justiça), Hermes Manhães (gráficos)", além de Delso Gomes (taxistas) (GOMES, 2000, p. 146).

[15] A delegação de Campos foi composta pelos líderes "Antônio João de Faria (rural), Rafael Manhães (metalúrgico), Osvaldo Ribeiro (comerciário), Cândido Nunes (usina) e Adão Voloch (GOMES, 2000, p. 58)

No período de 1964 a 1985, uma das formas de repressão aos direitos sociais e políticos das pessoas e aos movimentos sociais foram os Inquéritos Policiais Militares - IPMs - (STEIN, 1998). Ao estudar os IPMs que incidem sobre a questão agrária e sindical a autora observa que, na década de sessenta, eles se direcionaram para segmentos sociais mobilizados –camponeses, estudantes, sindicalistas, militares e dentre outros – enquanto nos anos 1970 voltam-se aos partidos políticos e forças de esquerda. Muitos desses inquéritos partiam de "boletins de ocorrência" de delegacias municipais, de queixas crimes decorrentes de processos civis ou criminais abertos por essas delegacias ou pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); ou ainda de denúncias de invasões de terras. Segunda a autora citada, para a justiça militar os principais autores da subversão à ordem eram: "políticos e personalidades públicas integrantes das frentes populares pelas reformas de base; movimentos e frentes de coordenação da reforma agrária e das campanhas de sindicalização, sindicatos e associações de trabalhadores rurais; órgãos e autarquias do estado" (STEIN, 1998, p.103). Preservando características regionais, nos anos 1960, no Rio de Janeiro, ocorrem vários IPMs, dentre os quais o aberto pela Delegacia Política do município de Campos – BNM 135 - para apurar responsabilidades criminais de quinze pessoas – Jacyr Barbeto e outros -. Tais pessoas eram acusadas de atividades subversivas e passíveis de serem enquadradas na Lei de Segurança do Estado. Iniciado em abril de 1962, ele se prolonga até agosto de 1970, quando ocorre o julgamento dos envolvidos. Conforme informa Stein (1998), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos e a Associação dos Lavradores do Imbé foram fechados e proibidos de funcionar. Dentre os acusados nesse IPM encontra-se José Pureza da Silva, fundador da Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio de Janeiro (Falerj). O IPM foi precipitado, dentre outros motivos abaixo relacionados, pela invasão de terras da região do Imbé e a fundação da Associação dos Lavradores do Imbé (idem, p. 105), assim como pelas greves ocorridas nas usinas da região (FERREIRA, 2000).

Este IPM foi conduzido pela Primeira Auditoria da Marinha/Primeira Circunscrição Judiciária Militar e resultou no Processo nº 8463/65.[16] Segundo o Edital de Citação, publicado no Diário Oficial da União de 14/07/1970, seção II, ao final do inquérito foi oferecida denúncia contra os seguintes acusados: Delso Gomes de Azevedo,

[16] Compareceram para depor, segundo Gomes (2000, p. 239): José Alves de Azevedo, Jorge Tâmega, Antônio João de Faria, o próprio Delso Gomes, Jacyr Barbeto, Valduvino Loureiro, João Urbano, Josival Alves, José das Dores, João Bento, Heraldo Viana, Jose Sartro Costa, Irineu Marins, Olavo Marins, Dr. Edmundo Santos, Manoel Luiz Martins e Adão Pereira Nunes, dentre outros.

Adão Pereira Nunes, Jacyr da Silva Barbeto, Tarcísio Tupinambá, João Bento Leite, Antônio João de Faria, Jose das Dores Sales, João Urbano de Araújo José Pureza da Silva, Almirante Costa, Olavo Marins, João Baptista Coelho, Paulo Valente, Raulino Mesquita e Waldovino Loureiro (Apud. FERREIRA, 2000, p. 93-94). Dentre os advogados de defesa constam os nomes de Genilson Sampaio de Lemos, Francisco Borges Filho, Modesto da Silveira e Marcelo Cerqueira.

No referido Edital a denúncia é assim relatada:

> Os denunciados transformaram o município de Campos, nos tempos do governo anterior, num verdadeiro purgatório. Usaram e abusaram, promoviam greves políticas, paralisaram o comércio, os bancos, a companhia de águas, a Prefeitura, a Santa Casa local. Paralisavam os trens da Leopoldina, dando prejuízos morais e materiais de grande monta à Nação, ao Estado e ao Município. O povo de Campos espera com ansiedade que seja feita a devida justiça, porque ali sofreu amargamente, sem ter ninguém que tomasse providência contra os fatos. É possível que alguns denunciados já tenham comparecido aos tribunais para prestar conta de seus atos delituosos, mas há necessidade de serem apurados todos os fatos para que tais delitos e crimes contra a Pátria e a Segurança Nacional nunca mais possam se repetir. Os acusados foram incursos da Lei de Segurança Nacional então vigente ao tempo da prática de tais delitos, Lei 1802 de 05 de janeiro de 1953, c.c. a Lei 898 de 1969" (FERREIRA, 2000, p. 94)

O Supremo Tribunal Militar, mediante apelação do Ministério Público da Procuradoria Militar da 1ª Auditoria da Marinha da 1ª CJM, em 26/07/1972, absolveu, por falta de provas, João Urbano de Araújo, Jose das Dores Sales, Jacyr da Silva Barbeto, Delso Gomes de Azevedo, Antônio João de Faria, João Bento Leite e Olavo Martins.

Delso Gomes, então presidente do sindicato dos rodoviários, histórico militante do PCB, em entrevista a esta pesquisa, informa outro processo militar em Campos dos Goytacazes, durante o governo Médici, no auge da repressão. Ele é datado de 1972 e envolve trabalhadores rurais.

O entrevistado relata que ao chegar no Presídio da Coroa,

> me jogaram num cubículo junto com eles, os trabalhadores rurais, muitos até descalços, porque naquele tempo não existia proteção ode trabalho; trabalhavam descalços, sem luva, sem nada (...) Aí encontrei muita gente, inclusive trabalhadores do Imbé, núcleo de reforma agrária que o pessoal tinha implantado lá em terras virgens, era terra devoluta do Estado (...) Aí no Brasil inteiro começaram a implantar núcleo de reforma agrária, mas no peito - como diz aqui - e na marra. No Norte, eram utilizadas muito as

> ligas camponesas, mas aqui no Sudeste eram associações, sindicatos que estavam formalizando a reforma agrária, implantando na prática a reforma agrária (...). Mas quando veio o golpe eles foram reprimidos também, prenderam lideranças e a polícia começou a invadir lá atrás de armas. Eles achavam que o pessoal estava se preparando também, achavam que a reforma agrária era só um pretexto para iniciar a luta armada. Mas chegou encontrou foi arma de caça, primitiva. Não encontraram nada que achavam que iam encontrar: arsenal de arma, munição. Não encontraram nada disto. Mas prenderam. Eles prenderam a maioria, prenderam um grupo grande (...). A luta foi mais mesmo pela posse da terra e de assalariados, [por]que os trabalhadores rurais das usinas eram assalariados, como a maioria das fazendas. Então eles lutavam, além da posse da terra que eles não tinham, por melhoria nas condições de trabalho, salários, leis trabalhistas, que não eram aplicadas. Até hoje é fraudado, mas naquela época as fraudes eram muito maiores, eram mais escandalosas. Então eu encontrei muitos aí, lá no presídio, mas as prisões deles não prosperaram porque não conseguiram provar atividades deles armadas. Então depois eles levaram 30 dias, porque alguns presos mais conhecidos, mais identificados, eles remeteram para Niterói, para o DOPS. (Delso Gomes, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

O entrevistado informa ter sido enviado ao estádio Caio Martins, transformado num "campo de concentração": os que não tinham título de doutor ficavam na quadra, dormindo em cima de jornal. E os que dispunham de terceiro grau ficaram nos camarotes.

Indagado se sofreu tortura, afirma que sim, em 1972, mas que esta é uma informação que vem mantendo em sigilo. Disse que gostaria de ter acesso aos autos para ver quem depôs na acusação.

> Esse foi o período mais duro. Esse que nós sofremos tortura, não só psicológica, (…). Um coronel da brigada militar em Niterói, aí outros 'tiras' que [es]tavam ajudando pra mostrar serviço, davam chute no tornozelo da gente, "fala rapaz, tá escondendo, ele tá perguntando", aí o (…) "não quero violência não", (…) simulação, "não quero violência não". Eles davam bico no tornozelo da gente. E a outra, tortura mais psicológica, porque quando nós chegamos no DOPS, eles botaram a gente num cubículo isolado, um em cada cubículo. Aqueles cubículos antigos ainda, que não tinham nem vaso sanitário. Eram uns vasos feitos de cimento armado. E outros eram no chão, no solo. Cubículo antigo que eles nem estavam usando mais, estava fechado. Aí eles aproveitaram e botaram nós. Aí deixaram a gente lá, depois de uma semana, para fragilizar a gente psicologicamente. Eles não apanhavam o depoimento dos presos logo no início. Eles deixavam preso, ficava aquela tortura psicológica para fragilizar as pessoas. Então depois chamaram nós pra prestar depoimento, aí prestamos depoimento. Tem um depoimento que eu virei pro oficial e disse...Ele aí leu meu depoimento, eu nem tinha dito nada não. Ele leu meu depoimento. Eu disse: "coronel, eu não falei isso não". "Você não falou

> mas tá falado agora". Eram uns depoimentos fabricados. Aí ele disse você [es]tá liberado, depois você vai responder o processo na justiça. Você [es]tá pra ser liberado, mas se você não assinar, você vai ficar apodrecendo aí dentro. Vai voltar pro cubículo onde você está; que no cubículo a porta só tinha uma janelinha pra receber alimento, só. De noite saía de dentro do vaso uma ratazana desse tamanho. Aí quando eu ouvia o barulho, espantava a ratazana, ela voltava pra dentro do vaso. Vinha pelo esgoto. Aí depois de muita insistência, eu também simulando resistência, pra ver até onde ele ia. Ele me acusando muito: você não fazia isso? Fazia, mas numa época legal. [E dizia]: mas encontraram uma porção de documentos com você no seu carro, jornais, boletins, tudo subversivo. Como é que você não tem? Quer dizer, eles basearam no que eles apreenderam e montaram. Aí acabou que o advogado na época da auditoria, conversamos com o advogado e ele dizia pra nós: "depoimento sob pressão em delegacia e no quartel não tem valor na justiça". No início, porque depois a justiça não quis saber disso não. Eles aposentaram uma porção de magistrados - desde o Supremo -, aqueles magistrados que davam sentença mais de absolvição, moderado. A partir do governo do Médici começaram a cassar. Não, aposentavam o pessoal do magistrado, aposentavam e tiravam do cargo. Então, ultimamente, no apogeu do governo Médici, não adiantava mais: aqueles depoimentos que os advogados tentavam anular na justiça, mas não conseguiam mais. Porque o pessoal das auditorias já era outros também. Já tudo encarregado de punir mesmo, de condenar. Então não tinha pra onde sair. Aí quando o processo chegou no Superior Tribunal Militar ninguém passava. Era tudo condenado. Aí nós fomos condenados. A gente [es]tava trabalhando, [es]tava respondendo ao processo em liberdade (...). Aí o advogado mandou chamar nós. Mandou um portador chamar nós pra comparecer. A prisão já foi decretada, mas isso pelos trâmites legais até chegar lá em Campos vai levar uma semana. Se vocês ficarem lá, vocês vão ser presos. Se quiser escapar tem que sair fora. Mas não deu tempo. Eles pegaram nós aqui. A única coisa que a gente conseguiu foi tirar [cumprir] a prisão aqui". (Delso Gomes, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Delso Gomes, atualmente com mais de oito décadas de vida intensa e vibrante, é anistiado político do Estado brasileiro.

No resgate da memória dos que lutaram, Gomes (2000, p.331-334), em seu livro, homenageia os que se envolveram na disputa política por melhoria das condições de vida. Recolhemos aqui os nomes de trabalhadores da agroindústria canavieira e assalariados por ele identificados e registrados no quadro 1, que segue:

Quadro 1. Trabalhadores da agroindústria canavieira e camponeses na luta por direitos no Norte Fluminense

Antônia Paranhos, trabalhadora rural;
Alberto Machado, camponês em São Francisco de Itabapoana;
Antônio Gonçalves, camponês em São Francisco de Itabapoana;
Benício Silva, trabalhador de usina;
Cândido Nunes, trabalhador de usina;
Ernesto Gomes da Silva, trabalhador de usina;
Eliete Gonçalves, trabalhador de usina;
Euclides Correa, trabalhador de usina;
Francisco Ramos, trabalhador de usina;
Jose das Dores, trabalhador de usina;
João Cardoso, trabalhador de usina;
José Moreira, trabalhador de usina;
João Antônio de Faria (trabalhador rural);
João Marco, camponês em São João de Itabapoana;
João Felizardo, camponês em São João de Itabapoana;
Leonel Teixeira, trabalhador de usina;
Letelbe Almeida, trabalhador de usina;
Manoel Heleno, trabalhador de usina;
Neri da Hora, trabalhador de usina;
Octávio das Dores, trabalhador de usina;
Pedro Cabral, trabalhador de usina;
Prudêncio, trabalhador de usina;
Sátiro Borges, camponês em São Francisco de Itabapoana e no Imbé;
Saturnino Cardoso, trabalhador de usina;
Urbano Duarte, camponês em São Francisco de Itabapoana.

Esta é uma ilustração do clima repressivo que presidia a luta por direitos no Norte Fluminense no período abrangido por esta pesquisa. Segundo Gomes (2000, p. 228), em Campos dos Goytacazes "foram mais de 100 presos políticos, além dos que foram intimados a depor e logo liberados".

4. O processo produtivo das usinas e a concentração fundiária

A produção da cana-de-açúcar encontra-se sujeita às variações climáticas, aos recursos naturais (fertilidade do solo e fontes de água) e aos processos biológicos relativos ao crescimento da gramínea, processos estes que atribuem especificidades ao progresso técnico na agricultura (SILVA, 1981). Uma das consequências derivadas desses condicionantes naturais é a *dissociação entre tempo de produção* – que envolve períodos

de germinação das sementes e maturação das plantas, períodos de não trabalho – *e tempo de trabalho*, menor que o primeiro. Este condiciona a duração do processamento industrial da cana-de-açúcar e o tempo de rotação do capital empregado nas atividades econômicas agrícolas e industriais, uma vez que o capital permanece improdutivo durante os períodos de não trabalho. Estas variações implicam uma demanda diferenciada de força de trabalho ao longo do ciclo produtivo da cana-de-açúcar e, consequentemente, à indústria relacionada ao seu processamento.

As etapas da produção da cana compreendem: a) *preparação do solo*, que envolve tarefas como desmatamento, homogeneização topográfica, reforma do canavial, correção do índice de acidez do solo, aração e gradeação; b) *o plantio propriamente dito*, consistindo nas tarefas de corte da cana-semente, semeadura, abertura e cobertura de sulcos e adubação de fundação, isto é, dentro dos sulcos; c) *tratos culturais*, com operações de limpas dos canaviais e adubação; *a colheita ou corte da cana*, antecedida de queima de partidos de cana, seguida do *corte, carregamento em veículos de transporte e envio às unidades processadoras* **(**FERREIRA, 1983; PAIXÃO,1994).

Já a produção de açúcar e álcool é de um tipo de *indústria de transformação química de processo contínuo, cuja expressão exemplar é dada pela indústria petrolífera.* Como esclarece Alves (1991, p. 21-22):

> na produção contínua, a atividade de transformação da matéria-prima se dá em consequência de uma cadeia de reações que transformam o produto integralmente, alterando a qualidade das matérias-primas empregadas. O processo contínuo é típico das indústrias de transformação química, onde a matéria-prima é transformada em cadeia, sem manipulação e sem interferência direta do trabalhador...

Agier e Guimarães (1990, p. 52-53), ao estudarem a petroquímica baiana, salientam como característica do processo contínuo *a ausência de controle efetivo do trabalhador sobre o fluxo e qualidade da produção, programados previamente e instruídos automaticamente nos equipamentos.* Nas unidades fabris os operários têm a função prioritária de *monitoramento e alimentação dos equipamentos*, impedindo que se provoquem interrupções no fluxo predefinido e automatizado da produção e exercendo funções que lhes são complementares. Dedicam-se, ainda, ao *acionamento dos aparatos mecânicos* que aí atuam. Como a *dinâmica do processo produtivo não depende do trabalho vivo como unidade dominante*, faz com que "o processo de produção deixe de ser processo de trabalho, enquanto controlado predominantemente pelo trabalhador"

(MARX, 1980, t. 2, p. 219). Este se encontra "ao lado" do processo de produção, não se afirmando como seu agente principal. Aí o trabalho vivo enfrenta *materialmente* o trabalho objetivado como corpo do trabalho vivo, autonomizado frente ao mesmo, como poder que o domina. Isto porque o desenvolvimento científico e sua incorporação nos equipamentos e máquinas, que acionam o processo produtivo, são expressões da *força produtiva em geral da sociedade*, mediatizada pelo capital fixo, e não só da força do trabalhador coletivo atuante na produção. É essa força produtiva geral da sociedade que impulsiona o desenvolvimento do capital, que dela se apropria gratuitamente. Assim, incorporada no maquinismo, a ciência confronta-se com o trabalhador como algo alheio, que ele não domina. Encontram-se condensados no maquinário habilidades e conhecimentos socialmente acumulados. O trabalho vivo é subsumido ao trabalho objetivado nos meios de produzir, que operam de maneira autônoma, movidos por uma força-motriz central. O indivíduo que trabalha torna-se supérfluo, embora não seja desnecessário, porque sua atividade encontra-se condicionada pelas necessidades do capital (MARX, 1980, p. 221).

As 17 usinas existentes no Norte Fluminense no ano de 1979, segundo a pesquisa *Mecanização da Cultura da Cana-de-Açúcar*, realizada pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (Cepa/RJ), atestam uma elevada concentração fundiária (RIBEIRO, 1987, p. 411).[17] Segundo a mesma fonte, a área total disponibilizada às usinas era de 161.131 ha, das quais 90% em regime de propriedade e 10% arrendadas. Destas, as usinas utilizavam apenas 56% da área total que dispunham efetivamente para a produção de cana, com predominância do processo manual, o que implica elevada demanda de mão de obra.

A concentração fundiária identificada tinha apoio em processos de grilagem, fruto de pressões sobre posseiros e pequenos proprietários, e na apropriação privada de terras públicas.

A expulsão de moradores ocorrida em Campos (RJ) utilizou-se de estratégias de pressão similares às demais regiões, identificadas por Ribeiro (1987, p. 178): expulsão direta com indenização irrisória ou nenhuma; deslocamento do lote de subsistência para

[17] As usinas registradas eram por ordem decrescente de concentração fundiária, considerando apenas o total de área própria do estabelecimento em hectares: Quissamã (21.000), São José (20.302), Outeiro (11.547), Sapucaia (14.800), São João (13.004), Barcelos (13.837), Baixa Grande (10.000), Paraíso (7.417), Cupim (6.943), Cambayba (6.763), Santa Maria (5.699), Novo Horizonte (5.645), Queimados (5.006,40), Carapebus (4.435,15), Santa Cruz (4.200), Conceição de Macabu (4.000) e Pureza (2.647). Elaboração própria a partir de Ribeiro (1987, p. 411).

terras esgotadas; exigência de pagamento de aluguel da casa ou seu abandono; atribuição de tarefas dificilmente realizáveis no prazo estabelecido; contratação de trabalhadores de fora por empreitada. A expulsão de trabalhadores ou invasão violenta de suas terras, com base em milícias privadas, remonta aos anos 1920 e foi persistente nas décadas de 1970 e 1980, transformando-os em assalariados, "trabalhadores livres com os pássaros" ou um "*pauper* virtual" nos termos de Marx (1985, 1980). Como registra sinteticamente Ribeiro (1987, p. 173):

> Através de jagunços – polícia privada –, verificam-se expulsões sumárias. Em outros casos, pressão contínua para a venda das terras, tendo o camponês sua roça destruída pela invasão do gado do fazendeiro vizinho, em consequência das cercas que foram derrubadas na surdina, ou o caminho para a água (córrego ou riacho) que passa pela propriedade do fazendeiro, cercado e vigiado por homens armados; bloqueio de estradas que servem para o escoamento da produção, aumentando o grau de autoexploração familiar até o limite da insuportabilidade, pela distância.

Mas a grilagem em Campos também se ampliou *para terras públicas com a conivência de órgãos oficiais mediante ampla drenagem de lagoas*, aumentando as áreas de lavoura e pastagem e facilitando a invasão dos proprietários cujas terras ficavam próximas das margens (RIBEIRO, 1987, p. 174), o que é também registrado na entrevista de Faria anteriormente citada, na qual relembra ter sido pescador nas lagoas e vendedor de peixe no mercado municipal. O jornal diário *O Monitor Campista*, de 19/12/1979, tem chamada de primeira página "Depoimentos sobre a invasão da Lagoa serão tomados amanhã". Refere-se à investigação realizada pela Comissão Especial da Câmara Municipal de denúncia sobre a tomada de terras ribeirinhas da Lagoa Feia por fazendeiros. Foram ouvidos ainda o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), por meio de seu diretor Acyr Campos e seu ex-presidente Neif Camis, o Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza, na pessoa de Aristides A. Soffiati Netto, e a Colônia de Pesca Z-2, representada pelo interventor Wilson Barbosa (*O Monitor Campista* de 19/12/1979, recolhido em pesquisa de campo e depositado no NMSPP/CPDA/UFRRJ)

Relatório do presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, datado de 15/08/1978, coligido nesta pesquisa, apresenta um quadro geral da situação dos trabalhadores rurais canavieiros no período:

> Os assalariados da lavoura canavieira do Norte Fluminense, que abrange os municípios de Campos, Conceição de Macabu, Macaé, São Fidélis, São João da Barra e Bom Jesus de Itabapoana, representam 50.000 trabalhadores, sem dúvida a maior concentração de assalariados de todo o Estado (Ficha de relatório de Eraldo Lírio de Azeredo, 1978, recolhido nesta pesquisa e depositado no NMSPP/CPDA/UFRRJ).[18]

O relatório citado registra distorções existentes na distribuição das terras no estado, a presença de migrantes, desempregados e subempregados, além de graves conflitos pela luta em torno da posse da terra:

> Basta que se verifique a situação da distribuição das terras de nosso Estado, onde 60% dos imóveis rurais são minifúndios e ocupam apenas 13% da área total do Estado, enquanto os latifúndios, que se constituem em 35% dos imóveis rurais, ocupam 77% de toda a área cadastrada no Estado (Dados do Incra de 1972) (Ficha de relatório de Eraldo Lírio de Azeredo, 1978, recolhido nesta pesquisa e depositado no NMSPP/CPDA/UFRRJ).[19]

O dirigente sindical denunciava o destino dos investimentos governamentais aplicados em grandes obras de infraestrutura realizadas no estado (pontes, estradas, represas, viadutos) que não melhoravam as condições de vida e de trabalho, o transporte e a comercialização da produção dos pequenos produtores das regiões beneficiadas: posseiros, parceiros, arrendatários e minifundistas eram os mais prejudicados.

> Com a valorização trazida às terras pelos beneficiamentos governamentais, os grandes proprietários dos imóveis rurais desencadearam um intenso e incessante processo de expulsão dos lavradores ali situados. Vale ressaltar que tais expulsões são conseguidas pela via judicial, e até mesmo pela violência. [...] (Ficha de relatório de Eraldo Lírio de Azeredo, 1978, recolhido nesta pesquisa e depositado no NMSPP/CPDA/UFRRJ).[20]

---

[18] Ficha de registro dos conflitos e violações de direitos no meio rural fluminense, 1946-1988, que afligem os trabalhadores rurais da lavoura canavieira do Norte do Estado do Rio de Janeiro, elaborada pela pesquisadora Annagesse Feitosa, a partir de material recolhido por esta pesquisa e depositado no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

[19] *Idem*.

[20] *Ibidem*.

5. A violência das relações de trabalho e a resistência dos trabalhadores no Norte Fluminense21

5.1 A nova prática do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos

No período entre 1968 e 1973, o STRC teve como parâmetro da ação sindical a aceitação dos índices de reajuste salarial estabelecidos pelo Departamento Nacional de Salários, órgão do Executivo federal, a quem era atribuído o mérito dos referidos reajustes, geralmente não cumpridos pelos patrões. Além do aumento salarial, a pauta sindical apresentava as seguintes reivindicações: férias de 30 dias corridos, gratificação no final do contrato para o safrista, quinquênio, estabilidade por determinado período para a gestante, adicional de insalubridade e preço da hora extra com um adicional de preço sobre a hora regular.

Cruz (1995) informa ser uma constante o não comparecimento da representação patronal na mesa-redonda para a busca de acordo, forçando a instauração do dissídio coletivo.[22] O ritmo lento da Justiça fazia com que este ocorresse após a data base do aumento anual, o que dificultava a aplicação do acordo, principalmente aos trabalhadores temporários. Assim, o cumprimento do acordo se resumia ao morador dotado de carteira de trabalho assinada.[23] Tanto Cruz (1995) quanto Ribeiro (1987) anotam práticas assistencialistas e disputas entre os trabalhadores rurais ligados ao STRC, sujeitos aos poucos benefícios do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), e os trabalhadores das usinas, enquadrados como industriários, representados pelo Stiac, beneficiários do então Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), conhecido como "Sindicato da Indústria".

[21] As informações que se seguem baseiam-se em entrevistas realizadas, entre 25 e 27/11/2014, em Campos, pelas pesquisadoras Marilda Villela Iamamoto e Ana Costa, com o Prof. Dr. Jose Luis Vianna Cruz, ex-assessor pedagógico do Sindicato; Prof. Dra. Lea Paiva, ex-assessora jurídica do STRC; Delso Gomes, ex-dirigente sindical e membro do PCB em Campos; Prof. Dra. Leda Regina Barros Silva, assistente social do antigo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). Foi ainda entrevistada, no Rio de Janeiro, Dra. Maria Angélica Gentile, juíza do Trabalho aposentada e assessora jurídica da Fetag/RJ da metade dos anos 1970 a início dos anos 1980.

[22] Isto é ilustrado na reportagem do Jornal *A Notícia*, de 31/07/1984, durante a greve que "paralisa 25 mil boias-frias na região", que diz: "A mesa-redonda que estava programada ontem, para a Subdelegacia Regional do Trabalho, entre empregados e empregadores foi transferida para hoje às 18 h. O delegado do Trabalho Pedro Correa Neto não pôde chegar a tempo para estar presente em função da greve dos metalúrgicos no Rio de Janeiro. Ontem só estiveram presentes à sede do STR o presidente do Sindicato Rural, Celio Wagner, bem com os presidentes da Contag, Jose Francisco da Silva; da Fetag/RJ, Eraldo Lírio; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Manoel Francisco Pereira, e outras lideranças. *Os usineiros não se fizeram representar* (p. 2, grifos nossos).

[23] Maior detalhamento desse assunto no período encontra-se em Ribeiro (1987).

Sob a presidência de Abelardo Gonçalves, o STRC sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, em 1973, sendo a gestão concluída por uma junta governativa. Novas eleições foram realizadas em 1974, quando assumiu a presidência José Carlos de Souza Freitas, no mesmo período em que a Fetag passou a ser conduzida por Eraldo Lírio Azeredo na sua presidência, também da zona canavieira de Campos.

O público-alvo do Sindicato, voltado predominantemente para os trabalhadores assalariados, pode ser aferido, no final da década de 1970, com base na pesquisa da Cepa/RJ, a partir de informações à safra de 1978/1979, recolhidas nos escritórios de usinas referentes. Segundo esta fonte, o total da mão de obra permanente ocupada nas usinas era de 8.072 empregados. Destes, 33% eram especializados, dedicados ao manuseio de maquinário, com salário médio/mês equivalente a dois salários mínimos, aproximadamente. Já os demais trabalhadores permanentes não especializados, dedicados à lavoura da agroindústria, recebiam abaixo do mínimo oficial, assim como os assalariados temporários dedicados ao plantio da cana, que representavam um acréscimo de 13% da mão de obra. Para os tratos culturais, na referida safra, houve um acréscimo de 26% no período de seis meses. No período da colheita essa agroindústria encontrava seu pleno funcionamento, contando, à época, com um aumento de 87% da força de trabalho ocupada nos meses de julho a outubro, destituída dos direitos trabalhistas, sendo, por isto, chamados de "clandestinos", que eram "recompensados" com um salário acima do mínimo (RIBEIRO, 1987, p.159-163).

Documento da Fetag/RJ para o STRC, para a campanha salarial de 1980, recolhido por Ribeiro (1987, p. 102), sustenta que a participação da mão de obra correspondia a 38% no total dos custos da produção da cana.

Inúmeras arbitrariedades nas relações trabalhistas foram citadas por Eraldo Lírio de Azeredo no depoimento anteriormente referido: ausência de pagamento em dinheiro, feito através de "vales"; recolhimento de carteiras de trabalho para registro, sem devolução no prazo legal estabelecido, as quais só eram efetivamente assinadas em caso de acidente de trabalho para tornar possível o acesso ao benefício pelo trabalhador e evitar a reclamação judicial; não recebimento de férias e 13º salário por 80% dos trabalhadores; ausência de fornecimento e uso de instrumentos de proteção; alimentação deficiente, não fornecida pelos empregadores; ausência de conhecimento por parte do trabalhador do preço da tonelada de cana, da linha ou do metro cortado; atraso no pagamento de salários dos trabalhadores "fichados" e contratação de trabalhadores "clandestinos" para tarefas mais pesadas e com salários mais atualizados.

> O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR) vem defendendo os interesses da classe em seu trabalho diário, quer encaminhando à Justiça todos os casos em que são lesados os direitos dos trabalhadores, quer denunciando os problemas vividos pelos trabalhadores, quer apontando soluções para estes problemas (Ficha de relatório de Eraldo Lírio de Azeredo, 1978, recolhido nesta pesquisa e depositado no NMSPP/CPDA/UFRRJ).[24]

O Jornal *O Monitor Campista* registra a denúncia de José Carlos de Souza Freitas, presidente do SRTC, de que vários empresários rurais de Campos acionavam a Polícia Federal para coagir e amedrontar os seus empregados quando estes reclamavam seus direitos trabalhistas: "Os trabalhadores, quando reclamam seus direitos, são chamados de subversivos e agitadores populares", diz o sindicalista. Entre esses empregadores estava Antônio Pinheiro Dias, da Fazenda Conceição da Barra, em Lagoa de Cima. É o caso de Wilson Ribeiro, que compareceu ao Departamento da Polícia Federal de Campos, para prestar esclarecimentos a respeito de fatos em apuração no IPP nº 07/79. Diz o trabalhador:

> Meu patrão não quis pagar o 13º salário, férias, feriado remunerado e outras coisas. Procurei o Sindicato que entrou com ação na Junta de Conciliação e Julgamento. No dia 27 de junho compareci a audiência. Após isto ele entrou com processo na Polícia Federal me acusando de subversivo, declarou Wilson Ribeiro (...) "Não sou subversivo, nunca fui, nem sei dizer o que é isto. Isso me deixou muito preocupado. Sou um pobre trabalhador – CR78,00 por dia – que vivo trabalhando para cumprir o meu dever. Espero que a justiça seja feita naqueles (sic) que cumprem com seu dever" *(O Monitor Campista*, ano 146, nº 293, de 19/12/1979, p. 7).

Na década de 1970, a expulsão dos trabalhadores residentes e o contingente de trabalhadores "clandestinos" são ampliados. O STRC passou a fazer denúncias na imprensa dos casos mais graves, assim registrados por Cruz:

> * Demissão em massa das fazendas;
> * Trabalho em regime de semiescravidão;
> * Condição de total clandestinidade às relações trabalhistas;

[24] Ficha de registro dos conflitos e violações de direitos no meio rural fluminense, 1946-1988, que afligem os trabalhadores rurais da lavoura canavieira do Norte do Estado do Rio de Janeiro, elaborada pela pesquisadora Annagesse Feitosa, a partir de material recolhido por esta pesquisa e depositado no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

> * Regime de exploração nas tarefas da lavoura, principalmente no corte da cana;
> * Exploração do trabalho da mulher e do menor;
> * Insalubridade e periculosidade do trabalho, particularmente no uso de agrotóxicos;
> * Proliferação de empreiteiros, como meio de mascarar o vínculo direto com os fazendeiros e sustentar a clandestinidade da relação do boia-fria (CRUZ ,1995, p. 53).

Em 1980, trabalhadores rurais e dirigentes sindicais estaduais e nacionais (Fetag e Contag) de todo o Norte Fluminense reuniram-se no STRC, propondo uma data base dos dissídios coletivos para toda a região. O deputado Walter Silva (PMDB/RJ), ex-assessor jurídico da entidade, lembra que:

> o primeiro documento legal tratando de dissídio é uma conquista de Campos. Em 1960 e inclusive em 1966 o Sindicato de Campos foi surpreendido com um movimento grevista espontâneo na Usina São José, ocorrido devido à suspensão ilegal do salário família devido pela empresa (*Folha da Manhã*, nº 298, ano 3, 3/11/1980, p.1. "Rurais veem data base para dissídio").

As mobilizações dos trabalhadores vinham responder a conflitos trabalhistas acumulados e que passavam a apresentar inéditas alternativas de enfrentamento favoráveis aos trabalhadores pela via judicial sob a condução do sindicato. Este passou a romper o histórico monopólio dos usineiros no estabelecimento de práticas arbitrárias de condução das relações de trabalho, que aconteciam desrespeitando a legislação vigente. Elas corporificavam incontestes violações de direitos sociais – especialmente trabalhistas – e de direitos humanos.

A consulta à documentação dos arquivos da Fetag/RJ por esta pesquisa foi fonte fértil para a identificação de exemplos de violações de direitos. Os documentos encontrados foram sistematizados em fichas de registro dos conflitos e violações de direitos no meio rural fluminense (1946-1988) aqui utilizadas.[25] Elas são ilustrativas da situação em que se encontravam os trabalhadores canavieiros da região. São frequentes nessa documentação as reclamações referentes a ausência de assinatura da carteira de trabalho profissional durante todo o período trabalhado; ausência de pagamento do piso

[25] As fichas, que dão suporte aos exemplos citados a seguir, foram elaboradas pelas bolsistas de iniciação científica Isabella de Souza Maio e Adriana de Jesus Garcia Pinto da Faculdade de Serviço Social da UERJ, vinculadas à pesquisa "Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil (2003-1015). Condições de vida e trabalho dos assalariados da agroindústria canavieira fluminense" sob a responsabilidade acadêmica da pesquisadora Marilda Villela Iamamoto (CNPQ/UERJ). Foram utilizadas ainda fichas de conflitos elaboradas por outros componentes da equipe de pesquisadores.

salarial, não pagamento integral dos salários devidos; ausência de pagamento de repouso remunerado; não consideração, na jornada de trabalho, do tempo despendido no transporte para as áreas localizadas em distintas propriedades; não cumprimento do acordo coletivo quanto ao pagamento do preço para o corte de cana; irregularidades no pagamento de aviso prévio; férias, 13º salário, horas extras; não pagamento de indenizações por tempo de serviço; fraudes nas contratações; prestação de serviços fora dos períodos constantes na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), retificação de datas de admissão na CTPS, entre outras.[26]

Neves (1989, p. 5 e 7) apresenta depoimento de um dos trabalhadores, durante a assembleia de decretação de greve de 1984, que sintetiza aquele contexto, as motivações e o sentimento dos assalariados, diante da negação dos seus direitos ou, como ele afirma, estão "roubando os nossos direitos":

> Somos trabalhadores sofridos, pisados, massacrados. Além de pagarem salário de fome, ainda têm coragem de roubar da gente, tirar da gente, roubar no metro, no peso, nos direitos. Eu às vezes penso que eles não podem encarar a gente. Como que alguém pode ter coragem de roubar de uns trabalhadores que só têm o que comer e olhe lá que comida...!
>
> Roubam, roubam, roubam e não têm contemplação. Se o trabalhador falta, desconta.
>
> Se chega atrasado, desconta. Corto cana, faço meu esforço e sou roubado. Não tenho a quem reclamar.
>
> Não tem que ter medo. Essa é a nossa casa.
>
> Todos que estão aqui são amigos. Pode falar porque os que ouvem a gente são amigos. Temos que aproveitar a hora e falar a verdade. Uns trabalhadores estão aqui. Outros não. Com medo. Mas os que estão aqui podem dizer se estou mentindo. Não estou falando mentira.
>
> Eu fico satisfeito de ver a casa cheia de amigos.
>
> Nós não podemos ter medo. Temos que lutar, temos que discutir nos aceiros e temos que fazer greve. Só não podemos é ficar calados. Nós estamos com a verdade e temos que brigar. Se o direito é seu, não adianta discutir só nós aceiros. Tem que lutar por eles. Gosto de falar a verdade. Sei que na segunda-feira não vou ter mais serviço. Mas falo a verdade assim mesmo. Vamos falar a verdade: Estão roubando os nossos direitos. Somos sacrificados.
>
> Lutamos com sacrifício e passamos fome. Não ganhamos nem para alimentar, que dirá para vestir e colocar filho no colégio!
>
> Se eu for falar tudo o que sinto, vou falar dois ou três dias.

[26] O acervo de dados é tal que requereria um estudo específico sobre as referidas fichas, o que não cabe no presente texto.

> Deus vai proteger a gente nessa hora da verdade. Deus vai proteger nossos direitos. Deus vai proteger os trabalhadores falando de seus direitos. Não devemos se envergonhar de falar de nossos direitos e de nossa verdade. Não estamos lutando pela desobediência. Queremos nossos direitos. Não estamos brigando pelo que é dos outros.
>
> Trabalhar a semana toda e não ter o que comer?
>
> Essa é a nossa hora. Hora que tanto esperamos.
>
> Eles não podem matar a gente tudo. Estamos lutando para não acabar de morrer de fome.
>
> Nós não podemos aceitar essa situação. Temos que lutar. Eles não podem ficar fazendo isso com a gente. Pensa que a gente é cachorro, que não tem vergonha, que não tem coração? Nós não somos cachorro não. Botam a gente para viajar em caminhão de transportar gado. Botam a gente para viajar com as bostas de boi. As mulheres com as pernas abertas, uma pra dentro e outra pra fora do caminhão. A gente correndo para não perder o caminhão e eles passam e deixam a gente com a cara de bobo, sabendo que o trabalho e o ganha-pão e, se não trabalhar, não vai ter o que comer.
>
> Precisamos de condução decente para a gente viajar. Nós saímos de casa para trabalhar e não para passar vergonha.

Em seu processo de renovação e em resposta a essa realidade, o Sindicato passou a contar com dois advogados e um assessor educacional para atuar em Campos, São João da Barra, Conceição de Macabu e São Fidélis.

O esforço da Contag, da Fetag e do STRC na arregimentação de profissionais do direito que tivessem não apenas o domínio das leis, mas principalmente uma concepção política de compromisso com os direitos dos trabalhadores, pode ser observado neste trecho da entrevista com Maria Angélica Gentile:

> (...) foi uma estratégia de luta impressionante. Porque você só tinha uma maneira de fazer aquilo; *que era a via judicial*. E aí, nós ressuscitamos, vamos dizer assim... porque desde que essas duas legislações surgiram, além de ninguém nem tomar conhecimento da existência delas, elas nunca tinham sido aplicadas. Nem uma nem outra. Nem a trabalhista, propriamente dita; e a dos colonos. Do colonato; que era o Estatuto da Terra. Ninguém nem sabia! E nunca tinham sido utilizadas. E aí, o que é que a gente ia fazer? A avaliação que se tinha, naquela época, era de que a única forma que a gente tinha de apoiar a luta deles e dar proteção a eles, que resistiam ali, que ainda estavam ali era de você fazer *a luta jurídica*. Então, era uma luta extremamente trabalhosa (Maria Angélica Gentile, entrevista realizada em 11/07/2014 por Ana Costa e Mariana Trotta, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Foram criadas cinco delegacias sindicais, que sediavam postos de saúde e tornaram-se espaços de aproximação dos trabalhadores. A colaboração de intelectuais

como Moacir Palmeira e Ligia Sigaud à Contag contribuiu para a ação sindical, além de Afrânio Garcia, que era seu assessor educacional.[27] O STRC desenvolveu apoio aos trabalhadores rurais com foco nos direitos trabalhistas, atendimento assistencial, ambulatorial e judicial. Ampliaram-se as ações trabalhistas individuais e os ganhos indenizatórios, de que são ilustrativas várias fichas de registros de conflitos reunidas por esta pesquisa. O dirigente sindical era considerado "advogado prático", decodificador da legislação e de recursos jurídicos[28], o que favorecia as negociações com o patronato. Esta posição incorporada pelo STRC foi subsidiada pela Contag e Fetag/RJ, a partir do 3º Congresso dos Trabalhadores Rurais.[29]

Nos anos 1980, o movimento sindical passou a priorizar *ações coletivas*, ampliando suas repercussões.

> Nós entramos na justiça com ações coletivas, pra poder agregar, pro pessoal aprender a trabalhar em conjunto, porque o assalariado é muito solto, independente, não tem noção do que é o trabalho em coletivo, união, de solidariedade, cada um é por si, cai no eito, ganha por produção, então quem for mais rápido se safa, eles não tão nem aí. Eles querem o parceiro no corte de cana, porque antes eram sete linhas. Um fica de um lado do aceiro, o outro fica do outro lado, um à direita e o outro à esquerda. E eles vêm cortando juntos, se os dois não tiverem um pique semelhante, um fica pra trás e o outro vai embora. É difícil agregar, então nós começamos a fazer ações coletivas, plúrimas, numa ação só a gente botava 50 trabalhadores. E outros mecanismos que eu não lembro mais direito não, sabe. Mas a coisa foi costurando através dessas pequenas iniciativas até chegar a uma deflagração de greve (Ana Maria Nascimento, entrevista realizada em 15/12/2014 por Ana Costa e Mariana Trotta, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Crescia, simultaneamente, a pressão da Justiça do Trabalho sobre a assessoria jurídica do Sindicato. A pressão do movimento sindical e dos advogados ao nível nacional

---

[27] Afrânio Garcia Jr., Ligia Sigaud e Moacir Palmeira eram, na época, professores do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[28] "Os trabalhadores se sentiam acolhidos no sindicato, a assessoria jurídica era boa, Zé Carlos ouvia... e tinha sido cortador de cana, cultivava as amizades. E no aspecto organizativo ele era interessante. Ele tinha os nomes de todo mundo desse município, das fazendas, das usinas, dos eitos, dos aceiros.... Ele tinha o mapa das lideranças..." (Entrevista com José Luís V. Cruz, realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ)

[29] Exemplificam esta orientação os documentos obtidos na residência de José Carlos de Souza Freitas, doados pela família à equipe de pesquisadores, sobre "questões trabalhistas" e "questões previdenciárias". Trata-se de material do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília em maio de 1985, congregando a Contag, 22 federações e 2.600 sindicatos.

culminou com a remoção do juiz, atribuindo transparência à ausência de isenção da Justiça Trabalhista ante os interesses patronais.[30]

Destacamos a seguir alguns casos exemplares que retratam a violência das relações de trabalho e a destituição de direitos dos trabalhadores rurais.

5.2 O assassinato do trabalhador rural Jotaci Teixeira da Silva em São João da Barra.

Nesse panorama de crescente tensão entre trabalhadores e latifundiários, a identificação de assassinato de um trabalhador rural por um agente privado, preposto do proprietário fundiário, merece registro, ainda que extrapole a centralidade atribuída neste texto aos assalariados canavieiros. A grave violação de direitos, denunciada por lideranças sindicais, com grande repercussão na imprensa regional, ocorre na Fazenda Tipiti, de propriedade do Barão Ludwig Kummer, em São João da Barra em flagrante desrespeito aos direitos humanos, foi identificado o assassinato do trabalhador Jotaci Teixeira da Silva, pelo gerente da propriedade, em 31/03/1983. Jotaci era meeiro da fazenda e pai de 11 filhos. Sua esposa, Marcia do Carmo, além de seis filhos do casal, trabalhava na Tipiti Indústria de Farinha Ltda., onde recebeu a notícia do assassinato do marido.

A denúncia da arbitrariedade foi divulgada na primeira página do jornal *A Notícia* nº 102, de 01/05/1983, sob o título: "Líder rural pede punição para os responsáveis por morte de trabalhador". Um ato público de denúncia e protesto contra o assassinato foi marcado por um clima de revolta e temor. Reunindo 120 trabalhadores rurais, o ato foi conduzido por representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São João da Barra, na presidência de José Maria Felizardo, e por representantes da Fetag e da Contag. Conforme informações do referido diário neste evento, faixas penduradas no Travessão da Barra estampavam os seguintes dizeres: "Morreu Jotaci por lutar pelo pão para seus filhos"; "Jotaci Teixeira da Silva foi assassinado covardemente em 31 de março de 1983"; "Jotaci era sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Barra, com matrícula 2473". Um livro de cordel contando a morte de Jotaci Teixeira da Silva foi lançado e vendido a preço simbólico com o propósito de colaborar com a família do trabalhador.

[30] Detalhamento desse processo de afastamento do juiz poderá ser conferido em entrevista concedida pela ex-advogada e atualmente juíza do Trabalho/ES, Dra. Ana Maria M. Nascimento, realizada em 15/12/2014 por Ana Costa e Mariana Trotta e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

O pronunciamento do presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, reclamava das autoridades do Estado do Rio de Janeiro e do governo federal, por intermédio do Incra, medidas de urgência para evitar novas mortes. Informava que dos 63 municípios do estado, em mais de 30% deles, ou seja, 23, existiam atritos entre grandes latifundiários e parceiros que já ocupavam as terras há muitos anos. O secretário da Contag, Gelindo Zulmiro Ferre, afirmava que, somente em 1982, 28 trabalhadores na agricultura foram brutalmente assassinados em conflitos de terra provocados por grandes latifundiários.

A reportagem apontava a presença no ato de um agente da P-2 da Polícia Militar que, em um canto, fazia anotações do que era falado pelas lideranças sindicais presentes.

Vale citar outros extratos da reportagem de *A Notícia* de 01/05/1983:

> Os trabalhadores – muitos com mais de 20 anos trabalhando dentro da Tipiti – vêm sendo constantemente ameaçados de morte por um ex-policial e outros capangas. O gerente que assassinou o Jotaci Teixeira continua em liberdade e, segundo informações colhidas em Travessão da Barra, ele assume a administração da fazenda na terça-feira. José Maria Felizardo, o líder sindical, diz que isto pode representar um *salvo conduto para que ele volte a matar outros trabalhadores* e, logo em seguida, exige justiça para o criminoso, assegurando que vai contratar o melhor advogado para dar assistência à família e pedir condenação do homicida.
>
> (...)
>
> Enoque Alves Moreira, outro meeiro da Fazenda Tipiti, corrobora com a viúva, afirmando que nos 27 anos que passou na propriedade até hoje só passou sacrifícios e sofreu ameaças de morte.
>
> (...)
>
> Nós não temos nenhum direito. Eu estava construindo uma nova casinha já que a minha está querendo cair e os *homens do Barão* foram lá e derrubaram tudo. Garantiram que se eu fizesse de novo eles iam me matar. Só não fizeram antes porque eu não fiz oposição quando destruíram tudo que estava pronto.

A reportagem assinala que, nos dois últimos anos, duas novas habitações foram derrubadas pelos *capangas* da fazenda. Esta atitude premeditada tinha em vista a expulsão daqueles que durante tantos anos foram explorados cultivando a terra e vendendo mandioca ao Barão por um preço irrisório, conforme denunciava José Maria Felizardo.

5.3 O caso de contaminação de trabalhadores rurais por biocidas organomercuriais

Um caso que merece destaque, identificado ao longo da pesquisa de campo, foi a contaminação de 21 trabalhadores da cana-de-açúcar na região, por fungicidas,

identificada e comprovada pela Fundação Getúlio Vargas / Instituto de Seleção e Orientação Ocupacional (FGV/ISOP, 1980)[31] e por órgãos oficiais. Ela foi objeto de estudos científicos ao nível de doutorado na Fundação Oswaldo Cruz (CÂMARA, 1985).

Esta constatação é parte do projeto de Otimização Ergonômica nos Tratos Culturais da Cana-de-Açúcar, desenvolvido no Município de Campos em março de 1979. O laudo pericial foi emitido pela Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, conforme registra reportagem de Adelfran Lacerda, base dos dados que se seguem ("Na guerra contra biocidas. Trabalhadores querem ser indenizados", publicada no *Folha da Manhã* nº 95, de 16/04/1981, p. 2).

Estudo efetuado reconhece que as políticas adotadas no país tendo em vista o aumento da produtividade agrícola estão relacionadas ao uso de pesticidas, cujo consumo sofreu aumento com o acesso ao crédito rural. Tais substâncias manipuladas pelos trabalhadores contaminavam-nos no trabalho. Além disso, "as 'políticas modernizantes' adotadas causaram um empobrecimento do trabalhador rural e consequentemente diminuíram seu nível de vida" (CÂMARA, 1985, p. 55).

Em Campos, a aplicação de fungicidas mercuriais ocorria em dois momentos, na época do plantio: o primeiro, inteiramente manual, quando os toletes de cana eram banhados por uma solução de água e fungicida; o segundo, mediante a pulverização da mesma substância nos toletes através de bomba manual. As partículas podiam penetrar nos pulmões por vias respiratórias, cutâneas e digestiva, ingressando na corrente sanguínea e causando intoxicação dos trabalhadores. O contato dérmico ocorria quando se preparava a solução, durante a aplicação e no plantio. A ingestão ocorria durante a alimentação, feita no mesmo local de trabalho.

Segundo informações técnicas registradas na referida reportagem, no homem, os compostos mercuriais permanecem no plasma e glóbulos vermelhos uma média de três meses. Vão sendo depositados nos tecidos, enquanto uma pequena parcela é eliminada principalmente pela urina, saliva e fezes. Os compostos orgânicos de mercúrio lesam sobretudo o sistema nervoso, rins e pele, podendo afetar outras partes do corpo.

[31] A equipe técnica responsável pelo projeto, realizado mediante o convênio Subin/Isop 031/78, Otimização econômica nos tratos culturais da cana-de açúcar, foi composta por: Maria Regina Chuari da Silva (Isop/FGV); Armando Augusto Clemente (Coppe/UFRJ); Lenice Ferreira de Morais da Silveira (Isop/FGV); Miguel de Simoni (Coppe/UFRJ); Rui Melo de Carvalho (Ibre/GIA/FGV); Vera Lucia Marins Vieira (Isop/FGV); Volney Magalhães Câmara (FM/UFRJ) e Vania Maria Barroso (Coppe/UFRJ).Contou com a supervisão pelo ISOP de: de Ued Martins Manjud Maluf, Euridice Freitas, Jose Cavaliere Figueiredo e Monique Rose Aimée Augras.

O levantamento foi feito no período de 10 a 14/12/1979, tendo sido recolhidas 25 amostras de sangue, 23 de urina, três de cana e uma amostra de folha. Todos os 29 doadores foram submetidos a exame clínico por médico da equipe, sendo realizada a respectiva anamnese. A análise do material foi feita no Instituto Nacional de Tecnologia do Ministério da Indústria e Comércio (INT/MIC), que constatou a contaminação. Da população examinada, 72% estavam seriamente envolvidos com a possibilidade de intoxicação crônica por mercúrio, alguns com níveis de intoxicação aguda. Dos contaminados, mais de 50% apresentavam sinais de alteração no sistema nervoso: tremor de mão (14); dislalia (quatro); alteração de marcha (dois). Alterações dermatológicas foram encontradas em aproximadamente 80% dos lavradores examinados, predominando rarefação de pelos e alopecia (14); eczema de contato (seis). Outros dados obtidos foram: hipertensão arterial (seis casos); edema (quatro); cefaleia (dez); dores articulares (sete); lipotimia (três); insônia (três); alterações renais (dois).

Conforme informa Câmara (1985, p. 2), os resultados da pesquisa foram objeto de consideração pelo STRC, que realizou ampla campanha de divulgação desses resultados em jornais, rádio, televisão, e de um abaixo-assinado que recebeu o endosso dos órgãos de classe dos trabalhadores na agricultura, defendendo a eliminação dos fungicidas organomercuriais.

> Como desdobramento (...) a Contag redige um documento solicitando ao Presidente da República a imediata proibição da produção, importação, comercialização e utilização de fungicidas mercuriais no Brasil.
> Finalmente, a portaria nº 006 da Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Saúde tornou proibido o registro de fungicidas organomercuriais (CÂMARA, 1985, P. 95).[32]

A ação de reparação de danos físicos postulada contra os empregadores foi encaminhada pelos advogados do STRC, Edson Carvalho Rangel e Ana Maria M. Nascimento, e estendida a todos os empregados que tiveram caracterizada a contaminação sofrida.[33] Segundo a assessora jurídica do Sindicato, seria também proposta ação acidentária contra o órgão previdenciário, já que o empregado, na condição de segurado, contribuía mensalmente para cobrir riscos advindos de sua prestação laboral. Nesse

[32] Conferir Anexo I (Projeto de Lei nº 3.454, de 26/07/1980, do deputado Walter Silva/PMDB-RJ).
[33] Esta ação tem por suporte legal os preceitos contidos nos artigos 1520, 1521, 1518, 1537, bem como no inciso 21 do artigo 153 da Constituição Federal, tendo como processamento os termos previstos no Código de Processo Civil, através dos artigos 282 e seguintes.

processo, o próprio presidente do STRC encabeçou a ação por estar contaminado pelos biocidas mercuriais.

5.4 A degradação das condições de trabalho constatada em pesquisa do IAA

Pesquisa realizada na década de 1980 em usinas da região, pelo Serviço Social do IAA, registrou a história de violência e repressão, com degradação das condições de trabalho, o que pode ser observado nos relatos a seguir apresentados de Leda Regina Barros Silva, assistente social do antigo IAA, atualmente professora da UFF/Campos:

> Sobre a mulher que tinha um filho e quando ia trabalhar (...) levava dentro do cesto, deixava debaixo da árvore, colocava um paninho sobre a criança. Quando o peito enchia de leite parava o trabalho e ia lá para amamentar (...) algumas faziam isso escondido (...) e outras faziam isso sob a autorização do capataz ou da gerência, dos administradores da plantação. Tinham que fazer isso "rapidinho", não podia, na verdade, demorar (...).
>
> (...)
>
> A questão de não ter hora de descanso (...) sábado, domingo, à noite eles não tinham, na verdade, inexistia a garantia do descanso.
>
> (...)
>
> Teve um caso que foi na Usina Cambayba, tipo assim: o avô passa muito mal em casa (mas ele morreu em casa) e a gente corre para procurar ajuda na usina. E a ajuda, na verdade, demorou muito. Ou seja, ele morreu por problema do trabalho dele, era problema respiratório, cardíaco – sempre viviam com muitas tensões (...).
>
> (...)
>
> Em Cambayba, um dos diretores, dono da usina, e que era também proprietário de terra – já faleceu – nos atendeu, duas vezes, em seu escritório na usina com uma espingarda e uma machadinha em cima da mesa, ao lado dele, bem demonstrativa assim; (...) e dizia o mesmo para nós, equipe técnica (assistente social e estagiárias de Serviço Social): "Acho uma bobagem vocês aí fazendo pesquisa sobre a situação de vida e do trabalho deles, porque os trabalhadores devem dar graças a Deus de ter a gente... que está oferecendo emprego, porque o que eles sabem? Não sabem nada, não são alfabetizados".
>
> (...)
>
> A gente tinha, na verdade, muito mais dificuldade para supervisionar, fazer os acompanhamentos técnicos na [usina] Cambayba do que nas outras [usinas].
>
> Nós já sabíamos que teríamos dificuldades em Cambayba porque nós fazíamos o acompanhamento no ambulatório – ambulatório bem pequeno, bem restrito, onde o genro do proprietário da Usina, Sérgio Bainha, era o médico responsável pelo serviço de saúde da Usina (...).

> Quando chegávamos, deixávamos o carro oficial e nos apresentávamos para entrar nos setores, (...) nós falávamos com alguns funcionários na entrada da Usina e um deles o que fazia? Colocava a mão na parte superior do revólver que aparecia no bolso e sutilmente mostrava para nós, técnicos (...). A gente entendia perfeitamente a mensagem e, em vários momentos, não só da pesquisa, mas nas visitas de acompanhamentos técnicos regulares, morríamos de medo sim, claro. Nós tivemos a revelação, na própria indústria, de alguns trabalhadores: "Tomem cuidado com o que vocês falam perto de chefias maiores" (...). Isso era direto na Usina Cambayba, muito forte!
>
> A gente não avançou na aplicação dos formulários com alguns trabalhadores de caldeira, e do [setor] elétrico. As áreas mais afastadas, que não tinham um núcleo direto da produção do açúcar e do álcool, a gente começava a observar que tinham... vigilâncias, tipo, ocultas. Vamos dizer assim, que estavam postos ali para intimidar os trabalhadores.
>
> Embora fosse muito comum nas empresas de produção de açúcar e álcool de outras regiões a existência de formas domésticas de vigilância, todos os setores tinham vigilância na porta central e nos setores de produção direta e indireta. Na área geral do setor produtivo, elas eram armadas. (...) A relação que tinham com as nossas visitas de trabalho era de apresentar uma forma de coerção mesmo, pela demonstração da arma (...). Nas falas dos próprios trabalhadores, com eles, seja na entrada como na saída na usina... no território da usina, tinha [que ter] autorização lá do chefe imediato. Mas ali, na saída central, eles apresentavam algum atestado, alguma forma de que eles tinham sido autorizados a sair para rua, mesmo os que moravam no interior da usina, nas vilas operárias. (...) A chefia imediata dava um papel que tinha que ser mostrado ao vigilante (armado) na porta.
>
> A questão, por exemplo, da produção da plantação no espaço da terra, da moradia cedida pela usina: tinham falas assim – "A gente morava tão distante que a gente ia a pé. Às vezes a gente – as crianças, eu e meus irmãos – não ia a cavalo não (...) é burro que tinha um cesto do lado. Meu pai puxava, minha mãe do lado (...). Então a gente ia dessa forma para a plantação. Mas no final de semana, as nossas moradias eram fiscalizadas pelo capataz ou por alguém que era relacionado ao usineiro, o dono da fazenda. Sempre tinham os cavalos fazendo ronda em volta das casas, a gente não tinha tranquilidade" (...). Teve um caso, por exemplo, de uma revelação de um trabalhador mais antigo da Usina Barcelos: ele colocou que às vezes era o próprio chefe que fazia a ronda da plantação da cana. Ele derrubou a cerca, foi lá e tomou tudo, derrubou todas as plantações (...) isso foi uma violência (...). (Leda R. B. Silva, entrevista realizada em 20/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Nesse quadro de degradação das condições de trabalho, em 1984, a Usina Cambayba, de propriedade de Heli Ribeiro Gomes, assumiu a liderança na região na produção de álcool, tendo declarado uma produção de 12.193.000 litros, enquanto a segunda colocada, a Usina São João, contabilizava menos de três milhões de litros. A

Usina Cambayba fazia também grande safra de açúcar, com uma produção de 324.700 sacos até o dia 15 de julho. Tais dados constam de nota do jornal *A Notícia*, ano 67, nº 170, de 15/07/1984 intitulada "Cambaiba dispara na produção do álcool e faz também grande safra de açúcar" (p. 1).

6. O processo de construção da greve dos canavieiros fluminenses de 1984 e seus desdobramentos

A greve dos canavieiros de Guariba, em São Paulo, ocorrida em 1984, foi de caráter espontâneo e fora das exigências legais, precipitada pela imposição do corte de sete ruas de cana (em substituição ao corte de cinco ruas), que desencadeou um amplo processo de mobilização e organização dos canavieiros na região. A proposta de condução de uma greve em Campos não era cumprir exclusivamente os requisitos legais como fora a de Pernambuco, estritamente dentro das normas legais,[34] mas também não pretendia ser como a de Guariba.

A greve dos canavieiros de Pernambuco, em 1979, foi a primeira experiência deste tipo no campo, após o golpe militar e a maior mobilização desde 1964, envolvendo 80 mil trabalhadores rurais da zona canavieira que participaram de assembleias e 22 sindicatos rurais. A estes se somou a insatisfação de seis mil fornecedores de cana do estado, a maioria formada por pequenos produtores mergulhados numa crise econômica, segundo o *Jornal do Brasil* de 30/09/1979, Primeiro Caderno, Nacional, p. 31.

O mesmo jornal informa que, nessa época, a Zona da Mata pernambucana concentrava a agroindústria canavieira e dispunha de um milhão e meio de habitantes, dos quais um milhão dependia direta ou indiretamente dessa atividade econômica, incluindo moradores dos engenhos, trabalhadores assalariados, boias-frias, arrendatários, parceiros, proprietários rurais, operários rurais e industriais açucareiros, com suas famílias e dependentes. Os canaviais representavam 25% da produção agrícola estadual, proporcionando uma receita de um bilhão de cruzeiros naquela safra, segundo a Fazenda Estadual.

[34] Sobre essas mobilizações e seus desdobramentos, ver SIGAUD (1980); *O Pasquim*, 24 a 30/10/1980; Cordel (s/d).

O presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Fetape), José Rodrigues da Silva, sintetizou a situação dos trabalhadores:

> A situação dos trabalhadores piorou – diz ele – pois em 1964, para comprar um quilo de charque trabalhava menos de 8 horas e agora tem que trabalhar 16 horas. A diária é de CR$ 54. Isto é insuficiente para alimentar um homem e sua família (*Jornal do Brasil*, 30/09/1979, Primeiro Caderno, Nacional, p. 31).

O mesmo depoente avalia não temer repressão ao movimento, em debate desde outubro do ano anterior, pois todos os trâmites legais, de uma lei feita para dificultar o exercício do direito de greve, haviam sido seguidos. Além disso, é preciso lembrar "que o trabalhador rural já vive sob a repressão da fome e da miséria. Seria uma iniquidade reprimir reivindicações justas e legítimas da categoria mais sofrida da região mais carente do país" (*Jornal do Brasil*, 30/09/1979, Primeiro Caderno, Nacional, p. 31).

As principais reivindicações eram 100% de aumento, regularização dos boias-frias, cumprimento da Lei do Sítio (cessão de dois hectares para o trabalhador plantar culturas de subsistência) e disciplina das tarefas do trabalho por produção. A greve foi vitoriosa.

O caráter da greve dos canavieiros do Norte Fluminense foi distinto das duas experiências antes assinaladas, segundo depoimentos recolhidos na pesquisa. Como esclarece Cruz em sua entrevista:

> A greve de Campos foi preparada durante dois anos, de forma que a gente não deixasse nenhuma brecha legal no caminho da greve para não despertar repressão, mas que fosse construindo um arco de alianças capaz de, no momento de estourar a greve, rasgar a lei e ter suporte social. Também a conjuntura de 84 ajudou. Esse trabalho que a gente fazia, eu, Ana e João Campanário (José Luís Vianna da Cruz, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Segundo esse depoimento, José Carlos de Souza Freitas reunia nas fazendas os trabalhadores rurais. A estratégia era tirar os trabalhadores rurais de usina da área de influência política do Stiac, envolvendo-os num "trabalho de massa", ainda que continuassem filiados ao seu sindicato de origem. As reuniões com a base ocorreram durante dois anos. Subordina-se, assim, a disputa burocrática e por recursos ao trabalho político classista. Os assessores iam a campo para mobilizar os cortadores de cana, não obstante suas diferenças internas: moradores das fazendas, clandestinos, moradores das

favelas urbanas. Na época, a absoluta maioria já era formada de “boias-frias”, como informa o entrevistado. A luta exclusivamente legal se revelava insuficiente e o trabalho pedagógico voltou-se à identificação do que se deveria fazer para que os direitos fossem efetivados, o que dependia da força do trabalhador. Os trabalhadores já percebiam como sua presença fazia diferença e o sindicato ocupou esse espaço de representação.

A mediação jurídica muito colaborou na legitimação da autoridade do sindicato junto aos trabalhadores. Estes eram portadores de uma forte visão hierárquica e subalterna e conseguiam transferir o reconhecimento do poder da autoridade do patrão para o sindicato, ainda que com componentes mágicos e míticos. Como destaca Cruz (2015), então assessor educacional do STRC, contratado pela Contag e colocado à disposição deste Sindicato:

> Patrão é o chefe, dono, proprietário, é autoridade, é poder. De repente, o poder do patrão fica contrabalançado com o poder dos advogados e a Justiça chega e diz numa audiência de patrão com empregados: o empregado tem razão, e dá ganho de causa para o empregado. Quem defendeu o empregado? O sindicato. Aí passa a ter mais de uma autoridade. O patrão não deixa de ser autoridade, mas não existe só uma autoridade. Existe uma autoridade do lado dele (do trabalhador). De repente lideranças de trabalhadores iguais a ele cumpriam este papel; então nós temos autoridade. Não foi tão elaborado assim. A gente elabora depois (...) Ele é minha autoridade. Eu sou minha autoridade, consciência de classe mesmo. Mas sabia que isso não é doutrina. É luta. Então a luta jurídica foi fundamental num primeiro momento, mas aí teve a greve.
>
> Tinha que ter uma greve, e nosso medo era a greve ser derrotada, ter porrada e nenhum ganho. Mas aí construímos essa grande frente, era um país diferente em 1984, depois de 78 que a ditadura foi derrotada nas urnas, 74 um pouco, 78 muito, 84 já era véspera do fim da ditadura. Mas tem a ditadura e tem o campo, que permanece até hoje, isso era no campo. A construção de autoridade divina, então isso parece uma mágica quando acontece. Mas vocês que estão pesquisando sabem, isso não aconteceu a ponto de os trabalhadores rurais se tornarem uma vanguarda de nenhum movimento de mudança. Então isso tem avanços e recuos. Mas no momento de avanço, o cara reconhece sua liderança, e você, sinto muito, você me deu casa, comida, enxoval, batizado, mas você é nosso inimigo. Quem é nosso amigo são os meus parceiros cortador de cana e é com eles que eu vou. E foi mesmo. E foi mesmo. Era uma loucura! Era uma loucura! É a transferência mesmo de reconhecimento de poder e autoridade. Sindicato tem poder, assim como falam Jesus tem poder, sindicato tem poder, talvez mágico até, tão mágico quanto um outro pai. Até falo isso também, como um outro pai. Era uma visão de classe elementar, um embrião de uma visão de classe, que se desenvolve através de décadas, ela se torna muito mais sujeito. Era um sujeito mítico ainda, mas o movimento

> conseguiu transferir o mito do patrão para o mito do sindicato. A visão mítica... (José Luis Vianna da Cruz, entrevista realizada em 31/05/2015 por Ana Costa, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

O mesmo entrevistado salientou, na ocasião, a importância de características pessoais e políticas do dirigente sindical José Carlos de Souza Freitas: sua habilidade de identificar trabalhadores, moralmente corretos, com potencial de liderança[35], dos quais cuidava com zelo; sua integração com os trabalhadores do campo, tendo um "mapa do município na cabeça", que era por ele percorrido.[36] A partir de suas origens no trabalho no corte da cana,[37] conhecia feitores e capatazes, prepostos dos fazendeiros, antigos trabalhadores, que o respeitavam abrindo possiblidade de conversa.

A seguir, é reproduzido o longo e esclarecedor depoimento de José Luiz V. Cruz:

> Teve um momento interessante, a gente usou técnicas do [Augusto] Boal e o desfecho do nosso trabalho educacional foi uma peça de teatro no sindicato, com os depoimentos que nós nessas reuniões colhíamos dos trabalhadores. A gente reunia no eito também, (...) ia para o campo mesmo, onde tinha aglomerado de trabalhador: a gente parava, discursava, fazia agitação, na linha leninista, e mobilizava. Confiavam em Zé Carlos, no sindicato, já tinham obtido os ganhos, faziam o patrão tremer, faziam o patrão respeitar. Então quebrou o encanto do patrão, eu falo isso no meu artigo; o patrão é substituído pelo sindicato, a autoridade passa [do patrão para o sindicato...]. Porque, na verdade, antes do sindicato assumir esse lugar, era ao patrão que eles iam perguntar quais os direitos. E era a maior ou menor proximidade [do patrão] que definia o "tamanho dos direitos" (...) A gente recolheu essas falas, eu, Ana e Campanário. Foi muito bom esse processo. E transcrevemos a fala e transformamos em peça [teatral] que seria de três ou quatro atos. O primeiro ato eram os trabalhadores no eito conversando sobre as condições deles, até que alguém ali no meio dele

[35] Cita o exemplo de Luis Carlos Wigand, liderança que emerge da experiência de luta, cuja história foi registrada por Neves (2001) sob o título: *Fé e coragem nas tormentas de um delegado sindical*, a partir de entrevistas por ele concedidas à pesquisadora.

[36] Em entrevista, José Carlos mostra sua forma de fazer política no respeito à sua base. Indagado quanto ao tipo de reivindicação que ocorreria no ano em curso, eles reponde ainda não saber, porque: "A gente vai discutir com o trabalhador qual a maior necessidade, o que eles estão precisando. E tentar ver na assembleia qual é a reivindicação do trabalhador, senão não interessa a ele" (Entrevista com José Carlos de Souza Freitas, então presidente do STRC, sem data, realizada por João Carlos Duarte e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

[37] Diz o sindicalista: "Era assalariado também e tinha roça que a gente tocava e dava a meia ao fazendeiro. Essa roça a gente fazia aos domingos. Naquela época não tinha carteira assinada, não tinha férias, era uma escravidão. Comecei com oito anos, trabalhei muito tempo. Depois é que comecei a trabalhar na usina com carteira assinada. Assim mesmo, eu comecei a trabalhar na usina em 1959 como clandestino, sem carteira assinada. Só fui assinar carteira em 1963. Trabalhei um bocado de tempo sem carteira assinada. Quando veio a previdência social para o trabalhador rural da usina [foi] que começou o corre-corre para tirar carteira e legalizar a situação dos trabalhadores. Assim mesmo, tinha muita gente nesta época que não tinha carteira assinada" (*Idem*)

> dizia "a gente vai ficar nessa reclamação, tem o sindicato, por que não vamos ao sindicato?" O 2ª ato era a chegada ao sindicato... tinha os vários tipos de trabalhador: o sindicato dizia os direitos, contava as histórias, contava o processo e tal. Dizia que ia para o Dissídio, que o encaminhamento era o Dissídio. Aí vinha o Dissídio e sentava o fazendeiro, usineiro com a mediação – os mediadores do Ministério – e do outro lado os trabalhadores, e fazia-se a negociação. Na negociação os patrões nunca cediam, então o ato seguinte era o enfrentamento. O último ato era a greve. Mas o trabalhador nunca tinha feito teatro (...). Algumas lideranças foram os atores, mas eles pediram para a gente também representar papéis. Eu, Ana, Campanário representamos papéis. Eu fui um usineiro. Eu, muito imbuído da ideia de mostrar que usineiro não cedia, fui um usineiro crudelíssimo. E aí a plateia levantou e quis me linchar. A liderança falava assim "é o Zé Luíz". Conseguimos aplacar a massa, explicamos o que era teatro no 4º ato: a assembleia que decidia a greve. Aí eles decretaram greve. Mas aí a gente parou e falou não. Há vontade de greve, mas não é aqui que se decreta a greve. Porque inclusive eram poucos, era um teatro e tinha uns 50, 100 trabalhadores. Aí foi planejado junto com a Contag: a greve, e nós botamos cinco mil pessoas no Automóvel Clube. (...) Todo o movimento paralelamente costurou com o PMDB: em 1984 já tinha frente da luta democrática, constituinte, pegou essa frente toda. Em Campos incluiu até uns dissidentes da Arena, que foi Helinho Coelho, que era da Arena, presidente da Câmara, mas levantou bandeira da constituinte (...). Então você conseguiu meter uma cunha na Arena local, reunindo o PMDB, a esquerda, os movimentos... veio todo mundo, [também] estudantes. Era a coisa mais avançada que tinha em Campos na época e era [iniciativa] de operário mesmo. E aí vieram os parlamentares, Modesto da Silveira, aquele advogado do PCB (...) veio Zé Francisco [da Contag]. Eles tiveram condições de articular com o bispo, que era Dom Roberto Navarro. O clima que tinha no país era de apoio a esse tipo de manifestação, era a construção da mudança (...). Se eu bem me lembro do Automóvel Clube, havia cinco mil trabalhadores, você não conseguia se mexer. Zé Francisco teve uma conversa antes, nós vamos para a greve. E a greve decretada aqui é a greve que vai vingar, não há como fazer pela lei... (José Luis Vianna da Cruz, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

A greve de 1984 dos trabalhadores rurais canavieiros de Campos estendeu-se para Campos Novos, Venda Nova, Balança Rangel, Parque Santa Ana, Campelo, Cajueiro, Custodópolis, Travessão, Guandu, Km 13 e 15, Ururaí, Goitacazes, Carvão, Bangazal, Tócos, Ponta Grossa, Parque Prazeres, Fazenda da Penha, Santana Bonsucesso e Bom Jesus. Mais de 80% dos trabalhadores paralisaram suas atividades com o objetivo de obter

condições mais dignas de vida e trabalho. Eram aproximadamente 25 mil trabalhadores, homens, mulheres e crianças, fichados e clandestinos de usinas e de fazendas.[38]

A greve se espalhou como um "rastilho de pólvora que se incendiou", atingindo locais que o sindicato sequer havia visitado e, inclusive, usinas muito fechadas como a Cambayba e a Sapucaia – "que era no chicote". Nesta última, houve tensão, pois não foi permitido o ingresso da representação sindical para conversar com os trabalhadores sobre o acordo, tendo sido seus representantes cercados por capatazes armados. A Polícia Militar foi acionada e advogados e assessores mediaram o conflito impedindo a ação repressiva em uma concentração de cerca de 200 trabalhadores da usina, conforme relata Cruz na citada entrevista de 31/05/2015.

Dados publicados no jornal *A Notícia*, ano 67, nº 177 de 31/07/1984, p. 1, sob o título "Greve paralisa 25 mil no primeiro dia e pode ser ampliada hoje", registraram a paralisação das atividades a partir de zero hora do dia 30 de julho, após assembleia em que os trabalhadores definiram pela greve em apoio a dez reivindicações por melhorias dos salários, de condições de vida e de trabalho. O jornal informa que nesse primeiro dia somente no Travessão, na balança da usina Barcelos, "houve incidente com a Polícia Militar, contornado pela advogada Ana Maria do Nascimento que lembrou aos PMs a determinação do governo Brizola em apoiar movimento pacífico, que era considerado legítimo".[39] O jornal publicou ainda o depoimento de José Francisco da Silva, presidente da Contag, que informava: "pelos cálculos do comando de greve, hoje poderá subir para 85 mil o número dos grevistas, sendo 80 mil no Município de Campos e cinco mil nos demais municípios que estão propensos a aderir" (*A Notícia*, ano 67, nº 177 de 31/07/1984, p. 2).

A greve durou 48 horas, tendo sido suspensa a partir de zero hora do dia 01/08/1984. Durante este período, seis usinas tiveram suas atividades paralisadas: Outeiro, Carapebus, São João, Cupim, Barcelos e Sapucaia (*A Notícia*, 01/08/1984, p. 2). Sentaram-se à mesa de negociação usineiros, empreiteiros e fornecedores com os sindicatos dos trabalhadores. O referido jornal registra que uma das dificuldades durante

[38] Informações extraídas da Ficha de registro dos conflitos e violações de direitos no meio rural fluminense – 1946-1988 – Campos. Greve dos trabalhadores rurais canavieiros (1984). Pesquisadora: Annagesse Feitosa a partir de material existente no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

[39] O presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio, foi taxativo ao afirmar que: "na assembleia que realizamos no dia 22, os secretários da Justiça e Interior, Vivaldo Barbosa, e de Trabalho e Habitação, Carlos Alberto de Oliveira, nos deram garantia do governo do Estado que um movimento legítimo não teria interferência da polícia e nós vamos cobrar isto. Acredito até que alguém não tenha entendido a determinação do governador Leonel Brizola" (Jornal *A Notícia*, ano 67, nº 177 de 31/07/1984, p. 2).

a mesa-redonda foi a posição dos usineiros que “discutiam a falta de representatividade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para discutir acordo para quem eles consideravam industriários”. A junta governativa do Stiac, sob a liderança de Lairton Escafura Rangel, ainda que presente, nada discutiu ante a firme posição dos canavieiros em não reconhecer sua legitimidade para debater as reivindicações em pauta.

O acordo saiu após cinco horas de negociação. Uma das vitórias dos trabalhadores rurais foi a obtenção de uma cláusula prevendo o pagamento de 50% do valor correspondente às 48 horas de paralisação. Foram 11 as conquistas, sendo as mais importantes: um salário 30% maior que o mínimo oficial; tabela do preço da cana equiparada à conquistada na greve de Guariba; transporte gratuito e seguro; fornecimento gratuito de ferramentas, assinatura de carteira diretamente pelo empregador e fim das empreiteiras; além da representação sindical dos canavieiros vinculados à usina pelo STRC.

O conteúdo total do acordo encontra-se no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2. Acordo Coletivo de Trabalho – Subdelegacia do Trabalho. Delegacia Regional do Trabalho – 1984

1. - Os veículos destinados ao transporte de trabalhadores rurais serão gratuitos e obedecerão às normas do Código Nacional de Trânsito, vistoriados pelo DETRAN, devendo as ferramentas ser transportadas em compartimento próprio, quando se tratar de caminhões.

2. - Serão obrigatoriamente fornecidos aos trabalhadores envelopes ou comprovantes de pagamento, contendo o nome do empregador e do empregado, a quantidade de tarefas executadas, o valor do pagamento e os descontos efetuados.

3. - Nos dias em que não houver trabalho por motivo de chuva ou qualquer outro motivo de força maior, alheio à vontade das partes, o empregador pagará salários integrais ao trabalhador, desde que comprovada sua presença no local de trabalho.

4. - Os empregadores fornecerão, obrigatória e gratuitamente, as ferramentas necessárias ao trabalho, bem como equipamentos de proteção individual ao trabalho, como botas, luvas, macacões, caneleiras, de acordo com as exigências legais e dentro de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da assinatura do presente acordo.

5. - O empregador fica obrigado ao pagamento de salários por motivo de doença até 15 (quinze) dias, devidamente comprovado através de atestados médicos.

6. - A tarefa para o corte de cana fica estabelecido o sistema de “5 linhas”.

7. - O preço para o corte da cana obedecerá aos seguintes valores:

a) para cana queimada CR$ 45,50 (quarenta e cinco cruzeiros e cinquenta centavos) o metro linear de 5 linhas;

b) para a cana irrigada CR$ 91,00 (noventa e um cruzeiros) o metro linear de 5 linhas; quando for utilizada a forma de pagamento por tonelada, esta será remunerada no valor de CR$1.430,00 (hum mil quatrocentos e trinta cruzeiros);

d) haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) na cana-de-burro ou transportada a burro;

e) O valor do corte da cana crua será reajustado por acordo entre as partes.

8. - Concluído o corte de cana, o cortador recebe, em impresso próprio fornecido pelo empregador, comprovante contendo nome ou número do empregado, quantidade de metros ou toneladas de cana cortada.

9. - Todos os trabalhadores serão contratados diretamente pelo empregador e terão suas carteiras profissionais devidamente anotadas

10. - O pagamento de 13º salário (gratificação de natal) será efetuado até o dia 20 de dezembro, sob pena de aplicação dos dispositivos legais.

11. - Fica estabelecido o pagamento de 1 (hum) dia de trabalho no período da presente paralisação.

12. - Os preços constantes do presente acordo são estabelecidos para a presente safra.

13. - O presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO não se refere à filiação previdenciária ou equivalente, nem enquadramento sindical, devendo a legislação específica tratar da matéria, respeitadas as decisões jurídicas e administrativas. O presente acordo será submetido a registro e arquivo perante a autoridade do Ministério do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.

Campos (RJ), 31 de julho de 1984.

Assinam o Acordo Coletivo de Trabalho:

Sindicato das Indústrias de Refinação do Açúcar.

Sindicato Rural de Campos.

Sindicato Rural de São Fidélis.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Barra.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macaé.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Fidélis.

Fonte: *A Notícia,* ano 67, nº 178, Campos, 01/08/1984. "Corte da cana por tonelada vai ser pago na base de CR$ 1.430,00".

Como acordo na Justiça não significa necessariamente que ele seja cumprido, o STRC continuou organizando a luta pelo cumprimento das cláusulas, com paralisações em cada usina ou fazenda (RIBEIRO, 1987, p. 353). O governo estadual também se propunha a fiscalizar o acordo firmado e o cumprimento de suas cláusulas, segundo o secretário do Trabalho e da Habitação do estado, sustentando ser o caso mais grave o das empreiteiras que seriam "fiscalizadas constantemente para reprimir a exploração e, se for necessário, até mesmo convocando a participação da força policial" (A *Notícia*, ano 67, nº 178, 01/08/1984, p. 2).

As lideranças dos canavieiros – da Contag, da Fetag e do STRC – consideravam ter sido essa paralisação um exemplo como canal de obtenção de reivindicações e o aprendizado da greve. Salientaram, como saldo, além dos ganhos imediatos obtidos, o processo de formação de classe a partir da experiência de luta em torno de seus interesses coletivos: "Quando for preciso, a gente faz mais greve. Agora vocês sabem fazer. E nós

também aprendemos. É a libertação que começa a partir de hoje. Isso é carta de alforria dos trabalhadores rurais", diz José Francisco da Silva, presidente da Contag (*A Notícia*, ano 67, nº178, Campos, 4ª feira, 01/08/1984, p. 2). O presidente do STRC, Manoel Francisco Pereira, salientou o início de uma "nova era para conscientizar os canavieiros dos seus novos direitos", pretendendo manter viva a mobilização em todos os pontos do município, com distribuição de panfletos por meio dos delegados de base (*Ibidem*).

A reação dos usineiros foi contabilizar e publicizar os prejuízos decorrentes da greve. Antônio Evaldo Inojosa, presidente do Sindicato das Indústrias de Refinação do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, informou que em 48 horas de greve houve uma perda de mais de CR$ 4 bilhões com a paralisação da produção em todas as unidades industriais; 100 mil toneladas de cana deixaram de ingressar nas usinas, representando 180 mil sacos de açúcar, além de 10 mil toneladas de cana perdidas no campo após ter sido queimada e cortada, em decorrência da queda do teor de sacarose ("Acordo encerra greve dos boias-frias mas os prejuízos são de CR$ 4 bilhões". *A Notícia*, nº 178, 01/08/1984, p. 1-2).

No mesmo período da greve geral dos trabalhadores da agroindústria canavieira, na Usina Novo Horizonte, "operários pararam a usina em protesto por alimentação", por estarem passando fome e para conseguirem alimentação digna a preços justos ("Falta de alimento paralisa a usina". *A Notícia*, ano 67, nº 177 de 31/07/1984, p. 1 e 2).

> Nossa única chance era parar de trabalhar, porque pudemos ver as mulheres desmaiando por falta de ter o que comer. No fornecimento, além de não ter a mercadoria para nos atender, a que tinha não era boa e ainda o preço era um absurdo. "Tudo isso é culpa do 'seu' Fernando, um homem mau, que só queria tirar a pele de nós moradores aqui em Rio Preto, que já estamos sofrendo tanto".
> Essa afirmativa é do motorista da Usina Novo Horizonte, Luis Bomgosto, que disse ainda, para ilustrar, que "foi Deus na verdade que iluminou o caminho do povo" (*A Notícia*, ano 67, nº 177 de 31/07/1984, p. 2).

Neves (1997) situa como parte do processo de luta em plano nacional orientado pela Contag a incorporação da *greve geral* como recurso de pressão contra os usineiros. E informa que:

> após esse contexto, as formas de representação dos interesses dos trabalhadores postas em prática pela diretoria do STRC foram mais legitimadas pelos seus associados e receberam apoio e adesões do movimento sindical local, de direções regionais de partidos políticos constituídos em nome da defesa dos interesses dos trabalhadores, e de

> certos órgãos de imprensa mais abertos ao reconhecimento de temas e questões que se refiram a essas condições de vida (NEVES, 1997, p. 59).

Também José Luis Vianna da Cruz, em entrevista a esta pesquisa em 31/05/2015, referiu-se ao arco de alianças com forças sociais que apoiou a greve desde sua deflagração, que incluía o bispo da Igreja católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e vereadores (Fábio Ferraz de Oliveira, Célio Brito, Walter Silva, entre outros) de partidos distintos. Alguns ingressavam no movimento para evitar o conflito direto entre capanga de usina, fazendeiro, usineiro e trabalhadores. Estes contavam com a presença de seus órgãos de representação (José Luís Vianna da Cruz, entrevista realizada em 31/05/2015 por Ana Costa, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Os desdobramentos desta primeira greve geral podem ser visualizados pelas iniciativas que se seguem. Ribeiro (1987, p. 357-359) oferece registros da segunda greve, de 1985, decidida em assembleia sindical e preparada desde a mobilização anterior. Ela encontrou o setor patronal melhor preparado e os salários praticamente retornaram aos níveis do salário mínimo. Ratificou-se o fim das empreiteiras de mão de obra, considerado um êxito político. A adesão à proposta de greve contribuiu para a legitimidade do STRC como entidade de defesa dos interesses e lutas dos trabalhadores.

O Boletim Unificado da Greve dos Trabalhadores Rurais Canavieiros na Indústria do Açúcar e do Álcool do Norte Fluminense registrou as mobilizações de 1986.[40] No terceiro ano consecutivo, os trabalhadores rurais se organizaram a partir de decisão conjunta de seus sindicatos na região Norte Fluminense – Campos, São Fidélis, Macaé, Conceição de Macabu, São João da Barra, Cabo Frio, Itaocara e Bom Jesus de Itabapoana – coordenados pela Fetag/RJ. Isto ocorreu após sete tentativas infrutíferas de negociação com usineiros e fornecedores, que não compareceram à mesa-redonda solicitada pela Fetag/RJ. Os citados sindicatos se uniram aos industriários articulados no Stiac, em uma inédita *greve unificada*, a partir de 19/06/1986.

> Os rurais canavieiros contavam com a decisão dos industriários através de seu Sindicato, o Stiac, que com data base em março, e dissídio instaurado desde 27 de fevereiro, foram desconsiderados pelos patrões nas sete vezes em que tentaram negociações. Os industriários decidiram, então,

[40] Informações extraídas da Ficha de registro dos conflitos e violações de direitos no meio rural fluminense – 1946-1988 – Conflitos trabalhistas. Greve dos Canavieiros e Industriários Fluminenses em 1986. Pesquisadora: Annagesse Feitosa a partir de material existente no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

> encaminhar junto a proposta de "greve unificada", percebendo que como trabalhadores sofrem da mesma exploração e afeta ao mesmo patrão.[41]

Tal paralisação durou cinco dias e mostrou-se forte com a união do campo e da cidade. Recebeu o apoio de várias instituições, entre elas: CGT, CUT, Famerj, Secretaria Estadual do Trabalho e Habitação, União Sindicalista de Campos, Federação das Associações de Moradores de Campos, Sindicato dos Eletricitários de Campos, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/RJ), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), Contag, Departamento Estadual de Trânsito (Detran/Campos). Também parlamentares do Rio de Janeiro de diferentes partidos se manifestaram e rádios fizeram cobertura das mobilizações: Difusora de Campos, Continental, Cultura, Cidade, Globo, Roquete Pinto, Jornal do Brasil, TV Manchete.

As ameaças aos grevistas foram muitas e de variada natureza, segundo a fonte citada: turmas retidas sem devolução do cartão de ponto, submetidas ao "cárcere privado" por mais de 48 horas consecutivas; uso de ambulância comprada com recursos do IAA, por parte das Usinas São José e São João, para transporte camuflado de trabalhadores retirados de suas casas para substituir trabalhadores retidos; além do registro de trabalhadores acidentados.

Vale citar o registro de provocações e da repressão, conforme a mesma fonte: para ameaçar os comandos de greve, na entrada das usinas e à beira dos canaviais, veículos das empresas, como ônibus e caminhões, eram jogados em alta velocidade sobre os grupos, arriscando provocar algum acidente. Houve repressão por parte dos policiais e do delegado de polícia de Campos, David Mattos. Colaboravam para aumentar a pressão patronal contra o movimento em greve, através de ofensas e provocações. Também lotavam, com viaturas e contingentes armados, as estradas de acesso às usinas onde se encontravam as equipes de mobilização dos Sindicatos. É necessário enfatizar que os trabalhadores nunca aceitaram qualquer provocação.[42]

Mediante a decisão dos empresários de acatar a negociação, ela ocorreu em 23 de junho, com mobilização dos trabalhadores em assembleia conjunta (industriários e rurais) e seus representantes. As negociações não contaram com a representação do Ministério

---

[41] *Ibidem.*

[42] Informações extraídas da Ficha de registro dos conflitos e violações de direitos no meio rural fluminense – 1946-1988 – Conflitos trabalhistas. Greve dos Canavieiros e Industriários Fluminenses em 1986. Pesquisadora: Annagesse Feitosa a partir de material existente no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

do Trabalho, tendo comparecido, como representantes dos trabalhadores, dirigentes da Fetag/RJ, dos STRs e do Stiac; e os representantes dos usineiros e fornecedores, acompanhados de dez proprietários de usina e de fazenda, além de Roberto d'Affonseca, representante do IAA, e do Dr. Luiz Paulo, representante da Secretaria Estadual do Trabalho e Habitação.

Concluindo esta aproximação inicial a algumas dimensões da trajetória do conflito por direitos dos trabalhadores da agroindústria canavieira de Campos dos Goytacazes, sob a liderança do STRC, consoante as diretrizes norteadoras da exposição apresentadas na abertura deste relatório, pode-se afirmar que elas foram sustentadas nos achados da pesquisa aqui registrados. Tais achados referem-se:

(a) à importância da via jurídico-política na afirmação dos direitos dos trabalhadores canavieiros, especialmente dos assalariados, no enfrentamento de conflitos sociais numa conjuntura de intolerância política, de exacerbação do braço repressivo do Estado e de arbitrariedades dos usineiros na contramão dos direitos nas relações com seus trabalhadores agrícolas e industriais no processo produtivo da cana, do açúcar e do álcool considerado como uma unidade de diversidades;

(b) à visibilidade a algumas dimensões do processo de construção coletiva de experiências de formação de classe a partir da luta por direitos;

(c) à particularidade do movimento grevista de 1984 dos trabalhadores da agroindústria canavieira no Norte Fluminense, respaldado num sustentado trabalho de mobilização e em um arco de alianças que lhe permite ir além das restrições estabelecidas por lei, preservando simultaneamente a sua defesa contra a ação das forças repressivas do Estado e favorecendo a quebra de resistência do patronato para a obtenção de conquistas estabelecidas no acordo trabalhista;

(d) à criação de rachaduras no mito do patrão protetor, fortalecendo o sindicato como órgão de defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores canavieiros fluminenses.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Técnicos e peões na petroquímica da Bahia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 13. Rio de Janeiro, Anpocs, jul. 1990.

ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto*. Campinas. Tese (Doutorado). Instituto de Economia, Universidade de Campinas, 1991.

ALVES, Francisco José da Costa. Greves nos canaviais e agricultura modernizada: novos desafios. *São Paulo em Perspectiva*, nº 3, v. 7. São Paulo, Fundação Seade, jul./set. 1993.

ALVES, Francisco José da Costa. Talvez haja luz no meio da fumaça: o corte da cana na região canavieira de Ribeirão Preto. In: BLASS, L. S. (org.). *Temas.* Programa de Pós-graduação em Sociologia. Araraquara, Unesp, 1994.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. IN: SADER, Emir. e GENTILI, Pablo (Orgs) *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BACCARIN, José. Giácomo. *Trabalhadores rurais volantes na região de Jaboticabal. Crescimentos, características e aspetos organizacionais*. Piracicaba (SP). Dissertação (Mestrado em Economia Agrária), ESALQ-USP, 1985.

BACCARIN, José Giácomo. *A desregulamentação e o desempenho do complexo agroaçucareiro no Brasil.* Tese (Doutorado). UFSCar/ CCET/ PPG em Engenharia da Produção. São Carlos (SP), 2005.

BACCARIN, José Giácomo; GEBARA José Jorge. Guariba e bebedouro: marco na luta dos trabalhadores volantes no Brasil. *Reforma Agrária* n. 15, vol.4. Brasília: Abra, jan./mar. 1986.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política Social no capitalismo tardio.* São Paulo: Cortez, 1998.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

CÂMARA, Volney de M. *Estudo comparativo dos efeitos tardios dos fungicidas organomercuriais no município de Campos–RJ*. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Epidemiologia. ESP/FOC, 1985.

CARON, Dalcio. *Heterogeneidade e diferenciação dos fornecedores de cana de São Paulo*. Tese (Doutorado) – FFCHL – Universidade de São Paulo, 1986.

CORDEL. *Camponeses unidos lutam por seus direitos. Ajudem nossa greve*. s/d

COSTA, Ana Maria Almeida da. Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Cidadania: desafios e perspectivas. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios*. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: *Praia Vermelha*. Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, v. 1, n. 1, 1º sem. 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. *GRAMSCI: um estudo sobre seu pensamento político.* 2ª ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRUZ, José Luis Vianna da. Notas sobre o processo de mudança nas reivindicações dos trabalhadores rurais de Campos e nas formas de luta do movimento sindical de 70-80. *Revista Falas*, vol. 1, nº 1. Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes-UFF, 1995.

DEPTO. DE ECONOMIA RURAL/FCA/BOTUCATU/UNESP (org.). *A mão de obra volante na agricultura.* São Paulo, CNPq/ Unesp/ Polis, 1982.

D'INCAO, Maria Conceição. *Boia-Fria: acumulação e miséria*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

D'INCAO, Maria Conceição. *Qual é a questão do boia-fria?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

D'INCAO, Maria Conceição; BOTELHO, Moacyr Rodrigues. Movimento social e sindical entre os assalariados temporários na agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. IN: SADER, Emir. (org.) *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

FERREIRA, Avelino. *Faria tudo outra vez.* Rio de Janeiro: Imprinta, 1995.

FERREIRA, Rosa. Maria. F. *A política e as políticas das relações de trabalho.* São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência Política) FFCHL/Universidade de São Paulo, 1983.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. INSTITUTO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL. Projeto: *Otimização Ergonômica nos Tratos Culturais da Cana-de-Açúcar*. Rio de Janeiro, 1980.

GNACCARINI, José C. A. *Estado, ideologia e ação empresarial na indústria açucareira do Estado de São Paulo*. Tese (Doutorado) – FFLCH/Universidade de São Paulo, 1972.

GNACCARINI, José C. A. *Latifúndio e Proletariado*. (Formação da Empresa e Relações de Trabalho no Brasil Rural). São Paulo: Polis, 1980.

GOMES, Delso. *História do Partido Comunista em Campos* (memórias de um Partido Revolucionário). Rio de Janeiro: Jornal Dois Estados Gráfica e Editora, 2000.

GOMES, José Agnaldo. *Do trabalho penoso à dignidade no trabalho*. O itinerário de canavieiros no enfoque da psicologia social. Aparecida (SP): Ideias e Letras, 2013.

HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. Notas sobre a consciência de classe. In: *Mundos do trabalho*. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Trabalho e indivíduo social.* Um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto de Pesquisa: Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil (2013-2015). Condições de vida e de trabalho dos assalariados da agroindústria canavieira fluminense. Rio de Janeiro: Uerj/CNPq, 2011.

IANNI, Octavio. A classe operária vai ao campo. *Cadernos Cebrap*, nº 24. São Paulo: Brasiliense, 1976.

IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, Octavio. *As origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LOPES, José Sergio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LOPES, José Sergio Leite. Açúcar amargo. *Ciência Hoje*, nº. 20, v. 4. Rio de Janeiro, SBPC, set./out. 1985.

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la Crítica de la Economía Política.* (Grundrisse). 1857-1858. 12ª. ed. México, Siglo XXI, 1980.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política* (1985). Livros I. II e III. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e pequenos produtores de cana*. Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NEVES, Delma Pessanha. *Por trás dos verdes canaviais. Estudo das condições sociais da constituição das formas de encaminhamento dos conflitos entre trabalhadores rurais e usineiro*. Niterói: EDUFF, 1989.

NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento Rural*: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997.

NEVES, Delma Pessanha. *Do Imbé, novos horizontes*. Processo de construção de um assentamento rural. Niterói: Intertexto, 2001.

NOVAES José Roberto; ALVES, Francisco José da Costa (org.). *No eito da cana.* Exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto – SP. Rio de Janeiro: Feraesp, SPM/CNBB, UFSC, UFRJ, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor*. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PAIXÃO, Marcelo J. P. *No coração do canavial: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucroalcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira*. (Estudo comparativo de 12 Estados do Brasil). Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado), COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

QUEDA, Oriowaldo. *A intervenção do Estado na agroindústria açucareira paulista.* Piracicaba. Tese (Doutorado), ESALQ/Universidade de São Paulo, 1972.

RAMOS, Pedro. *Um estudo da evolução da agroindústria açucareira em São Paulo* (1930-1982). São Paulo, EAESP/FGV, 1983.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo. Tese (Doutorado), EAESP/Fundação Getúlio Vargas, 1991a.

RAMOS, Pedro. Propriedade fundiária e agroindústria canavieira no Brasil. *Reforma Agrária* nº.3, v. 21. Campinas: Abra, set./dez. 1991b.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. *Passeio de beija-flor*. A luta do sindicato pela garantia legal da representação dos canavieiros fluminenses. Um estudo da ação sindical no campo. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1987.

SANT'ANA, Raquel Santos. *Trabalho bruto no canavial*. Questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

SARTRIANI, Luigi Maria Lombardi. *Antropologia cultural e análise da cultura subalterna*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; VALARELI, Leandro (org.). *Modernização e impactos sociais*. O caso da agroindústria sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto (SP). Rio de Janeiro: Fase, 1995.

SIGAUD, Ligia. *Greve nos Engenhos.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SILVA, José Francisco Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

STEIN, Leila de Menezes. Inquéritos Policiais Militares, Questão Agrária e Sindicatos de Trabalhadores Rurais – Anos 60 e 70. *Estudos de Sociologia,* Departamento de Sociologia, FCL/Unesp, 5, 1998.

STRC. *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos: 50 anos*. 1938-1988. Campos dos Goytacazes, 1988.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil* (1930-1975). São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1979.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Nota sobre o complexo agroindustrial e a industrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*. 2/8. São Paulo: Brasiliense, abr./jun. 1983.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Crescimento e crise da agroindústria açucareira no Brasil (1914/1939). *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº. 7. v. 3. Rio de Janeiro, Anpocs, jun. 1988.

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata? Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, Universidade de São Paulo. Texto apresentado como conferência proferida em 12 de maio de 1997, na abertura do Módulo Direitos Sociais do evento *Direitos Humanos no Limiar do Século XXI* realizado no Centro Cultural Maria Antônia. Acessível em http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/biblio/txt/vera/html em 18/06/04.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

THOMPSON, Edward Palmer. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. (Estudios sobre la crisis de la sociedad industrial). Barcelona: Crítica, 1979.

WANDERLEY, Maria Nazaré. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira. In. ARAÚJO, B. J. (coord.*). Reflexões sobre a agricultura brasileira.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WANDERLEY, Maria Nazaré. Planejamento e intervenção do Estado: análise da experiência histórica da economia açucareira de Pernambuco. In*: Simpósio: Planejamento urbano dirigido para a área rural.* Brasília, 29ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1976.

WIGAND, Luís Carlos. *Fé e coragem na tormenta de um delegado sindical*. Entrevistas concedidas por Wigand a Delma Pessanha Neves. Campos dos Goytacazes, 2011.

Fontes documentais citadas

Artigos de jornal

Jornal do Brasil. Nacional, 30/09/1979, Primeiro Caderno p. 31.

O Pasquim. A Greve da cana. Entrevista com o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, José Rodrigues da Silva, ano XII, nº 591, 24 a 30/10/1980, p.10-13.

Depoimentos sobre a invasão da Lagoa serão tomados amanhã. Jornal *O Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes/RJ, 19/12/1979, p. 7.

Rurais veem data base para dissídio. *Jornal Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes/RJ, 03/11/1980, p. 1.

Na guerra contra biocidas. Trabalhadores querem ser indenizados. *Jornal Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes/RJ, 16/04/1981, p. 2.

Líder rural pede punição para os responsáveis por morte de trabalhador. *Jornal A Notícia*, Campos dos Goytacazes/RJ, 01/05/1983.

Greve paralisa 25 mil no primeiro dia e pode ser ampliada hoje. *Jornal A Notícia*, Campos dos Goytacazes/RJ, 31/07/1984, p. 1.

Greve paralisa 25 mil boias-frias na região. *Jornal A Notícia***,** Campos dos Goytacazes/RJ, 31/07/1984, p. 2.

Cambaiba dispara na produção do álcool e faz também grande safra de açúcar. *Jornal A Notícia*, Campos dos Goytacazes/RJ, 15/07/1984, p. 1.

Acordo encerra greve dos boias-frias mas os prejuízos são de CR$ 4 bilhões. *Jornal A Notícia*, 01/08/1984, p. 1-2.

Falta de alimento paralisa a usina. *Jornal A Notícia*, 31/07/1984, p. 1 e 2.

Capítulo 10

As legislações trabalhista, agrária e penal militar e os usos do direito pelos advogados de trabalhadores do campo no período da ditadura empresarial-militar no Estado do Rio de Janeiro

Ana Claudia Diogo Tavares[*]
Mariana Trotta Dallalana Quintans[†]

1. Introdução

No presente capítulo, pretendemos examinar as legislações trabalhista, agrária e penal militar vigentes no período da ditadura militar, suas transformações e impactos nas estratégias político-jurídicas dos advogados que atuaram na defesa de trabalhadores rurais num contexto de intensa repressão.

Recente análise sobre a atuação dos advogados que defenderam perseguidos políticos (SÁ, MUNTEAL e MARTINS, 2010) concluiu, que, mesmo diante de um Judiciário Militar controlado pelos golpistas, estes profissionais impediram alguns assassinatos e desaparecimentos forçados, por vezes suspenderam a continuidade da tortura aos presos políticos e, em algumas situações, garantiram a libertação. Em sentido correlato, Spieler e Queiroz (2013, p. 37) questionam: "Como era possível que os advogados pudessem usar do sistema jurídico se os militares se pretendiam acima ou à margem do STF e, por conseguinte, de todo o sistema de justiça?"

Em resposta a essa indagação, os autores ressaltam a existência de duas visões concorrentes dentro das Forças Militares: uma, externada pelo ditador Costa e Silva em descumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), chamada "lógica da imunidade militar" (que acredita na força e despreza as normas) e outra que pode ser chamada de "legalista", na medida em que parte dos generais que assumiram, durante a

[*] Ana Claudia Tavares, graduada em Direito, Mestre em Sociologia e Direito, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutora pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Professora adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPP/DH/UFRJ).
[†] Mariana Trotta Dellalana Quintans, Graduada em Direito, Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Doutora pelo CPDA/UFRRJ e professora da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ).

ditadura, o Superior Tribunal Militar (STM) foram considerados, por alguns entrevistados, de mentalidade "liberal", embora não "progressistas" nem complacentes com acusados de crimes políticos. Portanto, "embora a Justiça Militar fosse excessivamente comprometida com o regime, ela era palco muitas vezes mais digno para o exercício da advocacia do que a Justiça Comum" (SPIELER e QUEIROZ, 2013, p. 37-38).

Pretendemos analisar a atuação dos advogados de trabalhadores rurais em processos judiciais decorrentes da luta pela terra e por direitos trabalhistas, tanto na justiça comum, quanto na trabalhista e militar.

Não encontramos análises direcionadas a compreender as estratégias adotadas pelos advogados que atuaram especialmente na assessoria jurídica de organizações de trabalhadores rurais no período ditatorial. O estudo ora proposto pode contribuir para elucidar os diversos usos feitos do direito e do Poder Judiciário em períodos de exceção.

Na série de documentários dirigida por Silvio Tendler (2014), o depoimento do sociólogo pernambucano Anacleto Julião, filho de Francisco Julião[1], revela que a primeira medida tomada pelos golpistas em 1964 foi colocar as Ligas Camponesas[2] fora da legalidade e reprimir os camponeses, assassinando um altíssimo número de trabalhadores rurais.

Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas, antes do golpe militar, acionava a Justiça para defender a permanência de foreiros no engenho onde viviam, com base na lei de inquilinato, promovia a defesa da reforma agrária na Assembleia Legislativa e organizava manifestações de rua com o intuito de dar visibilidade aos conflitos na zona canavieira a fim de obter apoios para a reivindicação dos foreiros (RANGEL, 2006). Do mesmo modo, os comunistas, que já provinham de uma tradição de investimentos na aliança operário-camponesa, reivindicando a necessidade de conferir títulos de propriedade a posseiros, moradores e ocupantes, utilizavam-se de estratégias que incluíam a divulgação de legislações que conferiam direitos aos trabalhadores rurais, para buscar a permanência e acesso à terra dos trabalhadores (RANGEL, 2006, p. 470).

No Rio de Janeiro, de acordo com Mario Grynszpan (1987), as Ligas Camponesas não representaram uma força expressiva, mas destacou-se, nas décadas de 1950 e 1960,

[1] Liderança da organização de camponeses em Pernambuco desde meados da década de 1950 até o golpe militar, era advogado e foi deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

[2] A conjuntura econômica de valorização da cana-de-açúcar no mercado internacional favoreceu o acirramento dos conflitos fundiários, com a expulsão de trabalhadores de terras anteriormente utilizadas para a produção de gêneros alimentícios variados, no período em que se formaram e se expandiram as Ligas Camponesas na região Nordeste do Brasil (RANGEL, 2006, p. 468-470).

a presença do Partido Comunista do Brasil (PCB) e da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), federação apoiada pelo PCB. A competição política sobre a representação do movimento camponês ocorreu, principalmente, conforme exposto por Grynszpan, entre a Falerj e as organizações ligadas à Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF) que investiam na contenção da mobilização e apoiavam a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Flerj).

A Falerj e o PCB também se utilizavam da lei e do Judiciário, conforme Grynszpan (1987), para denunciar o envolvimento entre a Justiça e os grileiros, mas "não como recurso privilegiado, e sim de forma articulada com outros recursos, como, por exemplo, as manifestações nas cidades", pois "seu recurso privilegiado parecia ser a ação direta, através das resistências e das ocupações", lutas nas quais "para eles, se daria a conscientização dos lavradores" (GRYNSZPAN, 1987, p. 292).

No contexto pós-golpe militar, a tática de propor ações trabalhistas coletivas (ações plúrimas), a fim de organizar os trabalhadores do corte de cana, foi acionada pelos advogados e advogadas que atuaram na assessoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), conforme indicam as entrevistas realizadas com lideranças e advogados. No Estado do Rio de Janeiro, ações judiciais também foram usadas para evitar a expulsão de posseiros por supostos proprietários em diversas regiões.

Os relatos sobre as intensas lutas sociais no campo apresentam indícios de estratégias jurídicas e políticas utilizadas pelos advogados e dirigentes de organizações de trabalhadores rurais, a partir do uso da lei, do Judiciário, do Legislativo e da rua.

No entanto, com o golpe de 1964, a conjuntura política que permitia as manifestações de rua e a defesa pública da reforma agrária sofreu uma ruptura. Diante do contexto político ditatorial no Brasil, como os advogados que atuaram em apoio às lutas camponesas se articularam e que estratégias foram usadas? Entre os múltiplos fatores que podem ter influenciado as estratégias dos advogados, interessa-nos refletir sobre o aparato legislativo (e repressivo) existente; a forma de inserção de cada advogado nas lutas sociais e suas trajetórias pessoais; a conjuntura política e econômica e a forma de atuação do Judiciário.

A conjuntura ditatorial no Brasil foi marcada pela elaboração e edição de um arsenal de atos normativos e de legislações que instauraram uma espécie de "nova legalidade" que justificava as perseguições políticas, as cassações, a instauração de

inquéritos militares contra civis, a prisão política dos opositores do regime, entre outras ações repressivas por parte dos agentes estatais.

Nos casos narrados pela bibliografia relacionada ao processamento de militantes políticos em geral pela Justiça Militar, destaca-se o papel do Superior Tribunal Militar (STM), para onde eram dirigidos os *habeas corpus* visando garantir a liberdade (e a localização) dos presos políticos.

O STM era situado no período inicial da ditadura na Cidade do Rio de Janeiro, tendo sido transferido para Brasília em 1973. Diante de poucos recursos para proporcionar viagens de advogados de outros estados brasileiros, muitas vezes os advogados cariocas colaboravam na defesa de presos políticos de outros estados. Outra lembrança reiterada entre os advogados de defesa de perseguidos políticos refere-se ao momento em que foi editado o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, que eliminou o *habeas corpus* e obrigou os advogados a usar a criatividade e outros instrumentos jurídicos existentes visando produzir o mesmo efeito de *habeas corpus*, como petições simples. A reação atribuída aos advogados ante o AI 5 era de "misto de incredulidade e perplexidade" (MOREIRA, 2010, p. 53).

A repressão às organizações de esquerda foi acentuada após a edição do AI 5 também em razão de ter se voltado contra os próprios membros da Justiça Militar que absolviam grande parte de presos diante de provas flagrantes de nulidades.[3]

No âmbito rural, estudos iniciais indicaram a formalização de algumas organizações de advogados com o intuito de defender trabalhadores rurais. É o caso da Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), fundada em 21 de abril de 1982, resultante de discussões iniciadas na década de 1970 e até hoje em funcionamento[4]. Outro exemplo é a Associação Nacional dos Advogados de Trabalhadores da Agricultura (Anatag), sediada em Goiânia, já extinta, e que foi oficialmente fundada no IV Encontro

[3]Por exemplo, em 30 de dezembro de 1968, o ministro general Peri Constant Bevilacqua, do STM, foi cassado e, em 16 de janeiro de 1969, o ministro civil Evandro Lins e Silva foi "aposentado" com base no AI 5 (MOREIRA, 2010, p. 55).

[4]Na década de 1970, na Bahia, dois advogados de trabalhadores rurais foram assassinados: Eugênio Lyra, em Santa Maria da Vitória (oeste do estado), em setembro de 1977, por um delegado de polícia e pistoleiros profissionais contratados a partir de pacto entre proprietários de terra aliados a investidores modernos, e Hélio Hilarião, poucos meses depois, em Senhor do Bonfim, além de sucessivas ameaças de morte e atentados no estado que persistiram e provocaram a associação de advogados à AATR, inicialmente com "caráter de entidade de classe" voltada "para a defesa dos interesses dos seus associados e realização de denúncias junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), às autoridades e à opinião pública" (AATR, s/d). (http://www.aatr.org.br/site/aatr/index.asp#historia. Acesso em: 23 mar. 2014).

Nacional dos Advogados com atuação junto aos trabalhadores rurais, realizado entre os dias 4 e 7 de dezembro de 1980, após o III Congresso da Contag.

Spieler e Queiroz (2013), sobre a atuação dos advogados no período da ditadura, expõem que, a fim de controlar o direito e a sociedade, "os militares avançaram, desde os primórdios do regime, não só sobre o Legislativo, mas também sobre o Judiciário", e "procuravam dar roupagem institucional às normas e órgãos de repressão, regulamentando e burocratizando a perseguição política" (p. 35). Porém, ao fazer isso, "os militares sujeitavam a análise de seus atos à racionalidade jurídica, produto de uma cultura própria e razoavelmente hermética que muitas vezes impôs reveses imprevistos ao governo", como a concessão de *habeas corpus* pelo STF nos primeiros meses do governo militar impedindo "que os civis acusados de subversão fossem processados perante a Justiça Militar, que pela Constituição então vigente (1946) guardava competência apenas para casos de segurança externa, e não interna (art. 108, § 1º)".

Outro caso em que se destacou o uso da racionalidade jurídica em benefício dos perseguidos foi o de Miguel Arraes, preso há um ano e 18 dias quando o STF determinou sua soltura, em 1965, a partir do uso de dois princípios de direito processual:

> Primeiro: a regra de determinação da competência processual pela função do acusado (*ratione personae*) prevalece sobre aquela que estabelece competência por matéria (*ratione materiae*), de forma que, mesmo nos crimes militares, o foro por prerrogativa de função ("foro privilegiado") deve ser observado. Segundo: a instrução criminal, isto é, a fase de produção de provas e apuração da responsabilidade do acusado, estando preso o réu, não pode se prolongar excessivamente, pois o princípio do devido processo legal compreende um direito à duração razoável do processo (SPIELER e QUEIROZ, 2014, p. 35-36).

Dessa forma, percebe-se a possibilidade de usar a legalidade estatal e o Direito, um instrumento concebido como legitimador da ordem, para contribuir com a transformação desta.

A partir dessas considerações, abordaremos a legalidade estatal existente no período ditatorial, em especial as legislações penal militar, trabalhista e agrária, identificando as transformações legislativas nesses âmbitos em que os advogados de trabalhadores rurais atuaram.

2. A Justiça Militar entre 1964 e 1979: dos inquéritos às ações penais

A formação dos processos penais militares e as reiteradas violações foram mapeadas pelo projeto Brasil: Nunca Mais (BNM), promovido pela arquidiocese de São Paulo, a fim de analisar a repressão política que ocorreu no Brasil entre 1964 e 1979.

Conforme o projeto BNM, logo após o golpe empresarial-militar, em abril de 1964, as Comissões Gerais de Investigação (CGD) foram criadas e chefiadas, em nível nacional, pelo general Taurino de Rezende. As CGD

> centralizaram as centenas de inquéritos policiais (formados em repartições da polícia) e inquéritos policiais militares (IPMs, formados em unidades militares) abertos para apurar os "atos de subversão" que teriam sido praticados por alguns milhares de cidadãos em todo o país (BNM, 2013, p. 169).

Na época do golpe, a legislação vigente que definia os crimes contra o Estado e a ordem política e social era a Lei nº 1.802, de 05/01/1953,[5] que estabelecia a competência da Justiça ordinária (comum), com recurso ao Supremo Tribunal Federal, para os crimes definidos naquela lei (art. 42, parágrafo único).

A Justiça Militar tinha a atribuição apenas de processar e julgar os delitos de militares ou "crimes militares" praticados por civis. Porém, o AI 2, decretado em 27/10/1965, ampliou a competência da Justiça Militar para processar e julgar todos os crimes previstos na Lei nº 1.802, de 1953, o que se manteve com a promulgação das Leis de Segurança Nacional do regime militar.[6]

Portanto, até outubro de 1965, com a decretação do AI 2, "os atingidos pela atividade repressiva ainda tinham possibilidade de recorrer à Justiça Comum – em geral, diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) – para fazer valer seus direitos", e o STF tomou algumas decisões pautadas nas garantias constitucionais de então (na Constituição brasileira de 1946), interrompendo "centenas de IPMs" (BNM, 2013, p. 169).

Após o AI 2, todos os processos passaram a tramitar na Justiça Militar, estruturada através de Circunscrições Judiciárias Militares (CJMs), em que se instalam as Auditorias

---

[5] Fabrício Teló e Ricardo Braga narram, no capítulo que escreveram para este relatório, o indiciamento de lideranças camponesas em Cachoeiras de Macacu em dispositivos desta legislação em Inquérito Policial Militar instaurado logo após o golpe empresarial-militar.

[6] Existiram quatro Leis de Segurança Nacional: o Decreto-Lei nº 314, de 13/03/1967; o Decreto-Lei nº 898, de 29/09/1969; a Lei nº 6.620, de 17/12/1978, legislação vigente até ser substituída pela Lei nº 7.170, em 14/12/ 1983, Lei de Segurança Nacional atualmente em vigor. A mais dura, conforme Santos Jr (2011), foi a LSN de 1969, editada após o sequestro do embaixador americano, que restabeleceu a pena de morte.

Militares, consideradas a primeira instância da Justiça Militar (BNM, 2013, p. 170).

No Rio de Janeiro situava-se a 1ª CJM, que contava com sete Auditorias Militares[7]. Cabia recurso ao Superior Tribunal Militar (STM),[8] que consiste na 2ª instância da Justiça Militar, sobre as decisões das Auditorias Militares. Das decisões do STM era possível recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF),[9] órgão considerado o guardião da Constituição.

O STM era composto por 11 juízes vitalícios chamados de ministros, "nomeados pelo Presidente da República, dos quais três escolhidos entre os generais efetivos do Exército, dois entre os oficiais generais da Armada, dois entre os oficiais generais da Aeronáutica e quatro civis" (art. 8º, DL 925/1938).

A organização da Justiça Militar estava prevista no Decreto-Lei nº 925, de 02/12/1938, ainda vigente no período do golpe militar e nos anos seguintes, tacitamente revogada apenas em 21/12/1969, através do Decreto-Lei nº 1.003, que dispôs sobre a Lei da Organização Judiciária Militar.

Conforme o DL 925, de 1938, que organizou a Justiça Militar até dezembro de 1969, além do STM e dos auditores, os Conselhos de Justiça também eram órgãos da Justiça Militar. Existiam três categorias de conselhos:

> a) Conselho Especial de Justiça, nas auditorias, para processo e julgamento de oficiais, excetuados os generais;
> b) Conselho Permanente de Justiça, nas auditorias, para processo e julgamento de acusados que não sejam oficiais;
> c) Conselho de Justiça, nos corpos, formações e estabelecimentos do Exército, para processo de desertores e de insubmissos (art. 5º, DL

[7] Eram elas: 1ª Auditoria do Exército, 2ª Auditoria do Exército, 3ª Auditoria do Exército, 1ª Auditoria da Marinha, 2ª Auditoria da Marinha, 1ª Auditoria da Aeronáutica, 2ª Auditoria da Aeronáutica (BNM, 2013, p. 171).

[8] A Constituição brasileira de 1946 atribuía competência à Justiça Militar para "processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas" (art. 108) e previa a possibilidade de o foro especial (militar) ser estendido "aos civis, nos casos, expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança externa do País ou as instituições militares" (§ 1º, art. 108). O AI 2 modificou a redação constitucional para incluir os civis no foro especial "nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares" (§ 1º, conforme redação dada pelo AI no. 2). A Constituição de 1967 manteve a alteração para estender aos civis o foro militar nos crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares, porém introduziu a possibilidade de recurso ordinário ao STF (§ 1º, art. 122). A redação desse dispositivo foi alterada pelo AI 6, de 1969, que retirou a previsão de recurso ordinário ao STF, retomando o texto anterior do AI 2.

[9] Através do AI 2, o número de ministros do STF, estabelecido em 11 pela Constituição de 1946 (que previa apenas a possibilidade de elevação do número por lei proposta pelo próprio STF), se elevou para 16 ministros, o que foi mantido pela Constituição de 1967 até o AI 6, de 1969, que modificou a redação constitucional para retornar ao número de 11 ministros compondo o STF. A Constituição de 1988 manteve esse número. A elevação da quantidade de ministros no STF no período ditatorial permitiu a indicação de ministros pelos ditadores militares, o que, provavelmente, teve por objetivo controlar o próprio STF para legitimar a repressão política em curso.

925/1938).

Portanto, o julgamento de civis perseguidos pela ditadura militar era realizado, nas auditorias, pelo Conselho Permanente de Justiça, que era composto por um auditor, um oficial superior que presidia o conselho e três oficiais até a patente de capitão ou capitão-tenente (art. 13, DL 925/1938; art. 13, § 2º, DL 1.003/1969).

Os Conselhos Permanentes de Justiça, uma vez instituídos, deveriam funcionar durante três meses consecutivos (art. 13, § 2º, DL 925/1938; art. 15, § 2º, DL 1.003/1969).

Os juízes militares para os Conselhos Especiais ou Permanentes de Justiça deveriam ser sorteados dentre os oficiais em serviço ativo e na jurisdição em que estivessem servindo (art. 14, DL 925/1938; art. 15, DL 1.003/1969).

Além disso, os oficiais que tivessem servido como juízes militares por um semestre deveriam ficar isentos do sorteio para o trimestre imediato, exceto se não houvesse, na guarnição, oficiais para constituir o conselho (art. 21, § 2º, DL 925), ou ainda, se houvesse insuficiência de oficiais para constituir o conselho (art. 20, § 3º, DL 1.003/1969).

Entretanto, na pesquisa do projeto Brasil: Nunca Mais, foram constatadas irregularidades no cumprimento dessa regra, pois muitos juízes militares permaneciam no referido conselho por mais de três meses; em alguns casos, as vítimas da ditadura militar encontraram com os próprios oficiais torturadores responsáveis pela investigação no posto de juiz auditor.

Ressalta a pesquisa que

> a Junta Militar que governou o país no impedimento do General Costa e Silva, em 1969, baixou um verdadeiro "pacote" legislativo para a Justiça Militar, editando ao mesmo tempo o Código Penal Militar (CPM), o Código de Processo Penal Militar (CPPM) e a Lei de Organização Judiciária Militar (LOJM) (BNM, 2013, p. 172).

Antes da implantação desse "pacote legislativo", precedido pelo AI 5, de 1968, que proibiu a concessão de *habeas corpus*, Elisabeth Linhares, no capítulo XX deste relatório, destaca a absolvição, em julgamento de 18/07/1966, no Conselho Permanente da Justiça Militar da 1ª Auditoria da 1ª Região, dos sete membros da União Operária Valenciana, acusados de atividades antirrevolucionárias, sob a acusação de fabricação de "coquetéis molotov", com base na apreensão de 20 litros de gasolina e de rolhas na sede da entidade, não havendo menção no auto de apreensão a garrafas necessárias para essa

fabricação, o que foi alegado pelos advogados de defesa, Cleber Porto e Jorge Curi.

A Lei de Organização Judiciária Militar (LOJM), estabelecida pelo Decreto-Lei nº 1.003, de 21/10/1969,[10] que substituiu o anterior, continuou a prever como autoridades judiciárias militares o STM, os Conselhos de Justiça Militar e os auditores, mas ampliou o número de ministros do STM para 15, dos quais cinco seriam civis.

Embora a referida lei tenha previsto a distribuição do serviço, nas Circunscrições com mais de uma Auditoria, "por ordem de entrada dos processos" (art. 2º, § 3º, DL 1.003/1969), ressalvou que nos processos envolvendo somente civis, em crime previsto na Lei de Segurança Nacional, a distribuição seria "feita indistintamente entre as Auditorias da mesma Circunscrição" (art. 2º, § 4, DL 1.003/1969).

De acordo com a pesquisa "Brasil: Nunca Mais":

> Isso permitiu a ocorrência de divisão preestabelecida de competência, tornando-se algumas Auditorias "especializadas" em processos contra determinado grupo político. Com isso, mais uma vez ficava caracterizado que a Justiça Militar acabava desempenhando uma função de auxiliar do aparato de repressão policial política (BNM, 2013, p. 172).

A pesquisa destaca ainda outras violações de princípios do processo penal que foram cometidas pela Justiça Militar, tornado as condenações mais rigorosas, como a subdivisão de acusações, o que ocorreu, em especial, no Rio de Janeiro e em Recife, a fim de condenar os acusados mais de uma vez pelo mesmo crime, em desrespeito à norma legal do período que determinava a unidade do processo, por conexão de feitos (BNM, 2013, p. 172).

Assim, além das dificuldades decorrentes da legislação autoritária, especialmente após a edição do AI 5, Santos Jr. (2011), chama a atenção para o desrespeito à própria "legalidade da ditadura", pois:

> (a) as prisões eram absolutamente ilegais, sem mandado; (b) as buscas e apreensões também eram realizadas sem o mandado judicial exigido em lei, sendo os registros dessas buscas simplesmente do ato da exibição à autoridade que as havia determinado; (c) a fase seguinte da investigação era militar e não havia previsão em lei, era exercida pelos agentes da Oban[11], ou dos DOI-CODI, que não tinham atribuição legal para isso; (d) a fase seguinte da investigação era conduzida perante autoridades policiais civis, mas já estava tudo montado, os depoimentos "prestados" eram cópia

[10] Esse Decreto-Lei foi expressamente revogado através da Lei nº 8.457, de 04/09/1992, que organizou a Justiça Militar da União.
[11] Operação Bandeirante, criada em julho de 1969, em São Paulo.

> do que havia sido declarado ante os DOI-CODI, sob tortura; (e) os interrogatórios policiais eram todos prestados sem a presença do advogado de confiança; (f) as próprias normas da lei de segurança eventualmente favoráveis ao acusado, como o prazo de 10 dias para cessar a incomunicabilidade, não eram respeitadas; (g) foram constituídos órgãos especiais para finalidade única de repressão à insurgência civil, nos quais se misturavam soldados e oficiais da polícia militar, policiais civis e membros das forças armadas indistintamente (SANTOS JR., 2011, p. 246).

Prisões sem mandado judicial e tentativas de impedir a comunicação dos advogados com os seus clientes também atingiram os camponeses, como ocorreu com os lavradores presos em grande número, em 1980, em Cachoeiras de Macacu, conforme narram Fabrício Teló e Ricardo Braga no capítulo 2 do presente relatório.

No relato da pesquisa *Brasil: Nunca Mais* (BNM, 2013), destaca-se ainda a explicação sobre as normas existentes para a regular formação de processos mesmo durante a ditadura, com ênfase para a violação dessas normas estabelecidas em especial no Código de Processo Penal Militar (CPPM), decretado através do Decreto-Lei nº 1.002, de 21/10/1969, ainda em vigor com algumas alterações.

De forma similar ao relato BNM, buscaremos examinar as fases da formação dos processos, quais sejam, a fase policial, em que os IPMs são formados, e a fase judicial, na qual a ação penal é proposta e processada no âmbito das Auditorias Militares.

2.1. Inquéritos Policiais Militares (IPMs)

Conforme definição do CPPM:

> O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal (art. 9º, CPPM).

Considerando que o inquérito consiste em apuração sumária e provisória com o objetivo de instruir a propositura de ação penal, os inquéritos ilegais e clandestinos deveriam comprometer a legitimidade da ação penal, ou seja, não poderiam ser utilizados como base da ação penal (BNM, 2013, p. 174). No inquérito, do ponto de vista do Direito, não há o que se chama de "contraditório", ou seja, inexiste "a possibilidade de o indiciado contestar, com provas, as acusações. Isso quer dizer que, durante as investigações dessa 'fase policial', não há defesa, em sentido estrito" (BNM, 2013, p. 173).

Portanto, há necessidade de se estabelecer garantias para que os indiciados não

fiquem detidos ou presos arbitrariamente, sem que haja a comprovação da existência do crime (militar) e da autoria do indiciado.

O Código da Justiça Militar (assim como o Código de Processo Penal Militar que o substituiu) era aplicável, quanto ao processo e julgamento, no que não colidisse com as disposições da Constituição e da Lei de Segurança Nacional de 1969 (art. 58, DL 898/1969). Esta Lei previa a possibilidade de prisão do indiciado pelo encarregado do inquérito, durante as investigações policiais, por "até trinta dias, comunicando-se a prisão à autoridade judiciária competente", prazo que poderia "ser prorrogado uma vez, mediante solicitação fundamentada do encarregado do inquérito à autoridade que o nomeou" (art. 59, DL 898/1969).

O CPPM também permitia que, independentemente de flagrante delito, o indiciado ficasse detido, durante as investigações policiais, por até 30 dias, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente, prazo que poderia "ser prorrogado, por mais 20 dias, pelo comandante da Região, Distrito Naval ou Zona Aérea, mediante solicitação fundamentada do encarregado do inquérito e por via hierárquica" (art. 18, CPPM).

O encarregado do inquérito, de acordo com a LSN de 1969, podia manter incomunicável o indiciado por até dez dias[12], desde que a medida fosse necessária às averiguações policiais militares (art. 59, § 1º, DL 898/1969), e, se entendesse necessário, podia solicitar, dentro do mesmo prazo ou de sua prorrogação, a prisão preventiva do indiciado, observados os requisitos do Código da Justiça Militar (art. 59, § 2º, DL 898/1969).

Entre as normas do inquérito (que eram desrespeitadas, conforme indicam pesquisas sobre o período) que constam no CPPM, destacam-se: o dever de oitiva de testemunhas e do indiciado durante o dia (entre 7 e 18h), "exceto caso de urgência inadiável, que constará da respectiva assentada" (art. 19); o limite de tempo para inquirição de testemunhas em até quatro horas, sendo permitido o descanso de meia hora quando tiver que prestar declarações além desse período, encerrando-se os depoimentos não concluídos às 18 horas (art. 19, 2º); o prazo para o término do inquérito de "vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito" (art. 20). Esse último prazo (quando o

[12] Já o prazo da incomunicabilidade do Código de Processo Penal Militar era de "três dias no máximo" (art. 17, CPPM).

indiciado estivesse solto) poderia ser prorrogado por mais 20 dias, por autoridade militar superior, na hipótese de não terem sido concluídos exames ou perícias já iniciados ou havendo "necessidade de diligências indispensáveis à elucidação do fato" (art. 20, 1º).

Além dos prazos terem sido sistematicamente ultrapassados nos inquéritos com base na Lei de Segurança Nacional, os pressupostos em relação aos limites de tempo para o depoimento de testemunhas também não eram observados, pois: "Os presos eram interrogados durante horas seguidas, sem nenhum descanso, nem alimentação" desde que chegavam aos órgãos de segurança (BNM, 2013, p. 175).

O projeto Brasil: Nunca Mais destaca que, a partir de 1969, a formação de inquéritos policiais de presos políticos era dividida em duas partes:

> a fase dos DOI-Codis ou dos organismos de segurança das Forças Armadas; e a do "cartório", em que os presos passavam a disposição dos Dops ou da Polícia Federal, encarregados de "formalizar" os inquéritos (BNM, 2012, p. 173).

Essa fase era aquela na qual ocorriam os chamados "interrogatórios preliminares", nos quais predominavam a incomunicabilidade e a tortura física e mental. Na maioria das vezes, a Justiça Militar não era comunicada sobre as detenções efetuadas pelos órgãos de segurança ou, quando era, "a data indicada não correspondia ao verdadeiro dia da prisão" (BNM, 2013, p. 173). Mesmo quando as Auditorias oficiavam aos DOI-Codis a pedido dos advogados para informar determinada prisão, muitas vezes elas recebiam respostas negativas (BNM, 2013, p. 173).

Portanto, os agentes dos DOI-Codis desrespeitavam mesmo a legislação vigente na época, interrogando as pessoas encapuzadas e sob codinomes ou apelidos para não serem identificados pelos presos (BNM, 2013, p. 173).

Na segunda fase da formação de inquéritos, os órgãos de informação (DOI-Codis) remetiam os presos ao Dops (Departamento de Ordem Política e Social) ou à Polícia Federal, que, em geral, comunicavam à Justiça Militar, e tomavam os depoimentos em "cartório", procurando manter as confissões obtidas sob coação no DOI-Codi (BNM, 2013, p. 174).

O Dops ou a Polícia Federal resumia os "interrogatórios preliminares", fazendo desaparecer dos inquéritos os "volumosos depoimentos extraídos do DOI-Codi", que foram raramente encontrados nos inquéritos remetidos à Justiça (BNM, 2013, p. 174).

No Dops também se torturava e, muitas vezes, os presos eram novamente

remetidos para os DOI-Codis para a realização de novas investigações ou para forçar a desistência do preso em modificar seu depoimento "de cartório" para suprimir fatos incluídos nos "interrogatórios preliminares" (BNM, 2013, p. 174).

Os encarregados de inquérito, com atribuições do CPPM, inexistiam nos DOI-Codis e, "em geral, os delegados do Dops ou da Polícia Federal figuravam formalmente como encarregados desses inquéritos, os quais procuravam 'legalizar aquilo que os DOI-Codis haviam produzido'" (BNM, 2013, p. 174).

Conforme o projeto BNM,

> As investigações desenvolvidas nesses órgãos eram clandestinas e, do ponto de vista jurídico, ilegais. Diz a lei que são atribuições do encarregado do inquérito dirigir-se ao local do delito, apreender os instrumentos e todos os objetos que tenham relação com os fatos, efetuar a prisão do infrator e colher todas as provas que sirvam para o esclarecimento dos fatos e das suas circunstâncias. É o encarregado do inquérito que tem a competência legal para efetuar prisões, segundo o CPPM.
> Como essas atribuições eram cumpridas, no entanto, pelos órgãos militares, sendo que os delegados apenas "formalizavam" as investigações que dali provinham, os inquéritos assim elaborados não poderiam ter validade legal, sendo inócuos, portanto, no plano jurídico (BNM, 2013, p. 175).

Entre as normas sistematicamente descumpridas na formação dos inquéritos, também se destaca a lei que estabelecia a necessidade de presença de duas testemunhas para assistir o depoimento do indiciado do início ao fim (BNM, 2013, p. 175). O projeto BNM constatou, nos processos analisados, que

> as pessoas que assinavam os interrogatórios dos indiciados como testemunhas, na maioria das vezes, eram agentes policiais da repartição investigante. Quando este método começou a ser denunciado nos tribunais militares, os organismos encarregados da formalização dos IPMs passaram a substituir as testemunhas – agentes policiais – por transeuntes arregimentados nas portas da repartição para assinar os interrogatórios dos presos políticos, sem os terem presenciado e nem sequer lido (BNM, 2013, p. 175-176).

Com todas essas falhas, os IPMs eram encerrados com um relatório[13] e remetidos

[13] Conforme o art. 22 do CPPM: "O inquérito será encerrado com minucioso relatório, em que o seu encarregado mencionará as diligências feitas, as pessoas ouvidas e os resultados obtidos, com indicação do dia, hora e lugar onde ocorreu o fato delituoso. Em conclusão, dirá se há infração disciplinar a punir ou indício de crime, pronunciando-se, neste último caso, justificadamente, sobre a conveniência da prisão preventiva do indiciado, nos termos legais".

às Auditorias Militares[14], lugar em que se formaria a ação penal.

2.2. As ações penais

A ação penal era o momento em que o indiciado do cometimento de um crime na fase do inquérito poderia contestar as acusações e se defender. Ao longo da ação penal os fatos eram apurados de forma aprofundada para verificar a existência do crime e a autoria. A ação penal era instruída pelo IPM produzido na fase policial, como visto, mas também poderia ser instruída por "exames, perícias e avaliações realizados regularmente no curso do inquérito, por peritos idôneos e com obediência às formalidades previstas" (art. 9º, parágrafo único, CPPM).

Conforme previsto em lei: "O direito de ação é exercido pelo Ministério Público, como representante da lei e fiscal da sua execução, e o de defesa pelo acusado, cabendo ao juiz exercer o poder de jurisdição, em nome do Estado" (art. 34, CPPM).

O início do processo se dava com o recebimento da denúncia pelo juiz. A efetivação do processo ocorria com a citação do acusado; a extinção, "no momento em que a sentença definitiva se torna irrecorrível, quer resolva o mérito, quer não" (art. 35, CPPM).

A ação penal no âmbito da Justiça Militar "somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público Militar" (art. 29, CPPM), que é obrigado a apresentar a denúncia "sempre que houver: a) prova de fato que, em tese, constitua crime; b) indícios de autoria" (art. 30, CPPM).

A denúncia deveria conter:

> a) a designação do juiz a que se dirigir;
> b) o nome, idade, profissão e residência do acusado, ou esclarecimentos pelos quais possa ser qualificado;
> c) o tempo e o lugar do crime;
> d) a qualificação do ofendido e a designação da pessoa jurídica ou instituição prejudicada ou atingida, sempre que possível;
> e) a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias;
> f) as razões de convicção ou presunção da delinquência;
> g) a classificação do crime;
> h) o rol das testemunhas, em número não superior a seis, com a indicação da sua profissão e residência; e o das informantes com a mesma indicação (art. 77, CPPM).

[14] Conforme o art. 23 do CPPM, os autos do inquérito devem ser "remetidos ao auditor da Circunscrição Judiciária Militar onde ocorreu a infração penal, acompanhados dos instrumentos desta, bem como dos objetos que interessem à sua prova".

Esses requisitos tinham o objetivo de assegurar a ampla defesa e o contraditório, previstos na Constituição brasileira. Entretanto, conforme a pesquisa BNM,

> Em geral, as denúncias na Justiça Militar, por crimes contra a Segurança Nacional, eram vagas e imprecisas. Chegava-se mesmo a dizer, genericamente, que o acusado era subversivo ou que havia praticado atos de subversão, sem descrevê-los devidamente. As testemunhas arroladas ao final, pelo promotor, frequentemente declaravam desconhecer os fatos narrados ou, no máximo, pretendiam testemunhar "por ouvir dizer".
> As denúncias por crimes contra a Lei de Segurança Nacional eram geralmente ineptas, reticentes, e até mesmo ardilosas, não contendo todos os requisitos legais exigidos.
> Muitas vezes narravam fatos que não eram crimes, mas simples exercício da manifestação do pensamento, de liberdade de opinião, de reivindicação legal (BNM, 2013, p. 178-179).

O Ministério Público, embora seja o órgão de acusação no processo penal militar, também tem a função de fiscalização da lei penal militar e pode opinar pela absolvição do acusado, quando entender que "existem fundadas razões de fato ou de direito" (art. 54, parágrafo único).

Entretanto, o Ministério Público era obrigado a recorrer da decisão que absolvesse os réus, mesmo que tivesse opinado pela absolvição[15], conforme previsto no Decreto-Lei nº 898 de 1969 – a LSN mais dura da ditadura brasileira, que estabeleceu a prisão perpétua e a pena de morte.

O projeto BNM demonstra a parcialidade da Justiça Militar presente tanto na escolha dos oficiais para compor os Conselhos, quanto nas limitações impostas a juízes auditores e promotores "no sentido de que a Justiça Militar funcionasse como extensão do aparelho de repressão policial militar" (BNM, 2013, p. 178).

Os requisitos para a decretação de prisão preventiva, previstos no CPPM, entre os quais a existência de prova do fato delituoso e indícios suficientes de autoria (art. 254) e a necessidade de fundamentação do despacho (art. 256), também eram descumpridos no caso de decretação de prisão preventiva de acusados na Lei de Segurança Nacional, pois os despachos "limitavam-se apenas a atender o requerimento da autoridade policial, configurando abuso e ilegalidade" (BNM, 2013, p. 179-180).

[15] Cf. art. 73 do DL 899/1969: "Ao Ministério Público cabe recorrer obrigatoriamente, para o Superior Tribunal Militar: a) do despacho do Auditor que rejeitar, no todo ou em parte, a denúncia; b) da sentença absolutória".

Outra legislação sistematicamente desrespeitada no período foi a Lei nº 4.215 de 1963 (Estatuto da OAB), que previa o direito da pessoa ser visitada por seu defensor, mesmo quando se encontre incomunicável, em repartição policial, civil ou militar.

Em relação às regras sobre a produção de provas nos processos penais militares, notam-se violações constantes, em razão da tortura a que eram submetidos os acusados na Lei de Segurança Nacional. O CPPM admite "qualquer espécie de prova, desde que não atente contra a moral, a saúde ou a segurança individual ou coletiva, ou contra a hierarquia ou a disciplina militares" (art. 295).

O projeto Brasil: Nunca Mais, concluiu, ao analisar os processos penais militares do período, que

> a quase totalidade das condenações apoiou-se no conteúdo dos inquéritos policiais. As provas colhidas durante a fase judicial eram ignoradas pelas sentenças, que se baseavam nos dados obtidos na polícia, com todos os seus vícios, irregularidades e coações (BNM, 2013, p. 180).

Também foi violada a regra que determina que "o ônus da prova compete a quem alegar o fato" (art. 296, CPPM), pois

> na maioria das sentenças condenatórias, houve inversão do princípio: ao invés de a acusação provar suas alegações, era o acusado que deveria provar sua inocência. Tal constatação reforça a afirmação de que, nos delitos contra a Segurança Nacional, os acusados eram presumidos como culpados. A dúvida militava em favor da condenação (BNM, 2013, p. 180-181).

O CPPM também previa que "ninguém está obrigado a produzir prova que o incrimine, ou ao seu cônjuge, descendente, ascendente ou irmão" (art. 296, 2º, CPPM), o que não foi observado. O descumprimento dessa regra deveria levar a declaração de nulidade da prova produzida sob coação e/ou pelos cônjuges, descendentes, ascendentes ou irmãos dos acusados. Além de localizar diversos inquéritos com depoimentos de parentes, a pesquisa BNM verificou que nessas situações "a Justiça Militar não invalidava tais depoimentos como provas, como era seu dever fazê-lo. Ao contrário, ressaltava-os – há sentenças apoiadas exclusivamente nesses tipos condenáveis de 'prova'" (BNM, 2013, p. 181).

As confissões extrajudiciais, obtidas sob tortura, eram o principal suporte da acusação (BNM, 2013, p. 181). No entanto, o CPPM afirmava expressamente que, para

ter valor de prova, a confissão deveria:

> a) ser feita perante autoridade competente;
> b) ser livre, espontânea e expressa;
> c) versar sobre o fato principal;
> d) ser verossímil;
> e) ter compatibilidade e concordância com as demais provas do processo (art. 307, CPPM).

Portanto, as confissões, para serem válidas como provas, deveriam se reproduzir perante a autoridade competente, ou seja, perante o juiz. Na audiência judicial, o réu político tinha condições de negar ou se retratar de confissões extrajudiciais, forçadas e muitas vezes inverossímeis obtidas nos órgãos de segurança (BNM, 2013, p. 182).

Porém, as sentenças, mesmo diante da retratação dos acusados em juízo, em geral, consideravam a retratação

> como mais um indício de culpabilidade do acusado, pois a retificação das confissões policiais e as narrações dos métodos pelos quais tinham sido obtidas eram entendidas como parte da estratégia de defesa, que visaria denegrir os órgãos de segurança e o Regime, com denúncias sobre torturas (BNM, 2013, p. 182).

Entretanto, a própria legislação vigente determinava que "a confissão é retratável e divisível, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto" (art. 309).

Também as perícias, obrigatórias quando a infração deixava vestígio (o corpo delito), em geral, confirmavam "as falsas versões oficiais", o que se explica, em especial, pelo comprometimento de médicos-legislas com o regime (BNM, 2013, p. 183). Apesar de o juiz não estar adstrito ao laudo, que podia ser rejeitado, a Justiça Militar atribuía a esses pareceres o caráter de "provas indiscutíveis que prevaleciam sobre todas as demais" (BNM, 2013, p. 183).

O BNM aponta ainda violações relacionadas ao descumprimento dos procedimentos legais na produção de provas testemunhais e nos reconhecimentos, que, mesmo questionados e imprestáveis como prova, serviam para justificar as sentenças condenatórias (BNM, 2013, p. 184).

Também mostra que os agentes policiais promoviam saques às residências dos detidos, descumprindo as normas para busca e apreensão, além de introduzir nos autos do processo penal documentos que não pertenciam aos acusados, "com a finalidade de

induzir os magistrados à condenação" (BNM, 2013, p. 185-186).

Mesmo os documentos que os réus assumiam como seus não serviam como prova indiciária, embora a Justiça Militar tenha demorado para firmar jurisprudência nesse sentido, considerando que "a simples posse de material, ainda que considerado subversivo, não era crime, nem era prova da culpabilidade do acusado" (BNM, 2013, p. 185).

As sentenças analisadas pelo projeto BNM foram

> marcadas pela ausência de fundamentação e por forte conteúdo ideológico a presumir a culpa dos réus. Dessa forma, muitos foram os processos em que as sentenças se apoiavam exclusivamente no inquérito, concluindo pela culpa do acusado em evidente contradição com a prova produzida nos autos (BNM, 2013, p. 186).

O estudo do BNM também revelou "que as penas eram fixadas arbitrariamente, sendo comum a desconsideração das atenuantes e a ênfase sobre as agravantes" (BNM, 2013, p. 186).

A partir da análise de processos, o BNM concluiu que as condenações nas sentenças das Auditorias, em geral, eram mantidas nas decisões do Superior Tribunal Militar (STM) sobre as Apelações dos condenados, com uma superficial diminuição das penas aplicadas (BNM, 2013, p. 186).

O exame dos processos no STM leva o projeto BNM a considerar que em alguns episódios (esporádicos) o STM adotou uma postura mais liberal e mais jurídica que as Auditorias, e alguns ministros repetidamente discordavam de seus colegas, firmando "votos vencidos" que adotavam conclusões rigorosamente jurídicas e condenação de práticas de tortura (BNM, 2013, p. 186).

Entretanto, a linha adotada com mais frequência pelo STM "foi a de coonestação das irregularidades praticadas desde a abertura do inquérito até o julgamento nas Auditorias" (BNM, 2013, p. 187).

Embora se admitisse a possibilidade de recurso ao STF em relação às decisões do STM, a pesquisa BNM considera o número de processos que alcançaram o STF relativamente reduzido e, mesmo no STF, verifica-se "certa alternância: posturas mais liberais e jurídicas eram intercaladas com comportamentos de conivência frente a irregularidades das fases processuais anteriores" (BNM, 2013, p. 187).

Santos Jr. avalia que entre os anos 1973/1974 a Justiça Militar, em especial o STM, tornou-se mais liberal, ao começar a exigir "provas mais técnicas" e proferir "decisões

mais técnicas", embora a repressão tenha assumido um "caráter mais feroz", o que se comprova pelas mortes sob tortura nos DOI-Codis, em 1975, do oficial da PM José Ferreira de Almeida e do jornalista Vladimir Herzog, bem como pela invasão pelo Exército, em 1976, de uma casa em São Paulo onde se reuniam os membros do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, matando todos, na operação conhecida como *chacina da Lapa* (SANTOS JR., 2011, p. 247-248).

Nesse contexto, o autor ressalta o papel dos advogados, que comunicavam a prisão à Justiça, salvando muitas vidas e denunciando as torturas. Mas também lembra os problemas que a atividade de defender processados políticos acarretou aos advogados, pois "muitos foram perseguidos, presos, tiveram seus escritórios invadidos, perderam clientes" (SANTOS JR., 2011, p. 247).

A Lei nº 6.620, de dezembro de 1978, que revogou a LSN anterior e reduziu drasticamente as penas, é considerada por Santos Jr. como uma deliberação do governo Geisel relacionada à política de distensão lenta e gradual, em resposta ao movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita iniciado em 1974 (SANTOS JR., 2011, p. 248). A partir da "nova" Lei de Segurança Nacional de 1978 muitos presos políticos foram liberados antes da edição da Lei da Anistia, a Lei nº 6.683/1979, que não foi ampla, geral e irrestrita, como reivindicado pelas organizações da sociedade civil, e serviu para a libertação de poucos presos (SANTOS JR., 2011, p. 249).

A época da advocacia nos anos de chumbo é relembrada pelo advogado Santos Jr. Como

> Uma época em que decisões simples, como atender a uma reunião, participar de uma manifestação, ir a uma missa ou mesmo aceitar um cliente, exigiam reflexão, deliberação em família, despedir das crianças e comunicar a outros colegas de profissão (SANTOS JR. 2011, p. 250).

3. A legislação trabalhista e sindical do campo da década de 1950 à década de 1980: o Estatuto do Trabalhador Rural e seus desdobramentos

No âmbito da repressão política intensa, muitas vezes legitimada pelo Poder Judiciário, atuaram os advogados de trabalhadores rurais. Esses advogados não se limitaram, entretanto, a defender trabalhadores detidos ou presos pelos aparelhos repressores, mas, em especial, atuaram com base nas legislações trabalhistas e agrárias

do período visando contribuir para a efetivação de direitos dos trabalhadores e fortalecer as suas organizações.

Nesse sentido, por um lado, é importante compreender as disputas legislativas que envolveram os setores patronais rurais e os trabalhadores rurais na conformação de sindicatos no campo brasileiro. Por outro, é necessário perceber as disputas sobre a legislação agrária que desembocaram no período autoritário com a promulgação do Estatuto da Terra, prevendo desapropriações em áreas de conflito.

A legislação trabalhista e sindical para o campo foi fruto de intensas disputas que precedem os anos anteriores ao golpe empresarial-militar. Houve embates dos setores patronais rurais contra a extensão da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais, tentada desde a década de 1930. Em razão da pressão desses setores, os trabalhadores rurais foram excluídos da legislação corporativa do governo Vargas, que previa a criação da organização sindical dos trabalhadores do comércio e da indústria.

Em 1944, houve a regulamentação para a estrutura sindical corporativa para o setor rural semelhante à estrutura sindical vigente para os demais setores, através da edição do Decreto-Lei nº 7.038 de 10/11/1944, permitindo aos empregados, estabelecida "a diferenciação de atividade dos empregadores (...), congregar-se em entidade profissional de categoria específica paralela" (art. 1º, § 3º), estabelecendo, quanto à entidade de grau superior, que haveria "uma Confederação de empregados e outra de empregadores" (art. 8º, § 2º).

Stein (1983, p. 61) indica a conjuntura na qual foi aprovado o referido Decreto: o início de "grandes campanhas de sindicalização" promovidas pelo governo, que as justifica como "resposta à reivindicação de sindicalização feita pelos trabalhadores, num congresso que teria se realizado naquela ocasião em Minas Gerais".[16]

Conforme visto no capítulo 1 do presente relatório, sem revogar o anterior, foi editado outro Decreto-Lei, sob nº 7.449 de 09/04/1945, no sentido de estabelecer uma organização diferenciada para o setor rural, que estava submetida apenas à regulamentação do Ministério da Agricultura,[17] conforme defendido pela Sociedade

[16] Em nota, esclarece a autora tratar-se de um congresso sindical realizado em abril de 1944, sob a organização do Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT), "entidade de organização de cúpula sindical de orientação comunista que liderava uma posição política centrada na necessidade de reorganizar o movimento sindical", que resultou num manifesto à Nação "exigindo a liberdade sindical, e a imediata extensão das leis do trabalho para a agricultura e o direito ao sindicato" (STEIN, 1983, p. 85).

[17] De acordo com Stein (1983, p. 65), esse foi um dos modos de luta da estrutura centralizada montada contra a sindicalização dos trabalhadores rurais, pois: "Excluindo a relação empresário e Ministério do Trabalho, substituída pela relação empresário-Ministério da Agricultura, tornava distante a possibilidade de desenvolvimento da política populista".

Nacional da Agricultura (SNA).

Pouco mais de seis meses após a edição dessa regulamentação e pouco antes da deposição de Getúlio Vargas, outro decreto foi promulgado, o Decreto-Lei nº 8.127 de 24/10/1945, que determinou as bases para a fundação da Confederação Rural Brasileira (CRB), entidade que se transformou em Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963.

A CRB, nos anos 1950 e 1960, se opunha à concessão do direito de organização aos trabalhadores rurais (BALTAR, 1990, p. 128), num período de avanço das lutas dos trabalhadores sem terra. A CRB rechaçou, no contexto do debate sobre o ETR,[18] a aplicabilidade do Decreto-Lei nº 7.038 de 1944, ora chamando-o de "letra semimorta" (GLEBA, jan. 1956, p. 34), ora alegando a sua revogação, "por incompatibilidade", pelo Decreto-Lei nº 8.127/1945 (GLEBA, fev. 1957, p. 10-11).

Havia disputas em torno da interpretação do decreto anterior, que permitia a criação de sindicatos de empregados rurais e ocorreram tentativas de fundação destes, como é o caso do sindicato dos empregados de Campos, tratado no capítulo escrito por Ana Costa e Marilda Iamamoto. As disputas envolveram também a possibilidade de extensão da legislação urbana ao setor agrícola.

Conforme destacado no capítulo 1 deste relatório, na conjuntura de 1950, marcada por greves e reivindicações salariais de trabalhadores de grandes plantações, intensificaram-se as ações judiciais que buscavam a garantia de direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais e houve o reconhecimento do direito a férias remuneradas aos colonos e assalariados agrícolas pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo em 1951 (MEDEIROS, 1989, p. 18-24).

A disputa em relação ao reconhecimento de direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais prosseguiu nos Tribunais Superiores e, em meados de 1955, houve uma decisão favorável de uma Turma do STF a um recurso (agravo de instrumento 17280) de um

[18] Conforme Leila Stein (2008, p. 58-60), a abertura do debate sobre extensão de direitos para o trabalhador rural foi liderada pelo PTB, através da propositura de um anteprojeto de lei (projeto de lei nº 1.837), que instituiria o Código de Trabalho Agrícola, pelo deputado Fernando Ferrari ao Congresso Nacional em fevereiro de 1956, que propunha "a formação de sindicatos rurais similares aos urbanos, dotados de 'competência' para fazer cumprir a Consolidação das Leis do Trabalho no campo e instituir a 'carreira de trabalhador rural'". Foi derrotado em votação no Congresso e reapresentado como "novo projeto" (nº 3563, de 04/12/1957), que sofreu nova oposição por parte da UDN. O ETR, aprovado em 28/06/1961 pela Câmara, seguiu para o Senado, onde foi objeto de oposição patronal da Federação das Associações Rurais de São Paulo (Faresp), que enviou memorial com "inúmeros pareceres jurídicos contrários ao projeto" ao presidente do Senado.

proprietário rural contra acórdão de uma Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que havia reconhecido o direito de férias a um colono (GLEBA, ago. 1955, p. 34).

A possibilidade de sindicalização dos trabalhadores rurais permaneceu sendo objeto de disputas entre os setores patronais e as organizações camponesas, nos anos 1960, contexto marcado por intensas mobilizações camponesas.[19] A proposta conhecida como sindicalismo cristão, defendida pela CRB (ESTEVES, 1991, p. 137), não mais refutou a sindicalização rural, mas buscou disputar sua proposta de organização sindical no campo, que previa a criação dos sindicatos patronais a partir das associações então existentes e a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, segundo ramos profissionais definidos pelo Ministério do Trabalho (RAMOS, 2011, p. 64).

Esta proposta foi contemplada pela Portaria 209-A, de 25/06/1962 (*Diário Oficial da União*, 12/07/1962, Sessão I, Parte I, p. 7-8), que aprovou instruções referentes à organização e ao reconhecimento das entidades sindicais rurais, usando as atribuições do Decreto-Lei nº 7.038/1944 (essa Lei continuou vigente e foi então regulamentada, apesar da contrariedade da CRB e da edição da Lei nº 8.127/1945). A referida Portaria determinou que os sindicatos rurais fossem organizados de acordo com "atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas", reproduzindo a fórmula do citado Decreto-Lei, conforme um quadro anexo (art. 1º, Port. 209-A).[20] Neste, os empregadores, submetidos à CNA, foram divididos em grupos pelo ramo de atividade (lavoura, pecuária e produção extrativa), mas incluiu um grupo de pequenos produtores autônomos que abrangia "agricultores, pecuaristas ou produtores em atividades extrativas, por conta própria, sem empregados, *em* regime de economia familiar ou coletiva"; "chacareiros",

[19] Também eram intensas as mobilizações e o crescimento dos trabalhadores urbanos, com a criação do Comando Geral de Trabalhadores (CGT), que, sem se inserir na estrutura do sindicalismo oficial, foi uma das maiores expressões do período, tendo, por exemplo, deflagrado greve geral por reformas em setembro de 1962, com pauta que envolvia, entre outras questões, o direito de sindicalização dos trabalhadores do campo, e que passou a reivindicar também plebiscito para retorno ao presidencialismo (SILVA, 2008, p. 191-192).

[20] Entretanto, ressalvou a possibilidade, "excepcionalmente", de o ministro do Trabalho e Previdência Social permitir a organização de sindicato que congregasse "exercentes de atividades ou profissões rurais integrantes de grupos diferentes, tendo em vista a dificuldade para a criação da entidade representativa de cada um dos grupos constantes do quadro" (art. 1º, parágrafo único). Em regra, a Portaria estabelecia a base municipal dos sindicatos, mas também deixava a critério do ministro do Trabalho, desde que se configurasse "motivo especial" reconhecer sindicatos que não tivessem base municipal (art. 3º). Em 20 de novembro de 1962, o Ministério do Trabalho editou nova Portaria, sob o nº 355-A (cf. DOU de 27/11/1962, Seção I, Parte I, p. 40-42), tratando do enquadramento sindical. Esta última, ainda permitia ao ministro do Trabalho a formação de entidades sindicais que congregassem mais de uma categoria das previstas no novo quadro, entretanto, caso se verificasse "condições objetivas" que aconselhassem "a aglutinação de categorias econômicas ou profissionais (...), ouvida a Comissão de Enquadramento Sindical" (art. 1º, § 1º), acrescentando, no entanto, a possibilidade do ministro subdividir as categorias constantes do quadro (art. 1º, § 2º).

“granjeiros”; “sitiantes”; e “trabalhadores por conta própria, em regime individual, familiar ou coletivo”. Ou seja, permitia a inclusão no âmbito da representação patronal de agricultores que não eram empregadores e de trabalhadores não assalariados.

Já os trabalhadores, sob a representação nacional da Contag, foram agrupados em categorias paralelas,[21] sendo que entre os “trabalhadores na lavoura” estavam os “assalariados”, “parceiros” e “trabalhadores agrícolas autônomos (em regime de economia familiar ou coletiva)”, o que conferia uma margem de indefinição da diferença desta última categoria em relação à de “trabalhadores por conta própria” relegados à esfera de representação patronal.

Em cada grande grupo eram apresentadas “categorias profissionais e diferenciadas”, que subdividiam os trabalhadores e empregadores por setor de produção (por exemplo, cacau, café, cana etc.).

Uma divisão menos complexa e diferenciada foi apresentada pela Portaria do Ministério de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social nº 355-A, de 20/11/1962 (DOU de 27/11/1962, Seção I, Parte I, p. 40-42), que previu como categorias profissionais para a formação da Confederação dos Trabalhadores apenas as quatro seguintes: “Trabalhadores na Lavoura”, “Trabalhadores na Pecuária e Similares”; “Trabalhadores na Produção Extrativa Rural”; “Produtores Autônomos (pequenos proprietárias e arrendatários e trabalhadores autônomos, que explorem atividade rural, sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva)”. Para constituir a CNA, foram reduzidas às três chamadas categorias econômicas*: “*Empregadores na Lavoura”; “Empregadores na Pecuária e Similares”; “Empregadores na Produção Extrativa Rural”. De acordo com Ramos, esta última Portaria contemplava em parte as reivindicações do PCB de formação de um sindicato único de trabalhadores rurais, “sob a alegação de que muitos desempenhavam diferentes tipos de atividades agrícolas, inclusive dentro de uma mesma propriedade” (RAMOS, 2011, p. 65).

Além disso, a nova Portaria excluiu os “produtores autônomos”, entre os quais estavam os pequenos proprietários, do âmbito de abrangência da Confederação patronal para incluir na representação da Confederação dos Trabalhadores, o que já indica a disputa no período pelo enquadramento sindical dessa categoria, que permanece até hoje.

Apesar de alguns estudos indicarem a previsão da estrutura sindical hierarquizada para trabalhadores e empregados agrários como fruto da promulgação da Lei nº 4.214,

[21] Acrescentando, entretanto, a categoria “Empregados na administração”, que incluía profissionais liberais.

02/03/1963, que dispõe sobre o ETR, considerando a legislação anterior como mera tentativa frustrada, fica evidente que houve disputas pela aplicação da Lei nº 7.038/1944. Esta não havia sido formalmente revogada por legislação posterior e, inclusive, foi regulamentada em meados de 1962, no sentido de identificar as categorias de empregadores que estariam submetidas à CNA, bem como quais grupos eram definidos como trabalhadores rurais e poderiam, a partir da formação de sindicatos divididos inicialmente por grupo de atividades e posteriormente por categorias econômicas, constituir a Contag (TAVARES, 2012).

A criação efetiva de sindicatos sob a regulamentação de 1962 foi sinalizada no capítulo XX desse relatório por Elisabeth Linhares, que explicita a narrativa de um dos dirigentes sindicais da União Operária de Valença, Manoel Duque, ao expor o apoio à formação e ao registro do Sindicato dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas dos municípios de Valença e Rio das Flores, após serem procurados por camponeses em 1962. Duque destaca, no seu relato para Elisabeth Linhares, como uma das ações da Diretoria do Sindicato dos Lavradores, a contratação do advogado Franklin Silva Araújo que apresentaria à Justiça do Trabalho "todas as irregularidades desrespeitosas à lei [...], todas obtendo julgamentos favoráveis aos trabalhadores".

Elisabeth Linhares explicita ainda a criação de um segundo sindicato de trabalhadores rurais sob a mesma base territorial, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valença, em junho de 1963, de forma desconectada e paralela ao Sindicato dos Lavradores criado com apoio da União Operária em 1962, o que indica as disputas que podem ter ocorrido entre sindicatos anteriormente existentes e os sindicatos criados com base no ETR.

Podemos dizer então que o ETR apresentou nova previsão de organização da estrutura sindical hierarquizada e paralela para trabalhadores e empregadores agrários, com sindicatos, federações e confederações nacionais (art. 131, § 2º). Sobre esta previsão, foram criadas as confederações nacionais de trabalhadores e empregadores agrícolas.

No referido Estatuto, o trabalhador rural foi definido como "toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou *in natura*, ou parte *in natura* e parte em dinheiro" (art. 2º); o empregador rural foi descrito como "a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividades agrícolas, pastoris ou na indústria rural, em caráter temporário ou permanente, diretamente ou através de prepostos" (art. 3º), equiparando-se a este "toda pessoa física ou jurídica que, por conta de terceiro, execute qualquer serviço ligado às

atividades rurais, mediante utilização do trabalho de outrem" (art. 4º).

Essa legislação criou também o imposto sindical, sujeitando empregadores e trabalhadores rurais ao seu pagamento, remetendo-se a regulação sobre seu valor, processos de arrecadação e distribuição às normas da CLT (art. 135). E, de forma semelhante ao que os decretos-leis haviam previsto com relação às entidades associativas anteriores de representação agropecuária, o ETR facultou, dentro de um determinado período (no caso 180 dias), a investidura de associações rurais e órgãos superiores nas funções e prerrogativas de órgão sindical como entidades de empregadores rurais (art. 141), as associações, federações e confederação criadas com base na legislação anterior. A lei atribuiu ao Ministério do Trabalho e Previdência Social a expedição da carta de reconhecimento das Federações e ao presidente da República o reconhecimento das Confederações (art. 131, §§ 3º e 5º), da mesma forma que já ocorria com a estrutura sindical urbana. A fiscalização das relações trabalhistas no campo também coube ao Ministério do Trabalho, bem como a possibilidade de intervir nas entidades sindicais, diferente do que propunha a CRB.

Além disso, o Estatuto previu os direitos trabalhistas dos empregados rurais, de forma a adaptar, como defendia a CRB, as normas então aplicadas aos trabalhadores urbanos. Nesse sentido, por exemplo, a previsão do limite da jornada de oito horas diárias foi estendida, mas foi ressalvado que o início e o término normal da jornada ficariam a critério do estipulado nos contratos de trabalho rural, individuais ou coletivos, "conforme os usos, praxes e costumes de cada região" (art. 25). A obrigação de concessão de intervalo para repouso ou alimentação em trabalho contínuo superior a seis horas também foi determinada, ressalvando-se, no entanto, que deveriam ser observados "os usos e costumes da região"[22] (art. 25, parágrafo único) e não foi estabelecido o tempo mínimo ou máximo.[23] O horário de trabalho noturno, no caso, foi estabelecido das 21 horas de um dia às cinco horas do dia seguinte, enquanto na CLT o trabalho noturno inicia-se às 22 horas e também termina as cinco, entre outras diferenciações relativas às normas vigentes para os empregados urbanos.

O reconhecimento da CNA como entidade sindical de grau superior ocorreu em 31/01/1964, através do Decreto-Lei nº 53.516, que ofereceu prazo de 90 dias para a

[22] O que pode criar uma brecha para o questionamento judicial das obrigações dos empregadores rurais. Ribeiro (1987) percebeu esse tipo de argumentação em ações trabalhistas decorrentes do descumprimento da legislação do trabalho no campo, na década de 1970, no Estado do Rio de Janeiro.

[23] A CLT, no artigo 71, estabelecia, nesse caso, para os empregados em geral o intervalo de no mínimo uma hora e no máximo duas horas.

promoção de adaptação do Estatuto. Na mesma data, o Decreto-Lei nº 53.517 reconheceu a Contag como entidade sindical coordenadora dos interesses dos trabalhadores rurais, inclusive autônomos, e dos pequenos proprietários rurais. Este último Decreto retirou os pequenos proprietários do âmbito de representação da Confederação patronal.

A disputa em torno da representação sindical dos pequenos proprietários desde o reconhecimento oficial da Contag prossegue com a CNA. Ramos (2011, p. 109), sobre o assunto, indica que houve uma pequena alteração em 1965, através da Portaria nº 71, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, com a retirada "do termo 'pequeno proprietário' da esfera de representação da Contag, substituindo-o, porém, por 'empreendedor autônomo'" (RAMOS, 2011, p. 109).

No entanto, o ETR introduziu uma diferença legal que beneficiou o trabalhador rural perante o urbano: a possibilidade de promover ação judicial para obter o reconhecimento de direitos trabalhistas "após dois anos de cessação do contrato de trabalho" (art. 175), enquanto, para os trabalhadores urbanos, a prescrição do direito de ação ocorria em dois anos (art. 11, CLT, cf. redação original; alterado pela Lei nº 9.658 de 05/09/1998). Ou seja, o prazo contava-se da data da violação, o que fazia com que muitos empregados, com receio de perder o emprego, deixassem de reclamar direitos durante a vigência do contrato de trabalho. Esse foi um tema de disputa entre a CNA e a Contag ao longo dos 1970 e 1980. A CNA, em fins de anos 1980, atribuía à prescrição bienal para os trabalhadores rurais o motivo "de insegurança, desemprego e baixos níveis de produtividade" (GLEBA, dez. 1978 e jan. 1979: 15, *apud* RAMOS, 2011).

A Constituição de 1988, entre outras alterações, equiparou os trabalhadores urbanos aos rurais em direitos, mas manteve uma diferença entre prazos prescricionais do direito de ação em benefício dos trabalhadores rurais, até que uma Emenda Constitucional posterior igualasse os trabalhadores urbanos e rurais em relação aos prazos (TAVARES, 2012).

4. Disputas em torno das propostas de reforma agrária nas legislações: do Estatuto da Terra à Constituição de 1988

As disputas em relação à reforma agrária desde meados da década de 1950, com a emergência de movimentos de luta pela terra no cenário nacional, se intensificaram na década de 1960, quando a proposta de uma reforma agrária distributivista ganhou mais

espaço, durante o governo de João Goulart. Tal proposta foi combatida pela CRB, representação do patronato rural, em especial com relação à desapropriação por interesse social, prevista na Constituição de 1946,[24] embora condicionada à indenização prévia, justa e em dinheiro (ESTEVES, 1991, p. 147).

O contexto da disputa foi marcado por reivindicações do movimento camponês, de uma reforma agrária radical, elaboradas no Congresso Camponês de Belo Horizonte, realizado em 1961 (MEDEIROS, 1983). Tal Congresso contou com a presença do presidente João Goulart e teve como consequência a aprovação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (Consir) e a criação da Superintendência de Política de Reforma Agrária (Supra).

Nesse cenário, a CRB reforçou sua participação no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), "órgão empresarial que se constituiu num dos principais espaços de articulação da queda de João Goulart e de apoio ao golpe militar" (ESTEVES, 1991, p. 145; Cf. GLEBA, nos. 93/98, jan. e jun./63), bem como sua articulação no Legislativo, formando o denominado "Bloco Ruralista", para viabilizar os projetos de seu interesse (ESTEVES, 1991, p. 145-146).

A CBR/CNA apoiou imediatamente o governo militar que ajudou a instituir, porém, manifestou preocupação com medidas que estavam sendo tomadas pelo governo, como a elaboração do Estatuto da Terra (ESTEVES, 1991, p. 154).

A conjuntura que precedeu o golpe militar de 1964 no Brasil foi marcada pela ascensão de movimentos populares que demandavam alterações legislativas e políticas no sentido de garantir e ampliar direitos e de legitimar suas organizações.

Em relação às demandas voltadas ao setor rural, destacaram-se as lutas pela extensão da legislação trabalhista ao trabalhador rural – o que foi parcialmente atendido, através da edição do ETR em 1963, como já visto – e pela reforma agrária, entendida como redistribuição fundiária, que deveria ser feita através da desapropriação de terras.

Entretanto, foi apenas após o golpe militar no Brasil de 1964,[25] período marcado

---

[24] Conforme art. 141, § 16 "É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior". O artigo 147, da mesma Constituição, assim previa: "O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos".

[25] De acordo com Bruno (1997, p. 135): "O golpe de março de 1964 representou uma reação ao governo nacional-populista de João Goulart que, apesar de todos os impasses, abria espaço à participação popular. No entanto, as causas imediatas do golpe foram sobretudo políticas. Elas refletiram o medo ante a força potencial do movimento pelas reformas de base, o medo da reforma agrária e da instauração de uma

pela instauração da repressão aos movimentos populares, que o Estatuto da Terra – prevendo, entre outras disposições, a possibilidade de redistribuição da terra através da desapropriação por interesse social e autorizando o poder público a emitir títulos da dívida agrária para o pagamento das indenizações – foi aprovado, através da Lei nº 4.504, de 30/11/1964.[26] Pouco antes, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 10, de 10/11/1964, que alterava a Constituição de 1946, permitindo o pagamento das indenizações em títulos da dívida pública.[27]

A Lei que instituiu o Estatuto da Terra indica o seu duplo objetivo: regular a execução da reforma agrária e a promoção da política agrícola (art. 1º). Estabeleceu requisitos para o desempenho da função social que deveriam ser cumpridos simultaneamente: favorecer "o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores"; manter "níveis satisfatórios de produtividade"; assegurar "a conservação dos recursos naturais"; e observar "as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem" (art. 2º, § 1°, "a", "b", "c", "d").

Promoveu a definição de latifúndio como imóvel rural que excede uma dimensão máxima limitada (600 módulos) e como aquele que, mesmo sem exceder o limite, fosse "mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos [...], de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural" (art. 4º, V), e conceituou empresa rural como aquele empreendimento "que explore econômica e racionalmente imóvel rural [...] e [...] área mínima agricultável do imóvel

---

'república sindicalista' ou de um regime comunista no Brasil". Cardoso também ressalta a origem política do movimento militar que levou ao golpe de 1964, pois foi uma das saídas possíveis numa conjuntura de correlação de forças políticas em que "a inflação, o acerbamento da luta de classes, a dificuldade de manter o ritmo de expansão capitalista", nas condições que prevaleciam durante o governo anterior, "radicalizaram as forças políticas e moveram as bases institucionais do regime" (CARDOSO, 1973, p. 65).

[26] Bruno (1997, p. 134) ressalta que no Estatuto da Terra há continuidades e rupturas produzidas pela conjuntura pós-golpe de 1964. Tal conjuntura é melhor caracterizada como "um período de transição", na medida em que a mudança no regime político "não significou, de imediato, a consolidação de um novo padrão de desenvolvimento", nem mesmo, "a curto prazo, a estruturação de uma nova ordem política", em razão da "existência de comandos diferenciados no golpe", da "ausência de uma direção política" e da "acirrada disputa pelo poder".

[27] A Emenda Constitucional 10, entre outras disposições, altera a Constituição de 1946, acrescentando diversos parágrafos ao art. 147. Os dispositivos constitucionais permitem à União "promover desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública (...)" (§ 1º); limitam este tipo de desapropriação à "competência exclusiva da União" e "às áreas incluídas nas zonas prioritárias, fixadas em decreto do Poder Executivo" restrita às propriedades rurais cuja forma de exploração contrariasse o disposto na Constituição e na lei (§ 3º); limitam a indenização em títulos ao latifúndio "tal conceituado em lei, excetuadas as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro" (§ 4º); além de isentar os proprietários que tivessem suas áreas desapropriadas dessa forma "dos impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre a transferência da propriedade desapropriada" (§ 6º). Essa emenda atribuiu ainda, entre outras, competência à União para legislar sobre direito agrário, o que foi bem recebido pela CRB/CNA, bem como para decretar impostos sobre a propriedade territorial rural, transferindo, porém, os produtos da arrecadação deste imposto aos municípios onde estivessem localizados os imóveis sobre os quais incidissem o tributo.

segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo" (art. 4º, VI). A empresa rural foi isenta de desapropriação por interesse social, já que seria o modelo ideal a ser perseguido.

O Estatuto estabeleceu, entretanto, exceções à possibilidade de desapropriação para reforma agrária em benefício das grandes propriedades que pudessem ser utilizadas para a exploração ou preservação florestal, ao excluir do conceito de latifúndio os imóveis rurais de qualquer dimensão "cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada" (art. 4º, parágrafo único, alínea "a"); bem como aqueles "cujo objeto de preservação florestal ou de outros recursos naturais haja sido reconhecido para fins de tombamento, pelo órgão competente da administração pública" (art. 4º, parágrafo único, alínea "b").

O Estatuto previu a prioridade de reforma agrária em "zonas críticas ou de tensão social" (art. 15), o que era criticado pela representação patronal. Mas não havia expressa priorização legal da desapropriação como instrumento de realização da reforma agrária, embora a precedência textual na previsão legal possa ser interpretada como primazia desse instrumento.[28] Nas disposições transitórias, entre outras previsões, estava a priorização do zoneamento e do cadastro (art. 103, § 3º). Ao mesmo tempo, a (re)distribuição, visando "a gradual extinção do latifúndio e do minifúndio", foi elencada entre os objetivos da reforma agrária (art. 16). Essas contradições legais expressam uma disputa de concepções que caracteriza a formulação e aprovação da lei e impede a caracterização precisa da legislação, embora tal disputa tenha sido conformada dentro de limites do regime autoritário.

Por fim, foram isentos da desapropriação por interesse social: "os imóveis rurais que, em cada zona, não excederem de três vezes o módulo de produto de propriedade"; "os imóveis que satisfizerem os requisitos pertinentes à empresa rural"; "os imóveis que, embora não classificados como empresas rurais, situados fora da área prioritária de Reforma Agrária, tiverem aprovados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e em execução projetos que, em prazo determinado, os elevem àquela categoria" (art. 19, § 3º).

O Estatuto da Terra teve origem em um anteprojeto de lei, elaborado por um grupo de trabalho, composto por técnicos e intelectuais, que fora criado pelo primeiro presidente

[28] O acesso à propriedade rural deveria ser "promovido mediante a distribuição ou a redistribuição de terras, pela execução de qualquer das seguintes medidas: a) desapropriação por interesse social; b) doação; c) compra e venda; d) arrecadação dos bens vagos; e) reversão à posse (Vetado) do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros; f) herança ou legado" (art. 17).

do governo militar do Brasil instaurado pelo golpe de 1964, Castello Branco.[29] Bruno (1997, p. 135) afirma que a reforma agrária, nesse contexto, foi entendida como uma das medidas prioritárias para superar o latifúndio, visto como "um obstáculo estrutural à modernização e à industrialização". E a modernização da agricultura era vista como uma das medidas necessárias para a superação da crise econômica do país.[30]

Em sentido correlato, Martins considera que

> O governo militar entendia (...) que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as mediações políticas para concretizá-las eram desnecessários e nocivos. Ao invés de a reforma ser obtida de baixo para cima, legitimada pela participação popular, seria feita de cima para baixo, conduzida como problema técnico e militar e não como problema político. Tratava-se de conduzir a implantação da reforma sem causar maior lesão ao direito de propriedade, particularmente de modo a evitar que ela instaurasse o confisco do latifúndio (MARTINS, 1984, p. 31-32).

Entretanto, segundo Bruno (1997, p. 150), essa proposta foi objeto de reação dos latifundiários e empresários, e, em virtude disso, "de negociações entre as lideranças políticas, as elites rurais e o governo", que resultaram em acordos, dentre os quais: "a garantia de que a reforma agrária seria um processo meramente transitório e a ação permanente caberia à política agrícola" e a "expansão da empresa agrícola como a opção democrática e principal objetivo do processo de modernização do campo". Dessa forma, "o primeiro governo militar foi derrotado em seu suposto projeto de reforma agrária distributivista e de formação de áreas reformadas", saindo vitoriosos os grandes proprietários de terra (BRUNO, 2009, p. 212-213).

De acordo com Ramos (2011, p. 151), o texto final do Estatuto foi aprovado após muitas alterações em relação ao anteprojeto, que "retiraram parte de seu potencial reformista", ainda que tenham sido mantidos, "a despeito das pressões exercidas por frações da classe dominante agrária", alguns "artigos fundamentais para a deflagração do processo de reforma agrária, quais sejam: a definição de latifúndio por dimensão e o

[29] Trata-se do Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (Gret). Sobre a composição e as disputas nesse grupo, ver Bruno (1997, p. 137-141). Segundo ela, por um lado, esse grupo não ignorou o pré-64, o movimento social, as lutas pelas reformas de base e a proposta de reforma agrária do governo de João Goulart; e, por outro, subestimou "a oposição da grande propriedade e do empresariado à reforma agrária" ou "a força da 'revolução' ao acreditar que os militares poderiam facilmente desvencilhar-se da grande propriedade fundiária, bastando-lhes a iniciativa política" (BRUNO, 1997, p. 141).

[30] As outras medidas seriam "o combate à inflação" e "a mudança na política externa", conforme Bruno (1997, p. 135).

instrumento da desapropriação por interesse social".

O projeto de lei que dispunha sobre o Estatuto da Terra foi enviado ao Congresso, através da Mensagem nº 33, em 26/10/1964. Moacir Palmeira (1989b, p. 1) destaca que a referida mensagem "vinculava a baixa produtividade agrícola e as injustas relações de trabalho que prevaleciam na agropecuária brasileira ao 'sistema de propriedade, posse e uso da terra'". E conclui que

> O Estatuto era pensado como uma "opção democrática" à questão da propriedade, criando um "sistema que permite a formação de propriedades de tamanho econômico em relação ao conjunto familiar", sem estabelecer restrições "à manutenção e formação de grandes empresas rurais em áreas onde a pressão demográfica é moderada e onde a natureza do solo ou o tipo do cultivo tornam tecnicamente aconselhável a exploração em grandes unidades..."

Ramos (2011, p. 145) considera que a proposta de reforma agrária do governo não era completamente deslegitimada pela CRB, embora defendesse a "prioridade das políticas de desenvolvimento rural e da distribuição de terras públicas, admitindo a desapropriação por interesse social apenas em situações excepcionais". De acordo com a autora, "o governo forneceu a membros da CRB acesso prévio ao anteprojeto da lei, o que facultou aos dirigentes da agremiação a proposição de emendas e alterações à legislação" (RAMOS, 2011, p. 146-147). A entidade patronal teve diversas emendas ao projeto de Estatuto da Terra acatadas pelo governo, destacando-se as referentes ao Imposto Territorial Rural (ITR). Este passou a incidir "exclusivamente sobre a terra", deixando de incluir as benfeitorias, e os critérios para a progressividade ou regressividade de suas alíquotas não mais previam a necessidade de participação direta do proprietário para a exploração agrícola. A redução da alíquota proposta pela CRB de 0,5% para 0,2% também foi aprovada em momento posterior (RAMOS, 2011, p. 147-148).

Entretanto, uma de suas demandas centrais não foi atendida: a exclusão do critério do tamanho do imóvel rural na definição de latifúndio (RAMOS, 2011, p. 148). Outra emenda sua rejeitada previa a eliminação do critério de soma da área total do conjunto de imóveis de um mesmo proprietário para a regressividade ou progressividade da alíquota do ITR, "sendo ainda negada a supressão do parágrafo 2º do artigo 56 que estabelecia as alíquotas do imposto territorial rural com base na dimensão da propriedade rural" (RAMOS, 2011, p. 148).

Ramos (2011, p. 148-149) conclui, diante disso, que

> As principais críticas formuladas pela CRB referiam-se ao tamanho do imóvel rural, quer para a definição de latifúndio, quer para a aplicação do imposto territorial rural. Ambas as críticas não foram incorporadas à redação final do Estatuto, indicando que, ao menos teoricamente, a alteração das dimensões das propriedades existentes era considerada fundamental pelo Grupo encarregado de elaborar a legislação.

Apesar disso, para a autora,

> A prioridade na política de desenvolvimento agrícola (em detrimento de medidas de reforma agrária) e da aplicação do imposto territorial rural (em substituição à desapropriação por interesse social) explica o tom comemorativo do anúncio da aprovação do texto final da lei pela Confederação Rural Brasileira – que, em sua revista, afirmou que o Estatuto foi aprovado "*em moldes estritamente técnicos, cuja aprovação se processou num ambiente de tranquilidade, sem as agitações que cercavam o assunto no período pré-revolucionário*" (RAMOS, 2011, p. 152; Cf. GLEBA, jan-abr de 1966; grifos no original).

Conforme percebemos nos depoimentos colhidos para a presente pesquisa, apresentados nos diversos capítulos deste relatório, o início do governo militar foi marcado por dura repressão sobre as organizações camponesas e instaurou o medo nas áreas rurais, o que ultrapassa os termos da lei aprovada. A repressão atingiu os camponeses nas áreas de conflito e não apenas as lideranças, o que explica a visão patronal sobre o "ambiente de tranquilidade" da aprovação do Estatuto, não obstante o período de "agitações" anterior ao golpe.

O Estatuto da Terra, embora tenha mantido a ideia de latifúndio por dimensão, o fez entre uma série de medidas e estudos que deveriam preceder a decretação de áreas prioritárias para a reforma agrária. Aliás, a própria Emenda Constitucional 10 ressalvava que apenas nas áreas decretadas como prioritárias poderia haver desapropriação com o pagamento de títulos da dívida pública.

Nesse sentido, Martins (1984, p. 33) afirma que o destinatário privilegiado do Estatuto não era "o camponês, o pequeno lavrador apoiado no trabalho da família", mas "o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista, que organiza a sua atividade econômica segundo os critérios da racionalidade do capital".

Moacir Palmeira (1989a, p. 96) parece divergir dessa posição, entendendo que aparentemente o Estatuto privilegiava a formação de propriedades familiares, entretanto, como toda legislação, continha ambiguidades que poderiam ser exploradas, pois

> A legislação não determina uma política. O Estatuto da Terra, na sua ambiguidade, abre a possibilidade de diferentes vias de desenvolvimento da agricultura e oferece múltiplos instrumentos de intervenção ao Estado. Nos governos que se sucederam após 1964, uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio, em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra do Estatuto, a da formação de propriedades familiares.

Na sua pretensão de ser também uma "lei de desenvolvimento rural", o Estatuto permitiu a inversão das prioridades, que teve lugar com o Decreto nº 55.891, de 31/03/1965, que o regulamentou, alterando a ordem prevista e

> reduzindo a desapropriação por interesse social a um dos meios a serem utilizados pelo poder público "para a execução da Reforma Agrária e para a promoção da Política Agrícola", abaixo da "tributação" e da "assistência e proteção à economia rural", antecedendo apenas a "colonização oficial e particular" e os "demais meios complementares" (PALMEIRA, 1989b, p. 69).

Apesar dessa não determinação da política pela legislação, o supracitado autor expõe algumas transformações na relação entre Estado, grandes proprietários e camponeses ocorridas no período militar, que foram possibilitadas pela promulgação do ETR e do Estatuto da Terra, na medida em que estes conferiram reconhecimento social aos grupos que compunham o setor agrícola. Desse modo, o Estatuto da Terra abriu a possibilidade "de uma intervenção direta do Estado" sobre esses grupos, tornados objeto de políticas públicas; "reconheceu a existência de uma *questão agrária,* de interesses conflitantes dentro daquilo que, até então, era tratado como um todo indivisível, a *agricultura* ou, já convertida ao jargão corporativista, a *classe rural"* (PALMEIRA, 1989a, p. 101).

O Estatuto da Terra promulgado criou também dois órgãos governamentais: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda). Ao primeiro caberia implementar a política de reforma agrária. A CNA contou com dois representantes no Conselho Técnico do Ibra (Edgar Teixeira Leite, a quem foi atribuída a presidência do órgão, e Flávio da Costa Brito), o que revela a manutenção dos representantes da CNA "nas agências estatais voltadas para a questão agrária" (RAMOS, 2011, p. 154).

Além disso, conferir a presidência do órgão à CNA significava atribuir a condução

da política de reforma agrária à representação do setor patronal rural, historicamente contrário a qualquer medida que caracterizasse uma reforma agrária de fato, com seu caráter redistribuidor de terra (símbolo de poder econômico e político). Em relação ao Ibra, a CNA apoiou o cadastramento de imóveis rurais, estimulando seus associados a preencherem o cadastro, "sob a alegação de que este seria importante na definição de medidas de assistência técnica à agricultura", mas principalmente de "políticas públicas voltadas para a modernização tecnológica da agricultura" (RAMOS, 2011, p. 159-160).

Após a intervenção de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada em razão de denúncias de irregularidades no Ibra,[31] sua diretoria foi afastada, assumindo o comando do instituto, em julho de 1968, uma Junta Militar, que logo passou de órgão subordinado à Presidência da República para a alçada do Ministério da Agricultura (RAMOS, 2011, p. 166).

A Constituição brasileira de 1967[32] foi alterada no segundo governo militar, presidido por Costa e Silva, através do AI 9 de 25/04/1969,[33] que sutilmente retirou do texto que a indenização para o pagamento da desapropriação por interesse social deveria ser "prévia", além de estabelecer a possibilidade de delegação pelo presidente da República de suas "atribuições para desapropriação de imóveis rurais, por interesse social", continuando a ser-lhe "privativa a declaração de zonas prioritárias" (nova redação do § 5º da CF/1967[34]). Na mesma data foi editado o Decreto-Lei nº 554, que dispôs sobre a desapropriação por interesse social, de imóveis rurais, para fins de reforma agrária. Esse decreto ressalvava que, ainda que situados nas áreas declaradas prioritárias, "não serão objeto de desapropriação [...] os imóveis que satisfizerem os requisitos para classificação como empresa rural" (art. 2º), como aliás já estava previsto no Estatuto da Terra.

O decreto destaca ainda os critérios para a justa indenização da propriedade em relação à desapropriação referida (art. 3º), que são a fixação do valor "por acordo entre o expropriante e o expropriado" e, na sua falta, pelo "valor da propriedade, declarado pelo

---

[31] Em especial, denúncias que indicavam haver corrupção no órgão.

[32] Em 1967, foi promulgada outra Constituição que, no que se refere à garantia do direito de propriedade e à regulamentação da possibilidade de desapropriação, manteve a redação da Constituição de 1946, com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional 10, apenas renumerando os dispositivos que tratavam do tema (Cf. Constituição Federal de 1967, art. 151, § 22 e art. 157).

[33] Entre as justificativas para a edição do referido AI, consta o "CONSIDERANDO, ainda, que a Reforma Agrária, para a sua execução, reclama instrumentos hábeis que implicam alterações de ordem constitucional".

[34] Na redação anterior previa-se o seguinte: "Os planos que envolvem desapropriação para fins de reforma agrária serão aprovados por decreto do Poder Executivo, e sua execução será da competência de órgãos colegiados, constituídos por brasileiros, de notável saber e idoneidade, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal."

seu titular para fins de pagamento do imposto territorial rural, se aceito pelo expropriante" ou ainda pelo "valor apurado em avaliação, levada a efeito pelo expropriante, quando este não aceitar o valor declarado pelo proprietário (...) ou quando inexistir essa declaração". Entre outras medidas, esse Decreto-Lei previa os procedimentos relacionados à ação da desapropriação, conferindo prazos máximos ao juiz de 48 horas para deferir a inicial e de 24 horas para determinar a expedição de mandados para expropriação (art. 7º). Determinava a transcrição da propriedade no registro de imóveis "no prazo improrrogável de 3 (três) dias" (art. 7º, parágrafo único), limitava a contestação ao "valor depositado pelo expropriante" ou ao "vício do processo judicial" (art. 9º) e a revisão do valor da indenização ao "valor declarado pelo proprietário, para efeito de pagamento do imposto territorial rural" (art. 11).

Martins (1984, p 30; grifos no original) entende a medida no contexto dos anos de ditadura militar, cujos governos

> dariam forma legal a várias reivindicações que haviam constituído bandeiras políticas importantes das esquerdas antes de abril de 1964 (...). Tais governos, além de terem derrubado nesse mesmo ano o dispositivo constitucional da *indenização em dinheiro*, nos casos de desapropriação por interesse social, derrubariam em 1969 (...) o dispositivo da *indenização prévia* que sobreviera na Constituição de 1967.

Para o autor, essas medidas seriam coerentes com "o sentido da atuação do governo na questão fundiária e na luta pela terra", que assumiu e legalizou propostas do governo que depôs e dos grupos perseguidos, contrariando os grupos que o levaram ao poder, mas, ao mesmo tempo, no interesse destes grupos, na medida em que despolitizava a questão fundiária e excluía o campesinato das decisões, impondo "restrições severas à cidadania dos trabalhadores do campo" (MARTINS, 1984, p. 31-32).

O limite estabelecido pelo artigo 11 do AI 9, entretanto, foi declarado inconstitucional pelo Tribunal Federal de Recursos, em 06/12/1979 (SILVA, 1997, p. 75).

Em 15/05/1969, foi promulgado o Decreto-Lei nº 582, que estabelecia "medidas para acelerar a Reforma Agrária" e dispunha "sobre a organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária", além de "outras providências". Essa medida legal determinava a intensificação da execução da reforma agrária, "através de programas intensivos de implantação de novas unidades de exploração agrícola, em áreas prioritárias selecionadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), aprovadas pelo Grupo Executivo de Reforma Agrária (Gera) e definidas por Decreto do Poder Executivo" (art.

1º). Estabelecia os requisitos para identificação dessas áreas[35] e ainda previa que: "A Reforma Agrária preservará e estimulará, por todos os meios, a propriedade de extensão compatível com a exploração existente, desde que utilizada de maneira racional, assegurando a função econômica e social da terra" (art. 2º). Previa ainda a "coparticipação e a corresponsabilidade dos diversos órgãos federais, procurando-se assegurar, sempre, a participação dos Estados, Municípios e iniciativa privada" (art. 3º), determinando a participação dos representantes sindicais rurais de trabalhadores e de empresários no planejamento e execução da Reforma Agrária (parágrafo único, art. 3º). Entre as previsões estabelecidas, cabia ao Poder Executivo acompanhar "a efetivação da Reforma Agrária, adotando as providências que se tornarem necessárias, atendida a alta prioridade conferida ao programa, a fim de assegurar, com a devida oportunidade, recursos financeiros para sua efetiva implementação" (art. 4º). Através desse Decreto, foi criado "o Grupo Executivo da Reforma Agrária (Gera), órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Agricultura, com o encargo de orientar, coordenar, supervisionar e promover a execução da Reforma Agrária" (art. 5º). O Gera era definido como "órgão máximo consultivo e deliberativo para assuntos da Reforma Agrária, [e] será constituído por onze membros", que representavam diversos órgãos (§ 1º, art. 5º).[36]

Apesar das possibilidades abertas e, ao mesmo tempo, limitadas pela legislação do período, as políticas dos sucessivos governos militares não se direcionaram para a reforma agrária, mas para a modernização agrícola, na linha defendida pelas entidades patronais.

Segundo Martins (1984, p. 41-48), "a partir do governo Costa e Silva, o problema da terra, e particularmente da terra na Amazônia, transformou-se progressivamente num problema militar"; e as diversas políticas que se seguiram, embora pareçam por vezes

[35] Conforme art. 1º, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 582/1969, eram requisitos básicos: "a) existência de inversões públicas em projetos de desenvolvimento, tais como obras de irrigação, de eletrificação rural, de estradas e outras; b) existência de latifúndios por exploração ou por extensão; c) manifesta tensão social; d) concentração de minifúndios; e) elevada incidência de não proprietários; f) áreas mal exploradas, próximas aos centros consumidores".

[36] Eram eles: Ministério da Justiça, Ministério da Agricultura, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Ministério do Interior, Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Banco Central, Confederação Nacional de Agricultura, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Os membros do Gera eram nomeados pelo Presidente da República, por indicação dos respectivos Ministros de Estado e das representações sindicais (§ 2º, art. 5º) e sua Presidência era exercida pelo Ministro da Agricultura, cabendo ao representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral coordenar as medidas de caráter interministerial (§ 3º, art. 5º).

ambíguas e contraditórias[37], estavam ancoradas não "na questão da terra, mas na questão da segurança nacional", buscando-se a centralização política, com o fortalecimento do Executivo, da União e do poder nacional em detrimento do Legislativo, da Federação e do poder regional e local.

Para Martins (1984, p. 35), o resultado da ambígua política agrária dos governos militares, "e sobretudo da incisiva política de incentivos fiscais, logo se manifestou na multiplicação e não na atenuação de conflitos fundiários". O autor entende que "mesmo na vigência de uma legislação de reforma agrária limitada, (...) predominou e definiu o alcance e os limites da reforma agrária uma política econômica de expropriação e de expulsão dos trabalhadores rurais" (MARTINS, 1984, p. 38).

Entretanto, existiram alguns decretos de áreas prioritárias para a reforma agrária mesmo no período militar, em áreas de tensão social, bem como a declaração do interesse social, para fins de reforma agrária, de imóveis inseridos nessas áreas. Os autores deste relatório examinam os conflitos fundiários que provocaram a fixação de algumas áreas como prioritárias para a reforma agrária e a declaração do interesse social, para fins de reforma agrária, dos imóveis compreendidos nessas áreas no Estado do Rio de Janeiro. Nos anos 1960, dos poucos decretos de declaração de interesse social para fins de desapropriação de imóveis rurais para a reforma agrária, três se referem a imóveis no Município de Cachoeiras de Macacu, cujos conflitos são analisados por Fabrício Teló e Ricardo Braga no capítulo XX do presente relatório, sendo que um inclui o Município de Itaboraí. Esses decretos autorizavam o Ibra a incorporar os imóveis desapropriados ao seu patrimônio.

O Decreto nº 60.309, de 07/03/1967, declarou de interesse social para fins de reforma agrária "duas áreas de terras pertencentes à S.A. Cia. Agropastoril Vargem Grande": a Gleba Sambaetiba, situada no Município de Itaboraí, de propriedade de José Geraldo Gomes de Arêias, e uma área de 28 alqueires, "situada no Município de Cachoeiras de Macacu, limitada ao norte e a leste pelo Núcleo Colonial de Papucaia; ao sul pelo rio Macacu; e a oeste pela Fazenda São José da Boa Morte, de propriedade de Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda. e outros" (Decreto 60.309/1967).

O Decreto nº 58.161, de 06/04/1966, declarou de interesse social para fins de desapropriação os seguintes imóveis:

[37] O autor refere-se ao que chama de "destruição da base institucional da reforma agrária (...) durante o governo Médici, combinado com o progressivo envolvimento governamental na questão fundiária" (MARTINS, 1989, p. 48).

> a) Glebas Sebastiana e Queiroz, de propriedade da S.A. Fazenda do Carmo, com área total aproximada de 681 hectares; b) Fazenda Santo Antônio do Guapiassu, que consta pertencer a Arturo Vecchi, com a área estimada de 2.344 hectares; c) Fazenda Quizanga, que consta pertencer à S.A. Cortume Carioca, com a área estimada de 1.048 hectares; d) Áreas pretendidas por Edilberto de Castro, Carlos Senfft e outros, totalizando aproximadamente 1.966 hectares, descritos e caracterizados em sua quase totalidade, no projeto de loteamento submetido à aprovação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Processo 1.660-65), sob a denominação de Conjunto Rural de Guapiassu.

Já o Decreto nº 60.573, de 10/04/1967, declarou de interesse social para fins de desapropriação os imóveis conhecidos pelas denominações de "Porto do Carmo", "Porto da Cana" e "Vinte Alqueires", de propriedade de Antônio Gomes de Castro e José Gomes de Castro.

Em pesquisa preliminar sobre os possíveis desdobramentos dos referidos decretos, localizamos uma ação judicial de desapropriação proposta pelo Incra contra diversos réus, dentre os quais o espólio de Arturo Vecchi (Processo nº 0209762-92.1900.4.02.5101, em trâmite na 8ª Vara Federal do Rio de Janeiro). De acordo com informações básicas de sistema de acompanhamento processual, essa ação foi autuada em 19 de janeiro de 1968, o que indica que medidas foram tomadas, na época, no sentido de executar a reforma agrária, conforme os decretos acima relacionados. Entre os réus do mesmo processo, constava a Fazenda do Carmo, excluída dos autos do processo por ter firmado acordo com o expropriante em 1968.

Na vigência do AI 9 e dos Decretos nº 554 e 582, todos editados no primeiro semestre de 1969, como vimos, encontramos alguns decretos de desapropriação de imóveis no estado na década de 1970.

Conforme exposto por Marco Antônio Teixeira no presente relatório, os conflitos no Município de Magé foram intensos e os posseiros em luta pressionaram o governo militar a determinar a desapropriação de parte do imóvel rural denominado Conjunto Agroindustrial América Fabril, através do Decreto nº 72.420, de 02/07/1973, que o declarou de interesse social para fins de desapropriação, bem como a Fazenda Conceição do Suruí, através do Decreto nº 75.146, de 27/12/1974. Ambos os imóveis se situavam na Zona Prioritária de Reforma Agrária do Estado do Rio de Janeiro, criada pelo Decreto nº 72.134, de 26/04/1973, competindo ao Incra executar a desapropriação.

Em 11/03/1974, o Decreto nº 73.792 (retificado posteriormente pelo Decreto nº

76.533, de 03/11/1975 no tocante às delimitações da área declarada de interesse social) declarou de interesse social a área hoje no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas.

Iby Montenegro e Annagesse Feitosa examinaram os conflitos fundiários no Litoral Sul, construindo o cenário de disputas entre interessados em projetos turísticos na região e os caiçaras que viviam, em especial, em Trindade. Essa região foi objeto do Decreto nº 73.699, de 28/02/1974, que declarou de interesse social para desapropriação os imóveis rurais situados em perímetro que abrange parte dos territórios do Estado do Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo, incluindo a praia de Trindade, localizados em Zona Prioritária de Reforma Agrária, criada pelo Decreto nº 70.986, de 16/08/1972.

No início da década de 1980, localizamos outros decretos que incluem imóveis na Baixada Fluminense, no Litoral Sul e na Baixada Litorânea.

Aline Borghoff Maia, Elisandra Galvão e Leonilde Medeiros analisam as lutas por terra em Duque de Caxias e os conflitos que estiveram na base da decretação, em 01/11/1982, da Fazenda Capivari-3ª Gleba, como imóvel de interesse social para fins de desapropriação, através do Decreto nº 87.748, ao estar incluído em área prioritária para a reforma agrária pelo Decreto 87.747, da mesma data.

Iby Montenegro e Annagesse Feitosa, no Litoral Sul, destacaram os conflitos que ocorreram no Município de Paraty. A área da Fazenda Taquari, por exemplo, em 04/10/1983, foi fixada como área prioritária, pelo Decreto nº 88.788, e declarada como de interesse social, para fins de desapropriação, pelo Decreto nº 88.789. Na mesma data, parte da Fazenda Barra Grande, imóvel compreendido na área prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n° 88.790, foi declarada de interesse social, para fins de desapropriação, pelo Decreto nº 88.791.

Aline Borghoff Maia e Fabrício Teló examinaram o processo de lutas e conflitos em Cabo Frio, que também desencadearam a declaração, através do Decreto nº 88.156, em 09/03/1983, de interesse social, para fins de desapropriação, de glebas da Fazenda Campos Novos, compreendida em área prioritária fixada pelo Decreto nº 88.155.

Os decretos mencionados, que declararam áreas para fins de desapropriação, autorizaram o Incra a promover a desapropriação dos imóveis rurais referidos, na forma prevista do Decreto-Lei nº 554, de 1969, anteriormente analisado.

A conjuntura da transição democrática, que teve início com a eleição indireta de um presidente civil, Tancredo Neves, foi marcada pela ascensão dos movimentos reivindicatórios pela redemocratização do sistema político brasileiro, pela anistia política

e pela reforma agrária. Para Moacir Palmeira (1989b, p. 70), a decisão de incluir a reforma agrária na plataforma da Aliança Democrática foi influenciada pela "extrema gravidade da situação social no campo" e pela "crescente mobilização dos trabalhadores rurais".

Após a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral, em 15/01/1985, houve a reafirmação dessas propostas de reforma agrária nas discussões da assessoria parlamentar e no PMDB de São Paulo. Um documento[38] sobre providências emergenciais em relação à política agrária, encaminhado por José Gomes da Silva, recomendava não reabrir a discussão de reforma agrária, mas apenas rever alguns dispositivos do Estatuto da Terra, o que não foi observado na apresentação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)[39] pelo presidente que tomou posse após a morte de Tancredo Neves (SILVA, 1997, p. 55).

Com a morte de Tancredo Neves, anunciada em 21/04/1985, José Sarney assumiu a Presidência da República.[40]. Em seu governo foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), através de decreto publicado em 30/04/1985, com a nomeação de Nelson Ribeiro para dirigi-lo.[41] José Gomes da Silva ocupou a presidência do Incra. Também foi gestada uma proposta de I PNRA, lançada no IV Congresso da Contag, em maio de 1985, em Brasília, após "intensas negociações políticas" (BRUNO et. al, 2009, p. 41).

Em torno de tal Plano, houve uma polarização entre os setores defensores das políticas redistributivas de terra[42] e os setores contrários a qualquer tentativa de democratização fundiária, como apontam Bruno et. al. (2009). De acordo com os autores,

---

[38] Trata-se do Programa para o Setor Primário do Governo Tancredo Neves: Os Cem Dias e o Quadriênio. Campinas, jan. de 1990 (datilografado), conforme Silva (1997, p. 55).

[39] De acordo com José Gomes da Silva (1997, p. 61), o fracasso do PNRA deveu-se, principalmente, ao "purismo ingênuo, praticado no seio de um governo fraco e hesitante".

[40] Segundo José Gomes da Silva (1997, p. 61), em nota, Sarney chegou à Presidência em razão de uma "barbeiragem jurídica e um erro de visão política do experiente Ulysses Guimarães que, como presidente da Câmara dos Deputados, seria o substituto de fato e de direito", pois em virtude de Tancredo não ter sido empossado, "não havia vice que pudesse substituí-lo". Em entrevista do dia 13/11/2008, reproduzida por Bruno et. al. (2009), Sarney explica sua posição no período como uma tentativa de conseguir legitimidade política como presidente, para o que considerava necessário "cumprir os compromissos da Aliança Democrática", colocando "a reforma agrária como um dos pontos principais".

[41] Sobre isso, Silva (1997, p. 62-65) explica as articulações já em curso por Tancredo Neves antes de sua morte para nomear o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário com origem na região Norte e as disputas encabeçadas por Bernardo Cabral, amazonense, que foi posteriormente preterido pelo paraense Nelson Ribeiro, apoiado pela CNBB.

[42] A formalização de proposta de Plano, entretanto, segundo Bruno et. al. (2009, p. 56), "só foi possível porque os trabalhadores já estavam organizados e se fizeram presentes com a reivindicação da reforma agrária". Na cronologia que apresentam, entre os acontecimentos antecedentes à proposta, estão: a entrega a Tancredo Neves do "Documento do Conselho de Representantes da Contag", em 14/09/1984; o I Congresso Nacional do MST, em Curitiba, em janeiro de 1985; e o Encontro da Campanha Nacional pela Reforma Agrária em Brasília, em 12/02/1985.

o lançamento da Proposta do Plano foi recebido com surpresa pela classe patronal, já que não encontravam a reforma agrária no plano de governo da Aliança Democrática, grupo que sustentou a eleição de Tancredo Neves, e subestimaram a força dos trabalhadores rurais no sentido de voltar a pautar essa política (BRUNO et. al., 2009, p. 38). Em oposição às propostas apresentadas, a classe proprietária argumentou que "a proposta traz um discurso deslocado da realidade, pois superado, economicamente inviável e politicamente desastroso", reforçando a unidade da classe patronal rural e urbana (BRUNO et. al., 2009, p. 38). Bruno (1997, p. 47) aponta que, diferente do esperado, a reação em relação ao PNRA não veio das áreas tradicionais, "reduto do latifúndio conservador e arcaico", mas especialmente das "regiões diretamente beneficiárias da modernização: o Centro-Sul".

Outro fato marcante no período foi a publicação em 03/07/1985 de dois decretos: um que declarou o Município de Londrina, no Estado do Paraná, como área prioritária para reforma agrária (Decreto nº 91.390, de 02/07/1985)[43] e outro que declarou de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural Apucaraninha nesse município (Decreto nº 91.391, de 02/07/1985)[44], de acordo com o previsto pelo Estatuto da Terra, levando a classe patronal a ver, "nesse ato, a sinalização real de que a reforma agrária poderia ser feita pela equipe Nelson Ribeiro e José Gomes da Silva" (BRUNO et. al., 2009, p. 38-39). A reação da classe, em especial por líderes que representavam as Federações do Paraná e do Rio Grande do Sul, segundo Ramos (2011, p. 224), "resultou na revogação do decreto pelo presidente Sarney".

A classe patronal no período era contrária à criação de um setor reformado (que extrapolaria o Estatuto da Terra), ao custo da reforma agrária, à forma de pagamento propostos no Plano, bem como à criação do Mirad, pois para ela "a política agrícola é um capítulo da política agrária e não o contrário", além de disputar o campo acadêmico para questionar os dados estatísticos apresentados (BRUNO et. al., 2009, p. 49).

O grande recuo do governo a partir de uma série de reuniões com entidades patronais ocorreu, para Silva (1997, p. 68), principalmente, com a substituição do objetivo

[43] Esse decreto foi alterado, no dia seguinte, pelo Decreto nº 91.395, de 03/07/1985, que reduziu a área prioritária do Município de Londrina para as "dimensões físicas do imóvel rural denominado 'Apucaraninha'". Foi revogado, ressalvando-se os efeitos jurídicos das declarações de interesse social e utilidade pública, junto com diversos outros decretos, por um Decreto s/n de 05/09/1991 (publicado no *Diário Oficial da União* em 06/09/1991).

[44] Tal decreto também autorizou o Incra a promover a desapropriação desse imóvel, na forma prevista pelo Decreto nº 554, de 25/04/1969. Foi revogado pelo Decreto s/n de 10/05/1991 (publicado no D.O. de 13/05/1991), ressalvando-se os efeitos jurídicos do ato declaratório de interesse social, junto com diversos outros, que abrangem o período de 30/11/1889 a 06/11/1990.

maior da Proposta de "'mudar a estrutura fundiária do País' (p. 11 da 'Proposta')" por "'contribuir para modificar o regime de posse e uso da terra' (p. 23 do PNRA)".

Silva (1997, p. 135-139) destaca que o principal advogado dos grileiros-latifundiários da região do Pontal do Paranapanema, Fabio de Oliveira Luchesi, foi quem elaborou o texto final do PNRA no Conselho de Segurança Nacional (CSN), e que a posição desse advogado em um artigo recusado pelo jornal *O Estado de São Paulo* e publicado no *Correio Popular* de Campinas, em 11/09/1985, continha "uma das pérolas de sua cultura jurídica: a reintegração de posse deveria ser resolvida não pelos tribunais, mas pela polícia".

O PNRA, apresentado pelo Mirad, para o período de 1985/1989, propondo o assentamento de 1.400.000 famílias, foi aprovado através do Decreto nº 91.766, de 10/10/1985. O § 2º do artigo 2º, do referido decreto, determinava que:

> O Poder Público evitará, sempre que conveniente, a desapropriação dos imóveis rurais que observem os requisitos estabelecidos no §1º do art. 2º do Estatuto da Terra, mesmo quando classificados de acordo com o inciso V, do art. 4º do referido diploma legal.

Vale lembrar que o §1º do art. 2º do Estatuto da Terra estabelece os requisitos, que deveriam ser cumpridos simultaneamente, para o desempenho da função social da propriedade, que incluem o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores, a manutenção de níveis satisfatórios de produtividade, a conservação de recursos naturais e a observância da legislação trabalhista. O inciso V do artigo 4º do referido Estatuto define latifúndio por dimensão e por exploração. Dessa forma, com a redação do PNRA, buscou-se evitar a desapropriação de latifúndios por dimensão que cumprissem a função social nos termos do Estatuto.

Conforme o § 3º, do artigo 2º, do decreto que aprovou o PNRA:

> O Poder Público evitará a desapropriação de imóveis rurais que, embora incluídos em zonas prioritárias, apresentem elevada incidência de arrendatários e/ou parceiros agrícolas e cujos proprietários observem rigorosamente as disposições legais que regulam as relações de trabalho entre os proprietários e os cultivadores diretos.

O próprio decreto presidencial que instituiu o PNRA, segundo Moacir Palmeira (1989b, p. 70-71), já dificultava a efetivação da reforma agrária, "sugerindo que não fossem desapropriados os latifúndios que observassem os itens da função social (uma

contradição nos termos) e aqueles que apresentassem grande incidência de arrendatários e parceiros (uma das prioridades do Estatuto da Terra)". De forma que, para Palmeira, não houve a aplicação do PNRA pelo governo Sarney e, ainda, o Poder Judiciário, "estimulado pela ambiguidade do texto da Constituição de 1967/1969 e pela falta de decisão do Executivo", vinha impedindo que as desapropriações se completassem (PALMEIRA, 1989b, p. 71).

Entretanto, levantamos 65 decretos presidenciais em 1985 que dispunham sobre fixação de áreas prioritárias e declaravam imóveis como de interesse social, o que indica ao menos uma tentativa de iniciar as desapropriações, embora possam ter encontrado obstáculos posteriores no Executivo e no Judiciário para se concretizarem.

No Estado do Rio de Janeiro, temos o Decreto nº 91.843, de 25/10/1985, que dispunha sobre a fixação de área prioritária, para fins de reforma agrária, e declarava de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados Fazenda Sabugo e Sítio São José e anexos, no Município de Paracambi, Baixada Fluminense.

Em 1986, o levantamento de decretos que contêm o termo "interesse social" indica a existência de 205 no Brasil.[45] Entre os imóveis desapropriados no Estado do Rio de Janeiro, localizamos os seguintes, compreendidos em zona prioritária, para fins de reforma agrária: 1) parte da Fazenda Barra Grande, no Município de Paraty, declarada de interesse social, para fins de desapropriação, através do Decreto nº 93.841, de 22/12/1986; 2) parte da Fazenda Sítio Velho e Dendê, no Município de Nova Iguaçu, declarada de interesse social, para fins de desapropriação, através do Decreto nº 93.376, de 09/10/1986; 3) a Fazenda Santa Rosa, no Município de Magé, declarada de interesse social, para fins de desapropriação, através do Decreto nº 93.377, de 09/10;1986; 4) Boa Esperança, no Município de Nova Iguaçu, declarada de interesse social, para fins de desapropriação, através do Decreto nº 92.449, de 07/03/1986.

Em 1987, encontramos 171 decretos de declaração de imóveis de interesse social, para fins de desapropriação. Referiam-se ao Rio de Janeiro os seguintes, incluídos em zonas prioritárias para a reforma agrária e classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do Incra como latifúndio por exploração: 1) Fazenda São Bernardino, no Município de Nova Iguaçu, conforme Decreto nº 94.996, de 05/10/1987; 2) parte da Fazenda Cantagalo, no Município de Casimiro de Abreu, conforme Decreto nº 94.294, de 29/04/1987; 3) Usina Novo Horizonte, Fazenda Pedra Rasa/Barão e anexos (conhecida como "Baiano"),

[45] Percebemos que uma pequena quantidade destes decretos se referem a desapropriações também por utilidade pública para a realização de obras, em especial referentes ao combate à seca no Nordeste.

Fazenda Rego D'Água, Fazenda Nossa Senhora da Conceição do Imbé e Lagoinha, Fazenda Aleluia, Fazenda Cambucá e Fazenda São Julião – Batatal, no Município de Campos dos Goytacazes, de acordo com o Decreto nº 94.128, de 20/03/1987; 4) parte do imóvel rural denominado "Fazenda Alpina", no Município de Teresópolis, através do Decreto nº 94.072, de 05/03/1987; 5) Áreas Remanescentes da Fazenda Campos Novos, no Município de Cabo Frio; 6) Fazendas Barro Alto e Caixa D'Água ou São Joaquim da Soledade, integrantes da antiga Fazenda Santo Inácio, Município de Trajano de Moraes, nos termos do Decreto nº 93.936, de 15/01/1987.

De acordo com Bruno (2009, p. 63), em resposta às ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) intensificadas no Sul do país e ao lançamento do PNRA, são criadas Associações em Defesa da Propriedade, cujas lideranças "assumem a iniciativa política e a ofensiva" e se transformam em "porta-vozes da 'classe proprietária e empresarial' no campo". Dessa forma, Bruno (2009, p. 99) ressalta que o ano de 1985 "traçou as condições para o surgimento da UDR [União Democrática Ruralista] – uma das principais expressões, no campo patronal, do confronto entre proprietários e trabalhadores rurais".

Entre o período da Constituinte (1987/1988) e a aprovação das legislações que regulamentam os dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária (Lei ordinária nº 8629, de 25/02/1993) e ao processo de desapropriação para fins de reforma agrária (Lei complementar nº 76, de 06/07/1993), conforme Cunha Filho (2007, p. 75-76), o STF "entendeu haver um vácuo legal na regulamentação da política de reforma agrária e decidiu pela não recepção do Decreto-Lei nº 554/69[46] pela Constituição de 1988", em razão da incompatibilidade. De acordo com o autor, "em razão deste posicionamento do STF, o Executivo Federal se viu impedido de utilizar a desapropriação sanção até o advento da Lei nº 8.629/93 e da Lei Complementar nº 76/93" (CUNHA FILHO, 2007, p. 76).

Em julho de 1985, seguindo os compromissos assumidos pela Aliança Democrática para a redemocratização do país, o então presidente da República, José Sarney, enviou proposta de emenda constitucional ao Congresso Nacional determinando a instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) com o intuito de elaborar um novo texto constitucional (PILATTI, 2008).[47]

---

[46] O referido decreto dispunha sobre a desapropriação para fins de reforma agrária, de acordo com o AI 9, que retirava a necessidade de indenização prévia, como visto anteriormente.

[47] A ANC teve um caráter congressual, ou seja, o Congresso Nacional já constituído (composto por deputados federais e senadores) seria seu palco. Zaverucha aponta que os militares tiveram um papel

A Constituição Federal de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, ampliou os direitos da cidadania, estendendo aos trabalhadores rurais direitos já garantidos aos trabalhadores urbanos. Apresentou, pela primeira vez num texto constitucional, um capítulo dedicado ao tema da reforma agrária. Na ANC, a reforma agrária foi uma das pautas mais controversas e conflituosas. As votações sobre o assunto foram acompanhadas de manifestações políticas, debates de argumentos e enfrentamentos físicos no plenário e nas galerias entre as organizações dos trabalhadores e proprietários rurais, em especial da UDR (PILATTI, 1988 e 2008). Estas disputas levaram à produção de um texto constitucional referente ao tema contraditório, ambíguo e com lacunas. Apesar de recepcionar reivindicações dos trabalhadores rurais de desapropriação das propriedades que descumprissem a função social (artigos 184 e 186), também incorporou reivindicações dos proprietários rurais, como a necessidade de ação judicial para a desapropriação e o impedimento de desapropriação de propriedades produtivas (QUINTANS, 2011).

A CF/88, assim como apontado por Thompson (1997) com relação a outras legislações, cristalizou as relações de poder presentes na época, seja com relação aos interesses rurais, seja com relação aos interesses dos militares. Nesse sentido, apesar de garantir direitos à cidadania, manteve intactas estruturas autoritárias do período da ditadura empresarial-militar como a Polícia Militar, as regras relativas às forças armadas e a estrutura e legislação administrativa.[48]

Bercovici (2010, p. 78) analisa que

> A Constituição democrática obriga a reformulação, mesmo que parcial, de todas as categorias tradicionais do direito administrativo.
> No caso brasileiro, a Constituição democrática de 1988 recebeu o Estado estruturado sob a ditadura militar (1964-1985), ou seja, o Estado reformado pelo Paeg (Plano de Ação Econômica do Governo), elaborado por Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões (1964-1967). O Paeg, e as reformas a ele vinculadas, propiciou a atual configuração do sistema monetário e financeiro, com a criação do Banco Central do Brasil (Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964), do sistema tributário nacional (emenda constitucional n. 18, de 1º de dezembro de 1965, e Código Tributário Nacional, Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966) e da atual estrutura

importante nesse modelo congressual. Segundo o autor, os militares, "receosos de perderem o controle das futuras decisões, somente aceitaram um Congresso Constituinte, composto pelos membros eleitos para o existente Congresso" (ZAVERUCHA, 2010, p. 44).

[48]Zaverucha (2010, p. 41) explica que "A Constituição manteve muitas prerrogativas militares não democráticas existentes na Constituição autoritária passada e chegou a adicionar novas prerrogativas. No Brasil de 1988, os políticos optaram por não questionar devidamente o legado autoritário do regime militar".

> administrativa, por meio da reforma implementada pelo Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, ainda hoje em vigor.

Zaverucha destaca essas manutenções autoritárias em outras partes do texto constitucional e, portanto, da estrutura do Estado brasileiro. Segundo o autor

> a nova Constituição descentralizou poderes e estipulou importantes benefícios sociais similares às democracias mais avançadas. No entanto, uma parte da Constituição permaneceu praticamente idêntica à Constituição autoritária de 1967 e à sua emenda de 1969. Refiro-me às cláusulas relacionadas as Forças Armadas, Polícias Militares estaduais, sistema judiciário militar e de segurança pública em geral (Zaverucha, 2010, p. 45).

Zaverucha (2010) esclarece que a Polícia Militar (PM) passou a ter um número maior de funções e uma estrutura superior a Polícia Civil durante a ditadura, especialmente a partir de 1969, quando as PMs passaram a promover o policiamento ostensivo nas ruas. Essa estrutura se manteve no artigo 144 da CF/88 que estabelece as funções dos órgãos de segurança pública, mantendo no policiamento ostensivo a lógica militar.

Essa manutenção foi apontada por um de nossos entrevistados, uma advogada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes, já se referindo à sua atuação no período de redemocratização:

> A violência que a gente enfrentou era (…) polícia mesmo, despreparada, acredito que eles ainda traziam aquele resquício da ditadura, então foi complicado, que a política de greve era problema de polícia, e tudo mais. (Entrevista com a advogada Lea Paiva concedida a Ana Maria Costa e Marilda Iamamoto em 19 de novembro de 2014).

Essa lógica autoritária, militarizada, de perceber trabalhadores rurais como inimigos pode ser identificada ainda hoje em despejos violentos realizados pela PM, como ocorrido em 2010, com o Acampamento Osvaldo Oliveira do MST na Fazenda Bom Jardim, em Macaé, assim como em episódios como o de Eldorado dos Carajás no Pará, em 1996.

Merece destaque o fato de que, apesar das mudanças na estrutura do Judiciário promovidas pela Constituição Federal de 1988, como aponta Costa (2006), os juízes e ministros do STF que ingressaram no Judiciário no período ditatorial foram mantidos. A legislação processual civil elaborada no mesmo período também foi mantida, sendo elaborado o novo Código Processual Civil apenas em 2015. Convém destacar que as

principais ações judiciais feitas por fazendeiros contra as ocupações e posses de trabalhadores rurais são as ações possessórias previstas nos artigos 927 e seguintes do antigo Código de Processo Civil de 1973. Essas ações mantidas com pequenas alterações no novo Código de Processo Civil conferem ao autor da ação o direito de ser imediatamente reintegrado na posse do imóvel invadido, ou seja, liminarmente, desde que comprove na petição inicial que é o legitimo possuidor/proprietário e que houve a invasão há menos de um ano e um dia. Nos anos que se seguiram à redemocratização, várias reintegrações de posse contra trabalhadores rurais foram realizadas com base nesses dispositivos legais.[49]

5. As estratégias dos advogados e das advogadas de trabalhadores rurais no Rio de Janeiro no período da ditadura

Ao longo da ditadura, atuaram, junto aos trabalhadores rurais e posseiros, advogados ligados aos STRs, Fetag, Contag e Comissão Pastoral da Terra (CPT),[50] além de pontualmente advogados de escritórios particulares. Muitos entrevistados fizeram menção aos advogados que atuaram nesse período anterior, lembrando suas histórias. Entretanto, nesse momento nos limitaremos a apresentar informações sobre a atuação dos advogados no final dos anos 1960 e nas décadas de 1970/80. Realizamos entrevistas com quatro advogadas e um advogado. Todos eles eram ligados ou tinham referência no PCB. Neste sentido, apresentamos neste texto as concepções e práticas de um grupo específico de advogados.[51] Nas entrevistas foram abordadas questões sobre a trajetória individual de cada um, a metodologia de trabalho e as táticas processuais, os principais conflitos, a atuação do Judiciário com relação a esses conflitos, dentre outros temas. Este tópico do relatório apresenta de forma sistematizada algumas das informações obtidas.

---

[49] Para maiores informações sobre reintegrações de posse promovidas contra ocupações do MST no Rio de Janeiro ver Quintans, 2005.

[50] A partir de meados da década de 1970, quando a CPT se organizou nacionalmente e no Rio de Janeiro também.

[51] Importante destacar que nem todos os advogados de trabalhadores rurais nesse período eram ligados ao PCB. Segundo uma de nossas entrevistadas, os chefes da assessoria jurídica da Contag nos anos de 1967/88 eram conservadores e ultradireitistas. Também foi destacado pela entrevistada que os advogados dos sindicatos e federações do Sul do Brasil eram mais conservadores e não possuíam referência ou filiação ao PCB. A entrevistada destacou que a indicação dos advogados era feita majoritariamente pela Igreja ou pelo PCB.

5.1. Trajetória, formação e articulação dos advogados de trabalhadores rurais

Segundo nossos entrevistados, muitos advogados que atuavam junto aos sindicatos de trabalhadores rurais, antes do golpe militar, eram ligados ao PCB. Vários deles foram perseguidos com o golpe, caíram na clandestinidade e foram presos, como o advogado Nilson Marques, que foi mantido preso no Estádio Caio Martins em Niterói.[52]

Sobre a repressão ocorrida no imediato pós-1964, um dos advogados entrevistados afirma que:

> A repressão que eu conheço de história foi mais de despejar. Houve vários despejos no ano de 64, forçados; despejos ilegais, de trabalhadores, usando da força do movimento do golpe.
> Agora, a maioria dos dirigentes conseguiu sumir. Tinha um dirigente do sindicato de Itaboraí, que chegou até a ser processado pela LSN. Eu esqueci o nome dele. Mas também naquela época, ainda, a LSN não era nas auditorias militares. Era na justiça estadual. Então, a gente pegava esses processos... eu peguei o dele, sumi; separei o processo dele, por mais de dois anos. Aí, o processo não andava, porque também não havia muita cobrança para se posicionar, então, essa repressão acaba sendo... ela é mais de assustar. É muito mais na pressão do que fisicamente. Ela só é uma ação física mesmo, na hora dos despejos, que ocorreram no ano de 64. Aí, são presas algumas pessoas: Pureza – foi preso e conseguiu fugir e vai para Pernambuco. Começou a atuar na área de Pernambuco. Só voltou depois – Bráulio também foi perseguido; também sumiu; se escondeu. E a maioria desses dirigentes, que tinha na Fetag, acabaram não sendo presos mesmo. Eles desapareceram (Entrevista concedida por Altamir Petersen a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

Nesse período, com a repressão e desarticulação dos STRs, a assessoria jurídica também foi desarticulada. Uma de nossas entrevistadas relatou que

> Em 64, houve uma repressão violentíssima, naquela área. Os advogados que atuavam ali, que eram advogados ou vinculados ao Partidão, ou, pelo menos, simpatizantes do Partidão, eles foram literalmente... foram para a clandestinidade.
> (...) O pessoal de base, de antes de 64, em termos, assim, de advogados e tudo, esses tinham... foram mesmo... desapareceram. Tinham os de pós 64; quando os sindicatos e as federações conseguiram se rearticular e se reorganizar (Entrevista concedida por Maria Angelica Gentili a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

[52] Durante as décadas seguintes, os advogados fluminenses de trabalhadores rurais sofreram ameaças e violências físicas por parte de fazendeiros e perseguições por juízes em sua prática profissional.

A entrevistada relata que o processo de desarticulação dos sindicatos e da assessoria jurídica aos trabalhadores rurais, em 1964, impôs grandes desafios na rearticulação na década de 1970. A entrevistada relatou que

> Tanto que, quando eu cheguei lá, houve uma resistência muito grande. Porque eles confiavam cegamente nesses dois (advogados), principalmente. Mas eles não podiam mais estar indo lá, para atuar. Então, eles resistiram. Não tinham confiança. Trabalhador rural é muito difícil, de você chegar lá e ele confiar em você. É muito difícil. Então, eu enfrentei uma situação, no início, de grande resistência deles. Até eles se sentirem seguros e saberem que eu estava ali realmente com... eles também tinham uma certa desconfiança, da própria Federação [dos Trabalhadores na Agricultura]. Porque eles identificavam, de certa forma, a Federação como um pouco pelega; um pouco com medo; que na hora do pega mesmo, ela recuava. Então, eles se sentiam desprotegidos. Então, foi um pouco difícil, no começo (Entrevista concedida por Maria Angelica Gentili a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

Altamir Petersen conta que começou a advogar para a Fetag em 1971, quando ocorreu o fechamento de uma usina (Usina Laranjais) em Itaocara por falência e não havia advogado trabalhista na Fetag (que possuía apenas um advogado, Carlos Moura, da esquerda católica).

A trajetória desses advogados de trabalhadores rurais no Rio de Janeiro durante esse período da ditadura empresarial-militar é diversa. Alguns possuíam militância política antes de iniciarem sua atuação como advogados de trabalhadores rurais: foram de partidos de esquerda (como PCB e PCBR), correntes comunistas e/ou participaram do movimento estudantil e do Centro Acadêmico Candido de Oliveira (CACO) da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ). Outros não possuíam militância anterior e por diferentes motivos passaram a advogar para sindicatos de trabalhadores. Uma das advogadas entrevistadas com essa trajetória destacou que não teve formação política anterior à época da faculdade, mas que a sua sensibilidade a levou a atuar com o sindicato de trabalhadores rurais e que a Fetag foi fundamental para a sua formação.

> Creio que se eu fosse seguir as orientações da academia, eu jamais seria advogada trabalhista, faria cível, seria pernóstica, não olharia o outro lado, não vibraria com o discurso de pessoas tão simples mas tão inteligentes, ver essas coisas significa ter olhos de ver e eu nasci tendo olhos de ver e através dos meus olhos de ver eu consegui me encontrar e me contactar com pessoas que eram afins ao meu modo de proceder (Entrevista concedida por Ana Maria Nascimento a Ana Costa e Mariana Trotta em

15/12/2014).

A entrevistada chama a atenção para a importância das atividades da Fetag na sua formação política:

> Eu não tinha vinculação, eu tinha afinidade com o PCB. Porque o pessoal da Federação tinha vinculação, com quem eu conversava era o grupo, então as diretrizes, as sinalizações me vieram através desse pessoal. E nos encontros que a Confederação promovia nós tínhamos contato com grandes lideranças da Liga Camponesa, Francisco Julião já tinha voltado do exílio, o outro também que foi um dirigente da Contag, com o pessoal que a Contag albergou durante o golpe de 64, então eu mantinha muito contato com o pessoal que era vinculado ao Partidão, e muitos pensavam que eu era filiada ao Partido, mas não era. A primeira vez que eu me filiei ao partido foi depois do retorno de Brizola, no PDT, mas não, não estava. Não estava, mas estava (Entrevista concedida por Ana Maria Nascimento a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

A entrevistada lembrou como os encontros dos advogados, além de importantes para a formação dos trabalhadores rurais, também foram fundamentais para a formação dos advogados, especialmente daqueles que não possuíam uma militância prévia à atuação junto aos STRs. Segundo nossos entrevistados, a Fetag promovia reuniões bimestrais e a Contag encontros nacionais anuais entre os advogados de trabalhadores rurais, nos quais eram promovidas trocas de experiência entre os profissionais. Uma de nossas entrevistadas assim descreveu a importância desses espaços

> Aí era interessante, porque a gente fazia não só intercâmbio da parte técnica, a gente trocava experiência da parte técnica, como também na parte da organização, digamos assim, mais específica de uma luta. Tanto na área trabalhista, da legislação do pessoal da cana, do café; como também na área da ocupação da terra. A gente fazia... a Contag fazia anualmente; e a gente aqui, no Estado do Rio, fazíamos numa média de dois em dois meses (Entrevista concedida por Maria Angelica Gentili a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

Esses encontros contavam com a participação de dirigentes sindicais e lideranças das lutas camponesas e políticas, pois uma de suas finalidades era proporcionar a formação política dos advogados, garantindo o contato desses com diferentes lideranças, como Francisco Julião e Luiz Carlos Prestes.

Nas reuniões de advogados no Rio de Janeiro, quando eram discutidos encaminhamentos para os conflitos, os dirigentes sindicais eram chamados para participar. Uma de nossas entrevistadas destacou que, por volta de 1977/78, os advogados

entenderam que era importante a presença dos dirigentes sindicais:

> porque também não adiantava muito você trocar experiência só com os advogados e não contar com o apoio do dirigente. Se você não tivesse apoio do dirigente, você não ia poder fazer um grande trabalho. Então, eram advogados e dirigentes. E aqui no estado também: a gente fazia com as principais lideranças. Por exemplo, se fosse um conflito em Vassouras? A gente chamava o pessoal de Vassouras e o advogado de Vassouras; e nós. (Entrevista concedida por Maria Angelica Gentili a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

A advogada Ana Maria Nascimento, ao rememorar as táticas da Fetag, lembrou-se da greve de 1982 dos trabalhadores rurais de Campos dos Goytacazes e da importância dos encontros promovidos entre sindicato, advogados e trabalhadores rurais:

> A Federação promovia encontros pra debater as questões novas, estratégias de lutas, deflagração de movimentos paredistas, que o primeiro sindicato do meio rural no mundo a deflagrar uma greve foi o de Campos, foi um preparo que o pessoal da Confederação veio pra cá, foi um preparo de quase dois meses, junto com a Igreja, foi muito interessante, porque o movimento, a greve dos trabalhadores rurais foi tão forte que levou outras categorias a também se mobilizar da mesma forma. (...) fazíamos a reunião pra convencê-los que o movimento ia ser deflagrado, que nós precisaríamos que eles aderissem ao movimento, e foi adesão de 100%. Parou tudo. Usinas e propriedades rurais de fornecedores (entrevista concedida por Ana Maria Nascimento a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

A entrevistada esclareceu que, apesar da sua participação na mobilização dos trabalhadores rurais, nem todos os advogados à época adotavam a mesma postura: alguns eram apenas técnicos, faziam atendimentos individuais aos trabalhadores e apenas nos escritórios e sindicatos; outros advogados adotavam uma postura mais inovadora, indo ao local dos conflitos, às usinas, contribuindo na mobilização dos trabalhadores. Em Campos dos Goytacazes, a advogada passou a realizar reuniões de orientação aos trabalhadores de forma coletiva e não mais individuais.

Relatou ainda a importância do contato com os dirigentes sindicais para a sua formação:

> Eram os próprios dirigentes sindicais e convidados. Nós tínhamos uma plêiade de advogados. Altamir Petersen e o Nilson, que já morreu, eles escreviam, o que eu conheci sobre legislação agrária foi através de livros deles, preferi ir direto à fonte do que correr o risco de ter uma fonte não

> idônea. E, através desses encontros, aprendi não só com meus colegas que estavam na militância há mais tempo, aprendi com os dirigentes, e tive vergonha, porque se achava, o burguês brasileiro, a nossa formação é muito tola, todo mundo que passa na universidade acha que o anel no dedo é mais importante que a sabedoria, e aí quando eu vi aqueles dirigentes pedirem a palavra e falarem com tanta propriedade, eu chorei de vergonha de mim mesma, de tanta inteligência viva ali dentro, tanta coisa bonita e tanta propriedade, eles podem não ter um português escorreito, mas eles têm uma inteligência ímpar (entrevista concedida por Ana Maria Nascimento a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

Importante ressaltar o papel do advogado Nilson Marques, que buscava teorizar as questões que enfrentava na sua prática cotidiana e servia de referência para os advogados que atuavam nos conflitos agrários.

Além dos encontros da Fetag, um dos entrevistados destacou que os advogados, em uma determinada época, iam juntos, todas as sextas-feiras, para um bar onde conversavam sobre as dificuldades no trabalho e trocavam informações sobre a atuação de cada advogado de cada município, para ver como ajudar. Esse encontro informal semanal também ocorria, às vezes, em seu escritório: "A maioria que veio, estava tudo no começo. Todo mundo querendo fazer muito, mas alguns não tinham experiência processual; não tinham experiência jurídica. Então, a gente ajudava; aquele negócio todo". Considera que os advogados da área "eram todos solidários. Era uma turma muito igual. E foi um período muito interessante, politicamente e juridicamente" (Entrevista concedida por Altamir Petersen a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

Devido à importância dos encontros entre os advogados, por volta de 1978/79, em uma reunião de advogados da Contag em Brasília, optou-se por formar a Associação Nacional dos Advogados de Trabalhadores na Agricultura (Anatag), que durou aproximadamente três anos. Essa organização articulou os advogados dos STRs, Federações, Contag, CPT, dentre outros.

Uma de nossas entrevistadas relatou que essa entidade nacional foi criada por causa da violência exercida sobre os advogados. Destacou que a pressão sobre eles aumentou depois da guerrilha do Araguaia:

> E aí, o que é que acontece? Mataram um advogado – um jovem, excelente advogado, chamado Gabriel Pimenta – lá no norte. Combativo e tal. E a gente fazia, além dos congressos com os trabalhadores rurais, a gente fazia congressos de trabalhadores e advogados. Então, quando mataram o Gabriel Pimenta, a gente sentou e – "Precisamos fazer alguma coisa." – e

> aí, a gente criou a Associação Nacional dos Advogados de Trabalhadores na Agricultura. O Altamir foi o primeiro presidente. Ele foi presidente da nacional e eu fui presidente da regional, aqui. (Entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

5.2. Metodologia de trabalho dos advogados e tática processual

A metodologia de trabalho de parte dos advogados que atuaram em conflitos trabalhistas e possessórios na defesa de trabalhadores rurais no período articulava-se com as formas de luta política sindical. Em diversos relatos, percebemos diferenças entre esse tipo de advocacia e uma forma de advocacia tradicional de caráter liberal, que se caracteriza pelo atendimento de demandas individuais, o reforço ao *habitus* jurídico e a lógica hierarquizada. Campilongo (2011) explica que os serviços legais tradicionais são marcados por

> Uma relação hierarquizada entre advogados e clientes, complementada pela postura apática e passiva dos segundos. O formalismo no atendimento à clientela vai, mediante uma série de índices, estabelecendo uma subordinação do cliente ao saber do profissional. Da indumentária ao vocabulário, do local do atendimento à postura na relação dialógica, do manuseio dos Códigos ao diploma pendurado na parede, tudo cria um ambiente desconhecido e enigmático para a clientela. A gravata, o palavreado difícil, a sala acarpetada, o problema constrangedor (a separação, o despejo, o crime), os livros e a autoridade técnica do bacharel determinam o lugar de quem fala e de quem ouve. Ao cliente cabe expor seu problema ao jurista, assinar a procuração, se for o caso, e retornar para casa. A partir daí, quem age e controla a situação é o advogado. Os tecnicismos dos procedimentos judiciais, aliados à demora dos processos, tornam o cliente anestesiado diante da lide (CAMPILONGO, 2011, p. 25).

O autor diferencia a atuação dos serviços legais inovadores promovidos pela assessoria popular da prática dos serviços tradicionais. Segundo ele, o advogado popular estabelece uma relação horizontal e de coordenação com seus clientes e "confere a seu conhecimento profissional uma função social" (CAMPILONGO, 2011, p. 25). Completa afirmando que nesses casos compete à clientela não apenas levar o caso ao advogado, apresentando o problema, mas continuar participando diretamente, pressionando, acampando em frente ao Fórum ou aos prédios públicos, fazendo greves, enfim, criando mecanismos para chamar a atenção dos meios de comunicação etc. "Essas estratégias mobilizatórias estão vinculadas não apenas à natureza coletiva dos interesses tutelados, mas principalmente com a arena institucional destinatária das demandas – nem sempre o

Judiciário, muitas vezes o Legislativo e o Executivo." (CAMPILONGO, 2011, p. 26).

A atuação do grupo de advogados entrevistados, com referência no PCB, se aproxima da concepção de advocacia inovadora, alternativa e/ou popular analisada por Campilongo. Um dos entrevistados, que atuou em conflitos possessórios em Magé, como advogado da Fetag, por exemplo, relata que, em determinado momento, resolveu "fazer o tipo de atendimento coletivo" e explica:

> Eu faço atendimento coletivo, mais ou menos, mirando como o Chacrinha: a Discoteca do Chacrinha – "Então, bota todo mundo junto." – e o camarada vai, conta a história dele e a gente pergunta – "E o que é que vocês fariam?" – e aí, faz o atendimento coletivo. E esse atendimento coletivo, começa a ser uma espécie, assim, de uma escola. É um tipo de processo educacional. Então, começa a fazer isso. E eu começo a me debruçar mais, na questão também de Magé; na tentativa de despejar o pessoal de Conceição de Suruí (Entrevista concedida por Altamir Petersen a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

Essa também foi uma metodologia adotada pela advogada do STR de Campos. Ela relatou que promovia atendimentos coletivos e tinha a preocupação de ir aos locais de trabalho dos assistidos, pois a dúvida de um trabalhador poderia ser a mesma dúvida de outro.

As narrativas de nossos entrevistados sinalizam para a existência de uma preocupação de socializar com os trabalhadores rurais e lideranças o conhecimento jurídico. Aurora Coentro relatou que contribuiu com a elaboração de uma revista da Contag chamada de *Conversa de Caboclo* dedicada aos trabalhadores rurais. Os advogados também recorreram a outras linguagens, como a organização de peças teatrais:

> Então, aí eu comecei a bolar teatro. E uma das peças que eu fiz peguei *Arena canta Zumbi*. Todo o final de ano a gente apresentava uma peça. Fiz *Arena canta Zumbi*, trechos. Fiz *Morte e Vida Severina*; essa a gente fez toda. Foi muito legal (Entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Altamir Petersen revelou uma preocupação presente em ocasiões em que acompanhava as lideranças de trabalhadores em reuniões com autoridades. Em sua opinião:

> Quem tem que falar é a liderança. Até depois eu fui para o Incra e veio esse negócio do pessoal daqui do Viva Rio, às vezes, vinham? E os

> assessores e os técnicos, falavam mais que os trabalhadores. Então, no meu tempo, a gente tinha essa preocupação, de quando ir falar com a autoridade? Quem tinha que falar era a liderança dos trabalhadores (Entrevista concedida por Altamir Petersen a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

Aurora Coentro também destacou essa preocupação com o protagonismo dos trabalhadores rurais. Segundo ela, existia uma preocupação do advogado em não assumir o protagonismo, não se colocar como liderança, mas em socializar o conhecimento jurídico através da pedagogia de Paulo Freire, contribuindo para "abrir o olho" do trabalhador rural:

> Olha, a gente tem que ter um pouco de cuidado. Porque até que ponto a gente não está se substituindo ao próprio trabalhador. Porque a luta é deles. A gente pode ajudar. – é um pouco aquela coisa que também vigorou no movimento estudantil, que era o verbete: que o intelectual ia ser a vanguarda da revolução. E não é assim. Não é assim que a banda toca. E eu dizia – "Eu acho que o trabalho da gente é tentar abrir o olho dele. Porque a gente teve oportunidade de estudar. Então, tentar passar numa linguagem paulo freiriana e tal, para eles entenderem." – e a gente conseguir com que eles... (Entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Os advogados da Fetag, embora atuassem em demandas trabalhistas e possessórias, também chegaram a acompanhar as lideranças em caso de convocação para prestar declarações ante a Polícia Política. Um advogado entrevistado conta que o então presidente da Fetag, Nicanor Brant,

> deu uma entrevista num lugar, dizendo – "O governo, se quiser, tem uma solução. Eu tenho uma solução." – aí, o pessoal da repressão ficou meio... aí, convocou ele para ele ir lá. Aí, fomos eu e ele no Dops. E os camaradas tiraram fotografia. Quando chegaram e perguntaram para ele – "Qual a solução que o senhor tem?" – ele diz – "Olha, fazer a reforma agrária." – e aí, o pessoal, os policiais verificaram que não era uma coisa assim tão revolucionária (Entrevista concedida por Altamir Petersen a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

Uma das entrevistadas relatou que o presidente da Contag, à época José Francisco da Silva, era constantemente chamado a prestar informações ao Dops, inclusive por matérias publicadas pelas próprias advogadas na revista *Conversas de Caboclo*.

> E aí, teve um artigo que eu pus assim: "Sudene: 10 anos, para quem?" A capa do *Conversa de Caboclo* era assim. "Sudene: 10 anos para a quem? Veja no interior da cartilha" e não sei o que. E tinha uma foto de uma família: a mãe – nem tinha o pai – com um monte de barrigudinhos assim, decrescendo. E as interrogações do "Sudene para quem?" vinha acompanhando os barrigudinhos. E aí, José Francisco disse que ficou bom, e não sei o que. Resultado? Uma semana depois, o José Francisco foi chamado no Dops para fazer as explicações sobre a Sudene e os barrigudinhos e quem tinha escrito o artigo. Eu só me lembrava lá do negócio de Pernambuco. E o José Francisco disse – "Não. Isso não interessa quem escreveu. Quem escreveu foi a máquina. Mas eu que mandei escrever." – e não sei o que (Entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Nossas entrevistadas relataram também a atuação dos advogados nas delegacias policiais em momentos como da prisão de 70 posseiros em São Pedro da Aldeia. Do mesmo modo, quando os fazendeiros colocavam fogo nas casas ou atiravam contra os posseiros, os advogados faziam o registro de ocorrência na delegacia e encaminhavam as informações do caso para o Incra e para a Contag. É exemplar a atuação do advogado criminalista Rodolfo Pimenta no caso da prisão de trabalhadores rurais no conflito de terra em Cachoeiras de Macacu.

A reforma agrária estava prevista no Estatuto da Terra e, conforme o advogado,

> o pessoal da área rural tinha essa linha interessante da Contag, que sempre argumentava as coisas em cima do Estatuto da Terra; que tinha sido editado depois de 64. Que é uma coisa muito interessante, na minha observação: o pessoal da área urbana diz, às vezes, que o pessoal rural é muito legalista. Mas o problema é o seguinte: é porque o pessoal da área rural, pela experiência, sabe que tem que ter algum respaldo legal. Então, veja só: na época do regime militar, havia a lei de greve, que era chamada a Lei Antigreve. Mas é exatamente essa lei que serviu para o pessoal de Pernambuco fazer a campanha (...). Por quê? Porque vai fazer uma campanha, tudo com base na lei. Aí, a repressão tem mais dificuldade de fazer alguma coisa (Entrevista concedida por Altamir Petersen a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

Outra entrevistada destacou o recurso à lei no repertório político da Contag durante a ditadura:

> E qual era a estratégia do José Francisco, que tinha sido discutida em reunião, e era corretíssima, no meu entender? Se a gente está numa ditadura, como é que nós vamos entrar? Porque a ditadura pegou a camponesada e detonou todo mundo. Então, a nossa estratégia era a

> seguinte: vamos discutir tudo em cima da lei. Por quê? Por sorte nossa, Castelo Branco tinha aprovado o Estatuto da Terra. Em 64 (...). E no Estatuto da Terra definia a reforma agrária; definia o pequeno proprietário. Uma maravilha! E inclusive, do ponto de vista jurídico, você até questiona, porque você sabe que as leis não são para definir nada; são para regulamentar o uso, a posse. Isso sim. Mas não para dizer – o pequeno proprietário é; posseiro é – mas o Estatuto da Terra dizia isso. Então, nós dizíamos que tínhamos que aproveitar o Estatuto da Terra (entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

A advogada destacou ainda os usos feitos pelo movimento sindical do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. A mesma entrevistada ressaltou que

> E a Contag, e é isso que eu acho importante, que na época da ditadura, a Contag conseguiu, primeiro, organizar sindicatos. Ela organizou muitos sindicatos, país afora. E tudo com base na lei. Lembrando a gente que, naquela época, sindicato... e aqui eu estou falando da década de 70, até o final da ditadura. Até 84.
>
> (…)
>
> Mas a Contag conseguiu organizar, nacionalmente, sindicatos; fazer campanhas salariais, dos assalariados; fazer congressos nacionais. A Contag fez o primeiro congresso, se não me engano, em 73; e em plena barra-pesada (entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

O recurso aos tribunais foi visto como uma forma de mobilização e de resistência dos trabalhadores, num período em que a luta política estava estrangulada. Apesar da avaliação dos trabalhadores rurais e seus advogados sobre os limites do Judiciário, a via jurídica apresentava-se como o caminho possível naquele momento. Maria Angelica Gentili, que atuou nos conflitos possessórios em Cabo Frio, relatou o diálogo entre os advogados e os posseiros sobre a utilização de ações judiciais na resistência contra os fazendeiros da região:

> O argumento que a gente dava para eles (posseiros) é que, quando eles (fazendeiros) começassem a ver uma chuva de ações judiciais em cima deles, com acompanhamento seguro e tal... mas eles diziam – "Mas eles compram o juiz; eles compram isso e compram aquilo." – a gente falava – "Mas por pior que seja, a gente vai tentar."

A mesma entrevistada avaliou que

> foi uma estratégia de luta impressionante. Porque você só tinha uma maneira de fazer aquilo; que era via judicial. E aí, nós ressuscitamos, vamos dizer assim... porque desde que essas duas legislações surgiram,

> além de ninguém nem tomar conhecimento da existência delas, elas nunca tinham sido aplicadas. Nem uma nem outra. Nem a trabalhista, propriamente dita; nem a dos colonos. Do colonato; que era o Estatuto da Terra. Ninguém nem sabia! E nunca tinham sido utilizadas. E aí, o que é que a gente ia fazer? A avaliação que se tinha, naquela época, era de que a única forma que a gente tinha de apoiar a luta deles e dar proteção a eles, que resistiam ali, que ainda estavam ali era de você fazer a luta jurídica. Então, era uma luta extremamente trabalhosa (Entrevista concedida por Maria Angelica Gentili a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

Os advogados de trabalhadores rurais elaboravam relatórios, que eram enviados ao Incra, muitas vezes com pedidos de desapropriação, sobre a situação de cada conflito. Com as informações desses relatórios, os advogados avaliavam junto aos dirigentes sindicais quais seriam as melhores medidas jurídicas a serem adotadas. Esses advogados costumavam ingressar nos conflitos possessórios com ações de reintegração de posse e com pedido de indenização contra fazendeiros que se apossavam ilegalmente das áreas dos posseiros. Em alguns casos foram propostas ações de usucapião coletivas, quando não existia oposição à posse dos trabalhadores, por pretensos proprietários, dentre outras ações. Entretanto, uma das advogadas entrevistadas destacou que existia um debate delicado sobre o impacto dessas ações de usucapião na luta política. Por esse motivo, as ações de usucapião só eram ajuizadas em casos muito graves, para os quais não existia outra alternativa:

> Havia uma discussão entre nós – você sabe como é que é: quando se trabalha tecnicamente, mas também você tem um ponto de vista político... – havia e há, até hoje, uma discussão de que não era o mais adequado titular o pessoal. Porque ele ia virar um pequeno burguês; e aquela coisa; que ia virar um proprietário etc. Que era perigoso; que era melhor fazer a defesa dele como posseiro mesmo. Enfim, aí ficava aquela discussão. E uns diziam – "Eu não faço." E aí – eu falava – "Eu só faço naqueles casos graves. Naqueles casos em que eu sei que está na iminência de sofrer uma agressão brava. Aí eu sou capaz de fazer." – e eu não fiz muitos, não (Entrevista concedida por Maria Angelica Gentili a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

Outra advogada observou que na época tinha preferência de atuar na área trabalhista, porque existia maior explicitação do conflito, enquanto, por exemplo, as ações de usucapião representavam um reforço à ideologia proprietária:

> (…) eu sempre gostei mais da área trabalhista. Porque eu acho que é onde o conflito se coloca mais... porque, na verdade, a ideologia do pequeno

> proprietário é uma ideologia pequeno-burguesa. Claro! Então, imagina, você nova, o cara quer terra. E tudo o que eu queria era que ele não quisesse terra. Eu nunca esqueço de uma vez que eu fui a Nova Iguaçu, que a gente ia fazer uma ação de usucapião com uns posseiros que estavam lá em Nova Iguaçu (Entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Interessante destacar que diferentemente da tática jurídica e política da década de 1950, de recurso dos lavradores a ações de usucapião na defesa de suas posses, analisada por Grynszpan (1987) e resgatada por Leonilde Medeiros no primeiro capítulo deste trabalho, os advogados da Fetag no pós-1964 pouco utilizavam as ações de usucapião. Após a promulgação do Estatuto da Terra, outras táticas jurídicas e políticas passaram a ser utilizadas.

Ana Maria Nascimento relatou que usavam, nas demandas trabalhistas, a tática de ingressar com ações trabalhistas coletivas, as chamadas ações plúrimas, buscando, por meio da ação judicial coletiva, organizar os trabalhadores do corte de cana, que tinham uma lógica muito individualista:

> Nós entramos na justiça com ações coletivas, pra poder agregar, pro pessoal aprender a trabalhar em conjunto, porque o assalariado é muito solto, independente, não tem noção do que é o trabalho em coletivo, união, de solidariedade, cada um é por si, cai no eito, ganha por produção, então quem for mais rápido se safa, eles não tão nem aí. (...) É difícil agregar, então nós começamos a fazer ações coletivas, plúrimas, numa ação só a gente botava 50 trabalhadores. E outros mecanismos que eu não lembro mais direito não, sabe. Mas a coisa foi costurando através dessas pequenas iniciativas até chegar a uma deflagração de greve. (Entrevista concedida por Ana Maria Nascimento a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

Segundo a advogada, apesar da percepção da relação de corrupção existente entre os usineiros e o Judiciário campista, o sindicato acreditava que a atuação pela via judicial contribuía para a articulação da luta política:

> Eu acho que tem muita força, porque o brasileiro é legalista, ele gosta de papel, então quando você entra com um processo, principalmente se for coletivo, mobiliza em demasia. E a mobilização fica tão forte e eterna se o trabalhador for vencedor, eles guardam essa história pro resto da vida deles. O Judiciário foi um campo de atuação de muita importância pros trabalhadores, não só pros assalariados, eu trabalhei em São Fidélis que é área de posseiros. O Judiciário tanto ajuda o assalariado, quanto ajuda a lerdeza do Judiciário comum quanto ajuda trabalhador não assalariado que é o posseiro. Quantas vezes eu conseguia liminar em favor do posseiro e esses processos levavam cinco anos com aquele trabalhador ali na posse

> da área que foi cedida pra parceria agrícola porque o processo não andava. Então o Judiciário da justiça comum ajudava muitos os trabalhadores (Entrevista concedida por Ana Maria Nascimento a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

Outra advogada entrevistada também destacou que possuíam na época uma avaliação negativa do Judiciário. Entretanto, apesar dessa avaliação, preocupavam-se em conversar com os juízes, compreendendo o Judiciário como um espaço das lutas por direito dos trabalhadores rurais:

> Do judiciário, era uma avaliação de que eles estão a serviço do poder. Quer dizer, mas, sempre se conversou. Sempre se teve a linha de conversar com o juiz. Porque, inclusive, quando houve o processo do Chico Mendes, o José Francisco foi lá depor e tal coisa. Então, sempre se conversou. Mas eram poucos os juízes com quem a gente podia contar (Entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Além das pressões, ameaças e violências narradas pelas advogadas entrevistadas, elas destacaram que um grande desafio da assessoria dos sindicatos e federações de trabalhadores rurais era a sustentabilidade. Três de nossas entrevistadas fizeram concurso para a magistratura trabalhista. Uma delas ponderou:

> (…) você não ganhava nada. Em compensação, a minha coluna entortou. Por que eu ganhava o quê? Caixa de maracujá; galinha – que eu morria de medo – a galinha voou na barca e eu atrás da galinha. Era um horror! Um horror (risos). Davam cachos de banana e a gente carregando aquilo. A gente não tinha carro, naquela época (Entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

6. Considerações finais

A análise das legislações trabalhista e agrária do período mostrou as disputas que envolveram trabalhadores rurais, por um lado, e organizações patronais, por outro.

Verificamos as dificuldades de extensão de direitos trabalhistas no campo, bem como do próprio direito dos trabalhadores rurais se organizarem em sindicatos, federações e confederações sindicais. No ano que precedeu o golpe, foi editada a legislação que serviu de base para a criação de organizações sindicais de trabalhadores

paralelas às organizações patronais de grau superior de forma correlata com o que já ocorria para os trabalhadores urbanos: a Lei nº 4.214, 02/03/1963, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural.

Em relação à legislação agrária, a disputa sobre a necessidade de reforma agrária e de desapropriações de propriedades privadas para fins de reforma agrária também é anterior à instauração da ditadura empresarial-militar. Entretanto, apenas após o golpe e sob um governo autoritário, foi promulgada a lei que dispôs sobre o Estatuto da Terra, permitindo a desapropriação para fins de reforma agrária de imóveis considerados improdutivos, mediante indenização a ser paga em títulos.

Sob o regime autoritário, ocorreu o que José de Souza Martins chamou de "militarização da questão agrária", sufocando-se os movimentos de luta pela terra que se projetaram antes do golpe em cenário nacional.

A legislação penal militar, nesse período, tornou-se paulatinamente mais rígida, sobretudo com o fim do *habeas corpus*, a instauração de prisão perpétua e pena de morte, em 1968 e em 1969. Mesmo as garantias existentes no âmbito da legalidade autoritária foram sistematicamente descumpridas, conforme apontaram as pesquisas realizadas sobre o período, em especial com as torturas, desaparecimentos foçados e execuções de militantes políticos.

A manutenção de aparatos repressivos do período, mesmo após a Constituição de 1988, destaca-se ainda com a militarização da polícia.

No contexto da ditadura com todas as dificuldades que a repressão no campo acarretou para a organização de trabalhadores rurais, tentativas de rearticulação da luta dos trabalhadores rurais por direitos trabalhistas e reforma agrária contaram com a participação de advogados e advogadas.

As estratégias e táticas narradas apontam para o debate sobre o uso do direito e do Judiciário, mesmo no período autoritário, como forma de aglutinar trabalhadores atomizados pelo trabalho assalariado no campo. Também indicam o processo de formação política de advogadas(os) na relação com dirigentes sindicais e trabalhadores rurais e as possibilidades de defesa de trabalhadores rurais sob intensa repressão.

Referências bibliográficas

AATR, Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia. *Histórico*

institucional. S/d. Disponível em: http://www.aatr.org.br/site/aatr/index.asp#historia. Acesso em: 23 mar. 2014.

BALTAR, Ronaldo. *O empresário rural e a reforma agrária no governo de transição (1985-1988).* Dissertação de mestrado defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Maria Conceição D'Incao. Campinas, 1990.

BERCOVICI, Guilherme. "O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece": a persistência da estrutura administrativa de 1967. *In:* TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

BNM. *Brasil: Nunca Mais.* Arquidiocese de São Paulo: prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 40ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil).* Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, UFRRJ, 1997.

BRUNO, Regina. *O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República*. Tese (Doutorado). Campinas: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

BRUNO, Regina et. al.. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder.* Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Assistência jurídica e advocacia popular: serviços legais em São Bernardo do Campo. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes. *O Direito na Sociedade Complexa*, 2ª edição. São Paulo: editora Saraiva, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios***.** 2ª. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

Cadernos RENAP nº 6. São Paulo: Maxprint Editora e Gráfica Ltda, março, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1. *Artes de fazer*. 6ª ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

COELHO, Luiz Fernando. *Teoria Crítica do Direito***.** Porto Alegre: Ed. Sérgio Antônio Fabris, 1991.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político***.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COSTA, Emilia Viotti. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*, 2ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

CUNHA FILHO, Sérgio de Britto. *A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar imóveis rurais para fins de reforma agrária.* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio, sob orientação de Ana Lucia de Lyra Tavares, em Junho de 2007.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. *Confederação Rural Brasileira: origem e proposta.* Dissertação defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, sob a orientação de Leonilde Sérvolo de Medeiros, em fevereiro de 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964*. 2 v. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, 1987..

LYRA FILHO, Roberto. Por que estudar direito, hoje? *In:* SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (org.). *Direito Achado na Rua***.** 4ª ed. Brasília: EdUnB, 1993.

MARTINS, José de Sousa. *A militarização da questão agrária no Brasil***.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil***.** FFCL/USP: São Paulo, 1983.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo.* Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MONTORO, André Franco. *Introdução à Ciência do Direito***.** 26ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MOREIRA, Fernanda Machado. Antônio Modesto da Silveira. *In*: SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo e MARTINS, Paulo Emílio (orgs). *Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil.* Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX***.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

NEVES, Marcelo. *Constitucionalização Simbólica.* São Paulo: Editora Acadêmica, 2000.

PALMEIRA, Moacir. *Modernização, Estado e questão agrária*. *Estud. av.* [online]. vol.3, n.7, pp. 87-108, 1989a.

PALMEIRA, Moacir. Reforma Agrária e Constituição. Artigo de setembro de 1987. *In:* (promoção: FEAB regional III, CA de agronomia). *A Constituição e o campo agora?* Universidade Federal de Viçosa: Congresso de Sociologia Rural, março de 1989b.

PILLATI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo.* Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2008.

PILATTI, Adriano. *Marchas de uma contramarcha: transição, UDR e Constituinte*. Rio de Janeiro: Departamento de Ciências Jurídicas, PUC-Rio, 1988, Dissertação de Mestrado.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo***.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. *A magistratura fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST.* Dissertação (Mestrado)**.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Teoria Geral do Estado e do Direito da Pontifícia Universidade Católica, 2005.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. *Poder Judiciário e conflito de terra: a experiência da vara agrária do sudeste paraense.* Tese (Doutorado)**.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985).* Tese defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação de Sônia Regina de Mendonça, em 2011.

RANGEL, Maria do Socorro. Territórios do confronto: uma história da luta pela terra nas ligas camponesas. *In*: *Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de história social***.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

RIBAS, Luiz Otávio. *Direito insurgente e pluralismo jurídico: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960-2000).* Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria do Direito) Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. *Passeio de beija-flor: A luta do sindicato pela garantia legal da representação dos canavieiros fluminenses – Um estudo da ação sindical no campo.* Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1987.

SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio. *Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil.* Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

SANTOS JR., Belisário. A advocacia nos anos de chumbo. *In:* GOMES, Luis Flávio e MAZZOULI, Valério de Oliveira (orgs.). *Crimes da Ditadura Militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica.* Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, maio, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**.** *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, outubro, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CARLET, Flavia Santos. The movement of landless rural workers in Brazil and their struggles for access to law and justice. *In* GHAI, Yash e COTTRELL, Jill (eds.) *Marginalized Communities and Access to Justice***.** Abingdon: Routledge, 2010.

SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária brasileira na virada do milênio.* 2ª. Ed. Maceió: EDUFAL, 1997.

SILVA, Ligia Maria Osório; SECRETO, Maria Verônica. Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. *In*: *Economia e Sociedade***.** Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia, Campinas, n. 12, 1999.

SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850***.** Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. *Relações coletivas de trabalho: configurações institucionais no Brasil contemporâneo.* São Paulo: LTr, 2008.

SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.). *Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985.* Curitiba: Edição do Autor, 2013.

STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954 a 1964).* São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

TAVARES, Ana Claudia Diogo. *Os nós da Rede: concepções e atuação do(a)*

advogado(a) popular sobre os conflitos sociojurídicos no Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF, 2007.

TAVARES, Ana Claudia Diogo. *A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as questões agrária, ambiental e trabalhista: disputas sobre o direito a partir da Constituição brasileira de 1988.* [Tese]. Programa de Pós Graduação de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Seropédica, RJ. 2012.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: as origens da Lei Negra***.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANNA. Luiz Werneck (org.) *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil.* Rio Janeiro: Revan, 1999.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legad autoritário da Constituição brasileira de 1988. *In:* TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010, p. 41-76.

Periódicos consultados

GLEBA, Rio de Janeiro: CRB, 1955-1963

GLEBA, Rio de Janeiro/Brasília: CNA, 1964-1973

Considerações finais

Como explicitado no presente relatório, ao longo dos anos da ditadura, muitos camponeses e apoiadores de suas lutas foram perseguidos, ameaçados e mortos por que ofereceram resistência à apropriação de suas terras ou à violação de seus direitos trabalhistas. Foram anos em que se intensificaram o desenraizamento e as migrações com ocorrência de remoções de populações pelo Estado e foram anuladas desapropriações anteriormente decretadas. Casas e lavouras foram destruídas em diversas regiões. Famílias que estavam construindo e reconstruindo laços de sociabilidade e solidariedade foram obrigadas a deixar as terras onde viviam.

Em diversos casos, os atos de violência foram cometidos por agentes do Estado: Exército, Polícia Militar e Polícia Civil, Guarda do Ibra, do IBDF. O Poder Judiciário, em muitas situações, emitiu liminares de reintegração de posse a favor dos que se diziam proprietários, sem ouvir os réus, sem verificar se era efetivo o cumprimento da função social da propriedade e sem analisar os dados dos registros de imóveis, potencializando a violência contra os camponeses. Em outros, a violência foi perpetrada por *jagunços*, a mando de empresas que buscavam se apossar de terras de posseiros para dar-lhes outa destinação, com a conivência ou omissão do Estado.

Muitas dessas violações de direitos não se tornaram visíveis, não foram noticiadas pela imprensa, mas tornaram-se parte de uma memória que permanece oculta e que às vezes se revela em comentários lacônicos sobre tempos difíceis, mas também em relatos detalhados onde as emoções e o sofrimento vêm à tona. Repete-se assim o silêncio sobre a história cotidiana de um importante segmento dos trabalhadores. Se isso é possível dizer sobre o Brasil como um todo, mais ainda sobre os trabalhadores de uma unidade federativa como o Estado do Rio de Janeiro, que se identifica como metrópole e polo de atração turística e não valoriza suas áreas rurais.

No estado do Rio, uma avassaladora especulação imobiliária na região metropolitana, a pecuarização da região serrana, a modernização do setor sucroalcooleiro campista, alimentado por fartos subsídios governamentais e, nas regiões litorâneas, investimentos turísticos que não respeitaram antigos ocupantes, produziram profundas transformações nas áreas rurais e na vida das populações. Alguns segmentos resistiram a partir de concepções vigentes sobre direito à terra e foram perseguidas. Uma parcela pequena conseguiu acesso à terra e pode continuar se reproduzindo como lavrador ou

camponês. Outras não puderam fazer o mesmo e migraram em busca de terra ou, o que foi mais comum, tentaram a sobrevivência nas periferias urbanas, agravando a profunda desigualdade social com que convivemos.

Entre os camponeses que foram perseguidos políticos e atingidos pela repressão no período de 1946 a 1988, poucos sofreram processo judicial ou foram objeto de abertura de inquérito policial militar ou de qualquer outro tipo de registro oficial perante o Sistema de Justiça e Segurança Pública, tampouco perante a Justiça Militar, o que dificulta o acesso a documentos que comprovem tais perseguições. A interpretação e a aplicação dada à Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79) têm impedido a investigação e sanção de violações de direitos humanos ocorridas durante a vigência da ditadura civil-militar, tornando as disposições desta lei incompatíveis com os direitos consagrados na Convenção Americana de Direitos Humanos.

Nesse quadro, nos defrontamos com diferentes agentes que apoiaram as lutas de resistência no campo: militantes partidários, padres, advogados, estudantes, agentes de pastoral tiveram um papel extremamente importante, dando publicidade a demandas e a violações de direitos, produzindo articulações entre diferentes segmentos, mediando reivindicações junto ao Estado e à sociedade. Como vimos ao longo do relatório, eles também foram vítimas da violência.

Se as condições políticas sem dúvida mudaram, é preciso lembrar que muitas práticas de violações de direitos humanos permanecem ainda hoje. Ao longo dos últimos trinta anos, os dados sobre a violência no campo, sistematizados pela CPT desde 1985, são bastante eloquentes: assassinatos, ameaças, destruição de casas e benfeitorias, continuam sendo práticas recorrentes, mesmo com os avanços feitos pela democracia em nosso país. Da mesma forma, em nome de projetos de desenvolvimento, camponeses continuam sendo removidos de suas terras, como o demonstram fatos recentes como a construção do porto do Açu ou as ameaças de construção de uma barragem no rio Guapiaçu.

O trabalho de pesquisa que é sintetizado neste relatório apenas abre uma fresta para que se perceba o quanto há ainda que investigar sobre o meio rural fluminense, em especial no regime militar. Trata-se de um esforço para contribuir para a reconstituição e para tentar tornar visível a memória das lutas camponesas fluminenses, como parte de uma tentativa mais ampla de reconhecimento e responsabilização do Estado diante das graves violações dos direitos humanos contra os trabalhadores do campo e suas formas de organização criadas para defesa de seus direitos.

Frente a esse quadro, fazemos algumas demandas e recomendações, que seguem as diretrizes expressas no relatório da Comissão Camponesa da Verdade, grupo de pesquisadores e de militantes e assessores de organizações sociais que se dispuseram a apoiar o grupo de trabalho da Comissão Nacional da Verdade, dedicado a investigar violações de direitos contra indígenas e camponeses, com contribuições de pesquisa e reflexão sobre a violência no campo e que produziu um relatório próprio sobre o tema, disponível em http://www.contag.org.br/arquivos/portal/file/site/Relatorio%20Final%20Comissao%20Camponesa%20da%20Verdade%2009dez2014.pdf

São demandas que se voltam para os diferentes níveis do Estado brasileiro, cientes que algumas ações são da alçada federal e outras devem ser empreendidas no plano estadual e municipal.

Demandamos:

- Que o Estado brasileiro, no âmbito da União, dos estados e dos municípios, reconheça as violações de direitos humanos cometidas contra camponeses no período compreendido entre 1946 e 1988 e garanta às vítimas e famílias das vítimas a devida reparação moral e material, tanto individual quanto coletiva;
- Que o Estado brasileiro garanta o acesso a mais documentos que permitam comprovar as violações de direitos humanos contra camponeses, bem como envide todos os esforços para a abertura dos demais arquivos dos órgãos de repressão que permanecem vedados à consulta;
- Que o Estado brasileiro promova a alteração da Lei nº 9.140/95 de forma a permitir a imediata inclusão de todos os camponeses mortos e desaparecidos políticos afetados pela repressão política durante o regime militar;
- Que o Estado brasileiro, através da Comissão de Anistia, assegure agilidade e acesso aos direitos da Justiça de Transição, garantindo anistia e indenização aos camponeses vítimas da repressão política entre 1946 e 1988, incluindo-os nos benefícios previstos na Lei nº 10.559/2002;
- Que o Estado brasileiro, o Congresso Nacional e o Poder Judiciário procedam às medidas necessárias para que a Lei de Anistia não continue a representar um obstáculo para a investigação e a efetiva punição dos agentes públicos e privados responsáveis pela prática de crimes contra a humanidade durante a ditadura civil-militar; Que o Estado brasileiro reconheça e promova definitivamente os "Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos" (2011) da Organização das Nações Unidas, garantindo proteção aos

camponeses e, principalmente, apurando crimes cometidos por agentes privados no campo;

- Que o Estado brasileiro, através do Ministério da Justiça, promova políticas públicas voltadas ao combate à impunidade e para garantia de acesso à justiça aos camponeses no Brasil;
- Que o Estado brasileiro, no âmbito do Sistema de Justiça (Tribunais de Justiça, Procuradorias e Defensorias), promova ampla e criteriosa investigação penal dos crimes cometidos contra camponeses e suas organizações, bem como amplie a investigação de improbidade administrativa praticada por agentes do Estado supostamente omissos ou coniventes com tais crimes através das Corregedorias e Ouvidorias de órgãos públicos;
- Que o Estado brasileiro, através dos instrumentos legais que tem à disposição no Sistema de Justiça, proceda à federalização judicial de casos das graves violações de direitos humanos ocorridas no campo;
- Que o Estado brasileiro, através do Congresso Nacional e da Presidência da República, suprima do ordenamento jurídico brasileiro a Lei de Segurança Nacional, bem como outras normas remanescentes de períodos de exceção que afrontam os compromissos internacionais e os preceitos constitucionais sobre direitos humanos;
- Que o Estado brasileiro promova a desmilitarização da Polícia e adote medidas mais enérgicas para coibir práticas de abuso e violência policial e de técnicas de investigação incompatíveis com os direitos humanos nos órgãos de segurança pública do país, como a tortura, os autos de resistência e outras reminiscências da ditadura civil-militar;
- Que o Estado brasileiro cumpra integralmente as diretrizes do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo e do II Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo;
- Que o Estado brasileiro reconheça os casos de violações e a história de repressão política aos camponeses apresentados no Relatório da Comissão Nacional da Verdade e que promova a continuidade da investigação sobre casos não estudados ou considerados inconclusivos por um novo órgão do Estado que dê seguimento aos trabalhos da CNV, considerando as contribuições de diversos pesquisadores a respeito, inclusive as sistematizadas no relatório elaborado pela Comissão Camponesa da Verdade e em trabalhos

de pesquisa voltados para o estudo da repressão no campo, como é oc aso do presente documento;

- Que o Poder Judiciário envide esforços junto aos Tribunais Estaduais e Federais para julgar todos os processos que envolvem crimes cometidos contra camponeses e que tramitam na Justiça, efetivando as indenizações e responsabilizações cabíveis;
- Que o Poder Judiciário torne obrigatória a oitiva do Ministério Público em casos de conflitos fundiários e assegure o cumprimento do artigo 126, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, que prevê a ida do juiz ao local do litígio, sempre que necessário;
- Que o Poder Judiciário assegure o cumprimento imediato do disposto nos artigos 37 a 39 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 (Minha Casa, Minha Vida), que determina a instituição do sistema de registro eletrônico e a digitalização de todos os atos registrais praticados a partir da vigência da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Registros Públicos), garantindo a disponibilização pública destas informações;
- Que o Estado brasileiro promova a criação, no âmbito dos Tribunais Estaduais, de Câmaras destinadas prioritariamente às temáticas agroambientais, tendo em vista a complexidade das normas e da jurisprudência referentes a tais temáticas;
- Que o Estado brasileiro assegure os direitos das populações que vivem no campo, como o direito à moradia, à educação (formal e não formal) e à alimentação adequada, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos III;

No cerne das violações de direitos que se sucedem no meio rural está a questão fundiária. Frente a isso, consideramos fundamental

- Que o Estado brasileiro amplie e consolide uma política de combate à grilagem de terras públicas, realizando ações discriminatórias e reintegrando ao seu patrimônio as terras devolutas e destinando-as à reforma agrária;
- Que o Estado brasileiro implemente uma política efetiva de reforma agrária, institua um limite para o tamanho da propriedade da terra e proceda ao reconhecimento, titulação e demarcação dos territórios das comunidades indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais camponesas;

- Que o Estado brasileiro implemente medidas eficazes de consulta prévia, informada e participativa no que tange à consolidação de políticas públicas, reconhecimento, demarcação e titulação de territórios quilombolas, indígenas e de povos tradicionais conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho;
- Que cessem as remoções forçadas de populações para dar a lugar a projetos de desenvolvimento que beneficiam interesses empresariais;
- Que o Estado brasileiro crie instrumentos efetivos para coibir e eliminar a violência no campo, de modo a garantir os direitos dos camponeses e suas famílias e assegurar a não repetição de práticas de violação de direitos que, historicamente, têm marcado de forma intensa a vida da população camponesa.

Consideramos ainda essencial recuperar a memória das lutas no campo, de forma a recuperar uma história que foi esquecida e que, assim, reduz e menospreza a participação desses trabalhadores na construção da nação e na busca da democracia. Para tanto, demandamos

- Que o Estado brasileiro promova políticas públicas destinadas à preservação da memória camponesa, através do fomento a pesquisas voltadas à recuperação, análise e registro de documentos e acervos, bem como a programas de investigação e publicação de materiais sobre temas correlatos ao direito à memória e à verdade, especialmente as graves violações de direitos humanos ocorridas no campo, e a inclusão de tais temáticas no currículo da Educação Básica;
- Que o Estado brasileiro estimule a criação de memoriais, centros de informação, museus e monumentos, e preserve espaços públicos que se configuram em *lugares de memória* das lutas no campo e dos camponeses vítimas da ditadura;
- Que o Estado brasileiro garanta visibilidade à história e às memórias das violações de direitos humanos ocorridas contra camponeses e apoiadores de sus lutas, constituindo medidas que reconheçam e divulguem a perspectiva dos perseguidos e torturados, de forma a permitir a construção de novos valores geracionais e a afirmação de uma cultura de direitos humano